PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA

Avaliação do Plano Plurianual

- Atividades Circunstanciadas
- Cenário Fiscal
- Avaliação dos Programas e Ações

Exercício 2013

Ano Base 2012

Porto Velho, março de 2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Prefeito do Município de Porto Velho
Mauro Nazif Rasul

Controladoria Geral do Município – CGM
Controladora
Maria Auxiliadora Papafanurakis Pacheco

Procuradoria Geral do Município – PGM
Procurador
Carlos Dobbis

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA
Secretário
Jorge Alberto Elarrat Canto

Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ
Secretário
Marcelo Hagge Siqueira

Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Secretário
Mário Jorge de Medeiros

Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA
Secretário
José Iracy Macário Barros

Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Secretário
Marcos José Rocha dos Santos

Secretaria Municipal de Serviços Básicos – SEMUSB
Secretário
Ricardo Fávaro Andrade

Secretaria Municipal de Obras – SEMOB
Secretário
Gilson Nazif Rasul

Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS
Secretária
Josélia Ferreira da Silva

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMES
Secretária
Roselane Rivero Abdelnour

Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito – SEMTRAN
Secretário
Carlos Guttemberg de Oliveira Pereira

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC
Secretário
João Leonel Bertolin

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA
Secretária
Edjales Benício de Brito

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico – SEMDESTUR
Secretário
Antônio Geraldo Affonso

Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR
Secretário
Christian Piana Camurça

Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais – SEMEPE
Secretário - Interino
Jorge Alberto Elarrat Canto

Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais - SEMPRE
Secretário - Interino
Jorge Alberto Elarrat Canto

Fundação Cultural
Presidente
Jória Baptista de Souza Lima

Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR
Diretor Presidente
Gerardo Martins de Lima

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM
Diretor Presidente
José Carlos Couri

Conselho Municipal de Educação
Presidente
Laura Eloísa dos Santos Ríos

Fundação Escola do Servidor Público Municipal de Porto Velho
Diretor Executivo
Adailton Martins Noleto

CÂMARA MUNICIPAL

Presidente
Alan Kuelson Queiroz Feder

Equipe de Coordenação:

JORGE ALBERTO ELARRAT CANTO
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

JOSÉ ROCHA DE ALBUQUERQUE
Secretário Adjunto Municipal de Planejamento e Gestão

AUGUSTO CÉSAR NASCIMENTO PEREIRA
Coordenador Municipal de Orçamento / SEMPLA

WALDEMARINA GALVÃO LOPES
Chefe da Assessoria Técnica / SEMPLA

Equipe Técnica

Francisco das Chagas Maia de Souza– CMO/SEMPLA
Kellen Amaral de Oliveira Marçal – DRTI/SEMAD
Paulo Tadeu Marques de Carvalho– CMO/SEMPLA
Rosane da Silva Cruz– CMO/SEMPLA

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA
Coordenadoria Municipal de Orçamento - CMO
Rua Abunã, 2625, Liberdade
Telefones: (69) 3901-3121 / 3901-3120
CEP 76.820-332– Porto Velho – Rondônia – Brasil
Home Page: www.portovelho.ro.gov.br
E-mail: sempla-cmo@portovelho.ro.gov.br

APRESENTAÇÃO

A avaliação anual do Plano Plurianual – PPA tem como objetivo contribuir para o alcance dos resultados previstos nos programas que o integram, por meio do aperfeiçoamento contínuo da gestão de programas e da alocação de recursos no plano e nos orçamentos do município, de modo a aprimorar a qualidade do gasto público.

A avaliação além de um instrumento que proporciona a identificação dos resultados alcançados na implementação dos programas, subsidia a elaboração das avaliações de cada Órgão Executor e espelha os registros de informações, realizados pelos Gerentes de Programas e Coordenadores de Ações no Sistema Municipal de Planejamento e Gestão – SIMPLAG.

Os resultados alcançados pela implementação do Plano Plurianual – PPA, no exercício de 2012, são frutos do esforço do governo e da sociedade na busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo e redutor das desigualdades sociais. E foram alcançados graças à participação da sociedade na indicação de prioridades por ocasião das oficinas de sensibilização, realizadas em Associações de Bairros, sede de Distritos e audiências públicas do Orçamento Participativo, para levantamento das necessidades públicas visando elaboração dos instrumentos do planejamento orçamentário (PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA).

Ressalta-se também como de suma importância para os resultados alcançados o Planejamento Estratégico Participativo anual, realizado com a participação de toda a equipe de gestores e técnicos da administração pública municipal.

Nesta avaliação, as informações prestadas pelos Gerentes de Programas, nas Unidades Setoriais, foram coletadas de forma inovadora via *on-line,* através do módulo do sistema SIMPLAG, sendo este um passo importante para o aperfeiçoamento do sistema.

O aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ampliação da participação democrática no planejamento municipal continua sendo um desafio permanente do Governo Municipal na formulação e implementação das políticas públicas. Esse princípio de gestão pública permeia a transparência e ressalta a importância da divulgação da avaliação dos resultados da ação de governo para a sociedade. Nesse sentido, os resultados apresentados neste Relatório de Avaliação devem ser discutidos e disseminados pelos Órgãos do Poder Executivo, pela Casa Legislativa Municipal e pelo conjunto da sociedade, de forma crítica e ativa, de modo a permitir o avanço da democracia.

O Relatório busca analisar os resultados consolidados do PPA 2010-2013, alcançados no exercício de 2012, abrangendo:

- Relatório das Atividades Circunstanciadas, por área de governo;
- Cenário Fiscal;
- Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Programas e Ações.

Assim, espera-se que as informações constantes da Avaliação do Plano Plurianual – exercício 2012 sejam um norte para a gestão do Plano e que seja para a sociedade portovelhense um instrumento auxiliar no fornecimento de informações para o fortalecimento da participação popular na gestão pública.

Jorge Alberto Elarrat Canto
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O art. 6º da Lei nº 1.836, de 20 de Outubro de 2009 (PPA 2010-2013), prevê a avaliação anual do Plano Plurianual 2010 a 2013. Assim, com esta finalidade, o Relatório Anual de Avaliação apresenta-se estruturado em três capítulos:

I – Atividades Circunstanciadas, por área de governo;

II – Cenário Fiscal

III – Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Programas e Ações

O Capítulo I é constituído pelo relatório circunstanciado das atividades realizadas no exercício de 2012, enfocando as principais realizações em cada área de atuação do governo e pontuais exames comparativos dos índices e metas alcançadas neste segundo período de execução do Plano.

No Capítulo II analisa-se o cenário fiscal do Município, com a demonstração e avaliação das metas fiscais alcançadas em 2012, compreendendo a receita, despesa, resultados primário e nominal, dívida consolidada, limites constitucionais na aplicação dos recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Despesas com Pessoal.

O Capítulo III contempla a avaliação quantitativa e qualitativa de cada programa e ação, por órgão de governo, abrangendo os resultados obtidos em 2012, com informação sobre o alcance dos índices previstos para o final do PPA para cada indicador e de cumprimento das metas, identificando inadequações e restrições que afetaram o desempenho dos programas e sugerindo medidas corretivas.

As avaliações referem-se aos programas do tipo finalístico e de apoio às políticas públicas, agrupados por órgão setorial, obtidas a partir da percepção dos gerentes de programas e coordenadores de ações, com a coleta de informações na ótica de auto-avaliação, por meio de roteiros de questões respondidas no módulo de avaliação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (SIMPLAG).

O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com os atores diretamente envolvidos no processo de avaliação, representados pelos gerentes dos programas, coordenadores de ações e equipes técnicas, no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, integrantes das Unidades Orçamentárias (Secretarias Municipais, Fundos, Autarquias e Fundações, inclusive a Câmara Municipal). E no âmbito do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Municipal – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA, com participação da equipe técnica da Coordenadoria Municipal de Orçamento.

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO I

ATIVIDADES CIRCUNSTANCIADA POR ÁREA DE GOVERNO

Exercício 2013

Ano Base 2012

Relatório Circunstanciado de Atividades, Exercício 2012

SUMÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SEMED 6
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA 11
POLICLÍNICA RAFAEL VAZ E SILVA 197
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL-SEMAS 427
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER-SEMES 448
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SEMAGRIC 454
SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR 471
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB 479
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – SEMTRAN 487
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SEMOB 115
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR 120
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA 145
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS-SEMPRE 187
SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE 195
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD 201
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ 269
GABINETE DO PREFEITO - GABINETE 324
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM 330
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM 370
FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO – FUNESCOLA 383
FUNDAÇÃO CULTURAL IARIPUNA 399
INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM . 432
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME 449

SEMED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SEMED

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão 2012 da Secretaria Municipal de Educação reflete o esforço dos profissionais do setor educacional na implementação das políticas educacionais e dos programas voltados para a melhoria da qualidade da educação com inclusão social. Nesse sentido, buscou-se o desenvolvimento de ações pautadas em princípios democráticos, com a participação representativa dos profissionais da educação, dos pais, dos alunos e da sociedade civil.

Dentro desse propósito, o referido relatório evidencia os trabalhos executados por esta Secretaria, sinalizam os avanços alcançados e os compromissos com a educação com inclusão social e o exercício da cidadania.

Ao compatibilizar as metas estabelecidas com os resultados alcançados verifica-se que , apesar das realizações há que se perseguir as correções necesseárias para melhorar do fluxo escolar e melhorrar os índices de desenvolvimento educacuional. As informações aqui contidas poderão norteador o planejamento futuro, corrigindo distorções inerentes do fazer pedagógico e na eficiência na aplicação dos públicos.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação

ATIVIDADES REALIZADAS - 2012

População do Município de Porto Velho, asegundo Censo Demográfico/2010 e estimada em 2012.

INDICADORES				
INFORMAÇÃO	FONTE	ANO	QUANTIDADE	UNIDADE
Densidade Demográfica	IBGE	2010	12,57	hab/km²
Grau de Urbanização	IBGE	2010	91,20	%
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	PNUD	2000	0,763	%
Taxa de Mortalidade	IBGE	2009	4,99	%
Taxa de Natalidade	IBGE	2009	19,98	%
PIB *Per Capita*	IBGE/SEPLAN	2009	17.260	R$ 1,00
Produto Interno Bruto - PIB	IBGE/SEPLAN	2009	6.607.642	R$ 1.000
Índice de Idosos	IBGE	2010	13,29	%
Razão de Dependência	IBGE	2010	45,99	%
Razão de Sexo	IBGE	2010	103,1	%
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais	IBGE	2010	5,1	%

1 - Indicadores Legais

Código	Indicador	2008	2009	2010	2011
1.1	Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (mínimo de 25% para estados, DF e municípios)	26,71 %	25,76 %	26,44 %	26,26 %
1.2	Percentual de aplicação do FUNDEF ou FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 60%)	65,05 %	72,03 %	69,31 %	67,05 %
1.3	Percentual de aplicação do FUNDEF ou FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério (máximo de 40%)	34,88 %	27,66 %	30,39 %	32,03 %
1.4	Percentual das receitas do FUNDEF ou FUNDEB não aplicadas no exercício (máximo de 5%)	0,07 %	0,31 %	0,29 %	0,00 %

2 - Indicadores de Dispêndio Financeiro

Código	Indicador	2008	2009	2010	2011
2.1	Percentual dos recursos do FUNDEB aplicados na educação infantil	7,91 %	8,42 %	7,07 %	18,84 %
2.2	Percentual dos recursos do FUNDEF ou FUNDEB aplicados no ensino fundamental	92,02 %	91,27 %	92,64 %	81,15 %
2.4	Percentual das despesas com educação infantil em relação à despesa total com educação	8,22 %	6,91 %	6,69 %	13,27 %
2.5	Percentual das despesas com ensino fundamental em relação à despesa total com educação	87,69 %	89,36 %	88,05 %	83,87 %
2.6	Percentual das despesas com ensino médio em relação à despesa total com educação	0,26 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
2.7	Percentual das despesas com educação superior em relação à despesa total com educação	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
2.8	Percentual das despesas em educação em relação às despesas de todas as áreas	19,04 %	20,61 %	21,01 %	25,63 %
2.9	Percentual das despesas com alimentação escolar em relação à despesa total com educação	0,00 %	0,00 %	0,72 %	0,00 %
2.10	Gasto com material didático por aluno da educação básica	R$ 6,29	R$ 0,00	R$ 71,03	R$ 0,00
2.11	Percentual de despesas correntes em educação em relação à despesa total em MDE	93,33 %	97,06 %	96,82 %	89,78 %
2.12	Percentual de investimentos de capital em educação em relação à despesa total em MDE	6,67 %	2,94 %	3,18 %	10,21 %

3 - Indicadores de Dispêndio com Pessoal

Código	Indicador	2008	2009	2010	2011
3.1	Percentual das despesas com aposentadorias e pensões da área educacional em relação às despesas totais com MDE	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
3.2	Percentual das despesas com pessoal e encargos sociais da área educacional em relação à despesa total com MDE	98,24 %	98,15 %	96,96 %	98,20 %
3.5	Percentual das despesas com professores em relação à despesa total com MDE	50,82 %	43,07 %	36,52 %	31,31 %
3.6	Percentual das despesas com profissionais não docentes em relação à despesa total com MDE	14,21 %	24,00 %	32,90 %	29,92%

4 - Indicadores de Gasto por Aluno (Em R$)

Código	Indicador	2008	2009	2010	2011
4.1	Gasto educacional por aluno da educação infantil	1.008,01	898,84	1.129,96	2.878,71
4.2	Gasto educacional por aluno do ensino fundamental	3.264,42	4.016,08	5.119,11	6.235,90
4.3	Gasto educacional por aluno do ensino médio	2.500,44	0,00	0,00	0,00
4.4	Gasto educacional por aluno da educação superior	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5	Gasto educacional por aluno da educação de jovens e adultos	04,98	180,24	574,16	1.729,28
4.6	Gasto educacional por aluno da educação especial	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7	Gasto educacional por aluno da educação profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
4.8	Gasto educacional por aluno da educação básica	2.424,94	2.867,01	3.716,24	5.002,51
4.9	Gasto educacional por aluno	2.424,94	2.867,01	3.716,24	5.002,51
4.10	Despesa com professores por aluno da educação básica	1.274,52	1.272,83	1.415,44	1.555,03
4.11	Despesas com profissionais não docentes da área educacional por aluno da educação básica	356,39	709,07	1.275,14	1.486,00
4.12	Percentual de investimento por aluno da educação superior em relação ao investimento por aluno da educação básica	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %

5 - Indicadores de Desenvolvimento Educacional

Código	Indicador	2008	2009	2010	2011
5.1	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Séries Iniciais	3,8	4,1	4,1	4,2
5.2	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Séries Finais	3,2	3,1	3,1	
5.3	Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental (Dados de 2007)	0,84	0,86	0,86	0,86
5.4	Taxa de Aprovação do Ensino Médio (Dados de 2007)	0,73	0,71	0,71	

6 – Indicadores de Composição da Receita

Código	Indicador	2008	2009	2010	2011
6.1	Percentual das receitas de transferências realizadas pelo FNDE em relação à receita total	0,92 %	0,84 %	1,00 %	0,98 %
6.2	Percentual das receitas de impostos em relação à receita total.	13,92 %	19,51 %	29,79 %	26,80 %
6.3	Percentual das receitas de transferências constitucionais em relação à receita total.	44,33 %	34,46 %		

ATIVIDADES REALIZADAS - 2012

Atendimento Educacional no Município de Porto Velho

REDE	EDUCAÇÃO INFANTIL								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estadual	1.831	1.858	1.534	1.213	1.503	1.287	1.309	1.349	1.356
Municipal	2.133	6.279	7.090	7.264	8.010	9.114	9.436	9.812	9.557
Privada	6.510	4.869	4.886	4.148	2.911	3.032	3.296	3.472	3270
Total	**10.474**	**13.006**	**13.510**	**12.625**	**12.424**	**13.433**	**14.041**	**14.633**	**14.183**

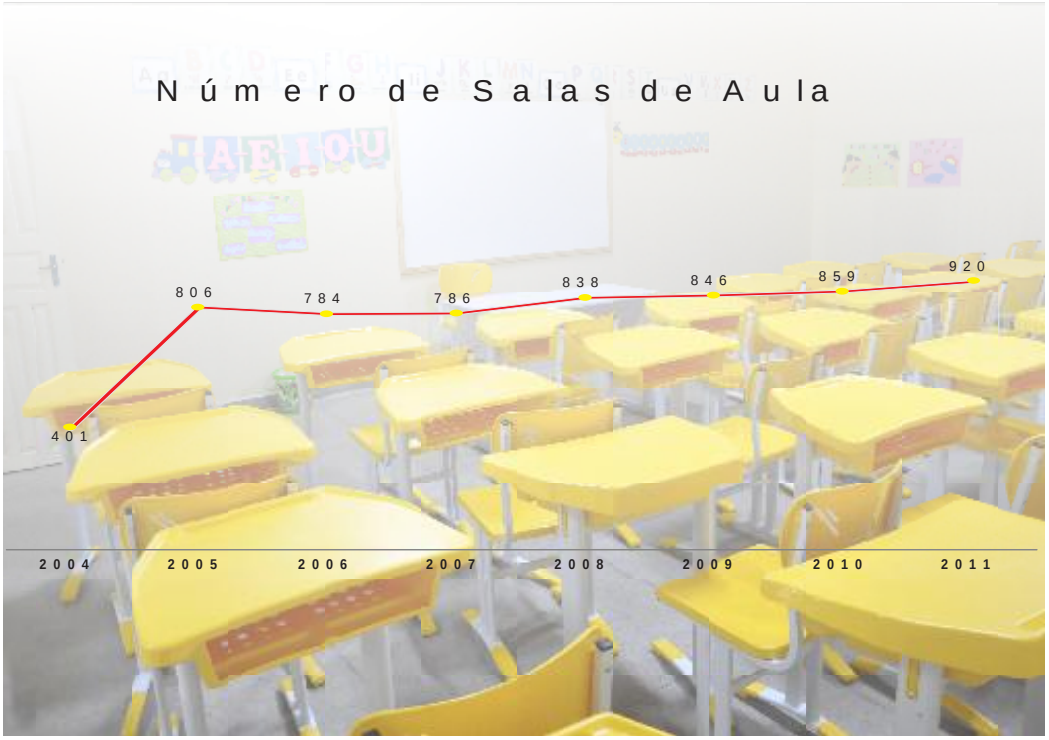
REDE	Ensino Fundamental (Regular)
	Anos Iniciais

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estadual	19.722	19.069	17.766	17.319	16.681	15.540	14.687	14.184	13.418
Municipal	22.234	22.549	22.961	22.219	22.557	22.563	23.441	24.485	26.480
Privada	5.247	4.891	5.547	5.214	4.881	5.067	5.482	5.797	5768
Total	**47.203**	**46.509**	**46.274**	**44.752**	**44.119**	**43.170**	**43.610**	**44.466**	**45.666**

REDE	Ensino Fundamental (Regular)							
	Anos Finais							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estadual	22.953	24.456	24.763	25.345	26.360	27.349	28.020	28.687
Municipal	5.488	3.969	4.168	3.525	3.642	3.594	3.675	3.801
Privada	3.936	3.897	3.926	3.871	4.123	4.121	4.176	4.369
Total	**32.377**	**32.322**	**32.857**	**32.741**	**34.125**	**35.064**	**35.871**	**36.857**

REDE	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (Presencial)								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estadual	12.394	10.416	9.346	7.607	7.679	8.067	7.231	6.608	2.020
Municipal	3.692	3.688	4.303	4.323	4.682	4.606	4.532	4.375	4.410
Privada	694	214	18	46	60	172	423	183	161
Total	**16.780**	**14.318**	**13.667**	**11.976**	**12.421**	**12.845**	**12.186**	**11.166**	**6.591**

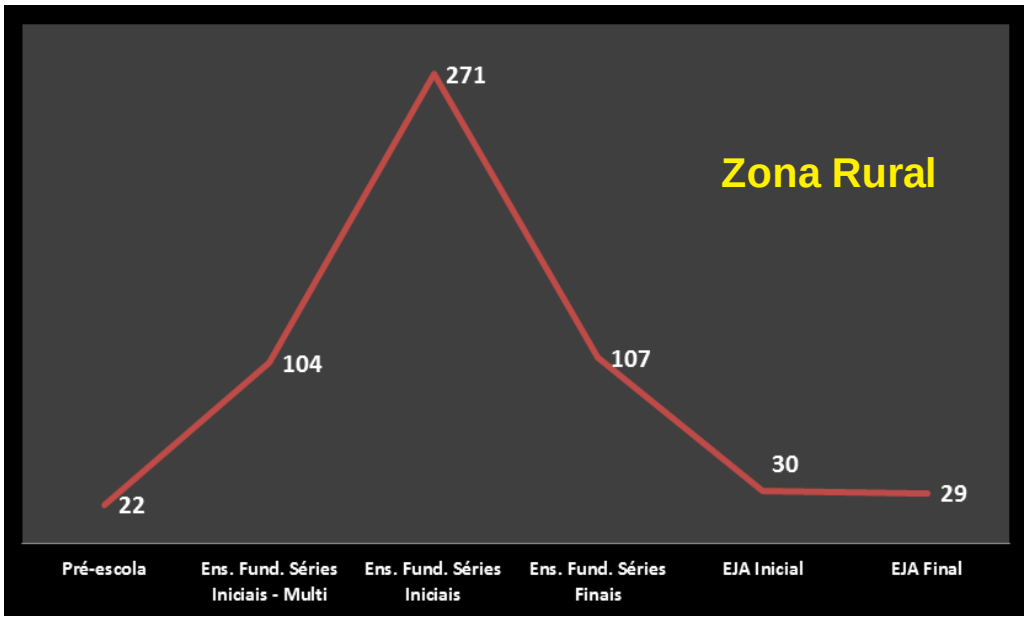
REDE	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (Semi-Presencial)								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estadual	-	201	445	296	119	559	587	623	799
Municipal	-	133	445	77	0	0	0	24	0
Privada	-	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	**-**	**334**	**890**	**373**	**119**	**559**	**587**	**647**	**799**

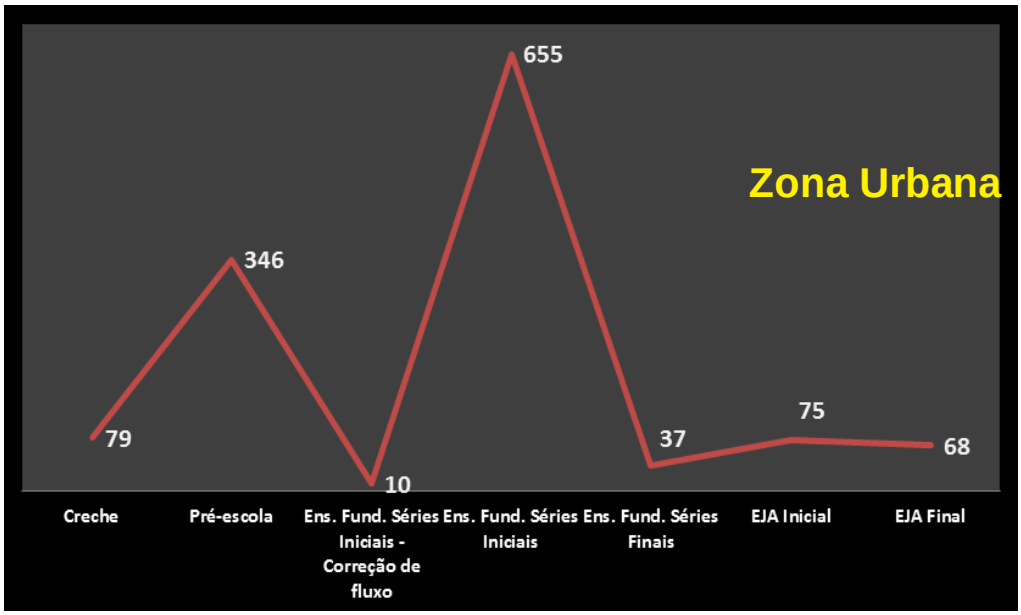


Número de Escolas

NÚMERO DE TURMAS - 2011

Zona Urbana: 1.270 turmas
Zona Rural: 563 turmas





ZONA RURAL

Numero Total de Turmas	Total de Turmas Matutino	Total de Turmas Vespertino	Total de Turmas Noturno	Nº de salas de aula existentes	Nº de salas utilizadas como sala de aula (dentro e fora do prédio)
563	*282*	*225*	*56*	*291*	*336*

N° de Turmas										
Ens. Fund. Anos Iniciais- Se Liga	Ens. Fund. Anos Iniciais- Se Liga -	Ens. Fund. Anos Iniciais - 1º	Ens. Fund. Anos Iniciais - 2º	Ens. Fund. Anos Iniciais- 3º Ano	Ens. Fund. Anos Iniciais- 4º	Ens. Fund. Anos Iniciais- 5º Ano	Ens. Fund. Anos Finais- 6º Ano	Ens. Fund. Anos Finais- 7º Ano	Ens. Fund. Anos Finais- 8º Ano	Ens. Fund. Anos Finais- 9º Ano

- Correção de Fluxo- 1º ao 5º Ano - Matutino	Correção de Fluxo- 1º ao 5º Ano - Vespertino	Ano	Ano		Ano					
1	*1*	*48*	*64*	*56*	*56*	*51*	*33*	*31*	*24*	*19*

N° de Turmas									
Ed. Infantil- Pré I	Ed. Infantil- Pré II	Ed. De Jovens e Adultos - 1a. Série - Noturno	Ed. De Jovens e Adultos -2a. Série - Noturno	Ed. De Jovens e Adultos - 3a. Série - Noturno	Ed. De Jovens e Adultos - 4a. Série - Noturno	Ed. De Jovens e Adultos - 5a. Série - Noturno	Ed. De Jovens e Adultos - 6a. Série - Noturno	Ed. De Jovens e Adultos - 7a. Série - Noturno	Ed. De Jovens e Adultos- 8a. Série - Noturno
4	*18*	*8*	*7*	*8*	*7*	*7*	*8*	*8*	*6*

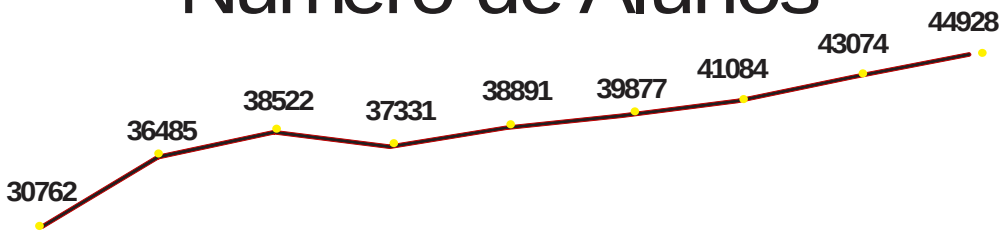
ZONA URBANA

Número Total de Turmas	Turmas Matutino	Turmas Vespertino	Turmas Noturno	Nº de salas de aula existentes	Nº de salas utilizadas como sala de aula (dentro e fora do prédio)
1.270	570	557	143	453	584

N° de Turmas											
Ens. Fund. Anos Iniciais - Correção de Fluxo - SE LIGA - 1º ao 5º - Matutino	Ens. Fund. Anos Iniciais - Correção de Fluxo- SE LIGA - 1º ao 5º - Vespertino	Ens. Fund. Anos Iniciais Acelera Brasil- Correção de Fluxo- 1º ao 5º - Vespertino	E. Fund. Anos Iniciais- 1º Ano	E. Fund. Anos Iniciais- 2º Ano	E. Fund. Anos Iniciais- 3º Ano	E. Fund. Anos Iniciais- 4º Ano	E. Fund. Anos Iniciais- 5º Ano	E. Fund. Anos Finais- 6º Ano	E. Fund. Anos Finais - 7º Ano	E. Fund. Anos Finais - 8º Ano	E. Fund. Anos Finais - 9º Ano
5	3	2	154	152	128	117	104	*15*	*9*	*7*	*6*

N° de Turmas										
Ed. Infantil Creche- Matutino	Ed. Infantil- Pré I - Matutino	Ed. Infantil - Pré II - Matutino	Educação de Jovens e Adultos- 1ª SÉRIE - Noturno	Educação de Jovens e Adultos- 2ª SÉRIE - Noturno	Educação de Jovens e Adultos- 3ª SÉRIE - Noturno	Educação de Jovens e Adultos- 4ª SÉRIE - Noturno	Educação de Jovens e Adultos- 5ª SÉRIE - Noturno	Educação de Jovens e Adultos- 6ª SÉRIE - Noturno	Educação de Jovens e Adultos- 7ª SÉRIE - Noturno	Educação de Jovens e Adultos - 8ª SÉRIE - Noturno
79	171	175	20	19	18	18	16	17	18	17

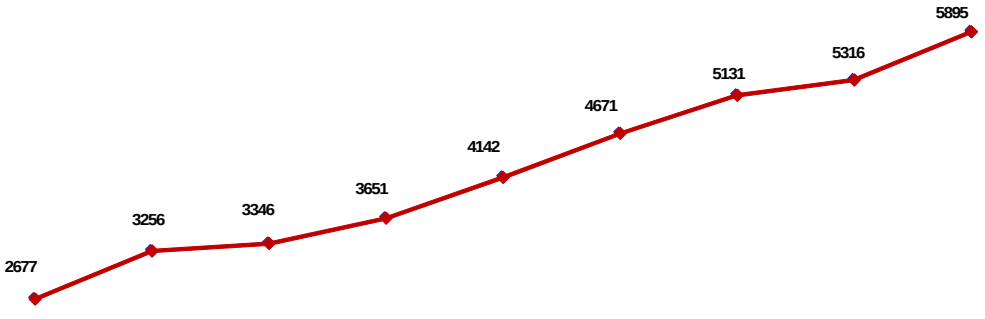
Número de Alunos



Início 2005 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012

A contagem de 2012, censo preliminar.

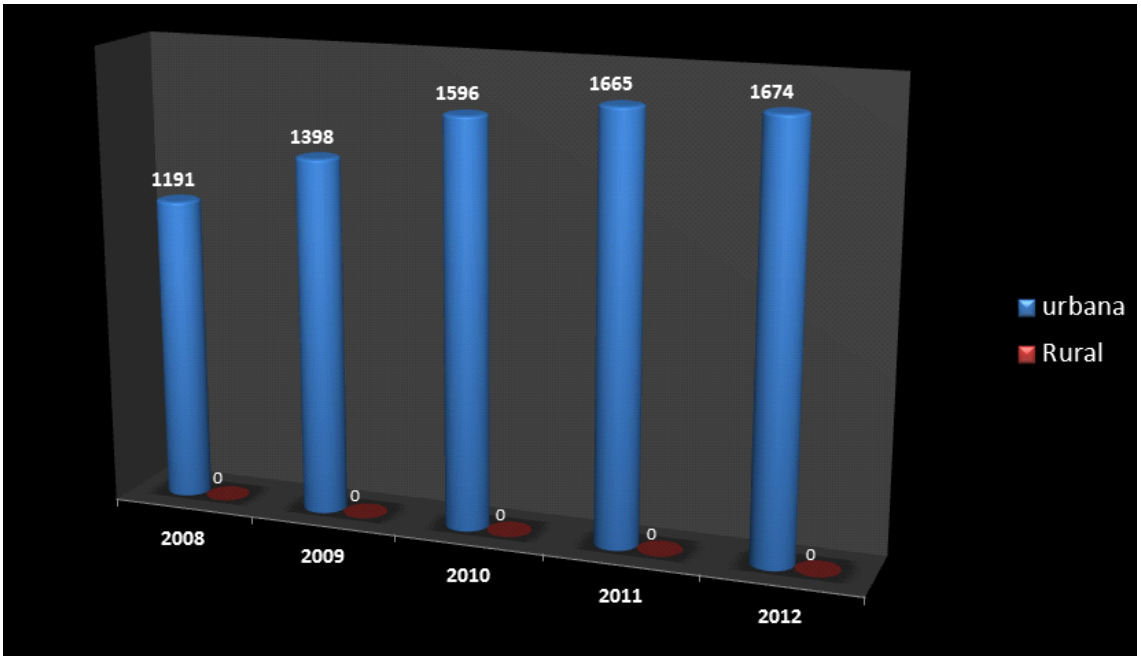
Número de Profissionais



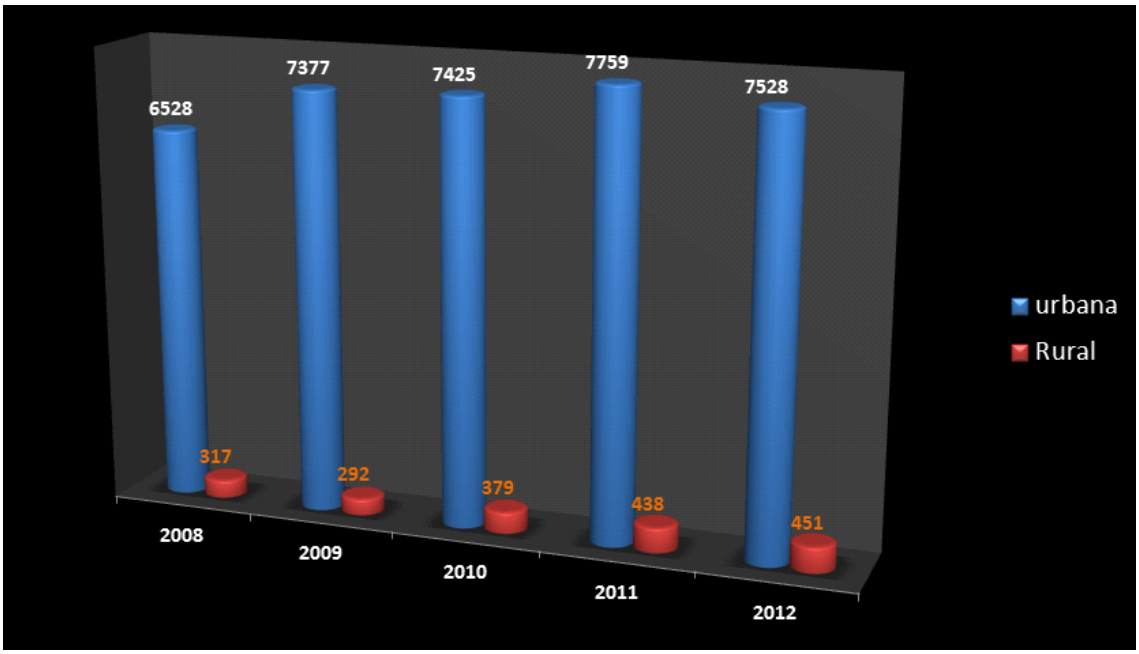
2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012

Fonte: Módulo GP Relatório emitido em 22/05/2012

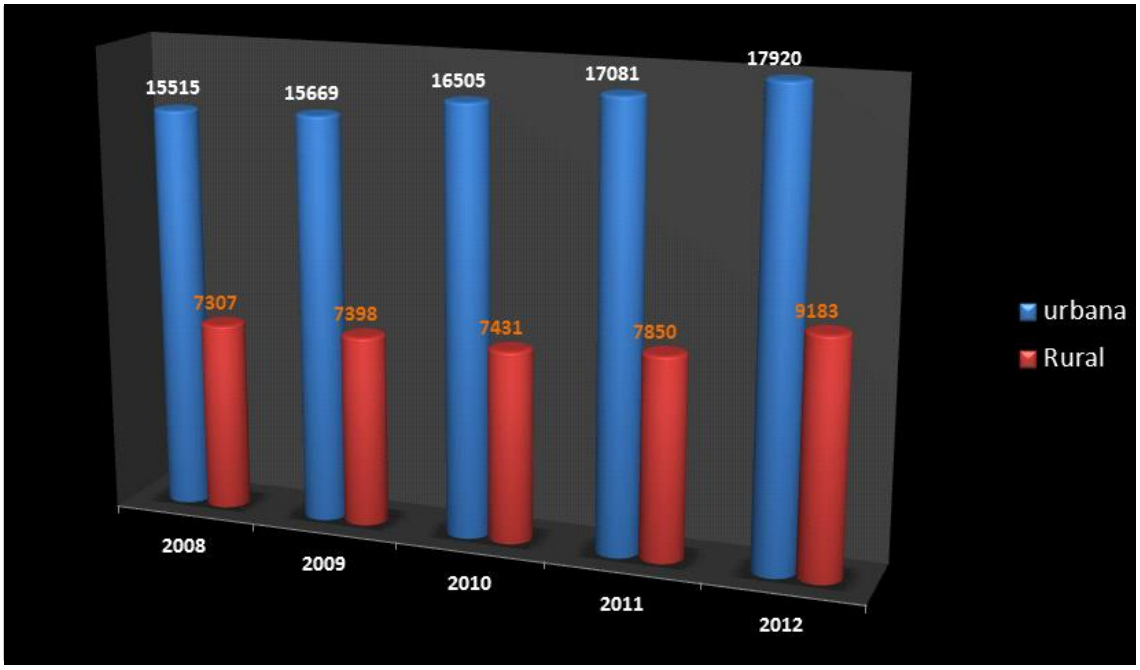
EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE



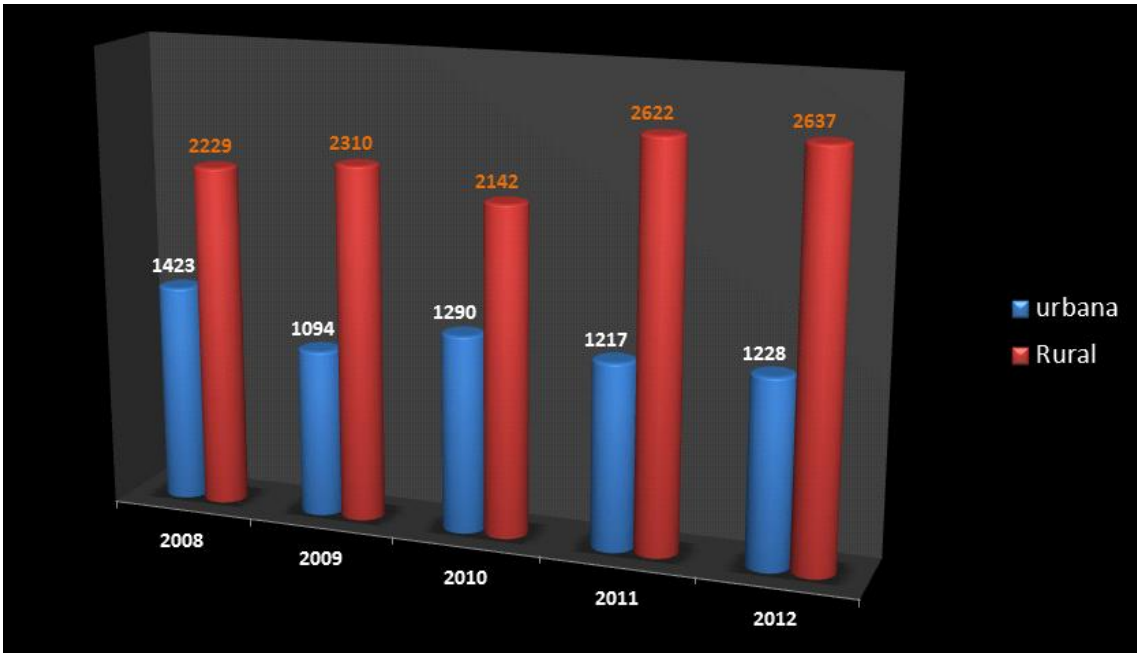
EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA



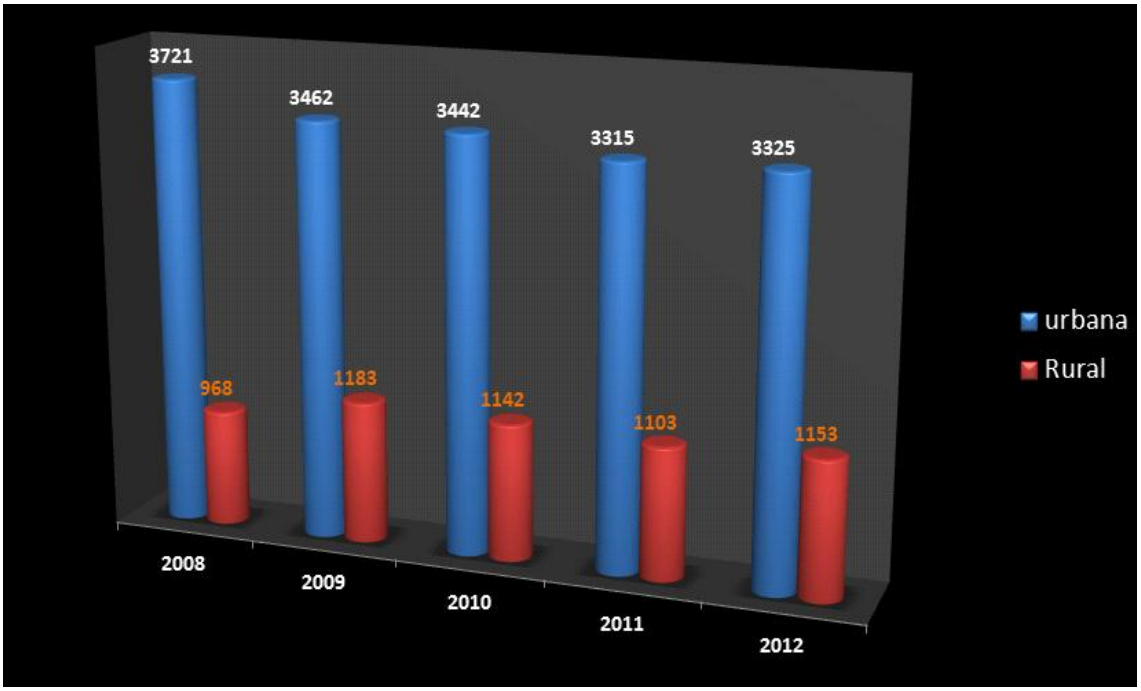
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS



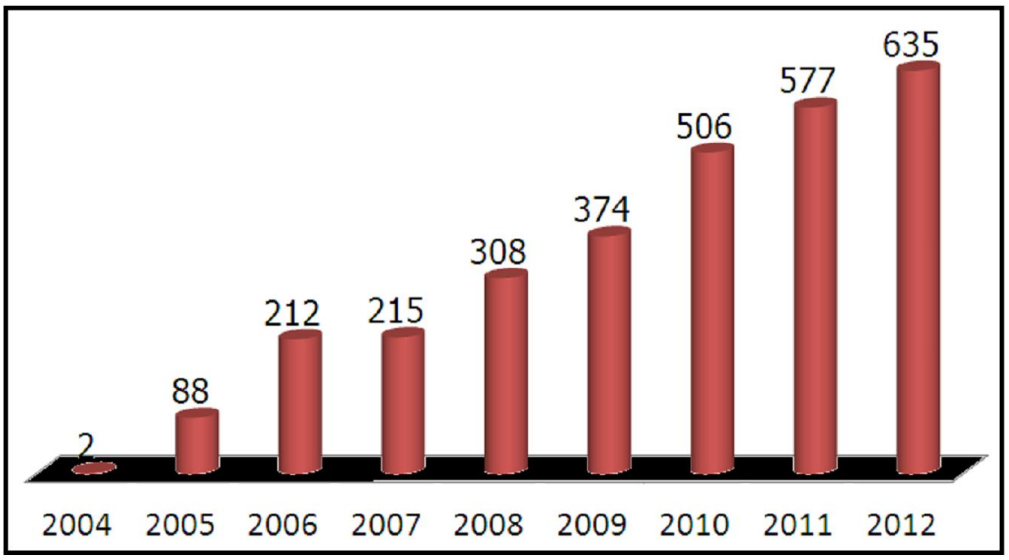
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



QUANTITATIVO DE ALUNOS/AS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



TRANSPORTE ESCOLAR

Desafio à Educação no Campo

Assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência.

O Município executa o Transporte Escolar no Campo, através de três recursos:

- PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
- Convênio com o Governo do Estado de Rondônia
- Recursos da Educação Municipal

Alunos Transportados Diariamente

Transporte Terrestre

Processo 09.0049/2009 – Contrato 148/PGM/2009 = 26 ônibus
Processo 09.0515/2010 - Contrato 004/PGM/2010 = 39 ônibus
Processo 09.0515/2010 – Contrato 005/PGM/2010 – 26 ônibus

96 ônibus

Transporte Fluvial

Processo 09.514/2010 – Contrato 162/PGM/2010 – 13 Voadeiras
Processo 09.0702/2009 – Contrato 137/PGM/2010 – 13 Voadeiras
Processo 09.521/2006 – Contrato 149/PGM/2006 – 53 Voadeiras

79 Voadeiras

Alimentação Escolar

A Secretaria Municipal de Educação conta com 200 agricultores familiares atentendo 62 escolas municipais, atingindo 30% da compra do Agricultor Rural.

ELABORAÇÃO DE CARDÁPIOS
E SUPERVISÃO ESCOLAR

Foram elaborados cardápios para:

- 52 Escolas Urbanas
- 35 extensões
- 72 Escolas Rurais

Foram realizadas visitas técnicas, pelas Nutricionistas, em:

- 67 Escolas Urbanas
- 15 Escolas da Zona Rural.

PROGRAMAS MONITORADOS PELA DIVISÃO

PROGRAMA FOME ZERO - Escolas Beneficiarias do PAA/CONAB

O PAA tem como finalidade o apoio aos agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação. Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. Segue relação de Escolas Beneficiárias no ano de 2012:

1. Associação Comunitária Creche e Escola Infantil Pato Donald;
2. Associação Creche Mãe Trabalhadora do Bairro Ulisses Guimarães;
3. Associação Beneficente Criança Feliz;
4. Associação Creche e Escola Aconchego dos Pequeninos;
5. Associação Assistencial Educ. Zona Leste do Município de Porto Velho – Lar da Criança;
6. Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Vovó Helena;
7. Creche Escola Tia Sônia;
8. Associação de Mulheres Moradoras do Bairro Três Marias (escolinha Primeiros Passos);
9. Creche Três Marias;
10. Escola Maria de Nazaré;
11. Associação Civil Amigos da Tia GG;
12. E.I.E.F. Mickey Mouse;
13. Associação Educacional Caminho para o Futuro;
14. Associação Beneficente Bob Esponja;
15. Associação Wesleyana de Ação Social de Porto Velho;
16. Associação de Moradores e Amigos do Bairro JK;
17. Associação Beneficente Educacional Nova Aliança;
18. Conselho Escolar da Escola Municipal de Educ. Inf. E Fund. Esperança;
19. Centro Educacional Batista El-Shadday;

A associação beneficente Criança feliz está fechada, portanto, os gêneros que deveriam ser entregues na Associação Criança Feliz foram encaminhados para a Escola Batista Memorial, escola substituta.

As previsões contemplam o atendimento 3.948 (três mil novecentos e quarenta e oito) alunos do Ensino infantil, fundamental e creches, totalizando 19 Escolas para o período letivo de 2011/2012, benefício esse, oriundo do Projeto de Doação Simultânea - Complemento à Alimentação Escolar do Programa Fome Zero.

Educação Infant˙l

MISSÃO: *Coordenar ações que promovam uma Educação Infantil de qualidade nas escolas da rede municipal de ensino, elaborando, coordenando, planejando, orientando, monitorando e avaliando programas, projetos e atividades referentes à Educação Infantil, buscando garantir a aplicação das normas e diretrizes que regulamentam esta faixa etária.*

ATENDIMENTO

O atendimento na Educação Infantil no município de Porto Velho é realizado pelas escolas municipais (urbana e rural), conveniadas e parceiras.

Escolas Conveniadas: são as escolas que recebem recursos do município e pertencem a Associações e ou Instituições filantrópicas, confessionais ou comunitárias, em que a administração é de responsabilidade do gestor/a da instituição e funciona em local pertencente a essas instituições, são conveniadas com a Prefeitura por intermédio da SEMED.
LOCAÇÃO 13 e PROAFINC 18

Escolas Municipais Urbanas: são totalmente assumidas pelo município em prédios próprios ou alugados, sua administração é eleita pela comunidade. TOTAL: 32

Escolas parceiras: são aquelas que a prefeitura através da SEMED, apóia com algum atendimento, mas não repassa recurso financeiro, em contrapartida elas atendem as crianças. TOTAL: 6

Escolas do Campo: A Educação Infantil também está na Zona Rural atendendo alunos do pré I e II. TOTAL: 12

PROGRAMAS

Programa de Apoio Financeiro às Instituições Comunitárias, Filantrópicas e Confessionais – PROAFINC

Para garantir a gratuidade e melhoria das estruturas físicas das escolas conveniadas, a Prefeitura do Município de Porto Velho criou o Programa de Apoio Financeiro às Instituições Comunitárias, Filantrópicas e Confessionais – PROAFINC (Decreto de Criação nº 9.751 de 21 de março de 2005) via Secretaria Municipal de Educação e pela Divisão de Educação Infantil.

O Programa tem como objetivo garantir atendimento a demanda excedente de alunos da Educação Infantil e Educação Especial, não absorvida pela rede municipal de ensino em suas dependências regulares.

O recurso é repassado de acordo com a quantidade de alunos/as matriculados na Instituição:

- De 25 a 50 crianças – R$ 7.500,00
- De 51 a 100 crianças – R$ 15.000,00
- De 101 a 150 crianças – R$ 22.500,00
- De 151 a 200 crianças – R$ 30.000,00

Foi criada uma comissão de fiscalização e orientação para administração dos recursos, sendo necessária a elaboração de um plano de trabalho a ser aprovado por essa comissão, como qualquer modificação deste

Programa Viva a Infância

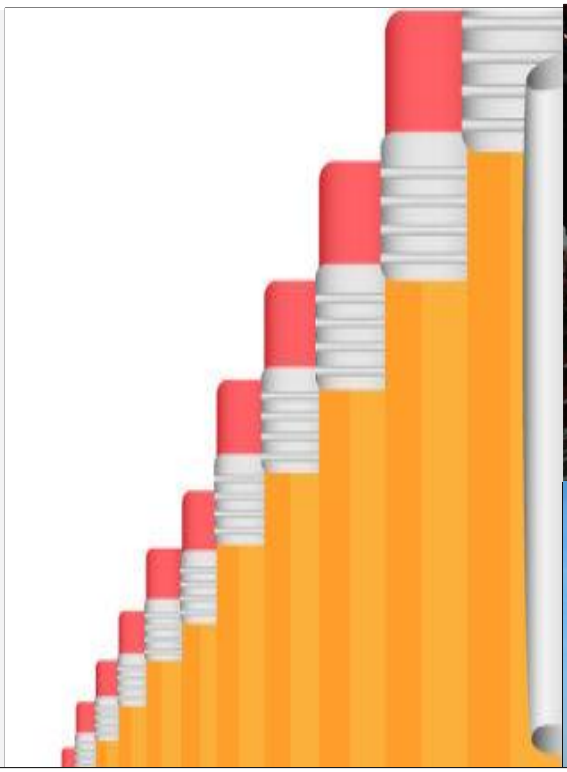
O Programa Viva a Infância, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação foi criado pela Prefeitura de Porto Velho com o objetivo de ampliar o atendimento na área da Educação Infantil em todo município, para a clientela de até cinco anos de idade. Por meio do Programa, são realizadas várias ações que tem por finalidade, fazer com que as crianças assistidas iniciem o processo de descobertas e passem a desenvolver as competências necessárias para esta faixa etária.

As ações desenvolvidas no ano de 2012 foram as seguintes:

Premiação de Escolas e Profissionais de educação por práticas exitosas: o objetivo desta ação é premiar as Escolas e Profissionais da Educação Infantil por práticas exitosas e inovadoras no ano de 2012. A primeira fase consistiu no Seminário de lançamento do Prêmio e a segunda a premiação das escolas e profissionais.

Formação: foram realizados Círculos Pedagógicos com os coordenadores da Educação Infantil, a Divisão de Educação Infantil promove mensalmente ao público supracitado momentos de reflexão e discussão da prática pedagógica, que devem ser subsídios para o processo de formação continuada para os professores das escolas de Educação Infantil. Em 2012 foram abordadas as seguintes temáticas:

1. Educar, Cuidar e Brincar, a partir do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil;
2. Noções de Alimentação e Nutrição;
3. A Consonância entre o Trabalho do Coordenador Pedagógico e o Conselho Tutelar;
4. Identidade e Autonomia, a partir do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil;
5. O Papel do Coordenador Pedagógico;
6. Discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil;
7. Um Eterno Brincar, cheio de Desafios e Aprendizagem.



FORMAÇÃ

FORMAÇÃO

Sendo assim, em 2012 a DIFOM coordenou os programas de formação inicial e continuada descritos em quadro a seguir.

O Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal/NTM, situado nas dependências da Biblioteca Municipal Francisco Meireles, compõe a estrutura da DIFOM, possuindo 01 (uma) professora coordenadora do Núcleo, 06 (seis) professoras que atuam como formadoras e 01 (uma) funcionária que atua na função administrativa do Núcleo.

O Núcleo compõe a DIFOM considerando que este setor é responsável pela formação continuada dos profissionais da educação no uso e inclusão das Tecnologias da Comunicação e Informação/TIC's enquanto recurso pedagógico, acompanhamento e suporte técnico dos Laboratórios de Informática Educativa - LIE's. Coordena os Programas de Formação Continuada: PROINFO Integrado, Um Computador Por Aluno – UCA e

FORMAÇÃO INICIAL

PRÓ LICENCIATURA
Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Pró-Licenciatura: O programa oferece formação inicial à distância a professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental ou ensino médio dos sistemas públicos de ensino.

O Pró-Licenciatura ocorre em parceria com instituições de ensino superior que implementam cursos de licenciatura a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de forma que o professor cursista mantenha suas atividades docentes.

No município de Porto Velho são ofertados os cursos nas áreas de:

- Biologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR
- Educação Física, Artes Visuais e Teatro, pela Universidade de Brasília – UnB
- Música, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Tem como objetivo expandir a oferta de cursos de educação superior no País, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Em parceria entre os entes federativos.

Conforme o Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura, a UNIR e a CAPES/MEC, a contrapartida da Prefeitura refere-se à cedência do Centro de Formação dos Profissionais da Educação como espaço físico para o pólo de apoio presencial da UAB, e, ainda, de 02 (duas) funcionárias para coordenação administrativa e pedagógica do pólo, além de funcionárias para a área administrativa e de manutenção do pólo que são os mesmos do Centro de Formação dos Profissionais da Educação.

- Inscritos: 150
  - Em andamento
    - 50 vagas para Pedagogia;
    - 50 Letras;
    - 50 Administração Pública;

- 150 vagas para Pós Graduação (Administração Municipal; Administração Pública; Administração em Saúde);

- 15 inscritos para o Mestrado em Matemática – PROFMAT.

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professor

Objetiva capacitar em 1ª e 2ª habilitação os professores conforme área de atuação e formação inicial.

67 professores da rede municipal de ensino participantes dos cursos /graduação em Letras/Espanhol, Educação Indígena; Informática; Matemática; Educação Física; História; Letras/Português.

O Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem como objetivo principal dar suporte a ação pedagógica aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O curso de Alfabetização e Linguagem é composto de sete fascículos e um complementar que abordamos seguintes temas:

Capacidades Lingüísticas da Alfabetização e Letramento;
Alfabetização e Letramento: Questões sobre Avaliação;
Organização do Tempo Pedagógico e o Planejamento do Ensino;
Organização e Uso da Biblioteca Escolar e das Salas de Leitura;
O Lúdico na Sala de Aula: Projetos e Jogos;
O Livro Didático em Sala de Aula: Algumas Reflexões;
Modos de Falar Modos de Escrever.

O curso de Matemática é composto de sete fascículos e um complementar que abordamos seguintes temas:

Números Naturais;
Operações com Números Naturais;
Espaço e Forma;
Frações;
Grandezas e Medidas;
Tratamento da Informação;
Resolver problemas: o Lado Lúdico do Ensino da Matemática;
Avaliação da Aprendizagem em Matemática nos Anos Iniciais.

ATENDIDOS no Pró-Letramento		
ANO	**INSCRITOS**	**CONCLUINTES**
2012	**66**	**Em andamento**

O Programa Formação pela Escola é um programa de formação continuada, na modalidade à distancia, que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com execução, monitoramento, avaliação, prestação de contas e controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

ATENDIDOS		
ANO	**INSCRITOS**	**CONCLUINTES**
2012	**45**	**Em andamento**

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES DO CAMPO - PROFA do Campo

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores do Campo – PROFA do Campo é destinado aos professores da rede municipal de educação em efetivo exercício do magistério nas escolas do campo. Aborda conteúdos de fundamentação, relacionados aos processos de aprendizagem da leitura e escrita e à didática da alfabetização. O principal objetivo desse módulo é demonstrar que a aprendizagem inicial da leitura e da escrita é o resultado de um processo de construção conceitual que se dá pela reflexão do aprendiz sobre as características e o funcionamento da escrita.
São discutidas didáticas de alfabetização. O objetivo é demonstrar que a alfabetização é parte de um processo mais amplo de aprendizagem de diferentes usos da linguagem escrita, em situações de leitura e produção de texto. O programa também tem como foco as situações didáticas. O objetivo é apresentar e discutir outros conteúdos de língua portuguesa que fazem sentido no período de alfabetização.
Os trabalhos com os professores foram iniciados em maio de 2012. Os encontros são mensais com duração de 8 horas cada um, perfazendo um total de 60h de curso. Os mesmos ocorrem de acordo com as localidades do Núcleo de Ensino de ponta do Abunã – NEPA, sendo Vista Alegre do Abunã (Escola Maria Casaroto Abati), Extrema (Escola 13 de Maio, Escola José Augusto e algumas escolas Multianuais) e Nova Califórnia (Escola Maria Jacira Feitosa).

ATENDIDOS PROFA do Campo		
ANO	**INSCRITOS**	**CONCLUINTES**
Em 2012	**99**	**Em andamento**

escola de gestores da educação básica

A Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica é mais um curso do Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública, vinculado à Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação (SEB/MEC), realizado em parceria com Secretaria do Estado da Educação – SEDUC e Secretaria Municipal de Educação – SEMED através da UNDIME – União dos Dirigentes Municipais da Educação e é voltado para a formação continuada e pós-graduada de profissionais que atuam em equipes de gestão pedagógica em escolas públicas de Educação Básica e/ou função equivalente.

O curso é ofertado na modalidade de Ensino a Distância – EAD e tem por objetivo básico formar, em nível de pós-graduação lato sensu, coordenadores pedagógicos e/ou profissionais que exerçam função equivalente e integrem a equipe gestora da escola, visando a ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem uma educação de qualidade.
Com uma carga horária total de 405 horas, o curso está sob a responsabilidade da Universidade Federal de Rondônia – UNIR sendo realizado através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, Plataforma Moodle, com acesso exclusivamente via internet.

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho – SEMED conta com 62 inscritos, entre eles Coordenadores Pedagógicos, Orientadores Educacionais e profissionais em função equivalente. Os mesmos estão distribuídos em 2 turmas. O curso será concluído em 2012.

ATENDIDOS Pos em Coordenação Pedagógica (Rede Municipal de Ensino Porto Velho)		
ANO	**INSCRITOS**	**CONCLUINTES**
2012	**62**	**Aguardando resultado final / UNIR**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL – LATO SENSU/2012

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial é realizado com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Educação e tem a finalidade de especializar 40 profissionais da educação, possibilitando a qualificação específica de atuação junto aos alunos , público alvo da educação especial, na Rede Municipal. A empresa contratada para realizar o curso foi o GRUPO UNINTER.
As aulas acontecem quinzenalmente aos finais de semana no Pólo do Grupo UNINTER, localizado à Avenida Carlos Gomes, 1633, 1º andar, São Cristóvão – Rio Shopping, das 8h às 21h.

ATENDIDOS Pós em Educação Especial		
ANO	**INSCRITOS**	**CONCLUINTES**
2012	**40**	**Em andamento**

PROUNCIONARIO

PROFUNCIONÁRIO: tem como objetivo principal oferecer, formação e habilitação em nível médio, aos funcionários que atuam nas escolas públicas da educação básica, Com as habilitações Técnico em Alimentação Escolar, para as merendeiras, Técnico em Infra-estrutura Escolar, para os funcionários de apoio e limpeza, e também o curso Técnico em Secretaria Escolar, para os secretários e agentes de secretaria escolar.

Formação Continuada pelo Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal/NTM

1. Oficinas interativas para capacitar professores e alunos nas novas tecnologias.
2. Atualização de softwares para os LIE's e para o UCA.
3. Teste de compatibilidade de softwares educacionais.
4. Comunicados e planejamento de ampliação dos LIE's antigos pregão 2007, ampliação para 2012.
5. Estrutura da TV ESCOLA (Espaço físico, adesão de novas escolas para recebimento de kits do MEC).
6. Proposta de Avaliação das crianças nas escolas sobre a utilização dos equipamentos na escola (Avaliação anual).
7. Proposta de Avaliação dos professores das atividades utilizadas com os alunos na escola (Avaliação anual).
8. Proposta de Avaliação da equipe NTM;
9. Organização de documentos de inscrição, relatórios, declaração de desistência.

PROINFO: O Programa Nacional de Informática na Educação/PROINFO é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do Departamento de Infra Estrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

Proinfo Integrado

Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional

O PROINFO Integrado é uma ação de Formação Continuada com duração total de 180 horas que são divididas em três etapas. Iniciada em maio de 2008, a primeira fase, de 40 horas, aborda informações básicas sobre educação digital com base no sistema Linux Educacional, software livre criado especialmente para as escolas públicas brasileiras. Com 100 horas, a segunda etapa aborda a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação, conhecida como TIC's. A terceira etapa do PROINFO Integrado compreende 40 horas referentes à Elaboração de Projetos objetivando desenvolver projetos a serem utilizados no ambiente escolar integrando as Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC's.

ATENDIMENTO PROINFO 2012					
NTM	2012				TOTAL
	ALF	IED	TIC		
	25	34	63		122

Legenda:
ALF: *Curso de Alfabetização Digital -*
IED: *Introdução a Educação Digital – 40h Introdução*
TIC: *Ensinando e Aprendendo com as TIC's – 100h*

Programa Um Computador por Aluno – UCA / NTM

Programa Um Computador por Aluno – ProUCA - É uma iniciativa do Governo Federal através da Secretaria de Educação a Distância/SEED/MEC, em parceria com os Estados da federação. Houve uma 1ª Fase intitulada Pré -Piloto, iniciada no ano de 2007. A Instituição Escolar representada pelo município de Porto Velho é a E.M.E.F. João Ribeiro Soares.

PROFESSORES/GESTORES/COORDENAÇÃO PEDAGOGICA – 2012 ESCOLA JOÃO RIBEIRO				
	PROFESSORES	GESTORES	EQUIPE PED.	Total
Porto Velho	14	02	03	19

Programa de Educação

INCLUSIVA

Direito à Diversidade

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - DIEES

PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS

Programa de Desenvolvimento da Educação Inclusiva

- Projeto de Formação Continuada;
- Projeto Dia Temático: "Inclusão das Diferentes Diferenças";
- Projeto de Implantação e Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais
- Programa Escola Acessível;

Programa Multidisciplinar

- Equipe Itinerante
- Projeto Atividades Aquáticas Adaptadas

Programa de Combate ao Bullying

- Equipe Multidisciplinar

REALIZAÇÃO DE ENCONTROS, OFICINAS E PALESTRAS:

- **EMEF Santa Margarida**
  Temas: Trabalhando a potencialidade do aluno com Deficiência Intelectiva e motivação do profissional da Educação;
  Objetivos: Sensibilizar e conscientizar docentes respeitando o ritmo e a maneira diferenciada de aprender do aluno com Deficiência Intelectiva;

- **EMEF Antônio Ferreira**
  Temas: Relações Interpessoais na Escola e Legislação que ampara a Inclusão.
  Objetivo: Sensibilizar e propiciar um momento com os profissionais da educação sobre a aprendizagem do aluno Autista.

- **EMEF. Rio Madeira**
  Temas: TGD /AUTISMO (conceito), Inclusão do Autista, Sensibilização e AEE
  Objetivo: Sensibilizar sobre a inclusão a partir do conhecimento da Legislação pertinente da Educação Especial;
  Dinâmicas aplicadas:
  1. Mais igual mais diferente
  2. Durante Mitos (dinâmica teatral)
  3. O intruso
  4. Os Animais

- **EMEI. Moisés Ferreira Neto, EMEIF Belezas do Buriti e Batista El Shaddai**
  Tema: Deficiência Intelectiva e Inclusão
  Objetivo: Sensibilizar e propiciar um momento entre os funcionários da escola sobre a aprendizagem e a inclusão do aluno Deficiência Intelectiva.

- **EMEIF. Chapeuzinho Vermelho**

  Tema: A prática na Educação Inclusiva

  Objetivo: Proporcionar aos professores diferentes formas de trabalhar sua prática pedagógica

Desenvolvimento: Confecção de material adequado ao público alvo do AEE para uso em sala de aula comum onde haja alunos com deficiência visual e intelectiva.

- **EMEIF. Flor de Laranjeira**

  Tema: Palestra sobre Síndrome de Down

Objetivo: Informar e orientar a escola sobre a situação dos alunos com Síndrome de Down.

- **EMEF. Manuel Aparício Nunes de Almeida**

  Tema: **1**. "Escola para todos";

  2. Processo Avaliativo dos alunos Público Alvo da Educação Especial.

Objetivos: - Estimular a inclusão escolar e a valorização das diversidades, fundamentada na atenção à multiplicidade, possibilitando a socialização das habilidades e competência dos alunos;

- Esclarecer o Processo Avaliativo dos alunos da EJA que estão inseridos na sala de aula comum;

- **EMEF. João Ribeiro Soares**

  Tema: Escola é para Todos: Inclusão, Direito do Cidadão

Objetivo: Conscientizar, atualizar e trocar experiências com pais, professores e profissionais que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais.

- **EMEF. Joaquim Vicente Rondon**

  Tema: LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Objetivo: Proporcionar formação continuada aos educadores em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais para atender a demanda existente de alunos surdos, bem como, sua aplicabilidade no dia a dia no ambiente escolar e auxiliá-los no senso de organização de atividades adaptadas para alunos em estado de surdez.

- **Escola Conveniada Pequenos Brilhantes**

Tema: Inclusão dos Alunos com Deficiência Intelectiva e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade

Objetivo: Oportunizar aos professores experiências de Práticas Inclusivas e sensibilizá-los quanto a Inclusão;

- **EMEIF. Areal da Floresta**

Tema: Diversidade na escola

Objetivo: Oportunizar aos professores experiências de Práticas Inclusiva;

Participantes do V Seminário "Políticas Públicas e Educação Inclusiva"

Exposição de trabalhos de aluno com Deficiência Intelectiva da EMEF. Flor do Piquiá da EJA

Exposição do Material das Salas de Recursos Multifuncionais das EMEF. Joaquim Vicente Rondon e Estela de Araújo Compasso

E**MEF. Canto do Uirapuru**
Tema: Educação Infantil e Desenvolvimento da Criança e Altas Habilidades/Superdotação
Objetivo: Conscientizar os profissionais da escola sobre a importância da Educação Infantil e o Desenvolvimento da Criança, bem como, esclarecimentos sobre Altas Habilidades/Superdotação;

EMEF. Francisco Elenilson Negreiros
Tema: Atendimento Educacional Especializado-AEE
OBJETIVO: Esclarecer sobre a funcionabilidade da Sala de Recurso Multifuncional para os profissionais da escola.

EMEF. Wadih Darwich Zacarias
Tema: Avaliação de alunos com Deficiências: Intelectiva, Visual (Baixa Visão) e Física
Objetivo: Proporcionar aos profissionais da educação momentos de esclarecimentos e reflexão sobre o tema abordado.

Realização do V SEMINÁRIO "POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA", envolvendo 158 (cento e cinquenta e oito) profissionais da Educação, objetivando assegurar a inclusão educacional dos alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no Município Polo Porto Velho e nos 15 (quinze) Municípios de área de abrangência, dentre eles: Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo, Candeias do Jamarí, Cujubim, Guajará Mirim, Itapuã D'oeste, Machadinho D"Oeste, Monte Negro, Nova Mamoré, Rio Crespo, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.

Realização de visita nas EMEF: Estela de Araújo Compasso, Manuel Aparício Nunes de Almeida, Joaquim Vicente Rondon, Pedro Tavares Batalha e Darcy Ribeiro. A visita objetivou verificar com os gestores o trabalho realizado na Sala de Recurso Multifuncional utilizando recursos tecnológicos para uma entrevista com a produtora da Revista Nova Escola sobre questões relacionadas a inclusão;

Realização de palestra por uma técnica na formação inicial do Programa Brasil Alfabetizado, objetivando orientar os profissionais sobre o atendimento aos alunos público alvo da educação especial, esclarecendo algumas dúvidas e motivá-los quanto ao atendimento aos alunos da EJA;

Realização de uma palestra por 01(uma) técnica na Faculdade São Lucas, sobre Inclusão do Deficiente Visual na escola e sua aprendizagem, objetivando esclarecer o uso da Sala de Recurso Multifuncional na aprendizagem do aluno com deficiência Visual, organizada por acadêmicos dos Cursos de Fisioterapia;

Realizaçãode uma palestra na Faculdade Metropolitana, por 01(uma) técnica sobre os Aspectos Legais e Pedagógicos da Educação Inclusiva, com o Título: "Educação Inclusiva: Você Fazendo Parte", organizada por acadêmicos dos Cursos de Pedagogia;

Realização de palestra por 01(uma) técnica na EMEF Joaquim Vicente Rondon para profissionais da educação com os Temas: Baixa Visão, Flexibilização, Acessibilidade, Adaptação e Avaliação Curricular, tendo como finalidade capacitá-los visando um atendimento de qualidade, promovendo assim a inclusão de todos os alunos;

Realizaçãode palestra por 01(uma) técnica juntamente com as professoras da Escola Joaquim Vicente Rondon na Terceira Semana de Pedagogia da Faculdade de Ciências Administrativas e de Tecnologia-FATEC, com o Título : "Educação Especial"- O que temos haver com isso?, objetivando expor sobre as políticas de educação especial nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho;

Realização de 10(dez) Encontros com a temática Atendimento Educacional Especializado –AEE, através de Oficinas/Mini Curso para profissionais que realizam esse atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais e técnicos/as da Divisão de Educação Especial, objetivando capacitá-los para atuarem com autonomia no fortalecimento do processo de inclusão de todos os alunos, pautados nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, proporcionando momentos de estudos e reflexão da prática pedagógica;

PROJETO DIA TEMÁTICO: “INCLUSÃO DAS DIFERENTES DIFERENÇAS”

Desenvolvido nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, objetivando apoiar e fortalecer o processo de inclusão através da sensibilização da comunidade escolar para as questões que envolvem os quatro eixos da inclusão: Gênero, Etnia, Promoção da Igualdade Social e Educação Especial, valorizando o direito do cidadão, como condição para a efetivação da democracia.

As atividades desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino favoreceram o intercâmbio entre educandos/as, educadores/as, entidades governamentais e não governamentais e comunidade em geral, fortalecendo a política de inclusão, melhorando a qualidade do ensino e das relações interpessoais entre os atores envolvidos, com as seguintes atividades: Palestras, oficinas, música, jogral, teatro, desenho, pintura, colagens, mural informativo, danças, jogos, debates, etc.

IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS

Sala de Recursos Multifuncional – É um espaço na escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado- AEE para alunos/as com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, objetivando apoiar e fortalecer o processo de inclusão de alunos/as em salas de aula comuns do ensino regular, proporcionando-os a construção de seus conhecimentos e subsidiando-os para que desenvolvam o currículo, enfim, participem da vida escolar com qualidade.

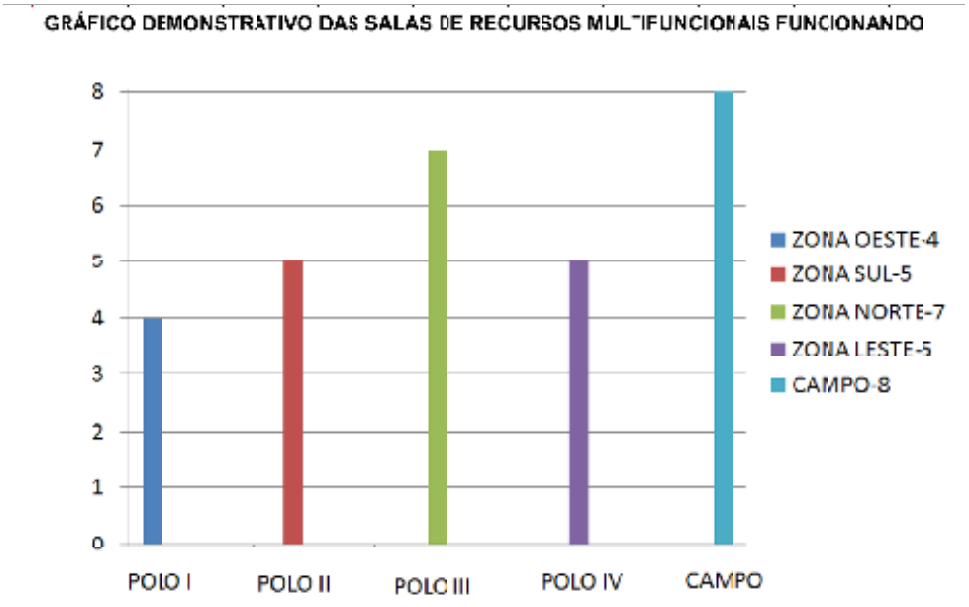
A SecretariaMunicipal de Educação em parceria com o MEC/FNDE, de 2005 até 2012, implantou 47 (quarenta e sete) Salas de Recursos Multifuncionais, sendo distribuídas nos seguintes Polos/Zonas:

ESCOLAS FUNCIONANDO: TOTAL 29 (VINTE E NOVE).

Polo I/ Zona Oeste: 04 - Antonio Ferreira da Silva, São Pedro, Maria Izaura e Nacional;
Polo II/Zona Sul: 05- Manoel Aparício Nunes da Silva, Padre Chiquinho, Joaquim Vicente Rondon, Saul Bennesby e Pequenos Talentos;
Polo III/Zona Norte: 07- Senador Darcy Ribeiro, João Ribeiro Soares, Engenheiro Francisco Erse, Pedro Tavares Batalha, Flor do Piquiá, Guadalupe e Rio Madeira;
Polo IV/Zona Leste: 05 - 12 de Outubro, Profª Estela de Araújo Compasso, Bom Princípio, Auta de Souza e Elenilson Negreiro;
Escolas do Campo: 08 - Cora Coralina, Francisco José Chiquilito Erse, Joaquim Vicente Rondon, 13 de Maio, Henrique Dias, Ana Adelaide Granjeiro, Nossa Senhora de Nazaré e Maria Jacira Feitosa.

ESCOLAS NÃO FUNCIONANDO: TOTAL 18 (DEZOITO).

Polo I na zona Oeste:(01)– Antônio Augusto Rebelo das Chagas
Polo II (03) três Raimundo Agostinho da Silva, Rio Guaporé e Dr. Tancredo de Almeida Neves
Polo IV na zona Leste 04 - Wadih Darwich Zacarias, Pingo de Gente, Pé de Murici e Vovó Helena Campo- Núcleo de Porto Velho-NEPV- 07(sete) Antônio Augusto Vasconcelos, João Afro Vieira, Ermelindo Monteiro Brasil, Deigmar Moraes de Souza, 04 de Agosto, Jose de Freitas e 03 de Dezembro Núcleo de Calama –NEC 01 (um) EMEF. Manoel Maciel Nunes Núcleo da Ponta do Abunã –NEPA 02 (dois) EMEF. Maria Casaroto Abate, José Augusto da Silva



IMPLEMENTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A Secretaria Municipal de Educação em 2012, implementou 38(trinta e oito) Salas de Recursos Multifuncionais,conforme Quadro abaixo:

AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTO:

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Ação indispensável a acessibilidade dos alunos público alvo da educação especial, visando a garantia ao acesso e permanência no ensino regular. Segue abaixo quadro demonstrativo da execução:

ESCOLAS	CONSTRUÇÃO
EMEF Wadih Darwich Zacarias	X
EMEF São Pedro	X

Sala de Recursos EMEF Wadih Darwich

Sala de Recursos EMEF São Pedro

PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL

Relação das escolas contempladas pelo Ministério da Educação/MEC por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ FNDE, com o Programa Escola Acessível, que objetiva a promoção da acessibilidade e apoio à inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial, em classes comuns do ensino regular.

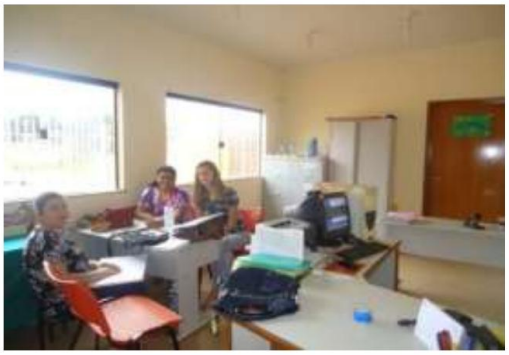
ESCOLAS CONTEMPLADAS PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL - INDICADA-2011- RECURSO 2012

N°	COD INEP	ESCOLAS	Valor de Custeio	Valor de Capital	Valor do Recurso
01	11003391	EMEF Floriano Peixoto EMEF Manoel Maciel Nunes	R$ 6.640,00	R$ 1.660,00	R$ 8.300,00
02	11045825	EMEF Jose de Freitas	R$ 10.000,00	R$ 2.500,00	R$ 12.500,00
03	11118814	EMEIF Pé de Murici	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ 10.000,00
04	11037644	EMEF Raimundo Agostinho da Silva	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ 10.000,00
05	11002085	EMEF Rio Guaporé	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ 10.000,00
06	11047178	EMEIEF Vovó Helena	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ 10.000,00
07	11045892	EMEF 03 de Dezembro	R$ 12.000,00	R$ 3.000,00	R$ 15.000,00
08	11001313	EMEF Jose Augusto da Silva	R$ 10.000,00	R$ R$ 2.500,00	R$12.500,00
09	11002778	EMEIEF. Dr. Tancredo de Almeida Neves	R$ 12.000,00	R$ 3.000,00	R$ 15.000,00

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR – tem por objetivo analisar, intervir e orientar os profissionais da educação, pais e ou responsáveis dos alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, bem como, realizar encaminhamentos dos alunos mencionados aos especialistas, quando necessário.

ASSESSORAMENTOS DA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Tem como objetivo orientar os profissionais da área da Educação Física que atuam com os alunos público alvo da educação especial quanto as adaptações, ajustamentos das atividades ou cuidados que devem ser tomados para que os referidos alunos possam freqüentar as aulas de Educação Física, conhecendo seu grau de limitação, os procedimentos específicos a serem utilizados. Visando a participação dos mesmos na aula de Educação Física, desenvolvendo nestes a promoção do bem estar físico, mental, social e escolar.



ASSESSORAMENTOS ÀS ESCOLAS DO CAMPO

Tem como objetivo realizar assessoramento técnico e pedagógico junto aos educadores que trabalham com alunos que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas do campo.

Responsável	Quant. de Assessoramentos	Número de Alunos	ENCAMINHAMENTOS										
			Fonoaudióloga	Neurologista	Otorrinolaringologista	Oftalmologista	Psicóloga	Fisioterapeuta	Projeto Atividades Aquáticas Adaptadas	Sala de Recursos Multifuncionais- AEE	Terapia Ocupacional	Psiquiatra	Nutricionista
Assessoramento Equipe Itinerante	569	-	61	22	39	21	23	03	08	71	01	01	02
Assessoramento do Interprete de Libras	23	09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assessoramento Fisioterapeutico	72	60	04	-	01	02		24	-	-	04	-	-
Assessoramento da Professora de Educação Física	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assessoramento Equipe Itinerante nas Escolas do Campo	20	-	-	-	-	-	-	-	02	02	-	-	-
TOTAL GERAL	**771**	**69**	**65**	**22**	**40**	**23**	**23**	**27**	**10**	**73**	**05**	**01**	**02**

PROJETO ATIVIDADES AQUATICAS ADAPTADAS

O referido Projeto visa contribuir para o desenvolvimento do aluno público alvo da educação especial e os benefícios fisiológicos são nítidos e importantes, pois, influenciam nos fatores que atuam no desenvolvimento físico, social e emocional do aluno. Com tudo, o grande diferencial deste trabalho é o atendimento a várias deficiências ou necessidades educacionais. A sistematização do trabalho consiste no encaminhamento do aluno pela Equipe Itinerante. Este trabalho visa proporcionar ao aluno incluído, uma atividade complementar realizando atendimento aos mesmos duas vezes por semana, com uma visão humanista buscando dar ênfase "NÃO" na limitação do aluno, e sim, trabalhar de forma lúdica e prazerosa no ambiente aquático, contribuindo com o processo de construção de conhecimento e envolvimento do aluno em sua trajetória acadêmica dos 17 (dezessete) alunos/as, conforme quadro a seguir.

QUANTITATIVO DE ALUNOS ATENDIDOS NO PROJETO ATIVIDADES AQUATICAS ADAPTADAS

Nº de ordem	ESCOLAS	Número de Alunos
01	EMEF Som da Craviola	1
02	EMEF Joaquim Vicente Rondon	4
03	EMEF Cor de Jambo	1
04	EMEF ICEAL	1
05	EMEF Miguel Ferreira	1
06	EMEF Ulisses Ferreira	1
07	EMEF Tucumã	2
08	EMEF Francisco Chiquilito Erse	1
09	EMEF Metodista Wesleyana	1
10	EMEF Pequenos Talentos	1
11	EMEF Estrela do Amanhã	1
12	EMEF Areal da Floresta	1
13	EMEF Bohemundo A. Afonso/Zona Rural	1
TOTAL	**17**	

O Programa tem como objetivo divulgar, conscientizar e sensibilizar a comunidade escolar e familiares para a existência do bullying e suas consequências, como também, promover uma cultura de paz nas escolas.

Nesse sentido, esta SEMED, através do Departamento de Educação- DE/ Divisão de Educação Especial - DIEES, visando fortalecer e consolidar o referido programa nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, assegura a efetivação do mesmo, fazendo acontecer a inclusão capacitando os profissionais da educação para o conhecimento da temática e envolver toda a comunidade escolar.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DO PROGRAMA

SESSÕES DE ESTUDOS REALIZADAS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

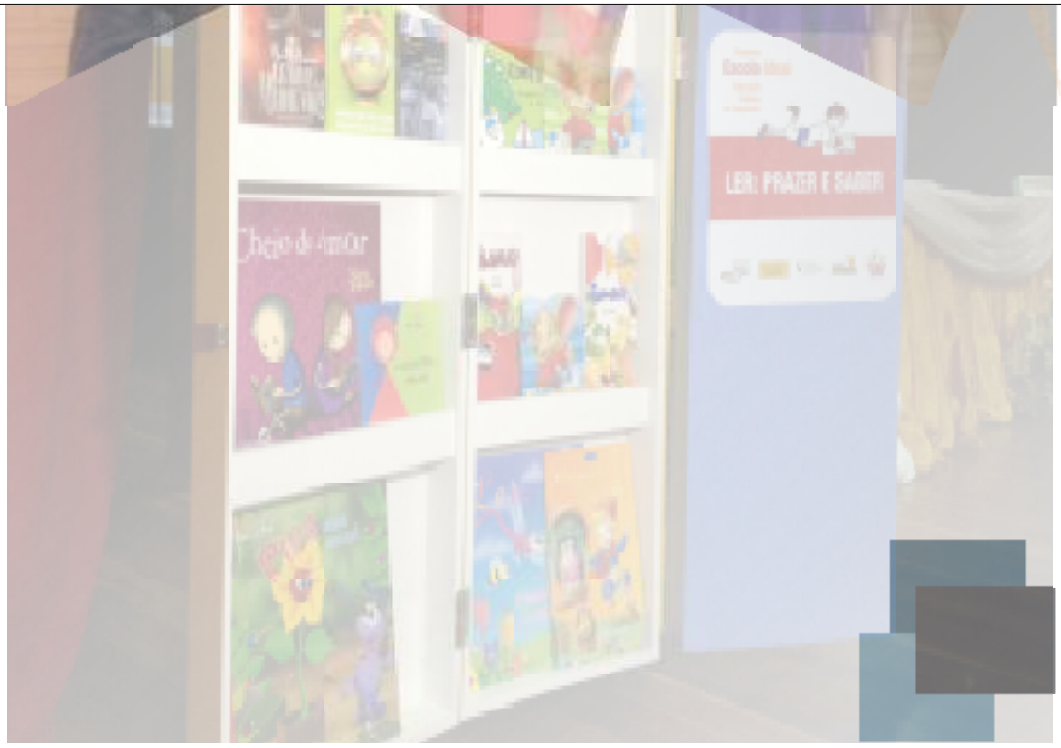
Dando continuidade às Sessões de Estudos com os membros da Equipe Multidisciplinar, em 2012 foram realizadas 07 (sete) encontros, objetivando capacitá-los para adquirir conhecimentos sobre a temática, identificar e intervir nas ocorrências de bullying. As sessões de estudos aconteceram quinzenalmente, na Divisão de Educação Especial - DIEES\DE\SEMED.

Visando dar continuidade às ações desenvolvidas pela Secretaria e de acordo com as competências da Equipe Multidisciplinar, no mês de maio do ano em curso, deu-se início às apresentações do Programa nas unidades de ensino para a Equipe Técnico Pedagógica e demais profissionais, bem como, para os alunos da EJA, em todos os turnos de funcionamento das mesmas. As apresentações aconteceram nas seguintes escolas:

CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÃO NAS ESCOLAS

ESCOLAS	DATA
João Afro	31.05.12
Maria Isaura da Costa Cruz	12.06.12
Saul Bennesby	19.06.12
Padre Chiquinho	26.06.12
Manoel Aparício	14.08.12
Pé de Murici	21.08.12
São Pedro	28.08.12
Joaquim Vicente Rondon	11.09.12
Bom Princípio	18.09.12
Nacional	25.09.12

ENSINO FUNDAMENTAL



Ações

Análise do Calendário Escolar: no mês de janeiro iniciamos a análise e acompanhamento dos Calendários escolares observando as legislações pertinentes, emitindo parecer após aprovação dos mesmos. Foram analisados 68 calendários escolares.

Acompanhamento Pedagógico: Este ano o acompanhamento é direcionado subsidiar especificamente o coordenador pedagógico e professor em seu contexto de sala de aula. Entretanto, para a realização das etapas tivemos muitos contratempos de caráter logístico e de pessoal, que dificultaram nossas visitas técnicas, o que ocasionou num atendimento inferior a 50% nas etapas citadas. O acompanhamento pedagógico é realizado pelas Técnicas desta Divisão e tem como objetivo assessorar tecnicamente e pedagogicamente as unidades escolares da rede pública municipal no desenvolvimento das ações propostas para o decorrer do ano letivo.

Encontro mensal com Coordenadores Pedagógicos: o encontro com coordenadores pedagógicos tem como objetivo orientar os coordenadores a cerca de questões pedagógicas, auxiliando seu trabalho na escola. No ano letivo de 2012 foram realizados cinco encontros, descritos abaixo;

Data	Temas Discutidos
28/03/2012	Orientações para Implantação do Bloco Pedagógico de Alfabetização
20/04/2012	Olimpíada da Língua Portuguesa: Escrevendo o futuro!
25/05/2012	Noções de Alimentação e Nutrição
04/07/2012	Alfabetização e Letramento
28/08/2012	IDEB/2011
27/11/2012	Realizar
12/12/2012	Realizar

Encontro mensal com Orientadores Educacional: Encontro com os Orientadores Educacionais tem como objetivo contribuir para o fortalecimento dos trabalhos realizados pelos orientadores na escola junto aos alunos e familiares. No ano

Data	Temas Discutidos
21/03/2012	A consonância entre o Trabalho do Orientador Educacional e o Conselho Tutelar
25/04/2012	Ouvir para compreender: A importância do diálogo
30/05/2012	Noções de Alimentação e Nutrição
27/06/2012	Políticas e Práticas de Educação Inclusiva
25/08/2011	Palestra: “Hanseníase”.
22/08/2012	A Sexualidade no Ambiente Escolar
19/09/2012	A Indisciplina no Ambiente Escolar
28/11/2012	A Realizar

Programa de Incentivo à Leitura e Produção Textual Livro Carta -Mural:
O Programa Livro Carta-Mural desenvolve um conjunto de ações que tem como objetivo proporcionar atividades de incentivo à leitura e a produção textual nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Uma das ações propostas a serem implantadas contempla atividades de leitura e escrita de forma lúdica, criativa em que o/a leitor/a interage com os textos, interpretando-ose produzindo a partir dele, imprimindo assim, neste processo de construção de saberes e habilidades, sua autoria e visão de mundo. O Programa Livro Carta-Mural foi implantado em 2009, atendendo inicialmente 07 escolas municipais, 5 escolas na zona urbana e 2 escolas na zona rural. No ano letivo de 2012 o número de escolas atendido pelo Programa aumentou para 15 escolas municipais urbanas, conforme quadro ABAIXO:

Pólo I – Zona Oeste

Nº	ESCOLAS	ENDEREÇO/TELEFONES	GESTOR/A	QDE DE ALUNO S/AS
01	EMEF. Prof. Antônio A. Rebelo das Chagas	Av. Almirante Tamandaré c/Jardel Filho, S/Nº, B. São Sebastião II Fone: 3901-3348	Augusto César Passos Cruz	132
02	EMEF. São Pedro	R. José de Alencar c/Costa e Silva, 5033-B. Pedrinhas,Fone: 3901-3354/9249-2545	Francisca Barbosa da Silva	258

Pólo II – Zona Sul

Nº	ESCOLAS	ENDEREÇO/TELEFONES	GESTOR/A	QDE ALUNO S/AS
03	EMEIEF. Saul Bennesby	R. Algodoeiro, 3130 - Eletronorte - Fone: 3901-3333/8414-7841/3228-2135	Marlúcia Rocha dos Santos	328
04	EMEF. Raimundo A. da Silva	R. Bom Jesus – 6375- B. Cidade Nova Fone: 3228-2547	Rosário de Maria Ferro Vieira	189
05	EMEIEF. Cor de Jambo	. Santarém, 2137 - Conjunto Rio Guaporé – B. Castanheira Fone: 3210-0117	Ilza Neyara Silva	130
06	EMEF. Rio Guaporé EF/EJA	Rua Santarém, 2137 - Conjunto Rio Guaporé B. Castanheira Fone: 3901-3339.	Maria das Graças M. da Silva	243
07	EMEF. Padre Chiquinho EF/EJA	Avenida Campos Sales, 881 - B. Areal Fone: 3901-3350/3223	Luis Clodoaldo Cavalcante Filho	231

Pólo III – Zona Norte

Nº	ESCOLAS	ENDEREÇO/TELEFONES	GESTOR/A	QDE DE ALUNOS/AS
08	EMEF. Nossa Senhora do Amparo	Rua 09 c/Amazonas, B. Agenor de Carvalho Fone: 3225-5739	Terezinha da Silva Alves Pereira	192
09	EMEF. PÉ DE MURICI	Av. Calama, s/n° - B. Planalto	Gracilene	155

Pólo IV – Zona Leste

Nº	ESCOLAS	ENDEREÇO/TELEFONES	GESTOR/A	QDE DE ALUNOS/AS
10	EMEIEF. São Miguel	R. Raimundo Cantuária, 9589, B. Jardim Santana, Fone: 3901-3332/3226-3014/3226-3836/9249-	Leila Castro Rossi	360
11	EMEIEF. Chapeuzinho Vermelho	R. Lúcia de Carvalho, Nº 5417- B. Pantanal, Fone: 3901-3325/3214-5979(orelhão)	Maria Graciete C. Barbosa	180
12	EMEF. 12 de Outubro	R. América do Norte, Nº 2445, B. Três Marias (pombal) Fone	Maria P. da Silva Cunha	275
13	EMEIEF. Bom Princípio EF/EJA	Rua Engº Paulo Pinheiro, Nº 1616, B. Tancredo Neves **Fone: 3901-3331.**	Maria da Cruz Silva	328

As unidades escolares a serem atendidas na EJA são:

Nº	ESCOLAS	ENDEREÇO/TELEFONES	GESTOR/A	QDE DE ALUNOS/AS
01	EMEF. Profº. Pedro Tavares Batalha	Rua Alba, 5972, B. Aponiã – F: **3215-1214/ 3901-3346/3215-4000.**	Maria do Carmo Pimenta	95
02	EMEIEF. São Miguel EJA	R. Raimundo Cantuária, 9589, B. Jardim Santana, Fone: 3901-3332/3226-3014/3226-3836/9249-	Leila Castro Rossi	69
03	EMEF. Senador Olavo Gomes PiresEF/EJA	Rua Andréia, 5039, B. Aponiã, Fone: **3901-3345 / 3215-3709**	Auricleide Nobre F. Barbosa	130
04	EMEF. 12 de Outubro EJA	R.América do Norte, Nº 2445, B. Três Marias (pombal) Fone: 3901-3328	Maria P. da Silva Cunha	65
05	EMEF. São PedroEF/EJA TIPO A	Rua: José de Alencar c/Costa e Silva, 5033-B. Pedrinhas **Fone: 3901-3354**	Suzete Araújo Delgado	44

Neste ano de 2012, a sistemática de trabalho veio para atender melhor às unidades escolares. Foram, portanto contratadas estagiárias que foram devidamente capacitadas e alocadas nas escolas na função de "monitoras de leitura", com o papel de auxiliar professores e equipe técnica e gestora de cada escola.

O objetivo do Programa, que é ler e escrever com prazer adentrou definitivamente o espaço do ensino-aprendizagem nas escolares trabalhadas, com resultados concretos e mensuráveis, conforme quadro acima, o que nos faz ter certeza de que os objetivos foram atingidos.

Provinha Brasil: O principal objetivo da Provinha Brasil é atender as demandas por informações sobre o nível de alfabetização dos alunos do 2º ano, de forma a subsidiar as intervenções pedagógicas e administrativas que concorram para o sucesso do ensino e aprendizagem.

É importante ressaltar que os resultados da Provinha Brasil não são utilizados na composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O desejável é que esta avaliação seja utilizada com o intuito de orientar as ações políticas e pedagógicas que poderão, em conjunto com outras iniciativas, melhorar os índices apresentados até o momento.

A Provinha Brasil de Linguagem e Matemática, dividida em duas etapas, a primeira aconteceu no período de 19 a 22 de junho e a segunda etapa esta no aguardo do material. Temos 50 escolas urbanas que participam da aplicação, sendo atendidos 4.586 alunos/as do 2º ano do ensino fundamental.

Capacitação, assessoramento e acompanhamento do PDE:

Acompanhamento junto a 23 escolas municipais, da aplicação do recurso enviado pelo governo federal, visando a melhoria da qualidade do ensino. Foram realizadas 3 capacitações com os gestores das escolas contempladas.

Escolas contempladas com o PDE-Escola:
EMEF. Marechal Rondon
EMEF. Maria Casaroto Abati
EMEF. José de Freitas
EMEF. Ermelindo Monteiro Brasil
EMEF. Padre Geovani Mendes
EMEF. Cora Coralina
EMEF. 13 de Maio
EMEF. Dr. Ana Adelaide
IMEF. Floriano Peixoto
EMEF. Prof.ª. Maria do Carmo Ribeiro
EMEIF. 03 de Dezembro
EMEF. Francisco Elenilson Negreiros
EMEF. Antônio Augusto Vasconcelos
EMEIF. Deigmar Moraes de Souza
EMEF. Nossa Senhora de Nazaré
EMEF. Prof.ª Maria Jacira Feitosa de Carvalho
EMEF. 12 de Outubro
EMEF. Francisco Erse
EMEF. Henrique Dias
EMEF. Saul Bennesby
EMEIEF. Pe. Chiquinho

Programas de Correção de Fluxo da Aprendizagem: “Se Liga” e “Acelera”:

O programa Se Liga visa alfabetizar os alunos em distorção idade série e o Acelera a aprendizagem dos alunos. Para atingir esses objetivos, os Programas contam com materiais didáticos específicos para os alunos , com uma metodologia diferenciada que subsidia o desenvolvimento dos alunos assegurando a qualidade do ensino.
Formação e oficinas para os professores participantes dos Programas de Correção de Fluxo da Aprendizagem: “Se Liga” e “Acelera”, cujo objetivo é discutir ações da aprendizagem da leitura e escrita (Língua Portuguesa) e Matemática.
Foram atendidos 179 alunos do Ensino Fundamental, das 05 escolas da rede municipal urbana. São elas:

EMEF. Rio Madeira;
EMEF. Padre Chiquinho;
EMEF. Chapeuzinho Vermelho;
EMEF. Ulisses soares;

EducaçãoAmbiental:

COMDEMA: Membro do Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente.

“Projeto Aprendendo a Reciclar” com o objetivo de incentivar a comunidade escolar a reunir o lixo seco dando uma destinação adequada a estes resíduos. Foram contempladas 19 escolas municipais:

EMEF. Antonio Augusto Vasconcelos;
EMEF. Rio Madeira;
EMEF. Maria Izaura;
EMEF. João Ribeiro;
EMEF. Pedro Batalha;
EMEF. Rio Guaporé;
EMEF. Belezas do Buriti;
EMEF. Saul Bennesby;
EMEF. Bom Principio;
EMEF. São Miguel;
EMEF. Flor do Piquiá;
EMEF. Darcy Ribeiro;
IME Engenheiro Francisco Erse;
EMEF. Chapeuzinho Vermelho;
EMEF. Antonio Ferreira da Silva;
EMEI. São Domingo Sávio;
EMEF. Tucumã;
EMEI. Moranguinho;
EMEF. Joaquim Vicente Rondon;

Projeto Gestão em Bacias Urbanas de Porto Velho; (parceria SIPAM)
Instalação de pluviômetros nas escolas da rede municipal de ensino com o objetivo de envolver educadores e alunos na elaboração do mapeamento das áreas de risco de inundação dos igarapés urbanos.

Escolas contempladas:
EMEF Guadalupe
EMEF Joaquim Vicente Rondon

Mesas Educacionais com Realidade Aumentada: Promover a alfabetização e propiciar o desenvolvimento das habilidades ao processo da linguagem oral e escrita.

Escolas contempladas:
EMEF. Antonio Ferreira;
EMEF. São Pedro;
EMEIEF. Nacional;
EMEF. Saul Bennesby;
EMEF. Manoel Aparício;
EMEF. Broto do Açaí;
EMEF. Olavo Pires;
EMEF. João Ribeiro;
EMEF. Pedro Batalha;
EMEF. Chapeuzinho Vermelho;
EMEF. São Miguel;
EMEF. Estela Compasso.

Plano Decenal de Morbimortabilidade de acidentes de trânsito: Objetivo do plano é gerenciar medidas que contribuam com a redução das taxas de mortabilidade e lesões por acidentes de trânsito até 2020.

Ações realizadas;
Palestras;
Pit stop;
Blitz educativas;
Concurso de Slogan e Logomarca para o Comitê do Transito
de Porto Velho.

Projeto TRILHAS:

Conjunto de materiais elaborados para instrumentalizar e apoiar o trabalho docente no campo da leitura, escrita e oralidade, com crianças de 6 anos, com o objetivo de inseri-las em um universo letrado.

Capacitação para os Coordenadores Pedagógicos e Professores de 1º

Olimpíada:

A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro desenvolve ações de formação de professores com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino da leitura e escrita nas escolas públicas brasileiras.

arte
Programa de Educação Integral
Integrando Saberes
Cultura de Paz

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes desta Secretaria, com o objetivo de integrar ações dos programas do Governo Federal, como Mais Educação, Segundo Tempo e Escola Aberta, com os projetos desta Divisão, como Projeto Pirueta, Projeto Rádio Escola, Concurso de Desenho Cartão de Natal, Mostra de Cultura e Arte Integrando Saberes e Projeto Arte e Cor.

De acordo com o Censo Escolar 2011, as escolas atendidas contemplam **11.757** alunos distribuídos em escolas urbanas e **4.634** alunos em escolas do campo totalizando em 01/2012 um atendimento de **16.391** alunos da rede em educação integral.

Algumas ações possuem caráter continuo e permanente devido a sua natureza e foram desenvolvidas durante todo o ano de 2012.

Ressaltamos as parcerias realizadas no decorrer do ano com o Programa Mais Educação na elaboração dos instrumentais e nas visitas técnicas realizadas bem como no suporte especificamente no macro-campo Cultura e Arte nas oficinas de Jornal Escolar, Rádio Escolar e Teatro.

As Ações desenvolvidas compreendem o período de Janeiro a Dezembro de 2012:

- Os **Projetos de Rádio e Jornal Escolar** utilizam-se dos recursos de rádio e jornal no desenvolvimento de projetos educativos dentro dos espaços escolares através da construção de propostas de cidadania, engajando os alunos em projetos de colaboração para a melhoria das relações entre as pessoas, que discutam questões ligadas a construção do projeto de vida, sexualidade, saúde, meio ambiente, ao combate à todas as formas de discriminação e preconceito, entre outras. Todos os alunos da escola são envolvidos em atividades da rádio, incentivado o protagonismo juvenil.

Ano	**Nº. de Escolas Contempladas**	**Nº. de alunos cadastrados**
2012 1º Semestre	10	1.770

- O **Projeto Pirueta** tem como principal objetivo oportunizar aos alunos da rede municipal a experiência em dança artística como atividade educativa, recreativa e criativa. Este Projeto, que iniciou em 2008, tem três núcleos situados um na Escola Maria Isaura outro no Centro Social Madre Mazzarello e um no AABB Comunidade este último atendendo alunos das Escolas Chapeuzinho Vermelho e Pingo de Gente, além de disponibilizar algumas vagas para a comunidade. Em 2010, o núcleo da Escola Maria Isaura não funcionou por falta de profissional disponível ao Projeto, mas em 2011 já há uma instrutora de dança do quadro efetivo para realizar este atendimento.

Apresentação na escola João Ribeiro

Projeto Pirueta - No Porto Velho Shopping

Pólo	Escolas Contempladas	Nº. de alunos participantes
Escola Maria Izaura	Maria Izaura, Antonio Ferreira, Dom Pedro, Padre Chiquinho, Sonhos de Criança, Rio Branco, Naçoes Unidas, Joaquim Vicente Rondon, Centro de Ensino Pequeno Gênio, 21 de Abril e Santa Marcelina.	**80**
CESMAZZA	Chapeuzinho Vermelho e Pingo de Gente	**130**
AABB	Francisco Elenilson Negreiros	**35**

- O **Concurso** de **Cartão de Natal** tem como objetivo estimular a criatividade e a expressão artística do aluno com a confecção de desenhos relacionados ao tema Cultura de Paz e Não-Violência para comporem os Cartões de Natal desta Secretaria. Todos os alunos da rede municipal de ensino, das escolas urbanas e do campo da Educação Infantil, Fundamental e EJA participaram encaminhando seus desenhos relacionados ao tema sugerido, dos quais seis foram selecionados e premiados com bicicletas, além de ter seus trabalhos como capa dos cartões. Neste ano de 2012 foram selecionados 100 desenhos e escolhido os seis mais votados pela equipe organizadora. Abaixo relação das Escolas ganhadoras;

INFANTIL

Aluna: Maria Vitória, Pré IIB infantil
Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental
São Domigos Sávio - Profª Samara

Aluno: Nathally Luanne , Pre II C
Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental
Estrela da Manhã - Profª Cláudia Manuela

Aluno: Pedro Miguel Arruda, 5º Ano
Escola Municipal de Educação Fundamental
Prof. Pedro Tavares Batalha - Profª Ceide Tavares

Aluno: Miquele Fonseca , 3º Ano C
Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental
Rio Guaporé - Profª Rosinéia Lima

de ao

Mostra de Cultura e Arte Integrando Saberes tem como objetivo, propiciar aos alunos da rede e à comunidade a apreciação de espetáculos nas diversas linguagens da arte. A programação contou com apresentações teatro, dança e música, produzidos por alunos da rede municipal de ensino, todo, participaram da Mostra, 420 alunos da rede municipal, além de pessoas da comunidade.

- **ESCOLAS PARTICIPANTES**

Maria Isaura da Cruz, Madre Mazzarello, AABB Comunidade, Escola 12 de Outubro, Pedro Batalha, Tucumã, Olavo G. Pires – União da Vitória, Augusto Rabelo, Estela de Araújo Compasso, Auta de Souza, João Ribeiro, Pé de Murici, Sesi e Saul Benesby.

3º Encontro Municipal de Educação Integral

PARTICIPANTES- 160 URBANAS

53-Rurais

- **Oficina de capacitação em arte e cultura divididos em 3 etapas** para monitores, professores e coordenadores da Educação Integral;

Oficinas:

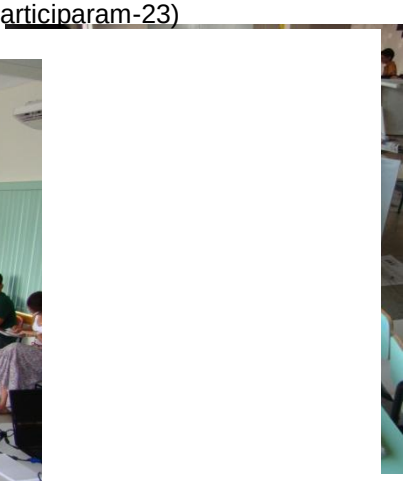
OFICINA DE HIP-HOP (Inscritos-30/Participaram-13)

OFICINA DE BANDA E FANFARRA (Inscritos-42/Participaram-22)

OFICINA DE CAPOEIRA (Inscritos-39/Participaram-31)

OFICINA DE TEATRO (Inscritos-09/Participaram-09)

OFICINA DE RÁDIO ESCOLAR (Inscritos-31/Participaram-23)



OFICINA DE ESPORTE E LAZER (Inscritos-87/Participaram-40)

OFICINA DE PINTURA (Inscritos-48/Participaram-45)

OFICINA DE MÚSICA (Inscritos-21/Participaram-18)

OFICINA DE DANÇA (Inscritos-18/Participaram-18**)**

OFICINA DE MATEMÁTICA (Inscritos-40/Participaram-40)

OFICINA DE LETRAMENTO (Inscritos-69/Participaram-67)

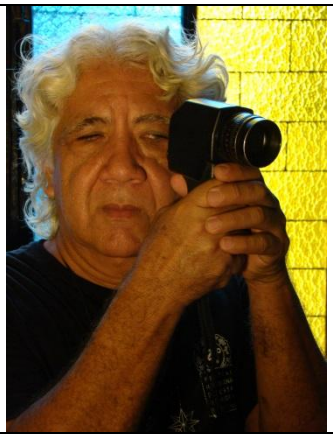
Bonecos de Papel: A Reutilização que vira brincadeira - Em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente

AABB Comunidade

I Festival Esportivo Mais Educação

Artistas Homenageados do Cartão de Natal

Maria Miranda	**Luiz Brito**

	
Dentinho	**Mirtes Rufino**

OBRAS

MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA

Os espaços físicos das escolas, tanto quanto os materiais, os equipamentos e as práticas pedagógicas se constituem, reconhecidamente, em fator determinante para o êxito do processo de ensino e de aprendizagem, na medida em que propicia bem estar e assegura integridade física à comunidade escolar.

A atenção e os cuidados com a estrutura predial figuram com destaque nas políticas públicas destinadas a assegurar o acesso e a permanência do educando na escola, com dignidade, justificando, assim, os elevados investimentos financeiros em obras de construção, ampliação e reforma.

As ações de melhoria e ampliação da rede física das escolas e unidades ligadas a educação, são realizadas através dos seguintes recursos:

1. **Recursos Próprios:**

- As ações são realizadas com recursos dos 25% da educação e do salário educação;

2. **Convênios:**

Nº	Escola/Descrição	Endereço	Serviço	Valor	Situação
01	Escola Francisco Braga	Lago do Cuniã - Baixo Madeira	Reforma e Ampliação	225.016,81	Todas as Obras Concluídas
02	Escola Alegria	Rua Gruta Azul - Conj. Rio Mamoré	Reforma e Ampliação	771.415,30	
03	Escola Rio Verde	Agrovila Rio Verde - Rio Jamari	Construção	229.105,00	
04	Escola Profª Maria Angélica	Agrovila Aliança - Est. 28 de Novembro	Construção	284.465,82	
05	Escola Elenilson Negreiros	Rua Mané Garrincha - Bairro Socialista	Ampliação	868.137,33	
06	Escola Maria Casaroto Abati	Distrito de Vista Alegre do Abunã	Sala de Recursos	11.833,40	
07	Escola Engº Wadih Darwich	Rua Cidade - Conj. Jamari	Sala de Recursos	83.761,29	
08	Escola Nova República	Rua Sucupira - Bairro Floresta	Construção de Muro	189.575,78	
09	Escola João Afro Vieira	Vila Princesa - BR 364 km 12	Construção de Muro	168.733,30	
10	Escola Raimundo Agostinho	Rua Bom Jesus - Bairro Cidade Nova	Reforma	73.987,20	
11	Escola Cora Coralina	Distrito de Jaci Paraná	Reparos	31.488,89	
12	Escola Joaquim Vicente Rondon	Rua Garopaba - Bairro Cohab	Ampliação do Beiral	88.249,00	
13	Alojamento de Professores	Distrito de São Carlos - Baixo Madeira	Construção	77.635,15	
14	Escola Rio Pardo	Floresta Nacional do Bom Futuro	Construção	1.441.058,17	Em Obra
15	Biblioteca Francisco Meireles	Rua Getúlio Vargas - Centro	Reforma e Adaptação	395.687,07	A Iniciar
16	Escola Esperança	Av. Mamoré - Esperança da Comunidade	Reforma e Ampliação	328.856,53	A Iniciar
TOTAL	5.269.006,04				

- Ações realizadas com recursos oriundos de convênios com outros órgãos, principalmente do Governo Federal;

3. **Programa Calha Norte;**

- Ações realizadas com recursos oriundos de convênios com o Ministério da Defesa;

4. **FNDE/MEC;**

- Ações realizadas com recursos oriundos de convênios com o Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

5. **PAC II;**

- Ações realizadas com recursos oriundos de Termos de Compromissos a partir do Plano de Aceleração do Crescimento e suas etapas;

6. **Compensações Ambientais:**

- Consórcio Santo Antônio Energia – Usina de Santo Antônio;
- Consórcio ESBR – Usina de Jirau.

Obras Realizadas com Recursos Próprios

Obras Realizadas com Recursos de Convênios

Nº	Escola/Descrição	Endereço	Serviço	Valor	Situação
01	Escola Ely Bezerra	Rua Palmeira - Bairro Marcos Freire	Construção	3.347.409,09	Concluída
02	Escola Profª Joelma dos Santos	Rua Cutia - Bairro Ronaldo Aragão	Construção	1.091.921,23	Concluída
03	Escola São Pedro	Rua José de Alencar - Bairro Pedrinhas	Ampliação	227.931,65	Concluída
04	Escola 03 de Dezembro	Distrito de União Bandeirantes	Reforma e Ampliação	1.949.639,35	Em Obra
05	Escola Bom Princípio	Rua Paulo Pinheiro - Bairro Tancredo Neves	Reforma e Ampliação	1.311.714,34	Em Licitação
06	Escola de Música "Som na Sul"	Rua Pau Ferro - Bairro Gurgel	Construção	626.788,14	Concluída
07	Biblioteca Zona Leste	Av. Mamoré - Bairro Tiradentes	Construção	575.886,92	Concluída
TOTAL				9.131.290,72	
Valor dos Convênios				7.344.726,60	
Valor da Contra Partida				1.786.564,12	

Obras Realizadas com Recursos de Compensação

Nº	DESCRIÇÃO	Endereço	Serviço	Valor	Situação
01	Olympia Salvatore	Vila Jirau – BR 364 Km 127	Construção	372.593,51	Todas as Obras Concluídas
02	Valdeci Teixeira Lima	Ramal 31 de Março - BR 364 Km 130	Reforma	224.900,20	
03	Boa Esperança	Linha F - BR 364 Km 151	Reforma e Ampliação	212.731,46	
04	Escola 6 salas - Nova Mutum	Nova Mutum Paraná	Construção	1.095.289,98	
05	Escola 6 salas - Jaci Paraná	Distrito de Jaci Paraná	Construção	1.218.289,20	
06	Darcy Ribeiro	Av. Vieira Caúla - Bairro Esp. da	Reforma e Ampliação	998.320,51	
07	Escola Francisco Erse – Quadra	Av. Amazonas - Bairro Cuniã	Construção e Paisagismo	642.462,87	
08	Escola Manoel Aparício – Quadra	Rua João Elias - Bairro Cidade Nova	Construção	483.464,25	
09	Escola Maria Angélica	Linha 32 - BR 364 Km 32	Construção	347.983,06	
10	Escola Barão do Rio Branco	Distrito de Fortaleza do Abunã	Construção	296.531,61	
11	Escola Padre Chiquinho	Av. Campos Sales - Bairro Areal	Reforma e Ampliação	1.536.211,02	
12	Escola Nacional	Rua Wanderlei Pontes - Bairro Nacional	Reforma e Ampliação	885.254,50	
13	Alojamento Jaci Paraná	Distrito de Jaci Paraná	Construção	156.028,60	

14	Escola Pingo de Gente	Rua Orion – Ulisses Guimarães	Reforma	387.543,71	
15	Escola Tancredo Neves	Localidade Morrinho	Construção	-	
16	Escola São Miguel	Av. Raimundo Cantuária – Jardim Santana	Ampliação	1.003.329,00	Em Obra
17	Escola Antônio Ferreira	Rua Duque de Caxias – São Cristovão	Reforma e Ampliação	1.352.219,78	
TOTAL				11.213.153,26	

Obras Realizadas com Recursos do PROINFÂNCIA - PAC I

Nº	Escola/Descrição	Endereço	Serviço	Valor	Situação
01	Creche Tipo C – TEIXEIRÃO	Rua Lúcia de Carvalho	Construção	757.525,82	Concluída
02	Creche Tipo C – AEROCLUBE	Rua Jurutis	Construção	816.044,36	Iniciada
03	Creche Tipo B - MARCOS FREIRE	Rua Mangabeira c/ Palmeira	Construção	1.740.941,32	Concluída
04	Creche Tipo B - JARDIM SANTANA	Av. Amazonas c/ Paraganto	Construção	1.686.554,60	Concluída
05	Creche Tipo B – SOCIALISTA	Rua Oswaldo Ribeiro	Construção	1.686.554,60	Em Obra
06	Creche Tipo B – ELETRONORTE	Rua João Paulo	Construção	1.686.554,60	Em Obra
07	Creche Tipo B - AREIA BRANCA	Estrada do Areia Branca	Construção	1.699.759,93	Em Obra
08	Creche Tipo B - TRÊS MARIAS	Rua Daniela	Construção	1.464.885,94	Em Obra
TOTAL				11.538.821,17	
Valor do Convênio				8.565.564,69	
Valor da Contra Partida				2.973.256,48	

Obras com Recursos do PROINFÂNCIA - PAC II

Nº	REFERÊNCIA	ENDEREÇO	Valor Convênio[1]	Valor Contra-partida[2]	Situação
1	Creche Tipo B – Alphaville	Rua Thales Benevides c/ Lourival Lira	1.245.534,95	800.000,00	Processos p/ tramite em 2013
2	Creche Tipo B – Aponiã	Rua Andréia c/ Veleiro	1.245.498,06	800.000,00	
3	Creche Tipo B – Ayrton Senna	Rua Canindé	1.243.151,48	800.000,00	
4	Creche Tipo B – Caladinho	Rua Nova Esperança, entre Costa Marques	1.245.556,91	800.000,00	
5	Creche Tipo B – Flamboyant	Rua Itatiaia c/ Tallin	1.226.412,87	800.000,00	
6	Creche Tipo B – Cidade Nova	Rua Magno Arsolino c/ 15 de Novembro	1.245.553,08	800.000,00	
7	Creche Tipo B – Esperança da Comunidade	Av. José Vieira Caúla c/ Rino Levi	1.246.017,92	800.000,00	
8	Creche Tipo B – Cuniã	Rua Medianeira	1.245.548,18	800.000,00	
9	Creche Tipo B – Fortaleza	Rua Marechal Taumaturgo	1.245.548,88	800.000,00	
10	Creche Tipo B – Ipanema	Av. Guaporé c/ Caúla	1.245.720,84	800.000,00	
11	Creche Tipo B – Lagoinha	Rua Daniela c/ Rio de Janeiro	1.249.972,97	800.000,00	
12	Creche Tipo B – Pantanal	Av. José Vieira Caúla subesquina	1.245.552,37	800.000,00	
13	Creche Tipo B – Ronaldo Aragão	Rua Viara subesquina c/ rua Nilo	1.246.017,02	800.000,00	
14	Creche Tipo B – Socialista[3]	Rua Oswaldo Ribeiro	1.200.000,00	800.000,00	
15	Creche Tipo B – Ypê Planalto[3]	Rua Itapuã - Bairro Planalto	1.219.997,58	800.000,00	
SUBTOTAL			18.596.083,11	12.000.000,00	
TOTAL			30.596.083,11		

1 - Valor já em conta da PMPV

2 - Valor estimado para 2013
3 - Aguardando Recurso do FNDE

Construção de Quadras Poliesportivas – PAC II

Nº	Escola/Descrição	Endereço	Serviço	Valor	Situação
01	Quadra Coberta – Escola SÃO MIGUEL	Av. Raimundo Cantuária - Jardim Santana	Construção	765.454,46	Processos p/ tramite em 2013
02	Quadra Coberta - Escola ESTELA COMPASSO	Rua Colatina - Marcos Freire	Construção	765.454,46	
03	Quadra Coberta - Escola FLOR DO PIQUIÁ	Av. Raimundo Cantuária - Tiradentes	Construção	765.454,46	
04	Quadra Coberta - Escola PINGO DE GENTE	Rua Sagitário - Ulisses Guimarães	Construção	765.454,46	
05	Quadra Coberta - Escola 12 DE OUTUBRO	Ponta Negra - 3 Marias	Construção	765.454,46	
TOTAL				3.827.272,30[1]	
Valores dos Convênios				2.455.356,20[2]	
Valor da Contra Partida				1.371.916,10[3]	

1 - Valor estimado para 2013
2 - Valor já em conta da PMPV
3 - Valor para o orçamento 2013

Projetos para 2013

Nº	DESCRIÇÃO	Endereço	Serviço
01	Escola Nossa Sra. Aparecida	BR 319 km 45 - sentido Humaitá	Reforma e Ampliação
02	Escola Deigmar Moraes de Souza	Cujubim Grande - Linha 28 Novembro	Reforma e Ampliação
03	Escola João de Barros Gouveia	Distrito de Demarcação - Baixo Madeira	Reforma e Ampliação
04	Alojamento de Servidores Santa Catarina	Vila de Santa Catarina - Baixo Madeira	Construção
05	Alojamento de Servidores Papagaios	Vila de Papagaios - Baixo Madeira	Construção
06	Alojamento de Servidores Demarcação	Distrito de Demarcação - Baixo Madeira	Construção
07	Escola Santa Júlia - Muro	RO 425 km 13 - BR 364 Km 200	Construção
08	Escola F^{co} Chiquilito C. Erse - Muro	Linha 28 de Novembro Km 42	Construção
09	Escola Olympia Salvatore - Muro	Vila Jirau - Km 127	Construção
10	Escola José Augusto da Silva	Distrito de Extrema	Ampliação - 2 salas
11	Escola Elenilson Negreiros - Cobertura da Quadra	Rua Alto do Bronze - Bairro Socialista	Cobertura
12	Escola Khrys Dámaris	Rua Capitão Esron de Menezes - Bairro Areal	Reforma
13	Escola São Padro - Cozinha	Rua José de Alencar - Bairro Pedrinhas	Ampliação

INAUGURAÇÕES 2012

Escola ENCANTOS DE MUTUM

O novo Distrito Nova Mutum Paraná recebeu da Prefeitura de Porto Velho e do consórcio Energia Sustentável do Brasil – JIRAU a Escola ENCANTOS DE MUTUM. A escola atenderá a Educação Infantil na localidade, que a muito tempo vem sendo uma revindicação dos moradores. A obra foi iniciada em 2011, e custou cerca de um milhão e noventa e cinco mil reais. A escola possui as seguintes dependências: 6 Salas de Aula; Brinquedoteca; Sala de Leitura; Refeitório; Cozinha; Área de Serviço e Despensa; Pátio Coberto; Direção e Secretaria e Sala dos Professores.

Escola FRANCISCO BRAGA

Na Reserva Extrativista do Lago do Cuniã (Baixo madeira) está localizada a Escola FRANCISCO BRAGA, que foi entregue a comunidade após ampliação e reforma completa. A iniciativa para beneficiar a escola iniciou-se em 2007, e nas primeiras tentativas a obra não havia ainda obtido sucesso na contratação da empresa. Sabendo da necessidade e compromisso firmado com a

comunidade, a Prefeitura de Porto Velho finalizou a contratação da empresa vencedora da licitação, e em 2011 iniciou a obra com a projeção de duas novas salas. Durante a obra a comunidade buscou junto a administração municipal uma terceira sala. De imediato e com a intenção de promover a expansão do PROJETO RIBEIRINHO, a comunidade recebeu em 2012 a ampliação de três novas salas, laboratório de informática, direção, secretaria, e banheiros adaptados. Um investimento de mais de duzentos e vinte e cinco mil reais, que hoje trazem uma realidade muito melhor do que a encontrada no início da gestão.

Escola SÃO PEDRO

A Escola São Pedro foi beneficiada com a ampliação de três novas salas multidisciplinares, sendo uma sala de recursos para alunos com necessidades educacionais especiais, um laboratório de ciências, e uma sala de artes. A obra é parte do Convênio nº 700.122/2009 com MEC/FNDE, e custou cerca de duzentos e vinte e sete mil reais, entre recursos federais e contrapartida da Prefeitura de Porto Velho.

Escola RIO VERDE

Localizada na Agrovila Rio Verde, as margens do Rio Jamari, a Escola RIO VERDE uma nova escola, após muitos anos estudando em uma escola de madeira, a realidade das crianças da vila foram totalmente melhoradas com a nova unidade. Totalmente equipada, com mobiliário novo os moradores agora veem com muita alegria sua comunidade ser beneficiada. Apesar do difícil acesso, a Prefeitura de Porto Velho não mediu esforços em beneficiar aquela população, com a obra no valor de duzentos e vinte e nove mil reais.

Escola Profª MARIA ANGÉLICA

A Escola Profª MARIA ANGÉLICA, localizada na Agrovila Aliança, recebeu neste ano uma nova escola. inicialmente seria uma escola com uma sala de aula, percebendo a necessidade e com o pedido da comunidade, a Prefeitura de Porto Velho autorizou a construção de segunda sala de aula. Assim, a escola foi entregue com duas salas de aula, Direção, Arquivo, Cozinha, Pátio Coberto, Despensa e Banheiros Masculino e Feminino adaptados para alunos portadores de necessidades especiais. A obra do consórcio Energia Sustentável do Brasil – JIRAU trata-se de um investimento de mais de trezentos e quarenta e sete mil reais.

Quadra Poliesportiva e Paisagismo da Escola Engº FRANCISCO ERSE

Após muitos anos utilizando apenas uma quadra de piso queimado sem cobertura alguma, a escola Engº Francisco Erse recebeu uma nova quadra poliesportiva totalmente coberta, e com arquibancada. Além da nova quadra, a escola teve sua entrada e fachada totalmente reformada e arborizada, e ainda a quadra antiga foi recuperada. O paisagismo da escola transformou uma área antes alagadiça em pátio e parque infantil. Toda a obra resume-se no valor de mais de seiscentos e quarenta e dois mil reais.

Escola BARÃO DO RIO BRANCO

A Escola Barão do Rio Branco, no Distrito de Fortaleza do Abunã também foi contemplada com uma nova escola com: três salas de aula, Laboratório de Informática, Direção, Secretaria,

Cozinha, Despensa, e Banheiros Masculino e Feminino adaptados para alunos portadores de necessidades especiais. A obra entregue é um investimento de mais de duzentos e vinte e seis mil reais.

Escola NACIONAL

Uma das grandes obras que marcou este ano foi a reforma e ampliação da Escola Nacional. Levando o nome do bairro consigo, a escola é referência na zona oeste da capital. Por muitas administrações o prédio esteve esquecido, com parte da unidade em madeira e parte em alvenaria, sendo toda em péssimo estado. Assim, durante o ano 2011 e início de 2012, a escola esteve em obra, e os alunos estudando em um prédio alugado pela Prefeitura. Desta forma, com muita alegria a comunidade recebeu uma outra escola, totalmente reformada e agora com nove salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, cozinha, refeitório coberto, área de serviço, despensa, direção, supervisão, orientação, sala dos professores, pátio coberto e Banheiros Masculino e Feminino adaptados para alunos portadores de necessidades especiais. Todo esse investimento através de compensação social do consórcio Energia Sustentável do Brasil - JIRAU é na ordem de oitocentos e oitenta e cinco mil reais.

Escola ELENILSON NEGREIROS

A Escola Francisco Elenilson Negreiros localizada no bairro Socialista, é a principal escola na região, e neste ano foi beneficiada com onze novas salas, sendo dez salas de aula e uma sala de recursos multifuncionais, além de banheiros Masculino e Feminino adaptados para alunos portadores de necessidades especiais. O investimento todo com recursos próprios da Prefeitura de Porto Velho é de mais de oitocentos e sessenta e oito mil reais.

Escola PADRE CHIQUINHO

Uma das escolas mais antigas do Município de Porto Velho, a Escola Padre Chiquinho localizada no bairro Areal foi totalmente reformada e ampliada, com investimento através de compensação social do consórcio Energia Sustentável do Brasil - JIRAU na ordem de um milhão quinhentos e trinta e seis mil reais. Sendo assim o maior investimento em unidade escolar de todas as obras de compensações sociais, hoje a escola possui as seguintes dependências: 10 Salas de Aula, Quadra Poliesportiva Coberta, Sala de Instrumentos Musicais, Sala de Recursos Multifuncionais, Gabinete Odontológico, Sala de Rádio Comunitária, Sala dos Professores, Sala de Reuniões, Biblioteca, Depósito, Cantina, Orientação, Supervisão, Direção, Secretaria, Arquivo, Laboratório de Informática, Cozinha, Despensa, Refeitório Fechado, Pátio Coberto e Banheiros Masculino e Feminino adaptados para alunos portadores de necessidades especiais.

Escola ABC de JACI

O Distrito Jaci Paraná recebeu da Prefeitura de Porto Velho e do consórcio Energia Sustentável do Brasil – JIRAU a Escola ABC de JACI. A escola atenderá a Educação Infantil na localidade, que a muito tempo vem sendo uma reivindicação dos moradores. Antes da nova escola, a demanda era dividida entre as escolas já existentes. A obra foi iniciada em 2011, e custou cerca de um milhão e duzentos e dezoito mil reais. A escola possui as seguintes dependências: 6 Salas de Aula; Brinquedoteca; Sala de Leitura; Refeitório; Cozinha; Área de

Serviço; Despensa; Pátio Coberto; Direção; Secretaria; Sala dos Professores.

PROINFÂNCIA

Por meio do **Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA**, a Prefeitura de Porto Velho firmou em Termos de Compromisso junto ao Ministério da Educação/MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE a construção de **22** (vinte e duas) Creches, sendo oito (8) em **2011** e quatorze (14) em **2012**. Convênio este que visa atender a demanda de 0 a 6 anos na capital. As creches objetos dos Termos de Compromisso tratam-se de projetos padronizados nacionalmente, projetos estes determinados pelo FNDE, assim em Porto Velho serão construídas dois modelos: CRECHE PADRÃO FNDE TIPO B (20 creches) e CRECHE PADRÃO FNDE TIPO C (2 Creches). Ainda em 2012 foram iniciadas a construção das primeiras oito (8) creches, onde em 2013 o ano letivo já será iniciada em três (3) creches: bairro TEIXEIRÃO, MARCOS FREIRE e JARDIM SANTANA, conforme fotos abaixo.

TEIXEIRÃO - Tipo C - Atendimento de 120 crianças (60 em período integral)

Ambientes: três Salas de Creche; um Sala de Pré Escola; um Sala de Repouso; quatro Área de Solarium; três Banheiros c/ área de banho; uma Sala de Lactário; uma Sala de Fraldário; Laboratório de Informática; Copa; Despensa; Depósito de Equipamentos; Depósito de Material de Limpeza; dois Banheiros de Funcionários; Lavanderia; Cozinha; Refeitório; dois Banheiros para Portadores de Necessidades Especiais; Direção; Sala dos Professores; Almoxarifado; Anfiteatro.

MARCOS FREIRE - Tipo B - Atendimento de 224 crianças (112 em período integral)

JARDIM SANTANA - Tipo B

Ambientes: seis Salas de Creche; duas Salas de Pré Escola; quatro Salas de Repouso; quatro Área de Solarium; quatro Banheiros c/ área de banho; duas Sala de Lactário; duas Sala de Fraldário; Laboratório de Informática; Sala de Leitura; Despensa; Depósito de Equipamentos; Depósito de Material de Limpeza; dois Vestiários de Funcionários; Área de Serviço; Lavanderia; Cozinha; Refeitório; dois Banheiros para o Público; Direção; Recepção; Sala dos Professores;

SEMUSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão do exercício de 2012 consolida as atividades e ações desenvolvidas pelos setores da Secretaria Municipal de Saúde, refletindo o resultado das ações de uma equipe composta por 3.662 servidores, atuando nos níveis de Atenção Primária, Urgência e Emergência, Vigilância Epidemiológica e Serviços Especializados ambulatoriais e de internação obstétrica, formando assim uma rede de atenção a saúde municipal.

Têm as ações descritas de forma analítica, com metas atingidas e programadas expostas em planilhas que acompanham as diretrizes do Plano Municipal de Saúde. Os resultados estão apresentados em dois volumes sendo o volume I das análises propriamente ditas e o volume II com as matérias jornalísticas veiculadas que deram efeito de publicização das atividades de saúde individual e coletiva desenvolvidas.

A Secretaria Municipal de Saúde dispõe de instrumentos de gestão, adotados como ferramentas internas de avaliação e controle por parte da Prefeitura, sendo este, o sistema de Acompanhamento do Plano Estratégico da Prefeitura de Porto Velho- SIAPEG, no qual, em 2012 obteve a nota geral de desempenho 78 %.

Outro instrumento de validação dos resultados obtidos pela Secretaria Municipal de Saúde é o Plano Municipal de Saúde 2009/2013 - com linhas de ações e metas respaldadas pela democracia direta, nos debates desenvolvidos na VII Conferência Municipal de Saúde - norteando as diretrizes planejadas para cada uma das áreas de atuação dentro da rede de cuidados hierarquizada de responsabilidade do Município de Porto Velho.

Dentre as metas alcançadas em 2012, salienta-se a ampliação dos serviços de urgência e emergência através da inauguração das Unidades de Pronto Atendimentos – UPA 24horas na Zona Leste e Zona SUL. Embora estas tenham sido habilitadas em 2009 pelo Ministério de Saúde como unidades de porte II, após a instalação e avaliação pelo Ministério de Saúde, ficou claro que tratavam-se de unidades com capacidade física superiores e auto grau de resolutividade sendo portanto qualificadas como porte III.

As UPAS 24hs foram inauguradas 11 de setembro de 2012 com a presença dos gestores estaduais, o Ministro de Saúde e várias outras autoridades dos níveis municipal , estadual e federal.

As UPA's 24hs integram o Plano de Ação Municipal da Rede de Atenção às Urgências, elaborado em consonância com as diretrizes da Portaria GM/MS nº. 1600 de 07 de julho de 2011, no que se refere a propor um fluxograma de ordenamento da atenção prestada as urgências pelo Sistema Único de Saúde aos munícipes de Porto Velho.

O Plano foi construído elaborado pela gestão municipal, aprovado em Conselho Municipal de Saúde, apresentado no Colegiado de Gestão Regional e aprovado na Comissão Intergestora Bipartite, através da Resolução nº 223/CIB/RO.
Fortalecendo a Rede de Urgência, o município expandiu a frota do SAMU com a aquisição de seis ambulâncias. Além disso foi contemplado pelo Ministério da Saúde com mais 01 ambulância suporte básico.

Para viabilizar o funcionamento das novas unidades pronto atendimento, a expansão do SAMU e outros serviços de Atenção Básica, o município contratou no período cerca de 200 profissionais, dentre estes 121 médicos.

Foi realizado um extenso Programa de Educação Continuada, principalmente voltado a qualificação dos profissionais para a atenção a Urgências/Emergência (UPA's 24hs e SAMU), pelo qual foram realizados cursos como: Advanced Trauma Life Support – ATLS com a participação de 64 médicos; Advanced Cardiologic Life Support – ACLS com a participação de 68 médicos; Urgências Cardiológica com a participação de 160 médicos; Advanced Trauma Nurse Care Life

Support – ATCN com a participação de 64 enfermeiros; Pré-Hospitalar Trauma Life Support – Pré-HTLS com a participação de 50 enfermeiros; entre outros.

Outro destaque foi a inauguração do Centro de Especialidades Médicas que atuou durante o ano completamente regulado pelo SIS-REG, Sistema Nacional de Regulação do SUS, dando suporte as consultas de atenção básica realizadas na rede. Manteve a oferta de consultas em vinte especialidades com uma média de 50 médicos em exercício. Fortaleceu a referência dos serviços de apoio diagnóstico por imagem, contando com, além de Radiologia, Ultrassonografia, serviço de Mamografia, Ecocardiograma. Foram adquiridos equipamentos para a oferta de endoscopia e colonoscopia que se encontram em instalação.
Outro serviço importante implantado no período, tendo como estrutura as instalações do Centro de Especialidades Médicas, foi o Laboratório de Microbiologia, com automação tipo VITEK, que realiza a identificação precisa das bactérias, em menor tempo (até 18 horas) e com maior sensibilidade.

Neste método, o Teste de Sensibilidade A Antimicrobiano -TSA é feito em paralelo e liberados ao mesmo tempo que a identificação (com detecção dos mecanismos de resistência). Os resultados são expressos em Concentração Inibitória Mínima- MIC para cada antibiótico testado, permitindo a escolha entre dosagens e drogas que estarão mais adequadas ao tipo de infecção e paciente a ser tratado, ou seja, paciente com resposta mais rápida, menor tempo de internação, menor custo. A implantação deste serviço, impactou o resultado dos serviços de atenção básica, no sentido de prevenção a prematuridade na gravidez, evitando abortos e internações neonatais provenientes de infecções durante a assistência no pré-natal.

Ainda dentre os novos serviços implantados ressaltamos a instalação do C**entro de Atenção Psicossocial infanto juvenil (caps i).** Este tem por objetivo realizar atendimento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico e/ou com transtorno mental de grau moderado e crônico, quer seja, ocasionado ou não pelo uso prejudicial de álcool, tabaco, crack e outras drogas. O CAPi já acompanha uma média 400 crianças/adolescente atualmente e faz parte da política brasileira de saúde mental.

No propósito de estruturação da rede assistencial de média complexidade inciou-se a construção do Centro de Reabilitação, para atender usuários vimizados por acidentes decorrentes das causas externas bem como, tratamento de deformidades em criança e problemas do neurodesenvolvimento. Destina-se, portanto, à prestação de serviços especializados nas áreas de reabilitação, a todos os níveis da população.

Em 2012 as unidades básicas de saúde da área rural de Abunã, Nova Califórnia e Vista Alegre foram reformadas e em Nova Mutum e Extrema foram construídas novas unidades. Encontra-se ainda em fase final as obras de construção das unidades básicas de saúde de União Bandeirantes, Calama, Joana D'ark e Rio Pardo. Em Jacy-Paraná também encontra-se em construção uma Unidade de Pronto Atendimento-UPA 24 horas habilitada ao porte I com cerca 35% de obra construída.

Na área urbana também trabalhou-se para expandir a rede básica, sendo os bairros contemplados Três Marias e Castanheiras, com 99% das obras construídas, Socialista com 30% de construção e as unidades básica do Caladinho, Nova Floresta, Areal da Floresta, Oswaldo Piana, Maurício Bustani e Renato Medeiros estão com ordens de serviço instaladas para a execução de reformas.

Outro ponto de destaque refere-se ao fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família, atingindo a cobertura 60% . Tal fortalecimento é comprovado através da adesão ao Programa de Melhoria da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ. O processo de adesão com a inscrição de 57 Equipes de Saúde da Família da área urbana sendo estas avaliadas por equipes externas indicadas pelo Ministério da Saúde, atingindo resultados satisfatórios, permitindo a continuidade dos repasses dos incentivos específicos do programa para atenção básica.

Destacamos como exemplos de eficiência de resolutividade, a redução dos indicadores da malária, que apresentaram, apesar da vulnerabilidade decorrente dos impactos ambientais,

ocasionados pela construção das hidrelétricas do rio Madeira, no ano de 2012, a redução de 17,20% no número total de casos, mantendo o Município na condição de área de Médio Risco para a Malária.

Para a assegurar a continuidade do desenvolvimento de ações especiais de controle deste agravo e das demais ações de vigilância a saúde nos próximos cinco anos, principalmente nas áreas de influência direta e indireta para os impactos ambientais decorrentes da construção das Usinas, foram repactuados Planos Complementares de Ação para o Programa de Controle da Malária e de Ação para as ações de Vigilância a Saúde, atribuindo responsabilidades para cada um dos empreendedores das construções das Usinas de Jirau e Santo Antônio.

Desta forma finalizamos esta gestão, cientes do quão grande são os desafios para a responder as demandas de saúde de uma população. Porém também avaliamos que a rede municipal de saúde estendeu suas atribuições e responsabilidades durante esta administração, sendo capaz de dar respostas favoráveis a maior parte dos problemas de saúde pública, construindo uma rede eficiente e eficaz para corresponder as responsabilidades sanitárias da gestão municipal de saúde.

WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

1 INTRODUÇÃO

O planejamento é um processo contínuo e articulado que deve ser garantido pela construção e adequação dos seus instrumentos básicos, quais sejam, o Plano Municipal de Saúde, Programação Anual de Saúde e os Relatórios Anuais de Gestão.

O Relatório Anual de Gestão - RAG é o instrumento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde. A sua construção se dá de forma coletiva, envolvendo todos responsáveis pela execução das ações contidas no Plano Municipal de Saúde-PMS e definida em metas na Programação Anual de Saúde-PAS. Tem como objetivo fornecer subsídios para a tomada de decisão e contribuir para uma maior visibilidade dos resultados alcançados pela gestão.

O RAG 2012 da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho atende as determinações legais dos seguintes atos normativos: Lei Nº 8.142/90 e Lei Orgânica da Saúde, no seu Artigo 4º, que instituem como elemento obrigatório a elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão; bem como as Portarias do Ministério da Saúde de N° 399, de 22 de fevereiro de 2006, que institui e regulamenta o Pacto em Saúde; N° 699, de 30 de março de 2006, que institui o Termo de Compromisso de Gestão; N° 3.085, de 1° de dezembro de 2006, que cria o Si Planejamento do SUS – PlanejaSUS; Nº 3.208, de 19 de dezembro de 2007, que hor Termos de Compromisso de Gestão – TCG; N° 3.176, de 24 de dezembro de 2008 que novas orientações acerca da elaboração, da aplicação e do fluxo do Relatório Anual de G

2 . METODOLOGIA

A construção deste relatório teve em sua base as recomendações pelo Ministério da Saúde em seu guia *Sistema de Planejamento do SUS – Uma construção coletiva*, v. 6 (pág. 20), onde se encontram orientações gerais para a elaboração de instrumentos de planejamento, como o Relatório Anual de Gestão (RAG).

A Metodologia proposta foi acrescentado um relatório descritivo e visual das atividades de cada Departamento e Coordenação da SEMUSA, visando circunstanciar o cumprimento das metas programadas. Sua composição está composta das seguintes partes:

O volume I elaborado a partir do registro sistematizado e expresso em documento específico das atividades realizadas pela diversos Departamentos e Coordenações da SEMUSA. Este apresenta ao final de cada descrição, as metas programadas na PAS e percentual de cumprimento no decorre deste ano.

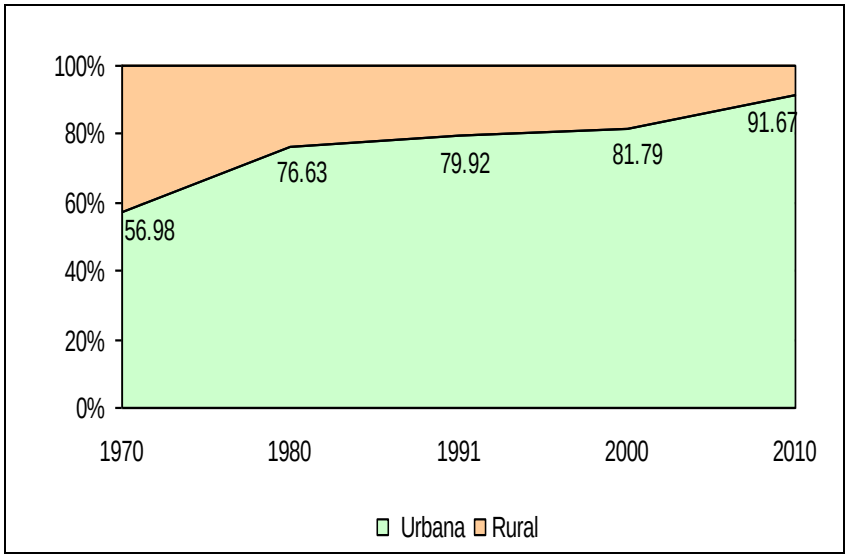
O volume II apresenta o consolidado das produções realizadas por cada profissional de saúde, na alimentação do banco de dados do Sistema de Informação Ambulatorial-SIA/SUS/MS e Hospitalar SIH/SUS/MS, representando desta forma a capacidade operacional instalada de cada unidade de saúde.

O volume III elaborou-se a partir do arquivamento dos registro em veículos de comunicação das ações efetivadas pela Secretaria Municipal de Saúde

3 A SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

No ano de 2012, segundo estimativa do IBGE, o município conta com 442.701 habitantes. Segundo o censo 2010, 91,67%, (391.014) da população do município são residente na zona urbana e apenas 8.33% (35.554), na zona rural, conforme a figura 1 que mostra a evolução do crescimento urbano no município, no período de 1970 a 2010. Chama a atenção o exacerbado processo de urbanização, quando em 1970 a população urbana era de 56.98% e em 2010 passa para 91.67.

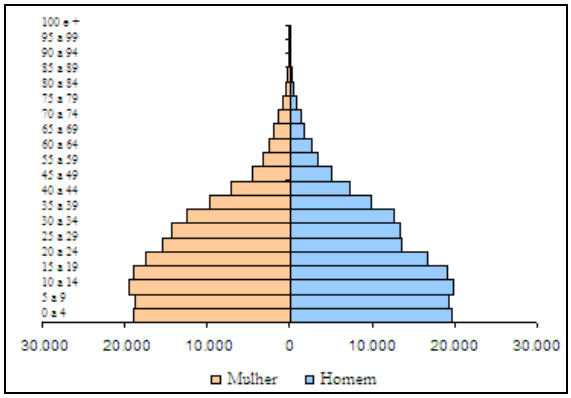
Gráfico 1 - Distribuição percentual da população urbana e rural residente, Porto Velho/RO, 1970 a 2010



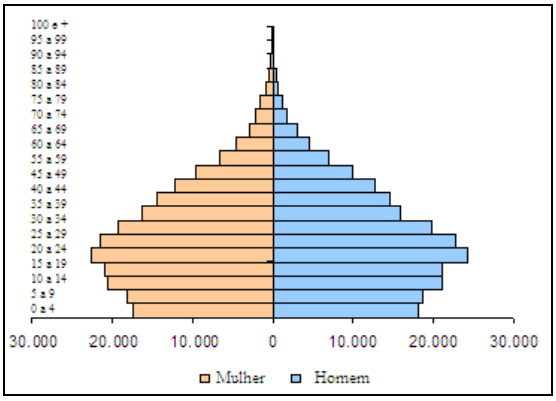
Fonte: IBGE, 2010.

Gráfico 2 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos etários. Porto Velho/RO, 2000 e 2010

2000



2010



Fonte: Fund. Inst. Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Os dados populacionais mostram que o município acompanha as tendências de transição demográfica nacional, quando confirma uma redução de 18.16% da taxa de natalidade - TN entre os anos de 2000 (TN 23.60) e 2010 (TN 19.31). Similar comportamento é observado em relação à taxa de fecundidade - TF, que no mesmo período apresentou redução de 21.46% - TF, sendo que em 2000 apresentou TF de 84.64 e 2010, TF 66.45. Vale destacar também, o aumento da expectativa de vida ao nascer do estado de Rondônia, que no ano 2000 era de 71.8, passando para 75.0 em 2010, apresentando um aumento de 4.45 anos no período, segundo estimativa do IBGE.

Entre 2000 e 2010, observa-se aumento substancial na população masculina da faixa etária produtiva, o que provavelmente se explica, pelos sucessivos movimentos migratórios observados no município, principalmente nos últimos 4 anos, período da construção das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira.

Quanto à distribuição da população por sexo e faixa etária, a tabela 1 mostra que 217.618 pertencem ao sexo masculino, correspondendo a 50,78% e 210.909 ao sexo feminino, representando 49,22%. Da população residente, 290.685 habitantes do segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), corresponde a 67,83% do total da população.

Tabela 1 - População Residente segundo Sexo e Faixa Etária, Porto Velho/RO, 2010

Faixa Etária	Total	Masculino	Feminino
0 a 4 anos	35.360	18.021	17.339
5 a 9 anos	36.791	18.649	18.142
10 a 14 anos	41.538	21.065	20.473
15 a 19 anos	41.989	21.134	20.855
20 a 24 anos	46.655	24.129	22.526
25 a 29 anos	44.191	22.820	21.371
30 a 34 anos	38.915	19.772	19.143
35 a 39 anos	32.173	15.925	16.248
40 a 44 anos	28.970	14.573	14.397
45 a 49 anos	24.829	12.716	12.113
50 a 54 anos	19.422	10.009	9.413
55 a 59 anos	13.541	6.953	6.588
60 a 64 anos	9.039	4.628	4.411
65 a 69 anos	5.855	2.978	2.877
70 a 74 anos	3.980	1.853	2.127
75 a 79 anos	2.582	1.165	1.417
80 a 89 anos	2.309	1.063	1.246
90 a 99 anos	363	152	211
100 anos ou mais	25	13	12
Total	**428.527**	**217.618**	**210.909**

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

No ano de 2011, segundo estimativa do IBGE, o município registrou 435.732 habitantes.

A vigilância em saúde, com base no monitoramento dos indicadores de saúde, detectou importantes eventos de saúde, tais como a epidemia de dengue em 2009/2010, epidemia de varicela em 2011, incremento de casos de doenças meningocócicas 2010, incremento de casos de DST e violências (sexual, física, interpessoal e no trânsito).

Algumas áreas foram mais fortemente impactadas, a exemplo do distrito de Jaci Paraná, onde são identificados diversos fatores de risco que interferem diretamente nas condições de vida e saúde da população, os quais estão relacionados principalmente ao grande fluxo populacional em um ambiente frágil.

Algumas doenças e agravos atualmente se apresentam com maior intensidade, merecendo destaque como principais vulnerabilidades naquele distrito, a prostituição com destaque para a infantil, trafico de drogas, aumento de mortes por causas violentas, inclusive com chacina de famílias inteiras, fatos estes com ampla repercussão nos meios de comunicação locais e nacionais, tais como a matéria publicada na revista Marie Claire “Terra sem lei: prostituição, drogas e violência na maior obra do PAC”, em 02 de junho de 2011 e mais recentemente, “Chacina em Jaci-Parfaná”, publicada em 29 de 12.2011 no jornal eletrônico Folha de Rondônia,.

Atualmente a UHE de Santo Antônio encontra-se na fase de operação. A literatura refere que em geral, a construção de uma Usina Hidrelétrica compreende quatro fases: fase de pré-instalação, fase de instalação, fase de construção e fase de operação, havendo em cada uma destas, repercussões importantes na área de saúde.

Para esta fase, espera-se mudanças ambientais importantes, tais como represamento das águas, contribuindo para o surgimento de novas coleções hídricas com possíveis alterações na dinâmica de criadouros e mesmo perenização de criadouros temporários, o que pode interferir no comportamento das doenças transmitidas por vetores, tais como malária, leishmaniose, febre amarela dentre outras. São esperados ainda, o surgimento de novos aglomerados populacionais, principalmente os resultantes de ocupações desordenadas, com conseqüente aumento populacional em áreas vulneráveis.

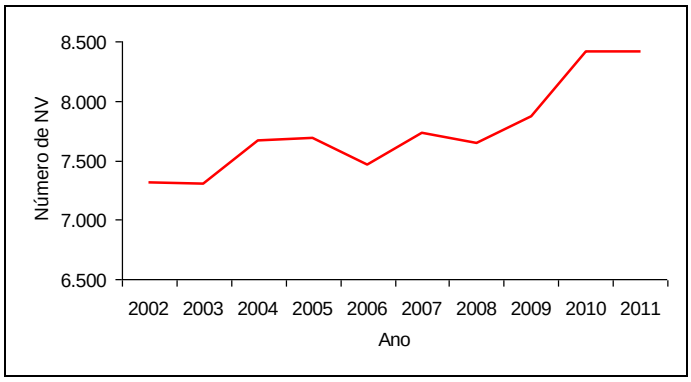
Diante destas transformações, a esperada transição epidemiológica com mudanças nos padrões de mortalidade, morbidade e invalidez em uma população específica (Omram, 2001; Santos-Preciado *et al*., 2003), não ocorreu em Porto Velho. No Brasil, estudos comprovam que doenças transmissíveis, mais prevalentes nos paises em desenvolvimento, convivem com doenças crônico-degenerativas, preponderantes em paises desenvolvidos. Em Porto Velho, a analise da situação de saúde demonstrou a reprodução desta tendência, quando se identifica importantes percentuais de morbimortalidade por causas externas, doenças do aparelho

circulatório, doenças neoplásicas e doenças infecciosas e parasitárias.
No presente documento apresentamos a análise das principais causas de morbi-mortalidade da população do município de Porto Velho, bem como as ações desenvolvidas para enfrentamento destes, pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.1 Estatísticas vitais – como nascem e morrem os habitantes de Porto Velho

No período de 2006 a 2011, o município de Porto Velho registrou um total de 47.549 nascidos vivos, com uma média de 7.824 NV ao ano. Identifica-se um discreto aumento no número de NV no mesmo período, conforme mostra a figura 3, tendência observada também na região norte, que por sua vez, difere do comportamento de queda de natalidade no país.

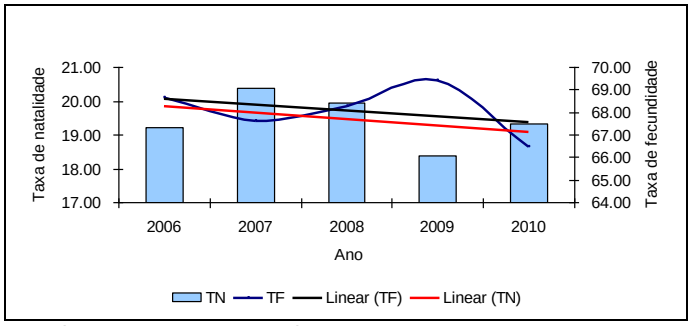
Gráfico 3. Número de nascidos vivos em Porto Velho/RO,
no período de 2002 a 2011



Fonte: Sinasc/Dvea/Semusa.

Apesar do aumento do número absoluto dos nascidos vivos, observa-se na série histórica de 2000 a 2010 um decréscimo na taxa de natalidade de 18.16% e na taxa de fecundidade, 21.46%. A figura 4 mostra tendência de redução das taxas de natalidade e fecundidade, registrando em 2010 a menor taxa de fecundidade do período estudado.

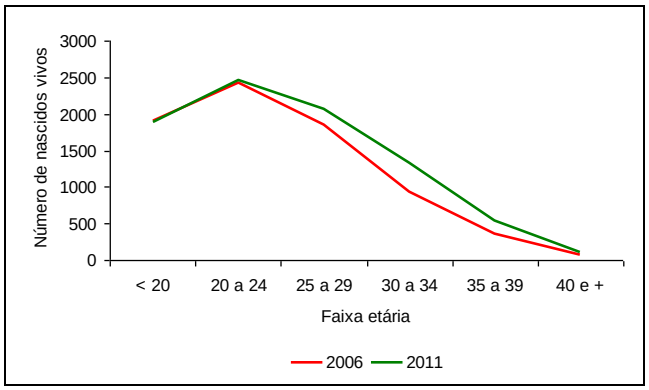
Gráfico 4. Número de nascidos vivos em Porto Velho/RO,
no período de 2006 a 2010



Fonte: Sinasc/Dvea/Semusa e Datasus/MS

Entre 2006 e 2011, observa-se o envelhecimento na faixa etária das mulheres no momento do parto. Entretanto, o número de nascidos vivos de mães com idade menor que 20 anos, é elevado, e mantém comportamento inalterado nos anos analisados, conforme mostra a figura 5.

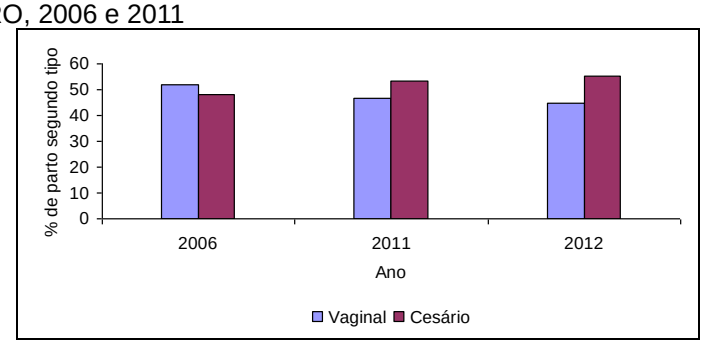
Gráfico 5. Número de nascidos vivos segundo idade da mãe.
Porto Velho/RO, 2006 e 2011



Fonte: Sinasc/Dvea/Semusa.

A figura 6 mostra o comportamento dos nascimentos segundo tipo de parto no município, evidenciando o aumento no percentual de partos do tipo Cesário, acompanhando a tendência de aumento no país.

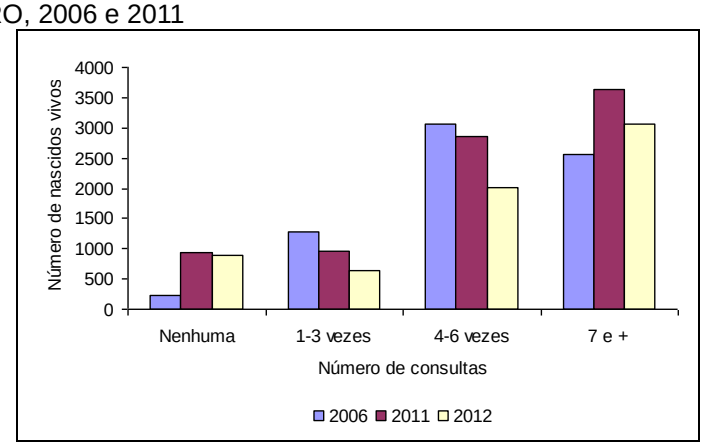
Gráfico 6. Número de nascidos vivos, segundo tipo de parto.
Porto Velho/RO, 2006 e 2011



Fonte: Sinasc/Dvea/Semusa. 2012 - Dados parciais, coletados em 19 de novembro, sujeito a alteração.

No que se refere ao número de consultas de pré-natal, observa-se um aumento de nascimentos cujas mães realizaram 7 consultas e mais, o que traduz uma melhoria no acesso e conseqüentemente no cuidado com a gestante.

Grafico 7. Número de nascidos vivos, segundo número de consultas.
Porto Velho/RO, 2006 e 2011



Fonte: Sinasc/Dvea/Semusa. 2012 - Dados parciais, coletados em 19 de novembro, sujeito a alteração.

3.2 INDICADORES DE MORTALIDADE

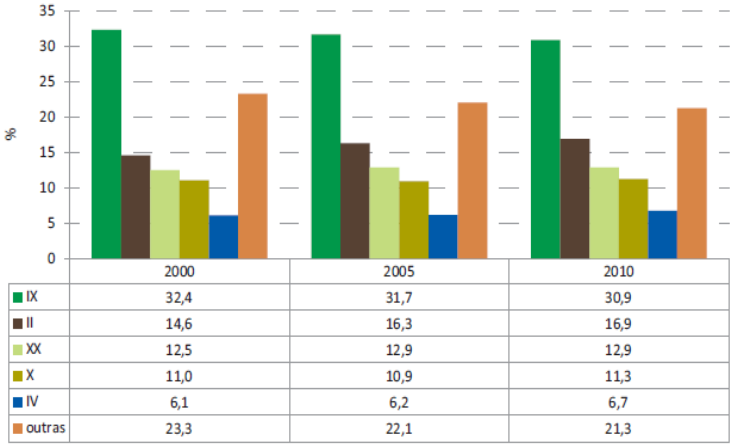
3..2.1 Mortalidade Proporcional

A melhoria dos indicadores de mortalidade, no Brasil, tem sido mostrada, com tendências positivas, nos estudos realizados nos últimos anos sobre perfil de mortalidade, como é o caso

da queda da mortalidade proporcional em menores de um ano e aumento nas pessoas de 60 anos e mais. Assim como a redução das taxas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, mas apresentando um aumento pelas das causas externas de mortalidade, indicadores preocupantes, com evidência para o aumento crescente da mortalidade no trânsito envolvendo ocupantes de motocicletas, o aumento de alguns tipos de câncer, como os de mama, próstata e colon, e o aumento da mortalidade por diabetes *mellitus* (BRASIL, 2011).

A maior mortalidade proporcional no Brasil é determinada pelas doenças do aparelho circulatório, porém com uma tendência de redução, de 32,4% em 2000 para 30,9% em 2010. As neoplasias estão em segundo lugar com 14,4% dos óbitos em 2000 e 16,6% em 2010, portanto apresentando tendência de aumento do seu peso na mortalidade. As causas externas ocupam o terceiro lugar, responsáveis por 12,5% dos óbitos em 2000 e por 12,9% em 2010. As doenças do aparelho respiratório e as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas vêm em seguida, com tendência de aumento de sua representatividade no total de óbitos ocorridos (BRASIL, 2011).

Gráfico 8 - Mortalidade proporcional, segundo os grupos de causa de óbito – Brasil, 2000, 2005 e 2010

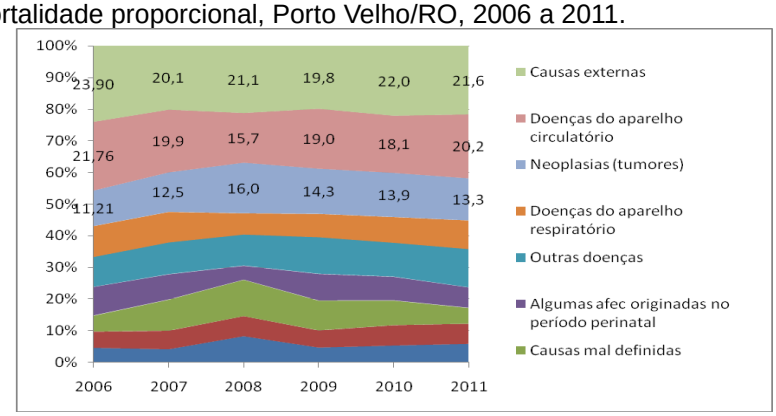


	2000	2005	2010
IX	32,4	31,7	30,9
II	14,6	16,3	16,9
XX	12,5	12,9	12,9
X	11,0	10,9	11,3
IV	6,1	6,2	6,7
outras	23,3	22,1	21,3

Fonte: SVS/MS.
* IX. Doenças do aparelho circulatório; II. Neoplasias; XX. Causas externas; X. Doenças do aparelho respiratório; IV. Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas.

Em Porto Velho/RO, as principais causas de mortalidade são as doenças não transmissíveis, sendo as causas externas em primeiro lugar, seguida das doenças do aparelho circulatório/DAC e pelas neoplasias. Existe uma oscilação, de 2006 a 2011, na mortalidade proporcional por estas três principais causas de mortalidade, porém sempre as causas externas se mantiveram no topo, conforme podemos observar na figura 9.

Gráfico 9 – Mortalidade proporcional, Porto Velho/RO, 2006 a 2011.



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 16.10.2012

Na tabela 1, podemos observar que, em 2011, as causas externas (21,6%) foram à principal grande causa de mortalidade em Porto Velho, em segundo as doenças do aparelho

circulatório (20,2%) e as neoplasias ocuparam o terceiro lugar representando 13.3% do total de óbitos. As doenças do aparelho respiratório representaram 09% da mortalidade proporcional no município e as doenças infecciosas e parasitárias foram responsáveis por 06,3% dos óbitos, ficando respectivamente em quarto e quinto lugar. Dentre as principais causas de óbito, de Porto Velho, as doenças e agravos não transmissíveis/DANT se tornaram um importante problema de saúde pública, onde medidas de promoção, prevenção e controle estabelecidas são de responsabilidade das diferentes instituições envolvidas. Sabemos que somente planos bem estruturados poderão reverter à atual situação em que o município se encontra, frente a esses agravos.

Tabela 2 – Mortalidade proporcional, Porto Velho/RO, 2011

Grandes causas	**Nº.**	**%**
Causas externas	442	21,6
Doenças do aparelho circulatório	414	20,2
Neoplasias (tumores)	271	13,3
Outras causas	249	12,2
Doenças do aparelho respiratório	184	09,0
Algumas afecções originadas no período perinatal	131	06,4
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	129	06,3
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	126	06,2
Mal definidas	098	04,8
TOTAL	**2044**	**100,0**

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 16.10.2012

Ao analisarmos as principais causas de mortalidade segundo faixa etária, em 2011, as doenças e agravos não transmissíveis foram à principal causa de óbito em todas as faixas etárias acima de 01ano, sendo que de 01 a 49 anos as causas externas e acima dos 50 anos, as doenças do aparelho circulatório. As neoplasias configuraram como segunda causa de óbitos na faixa etária de 50 a 79 anos e terceira, acima dos 80 anos. As doenças do aparelho respiratório foram à segunda causa de óbito para as faixas etárias de 01 a 04 anos. Enquanto que 5,2% dos óbitos tiveram faixa etária ignorada, sendo que destes 74,5% foram algumas afecções originadas no período perinatal, 8,4% por mal formação congênita e anomalias cromossômicas e 6,6% por causas externas, conforme tabela 2.

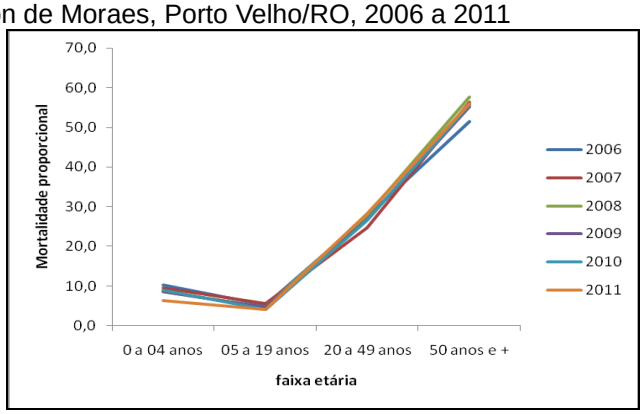
Tabela 3 - Distribuição das principais causas de mortalidade, segundo faixa etária, Porto Velho/RO, 2011

Causa (Cap CID10)	< 01a	01-04a	05-09a	10-14a	15-19a	20-29a	30-39a	40-49a	50-59a	60-69a	70-79a	80 e+	Ign	Total
Causas externas de morbidade e mortalidade	3	6	4	10	49	126	94	57	39	24	10	10	7	442
Doenças do aparelho circulatório	2	2	1	0	1	3	17	40	63	82	99	107	1	419
Neoplasias (tumores)	0	0	1	2	1	6	12	38	56	60	53	38	4	271
Doenças do aparelho respiratório	8	5	0	1	0	2	3	9	18	26	50	59	3	184
Algumas afec originadas no período perinatal	52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	79	131
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7	2	3	1	1	9	27	15	26	13	13	12	0	129
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	0	0	0	0	0	1	5	17	19	24	28	26	0	120
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	3	3	0	0	4	9	8	10	18	11	17	16	2	101
Doenças do aparelho digestivo	2	0	0	0	1	5	5	17	17	17	5	14	1	84
Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	0	3	4	8	6	9	10	9	0	49
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	29	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	9	43
Doenças do sistema nervoso	0	1	0	2	1	0	1	5	4	2	3	9	0	28
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	0	1	0	0	0	3	0	1	4	0	1	1	0	11
Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	1	1	3	2	1	1	1	0	10
Gravidez parto e puerpério	0	0	0	0	0	5	4	0	0	0	0	0	0	9
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	0	0	0	8
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	4
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	**106**	**23**	**09**	**16**	**59**	**173**	**183**	**223**	**271**	**272**	**290**	**304**	**106**	**2044**

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 16.10.2012

No Brasil existe um significativo deslocamento da mortalidade proporcional para as faixas etárias mais altas, como resultado da redução da mortalidade na infância e do aumento da expectativa de vida, de 1990 a 2004 (RIPSA, 2008). Em Porto Velho, os dados apontam a mesma tendência, de 2006 a 2011, porém observa-se também um grande percentual de óbitos na faixa etária dos 20 a 49 anos, sendo 28,3% em 2010, conforme observamos na curva de mortalidade proporcional ou indicador de Nelson de Moraes, na qual avaliamos o nível de saúde da população portovelhense, (Figura 10).

Gráfico 10 - Curva de Nelson de Moraes, Porto Velho/RO, 2006 a 2011



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 16.10.2012

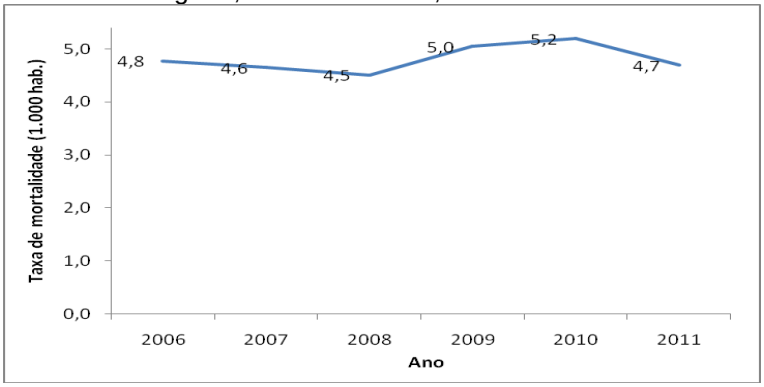
Fazendo relação entre as principais causas de óbito e faixa etária, podemos afirmar que as causas externas ocorreram mais intensamente por homicídios e acidentes de trânsito, na faixa etária de 20 a 49 anos, enquanto que nos acima de 50 anos são as doenças crônicas não transmissíveis/ DCNT (doenças do aparelho circulatório e neoplasias).

3.2 .2 Mortalidade Geral

O Sistema de Informação de Mortalidade nas diversas regiões brasileiras é comprometida por sua cobertura ao compararmos os indicadores de mortalidade entre as regiões. As maiores deficiências na oferta, no acesso e na organização dos serviços de saúde ocorrem nas regiões Norte e Nordeste. Assim, as informações, destas regiões, sobre mortalidade são comprometidas pela captação deficiente de óbitos, assim como pelas elevadas proporções de óbitos por causas mal definidas. Enquanto que as regiões Sul e Sudeste apresentam melhor qualidade das estatísticas vitais e assim maiores taxas de mortalidade, que possivelmente podem ser atribuídas a melhor cobertura do SIM (BRASIL, 2011).

Em Porto Velho, quanto à taxa de mortalidade geral, em 2011 foi de 4,7 óbitos em cada 1.000 habitantes, ano que apresentou um indicador menor que os dois anteriores, possivelmente devido a algum problema na captação das declarações de óbitos (Figura 11).

Gráfico 11 – Taxa de mortalidade geral, Porto Velho/RO, 2006 a 2011



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 16.10.2012

3.2.3 Mortalidade por causas

3.2.3.1 Doenças e Agravos Não Transmissíveis/DANT

As DANT constituem um grande e heterogêneo grupo de doenças, de importância a saúde pública, classificadas em dois grupos: Causas externas, que são os acidentes, que podem ser de transporte e de trabalho e as violências, representadas pelos suicídios, tentativas de suicídio, homicídios, intoxicações, abuso sexual, dentre outros e as Doenças Crônicas não Transmissíveis/DCNT, que são as doenças do aparelho cardiovascular, doença pulmonar obstrutiva crônica, neoplasias, cirrose, obesidade, desordens neuropsiquiátricas e dos órgãos da percepção, desordens orais, digestivas, genitais e de pele.

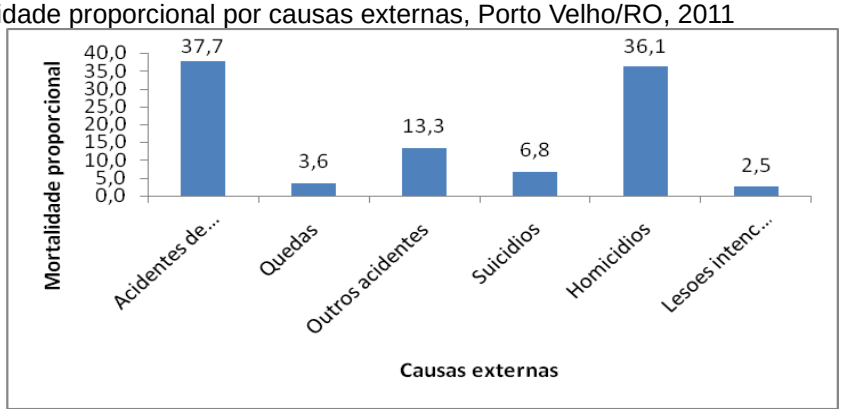
3.2.3.2 - Causas externas

Dentre as causas externas, os acidentes e as violências representam modernas epidemias que assolam países do mundo inteiro, configurando um conjunto de agravos à saúde, que pode ou não levar a óbito, no qual se incluem as causas ditas acidentais – devidas a trânsito, trabalho, quedas, envenenamentos, afogamentos e outros tipos de acidentes – e a causas intencionais, como agressões e lesões autoprovocadas (OPAS/OMS, 2000).

Em 2011, 21,6% dos óbitos registrados em Porto Velho, foram associados às causas externas. Destes, os homicídios ocupam o primeiro lugar, com 37,7% e os acidentes de transportes o segundo, contribuindo com 36,1% dos óbitos registrados no SIM (Figura 12).

Analisando os óbitos por causas externas, os acidentes de trânsito nos anos de 2007 a 2011, apresentaram aumento percentual, passando de 29,3% para 37,7% em 2011. Quanto ao homicídio, ocorreu o inverso, houve uma redução, de 47,0% em 2007 para 36,1% em 2011.

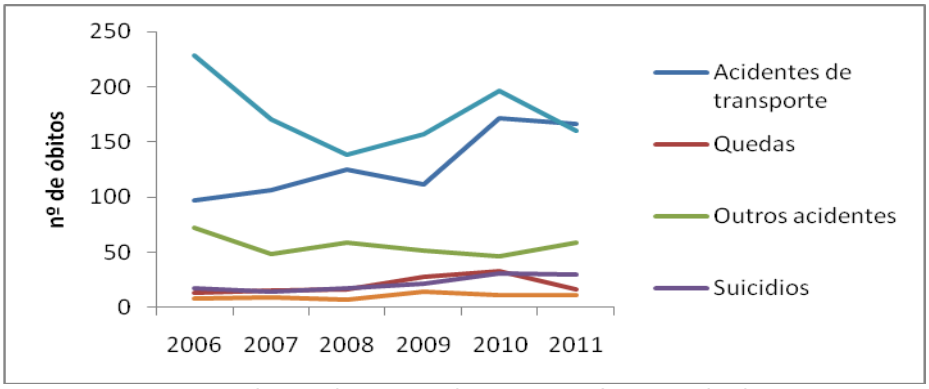
Gráfico 12 – Mortalidade proporcional por causas externas, Porto Velho/RO, 2011



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10.12.2012

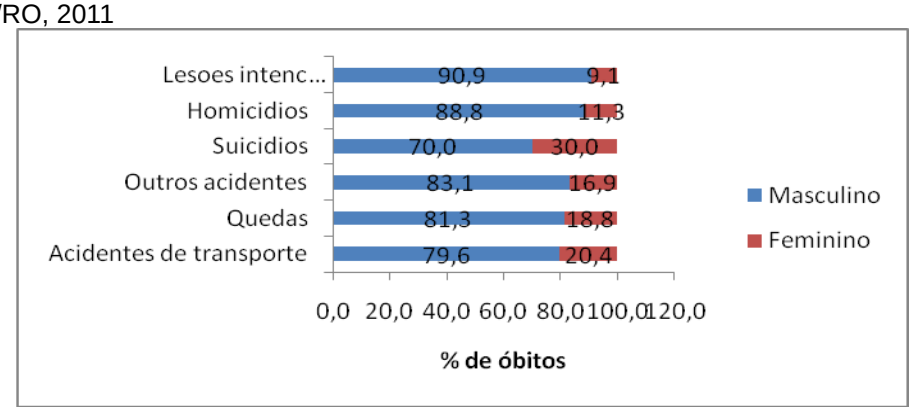
Na figura 12, verificamos o peso dos acidentes de transportes e dos homicídios sobre as outras causas externas, no período de 2006 a 2011. Os óbitos por suicídio, quase que dobraram, no período analisado, enquanto que as quedas tiveram aumento em 2010 e redução em 2011.

Gráfico 13 – Óbitos por causas externas, Porto Velho/RO, 2006 a 2011



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

Gráfico 14 – Mortalidade proporcional, por causas externas e sexo.
Porto Velho/RO, 2011



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

O Brasil apresentou em 2009, uma taxa de mortalidade por acidente de transportes de 19,6/100.000hab., enquanto que em Porto Velho, a taxa de 2011, foi de 38,33/100.000hab.

Tabela 4 – Taxa de mortalidade por acidentes de transportes e homicídios,
Porto Velho/RO, 2006 a 2011

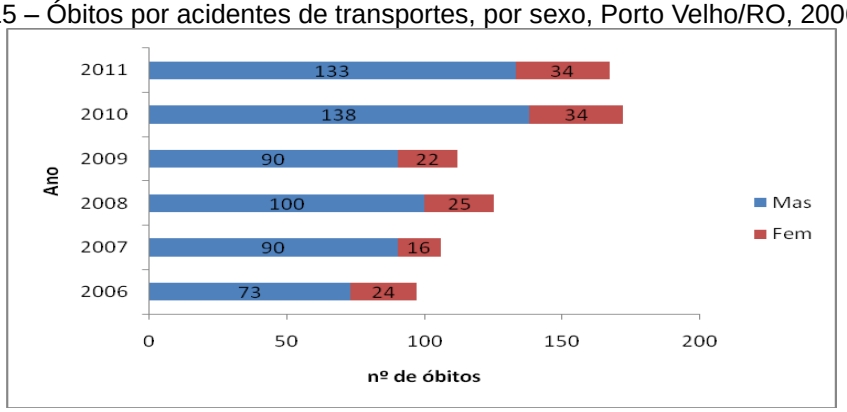
Ano	Todas as causas externas	Acidentes de Transportes	Homicídio
2006	114,18	25,46	59,85
2007	98,01	28,70	46,03
2008	95,20	32,97	36,39
2009	100,04	29,26	41,01
2010	114,64	40,32	45,95
2011	101,67	38,33	36,72

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

Na tabela 4 observamos a taxa de mortalidade por todas as causas externas assim como acidentes de transportes e homicídios. Verificamos que no período de 2006 a 2008, a taxa de mortalidade por acidente de transportes aumentou e por homicídios diminuiu e no ano seguinte, 2009, houve uma inversão neste indicador, já em 2010 e 2011 houve um aumento na taxa de mortalidade, porém neste último ano, comparado com o anterior foi menor. Fatores que tenham contribuído para a redução da taxa de mortalidade por acidentes de transportes é possivelmente a instituição do Comitê de Municipal de Segurança Viária, que proporcionou a otimização dos recursos para a realização de ações de segurança no trânsito em nosso município, assim como a capacitação dos profissionais de saúde do SAMU para o melhor atendimento a vítimas de violências.

Na figura 15, observamos o número de óbitos por acidentes de transportes, segundo sexo, ocorridos de 2006 a 2011, em Porto Velho.

Gráfico 15 – Óbitos por acidentes de transportes, por sexo, Porto Velho/RO, 2006 a 2011

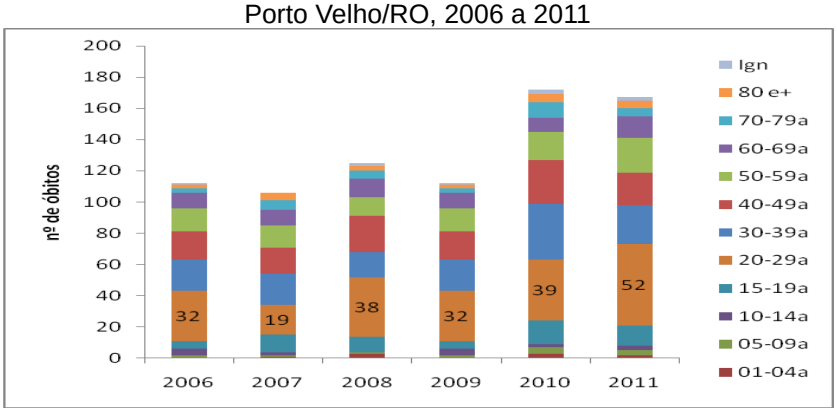


Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

A distribuição dos óbitos segundo sexo, conforme figura 15, demonstrou que dentre os acidentes de transporte, nos últimos seis anos, foi o sexo masculino o mais atingido. Sendo que em 2011, 83,1% dos óbitos foram do sexo masculino e 16,9%, do sexo feminino, ratificando assim a vulnerabilidade do sexo masculino frente a mortalidade por causas externas, em especial por acidente de transportes.

A figura 16 apresenta a freqüência dos óbitos por acidentes de transportes, segundo faixa etária, Porto Velho/RO, 2006 a 2011.

Gráfico 16 - Óbitos por acidentes de transportes, segundo faixa etária, Porto Velho/RO, 2006 a 2011



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

Os acidentes de trânsito e os traumas deles resultantes constituem um importante problema social e de saúde pública. Os jovens, especialmente do sexo masculino, na faixa etária de 20 a 29 anos, é o grupo com maior envolvimento em acidentes de trânsito fatais, conforme observamos na figura 16. E entre os acidentes não fatais devem ser considerados ainda os acidentes de trânsito que evoluem para recuperação total, mas que apresentam longo tempo de internação precisando às vezes de cirurgia.

Os demais acidentes, nas faixas etárias mais elevadas, provavelmente estão ligados ao aumento da frota de veículos, da inadequada engenharia de tráfegos, das questões socioeconômicas, situações de stress, mas principalmente, de uma visão distorcida dos condutores de vida. Outro fator relevante é o aumento da expectativa de vida da população, tornando-a mais exposta, provavelmente por apresentar limitações em decorrência do processo natural do envelhecimento.

3.2.3.3 - Doenças do aparelho circulatório

No Brasil, as doenças do aparelho circulatório é a principal causa de mortalidade, enquanto que em Porto Velho estas doenças ocupam o segundo lugar, conforme observamos na tabela 1, anteriormente. Na tabela 5, demonstramos as principais causas de óbito por doenças do aparelho circulatório, em Porto Velho, de 2006 a 2011.

Tabela 5 - Óbitos por doenças do aparelho circulatório, segundo principais causas, Porto Velho/RO, 2006 a 2011

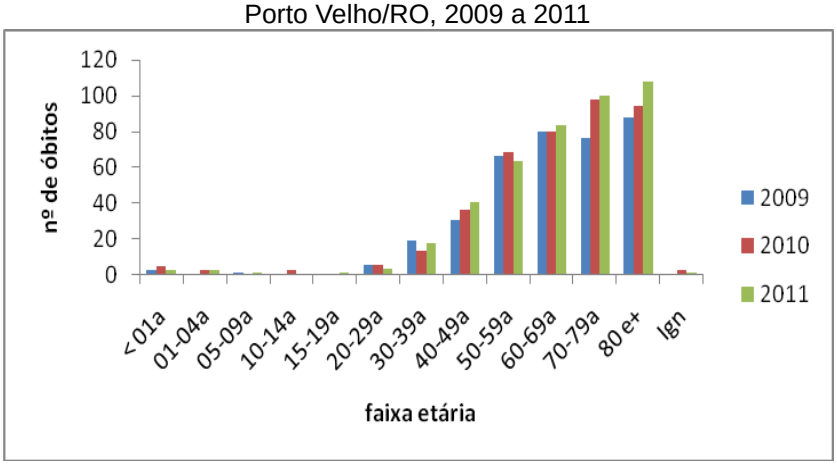
Doenças do Aparelho Circulatório	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Infarto agudo do miocárdio NE	68	56	68	97	83	97
Acid vasc cerebr NE como hemorragia isquêmica	64	59	51	71	68	65
Hemorragia intracerebral NE	27	26	25	24	30	26
Insuficiência cardíaca NE	17	20	09	20	20	22
Doença cardíaca hipertensiva c/insuf cardíaca	16	11	01	9	16	9
Insuficiência cardíaca congestiva	15	20	06	12	17	29
Hipertensão essencial	13	25	08	16	27	16
Outras doenças	176	141	101	118	143	157
Total	**396**	**358**	**269**	**367**	**404**	**421**

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

As doenças do aparelho circulatório que mais determinaram óbitos em Porto Velho, no período, foram infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral, hemorragia intracerebral, insuficiência cardíaca, doença cardíaca hipertensiva com insuficiência cardíaca, Insuficiência cardíaca congestiva e Hipertensão essencial, estas sete doenças foram responsáveis por 62,6% do total de óbitos por doenças do aparelho circulatório ocorridos em 2011, no município de Porto Velho.

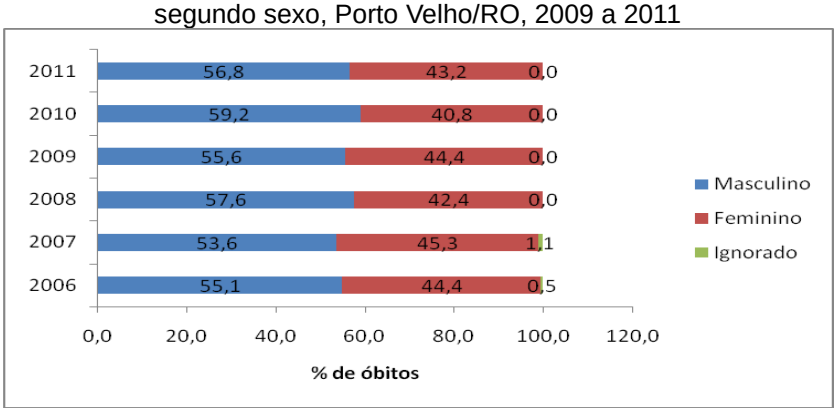
Observamos nas figuras 17 e 18, o número de óbitos por doenças do aparelho circulatório no período de 2009 a 2011, por faixa etária e por sexo.

Gráfico 17 - Óbitos por doenças do aparelho circulatório, segundo faixa etária, Porto Velho/RO, 2009 a 2011



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

Gráfico 18– Mortalidade proporcional por doenças do aparelho circulatório, segundo sexo, Porto Velho/RO, 2009 a 2011



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

A figura 17 mostra que 84,08% dos óbitos por doenças do aparelho circulatório ocorreram em pessoas com mais de 50 anos, sugerindo ser esta a faixa etária mais suscetível. Observamos na

figura 18 que os óbitos por DAC são em média 12,9% mais freqüentes em pessoas do sexo masculino.

Observamos na tabela 5, que as doenças do aparelho circulatório, representam importante causa de mortalidade na população, destacando-se o infarto agudo do miocárdio e o acidente vascular cerebral, fato este possivelmente ligado ao aumento da expectativa de vida do portovelhense. Chama a atenção, a redução na taxa de mortalidade no ano de 2008, que pode estar relacionada a problema na captação do dado, bastante diferenciada dos 02 anos anteriores e os 03 posteriores.

Tabela 6 – Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, Porto Velho/RO, 2006 a 2011

Ano	Doenças do Aparelho Circulatório	Infarto agudo do miocárdio	Acidente vascular cerebral
2006	103,94	17,84	16,79
2007	96,92	15,16	15,97
2008	70,94	17,93	13,44
2009	95,86	25,33	18,54
2010	94,71	19,45	15,94
2011	96,61	22,26	14,91

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012
Taxa para 100.000 hab.

No Brasil, a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, em 2004, foi 168,5/100.000 hab.

3.2.3.4. - Neoplasias

As neoplasias representam importante causa de óbito em Porto Velho, ocupando o terceiro lugar. No Brasil, estas ocupam o segundo lugar de causas de mortes, destacando-se as neoplasias malignas de brônquios e pulmões, de estômago, de próstata, de mama e de colo de útero.

Tabela 7 - Óbitos por neoplasias, segundo causa, Porto Velho/RO, 2006 a 2011

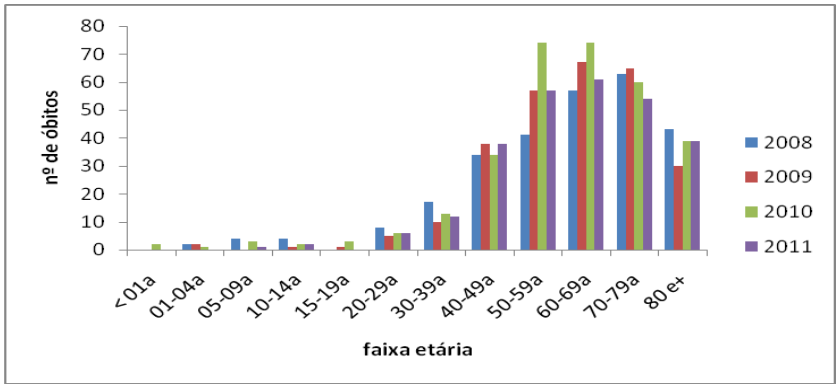
Neoplasias	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Brônquios ou pulmões NE	36	43	38	36	52	34
Estomago NE	18	27	22	26	18	23
Neoplasias malignas da próstata	18	06	17	16	21	16
Neoplasias malignas do fígado NE	14	17	18	13	10	13
Colo do útero NE	13	14	20	11	14	15
Neoplasias malignas s/especificação de localização	08	06	04	03	08	10
Esôfago NE	07	03	05	06	10	07
Mama NE	07	14	15	18	16	16
Outras neoplasias	83	95	134	147	162	141
Total	**204**	**225**	**273**	**276**	**311**	**275**

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

Em Porto Velho, destacam-se as neoplasias malignas de brônquios ou pulmões, estômago, da próstata, do fígado, colo do útero, esôfago e mama. Estes sete tipos de neoplasias são responsáveis por 48,7% do total de óbitos por neoplasias, ocorridos em 2011, em Porto Velho (Tabela 7).

Observamos também que 77,62% dos óbitos por neoplasias ocorrem em pessoas com mais de 50 anos, conforme observamos na figura 19. .

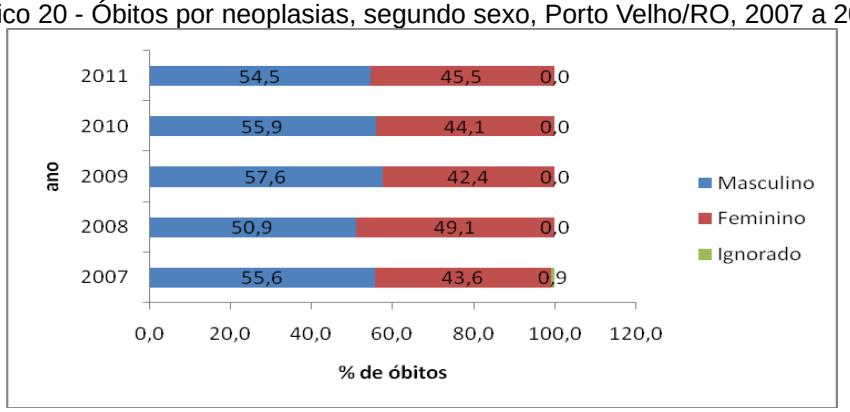
Gráfico 19 - Óbitos por neoplasias, segundo faixa etária,
Porto Velho/RO, 2008 a 2011



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

Ocorrem em média, no período de 2007 a 2011, 10% mais óbitos por neoplasias em pessoas do sexo masculino ao compararmos com o feminino. O que possivelmente nos leva a este indicador é que o homem quando procura o serviço de saúde já se encontra em estado adiantado da doença.

Gráfico 20 - Óbitos por neoplasias, segundo sexo, Porto Velho/RO, 2007 a 2011.



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012

Nas tabelas 7, 8 e 9 estão as taxas de mortalidade por neoplasias e as neoplasias por sexo (masculino e feminino), as quais tem aumentado neste período. Possivelmente pela procura e melhoria no diagnóstico deste agravo.

Tabela 8 – Taxa de mortalidade por neoplasias, Porto Velho/RO, 2006 a 2011

Ano	Todas as neoplasias	Brônquios ou pulmões	Estômago	Fígado	Esôfago
2006	53,55	09,45	04,72	3,67	1,84
2007	60,92	11,64	7,31	4,60	0,81
2008	72,00	10,02	5,80	4,75	1,32
2009	72,09	09,40	6,79	3,40	1,57
2010	72,91	12,19	4,22	2,34	2,34
2011	63,11	07,80	5,28	2,98	1,61

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012
Taxa para 100.000 hab.

Tabela 9– Taxa de mortalidade por neoplasias malignas do sexo feminino, Porto Velho/RO, 2006 a 2011

Ano	Colo de útero	Mama
2006	6,80	3,66

2007	7,12	7,12
2008	10,39	7,79
2009	5,65	9,24
2010	6,64	7,59
2011	6,99	7,46

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012
Taxa para 100.000 mulheres

Tabela 10 – Taxa de mortalidade por neoplasia maligna do sexo masculino, Porto Velho/RO, 2006 a 2011

Ano	**Próstata**
2006	9,48
2007	3,14
2008	9,10
2009	8,48
2010	9,65
2011	7,23

Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10/12/2012
Taxa para 100.000 homens

A taxa de mortalidade por neoplasias maligna do pulmão ou brônquios continua sendo a que determina mais óbitos em Porto Velho.

No Brasil, entre 1996 a 2004, a taxa de mortalidade por neoplasias malignas aumentou ou se manteve sem alterações. Em 2004, a taxa de mortalidade por neoplasia maligna do pulmão, traquéia e brônquio foi de 13,1/100.000 hab., enquanto que a taxa de todas a neoplasias foi de 71,2/100.000 homens entre os homens e entre as mulheres foi de 58,6/100.000 mulheres, no Brasil.

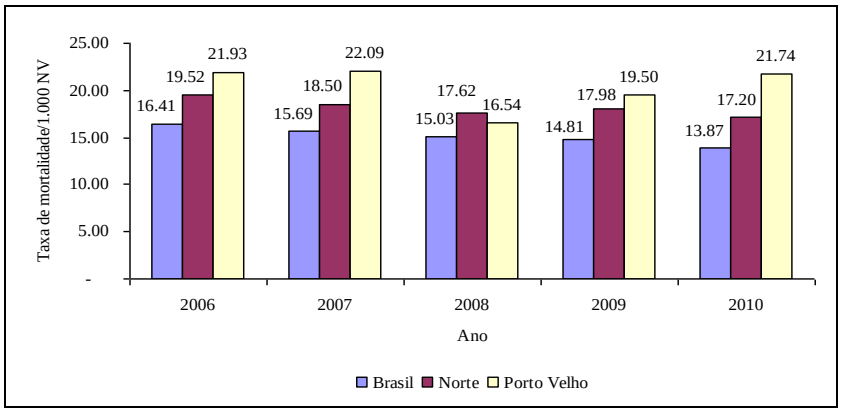
3..2.3.5 Mortalidade infantil

A redução da mortalidade na infância é o quarto Objetivo do Desenvolvimento do Milênio, com meta de redução em dois terços entre 1990 e 2015.

De acordo com o MS há tendência de redução da mortalidade infantil em todas as regiões do país. A redução deste indicador estar relacionada a melhoria das condições de vida, a queda da fecundidade e o efeito das intervenções públicas implementadas nas últimas décadas, como planejamento reprodutivo; redução do analfabetismo; ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família; melhoria das coberturas vacinais, saneamento ambiental entre outros aspectos. Esta tendência também é observada no município de Porto Velho, quando no ano de 1998, a Taxa de Mortalidade foi de 31,9 conforme descrito no artigo “Estimação da mortalidade infantil no Brasil: o que dizem as informações sobre óbitos e nascimentos do Ministério da Saúde?” , 2002.

Dados atuais mostra que em Porto Velho ocorreu descontinuidade na captação dos óbitos, com reflexo importante no ano de 2008, refletindo um falso incremento no indicador à partir do ano de 2008, mostrando um comportamento diferente da Região Norte e do Brasil no mesmo período. A Figura 21, mostra a variação da taxa de mortalidade infantil no Brasil, Região Norte e Porto Velho, no período de 2006 a 2010.

Gráfico 21 – Taxa de mortalidade infantil segundo ano de óbito. Brasil, Região Norte e Porto Velho/RO, 2006 a 2010



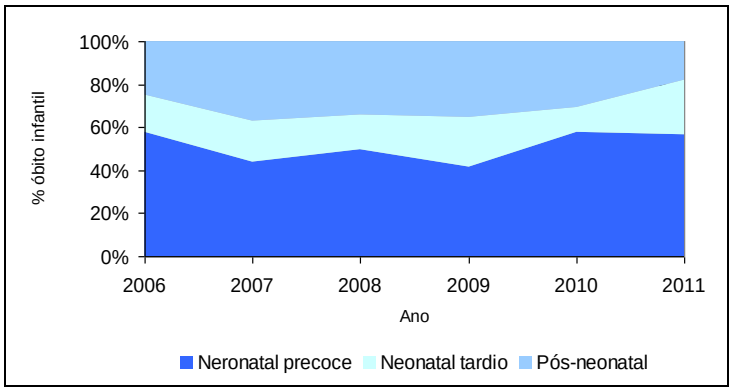
Fonte: Datasus, acessado em 06.02.2012

Os dados da figura 21 nos chama a atenção o ano de 2008, o qual apresenta uma redução importante na TMI. Este comportamento não parece refletir a realidade, considerando que os dois anos anteriores e posteriores, apresentam taxas mais elevadas, levando a hipotese, de baixa captação do dado no ano de 2008, o que tem sido revertido, com investimentos em capacitação, busca ativa de óbitos e nascidos vivos, investigação de óbito e monitoramento contínuo do banco de dados.

A figura 22 mostra a distribuição dos óbitos infantis do municipio de Porto Velho, segundo componentes, no periodo de 2006 a 2011.

Gráfico 22 . Distribuição dos óbitos infantis, segundo componentes.

Porto Velho/RO, 2006 a 2010



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 19.11.2012. Dados parciais no ano de 2011, sujeitos a alteração.

No período de 2006 a 2011, foram registrados 903 óbitos infantis. Destes, 51.27% ocorreram no componente neonatal precoce (0 até 6 dias), 18.27%, ocorreram no componente neonatal tardio, (7 a 27 dias) e 30.56% no componente pós-neonatal (28 dias a <1 ano). Importância deve ser dada no componente neonatal precoce, com a ocorrência do óbito até um dia de vida, que corresponde a uma média 53.56% no período, demonstrando com isso, a necessidade de atuação na atenção durante a gestação e nos primeiros dias de vida do Recém Nascido.

3.2.3.6 Mortalidade materna

A mortalidade materna é um indicador de saúde importante para a mensuração da qualidade da gestão em saúde nos municípios.

Em 2000, os estados menbros das Nações Unidas criaram a Declaração do

Milenium em um esforço para sintetizar os acordos internacionais travados ao longo dos anos de 1990 com a finalidade de implementar o desenvolvimento humano, tendo como prioridade eliminar a fome e a pobreza. O documento estabelece oito metas do milenium, entre elas melhorar a saúde materna, reduzindo a mortalidade materna em três quartos até 2015.

Óbito materno segundo o Guia de Vigilância do Óbito Materno, tem por definição a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez. É causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. Não é considerada morte materna a que é provocada por fatores acidentais ou incidentais.

Importante se faz a diferenciação das mortes por causas maternas, que tem por definição as mortes ocorridas até 42 dias após o termino da gestação. Estas mortes por causas maternas e que não são mortes maternas, devem ser reconhecidas na causa básica com uma codificação diferenciada, tendo como período de ocorrência 42 dias a um ano após o término da gestação e o período de 1 ano ou mais após o término da gestação.

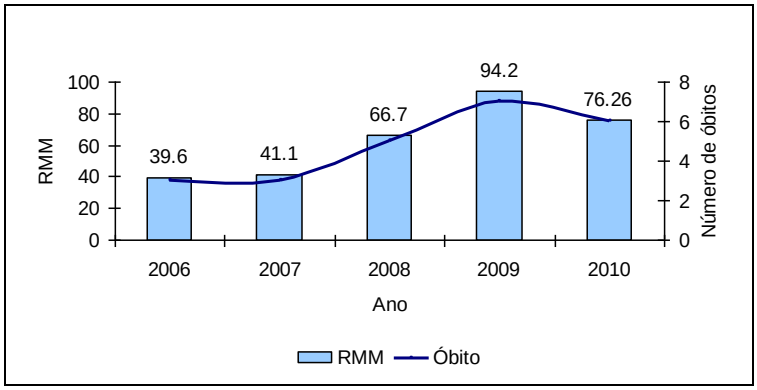
O registro das mortes maternas por causas obstréticas podem ser de dois tipos: as obstétricas diretas e as indiretas. Morte materna obstétrica direta é aquela que ocorre por complicações obstétricas durante o ciclo grávidico puerperal, devido a intervenções, omissões, tratamento incorreto ou a cadeia de eventos resultantes de qualquer destas causas. A morte materna obstétrica indireta é aquela resultante de doença que existiam antes da gestação ou que se desenvolveram durante este período, não provocadas por causas obstréticas diretas, mas agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez.

O Ministério da Saúde contempla a redução da mortalidade materna no SIS-Pacto. Para o adequado alcance da meta, a vigilância dos óbitos maternos é um importante instrumento de detecção e desencadeamento de ações oportunas para alimentação dos Comites de Mortalidade Materna e tomada de decisão por parte da gestão municipal, para organização das ações e serviços de saúde envolvidas no evento.

O município de Porto Velho, nos anos de 2010 e 2011 pactuou a investigação dos óbitos maternos em 100% dos registros no Sistema de Mortalidade – SIM.

A Razão de Mortalidade Materna – RMM estima a frequência de morte de mulheres ocorridas durante a gravidez, aborto, parto ou até 42 dias após o parto, tendo como denominador o total de nascidos vivos – NV. O número de NV é adotado, como aproximação do total de mulheres grávidas, segundo a RIPSA 2008.

Gráfico 23 - Nùmero de óbitos e RMM. Porto Velho/RO, 2006 a 2010



Fonte: SIM/Sinasc/DVEA/SEMUSA/PV. Dados acessados em 02/02/2012, sujeitos à revisão.

A figura 23 mostra o comportamento da mortalidade materna no Município de Porto Velho, no período de 2006 a 2010. No período apresentado, foram registrados 24 óbitos maternos, dos quais 11 (45,8%) estão relacionados com a gravidez e o parto e 15 (62,5%) ocorreram durante o puerpério, dos quais 4 (26,6%) foram classificados como morte materna tardia, de 43 dias a 1 ano após o parto. A tabela 4 apresenta as causas básicas de óbitos maternos no período analisado.

Tabela 11. Óbitos maternos segundo causa básica, Capítulo XV CID 10.

Porto Velho/RO, 2006 a 2010

Cap. XV CID 10	Complicações da gravidez, parto e puerpério	Número
O001	Gravizez tubária	1
O008	Outras formas de gravidez ectópica	1
O021	Aborto retido	1
O032	Aborto espontâneo, complicado por embolia	1
O060	Aborto não especificado	1
O100	Hipertensão essencial pré existente, complicando a gravidez, o parto e o puerpério	1
O101	Doença cardiéca hipertensiva pre existente, complicando a gravidez, o parto e o puerperio	1
O140	Pre-eclâmpsia moderada	1
O141	Pré-eclâmpsia grave	1
O149	Pré eclampsia não especificada	2
O152	Eclampsia no puerpério	2
O234	Infecção não especificada do trato urinário na gravidez	2
O360	Assistência prestada a mãe por isoimunização Rh	1
O364	Assistência prestada a mãe por morte intra-uterina	1
O421	Ruptura prematura de menbranas, com início do trabalho de parto dentro de 224 horas	1
O441	Placenta prévia com hemorragia	1
O460	Hemorragia anteparto com deficiencia de coagulação	1
O622	Outras formas de inercia uterina	1
O670	Hemorragia intraparto com deficiência de coagulação	1
O85	Infecção puerperal	6
O882	Embolia obstétrica por coagulo de sangue	2
O95	Morte obstetríca de causa não especificada	1
O97	Morte por sequelas de causas obstrética diretas	1
O984	Hepatite viral complicando a gravidez, parto e puerperio	1
O994	Doença do aparelho circulatório complicando com a gravidez parto e puerpério	2
O995	Doença do aparelho respiratório complicando a gravidez parto e puerpério	3
O998	Outras doenças e afecções especificadas complicando a gravidez, parto e puerpério	2

Fonte: SIM/DVEA/Semusa. Dado acessado em 02/02/2012, sujeito a revisão.

No ano de 2011 foram notificados 7 óbitos maternos, dos quais 4 (57%) ocorreram no puerpério e 3 (42,85%) na gravidez/parto. Destes, 1 foi classificado como morte materna tardia. De acordo com o Capítulo XV do CID 10, as causas básicas registradas no SIM foram: 2 óbitos (O85 – Infecção puerperal), 1 óbito (O88.2 - Embolia obstétrica por coagulo de sangue), 1 óbito (O10.1 Doença cardíaca hipertensiva preexistente complicando a gravidez, o parto e o puérperio), 1 óbito (O44.1 - Placenta prévia), 1 óbito (O67.0-Hemorragia intraparto com deficiência de coagulação) e 1 (O008 - Gravidez ectópica). A investigação dos óbitos maternos foi realizada em 100% dos óbitos.

3.2.3.7 Mortalidade por causas mal definidas

Dentre os dados sobre mortalidade, as causas de morte se apresentam como importante fonte de conhecimento sobre as causas de morbimortalidade da população. Percentuais elevados sugerem deficiências na declaração das causas de morte e, em outras circunstâncias, nos processos de registro, coleta, crítica e análise dos dados de mortalidade. A freqüência do registro de óbitos de causas mal definidas é condicionada pela disponibilidade de recursos médico-assistenciais, inclusive, para diagnóstico. Também pode refletir o cuidado no preenchimento da Declaração de Óbito. O emprego de termos imprecisos e expressões dúbias, que prejudicam a identificação da causa básica da morte, coloca o óbito como de causa desconhecida.

No Brasil, a taxa de óbitos por causa mal definida no ano de 2008 foi de 7,4%. Observando os registro anteriores percebemos uma redução no número de óbitos por causa mal definida, quando comparamos com o ano de 1980 com registro de 21,41%. O baixo percentual de óbitos por causas mal definidas indica a melhoria qualitativa das estatísticas de mortalidade.

Em Porto Velho, este indicador tem variado nestes quatro anos, passando de 5,05% em 2006 para 8,04% em 2010, denotando assim piora na informação (Tabela 5). O estudo das causas de morte permite delinear o perfil da mortalidade da população, identificando as principais causas de morte, sendo um importante instrumento de gestão. Altos percentuais de causas mal definidas prejudicam este entendimento e podem levar as equipes técnicas ao erro em suas ações.

Tabela 12 – Parâmetro aceitável, número de óbitos por causa mal definida e proporção por causas mal definidas. Porto Velho/RO, 2006 a 2011

	Parâmetro(MS) Aceitável		Nº DO mal definidas	
Ano	Número	%	Número	%
2006	91	5	92	5,05
2007	90	5	177	9,82
2008	85	5	197	11,52
2009	97	5	182	9,40
2010	103	5	165	8,04
2011 *	96	5	94	4,89

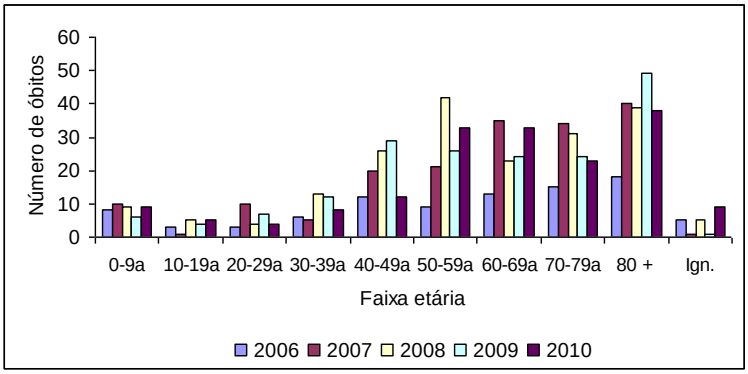
Obs.: Dados parciais. Acessados em 02.02.2012.
Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 3 de outubro de 2011.

A variação no percentual de óbitos por causa mal definidas nos anos de 2006 a 2008, com importante crescimento no indicador, mostra a fragilidade na vigilância do óbito. A partir de 2009, observa-se uma queda no registro de óbitos com causa mal definida. Esta melhoria do indicador tem relação com investimentos em ações estratégicas implementadas na vigilância do óbito, tais como: organização do fluxo, implementação de planilha de monitoramento, busca ativa de óbitos e investigação do óbito.

A figura 24 mostra a distribuição de óbitos por causa mal definida por faixa etária. Observamos que o maior número de óbitos por causas mal definidas ocorrem na faixa etária de 50 anos e mais. Em toda a série estudada, a faixa etária de 80 anos e mais, concentra o maior registro, possivelmente por ser esta a parcela da população que vai a óbito em domicílio, criando vulnerabilidade no preenchimento da DO.

Reforçamos ainda, como melhoria do indicador, o comportamento dos anos de 2010 e 2011. Em 2011, foram registrados 94 óbitos por causa mal definidas no SIM, com 14 óbitos na faixa etária de 80 anos e mais, representando 15,05%. Comparando o ano de 2010, quando foram registrados 163, dos quais 38 óbitos ocorreram nesta mesma faixa etária, correspondendo a 23,03%,

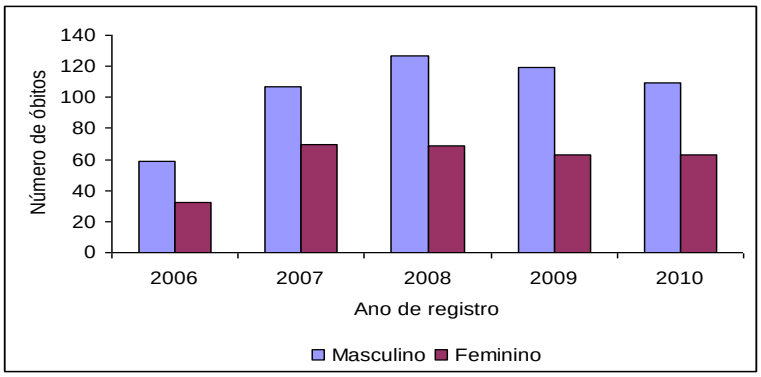
Gráfico 24 – Óbitos por causas mal definidas, segundo faixa etária.
Porto Velho/RO, 2006 a 2010



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 02.02.2012.

A figura 25 mostra a distribuição por sexo dos óbitos por causa mal definidas. Observa-se que no período de 2006 a 2010, o maior número de óbitos (63,69%), foram no sexo masculino (Figura 25). Estes dados corroboram o comportamento descrito pelo Ministério da Saúde, quando é identificado que a cada três mortes de pessoas adultas, duas são do sexo masculino. Os homens vivem, em média, sete anos menos do que as mulheres e têm mais doenças do coração, câncer, diabetes, colesterol e pressão arterial mais elevada. Em Porto Velho, acrescidos a estas causas de morte no sexo masculino, as violências configuram importante causa de óbito.

Gráfico 25 - Óbitos por causas mal definidas, segundo sexo.
Porto Velho/RO, 2006 a 2010



Fonte: SIM/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 30.09.2011

4 CARACTERÍSTICA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE

Para atuar diante dessa realidade, o Município de Porto Velho dispõe de 533 estabelecimentos de saúde, sendo 261 unidades de atenção básica de saúde, 158 unidades de serviços especializados de média complexidade ambulatorial, 20 serviços de internação hospitalar, 76 serviços de apoio diagnóstico e tratamento, 9 unidades de pré-assistência hospitalar, 03 unidades de vigilância e saúde indígena e 01 unidade móvel fluvial.

CNES - Estabelecimentos por Tipo - Porto Velho
Quantidade por Tipo de Estabelecimento e Tipo de Prestador
Período:Set/2012

Tipo de Estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS	4	-	-	-	4
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA DE SAUDE	37	1	1	-	39
CENTRAL DE REGULACAO DE SERVICOS DE SAUDE	1	-	-	-	1
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	1	-	-	-	1
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO ESPECIALIZADO	5	-	142	-	147
CONSULTORIO	1	-	204	-	205

COOPERATIVA	-	-	3	-	3
FARMACIA	3	-	1	-	4
HOSPITAL ESPECIALIZADO	3	1	4	-	8
HOSPITAL GERAL	4	1	7	-	12
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA - LACEN	2	-	-	-	2
POLICLINICA	3	-	-	-	3
POSTO DE SAUDE	13	1	-	1	15
SECRETARIA DE SAUDE	2	-	-	-	2
UNIDADE DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA	1	-	-	-	1
UNIDADE DE SERVICO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	7	-	63	-	70
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	3	-	-	-	3
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSP-URGENCIA/EMERGENCI	9	-	-	-	9
UNIDADE MOVEL FLUVIAL	1	-	-	-	1
PRONTO ATENDIMENTO	4	-	-	-	4
Total	104	4	425	1	534

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Do total dos estabelecimentos assistenciais 25 % são pertencentes ao SUS. Das 121 unidades que constituem a rede SUS, 67% são gestão municipal e 33% são de gestão estadual.

CNES - Estabelecimentos com Tipo de Atendimento Prestado - Ambulatório - Rondônia
SUSParticular por Tipo de Estabelecimento
Município: Porto Velho
Período:Set/2012

Tipo de Estabelecimento	SUS	NÃO SUS	TOTAL
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS	4	-	4
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA DE SAUDE	38	1	39
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO ESPECIALIZADO	22	135	157
CONSULTORIO	1	198	199
HOSPITAL ESPECIALIZADO	5	2	7
HOSPITAL GERAL	4	7	11
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA - LACEN	1	-	1
POLICLINICA	3	-	3
POSTO DE SAUDE	15	-	15
UNIDADE DE SERVICO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	13	20	33
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSP-URGENCIA/EMERGENCI	9	-	9
UNIDADE MOVEL FLUVIAL	1	-	1
PRONTO ATENDIMENTO	4	-	4
Total	**121**	**363**	**484**

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

CNES - Estabelecimentos com Tipo de Atendimento Prestado - Ambulatório - Rondônia
SUS por Tipo de Estabelecimento e Tipo de Gestão
Município: Porto Velho
Período:Set/2012

Tipo de Estabelecimento	Dupla*	Estadual	Municipal	Total
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS	-	1	3	4
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA DE SAUDE	-	1	37	38
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO ESPECIALIZADO	2	17	3	22
CONSULTORIO	-	-	1	1

HOSPITAL ESPECIALIZADO	-	4	1	5
HOSPITAL GERAL	-	4	-	4
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA - LACEN	-	1	-	1
POLICLINICA	-	1	2	3
POSTO DE SAUDE	-	-	15	15
SECRETARIA DE SAUDE	-	-	1	1
UNIDADE DE SERVICO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	1	8	4	13
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSP-URGENCIA/EMERGENCI	-	-	9	9
UNIDADE MOVEL FLUVIAL	-	-	1	1
PRONTO ATENDIMENTO	-	-	4	4
Total	**3**	**37**	**81**	**121**

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

* **unidade de saúde contratualizada pela secretaria de estado de saúde para serviços de alta complexidade**

Nos últimos anos o município vem expandindo sua rede de atenção ambulatorial, apresentando os seguintes resultados em termos de procedimentos gerais.

PROCEDIMENTOS	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
AÇÕES COMPLEMENTARES(Ações educativas, visitas domiciliares, acompanhamento a gestante)	181.490	180.580	177.934	-	540.004
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	45.776	45.163	46.377	-	137.316
PATOLOGIA CLÍNICA (exames laboratoriais)	419.697	453.018	481.241	-	1.353.956
RADIOLOGIA	20.649	38.332	36.871	-	95.852
ULTRASSONOGRAFIA	3.288	4.389	3.930	-	11.607
MÉTODOS DIAGNÓSTICOS(eletrocardionagrama, exames fisioterápicos)	2.479	2.514	2.181	-	7.174
PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS (vasectomia, anestesia regional)	96	84	97	-	277
PROCEDIMENTOS CLÍNICOS (consultas e procedimentos)	1.113.928	1.112.430	1.145.572	-	3.371.851
ODONTOLOGIA (consultas e procedimentos)	68.124	130.034	121.108	-	319.266

Fonte: SIA/DAC/SEMUSA

O município alcançou em 2011 a média de 2,3 consulta médica por habitante. Todavia o maior percentual destas consultas são direcionadas a urgência/emergência (48%), as consultas básicas estão em segundo lugar com 39% do total e as consultas especializadas ocupam 8% do total de consultas médicas.

Até setembro 2012 o percentual de consultas médicas oferecidas aumentou para 2,9 sendo: 70,2 consultas em urgências/emergência, 23,4 consultas básicas e 6,2 são consultas especializadas.

PRODUÇÕES REALIZADAS DE CONSULTAS MÉDICAS POR TIPO E ANO - 2004 A 2012

ANO	TIPO DE CLÍNICA					
	CLÍNICA BÁSICA	GINECOLOGIA	PEDIATRIA	URGÊNCIA / EMERGÊNCIA	ESPECIALIZADA	**CONSULTAS MÉDICAS TOTAIS**
2004	82.358	45.677	69.446	1.336	17.164	**215.981**
2005	113.865	19.571	49.617	1.158	18.848	**203.059**
2006	190.314	31.746	67.880	1.815	21.562	**313.317**
2007	220.966	29.914	70.352	65.718	23.430	**410.380**
2008	529.290	22.107	61.593	68.691	29.355	**711.036**
2009	134.569	27.775	68.576	214.674	24.479	**470.073**
2010	198.071	44.246	122.452	459.840	106.937	**931.546**
2011	241.044	52.473	109.499	504.713	128.078	**1.035.807**
2012	148.244	37.429	122.688	923.923	82.363	**1.314.647**

FONTE: SIA/DAC/SEMUSA

* dados parciais, computados até setembro de 2012.

Em termos de serviços de apoio diagnóstico também houve um incremento, inslusive com a instalação de novos equipamentos de exames de imagem, que serão detalhados a posteriori neste documento. Como produções gerais apresentamos o quadro a seguir.

PRODUÇÕES REALIZADAS DE SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO POR TIPO - 2004 A 2012

ANO	PROCEDIMENTOS		
	ULTRASSONOGRAFIA	RADIOLOGIA	PATOLOGIA CLÍNICA
2004	18.706	3.864	237.191
2005	8.560	15.699	221.762

2006	10.880	43.549	256.281
2007	12.813	26.509	277.985
2008	14.426	35.381	334.135
2009	8.578	21.437	400.721
2010	11.552	58.866	1.281.609
2011	11.508	74.548	1.501.588
2012	11.607	95.852	1.314.229
TOTAL	**97.023**	**375.705**	**5.825.501**

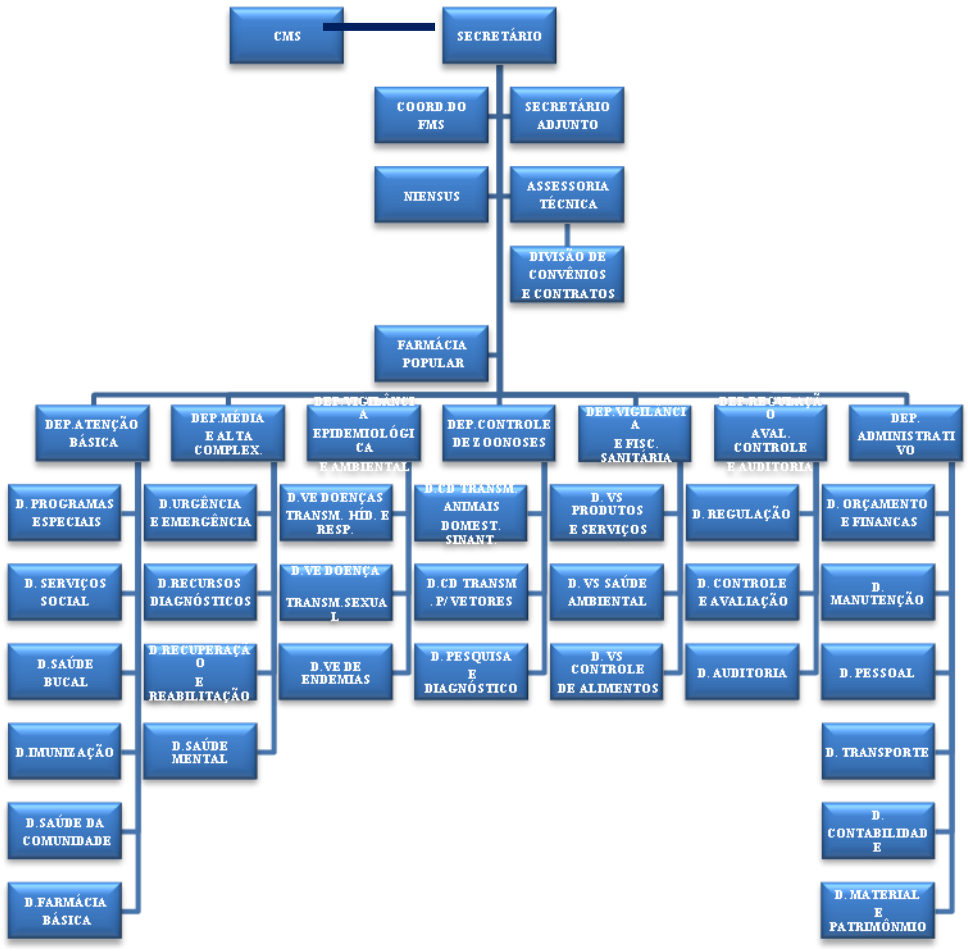
FONTE: SIA/DAC/SEMUSA
Dados Parciais, computados até setembro de 2012.

5. INTELIGÊNCIA DE GESTÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para o gerenciamento das ações de saúde da rede municipal a Secretaria Municipal de Saúde permanece com a estrutura prevista na Lei Complementar N° 247, de 23 de dezembro de 2005. No entanto, houve necessidade de expansão dos quadros administrativos para dar resposta a várias demandas incorporadas a gestão em virtude do desenvolvimento programático do setor, inclusive, modernizando as ações administrativas e assistenciais. Como exemplo, citamos a instalação de um grupo de técnicos para a Equipe de Apoio a Tecnologia de Informação e a Ouvidoria-SUS, ainda não inclusos no organograma.

Figura 002– Organograma da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA



Fonte: SEMUSA/PVH

5.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2012 algumas ações forma desenbcadeadas que em muito auxiliaram o alcance das metas estabelecidas na Programação Anual de Gestão e do Plano Municipal de Saúde.

Primeiramente, pode-se mencionar o estreitamento das relações com a equipe do DATASUS/RJ/MS para a implantação do Sistema Informação Gerencial e de Regulação nas Unidades de saúde, em especial nas Unidades de Pronto Atendimento e Centro de Especialidades Médicas.

Esta ação apoiou ainda a melhoria da informação do sistema laboratorial, reduzindo o tempo de entrega dos resultados e modernizou os métodos empregados para o atendimento aos usuários do sistema.

Em segundo lugar, também destacamos as relações com Departamento Nacional de Atenção Básica/MS para o desenvolvimento do Programa de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica – PMAQ, processo este que levou a uma qualificação das ações produzidas pelas Equipes de Saúde da Família, reultando na melhoria da oferta de serviços na rede básica de saúde.

Estas ações também, auxiliaram a gestão a manter o crescimento dos incentivos recebidos pelo nível federal para a atenção básica, as ações de média complexidade e de gestão.

5.2.1 Ações de gestão

Um dos maiores avanços da gestão foi a implantação da Central de Regulação de exames e consultas, garantindo o acesso as consultas especializadas por agendamento, humanizando o atendimento.

Esta iniciativa foi um passo para a formalização do Modelo de Atenção a Saúde proposto para a rede municipal de saúde, uma vez que este assegura a porta de entrada na Atenção Primária para o acesso as consultas especializadas.

A implantação do prontuário eletrônico nas Unidades de Atendimentos de Pronto Atenimento – UPA24hs tornou-se outro marco para a modernização da rede municipal. Esta medida além impactar na dinamincidade do atendimentos prestado nestas unidades, permite o acompanhamento das atividades pelo nível gerencial em tempo real, conforme atualmente executado pelo gabinete/SEMUSA.

Para a manutenção da rede física a gestão permeneceu trabalhando com estoques de materiais e insumos reguladores, não permitindo falhas nos itens padronizados para a execução das atividades. O mesmo sistema foi adotado para o fornecimento dos medicamentos.

Foram iniciadas no período várias construções e equipagem de unidades de saúde, algumas ainda em construção, conforme listado abaixo:

ORD.	TIPO DE OBRA	FONTE DE FINANCIAMENTO	SITUAÇÃO ATUAL
01	USF SOCIALISTA II	Ministério da Saúde/FNS	30% construída
02	USF. CALAMA	recursos de conpensação	99% construída
03	USF. JOANA D'ARC	Ministério da Saúde/FNS	
04	USF CASTANHEIRA	Ministério da Saúde/FNS	99% construída
05	USF UNIÃO BANDEIRANTES	Ministério da Saúde/FNS	75% construída
06	US. RIO PARDO	recursos de conpensação	99% construída
07	CENTRO DE REABILITAÇÃO	recursos de conpensação	5% construída
08	USF CALADINHO	Ministério da Saúde/FNS	
09	USF NOVA FLORESTA	Ministério da Saúde/FNS	5% construída
10	USF. OSWALDO PIANNA	Ministério da Saúde/FNS	5% construída
11	USF MAURÍCIO BUSTANI	Ministério da Saúde/FNS	
12	USF RENATO DE MEDEIROS	Ministério da Saúde/FNS	5% construída
13	USF AREAL DA FLORESTA	Ministério da Saúde/FNS	5% construída
14	USF TRÊS MARIAS	Ministério da Saúde/FNS	95% construída
15	UPA JACY PARANÁ	recursos de conpensação	30% construída
16	USF FLAMBOYABNT	Ministério da Saúde/FNS	

Foram inauguadas no período as seguintes unidades: Centro de Especialidades Médicas, Unidade de Pronto Atenimento –UPA24hs Zona Leste, Unidade de Pronto Atendimento –UPA24hs Zona Sul, USF de Extrema.

5.2.2 Gestão das ações de vigilância em saúde

Dentro das políticas de promoção e proevenção a saúde, é necessário destacar as ações efetivadas para o controle da malária, deixando Porto Velho de ser classificada com área de grande risco para área de médio risco. A implementação do Plano de Controle da Malária, elaborado para reduzir os impactos pela construção das Hidroelétricas do Rio Madeira, deu um suporte maior para manutenção das ações de campo e para a efetivação das atividades de educação em saúde e as medidas individuais de proteção. (relatar os PA)

As demais atividades de vigilância epidemiológica e ambiental também tiveram suporte do Plano de Vigilância.

6. AÇÕES ANUAIS PROGRAMADAS E EXECUTADAS
6.1. GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO BÁSICA (DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA)
6.1.1 DIVISÃO DE SAÚDE DA COMUNIDADE

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica

Objetivo do PMS: Promover a mudança do Modelo Assistencial através da Expansão do Saúde da Família

Meta do PMS: Alcançar a cobertura de 70% de Saúde da Família no município

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1.1)Transformar unidades tradicionais em Saúde da Família;	03 (Oswaldo Piana , Areal, Mauricio Bustani)	0	*Construir e reformar as unidades existentes *Contratar R. Humanos (urbano e rural) *Capacitar R. Humanos *Acompanhar processo licitatório	0			Iniciado construção da USF Mauricio Bustani e Oswaldo Piana
1.2)Implantar equipes de saúde da família na área urbana;	22	0	*Mapear as áreas periféricas prioritárias *Prever unidades novas e existentes (construção e reforma) *Prever equipamentos, insumos e elaborar processo de compra *Acompanhar processo licitatório	16			
1.3) Implantar equipes de saúde da família na área rural (Jacy Paraná, União Bandeirantes e Extrema);	03 (Jacy Paraná 1, União Bandeirantes 1, Extrema 1)	0		0			
AÇÕES ANUAIS	**METAS ANUAIS**	**ATIVIDADES**	**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**	**OBS. ESPECÍFICAS**	**AÇÕES ANUAIS**	**METAS ANUAIS**	**ATIVIDADES**
1.4) Atingir uma cobertura do Programa de Agentes Comunitários de Saúde em 90% dos bairros;	90	64%(outubro 2012)	*Prever a quantidade de ACS para áreas descobertas e áreas a implantar e enviar p/ o RH. *Acompanhar processo/edital de contratação *Capacitar acs após contratação	80,00%			Foi apresentado a lista de necessidades de ACS, aberto processo administrativo para contratação porém não foi autorizado pela administração
1.5) Reformar e equipar Centros de Saúde para suporte provisório das equipes do Mauricio Bustani e Oswaldo Piana que serão reformadas e/ou construídas ;	02 Ana Adelaide Rafael Vaz e Silva	2	*Efetuar higienização da unidade (100% Rafael) *Identificar os setores competentes (100% Rafael) *Equipar com mobiliário (100% Rafael)	Realizado 100%, higienização, identificação e equipado todos os setores da USF Rafael Vaz e Silva e Ana Adelaide			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS Realizada no Ano
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Previstas no ano	
1.6) Ampliar a rede com a construção de novas Unidades de Saúde da Família (Três Marias, Castanheiras, Joana D'arc, Rio Pardo, Santa Rita e Socialista II)	6	6	*Planejar em conjunto com a engenharia novas unidades conforme RDC/50 *Acompanhar processo licitatório	0			
1.7) Contratar e capacitar recursos humanos, para atender os serviços implantados;	314 profissionais	13 profissionais do NASF	*Prever RH p/ unidades em expansão *Informar e solicitar através de memo ao setor de RH *Receber e lotar nas USFs	13			02 Psicologos, 04 Assistentes Sociais,03 Fisioterapeutas, 04 Nutricionistas
1.8) Implantar Núcleos de Apoio ao Saúde da Família- NASF (zonas leste, sul e centro);	3	2	*Prever estrutura física *Contratar profissionais específicos e de apoio *Programar materiais para o desenvolvimento das ações	0			Implantado 01 NASF Zona Leste e 01 Zona Sul o Nasf do Centro ficará para 2013.

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS	ATIVIDADES	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	OBS. ESPECÍFICAS	AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS	ATIVIDADES
Acompanhar em conjunto com a engenharia a reconstrução de Unidades de Saúde	5 (Maurício Bustani, Renato Medeiros, Caladinho, Osvaldo Piana e Nova Floresta)	2 (Mauricio Bustani e Osvaldo Piana)	*Acompanhar em conjunto com a engenharia as atividades de reconstrução	2			Iniciado acompanhamento em conjunto com o setor de engenharia das unidades Oswaldo Piana e Maurício Bustani
Informatizar USFs com o sistema GIL/HOSPUB/SISREG em conjunto com o DAC;	100%	17,60%	*Informar o quantitativo de unidades, setores e rotinas diárias ao DAC e acompanhá-los nas implantações	Informamos a situação das Unidades e acompanhamos o DAC na informatização das Unidades do Sistema GIL/HOSPBUB/SISREG			Ação de prioridade do DAC, o DAB realiza somente o apoio.
Capacitar Agentes Comunitários.	145 (FUNESCOLA) 20 (USF Manoel Amorim de Matos)	165	*Planejar e elaborar conteúdo programático *Montar equipes de instrutores *Estabelecer critérios e metodologias de capacitação *Assegurar local para desenvolvimento na capacitação e lanches	0			Realizado treinamento com 20 ACS da USF Amorim de Matos e 145 dos ACS a serem contratados através do último edital.

A atenção Primária à Saúde (APS), também conhecida no Brasil como atenção Básica (AB), da qual a Estratégia de Saúde da Família está inserida como remodeladora da atenção à saúde é também caracterizada pelo desenvolvimento dos conjuntos de ações de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.

O Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho vem através desta estratégia buscar o fortalecimento da atenção básica, enfrentando diversos desafios, um deles que foi caracterizada de forma prioritária é a implantação do programa de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica, M&A-AB, como forma de resgate da filosofia da estratégia de saúde da família e criação de instrumentos para acompanhamento e avaliação das 80 (oitenta) equipes implantadas na capital portovelhense.

Outro desafio é expansão da ESF até atingirmos 100 (cem) equipes com o intuito de buscar a promoção a reorganização do sistema e das práticas assistenciais em saúde o princípio da acessibilidade, vínculo, continuidade do cuidado (longitudinalidade), responsabilização, humanização, participação social e coordenação do cuidado.

Com base nesse pressuposto, o presente relatório apresenta as atividades desenvolvidas no ano de 2012, no sentido de apontar os diversos e significantes resultados em busca de uma Atenção Básica de qualidade e resolutiva a todos os cidadãos da cidade de Porto Velho, capital de Rondônia.

O Departamento de Atenção Basica, compreende a Divisão de Sude da Comunidade – DSC, Divisão de Programas Especiais – DPE, Divisão de Imunização – DI, Divisão do Seviço Social – DSS, Divisão Saúde – DS e Divisão de Farmacia Básica – DFB, Unidade de Saúde da Familia e Centro de Especialidades Odontológicas.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Várias atividades foram desenvolvidas por este departamento, no entanto somente as ações de maior relevância estão sendo relatadas.

Este setor permeia todos os setores da SEMUSA e é responsável por toda a organização que ordena o sistema municipal de saúde de Porto Velho. No ano de 2012 concluímos a implantação do PMAQ, onde foram escritas 56 equipes de saúde da família da zona urbana.

Foram realizadas várias reuniões com os diretores, sempre que havia demanda e também de rotina; Participou de várias reuniões do PSE-Programa de saúde na Escola; Organizou a unidade de saúde do Rafael Vaz e Silva para receber os serviços da unidade de saúde Dr. Osvaldo Piana e os professores e alunas da residência em pediatria da universidade federal de Rondônia – RO, com higienização, equipamentos e identificação de ambientes; Organizou a mudança e organização de Novo Mutum, Inauguração de Estrema, reforma e ampliação das unidades de Abunã, Vista Alegre e Nova Califórnia, com equipamento e identificação de ambientes;

Neste momento, o DAB/SEMUSA está em fase de organização à inauguração das unidades: Três Marias, Castanheiras, Socialista II, Rio Pardo, Calama, Santa Rita e Joana D'arc. Foi previsto equipamento para todas as unidas através da emenda parlamentar/ proposta 00733.062000/1110- 12, devido ao retardamento na aquisição e entrega dos mesmos por parte da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, não será possível ateder com equipamentos as necessidades de todas as unidades, ficando para ser reposto quando da entrega. Além do déficit de equipamentos também se estende para os recursos humanos considerando já fase final da gestão onde tivemos pouco tempo para contratação.

Em relação especificamente as unidade da zona urbana, Três Marias e castanheira, ira ser remanejado algumas equipes já estruturadas que desenvolvem suas atividades nas unidades (Agenor de Carvalho e Hamilton gondim), pois já atendem em território de abrangência dessas novas unidades.

O DAB também realizou a mudança da unidade de saúde Mauricio Bustani para a unidade ambulatorial de saúde Dra Ana Adelaide onde foi realizadas adequações de ambientes, identificação, colocação de cortinas, equipamentos novos e lotação de recursos humanos.

Várias unidades que estão inadequadas e muito antigas sem possibilidade de serem aproveitadas estão sendo demolidas para construção de novas adequadas ás normas do Ministério da Saúde. As unidades são: Maurício Bustani, Caladinho, Osvaldo Piana, e outras estão sendo construídos em local mais adequado, como: Areal da Floresta, Nova Floresta e Renato Medeiros;

Na zona rural está em fase de conclusão de obra a unidade de União Bandeirante e outros processos de construções ainda na zona rural, estão tramitando, como a construção da unidade da Linha 28, do Vale do Jamari, Lago do Cuniã reforma e ampliação da unidade de Demarcação no distrito de Calama.

INICIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA M&A-AB.

O acelerado crescimento da Estratégia Saúde da Família no Brasil e os investimentos recentes para sua expansão e consolidação, trazem a necessidade de se investir em avaliações constante e uma reflexão sobre sua concepção por parte dos atores principais, nas diversas realidades do País (BRASIL, 2004).

Avaliação consiste num processo crítico-reflexivo contínuo desenvolvido sobre a organização, o funcionamento, os processos e práticas de

trabalho da gestão e do serviço (BRASIL, 2008).

Iniciado em Junho de 2011 e com previsão de 10 oficinas para implantação do monitoramento e avaliação da atenção básica (M&A-AB) na área urbana de Porto Velho, foi executado no primeiro semestre do dia 14 ao dia 26 de junho duas oficinas com a presença de 06 unidades de saúde da família (José Adelino, Socialista, Mariana, Hamilton Gondin, Pedacinho de Chão, e Agenor de Carvalho, com aproximadamente 180(cento e oitenta) servidores entre médicos, enfermeiros, odontólogos, técnicos de enfermagem, auxiliares de saúde bucal, diretores e pessoal de apoio, same, faturistas, administrativos.

Figura 1 – Oficina de Avaliação e Monitoramento da Atenção Básica de Porto Velho. Local: Auditório da FATEC.

CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PMAQ PARA 56 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA ÁREA URBANA DE PORTO VELHO.

PMAQ é um programa que tem como principal objetivo induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica em Saúde (BRASIL, 2012).

O Departamento de Atenção Básica (SEMUSA) iniciou a sensibilização quanto à implantação do PMAQ em Dezembro 2011 e concluiu no 1º semestre de 2012 com 56 equipes cadastradas de 60 equipes atuantes na zona urbana da capital, prontas para executar a Autoavaliação para Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – AMAQ e pronta para receber a avaliação externa. Segue relação das equipes por unidade e responsáveis.

Equipe	Responsavel	Cargo	Unidade
Ulisses Guimaraes	**Patricia de Oliveira Lima**	**Odontologo**	**Jose Adelino**
Marcos Freire	**Francioli Moreira**	**Odontologo**	**Jose Adelino**
Marcos Freire 2	**Andrineide de Souza**	**Enfermeira**	**Jose Adelino**
Ronaldo Aragão	**Frank Aragão de Almeida**	**Odontologo**	**Jose Adelino**
Ayrton Senna	**Geani Rebouças Gomes**	**Enfermeira**	**Jose Adelino**
São Francisco 2	**Gabriele Moreira Gaspar**	**Enfermeira**	**Mariana**
São Francisco 1	**Rosete de Fatima**	**Enfermeira**	**Mariana**
Mariana 1	**Wanderlei Ruffato**	**Enfermeiro**	**Mariana**
Mariana 2	**Jose Ribamar de Souza**	**Odontologo**	**Mariana**
Jardim Santana	**Delvy Botelho Junior**	**Medico**	**Socialista**

Equipe	Responsavel	Cargo	Unidade
Socialista 1	Aline Mirella Oliveira Alves	Enfermeira	Socialista
Socialista 2	Anderson Ricardo Oliveira de Andrade	Enfermeiro	Socialista
Vale do Sol	Amanda Diniz Del Castillo	Enfermeira	Socialista
Cunia	Livia Julienne da Silva Lima	Enfermeira	Ernandes Indio
Escola de Policia	Francyelle Costa Assis	Medica	Ernandes Indio
Igarape 1	Silvia Cunha	Enfermeira	Ernandes Indio
Igarape 2	Larissa Adjane Morais Cardoso Cavalcante	Medica	Ernandes Indio
Teixeirão 1	Jorge Luiz Tabosa	Odontologo	Ernandes Indio
Teixeirão 2	Mirielle Ferreira	Enfermeira	Ernandes Indio
Agenor de Carvalho	Raquel Almeida Magalhaes	Medica	Agenor de Carvalho
Lagoa	Ana Mary de Araujo	Enfermeira	Agenor de Carvalho
Lagoinha	Clenildo Costa Cruz	Enfermeiro	Agenor de Carvalho
Nova Porto Velho	Sheila Augusta Guimarães de Moraes	Enfermeira	Agenor de Carvalho
Crato	Halison Cerqueira Cauper	Enfermeiro	Aponiã
Ouro Preto	Josimeire Souza de Oliveira	Enfermeira	Aponiã
Rio Guajara	Geortania Araujo Freire Santos	Enfermeira	Aponiã
União da Vitoria	Elisangela Maximo Barbosa de Sá	Enfermeira	Aponiã
Nova Esperança	Maisa Cristina da Silva	Medica	Pedacinho de chão
Embratel 2	Talita Bezarra	medica	Pedacinho de chão
Embratel	Jonatas Ferreira		Pedacinho de chão
Nacional 4	Oseane Alves Marques	Enfemeira	Ronaldo Aragão
Nacional 1	Silvia Helena Accioly	Odontologo	Ronaldo Aragão
Nacional 2	Neil Jeser Galdino França	Enfermeiro	Ronaldo Aragão
Nacional 3	Janice Picole Altomar	Odontologo	Ronaldo Aragão
Caladinho 1 (125)	Marciana Segura Froio	Medica	Caladinho
Caladinho 2	João da Silva Junior	Medico	Caladinho
Caladinho 3	George Hessel Reis de Oliveira	Odontologo	Caladinho
Caladinho 4	Juliane Diane Pedrosa	Odontologo	Caladinho
Costa e Silva	Luiz Carlos	Enfermeiro	São Sebastião
São Sebastião (T)	Lyene Aparecida Jorge dos Santos	Enfermeira	São Sebastião
Cidade Nova 1	Renata de Melo	Medica	Renato Medeiros
Cidade Nova / Cidade Lobo (063)	Edinalva Pereira de Souza Brito	Enfermeira	Renato Medeiros
Cidade Nova 2	Milena Brasileiro Guimaraes	Medica	Renato Medeiros

Equipe	Responsavel	Cargo	Unidade
Cidade do Lobo (143)	**Dayana Neves Domingues**	**Enfermeira**	**Renato Medeiros**
Areia Branca / Eletronorte	**Rosangela Oliveira Silva**	**Enfermeira**	**Nova Floresta**
Conceição	**Fabio da Silva Rocha**	**Medico**	**Nova Floresta**
Nova Floresta 3	**Edlheuza Maia da Veiga**	**Enfermeira**	**Nova Floresta**
Tancredo Neves 2	**Javier Cavarrubis Rivera**	**Medico**	**Hamilton Gondin**
Tiradentes	**Kelly Raquel**	**Enfermeira**	**Manoel Amorim de Matos**
Tancredo Neves 1	**Everlany**	**Enfermeira**	**Hamilton Gondin**
JK 1	**Gilvana da Costa**	**Enfermeira**	**Hamilton Gondin**
JK 2	**Clarevina Aparecida**	**Enfermeira**	**Hamilton Gondin**
Tres Marias	**Claudia Grivania da Silva**	**Enfermeira**	**Hamilton Gondin**
Castanheira II	**Rebeca Zorek**	**Enfermeira**	**Manoel Amorim de Matos**
Castanheira IV	**Fernando Antonio Pereira**	**Medico**	**Manoel Amorim de Matos**
Castanheira V	**Andreia Leal**	**Medica**	**Manoel Amorim de Matos**
Vila Princesa	**Celma Calixto da Silva**	**Medica**	**Vila Princesa**

REUNIÕES COM OS DIRETORES DAS UNIDADES SAÚDE DA FAMILIA-USF

Como estratégia de socialização de informação este departamento estabelece sistematicamente reuniões com os diretores das USF's com o objetivo de pontuar as fragilidades na gestão da unidade para resolução de problemas diversos e também informar as experiências exitosas como forma de multiplicar as ações positivas.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE RAFAEL VAZ E SILVA COM HIGIENIZAÇÃO, EQUIPAMENTOS E IDENTIFICAÇÃO DAS SALAS.

Após a inauguração do Centro de Especialidades Médicas (CEM) houve a necessidade de executar uma pequena reforma na Unidade Rafael Vaz e Silva que ficou provisoriamente como área de estágio da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) da residência médica em ginecologia haja vista que o Centro de Saúde da Mulher é um anexo desta unidade e também abrigará a USF Oswaldo Piana no decorrer da construção de sua nova unidade.

EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL E INSUMOS PARA DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA.

O Depertamento de Atenção Básica - DAB, solicitou a contratação de Empresa para prestação de serviços de **Conversão De Mídias De Fitas VHS Para DVD,** que tem por finalidade desenvolver atividades de promoção e prevenção da saúde para a população por meio da educação em promoção a

saúde e mobilização social, através de palestras, seminários, distribuição de panfletos informativos, apresentação de vídeos, capacitações, dinâmica de grupos e outros benefícios que agem diretamente no controle e combate dos vários agravos que assolam a Saúde da população, vídeos estes doados e autorizados pelo Ministério da Saúde para utilização desta Secretária. Ao todo foram 140 fitas VHS transformadas em DVDs, que está disponibilizado no Núcleo de Educação em Saúde para posteriormente reprodução e envio de copias para cada Equipe de Saúde da Família.

O Departamento de Atenção Básica – DAB, solicitou a aquisição dos **Materiais Permanente**, referente ao **Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família – PROESF,** que consiste numa iniciativa do Ministério da Saúde, apoiada pelo Banco Mundial - BIRD, voltada para a organização e o fortalecimento da Atenção Básica à Saúde, visando contribuir no melhoramento para a implantação e consolidação da Estratégia de Saúde da Família. Os materiais solicitados atenderam as Unidades de Saúde da Família da zona urbana e rural de Porto Velho**,** proporcionado um melhor atendimento às comunidades cobertas pela Estratégia Saúde da Família e também as demais unidades justifica-se as necessidades de atender as demandas existentes nas unidades de saúde de Porto Velho, sendo este de uso rotineiro e necessário para o bom desenvolvimento das atividades assistenciais dos profissionais que compõe a rede de atenção básica.

Relação de Equipamentos Adquiridos pelo PROESF

Processo 08.01011/2011/2012

Itens	Descrição	Quant.	Valor Total
	Condicionador de ar tipo split 36.000	06	19.350,00
	Condicionador de ar tipo split 48.000.	03	11.310,00
	Fogão à Gás,	09	6.009,57
	Bebedouro elétrico	05	2.144,95
	Armário de aço, 02 portas de abrir, com 01 prateleira fixa e 03	30	8.444,40
	Longarina, de 02 lugares,	09	2.070,00
	Refrigerador tipo frigobar, 120 litros	39	26.949,00
	Mesa para telefone com vão em postforming,	05	690,00
	Gaveteiro volante com 01 gaveta e 01	10	1.449,00
	Pen drive -capacidade 8 gb; usb 2.0;	200	8.528,00
	Mouse usb óptico c/ scrool	200	1.300,00
	Adaptador de rede usb para conectividade sem fio (padrão 802. 11 n)	100	2.900,00
	Jogo de ferramentas completa para Informática	05	425,00
Total			91.569,92

O Departamento de Atenção Básica – DAB solicitou a aquisição dos **Materiais de Consumo, Permanete e Serviços**. Visando o melhoramento na Expansão e Consolidação da Estratégia Saúde da Família – ESF, voltada para a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, firmou um compromisso entre o **Estado de Rondônia e o Município de Porto Velho,** referente ao Projeto do **Co - Financiamento da Atenção Básica,** pactuando serviços

implantados e em funcionamento em cada Unidade de Saúde da Família, que consiste em repassar ao município de Porto Velho o montante de **R$ 544.320,00** (Quinhentos e Quarenta e Quatro Mil e Trezentos e Vinte Reais**). Para ano de 2010 e R$ 1.034.181,56** (Um Milhão Trinta e Quatro Mil Cento e Oitenta e Um Reais e Cinqüenta e Seis Centavos), **para o ano de 2011**, retirado do limite financeiro da assistência da SES/RO**,** os materiais e serviços foram utilizados nas Unidades de Saúde do Município, melhorando assim sua estrutura na parte de aparelhagem, dando suporte necessário aos profissionais vinculado a Estratégia Saúde da Família, garantindo-lhes um melhor atendimento a sua clientela que busca por resultados concretos.

Departamento de Atenção Básica – DAB solicitou a contratação de empresa para confecção de **PLACA** informativa, Considerando a reorganização dos serviços oferecidos nas Unidades de Saúde da Família e também, oferecer maior acessibilidade aos usuários do Sistema de Saúde é que esta SEMUSA necessita de providenciar confecção de placas (conforme modelo anexo III) para identificação dos setores das Unidades de Saúde, objetivando melhorar o acesso dos Usuários na prestação dos serviços oferecidos.

Visando uma melhor organização dos atendimentos que são ofertadas nas Unidades de Saúde da Família e Policlinicas do Município de Porto Velho, justifica-se a necessário de divulgar, propagar e promover informativos (**PLACAS)** de identificação no que trata-se a normativa do Atendimento **Preferencial e Prioritário aos Idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as Gestantes, as Lactantes, Portadores de Deficiência, e as Pessoas acompanhadas por crianças de colo**.

Itens	Descrição	Unid	Quantidade
01	Confecção de Placas de acrílico para os Setores.	**Und**	50
02	Confecção de Placas de acrílico para atendimento Preferencial e Prioritário.	**Und**	250
03	Confecção de Placas de acrílico para os Setores 2.	Und	510

O Departamento de Atenção Básica – DAB solicitou a contratação de empresa para confecção e instalação de **PLACA** informativa, em formato de **TOTEN,** visando uma melhor divulgação das atividades que são oferecidas nas Unidades de Saúde do Município de Porto Velho, devido implementação e ampliação de serviços nas unidades de saúde e com vistas no melhoramento do atendimento faz-se necessário a confecções e instalações das PLACAS INFORMATIVAS COM OS SERVIÇOS OFERTADOS, Optamos pelo formato ser em modelo de **TOTEN** pela sua maior durabilidade em ambientes externos, fácil visualização e entendimento das informações contida no mesmo. As Unidades de Saúde da Família contempladas são: ABUNÃ, VISTA ALEGRE DO ABUNÃ, FORTALEZA DO ABUNÃ, EXTREMA, NOVA CALIFORNIA, JOANA D'ARC, MORRINHOS e RONALDO ARAGÃO.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Serviços de confecção e instalação de Banners informativos, em formato de TOTEN, em estrutura em concreto armado, em modelo anexo II, com os respectivos nomes de cada UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA; Especificação dos Serviços: Serviços Preliminares: Totens medido 2,00 x 0,90 de largura; Concreto ciclópicos s/ forma, traço 1:3: 4 de pedra de mão; Perfil "U" para base de sustentação em chapa; Instalações metálicas: Instalação totens chapa 24 galvanizada com pintura vermelha automotiva e letras pintadas; Metalon 30x30 #18; Cantoneira para travamento;	Und	08

O Depertamento de Atenção Básica, solicitou aquisição dos **MATERIAIS PERMANENTE (Cadeiras),** Salientamos que tal solicitação dar-se-á pela

necessidade de aparelhar as Unidades de Saúde da Família do Distrito de **Abunã e Fortaleza do Abunã,** devido a Construção das mesma e por motivo do aumento da clientela que busca por uma resolutividade nas ações ofertados, com isto os equipamentos que se encontra nas Unidades são insuficientes para atender a demanda, sendo necessárias aquisições de mais imobiliários, facilitando o fortalecendo e a Expansão da Estratégia Saúde da Família no Município.

O Depertamento de Atenção Básica, solicitou a contratação de empresa para presta serviços de **Impreção Gráfica (Receituario Carbonado),** a solicitação desses serviços, justifica-se no sentido de continuar comprindo a solicitação do Ministerio da Saúde através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA no uso das atribuições que lhe confere aprova a Resolução RDC n°. 20 de 05 de maio de 2011, que dispõe sobre o controle da liberação de medicamentos precritos só com **RECEITAS CARBONADAS,** à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. Considerando o exposto acima faz-se necessário a confecção dos receituarios para atender as Unidades de Saúde do Municiopio, contudo facilitará o atendimento assistencial a sua clientela que procura um serviço humanizado e com boa qualidade.

Itens	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade**
01	Receituário médico carbonado com duas vias de papel uma branca outra verde e uma folha de carbono entre elas.	Bloco	22.000

O Depertamento de Atenção Básica, solicitou a contratação de empresa e aquisição de materiais permanente, consumo e servicos, para atender o Grupo Vigiar. A solicitação desses serviços, justifica-se no sentido de divulgar e propagar a implantação do atendimento especializado em **FÉRIDAS ESPECIAIS,** outro sim informamos, que essa divulgação gráfica é para comunicar, informar e avisar a comunidades dos novos locais que encontra-se os serviços de atendimento de Féridas Especiais, que antes só funcionava na Unidade de Saúde da Família Hamilto Raulino Gondin, sendo assim, decetralizando para as outras Unidades de Saúde da Área Urbana.

08.001385 GRUPO VIGIAR - PERMANENTES 2012

Itens	Descrição	Unid	Quant
01	Pinça anatômico dente de rato em	Unid	220
02	Pinça anatômica de dissecção em aço	Unid	220
03	Pinça hemostática Kelly em aço inox	Unid	220
04	Cabo de bisturi em aço inox inoxidável nº 4 para	Unid	220
05	Tesoura Mayo-stile reta de aço inox	Unid	220
06	Tesoura Mayo-stile curva de aço inox	Unid	220
07	Tesoura Metzenbaum-delicada reta de	Unid	220
08	Tesoura Metzenbaum-delicada curva de	Unid	220
09	Bacia hospitalar confeccionada em aço	Unid	46
10	Cuba – Bandeja hospitalar	Unid	46

08.001384 GRUPO VIGIAR CONSUMO 2012

Itens	Descrição	Unid	Quant
01	Curativo estéril de carvão ativado	Unid	300
02	Curativo estéril, em placa composto de	Unid	450
03	Curativo estéril, em placa composto por	Unid	450
04	Gaze de rayon estéril, impregnada com ácido	Unid	720
05	Pomada composta de	Unid	1000

06	Creme e barreira protetora	Unid	1500
07	Bota de Unna composta e	Unid	400
08	Bandagem elástica de alta	Unid	300
09	Película de poliuretano	Unid	120

Itens	Descrição	Unid	Quant
01	FAIXA em Lona vinil Plotado com impressão digital em 5 cores, 6m x 80cm. A logomarca e frase a serem utilizadas será informada a firma ganhadora no período da realização de cada evento	**UND**	22

O Departamento de Atenção Básica – DAB solicitou a liberação dos SERVIÇOS de AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERCIANA, informamos que tal solicitação dar-se-á pela necessidade de organizarmos as Unidades de Saúde da Família no Município de Porto Velho, no que tange as estruturas logísticas, uma vez que com aquisição e instalação das persianas tornará os ambientes mais adequados, controlando melhor a luminosidade, oferece privacidade aos pacientes e profissionais por evitar a visão externa e interna, aumentam a segurança, preservar os equipamentos (objetos, moveis, ares-condicionados,) da ação direta dos raios solares e outros benefícios. Considerando o exposto acima os serviços serão instalados nas Unidades de Saúde do Município de Porto Velho tanto zona urbana quanto rural.

Item	*Descrição*	*Und*	*Quant*
03	Aquisição, com instalação, de Persiana vertical em PVC liso com comando para abertura de luz e bando em alumínio, com fornecimento de material.	M²	365

Departamento de Atenção Básica – DAB solicitou a liberação dos SERVIÇOS de AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BANCADAS, Informamos que tal solicitação dar-se-á pela necessidade de organizarmos as Unidades de Saúde da Família no Município de Porto Velho, no que tange as estruturas logísticas, uma vez que com aquisição e instalação das bancadas, tornará os ambientes mais adequados, devido melhor utilização dos espaços, facilitando os serviços e acomodando eficientemente os objetos, aparelhos e formulários proporcionando o ambiente bem organizado. Considerando o exposto acima os serviços serão instalados nas Unidades de Saúde do Município de Porto Velho tanto zona urbana quanto rural.

Item	***Descrição***	***Und***	***Quant***
01	Aquisição, com instalação de bancadas e armários de Eucatex e estrutura de alumínio ou aço naval (espessura 4 cm) com fornecimento de material.	M²	3.000

Departamento de Atenção Básica – DAB, solicitou a liberação dos SERVIÇOS de REFORMA E AMPLIAÇÃO, A elaboração do presente Termo justifica-se com o objetivo de **Reformar** e **Ampliar** 02 (duas) Unidades de Saúde da Família Manoel Amorin de Matos e Hamilto Raulino Gondin, devido à organização logística das Equipes de Saúde da Família - ESF e a implantação dos 02 (dois) **Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF** em Porto Velho, necessitamos de reformar as duas Unidades, haja vista que funcionava como policlínicas tendo um atendimento voltado para o sistema de emergência, dessa forma, necessitam de acomodar as equipes Saúde da Família no sistema voltado para Atenção Básica, com novos ambientes, com maior estrutura, comodidade e mínimo de conforto tanto aos profissionais como usuários, facilitando o desenvolvimento dos trabalhos e com isso

promoverá um fluxo com mais clareza aos usuários. Ressaltando a implantação dos 02 (dois) **Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF**, que vem como potente estratégia inovadora para fortalecer, ampliar a abrangência e a diversidade das ações das Equipes de Saúde da Família – ESF, por ter inserido em sua estratégia equipes multe profissional, que promoveram um apoio para as ESF com criações de novos espaços de discussões para uma produção de novos saberes, uma vez que estes serviços concretizarão ações voltadas em realizar e transformar cada vez mais um acesso equânime, integral, baseando-se nas doutrinas Universais do SUS, possibilitando um maior número de atendimento especializados como exemplos (psicólogo, assistente social, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, profissional de Educação Física, nutricionista, terapeuta ocupacional, médico ginecologista, médico homeopata, médico acupunturista, médico pediatra e médico psiquiatra), vinculando diversa oportunidades a ESF.

Itens	Descrição	Unid	Quant
01	Reforma e Ampliação de 02 (duas) Unidades de Saúde da Família, Manoel Amorin de Matos e Hamilto Raulino Gondin. Seguir minuciosamente as orientações e descrições do Projeto Básico de Engenharia anexo.	Und	02

O Departamento de Atenção Básica, solicitou a aquisição de materiais permanente. Informamos que tal solicitação dar-se-á pela necessidade de aparelhar as Unidades de Saúde da Família do Município de Porto Velho, devido o constante uso dos **ARES - CONDICIONADOS** e o alto índice de temperatura da região norte, que se torna quase uma exigência acondicionar as estruturas logísticas dos nossos atendimentos ofertando-se um melhor conforto tanto aos profissionais quanto aos usuários do SUS, as Unidades contempladas com aquisição serão São Carlos, Pedacinho de Chão, Ernandes Índio, Caladinho, Aponiã, Hamilto R. Gondin e José Adelino. Considerando que uso continua dos equipamentos provoca um desgaste e sendo necessário a substituição por novos aparelhos, com estas ações fortalece a Expansão e Consolidação da Estratégia Saúde da Família no Município.

Item	*Descrição*	*Und*	*Quant*
02	Condicionador de ar tipo split próprio para instalação em parede ou teto ciclo frio refrigera ventila e desumidifica capacidade nominal 9.000 btu/h.	Und	05
05	Condicionador de ar tipo split próprio para instalação em parede ou teto ciclo frio refrigera ventila e desumidifica capacidade nominal 36.000 btu/h	Und	05
06	Condicionador de ar tipo split próprio para instalação em parede ou teto ciclo frio refrigera ventila e desumidifica capacidade nominal 48.000 btu/h	Und	06
07	Condicionador de ar tipo split próprio para instalação em parede ou teto ciclo frio refrigera ventila e desumidifica capacidade nominal 60.000 btu/h	Und	02

O Departamento de Atenção Básica – DAB, solicitou a execução dos SERVIÇOS como impressão de material GRAFICO, A elaboração do presente Termo justifica-se com o objetivo de atender os programas de **HANSENÍASE** e **TUBERCULOSE,** informamos ainda que estes impressos serão utilizados em cursos de capacitações**,** facilitando assim um diagnostico precoce das doenças, deste modo diminuirá significativamente os riscos de seqüelas nos pacientes. Essas atividades buscam montar estratégias que possam fazer com que os profissionais reflitam e criam estratégias para melhoria na qualidade das atividades desenvolvidas pelas Equipes Saúde da Família referente a esses programas. Informamos ainda que estes impressos sejam distribuídos para as Unidades de Saúde da Família realizarem as notificações que são identificadas dos programas acima citados.

Itens	Descrição	Unid	Quant

	Ficha de Avaliação de Grau Simplificada de **Hanseníase:** papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL) frente e verso, na cor branco,	Und	2.000
	Ficha de Baciloscopia **Tuberculose**: papel comum, tamanho 14x18 LxA, na cor branco.	Und	2.000
	Ficha de BCG de **Hanseníase**: papel comum, tamanho medido 9x10cm (AxL), na cor branco.	Und	1.000
Itens	**Descrição**	**Unid**	**Quant**
	Ficha de cartão de aprazamento **Hanseníase Paciente:** papel couché n°.120 gramatura, tamanho medido 11x19 cm (AxL), frente verso, na cor vermelho queimado.	Und	500
	Ficha de cartão de aprazamento **Hanseníase Unidade:** papel couché n°.120 gramatura, tamanho medido 15x21 cm (AxL) frente verso, na cor branco.	Und	1.000
	Ficha de cartão de aprazamento **Tuberculose:** medido 11x19 AxL papel couché n°.120 gramatura na cor azul celeste, frente verso.	Und	2.000
	Ficha de cartão do controle de medicamento **Tuberculose:** medido x AxL papel couché n°.120 gramatura na cor Azul Celeste.	Und	1.000
	Ficha de Encaminhamento de **Tuberculose**: papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL), na cor branca.	Und	1.000
	Ficha de Encaminhamento **Hanseníase**: papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL) frente verso, na cor branca.	Und	1.000
	Ficha de Esfregaço dérmico de **Hanseníase**, papel comum, tamanho medido 13x19 cm (AxL), na cor branco.	Und	1.000
	Ficha de Paciente de **Tuberculose**: papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL) frente e verso, na cor branca.	Und	2.000
	Ficha de Paciente **Hanseníase**: papel comum, tamanho medido 13x19 cm (AxL), frente verso, na cor branco.	Und	2.000
	Ficha de Protocolo de investigação menor de 15 anos de Hanseníase: papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL) frente e verso, na cor branca.	Und	500
	Ficha de Quadro de diagnostico de **Tuberculose**: papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL), na cor branca.	Und	300
	Ficha de Recomendação de Tratamento **Tuberculose:** papel couché de 120 gramas, tamanho A4 (29,7x21AxL), frente verso, ficha colorida, com plastificação.	Und	300
	Ficha de Solicitação de Cultura de **Tuberculose**: papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL), na cor branca.	Und	2.000
	Ficha de Tomada de Medicação de **Tuberculose**: papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL) frente e verso, na cor branca.	Und	1.000
Itens	**Descrição**	**Unid**	**Quant**
	Ficha Termo de Esclarecimento (Talidomida) de **Hanseníase**: papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL), impresso em folha dupla com carbono entre-se, na cor branca,	Und	500
	Ficha Termo de Responsabilidade (Talidomida) de **Hanseníase**: papel comum, tamanho A4 (29,7x21AxL), impresso em folha dupla com carbono entre-se, na cor branca,	Und	500
	Ficha Teste Tuberculínico de **Tuberculose**: papel comum, tamanho 13x18 AxL, na cor branco.	Und	1.000
	Portaria de **Hanseníase** n°. 3.125 de 07 de Outubro 2010: tamanho A4 (29,7x21AxL) com encadernação arame espiral, capa dura (cada apostila conte capa mais 18 paginas impresso frente e verso).	Und	300

O Departamento de Atenção Básica – DAB solicitou a aquisição dos materias de consumo **CAMISA, BANNER E FAIXA**, A elaboração do presente Termo justifica-se com o objetivo de atender o programa de **TUBERCULOSE,** informamos ainda que estas camisas proporcionem informações e divulgações no que tange aos cuidados contra a Tuberculose, alem disso servirão como fardamento uma vez que serão distribuídas e utilizadas por profissionais da saúde**,** facilitando assim um diagnostico precoce das doenças, deste modo diminuirá significativamente os riscos de seqüelas nos pacientes. Justifica-se ainda o desenvolvimento do presente termo em face da grande incidência de casos de Tuberculose que acomete toda a população mundial. Sabendo que a tuberculose é uma patologia que atinge cerca de 1/3% da população mundial, ou seja, cerca de 1,7 bilhões de indivíduos, sendo que 30 milhões de pessoas no mundo podem morrer desta doença nos próximos 10 anos e no Brasil a incidência chega a 45 milhões de pessoas, levando o óbito cerca de seis milhões de brasileiros a cada ano. Justifica-se ainda pelo fato de antigamente a Tuberculose era considerada uma doença de idosos, tabagistas e pacientes HIV positivos e atualmente está havendo um aumento significante na incidência de casos em jovens e crianças, apesar de diversas medidas profiláticas serem tomadas para informar e conscientizar a população sobre a doença, o tratamento e os exames laboratoriais serem fornecidos

gratuitamente nos Postos de saúde a incidência continua aumentando consideravelmente. Justifica-se ainda ao fato da Tuberculose estar apresentando índices muito altos de mortalidade e também a incidência muito elevada em crianças menores de cinco anos, sendo que a vacina BCG deve ser feita no primeiro mês de vida, fornecendo proteção em 80% dos casos.

N°	Descrição	Unid	Quant
1	Confecção de camisetas em malha fria fio 30/1 **tamanho "PP",**	Und	250
	Confecção de camisetas em malha fria fio 30/1 **tamanho "P",**	Und	1000
3	Confecção de camisetas em malha fria fio 30/1 **tamanho "M",**	Und	1000
4	Confecção de camisetas em malha fria fio 30/1 **tamanho "G",**	Und	750
11	Confecção de camisetas em malha fria fio 30/1 **tamanho "GG",**	Und	400
12	Confecção de camisetas em malha fria fio 30/1 **tamanho "XG",**	Und	100
1	Confecção e fixação de FAIXA em ráfia medindo 6m x 80 cm com logomarca da Prefeitura Municipal de Porto Velho, SEMUSA e as frases serão informadas de acordo com cada evento ou campanha.	Und	30
1	BANNER em Lona vinil Plotado com impressão digital em 8 cores, 1.20m x 80cm. A logomarca e frases informando o conteúdo dos programas a serem utilizadas serão informadas a firma ganhadora no período da realização de cada evento.	Und	100

O Departamento de Atenção Básica – DAB solicitou o fornecimento de **LANCHES,** Tal solicitação dar-se para atender o Treinamento Introdutório em Saúde da Família, que será realziado pelo Departamento de Atenção Básica da SEMUSA, com o propósito de contribuir para o melhor desempenho das Equipes de Saúde da Famíla da Unidade de Saúde da Família do Manoel Amorim de Matos. O referido treinamento será oferecido para os integrantes das quatro equipes existentes na unidade, 100 pessoas. Vale informar que este treinametno faz parte de um cronograma de execução de introdutórios do Departamento de Atençã Básica e será desenvolvido na EMEFM Joaquim Vicente Rondon no periodo de 07 a 11 de maio do corrente ano.

Itens	Descrição	Unid	Quant
03	Kit lanche, servido em bandejas individuais com proteção plástica, conforme sugestão de cardápio em anexo.	Und	1.000
05	Suco de fruta pronto para beber, natural, integral, com no mínimo 1000ml, Embalagem tetrapack com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as normas e resoluções vigentes da ANVISA ou Ministério da Agricultura, caixa com 12 unidades nos sabores: Acerola (02 caixas) e Laranja (03 caixas).	Cx	30
06	Refrigerante acondicionado em garrafa pet (plastica reciclável) com tampa com rosca e lacre contendo 2000ml, pacote com 06 unidades. Cardápio anexo II.	Pct	30
04	Água mineral natural sem gás acondicionada em garrafa pet (plástica reciclavel) com tampa com rosca e lacre contendo 500ml, pacote com 12 unidades.	Pc	60

O Departamento de Atenção Básica, solicitou a aquisição de materiais permanente para aparelhar as Unidades de Saúde da Família do Município, Informamos que tal solicitação dar-se-á pela necessidade de aparelhar as Unidades de Saúde da Família do Mariana, José Adelino, Hamilton Raulino Gondin, por motivo do aumento da clientela que busca por uma resolutividade nas ações ofertados, com isto os equipamentos que se encontra nas Unidades são insuficientes para atender a demanda, sendo necessárias aquisições de mais imobiliários, facilitando o atendimento e promovendo um assistencialismo com qualidade aos usuários do SUS. Considerando que uso continuo dos equipamentos provoca um desgaste e sendo necessário a substituição por novos aparelhos, com estas ações fortalecemos a Expansão da Estratégia Saúde da Família no Município.

Itens	Descrição	Unid	Quant
	Ar Condicionador: modelo tipo split, 12.000 btus/h	Und	05
	Armário de aço	Und	01
	Armário em Aço com 04 (quatro) gavetas,	Und	04
	Armário vitrine com 2 portas	Und	07
	Balança para adulto com escala antropométrica,	Und	01
	Balança pediátrica: eletrônica digital para pesar bebês,	Und	01
	Balde a pedal	Und	07
	Banco Em Longarina: em aço 03 lugares	Und	06
	Bebedouro Elétrico:	Und	01
	Braçadeira para injeção:	Und	02
	Cadeira Básica Para Coleta De Sangue	Und	02
	Cadeira Giratória Modelo Secretária sem Braços	Und	03
	Cadeira fixa com 04 pés,	Und	05
	Carro funcional completo para limpeza e coleta de lixo:	Und	01
	COMPUTADOR:	Und	04
	Conjunto P/ Coleta Seletiva 4 Cestos De 100 L Dimensões:	Und	01
	Escada 2 degraus,	Und	03
	Esteira Ergométrica:	Und	01
	Geladeira Duplex,	Und	01
	Mesa Auxiliar Mayo -	Und	01
	Mesa gabinete:	Und	01
	Mesa p/ exames: mesa (Divã)	Und	01
	Negatoscopio:	Und	02
	TV LCD 42,	Und	01

DESENVOLVIMENTO DE VÁRIAS ATIVIDADES EXTRAS EM ÁREAS PRIORITÁRIAS DESCOBERTAS DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (EVENTOS EDUCATIVOS EM PROMOÇÃO DA SAÚDE, TENDA DA CIDADANIA, ETC)

A Tenda da Cidadania é uma iniciativa, que a Prefeitura Municipal de Porto Velho junto com todas as Secretarias, principalmente a Secretaria Municipal de Saúde/SEMUSA, leva serviços de utilidade para a população menos favorecida. A SEMUSA participa desenvolvendo ações de saúde com equipe multiprofissional (médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem).Dentro das ações citamos as principais:

- **Consulta Médica**
- **Consulta de Enfermagem**
- **Imunização**
- **Verificação de Pressa Arterial**
- **Palestra com temas básicos de Saúde**
- **Distribuição de preservativos**
- **Teste de glicemia**

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDO DA SEMUSA NA TENDA DA CIDADANIA / GABINETE
ABUNÃ DIA 14/04/2012 das 08:00 ás 15:00 horas

ATENDIMENTO	SERVIÇOS
Clinica Geral	PACIENTES
Dentista	Trabalhou junto c/ o ipam Palestra saúde bucal e distribuição de 300 kit's(escovação)
Bioquímico	teste
Vacinadora	doses entre crianças e adultos
Cartão do SUS,	usuários
Enfermeira	Verificando PA
Técnica de Enfermagem	Triagem

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDO DA SEMUSA NA TENDA DA CIDADANIA / GABINETE
JACY-PARANÁ DIA 15/04/2012 das 08:00 ás 15:00 horas

ATENDIMENTO	SERVIÇOS
Clinica Geral	PACIENTES
Dentista	
Bioquímico	Teste
Vacinadora	doses entre crianças e adultos
Cartão do SUS,	usuários
Enfermeira	Verificando PA
Técnica de Enfermagem	triagem

7ª Conferência Municipal de Saúde no Dia 19 á 22/06/2011.

Tenda foi realizada no auditório do Teatro Banzeiro nos dia 19 á 22/06 começando as 08h00min, no prédio da em Porto velho/RO, terminando sempre as 17h30min , com a Equipe Coordenadora Sueli Nunes, do Dab, Técnicos de Enfermagem Linete, Divina e Jair (Setor de Imunização), Raimunda e Letícia (Unidade Pedacinho de chão). No momento é só, segue as atividades da **SEMUSA.**

PORTO VELHO	**VERIFICAÇÃO P.A.**	**TESTE DE GLICEMIA**
CONFERÊNCIA	**97**	**74**

A SEMUSA participa desenvolvendo ações de saúde com equipe multiprofissional (médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem). Para ser feita junta a Instituição do SESC/ SENAR/RONDÔNIA do decorrer do ano.Dentro das ações citamos as principais:

- **Consulta Médica**
- **Consulta de Enfermagem**
- **Imunização**
- **Verificação de Pressão Arterial**
- **Palestra com temas básicos de Saúde Coletiva**
- **Distribuição de preservativos**

- **Teste de glicemia**

RELATÓRIO DO SESC DIA 20/10/2012

SESC/PVH dia 20/10, começou ás 08h00min ambos terminou as 14h00min, com a Equipe Coordenadora Sueli Nunes, DAB, com consultas médicas os Médicos Drº Jonatas F. Gonçalves (U.S.F. Ronaldo Aragão) e Drº Alan G. Estrada (U.S.F. Ped. Chão) atendendo crianças e adultos a Técnica de Enfermagem Simone (Agenor de Carvalho), na vacinação adulta. Como escriturária Eva Iris (Agenor de Carvalho) e as Acadêmicas de Enfermagem da UNIR voluntárias, Tanara Louise M. Santos, Aline N. Rosa Vale, Adriely S. da Fonseca e Marcia Janaina T. de Souza com palestras Educação em Saúde e distribuição Camisinha e Folders. Fomos recepcionados pela à equipe do SESC**.**

Nos demais ocorreu tudo bem sem problema com as equipes foi muito tranquilo, no momento é só, segue as atividades da **SEMUSA.**

DISTRITO	CONSULTA	TESTE DE GLICEMIA	VERIFICAÇÃO P.A.	VACINAS
SESI Ação Global-PVH	**Drº Alan = 34** **Drº Jonatas= 34**	**04** **07**	**27** **29**	**DT= 20** **Hep(B)= 19** **F.Amarela= 15** **H1N1= 15**

RELATÓRIO DO ATENDIMENTO EM RIO PARDO/PORTO VELHO 31/10/2012.

O atendimento iniciou-se as 08:30, no prédio da **Escola Municipal de Ensino Fundamental (zona rural Rio Pardo)** em Porto Velho/RO com a população que foi desapropriado e a comunidade em geral e encerrou as 15:20 hrs. A solicitação foi através da Ata de Reunião do Ministério Público, procedimento nº 2012001010025341, objeto condições de vivência da Comunidade de Rio Pardo.

A Equipe da SEMUSA foi composta pelos seguintes profissionais: **Coordenadora Sueli Nunes (DAB), Secretário Adjunto da Semusa Drº Luis Eduardo Maiorquim, médico clinico geral Drº Adauto, os Enfermeiros Flavio M.M Ferreira e Aline Mirella, os Técnicos de enfermagem Aluizio Carneiro (Pol.José Adelino), Nilcléia e Linete.**

A ação se desenvolveu com consultas médicas e de enfermagem, procedimentos em geral, verificação de P.A, temperatura, pulso, teste de glicemia, atendimento com farmácia básica, palestras sobre higiene em geral e tratamento da água com cloro e distribuição de preservativos bem como orientações em geral.

PORTO VELHO	Esc. Mun. De Ens.Fund.	QUANTIDADE
CONSULTA	**Drº Maiorquim** **Drº Adauto**	**58** **56**
ENFERMEIRO	**Flávio** **Aline**	**35** **26**
PREVENTIVO	**Aline**	**05**
VERIFICAÇÃO P.A.	**Elinete**	**58**
TESTE DE GLICEMIA	**Elinete**	**25**
VACINA	**Aluizio**	**55**
SAME E ENTREGA DE MEDICAMENTOS	**Nilcléia**	**-**
TOTAL DE PROCEDIMENTOS		**318**

Figura 3 – Atividades desenvolvidas no distrito de Rio Pardo-PVH. Em 31/10/2012.

PROJETO JOANA DARC/PORTO VELHO DIA 10/11/2012.

Atendimento teve inicio as 08h00min, no prédio da **Escola Municipal de Ensino Fundamental Flor da Amazônia (zona rural)** em Porto velho/RO, a solicitação foi através da Associação de Assistência Técnico e Extensão Rural do Estado de Rondônia **EMATER-RO,** terminou as 15h00min, com a Equipe da SEMUSA, **Coordenadora Sueli Nunes (Dab), Médico Drº Alan (US.F Ped. de chão) e Drº Jonatas F. Gonçalves (U.S.F. Ronaldo Aragão), os Técnicos Aluizio Carneiro (Pol.José Adelino), Nilcléia (U.S.F.Mauricio Bustani) e Lucielma (U.S.F. Ped. de Chão)**. Com consultas médicas e Técnicas com verificação de P.A., Teste de Glicemia atendimento com farmácia básica, palestra e distribuição de kit bucal e distribuição de preservativos. No momento é só, segue as atividades da **SEMUSA.**

PORTO VELHO	Esc. Mun. de Ens.Fund. Flor da Amazônia.
CONSULTA	70 crianças e adultos idosos
VERIFICAÇÃO P.A.	44
TESTE DE GLICEMIA	03
VACINA	35 doses

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

O Programa Saúde na Escola (PSE) visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira (BRASIL, 2008).

O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Em Porto Velho, as ações do programa são desenvolvidas por meio de atividades em conjunto entre SEMUSA e SEMED, desde o ano de 2009.

No primeiro semestre de 2012, foram realizadas reuniões do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), composto por profissionais da saúde e da educação do município e do estado, com o objetivo de discutir e propor as ações a serem desenvolvidas pelas equipes de saúde das unidades de saúde e escolas.

Alem disto, foi realizado no período de 05 a 09 de março do corrente ano a Semana Nacional de Saúde nas Escolas. A semana teve o foco na prevenção da obesidade, e mobilizou mais de 22 mil escolas públicas, em 1.938 municípios de todo o país.

Em Porto Velho, a ação baseou-se em motivar as ações preventivas da obesidade infantil, com a promoção da saúde dos alunos alertando os mesmos da importância das boas condições físicas e hábitos alimentares, obtendo com isso uma melhoria no desenvolvimento na qualidade de vida das crianças e adolescentes, a formação da cidadania e a aproximação dos alunos e comunidade com a atenção básica à saúde.

As ações aconteceram nas escolas Elenilson Negreiros, bairro Socialista, Maria Izaura, bairro Costa e Silva, Ulisses Soares, JK I, Cor de Jambo, e Nossa Senhora de Nazaré localizada no Distrito de Nova Mutum.

Durante uma semana alunos e comunidade participaram de palestras educativas, mostras de vídeos relativos aos temas saúde sexual, prevenção de DST/AIDS, hepatites virais, atualização do calendário de vacinas das crianças, gincanas e ainda terão acesso a consultas médicas e escovação supervisionada, realizadas pelas equipes de saúde da família das unidades próximas das escolas, conforme cronograma abaixo:

- **Maria Izaura** - Palestras Educativas, Mostra de Vídeo, distribuição panfletos e Avaliação Antropométrica, Saúde sexual Reprodutiva e Prevenção das DST/AIDS e Hepatites Virais, destinadas a alunos do 1º ao 9º ano da manhã e tarde e alunos da EJA.

- **Elenilson Negreiros** - Palestras Educativas, Mostra de Vídeo, atualização do calendário vacinal e Avaliação Antropométrica para alunos do 1º ao 5º ano, da tarde.

- **Ulisses Soares** - Palestras Educativas, Mostra de Vídeo, gincana educativa Avaliação Antropométrica, para alunos do 1º ao 5º ano da manhã e tarde.
  Cor de Jambo - Palestras Educativas consulta médica, escovação supervisionada e Avaliação Antropométrica, para alunos do 1º ao 5º ano da manhã e tarde.

- **Nossa Senhora de Nazaré** - no distrito de Nova Mutum, Palestras Educativas e Avaliação Antropométrica para alunos do 1º ao 5º ano da manhã e tarde.

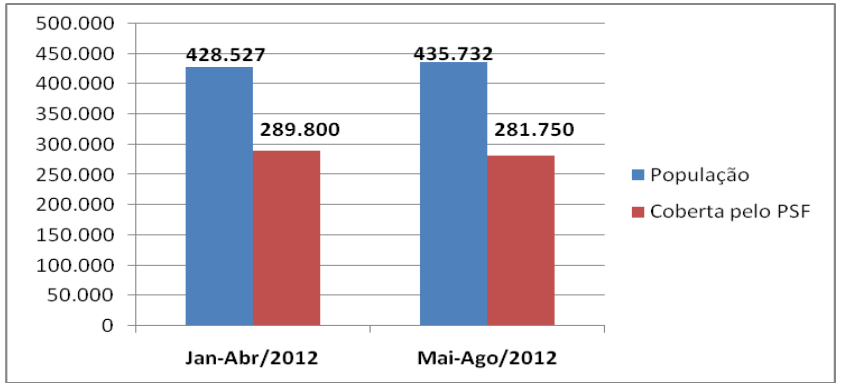
Figura 4 – Atividade educativa na escola Elenilson Negreiros - Semana Saúde na Escola.

ATUALIZAÇÃO DO SIAB

O SIAB - Sistema de Informações de Atenção Básica é a resposta à demanda da ESF. Ele produz relatórios que auxiliam as próprias equipes, as

unidades básicas de saúde às quais estão ligadas e os gestores municipais a acompanharem o trabalho e avaliarem a sua qualidade. (M.S 2003). O DAB tem uma preocupação extrema para com a alimentação do sistema e elaborou técnicas de acompanhamento, controle e avaliação das produções mensalmente entregues pelas unidades, com o resultado conforme gráfico abaixo, a população em maio a agosto de 2012 obteve uma aumento de 1,65% em contra partida a cobertura de estratégia de saúde da família teve um aumento de 2,85%. Isso vem demonstrar que mesmo diante do aumento da população a cobertura da ESF foi maior que o crescimento populacional garantido assim o acesso ao serviço de atenção básica de saúde.

Gráfico 26 – Evolução da Estratégia Saúde da Família em Porto Velho de Janeiro a agosto de 2012



Fonte: DAB/MS, 2012.

O Departamento de Atenção Básica estabeleceu como meta para até 2013 a cobertura de 70% da capital com a estratégia de saúde da família implantada e o objetivo de mudança cultural do modelo hospitalocêntrico para a prática de prevenção de doenças.

AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA DO BARCO HOSPITAL DR. FLORIANO RIVA FILHO.

O Barco Hospital Dr. Floriano Riva Filho desenvolveu atividades de promoção e prevenção de saúde, junto à população ribeirinha nas localidades de **DEMARCAÇÃO, CALAMA, NAZARE, SÃO CARLOS** com os serviços prestados como consultas Médicas, Odontológicos, Laboratoriais, Enfermagem, Vacinação, Farmácia básica, Urgência e Emergência, ações coletivas de saúde bucal, dengue, malaria, Tuberculose, Hanseníase, educação em saúde abordando os temas: Planejamento Familiar, hipertensão, diabetes, Saúde da criança, adolescente, saúde mulher e homem, saúde do idoso.

Tipo de atendimento	Quantidades
1.Consulta médica	2684
2.Consulta de enfermagem	548
3.Consulta de enfermagem: Preventivo	200
4.Vacinas	903
5.Consulta odontológica	1244
6.Procedimento odontológico	4065

7.Exames laboratoriais	1542
8.Técnica de Escovação	802
9.Visita médica	160
10.Triagem (aferição pressão, temperatura e pesagem).	3806
11.Urgência e emergência	125
12. Farmácia (Distribuição de Medicamentos)	15328
13. Assistência Social	556
Total	**31.990**

Figura 6 - Barco Hospital Dr. Floriano Riva Filho.

AÇÕES DE CONTROLE DA TUBERCULOSE/HANSENÍASE.
DESCENTRALIZAÇÃO DA TUBERCULOSE EM PORTO VELHO.

No 1º semestre do ano de 2012 foi realizada a descentralização do Programa de Tuberculose da Policlínica Rafael Vaz e Silva para todas as Unidades de Saúde da Família. Tal descentralização se deu em virtude da necessidade de se ampliar à vigilância da tuberculose na atenção básica, bem como melhorar a qualidade das ações realizadas pelos profissionais das equipes de saúde da família. Diante do aumento da demanda percebeu-se a necessidade de descentralizar a oferta de serviços aos pacientes portadores de tuberculose que ocorriam na policlínica Rafael Vaz e Silva para as 19 unidades de saúde da família da capital. Além disso, a descentralização oportunizou um contato direto com o manejo das equipes junto os usuários portadores da doença, facilitando a identificação precoce dos casos, um contato facilitado com os comunicantes e o maior controle do tratamento, desde a sua fase inicial até o seu término. Atualmente com a descentralização houve uma melhora no atendimento aos pacientes, sendo os mesmos atendidos nas unidades de saúde das famílias desde o mês de janeiro do corrente ano, oportunizando e ofertando o tratamento nas unidades mais próximas suas residências, onde possuem acompanhamento de forma integral, humanizado e resolutivo pelas equipes de saúde da família.

CAPACITAÇÃO DE TUBERCULOSE.

No 1ºsemestre do corrente ano foi realizado Capacitação em Tuberculose pelo Departamento de Atenção Básica, diante da necessidade de atualizar os profissionais de saúde da família tendo em vista a descentralização do Programa de Tuberculose da Policlínica Rafael Vaz e Silva para as Unidades de Saúde da Família, que teve como objetivo qualificar os profissionais médicos e enfermeiros da Atenção Básica, para o atendimento aos pacientes portadores deste agravo no município. O treinamento se deu com base na exposição de materiais do Ministério da saúde e atualização técnicas voltadas ao atendimento aos pacientes com tuberculose na atenção básica. Foram utilizadas metodologias ativas com dinâmica de grupo, estudos de casos, aulas expositivas e dialogadas sobre a temática. Participaram como instrutores de execução do treinamento a Coordenadora Estadual do Programa de Tuberculose e Enfermeira Nilda de Oliveira Barros, Enfermeira da Referência Terciária do Hospital Cemetron Letícia Auxiliadora Fragoso da Silva, Enfermeira da Referência Terciária do Hospital Cemetron e SAE Maria Helena Moraes Dias, Médico Infectologista Rui Rafael Burlancher, Médica Pneumologista Jacinta Maria Parente Vieira. Foram capacitados 60 profissionais médicos e enfermeiros todos saíram aptos a prestar um atendimento e acompanhamento de forma individualizada, humanizada e com responsabilidades pautadas nas normativas técnicas e atualizadas do Programa Nacional de Controle de Tuberculose do Ministério da Saúde. Ao termino do curso os profissionais foram certificados pela Secretaria Municipal de Saúde.

AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA NO CONTROLE DA HANSENÍASE.

Mês de fevereiro ínicio da descentralização do programa de hanseníase.
Durante o primeiro semestre foram realizadas algumas atividades:

- Transferencias dos pacientes em tratamento do Rafael Vaz e Silva para as unidades próximas das residências.
- Organização do serviço nas USF (Unidades de Saúde da Família) e CEM (Centro de Especialidades Médicas)
- Realização de capacitação dos profissionais em hanseníase.
- Foram solicitados monofilamentos, régua, fio dental, lamparina, pinça, hidrocor para montagem do kit completo das equipes do PSF
- Realizamos a adaptação dos formulários para o município de Porto Velho
- Realizamos reuniões com coordenação estadual de hanseníase para programa de atividades a serem desenvolvido no 1º e 2º semestre 2012
- Realizado reuniões com os diretores das unidades para programar atividades a serem desenvolvidas, e organização dos serviços.
- Programado treinamento em serviço para o município de extrema.

SUPERVISÃO DA EQUIPE DE TÉCNICOS DA ATENÇÃO BÁSICA ÀS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA ÁREA URBANA E RURAL.

As visitas técnicas realizadas nas Unidades de Saúde da Família estabelecem uma prática de vínculo com a equipe e acompanha as atividades desenvolvidas pontuando os facilitadores e dificulta dores para a tomada de decisão oportuna.

Segue quadro abaixo das unidades supervisionadas neste semestre:

NOME DA UNIDADE	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Jun	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Hamilton R. Gondin	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
José Adelino	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Manoel A. de Matos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Agenor de Carvalho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Caladinho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Osvaldo Piana	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Nova Floresta	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pedacinho de Chão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Renato Medeiros	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ronaldo Aragão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ernandes Índio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aponiã	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Socialista	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
São Sebastião	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Jacy Paraná	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
União Bandeirantes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mutum Paraná	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Abunã	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fortaleza do Abunã	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extrema	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Nova Califórnia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Rio das Garças	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
São Carlos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Nazaré	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Calama	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cujubim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aliança	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Morrinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

CAPACITAÇÃO DE ENFERMEIROS DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO EIXO SAÚDE DA MULHER (FIOCRUZ/CE E DAB/SEMUSA-PVH).

Figura 7 – Capacitação dos Enfermeiros Local: Auditório FATEC-RO.

IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO AO SÁUDE DA FAMÍLIA (NASF ZONA SUL E ZONA LESTE).

No segundo semestre de 2012, foi implantado as duas primeiras equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família de Porto Velho. Pautado no **APOIO MATRICIAL** às equipes, o núcleo composto por Psicólogos, Fisioterapeutas, Assistentes Sociais, Nutricionista. Os principais objetivos no núcleo consiste em:

- Ampliar a abrangência e o escopo das ações de Atenção Básica,
- Ampliar a resolubilidade da ESF, apoiando a inserção da estratégia Saúde da Família na rede de serviços;
- Os NASF devem atuar em parceria com os profissionais das Equipes de Saúde da Família, compartilhando as práticas em saúde nos territórios das ESF;

Atualmente o Núcleo está inserido nas USF Hamilton Gondin (zona leste) e USF Manoel Amorim de Matos (zona sul), como sede de apoio a equipe. Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas pelos NASF's não se concentra nestas unidades de saúde, estando os mesmos em atividades nos territórios de todas as equipes no entorno destas áreas.

6.1.2 Divisão de Serviço Social

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica

Objetivo do PMS: Ampliar as medidas de prevenção/promoção em saúde pública

Meta do PMS: Atender 100% das demandas social.

ATIVIDADES						
	Prevista no ano	**Ação anual**	**Meta anual**		**Recurso orçamentário**	
1. Realização de visitas domiciliares para verificar "in loco" situação sócio-econômica dos usuários (crianças, adolescentes, mulher e idosos), encaminhados pelas UBS, MP, Conselho do Idoso e Conselhos Tutelares e a população Ribeirinha)	Atender 100% dos casos encaminhados	100% (372 visitas realizadas) demanda expontânea, pacientes de oxigenioterapia, idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, pessoas portadoras de deficiência e a população Ribeirinha)	1.1 Realizar o cronograma de visitas por profissional.	100%		Obs: Necessidade de um transporte que atenda a nossa demanda (portadores de deficiência e idosos)
			1.2 - Executar cronograma conforme programação.	100%		
			1.3- Fortalecer o atendimento dos casos acompanhados, com a inserção de outros profissionais (médicos, enfermeira, fisioterapeuta e odontologo), conforme necessidade que o caso requer.	47 casos acompanhados pela equipe multidisciplinar.		
			1.4 - Solicitar a aquisição de transporte específico para deslocamento de pessoas com necessidades especiais.	0%		
2 - Acompanhar os casos encaminhados pelo Ministério Público e Conselhos Tutelares, acerca de medicação de alto custo, fraldas e insumos (mandados judiciais).	Atender 100% dos Mandados Judiciais	100% (50 Mandatos atendidos)	2.1 - Elaborar termo de referência no valor de R$ 50.000,00, de modo a atender essa demanda.	100%		
			2.2- Solictar através de processo administrativo as demandas de insumos requeridos através de Mandatos	100%		
			2.3- Formalizar a resposta aos Mandatos conforme cada situação.	100%		

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica

Objetivo do PMS: Ampliar as medidas de prevenção/promoção em saúde pública

Meta do PMS: Atender 100% das demandas social.

ATIVIDADES						
	Prevista no ano	**Ação anual**	**Meta anual**		**Recurso orçamentário**	
5 - Acompanhar pacientes que fazem uso de oxigenio em terapia domiciliar.	Atender 100% dos casos acompanhados	02 visitas mensais para cada paciente em acompanhamento, num total de 40 pacientes	1.2-Realizar cronograma de atendimento com 02 visitas mês para cada paciente	100%		
			1.2-Executar cronograma de atendimento conforme programação	100%		
6- Participar das Instâncias de Direitos Sociais do Conselho da Criança e do Adolescente - CMDCA	Participação em 100% das Audiências Públicas e Atividades Programadas do Conselho	03 Reuniões Ordinarias; 01 Extraordinaria; 06 Audiencias Publicas;	3.1 -Deliberação de Oficios recebidos pelo colegiado	100%		Conforme demanda espontânea há necessidade de visitas as Instituições atendendo as solicitações de registro no CMDCA
			3.2-Solicitação de Registro de funcionamento as Instituições	100%		
7-Participar das Instâncias da Coordenação Municipal de Humanização do SUS/SEMUSA	Participar de reuniões e Atividades programadas pela Coordenação Municipal	04 Oficinas sobre Acolhimento;Sensibilização da PNH para os trabalhadores USF do Distrito de Jaci-Paraná; 05 Reunioes Tecnicas;05 Rodas de Conversa com a equipe Tecnica do Niensus, Caps Infantil,Policlinicas,com a equipe de Vigilancia, a equipe de informatização, Gabinete;07 Visita as Unidades; Encontros com Representantes do	1-Acompanhar ,avaliar e capacitar o ACRR	100%		
			1.2- ACCR(Acolhimento com classificação de Risco)	100%		
			1.3- Visitar os Prontos Atendimentos	100%		

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica

Objetivo do PMS: Ampliar as medidas de prevenção/promoção em saúde pública

Meta do PMS: Atender 100% das demandas social.

ATIVIDADES						
	Prevista no ano	**Ação anual**	**Meta anual**		**Recurso orçamentário**	
		DAB,BEMAC, ASTEC ; Inauguração: UPAS zona Sul e Zona Leste;	1.4-Sensibilizar enfermeiros coordenadores dos Prontos Atendimentos para Implantação do dispositivo Acolhimento com Classificação de Risco	100%		
			1.5- Treinar os Profissionais da porta de entrada dos Prontos Atendimentos(Auxiliares Administrativos, vigilantes,tecnicos e auxiliares de enfermagem	100%		
8-Participar das Instâncias de Direitos Sociais do Conselho Municipal do Idoso - CMI	Participar de reuniões e Atividades programadas pelo Conselho	01 Reunião; 01 Palestra para os Idosos; Semana do Idoso.	1- Acompanhar as deliberações do Conselho	100%		
			2- Visitar as demandas espontâneas em caso de violência ao idoso	100%		
			3- Encaminhar ao PSF os idosos sem assistencia médica, para acompanhamento.	100%		

A Divisão de Serviço Social encontra-se subordinada ao Departamento de Atenção Básica/DAB, constituindo-se como um canal de ligação entre a população e a SEMUSA, tendo como finalidade estabelecer uma comunicação democrática, identificando necessidades e entraves existentes, buscando soluções para as queixas e indagações apresentadas, bem como, atender os casos encaminhados via mandado judicial, Ministério Público e Conselhos Tutelares, de modo a atender os usuários do SUS com qualidade, fortalecendo a cidadania e favorecendo a prática da gestão participativa.

Em decorrência da oferta de empregos no setor de construção (Usinas do Madeira), continua havendo um aumento significativo no atendimento á saúde, com isso houve mudança no modelo assistencial. Nossa demanda também aumentou devido a expansão das Equipes Saúde da Família, as quais sempre estão encaminhando casos que requer nossa intervenção, quer seja de vulnerabilidade social das famílias atendidas, quer seja de violência doméstica e sexual (crianças, adolescentes, idosos).

AÇÕES EXECUTADAS:

- ✓ Encaminhamentos do Ministério Público, Conselhos Tutelares e órgãos afins atendidos e respondidos através de ofícios (Via GAB/SEMUSA): **94 casos acompanhados.**
- ✓ Orientações aos usuários e familiares acerca dos seus direitos, bem como, assistência quando necessário quer seja com fraldas e/ou medicamentos de uso continuo: **250 orientações e dispensação de fraldas;**
- ✓ Realização de visita domiciliar, para verificarmos “in loco” a situação sócio-econômica de cada usuário que necessita de nossa intervenção: **97 visitas realizadas**;
- ✓ Realização de entrevistas sociais, para que seja feito o estudo social dos casos que apresentam situação social considerada de risco e/ou em situação de vulnerabilidade social: **43 entrevistas;**
- ✓ Relatório social, com parecer técnico para liberação dos remédios solicitados pelo Ministério Público e Conselhos Tutelares: **46 casos atendidos e acompanhados de Mandado Judicial e Conselhos Tutelares;**
- ✓ Encaminhamentos institucionais, dependendo da intervenção necessária para cada usuário, dentre essas:

a) Albergue: Encaminhamento ao Plantão Social , e Solicitação de vagas na casa, para paciente oriundos da área rural/urbana (Migrante), que necessitam permanecer em Porto Velho para continuidade de tratamento de saúde: **13 casos encaminhados, através de solicitações das ESF da zona rural/urbana**.

- ✓ Agendamento de consultas e/ou exames para pacientes da área ribeirinha e junto a Regulação da SEMUSA, a Policlínica Oswaldo Cruz, Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro e Hospital Santa Marcelina, de modo a dar rapidez e continuidade ao tratamento dos pacientes do SUS;
- ✓ Participação das reuniões do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme solicitação do colegiado;
- ✓ Participação das reuniões do Conselho Municipal do Idoso;
- ✓ Acompanhamento dos pacientes que fazem uso de oxigênio domiciliar: **40 pacientes acompanhados;**
- ✓ Participação desse setor em todas as atividades realizadas pela SEMUSA (Conferências, planejamentos estratégicos, capacitações, reuniões etc), contribuindo com o planejamento e a execução das atividades pertinentes a essa instituição;
- ✓ Participação de um técnico desse setor em Audiências Publicas (Instituição de Acolhimento).
- ✓ Participação na 1ª Oficina de Transporte Eletivo nas Redes de Atenção a Saúde: Levantamento de Informações e Troca de Experiências.
- ✓ Participação na Equipe do Barco Hospital Drº Floriano Riva Filho nas operações ACISO e Operações Realizadas pela SEMUSA nas comunidades Ribeirinhas, com mais de **689** atendimentos a população.
- ✓ Participação do Evento “Frutos da Alegria” promovido pelo Porto Velho Shopping no mês de Dezembro/12 com a Comunidade Maravilha (outro lado do Rio Madeira

ACÕES ACOMPANHADAS PELA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL/SEMUSA

1º Semestre

Campanha de Vacinação /Centro de Convivência dos Idosos

Palestra para os Idosos.

Campanha de Doações de Brinquedos e Vestuários para População Ribeirinha

Viagens /Demanda Espontânea

Operações Aciso Barco Hospital.

ACÕES ACOMPANHADAS PELA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL/SEMUSA
2º Semestre
Oficina de Transporte Eletivo nas Redes de Atenção a Saúde: Levantamento de Informações e Troca de Experiências

Operações da Equipe de Saúde da SEMUSA no Barco Hospital Drº Floriano Riva Filho no Baixo Madeira;

BANHEIRO

6.1.3 Divisão de Saúde Bucal
Diretriz: Fortalecimento da Atenção Básica
Objetivo do PMS: AMPLIAR AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO/ PROMOÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA
Meta do PMS: Aumento de 40% no número de atendimentos da 1ª consulta odontológica programática em menores de 14 anos entre 2008 e 2012, sendo previsto um aumento de 10% ao ano.

* AÇÃO ANUAL	META ANUAL		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	Programadas no ano	Realizadas no ano	Previstos	Executados	
4.1) Garantir as ações preventivas e curativas do Plano Terapêutico;(esse item é garantido palas ações): 4.1.1 - Aquisição de insumos de consultórios odontológicos;	Aquisição de 100% dos insumos planejados conforme a necessidade.	Aquisição de 100 % dos insumos planejados conforme a necessidade.	1) Planejamento das necessidades;	100%			
			2) Elaboração do processo de compra;	100%			
			3) Recebimento dos insumos;	75%			
			4) Distribuição para as unidades de saúde.	100%			Os insumos distribuidos foram adquiridos através de processos de compra e do estoque disponível no almoxarifado.

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS	ATIVIDADES	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	OBS. ESPECÍFICAS	* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS	ATIVIDADES
4.1.2. - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos;.	Assistência técnica em 100% dos meses do ano.	100 % assitencia técnica durante o ano sem interrupção.	Renovação do contrato de empresa de assistencia técnica.	100%		Processo de licitação de novo contrato de assistencia técnica, processo 08.0306-00/2011, prevendo o aumento da rede de forma a garantir o serviço em 100% dos meses do ano, evitando iterrupções no atendimento; Assinatura do novo contrato n° 100/PGM/2012, com empresa de Assistência	

							técnica que começou a prestar serviços a partir de Outubro de 2012
*** AÇÕES ANUAIS**	**METAS ANUAIS**	**ATIVIDADES**	**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**	**OBS. ESPECÍFICAS**	*** AÇÕES ANUAIS**	**METAS ANUAIS**	**ATIVIDADES**
4.1.3 - Ampliação do número de consultórios odontológicos na rede de saúde instalada do município na atenção básica;	Implantação de 07 novos consultórios odontológicos JoanaD'arc (1), Rio Pardo (1), Santa Rita (1), Castanheira (2), Três Marias (2).	0%	1) Construção de novas unidades de saúde; 2) Recebimento dos consultórios (doação do Ministério da saúde); 3) Distribuição para as unidades de saúde.	100% 15%			Obras de construção das unidades de saúde em andamento.
4.2) Implantar a política de recursos humanos em Saúde Bucal (ampliação do número de Cirurgião Dentista e Auxiliar de Serviço Bucal);	Contratar 14 Odontólogos e 25 Auxiliares de consultórios odontológicos.	40% (00 odontólogos) 32% (00 auxiliar)	1) convocação dos profissionais concursados; 2) Lotação nas unidades de saúde;	40% (00 odontólogos) 32% (00 auxiliar)			Contratados 6 Odontólogos e 8 Auxiliares de Saúde Bucal.
4.3) Monitorar e avaliar mensalmente os indicadores através do Mapa de Produção Mensal do Odontólogo;	Monitorar e avaliar 100% das ESBs e CEOs.	100%	1) Solicitação e recebimento dos dados junto ao DAC; 2) Monitoramento dos dados; 3) Avaliação junto com o DAC.	100% 100% 100%			
*** AÇÕES ANUAIS**	**METAS ANUAIS**	**ATIVIDADES**	**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**	**OBS. ESPECÍFICAS**	*** AÇÕES ANUAIS**	**METAS ANUAIS**	**ATIVIDADES**
4.4) Implantar novas equipes de Saúde bucal, buscando atingir os parâmetros ministeriais da relação 1 ESF/ESB.	Implantar 24 Novas equipes de saúde bucal.	25% (6 equipes implantadas)	1) Contratação de novos profissionais e remanejamento dos profissionais do quadro; 2) Implantação das ESBs.	25,00% 25,00%			A Carencia de Auxiliares de Saúde Bucal tem sido o nosso maiopr obstáculo de recursos humanos para o cadastramento de novas equipes.
4.5) Fortalecer o protocolo de referência para os Centros de Especialidades	Avaliar e aperfeiçoar o sistema de referencia e contra-referencia entre AB	83%	1) Monitoramento e avaliação dos dados do CEO;	100%			

Odontológicas, nas áreas de: Endodontia, Periodontia, Cirurgia Oral Menor, atendimento a pacientes portadores de necessidades especiais e diagnóstico de câncer bucal.	e CEO.		2) Informação desses dados aos profissionais dos CEOs;	50%			
			3) Avaliar e aperfeiçoar o sistema de referencia e contra-referencia entre AB e CEO.	100%			
Primeira Consulta Odontológica	37.647	26609**	70,7%**				

*** Todos devem seguir o Planejado na PAS - Programação Anual de saúde.**

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Básica
Objetivo do PMS: AMPLIAR AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO/ PROMOÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA
Meta do PMS: Ampliação de 40% no número de procedimentos de Escovação Dental Supervisionada entre 2008 e 2012, sendo previsto um aumento de 10% ao ano.

METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
Prevista no ano	Realizada no 1º semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
77.931 Escovações Supervisionadas.	114.250 escovações supervisionadas (146%)**	1) Envolver o Cirurgião-Dentista, o Auxiliar de Consultório Dentário e os Agentes Comunitários de Saúde na realização das ações coletivas através de dados epidemiológicos que confirmam a eficácia da prevenção pelo uso do flúor (dentifrício);	100%			Para contemplar esta ação foi incluido no processo de compra de insumos o pedido de escovas dentais adulta (50.000 unidaddes) e infantl (70.000 unidades) além das já existentes em estoque como saldo das compras do ano passado. Realizada reunião com odontólogos contratados de pois de Fevereiro de 2011para falar sobre as metas do Plano Municipal de Saúde e do Pacto pela Vida.
		2) Integrar os agentes de saúde escolar no acompanhamento das ações de promoção da saúde bucal;	50%			
		3) Analisar e identificar o índice de cáries através de levantamentos epidemiológicos (CEO/CPOD) e os efeitos da Escovação Dental Supervisionada com dentrifício fluoretado na sua redução;	20%			

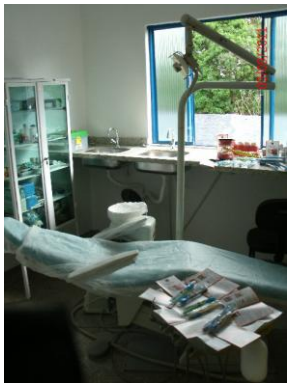
DIVISÃO DE SAÚDE BUCAL

O ano de 2012 teve início com a elaboração do Planejamento Anual de Saúde (PAS), por parte da gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porto Velho, sendo esse, instrumento de grande importância no sentido de nortear as ações e atividades a serem desenvolvidas durante o ano corrente; tendo o Plano Municipal de Saúde atual, direcionado tal planejamento estratégico de gestão. Dando continuidade a os investimentos realizados ao longo dos 3 primeiros anos da nossa gestão, seguimos no processo de potencialização das ações em saúde, com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar a assistência odontológica à comunidade do Município de Porto Velho, dentro da perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo os seus princípios e os princípios da atenção primária em saúde. Dessa forma priorizamos o desenvolvimento de ações, de forma integral, que objetivam a promoção de saúde e prevenção de doenças, que acometem as estruturas orais, como a cárie dentária e a doença periodontal, e que influenciam diretamente na qualidade de vida dos nossos usuários.

Seguem algumas ações desenvolvidas pela Divisão de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porto Velho nos níveis de atenção básica (Unidades de Saúde da Família) e média complexidade (Centros de Especialidades Odontológicas e Unidades de Pronto Atendimento):

1. Garantia da continuidade dos serviços prestados à comunidade na área de saúde bucal: Através da manutenção e renovação do contrato de assistência técnica preventiva e corretiva aos equipamentos odontológicos e aquisição de equipamentos e insumos necessários à área de saúde bucal. Paralelo a essa ação, a Divisão de Saúde Bucal acompanhou o tramite administrativo do processo (08.0306-00/2011) para licitar um novo contrato de assistência técnica preventiva e corretiva aos equipamentos odontológicos, prevendo a expansão da rede de serviços odontológicos através da ampliação e inauguração de novas unidades de saúde bem como, da contratação de novos profissionais. O novo contrato com a empresa de assistência técnica L. A. Prestes Chaves – ME foi licitado através do Pregão Eletrônico N° 180/2011 segunda chamada, empenho N° 001999/2012. A nova empresa passou a prestar serviços a partir de outubro de 2012.

2. Ampliação, reforma e construção de uma nova unidade de saúde e novo consultório odontológico na rede de saúde instalada do município. Foram construídos novos consultórios odontológicos nas novas Unidades de Saúde da Família em Extrema e Fortaleza do Abunã. Foram reformados os consultórios odontológicos e as USFs de Vista Alegre do Abunã e Abunã.



SEMUSA/DSB. Nova Unidade de Saúde da Família e novo Consultório Odontológico: Fortaleza do Abunã, Fevereiro/2012.

SEMUSA/DSB. Nova Unidade de Saúde da Família e novo Consultório Odontológico: Extrema, Fevereiro/2012.

SEMUSA/DSB. Reforma da Unidade de Saúde da Família e Consultório Odontológico: Abunã e Vista Alegre do Abunã, Fevereiro/2012.

3. Durante todo o ano de 2012, a Divisão de Saúde Bucal apoiou as viagens realizadas pelo Barco Hospital Dr. Floriano Riva Filho dotando o consultório odontológico de toda a estrutura de equipamentos, instrumentais e materiais de consumo, bem como, de profissionais odontólogo e auxiliar de consultório dentário proporcionando e/ou ampliando o acesso dos usuários das comunidades ribeirinhas do nosso município aos tratamentos odontológicos curativos restauradores. O barco dispõe de um módulo de escovódromo portátil com seis pias, que facilita o desenvolvimento

de atividades de prevenção das doenças periodontais e da cárie dentária, dentro de um padrão de condição de trabalho digna para os profissionais da saúde bucal e para os usuários.

SEMUSA/DSB. Consultório Odontológico do Barco Hospital Dr. Floriano Riva Filho, 2011.

4. Distribuição de equipamentos utilizados nas Unidade de saúde da Família, Centros de especialidades Odontológicas (CEOs), e unidades de pronto atendimento (a serem inauguradas no segundo semestre de 2012), adquiridos durante o ano de 2011/2012, através do SRP n° 004/2012, e através do processo n° 08.00793/2011 do Departamento de Atenção Básica (DAB)/SEMUSA.

SEMUSA/DSB. Aparelho fotopolimerizador e caneta de alta rotação adquiridos no primeiro Semestre de 2012.

Aquisição de forma contínua e ampliada de materiais de consumo odontológico: Dando continuidade ao planejamento de aquisição de materiais de consumo odontológicos, de forma que a rede municipal de saúde bucal não sofra interrupção no funcionamento por falta dos mesmos. Foram montados 3 processos de compra de materiais de consumo (PROCESSO N°08.00467.00/12, PROCESSO N°08.00479.00/12 e PROCESSO N°08.00480.00/12), cujo empenhos foram assinados no início de Junho de 2012. No segundo semestre de 2012 foram montados mais três processo para aquisição de material de consumo odontológico visando manter o estoque regulador desses materiais no final do ano de 2012 e primeiro trimestre de 2013 (PROCESSO Nº 08.1039/12, PROCESSO, Nº 08.1040-00/12 E PROCESSO N° 08.1038-00/12).

SEMUSA/DSB. Material de consumo odontológico adquirido através do sistema de registro de

preços, 2012.

5. Investimento na aquisição de materiais de prevenção (Escovas dentais, cremes dentais, Fio dental, creme e fio dental, flúor) e materiais educativos dentro da proposta do Projeto *Sorria Porto Velho*. Uma das metas do Plano Municipal de Saúde do Município de Porto Velho consiste em aumentar em 40% o número de escovações supervisionadas entre o período de 2009 a 2013, o que equivale em números absolutos em total de 77.931 escovações/ano para o ano de 2012. Até Setembro de 2012 já foram realizadas 114.250* escovações, representando 146% do total de escovações prevista para o ano. Tal ação foi possível em virtude da garantia do fornecimento de material de prevenção para os profissionais; sensibilização desses profissionais, através de oficinas e do monitoramento das atividades, realizadas nos anos anteriores, abordando a importância dessas da realização dessas atividades no contexto da atenção básica, bem como do correto registro das mesmas nos sistemas de informação, em ação conjunta entre DAB/DSB/DAC SEMUSA.
* Dados de Janeiro a Setembro de 2012.

SEMUSA/DSB. Educação em saúde bucal: Escovação Supervisionada. Projeto Sorria Porto Velho, Equipe três Marias, 2012.

1. Contratação de novos profissionais e atualização das necessidades de recursos humanos no quadro municipal, na área de saúde bucal. Dando continuidade à política de reposição e ampliação de recursos humanos da Secretaria Municipal de Porto Velho, o primeiro semestre do ano foi marcado pela contratação de profissionais na área de saúde bucal, visando atender à necessidade de lotação desses profissionais nas unidades de saúde. Foram convocados e tomaram posse durante o ano de 2012 17 Cirurgiões-dentistas e 15 Auxiliares de saúde bucal. Somando-se ao retorno de alguns profissionais que se encontravam de licença especial, o nosso quadro de Odontológo conta hoje com 140 profissionais e de Auxiliares com 83 profissionais. Devido ao pedido de exoneração de alguns profissionais, que não se adaptaram à realidade de trabalho da nossa Zona rural, embora tenham prestado concurso e tomado posse para tais localidades, e em função da expansão da nossa rede de saúde, estamos em um processo constante de atualização de nossas necessidades para convocarmos profissionais que venham a suprir as vagas das localidades que se encontram no momento carentes de tais profissionais. Outra necessidade atual desta Divisão é a contratação de Auxiliares de Saúde Bucal tendo em vista que mesmo convocando todos os profissionais aprovados no ultimo concurso, o nosso quadro carece ainda de 29 auxiliares de saúde bucal.

2. Fortalecimento do atendimento em saúde bucal no nível de média complexidade: A divisão de saúde bucal lotou sete (07) profissionais odontólogos especialistas nas áreas de periodontia e endodontia, reforçando alguns pontos carentes nos três (03) Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), em uma medida que visa o cumprimento de metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, e principalmente ampliar a oferta de atendimento dessas unidades de saúde especializadas à população.

3. Outra importante ação da atual gestão do Município de Porto Velho foi a implantação do sistema de atendimento odontológico nas UPAs 24 horas: Foram inaugurados dois consultórios

Odontológicos, um na UPA Zona Leste e outro na UPA Zona Sul. Os mesmos, contam com estrutura completa para o atendimento ambulatorial de urgência e emergência, inclusive com equipe de Odontológo e auxiliar de consultório dentário funcionando em plantão permanente de 24 horas, inclusive aos Sábados, Domingos e Feriados. Trata-se de um serviço inédito em nosso Município, que vem a fortalecer a odontologia no nível de média complexidade, bem como prestar um pronto atendimento de qualidade à nossa população que tem no SUS a única possibilidade de acesso aos serviços de saúde.

SEMUSA/DSB. Consultório odontológico UPAs 24 horas, Zona leste e Zona Sul, 2012.

4. Cadastramento de novas equipes de saúde bucal para atuar na estratégia saúde da família: Iniciamos o ano de 2012 com 55 equipes de saúde bucal cadastradas e atuando na estratégia saúde da família, com credenciamento de novas equipes realizado no ano de 2010. Foram implantadas durante o ano 06 novas Equipes de Saúde Bucal (ESB), reforçando a assistência na atenção primária em saúde no nosso município, perfazendo um total de 61 ESB. Ressaltamos aqui que a carência do profissional Auxiliar em Saúde Bucal, constitui-se no nosso maior obstáculo para o cadastramento de novas equipes.

5. Monitoramento e avaliação das metas previstas no plano municipal de saúde de primeira consulta odontológica e escovação dental supervisionada. A avaliação mensal dos mapas de produtividade vindos das unidades de saúde tem sido rotina importante no sentido de procurar corrigir possíveis falhas de informações de produção, monitoramento de dados no sentido de se verificar o cumprimento de metas dos CEOs (previstas nas portarias de funcionamento desses centros) e das unidades de saúde (previstas e pactuadas no plano municipal de saúde). Outra rotina dessa divisão é a troca de informações e análises dos dados juntamente com o departamento de avaliação e controle (DAC) dessa secretaria no sentido de validar os dados oficialmente informados pelo DAC.

6. Dando continuidade ao compromisso de parceria da Secretaria Municipal de Saúde com a sociedade do Município de Porto Velho, e com o objetivo de implementar a intersetorialidade sendo a Divisão de Saúde Bucal/SEMUSA, participante ativa desse processo, necessário para que se possa contemplar o conceito ampliado de saúde (Organização Mundial de Saúde, 1978).Várias foram as instituições que atuaram em parceria com a SEMUSA/DSB sendo: Exército Brasileiro, Secretaria Municipal de Educação/SEMED, Secretaria de Estado de Justiça/SEJUS, Centro Profissionalizante Simone Araújo, Escola Estadual de Ensino Médio Major Guapindaia, Paróquia São João Bosco (ação comunitária), Tendas da Cidadania (Gabinete do Prefeito), Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Missionário do Evangelho Pleno, Assembléia de Deus, EMATER (para atuação nas localidades de Rio Pardo e Joana D´arc), Centro Espírita Irmão Jacob, Projeto da igreja Quadrangular, SINDSAÚDE, Universidade federal de Rondônia/UNIR, Fundação Getúlio Vargas/curso de Pedagogia, Pastoral da Criança da Arquidiocese de Porto Velho), seja através do fornecimento de material de consumo odontológico, disponibilizando as instalações dos consultórios odontológicos (todos funcionando e revisados pela assistência técnica odontológica) e instrumentais de uso odontológico das Unidades de Saúde para o atendimento clínico da população, fornecendo material para educação e prevenção em saúde bucal (escovas dentais, creme dentais, folders, macro modelos para palestras).

Dentre as muitas parcerias citadas, destacamos a parceria realizada entre a SEMUSA/DSB e o Gabinete do Prefeito. Esse ano a SEMUSA/DSB deu continuidade a esse atendimento odontológico prestados nas tendas da cidadania. Foi disponibilizada uma estrutura composta por consultório odontológico móvel completo, instrumental odontológico, todo o material de consumo odontológico, profissionais odontólogos e auxiliares de consultórios dentários, para a realização de atendimentos ambulatórias odontológicos como restaurações, exodontias e limpezas. Em cada evento da tenda da cidadania, foi colocado à disposição estrutura para a realização dos atendimentos de prevenção de

doenças que comprometem a saúde bucal e de promoção de saúde, como escovas dentais, cremes dentais, fios dentais, panfletos educativos em saúde bucal e módulos de escovódromos portáteis, onde foram realizados procedimentos de palestras educativas, escovações supervisionadas e aplicações tópicas de flúor gel. Os atendimentos foram realizados nas localidades de Abunã e Jaci Paraná, sendo realizado um total de 651 procedimentos odontológicos.

SEMUSA/DSB. Atendimento Odontológico e Educação em saúde bucal: Tenda da Cidadania. Abunã e Jaci Paraná, 2012.

6.1.4Divisão de Imunização

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica
Objetivo do PMS: Ampliar as Medidas de Prevenção/ Promoção em Saúde Pública
Meta do PMS: Manutenção de cobertura vacinal acima de 95% para as vacinas: Febre amarela, BCG, Polio, Tetra-Valente, Hepatite aumento de 5% na cobertura, Rotavirus aumento de 25% na cobertura

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1 - Manter Infra-estrutura necessária para rede de frio e salas de vacinas Rural e Urbana	1 - Estruturar 47 salas de vacina	Estruturadas 49 salas de vacinas	1.1- Levantar necessidades estruturais de salas de vacina	100%	100%	100%	A divisão de Imunizações vinha mantendo a infra-instrutura das 47 salas de vacinção de acordo com o preconizado e estabelecido pelo PNI, atualmente passamos para 49 salas com inclusão das 2 Upas, aumentamos o numero de salas mantivemos a estrutura preconizada como a distribuiçãode insumos, supervisão e monitoramento das atividades realizadas na sala de vacinação.
			1.2- Solicitar mensalmente insumos e imunobiológicos necessários para salas de vacina	100%	100%	100%	
			1.3- Suprir semanalmente a rede Municipal com todos os imunobiológicos preconizados pelo Ministério	100%	100%	100%	

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			da Saúde e insumos (material penso).				
			1.4- Solicitar equipamentos e materiais permanentes para suprir as necessidades estruturais das salas de vacina e central da Rede de Frio.	100%	100%	50%	Recebidos e instalados equipamentos para melhorar a estrutura das salas de vacinação como instalação de 18 camaras especiais para vacina, com capacidade de armazenamento de 22 mil doses, em 15 salas urbanas e 03 rurais
2 - Solicitar a Contratação de RH para as salas de Vacinas	2 - Contratar 40 profissionais (35 vacinadores e 05 administrativos)	0%	2.1 - Realizar levantamento e indicar necessidades de RH por salas de vacina	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			2.2 - Realizar solicitação de RH ao Setor Competente – DAB, conforme necessidades.	100%			Contratação e Lotação de RH é de Responsabilidade do DAB. Os profissionais solicitados pela DI foram contratados 30% em 2011, no ano de 2012 não houve contratação de tecnicos especificos para Imunização.
			2.3 - indicar a Lotação dos profissionais solicitados por UBS, conforme posse	100%			
			2.4 - Capacitar profissionais contratados	0%			
3 - Promover ações de educação a saúde e divulgação das ações das vacinas	100%	100%	3.1 - Indicar meios de comunicação para divulgação das ações;	100%	100%	100%	Os meios de comunicação utilizados são imprensa escrita e falada, confecção de cartazes e folders para a divulgaçao e o sucessos da campanhas de vacinação.

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			3.2 - Solicitar a confecção de materiais educativos (banner, folder, faixas e cartazes)	100%	100%	100%	
			3.3 - Firmar parcerias com entidades afins para realização de divulgação	100%	100%	100%	Para realização das campanhas a DI firmou parcerias com diversos orgãos e entidades como SENAC, SESI. Consorcio Santo Antonio e outros.
4- Realizar 03 campanhas de vacinação no ano	4 - Realizar 03 Campanhas e um Monitoramento Rápido de Coberturas Vacinais para menores de 5 anos	100%	4.1 - Levantar insumos para realização das campanhas;	100%	100%	100%	Foi realizados e distribuido insumos a utilizados nas salas de vacinação mensalmete tanto na zona urbana como rural
			4.2 - Realizar oficinas de atualização dos Recursos Humanos para as campanhas de vacinação	100%	100%	100%	A DI realizou duas oficinas sendo uma para introdução dos novos imunos e outra para realização das campanhas de vacinação. Foi realizada também uma reunião tecnica de atualização, com duração de 2 dias para aplicação de estudo de caso e exercicio de fixação referente as atividades de imunização.

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			4.3 - Executar as Campanha de acordo com a determinação do Ministerio da Sáude (PNI)	100%	100%	100%	No decorrer de 2012 a DI realizou 03 campanhas de vacinação: a campanha de vacinação contra gripe, a campanha contra poliomielite e a campanha de multivacinação. Houve também o monitoramento rápido de coberturas, que serviu para detectar esquemas vacinais incompletos em crianças menores de cinco anos.
			4.4 - Informar dados ao Programa Nacional de Imunização	100%	100%	100%	O repasse dos dados ao sistema de informação totaliza 100% das informações obtidas mensalmente nas salas de vacinação e durante as campanhas anuais.
5- Informatização das salas de vacinas das Unidades de Saúde interligando em rede as informações.	5 - Informatizar 45 Unidades de saúde, sendo: 26 na Zona Urbana e 16 na Zona Rural	15%	5.1 - Acompanhar a tramitação do processo dos equipamentos (as solicitações já foram realizadas em 2011)	100%	100%	100%	Com o apoio do DAC a DI consegue informatizar 50 % das salas de vacina da area urbana e realiza mais um avanço na era da informatica com a instalação do sistema SIPNI, que vem para melhorar o atendimento e evitar disperdício de doses e perdas de dados. Ficamos na expectativa de receber o incentivo por parte do Ministério da Saúde, que se compromoteu em repassar os computadores para informatizarmos todas as nossas salas de vacina.
			5.2 - Receber os equipamentos	0%	0%	0%	

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			5.3 - Instalação dos equipamentos nas salas de vacina das Unidades de Saúde do Municipio.	50%	100%	50%	
			5.4 - Realizar capacitações para os Recursos Humanos desenvolverem as ações no Sistema SI-PNI	100%	100%	10%	
			5.5 - Realizar supervisão nas salas informatizadas	100%	100%	100%	
6 - Realizar supervisão sistemática nas salas de vacina	6 - 100% nas salas de vacinação	100%	6.1 – Montar equipe e supervisionar conforme protocolo existente.	100%	100%	100%	De acordo com o PNI a supervisão em sala deve ser realizada periodicamente e atraves desta podemos identificar e resolver com sucesso os inumeros problemas detectados tanto na area urbana com na zona rural e apos as supervisões os serviços executados em sala de vacinação vêm melhorando a cada dia.

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			6.1 - Realizar supervisão diariamente ou conforme a necessidade	100%	100%	100%	
			6.2 - Identificar e resolver os problemas detectados.	100%	100%	100%	
			6.3 – Fazer relatórios das atividades desenvolvidas.	100%	100%	100%	São feitos dois relatorios ao ano, a DI vem cumprindo com esta norma
7- Capacitar enfermeiros em procedimentos de imunizações para atuarem também como responsáveis técnicos por salas de vacina e serem multiplicadores	7 - Realizar capacitação para 100% dos profissionais das UBS e ESF	100%	7.1 – Realizar levantamento do quantitativo de profissionais a serem capacitados	100%	100%	100%	A partir de 2012 a DI passou a realizar as capacitações para os enfermeiros e técnicos juntos, pois não existe diferença no aprendizado e o enfermeiro deve saber realizar os procedimentos para poder supervisionar as salas de vacinação. A DI realizou 03 capacitação no decorrer do ano para 52 profissionais de saúde envolvendo enfermeiros e técnicos de enfermagem. Os estagios são realizados nas Unidades do próprio Municipio.

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
a equipe de enfermagem na área de imunizações.			7.2 – Montar equipe de monitores	100%	100%	100%	
			7.3 – Montar cronograma e plano de curso	100%	100%	100%	
			7.4 – Providenciar material didático para realização do curso	100%	100%	100%	
			7.5 – Providenciar local adequado	100%	100%	100%	
			7.6 – Providenciar campo de estágio	100%	100%	100%	
			7.7 – Realizar curso	100%	100%	100%	

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
8- Estabelecer protocolos de procedimentos em salas de vacina	8 - Instituir protocolos de atividades e procedimentos	50%	Em andamento	50%	50%	50%	O protocolo de procedimentos em sala de vacinação está em processo de acabamento e terá sua conclusão no 2º semestre de 2012.

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica
Objetivo do PMS: Ampliar as Medidas de Prevenção/ Promoção em Saúde Pública
Meta do PMS: Implantação de uma Rede de Frio Municipal

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no ANO	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1- Liberação e reforma do prédio para acomodar as instalações da futura Rede de Frio Municipal (Obs: Para a Rede de Frio, será feito uma reforma no predio do centro de referencia da mulher que fica localizado ao lado da unidade	Implantar 01 Rede de Frio adequada	Aguardando desocupação do prédio	1.1 – Solicitar confecção do projeto arquitetônico de reforma para Engenharia	0			Ação a ser concluida no 2º semestre de 2012.
			1.2 – Acompanhar processo de reformar do prédio	0			
			1.3 - Acompanhar trâmites processuais referente aquisição de materiais e equipamentos solicitados em 2011.	0			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no ANO	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
de Saúde Rafael Vaz e Silva para adequação e implantação da Rede de Frio e sua conclusão está prevista para o 2º semestre 2012)			1.4 - Receber e instalar materiais e equipamentos	0			
			1.5 – Solicitar contratação de RH para adequação ao funcionamento da nova rede.	0%			
			1.6 - Receber a obra concluída.	0%			
2- Aparelhar a Rede de Frio e instalar equipamentos especializados com capacidade de armazenamento seguro e distribuição dos imunobiológicos para as UBS	Aparelhar 100% da Rede de Frio	Processo em andamento	2.1 - Acompanhar trâmites processuais (já formalizado em 2011)	0%			
			2.2 - Receber e instalar materiais e equipamentos.	0%			
			2.3 – Supervisionar e monitorar o funcionamento dos equipamentos.	0%			
3 – Garantir a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos da Rede de Frio.	100%	Realizada mantunção em alguns equipamentos comforma preventiva	3.1 – Solicitar manutenção dos equipamentos ao D.A.	0%			
			3.2 – Acompanhar a realização de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos, conforme programação estabelecida.	0%			

A Divisão de Imunizações desenvolve suas atividades com o objetivo de controlar, eliminar e/ou erradicar doenças imunopreveníveis, utilizando estratégias básicas de vacinação de rotina e de Campanhas anuais, comungando com normas preconizadas pelo Ministério da Saúde através do Programa Nacional de Imunizações-PNI.

A avaliação do PNI é um processo contínuo e deve ser executado por todos os níveis do Programa, desde o local em que a vacina é administrada até onde são analisados os registros. É uma tarefa desenvolvida de forma coletiva, com o objetivo de envolver essa equipe, não apenas na execução da vacinação, mas para que também sejam integrados ao processo de avaliação, representantes do órgão municipal de saúde, do nível regional e/ou estadual e da própria população.

De acordo com Brasil (2001), para alcançar e manter altas coberturas, um programa de vacinação tem que passar por processos freqüentes de avaliação, em que determinados indicadores devem ser medidos utilizando-se instrumentos e informações disponíveis nos próprios serviços e outros existentes na comunidade.

Portanto, ao ser realizada a avaliação semestral das atividades desta Divisão veremos que para alcançarmos os objetivos determinados pelo Ministério da Saúde, ainda temos muito trabalho pela frente, e só então chegaremos a um padrão de qualidade excelente, para obtermos este padrão a Divisão terá que passar por alguns ajustes, tanto na sua estrutura física quanto nos recursos humanos existentes.

ESTRUTURA FISICA

A Divisão de Imunizações aguarda a construção de uma rede de frio, apesar disso, desempenha suas diversas atividades, num espaço que hoje necessita de adequação física para atender a demanda de 49 salas de vacinas, subdivididas em: Zona Urbana (29), sendo 26 municipais, 04 salas são virtuais que atendem por agendamento, as quais incluem 02 presídios, 01 sala indígena e 01 equipe volante, e 03 salas estaduais (CRIE, CEMETRON e HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA) e 02 privadas (SESI CLÍNICA e CLÍNICA do Dr. SILAS ROSA). Na zona rural são 16 salas, sendo Nova Aliança e Rio Pardo, salas de vacina virtuais.

No ano de 2012 continuamos a atender nos Distritos de Jacy Paraná, Nova Mutum, Abunã, Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Novo Engenho Velho, Palmares, Morrinhos, Cujubim, aliança e Nova Califórnia, e ampliamos os serviços de imunização prestados a comunidade também nas UBS do baixo Madeira como São Carlos e Calama com vacinadores fixos, a unidade de Extrema ainda encontra-se com um profissional capacitado, todas atendendo de acordo com o funcionamento das UBS e as demais salas virtuais em finais de semana, seguindo o calendário das equipes do Programa de Saúde da Família (PSF). A sala de vacina privada não recebe imunobiológicos do SUS, no entanto repassa os dados para efeito de cobertura vacinal.

Quadro 1 - Demonstrativo de Salas de Vacinas por Área e Gestão.
Porto Velho – Julho de 2012

Nº	ÁREA	SALA DE VACINAS POR GESTÃO				
		PRIVADA	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
1	RURAL	-	01	01	16	18
2	URBANA	02	-	02	26	30
TOTAL		**02**	**01**	**03**	**42**	**48**

Fonte: **DI/DAB/SEMUSA**

RECURSOS HUMANOS

Em relação aos recursos humanos, necessitamos de 111 servidores capacitados em sala de vacinação e temos atualmente 87 profissionais capacitados, atuando nas salas de vacinas na zona urbana e rural, o que nos mostra um déficit de 24 profissionais.

De modo geral houve melhora no atendimento das unidades de saúde, por existir hoje um grande número de profissionais capacitados em sala de vacina, facilitando o rodízio de profissionais, proposto pelo Departamento de Atenção Básica, o que ocasiona um baixo índice de salas fechadas por absenteísmo ou férias de funcionários. Entretanto, ainda existe uma certa resistência por parte dos técnicos que participam das capacitações e grande maioria participar para receber o certificado e quando são solicitados para atuarem na sala de vacina, se julgam incapazes de exercer tal função. Como conseqüência disso, temos uma sobrecarga de trabalho o atraso no calendário vacinal das crianças, cujos pais e responsáveis, atribuem tal atraso, a falta de tempo, às longas filas nas salas de vacina (porque na maioria dos casos, há somente 01 vacinador para atender a todos), os responsáveis alegam falta de tempo suficiente para esperar por atendimento. Os quadros 02 e 03 abaixo mostram o déficit de recursos humanos por Unidade nos horários da manhã e tarde. O ideal seria disponibilizar 02 funcionários por turno, tendo em vista que o funcionamento é ininterrupto e as ações executadas por estes profissionais são inúmeras (atendimento ao cliente, preenchimento do cartão arquivo e da criança, aprazamento, preenchimento do boletim diário, fechamento do mapa mensal, administração do imunobiológicos, orientações antes e após a vacinação, verificação de temperaturas até mesmo nos fins de semanas e feriados, limpeza das geladeiras e repasse de estoque semanal).

Ressaltamos que o aumento populacional do Município de Porto Velho principalmente com a construção das usinas e medo de perde o benefício “bolsa família” e as exigências escolares pelo comprovante vacinal das crianças são alguns dos motivos que elevarão a demanda nas salas de vacinação com o objetivo manterem atualizado o cartão de vacina, levando ao aumento na carga de trabalho destes profissionais, muitas vezes exercem atividades acima do previsto pelo PNI, gerando desgaste físico e insatisfação dos mesmos.

Em função das atividades descritas anteriormente, torna-se cada vez mais difícil encontrar profissionais que queiram assumir tantas responsabilidades, mesmo com tantos funcionários capacitados pelo Município, o déficit ainda permanece nas unidades. A necessidade de manter as salas de vacinação com um quadro de recursos humanos suficiente é fator fundamental para o alcance das coberturas vacinais proposta pelo PNI e mantermos a qualidade dos serviços inerentes a Divisão de Imunizações.

Quadro 2 - Distribuição de Recursos Humanos em salas de vacinas, por Unidade de Saúde da Zona Urbana de Porto Velho/Julho de 2012.

Nº	Unidades Básicas de Saúde/Policlínicas	Nº. de vacinadores		
		Necessário	Existente	Déficit
01	**Unidade de Saúde da F Ana Adelaide**	4	0	4
02	**Unidade de Saúde da F Hamilton Raulino Gondin**	4	4	0
03	**Unidade de Saúde da F Manoel Amorim de Matos**	4	4	0
04	**Unidade de Saúde da F José Adelino**	4	4	0
05	**Policlínica Rafael Vaz e Silva**	3	3	0
06	**Unidade de Saúde da F Agenor de Carvalho**	4	3	1
07	**Centro de Saúde Mauricio Bustani**	4	4	0
08	**Unidade de Saúde da F Pedacinho de Chão**	4	4	0
09	**Unidade de Saúde da F Ronaldo Aragão**	4	3	1
10	**Unidade de Saúde da F São Sebastião**	3	2	1
11	**Unidade de Saúde da F Ernandes Índio**	4	2	2
12	**Unidade de Saúde da F Aponiã**	4	2	2
13	**Unidade de Saúde da F Socialista**	3	2	1
14	**Unidade de Saúde da F Mariana**	3	3	0
15	**Centro de Saúde Osvaldo Piana**	4	3	1
16	**Centro de Saúde Areal da Floresta**	3	3	0
17	**Unidade de Saúde da F Nova Floresta**	4	4	0
18	**Unidade de Saúde da F Renato Medeiros**	3	3	0
19	**Unidade de Saúde da F Caladinho**	3	3	0
20	**Unidade de Saúde da F Vila Princesa**	2	2	0
21	**Unidade de Saúde da F Santo Antonio**	2	1	0
22	**Hospital e Maternidade Mãe Esperança**	5	5	0
23	**Divisão de Imunizações - Extra Muro**	4	4	0
Total		**82**	**68**	**13**

Fonte: DI/DAB/SEMUSA

Quadro 3 - Distribuição de Recursos Humanos em salas de vacinas, por Unidade de Saúde da Zona Rural de Porto Velho /Dezembro

2012

Nº	Unidades Básicas de Saúde	Nº. de vacinadores		
		Necessário	Existente	Déficit
1	**Unidade de Saúde da F Benjamim Silva - Calama**	2	1	1
2	**Unidade de Saúde da F São Carlos**	2	2	0
3	**Unidade de Saúde da F Maria N da Silva - Nazaré**	2	2	0
4	**Unidade de Saúde da F Jacy Paraná**	4	2	2
5	**Unidade de Saúde da F Mutum Paraná**	2	2	0
6	**Unidade de Saúde da Família de Abunã**	2	1	1
7	**Unidade de Saúde da F União Bandeirante**	2	0	2
8	**Unidade de Saúde da F Fortaleza do Abunã**	2	2	0
9	**Unidade de Saúde da F Vista Alegre do Abunã**	2	1	1
10	**Unidade de Saúde da F Nova Califórnia**	2	2	0
11	**Unidade de Saúde da F Extrema**	2	1	1
12	**Unidade de Saúde da F Morrinhos**	1	1	0
13	**Unidade de Saúde da F Cujubim Grande**	1	1	0
14	**Unidade de Saúde da F Aliança**	1	1	0
15	**Unidade de Saúde da F Rio das Garças**	1	1	0
16	**Unidade de Saúde da F Rio Pardo**	1	0	1
Total		**29**	**20**	**09**

Fonte: DI/DAB/SEMUSA

Quadro 4 - Distribuição de Recursos Humanos em salas de vacinas, por Zona

Porto Velho /Dezembro 2012

Nº	Zonas	Nº. de vacinadores		
		Necessário	Existente	Déficit
1	**Zona Urbana**	82	68	13
2	**Zona Rural**	29	20	09
3	**Total**	111	88	22

Fonte: DI/DAB/SEMUSA

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No 1º semestre de 2012, a Divisão realizou 01 capacitação em sala de vacina para enfermeiros e técnicos de enfermagem, deixando um total de 20 profissionais aptos a desenvolverem todas as atividades da sala de vacina, e 01 capacitação específica em BCG, para técnicos já capacitados em sala de vacina, com a participação de 12 treinados. Os Profissionais capacitados como multiplicadores desta Divisão de Imunizações foram convidadas há realizar no município de Ji-Paraná e na cidade de Lábrea/AM, atuando como monitoras na realização de capacitação em sala de vacina, promovida pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), com o apoio do secretário municipal de saúde, o qual facilitou a participação das mesmas nessa parceria com o Ministério da Saúde, onde foram treinados 40 profissionais em sala de vacina.

TREINANDOS DA ZONA RURAL

Fonte Div. Imunização2012

Quadro 05 - Distribuição de capacitações realizada no 1º semestre de 2012

Capacitação em Sala de Vacinação				
Distritos	Capacitação	Função	Quantidade	Órgão executor
Zona Rural e Urbana	Só vacina BCG	Téc. Enfermagem	12	SEMUSA/DAB/DI
Zona Rural	Sala de vacina + BCG	Téc. Enfermagem	04	
Zona Urbana	Sala de vacina + BCG	Enfermeiros e Téc. Enfermagem	16	

Total	32

CAPACITAÇÃO EM SALA DE VACINAÇÃO
UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA PEDACINHO DE CHÃO

Fonte: Div. de Imunização 2012.

Capacitação em vacina BCG 2012 M.M.M.E

Fonte: Div. de Imunização 2012.

Iniciamos o ano com a atividade de Monitoramento Rápido de Coberturas Vacinais (MRCV) proposta pelo Ministério da Saúde, para todos os municípios que não alcançaram os 100% de cobertura vacinal na intensificação da vacina contra o sarampo, ocorrida no semestre passado. Esta atividade teve como resultado um total de 2.144 casas visitadas distribuídas entre zona rural e urbana, com cerca de 2.722 crianças menores de cinco anos com seus cartões de vacina avaliados.

ABERTURA DA CAMPANHA DA GRIPE 2012

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO

campanha da gripe, realizada no mês de maio do ano corrente, teve como resultado, a vacinação de 45.762 pessoas nas faixas etárias selecionadas pelo Ministério da Saúde, o que corresponde a 97,19% da população selecionada, e mais uma vez a meta (80%) foi alcançada e ultrapassada. Concomitante à campanha realizada em todas as nossas UBS, tivemos uma equipe fazendo a vacinação dos idosos acamados, e nesta ação foram vacinados em suas residências um total de 135 idosos com a vacina da gripe e a vacina contra pneumonia (Pneumo 23).

Seguimos com a realização da I etapa da Campanha de Vacinação contra Poliomielite, com um total de 36.525 crianças vacinadas, o que corresponde a 99,62% da população prevista. A Divisão de Imunizações mais uma vez conseguiu alcançar a meta preconizada pelo Ministério da Saúde.

ABERTURA DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA POLIOMIELITE

CRECHE MUNICIPAL DO BAIRRO CIDADE DO LOBO

Fonte: Div.Imunização 2012

Concomitante com as atividades já descritas, esta Divisão mantém algumas atividades de rotina, dentre os quais destacaremos a seguir:

* Abastecimento da rede municipal com imunobiológicos;

- ✓ Distribuição semanal de imunobiológicos para as salas de vacinas urbanas, incluindo os distritos e localidades rurais cobertas pelo ESF, Maternidade Municipal, Hospital de Base e CEMETRON;
- ✓ Coordenação da vacinação de rotina nas Unidades Básicas de Saúde – UBS;
- ✓ Supervisão em todas as salas de vacina e educação continuada;

- ✓ Investigação de 09 casos de Eventos Adversos Pós Vacinais (EAPV) com confirmação de 07 casos e 02 foram descartados;
- ✓ Coordenação e execução de atividades “extra muro”, onde atendemos a solicitação de presídios, empresas, repartições públicas e privadas, escolas, canteiros de obras, dentre outros, e encaminhamos uma equipe de vacinadores para vacinar pessoas que em do horário de trabalho ou privação social, não têm disponibilidade de se deslocarem até uma UBS para atualizarem seus esquemas vacinais;
- ✓ Verificação de temperatura das geladeiras da Rede de Frio Municipal finais de semanas e feriados;
- ✓ Reuniões técnicas com vacinadores, diretores e enfermeiros;
- ✓ Consolidação dos boletins de doses aplicadas recebidas de todas as Unidades da zona urbana, rural, Hospital de Base, CEMETRON e Maternidade Municipal;
- ✓ Envio mensal dos Boletins mensais para alimentação do Sistema Estadual e Nacional de Informação do PNI;
- ✓ Participação em eventos inerentes à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho;
- ✓ Participação de eventos inerentes ao PNI;
- ✓ Capacitação de 20 técnicos de enfermagem em sala de vacinação e mais 12 profissionais somente em BCG.

Os quadros abaixo demonstram as atividades desenvolvidas diariamente nas unidades de saúde, onde se observa o aumento na procura por imunobiológicos.

Quadro 5 - Cobertura vacinal em menor de um ano.

Porto Velho – 1º semestre de 2012

Meta	Vacinas	Crianças Vacinadas	Cobertura %
7.735	BCG	4.385	113,4
	Hepatite B	4.253	110,0
	Poliomielite	3.949	102,1
	Tetravalente	3.889	100,6
	Febre Amarela	4.258	110,1
	Rotavírus	3.398	87,9
	Pneumo 10	3.805	98,4
	Meningocócica	4.321	111,7

Fonte: **API/DI/DAB/SEMUSA**

Quadro 6 - Comparativo de Doses aplicadas e Cobertura vacinal em menor de um ano.

Porto Velho – Junho/2011 e 2012

Vacinas	**Crianças Vacinadas**	**Cobertura (%)**

	2011	2012	2011	2012
BCG	4.602	4.385	119,0	113,4
Hepatite B	4.253	4.253	110,0	110,0
Poliomielite	4.221	3.949	109,1	102,1
Tetravalente	4.240	3.889	109,7	100,6
Febre Amarela	3.979	4.258	102,9	110,1
Rotavírus	3.149	3.398	81,4	87,9
Pneumo 10	2.561	3.805	66,2	98,4
Meningocócica tipo C	4.288	4.321	110,9	111,7

Fonte: **API/DI/DAB/SEMUSA**

Nos quadros acima, observa-se que no primeiro semestre de 2012 houve variação nas coberturas vacinais em relação ao ano de 2011, mantendo as coberturas com as vacinas BCG, Poliomielite, Tetravalente. As vacinas Pneumo 10 valente e Meningocócico tipo C, que estão prestes a completar 02 anos de implantação apresentaram um aumento significativo em sua cobertura em relação ao início da introdução dos imunobiológicos no calendário básico de vacinação infantil. A vacina Febre Amarela e Rotavírus tiveram a meta atingida, provavelmente pela ampla divulgação da necessidade de imunização, pela conscientização dos pais e pela exigência dos projetos sociais do governo federal, como bolsa família.

Os resultados positivos alcançados pelo programa de Imunização no município de Porto Velho devem-se principalmente ao apoio incondicional dos gestores envolvidos, tanto na Secretaria de Saúde como nas UBS, juntamente com a participação dos profissionais atuantes e comprometidos com suas atividades.

Quadro 7 - Demonstrativo Comparativo de Coberturas Vacinais em Campanha de Vacinas,

Segundo Ano de Realização.

Porto Velho – Junho /2011 e 2012.

Ordem	Campanhas	ANO DE APLICAÇÃO			
		2011		2012	
		Doses aplicadas	%	Doses aplicadas	%
1.	Campanha de Vacinação Contra o Vírus da Gripe	39.514	84,72	45.762	97,19

2.	I Etapa da Campanha Contra a Poliomielite	35.790	97,61	36.525	99,62

Fonte: API/DI/DAB/SEMUSA

Os trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Imunização junto ao PNI, mostrando que em todas as Campanhas de Vacinação realizadas no 1º semestre de 2012 as metas foram superadas.

Quadro 8 - Demonstrativo Comparativo de Doses Aplicadas em Rotina,

Segundo Ano de Aplicação e Tipo de Vacinas.

Porto Velho – Junho/2011 e 2012.

Ordem	Vacinas	ANO DE APLICAÇÃO	
		1º Semestre 2011	1º Semestre 2012
1.	BCG	4.660	4.423
2.	Hepatite B	28.316	34.002
3.	Rotavírus	7.118	7.977
4.	Poliomielite	17.500	18.202
5.	Tetravalente	13.218	12.986
6.	Pneumo 10 V	15.037	16.136
7.	Meningo C	13.344	12.654
8.	Dupla Adulto	34.279	33.833
9.	Tríplice Viral (VTV)	10.079	9.503
10.	Tríplice Bacteriana (DTP)	8.317	8.317
11.	Raiva Humana	3.299	2.689
12.	Febre Amarela	23.452	23.680
13.	Influenzae (Campanha Idoso e outros)	39.514	45.762
14.	Poliomielite (Campanha) I Etapa	35.790	36.525
Total		**253.923**	**266.689**

Fonte: API/DI/DAB/SEMUSA

No quadro acima, observa-se que no primeiro semestre de 2012, houve um aumento na administração de quase todas as vacinas. O aumento populacional decorrente da procura de trabalho nas usinas em construção no Estado, foi um dos fatores que elevou a cobertura vacinal de imunos como, a contra a Febre Amarela e a Hepatite B. Em relação à Campanha da Influenza sazonal, houve a inclusão de novo grupos, destinados a receber a dose da vacina, aumentando público a ser vacinado no período da campanha.

É importante ficar bem claro, que o objetivo final de um programa de vacinação não é simplesmente obter altas coberturas, mas reduzir a morbidade e a mortalidade das doenças-alvo. Sabe-se, por outro lado, que essa redução só será observada se as coberturas vacinais propostas pelo PNI, forem alcançadas e mantidas.

No 1º semestre de 2012 foram alcançadas não somente metas, mais continuamos a realizar sonhos aumentando o numero de profissionais com capacitação em sala de vacinação incluído vacina BCG na área rural, melhorando e facilitando o atendimento da população dos Distritos localizados ao longo da BR 364 e agora no baixo madeira com o funcionamento em loco das salas de vacinação dos distritos de Calama e São Carlos mantendo o calendário atualizado o calendário vacinal também das comunidades adjacentes.

A Divisão de Imunizações vem desenvolvendo suas atividades com algumas dificuldades, necessitando de adequação no âmbito da rede física e de recursos humanos. Faz-se necessário um esquema de manutenção de equipamentos inerentes ao Programa de imunizações, implantação de um sistema informatizado em rede para todas as Unidades de Saúde e uma veiculação na mídia levando informação para população quanto à necessidade e importância de manter os esquemas vacinais em dia, bem como a importância de conservar o cartão e/ou caderneta de vacinação, pois é lá onde se encontra a situação vacinal de cada cidadão.

Através destas mudanças, a Divisão Imunizações, alcançará todas as metas propostas pelo PNI, que é a promoção de proteção contra as doenças imunopreveníveis.

6.1.5 DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Assistência Farmacêutica							
Objetivo do PMS: 1: Implantar a melhoria do controle de estoque e o do uso racional dos medicamentos na rede municipal de saúde.							
Meta do PAS: 1) Implantar a dispensação de medicamentos da Atenção Básica e de média complexidade sob gerenciamento do profissional farmacêutico em todas as unidades do município							
Ação Anual da PAS:	**Meta Anual da PAS**	**Recursos Orçamentários da PAS (R$)**	**Fonte do recurso**	**Responsáveis**	**Prazo**	**Indicador**	**Atividades**
1.1 – Solicitar a contratação progressiva	**Prevista**	**Previsto**					**Contratação**

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Assistência Farmacêutica							
Objetivo do PMS: 1: Implantar a melhoria do controle de estoque e o do uso racional dos medicamentos na rede municipal de saúde.							
Meta do PAS: 1) Implantar a dispensação de medicamentos da Atenção Básica e de média complexidade sob gerenciamento do profissional farmacêutico em todas as unidades do município							
de recursos humanos para atender as farmácias da rede municipal. 1.2 – Padronizar os serviços de dispensação e controle de estoque nas unidades. 1.3 – Implantar o sistema de informatização de controle de estoque nas unidades interligado com a central de medicamentos.	**1 CAP's i** **1 / UPA** **2 / José Adelino** **2 Hamilton Gondim** **2 Amorim de Matos** 100% dos serviços padronizados e com controle de estoque 100 % das Unidades informatizadas			DAB/DIV. APOIO A FARMÁCIA /GAB/ SEMUSA		Nº de farmácia funcionando com profissional farmacêutico	**progressiva de profissionais farmacêuticos, mediante concurso publico, para suprir a demanda de rede municipal de saúde.** **Pactuar junto as unidades de saúde protocolos de Dispensação de medicamentos, e controle sistemático de estoque.** **Atividade não realizada**

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Assistência Farmacêutica							
Objetivo do PMS: 1: Implantar a melhoria do controle de estoque e o do uso racional dos medicamentos na rede municipal de saúde.							
Meta do PAS: 1) Implantar a dispensação de medicamentos da Atenção Básica e de média complexidade sob gerenciamento do profissional farmacêutico em todas as unidades do município							
Ação Anual da PAS: 2.1 – Viabilizar a aquisição e fornecimento dos medicamentos conforme a Portaria nº. 4217 GM/MS. 2.2 – Dotar a central de medicamentos de materiais e mobiliários específicos (estantes,estrados, central de ar...) para o adequado condicionamento dos medicamentos. 2.3 – Adquirir transporte para dispensação dos medicamentos para as Unidades urbanas e distritais	**Meta Anual da PAS**	**Recursos Orçamentários da PAS (R$)**	**Fonte do recurso**	**Responsáveis** DIV. de Apoio a Farmácia	**Prazo**	**Indicador**	**Atividades**
	Prevista	**Previsto**					**2.1 – Programar a**

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Assistência Farmacêutica							
Objetivo do PMS: 1: Implantar a melhoria do controle de estoque e o do uso racional dos medicamentos na rede municipal de saúde.							
Meta do PAS: 1) Implantar a dispensação de medicamentos da Atenção Básica e de média complexidade sob gerenciamento do profissional farmacêutico em todas as unidades do município							
	100% da listagem adquirida **100% dos mobiliários adquiridos** **01 caminhão baú**					Percentual de Farmácias Básicas com disponibilidade de 100% dos medicamentos pactuados em CIB.	**freqüência de aquisição de medicamentos.** **Selecionar os itens a ser adquiridos, formalizar processo para a compra.** **Programar junto às unidades de saúde a respeito da logística de entrega de mapas e recebimento de medicamentos.** **2.2 Adquirir refrigeradores para o acondicionamento de medicamentos termolábeis, adquirir novas estantes e *Pallets* afim de otimizar a organização dos medicamento.** **2.3 Adquirir um veículos, tipo caminhão baú, para transporte adequado de medicamentos, tanto nas unidades urbana, quanto nas unidades distritais.**

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Assistência Farmacêutica							
Objetivo do PMS: 1: Implantar a melhoria do controle de estoque e o do uso racional dos medicamentos na rede municipal de saúde.							
Meta do PAS: 1) Implantar a dispensação de medicamentos da Atenção Básica e de média complexidade sob gerenciamento do profissional farmacêutico em todas as unidades do município							

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Assistência Farmacêutica							
Objetivo do PMS: 1: Implantar a melhoria do controle de estoque e o do uso racional dos medicamentos na rede municipal de saúde.							
Meta do PAS: 1) Implantar a dispensação de medicamentos da Atenção Básica e de média complexidade sob gerenciamento do profissional farmacêutico em todas as unidades do município							
Ação Anual da PAS: 3.1 – Pactuar e padronizar junto as Comissões Intergestoras Bipartite os medicamentos e/ou fluxos de dispensação. 3.2 – Adquirir os itens definidos para dispensação municipal.	**Meta Anual da PAS**	**Recursos Orçamentários da PAS (R$)**	**Fonte do recurso**	**Responsáveis**	**Prazo**	**Indicador**	**Atividades**
	Prevista	**Previsto**		DAB/DIV. de Apoio a Farmácia		Proporção de medicamentos referentes as clínicas especializadas pactuados e adquiridos mediante Termo estabelecido	**Harmonizar junto as unidades de saúde os protocolos e fluxo de Dispensação de medicamentos.** **Formalizar processo licitatório para aquisição dos medicamentos padronizados para serviços especializados, e de media complexidade.**

Divisão de Farmácia Básica

A Divisão de Apoio à Farmácia (DAF/SEMUSA) faz parte do Departamento de Atenção Básica (DAB) da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), esta Divisão atende toda a atenção Básica e o Pronto-Atendimento da rede pública municipal de saúde do município de Porto Velho-Ro. Sendo esta composta por UPA's 24h, NASF Hamilton Gondin e NASF Manoel Amorin de Matos, Policlínicas 24h, Centro de Especialidades Medicas, três Centros de Atenção Psicosocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde da zona urbana e rural, esta ultima composta pelos distritos da BR 364 até a divisa com o Estado do Acre e distritos localizados à margem do Rio Madeira. Atendemos ao Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), e a Maternidade Municipal.

ATIVIDADES REALIZADAS: Durante o exercício de 2012, deu-se continuidade às políticas de ampliação da assistência farmacêutica, intensificaram-se as inspeções junto às unidades de saúde, dois processos de Registro de Preço de Medicamentos foram concluídos nesse período, afim de que não haja desabastecimento durante o exercício de 2013, e ainda deu-se inicio ao processo 08.00425/212, onde o mesmo se refere à aquisição de todos os itens do estoque de medicamentos de nossa padronização com sua memória de calculo devidamente ajustada, através de Sistema de Registro de Preço. Durante as inspeções as unidades de saúde, orientamos os responsáveis sobre o acondicionamento adequado, e também quanto ao descarte correto de medicamentos avariados e/ou vencidos.

FOTOS DAS INSPEÇÕES ÀS UNIDADES DE SAÚDE:

FARMÁCIA POPULAR
Diretriz do PMS:Fortalecimento da Assistência Farmacêutica
Objetivo do PMS: AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL EM PORTO VELHO
Meta do PAS: IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE NA ZONA SUL

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO SEMESTRE	Previstos	Executados	
1.1 Reinteirar proposta de adesão e termo de compromisso enviada em 2009 de mais uma unidade para porto ao ministério da saude/programa farmácia popular do brasil.	100%	50%	2 - Reiterar proposta ao Secretário Municipal de Saúde	50%			Decisão da SEMUSA - Não implantar Farmácia Zona Sul no ano de 2012, para realizar em 2013.
1.2-Responder e proceder a todas as solicitações do ministério da saude para a instalação de nova unidade do programa.	100%	0%	2 - Fazer viagem para encontrar com Representante das Populares no Brasil	0%			

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Assistência Farmacêutica
Objetivo do PMS: FORTALECER A EXPANSÃO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL
Meta do PMS: FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO DAS UNIDADES INSTALADAS NO CENTRO E ZONA LESTE

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO SEMESTRE	Previstos	Executados	
1. Adquirir mobiliários para reposição dos inserviveis e atendimento de outras necessidades	Adquirir 80% dos mobiliários	20%	4.1 - Realizar levantamento de necessidades	100%			
			4.2 instaurar processo de aquisição	50%			
			4.3 - Acompanhar processo de aquisição	0%			
			4.4- Distribuir conforme necessidades	10%			
2. Realizar treinamento especificos em farmácia para os novos servidores, bem como a atualização para os lotados nas unidades.	Todos os convocados e profisisonais lotados nas unidades	100%	2.1 - Realizar estudo teórico sobre a farmacia popular	100%			Os treinamento são realizados de acordo com os servidores convocados e lotados, sendo que os treinamento são continuados.
			2.1 - Realizar treinamento prático	100%			

O Programa Farmácia Popular do Brasil faz parte da Política de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, buscando ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), órgão do Ministério da Saúde é executora do Programa, adquire os medicamentos de laboratórios farmacêuticos públicos ou do setor privado, quando necessário, e disponibiliza nas Farmácias Populares a preço de custo.

O programa vem atendendo toda a população que necessita, e também dirigido, sobretudo, as pessoas que interrompem o tratamento por não conseguirem arcar com o preço dos remédios. Os usuários das farmácias populares recebem atendimento personalizado, realizado por farmacêuticos e profissionais qualificados para orientar sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. A única condição para aquisição dos medicamentos disponíveis nas Farmácias Populares é a apresentação de uma receita médica ou odontológica. Essa exigência busca evitar a automedicação, que pode causar intoxicações ou mascarar sintomas de doenças importantes.

Hoje o programa facilita o acesso a uma lista de mais de 120 apresentações de medicamentos classificados como essenciais, além de preservativo masculino. São medicamentos da atenção básica que atendem a cerca de 80% das doenças que atingem a população, e hoje a Farmácia possui os Programas Federais "Saúde não tem preço" e "Brasil Carinhoso" que disponibiliza gratuitamente os medicamentos de Hipertensão arterial, Diabetes e Asma.

PÚBLICO ALVO

O Programa visa atender todos os munícipes, bem como, pacientes de outros municípios vizinhos, além de todos que procuram as unidades munidas de receituário médico público ou privadas para adquirirem os medicamentos prescritos, sendo a dispensação feita de acordo com a padronização da gerência técnica do Programa - Fiocruz.

ATIVIDADES REALIZADAS

- Reuniões continuadas da Direção com os Gerentes Técnicos das duas Unidades FPB:
- Foram feitas reuniões periódicas;
- Reuniões continuadas com os Servidores das duas Unidades FPB:
- Foram feitas reuniões contínuas de acordo necessidade;
- Acompanhamento e conclusão do Processo de aquisição de Uniformes:
- Processo 08.002084/11 foi concluído com êxito o processo com o recebimento dos uniformes;
- Acompanhamento e conclusão do Processo para aquisição de Painéis de Senhas Digitais para as duas unidades FPB:
- Processo 08.002223/11 foi recebido e distribuído os Painéis para as duas Unidades FPB;
- Acompanhamento de Processo para aquisição de Automóvel (carro**)** para atender as necessidades da Direção e as Gerências de Unidade FPB:
- O processo 08.002291/11 se encontra no Patrimônio/SEMUSA para recebimento dos mesmos;
- Acompanhando e conclusão do processo de Aquisição de **"Kit de Internet Wirelles"** da Prefeitura para Unidade Centro:
- Processo 08.0054/12 foi concluído com sucesso a instalação da mesma;
- Montagem, acompanhamento e conclusão do Processo para Aquisição de Centrais de Ar para Unidade Leste:
- Processo 08.001046/12 concluído com êxito, centrais de Ar foram instaladas na Unidade;
- Instauração e finalização de processo de Suprimento de Fundo para atender as necessidades emergências das unidades:
- Foram feitos três suprimentos para atender as necessidades;
- Processo para confecção de Notas Fiscais para as duas unidades:
- Processo 08.002083/11, paralisado, esperando autorização para confecção das notas;
- Informativos para colocar no Link do Site da Prefeitura:
- Foram atualizadas as informações constantes no Site:
- Confecção de Banners e Adesivos informativos para atender as duas unidades:
- Foram feitos para atender as duas Unidades;
- Busca por isenção de Taxas, relacionado aos Alvarás de Funcionamento da Farmácia Popular:
- Ação realizada, as isenções serão a partir de 2013;
- Elaboração de Prestação de Contas do 1º, 2° e 3º Trimestre / 2012 dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde para a Secretaria Municipal de Saúde, referente a contrapartida para manutenção do Programa junto ao Contador da SEMUSA:

- Foram feitas as prestações nas datas previstas para as quitações (Fiocruz);

➢ Busca por incentivos salariais aos Servidores Públicos da Farmácia Popular (particularidade do serviço desenvolvido, Ex: auxílio caixa):

- Essa ação será possível com a criação do incentivo através Lei-municipal, retomar ações em 2013;

➢ Acompanhamento de processo de Reforma da Unidade Leste:

- Não foi possível a reforma, processo 08.000496/11 em andamento (PGM);

➢ Melhora na Velocidade do ponto de Internet da Unidade Leste para 1MB estável:

- Aditivo em processo da SEMUSA, internet melhorou mais de 99%.

➢ Montagem e Acompanhamento do processo de Aquisição de Câmeras de Segurança:

- Processo 08.001097/11 em andamento, previsto para 2013;

➢ Sistematização para aquisição de Mobiliário para atender as duas Unidades FPB:

- Processo em montagem, previsto para 2013;

➢ Recebimento de Material Permanente: Cadeiras, gaveteiros e Bebedouros para as duas Unidades:

- Materiais do processo 08.002222/11, com entrega neste ano.

➢ Processo de Rede Lógica como Aditivo de reforma:

- Paralisado devido Processo de Reforma está em Análise na PGM;

➢ Montagem e acompanhamento de Processo para Adquirir Impressoras Fiscais e Não Fiscais para Unidade Centro:

- Processo 08.001064/12 em Andamento, previsto para início de 2013;

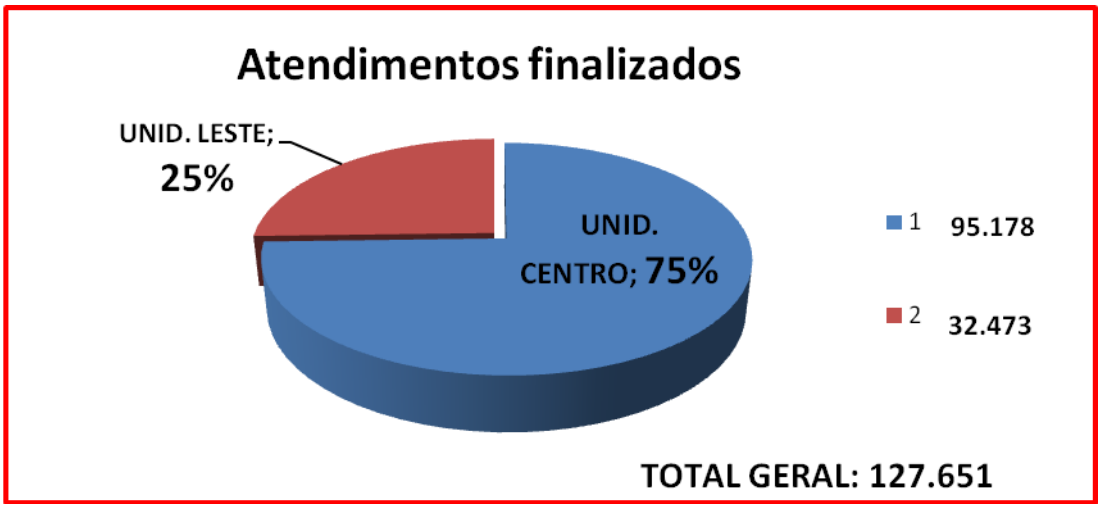
➢ Levantamento de Necessidade de Reparos e Melhora na Estrutura da Unidade Centro.

QUANTITATIVO DE ATENDIMENTOS (FINALIZADOS) DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL/SEMUSA - ANO 2012

QUANTITATIVOS DE ATENDIMENTOS CONCLUÍDOS NAS DUAS UNIDADES			
MÊS	**UNIDADE CENTRO**	**UNIDADE LESTE**	**TOTAL MENSAL**
JANEIRO	6084	2588	8672
FEVEREIRO	6515	2493	9008
MARÇO	7685	2811	10496
ABRIL	6490	2162	8652
MAIO	8151	2621	10772
JUNHO	7809	2364	10173
JULHO	9007	2942	11949
AGOSTO	9379	3032	12411
SETEMBRO	7986	2617	10603
OUTUBRO	8881	3152	12033
NOVEMBRO	8677	2826	11503
**DEZEMBRO	8514	2865	11379
TOTAIS	**95.178**	**32.473**	**127.651**
Obs.: **os dados de DEZ foram feitos por média dos últimos 3 meses			

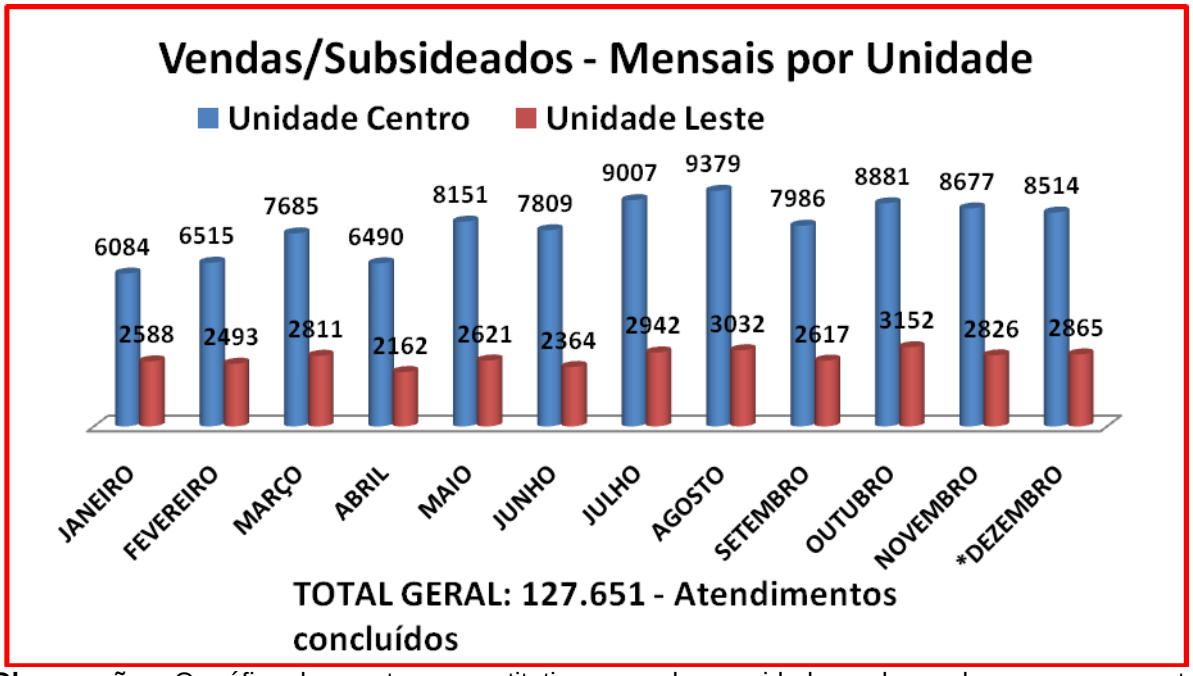
Obs.: Esses valores são apenas as “Vendas Concluídas”, estima-se que a Farmácia Popular atende cerca de mais 40% desses valores em atendimento sem vendas, ou seja, a Orientação Farmacêutica aos Usuários da Farmácia Popular; no que daria um total de mais ou menos **178.711** (venda + orientação farmacêutica) nas duas unidades de Porto Velho, apenas nesse ano de 2012.

Grafico 27 - Atendimentos por unidade do programa farmácia popular do BRASIL/SEMUSA – ano 2012



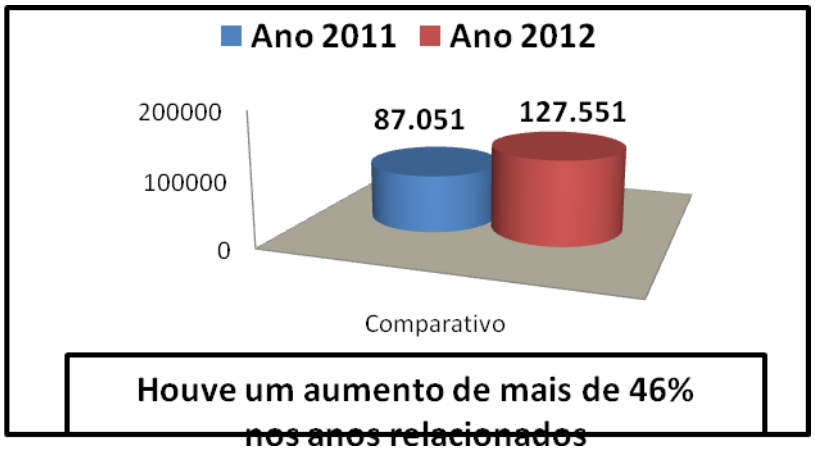
Observações: A unidade Centro continua concentrando a maior procura, foi observado que a mesma atende praticamente toda população da Zona-Sul da Cidade, bem como sua proximidade com os serviços de saúde privados da capital e concentração dos serviços bancários, bem como oferta de comércios; A unidade Leste **25%** atendimentos, porcentagem esta devido à região atender em sua maioria os serviços públicos de saúde.

GRÁFICO 28 - Vendas/Subsideados de Medicamentos do Programa Farmácia Popular do Brasil/Semusa- Ano 2012



Observações: O gráfico demonstra o quantitativo mensal por unidade, onde se observa um aumento constante.

GRÁFICO 29 - COMPARATIVO DE ATENDIMENTOS DO ANO 2011 X 2012



Esse aumento se deu devido divulgação dos Programas “Saúde não tem Preço”, “Brasil Carinhoso” que disponibiliza os medicamentos Gratuitos para Diabéticos, Hipertensos e Asmáticos, bem como o baixo preço (preço de fábrica) dos outros medicamentos. Assim foi obtido um crescimento constante nos Atendimentos nas duas unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil, precisando também ampliar o número de Funcionários.

Foi observado que, 70% das receitas médicas/odontológicas são originadas das entidades Públicas (Estado e Município), assim reafirma que o Programa Farmácia Popular do Brasil faz parte da “Atenção Básica de Saúde”, suprindo as necessidades principalmente quando há faltas dos medicamentos nos Postos de Saúde. Fato esse que reafirma a credibilidade e necessidade do serviço prestado à população.

Demonstrativos das atividades realizadas

- Processo de aquisição de Painéis de Senhas para as duas Unidades – com êxito;

- Processo de aquisição de cadeiras, gaveteiros e bebedouros para as duas Unidades – com êxito;

- Processo de Aquisição de **“Kit de Internet Wirelles”** para unidade Centro – com êxito

- Processo de aquisição e instalação de Centrais de Ar para Unidade Leste – Com êxito

- Processo de Aquisição e de Uniformes - com êxito

- Atendimentos e/ou Cuidados Farmacêuticos

Obs.: estima-se que a Farmácia Popular atende cerca de mais 40% dos valores de vendas concluídas, ou seja, atendimento sem vendas -Orientação Farmacêutica aos Usuários que procuram os Farmacêuticos da Farmácia Popular; no que daria um total de mais ou menos **178.711** (venda +

orientação farmacêutica) atendimentos nas duas unidades de Porto Velho, apenas nesse ano de 2012.

- Aumento de mais de 46% na procura pelos atendimentos das Farmácias FPB

6.1.6 Ações anuais da Divisão de Programas Especiais

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica
Objetivo do PMS: Ampliar as Medidas de Prevenção/ Promoção em Saúde Pública
Meta do PMS: Implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Aumento da cobertura para 50% de acompanhamento nutricional as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1. Capacitar Agentes Comunitários de Saúde e Técnicos de Enfermagem em antropometria;	• 90% dos Agentes Comunitários de Saúde. • 90% dos Técnicos/Auxiliares de Enfermagem	0%	1.1. Levantamento de profissionais por UBS;	realizado	**Recurso do Financiamento de Alimentação e Nutrição – FAN/MS/2011. R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**		As atividades programadas para o 1º semestre/12 não aconteceram, devido à morosidade da entrega dos equipamentos referentes ao processo nº. 08.001766/2010 (equipamentos antropométricos) • 01 item deste processo ainda não foi entregue e não há prazo para entrega (balanças digitais portáteis)
			1.2. Capacitação em Antropometria para Agentes Comunitários de Saúde; e Técnicos da Triagem das UBS da zona urbana .	0%			

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			1.3. Emissão de Relatório (percentual de participantes) da Capacitação.	0%			
			1.4. Elaboração de Termo de Referência para Lanches.	0%			
2. Capacitação de Enfermeiros e Pessoal da área administrativa em Vigilância alimentar e nutricional e Programa Bolsa Família.	• 70% dos Enfermeiros; • 70% dos Técnicos/Auxiliares de Enfermagem.	0%	2.1. Levantamento de profissionais Enfermeiros e Técnicos administrativos por USF;	realizado	**Recurso da Secretaria de Estado da Saúde – Financiamento de Alimentação e Nutrição – FAN/MS/2011**		Inicialmente a Capacitação do SISVAN, seria realizado com recurso da SESAU, porém, a mesma não cumpriu com o acordo. • A capacitação acontecerá mediante a disponibilização de equipamentos de informática às Unidades de Saúde.
			2.2. Descentralização do SISVAN e Sistema Bolsa Família.	0%			
			2.3. Emissão de Relatório (percentual de participantes) da Capacitação.	0%			

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
3. Estruturar as Unidades Básicas de Saúde com insumos e equipamentos necessários ao acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e Vigilância Alimentar e Nutricional.	100% das Unidades de Saúde da zona rural e urbana.	100%	3.1. Levantamento do quantitativo de Unidades de Saúde da zona rural e urbana.	100%	**Recurso do Financiamento de Alimentação e Nutrição – FAN/MS/2009/2011.** **R$ 203.000,00 (duzentos e três mil reais)**	**R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais).**	Este recurso ainda não foi gasto em sua totalidade, devido o processo nº 08.001766/2010 (equipamentos antropométricos: trena antropométrica, estadiômetro portátil, régua antropométrica infantil e adulto portátil, balança mecânica pediátrica e adulta, balança adulto para obesos, balanças digitais portáteis, esfigmomanômetro infantil e para obesos) ainda estar em andamento, pois há um item a ser entregue (balanças digitais portáteis).• 100% das Unidades de Saúde estão equipadas com 90% dos equipamentos antropométricos.
			3.2. levantamento das necessidades de equipamentos de antropometria por USF.	100%			
			3.3. Distribuição dos equipamentos de antropometria para as USF.	100%			
			3.4. Levantamento dos insumos para acompanhamento do usuário junto as UBS para posterior reposição.	100%			

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			3.5. Provisão de materiais de consumo mensal.	100%			
			3.6. Emissão de Relatório dos materiais antropométricos disponibilizados.	100%			
4- Manter o Sistema de Informações do Bolsa Família atualizado.	50% de acompanhamento das famílias do PBF.	64%	4.1. Realizar 02 chamadas nutricionais anuais através das ESF e por mídia.	4.1 Realizado parcialmente (01 chamada no 1º semestre/2012).	**Recurso da Secretaria de Estado da Saúde – Financiamento de Alimentação e Nutrição – FAN/MS/2011. R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**		A descentralização da base de dados do Bolsa Família acontecerá mediante a disponibilização de equipamentos de informática (computador, impressora, internet, aumento de potência do link disponível) às Unidades de Saúde. A descentralização da base de dados foi reprogramada para 2013.
			4.2. Atualizar e descentralizar a base de dados.	4.2 Realizado (atualização diária do sistema do PBF);			
			4.3. Monitorar e acompanhar a alimentação do sistema nas unidades.	4.3 Não realizado.			

Divisão de Programs Especiais
Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica
Objetivo do PMS: Ampliar as Medidas de Prevenção/ Promoção em Saúde Pública
Meta do PMS: Redução de 5% no índice de óbitos por câncer cérvico uterino e de mama

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1. Aumentar a oferta de exames preventivos nas unidades básicas de saúde.	1. 21 % a meta de coleta de preventivo de mulheres de 25 a 64 anos , que realizam o PCCU.	Razão de exame citopatológicos de 25 a 64 anos : 0,54 (Janeiro a outubro); Percentual de exames realizados (janeiro a outubro 2012) de 25 a 64 anos; 78%.	1. Consolidação dos dados do período de coleta de PCCU/2012 Com liberação do boletim informativo por trimestre para as equipes da ESF.	Realizado			• Envio para as unidades de Saúde da Família o boletim trimestral da quantidade de preventivo e laminas insatisfatória - totalizando quatro boletins /ano. Encaminhado um boletim com avaliaçao das açoes de rastreamento do cancer de colo de utero de 2009 a 2012 para os profissionais e setores envolvidos nessa atividade • Visita a algumas unidades para monitoramento do PMAQ. (Agenor de Carvalho , São Sebastião), período de maio.
			2. Determinação de metas e avaliação pactuada pelo PMAQ/DAB.	Realizado			
			3. Ação no dia internacional da mulher	Realizado			

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			4. Divulgação na mídia da importância do exame colpocitológico e disponibilidade da rede.	Realizado			
			5.Confecção de material informativo para auxiliar as equipes da ESF na educação e saúde	Realizado			
2- Garantir acesso dos usuários acompanhados ao tratamento especializado no Centro de Referência de Saúde da Mulher	1. Garantir 100% de atendimento as usuárias que procuram serviço 2.Garantir o acompanhamento do seguimento das mulheres com alterações cito em 45%	1. 100% 2. 49,53 %	1. Prover materiais permanentes e de consumo necessários.	Realizado			1. Processo elaborado para aquisição de materiais permanentes e de consumo aguardando remanejamento orçamentario. 2. Capacitação de tecnicos para atuarem no Siscolo em fase de implementação com monitoramento pela Coordenação saude da mulher.3. As usuarias com diagnosticos de 2010, 2011 e 2012 estão sendo contactadas por telefone pela psicologa CRSM.
			2 . Descentralizar SISCOLO para o centro de referencia da mulher .	Parcialmente realizado			

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			3 . Realizar busca ativa das mulheres faltosa através das ESF.	Realizado			
3-Fortalecer as atividades de educação em saúde junto as Associações de moradores, nas escolas, Igrejas e outros locais de fácil acesso a comunidade;	1. Realizar mobilizações junto com a comunidade associação de moradores ,escolas Igrejas	Realizado	1 Realizar atividades educativas em associações e escolas	realizado			1. Realizado ações educativas em empresas e escolas pela coordenação de saúde da mulher e adolescentes. 2. Atividades educativas fazem parte do cronograma mensal das ESF.3. Atividades educativas foram desenvolvidads pela equipe do Niemsus de acordo com a solicitação da clientela ou das USF ou da comunidade / sociedade civil
			2 Confecção de materiais educativos .	Realizado			
4 Construir novo Centro de Referência de Saúde da Mulher	Construir 01 centro de referencia da mulher no espaço da maternidade mãe Esperança.		Elaboração de Projeto	Não realizado			A coordenação Saude da mulher esta acompanhando o processo de elaboração e construção do novo CRSM

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
		Realizado	1. Implantação do SIS mama	Realizado			● Participação de técnica do setor VIII Encontro de coordenadores das ações de controle dos cânceres de colo do útero e de mama no período de 16 a 18 de maio de 2012.
5-.Implantar a oferta de mamografia como apoio diagnóstico na rede municipal	Implantação do mamógrafo no Centro de Especialidade Médica		2. Capacitação dos profissionais para digitação e seguimento do sistema .	não realizado			Articulação para atividades Outubro Rosa: Atividade educativa no Centro do Idoso com agendamento de mamografias realizadas posteriormente no centro de Especialidades Medicas e apoio com material informativo, camisinhas e Kits de prevençaõ de acidentes de transito na Caminha do Peito realizada no dia 30 de outubro em alusao ao movimento mundial outubro rosa.
			3. Confecção de material informativo da importância da mamografia .	Realizado			
			4. Manutenção das fichas de solicitação de mamografia nas equipes de ESF.	Realizado			

Divisão de Programas Especiais

Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica

Objetivo do PMS: Ampliar as Medidas de Prevenção/ Promoção em Saúde Pública

Meta do PMS: Redução em 15% da mortalidade materna e 15% de mortalidade infantil por causas evitáveis

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1. Investigação dos óbitos maternos e infantis	Investigar 100% dos óbitos maternos e 50% dos óbitos infantis	investigação de 100% de obitos maternos	1.Formação e capacitação dos membros do grupo técnico de investigação dos óbitos maternos e infantis.	Realizado			1. Realização pelo Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental e Ministério da Saúde da II Oficina de Vigilancia dos obitos maternos e infantis no mês de Novembro de 2012 para os profissionais da ESF com a participação de técnicos deste setor; 2 - Encaminhado oficio para as instituções govenamentais e não governamentais com o intuito de reestruturar o Comite Municipal de Mortalidade Materna e Infantil.
			2. Fortalecer o Comitê de mortalidade materna e infantil, com realização de reuniões mensais para analise e investigação dos óbitos.	Não realizado			

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
2. Aquisição e reparo dos equipamentos para realização do pré-natal	Elaboração de 01 termo de referência para compra e manutenção dos equipamentos para o pré natal.	Não realizado	2. Aquisição e reparo dos equipamentos e insumo para assistência pré-natal.	Não realizado			O Ministerio da Saude visando implantar e implementar a rede cegonha no territorio nacional, doou para o municipio de Porto Velho 63 detectores de batimentos fetais que foram distribuidos para todas as Unidades de Estrategia Saude da Famili das zonas urbana e rural
4-Implantar três postos de coleta de leite humano em unidades básicas de saúde	Implantar um posto de coleta de leite	Não realizado	1. Adquirir equipamentos	100%			• Realizado visita pelos técnicos do DPE e representantes do banco para avaliação do local de implantação do posto; • Montagem da bancada,

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			2. Implantar o posto de coleta de leite	Em fase de implantação (um) posto de coleta leite humano na USF Ernandes Indio			pintura da unidade e montagem de película nas janelas; • Montagem dos equipamentos; •Realização do Curso de capacitação para implantação do Posto de Coleta de Leite Humano, sendo capacitados 99 servidores da USF Ernandes Indio, em setembro de 2012. • Aguardando o alvara da Vigilancia Sanitario para liberação e inicio da atividades no PCLH.
5-Construir leitos de UTI neonatal na maternidade Mãe Esperança;	Construir 3 leitos	Não realizado	xxxxxxxxxx	Projeto aprovado			• Aguardando a implantação na Maternidade Mãe Esperança
6 -Descentralizar o Programa SIS Pré-natal para as Unidades de	Descentralizar o Sis pré-natal web para as unidades de saúde	realizado	1 Instalar o sis pré natal web na sede da coordenação .	realizado			

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
Saúde			2. Capacitar os técnicos no manuseio do sispré natal - web.	realizado			• Participação de técnico dessa Divisão em Capacitação realizada em Brasília no período de 5 a 6 de junho no Ministério da Saúde . • Capacitação das equipes de saúde da família no período de 02 a 29 de julho de 2012. • Participação da capacitação dos enfermeiros para treinamento dos novos agentes comunitário no período de 29 de maio a 01 de junho.
			3 Instalar o sistema em unidades piloto .	realizado			Ação alterda em virtude da implantação do sistema web
7- Implantar a rede cegonha no município	Organizar a rede de atendimento ao pré-natal ,parto e nascimento, puerperio e saude da criança para a instalação	parcialmente realizado	1. Participação dos tecnicos des divisao no grupo condutor estadual.	realizado			1-Participação de técnicos do DPE/SEMUSA no grupo de condução estadual; 2 - Participação nas reuniões mensais do grupo condutor estadual;3 - Participação de técnicos do DPE na oficina para construção da

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
	da rede cegonha		2 .Construir matriz diagnostica .	realizado			matriz diagnóstica em Cacoal. 4 - Participação dos tecnicos da DPE na Ofina para construção do plano de ação regional da rede cegonha 5- Elaboração do Plano Municipal da Rede Cegonha.6. Apresentação do Plano Municipal da Rede Cegonha ao Conselho Municipal de Saúde.7. Apresentação do Plano Municipal da Rede Cegonha na CIR e CIB. 8. - Homologada a desao integrada do municipio de Porto Velho atrave da Portaria ministerial nº 2556 de 08/11/12; 6 - Concluido e publicado o Plano de ação da rede cegonha do municipio no Sistema dos Planos de Ação das Redes Temáticas – SISPART no dia 19/11/12 para adesao facilitada.
			3. Realizada adesão integrada ao PMAQ	realizado			

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
8- implantação do banco de leite humano	01 Banco de Leite	não realizado	Aguardando a construção/Ampliação/Reforma da Maternidade Mãe Esperança para implantação do referido Banco	xxxxxxxxx			• Já foram recebidos os equipamentos provenientes da FIOCRUZ/Ministério da Saúde- aguardando a reforma e ampliação da maternidade Mãe Esperança. . Visita do Técnico da Fiocruz e representante do banco de leite estadual para verificação/conferência dos equipamentos do banco de leite junto ao setor de patrimônio

Divisão de Programas Especiais
Diretriz do PMS: Fortalecimento da Atenção Básica
Objetivo do PMS: Ampliar as Medidas de Prevenção/ Promoção em Saúde Pública
Meta do PMS: Redução de 30% no índice de gravidez na adolescência

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
Capacitar recursos humanos para implementação do Programa de Planejamento Familiar Programa nas Unidades de Saúde (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e agentes multiplicadores	Realizar 01 capacitação para médicos e enfermeiros no manejo do programa de planejamento familiar	não realizado	1. Capacitação teórico para os profissionais da zona urbano e rural	Não Realizado			Realizado Seminario Municipal de Prevenção de Gravidez na adolescencia com participação das instituçoes governamentais não governamentais e sociedade civil

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
Manter a oferta de métodos contraceptivos a 100% da população feminina em idade fértil Usuária do SUS	Manter a disponibilidade dos métodos contraceptivos nas unidades de saúde ,centro de referencia saúde da mulher	realizado	1 Sensibilizar os profissionais no preenchimento correto dos mapas. 2 Controle rigoroso do estoque dos métodos pela farmácia.	Realizado			Contraceptivos previstos anualmente para provisao do Ministerio da Saude
Capacitar as equipes de saúde da família e escolar para trabalhar a caderneta dos adolescentes	uma capacitação multiprofissional	Não realizado	1 - Capacitação multiprofissional	não realizado			•
Implantar a caderneta dos adolescentes na rede municipal de saúd	Todas as Unidades de Saude com caderneta implantada	realizado	Garantir o fornecimento das cadernetas dos adolecentes nas USF	realizado			•

Hierarquicamente a Divisão de Programas Especiais faz parte do Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde e é composta pelas Coordenações de: i) saúde da mulher; ii) saúde da criança; iii) saúde do adolescente; iii) saúde do homem; iv) HIPERDIA v) alimentação e nutrição e vi) Bolsa Família. É de sua competência a coordenação dos programas; alimentação dos sistemas de informação (HIPERDIA, SISPRENATAL, SISCOLO e SISVAM/ Bolsa Família); promover cursos de capacitação/atualização para os profissionais das unidades; retroalimentar as informações; garantir os insumos necessários para o funcionamento dos programas,supervisionar e apoiar as atividades desenvolvidas pelas unidades de saúde e promover atividades de âmbito municipal.

A Divisão de Programas Especiais compreende a Coordenação de Açlimentação e Nutrição, a Coordenação Saúde da Criança e Adolescente, a Coordenação de Saúde da Mulher, a Coordenação do Hiperdia, A Coordenação Bolsa Família e respectivos Pregramas e em parcerias com outros setores desenvolveu as atividades como segue.

ÁREA TÉCNICA SAÚDE DA MULHER

A assistência à saúde a população feminina é ampla e especifica, tendo em vista que abrange todas as fases da vida, nos campos clinico - ginecológico, reprodutivo (planejamento reprodutivo, gestação, parto e puerpério) e as doenças crônicas e agudas.

A área técnica de Saúde da Mulher é responsável pelas ações de assistência ao pré-natal incluindo o incentivo ao parto natural e a redução de número de cesáreas desnecessárias, assim como a redução da mortalidade materna a partir de boas práticas assistenciais que visem à identificação precoce de prognósticos ruins e de uma rede municipal de saúde estruturada e resolutiva. Alem disso, implementa ações no planejamento familiar garantido acesso a todos os contraceptivos disponíveis pelo Ministério da Saúde, assim como garante ações para o rastreamento do câncer colo de útero e de mama, assistência ao climatério e as mulheres negras.

Valer ressaltar que as ações enfocam práticas educativas, estimulando a autonomia e a capacidade critica das mulheres.

a) Assistência ao Pré Natal e Puerpério

A assistência ao pré-natal é uma das prioridades para redução da morbimortalidade materna e infantil, tendo em vista que é um grupo vulnerável e que requer atenção a saúde de qualidade.

Para tanto, todas as unidade de saúde de Porto Velho possui estrutura física e recursos humanos adequados para captar as mulheres no primeiro trimestre da gravidez, garantindo dessa forma acompanhamento íntegro e integral para binômio mulher-feto.

O acompanhamento das gestantes deve conter no mínimo 06 consultas de pré-natal e uma puerperal pela Equipe da Estratégia Saúde da Família, assegurando uma atenção multi-profissional que proporciona segurança a saúde dessa clientela através de realização de exames laboratoriais e ultrassonográficos capazes de rastrear alterações que necessitam de intervenção imediata a fim de minimizar os possíveis agravos, muitas vezes irreversíveis, ao feto/neonato e a mãe.

O sistema de informação de monitoramento e avaliação da assistência pré-natal é o sisprenatal, nele estão inseridos os dados procedentes das consultas desde o cadastramento da gestante ao puerpério, contendo informações como faixa etária das gestantes, números de consultas por idade gestacional, exames realizados dentre outros. As tabelas a seguir demonstram os dados do referido sistema.

Enfatizamos que o sistema Sisprenatal a partir de julho de 2012 modificou-se para versão Web e ainda está em fase de ajustes, o que justifica também subnotificação constatada na diminuição dos dados. Este fato esta sendo resolvido pelo Ministério da Saúde responsável pela implantação, implementação e avaliação do sistema.

Ressaltamos ainda que todos os profissionais responsáveis pela execução do pré-natal na atenção primária estão capacitados para manusear o sistema web, as unidades de saúde possuem internet e computadores para tal, contudo há entraves em virtude da qualidade da rede de internet e da quantidade de computadores que são insuficientes para atender a necessidade.

Em 2012 foram cadastradas 2.913 gestantes, sendo que do total 659 correspondem ao primeiro semestre/2012.. Com referência ao atendimento as gestantes foram realizados os seguintes exames conforme tabelas abaixo:

Número de exames básicos realizados pelas gestantes cadastradas nas unidades de saúde no período de janeiro a dezembro de 2011 e de Janeiro a 29 de novembro de 2012

‘	ABO	Vdrl	Eas	Glicemia	HB	HT	HIV	Tox	HbsAg
Janeiro a dezembro de 2011	2226	3346	3675	3352	2454	2504	2309	2352	2358
Janeiro a 29 de novembro 2012	341	429	465	408	358	374	342	326	347

Fonte: Sistema de informação – SISPRENATAL acessado em 29/11/2012

Observando a tabela acima, percebemos que houve um decréscimo na quantidade de exames, esse fato se dá em virtude da implantação do Sistema Web que esta em processo de adequação e de adaptação por parte dos profissionais, fazendo com que ocorra subnotificações.

Números de consultas de pré-natal realizadas de acordo com a Idade Gestacional no primeiro semestre 2012, Porto Velho-RO.

Consultas	Ate 18 semanas	Ate 30 semanas	Ate 36 semanas	Ate 40 semanas	Acima de 40 semanas
1ª	1771	421	42	15	0
2ª	238	220	24	10	2
3ª	36	84	27	6	1
4ª	3	28	12	3	3
5ª	0	6	1	1	0
6ª	0	0	2	0	0

Fonte: Sistema de informação – SISPRENATAL acessado em 26/09/2012
Situação vacinal antitetânica em gestante por semestre de 2012, Porto Velho-Ro
Fonte: Sistema de informação – SISPRENATAL acessado em 26/09/2012

Período	1ª dose	2ª dose	3ª dose	Reforço
Janeiro a junho de 2011	201	150	293	121
Julho a Dezembro de 2011	418	268	575	271
Janeiro a junho de 2012	133	62	118	104

As alterações detectadas na atenção básica, que necessitam de uma assistência especializada, são encaminhadas ao Centro de Referência Saúde da Mulher, onde temos 02 profissionais médicos ginecologistas e obstetras responsáveis pelo Pré-natal de alto risco. O acesso das usuárias a primeira consulta será regulado pelo sistema de regulação do município de Porto Velho, no qual havendo a necessidade do acompanhamento especializado a gestante sairá da consulta na Unidade saúde da família com a data e o horário do atendimento especializado no Centro de Referencia Saúde da Mulher. O retorno para acompanhamento será agendado internamento no próprio Centro de Referencia Saúde da Mulher, garantindo, dessa forma, agilidade e continuidade da assistência. Essa usuária encaminhada para o pré-natal de alto risco deverá continuar sendo assistida pela equipe da estratégia saúde da família.

Atendimentos no serviço especializado de pré-natal de alto risco.

Atendimento de pré-natal de alto risco	Agosto a dezembro de 2011	Janeiro a julho de 2012
Consultas de primeira vez	480	864
Consultas de acompanhamento	1143	1414

Fonte: Centro de referencia saúde da mulher, novembro de 2012

a.1 – Rede Cegonha

A Rede Cegonha (RC) foi instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde- SUS, por meio da portaria 1.459, de 24 de junho de 2011 e consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento, crescimento e desenvolvimento saudável.

A Rede Cegonha tem como princípios:o respeito, a proteção e a realização dos direitos humanos; o respeito à diversidade cultural, étnica e racial; a promoção da equidade;o enfoque de gênero;a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de mulheres, homens, jovens e adolescentes; a participação e a mobilização social; e a compatibilização com as atividades das redes de atenção à saúde materna e infantil em desenvolvimento nos Municípios e Estados.

Considerando a relevância da assistência materna infantil, dentro das políticas públicas do Sistema Único de Saúde, a Secretaria Municipal de Porto Velho vem empenhando esforços para a adesão a Rede Cegonha a fim de estruturar a atenção a saúde de forma organizada, integrada e resolutiva, sanando assim as reais necessidades da saúde desse grupo vulnerável/prioritário.

A Rede Cegonha vem transformando o modelo de atenção prestada pelo SUS, tendo em vista que se baseia em resultados que demonstram a eficiência do sistema de saúde mediante o alcance ou não de metas pactuadas.

A coordenação saúde da mulher realizou em 10 de setembro de 2012 a Adesão Integrada PMAQ-AB/Rede Cegonha: Programação Pré-natal através do Sistema de Gestão de Programas do Departamento de Atenção Básica (SGDAB) e firmado o compromisso com vigência de 12(doze) meses.

A referida adesão foi homologada pela Portaria nº 2.556, de 8/11/2012 garantindo um incremento de R$353.258,10 para assegurar à mulher a realização de todos os exames laboratoriais e de imagem, durante o pré-natal, capazes de detectar o mais precocemente as alterações que possam interferir no desenvolvimento saudável do feto e /ou da mãe no período gravídico.

Ainda no mês de setembro, iniciou-se a elaboração do Plano de Ação Municipal contendo os componentes: Pré-natal, Puerpério e atenção integral a saúde da criança e sistema logístico transporte sanitário e regulação. Foram realizadas reuniões com representantes dos Departamentos da Atenção Básica, Vigilância Epidemiológica, Assessoria Técnica, Divisão de Laboratório de Saúde Pública, Maternidade Municipal e Núcleo de Educação e Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho a fim de discutir as atividades, indicadores, meio de verificação e metas a serem alcançadas no desempenho da Rede Cegonha.

Após a concordância dos técnicos envolvidos na elaboração do Plano de Ação municipal da Rede Cegonha, iniciou-se a inserção das ações com suas respectivas atividades, meios de verificação, indicador e metas no Sistema dos Planos de Ação das Redes Temáticas – SISPART. Posteriormente o Plano descritivo foi destinado para o Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho, sendo aprovado por unanimidade na Resolução nº 21/CMSPV/2012 de 23 de outubro de 2012.

Em seguida o plano de ação tramitou na Comissão Intergestora Bipartite onde foi homologado a a partir da Resolução nº 226 CIB/RO de 01 de novembro de 2012.

Em posse da resolução da CIB aprovando o Plano de Ação Municipal realizamos a publicação no dia 19 de novembro de 2012 no Sistema dos Planos de Ação das Redes Temáticas – SISPART e finalizamos a adesão facilitada da Rede Cegonha garantindo dessa forma incentivo para assistência ao pré-natal, parto e nascimento assim como a criança de 0 a 24 meses de vida.

Com intuito de iniciar a estruturação dos serviços de saúde para implantação e implementação da Rede Cegonha, o Ministério da Saúde doou em outubro de 2012 para o

município de Porto Velho 63(sessenta e três) sonares que foram repassados para as Unidades de Saúde de acordo com a tabela abaixo:

Unidade de Saúde	Numero de Sonar	Numero de baterias	Unidade de Saúde	Numeros de sonar	Numero de baterias
Agenor de Carvalho	2	2	Jacy Paraná	1	1
Aponiã	2	2	Mutum Paraná	1	1
Areal da floresta	1	1	Abuna	1	1
Caladinho	2	2	Nazaré	1	1
CRSM	3	3	Vista alegre do abuna	1	1
Ernandes Indio	4	4	Fortaleza do abuna	1	1
Hmilton Gondim	2	2	São carlos	2	2
Jose Adelino	4	4	Extrema	1	1
Mariana	2	2	Nova Califórnia	1	1
Mauricio Bustani	2	2	Cujubim Grande	1	1
Manoel Amorim	2	2	Morrinhos	1	1
Nova Floresta	2	2	União Bandeirantes	1	1
Osvaldo Piano	2	2	São Sebastião	1	1
Pedacinho de chão	2	2	São Miguel	1	1
Renato Medeiros	2	2	Aliança	1	1
Ronaldo Aragão	2	2	Vale do Jamary	1	1
São Sebastião	2	2	Morrinhos Palmares	1	1
Santo Antonio	1	1	Cachoeira Teotônio	1	1
Socialista	2	2	Rio das Garças	1	1
Vila Princesa	1	1			
Total	42	42		21	21

b) Programa de Prevenção de Câncer de Colo de útero

Um dos grandes desafios dos países em desenvolvimento é a ampliação dos programas de prevenção e detecção precoce das neoplasias, tendo em vista o enorme impacto epidemiológico e a magnitude social que esse tipo de patologia causa na saúde.

As neoplasias com localizações primárias no colo de útero (Câncer de colo de útero) ocupam a 1ª causa de óbito por neoplasias entre as mulheres no município de Porto Velho, sendo uma das causas mais importantes de morbidade e mortalidade feminina no Brasil e uma das taxas mais elevadas no mundo. É uma neoplasia cujos programas de rastreamento representam uma relação custo beneficio altamente vantajosa, já que é de fácil detecção por uma simples citologia.

Diante disso, a detecção e o tratamento das lesões precursoras (neoplasias intra-epiteliais cervicais - NIC) devem ser considerados como metas prioritárias para a redução da incidência do câncer do colo uterino.

A principal estratégia para detectar lesões precursoras e fazer o diagnóstico da doença é o exame preventivo do câncer do colo do útero (papanicolau). Vale ressaltar que quando diagnosticado na fase inicial às chances de cura do câncer cervical são de 100%.

A Secretaria Municipal de Saúde pactuou, para o ano de 2012, uma razão de 0,20 a ser alcançada a partir de ações desenvolvidas pela atenção primária a saúde através das Equipes de estratégia Saúde da Família.

As ações de orientação, coleta de exames citológicos e exame físico das mamas

estão descentralizados nas UBS, tendo como referência para diagnóstico de média complexidade (colposcopia, biopsia e Cirurgia de Alta Freqüência) o Centro de Referência Saúde da Mulher e, ao nível terciário, o tratamento é referenciado para unidade especializada de gestão estadual.

A tabela 07 vem descrevendo o quantitativo de exames realizados por unidades de saúde da família no município de Porto Velho nos trimestres concluídos de 2012

Consolidado trimestral do quantitativo de exames colpocitopatológico no ano de 2012 (de 02/01/2012 a 03/12/2012) .

UNIDADE DE SAÚDE	1° TRIMESTRE 02/01/2012 A 01/04/2012	2° TRIMESTRE 01/04/2012 A 30/06/2012	3º TRIMESTRE 01/07/2012 A 30/09/2012	01/11/2012 a 03/12/2012
ABUNÃ	7	7	47	5
AGENOR DE CARVALHO	215	349	300	113
ALFREDO SILVA	0	47	0	0
ALIANÇA	29	13	27	5
ANA ADELAIDE	0	22	0	0
APONIÃ	215	239	238	47
AREAL DA FLORESTA	193	163	161	88
BENJAMIN DA SILVA – CALAMA	47	59	12	6
BOM SERA	0	0	0	0
CACHOEIRA DO TEOTÔNIO	4	9	15	4
CALADINHO	284	408	323	100
CENTRO ESP. MÉDICAS	0	23	28	6
CENTRO REF. SAÚDE DA MULHER	213	65	69	30
CUJUBIM GRANDE	0	0	0	0
CUICACAS	0	0	0	0
EMBAÚBA	0	5	0	0
ENGENHEIRO LUIZ GONZAGA	7	13	8	0
ERNANDES ÍNDIO	417	718	493	200
ESTRADA DA PENAL	11	3	7	2
EXTREMA	116	172	139	21
FORTALEZA DO ABUNÃ	15	8	1	0
HAMILTON GONDIM	355	441	464	164
ITACOÃ	4	3	4	4
JACY PARANÁ	132	129	115	31
JOSÉ ADELINO	291	514	306	42
JOSÉ GOMES	6	20	15	6
LINHA TRANSPURUS	1	0	0	0
MANOEL AMORIM DE MATOS	59	310	363	154
MARIA NOBRE DA SILVA	310	29	31	4

MARIANA	290	332	355	123
MATERNIDADE - MÃE ESPERANÇA	220	286	198	61
MAURICIO BUSTANI	145	158	178	43
MORRINHOS	52	34	33	14
MUTUM PARANÁ	42	43	89	26
NOVA CALIFÓRNIA	68	83	112	26
NOVA ESPERANÇA	15	0	0	0
NOVA FLORESTA	268	247	278	74
OSVALDO PIANA	252	425	368	116
PAPAGAIOS	10	1	0	0
PALMARES KM 12	5	38	22	4
PEDACINHO DE CHÃO	243	227	239	67
RAFAEL VAZ E SILVA	41	60	80	12
RENATO MEDEIROS	211	202	276	128
RIO DAS GARÇAS	10	12	18	3
RONALDO ARAGÃO	165	260	226	84
SANTA CATARINA	7	2	5	2
SANTO ANTONIO	70	48	74	19
SÃO CARLOS	96	47	67	39
SÃO MIGUEL	15	5	17	2
SÃO SEBASTIÃO	226	328	176	69
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA	0	6	26	21
SOCIALISTA	239	367	238	65
UNIÃO BANDEIRANTES	47	49	36	18
VALE DO JAMARY	5	17	9	2
VILA PRINCESA	23	16	48	20
VISTA ALEGRE DO ABUNÃ	67	61	48	46
TOTAL GERAL	**5.763**	**7.123**	**6.382**	**2116**

O método de rastreamento do câncer do colo do útero no Brasil é o exame na faixa etária de 25 a 64 anos e que já tiveram atividade sexual (INCA, 2002 e 2003). A priorização desta faixa etária como população-alvo do Programa justifica-se por ser a de maior ocorrência das lesões de alto grau, passíveis de serem tratadas efetivamente para não evoluírem para o câncer.

A oferta do exame de rastreamento pelas Unidades de Saúde do Município de Porto Velho vem alcançando a população alvo no decorrer dos anos, como demonstra os dados da Tabela 8.

Números de exames realizados nas Unidades de Saúde Municipais por faixa etária no período de 2009 a julho de 2012, Porto Velho/RO

Ano	Ate 11 anos	Entre 12 a 14 anos	Entre 15 a 19 anos	Entre 20 a 24 anos	Entre 25 a 29 anos	Entre 30 a 34 anos	Entre 35 a 39 anos	Entre 40 a 44 anos	Entre 45 a 49 anos	Entre 50 a 54 anos	Entre 55 a 59 anos	Entre 60 a 64 anos	Acima de 64 anos	Total
2009	21	110	1.598	3.249	3.215	2.920	2.379	2.153	1.695	1.276	849	527	655	20647
	0,10%	0,50%	8%	16%				**73%**					3%	
2010	14	123	1.469	2.960	3.091	2.777	2.451	2.161	1.769	1.339	867	553	625	20199
	0,06%	0,60%	7%	15%				**74%**					3%	
2011	37	131	2.208	4.029	4.263	3.962	3.349	2.863	2.544	1.850	1.222	757	827	28042
	0,10%	0,50%	8%	14%				**74%**					3%	
Julho de 2012	10	83	1.426	2.385	2.734	2.571	2.075	1.767	1.435	1.141	732	482	457	17298
	0,05%	0,50%	8%	14%				**75%**					3%	

Fonte: dados acessados em 22/10/2012 www.datasus.gov.br

A adequabilidade da amostra é definida como satisfatória ou insatisfatória.

Vale ressaltar que não basta apenas aumentar a quantidade de ofertas, precisamos garantir que a amostra seja adequada. Sendo assim consideramos amostra insatisfatória cuja leitura esteja prejudicada por algumas razões de natureza técnica e outras de amostragem celular (SHIRATA et al, 1998 *apud* INCA, 2011). O INCA preconiza que o esperado de amostra insatisfatória aceitável seja de 5%.

Amostra satisfatória á aquela que apresente células em quantidade representativa, bem distribuídas, fixadas e coradas, de tal modo que sua observação permita uma conclusão diagnóstica.

De acordo com a Tabela 9, observa-se que a adequabilidade da amostra vem melhorando no decorrer dos anos, resultado de investimento em educação permanente para os profissionais responsáveis pelo rastreamento.

Adequabilidade da amostra coletada nas Unidades de Saúde municipais no período de 2009 a julho de 2012, Porto Velho/RO

Adequabilidade da amostra					
Ano	**Satisfatório**	**%**	**Insatisfatório**	**%**	**Total**
2009	20.136	98	406	2	20.542
2010	19.731	98,5	285	1,5	20.016
2011	27.667	99,2	202	0,8	27.869
Julho de 2012	17.077	99,4	96	0,6	17.173

Fonte: dados acessados em 22/10/2012 www.datasus.gov.br

Outro fator indicativo de qualidade da coleta é presença de células metaplásicas ou células endocervicais, representativas da junção escamocolunar (JEC), pelo fato dessa coleta objetivar a obtenção de elementos celulares representativos do local onde se situa a quase totalidade dos cânceres do colo do útero. É recomendado que 80% das amostras satisfatórias possuam a JEC.

Em Porto Velho, constatou-se, na Tabela 5, uma ascensão na representatividade da junção escamocolunar, o que revela a boa preparação técnica dos profissionais enfermeiros envolvidos neste procedimento.

Representatividade da zona de transformação nas amostras coletadas pelas Unidades de Saúde municipais no período de 2009 a julho de 2012, Porto Velho/RO.

Ano	**Quantidade de exames**	**Representação zona de transformação**	**%**	**Insatisfatórias**	**%**	**Rejeitadas**	**%**
2009	20647	12363	60	420	2%	106	0,5
2010	20199	12123	60	296	1,4	186	0,9
2011	28042	19070	68	207	0,7	177	0,6
Julho de 2012	17298	11637	68	97	0,5	127	0,7

Fonte: dados acessados em 22/10/2012 www.datasus.gov.br

Os laudos emitidos com os diagnósticos consolidam a faixa etária de 25 a 64 anos como sendo a com maior prevalência das reais alterações precursoras (NIC II e III) do câncer, conforme Tabela 3, no entanto lesões intra epiteliais com microinvasão, carcinoma e adenocarcinoma estão presentes em faixa etárias mais avançadas, o que demonstram o não rastreamento / tratamento das alterações precursoras em tempo oportuno.

Tabela 11: Alterações diagnosticadas pelas Unidades de Saúde municipais por faixa etária de janeiro a julho de 2012, Porto Velho/RO.

Faixa Etária	Les.IE_Baixo_grau	Les.IE_Alto_grau	Les.IE_mic.invasão	Carc.Epid.invasor	Adenocarcinoma invasor
Ate 11	-	-	-	-	-
12 a 14	3	-	-	-	-
15 a 19	35	14	-	-	1
20 a 24	36	20	-	1	-
25 a 29	29	36	2	-	-
30 a 34	23	27	3	2	-
35 a 39	7	25	6	2	-
40 a 44	12	19	4	4	-
45 a 49	3	18	8	3	-
50 a 54	2	10	-	2	1
55 a 59	6	9	-	2	-
60 a 64	-	7	2	3	-
maiores 64	2	7	1	8	-
Total	158	192	26	27	2

Fonte: dados acessados em 22/10/2012 www.datasus.gov.br

Diante dos dados demonstrados contatamos que rastreamento das alterações precursoras no município de Porto Velho vem ascendendo tanto em termos quantitativos como qualitativo, pois se observou nos dados um acréscimo de 67% no número de exames realizados em janeiro 2009 a julho de 2012. Além disso, constatou-se que a adequabilidade da amostra é motivo de orgulho, pois foi atingido 99,4 % de amostras satisfatória e ainda houve uma amento de 8,0% da representatividade da zona de transformação o que reflete o bom preparo técnico dos profissionais enfermeiros responsável pelo exame citológico do colo do útero.

Outro ponto a ser considerado é o aumento da quantidade de exames realizados na clientela de rastreamento dentro da faixa etária, de 73% em 2009 para 75% ate julho de 2012, fato este pouco expressivo mas que demonstra que as equipes de estratégia saúde da família continuam priorizando estas usuárias. Alem disso, podemos afirmar que a meta pactuada para o ano de 2012 (dados ate janeiro a outubro de 2012) de 0,25 foi superada pois atingimos a razão de **0,54 (de janeiro a novembro de 2012)** exames citopatológicos na faixa etária de rastreamento, quando calculada conforme a formula do SISPACTO, que é descrita a seguir nº de exames citopatológico do colo do útero em mulheres na faixa etária de rastreamento dividido por um terço da população feminina na mesma faixa etária.

Contudo, devemos ressaltar que a educação em saúde deve estar presente continuamente nos grupos de mulheres da comunidade, pois com a informação difundida e consolidada poderemos realmente obter um rastreamento eficaz tanto no que concerne à população alvo como a periodicidade da realização do exame e outras recomendações que devem ser seguidas para obtenção de êxito nesse processo.

b.1 - Seguimento da alterações precursoras do câncer de colo uterino no centro de Referencia Saúde da Mulher.

Após o laudo sugestivo com alterações precursoras do câncer de colo de útero, a usuária é encaminhada para confirmação diagnostica no Centro de Referencia Saúde da Mulher, onde contamos com 02 profissionais médicos ginecologistas que atuam na confirmação diagnostica realizando colposcopia, biopsia e cirurgia de alta freqüência.

Tabela 12: Procedimentos secundários realizados no Centro de Referência Saúde da Mulher, Julho a Novembro de 2012

Procedimentos	Quantidades
Colposcopia	285
Biopsia	34
Cauterização	34
Cirurgia de Alta Frequência	34

Fonte: Centro de Referência de Saúde da Mulher

c) Programa de Prevenção de Câncer de Mama

Segundo tipo mais freqüente no mundo, o câncer de mama é o mais comum entre as mulheres, respondendo por 22% dos casos novos a cada ano. Se diagnosticado e tratado oportunamente, o prognóstico é relativamente bom.

No Brasil, as taxas de mortalidade por câncer de mama continuam elevadas, muito provavelmente porque a doença ainda é diagnosticada em estádios avançados.

A estimativa de novos casos no Brasil é de 52.680 (2012)

Enquanto que estimativa da incidência de câncer em mulheres em Porto Velho (Capital) taxa bruta de 29,68 por 100.000 mulheres e no estado de Rondônia o câncer de mama feminino ocupa o primeiro lugar (18,98/100.000 mulheres) .

As ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde para prevenção do câncer de mama inicia-se com a abordagem das equipes da Estratégia Saúde da Família através da consulta a mulher que inclui o exame clinico das mamas, assim como as orientações quanto ao auto exame da mama. Alem disso, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, as mulheres entre 50 a 69 anos são encaminhadas para realizar a mamografia de rastreamento.

O referido serviço foi implantado no Centro de Especialidades Médicas com a instalação de um mamógrafo com capacidade de realizar 40 mamografias / dia. Além desse serviço está disponível em nossa unidade de saúde, há também prestadores de mamografia estaduais que também atendem a esta clientela.

A Tabela a seguir demonstra o quantitativo de mamografia realizada na clientela residente no município de Porto Velho em 2011 e 2012.

Tabela 13- Número de mamografias realizadas no município de Porto Velho nos anos de 2011 e 2012

	50 – 69 anos	%	Total
2011	1892	42,2	4478
2012 (janeiro a setembro/2012)	1782	45	3987

Fonte: dados acessados em 30/11/2012 www.datasus.gov.br

Diante do resultado alterado da mamografia, as usuárias deverão ser encaminhadas para o profissional mastologista, contudo não temos este especialista na rede municipal de saúde o que dificulta o acesso ao tratamento. Dessa forma, as mulheres são encaminhadas para a rede estadual de saúde aonde tem apenas um profissional especializado.

b.1 – Mobilização Outubro Rosa

O movimento popular internacionalmente remete à cor do laço rosa que simboliza, mundialmente, a luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades. No mundo inteiro, são realizadas ações para a conscientização das pessoas, incluindo a iluminação de prédios e monumentos na cor rosa, para prevenção e rastreamento do câncer de mama.

Tendo em vista o impacto social, que sobrepõe à saúde primária no sentido de promover e prevenir o referido agravo na população feminina, cujos indicadores comprovam ser a primeira causa de mortalidade em mulheres no Estado de Rondônia e a segunda no município de Porto Velho, a Secretaria Municipal de Saúde, através das Unidades Saúde da Família, desenvolveu atividades durante todo referido mês fazendo dessa forma alusão ao Outubro Rosa e ao seu imenso significado para sociedade que é o de conscientizar a prevenção de câncer de mama.

Dentre algumas atividades desenvolvidas podemos citar:

- USF Nova Floresta: educação em saúde sobre Câncer de mama e suas formas de prevenção para o Grupo escolar e clientela em espera de atendimento;
- USF Manoel Amorim de Matos: atendimento integral a mulher, educação em saúde sobre câncer de mama e coleta de PCCU, Pit Stop para divulgação da oferta de serviços, semana de atendimento preferencial para as mulheres
- USF Aponiã: educação em saúde sobre auto exame das mamas, coleta de preventivo, solicitação de mamografia de rastreamento
- USF Pedacinho de chão: Pit stop na av. Jorge Teixeira sobre câncer de mama, educação em saúde com apresentação de vídeo sobre prevenção de câncer de mama no grupo de mulheres e hipertensos, palestra sobre câncer de mama para as usuárias que aguardam atendimento, roda de conversa sobre câncer de mama e outros tipos de cânceres masculinos e femininos com o grupo de idosos.

A Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com as demais secretarias, realizou no dia 31 de outubro de 2012 a Caminhada do Peito na Av. 07 de setembro, visando mobilizar toda a sociedade para prevenção do Câncer de Mama. Neste evento foram distribuídos Kits com folders referente a Saúde da Mulher, camisinha e material alusivo a educação no transito.

d) Programa Planejamento Reprodutivo

As políticas públicas de saúde brasileiras são formuladas com o objetivo de garantir o direito à saúde integral da população, direito este assegurado na Constituição Federal de 1988, que certifica a Saúde como um direitos de todos e dever do Estado.

Sendo assim, em 12 de janeiro de 1996 foi decretada a lei nº. 9263 que institui o planejamento reprodutivo como conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal, tendo como principio a dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, tornando acessíveis e gratuitos os métodos contraceptivos capazes de evitar gravidez não planejada, assim como contracepção cirúrgica.

A política do planejamento familiar vem sendo desenvolvida pelo Ministério da Saúde em parceria com os estados, municípios e sociedade civil organizada no âmbito da atenção integral a saúde da mulher, do homem e dos (as) adolescentes.

No município de Porto Velho as Ações do Programa Planejamento Familiar estão descentralizadas nas Unidades de Saúde através da atuação das Equipes da Estratégia Saúde da Família.

Cada Equipe trabalha com grupos de planejamento familiar em que há educação em saúde esclarecendo as duvidas sobre o processo reprodutivo e o planejamento familiar. Alem disso, esses temas também abordados nos demais grupos formados pelos usuários das unidades de saúde, tais como gestantes, hipertenso, diabético, adolescente.

As ações envolvem também a promoção e a prevenção de saúde em torno de informações sobre Doenças Sexualmente Transmitidas – DSTs e a Síndrome de Imunodeficiência Humana Adquirida - AIDS, promovendo assim esclarecimento sobre esse relevante conteúdo.

A coordenação saúde da mulher vem acompanhando juntamente com a Divisão de farmácia o abastecimento da farmácia municipal em relação aos contraceptivos enviados pelo Ministério da Saúde a fim de intervir caso necessário na provisão dos referidos fármacos. De acordo com as informações do sistema da farmácia municipal, segue abaixo a tabela que descreve claramente a entrada e saída desses contraceptivos, assim como o saldo real disponível para clientela.

Tabela 14: Movimentação dos contraceptivos na farmácia municipal de janeiro a outubro de 2012

	Saldo em 01/01/2012	**Entrada**	**Saída**	**Saldo atual (outubro de 2012)**
Noretisterona 0,35 mg	14461	5830	4090	16201
Levonorgestrel 0,75 mg	514	2872	1494	1892
Contracep 150 mg/ml	0	18678	9614	9064
Levonorgestrel 0,15 mg + etilestradiol 0,03 mg	63064	0	14405	48659
Noregyna	4050	20984	10443	14591

Dispositivo Intra-uterino - DIU	3423	4900	0	8323

Fonte: Farmácia Municipal de Porto Velho

Outubro Rosa: Caminhada do Peito é nesta quarta

Ter, 30 de Outubro de 2012 16:25 | |

No Brasil, estimativas do Inca (Instituto Nacional de Câncer), indicam que o Câncer será responsável por 52.680 novos casos até o fim do ano. A prefeitura de Porto Velho abraçou a campanha Outubro Rosa, mês da conscientização e combate do câncer de mama e através da secretaria municipal de Saúde (Semusa) e da colaboração de todas as secretarias.

Durante todo o mês de outubro, foram realizadas várias atividades, palestras e também foram distribuídos informativos sobre a prevenção ao câncer de mama, além de adesivos e fitas na cor rosa.O movimento buscou alertar sobre os riscos e a necessidade de diagnóstico precoce deste tipo de câncer, que é o segundo mais recorrente no mundo, perdendo apenas para o câncer de pele.

Caminhada do Peito

Nesta quarta-feira (31) o encerramento da campanha será marcado com uma grande caminhada pelas principais vias da cidade. De acordo com a chefe de gabinete, Miriam Saldaña, a ação tem como objetivo alertar as mulheres da capital sobre a importância do exame de mama. A ação vai envolver todos os servidores municipais e a população. A concentração será na Praça Marechal Deodoro, às 15 horas, e seguirá trajeto pela Avenida 07 de setembro e pelas ruas Presidente Dutra e Marechal Deodoro.

Durante a caminhada haverá a distribuição de material informativo da secretaria municipal de Saúde (Semusa) com todos os endereços das unidades de saúde, carros de som, adesivos, camisinhas, panfletos com temas variados e a distribuição do laçinho rosa.

A prefeitura de Porto Velho já disponibilizou um ultrassom de mama, equipamento considerado o mais moderno da capital. “Queremos chamar a atenção da população através da campanha em combate ao Câncer de mama, as mulheres tem pouco conhecimento sobre a prevenção e sobre a disposição deste ultrassom”, acrescentou Miriam Saldaña.

Campanha Mundial

Algumas das principais cidades do mundo estão participando da campanha do câncer de mama, iluminando seus principais edifícios e monumentos históricos com luz rosa. A prefeitura de Porto Velho decorou o gabinete e secretarias com fitas rosa, a maternidade municipal Mãe Esperança também não ficou de fora.

O Ministério da Saúde apresentou um balanço das mamografias feitas no País. Entre 2011 e 2012 houve um aumento de 16% na quantidade de exames feitos, passando de 1.839.411 para 2.139.238. Na faixa prioritária, que vai dos 50 aos 69 anos, o aumento foi 21%.

Outubro Rosa: Servidores municipais participam de palestra preventiva de câncer de mama

Ter, 30 de Outubro de 2012 00:00 | |

Servidores do Palácio Tancredo Neves participaram, na última semana, de uma palestra preventiva sobre o câncer de mama com a doutora Ida Perea, diretora da Maternidade municipal Mãe Esperança. A iniciativa foi da primeira-dama de Porto Velho Lucilene Peixoto e da Chefe de Gabinete, Miriam Saldaña que durante estão realizando na cidade atividades alusivas à campanha nacional 'Outubro Rosa', cujo símbolo principal é o uso de um laço rosa.

A doutora Ida Perea esclareceu a importância do autoexame das mamas e da realização da mamografia a partir dos 40 anos. "Existem vários fatores que colaboram para o

câncer de mama, um deles é ter casos na família, como mãe ou irmã, aquelas mulheres que tiverem casos na família devem realizar anualmente", disse.

Segundo ela outros fatores são o fumo, a obesidade, falta da prática de exercícios, a ingestão de álcool, menarca (1ª menstruação) precoce, menopausa tardia, ocorrência da primeira gravidez após os 30 anos, dentre outros.

Ida esclarece ainda que não são apenas as mulheres que podem ter câncer de mama. "Os homens também estão sujeitos. Em uma menor proporção, mas eles também devem se autoexaminar", acrescenta.

AREA TECNICA HIPERTENSAO E DIABETES - HIPERDIA

Segundo o Ministério da Saúde, Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus constituem os principais fatores de risco para as doenças do aparelho circulatório. Entre suas complicações mais freqüentes encontram-se o infarto agudo do miocárdio, o acidente vascular cerebral, a insuficiência renal crônica, a insuficiência cardíaca, as amputações de pés e pernas, a cegueira definitiva, os abortos e as mortes.

Com o propósito de reduzir a morbimortalidade associada a HA e DM, o Ministério da Saúde implantou o Sistema HIPERDIA assumindo o compromisso de executar ações em parceria com estados, municípios e sociedade para apoiar a reorganização da rede de saúde, com melhoria da atenção aos portadores dessas patologias.

ATRIBUIÇÕES DO PROGRAMA HIPERDIA:
(PORTARIA 371/MS DE 04/03/2002)

- Implementação do Programa em nível local, com apoio da Secretaria Estadual de Saúde, do Cadastro Nacional de Portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus;
- Cadastramento e acompanhamento dos usuários e manutenção do Cadastro Nacional atualizado (Sistema HIPERDIA);
- Garantia de acesso ao tratamento clínico aos portadores destas doenças na rede básica de saúde;
- Participação nos processos de capacitação dos profissionais da rede básica para o acompanhamento clínico destas doenças;
- Implantação de outras ações de promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis voltados para a melhoria do controle clínico destas doenças;
- Guarda, gerenciamento e dispensação dos medicamentos recebidos e vinculado ao Programa;
- Aquisição de Insumos (Tira Reagente, Glicosímetro, Lanceta e Seringa c/agulha);
- Conhecer os parâmetros reais que garantam o fornecimento contínuo dos medicamentos aos pacientes hipertensos e diabéticos de acordo com a padronização do Ministério da Saúde;
- Conhecer o perfil demográfico, clínico e epidemiológico da população atingida, possibilitando a implementação de estratégias de saúde pública que alterem o quadro sanitário atual;
- Disponibilizar, no âmbito da atenção básica, instrumento de cadastro e acompanhamento dos portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, Sishiperdia, para utilização pelas Unidades Básicas de Saúde;
- Supervisionar as Unidades Básicas de Saúde quanto às ações do Programa Hiperdia.
- Aquisição de 7.400 caixas de tira reagente, caixa com 50 unidades, para monitoração e automonitoração dos pacientes diabéticos insulino dependentes cadastrados Programa Hiperdia, sendo 7.200 caixas através dos Processo nº 08.0260/DPE/SEMUSA/2012, e 200 caixas e através do Processo nº 08.0446/DPE/SEMUSA/2012.

- Distribuição 127.600 Tiras Reagentes para automonitoramento dos usuários diabéticos cadastrados no Programa Hiperdia da UBS, como também acompanhamento de usuários nas Unidades de Saúde deste município;
- Distribuição 511 Aparelhos Glicosímetros para monitoração dos usuários diabéticos cadastrados no Programa Hiperdia das Unidades de Saúde deste município;
- Levantamento do número e atualização de documentação dos usuários diabéticos insulino dependentes cadastrados por unidade de saúde, no total de 449 usuários conforme tabela em anexo;
- Cadastramento por Agravos no Programa Hiperdia das Unidades de Saúde, confrontando com dados SIAB, conforme tabela em anexo.
- Digitação de cadastro e acompanhamento dos hipertenso e diabéticos da zona rural;
- Levantamento da Situação cadastral dos usuários diabéticos insulino dependente que recebem tiras reagentes.
- Atualização da documentação dos usuários do programa Hiperdia.
- Atualização dos dados de entrada e saída de tira reagente mensalmente.
- Implantação da planilha para automonitoramento da glicemia capilar dos pacientes que fazem uso de insulina NPH e REGULAR.
- Implantação do Laudo de tira reagente para solicitação de fita reagente e lancetas padronizado nas UBS.
- Levantamento do número de Tira Reagente e Aparelhos Glicosímetros distribuídos nos meses de janeiro a dezembro/2012, para monitoração e automonitoração da glicemia capilar dos usuários diabéticos insulino dependentes cadastrados, conforme tabelas.... em anexo.
- Acompanhamento dos Processos 260 e 856 para aquisição de tira regente.
- **Reunião com todas as USF de área urbana para descentralização de atualização de documentos de usuários do Programa Hiperdia que recebem tiras reagentes, no dia 05 de novembro de 2012.**

- Esclarecimento quanto aos critérios adotados por esta Coordenação quanto à entrega de tira reagente para automonitoração da glicemia, como também encaminhamento para endocrinologista dos usuários diabéticos insulino dependentes cadastrados.

- Implantação da planilha para automonitoramento da glicemia capilar dos pacientes que fazem uso de insulina NPH e REGULAR.
- Implantação do Laudo de tira reagente para solicitação de fita reagente e lancetas padronizado nas UBS.
- **Participação do Dia da Servidora**, no dia 28/05/2012, no pátio da Secretaria, para 100 pessoas, com realização de teste de glicemia, aferição de pressão, atividade física laboral, avaliação nutricional e apresentação de alimentos saudáveis.
- **Participação Dia do Desafio,** dia 30/05/2012, na Unidade de Saúde José Adelino
- **Participação do Dia do Homem,** no dia 16/07/2012, no Pátio da SEMUSA e no dia 17/07/2012 na Unidade de Saúde José Adelino.
- **Distribuição de Lanches para as Unidades de Saúde José Adelino, Mariana e Oswaldo Pianna**

- **Visita Técnica as Unidades de Saúde para solucionar problemas técnicos quanto a configuração, reinstalação do Sishiperdia, atualização do banco de dados, exportação de dados, atualização anti-vírus**.

Dias:

- **11/05/2012**: São Sebastião e Maurício Bustani;
- **15/06/2012**: São Sebastião;
- **22/06/2011**: Socialista;
- **29/06/2012**: Hamilton Gondin;
- **15/07/2012**: Ernandes Índio;
- **05/09/2012**: Pedacinho de Chão, Aponiã, Ronaldo Aragão
- **13/09/2012**: Areal da Floresta, Nova Floresta, Agenor de Carvalho e José Adelino;

- **22/09/2012**: Caladinho;
- **27/09/2012**: Pedacinho de Chão;
- **03/10/2012**: Manoel A. Mattos;
- **05/10/2012**: Ronaldo Aragão

DIA	UNIDADE DE SAÚDE	OBJETIVO
04/07/2012	José Adelino	Atualização da versão instalador SISHIPERDIA e configuração da base de dados.
21/08/2012	José Adelino	Reinstalação do SISHIPERDIA e exprtadados.
22/08/2012	São Sebastião	Reinstalação do SISHIPERDIA
13/09/2012	UPA zona sul	Bakup e exportação de dados.
13/09/2012	Manoel Amorim de Mattos	Reinstalação do SISHIPERDIA e exportação de dados, bakup e configuração da base de dados.
08/10/2012	Pedacinho de Chão	Reinstalação do SISHIPERDIA e exportação de dados, bakup e configuração da base de dados.
24/10/2012	Areal da Floresta	Atualização da versão instalador, reinstalação do SISHIPERDIA e rastreamento.

➢ **Visita Técnica as Unidades de Saúde para atualização versão do Sishiperdia, levantamento de medicamentos e insumos.**

Dias:

- **26/10/2012**: Socialista, Mariana, José Adelino, Ronaldo Aragão, São Sebastião e Maurício Bustani;
- **27/10/2012**: Nova Floresta, Renato Medeiros, Caladinho, Oswaldo Pianna, Rafael V. Silva e Manoel A. Mattos;
- **27/10/2012**: Vila Princesa e Santo Antonio;
- **28/10/2012**: Areal da Floresta, Agenor de Carvalho, Aponiã, Ernandes Índio e Hamilton Gondin,;
- **30/10/2012**: Pedacinho de Chão.

Apesar dos resultados pouco significativos relativos ao número de cadastros e acompanhamento para controle da doença, o programa obteve um impacto importante na diminuição das complicações com o trabalho da equipe multiprofissional PSF, a distribuição sistemática das medicações e insumos, ente elas as Insulinas NPH, Regular, Lantus e Humalog e tira reagente, seringas c/agulha e lancetas

A redução dos agravos HÁ e DM e suas complicações através da identificação do controle adequado terá grande impacto no Sistema Único de Saúde, em termos de:

- Redução da Mortalidade
- Diminuição dos custos sociais e financeiros
- Oferta de assistência adequada aos portadores das doenças

DIFICULDADES

No âmbito central (DPE):

- Morosidade no processo de aquisição dos medicamentos, insumos e equipamentos para o tratamento dos usuários hipertensos e diabéticos;
- Local adequado para armazenagem e guarda dos insumos;
- Manutenção preventiva e corretiva dos instrumentos de avaliação.

Nas Unidades e/ou Equipes de Saúde da Família:

- Falta de compromisso por alguns profissionais e gestores das Unidades de Saúde;
- Falta de Recursos humanos para digitação;
- Falta de equipamentos(computador e disquete);
- Constantes entraves no Sistema Hiperdia;
- Cadastro com campos obrigatórios incompletos;
- Mapas com preenchimentos ilegíveis;
- Mapas entregues após data estipulada;

DESAFIOS:

- Elaboração do Protocolo Hiperdia (Hipertensão e Diabetes), em andamento;
- Capacitação em Antropométrica para profissionais de saúde das UBS, previsto para 2013;

- Capacitação Atendimento a Farmácia Básica das UBS; previsto para 2013;
- Capacitação em temperatura, conservação, transporte e aplicação de insulina para profissionais, como multiplicadores, previsto para 2013;
- Capacitação “in loco” equipe multiprofissional, em andamento;
- Implantação Sistema Hiperdia na plataforma Web, previsto para 2013;
- Aquisição de dois computadores;
- Aquisição de mais duas linhas Internet para digitação cadastros Hiperdia;
- Aquisição de dispositivos para bkcup de dados
- Aquisição de materiais e equipamentos de avaliação para na detecção e acompanhamento dos Hipertensos e Diabéticos

1 - Régua antropométrica adulto;
2 - Régua antropométrica infantil;
3 - Trena antropométrica;
4 - Balança portátil;
5 - Balança pediátrica.
6 - Esfignomamometro e estetoscópio infantil;
7 - Esfignomamometro e estetoscópio adulto;
8 -Elaboração/impressão de materiais didáticos;

- **Aquisição de Material Educativo para palestras e campanhas de detecção de diabetes e hipertensão.**
- Realização de atividades educativas nas UBS

CONSOLIDADO GERAL DIABETICOS E HIPERTENSOS CADASTRADOS NO PROGRAMA HIPERDIA, ZONA URBANA - ANO: 2010 E 2012

UBS	DIABETES				DIABETES+HIEPRTENSAO				HIPERTENSÃO				TOTAL			
	2010	2011	2012	Total	2010	2011	2012	Total	2010	2011	2012	Total	2010	2011	2012	Total Geral
Agenor de Carvalho	6	20	1	**27**	39	57	0	**96**	207	82	1	**290**	**252**	**159**	**2**	**413**
Alfredo Silva	23	0	0	**23**	192	0	0	**192**	464	0	0	**464**	**679**	**0**	**0**	**679**
Ana Adelaide	89	0	0	**89**	205	0	0	**205**	295	0	0	**295**	**589**	**0**	**0**	**589**
Aponiã	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Areal da Floresta	20	2	4	**26**	116	2	7	**125**	351	3	9	**363**	**487**	**7**	**20**	**514**
Caladinho	18	0	0	**18**	123	0	0	**123**	336	0	0	**336**	**477**	**0**	**0**	**477**
Ernades Coutinho Indio	9	0	4	**13**	173	1	0	**174**	265	0	2	**267**	**447**	**1**	**6**	**454**
Hamilton Gondin	71	0	0	**71**	495	0	0	**495**	1.118	0	0	**1.118**	**1.684**	**0**	**0**	**1.684**
José Adelino	21	1	0	**22**	166	39	0	**205**	375	63	0	**438**	**562**	**103**	**0**	**665**
Manoel A. Mattos	59	0	0	**59**	174	0	0	**174**	731	0	0	**731**	**964**	**0**	**0**	**964**
Maurício Bustani	74	0	0	**74**	251	6	2	**259**	572	0	0	**572**	**897**	**6**	**2**	**905**
Mariana	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Nova Floresta	30	18	0	**48**	196	17	0	**213**	683	78	0	**761**	**909**	**113**	**0**	**1022**
Oswaldo Pianna	41	0	0	**41**	195	0	0	**195**	613	0	0	**613**	**849**	**0**	**0**	**849**
Oswaldo Cruz	21	0	0	**21**	88	0	0	**88**	6	0	0	**6**	**115**	**0**	**0**	**115**
Pedacinho de Chão	35	0	0	**35**	270	0	0	**270**	732	0	0	**732**	**1037**	**0**	**0**	**1037**
Rafael Vaz e Silva	55	0	0	**55**	231	3	0	**234**	437	0	0	**437**	**723**	**3**	**0**	**726**
Renato Medeiros	21	0	0	**21**	146	0	0	**146**	338	0	0	**338**	**505**	**0**	**0**	**505**
Ronaldo Aragão	12	0	0	**12**	147	0	0	**147**	370	0	0	**370**	**529**	**0**	**0**	**529**
Santo Antonio	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
São Sebastião	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Socialista	0	0	0	**0**	2	0	0	**2**	3	0	0	**3**	**5**	**0**	**0**	**5**
Vila Princesa	0	0	1	**1**	0	1	4	**5**	7	12	25	**44**	**7**	**13**	**30**	**50**
Total	**605**	**41**	**10**	**656**	**3209**	**126**	**13**	**3348**	**7903**	**238**	**37**	**8178**	**11717**	**405**	**60**	**12182**

Fonte: Centralizador Municipal/ SISHIPERDIA

CONSOLIDADO GERAL DIABETICOS E HIPERTENSOS CADASTRADOS NO PROGRAMA HIPERDIA, ZONA RURAL - ANO: 2010 a 2012

AGRAVOS	DIABETES				DIABETES+HIEPRTENSÃO				HIPERTENSÃO				TOTAL			
UBS	2010	2011	2012	Total	2010	2011	2012	Total	2010	2011	2012	Total	2010	2011	2012	Total Geral
Abunã	0	0	5	**5**	16	0	16	**32**	37	0	47	**84**	**53**	**0**	**68**	**121**
Aliança	0	0	1	**1**	0	0	10	**10**	0	0	10	**10**	**0**	**0**	**21**	**21**
Benjamin Silva (Calama)	7	0	3	**10**	8	0	8	**16**	45	0	33	**78**	**60**	**0**	**44**	**104**
Cachoeira Teotônio	0	0	0	**0**	6	0	1	**7**	19	0	0	**19**	**25**	**0**	**1**	**26**
Cujubin Grande	2	0	0	**2**	6	0	0	**6**	8	0	0	**8**	**16**	**0**	**0**	**16**
Embaúba	0	0	0	**0**	2	0	0	**2**	9	0	0	**9**	**11**	**0**	**0**	**11**
Extrema	1	1	2	**4**	17	11	12	**40**	27	21	48	**96**	**45**	**33**	**62**	**140**
Estrada da Penal/ Km 28	2	0	0	**2**	4	0	0	**4**	22	0	0	**22**	**28**	**0**	**0**	**28**
Fortaleza do Abunã	0	0	2	**2**	0	0	8	**8**	0	0	13	**13**	**0**	**0**	**23**	**23**
Jacy Paraná	3	0	0	**3**	15	2	4	**21**	34	0	9	**43**	**52**	**2**	**13**	**67**
Mutum Paraná	3	5	10	**18**	21	23	39	**83**	19	46	64	**129**	**43**	**74**	**113**	**230**
Maria Nobre (Nazaré)	1	0	0	**1**	1	0	0	**1**	5	0	0	**5**	**7**	**0**	**0**	**7**
Morrinhos	2	0	1	**3**	8	0	3	**11**	28	0	1	**29**	**38**	**0**	**5**	**43**
Nova Califórnia	4	0	2	**6**	11	0	6	**17**	55	0	1	**56**	**70**	**0**	**9**	**79**
Papagaios	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	11	0	0	**11**	**11**	**0**	**0**	**11**
Praia do Tamanduá	0	0	0	**0**	0	0	0	**0**	3	0	0	**3**	**3**	**0**	**0**	**3**
Rio das Garças	1	2	0	**3**	4	0	2	**6**	8	9	3	**20**	**13**	**11**	**5**	**29**
São Carlos	1	0	0	**1**	27	2	0	**29**	76	13	11	**100**	**104**	**15**	**11**	**130**
União Bandeirantes	2	0	2	**4**	41	21	3	**65**	91	81	39	**211**	**134**	**102**	**44**	**280**
Vale do Jamari	0	0	0	**0**	1	0	0	**1**	11	0	0	**11**	**12**	**0**	**0**	**12**
Vista Alegre do Abunã	0	1	0	**1**	13	7	0	**20**	100	25	0	**125**	**113**	**33**	**0**	**146**
Total	**29**	**9**	**28**	**66**	**201**	**66**	**112**	**379**	**608**	**195**	**279**	**1082**	**838**	**270**	**419**	**1527**

Fonte: Centralizador Municipal/ SISHIPERDIA

DIABÉTICOS INSULINO DEPENDENTES CADASTRADOS
POR UNIDADE DE SAÚDE DA ZONA RURAL - ANOS 2010 / 2011/ 2012

UBS	ANO 2010		ANO 2011		ANO 2012		TOTAL GERAL	
	DIABÉTICO INSULINO DEPENDENTE CADASTRADO	DIABÉTICO INSULINO DEPENDENTE QUE RECEBEM TIRA REAGENTE	DIABÉTICO INSULINO DEPENDENTE CADASTRADO	DIABÉTICO INSULINO DEPENDENTE QUE RECEBEM TIRA REAGENTE	DIABÉTICO INSULINO DEPENDENTE CADASTRADO	DIABÉTICO INSULINO DEPENDENTE QUE RECEBEM TIRA REAGENTE	DIABÉTICO INSULINO DEPENDENTE CADASTRADO	DIABÉTICO INSULINO DEPENDENTE QUE RECEBEM TIRA REAGENTE
ZONA RURAL								
ALIANÇA	0	0	3	0	0	0	3	0
CACHOEIRA TEOTONIO	0	0	1	1	1	1	2	2
CUJUBIN GRANDE	7	0	0	0	0	0	7	0
EXTREMA	0	0	0	0	1	0	1	0
JACY PARANÁ	16	2	0	0	0	0	16	2
MUTUM PARANÁ	3	0	0	0	0	0	3	0
MARIA NOBRE (NAZARÉ)	2	0	0	0	0	0	2	0
NOVA CALIFÓRNIA	0	0	5	0	0	0	5	0
RIO DAS GARÇAS	0	0	0	0	1	1	1	1
SÃO CARLOS	3	1	0	0	0	0	3	1
UNIÃO BANDEIRANTES	7	0	1	1	0	0	8	1
VISTA ALEGRE DO ABUNÃ	0	0	0	0	1	1	1	1
SUB-TOTAL	38	3	10	2	4	3	52	8
TOTAL GERAL	1.154	234	188	121	169	94	1.511	449

Fonte: Unidades de Saúde da Família

CONSOLIDADO GERAL DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TIRA REAGENTE – ANO 2012			
MÊS	**AQUISIÇÃO**	**DISTRIBUIÇÃO**	**SALDO**
Janeiro	55.500	150	55.350
Fevereiro	10.000	28.750	36.600
Março		26.400	10.200
Abril		50	10.150
Maio		4.650	5.500
Junho		1.250	4.250
Julho		850	3.400
Agosto		1.350	2.050
Setembro	360.000	32.050	330.000
Outubro		5.500	324.500
Novembro		26.600	297.900
Dezembro			
Total	**425.500**	**127.600**	**297.900**

Fonte: Programa de Hipertensão e Diabetes

CONSOLIDADO GERAL DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE APARELHO GLICOSÍMETRO – ANO 2012			
MÊS	**AQUISIÇÃO**	**DISTRIBUIÇÃO**	**SALDO**
JANEIRO	103	1	102
FEVEREIRO		6	96
MARÇO		0	96
ABRIL		2	94
MAIO		1	93
JUNHO		2	91
JULHO		2	89
AGOSTO		1	88
SETEMBRO	500	451	137
OUTUBRO		8	129
NOVEMBRO		37	92
DEZEMBRO			
TOTAL	**603**	**511**	**92**

Fonte: Programa de Hipertensão e Diabetes

PERCENTUAL HIPERTENSOS E DIABÉTICOS CADASTRADOS SISTEMA HIPERDIA
ANO: 2003 A DEZEMBRO/2012

Ano	População do Município de PVH de 30 anos e mais	Meta 35%	Hipertensos			Meta 11%	Diabéticos		
			Cadastrados	Meta 100%	Déficit %		Cadastrados	Meta 100%	Déficit %
2003	131.522	46.032	4.301	9,34%	90,66%	14.467	1.789	12,36%	87,64
2004	140.805	49.281	7.150	14,50%	85,50%	15.488	2.556	16,50%	83,5
2005	145.921	51.072	8.323	16,29%	83,71%	16.051	2.873	17,89%	82,11
2006	145.650	50.977	9.482	18,60%	81,40%	16.021	3.164	19,74%	80,25
2007	145.650	50.977	11.345	22,25%	77,75%	16.021	3.758	23,45%	76,55
2008	145.650	50.977	11.876	23,29%	76,71%	16.021	3.968	24,76%	75,24
2009	154.738	54.158	12.771	23,58%	76,42%	17.021	4.872	28,62%	71,38
2010	154.738	54.158	14.660	27,06%	72,94%	17.021	5.478	32,18%	67,82
2011	182.003	60.701	15.416	25,39%	74,61%	20.020	5.862	29,28%	70,72%
2012	182.003	60.701	15.857	26,12%	73,88%	20.020	6.359	31,91%	68,09%

PLANILHA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
(Portaria 2982/MS de 26/11/2009)

AQUISIÇÃO REALIZADA	Nº PROCESSO	ATIVIDADE	FONTE	ND	DATA	VALOR R$
Aquisição de 1.110 caixas de tiras reagente, p/teste de glicemia, caixa c/50 unidades e 2.000 unidades de lanceta	08.0031/DPE/SEMUSA/2012	2.024	103,0	30	09/01/2012	
Aquisição de 7.200 caixas de Tiras Reagente p/teste de glicemia, caixa c/50 unidades. (RECEBIDO EM SETEMBRO/2012)	08.0260/DPE/SEMUSA/2012	2.024	103.0	30	15/02/2012	
Aquisição de 200 Tiras Reagente p/teste de glicemia	08.0446/DPE/SEMUSA/2012	2.024	103.0	30	22/03/2012	
Aquisição de 5.000 tiras reagente p/teste de glicemia (EM ANDAMENTO)	08.0856/DPE/SEMUSA/2012	2.024	103.0	30	02/07/2012	
Aquisição de 1.000 Lanches	08.0635/DPE/SEMUSA/2012	2.024	103,0	30	03/2012	

ÁREA TÉCNICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

1. PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO DE SAÚDE DE FERRO:

Este Programa tem como objetivo prevenir a anemia por deficiência de ferro, consiste na suplementação medicamentosa de ferro para crianças, gestantes e mulheres pós-parto e/ou pós-aborto.

Os suplementos de ferro para atender ao programa, são distribuídos pelo Ministério da Saúde, gratuitamente, às unidades de saúde que conformam a rede do SUS, de acordo com o número de crianças e mulheres que atendam ao perfil de sujeitos da ação do Programa.

No Município de Porto Velho, o referido Programa é executado nas Unidades de Saúde, através das Equipes de Saúde da Família, assim como, na Maternidade Municipal Mãe Esperança.

1.1 Público prioritário:

- Crianças de 4 a 24 meses de idade;
- Gestantes a partir da 20ª semana de gestação;
- Mulheres até o 3º mês pós-parto e pós-aborto.

O quadro a seguir, sistematiza a distribuição dos suplementos, conforme o ciclo de vida e permanência do público no programa.

Quadro 1: Distribuição de Suplementos, dosagem, Permanência e Cobertura Populacional.

População	Dosagem	Periodicidade	Permanência	Produto	Cobertura Populacional
Crianças de 6 a 18 meses de idade	25mg de ferro elementar (5ml do produto)	1 vez por semana	Até completar 18 meses	Sulfato Ferroso	Universal
Gestantes a partir da 20ª semana	- 60mg de ferro elementar; - 5mg de ácido fólico	Todos os dias	Até o final da gestação	Sulfato ferroso e ácido fólico	Universal
Mulheres no pós-parto e/ou pós-aborto	60mg de ferro elementar	Todos os dias	Até o 3º mês pós-parto e até o 3º mês pós-aborto	Sulfato ferroso	Universal

Fonte: CGAN/MS/2012.

1.2 Atividades realizadas:

- ✓ Disponibilização de materiais e insumos às Unidades de Saúde, necessários para a realização de cadastramento e acompanhamento;
- ✓ Disponibilização de Norma Técnica do Programa de Suplementação de Ferro às equipes de Saúde da Família e Unidades de saúde da área urbana e rural;
- ✓ Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde realizou a distribuição de suplementos (sulfato ferroso comprimidos, sulfato ferroso xarope, ácido fólico comprimidos) às Unidades de Saúde da área urbana e rural e Maternidade Municipal Mãe Esperança;
- ✓ Realização de educação em saúde voltada à alimentação adequada, mediante as Equipes de Saúde da Família;
- ✓ Elaboração de folder referente ao tema (segue modelo em anexo).
- ✓ Disponibilização para as Unidades de Saúde de folder impresso.
- ✓ Levantamento de dados e mapeamento das Unidades de Saúde referente aos encaminhamentos dos mapas mensais;
- ✓ Consolidação dos dados provindos das Unidades de Saúde;
- ➢ Atualização mensal do Sistema de Informação do Programa Saúde de Ferro.

1.3 Distribuição às Unidades de Saúde dos Suplementos do Programa Saúde de Ferro.

O quadro a seguir refere-se, ao estoque da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde dos Suplementos do Programa Saúde de Ferro, conforme recebimento de fornecedores e

Ministério da Saúde no ano de 2012.

Quadro 2: Estoque dos suplementos do Programa Saúde de Ferro, referente ao período de janeiro a outubro de 2012, segundo Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde.

Ord.	Descrição Fornecedor	Entradas (UND)
01	Ácido Fólico - 5 mg (comprimido) Fornecedores: Em: 30/03/2012: Comercial Cirúrgica Rioclarens: 100.000 comprimidos. Em: 08/10/2012: Comercial Cirúrgica Rioclarens: 125.000 comprimidos. Em: 18/10/2012: Ministério da Saúde: 37.500 comprimidos.	262.500 comprimidos
02	Sulfato Ferroso – 109 mg (comprimido). Fornecedor: Ministério da Saúde	280.020 comprimidos
03	Sulfato Ferroso – xarope Fornecedor: Ministério da Saúde.	5.050 frascos

Fonte: Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, maio/2012.

Os suplementos do Programa Saúde de Ferro são distribuídos gratuitamente pelo Ministério da Saúde a todos os Municípios. Porém, em determinado período do ano, houve a necessidade de suprir a escassez desses suplementos, para tanto, a direção da Farmácia Básica realizou 02 (duas) aquisições do insumo ácido fólico de 5 mg, conforme descrito no quadro acima, assim como, realizou permuta de sulfato ferroso da farmácia básica para atender à clientela do Programa Saúde de Ferro.

Tão logo, o recebimento dos referidos insumos, a Farmácia Básica realizou a distribuição para todas as Unidades de Saúde da zona urbana e rural.

O Ministério da Saúde utiliza como parâmetros para distribuição dos suplementos ao município de Porto Velho, as seguintes fontes de dados:

- Para a população infantil, utilizam-se dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), do ano de 2001.
- Para o quantitativo das gestantes e mulheres até o 3º mês pós-parto e pós-aborto, utilizam-se informações do MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Nascimentos SINASC/2001.

1.4 Acompanhamento do público do Programa Saúde de Ferro

O quadro a seguir, refere-se ao público do Programa Saúde de Ferro, acompanhadas pelas unidades de saúde, equipes de saúde da família e Maternidade Municipal Mãe Esperança no período de janeiro a 10 de dezembro de 2012.

Quadro 3 – Quantitativo do público referente ao Programa Saúde de Ferro assistido pelas Unidades de Saúde.

Ações Anuais	Metas Anuais			
	Prevista Anual	Realizado no 1ª Semestre	Realizado no 2º Semestre	(%) Cobertura Populacional
Suplementação de Crianças com Sulfato Ferroso - Faixa Etária: 6 a 24 meses.	7.171	384	323	9,86 %
Suplementação de Gestantes com Sulfato Ferroso e ácido Fólico Fólico - a partir do 5º mês de gestação.	3.066	925	585	49,25 %
Suplementação de Puérperas com Sulfato Ferroso - até 3 meses após parto.	3.066	1746	1516	106,39 %

Fonte: Sistema de Informação do Programa Saúde de Ferro/MS/2012.

O quadro acima, refere-se sequencialmente, ao percentual de crianças de 4 a 24 meses de idade suplementadas com sulfato ferroso xarope, gestantes a partir da 20ª semana suplementadas com ácido fólico e sulfato ferroso, assim como, mulheres pós-parto suplementadas com sulfato ferroso.

A população anual para acompanhamento de crianças do Programa Saúde de Ferro, é de

7.171 (sete mil cento e setenta e um) crianças.

Em relação à representatividade da população infantil na faixa etária de 4 a 24 meses de idade, que foram suplementadas com sulfato ferroso xarope no ano de 2012, correspondeu à cobertura populacional de 9,86%.

O método utilizado para suplementar este público, dar-se-á com uma dosagem de 25mg de ferro elementar, sendo este administrado uma vez por semana, respeitando o dia e o horário para o mesmo, a apresentação é em forma de frasco com conteúdo líquido (xarope).

Dentre a meta anual de 3.066 (três mil e sessenta e seis) gestantes que devem ser acompanhadas no Programa Saúde de Ferro, 49,25% dessa população foram suplementadas com sulfato ferroso e ácido fólico.

O método utilizado para suplementação deste público, dar-se-á pela administração de 01 (um) comprimido de ácido fólico de 5mg e 01 (um) comprimido de sulfato ferroso de no mínimo 40mg de ferro elementar, diariamente, a partir da 20ª semana de gestação até a última semana de gestação.

Em relação ao público de mulheres puérperas suplementadas com sulfato ferroso comprimido até o 3º mês pós-parto, a meta anual de 3.066 (três mil e sessenta e seis) mulheres, sendo que, esta assistência é fornecida pela Maternidade Municipal Mãe Esperança, alcançou 106, 4% de cobertura.

Tendo em vista, que a Maternidade Municipal Mãe Esperança executa essa ação, somente algumas mulheres da zona rural são suplementadas pela equipe de saúde da família, e o mínimo de mulheres da atenção básica que por algum motivo não foram suplementadas.

O método utilizado para suplementar este público, dar-se-á de um comprimido diário de sulfato ferroso comprimido de no mínimo 40mg de ferro elementar, até o 3º mês pós-parto.

Durante os dois semestres anuais, as Unidades de Saúde realizaram o trabalho de suplementação, porém, não se elaboraram o Mapa de Consolidado Mensal do Programa Saúde de Ferro, havendo dessa forma, subnotificação dos dados referente ao publico infantil e grupos de gestantes.

Durante as visitas técnicas realizadas pela Coordenação da Área Técnica de Alimentação e Nutrição, realizou-se o trabalho de sensibilização com diretores das Unidades de Saúde, quanto a importância de informar corretamente o quantitativo de suplementação de gestantes através do Mapa de Consolidado Mensal do Programa Saúde de Ferro, assim como, encaminhamento de memorando circular à todos os diretores solicitando a entrega dos mapas referentes aos meses em atraso, como também, a entrega na data útil até o 5º dia de cada mês.

Dentre as dificuldades para acompanhar e inserir o público infantil no programa, refere-se à adesão dos responsáveis pelas crianças, maior envolvimento dos profissionais de saúde e cultura regional. Percebe-se também, a subnotificação de dados por parte dos profissionais de saúde.

Para melhor viabilização do programa, a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação da Área Técnica de Alimentação e Nutrição, disponibilizou os suplementos em forma de xarope para as Unidades de Saúde da área urbana e área rural. Além dos suplementos, foram disponibilizados material informativo (banner) e nota técnica aos profissionais e Unidades de Saúde, assim como, encaminhamento de memorando circular solicitando encaminhamento do Mapa de Consolidado Mensal do Programa Saúde de Ferro no prazo até o 5º dia útil do mês.

Programa-se para o ano de 2013, maior intensificação desse programa para atender às necessidades do público infantil, que requer uma assistência mais qualificada para a realização do acompanhamento adequado e necessário.

Quanto ao acompanhamento das gestantes, observa-se que fator entrave, refere-se somente às informações provindas das Unidades de Saúde, que por algum motivo, não são encaminhados ou informados da maneira correta, tendo em vista, a distribuição em grande escala dos suplementos (sulfato ferroso e ácido fólico) por parte da Farmácia Básica às unidades de saúde.

2. PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO DE VITAMINA A

O Vitamina A Mais - Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A - é um programa do Ministério da Saúde, com apoio dos Estados, que busca reduzir e erradicar a deficiência nutricional de vitamina A em crianças de seis a cinqüenta e nove meses de idade e mulheres no pós - parto imediato (antes da alta hospitalar), residentes em regiões consideradas de risco.

O Ministério da Saúde disponibiliza para os Estados, os insumos necessários para

execução do programa, a partir daí, cada Estado redistribui para os municípios contemplados com o programa.

Cada município é responsável pela distribuição dos insumos às Unidades de Saúde, assim como, a alimentação mensal do Sistema de Informação de Suplementação de Vitamina A.

No quadro abaixo, há a demonstração da quantidade de insumos que a Farmácia Básica da Semusa recebeu da Secretaria de Estado de Saúde de Rondônia/SESAU/RO.

Quadro 1: Quantitativo de Vitamina A de 100.000 e 200.000 UI disponibilizados pela Gerência de Medicamentos do Estado de Saúde de Rondônia (GEMES) no ano de 2012.

Suplemento	Dose	Quantidade
Vitamina A	100.000 UI	8.750 cápsulas
Vitamina A	200.000UI	35.000 cápsulas

Fonte: Farmácia Básica da Semusa/Gemes/RO, 2012.

Dentre os suplementos, destaca-se o quantitativo de vitamina A de 200.000 UI, que foi disponibilizado para o público de crianças na faixa etária de 12 a 59 meses que recebeu a primeira e segunda dose ao ano, assim como, ao público de mulheres puérperas.

2.1 Público:

- Crianças de 6 a 11 meses de idade;
- Crianças de 12 a 59 meses de idade;
- Mulheres no pós-parto e/ou pós-aborto imediato.

Quadro 2: Distribuição de Suplementos, dosagem, Permanência e Cobertura Populacional.

IDADE	DOSAGEM	VIA DE ADMINISTRAÇÃO	FREQÜÊNCIA
Crianças: 6-11 meses	100.000 UI	Oral	Uma vez a cada 6 meses
Crianças: 12-59 meses	200.000 UI	Oral	Uma vez a cada 6 meses
Mulheres no pós-parto imediato, antes da alta hospitalar	200.000 UI	Oral	Uma vez

Fonte: Sistema de Informação Vitamina A/MS/2012.

2.2. Acompanhamento do público do Programa de Suplementação da Vitamina A

No quadro abaixo, encontram-se o percentual de acompanhamento de crianças, gestantes, mulheres pós-parto do **Programa de Suplementação da Vitamina A** pelas unidades de saúde e Maternidade Municipal Mãe Esperança no período de janeiro a 10 de dezembro de 2012.

Quadro 3 - Representação do percentual de crianças na faixa etária de 6 a 11 meses de idade suplementadas com vitamina A de 100.000 UI no período de janeiro a 30 de novembro de 2012.

Ações Anuais	Metas Anuais			
	Prevista Anual	Realizado no 1º Semestre	Realizado no 2º Semestre	(%) Cobertura Populacional
Suplementação de Crianças com Vitamina A – Dose de 100.000 UI - Faixa Etária: 6 a 11 meses e 29 dias.	7.182	2.438	1.853	59,75 %
Suplementação de crianças com Vitamina A **– 1ª Dose de 200.000 UI** – Faixa Etária: 12 a 59 meses.	29.494	7.119	2.567	32,84 %
Suplementação de crianças		Não há		

Ações Anuais	Metas Anuais			
	Prevista Anual	Realizado no 1º Semestre	Realizado no 2º Semestre	(%) Cobertura Populacional
com Vitamina A – **2ª Dose de 200.000 UI** – Faixa Etária: 12 a 59 meses.	29.494	suplementação de 2º dose no primeiro semestre do ano.	5.063	17,7 0 %
Suplementação de Mulheres Puérperas antes da alta hospitalar – Dose única de 200.000 UI	3.066	2.599	1.795	143,30 %

Fonte: Sistema de Informação Vitamina A/MS/2012.

Para suplementar criança na faixa etária de 6 a 11 meses e 29 dias, os pais ou responsáveis devem se encaminhar à Unidade de Saúde mais próxima de suas residências e solicitar na sala de imunização a suplementação de vitamina A, ou o próprio profissional enfermeiro ou imunizador, localizam na Caderneta da Criança a necessidade de realizar a administração do suplemento.

As crianças nesta faixa etária são suplementadas com uma única dose de vitamina A de 100.000 UI.

A meta anual de crianças para serem suplementadas, é de 7.182 (sete mil cento e oitenta e dois) crianças, sendo que, 4.291 (quatro mil duzentos e noventa e um) crianças foram suplementadas durante o período de janeiro a 30 de novembro do corrente ano, totalizando 59,75% de cobertura populacional.

O grupo populacional de crianças para suplementação da 1ª dose no ano de vitamina A de 200.000 UI, corresponde a crianças na faixa etária de 12 a 59 meses de idade. O público para este grupo, é de 29.494 (vinte nove mil, quatrocentos e noventa e quatro) crianças, sendo que, dentre estas, foram suplementadas 9.686 (nove mil, seiscentos e oitenta e seis) crianças, representando 32,84% de cobertura.

O método utilizado para suplementar criança na faixa etária de 12 a 59 meses e 29 dias, deve ser de uma dosagem de vitamina A no intervalo de seis meses para cada dose, totalizando 8 administrações de vitamina A.

A meta anual para a 2ª dose ao ano de vitamina A, é o mesmo quantitativo de 29.494 (vinte nove mil quatrocentos e noventa e quatro) crianças, sendo que, foram suplementadas de janeiro a 30 de novembro de 2012, 5.063 (cinco mil e sessenta e três) crianças, totalizando 17,70% de cobertura populacional.

Em relação às mulheres suplementadas com vitamina A de 200.000 UI no pós-parto imediato, o método utilizado para suplementar, segue o critério de dosagem única de 200.000 UI de vitamina A, ainda na maternidade, antes da alta hospitalar.

A Maternidade Municipal Mãe Esperança realiza a suplementação de vitamina A em puérperas que tiveram seus partos realizados durante a semana, tendo em vista, que este programa fica sob coordenação e administração da Farmácia Básica da maternidade.

A meta anual de mulheres puérperas, que devem ser suplementadas com vitamina A, ainda no nível hospitalar, é de 3066 (três mil e sessenta e seis) mulheres. Dentre essa população, foram suplementadas 4.394 (quatro mil, trezentos e noventa e quatro) mulheres, perfazendo 143,30% de cobertura populacional.

3. DEMAIS ATIVIDADES REFERENTES À COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

- Dia 24 de Fevereiro: Reunião com a equipe técnica da Gerência Estadual de Programas Especiais, especificamente, Coordenação Estadual da Área Técnica de Alimentação e Nutrição, para tratar da pauta de elaboração do Plano Intersetorial do Controle da Obesidade.
- Dia 13 de Março: Reunião com a equipe técnica da Gerência Estadual de Programas Especiais, especificamente, Coordenação Estadual da Área Técnica de Alimentação e Nutrição, para tratar da pauta de elaboração do Plano Intersetorial do Programa Bolsa Família.
- Dia 11 de Abril: Reunião com a equipe técnica da Gerência Estadual de Programas Especiais, especificamente, Coordenação Estadual da Área Técnica de Alimentação e Nutrição, para tratar da pauta Sistema do Programa Bolsa Família.

- Nos dias 05 e 06 de Junho: I Reunião Ampliada para Elaboração do Plano Intersetorial de Combate a Obesidade em Rondônia, organização da Sesau/RO.
- No mês de Junho: Elaboração do folder referente ao Programa Bolsa Família.
- No mês de Julho e Agosto: Elaboração de folder's referente aos Programas de Suplementação de Vitamina A e Ferro, Prevenção à Obesidade, Dislipidemia, Feijão Com Arroz, Alimentação Saudável, Alimentação Adequada para Crianças Menores de 2 anos.
- No mês de Outubro: Mobilização das Unidades de Saúde para eventos locais referentes às Datas Comemorativas do mês de Outubro (Semana da Alimentação Adequada, Prevenção à Obesidade).
- No mês de Dezembro: 2ª Reunião Intersetorial para elaboração do Plano de Combate a Obesidade em Rondônia, organização da Sesau/RO.

VITAMINA A MAIS

- **Aumenta as chances de sobrevivência** - a vitamina A reduz a mortalidade infantil e a mortalidade materna;
- **Reduz a gravidade das infecções** - diarréia, sarampo e infecções respiratórias;
- **Mantém a saúde da visão e dos olhos** - A falta da vitamina A, pode causar dificuldades de se enxergar em lugares com luz fraca e causar até cegueira;
- **É fundamental para o crescimento das crianças.**

FONTES DE VITAMINA A

- É encontrado em alimentos de **origem animal**: leite materno, leite integral, fígado;
- Em alimentos de origem vegetal - **frutas e legumes de cor amarelo-alaranjado**: manga, mamão, cenoura e abóbora, **verduras verde-escuras** (caruru, bertalha, couve).
- É encontrado também em **óleos e frutas oleaginosas** (buriti, pupunha, dendê e pequi)

Ferro

POR QUE É TÃO IMPORTANTE?

- Reduz o nascimento de bebês prematuros e com baixo peso;
- Reduz o risco de morte materna no parto e no pós-parto imediato;
- Melhora a capacidade de aprendizagem da criança;
- Melhora a resistência às infecções;
- É fundamental para o crescimento

- As carnes vermelhas**, principalmente fígado de qualquer animal e outras vísceras (miúdos), como rim e coração;** Carnes de aves e de peixe**;** Leites enriquecidos com Ferro**.**
- Origem vegetal são**: folhosos verde-escuros, como agrião, couve, cheiro-verde, taioba; as leguminosas (feijões, fava, grão-de-bico, ervilha, lentilha); grãos integrais ou enriquecidos; nozes e castanhas, melado de cana-de-açúcar, rapadura e açúcar mascavo.**
- A**limentos fortificados com ferro: farinhas de trigo e milho, cereais matinais, entre outros.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Programa Vitamina A

Programa Saúde de Ferro

Procure a Unidade de Saúde mais próxima de sua casa, e solicite a suplementação de seu filho com vitamina A e Ferro.

Diante do exposto acima, podemos considerar que muitas atividades foram desempenhadas por esta divisão no decorrer do ano, mas algumas metas pactuadas não foram alcançadas, pois necessita de um esforço multiprofissional dos setores de nível central e das unidades de básicas de saúde;

Consideramos também a necessidade de uma maior estruturação do setor no tocante a recursos humanos e materiais;

Consideramos também que com o quantitativo de programas existentes necessitamos de uma maior implementação do setor, portanto sugere-se a transformação da Divisão de Programas Especiais em Departamento com suas divisões, a fim de proporcionar maior autonomia para direcionar as ações e gratificar melhor as coordenações.

Aquisição de veículo, tendo em vista que o veículo que foi adquirido com recursos da manutenção de Programas Estratégicos sofreu um acidente indo para oficina para conserto e até o momento não retornou, o que dificulta a realização das atividades por todas as coordenações.

Por fim, é importante pontuar, que há necessidade de um espaço físico adequado para armazenar os insumos adquiridos para desenvolver as ações de todos os programas pertencentes a esta Divisão, tendo em vista que atualmente estes materiais são armazenados no Almoxarifado Municipal tornando difícil o controle e dispensação dos mesmos em virtude da distância que se situa em relação sede

6.2 GESTÃO DA RESOLUTIVIDADE DOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM PORTO VELHO

DERPARTAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - DEMAC

Diretriz do PMS: Aumento da capacidade Resolutiva e o Acesso a Aumento da Capacidade Assistência de Média e Alta Complexidade Objetivo do PMS: 1: AMPLIAR E REORDENAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE – (APOIO DIAGNÓSTICO, ASSISTENCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA)

Meta do PMS: 1) Redução de 40% dos atendimentos de menor agravos em urgência e emergência realizados a população de Porto Velho nos Hospitais de Referência(Hosp. João Paulo II).

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1) Construir, equipar e operacionalizar duas UPAS na zona urbana	1 - 02 UPAS área urbana	100%	1- Monitorar e fiscalizar a obra	100%			Obras concluídas
			2 – Equipar as UPA´s	100%			
			3- Receber a obra concluída.	100%			
2) Construir, equipar e operacionalizar uma UPA na Zona Rural (Distrito de Jacy – Paraná)	2 - Protocolos aprovados e implantados	70%	2.1 - Elaborar o processo administrativo para aquisição de equipamentos e mobiliários.	100%			Obs: Os equipamentos da UPA de Jacy Paraná já foram adquiridos, juntamemente com o processo das UPAS Zona Leste e Zona Sul, faltando somente instalar . Obra enconstra-se em fase de finalização.
			2.2 - Acompanhar a tramitação do processo licitatório dos mobiliários e equipamentos	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			2.3 - Recebimento dos mobiliários e equipamentos.	100%			
			2.4- Distribuir os equipamentos adquiridos nas UPAS	0%			
3) Ampliar o número de profissionais para os Prontos Atendimentos 24hs.	100 - médicos 32 - enfermeiros 50 - profissionais do SAMU	60%	3.1- Dimensionar o numero de profissionais para contratação e suprir necessidade	100%			Foram contratados novos profissionais redimensionando com as UPAS, porém ainda existe necessidade de mais profissionais médicos, principalmente, para os PA's.
			3.2- Formular processo enfatizando as necessidades e prioridades para solicitação de contratação de profissionais	100%			
			3.3- Lotação dos profissionais contratados e selecionados.	60%			
4) Realizar capacitação em urgência e emergência, para todos os profissionais da área médica e de enfermagem que atuam nos Prontos	Capacitar 100% dos profissionais que atuam nos P.A e SAMU	90%	4.1 Realizar 01 curso de capacitação para os profissionais médicos: ACLS – advanced cardiologic life support e ATLS – advanced trauma life support.	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
Atendimentos e SAMU (ACLS);			4.2 – Realizar 01 curso de capacitação para enfermeiros: PHTLS – pré hospitalar trauma life support	100%			
			4.3 – Realizar 01 curso para os profissionais do SAMU – APH	100%			
5) Capacitar os profissionais que atuam nos Prontos Atendimentos para o acolhimento com classificação de risco (Port/MS 2048 05/11/2003);	Capacitar 100% dos profissionais dos Pronto Atendimento	100%	5.1 – Realizar oficinas sobre acolhimento com classificação de risco (Jane – pegar numero de oficinas).	10 oficinas			Realizadas 10 oficinas, sendo: 04 (quatro) em Janeiro com 194 profissionais (enfermeiros, Tecnicos e auxiliares em e profisionais do SAME 06 (seis) em Abril/2012 com 94 profisisonais (técnicos em enfermagem)
6) Implantar sistema com classificação de risco em urgência e emergência no Municipio.	Implantar 01 (um) Sistema com classificação de risco	90%	6.1 – Adquirir material para atender o dispositivo de classificação de risco de acordo com o protocolo de Manchester	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			6.2 – Produzir material para divulgação à população a fim de dar conhecimento do dispositivo de classificação de risco	100%			
			6.3 - Utilizar o material no acolhimento aos usuários (pulseiras).	100%			Obs: As pulseiras são para utilização nas UPAS

Ações do Departamento de Alta e Média complexidade
Diretriz do PMS: Aumento da capacidade Resolutiva e o Acesso a Aumento da Capacidade Assistência de Média e Alta Complexidade
Objetivo do PMS: 1: AMPLIAR E REORDENAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE – (APOIO DIAGNÓSTICO, ASSISTENCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA)
Meta do PMS: 1) Atender 100% com os serviços de Atendimento Móvel – SAMU a população de Porto Velho e expandir as ações na regional de saúde de Porto Velho

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1) Ampliar o serviço de atendimento Pré Hospitalar móvel	1 - Aumentar 02 unidades de suporte básico e 01 veiculo de intervenção rápida.	100%	1.1 – Solicitar junto ao MS a expansão do SAMU com 02 unidades de suporte básico e 01 veiculo de intervenção rápida.	100%			Foram solicitadas ao MS 6 unidades , 4 suporte básico, uma suporte UTI e um veículo de intervenção rápida. O MS já cedeu uma ambulância e o município adquiriu mais seis.
2) Participar junto ao colegiado da pactuação da regionalização dos serviços de assistência pré hospitalar	2 - SAMU regionalizado	xxxxxxx	2.1 – Elaboração do Plano Regionalizado SAMU	xxxxxx			Esta pactuação ainda está em construção junto ao ciolegiado de Gestão Regional.
			2.2 – Pactuação entre os gestores dos custos da implantação deste serviço.	xxxxxx			
			2.3 – Formação de parcerias junto ao governo estadual para manutenção dos serviços do SAMU	xxxxxx			
			2.4 – Instalação dos serviços do SAMU regionalizado.	xxxxxx			

6.2.1Centro de Referência de Especialidades Médicas

Diretriz: Aumento da Capacidade Resolutiva e o Acesso a Assistência de Média e Alta Complexidade							
Objetivo do PMS:AMPLIAR E REORDENAR OS SERVIÇOS DE MEDIA COMPLEXIDADE –(APOIO DIAGNÓSTICO , ASSISTENCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA)							
Meta do PMS: Implantação de Centro de Referência de Especialidades Médicas.							
AÇÕES ANUAIS	**METAS NANUAIS**		**ATIVIDADES**		**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**		**OBS. ESPECÍFICAS**
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1-Construir Centro de Referência para Especialidade Médica e Apoio Diagnóstico	1	100%	1- Monitoramento e fiscalização da obra	100%			Construção realizada através dos recursos de compensação da Hidrelétrica Santop Antônio Energia.
			1- Recebimento da obra realizada	100%			
2- Aparelhar o Centro de Especialidade e instalar equipamentos especializados.	100%	100%	1- Elaboração do processo administrativo para aquisição de equipamentos e mobiliários.	100%			
			2- Acompanhar a tramitação do processo licitatório dos mobiliários e equipamentos .	100%			Continua em tramitação os processo de aquisição dos equipamentos oftalmológicos (lesômetro e tonômetro) e a esteira ergométrica.
			3- Recebimento dos mobilários e equipamentos.	80%			Flatam parte dos equipamentos de oftalmologia.
			4- Instalação dos equipamentos especializados.	0%			Em processo a aquisição de pinças especializadas para implantação dos serviços de

Diretriz: Aumento da Capacidade Resolutiva e o Acesso a Assistência de Média e Alta Complexidade							
Objetivo do PMS:AMPLIAR E REORDENAR OS SERVIÇOS DE MEDIA COMPLEXIDADE –(APOIO DIAGNÓSTICO , ASSISTENCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA)							
Meta do PMS: Implantação de Centro de Referência de Especialidades Médicas.							
AÇÕES ANUAIS	**METAS NANUAIS**		**ATIVIDADES**		**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**		**OBS. ESPECÍFICAS**
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
							endoscopia e colonoscopia.
3- Contratar profissionais especializados, nas áreas: Oftalmologia, Gastroenterologia, Ortopedia e para apoio aos exames de: Radiologia, Ultrassonografia, Endoscopia, Eletrocardiograma e Mamografia;	100%	90%	1- Levantamento das necessidades de especilistas conforme demandas para o atendimento.	1(levantamento realizados)	**1**		Apenas o serviço de mamografia não possui profissional para sua efetivação. Está previsto processo seletivo para contratação até novembro.
			2- Formalizar processo solicitando a contratação dos profissionais.	1 (processos formalizados)	**1**		Capacitados os recursos humanos das unidades informatizadas.
			3- Lotação dos profissionais contratados e selecionados.	9 (número de profissionais a serem contratados)	**7**		
4- Elaborar, aprovar e implantar protocolos para regulação de exames e consultas especializadas.	100% dos protocolos elaborados	50%					Os protocolos foram elaborados, porém a implantação deverá ocorrer com a inauguração do CEM - Centro de Especialidades Médicas em 2013.

6.2.2 Centro de Imunodiagnóstico Municipal - CIM

Diretriz: Aumento da Capacidade Resolutiva e o Acesso a Assistência de Média e Alta Complexidade							
Objetivo do PMS: AMPLIAR E REORDENAR OS SERVIÇOS DE MEDIA COMPLEXIDADE –(APOIO DIAGNÓSTICO, ASSISTENCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA)							
Meta 4 do PMS: Implantação de um Centro de Imunodiagnóstico Municipal - CIM							
AÇÕES ANUAIS	**METAS NANUAIS**		**ATIVIDADES**		**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**		**OBS. ESPECÍFICAS**
	Prevista no ano	**Realizada no ano**	**PROGRAMADAS NO ANO**	**REALIZADAS NO ANO**	**Previstos**	**Executados**	
1- Adequar o laboratório do centro de referencia de especialidades para funcionamento da central municpal de imunodiagnóstico.	100%	100%	Instalação dos equipamentos para realização de culturas microbiológicas, através do sistema de Comodato	100%			
3- Ampliar os exames de marcadores virais hepatites, HIV, toxoplasmose, rubeola, chagas, citomegalovirus, hormonios (t3/t4/tsh/fsh/lh/prolactina) e exames de bioquimica - rotina (exceto glicose), (lipidograma, uréia, creatinina) para atender a rede municipal	100%	100%	Ampliação da rede de coleta de soros nas unidades	30%			

Diretriz: Aumento da Capacidade Resolutiva e o Acesso a Assistência de Média e Alta Complexidade							
Objetivo do PMS: AMPLIAR E REORDENAR OS SERVIÇOS DE MEDIA COMPLEXIDADE –(APOIO DIAGNÓSTICO, ASSISTENCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA)							
Meta 4 do PMS: Implantação de um Centro de Imunodiagnóstico Municipal - CIM							
AÇÕES ANUAIS	**METAS NANUAIS**		**ATIVIDADES**		**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**		**OBS. ESPECÍFICAS**
	Prevista no ano	**Realizada no ano**	**PROGRAMADAS NO ANO**	**REALIZADAS NO ANO**	**Previstos**	**Executados**	
3- Mordernizar a rede de laboratórios das Unidades Básicas e prontos Atendimentos, disponibilizando os resultados de exames "on line" e em tempo real,para os usuários do sistema, através de senha pessoal.	100%	100%	Instalaçao de software específico	100%			
4 - Ampliar a cobertura de exames no PSF Rural	100%	11 contratados (61%)	Contratação de Profissionais	61%			

Implementar as ações de prevenção ao Câncer do Colo Uterino em todas a sunidades de saúde do municipio e PSF rural

Diretriz: Aumento da Capacidade Resolutiva e o Acesso a Assistência de Média e Alta Complexidade							
Objetivo do PMS:AMPLIAR E REORDENAR OS SERVIÇOS DE MEDIA COMPLEXIDADE –(APOIO DIAGNÓSTICO , ASSISTENCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA)							
Meta 5 do PS: Implementar as ações de prevenção ao Câncer do Colo Uterino em todas a sunidades de saúde do municipio e PSF rural							
AÇÕES ANUAIS	**METAS NANUAIS**		**ATIVIDADES**		**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**		**OBS. ESPECÍFICAS**
	Prevista no ano	**Realizada no semestre**	**Prpgramadas no Ano**	**Realizadas no Semestre**	**Previstos**	**Executadas**	
1- Adequar o laboratório do centro de referência da saúde da mulher para atender a demanda	100%	100%	Ampliação do espaço físico para coloração e leitura de lâminas	100%			
2- Aumentar a produção de exames citopatológicos para atender a demanda	100%	100%	Aquisição de 03 (três) microscópios de alta resolução.	100%			

Garantia de do total de consultas médicas realizadas por ano aos municipes portovelhenses

Diretriz: Aumento da Capacidade Resolutiva e o Acesso a Assistência de Média e Alta Complexidade							
Objetivo do PMS:AMPLIAR E REORDENAR OS SERVIÇOS DE MEDIA COMPLEXIDADE –(APOIO DIAGNÓSTICO , ASSISTENCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA)							
Meta 4 do PMS: Garantia de do total de consultas médicas realizadas por ano aos municipes portovelhenses							
AÇÕES ANUAIS	**METAS NANUAIS**		**ATIVIDADES**		**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**		**OBS. ESPECÍFICAS**
	Prevista no ano	**Realizada no ano**	**Programadas no Ano**	**Realizadas no Ano**	**Previstos**	**Executados**	
1- Ampliar a oferta de exames de radiologia e fortalecer o serviço no centro de apoio diagnóstico.	25%	25%	Implantação da rede de RX na Policlínica José Adelino	100%			
2- Garantir os insumos necessários para atendimento a demanda	100%	100%	Aquisição de insumos	100%			
3- Contratar recursos humanos necessários (Técnicos de radiologia)	6	0	Contratação de Técnico de RX	0%			

Os Serviços assistenciais de média complexidade são componentes importantes para o sistema de saúde, pois atuam dando suporte as ações de atenção básica, assim como interagem com os níveis de maior complexidade do sistema, selecionando os problemas que requerem uma assistência mais especializada, ao mesmo tempo em que resolve aqueles capazes de resposta no primeiro nível de complexidade. Em Porto Velho, o momento atual exige da gestão municipal uma reorganização deste nível de atenção, com projetos inovadores que estão em fase de conclusão e outros iniciando suas obras, podendo dar resultados positivos e responder ao impacto do crescimento populacional.

A reestruturação ampliou a oferta de serviços especializados, atenção hospitalar obstétrica, apoio diagnóstico, saúde mental, recuperação auto motor e fonoaudiologia através do Centro de Fisioterapia e a assistência ambulatorial dos prontos atendimentos, fortalecendo a atenção de urgência e emergência e ambulatorial especializada, o que tornou os serviços municipais resolutos e capazes de diminuir a demanda do Pronto Socorro João Paulo II.

A construção de três novas Unidades de Pronto Atendimento – UPA, com duas já em funcionamento, oferece a estrutura física que dá sustentação ao objetivo proposto. Da mesma forma o Centro de Especialidades Médicas e Diagnósticas, inaugurado no primeiro trimestre do corrente ano, cujo principal contribuição foi a ampliação da capacidade do município em dar resposta às demandas das clínicas especializadas.

A SEMUSA também investiu em sua rede diagnóstica laboratorial, formando uma central diagnóstica automatizada e informatizando os laboratórios, oferecendo maior qualidade e resolutividade aos exames realizados aumentando a capacidade de resposta aos usuários.

DIVISÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

A Divisão de Urgência e Emergência tem sob sua gerência e supervisão as seguintes unidades de pronto atendimento: Ana Adelaide, José Adelino da Silva, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas: Zona Leste e Sul.

Durante este primeiro semestre, tivemos um aumento expressivo nos atendimentos de urgência e emergência, tanto nos Prontos Atendimentos quanto no SAMU em decorrência do aumento populacional e em decorrência de pacto firmado entre as Secretaria Estadual e Municipal de Saúde para que o HPS João Paulo II apenas atendesse os usuários referenciados com encaminhamento médico, dessa forma bloqueando a demanda espontânea.

2.1 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)

O SAMU conta com uma equipe formada de 22 médicos, 08 enfermeiros, 15 auxiliares de enfermagem, 21 técnicos de enfermagem, 03 técnicos de n´pivel médio, 14 assistentes administrativos, 03 auxiliares administrativos, 02 auxiliarea de serviços de saúde, 23 mototristas e 06 auxiliares de serviços gerais.

Atualmente -se com uma frota formada 11 ambulâncias avançado e 03 ambulanchas para a atenção as urgência e emergências. A Central SAMU conta-se com 04 equipes para atender as ambulâncias tipo suporte básico e 01 uma equipe para atender aos cahamados da ambulâncias suporte avançado.

No ano de 2012, o SAMU após a inspeção e visita técnica das consultoras do Ministério da Saúde foi autorizado a solicitação para a renovação da frota, com mais seis ambuância, sendo 04 suporte básico, uma suporte avançado e uma de intervenção rápida. Estas solicitações foram aprovadas em Conselho Municipal de Saúde e Comissão Intergestora Bipartite, posteriormente encaminhada ao Ministério da Saúde. Em novembro foi comunicado a liberação de duas ambulâncias pelo Ministério da Saúde.

Da mesma forma, a Secretaria Municipal de Saúde realizou a aquisição de mais 05 ambulâncias, entregues em novembro deste ano, para assegurar a renovação da frota e ontemplar os Distritos de Rio Pardo, União Bandeirantes e Jacy Paraná, para facilitar o acesso rápido das urgências ao sistema , inclusive regulados pelo SAMU.

A aquisição da nova frota, também objetiva a descentralização dos serviços do SAMU na área urbana, para a Zona Leste e Zona Sul.

Com a finalidade de facilitar o sistema de regulação das ocorrências, todas as ambulâncias que permaneceram na receberam rádios comunicadores

Com o intuito de tornar o serviço uma excelência nos atendimentos, os profissionais médicos foram capacitados através do curso de ATLS (Advanced Trauma Life Suport) e ACLS (Advanced Cardiologic Life Support) e os enfermeiros através do curso de PHTLS (Pre Hospitalar Trauma Life Support) oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

ATENDIMENTOS SAMU POR TIPOS DE OCORRÊNCIAS
PERÍODO JANEIRO A SETEMBRO 2012

TIPO DE OCORRÊNCIA	**JANEIRO**	**FEVEREIRO**	**MARÇO**	**ABRIL**	**MAIO**	**JUNHO**	**JULHO**	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	TOTAL
CASO CLÍNICO	548	495	503	448	694	612	492	549	472	4.813
ACIDENTE DE TRÂNSITO	220	278	236	284	315	237	354	284	343	2.551
ACIDENTE DE TRABALHO	5	7	5	8	15	7	8	12	5	72
ACIDENTE DOMICILIAR (QUEDA)	42	62	48	50	55	56	62	58	72	505
AGRESSÃO FÍSICA	25	20	16	22	22	12	21	22	23	183
PERFURAÇÃO ARMA BRANCA- PAB	11	11	13	14	15	7	13	15	15	114
PERFURAÇÃO ARMA DE FOGO- PAF	12	10	11	6	13	5	11	14	9	91
INTOXICAÇÃO (AG. QUÍMICOS/ALI.)	1	11	3	3	5	1	2	10	9	45
ALCOOLISMO	23	42	25	27	31	23	29	32	26	258
OBSTÉTRICO	221	251	203	198	257	265	226	203	224	2.048
AMEACA DE PARTO PREMATURO	4	24	4	14	3	3	3	10	8	73
AMEACA DE ABORTO	5	26	16	22	8	5	13	15	19	129
ABUSO SEXUAL	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
ÓBITO	7	12	18	19	14	11	11	25	17	134
TOTAL	**1.124**	**1.249**	**1.101**	**1.115**	**1.447**	**1.244**	**1.246**	**1.249**	**1.242**	**11.017**
FONTE: SAMU										

DEMONSTRATIVOS DE ATENDIMENTO/ PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU NO ANO DE 2012

TEMPO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS										
COLETA DE DADOS	**JANEIRO**	**FEVEREIRO**	**MARÇO**	**ABRIL**	**MAIO**	**JUNHO**	**JULHO**	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**TOTAL**
0-5 m	301	586	570	558	481	320	315	514	584	4.229
6-10 m	288	379	375	402	357	310	325	405	441	3.282
11-15 m	258	162	26	186	233	293	291	237	203	1.889
16-20 m	229	117	230	138	205	245	255	182	142	1.743
21-25 m	192	78	152	116	165	160	165	101	75	1.204
26-30 m	105	43	58	53	76	63	81	43	27	549
31-35 m	53	32	24	10	38	28	25	17	13	240
36-40 m	22	22	4	2	9	20	11	8	8	106
+ 40 m	9	3	0	-	1	17	10	4	3	47
TOTAL	1.457	1.422	1.439	1.465	1.565	1.456	1.478	1.511	1.496	13.289
FONTE: SAMU										

ATENDIMENTO SAMU E REMOÇÃO PARA UNIDADES PERÍODO JANEIRO A SETEMBRO 2012

UNIDADE RECEPTORA	**JANEIRO**	**FEVEREIRO**	**MARÇO**	**ABRIL**	**MAIO**	**JUNHO**	**JULHO**	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**TOTAL**
POL. HAMILTON R. GONDIM.	127	153	144	170	153	102	195	179	90	1.313
POL. MANOEL AMORIM DE MATOS	46	56	55	82	52	44	107	90	47	579
POL. ANA ADELAIDE	129	112	117	144	141	122	160	156	130	1.211
POL. JOSÉ ADELINO DA SILVA	10	5	6	6	12	5	37	26	11	118
UNIDADE RECEPTORA	**JANEIRO**	**FEVEREIRO**	**MARÇO**	**ABRIL**	**MAIO**	**JUNHO**	**JULHO**	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**TOTAL**
HOSPITAL DE BASE	152	185	143	192	189	214	171	162	161	1.569
PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II	708	625	665	619	695	619	685	657	617	5.890
CEMETRON	26	19	33	25	28	21	22	22	14	210

HOSP. INF. SÃO COSME E DAMIÃO	87	74	77	85	109	100	49	70	52	703
HOSP. SÃO PELEGRINO	-	-	2	-	-	-	-	13	2	17
MATERNIDADE MUNICIPAL	81	97	92	85	69	71	87	70	73	725
CENTRO DE SAÚDE	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
REMOÇÂO PRIVADA	57	73	71	57	81	65	65	66	75	610
ATENDIMENTO NO LOCAL	34	21	33	-	36	39	0	0	0	163
TOTAL	**1.457**	**1.422**	**1.439**	**1.465**	**1.565**	**1.402**	**1.578**	**1.511**	**1.272**	**13.111**

FONTE: SAMU

TEMPO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS REALIZADAS PELO SAMU PERÍOD JANEIRO A SETEMBRO 2012

COLETA DE DADOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
0-5 m	301	586	570	558	481	320	315	514	584	4.229
6-10 m	288	379	375	402	357	310	325	405	441	3.282
11-15 m	258	162	26	186	233	293	291	237	203	1.889
16-20 m	229	117	230	138	205	245	255	182	142	1.743
21-25 m	192	78	152	116	165	160	165	101	75	1.204
26-30 m	105	43	58	53	76	63	81	43	27	549
31-35 m	53	32	24	10	38	28	25	17	13	240
36-40 m	22	22	4	2	9	20	11	8	8	106
+ 40 m	9	3	0	-	1	17	10	4	3	47
TOTAL	1.457	1.422	1.439	1.465	1.565	1.456	1.478	1.511	1.496	13.289

FONTE: SAMU

2.2 PRONTOS ATENDIMENTOS

Os quatros Prontos Atendimentos funcionaram 24 horas com atendimentos em urgência e emergência realizados por médicos Clínicos Gerais e Pediatras até setembro de 2012. Os leitos existentes funcionam para observação do usuário pelo período máximo de até 12 horas e após esse tempo o mesmo ou é liberado para seu domicílio ou encaminhado para o hospital de referencia que o caso requer. Após essa data, com a inaugração das novas Unidades de Prtonto Atendimentos – UPA 24hs, foram destivadas as ações do pronto atendimento das unidades do Hamilton Gondim e Manoel Amorim de Matos.

Ressalta-se que todos os profissionais atuantes nos Pronto Atendimento receberam treinamentos nos Cursos: ATLS (Advanced Trauma Life Support), ACLS (Advanced Cardiologic Life Support), Curso de Emergências Cardiovasculares sob Coordenação Técnica do INCOR/SP, onde o público alvo foram os Médicos e PHTLS (Pre Hospitalar Life Support) para os Enfermeiros.

2.3 UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS

Em outubro de 2009 a Secretaria Municipal de Saúde aprovou junto ao Ministério da Saúde a habilitação para construção de duas unidades de Pronto Atendimento - UPA para o município de Porto Velho.

No projeto inicial a SEMUSA comprometeu-se com a construção de uma unidade com 1000 m2 de área física, que realizaria uma média de 300 atendimentos por 24 horas. Estas unidades, classificadas como Tipo II pelo Ministério da Saúde, funcionariam com a presença de quatro médicos a cada 24hs, distribuídos em clínicas gerais e de pediatria e contando com enfermarias de observação com 9 a 12 leitos.

Porém durante o período de execução deste projeto, a cidade de Porto Velho continuou se desenvolvendo e aumentando a sua população. Aumentando também as demandas dos problemas de saúde. Esta realidade, já bastou para que esta administração promovesse um aumento da capacidade física das unidades que atuavam com urgências no município (Pronto Atendimento Hamilton Gondim e Manoel Amorim de Matos) embora ainda sem a ambiência satisfatória.

Por tanto, as novas Unidades de Ponto Atendimento foram aprimoradas, e seus projetos foram aprovados, de tal forma que, no instante de inauguração, pudessem já conter todos os requisitos solicitados para a classificação como unidades de terceiro porte.

A Upa Zona Leste possui uma área construída de 1.448 m2 chegando a 1.549 m2 incluindo a área reservada para estacionamento e a UPA Zona Sul possui também 1.448 m2 de construção sendo 1849 m2 com estacionamento. A Portaria GM/MS nº 1020 de 13 de maio de 2009, prevê um mínimo de 700 m2 para a UPA Tipo II e 1.000m2 para a UPA Tipo III.

O número esperado de atendimentos nestas novas Unidades em 24 horas é maior que 400, para tal foram postos a disposição em cada plantão de 24 horas seis (6) profissionais médicos, entre pediatras e clínicos gerais. A UPA tipo II solicita apenas 04 médicos plantão, sendo esperado 6 plantonistas na UPA tipo III.

As UPA's Zona Leste e Zona Sul contam com 25 leitos de observação , entre masculinos, femininos e pediátricos atendendo os requisitos da UPA tipo III.

Foi incorporado a sala de emergência suporte dos principais equipamentos para a atenção imediata, tais como monitores cardíaco, oxímetros de pulso, ventiladores mecânicos, bomba de infusão, desfribiladores.

A Unidade conta com equipamentos modernos para exames de imagem de radiologia e exames laboratoriais. Também possui consultório de urgências odontológicas.

Está organizada para atender com o sistema de classificação de risco pactuado com instâncias estaduais inclusive. Para o acolhimento humanizado as famílias conta com serviço social, pronto para garantir a continuidade e fluxo dos atendimentos.

Para a regulação do sistema, o município conta com a Central de Regulação de Urgência do SAMU que faz o elo entre as diversas instâncias de atenção municipal e estadual.

A Rede de atenção a urgência apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, inicia-se pela rede atenção básica, com o papel realizado pelas Equipes de Saúde da Família, nos pequenos procedimentos que estão habilitados a resolver, atualmente, com uma cobertura de mais de 60% da população. Esta é uma prioridade para a implantação das UPA's. Uma rede de atenção

básica definida e organizada.

A Equipe de médica e de enfermagem que compõem as UPA's passaram por Cursos especializados de qualificação e atualização dos procedimentos de urgência, tais como ATLS e ATCN (para Traumas) , ACLS (cardiologia) , PHTLS (pré-hospitalr) e de Urgências Cardiológicas: eletrocardiograma do básico ao avançado, entre outros.

Deste modo buscou-se dar uma maior resolução aos problemas, aumentando as chances de vida daqueles que buscam esta unidade.

DIVISÃO DE REABILITAÇÃO

Centro de Fisioterapia Municipal Trata-se de um processo multiprofissional visando a reinserção bio-psico-social do paciente. O fisioterapeuta tem por objetivo restaurar os movimentos e funções comprometidas depois de uma doença ou acidente. O modelo de assistencia do serviço é ambulatorial, pois o tratamento é aberto, na condição do paciente concordar e aceitar o tratamento proposto. Contamos com serviço de fisioterapia motora e fonoaudiologia. O atendimento ocorre de segunda a sexta das 07:00 as 20:00 horas com agendandamento.

CEM – CENTRO DE ESPECILIDADES MEDICAS

No Município de Porto Velho (PVH) no decorrer dos últimos anos observamos nítida transição demográfica e o envelhecimento da população. A pirâmide etária aponta para um aumento na expectativa de vida e o declínio da natalidade.

No Brasil, a expectativa de vida se eleva de 62,6 anos em 1980, para 72,7 em 2007 e neste mesmo ano em Porto Velho alcança 74 anos, com contingente populacional maior de 60 anos de 1.161.579 habitantes, 10,7% da população geral (SEADE). Esse dado contribui para direcionar o modelo de assistência que absorva os agravos crônicos não transmissíveis, no contexto da transição epidemiológica.

A análise da prevalência das principais condições associadas ao paciente crônico e das necessidades de assistência de média complexidade, quer sejam consultas, recursos diagnósticos e terapêuticos, claramente inviabilizam a manutenção e sustentação de um modelo assistencial de perfil baseado na fragmentação e na centralização em torno do binômio médico - hospital.

Isto implica em organizar a Atenção e sistematizar a demanda pela Especialidade, caracterizando cada solicitação segundo critérios estabelecidos e pactuados, privilegiando a responsabilização de cada agente.

Direciona-se deste modo aos serviços de Especialidades o atendimento de problemas específicos e protocolados. Sendo a contra referência a regra o paciente é reencaminhado à rede básica dependendo da complexidade, não devendo a princípio haver condição clínica para a permanência do paciente em acompanhamento indefinido em serviços de especialidades.

A organização dos fluxos permite que os serviços ganhem agilidade, e possam oferecer a melhor solução disponível para cada caso, orientando devidamente o acompanhamento pelo médico clinico ou generalista da rede de Atenção Primária. O processo de trabalho se organizou na perspectiva da concepção ampliada de saúde e de seus determinantes buscando respostas abrangentes e integrais.

Em virtude da dificuldade de acesso, da falta de critérios para agendamentos de consultas com especialistas, de um espaço físico pequeno em relação à demanda, entre outros, a assistência médica especializada era desumana e ineficaz às necessidades de atendimento da população do Município de Porto Velho.

Sendo assim a SMS preocupou-se em estudar estratégias que melhorassem a qualidade da

saúde na atenção básica e de média complexidade, aumentando a qualidade e o número de consultas e de exames de apoio diagnósticos oferecidos à população portovelhense.

Com isso foi criado o Centro de Especialidades Médicas e implantado o Sistema de Informação de Saúde Regulada (SISREG), fortalecendo a igualdade de acesso à população e a qualidade do atendimento especializado, bem como a oferta de novos exames diagnósticos.

Com a mudança desses paradigmas, o Município de Porto Velho garante o acesso e a ampliação de serviços até então insuficientes à população, fortalecendo o sistema de referência e contra referências da Saúde do Município. Essa rede de serviços de saúde, composta pelo CEM, recebe sua clientela para realização de consultas e exames por meio de agendamento informatizado, segundo os Protocolos de encaminhamentos a partir da Unidade Básica de Saúde (UBS) com ou sem Estratégia de Saúde da Família, para a elucidação diagnóstica e conduta terapêuticas definidas como prioritárias no Município.

1. OBJETIVOS

1.1 – Objetivo Geral:

Ampliar o acesso da população às consultas nas Especialidades que contemplem agravos crônicos e oferecer resolubilidade com serviços de apoio diagnóstico.

1.2 – Objetivos Específicos:

- Oferecer Assistência Médica Especializada em consultas de:

Alergologia	**Nefrologia Infantil**
Angiologia	**Neurologia**
Cardiologia	**Oftalmologia**
Clínico - Hiperdia	**Ortopedia**
Clínico - TB	**Otorrinolaringologia**
Dermatologia	**Pediatria**
Endocrinologia	**Pneumologia**
Gastroenterologia	**Proctologia**
Ginecologia	**Urologia**
Nefrologia	

- Atender aos encaminhamentos nas Especialidades oferecidas;
- Reorganizar o fluxo assistencial por controle regional de saúde fortalecendo a integração da rede regional de serviços;
- Agilizar o direcionamento da demanda aos serviços de atenção Primária de acordo com a complexidade necessária (contra referência);
- Ampliar resolubilidade nas consultas da Atenção Básica e por meio da ampliação de oferta de exames de apoio diagnóstico;
- Oferecer Exames de Apoio Diagnóstico de:

Mamografia Digital	**Raio X Digital**
Ecodopplercardiograma	**Teste Ergométrico**
Eletrocardiograma	**Ultrassonografia**
Endoscopia	**Colonoscopia**
Exames Laboratoriais	

- Criar atrativos para captação e favorecer a fixação de profissionais especialistas onde históricamente era difícil à oferta eficaz deste serviço;

2. FUNCIONAMENTO

- **Horário:** Atendimento agendado das 07:00 às 20:00 horas de segunda à sexta, exceto feriados.
- **Marcação de Consultas:** É realizada pelas Unidades Básicas de Saúde / Equipe de Saúde da Família (UBS/ESF) por meio da Agenda Regulada – Sistema de Informação de Saúde Regulada (SISREG).
- **Retorno de Consultas:** O retorno das Especialidades de Neurologia, Cardiologia, Oftalmologia, Pneumologia, Pediatria, Ginecologia, Urologia e Clínico – TB serão agendados no próprio CEM, a fim de garantirmos o tratamento completo, devido a demanda reprimida elevada nas

referidas especialidades. As demais especialidades serão agendadas nas UBS/ESF, tendo validade de retorno por 30 dias.

3. RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURA FÍSICA

3.1 – Recursos Humanos:

Para o dimensionamento do pessoal na implantação e funcionamento do CEM contou-se com os seguintes recursos:

Categoria Profissional	Número de Profissionais Contratados	Carga Horária / Dia
Diretor	01	08h
Médicos especialistas	44 (necessário + Mastologista/ Cárdio/Pneumo/Oftalmo/ Urologista/Neuro)	04h
Especialistas para realização dos meios diagnósticos (exames e laudos)*	03 (necessário + Ultrassonografista/ Cardiologista/Radiologista)	04h
Enfermeiro gerencial	01 (necessário + 01)	01 diarista de 06h
Auxiliar ou técnico de enfermagem	14 (necessário + 02)	14 diaristas de 06h
Assistente técnico administrativo	20 (01 extra) (necessário + 03)	20 diaristas de 06h 01 diarista de 08h
Técnico de radiologia	07 (necessário + 01)	02 plantonistas de 12h 01 diarista de 05h
Farmacêutico	01 (extra) (necessário + 02)	01 diarista de 06h
Técnico de farmácia	02 (necessário + 01)	01 plantonista de 12h
Biomédico / Bioquímico	04	04 diaristas de 06h
Auxiliar ou técnico de laboratório	05 (02 extras) (necessário + 03)	05 diaristas de 06h
Serviços Gerais	02 (necessário + 01)	02 diaristas de 06h
Serviços Gerais (Limpeza Terceirizada)	03 (necessário + 01)	03 diaristas de 08h (necessário 04 de 06h)

*****Teste Ergométrico, Ecodopplercardiograma, Ultrassonografia, Endoscopia, Colonoscopia, Laudo de Eletrocardiograma, Mamografia e Raio-X.

3.2 – Estrutura Física:

Quanto ao espaço físico, dispomos de:

- **Recepção Clínica;**
- **SAME;**
- **Quinze consultórios médicos** (gerais e específicos)**:**
  - 10 gerais
  - 01 oftalmológico
  - 01 otológico
  - 01 pediátrico
  - 02 ginecológicos;
- **Seis salas para realização de exames diagnósticos:**
  - Mamografia – a partir de 40a
  - Raio-X – 00 à 120a
  - Ultrassonografia (Pélvica / Próstata / Vias Urinárias / Abdomem Total / Abdomem Superior / Ombro / Punho / Tireóide / Carótidas / Arterial de MI) - a partir de 12a
  - Ecodopplercardiograma – 00 à 120a
  - Teste Ergométrico – 00 à 120a
  - Eletrocardiograma - a partir de 05a
  - Endoscopia – 00 à 120a
  - Colonoscopia – 00 à 120a;
- **Sala Vermelha / Sala de Procedimentos;**

- **Central de Material Esterilizado;**
- **Laboratório:**
  - Recepção
  - SAME
  - Sala de coleta
  - Urinálise / Parasitológico
  - Microbiologia
  - Capela
  - Lavagem de vidros;
- **Expurgo;**
- **Farmácia** (armazenamento e dispensação)**;**
- **Administração;**
- **Almoxarifado de material de insumos e equipamentos**
- **Almoxarifado de material médico hospitalar;**
- **Copa;**
- **Depósito de Material de Limpeza (DML);**
- **WC funcionários** (masculino / feminino)**;**
- **WC clientes** (masculino / feminino / PNE / Infantil)**;**
- **Conselho Municipal de Saúde** (sala provisória**).**

3.3 – Identificação visual:

Externamente o CEM possui letreiros com identificação visível da unidade de saúde de ambos os lados, cada porta de entrada está identificada como: Laboratório, Consultas / Exames e Administração.

Internamente os setores apresentam identificação de acordo com a atividade (Ultrassonografia, Consultório Oftalmológico, Enfermagem, etc.), além de placas de direcionamento para as diversas salas e saídas de emergência.

4. SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS

4.1 – Consultas Médicas e Capacidade Instalada:

As consultas médicas têm intervalos regulares e diferenciados de acordo com a necessidade de cada especialidade, conforme o quadro abaixo:

Ordem	Especialidades	Nº de Especialista	Intervalo entre Consultas	Nº Consulta Semanal	Nº Consulta Mensal
01	Alergologista	02	15 min.	120	480
02	Angiologista	01	15 min.	60	240
03	Cardiologista	02	20 min.	84	336
04	Clínico / Hiperdia	01	20 min.	48	192
05	Clínico / TB	01	30 min.	08	32
06	Dermatologista	05	15 min.	408	1632
07	Endocrinologista	03	15 min.	168	672
08	Gastroenterologista	03	15 min.	186	744
09	Ginecologista	04	20 min.	180	720
10	Nefrologista	01	15 min.	64	256
11	Nefrologista Infantil	01	30 min.	12	48
12	Neurologista	01	30 min.	32	128
13	Oftalmologista	02	17 min.	48	192
14	Ortopedista	07	15 min.	448	1792
15	Otorrinolaringologista	03	15 min.	192	768
16	Pediatra	03	20 min.	141	564
17	Pneumologista	02	30 min.	64	256
18	Proctologista	01	15 min.	64	256
19	Urologista	01	15 min.	60	240
TOTAL		**44 ESPECIALISTAS**	----------	**2403**	**9612**

As consultas são realizadas de segunda à sexta feira das 07:00 às 20:00 horas, sendo: para novas consultas 70% e para retornos 30%. Essa proporção poderá ser alterada pela Central de Regulação, conforme necessidade de cobertura na Agenda Regulada.

4.2 – Exames de Apoio Diagnóstico e Capacidade Instalada:

Os exames de apoio diagnóstico oferecidos são realizados de segunda à sexta feira, das 07:00 às 19:00 horas, conforme o quadro abaixo:

Ordem	Exame de Apoio Diagnóstico	Intervalo entre Exames	Nº de Exames Semanal	Nº de Exames Mensal
01	Mamografia Digital	20 min.	200	800
02	Raio-X Digital	De acordo com o tipo de raio-x (15 à 30 min.)	300	1500
03	Eletrocardiograma	10 min.	300	1500
04	Ecodopplercardiograma	Adulto (30 min.) e Infantil (45 min.)	17	68
05	Teste Ergométrico	30 min.	---------	----------
06	Ultrassonografia	15 min. (exceto vascular – 30 min. Carótidas e cada MI)	108	432
07	Endoscopia	20 min.	----------	----------
08	Colonoscopia	40 min.	----------	----------
TOTAL	**08 Exames Diagnósticos**	**----------**	**925**	**4300**

A entrega de resultado dos exames acontece de segunda à sexta feira das 07:30 às 12:30 horas e das 13:30 às 18:30 horas.

Os exames de Ultrassonografias (quando não entregue após o exame), Ecodopplecardiogramas (quando não entregue após o exame) e Eletrocardiogramas laudados serão entregues no próximo dia útil à tarde, após a realização do exame.

Já os resultados de Mamografias e Raio X laudados serão entregues com 10 dias úteis a tarde, após a realização do exame.

Além dos exames de apoio diagnósticos acima oferecidos, são realizados coleta de Exames Laboratoriais de segunda à sexta feira das 07:00 às 09:00 horas, sendo que a entrega dos resultados dos exames no CEM são das 15:00 às 18:30 horas.

4.3 – Dispensação de Medicamentos:

A dispensação de medicamentos é realizada nas farmácias das UBS/ESF e do CEM. O horário de funcionamento é de segunda à sexta feira das 07:00 às 12:30 horas e das 13:30 às 19:00 horas. Os medicamentos serão dispensados aos usuários mediante apresentação da receita médica.

5. CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO DA UBS/ESF E UPA'S PARA O CEM

É a partir da Rede Básica, porta preferencial de entrada para o Sistema de Saúde, que devem emanar todas as ações, numa perspectiva regionalizada e ascendente, a qual privilegia a integralidade e o cuidado.

Esta premissa justifica o estabelecimento de Protocolos, uma vez que estabelece critérios para o encaminhamento dos pacientes das UBS/ESF para o CEM, organiza e sistematiza os fluxos de referência, possibilitando deste modo aperfeiçoar a assistência.

6. PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO DA UBS/ ESF E UPA'S PARA O CEM

É indicado que o médico acompanhante especifique as indicações/motivos para o encaminhamento de acordo com a necessidade, com o objetivo de agilizar a resolubilidade da avaliação do especialista faz-se necessário a solicitação antecipada de alguns exames, como estão sugeridos nas indicações, conforme especialidades de encaminhamentos abaixo relacionadas:

- **ALERGOLOGISTA**

- Asma de origem alérgica;
- Rinopatias Alérgicas;
- Dermatites;
- Conjuntivites alérgicas (Só deve ser encaminhadas ao Alergologista quando houver suspeita de fundo alérgico e após avaliação do oftalmologista);

- Imuno deficiência IGA, IGG, IGM, ou combinadas;
- Reação adversa a medicamentos;
- Alergia alimentar;
- Alergia a picadas de insetos.

Exames mínimos necessários:

✓ Hemograma, VDRL, EAS, EPF, TGO, TGP, Bilirrubina Total e Frações, FAN, PCR, IGE.

➢ **NEUROLOGIA**

- Usuários portadores de Epilepsia;
- Usuários com quadro suspeito de Demências;
- Usuários com quadro suspeito de Parkinson;
- Usuários com Cefaléia de difícil controle e causa desconhecida;
- Usuários com Esclerose Múltipla;
- Usuários com Miastenias Graves;
- Convulsões e desmaios;
- Distúrbio de aprendizagem, retardo psicomotor;
- Usuários com sequela de AVC;
- Laudo para concursos
- E outros.

Casos que não devem ser encaminhados ao CEM (nestes casos encaminhar à POC)**:**

- Tumores Cerebrais;
- Aneurisma;
- Sequela de acidentes/trauma/ferimentos/por arma branca e fogo;
- Pós operatório de doenças neurológicas (tumores, lesões de nervo periférico);
- Hemorragia sub aracnóidea;
- E tudo que for relacionado a trauma, mesmo não sendo cirúrgico.

Exames mínimos necessários:

✓ Hemograma, Glicemia, Uréia, Creatinina, Na, K, Ca, Cl, VDRL, VSH, Sumario de urina, Colesterol Total e Frações, Triglicerides, T4 livre e TSH.

➢ **ANGIOLOGISTA**

- Usuários com quadro sugestivo de Obstrução Arterial Periférica;
- Usuários portadores de Distúrbios Vasoespásticos (Raynaud e Tromboangeíte Obliterante);
- Varizes de membros inferiores, varizes sintomáticas com complicações clínicas;
- Trombose Venosa Profunda.

Exames mínimos necessários:

✓ Hemograma, Coagulograma, Glicemia, Uréia, Creatinina, Colesterol Total e Frações e Triglicérides e ECG.

➢ **ENDOCRINOLOGIA**

- Hipertireoidismo;
- Hipotireoidismo Congênito (HC);
- Hipotireoidismo Adquirido;
- Diabetes Mellitus Tipo I;
- Obesidade;
- Dislipidemia;
- Baixa Estatura;
- Alta Estatura;
- Distúrbios da Puberdade;
- Ginecomastia;
- Telarca Precoce;
- Adrenarca Precoce;
- Malformações Genitais;
- Hipercortisolismo;

- Raquitismo;
- Hiperplasia Adrenal;
- Insuficiência Adrenal;
- Sindrome de Turner;
- Hipoptuitarismo;
- Hiperparatireoidismo.

Exames mínimos necessários:

✓ Glicemia, Colesterol Total e Frações.

- Nos casos de patologias de Tireóide, solicitar também T4 livre, T3 e TSH.
- Nos casos de Diabetes em tratamento e Insulino-dependentes solicitar Glicemia de jejum.
- Nos casos de Obesidade solicitar Glicemia de jejum, Colesterol Total e Frações, Triglicerídeos, AST, ALT.
- Nos casos de dislipidemia solicitar Colesterol Total e Frações, Triglicerídeos, AST, ALT.

➢ **CARDIOLOGIA**

- Usuários portadores de Arritmia Cardíaca;
- Usuários portadores de Insuficiência Cardíaca grau III e IV;
- Usuários portadores de Coronariopatia Crônica: Infarto Agudo do Miocárdio prévio e Angina Instável;
- Usuários com Hipertensão Arterial com comprometi mento de órgãos alvo;
- Usuários Pós Cirúrgicos: Valvulopatas, Pós Revascularização Miocárdica;
- Usuários portadores de Marca-passo e Cardioversor Desfribilador Implantável (CDI);
- Usuários portadores de Síndrome Metabólica: circunferência abdominal > 80 cm para mulher e > 94 cm para homem, hipertensão arterial (>130x85), intolerância à glicose (>100mg/dL), dislipidemia (triglicerídeo >150 mg e HDL <45 mg);
- Teste para aptidão física para natação, corrida, etc;
- Laudo para concursos.

Exames mínimos necessários:

✓ Eletrocardiograma, RX de Tórax em Incidência Postero-Anterior (PA+AP) e Perfil, Glicemia, Colesterol Total e Frações, Triglicérides, CK-MB, CPK.

➢ **UROLOGIA**

- Usuários com Obstrução do Trato Urinário;
- Usuários com Hematuria de causa desconhecida;
- Usuários portadores de patologias da Próstata;
- Uretrite;
- Epididinite;
- Fimose;
- Condiloma Peniano.

Indicações e possíveis exames a serem realizados:

- Usuários portadores de Litíase Renal (Urografia Excretora);
- Usuários com suspeita de Neoplasias do Trato Urinário (Tomografia Abdominal);
- ITU de repetição (Urografia Excretora);
- Varicocele (Espermograma).

Exames mínimos necessários:

✓ Rx simples de Abdome, Ultrassonografia de Rins e Vias Urinárias, Hemograma, Uréia, Creatinina, Cálcio, Sódio, Potássio, Acido Úrico, Urina tipo I e Antígeno Prostático (PSA), nos casos suspeitos de patologias de próstata.

Casos que não devem ser encaminhados ao CEM (nestes casos encaminhar à POC)**:**

- Cálculo Coraliforme;
- Com diagnóstico de anatomo patológico de câncer de próstata;
- Tumores confirmados pela tomografia.

➢ **ORTOPEDIA**

- Pacientes portadores de Osteopatias Deformantes (coluna, membros inferiores e superiores);
- Sequela de fratura;
- Artrose do joelho e coxo-femural;
- Esporão de calcâneo;
- Lesões de ligamentos e articulações;
- Laudo para INSS;
- Laudo para concursos;
- Dores nas costas: cervicalgia, lombalgia;
- Deformidades: MMII, escoliose e cifose;
- Dor localizada a esclarecer: articular, tendinites.

Exames mínimos necessários:
✓ RX simples da área afetada.

➢ **OTORRINOLARINGOLOGISTA**
- Usuários com adenoides;
- Usuários com sinusites (encaminhar apenas as sinusites crônicas ou de repetição);
- Laudo para concursos;
- Otites recorrentes;
- Obstrução nasal crônica;
- Halitose de longa data;
- Amigdalites de repetição;
- Surdez (verificar presença de cerume antes de encaminhar o paciente);
- Hipoacusia;
- Epistaxe;
- Vertigens/tonturas;
- Zumbidos (pesquisar co-morbidades, principalmente HÁ e afastar presença de cerume antes de encaminhar o paciente);
- Cefaleia.

Exames mínimos necessários:
✓ Audiometria (concurso: de acordo com a função)
➢ **GINECOLOGIA**
- Câncer de endométrio (contra-indicação relativa).
- Câncer de mama ou lesão suspeita ainda sem diagnóstico;
- Doença isquêmica cerebral/cardíaca recente;
- Doença tromboembólica recente;
- Hepatopatia grave ou recente;
- Hiperplasia ductal atípica na mama;
- Hipertensão arterial grave, sem controle;
- Sangramento vaginal de causa não estabelecida;
- Vaginite atrófica;
- Laudo para concurso.

Exames mínimos necessários:

➢ **PNEUMOLOGIA**
- Asma persistente moderada a grave;
- Pneumopatias intersticiais;
- Nódulos/Massas pulmonares a esclarecer;
- Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica moderada a grave;
- Sequelas pulmonares com disfunção respiratória;
- Outras patologias pulmonares de Difícil Diagnóstico.

Exames mínimos necessários:
✓ Hemograma, Glicemia, Creatinina, EAS, BAAR (Escarro), RX simples e/ou Tomografia de Tórax, Espirometria (nos casos de Asma e DPOC).

- **CLINICO GERAL (Programa Hiperdia)**

- Usuários com suspeita de H.A.;
- Usuários com diabetes secundários;
- Usuários com H.A. resistente ou grave;
- Usuário com Edema Agudo de Pulmão prévio, complicações oculares, lesões vasculares das extremidades, incluindo o pé diabético;
- Usuário com AVC prévio com déficit sensitivo e/ou motor; infarto agudo do miocárdio prévio, diabéticos de difícil controle;
- Usuário diabético para rastreamento de complicações crônicas (quando não for possível na Unidade Básica).

Exames mínimos necessários:

- ✓ Glicemia de jejum, Uréia, Creatinina, Na, K, Lipidograma, Hg, EAS, TGO, TGP, Acido Úrico.

- C**LINICO GERAL (Programa Tuberculose - Lúcia de Fátima)**

- Estabelecer diagnóstico de TB pulmonar com BAAR (-), com Raio X atípico;
- Usuário com intolerância medicamentosa para mudança de esquema;
- Tratar e acompanhar os casos de difícil condução ou com comorbidades;
- Usuário para avaliação e acompanhamento dos casos encaminhados com BAAR (+) persistente para diferenciação da má adesão ao tratamento EB ou resistência aos fármacos;
- Identificar precocemente a ocorrência de efeitos adversos, adequando o tratamento;
- TB Multirresistente (MR);
- Reações graves a medicamentos;
- Crianças com TB.

Exames mínimos necessários:

- ✓ PPD, BAAR, Raio X simples de Tórax.

- **GASTROENTEROLOGISTA**

- Epigastralgia/Ulcera péptica;
- Diarreia crônica inespecífica;
- Dor abdominal crônica inespecífica;
- Pancreatite crônica;
- Cirrose hepática;
- Doença de refluxo gastro esofágico: Hérnia de hiato, Esofagite de refluxo,
- Esôfago de Barret;
- Doenças Inflamatórias Intestinais: Colite ulcerativa, Doença de Crohn, Síndrome de Cólon Irritável;
- Achado sorológico positivo para hepatite viral após doação de sangue.

Exames mínimos necessários dependendo da indicação:

- ✓ **Hepatites e Cirrose Hepática:** USG de Abdome, TGO, TGP, Gama GT, FA, TAP, Proteínas Totais e Frações, ABS Ag, anti-HBC, IGm e IGg, anti-HCV.
- ✓ **USG de Abdome:** de acordo com a indicação.

- **DERMATOLOGIA**

- Micoses;
- Prurido/Eczema;
- Dermatite de Contato;
- Neoplasias Cutâneas / Diagnóstico Diferencial de Lesões Infiltradas;
- Herpes Zoster;
- Discromias (Vitiligo, Melasma);
- Hanseníase;
- Urticária Crônica;
- Dermatoses Eritêmato-Escamosas (Psoríase, Líquen-Plano, Pitiríase Rosa);
- Farmacodermias;
- Buloses (Pêfigo, Penfigóide, Dermatite Herpetiforme);
- Lesões ulceradas (Leshimaniose);

- Micoses profundas (Lobomicoses, Cromomicoses, Jorge-Lobo, Esporomicoses, Paracoccidioidomicose e Tuberculose Cutânea) e DST's;
- Laudo para concursos.

➢ **DERMATOLOGIA (HANSENÍASE)**

- Usuários com dificuldade de diagnostico;
- Lesões extensas;
- Resistência ao tratamento inicial ou complicações (comprometimento neurológico e reações hansênicas).

Exames mínimos necessários:

✓ Se o houver necessidade será solicitada pelo especialista.

➢ **PROCTOLOGISTA**

- Dor e Sangramento anal;
- Hemorroidas;
- Constipação intestinal crônica com cólicas e refratária ao tratamento dietético;
- Diarréia Crônica com mais de 15 dias de evolução;
- Perda súbita de mais de 10% do peso sem dieta;
- Câncer de intestino em parentes próximos.

➢ **NEFROLOGISTA (Adulto / Infantil)**

- Usuário com alteração de exame de urina;
- Usuário com edema a esclarecer com sedimento urinário alterado;
- Usuário com lesão renal em Diabetes, Hipertensão, doenças reumatológicas e auto-imune;
- Usuários com Infecções Urinárias de repetição e Cálculo Renal.

Exames mínimos necessários:

✓ Urina tipo I, Hemograma, Ureia, Creatinina, Glicemia de jejum, Lipidograma, USG de Vias Urinárias.

➢ **OFTALMOLOGISTA**

- Déficit Visual;
- Cefaléia;
- Retinopatia Diabética / Hipertensiva;
- Inflamação Ocular;
- Catarata;
- Glaucoma;
- Estrabismo Infantil;
- Laudo para concursos.

Exames mínimos necessários:

✓ **Para usuários com Diabetes:** Glicemia, Triglicerídeos e Colesterol Total e Frações;

✓ **Para Diabetes e Hipertensão:** o paciente deve levar ao especialista os exames e relatórios oftalmológicos prévios.

➢ **PEDIATRIA**

- Puericultura até 02 anos: Atraso de DNPM (desenvolvimento neuropsicomotor);
- Após 02 anos: consulta de rotina, obesidade, déficit de atenção e hiperatividade, sobrepeso e obesidade por erro alimentar, cefaleia, gripe.
- Retardo no crescimento.

Exames mínimos necessários:

✓ Hemograma com Plaquetas, EAS, EPF, Perfil Lipídico, USG de transfontanela, RX simples de punhos para idade óssea, Glicemia de jejum.

7. ORIENTAÇÃO E PREPARO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES

- **Eletrocardiograma –** o exame é realizado pelo técnico em eletrocardiografia.

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ Os homens deverão depilar o tórax do ombro até abaixo do mamilo.

- **Raio X –** o exame é realizado pelo técnico em radiologia. Os exames de **Coluna Total** (Planigrafia de Coluna Vertebral), **Lombo Sacro**, **Abdomem** e **Sacrococcígeno** necessitam do seguinte preparo:

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ No dia anterior tomar 40 gotas ou 01 comprimido de Luftal (Dimeticona) de 6/6h (18h, 24h e 06 horas) e quatro comprimidos de Lactopurga ou Dulcolax às 18 horas;
✓ Jantar leve e jejum a partir das 22 horas até a hora do exame.

- **Mamografia –** o exame é realizado pelo técnico em radiologia.

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ Não usar desodorante, hidratante, protetor solar ou qualquer produto oleoso na pele;
✓ Trazer resultado da ultima Mamografia realizada (não importa a data, nem local de realização).

- **Laboratório –** pode ser utilizado o existente na UBS/ESF. Qualquer orientação necessária para coleta será fornecida pela enfermagem e/ou pelos profissionais do laboratório.
- **Ecodopplercardiograma –** o exame é realizado pelo cardiologista.

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ É obrigatório trazer no dia do exame o ECG e o Raio X de Tórax AP/Perfil.

- **Teste Ergométrico –** o exame é realizado pelo cardiologista. São necessários os seguintes cuidados:

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ Sempre fazer uma refeição leve antes do exame. Evitar o consumo de chá, café, chocolate ou bebida alcoólica;
✓ Não realizar esforço físico e não fumar antes do exame;
✓ Comparecer à Unidade usando tênis ou sapato de solado de borracha sem salto. Usar calça de moletom ou bermuda e camisa aberta na frente. As mulheres deverão usar sutiã firme e dispensar o uso de bijuterias ou joias. Os homens deverão depilar o tórax do ombro até abaixo do mamilo;
✓ Não usar hidratante, protetor solar ou qualquer produto oleoso na pele;
✓ Trazer o nome da medicação que faz uso de forma continua. A suspensão da medicação em uso fica a critério do médico solicitante do exame.

- **Ultrassonografias –** o exame é realizado pelo médico especialista. Ë necessário alguns preparos, de acordo com o tipo de ultrassom:

- **Ultrassom Pélvico / Vias Urinárias / Próstata**

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ Por via abdominal – Tomar 06 copos com água 01 hora antes do exame, manter a bexiga cheia.

- **Utrassom de Abdome Superior**

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ No dia anterior tomar 40 gotas ou 01 comprimido de Luftal (Dimeticona) de 6/6h (18h, 24h e 06 horas) e dois comprimidos de Lactopurga ou Dulcolax às 18 horas;
✓ Jantar leve e jejum a partir das 22 horas até a hora do exame.

- **Ultrassom de Abdome Total**

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ No dia anterior tomar 40 gotas ou 01 comprimido de Luftal (Dimeticona) de 6/6h (18h, 24h e 06 horas) e dois comprimidos de Lactopurga ou Dulcolax às 18 horas;
✓ Jantar leve e jejum a partir das 22 horas até a hora do exame;
✓ Tomar 06 copos com água 01 hora antes do exame, manter a bexiga cheia.

- **Ultrassom ou Doppler Vascular (Carótida / Arterial de MI)**

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ No caso de membros inferiores, 30 minutos para cada membro.

- **Ultrassom de Tireóide**

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento.

- **Ultrasson de Ombro / Punho**

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento.

➢ **Endoscopia –** exame é realizado pelo médico especialista. Ë necessário alguns preparos:

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ É obrigatório estar com acompanhante no dia do exame;
✓ Trazer todos os exames que possui no dia do exame, mesmo os muito antigos;
✓ Comunicar o uso de marcapasso e as medicações que faz uso ao médico que fará o exame;
✓ Assinar Termo de Consentimento para realização do exame, após as devidas orientações;
✓ É necessário JEJUM ABSOLUTO (não beber nem água), por 8 horas antes do procedimento. Se o exame for à tarde, pode tomar um leve café da manhã (por exemplo: leite e vitaminas);
✓ Continuar medicação para **Hipertensão Arterial:** deverá ser ingerido com o mínimo de água pela manhã. Aproximadamente às 06 horas, mesmo com o procedimento marcado no período da manhã. E **Antibiótico:** deverá ser ingerido com pequena quantidade de água;
✓ Suspender medicação para Diabetes**:** hipoglicemiantes (Insulina®, Daonil®, Diabinese®, etc.). Não fazer uso pela manhã, só após o exame.
✓ Anticoagulantes (Marevan®, etc.), Antiácidos (não usar nas 12 horas antes do exame), Antiflamatórios (Aspirina®, AAS®). O especialista que solicitou o exame orientará quando não puder usar alguma medicação.

➢ **Colonoscopia –** exame é realizado pelo médico especialista. Ë necessário alguns preparos:

✓ No dia do exame chegar 30 minutos antes do horário agendado portando: cartão SUS, pedido do exame e guia de agendamento;
✓ É obrigatório estar com acompanhante no dia do exame;
✓ Trazer todos os exames que possui no dia do exame, mesmo os muito antigos;
✓ Comunicar o uso de marcapasso e as medicações que faz uso ao médico que fará o exame;
✓ Assinar Termo de Consentimento para realização do exame, após as devidas orientações;
✓ É necessário JEJUM ABSOLUTO (não beber nem água), por 8 horas antes do procedimento. Se o exame for à tarde, pode tomar um leve café da manhã (por exemplo: leite e vitaminas);
✓ O paciente deverá fazer, na véspera, uma dieta líquida, sem resíduos, e tomar o laxante de acordo com as orientações da enfermeira. Após a ingestão do laxante é importante tomar bastante líquido, que pode ser água, chá, água de coco, gelatinas, *Gatorade,* refrigerantes e caldos de carne, frango e legumes coados. "Não pode ser liquidificado". E importante ingerir líquidos, no mínimo 02 litros/dia;
✓ Será necessário puncionar acesso venoso para instalação e infusão rápida de cristaloides;
✓ Continuar medicação para **Hipertensão Arterial:** deverá ser ingerido com o mínimo de água pela manhã. Aproximadamente às 06 horas, mesmo com o procedimento marcado no período da manhã. E **Antibiótico:** deverá ser ingerido com pequena quantidade de água;
✓ Suspender medicação para Diabetes**:** hipoglicemiantes (Insulina®, Daonil®, Diabinese®, etc.). Não fazer uso pela manhã, só após o exame.
✓ Anticoagulantes (Marevan®, etc.), Antiácidos (não usar nas 12 horas antes do exame), Antiflamatórios (Aspirina®, AAS®). O especialista que solicitou o exame orientará quando não puder usar alguma medicação.

8. ADMINISTRAÇÃO

É adequado ter um técnico responsável médico e um de enfermagem, conforme resolução dos respectivos conselhos. Orienta-se que os funcionários trabalhem uniformizados com crachá de identificação em local visível, constando logotipo da Prefeitura de PortoVelho.

➢ **Gerência**

A gerência do serviço disponibiliza em local visível e de fácil acesso aos usuários, as seguintes informações:

- Horário de atendimento;
- Relação nominal dos especialistas com respectivos horários e dias da semana de atendimento;
- Relação dos serviços oferecidos (Especialidades e exames complementares).

➢ **Recepção**

- A recepção deverá estar limpa e organizada para receber o cliente;
- A UBS/ESF que encaminha necessita orientar o usuário para chegar ao CEM com meia hora de antecedência ao horário marcado para a sua consulta. E que leve a requisição do exame e/ou encaminhamento para o especialista, além da guia de agendamento de consultas e/ou exames;
- Solicitar ao usuário o encaminhamento médico e/ou requisição de exame da UBS/ESF de referência e a guia de agendamento;
- É imprescindível que seja confirmado a chegada do cliente no Prontuário Eletrônico e no SISREG;
- Compete à recepção do CEM orientar o paciente em relação à data do retorno e realização de exames, bem como orientações necessárias;
- Para exames não realizados pela Secretária Municipal de Saúde, a recepção encaminhará o paciente à Regulação do Estado de Rondônia, caso o exame seja oferecido somente em Unidades Privadas, a recepção orientará o cliente.

➢ **Atendimento de enfermagem**

- Os auxiliares e/ou técnicos de enfermagem orientam e triam os clientes verificando os SSVV, Peso, Altura, Circunferência Abdominal (para consulta cardiológica), estes dados entre outros são anotados no Prontuário Eletrônico;
- Estes mesmos funcionários são responsáveis pela organização e ordem das guias de agendamentos, bem como chamar os pacientes para os consultórios dos especialistas (enquanto não funciona a senha informatizada);
- A equipe de enfermagem organiza os consultórios antes e após cada consulta especializada, bem como auxiliam pequenos procedimentos médicos e urgências da Sala Vermelha em conjunto com o profissional médico e/ou enfermeiro;
- O funcionário responsável pela CME lava, prepara os pacotes e/ou caixas de material e esteriliza os mesmos. É responsável por comunicar a necessidade de reposição ou manutenção de algum material, devido ao desgaste de uso. Deve repor o material necessário nos consultórios de acordo com a necessidade, antes do término de cada período de Trabalho.

➢ **Atendimento médico**

- Todo atendimento realizado será registrado no Prontuário Eletrônico;
- Ao devolver o paciente à UBS/ESF, o médico especialista deverá preencher o formulário de Contra Referência com letra legível, carimbado e assinado, orientando o cliente a entregar ao medico, que solicitou o encaminhamento e/ou ao enfermeiro da Unidade;
- No Prontuário Eletrônico deverá constar a identificação do cliente, a anamnese, o exame físico, as hipóteses diagnósticas, os exames solicitados e conduta;
- O profissional especialista encaminha para a recepção o cliente quando houver necessidade de retorno à consulta no CEM ou retorno à UBS/ESF e outros.

➢ **Arquivamento do prontuário**

- Os Prontuários Eletrônicos são únicos na Secretária Municipal de Saúde, sendo vistos por qualquer médico que acessar o prontuário pelo acesso do número do cartão SUS do cliente, tendo uma visão geral de atendimentos e exames realizados pelo cliente, bem como as doenças e tratamentos do mesmo. Otimizando assim a conduta médica;

- As informações contidas no Prontuário Eletrônico pertencem ao cliente ou ao seu responsável legal respeitando os preceitos éticos e, fica sob a guarda da Unidade de Saúde, podendo ser fornecida uma cópia mediante autorização formal do paciente e/ou responsável legal;
- A Unidade tem como responsabilidade a guarda e a disponibilidade de todos os prontuários, por um período de 20 anos, a contar da data do último registro de atendimento do paciente. Após este período, o serviço deverá se organizar para garantir a integridade do mesmo. (resolução – CFM n° 1639 de 10/07/2002);
- A responsabilidade pelo preenchimento, guarda e manuseio do Prontuário Eletrônico cabe aos médicos assistentes e demais profissionais que compartilham o atendimento, e a gerência da Unidade (resolução - CFM nº1638 de 10/07/2002).

➢ **Produção**

Cabe ao gerente à responsabilidade de consolidar as informações da produção mensal do CEM por meio do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), de acordo com normas e instruções do Departamento de Avaliação e Controle (DAC), bem como atualizar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e o Cadastro Municipal de Estabelecimentos de Saúde (CMES). Bem como encaminhar os Relatórios Trimestrais das atividades desenvolvidas e do quadro de recursos humanos ao Departamento de Média e Alta Complexidade (DEMAC).

Outros instrumentos de controle da produção:

- **CONDENSADO DIÁRIO DE PRODUÇÃO DE CONSULTAS DE ESPECIALIDADES E EXAMES DE APOIO DIAGNOSTICO** (Anexo IX), é preenchido diariamente pelo CEM;

- **O CONDENSADO MENSAL DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE APOIO DIAGNOSTICO** (Anexo X), também preenchido pelo CEM, contém as informações de utilização dos equipamentos. Este instrumento é fundamental para o acompanhamento, avaliação da utilização do recurso, e merece uma atenção especial no preenchimento, segundo: número de dias de utilização do equipamento, número de horas de utilização, número de exames agendados e exames realizados.

9. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

As diretrizes e normas para a implantação dos Sistemas de Informação no CEM são de competência e responsabilidade da Central de Regulação da Secretaria de Saúde.

Os Sistemas adotados na Secretaria Municipal de Saúde atualmente são:

➢ Sistema de Informatização de Saúde, para área assistencial, que possibilita as funções de:

- Recepção para confirmar agendamento de usuários;
- Confecção de cartão SUS;
- Disponibilidade de agendamento eletrônico no SISREG em retornos de consultas médicas – através da Agenda Regulada, além do agendamento de exames diagnósticos;
- Cadastro, Confirmação, Triagem de Enfermagem e Consulta Médica de clientes no Prontuário Eletrônico.

➢ HOSPUB – utilizado para o gerenciamento do estoque e dispensação de medicamentos, que deve ser alimentado segundo orientação da SMS, na farmácia da UBS e do CEM.
➢ HOSPUB – utilizado para o cadastro de usuários na rede de laboratórios das UBS e do CEM, através do número do cartão SUS, onde os exames poderão ser impressos pelo usuário através da Internet ou retirados em uma Unidade de Saúde, bem como o recebimento de mensagem eletrônica no celular do usuário, avisando que o exame está pronto.
➢ SIS MAMA – utilizado para informar dados da mamografia realizada pela usuária do CEM para o Ministério da Saúde, a fim de controlar e avaliar dados epidemiológicos nacionais do Câncer de Mama. Deve ser alimentado segundo orientação da SMS, por um profissional administrativo treinado, do setor de radiologia.
➢ Sistema de Informação Ambulatorial - SIA - mensalmente o CEM deve preencher o Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) conforme citado no item produção.
➢ O CEM possui Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) próprio, portanto deve alimentar o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) conforme normas vigentes.

10. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A SMS / DEMAC / Central de Regulação, é responsável pelo processo de Acompanhamento e Monitoramento dos Indicadores da Assistência, oferecido no CEM, que estão descritos no Quadro I.

A supervisão realizada pelas instâncias regionais e a avaliação desses indicadores serão utilizadas como instrumento de gestão, do termo de Parceria estabelecido entre a SMS e a Regional, bem como outras Instituições de acordo com a necessidade.

Os Anexos IX e X utilizados para subsidiar a construção dos Indicadores de Monitoramento, deverão ser entregues a administração no dia 15 de cada mês, para confecção dos relatórios mensais, que são entregues ao DEMAC e DAC.

Quadro I - CEM - Indicadores de Monitoramento segundo número e proporção dos procedimentos realizados por mês.

INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO
N° de consultas/mês	N° de consultas de especialidades realizadas no mês
% de consultas realizadas por Especialidades	N° de consultas realizadas por especialidades / Total de consultas previstas x 100
% de absenteísmo por Especialidade	N° de faltas na especialidade / Total de consultas agendadas x 100
% de exames de Eletrocardiograma realizados	N° de ECG realizados / Total de exames previstos x 100
% de exames Ecocardiograma realizados	N° de Ecocardiogramas realizados / Total de exames previstos x 100
% de exames de Ultrassonografias realizados	N° de Ultrassons realizados / Total de exames previstos x 100
% de Mamografias realizadas	N° de Mamografias realizados / Total de exames previstos x 100
% de Raio X realizados	N° de Exames de Raio x realizados / Total de exames previstos x 100
% de exames de Endoscopias realizados	N° de Endoscopias realizados / Total de exames previstos x 100
% de exames de Colonoscopias realizados	N° de Colonoscopias realizados / Total de exames previstos x 100
% de exames de Testes Ergométricos realizados	N° de Testes Ergométricos realizados / Total de exames previstos x 100
% de Ouvidorias recebidas	N° de Ouvidorias recebidas / N° de consultas de Especialidades realizadas x 100

***Considerar o mês de 15 a 14 (de cada mês).

11. CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

É requisito de contratação de Recursos Humanos, que todo profissional médico contratado para o CEM possua título de Especialista ou Residência Médica na área de atuação. Serão capacitados em serviço sobre os seguintes temas:

- Princípios e Diretrizes do SUS;
- Aspectos da organização da SMS e Central de Regulação à qual o CEM pertence, a fim de conhecer os fluxos da Regulação e Protocolos da SMS.

12. IMPRESSOS

Os impressos utilizados pelo CEM são os mesmos disponíveis na rede municipal, como, formulário para pedidos de exames, receituários, e etc.

O uso de marcas ou logotipos de qualquer tipo deve ser previamente acordado com a SMS.

13. SISTEMA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO – OUVIDORIA

O diretor do CEM, ou substituto, está disponível para o primeiro contato com o usuário nos casos de sugestões e ou reclamações.

- É importante verificar as condições que viabilizem as manifestações do usuário;
- Manter sigilo quando solicitado ressalvado as exceções previstas em lei.

Nos casos que extrapolem sua competência administrativa encaminhar para a Central de Regulação / DEMAC / SMS. É fundamental o acolhimento e a escuta do usuário na busca da qualificação e melhoria dos serviços prestados.

POLICLÍNICA RAFAEL VAZ E SILVA

Com a inauguração do Centro de Especialidades Médicas, os serviços desenvolvidos nesta unidade foram em sua maioria transferidos para o CEM. Dentro da estrutura física da Policlínica Rafael Vaz e Silva estão sendo realizados atendimentos ambulatoriais de ginecologia/obstetrícia, sob a supervisão da Cordenação de Residência Médica da Escola de Medicina da UNIR. Tal ação está respaldada no Termo de Cooperação Técnica realizado para o exercício da Residência Médica no município.A unidade também estar funciomamdo como ponto de apoio paras as equipes de saúde da família da Unidade de Saúde Osvaldo Piana em construção.

Outras ações ofertadas na Poloclinica Rafael Vaz e Silva é o Serviço de Atendimento Especializado (SAE) - com atendimentos a portadores de DST, HIV e AIDS

Centro de Referência de Saúde da Mulher –

A unidade dispõe dos serviços de Pre Natal Alto Risco e temos a disposição 02 profissionais médicos ginecologistas e obstetras responsáveis pelo Pré-natal de alto risco. O acesso das usuárias a primeira consulta esta sendo regulado pelo sistema implantado do município com a data e o horário do atendimento. O retorno para acompanhamento será agendado internamento no próprio Centro de Referencia Saúde da Mulher, garantindo, dessa forma, agilidade e continuidade da assistência. Essa usuária encaminhada para o pré-natal de alto risco deverá continuar sendo assistida pela equipe da estratégia saúde da família.

Atendimentos no serviço especializado de pré-natal de alto risco.

Atendimento de pré-natal de alto risco	Agosto a dezembro de 2011	Janeiro a julho de 2012
Consultas de primeira vez	480	864
Consultas de acompanhamento	1143	1414

Fonte: Centro de referencia saúde da mulher, novembro de 2012

Outra ação realizada na unidade é o seguimento da alterações precursoras do câncer de colo uterino no centro de Referencia Saúde da Mulher. Após o laudo sugestivo com alterações precursoras do câncer de colo de útero, a usuária é encaminhada para confirmação diagnostica no Centro de Referencia Saúde da Mulher, onde contamos com 02 profissionais médicos ginecologistas que atuam na confirmação diagnostica realizando colposcopia, biopsia e cirurgia de alta freqüência.

Tabela 12: Procedimentos secundários realizados no Centro de Referência Saúde da Mulher, Julho a Novembro de 2012

Fonte: Centro de Referência de Saúde da Mulher

Procedimentos	**Quantidades**
Colposcopia	285
Biopsia	34
Cauterização	34
Cirurgia de Alta Frequência	34

DIVISÃO DE APOIO DIAGNÓSTICO

Hierarquicamente a Divisão de Apoio ao Diagnóstico faz parte do Departamento de Média e Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Saúde. É de sua competência a coordenação da rede laboratorial do Município de Porto Velho; alimentação dos sistemas de informação (HOSPUB); promover cursos de capacitação/atualização para os profissionais das unidades; retroalimentar as informações; garantir os insumos necessários para o funcionamento dos programas, supervisionar e apoiar as atividades desenvolvidas pelas unidades de saúde e promover atividades de âmbito municipal.

O presente relatório tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas por esta divisão de acordo com cada coordenação, bem como as participações em eventos realizados em parcerias com outros setores.

A Divisão Apoio Diagnóstico está organizada segundo organograma acima e atende toda a rede de assistência pública (SUS), coletando e realizando exames da atenção básica, média e alta complexidade, com qualidade e eficácia.

OBJETIVO :

- Promover o apoio diagnóstico à população usuária do SUS na atenção básica, a ampliação e a estruturação dos serviços da rede municipal de diagnóstico, estimulando o seu crescimento ordenado com conseqüente aumento da oferta de serviços e de atendimento.
- Implementar a melhoria da qualidade, com a agilização dos resultados, interligando o sistema em rede de serviços laboratoriais, e assegurando o máximo de eficiência nos exames realizados pelos equipamentos automatizados de última geração, com a finalidade de atender a demanda, assegurando a universalidade e a eqüidade, com o objetivo de atender com maior resolutividade os exames laboratoriais da população de Porto Velho;
- Promover a ampliação da Divisão de Diagnóstico, como também estruturá-la, estimulando o ordenamento territorial em Pólos Regionais de atendimento, interligados em sistema de rede de serviços e interfaceado, bem como, possui a finalidade de atender a demanda, assegurando a universalidade e eqüidade, e a qualidade do exame de diagnóstico á população.

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Suprir a necessidade de exames de Patologia Clínica, por imagem e ultrassom na rede pública;
- Realizar palestras educativas;
- Capacitar treinar servidores;
- Conscientizar os funcionários quanto a relação funcionário/paciente
- Minimizar os riscos inerentes à profissão;

- Garantir apoio operacional e técnico necessário a assistência laboratorial;
- Promover ações de forma participativa que envolva as lideranças, visando fortalecimento das ações da Divisão de Apoio Laboratorial.
- Estabelecer rotinas laboratoriais;
- Estabelecer fluxogramas de atendimento aos laboratórios;
- Promover a constante ampliação e modernização dos serviços de diagnóstico
- Garantir o acesso aos usuários do SUS, de forma digna, ao diagnóstico laboratorial;
- Promover a melhoria das condições de trabalho aos servidores da área;
- Garantir apoio operacional e técnico necessário à manutenção da rede laboratorial;
- Promover ações de forma participativa que envolva as lideranças das unidades e o Gestor da Secretaria Municipal de Saúde.
- Garantia da segurança e qualidade laboratorial.

2. METAS FÍSICAS

1 – Atingir no SUS o índice de atendimento laboratorial em 80%:

- Intensificar as coletas de exames;
- Intensificar a divulgação da rede de laboratório junto a população do Município;
- Aumentar os recursos humanos disponíveis;
- Reestruturar as instalações físicas de algumas unidades.

2 – Atingir no SUS o índice de 80% de assistência laboratorial:

- Promover atividades educativas e informativas sobre exames de patologia clínica;
- Aumentar o acesso da população as unidades que possuem laboratório em sua estrutura;
- Promover divulgação em massa em meios de comunicação a cerca dos exames de diagnósticos, locais de funcionamento, assim como, horários de coleta.

3 – Atingir o índice de 60% de retorno do usuário para nova consulta:

- Promover informação sobre as vantagens do retorno a consulta juntamente com os exames laboratoriais;
- Melhorar o fluxograma dentro das unidades de saúde.

4 – Atingir no SUS o índice de 99,9% de credibilidade dos laudos de patologia clínica:

- Investir em automação nos laboratório clínicos que compõem a rede de diagnóstico;
- Investir arduamente em capacitações em recursos humanos,
- Implantar o controle de qualidade interno em toda rede de diagnóstico da SEMUSA.
- Implantar o Controle de Qualidade Externo.

5 – Atender em 100% da necessidade dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS:

- Aumentar a coleta de toda a rede de diagnóstico da SEMUSA;
- Investir em capacitação dos recursos humanos da rede de diagnóstico;
- Aumentar a infra-estrutura da rede de diagnóstico laboratorial;

6 – Implantar Sistema de Informação Gerencial em 100 % em toda a rede laboratorial:

- Sistema implantado em 99% da rede. Somente a Maternidade Municipal ainda não conta com esse sistema.

7 – Inspecionar toda a rede laboratorial pelo menos 01 (uma) vez por semana:

- Visitas as unidades laboratoriais e/ou plantão de inspeção técnica de segunda a sábado;

8 – Implantar o Programa de Controle de Qualidade Interna e Externo em 100 % dos serviços públicos que executam exames de patologia clínica:

- Contratar e/ou licitar Programa de Controle de Qualidade Externo e implantar o Controle de Qualidade Externo.

3. METAS ALMEJADAS PARA 2013

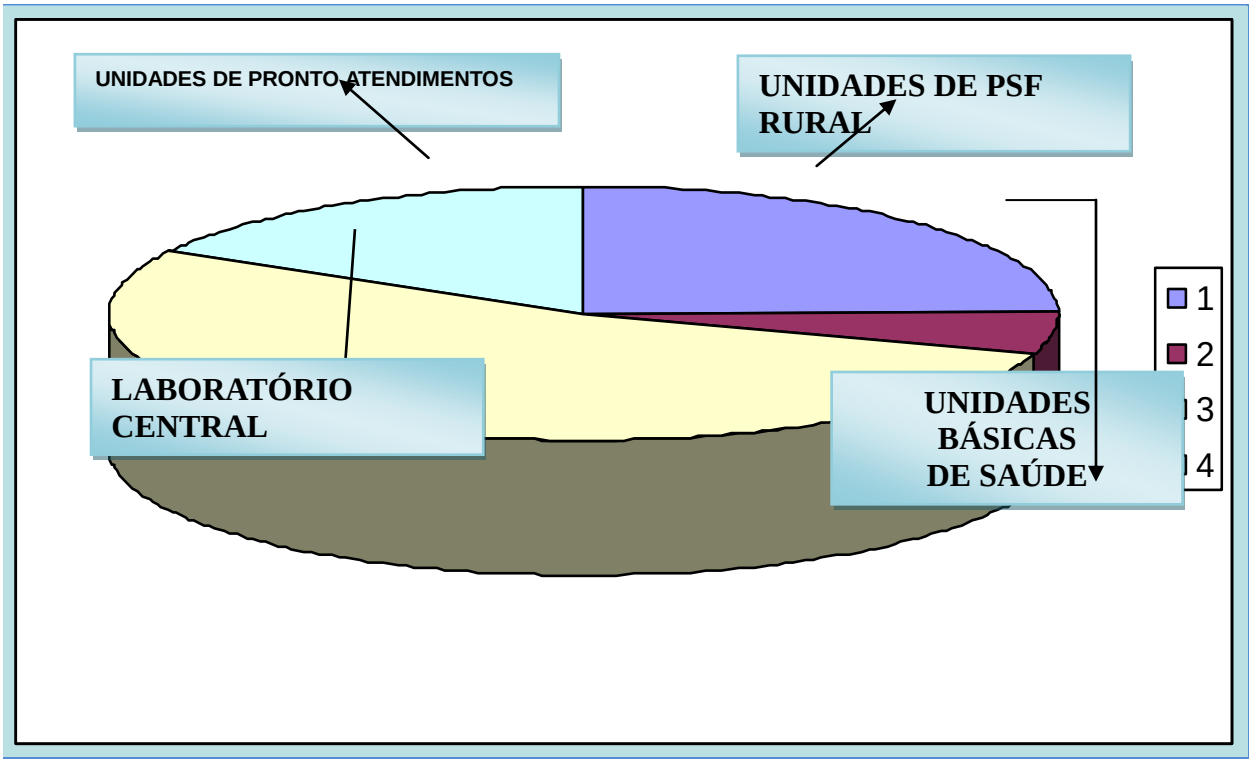
- Alteração da Divisão de Apoio ao Diagnóstico em Departamento de Diagnóstico, contendo uma Divisão de Biologia Clínica no ano 2013;

- Capacitação continuada, principalmente na área de Citologia Oncótica;
- Implementação do Laboratório de suporte diagnóstico em Microbiologia;
- Contratação de Recursos Humanos (técnico de laboratório e microscopistas);
- Implantação do Controle de Qualidade (Externo e Interno);
- Dinamização dos serviços do Humaniza SUS;
- Eventos periódicos referente as ações laboratoriais (oficinas);
- Reforma e Ampliação das demais Unidades Laboratoriais da SEMUSA;

ESTRUTURA DA REDE DE DIAGNÓSTICO

UNIDADES EXISTENTES	QUANTIDADES	DENOMINAÇÃO
POLICLÍNICAS	02	Unidade de Pronto Atendimento (24 horas)
MATERNIDADE	01	Maternidade Municipal Mãe Esperança
UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - URBANO	17	Estratégia de Saúde da Família Zona Urbana
UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - RURAL	15	Estratégia de Saúde da Família Zona Rural
CENTRO DE ESPECILIDADES MÉDICAS	01	C.E.M.
NASF	02	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
UPA'S	02	Unidade de Pronto Atendimento Zona Sul e Zona Leste
Policlínica Rafael Vaz e Silva	01	Policlínica Rafael Vaz e Silva (ambulatorial)
Central Municipal de Diagnóstico	01	Central de Diagnóstico

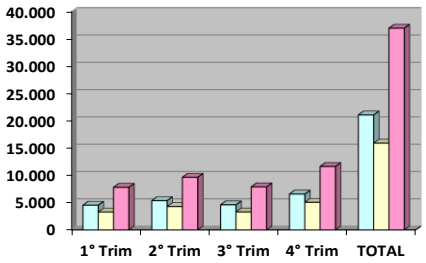
Gráfico 30 - DEMONSTRATIVO DE EXAMES REALIZADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE – DIVISÃO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO – D.A.D
JANEIRO A SETEMBRO DE 2012



CONSOLIDADO DE EXAME PREVENTIVO POR TRIMESTRE 2011- PORTO VELHO/RO					
PROCEDIMENTO	**1º TRIMESTRE**	**2º TRIMESTRE**	**3º TRIMESTRE**	**4º TRIMESTRE**	**TOTAL**
COLETA DE MATERIAL P/ EXAME CITOPATOLOGICO	4.525	5.362	4.598	6.563	21.048
EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO-VAGINAL/MIC	3.277	4.272	3.281	5.051	15.881
TOTAL GERAL	7.802	9.634	7.879	11.614	36.929

FONTE: DAC/SEMUSA
DADOS SUJEITOS A REVISÃO

Gráfico 31 - **EXAME PREVENTIVO POR TRIMESTRE 2011- PORTO VELHO/RO**



RELAÇÃO E QUANTITATIVOS DE EXAMES DE PATOLGIA CLÍNICA REALIZADOS NO LABORATÓRIO CENTRAL NO ANO DE 2012

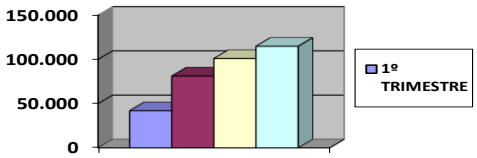
020201012 DOSAGEM DE ACIDO URICO	22.160
020201016 DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	900
020201018 DOSAGEM DE AMILASE	2.057
DOSAGEM DE ALBUMINA	345
ASO	703
020201020 DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	5.330
020201021 DOSAGEM DE CALCIO	5.582
DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	84
DOSAGEM DE CÁLCIO URINÁRIO 24 HORAS	500
020201026 DOSAGEM DE CLORETO	1.419
020201027 DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	53.597
020201028 DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	53.482
020201029 DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	54.540
020201031 DOSAGEM DE CREATININA	43.734
CLEARENCE DE CREATININA	129
020201032 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	1.086

020201033 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	323
020201038 DOSAGEM DE FERRITINA	1.096
020201039 DOSAGEM DE FERRO SERICO	1.597
020201042 DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	3.825
020201043 DOSAGEM DE FOSFORO	541
020201044 DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATAS	400
020201046 DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GA	4.142
020201047 DOSAGEM DE GLICOSE	79.838
DOSAGEM DE GLICOSE PÓS PRANDIAL	1.038
020201050 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	8.767
020201053 DOSAGEM DE LACTATO	1.093
DOSAGEM DE LDH	1.093
020201055 DOSAGEM DE LIPASE	1.147
020201056 DOSAGEM DE MAGNESIO	1.994
020201060 DOSAGEM DE POTASSIO	7.812
020201061 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	
020201062 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1.718
DOSAGEM DE PROTEÍNA NA URINA	102
020201063 DOSAGEM DE SODIO	6.597
020201064 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALAC	38.128
020201065 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVI	38.128
020201067 DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	54.521
TEMPO DE PROTROMBINA	127
TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL	51
020201069 DOSAGEM DE UREIA	39.377
020202030 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	8.767
020203007 DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	749
020203008 DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C	1.087
020203010 DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFIC	7.842
020203011 DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO LIVRE	3.899
020203016 DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	14
020203030 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-	19.803
020203076 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASM	10.902
TOXOPLASMOSE AVIDEZ	196
020203080 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS RUBÉOLA	7.765
020203081 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEP. A (HVA)	1.032
020203085 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGAL	696
020203087 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASM	10.949
020203091 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS RUBÉOLA	7.765
020203092 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HEP.A (HVA)	1.028
020203097 PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE	21.543
020203111 TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	464
ANTI HBE TOTAL	562
ANTI HBC IGG	4.721
ANTI HBC IGM	3.362
ANTI HBS	672
ANTI HCV	11.731
ANTI HBE AG	672
IMUNOLOGIA PARA CHAGAS	707
020203117 VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	74
020205009 DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	295
020205011 DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	610
020206016 DOSAGEM DE ESTRADIOL	1.704

020206023 DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE	3.751
020206024 DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	2.866
020206025 DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	14.705
020206029 DOSAGEM DE PROGESTERONA	1.222
020206030 DOSAGEM DE PROLACTINA	1.383
020206034 DOSAGEM DE TESTOSTERONA	802
020206037 DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	3.153
020206038 DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11.314
020206039 DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	4.768
020206040 DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3 LIVRE)	1.300

Gráfico 32 - QUANTITATIVOS DE EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA REALIZADOS NO ANO DE 2012

1º TRIMESTRE	**41.964**
2º TRIMESTRE	**81.143**
3º TRIMESTRE	**101.005**
4º TRIMESTRE	**114.862**
TOTAL	**338.974**



CENTRAL MUNICIPAL DE DIAGNÓSTICO

PLANILHA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PARA A DIVISÃO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO – 2012 PARA MANUTENÇÃO DA REDE

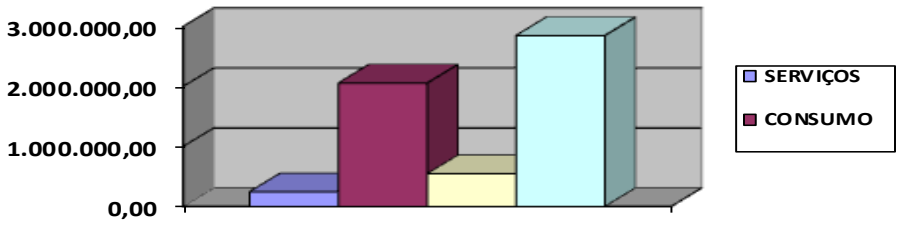
Aquisição (Kit Imunocromatográfica) DAD	7.999,80
Contratação Manut.Prev.Corret. Equip./Laboratorial	9.114,00
Aquisição de Filmes de Raio - x , Revelador e Fixador - DAD	61.871,30
Aquisição material de consumo (Formulário continuo) DAD	14.100,00
Aquisição de Consumo (kit p/ coleta preventivo) DAD	20.345,00
Aquisição de material de consumo (tira plástica, filme upp...) DAD	123.056,00
Aquisição de material de consumo (revelador, fixador) DAD	16.478,00
Aquisição de material de consumo (auto-prol, papor, senso cloreto) DAD	65.093,44
Aquisição de material de Consumo (Anticoagulante...) DAD	9.523,00
Aquisição de material de Consumo (Agulha para coleta...) DAD	13.683,00
Aquisição de material de Consumo (Alcool 70, Gel para ultrason..) DAD	13.955,40
Aquisição de material de Consumo (Kit para pesquisa de sangue...) DAD	412,35
Aquisição de material de Consumo (Kit reação...) DAD	157.285,72
Aquisição de Formúlario Contínuo - D.A.D	7.650,00
Suprimento de fundo - Luiz Adroaldo A. Tagliani - DAD	2.000,00
Aquisição de Insumos (Solução diluente...) DAD	16.115,56
Contratação de empresa serviços preventivo e corretivo equip.laboratoriais - DAD	40.000,00
Complementação Contrato de Fornecimento de Insumos (Comodata) 3 meses	591.138,48
Aquisição de Insumos Laboratorias memo. Nº 188/DAD/SEMUSA	249.400,00
Aquisição de Material de Consumo (rede laboratórial) - DAD	24.486,60
Aquisição de Filmes para Raio-x, Revelador - F.M.S	49.735,00
Aquisição Mat. Consumo (Lampada, forte....)DAC	1.428,85
Aquisição de Material de Consumo (Tonners Originais)SRP	4.000,00
Aquisição Mat. Consumo (bobina de etiqueta....)DAD	6.540,00
Aquisição de Lanches (SRP Nº 025/2009) - DAD	5.000,00
Aquisição Mat. Consumo (bobina de etiqueta....)	1.090,00
Aquisição Insumos para Laboratório (ASLO, PCR...)DAD	225.054,24
Aquisição de Material de Consumo (Glicosimétro)	96.250,00
Aquisição Mat. De Consumo (kit p/ coleta prev.....)	23.299,00
Aquisição Mat. De consumo (bandeja, parafuso...)DAD	3.813,00
Complementação (Aquisição de Insumos) Comodata	197.046,84
Complementação ao CEO nº 1063 e R.S nº 747	6,00
TOTAL	**2.056.970,58**

Aquisição de Material Permanente (Ar condicionado) DAD	7.950,00
Aquisição de Material permanente (Caixas Térmicas) Laboratório	6.540,00
Aquisição de Equipamento Radiológicos (Chassi, Divisor..) DAD	24.915,00
Aquisição de Material Permanente (Centrifuga, Agitador) DAD	78.055,77
Aquisição de Material Permanente (Impresssora Matricial Lx 300) DAD	7.984,00
Anulação Total do CEO nº 176 e Reserva de Saldo 137 de 03.03.2010	7.984,00
Aquisição Veiculo - DAD	69.000,00
Aquisição de Raio-x , Policlinica José Adelino da Silva	79.000,00

Aquisição de Material Permanente (Impressora Matricial) DAD	7.994,00
Aquisição Mat. Permanente (impressora de técnica cash..... - D.A.D	6.897,59
Sol. Aquisição de Veículo - DAD	90.000,00
Aquisição Mat. Permanente (impressora) - D.A.D	26.247,40
Aquisição Mat. Permanente (RACK) DAD	1.287,00
Anulação parcial CEO 1049 e RS 737 23.11.2010	6.540,00
Aquisição de equipamento (centrifuga, agitador...) DAD	203.326,16
Aquisição de Mat. Permanente (computadores...)DAD	17.117,28
Aquisição de Mat.Permanente (ar condicionados) D.A	22.800,00
TOTAL	**545.283.09**

Gráfico 33 - GASTOS MATERIAIS REFERENTES À SERVIÇOS, CONSUMO E MATERIAL PERMANENTE 2012

SERVIÇOS	**244.692,36**
CONSUMO	**2.056.970,58**
PERMANENTE	**545.283,09**
TOTAL	**2.846.946,03**



Ao analisarmos o quadro demonstrativo percebemos que houve um incremento na rede de diagnóstico no montante de 2.846.946,03 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e seis reais e três centavos).

O crescimento das ações da Divisão de Apoio ao Diagnóstico são frutos de parcerias entre esta divisão e o gestor municipal em prol do crescimento e fortalecimento das ações de diagnóstico.

Atualmente a secretaria municipal de saúde juntamente com a divisão de diagnóstico buscam resultados de forma planejada estrategicamente e com monitoramento dos resultados, por meio dos programas e projetos contemplados no Plano Gestor, que em sua essência busca a universalização de todos os procedimentos laboratoriais, por meio da organização estrutural e organizacional, que exige desta forma, maior integração e empenho de todos os segmentos Semusa, com vista na excelência das ações de Saúde Pública.

Fato este comprovado através do avanço quantitativo e qualitativo visualidade diante de uma realidade no avanço, uma vez que a estrutura existente atendia na rede de laboratório em média de 25 pacientes e passou a atender em 2010 a média de 60 pacientes/dia, sendo que capacidade instalada permite o atendimento de 75 pacientes/dia, realizando os mais diversos exames clínicos.

6.2.3 MATERNIDADE MUNICIPAL MÃE ESPERANÇA

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Obstetrica e Neonatal

Objetivo do PMS: AMPLIAR A ASSITÊNCIA HOSPITALAR OBSTETRICA E NEONATAL
Meta do PMS: 3. Implantação do Programa de educação em serviço

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
3 . 1 Realizar capacitações mensais de educação continuada	Realizar 12 capacitações	Realização de 50% das capacitações	1) Palestra Educativa de Saúde sobre DSTs AIDS.	100%			Palestra realizada no Colégio Ulisses Guimarães em parceria com a Policlinica Drº José Adelino da Silva no período de carnaval.
			2) Palestra Educativa de Saúde sobre Dsts e AIDS reallizada na Maternidade Municipal.	100%			Palestra realizada com todas as Puérperas da Maternidade Municipal em conjunto com o DPE no período de Carnaval.
			3) Semana de Saúde da Mulher	100%			Realização de exames para a prevenção de câncer do colo uterino e agendamento para a realização de mamografia para as colaborados da Matenidade Municipal.
			4) Dia Internacional da Mulher.	100%			Realizado café da manhã especial para todas as colaboradoras da Maternidade Municipal.

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			5) Encontro de Residência Médica	100%			Encontro realizado com todos os residentes e preceptores com a Drª Eliane Amaral - coordenadora do Programa de Residência Médica da Unicamp.
			6) Dia das Mães	100%			Comemoração para todas as colaboradoras e Puérperas da Maternidade Municipal.
			7) Semana da Enfermagem	100%			Realização de seminários e Palestras para toda a equipe de enfermagem da Maternidade Municipal.
			8) Curso da ABEM	100%			Curso para Precptoria de Residência Médica realizado em Rio Branco/AC e Roraima
			9) Capacitação em Vigilância das Violências.	100%			Capacitação realizada pela Sesau com a participação dos enfermeiros da Maternidade Municipal.
			10) Festa Junina	100%			Realização da Festa Junina com todos os colaboradores e convidados.

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			11) Semana de Aleitamento Materno	100%			Realização de roda de conversas com todas as puérperas sobre a importância do aleitamento materno exlusivo.
			Amamenta Porto Velho	100%			Realização da mobilização de nutrizes que estão amamentando para um encontro na Estrada de Ferro Madeira Mamoré.
			Curso sobre Atenção a Vitimas de Violência Sexual	100%			Realização do curso para todos os colaboradores da Maternidade Municipal.
3.2 – Realizar o treinamento de reanimação neo-natal para os médicos neo-natologistas	Realizar 01 capacitação	0%					

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Obstetrica e Neonatal
Objetivo do PMS: AMPLIAR A ASSITÊNCIA HOSPITALAR OBSTETRICA E NEONATAL
Meta do PMS: 4 .Aumento de 50% no número de Registro Civil no cartório da MMME

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ANO	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
4.1 Implantar o Programa Mãe esperança de Incentivo ao Registro Civil;	Implantar o Programa	100%	1) Elaborar projeto para implantação do programa	100%			
			2) treinar equipe de profissionais da MMME envolvidos nas ações do programa	100%			
			3) Orientar as mães sobre a importância do registo Civil	100%			
			4) Realizar relatórios com os números de registros obtidos no cartório	100%			
4.2 Capacitar os colaboradores sobre a Legislação do Registro Civil.	Realizar uma capacitação	100%	1) realizar parceria com o tribunal de justiça	100%			Com a entrega da DNV ao pai logo após o nascimento do bebê, houve um aumento no número de registro cívil
			2) Elaboração do curso Caminhos legais da adoção	100%			
			3) realização do curso	100%			

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Obstetrica e Neonatal
Objetivo do PMS: AMPLIAR A ASSITÊNCIA HOSPITALAR OBSTETRICA E NEONATAL
Meta do PMS: 6. Implantação de um núcleo de Pesquisa na MMME

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
6.1 Realizar parceria com a UNIR e outras instituições educacionais para implantação o núcleo de pesquisa na MATERNIDADE.	realizacao do curso de pesquisa clinica para os profissionais da matednidade inclusive residentes		1) realizaçao do curso de metodologia da pesquisa clinica	30%			
			2) contrataçao ou lotaçao ou sessao (como parceria) de um estatistico	0%			

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Obstetrica e Neonatal
Objetivo do PMS: AMPLIAR A ASSITÊNCIA HOSPITALAR OBSTETRICA E NEONATAL
Meta do PMS: 7. Implantação de uma UTI Neo-Natal

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no 1º semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO 1ª SEMESTRE	Previstos	Executados	
7.1 Ampliação de 04 leitos de UTI Neonatal;	Ampliação de 04 leitos	0%	1) Planejamento da Obra				Projeto de ampliação enviado ao MS para aprovação e liberação de recursos pelo Programa Rede Cegonha
			2) Elaboração da Planta arquitetônica	100%			
			3) Elaboração do processo licitatório	0%			
			4) Recebimento da obra	0%			
7.2 Capacitar os profissionais técnicos de enfermagem para atendimento ao RN;	realizacao do curso de atendimento de emrgencia de acordo com a proposta do MS						

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Obstetrica e Neonatal
Objetivo do PMS: AMPLIAR A ASSITÊNCIA HOSPITALAR OBSTETRICA E NEONATAL
Meta do PMS: 8. Ampliação da Sala Pré parto, parto e pós parto (PPP);

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
8.1 Instalar banheira para realizar parto na água;	Instalar 01 banheira	0%	1) Elaboração do processo licitatório	0%			Projeto de ampliação enviado ao MS para aprovação e liberação de recursos pelo Programa Rede Cegonha
			2) entrega da banheira	0%			
			3) instalação da banheira	0%			
8.2 Aumentar em 3 leitos a sala de PPP	Ampliação de 03 leitos		1) Elaboração do projeto arquitetônico e de engenharia	100%			
			2) Inicio da obra	0%			
		0%	3) Termino da obra	0%			

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Obstetrica e Neonatal
*** Objetivo do PMS: AMPLIAR A ASSITÊNCIA HOSPITALAR OBSTETRICA E NEONATAL**
*** Meta do PMS: 9 . Construção de Enfermarias de Alojamento conjunto – Acl**

*** AÇÕES ANUAIS**	**METAS ANUAIS**		**ATIVIDADES**		**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**		**OBS. ESPECÍFICAS**
	Prevista no ano	**Realizada no Ano**	**PROGRAMADAS NO ANO**	**REALIZADAS 1ª ANO**	**Previstos**	**Executados**	
9.1 Ampliar em 25% o número de leitos de enfermarias de AC(11 leitos);	Construção de um prédio de ambulatórios como contrapartida das faculdades de medicina, para liberaçao das enfermarias que hoje são ocupadas pelo programa DE NOVO NÃO	0%	1) Elaboraçao do projeto	100%			As escolas ainda não executaram a obra.
			2) Conclusão do projeto arquitetônico e de engenharia	0%			
			4) Elaboração do processo licitatório	0%			
			5) Construção da obra	0%			

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Obstetrica e Neonatal
*** Objetivo do PMS: AMPLIAR A ASSITÊNCIA HOSPITALAR OBSTETRICA E NEONATAL**
Meta do PMS: 10. Construção de um Centro de Referência para o Programa "De Novo Não

*** AÇÕES ANUAIS**	**METAS ANUAIS**		**ATIVIDADES**		**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**		**OBS. ESPECÍFICAS**
	Prevista no ano	**Realizada no Ano**	**PROGRAMADAS NO ANO**	**REALIZADAS NO ANO**	**Previstos**	**Executados**	
10.1 Construir o centro de referência para atendimentos às adolescentes do Programa de Novo Não e usuárias do Planejamento familiar	Construção do Centro de Referência	10%	1) Conclusao do projeto arquitetonico e de engenharia	100%			Projeto será realizado com recursos de compensação da Santo Antônio energia.
			2) Elaboração do processo licitatório	0%			
			3) Construçao da obra	0%			

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Obstetrica e Neonatal
Objetivo do PMS: AMPLIAR A ASSITÊNCIA HOSPITALAR OBSTETRICA E NEONATAL
Meta do PMS:11. Manutenção do Título Hospital Amigo da Criança

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
11.1. Implantação das ações para a manutenção do Título Hospital Amigo da Criança	capacitaçao e atualizaçao dos profissionais de acordo com as normas do MS	100%	1) Realizaçao do curso de 20 horas para os novos contratados	0%			
			2) Realizaçao do curso de 4 horas para os que já participaram do curso de 20nhoras	10%			
			3) Realizaçao de "rodas de diálogo"com puerperas e acompanhantes com participaçao de médicos enfermeiros e academicos	50%			

Diretriz: Fortalecimento da Atenção Obstetrica e Neonatal
Objetivo do PS: AMPLIAR A ASSITÊNCIA HOSPITALAR OBSTETRICA E NEONATAL
Meta do PS: 12. Criação da Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia

* AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
12.1. Implantação do Programa de Residência Médica	Implantaçao do programa de Residência Médica	100%	1) Aprovação do programa de RM pelo CNRM	100%			
			2) Realizaçao do concurso de ingressos dos residentes	100%			
			3) Inicio das atividades	100%			

LEVANTAMENTO DE PARTOS E OUTRAS OCORRÊNCIAS													
HOSPITAL E MATERNIDADE MÃE ESPERANÇA													
COMPARATIVO MENSAL ANO 2012													
Período: Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012													
Especificações	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
Nº de partos em geral	359	352	365	348	341	320	354	371	348	370	337		3865
Partos Normais	262	264	281	260	244	240	274	282	245	273	260		2885
Partos Cesáreos	97	88	84	88	97	80	80	89	103	97	77		980
Nascidos Vivos Masculino	173	173	181	167	166	167	184	191	175	189	175		1941
Nascidos Vivos Feminino	185	179	184	181	175	153	170	180	173	181	162		1923
Natimorto	1	1	-	1	1	2	1	-	-	1	1		9
Natimorto Feminino	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-		3
Natimorto Masculino	-	-	-	1	1	1	1	-	-	1	1		6
Nascimento Prematuro	12	4	10	10	6	8	5	23	14	4	11		107
Nascido Prematuro Feminino	4	2	6	6	4	2	2	12	6	-	5		49
Nascido Prematuro Masculino	8	2	4	4	2	6	3	11	8	4	6		58
Nascidos Vivos até 2,500 kg	8	4	10	9	6	5	12	7	13	4	10		88
Feminino	5	2	7	6	4	3	3	4	8	1	4		47
Masculino	3	2	3	3	2	2	9	3	5	3	6		41
Parto Domiciliar/Outros	6	8	7	5	3	8	3	-	1	1	1		43
Rn ao Berçário	36	16	12	25	20	26	20	-	23	19	15		212
Óbitos RN	-	-	-	-	1	-	-		-	-	-		1
Óbitos Pacientes	1	-	-	-	-	-	-		-	-	-		1
Curetagem/Amiu	68	84	94	75	92	56	87	80	70	87	65		858
Atend. Planej. Familiar	299	523	479	576	635	565	442	598	565	411	479		5572
DIU	51	113	77	56	69	43	44	42	27	30	32		584
Vasectomia	22	18	30	27	30	26	33	33	29	28	13		289
Laqueadura Planej. Familiar	22	26	32	64	57	99	94	64	49	43	45		595
Ressutura de parede	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-		1
Drenagem de abscesso	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-		4
Curetagem pós operatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Curetagem pós Parto	3	1	1	2	2	-	-	-	-	1	-		10
Laparotomia	-	-	-	-	2	1	-	-	1	1	1		6
Punção Lombar-perd.c/sangue	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Cateterismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Histerectomia	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-		1
Pacientes Enc. p/ HB	327	322	288	311	249	242	270	258	257	292	325		3141
Atend. Amb.(Name/Registro)	2280	2130	2208	2323	2259	2175	2199	2143	2177	2329	2254		24477
Nº de Atend. Psicosocial	304	256	243	249	159	110	224	151	204	291	206		2397
RN Transferido para HB	2	-	1	2	2	2	4	2	1	1	4		21
Nº de Atend. Ultra-Sonografia	416	431	432	415	472	398	402	484	347	396	322		4515
Partos em geral	359	352	365	348	341	320	354	371	348	370	337		3865

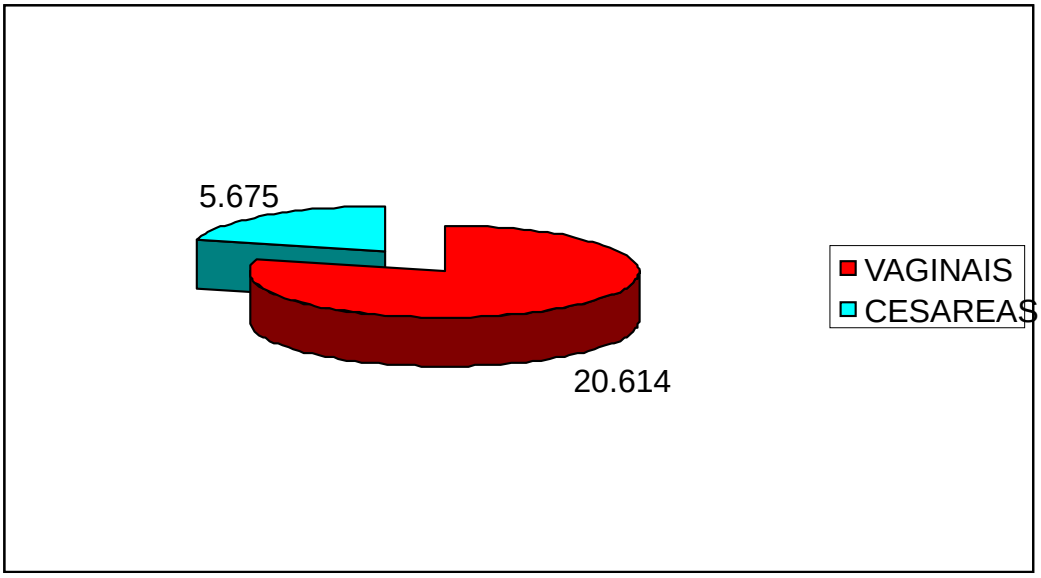
LEVANTAMENTO DE PARTOS E OUTRAS OCORRÊNCIAS													
HOSPITAL E MATERNIDADE MÃE ESPERANÇA													
COMPARATIVO MENSAL ANO 2012													
Período: Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012													
Especificações	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
Partos Normais	262	264	281	260	244	240	274	282	245	273	260		2885
Partos Cesáreo	97	88	84	88	97	80	80	89	103	97	77		980
nascidos v. masc.	173	173	181	167	166	167	184	191	175	189	175		1941
nascidos v. fem.	185	179	184	181	175	153	170	180	173	181	162		1923
atend. Plan. Famil.	299	523	479	576	635	565	442	598	565	411	479		5572
DIU	51	113	77	56	69	43	44	42	27	30	32		584
Vasectomia	22	18	30	27	30	26	33	33	29	28	13		289
laqueadura	22	26	32	64	57	99	94	64	49	43	45		595

A construção de uma assistência de qualidade com resolutividade voltada para as mulheres que buscam esta Maternidade, grávidas ou que queiram planejar sua gravidez, respeitando os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), vem sendo um desafio para todos os profissionais que trabalham nesta maternidade, desde a sua inauguração em julho/2006.

A Maternidade Municipal Mãe Esperança, presta assistência a gestantes de baixo e médio risco no município de Porto Velho, distritos, municípios vizinhos e outros estados.

Desde sua inauguração até 30 de novembro de 2012 foram realizados em torno de 26.289 partos em geral. Dados do setor de estatísticas da unidade apontam que de julho de 2006 a agosto de 2012, destes 20.614 (57.5%) partos vaginais e 5.675 (15.8%) partos cesáreas (MMME, 2012)

Gráfico 34 - Total de Partos MMME de junho de 2006 a novembro de 2012



Fonte: MMME/2012

No planejamento familiar de Junho de 2006 a novembro de 2012 foram realizadas 3.413 (9.52%) LT's e 1.629 (4.55%) vasectomias. (MMME, 2012).Também foram realizados 4.502 Aspirações Manuais Intra uterinas – AMIU (12.56%) dos procedimentos.

Um dos pilares da assistência desta maternidade é o estímulo ao aleitamento materno exclusivo pelo menos até os 6 meses de idade. Para tanto esforços são direcionados para o treinamento contínuo dos profissionais efetivos e terceirizados, para que todos sejam capazes de realizar orientações voltadas para o aleitamento materno exclusivo que nesta maternidade, é iniciado ainda na sala de parto e/ou centro cirúrgico. No ano de 2010 esta Maternidade foi contemplada com o título Hospital Amigo da Criança (IHAC), oferecido para instituições que apóiam o aleitamento materno exclusivo, e que cumpram os passos e normas exigidas para tal título. Nossa maternidade foi a primeira no estado de Rondônia a alcançar este título.

Dentro deste contexto de metas a serem alcançadas, esta direção buscou sempre valorizar os profissionais que aqui atuam, com cursos e treinamentos contínuos acreditando que a capacitação e aprimoramento dos profissionais será revertida em uma assistência cada vez melhor, resoluta e de qualidade.

No ano de 2012 foram realizados cursos e treinamentos a todos os colaborados da Maternidade Municpal Mãe Esperança conforme quadro abaixo:

Item	Curso	Mês	Realização	Publico Avo	Qtde
01	Sem Camisinha não dá. Assim voçê me mata.	Fevereiro Dia 15/02/12	NEP em conjunto com a Policlinica Drº José Adelino da Silva, na Escola Ulisses Guimarães.	Enfermeiro; Téc. Enfermagem; Agente Comunitário de Saúde, Alunos da Escola Ulisses Guimarães.	45
02	Sem Camisinha não dá. Assim voçê me mata.	Fevereiro Dia 16/02/12	NEP em conjunto com a Policlinica Drº José Adelino da Silva, na Escola Ulisses Guimarães.	Enfermeiro; Téc. Enfermagem; Agente Comunitario de Saúde, Alunos da Escola Ulisses Guimarães.	50
03	Faça Bonito Neste Carnaval.	Fevereiro Dia: 17/02/12	NEP em parceria com do DPE da SEMUSA	Pacientes internadas em Pós Parto e acompanhantes na Maternidade Municipal	32
04	Semana de Saúde da Mulher da Maternidade Municipal.	Março Dia: 05 a 9	NEP em parceira com a Maternidade Municipal, Realização de exames para a preveção de Cancer de Colo Uterino (preventivo), Encaminhamento e agendamento de Mamografia para as colaboradoras da	Todas as Colaboradoras da M.M.M.E.	35

Item	Curso	Mês	Realização	Publico Avo	Qtde
			M.M.M.E.		
05	Dia Internacional da Mulher.	8 de Março	NEP em parceria com a M.M.M.E. e tercerizados. Promoção de um Café da Manhã Especial para todos os plantonista do dia.	Todos os colaboradores plantonista do dia.	40
06	Residência Médica	11 de Março	NEP em conjunto com a SEMUSA e UNIR.	Prova de Seleção de Residência Médica em Ginecologia e Obsterícia na M.M.M.E. para os Médicos.	07
07	Encontro de Residencia Medica	21 de Abril	NEP em conjunto com o COREME	Encontro com preceptores e residentes com a Drª Eliane Amaral	22
08	Dia das Mães	13 de Maio	Nep em conjunto com a M.M.M.E. e apoio da Vida Leve	Comemoração as Parturientes no dia das Mães	50
09	Semana da Enfermagem	15 à 18 de Maio	Nep em conjunto com a Gerencia de Enfermagem	Realização de Seminarios e Palestras para a equipe de enfermagem da M.M.M.E.	
10	Curso da ABEM	17 à 19 de Maio	Nep em conjunto com a SEMUSA e M.M.M.E.	Realização do curso da ABEM para os médicos em Rio Branco/AC	05
11	Capacitação em Vigilância das Violencias	29 e 30 de maio	Nep em conjunto com Semusa/Sesau.	Capacitação em Vigilância das Violências relaizado pela SESAU para enfermeiros	08
12	Festa Junina	02 de Junho	Nep em conjunto com a M.M.M.E. e tercerizados.	Realizaçao da Festa Junina com os colaboradores e familiares e publico em geral .	100
13	Amanenta Porto Velho	14 de Agosto	NEP em conjunto com DPE/SEMUSA	Realização de Amamenta Porto Velho com Nutrizes na Estrada de Ferro Madeira Mamoré	40
14	Semana de Aleitamento Materno	Mês de Agosto	NEP	Realização de Roda de Conversas com todas as nutrizes e acompanhantes sobre Aleitamento Materno	30
15	Curso sobre Atenção a Vitimas de Violência Sexual”	Setembro	NEP	Realização do Curso com o Médico Ramon de Belo Horizonte com Enfermeiros, Médicos, Farmaceuticos, Pscologa e Adminstrativo.	22
16	Curso de Aleitamento Materno	Outubro	NEP	Realização de Curso de Aleitamento Materno para colaboradores que ainda nao havia realizado curso 20 horas	26
17	Treinamento de Manejo Clinico de Aleitamento Materno	Outubro	NEP	Realização de Treinamento de Manejo Clinico de Aleitamento Materno a todos os colaboradores da Maternidades 4 horas	125
18	Treinamento de Atençâo as vitimas de violencia sexual	Outubro	Nep	Realização de Treinamento de atenção as vitimas de violencia sexual todos os colaboradores da Maternidades 4 horas	125

Assim entre os principais objetivos desta Maternidade para o ano de 2012 podemos destacar:

- Manter uma assistência de qualidade, respeitando a gestante, o acompanhante, RN, fortalecendo vínculos, estimulando o aleitamento materno durante a permanência destes na Maternidade;
- Auxiliar a usuária que procura nossos serviços a ter direito ao planejamento familiar adequado com métodos que atendam as suas necessidades.
- Manutenção do título IHAC;
- Capacitação permanente dos profissionais lotados nesta Unidade;

- Ampliar a assistência a RN de baixo peso com método Canguru;
- Aumentar o quantitativo de recursos humanos, inclusive com uma reserva técnica;
- Manter um núcleo de estudos para os profissionais com “estudos de casos” resultados da vivência da prática clínica e experiências da Maternidade;

1. ESTRUTURA FISICA

A Maternidade Municipal tem em sua estrutura física os seguintes ambientes:

- Recepção/ Name,
- Laboratório;
- Sala de Pscicosocial;
- Cartório;
- Sala de Ultrassonografia (público externo)
- Sala de Vasectomia;
- 02 Consultórios;
- 01 Sala de observação com 02 leitos;
- Sala de Ultrassonografia (público interno);
- Posto de Enfermagem;
- Sala de atenção Pós Abortamento (05 leitos);
- Central de Material e Esterilização;
- Centro Cirúrgico (03 salas de cirurgia e 01 sala de RPA);
- Sala de Parto (09 leitos);
- Berçário (11 leitos);
- Alojamento Conjunto (39 leitos);
- Ambulatório de Planejamento Familiar;
- Sala de educação em saúde.

2. RECURSOS HUMANOS

Com relação aos recursos humanos, nosso quadro é composto pelos seguintes profissionais:

- 27 Médicos Obstetras;
- 12 Médicos neonatologistas;
- 08 Médicos Anestesiologistas;
- 01 Médico Urologista:
- 06 Médicos Ultassonografistas;
- 41 Enfermeiros;
- 02 Nutricionistas;
- 02 Assistentes Sociais:
- 02 Psicólogas;
- 02 Farmacêuticas:
- 08 Bioquímicos;
- 01 Administradora:
- 89 Técnicos de Enfermagem
- 08 Técnicos de Laboratório;
- 17 Assistentes Administrativos;
- 05 Auxiliares de Farmácia;

Sabemos que para alcançarmos o êxito em nosso trabalho dentro do município de Porto Velho, respeitando os direitos reprodutivos das usuárias prestando assistência de qualidade, devemos ser incansáveis, pois o caminho é longo e nem sempre fácil.

Ressaltamos que se faz necessário, não apenas a qualificação permanente dos recursos humanos existentes na maternidade municipal, mas também dar melhores condições de trabalho para os profissionais a fim de que estejam motivados para realizar um atendimento humanizado com qualidade, segurança e eficiência, para a população que procura a Maternidade Mãe Esperança.

Finalizamos este relatório reafirmando nossa Missão e Visão

“Oferecer assistência obstétrica da qualidade garantindo os direitos das mulheres em especial os direitos sexuais e reprodutivos”.

Visão: “Ser reconhecida no município de Porto Velho, no estado de Rondônia e no Brasil, como uma instituição comprometida com as boas práticas obstétricas, com a atenção

humanizada ao parto e ao recém nascido, ao abortamento e planejamento familiar”

5.2.7 DIVISÃO DE SAÚDE MENTAL

Diretriz do PMS: Aumento da capacidade Resolutiva e o Acesso a Aumento da Capacidade Assistência de Média e Alta Complexidade
Objetivo do PMS: AMPLIAR E REORDENAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE – (APOIO DIAGNÓSTICO, ASSISTENCIA AMBULATORIAL ESPECIALIZADA)
Meta do PMS: Reestruturação da rede de atenção a Saúde Mental, fortalecendo o CAPS II e CAPS ad

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no 1º semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO SEMESTRE	Previstos	Executados	
1 - Garantir a aquisição de bens para compor a logística de funcionamento do CAPS ad e CAPS II, e CAPS Infantil	1 - 100%	00%	1. 1 – Realizar levantamento dos materiais e equipamentos	100%			1.4 - Estamos aguardando a aquisição de microcumputadores e outros materiais, que estão no proc. 08.0401/2012.
			1.2 – Realizar solicitação dos bens para logística	100%			
			1.3 – Acompanhar processo para viabilização	100%			
			1.4 – Adquirir os materiais e equipamentos conforme solicitação	00%			
2 – Adquirir veículo (tipo VAN) para o transporte de usuários do CAPS ad e nas atividades externas,	2 – Adquirir 01 veiculo	100%	2.1 – Realizar solicitação de veiculo via processo administrativo	100%			2.1 – Empenhado, com prazo de entrega de 30 dias a partir da data da entrega do empenho

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no 1º semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO SEMESTRE	Previstos	Executados	
inclusive no Projeto Consultório na Rua.			2.2 – Acompanhar processo (Em processo de licitação/SEMAD – através do processo 08.01530.00/2011)	100%			ao fornecedor. Previsão para Jan. 2013.
			2.3 - Recebimento de veiculo.	0%			
3 - Adquirir mobiliários para o CAPS II.	3 - 100% dos mobiliários	100%	3.1 – Realizar levantamento dos mobiliários necessários	100%			
			3.2 – Formalizar processo junto ao DA. (Processo formalizado conforme n.º 08.274.00/20110)	100%			
			3.3 – Acompanhar processo	100%			
			3.4 – Adquirir mobiliários.	100%			3.4 – Materiais adiquiridos e entregues pelo almoxarifado / SEMUSA.
4- Adquirir programa específico para gerenciamento (cadastramento de usuários p/ acompanhamento e dispensação de medicamentos) na assistência médica e farmacêutica (CAPS II ;	4 - 01 Programa HOSPUB	00%	4.1 – Realizar solicitação do programa HOSPUB, bem como os equipamentos necessários	100%			4.1 - Programação que será realizado pelo DRAC/SEMUSA.
			4.2 – Solicitar ao DRAC/SEMUSA.	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no 1º semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO SEMESTRE	Previstos	Executados	
CAPS ad, CAPS Infantil).			4.3 – Instalar o programa HOSPUB, nas unidades de CAPS	0%			4.3 – Devido a demanda do processo de regulação, as unidades CAPS ficam para o exercício de 2013.
			4.4 – Realizar treinamento de recursos humanos para monitoramento e funcionamento.	0%			
5 - Capacitar todos os técnicos do CAPS ad e atualizar os técnicos do CAPS II na atenção em saúde mental.	5 – 40 técnicos	100%	5.1 – Realizar levantamento do quantitativo de profissionais a serem capacitados;	100%			5.1 –NIEMSUS e D. Saúde Mental elencará os profissionais.
			5.2 – Realizar cronograma com curso de aperfeiçoamento em crack e outras drogas p/ profissionais atuantes na atenção básica, saúde mental.	100%			5.2 - O curso será realizado pelo Departamento de Psicologia da UNIR, através de convenico SENAD x UNIR..
			5.3 – Realizar capacitação dos profissionais	0%			O curso será realizado em 2013 pelo Dep. De Psicologia da UNIR.
6- Disponibilizar o acesso à rede de Internet nas unidades de saúde mental (CAPS II e CAPS ad);	6 – 100%	100%	6.1 – Formalizar processo para acesso a Internet para SEMAD	100%			
			6.2 – Realizar levantamento dos equipamentos necessários	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no 1º semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO SEMESTRE	Previstos	Executados	
			6.3 – Acompanhar processo de solicitação	100%			
			6.4 – Receber os equipamentos solicitados	50%			
			6.5 – Instalar Internet nos CAPS II e CAPS ad	50%			6.5 - Falta a Instalação no CAPS AD.
7- Garantir lanche para os usuários em acompanhamento nos CAPS (CAPS II Três Marias e CAPS AD - alimentação) em conformidade com a Portaria Nº 336/ MS	7 - 6.880 kits de lanches	100%	7.1 - Realizar solicitação via processo para SEMAD (Processo SRP 035/12-SEMAD	100%			
			7.2 – Acompanhar e viabilizar a solicitação.	100%			
			7.3 – Adquirir os kits lanches	100%			
8 – Adquirir materiais de consumo necessários para atividades de hidroginástica	8 - 100%	100%	8.1 - Fazer levantamento de usuários matriculados na terapia;	100%			8 - Adquirido materiais através de proc. 08.00742/2011 (toucas, pranchas, sapatilhas emborrachadas e outros..)
9 - Implantação do Caps Infanto Juvenil, unidade de referencia para atendimento de crianças e adolescentes.	9 – Implantar 01 CAPS infanto Juvenil	100%	9.1.- Alugar imóvel;	100%			
			9.2 - Equipar a unidade;	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no 1º semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO SEMESTRE	Previstos	Executados	
			9.3 - Suprir com insumos necessários.	100%			
			9.4 - Elaborar plano de trabalho (terapêutico)	100%			
			9.5 - Convocar profissionais para o CAPS Infanto Juvenil.	100%			
			9.6 - Inauguração prevista para 13 de julho de 2012.	100%			9. Realizado Fluxograma de atendimento no serviço.
10 – Implantação do Projeto Consultório na Rua do CAPS AD, para acesso aos usuários em vulnerabilidade social (moradores de rua), no tratamento da dependência química.	10 – Implantar 01 Consultório na Rua	100%	10.1 – Realizar solicitação de 04 profissionais para equipe de consultório de Rua para SEMAD	0%			OBS: Projeto Consultório na Rua do CAPS AD, previsto para implantar em JANEIRO de 2013. Falta convocar profissionais e receber o veículo que esta empenhado.
			10.2 - Adquirir materiais (jalecos / bolsas / materiais gráficos/ / camisetas, Kit de lanches/ água mineral	100%			
11 - Acompanhar e prestar atendimento a população de Porto Velho, com transtorno mental.	11 - 75% da demanda de usuários que sofrem com algum transtorno	100%	11.1 Cadastrar pacientes para acompanhamento	100%			
			11.2 – Fornecer medicamentos necessários para o tratamento	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no 1º semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO SEMESTRE	Previstos	Executados	
12 - Promover uma oficina de capacitação aos ACS na prevenção ao consumo de tabaco e outras drogas e abordagem de outras patologias mentais	12 – 120 ACS	100%	12.1 - Planejar e elaborar conteúdo programático	100%			Curso realizado em parceria com a FUNESCOLA.
			12.2 - Montar equipes de instrutores	100%			
			12.3 - Estabelecer critérios e metodologias de capacitação	100%			
			12.4 – Aplicar o conteúdo	100%			
13 - Implantar oficina de canto e música no CAPS AD	13 - 01 oficina	0%	13 - Aquisição de Instrumentos musicais	0%			13.1 – Reapresentação através de Processo em 2013. - Ação reprogramada para 2013
15 - Ampliar as oficinas terapêuticas nas unidades de CAPS.	15 - Promover oficina de arte e pintura no CAPS II.	100%	14.1 - Fazer levantamento de usuários e matricular usuários na oficina.	100%			Processo Nº 01.08.1914.00/2011, foi empenhado, com entrega de parte dos materiais. Ação reprogramada para 2013..
			14.2 – Realizar levantamento de materiais	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Previstas no ano	Realizada no 1º semestre	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO SEMESTRE	Previstos	Executados	
			14.3 – Formalizar processo	100%			
			14.4 – Realizar a Oficina (Acompanhar o proc. Nº	0%			

O objetivo deste relatório é relatar os avanços e dificuldades no ano de 2012 da gestão no modelo de atenção à saúde mental, a partir das ações / atividades nos CAPS. A política de saúde mental do SUS segue as determinações da Lei nº 10.216/2001, e da Portaria 336/GM-MS. Cabe a Divisão de Saúde Mental/DMAC/SEMUSA, Coordenar o serviço de saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde, proceder à interpretação dos dados estatísticos relativos a saúde mental; Elaborar projetos para criação de serviços substitutivos na saúde mental, conforme a portaria GM/MS 336/2002; Tomar decisões através de discussão com Diretores dos CAPS, Diretor do Departamento de Média e Alta Complexidade, obedecendo à validação do gestor principal; Atender solicitações de palestras educativas no âmbito do município de Porto Velho na temática de saúde mental, álcool e outras drogas; Participar de cursos e eventos; Divulgar a saúde mental; Comparecer as reuniões programadas da gestão quando solicitado; Requisitar materiais para garantia do bom funcionamento do serviço, planejar a previsão da necessidade de insumos das unidades de CAPS; Supervisionar o serviço ofertado a população.

1.1 - Unidades:

A) **CAPS II Municipal Três Marias** – Centro de Atenção Psicossocial Três Marias

Endereço: Rua equador, nº 2.212, Bairro Nova Porto Velho – telefone: 3901.2815.

Diretor: Albenita de J. Nogueira Dias

CAPS II ad Municipal – Centro de Atenção Psicossocial II Álcool e Outras Drogas.

Endereço: Avenida Lauro Sodré, nº 1.964 – Bairro São João Bosco – Telefone: 3901.2877.

Diretor: Luis Carlos Nascimento.

CAPS II infanto juvenil

Endereço: Rua Matrichã, 665 – Bairro Lagoa.

Diretor: Daniel Amaral

Foto 01:: visita social – distrito de Jacy

Tabela 01 - Demonstrativos de procedimentos realizados no (CAPS II TRES MARIAS) referentes 2012.												
Procedimentos	**1º TRIMESTRE**			**2º TRIMESTRE**			**3º TRIMESTRE**			**4º TRIMESTRE**		
Atividades	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Médicos psiquiatras	256	201	318	307	355	327	233	220	223	169	336	
Médico clínico geral	224	257	192	317	199	188	275	219	209	193	219	
Adm. de medicamentos.	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	
Psicoterapia individual	70	108	169	220	161	189	218	188	147	144	192	
Enfermagem	41	55	176	103	145	50	74	182	151	56	87	
Assistente social	10	32	110	95	98	56	26	127	78	54	96	
Reunião de família	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reunião técnica	-	-	-	-	-	-	-	01	01	-	-	
Oficinas terapêuticas	02	12	-	07	04	-	-	-	-	-	10	
Grupos terapêuticos	-	11	04	02	05	02	15	10	14	09	02	
Visita domiciliar	-	-	05	07	03	-	-	-	-	-	-	
Visita institucional	-	01	-	-	-	-						
Triagem (aferição de PA) – nível médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	101	
Palestras - atividade educ./orientação de grupo (Fisioterapeuta).	16	11	20	22	07	05	19	0	2	00	11	
APAC'S	84	90	97	29	44	66	55	59	72	90	88	

Tabela 02 - Demonstrativos de procedimentos realizados no (CAPS INFANTO JUVENIL) referentes 2012.												
Procedimentos	**1º TRIMESTRE**			**2º TRIMESTRE**			**3º TRIMESTRE**			**4º TRIMESTRE**		
Atividades	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Médicos psiquiatras e clinico geral								91	150	139	242	
Adm. de medicamentos.								02	01	-	-	
Psicoterapia individual								69	70	108	99	
Consulta profissional de nível superior (Enfermagem / S. Social / T. Ocupacional)								156	177	250	309	
Reunião de família								-				
Reunião técnica								03	00	00	00	
Oficinas terapêuticas								-				
Grupos terapêuticos								01	01	-	-	
Visitas								03	03	03	10	
Triagem (aferição de PA) – nível médio								74				
Palestras - atividade educ./orientação de grupo								02	04	22	18	
APAC'S								00	00	00	00	
Total												
Total trimestral												

O CAPS i, foi inaugurado em 13 de julho de 2012, portanto as informações constam a partir do mês de agosto/12

Tabela 03 – Demonstrativos de procedimentos realizados no (CAPS AD) referentes 2012.												
Procedimentos	**1º TRIMESTRE**			**2º TRIMESTRE**			**3º TRIMESTRE**			**4º TRIMESTRE**		
Atividades	**jan**	**fev**	**mar**	**abr**	**mai**	**jun**	**jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Médicos psiquiatras e clinico geral	283	251	278	502	301	302	314	388	320	379	599	
Adm. de Medicamentos Injetáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Paciente em observação.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Psicoterapia individual	69	72	163	140	84	95	152	106	98	84	222	
Enfermagem e serviço social	156	134	139	363	198	191	278	257	195	339	236	
Ativ. Educ. (palestras)	27	18	17	20	27	25	23	20	0	0	0	
Reunião Técnica	-	-	-	-	-	01	01	02	01	0	01	
Reunião de Família	02	04	04	05	07	10	09	08	09	09	07	
Oficinas terapêuticas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Grupo terapêutico	02	08	08	10	13	10	09	08	09	09	07	
Grupo terapêutico adolescentes.	02	04	04	05	07	05	05	04	04	05	02	
Tabagismo (abordagem cognitiva comportamental)	97	49	95	71	76	63	110	102	133	98	76	
Consulta de avaliação do fumante	97	53	94	52	45	43	115	103	133	98	76	
Visita domiciliar	01	00	03	05	01	02	02	01	02	03	0	
Visita Institucional	02	00	01	03	01	00	00	00	00	00	00	
Triagem (aferição de PA) – Nível Médio.	64	69	03	56	54	20	88	64	91	112	79	
Grupo de hidroginástica	0	04	02	04	04	04	04	04	01	01	01	
APAC’s	40	49	73	46	38	39	33	46	27	41	37	
Total												
Total trimestral												

2.0 – PROJETO CAPS ITINERANTE

O Projeto **"CAPS Itinerante"**, coordenado pelo CAPS AD, terá como unidade para atendimento a USF Jacy Paraná. No processo de trabalho, especifica-se que as equipes de saúde da família atenderão comumente a equipe multiprofissional do CAPS Ad, que realizarão triagem dos casos, e agendamento de pacientes, ou seja, todos os usuários que apresentem algum **transtorno mental que seja ocasionado pelo uso de álcool ou outras drogas que seja severo e persistente** serão cadastrados para acompanhamento e tratamento, com reavaliação mensal.

O objetivo do projeto é facilitar acesso ao tratamento de dependência química para a população do Distrito de **Jacy Paraná** e áreas adjacentes, na recuperação de usuários que sofrem com transtorno mental severo e persistente pelo uso de álcool, tabaco e outras drogas e outras patologias mental.

Equipe: MÉDICO psiquiatra, psicólogo, assistente social, enfermeiro e assistente administrativo, e outros da equipe de saúde da família.

DISTRITO DE JACY PARANÁ - DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO

ATIVIDADES	2012
Consultas médicas c/ psiquiatra	102
Psicólogo	69
Enfermeiro	68
palestras	08
Reunião Técnica	02
Atendimento social	31
Visitas domiciliares	44

Fonte: Dados caps ad (não estão informados as atividades do mês de dezembro de 2012).

Considerações do Projeto:

Foi observado, a assiduidade dos pacientes nos atendimentos e crescente numero de novos casos que já realizavam atendimento na cidade de Porto Velho. Registra-se que uma das dificuldades encontradas é a falta de espaço na unidade de Jacy Paraná, para realização dos atendimentos individuais, mesmo com a realização de um cronograma de atendimento, a unidade não disponibiliza sala adequada aos atendimentos. Ressaltamos que outras localidades buscam o serviço do CAPS AD, para implantação de serviço itinerante, porém temos uma equipe pequena, e se tivéssemos mais profissionais, seria facilitado estender o projeto a outros locais.

PROGRAMA DE CONTROLE DE TABAGISMO
DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO

O Programa de tabagismo foi implantado no CAPS AD, no ano de 2010. Atualmente possui um grande numero de usuários que fizeram cadastro para o tratamento.

Ord.	Cód. Tabela SUS	Especificação	Quantidade
01	Consulta clinica de avaliação tabagismo	Incluindo retornos	447
02	Triagem	PAAPA	176
03	Terapia cognitivo comportamental	sessões	04
04	Terapia cognitivo comportamental	participantes	18
05	Sessão de sensibilizaçao	palestras	08
06	Sessão de sensibilização	participantes	62

Fonte: programa no caps ad – dados 1º semestre.

3.0 – IMPLANTAÇÃO DO CAPS INFANTO JUVENIL
UNIDADE: CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPS i

LOCALIZAÇÃO: RUA Matrichã com Curimatã, Nº. 665, BAIRRO Lagoa.
DATA DE INAUGURAÇÃO: 13 / 07 / 2012.
DIRETOR: DANIEL AMARAL LIMA (PSICOLOGO)

O ***centro de atenção psicossocial infanto juvenil*** **(caps i)** é um serviço de saúde mental destinado ao tratamento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico e/ou com transtorno mental de grau moderado e crônico, quer seja, ocasionado ou não pelo uso prejudicial de álcool, tabaco, crack e outras drogas.

Como parte da política brasileira de saúde mental a rede de atenção psicossocial é uma estratégia que

privilegia a reabilitação psicossocial, reinserção social e o fortalecimento da cidadania, sem que haja o isolamento do individuo em sofrimento.

Equipe multiprofissional e interdisciplinar

2. assistente administrativo
3. assistente social
4. auxiliar de farmácia
5. auxiliar serviço geral
6. enfermeiro
7. médico clínico geral
8. médico especialista em psiquiatria e pediatria
9. psicologo
10. tecnico de enfermagem
11. Terapeuta Ocupacional

Fonte: CAPS i (profissionais)

Principais queixas atendidas

- psicose infantil (ideias, fala e/ou comportamento bizarro);
- crises de pânico;
- depressão;
- déficit de atenção e hiperatividade;
- oligofrenias;
- risco de suicídio
- transtornos mentais decorrentes do uso prejudicial de drogas (lícitas e ilícitas) e dependência química na infância-adolescência.

Tipo de demanda

- Porta de entrada pela unidade básica de saúde do município;
- Encaminhamentos vindos do profissional psicólogo escolar;
- Demanda do juizado da infância e da juventude;
- Demanda do conselho tutelar da criança e do adolescente;
- Encaminhados dos centros de assistência social – cras;
- Entre outros.

Fonte: CAPS i

4.0 – ATIVIDADES EDUCATIVAS

Atividade no dia 31 de maio – "DIA MUNDIAL SEM TABACO" O ministério da saúde através do INCA e da Política Nacional de Controle do Tabagismo, estabelece em seu calendário a data 31 de maio de maio para que sejam incluídos no plano de ação dos gestores municipais, as atividades que visam à promoção da saúde no controle do tabagismo.

Sendo toda ação organizada, quer por instituição pública ou privada é uma oportunidade que se tem para que todos reflitam sobre o consumo de tabaco em nossa cidade e a forma que podemos nos envolver na política de controle do tabagismo enquanto profissional de saúde ou mesmo enquanto cidadão com responsabilidade social.

- Pit stop – Av. calama com Lauro Sodré:

Objetivo: Alertar, sensibilizar e despertar reflexões na população em geral quanto aos malefícios a saúde advindos com o consumo do fumo ativo e passivo; Contribuir para diminuição da aceitação social do tabagismo ativo e passivo.

ATIVIDADE DO DIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL – 10 DE OUTUBRO DE 2012

- Realização de Palestras com temática de saúde mental, nos CAPS
- Público: familiares ; crianças; e adolescentes
- Participantes: 93

CURSO EM DEPENDENCIA QUIMICA PARA PROFISSIONAIS DO CAPS.

PROGRAMAÇÃO:

7. Os princípios do national Institute on Drug Abuse – NIDA, para tratamento efetivo em dependência química
8. Álcool, neurobiologia e complicações clínicas
9. Síndrome de abstinência e manejo
10. Nicotina, neurobiologia, complicações clínicas e manejo
11. Cannabis, neurobiologia, complicações clínicas e manejo
12. Solventes e inalantes, neurobiologia, complicações clínicas e manejo

- Participantes: 30 pessoas
- Carga horária: 12 horas
- Ministrado por: Brysa Soares, médica / especialista em dependência química
Eduardo Honda, Farmacêutico.

5.0 – Das Oficinas e Grupos Terapêuticos

No plano terapêutico de CAPS, está incluída as atividades através de oficinas e grupos terapêuticos, com a participação da família, entende-se que dessa forma a resposta positiva ao acompanhamento, entendendo que o tratamento não deve ser centralizado na assistência farmacêutica e nas consultas médicas, sendo necessário a inserção de outras atividades, estimulando e valorizando a auto estima, vislumbrando a melhoria da qualidade de vida e a possibilidade da reinserção social. Neste ano trabalhou-se a hidroginástica nas duas unidades de CAPS, e outros grupos de terapias.

6.0 – Da internação

A proposta da estratégia do Ministério da Saúde é diminuir o número de internações, e o CAPS é um dos dispositivos para acompanhar e tratar pessoas com transtorno mental em caráter de serviço ambulatorial, de forma que possamos acompanhar o usuário, fazendo um plano terapêutico de tratamento intensivo ou não. Somente em casos graves deve-se internar o usuário com transtorno mental, sendo em alguns casos inevitáveis pela persistência da crise, a falta de acompanhamento e a real participação de familiares e outros fatores. Porém temos recebido mandado judicial para internação de crianças e adolescentes por parte do

Juizado da Infância e Juventude. Nestas situações de internação compulsória, os profissionais da SEMAS, acompanham o usuário até a unidade de tratamento.

6.1 – Internação / demanda judicial

Tratamento de dependência química – crianças e adolescentes.

CENTRO DE APOIO E RECUPERAÇÃO ANTI – DROGAS / CAUCAIA-CEARÁ (085.3318.6769)

Marcos araújo – processo 08.1549/2011

Alcilene Vasconcelos Rabelo – processo 08.358/2012

AAVIDA - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA VIDA (016) 3339.3107

Lailson Almeida – processo 08.1041/2012

Geovane f. Menezes – processo 08.0234/2012

7.0 – Atenção Básica e saúde mental

A necessidade de planejar ações em conjunto com a atenção básica de saúde na prevenção ao uso de substancias psicoativas e demais patologias na saúde mental é uma realidade. É preciso estreitar as relações e fortalecer a articulação com o terceiro setor para podermos desenvolver o fluxo de atendimento sem estrangular ou sobrecarregar as unidades de **CAPS**, que hoje atendem e acompanham um grande número de usuários não intensivos, mas que poderiam ou deveriam estar sendo acompanhados nas unidades básicas.

Planejamento de Capacitação em saúde mental, voltado para abordagem e atendimento a dependente químico, coordenado pela UNIR.

Data provável: a definir em 2013.

8.0 – Dos equipamentos e materiais

Para o fortalecimento das ações em saúde mental foram adquiridos os seguintes materiais:

- Materiais para atividade de hidroginástica; (touca, sapatilhas, pranchas, etc.);
- Materiais permanentes; (mesas, cadeiras, armários, etc.) para CAPS AD;
- Aquisição de materiais gráficos (BANNER, folder) para divulgação de serviços do CAPS i;

9.0 - Dos desafios

9. 1 – Implantação do Consultório de Rua;

- ✓ Falta convocar e lotar profissionais;
- ✓ Receber veículo;
- ✓ Mapear área a serem trabalhadas.

9.2 – Implantar o programa de tabagismo em uma unidade da zona leste;

- Identificar profissional
- Capacitar profissionais
- Prover de insumos e materiais educativos na temática de tabagismo.

10.0 – DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

São 35 itens de medicamentos dispensados, obedecendo a portaria 2982/2009, que trata do controle e financiamento de medicamentos. Através da Portaria nº 016/GAB/CIB/RO de 25 de março de 2010 foram pactuados um elenco de componentes básicos para a assistência farmacêutica. Os medicamentos são solicitados (aquisição) através da Divisão de Farmácia/DAB. Na estrutura organizacional, a Divisão de Farmácia, esta inserida e responsável no organograma da SEMUSA pela assistência farmacêutica. Mesmo cada unidade de CAPS tendo um profissional farmacêutico responsável técnico, o que é imprescindível no desenvolvimento de ações, as farmácias devem possuir técnicos capacitados responsáveis pela dispensação, e destas unidades devem partir as informações de controle necessários para os procedimentos administrativos.

10.1 – **Mapa anual de dispensação de medicamentos / saúde mental – ano 2012.**

I	Medicamento	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
01	Amitriptilina comp. 25 mg	21.130	28.870	27.850	18.650	-	-	-	-	-	-	-	-	
02	Acido valproico caps. 250 mg	12.645	14.475	12.360	12.435	15.525	14.400	14.545	16.390	9.675	11.750	12.175	-	
03	Acido valproico caps. 500 mg	-	-	-	150	2.200	3.050	4.105	4.295	4.450	2.500	4.100		
04	Biperideno comp. 2 mg	3.350	4.730	6.420	3.360	6.420	6.400	4.400	4.800	3.000	6.000	6.000		
05	Carbamazepina comp. 200 mg	45.200	45.000	38.500	590	-	-	-	660	69.840	46.500	44.020		
06	Carbamazepina xarope 200mg/ml	175	259	11	30	-	111	135	416	304	300	166		
07	Carbonato de Lítio comp. 300 mg	8.690	11.805	11.695	5.135	13.835	10.500	3.330	-	1.000	-	-		
08	Clonazepam gotas frasco	77	174	149	95	108	90	80	172	172	182	83		
09	Clonazepan comp. 2 mg	37.880	49.200	47.070	46.020	43.980	42.500	40.415	21.585	46.000	37.000	21.500		
10	Clomipramina comp. 10 mg	60	-	2.290	380	2.200	880	180	-	2.400	1.160	1.110		
11	Clomipramina comp. 25 mg	1.840	1.140	-	-	-	6.000	4.130	3.630	2.470	4.940	2.400		
12	Clomipramina comp. 75 mg	560	1.450	1.810	1.220	1.380	2.760	1.790	4.470	1.760	1.520	970		
13	Clorpromazina comp. 25 mg	4.31	8.330	1.770	5.490	5.710	6.200	4.410	3.790	6.400	5.400	4.450		
14	Clorpromazina comp. 100 mg	10.810	10.925	12.765	18.670	11.050	14.800	11.740	12.860	19.200	10.600	11.840		
15	Clorpromazina sol. Oral 4%	24	13	26	19	29	36	25	15	19	16	07		
16	Cloxazolan 1 mg comp.	-	-	-	-	-	-	60	140	20	280	80		
17	Diazepan comp. 5 mg	1.340	-	-	2.570	2.430	2.000	690	1.310	2.000	5.000	3.000		
18	Diazepan comp. 10 mg	6.600	7.900	9.100	4.670	6.235	11.765	7.120	6.880	10.000	8.000	5.000		
19	Fenobarbital comp. 100 mg	13.900	5.900	-	6.760	15.120	17.500	12.030	16.970	15.000	15.000	12.000		
20	Fenobarbital sol. Oral 4%	45	20	-	16	100	184	35	115	100	300	200		
21	Fenitoina comp. 100 mg	10.090	2.490	17.030	2.780	7.520	10.600	10.200	14.800	-	-	-		
22	Fenitoina susp. Oral 25 mg/ml	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
23	Fluoxetina 20 mg. Comp.	23.870	31.010	31.760	37.930	31.370	41.160	23.520	28.980	33.600	24.780	22.400		
24	Fluoxetina 10 mg. Comp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
25	Haloperidol comp. 1 mg	1.650	1.950	1.960	1.360	1.840	1.800	2.430	1.770	3.800	2.400	2.200		
26	Haloperidol comp. 5 mg	10.660	9.940	9.400	10.280	4.720	-	-	2.000	9.200	8.600	960		
27	Haloperidol gotas 2mg/ml	3	8	35	12	8	17	6	14	10	-	-		
28	Nortriptilina comp. 10 mg	870	2.410	3.870	4.800	1.410	1.890	600	1.380	1.020	1.080	735		
29	Nortriptilina 50 mg comp	1.710	1.450	2.490	1.330	1.660	1.780	1.220	990	2.030	1.870	1.540		
30	Nortriptilina comp. 75 mg	90	2.400	510	180	200	200	530	230	60	280	150		
31	Prometazina comp. 25 mg	13.485	15.345	17.210	-	-	-	-	-	-	-	-		
32	Valproato de sódio xarope 50mg/ml	-	-	200	235	150	165	171	212	164	211	171		
33	TOPIRAMATO 25 MG	-	-	-	-	-	-	60	840	-	840	-		
34	RISPERIDONA 1 MG	-	-	-	140	1.060	720	750	-	2.430	1.570	2.440		
35	RISPERIDONA 5 MG	-	-	-	-	-	200	-	160	1.120	670	1.130		
36	SERTRALINA 50 MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.016		
37	LEVOMEPROMAZINA 100MG	-	-	-	-	-	-	1.560	1.440	2.000	1.600	2.600		
38	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	-	-	-	-	-	-	670	5.330	2.600	1.400	960		
39	LEVOMEPROMAZINA ORAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	17		

OBS. Dados da tabela de medicamentos, sujeitos a alterações – sem informações do mês de dezembro de 2012.

Demonstrativos de procedimentos realizados no (CAPS II TRES MARIAS) referentes 2012.												
Procedimentos	**1º TRIMESTRE**			**2º TRIMESTRE**			**3º TRIMESTRE**			**4º TRIMESTRE**		
Atividades	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Médicos psiquiatras	256	201	318	307	355	327	233	220	223	169	336	
Médico clínico geral	224	257	192	317	199	188	275	219	209	193	219	
Adm. de medicamentos.	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	
Psicoterapia individual	70	108	169	220	161	189	218	188	147	144	192	
Enfermagem	41	55	176	103	145	50	74	182	151	56	87	
Assistente social	10	32	110	95	98	56	26	127	78	54	96	
Reunião de família	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reunião técnica	-	-	-	-	-	-	-	01	01	-	-	
Oficinas terapêuticas	02	12	-	07	04	-	-	-	-	-	10	
Grupos terapêuticos	-	11	04	02	05	02	15	10	14	09	02	
Visita domiciliar	-	-	05	07	03	-	-	-	-	-	-	
Visita institucional	-	01	-	-	-	-						
Triagem (aferição de PA) – nível médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	101	
Palestras - atividade educ./orientação de grupo (Fisioterapeuta).	16	11	20	22	07	05	19	0	2	00	11	
APAC'S	84	90	97	29	44	66	55	59	72	90	88	

Demonstrativos de procedimentos realizados no (CAPS INFANTO JUVENIL) referentes 2012.												
Procedimentos	**1º TRIMESTRE**			**2º TRIMESTRE**			**3º TRIMESTRE**			**4º TRIMESTRE**		
Atividades	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Médicos psiquiatras e clinico geral								91	150	139	242	
Adm. de medicamentos.								02	01	-	-	
Psicoterapia individual								69	70	108	99	
Consulta profissional de nível superior (Enfermagem / S. Social / T. Ocupacional)								156	177	250	309	
Reunião de família								-				
Reunião técnica								03	00	00	00	
Oficinas terapêuticas								-				
Grupos terapêuticos								01	01	-	-	
Visitas								03	03	03	10	
Triagem (aferição de PA) – nível médio								74				
Palestras - atividade educ./orientação de grupo								02	04	22	18	
APAC'S								00	00	00	00	
Total												
Total trimestral												

O CAPS i, foi inaugurado em 13 de julho de 2012, portanto as informações constam a partir do mês de agosto/12.

Tabela 03 – Demonstrativos de procedimentos realizados no (CAPS AD) referentes 2012.												
Procedimentos	**1º TRIMESTRE**			**2º TRIMESTRE**			**3º TRIMESTRE**			**4º TRIMESTRE**		
Atividades	**jan**	**fev**	**mar**	**abr**	**mai**	**jun**	**jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Médicos psiquiatras e clinico geral	283	251	278	502	301	302	314	388	320	379	599	
Adm. de Medicamentos Injetáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Paciente em observação.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Psicoterapia individual	69	72	163	140	84	95	152	106	98	84	222	
Enfermagem e serviço social	156	134	139	363	198	191	278	257	195	339	236	
Ativ. Educ. (palestras)	27	18	17	20	27	25	23	20	0	0	0	
Reunião Técnica	-	-	-	-	-	01	01	02	01	0	01	
Reunião de Família	02	04	04	05	07	10	09	08	09	09	07	
Oficinas terapêuticas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Grupo terapêutico	02	08	08	10	13	10	09	08	09	09	07	
Grupo terapêutico adolescentes.	02	04	04	05	07	05	05	04	04	05	02	
Tabagismo (abordagem cognitiva comportamental)	97	49	95	71	76	63	110	102	133	98	76	
Consulta de avaliação do fumante	97	53	94	52	45	43	115	103	133	98	76	
Visita domiciliar	01	00	03	05	01	02	02	01	02	03	0	
Visita Institucional	02	00	01	03	01	00	00	00	00	00	00	
Triagem (aferição de PA) – Nível Médio.	64	69	03	56	54	20	88	64	91	112	79	
Grupo de hidroginástica	0	04	02	04	04	04	04	04	01	01	01	
APAC’s	40	49	73	46	38	39	33	46	27	41	37	
Total												
Total trimestral												

2.0 – PROJETO CAPS ITINERANTE

O Projeto **"CAPS Itinerante"**, coordenado pelo CAPS AD, terá como unidade para atendimento a USF Jacy Paraná. No processo de trabalho, especifica-se que as equipes de saúde da família atenderão comumente a equipe multiprofissional do CAPS Ad, que realizarão triagem dos casos, e agendamento de pacientes, ou seja, todos os usuários que apresentem algum **transtorno mental que seja ocasionado pelo uso de álcool ou outras drogas que seja severo e persistente** serão cadastrados para acompanhamento e tratamento, com reavaliação mensal.

O objetivo do projeto é facilitar acesso ao tratamento de dependência química para a população do Distrito de **Jacy Paraná** e áreas adjacentes, na recuperação de usuários que sofrem com transtorno mental severo e persistente pelo uso de álcool, tabaco e outras drogas e outras patologias mental.

Equipe: MÉDICO psiquiatra, psicólogo, assistente social, enfermeiro e assistente administrativo, e outros da equipe de saúde da família.

DISTRITO DE JACY PARANÁ - DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO

ATIVIDADES	2012
Consultas médicas c/ psiquiatra	102
Psicólogo	69
Enfermeiro	68
palestras	08
Reunião Técnica	02
Atendimento social	31
Visitas domiciliares	44

Fonte: Dados caps ad (não estão informados as atividades do mês de dezembro de 2012).

Considerações do Projeto:

Foi observado, a assiduidade dos pacientes nos atendimentos e crescente numero de novos casos que já realizavam atendimento na cidade de Porto Velho. Registra-se que uma das dificuldades encontradas é a falta de espaço na unidade de Jacy Paraná, para realização dos atendimentos individuais, mesmo com a realização de um cronograma de atendimento, a unidade não disponibiliza sala adequada aos atendimentos. Ressaltamos que outras localidades buscam o serviço do CAPS AD, para implantação de serviço itinerante, porém temos uma equipe pequena, e se tivéssemos mais profissionais, seria facilitado estender o projeto a outros locais.

PROGRAMA DE CONTROLE DE TABAGISMO
DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO

O Programa de tabagismo foi implantado no CAPS AD, no ano de 2010. Atualmente possui um grande numero de usuários que fizeram cadastro para o tratamento.

Ord.	Cód. Tabela SUS	Especificação	Quantidade
01	Consulta clinica de avaliação tabagismo	Incluindo retornos	447
02	Triagem	PAAPA	176
03	Terapia cognitivo comportamental	sessões	04
04	Terapia cognitivo comportamental	participantes	18
05	Sessão de sensibilizaçao	palestras	08
06	Sessão de sensibilização	participantes	62

Fonte: programa no caps ad – dados 1º semestre.

3.0 – IMPLANTAÇÃO DO CAPS INFANTO JUVENIL
UNIDADE: CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPS i
LOCALIZAÇÃO: RUA Matrichã com Curimatã, Nº. 665, BAIRRO Lagoa.
DATA DE INAUGURAÇÃO: 13 / 07 / 2012.
DIRETOR: DANIEL AMARAL LIMA (PSICOLOGO)

O ***centro de atenção psicossocial infanto juvenil*** **(caps i)** é um serviço de saúde mental destinado ao tratamento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico e/ou com transtorno mental de grau moderado e crônico, quer seja, ocasionado ou não pelo uso prejudicial de álcool, tabaco, crack e outras drogas.

Como parte da política brasileira de saúde mental a rede de atenção psicossocial é uma estratégia que privilegia a reabilitação psicossocial, reinserção social e o fortalecimento da cidadania, sem que haja o isolamento do individuo em sofrimento.

Equipe multiprofissional e interdisciplinar

12. assistente administrativo
13. assistente social
14. auxiliar de farmácia
15. auxiliar serviço geral
16. enfermeiro
17. médico clínico geral
18. médico especialista em psiquiatria e pediatria
19. psicologo
20. tecnico de enfermagem
21. Terapeuta Ocupacional

Fonte: CAPS i (profissionais)

Principais queixas atendidas

- psicose infantil (ideias, fala e/ou comportamento bizarro);
- crises de pânico;
- depressão;
- déficit de atenção e hiperatividade;
- oligofrenias;
- risco de suicídio
- transtornos mentais decorrentes do uso prejudicial de drogas (lícitas e ilícitas) e dependência química na infância-adolescência.

Tipo de demanda

- Porta de entrada pela unidade básica de saúde do município;
- Encaminhamentos vindos do profissional psicólogo escolar;
- Demanda do juizado da infância e da juventude;
- Demanda do conselho tutelar da criança e do adolescente;
- Encaminhados dos centros de assistência social – cras;
- Entre outros.

Fonte: CAPS i

4.0 – ATIVIDADES EDUCATIVAS

Atividade no dia 31 de maio – "DIA MUNDIAL SEM TABACO" O ministério da saúde através do INCA e da Política Nacional de Controle do Tabagismo, estabelece em seu calendário a data 31 de maio de maio para que sejam incluídos no plano de ação dos gestores municipais, as atividades que visam à promoção da saúde no controle do tabagismo.

Sendo toda ação organizada, quer por instituição pública ou privada é uma oportunidade que se tem para que todos reflitam sobre o consumo de tabaco em nossa cidade e a forma que podemos nos envolver na política de controle do tabagismo enquanto profissional de saúde ou mesmo enquanto cidadão com responsabilidade social.

- Pit stop – Av. calama com Lauro Sodré:

Objetivo: Alertar, sensibilizar e despertar reflexões na população em geral quanto aos malefícios a saúde advindos com o consumo do fumo ativo e passivo; Contribuir para diminuição da aceitação social do tabagismo ativo e passivo.

ATIVIDADE DO DIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL – 10 DE OUTUBRO DE 2012

- Realização de Palestras com temática de saúde mental, nos CAPS
- Público: familiares ; crianças; e adolescentes
- Participantes: 93

CURSO EM DEPENDENCIA QUIMICA PARA PROFISSIONAIS DO CAPS.

PROGRAMAÇÃO:

13. Os princípios do national Institute on Drug Abuse – NIDA, para tratamento efetivo em dependência química
14. Álcool, neurobiologia e complicações clínicas
15. Síndrome de abstinência e manejo
16. Nicotina, neurobiologia, complicações clínicas e manejo
17. Cannabis, neurobiologia, complicações clínicas e manejo
18. Solventes e inalantes, neurobiologia, complicações clínicas e manejo

- Participantes: 30 pessoas
- Carga horária: 12 horas
- Ministrado por: Brysa Soares, médica / especialista em dependência química
Eduardo Honda, Farmacêutico.

5.0 – Das Oficinas e Grupos Terapêuticos

No plano terapêutico de CAPS, está incluída as atividades através de oficinas e grupos terapêuticos, com a participação da família, entende-se que dessa forma a resposta positiva ao acompanhamento, entendendo que o tratamento não deve ser centralizado na assistência farmacêutica e nas consultas médicas, sendo necessário a inserção de outras atividades, estimulando e valorizando a auto estima, vislumbrando a melhoria da qualidade de vida e a possibilidade da reinserção social. Neste ano trabalhou-se a hidroginástica nas duas unidades de CAPS, e outros grupos de terapias.

6.0 – Da internação

A proposta da estratégia do Ministério da Saúde é diminuir o número de internações, e o CAPS é um dos dispositivos para acompanhar e tratar pessoas com transtorno mental em caráter de serviço ambulatorial, de forma que possamos acompanhar o usuário, fazendo um plano terapêutico de tratamento intensivo ou não. Somente em casos graves deve-se internar o usuário com transtorno mental, sendo em alguns casos inevitáveis pela persistência da crise, a falta de acompanhamento e a real participação de familiares e outros fatores. Porém temos recebido mandado judicial para internação de crianças e adolescentes por parte do Juizado da Infância e Juventude. Nestas situações de internação compulsória, os profissionais da SEMAS, acompanham o usuário até a unidade de tratamento.

6.1 – Internação / demanda judicial

Tratamento de dependência química – crianças e adolescentes.

CENTRO DE APOIO E RECUPERAÇÃO ANTI – DROGAS / CAUCAIA-CEARÁ (085.3318.6769)

Marcos araújo – processo 08.1549/2011

Alcilene Vasconcelos Rabelo – processo 08.358/2012

AAVIDA - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA VIDA (016) 3339.3107

Lailson Almeida – processo 08.1041/2012

Geovane f. Menezes – processo 08.0234/2012

7.0 – Atenção Básica e saúde mental

A necessidade de planejar ações em conjunto com a atenção básica de saúde na prevenção ao uso de substancias psicoativas e demais patologias na saúde mental é uma realidade. É preciso estreitar as relações e fortalecer a articulação com o terceiro setor para podermos desenvolver o fluxo de atendimento sem estrangular ou sobrecarregar as unidades de **CAPS**, que hoje atendem e acompanham um grande número de usuários não intensivos, mas que poderiam ou deveriam estar sendo acompanhados nas unidades básicas.

Planejamento de Capacitação em saúde mental, voltado para abordagem e atendimento a dependente químico, coordenado pela UNIR.

Data provável: a definir em 2013.

8.0 – Dos equipamentos e materiais

Para o fortalecimento das ações em saúde mental foram adquiridos os seguintes materiais:

- Materiais para atividade de hidroginástica; (touca, sapatilhas, pranchas, etc.);
- Materiais permanentes; (mesas, cadeiras, armários, etc.) para CAPS AD;
- Aquisição de materiais gráficos (BANNER, folder) para divulgação de serviços do CAPS i;

9.0 - Dos desafios

9. 1 – Implantação do Consultório de Rua;

- ✓ Falta convocar e lotar profissionais;
- ✓ Receber veículo;
- ✓ Mapear área a serem trabalhadas.

9.2 – Implantar o programa de tabagismo em uma unidade da zona leste;

- Identificar profissional
- Capacitar profissionais
- Prover de insumos e materiais educativos na temática de tabagismo.

10.0 – DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

São 35 itens de medicamentos dispensados, obedecendo a portaria 2982/2009, que trata do controle e financiamento de medicamentos. Através da Portaria nº 016/GAB/CIB/RO de 25 de março de 2010 foram pactuados um elenco de componentes básicos para a assistência farmacêutica. Os medicamentos são solicitados (aquisição) através da Divisão de Farmácia/DAB. Na estrutura organizacional, a Divisão de Farmácia, esta inserida e responsável no organograma da SEMUSA pela assistência farmacêutica. Mesmo cada unidade de CAPS tendo um profissional farmacêutico responsável técnico, o que é imprescindível no desenvolvimento de ações, as farmácias devem possuir técnicos capacitados responsáveis pela dispensação, e destas unidades devem partir as informações de controle necessários para os procedimentos administrativos.

10.1 – **Mapa anual de dispensação de medicamentos / saúde mental – ano 2012.**

I	Medicamento	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
01	Amitriptilina comp. 25 mg	21.130	28.870	27.850	18.650	-	-	-	-	-	-	-	-	
02	Acido valproico caps. 250 mg	12.645	14.475	12.360	12.435	15.525	14.400	14.545	16.390	9.675	11.750	12.175	-	
03	Acido valproico caps. 500 mg	-	-	-	150	2.200	3.050	4.105	4.295	4.450	2.500	4.100		
04	Biperideno comp. 2 mg	3.350	4.730	6.420	3.360	6.420	6.400	4.400	4.800	3.000	6.000	6.000		
05	Carbamazepina comp. 200 mg	45.200	45.000	38.500	590	-	-	-	660	69.840	46.500	44.020		
06	Carbamazepina xarope 200mg/ml	175	259	11	30	-	111	135	416	304	300	166		
07	Carbonato de Lítio comp. 300 mg	8.690	11.805	11.695	5.135	13.835	10.500	3.330	-	1.000	-	-		
08	Clonazepam gotas frasco	77	174	149	95	108	90	80	172	172	182	83		
09	Clonazepan comp. 2 mg	37.880	49.200	47.070	46.020	43.980	42.500	40.415	21.585	46.000	37.000	21.500		
10	Clomipramina comp. 10 mg	60	-	2.290	380	2.200	880	180	-	2.400	1.160	1.110		
11	Clomipramina comp. 25 mg	1.840	1.140	-	-	-	6.000	4.130	3.630	2.470	4.940	2.400		
12	Clomipramina comp. 75 mg	560	1.450	1.810	1.220	1.380	2.760	1.790	4.470	1.760	1.520	970		
13	Clorpromazina comp. 25 mg	4.31	8.330	1.770	5.490	5.710	6.200	4.410	3.790	6.400	5.400	4.450		
14	Clorpromazina comp. 100 mg	10.810	10.925	12.765	18.670	11.050	14.800	11.740	12.860	19.200	10.600	11.840		
15	Clorpromazina sol. Oral 4%	24	13	26	19	29	36	25	15	19	16	07		
16	Cloxazolan 1 mg comp.	-	-	-	-	-	-	60	140	20	280	80		
17	Diazepan comp. 5 mg	1.340	-	-	2.570	2.430	2.000	690	1.310	2.000	5.000	3.000		
18	Diazepan comp. 10 mg	6.600	7.900	9.100	4.670	6.235	11.765	7.120	6.880	10.000	8.000	5.000		
19	Fenobarbital comp. 100 mg	13.900	5.900	-	6.760	15.120	17.500	12.030	16.970	15.000	15.000	12.000		
20	Fenobarbital sol. Oral 4%	45	20	-	16	100	184	35	115	100	300	200		
21	Fenitoina comp. 100 mg	10.090	2.490	17.030	2.780	7.520	10.600	10.200	14.800	-	-	-		
22	Fenitoina susp. Oral 25 mg/ml	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
23	Fluoxetina 20 mg. Comp.	23.870	31.010	31.760	37.930	31.370	41.160	23.520	28.980	33.600	24.780	22.400		
24	Fluoxetina 10 mg. Comp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
25	Haloperidol comp. 1 mg	1.650	1.950	1.960	1.360	1.840	1.800	2.430	1.770	3.800	2.400	2.200		
26	Haloperidol comp. 5 mg	10.660	9.940	9.400	10.280	4.720	-	-	2.000	9.200	8.600	960		
27	Haloperidol gotas 2mg/ml	3	8	35	12	8	17	6	14	10	-	-		
28	Nortriptilina comp. 10 mg	870	2.410	3.870	4.800	1.410	1.890	600	1.380	1.020	1.080	735		
29	Nortriptilina 50 mg comp	1.710	1.450	2.490	1.330	1.660	1.780	1.220	990	2.030	1.870	1.540		
30	Nortriptilina comp. 75 mg	90	2.400	510	180	200	200	530	230	60	280	150		
31	Prometazina comp. 25 mg	13.485	15.345	17.210	-	-	-	-	-	-	-	-		
32	Valproato de sódio xarope 50mg/ml	-	-	200	235	150	165	171	212	164	211	171		
33	TOPIRAMATO 25 MG	-	-	-	-	-	-	60	840	-	840	-		
34	RISPERIDONA 1 MG	-	-	-	140	1.060	720	750	-	2.430	1.570	2.440		
35	RISPERIDONA 5 MG	-	-	-	-	-	200	-	160	1.120	670	1.130		
36	SERTRALINA 50 MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.016		
37	LEVOMEPROMAZINA 100MG	-	-	-	-	-	-	1.560	1.440	2.000	1.600	2.600		

I	Medicamento	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
38	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	-	-	-	-	-	-	670	5.330	2.600	1.400	960		
39	LEVOMEPROMAZINA ORAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	17		

OBS. Dados da tabela de medicamentos, sujeitos a alterações – sem informações do mês de dezembro de 2012.

5.3 ATENÇÃO À SAÚDE E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA

'Em consonância com os instrumentos de planejamento do SUS, o Plano Municipal de Saúde e a Programação Anual de Saúde, alinhados ao Planejamento Estratégico da Prefeitura do Município de Porto Velho, o Relatório de Gestão da Vigilância Epidemiológica, estrutura-se a partir dos compromissos e respectivas ações e metas estratégicas, consolidando dados e análises sintéticas sobre as principais ações de vigilância, prevenção e controle de doenças, gestão dos sistemas de informação epidemiológica, promoção da saúde, e saúde do trabalhador.

A primeira parte deste documento, traz informações sobre as estatísticas vitais, a partir de dados do Sistema de Informação de Nascidos Vivos – Sinasc; e do Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, e traz uma reflexão sobre como nascem e morrem os habitantes Porto Velho, disponibilizando analises sobre os indicadores demográficos do município.

A segunda parte, composta pela vigilância de doenças e agravos, que serão apresentados a seguir, com a abordagem do comportamento de saúde da população, analises dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, Sistema de Informação da Febre Amarela e Dengue - SIS FAD, Sistema de Vigilância Epidemiológica da Malária - SIVEP_malaria, VETORES_malaria, Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe - SIVEP_gripe e Vigilância de Violências e Acidentes - VIVA.

A terceira parte destina-se a apresentar os projetos e planos de relevância para a vigilância em Saúde, destacando a execução e resultados obtidos.

VIGILÂNCIA DE DOENÇAS E AGRAVOS

4.1 Dengue

AÇÃO: Garantir o acesso aos casos suspeitos de dengue nas Unidades de Saúde da rede municipal.
META: Manter a Taxa de Letalidade das formas graves da dengue ≤ 2%.

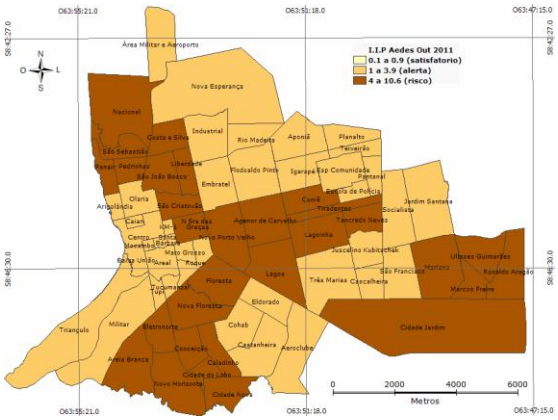
Atualmente, a dengue é a mais importante arbovirose que afeta o ser humano, constituindo-se em sério problema de saúde pública no mundo. São conhecidos quatro (4) sorotipos deste Arbovirus: DENV 1, DENV 2, DENV 3 e DENV 4 (Brasil, 2010).

Em Rondônia, segundo dados do Ministério da Saúde, em 2006 houve a circulação dos vírus DENV 2 e 3. O Monitoramento viral em Porto Velho, realizado em 2010, detectou a circulação dos vírus DENV 1 DENV 2. Até a presente data, não há registro no município, da circulação do vírus DENV 4, detectado em Manaus, conforme Nota Técnica MS nº 33 de 03 de fevereiro de 2011.

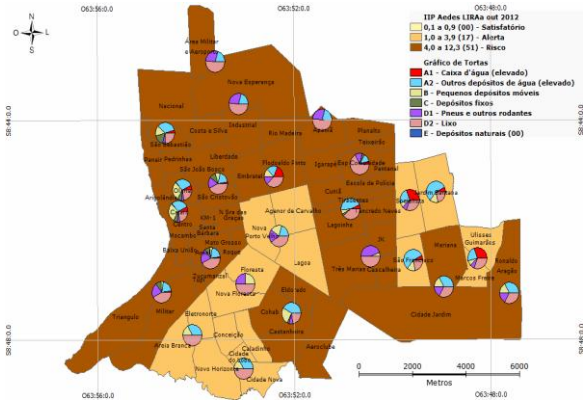
A figura 26 mostra o resultado do Levantamento de Índice Rápido de Aedes aegypti - LIRAa, realizado em outubro de 2011 e outubro de 2012. No LIRAa referente ao mês de outubro de 2012, período chuvoso, um número maior de bairros que o LIRAa de 2011a fazem parte dos extratis classificados como de alto risco de transmissão da dengue.

Gráfico 35 – Índice de Infestação Predial por bairro.
Porto Velho/RO, outubro de 2011 a outubro de 2012

Outubro 2011



Outubro 2012

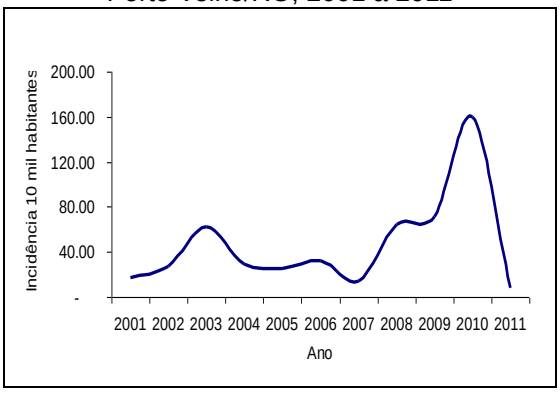


Fonte: Levantamento de Índice Rápido de Aedes aegypti/ Semusa/Porto Velho.

Considerando que nas últimas décadas Porto Velho vem sendo classificado dentre os municípios de risco para transmissão da doença, o que leva anualmente, a execução de ações estratégicas, definidas no plano de contingência, para o enfrentamento de possíveis epidemias, dentre as quais destacamos:
Atenção ao paciente com suspeita de dengue;
Vigilância epidemiológica;
Controle Vetorial;
Educação em saúde e mobilização social.

A figura 31 , ilustra a incidência da dengue no período de 2001 a 2010 no município de Porto Velho, a qual observamos curtos intervalos de tempo entre os períodos de maior incidência e mesmo de epidemias, tais como a de 2009/2010. Nos últimos 3 anos da série histórica, observa-se um aumento crescente da incidência, apesar de todas as medidas de controle adotadas, o que nos remete a sugerir que isto ocorreu pela grande movimentação populacional observada no município nos últimos anos.

Gráfico 36 - Incidência de dengue segundo ano de diagnóstico.
Porto Velho/RO, 2001 a 2011



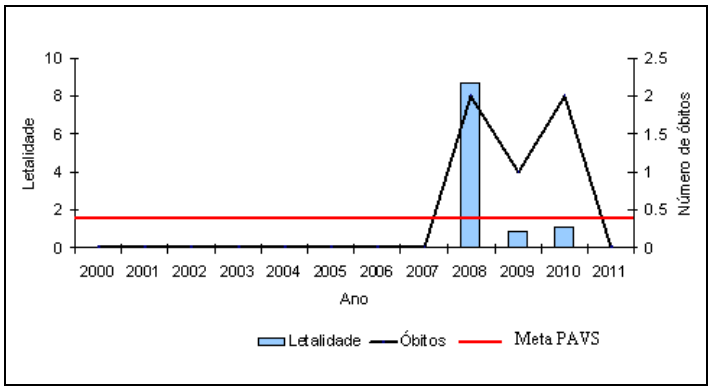
Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 02.02.2012

A figura 28 mostra a letalidade da dengue e número de óbitos em Porto Velho, o qual observamos que na série histórica de 2000 a 2006, não há registro de óbitos e que de 2008 a 2010, que foram anos epidêmicos, os óbitos registrados ficaram dentro de patamares considerados aceitáveis pelo MS.

Este indicador reflete a organização das ações de vigilância epidemiológica da dengue, diante da realidade de cada período, com a priorização da notificação, analise e posterior planejamento principalmente para as ações de assistência ao paciente com dengue, promovendo o tratamento

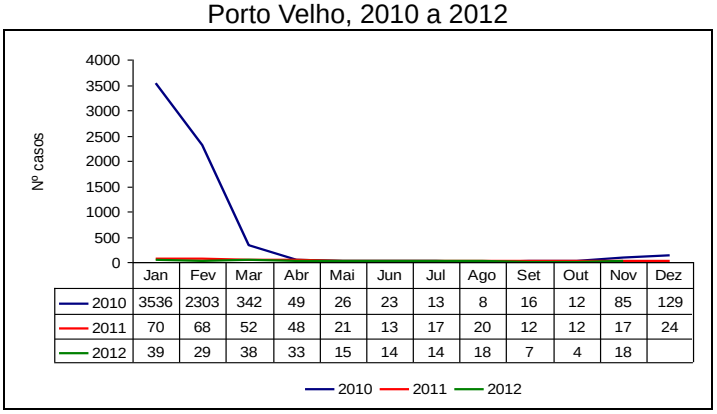
adequado e oportuno, reduzindo assim, drasticamente as formas graves da doença e em conseqüência, os óbitos.

Gráfico 37 - Letalidade e número de óbitos de dengue segundo ano de notificação. Porto Velho/RO, 2000 a 2011



Meta PAVS: Manter a Taxa de Letalidade das formas graves da dengue ≤ 2%.
Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA. Dados acessados em 02.02.2012.
A figura 29 mostra a distribuição de casos notificados de dengue por mês e ano. Identifica-se que o maior número de casos suspeitos da doença ocorre nos períodos do inverno amazônico, no entanto, registra-se a ocorrência de casos em menor quantidade, em todo o período do ano, caracterizando a constante transmissão, mesmo nos meses de menor densidade pluviométrica.

Gráfico 38 - Distribuição de casos notificados de dengue por mês e ano.
Porto Velho, 2010 a 2012



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2010	3536	2303	342	49	26	23	13	8	16	12	85	129
2011	70	68	52	48	21	13	17	20	12	12	17	24
2012	39	29	38	33	15	14	14	18	7	4	18	

Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA. Dados acessados em 21 de novembro 2012, sujeitos à alteração para o último ano.

Medidas adotadas para enfrentamento do problema:
Um Plano de Contingência para o período 2010/2011 foi elaborado e executado no período de novembro de 2010 a abril de 2011. Considerando que o município continua apresentando risco de transmissão da doença, um novo plano será elaborado, para o período 2011/2012. Este Plano tem por objetivo, nortear as ações de vigilância e controle da doença, constituindo-se prioritariamente em:
Atenção ao paciente com suspeita de dengue;
Vigilância epidemiológica;
Controle Vetorial e visita domiciliares;
Educação em saúde e mobilização social;
Capacitações de profissionais de saúde;
Aquisição de insumos básicos.

A vigilância epidemiológica da doença nós períodos de maior risco, vem sendo intensificada em todo o município. O manejo clinico ao paciente com suspeita de dengue foi baseado na CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE DENGUE do Ministério da Saúde. O novo Protocolo foi disponibilizado durante capacitação para médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde realizado no mês de dezembro de 2012 quando participaram profissionais de todas as Unidades de saúde da rede

municipal. A notificação de casos suspeitos tem incentivada, o que vem proporcionando maior conhecimento do comportamento da doença, e conseqüentemente, assegurando a tomada de decisão pelo gestor municipal e equipe.
A Semusa implantou uma rede de atenção ao usuário com dengue, que se configura pelo envolvimento de todos os profissionais do setor saúde, e se estende a zona urbana e rural
Todas as Unidades de Saúde, 04 Unidades de Pronto atendimento 24 horas com leitos para observação e 14 Unidades Básicas na zona urbana, onde foi criada a estratégia de hospital dia, com a implantação de leitos para observação e hidratação de pacientes com casos leves da doença, estão aptas a atender casos suspeitos de dengue, segundo o protocolo. As equipes da Estratégia de Saúde da Família atuam de forma a identificar e iniciar os primeiros cuidados dos usuários com suspeita de dengue o mais precocemente possível, notificando os casos suspeitos e encaminhando os pacientes de acordo com o grau de gravidade da doença. O CEMETRON, hospital de referência estadual, também faz parte da rede, com atendimento dos casos graves.

As equipes responsáveis pelo controle vetorial atuaram em várias frentes: realiza 4 Levantamento de Índice Rápido de ***Aedes aegypti*** -LIRAa, metodologia estabelecida pelo Ministério da Saúde (2005), que consiste no levantamento amostral de um percentual de imóveis do município, que determinação o Índice de Infestação Predial - IIP, pelo mosquito ***Aedes aegypti***, transmissor da dengue, por ano; realiza mutirões para redução dos índices nos extratos considerados de maior risco no LIRAa; realiza monitoramento em 1.123 estabelecimentos classificados como Pontos Estratégicos; realiza o controle químico do vetor, de acordo com a avaliação entomológica, por meio de uso de borrifação residual e espacial e desenvolve ações educativas junto à população.

Uma das prioridades da Semusa para o Programa, são as ações de educação em saúde e mobilização social, que constituem-se de:
Fomentar a mobilização social contra a Dengue nas unidades de saúde e em suas áreas de abrangência;
Constituição do **Comitê Municipal de Mobilização contra a Dengue** integrado ao Comitê Estadual;
Realizar reunião com as Secretarias Estadual, Municipal de Educação, bem como faculdades Públicas e Particulares, a fim de desenvolver ações de educação em saúde para o público estudantil;
Intensificar as ações educativas durante as visitas domiciliares dos Agentes de Saúde Pública e Agente Comunitários de Saúde;
Promover ações de educação continuada, junto às escolas situadas nas áreas de abrangência das ESF, instituindo o Agente de Saúde Mirim com a utilização da metodologia do check-list do agente mirim de saúde em combate a dengue,destinada ao público infantil;
Realizar o Dia D da Dengue (pit stop, mobilização da mídia, visitas domiciliares com orientação e distribuição de material informativo, em data a ser estabelecida oportunamente);
Divulgar através de boletins eletrônicos mensais, aos setores técnicos e a comunidade sobre o comportamento entomo-epidemiológico do agravo;
Incentivar e apoiar a realização de trabalhos sobre o tema, nas feiras de ciência das escolas;

Metas pactuadas na PASS:

Para o alcance das metas pactuadas na PASS, destacamos:
Manter a Taxa de Letalidade das formas graves da dengue ≤ 2%;
100% das unidades de saúde com acesso ao protocolo;
100% das US realizando notificação e investigação de casos suspeitos de dengue;
100% das US realizando a prova do laço de acordo com o protocolo;
100% das US realizando coleta de amostra para sorologia da dengue, conforme protocolo MS;
100% dos casos graves (FHD, DCC e SDC), com encerramento pelo criterio laboratorial;

Alcance da meta
Não houve registro no Sinan de óbitos por dengue;
100% das US com protocolo implantado;
100% das US estão capacitadas para notificar casos suspeitos de dengue. No ano de 2012;
Quanto a realização da prova do laço, não foi possível identificar nas notificações a realização do procedimento, devido o campo não haver sido preenchido;
100% das US com capacidade de coleta de amostra para sorologia da dengue;
100% dos casos graves (FHD, DCC e SDC), encerrados pelo critério laboratorial;

No ano de 2011, apesar do município haver sido classificado como de risco para surto de dengue, segundo dados dos LIRAa realizados, quando a maioria dos extratos amostrados foram classificados em situação de **alerta** e de **risco de surto**, foram notificados 334 casos suspeitos de

dengue, havendo redução de 94,89% em relação ao ano de 2010.

4.2 Doenças exantemáticas

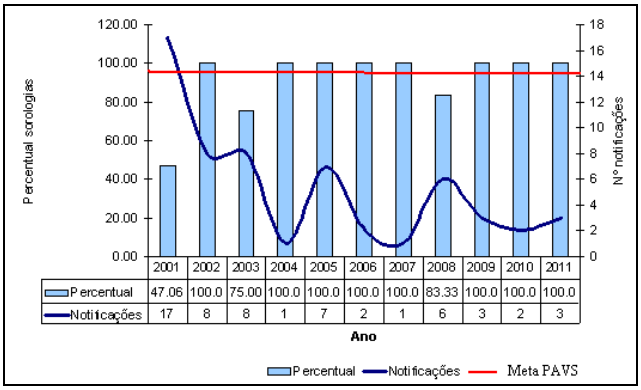
AÇÃO: Notificar e investigar oportunamente os casos suspeitos de doenças exantemáticas.
META: Investigar 85% dos casos notificados de doenças exantemáticas em até 48 horas após a notificação.

Foram consideradas como doenças exantemáticas, para fins de vigilância epidemiológica das doenças exantemáticas: sarampo, rubéola e síndrome da rubéola congênita, conforme estabelecido no Guia de Vigilância Epidemiológica, 7ª edição. A vigilância epidemiológica dessas doenças tem se mostrado sensível, oportuna e específica e tem como objetivo:
a) Detectar a circulação viral em determinado tempo e lugar visando a proteção da população vulnerável ao risco da Síndrome da Rubéola Congênita – SRC, que atinge o feto ou o recém-nascido cujas mães se infectaram durante a gestação. A infecção na gravidez pode causar aborto, natimorto e malformações congênitas (surdez, malformações cardíacas, lesões oculares e outras) (BRASIL, 2010);

b) Manter a vigilância epidemiológica do sarampo, sensível, ativa e oportuna, permitindo assim a detecção de todo e qualquer caso suspeito na população, deflagrando a notificação imediata e o monitoramento das demais condições de risco, buscando a manutenção da consolidação da erradicação do sarampo (ibdem);

Diante da importância destes agravos para a saúde pública, o município vem pactuando metas nos instrumentos de pactuação estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Na pactuação de 2010/2011, a VE assumiu a responsabilidade de encerrar 95% dos casos notificados de doenças exantemáticas por critério laboratorial.
A figura 30, mostra a série histórica de dez anos de acompanhamento das doenças exantemáticas. Observamos que em sete anos, a meta foi alcançada. No entanto, merece destaque, o baixo número de notificações, e que nos anos em que houve aumento de notificações, 2001, 2003 e 2008, a resposta laboratorial não conseguiu atingir a meta. Além da relevância da vigilância destas doenças para a saúde pública, estes dados nos mostram a fragilidade da vigilância epidemiológica das doenças exantemáticas no município.

Gráfico 39 - Percentual de doenças exantemáticas com investigação laboratorial realizada por meio de sorologia, segundo ano de notificação. Porto Velho/RO, 2001 a 2011



Meta PAVS: Encerrar os casos notificados de doenças exantemáticas por critério laboratorial: 95%.
Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA. Dados acessados em 02.02.2012

A exemplo das Paralisias Flácidas Agudas – PFA, a vigilância das doenças exantemáticas está descentralizada para toda a rede de saúde municipal. Suas ações estão inseridas na rotina dos serviços, sendo a detecção precoce de eventos, na população < 15 anos, o ponto focal da vigilância, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

O município pactuou para o ano de 2011, investigar 80% dos casos de doenças exantemáticas, em até 48 horas após a notificação. Foram notificados 03 casos de doenças exantemáticas, havendo a investigação sendo efetuada dentro do prazo estabelecido, com 100% de alcance da meta. Este resultado demonstra que apesar do sistema estar conseguido dar segmento aos casos notificados, apresentou baixa sensibilidade para a detecção. Não foi detectado nenhum

caso de sarampo no município de Porto Velho.

Metas pactuadas na PASS:

Para o alcance das metas pactuadas na PASS, destacamos:
Investigação até 48 horas após a notificação em 85% dos casos notificados de doenças exantemáticas;
Realizar diagnóstico laboratorial de doenças exantemáticas - sarampo e rubéola em 95% dos casos.

Alcance da meta

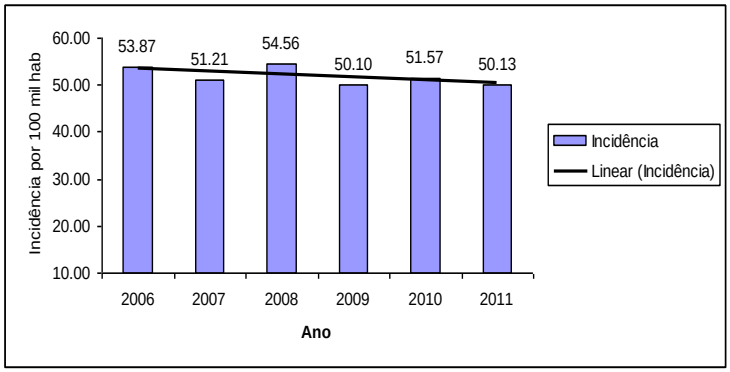
100% (3 casos notificados e investigados em tempo oportuno);
100% (3 casos notificados e encerrados pelo critério laboratorial).

4.3 Doenças Sexualmente Transmissíveis

AÇÕES:
Garantir o teste de HIV durante o pré-natal.
Manter a vigilância dos casos de aids em < de 5 anos.
METAS:
100% das gestantes cadastradas no SIS Pré-natal com Teste HIV realizado, conforme protocolo do MS.
100% das gestantes com HIV positivas notificadas.

A aids continua sendo uma das DST que mais chama atenção pela sua gravidade e potencial de disseminação. Segundo o relatório global da Unaids, o número de pessoas infectadas pelo HIV no mundo registrou um leve aumento: 34 milhões de pessoas em 2011, contra 33,5 milhões em 2010. (www.aids.gov.br, acessado em 10/12/2012).
No Brasil estima-se que 630 mil pessoas vivam com idade entre 15 a 49 anos vivam com HIV/aids, e que destas 255 mil não sabem que tem o vírus (Ministério da Saúde, 2012).
De 1997 a 2011, foram diagnosticados em Porto Velho 1.695 casos de aids em maiores de 13 anos de idade. Quanto à taxa de incidência observamos na série histórica de 2006 a 2011, que os dados sugerem haver tendência de estabilização, conforme figura 35 . Em 2011 esta taxa foi de 50,15 casos por 100 mil habitantes, é considerada alta quando comparamos com a do Brasil, que no mesmo ano foi de 18,56%.
Devido ao significativo fluxo migratório ocorrido em Porto Velho, em função da construção das duas UHE do rio Madeira, a expectativa em relação às taxas de incidência da doença era de aumento considerável, o que não ocorreu. Possivelmente esta estabilização da incidência tenha se dado devido às diversas frentes de combate as doenças sexualmente transmissíveis desenvolvidas por esta SEMUSA, caracterizada pela integração das ações de prevenção, assistência, diagnóstico e tratamento. Além da parceria e atuação articulada com as Organizações Não Governamentais –ONG.

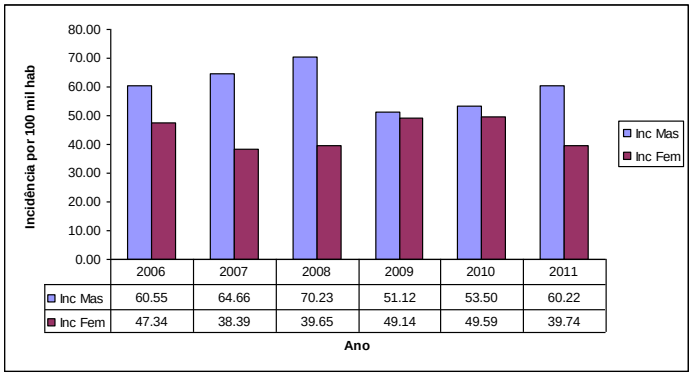
Gráfico 40 - Taxa de Incidência de aids em maiores de 13 anos, segundo ano de diagnóstico. Porto Velho/RO, 2006 a 2011



Fonte: Datasus, acessado em 10/12/2012

Ainda há mais casos de aids entre os homens do que entre as mulheres, assim como a incidência de aids por sexo mostra que as taxas mais altas foram no sexo masculino, figura 32 , mas com taxas elevadas em ambos os sexos.

Gráfico 41 - Taxa de Incidência de aids em maiores de 13 anos, segundo ano de diagnóstico e sexo. Porto Velho/RO, 2006 a 2011.



Fonte: Datasus, acessado em 10/12/2012

Em relação à faixa etária, no período de 2006 a 2011, a taxa de incidência mais alta foi de 40 a 49 anos de idade, exceto no ano de 2008, em que a taxa mais alta se deu entre pessoas de 30 a 39 anos de idade. No entanto, nos chama atenção também os valores destas taxas entre adolescentes e pessoas acima de 50 anos de idade.

Tabela 13 - Taxa de incidência de aids em adultos, segundo faixa etária e ano de diagnóstico. Porto Velho/RO, 2006 a 2011

Ano de diagnóstico	13-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 e mais
2006	3,26	44,36	71,55	109,32	101,97	29,90
2007	5,32	39,89	84,89	80,90	73,86	29,15
2008	3,70	26,27	101,82	77,42	95,38	57,52
2009	0,00	27,27	82,88	114,97	47,14	31,91
2010	1,70	50,64	68,93	91,08	57,64	28,98
2011	10,05	46,55	65,02	80,43	68,62	24,43

Fonte: Datasus, acessado em 10/12/2012

Quanto à forma de transmissão da aids em pessoas maiores de 13 anos de idade, prevalece a sexual. A categoria heterossexual é a que apresenta os maiores valores percentuais em todas as faixas etárias, conforme mostra a Tabela XX. Nesta tabela estão os dados percentuais das categorias de exposição mais notificadas.

Tabela 14 - Proporção de casos de aids em adultos, segundo categoria de exposição. Porto Velho/RO, 2006 a 2011

Faixa Etária	Homossexual	Bissexual	Heterossexual	UDI
13-19	9.09	9.09	81.82	0.00
20-24	19.63	5.61	73.83	0.93
25-29	9.95	4.19	83.25	2.62
30-34	8.09	5.53	81.70	4.68
35-39	7.25	7.25	81.35	4.15
40-49	7.87	1.97	89.18	0.98
50-59	3.33	2.00	93.33	1.33
60 e mais	1.89	1.89	92.45	3.77

Fonte: Datasus, acessado em 10/12/2012

A aids em menores de 13 anos de idade a principal via de transmissão é a vertical, correspondendo a 100% dos 23 casos diagnosticados, no período de 2004 a 2012. A incidência em menores de 5 anos no ano de 2012 foi de 2,74 casos por 100 mil habitantes.

Quando todas as medidas preventivas para redução da transmissão vertical a rede de assistência a gestante segue as recomendações do Ministério da Saúde, seja quanto ao uso de medicamentos antirretrovirais durante o período de gravidez e no trabalho de parto, dispõe da fórmula infantil para os recém-nascidos, dentre outras medidas descritas nas recomendações. Toda a assistência durante a gestação é prestada pelo SAE, serviço que atende as pessoas vivendo com HIV/aids, que é composto por um equipe multidisciplinar (infectologistas, odontólogos, enfermeiras, psicóloga, assistente social, farmacêutica, pediatra, ginecologista, agente administrativos), para atendimento exclusivo destes usuários.

O preservativo é o método mais eficaz na prevenção de muitas das DST e da gravidez não planejada, portanto o acesso do usuário a este importante insumo tem sido uma das estratégias da Divisão de Vigilância por Doenças de Transmissão Sexual, disponibilizando-o em toda a rede de saúde, em locais de fácil acesso, assim como em outras instituições públicas. A Tabela XX, mostra o quantitativo de preservativos masculinos adquiridos pelos usuários do SUS. Acrescentamos também que foram distribuídos 37.500 preservativos femininos e 124.200 gel lubrificantes.

Tabela 15 - Quantitativo anual de preservativos masculinos distribuídos.
Porto Velho/RO, 2008 a 2012

Ano	Preservativos masculinos/Quantitativo
2008	537.696
2009	753.957
2010	2.384.214
2011	2. 643.00
2012	2.845.728

Fonte: Semusa/DEVEA/Divisão de Vigilância de Doenças por Transmissão Sexual

Medidas adotadas para enfrentamento do problema:

Diante do perfil epidemiológico da aids a Semusa desenvolveu de ações de promoção da saúde e prevenção para o HIV/aids e outras DST, dirigidas a populações específicas e em geral. Foram realizadas: campanhas de massa; intervenções educativas, como capacitações, palestras, dentre outras; ações de garantia de direitos humanos e ações voltadas ao diagnóstico, tratamento e assistência e parcerias com Organizações da Sociedade Civil - OSC.

Como principais atividades desenvolvidas em 2012, destacamos:

Aumento do acesso ao preservativo masculino

Aquisição de medicamentos e formula láctea pelo município

Implementação/implementação do teste rápido de diagnóstico do HIV nas Unidades Básicas de Saúde/ UPA zona Leste e Sul/ Pronto atendimentos.

Ampliação do número de profissionais na equipe do SAE

Maternidade municipal -> Projeto Nascer implantado

Educação em saúde e mobilização social

Aumento do número de equipes de saúde da família

Aumento do número de Unidades de Saúde

Ampliação do acesso ao diagnóstico laboratorial

Parceria com as Organizações Não-Governamental, que trabalham com ações voltadas as DST/HIV/AIDS e o Fórum/ONG/AIDS.

Campanha do Dia Mundial de Luta Contra a AIDS; Carnaval.
Capacitação de profissionais para execução do teste rápido do HIV, Sífilis e Hepatites Virais na plataforma DPP.

Metas pactuadas na PASS:

Para o alcance das metas pactuadas na PASS, destacamos:
100% das gestantes atendidas na rede municipal de saúde, com acesso ao teste de triagem para o HIV;
Implantação do teste rápido de diagnóstico do HIV em 11 unidades de saúde;
Alcance da meta

11,74% das gestantes cadastradas no SIS Pré-natal realizaram o teste de HIV (Dados do SIS-Pré-Natal).

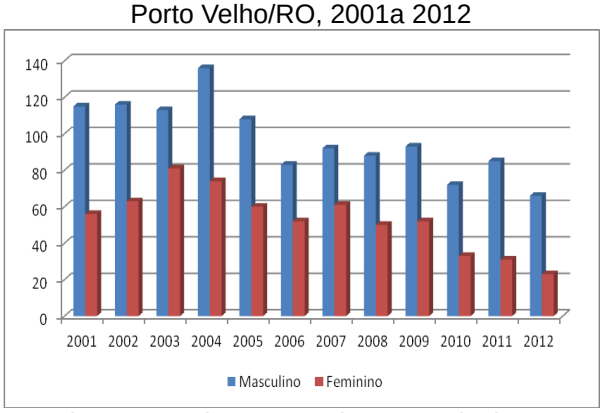
100% das gestantes com HIV positivo notificadas (Dados do SINAN).

Para o alcance da meta o município tem o teste tradicional do HIV (Elisa) em todas as Unidades de Saúde, da zona urbana e rural. Associado ao teste tradicional, desde 2008 o município vem implantando/implementado em algumas Unidades de Saúde (José Adelino; Manoel Amorim de Matos; Caladinho; Policlínica Drº Rafael Vaz e Silva; Socialista; Aponiã; Ernandes Índio; Mariana; Hamilton Gondim, Oswaldo Piana, Policlínica Ana Adelaide e Maternidade Municipal Mãe Esperança Ronaldo Aragão, UPA zona leste e sul), o teste rápido de diagnóstico do HIV, com objetivo de ampliar o acesso a demanda espontânea e segmentos populacionais prioritários como, por exemplo, as gestantes.
No entanto, como mostra o dado, a meta não foi alcançada, na verdade houve redução de 74% do percentual de gestantes que realizaram o teste de HIV, em relação ao ano de 2011. Uma possível explicação para esta redução expressiva se deva em função de alterações ocorridas no sistema de informação SIS Pré-Natal (Sistema Web), contribuindo para a subnotificação das informações.
Quanto a notificação das gestantes HIV positivas, um fator significativo para o alcance da meta é o fato do serviço que atende as pessoas vivendo com HIV/aids -SAE, ter um profissional que desempenha suas funções exclusivamente na área de vigilância epidemiológica. E outro fator positivo é que o fluxo do atendimento dos casos positivos é bem conhecido pela rede de saúde, que também notifica e os encaminha a referência para o acompanhamento do caso.

4.4 Hanseníase
AÇÃO: Notificar e investigar oportunamente os casos suspeitos de Hanseníase.
META:
Curar no mínimo 89% dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das cortes;
Avaliar o grau de incapacidades físicas I e II nos casos novos e curados de hanseníase;
Examinar 100% dos contatos intradomiciliares dos casos novos de hanseníase diagnosticados na faixa etária de < de 15 anos.

Doença crônica granulomatosa, proveniente de infecção causada pelo Mycobacterium leprae. Esse bacilo tem a capacidade de infectar grande número de indivíduos (alta infectividade), no entanto poucos adoecem (baixa patogenicidade); O domicílio é apontado como importante espaço de transmissão da doença, é fácil de diagnosticar, tratar e tem cura, no entanto, quando diagnosticada e tratada tardiamente pode trazer graves conseqüências para os portadores e seus familiares, pelas lesões que os incapacitam fisicamente.

Gráfico 42 - Hanseníase por sexo e ano de Diagnóstico.
Porto Velho/RO, 2001a 2012



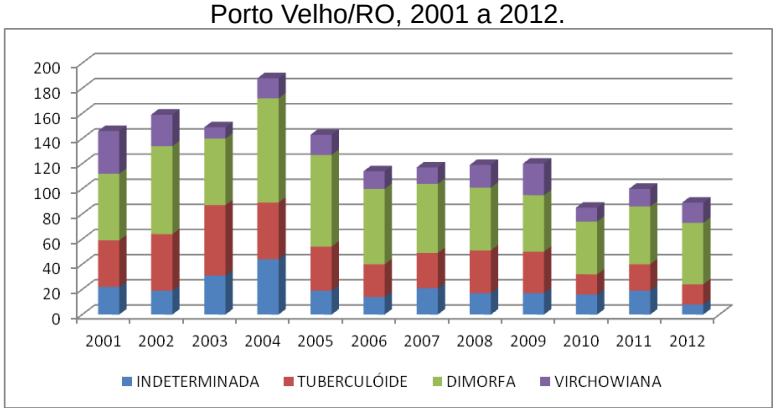
Fonte: Sinanw/DVEA/SEMUSA/PMPV. Dados acessados em 19/11/2012.

O diagnóstico é essencialmente clínico e epidemiológico, realizado por meio da análise da história e condições de vida do paciente, do exame dermatoneurológico para identificar lesões ou áreas de pele com alteração de sensibilidade e/ou comprometimento de nervos periféricos (sensitivo motor e/ou autonômico).

Os doentes com muitos bacilos (multibacilares-MB) sem tratamento – hanseníase virchowiana e hanseníase dimorfa – são capazes de eliminar grande quantidade de bacilos para o meio exterior (carga bacilar de cerca de 10 milhões de bacilos presentes na mucosa nasal).

A figura 34 mostra que a forma Dimorfa representa importante percentual dentre todas as formas identificadas, sugerindo a importância doença no município de Porto Velho.

Gráfico 43 - Hanseníase por Forma e Ano de Diagnóstico.
Porto Velho/RO, 2001 a 2012.



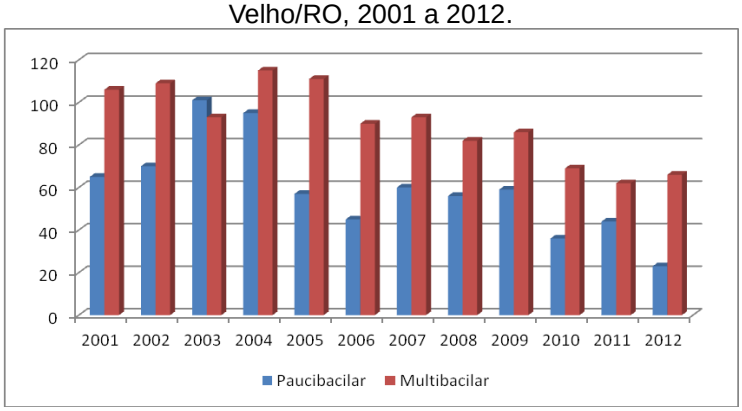
Fonte: SINAN NET/ DVEA /SEMUSA /Porto Velho. Dados acessados em 20/11/2012.

A classificação operacional visando o tratamento com poliquimioterapia é baseada no número de lesões cutâneas de acordo com os seguintes critérios:
PAUCIBACILAR (PB) – casos com até cinco lesões de pele;
MULTIBACILAR (MB) – casos com mais de cinco lesões de pele.

A baciloscopia de pele (esfregaço intradérmico), quando disponível, deve ser utilizada como exame complementar para a classificação dos casos em PB ou MB. A baciloscopia positiva classifica o caso como MB, independentemente do número de lesões. O resultado negativo da baciloscopia não exclui o diagnóstico de hanseníase.

A figura 35 mostra que a maioria dos casos diagnosticados no município de Porto Velho, foram classificados como multibacilar em todos os anos da série histórica. Considerando que este se constitui no grupo com maior potencial de contagio, se mantendo como fonte de infecção, enquanto o tratamento especifico não for iniciado. Este dado ratifica a importância da doença no cenário municipal e a necessidade da adoção de medidas de controle.

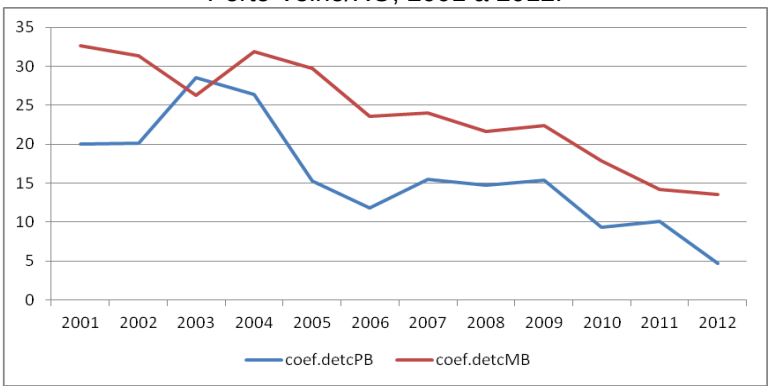
Gráfico 44 - Casos de Hanseníase por Classificação Operacional e Ano de Diagnóstico. Porto Velho/RO, 2001 a 2012.



Fonte: SINAN NET/ DVEA /SEMUSA /Porto Velho. Dados acessados em 19/11/2012.

A figura 36 mostra o coeficiente de detecção de Hanseníase segundo forma e ano de diagnóstico. A análise da figura indica que a detecção de casos novos da doença ocorre tardiamente. No ano de 2011, o município registrou 106 casos da doença, (44 paucibacilar e 62 multibacilar) com coeficiente de detecção de 10,09 /100 mil habitantes paucibacilar e 14,22/100 mil habitantes multibacilar estando o município classificado como muito endêmico para transmissão da doença.

Gráfico 45 – Coeficiente de detecção de casos de Hanseníase segundo forma e Ano de Diagnóstico. Porto Velho/RO, 2001 a 2012.



Fonte: SINAN NET/ DVEA /SEMUSA /Porto Velho. Dados acessados em19/11/2012.

Medidas adotadas para o enfrentamento do problema

Visita mensal de Supervisão nas Unidades de Saúde da zona urbana de Porto Velho;
Visitas domiciliares aos pacientes faltosos ao tratamento da hanseníase;
Reuniões com diretores das Unidades de Saúde para informação sobre o comportamento da doença no município;
Reuniões de monitoramento e avaliação com enfermeiros das Unidades de Saúde;
Atividade educativa alusiva ao dia mundial da hanseníase, em parceria com a Universidade Federal de Rondônia;

Metas pactuadas na PASS:

100% das US da rede municipal notificando, investigando e manejando oportunamente os casos suspeitos de Hanseníase;
Curar no mínimo 89% dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das cortes;
Examinar 100% dos contatos intradomiciliares dos casos novos de hanseníase diagnosticados na faixa etária de < de 15 anos;

Alcance da meta

41,66% (15 US municipais notificaram casos no 2º semestre / 36 US);

66,3% Cura - coorte 2012 - (Cura PB = 25 Total PB = 37; Cura MB = 30 Total MB = 46; Cura PB+MB = 55 Total PB+MB = 83).Parâmetro precário. Dado acessado em 03.12.2012;
55,5% (236 contatos registrados /131contatos examinados).Parâmetro regular. Dado anual, acessado em 03.12.2012.

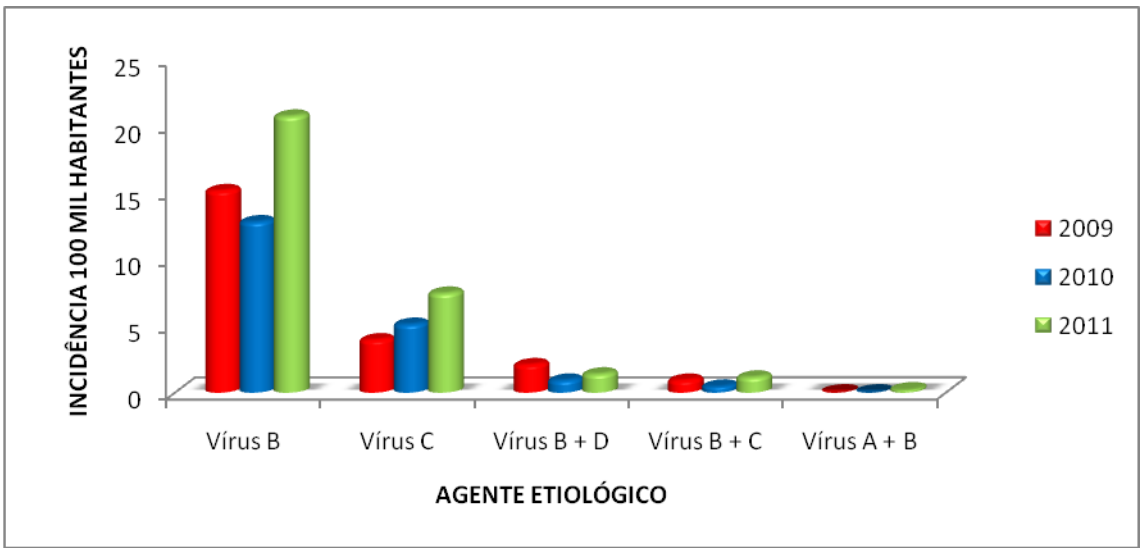
4.5 Hepatites virais

AÇÃO: Notificar e investigar oportunamente os casos suspeitos de Hepatites.
METAS:
Confirmar por sorologia, no mínimo 93% dos casos notificados de hepatite B.
100% dos casos notificados de hepatites encerrados de forma oportuna.
100% das gestantes cadastradas no SIS-Prenatal com exame de hepatite realizado, conforme protocolo do pré-natal.
As hepatites virais são um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. São doenças de notificação compulsória no Brasil e se caracterizam por alta frequência e distribuição heterogênea nas diferentes regiões brasileiras. São provocadas por diferentes vírus hepatotrópicos, que apresentam características epidemiológicas, clínicas e laboratoriais distintas. Possui distribuição universal e observam-se diferenças regionais na ocorrência e magnitude destas em todo o mundo, variando, de acordo com o agente etiológico. Tem grande importância para a saúde pública em virtude do número de indivíduos acometidos e das complicações resultantes das formas agudas e crônicas da infecção (Brasil, 2010 Guia de Vigilância Epidemiológica).
Do ponto de vista epidemiológico, os agentes etiológicos mais relevantes são os vírus A, B, C, D e E. Quanto às formas de transmissão, as hepatites virais podem ser classificadas em dois grupos: a transmissão fecal-oral (vírus A e vírus E), que tem seu mecanismo de transmissão ligado à condição de saneamento básico e higiene pessoal, da água e dos alimentos. O segundo grupo (vírus B, vírus C e vírus D), a principal via de transmissão para a hepatite B é a sexual, sendo esta via de transmissão incomum para hepatite C, podem também ser transmitidas via parenteral e vertical. Os indivíduos suscetíveis a hepatite B também os são para D. (Brasil 2008)

4.5.1 Hepatites virais no município de Porto Velho

Segundo o censo do IBGE 2010, o município conta com 426.558 habitantes, destes, 391.014 (91,67%) são residentes na zona urbana e 35.554 (8.33%), na zona rural. No período de 1970 a 2010, identificou-se importante crescimento da população urbana no município.
Estes resultados são reflexos de profundas mudanças no município, ocasionado principalmente, pela construção de duas grandes usinas hidrelétricas no Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau. O cenário que se projeta sob a ótica da construção destas usinas hidrelétricas, diante de perspectiva de investimentos econômicos, altera a dinâmica socioeconômica e ambiental do município. Observa-se novamente, importante incremento populacional, atraídos pelas perspectivas de empregos gerados direta ou indiretamente pelos empreendimentos oriundos de municípios e estados vizinhos como também de outros países.
Em Porto Velho temos em média 224 casos das hepatites virais/ano, com importante transmissão pelo vírus B,C, B+C e B+D. O gráfico mostra a classificação etiológica das hepatites virais, notificadas no período de 2009 à 2011, onde observa-se que em todos os anos há predominância de casos de hepatite B e C.

Gráfico 46 - Incidência por Classificação Epidemiológica do Município de Porto Velho/RO, 2009 a 2011



Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 16/07/2012

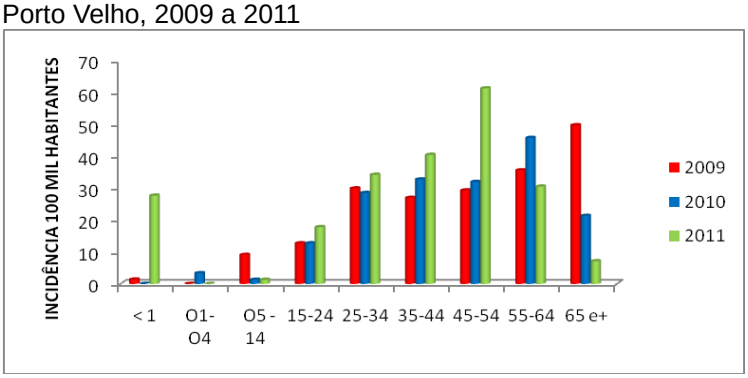
Tabela 16 – Número de casos das Hepatites Virais segundo a classificação etiológica. Porto Velho/RO, 2009 a 2011

Classificação etiológica	**2009**	**2010**	**2011**
Descartado	25	83	41
Vírus A	79	28	64
Vírus B	78	73	92
Vírus C	22	23	41
Vírus B+D	9	4	7
Vírus B+C	5	4	9
Vírus B+A	0	1	3
Total	**218**	**216**	**257**

Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 16/07/2012

As hepatites virais de transmissão parenteral incluindo as do tipo B,C e B+D em 2009, tiveram registros de 109 casos. Em 2010, tiveram registros de 100 casos e em 2011, tiveram registros de 140 casos. Como podemos observar a uma oscilação entre os números de casos em cada ano, porém a base de dados de notificação apresenta algumas deficiências que impõem cautela na interpretação dos valores encontrados. Com relação às hepatites com transmissão fecal-oral, 2009 foi o ano de maior ocorrência da hepatite A.

Gráfico 47 - Incidência da Hepatite B por faixa etária do Município de Porto Velho, 2009 a 2011



Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 16/07/2012

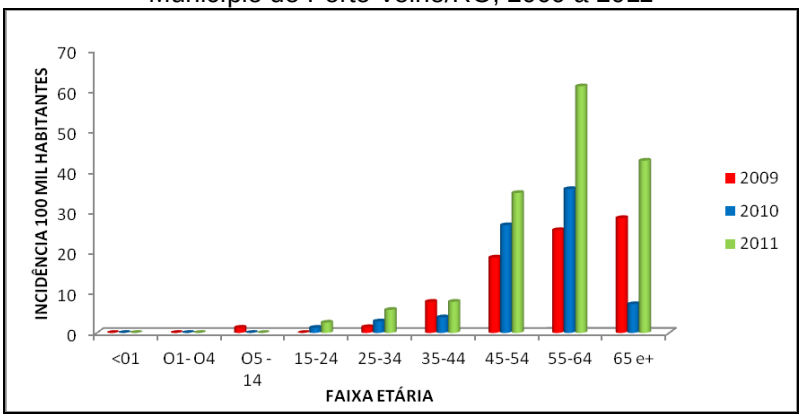
O figura 43 demonstra a evolução histórica das hepatites virais ao longo desses últimos 3 (três) anos, com ocorrência em pacientes dentro das faixas etárias de <1 ano à 65+. Neste período os pacientes de 25 á 34 anos, apresentam uma média de ocorrência ascendente, com certo grau de semelhança comparado aos pacientes com 45 á 54 anos. Podemos também observar que a maior incidência de casos de hepatite B está nas faixas etária de 25 a 54 anos.

Tabela 17 - Distribuição das Hepatites Virais por faixa etária.
Porto Velho/RO, 2009 a 2011

Faixa/Etária Ano	2009	2010	2011
> 1 ano	03	09	05
01- 04	16	11	09
05-14	61	27	46
15-24	30	38	41
25-34	30	44	44
35 - 44	24	28	36
45 – 54	29	31	44
55 – 64	13	23	20
65+	12	05	12
TOTAL	**218**	**216**	**257**

Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 16/07/2012

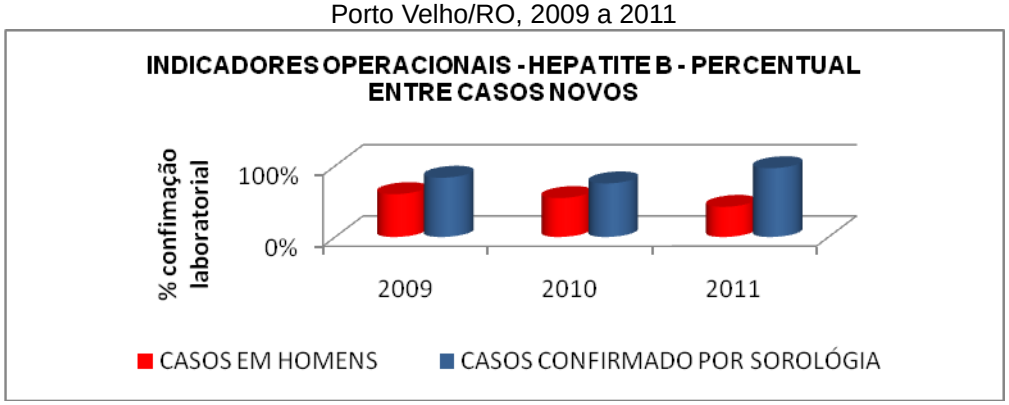
Gráfico 48 - Incidência da Hepatite C por faixa etária do Município de Porto Velho/RO, 2009 a 2011



Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 16/07/2012

Pode-se observar dentro dessa série histórica que no ano de 2011 tivemos altos índices de hepatite C nas faixas etárias de 55 – 64 anos. Apesar do alto número de infectados ainda há pouco se sabe sobre as fontes de infecção, tendo em vista que hepatite C ser uma doença silenciosa e assintomática.

Gráfico 49 - Indicadores operacionais Hepatite B.
Porto Velho/RO, 2009 a 2011



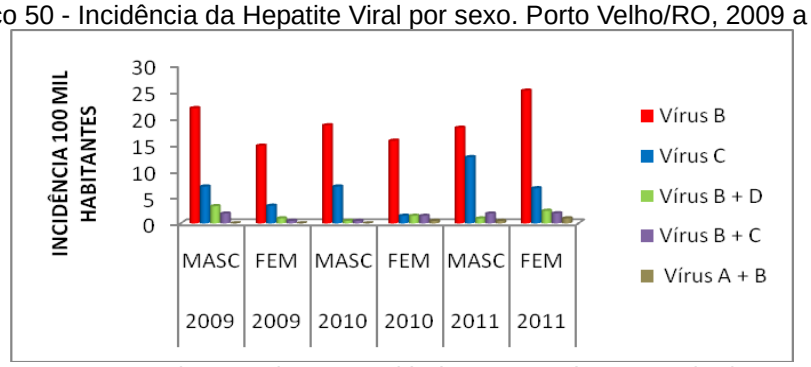
Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 16/07/2012

O figura 45 ilustra o percentual de confirmação laboratorial da hepatite B no município de Porto Velho. No ano de 2011 tivemos 97% dos casos confirmados por sorologia superando com isso a Meta PAVS – Confirmação por sorologia de no mínimo 90% dos casos de hepatite B.

Tabela 18 - Distribuição das Hepatites Virais, segundo o sexo.
Porto Velho/RO, 2009 a 2011

SEXO	2009	2010	2011
MASCULINO	127	105	123
FEMININO	91	111	134
TOTAL	218	216	257

Gráfico 50 - Incidência da Hepatite Viral por sexo. Porto Velho/RO, 2009 a 2011



Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 16/07/2012

Podemos observar que dentro da série analisada não houve muita diferença no número de casos de hepatites virais entre o sexo masculino e feminino.

Metas pactuadas na PASS:

Para o alcance das metas pactuadas na PASS, destacamos:
Confirmar por sorologia, no mínimo 93% dos casos notificados de hepatite B;
100% dos casos notificados de hepatites encerrados de forma oportuna;
100% das UBS realizando testes sorológicos para hepatite B e C;
100% das gestantes cadastradas no SIS Prenatal com exame de hepatite realizado, conforme protocolo do pré-natal;
Alcance da meta

100% (90 casos de Hepatite B notificados e confirmados por sorologia);
100% (90 casos notificados encerrados oportunamente);
Os exames sorológicos estão disponíveis em 100% da rede municipal, no entanto alguns dos marcadores somente são realizados mediante solicitação médica. A referência para a assistência dos casos confirmados continua sendo o Cemetron/Cepem, sendo que o município está em processo de estruturação do serviço.
31,76% (2.340 gestantes das gestantes cadastradas no SIS-Prenatal com exame de hepatite realizado, segundo o protocolo/7.366 gestantes cadastradas no SIS-Prenatal).

4.6 Influenza

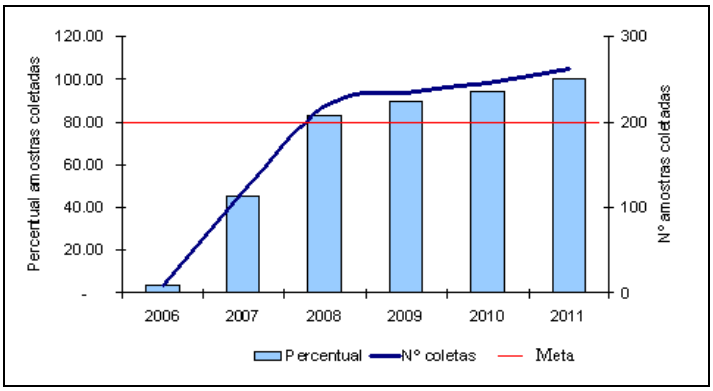
AÇÃO: Realizar monitoramento da circulação do vírus influenza em serviço sentinela, compondo a estratégia nacional.

META: Coletar no mínimo 80% de amostras clínicas do vírus em relação ao preconizado.

É uma infecção viral aguda do sistema respiratório, causada pelo vírus influenza, de distribuição global e elevada capacidade de transmissibilidade. A influenza e suas complicações (principalmente as pneumonias) são responsáveis por um volume significativo de internações hospitalares no país.
O principal objetivo da vigilância epidemiológica da influenza é o desenvolvimento de medidas de prevenção e controle do agravo quando da identificação de situações particulares de risco, tais como:

Detectar os casos suspeitos de doença respiratória aguda grave;
Identificar e monitorar os surtos de síndrome gripal em ambientes fechados como escolas, empresas, creches dentre outros ambientes similares;
Reduzir a ocorrência das formas graves da doença e da ocorrência de óbitos;
Monitorar as complicações da doença.
Desde o ano de 2006, o Ministério da Saúde tem trabalhado para a consolidação da implementação de serviços sentinelas para Influenza, objetivando traçar o perfil epidemiológico da circulação dos vários tipos de vírus influenza no Brasil. O município de Porto Velho implantou o referido serviço na Unidade de Saúde da Família José Adelino, compondo o arcabouço de unidades de saúde selecionadas em parceria com o Ministério da Saúde, para atuarem na detecção oportuna de vírus com o potencial de provocar episódios epidêmicos como o registrado no ano de 2009. Os serviços sentinelas da influenza contribuem ainda, para a produção de vacinas contra os vírus da gripe com espécimes circulantes no país.
A Figura 42 mostra a evolução percentual e o número de amostras coletadas no serviço sentinela para influenza da USF José Adelino, município de Porto Velho, no período de 2006 a 2011. Observamos que o processo de implementação do serviço se deu de forma gradativa, com a coleta de 9 amostras, correspondendo a 3,50% da meta para o ano de 2006, passando para 246 amostras coletadas em 2010, correspondendo a 94,60% da meta pactuada e em 2011, foram coletadas 263 amostras, correspondendo a 100%, com incremento de 20% em relação a meta pactuada.

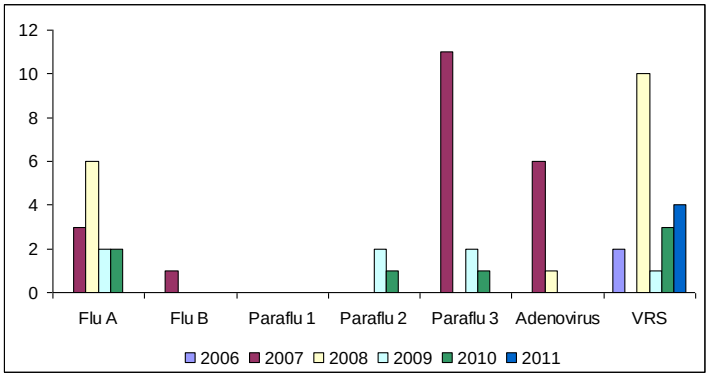
Gráfico 51 - Percentual e número de amostras coletadas no Serviço Sentinela Municipal para Influenza. Porto Velho/RO, 2006 a 2011



Fonte: SIVEP_GRIPE/DEVEA/SEMUSA,dados acessados em 01.02.2012.

A proposta do Ministério da Saúde em relação ao quantitativo de amostras a serem coletadas é de 5 amostras por SE, sendo a meta PAVS de 80% do total de amostras em relação ao preconizado, o que corresponde a 4 coletas por SE.
A figura 43 mostra o número e o tipo de vírus detectados no serviço sentinela USF José Adelino, município de Porto Velho, no período de 2006 a 2011. Observamos que com o passar dos anos, o serviço tornou-se de melhor qualidade permitindo a identificação de várias espécimes do vírus da influenza, mostrando ser um serviço capaz de predizer a circulação viral local de forma oportuna norteando o desenvolvimento de ações e medidas de controle pertinentes para a prevenção de possíveis surtos e epidemias.

Gráfico 52- Número e tipo de vírus detectados no serviço sentinela municipal para Influenza. Porto Velho/RO, 2006 a 2011



Fonte: SIVEP_GRIPE/DEVEA/SEMUSA,dados acessados em 04/08/201.

Conforme a figura 43 mostra, no ano de 2008 o VRS foi responsável por 58,82% das amostras positivas e o vírus influenza A foi identificado em 35,29% do total de amostras positivas. Em 2009, o vírus influenza A foi o vírus com o maior percentual identificado com 28,57% confirmando a situação epidemiológica da pandemia de influenza A H1N1 registrada no ano. Nos anos de 2010 e 2011, o Vírus Respiratório Sincicial – VRS, foi responsável por 42,86% e 100% respectivamente das amostras positivas coletadas, demonstrando a sensibilidade do serviço e a necessidade da manutenção da vigilância da influenza.

No ano de 2011 foram coletadas 263 amostras no Serviço Sentinela para Influenza, com 4 amostras positivas para o VRS, correspondendo a 100% da meta quantitativa pactuada. Analisando a meta sob o enfoque qualitativo, ressaltamos que apesar do alcance da meta quantitativa, o monitoramento contínuo das amostras coletadas por semana epidemiológica, mostra fragilidades com o registro de 19,23% (10 semanas epidemiológicas) com coleta abaixo da meta pacutada, reforçando a necessidade do monitoramento continuo no serviço sentinela.

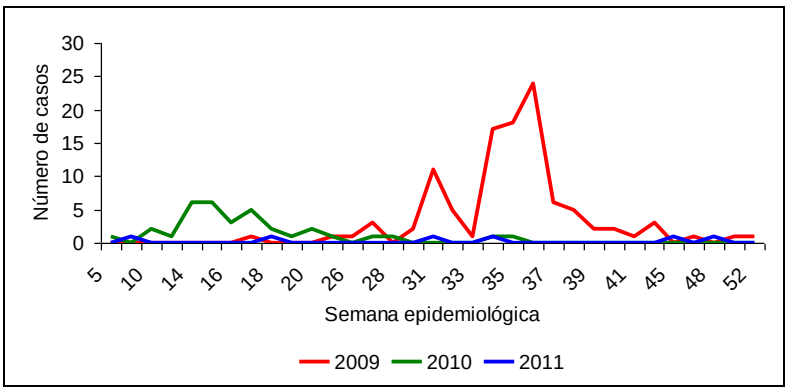
Até a semana epidemiológica 45 do ano de 2012, foram coletadas 219 amostras, das quais, 5 foram positivas. Sendo 2 FLU A, 2 FLU B e 1 adenovirus, com um percentual de alcance da meta pactuada de 95.2%.

4.6.1 Epidemia de influenza no município de porto velho e as estratégias adotadas para a organização das ações e serviços de saúde

No ano de 2009, o Brasil registrou a epidemia de Influenza A H1N1, Porto Velho, a exemplo do país, também registrou casos da doença. A epidemia no município, seguiu os padrões nacionais com a apresentação de três picos ou ondas epidêmicas. Os primeiros casos foram registrados a partir da semana epidemiológica 18 com a ocorrência da primeira onda na semana epidemiológica 27 com um registro de 3 casos suspeitos, a segunda onda epidêmica na semana epidemiológica 31 com a notificação de 11 casos suspeitos e na seqüência a terceira onda com a notificação de 36 casos suspeitos, conforme figura 48.

No ano de 2009, Foram confirmados 34 casos de Influenza A H1N1, com coeficiente de incidência de 8,88/100.000 habitantes. Foi registrado um óbito por Influenza A H1N1 de um residente de Porto Velho, apresentando uma Taxa de Letalidade de 2,94%. A partir de então, foram registrados casos esporádicos da doença.

Gráfico 53- Número de casos notificados de Influenza A H1N1, segundo semana epidemiológica, Porto Velho/RO, 2009 a 2011



Fonte: V.E Influenza/DVEA. Dados acessados em 08.09.2011.

O município adotou protocolos (Nota Técnica da Influenza e utilização do Fluxograma de Atendimentos e notificação, conforme Anexo 1) de assistência aos casos suspeitos, os quais foram implantados em todas as unidades de saúde, públicas e privadas, através de capacitações em serviço, uma forma resolutiva para enfrentamento da situação. O adequado manejo dos casos resultou em uma baixa Taxa de Letalidade considerando as características de transmissibilidade do Vírus Influenza A H1N1.

O fluxo de atendimento previsto teve como porta de entrada, os serviços de atenção básica, seguindo uma classificação de risco, sendo os casos de média complexidade encaminhados as Unidades de Pronto Atendimento com funcionamento de 24 horas, (com oxímetro de pulso ou de oxigenoterapia). Ainda de acordo com o fluxo todos os casos identificados como de risco ou com a existência de comorbidades associadas foram encaminhados para o Centro de Medicina Tropical de Rondônia-Cemetron, hospital de referência.

Metas pactuadas na PASS:

Para o alcance das metas pactuadas na PASS, destacamos:

Coletar no mínimo 80% de amostras clínicas do vírus em relação ao preconizado;

1 boletim anual publicado.;

Divulgação de nota técnica para organização dos serviços de vigilância da influenza, frente às necessidades demandadas diante da circulação viral identificada e da detecção de surtos e epidemias;

Alcance da meta

Dados parciais referente ao ano de 2012, onde até a semana epidemiológica 45 foram coletadas 219 amostras, mostram os seguintes resultados:

95,2% (foram coletadas 219 amostras, sendo 5 positivas, sendo 2 FLU A, 2 FLU B e 1 adenovirus);

100% (foi publicado um 1 boletim com dados referente ao ano de 2011);

100% (foi distribuída para todas as unidades de saúde públicas e privadas, nota técnica e cartaz sobre manejo clínico da influenza).

4.7 Leishmaniose Tegumentar Americana

AÇÃO: Notificar e investigar oportunamente os casos suspeitos de Leishmaniose Tegumentar Americana.

META: 85% dos casos de Leishmaniose Tegumentar Americana tratados e curados de acordo com o protocolo clinico/Ministério da Saúde.

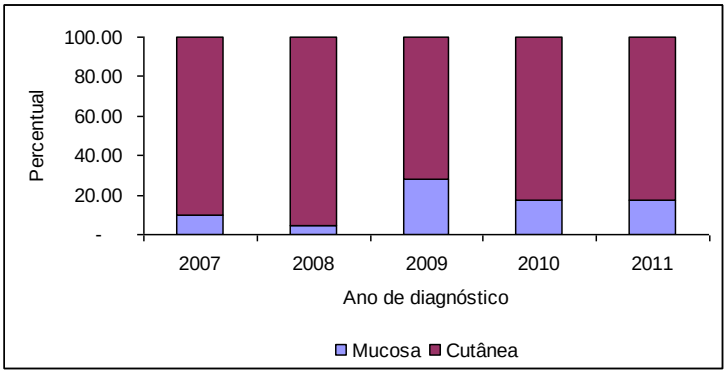
A Leishmaniose Tegumentar Americana – LTA é uma doença infecciosa, consideradas um importante problema de saúde publica, causada por protozoários do gênero Leishmania, que acomete pele e mucosas. É considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como uma das seis mais importantes doenças infecciosas, pelo seu alto coeficiente de detecção, pelas dificuldades terapêuticas e capacidade de produzir deformidades e seqüelas. Ela vem ocorrendo de forma endêmico-epidêmica apresentando diferentes padrões de transmissão, relacionados não somente à penetração do homem em focos silvestres, freqüentemente em áreas de expansão de fronteiras agrícolas, podendo ser considerada uma doença ocupacional.

No Brasil, no período de 1988 a 2007, a Leishmaniose Tegumentar Americana apresentou média anual de 27.736 casos autóctones registrados e coeficiente de detecção médio de 17,3 casos

por 100.000 habitantes. A região norte vem contribuindo com o maior número de casos, cerca de 36% do total de casos registrados no pais.

Em Porto Velho, a doença representa um importante problema de saúde pública, com registro de casos na zona rural e núcleos urbanos da zona rural. No período de 2001 a 2010, foram registrado 4.652 casos novos da doença. Destes, 88,71% foram em pessoas do sexo masculino. A figura 45 mostra que a maioria dos casos foram da forma clínica cutânea (86%).

Gráfico 54 – Distribuição percentual dos casos de leishmaniose tegumentar americana, segundo ano de diagnóstico e forma clínica. Porto Velho/RO, 2007 a 2011



Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 02/02/2012

A tabela 19 mostra que 87,3% dos casos registrados, estão na faixa etária de 15 a 64 anos, e 91,6% desenvolvem atividade econômica relacionadas a área rural Este vai ao encontro da literatura, que refere a ocorrência da doença em ambientes de expansão agrícola, extrativismo mineral e vegetal. Trabalhador agropecuário representa a principal categoria registrada no Sinan.

Tabela 19 - Distribuição dos casos de leishmaniose segundo o ano e a faixa etária.
Porto Velho/RO, 2007 a 2011.

Fx Etaria SINAN	2007	2008	2009	2010	2011
<1 Ano	1	1	-	1	-
01-04anos	1	2	-	2	-
05-09anos	3	4	1	-	-
10-14anos	3	5	7	2	5
15-19	12	12	12	5	1
20-34	31	53	24	28	19
35-49	30	31	25	17	20
50-64	10	7	16	12	8
65-79	4	2	7	-	4
80 e+	-	-	-	1	-
Total	95	117	92	68	57

FONTE SINAN – PVH: Dados sujeitos a alteração.

Metas pactuadas na PASS:

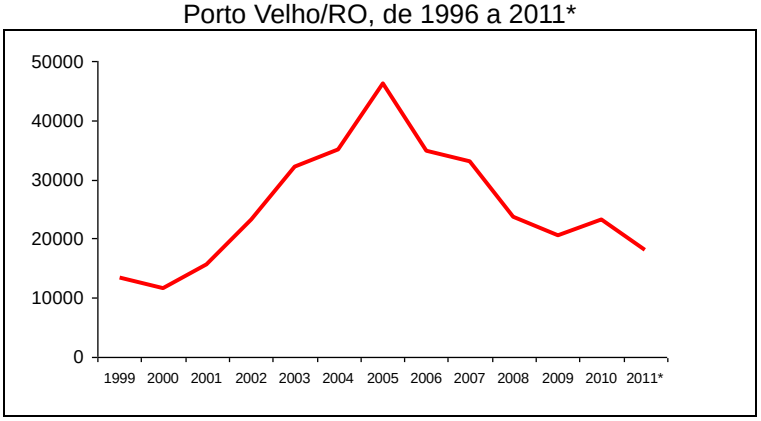
Para o alcance das metas pactuadas na PASS, destacamos:
85% dos casos de Leishmaniose Tegumentar Americana tratados e curados de acordo com o protocolo clinico/Ministério da Saúde;
100% dos casos notificados de LTA encerrados de forma oportuna.

Alcance da meta
28,07% (57 casos notificados / 16 casos curados);
37,57% (57 casos notificados / 18 casos encerrados de forma oportuna).

4.8 Malária

AÇÃO: Implementar ações de vigilância para o controle da malária.
META: Reduzir o Índice Parasitário Anual da Malária em 10%.
A malária é importante problemas de saúde para o município de Porto Velho (Figura 46), representando no ano de 2010, 54% dos casos registrados no estado de Rondônia. Em 2011 foram registrados 19.248 casos da doença, sendo 18.261 *p. vivax* e 988 *P. falciparum.* O município apresentou redução de 17,20;% em relação ao ano anterior; e redução de 49,22% % de *P. falciparum*.

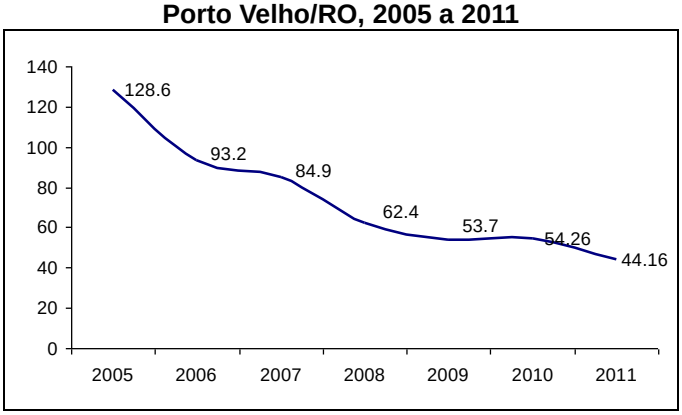
Gráfico 55 - Número de casos de malária notificados em
Porto Velho/RO, de 1996 a 2011*



Obs.: * 2011: Dados parciais, acessados em 02 de fevereiro de 2012.
Fonte: www.saude.gov.br/sivep_malária.

A Incidência Parasitária Anual – IPA, indicador que mede o risco de transmissão da doença, variou de 123.81/1000 hab. (alto risco) em 2005, para 44,17/1000 hab. (médio risco) em 2011, conforme mostra a figura 47. Os resultados de 2011 demonstram importante redução no risco de transmissão no período de 2005 a 2011, inclusive com a mudança na classificação do município de alto risco para médio risco e com redução da Incidência Parasitária Anual de 22,85% em relação ao ano anterior.

**Gráfico 56 – Incidência Parasitária Anual, segundo ano de notificação.
Porto Velho/RO, 2005 a 2011**



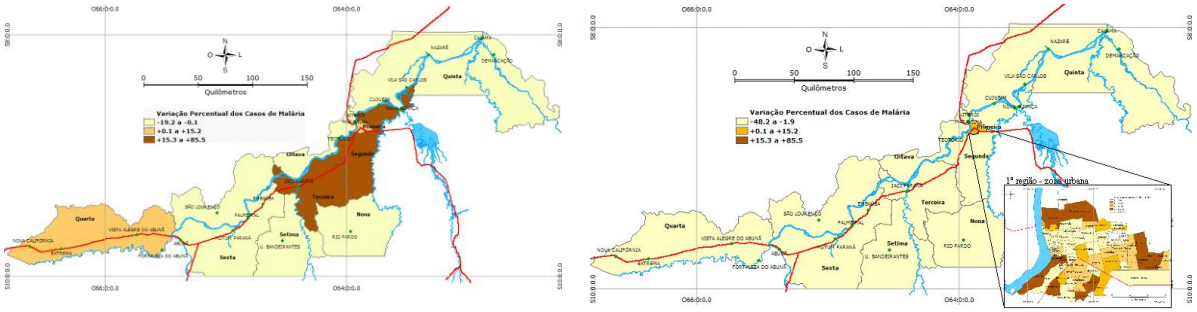
Fonte: SIVEP_Malaria Semusa/P.Velho-RO. Dados acessados em 05 de janeiro de 2012. *2011 sujeitos a alteração.

O município é dividido estrategicamente, com base no perfil entomo-epidemiológico em nove regiões, conforme mostra a figura 52. A doença não se distribui de forma homogênea. A figura 48 mostra a variação percentual nos anos de 2010 e 2011, onde é possível identificar os avanços do controle em cada uma destas.

Gráfico 57 – Variação espacial do percentual dos casos de malária
por região em Porto Velho/RO, 2010 e 2011

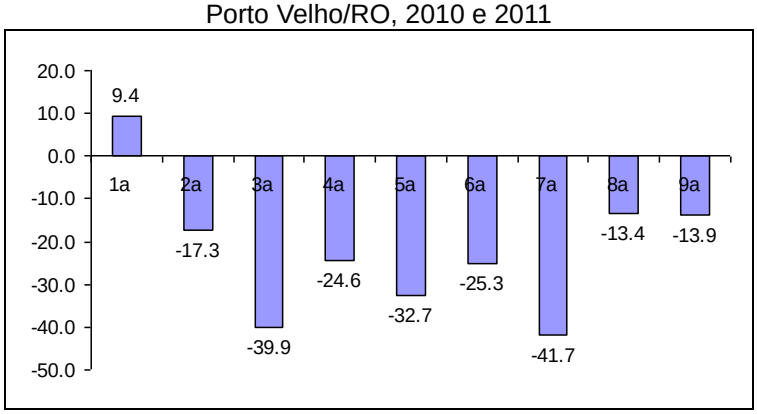
2010

2011



Fonte: Sivep-Malária - Atualizados em 02.02.2012. Dados sujeitos à alterações.
Das 9 regiões existentes, apenas a primeira região, que corresponde à área urbana do município, (figura 50), registrou incremento (9,4%) em relação ao ano de 2010.

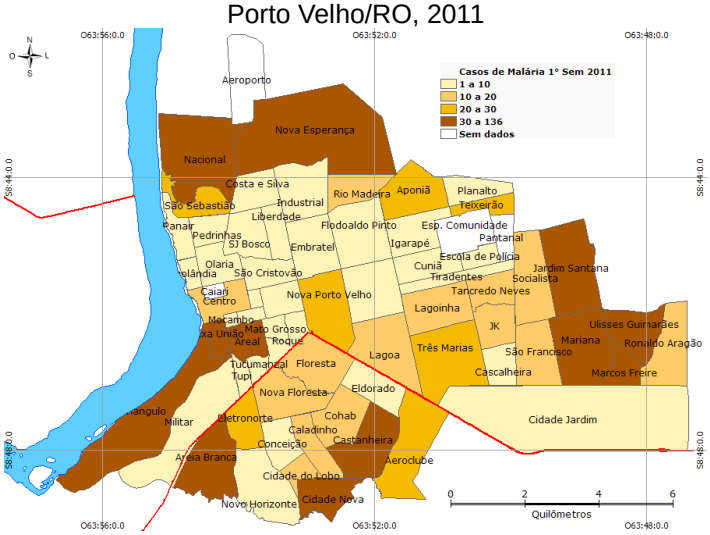
Gráfico 58- Variação percentual do número de casos de malária por regiões de Porto Velho/RO, 2010 e 2011



Fonte: Sivep-malaria – SEMUSA P.Velho.

A zona urbana (Figura 50), fortemente influenciada pelos movimentos populacionais, os casos de malária concentram-se principalmente nos bairros periféricos, onde registra-se a instalação de ocupações desordenadas em importante escala e onde também, encontram-se importantes coleções hídricas com criadouros permanentes e temporários.

Gráfico 59 – Número de casos de malária por bairro de ocorrência. Porto Velho/RO, 2011



Fonte: Sivep-Malária - Atualizados em 02.02.2012. Dados sujeitos à alterações.

Associados aos fatores de risco já existentes no município a construção das UHE do Rio Madeira, as UHE de Santo Antônio e Jirau, a exemplo dos grandes empreendimentos realizados na região Amazônica e com respaldo na literatura, potencializaram estes riscos. A UHE de Santo Antônio, atualmente está na fase de operação e a de Jirau já inicia os procedimentos burocráticos para o alcance desta fase, quando são esperadas algumas situações que podem potencializar ainda mais o risco de transmissão da doença. Atualmente identifica-se a formação de aglomerados populacionais desordenados, em áreas de risco, bem como alterações na dinâmica de formação de criadouros, com a formação do lago da Hidrelétrica de Santo Antônio no ano de 2012.

Em um primeiro momento, é esperada uma mudança importante nas características de criadouros de mosquitos do gênero ***Anopheles***. Nos primeiros meses de formação do lago, as condições da água tendem a ser impróprias para a reprodução de anofelinos, principalmente no que diz respeito a PH e níveis de oxigênio na água. No entanto com a estabilização do lago, a situação tende a se inverter, havendo a possibilidade da formação de novos criadouros e/ou a perenização de criadouros já existentes, o que propiciará o aumento da densidade anofélica na região e conseqüentemente, aumento de casos da doença.

Merece destaque o distrito de Jaci-Paraná, que já vem sofrendo fortes impactos nestes primeiros dois anos dos empreendimentos. No ano de 2010 o distrito registrou incremento de 85,40% em relação ao ano anterior. Atualmente, o distrito apresenta redução, no entanto continua sendo classificado como de altíssimo risco de transmissão. Com a estabilização do lago da UHE de Santo Antônio, o potencial de transmissão da doença será aumentado, pois é esperada a formação de novos criadouros. Vale ressaltar que dados preliminares da entomologia municipal já demonstram aumento na densidade anofélica na área.

Ações desenvolvidas para o alcance da meta

Nestas áreas, a Secretaria Municipal de Saúde investiu fortemente em ações estruturantes, priorizando o monitoramento do comportamento da doença e das ações executadas, objetivando a adoção de medidas de controle de forma oportuna; manutenção das condições necessárias à execução das metas pactuadas, tais como fornecimento dos insumos para diagnóstico e tratamento dos casos notificados e controle vetorial em áreas com potencial malarígeno e ações educativas e de mobilização social, vislumbrando principalmente, o diagnóstico e tratamento o mais precocemente possível.

Metas pactuadas na PASS:

Para o alcance das metas pactuadas na PASS, destacamos:
Reduzir o Índice Parasitário Anual da Malária em 10%;
Investigar no ambiente hospitalar, 100% dos óbitos por malária de residentes no município, registrados no SIM;
Realizar 12 reuniões para monitoramento;
Produzir 12 boletins eletrônicos anual;
Realizar 2 reuniões técnicas.

Alcance da metaL
-22,85% (redução do IPA 2011 em relação ao 2010);
20% (5 óbitos / 1 investigado);
83,33% (10 reuniões para monitoramento do PMCM realizadas

4.9 Meningite

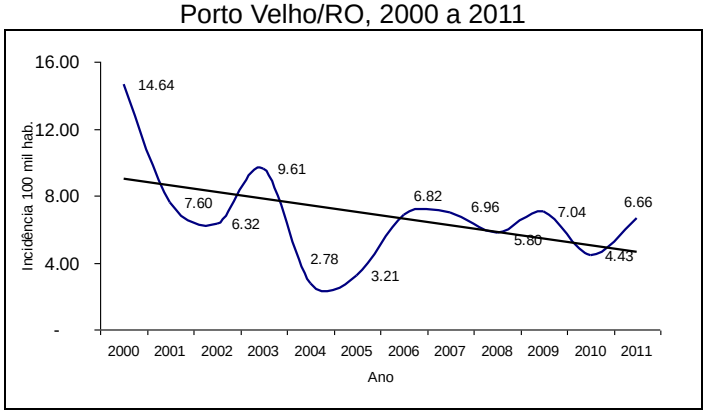
AÇÃO: Notificar e investigar oportunamente os casos suspeitos de Meningite.
META: Diagnosticar no mínimo 40% dos casos de meningite bacteriana por meio das técnicas: Cultura, Contra imunoeletroforese ou Látex.

A meningite constitui um problema complexo e multifacetado, por ser uma doença com diferentes etiologias, distintos impactos sobre a saúde pública e estratégias de prevenção e controle diversas. É relevante do ponto de vista da Saúde Pública, pela magnitude de sua ocorrência e pelo potencial de produzir surtos, epidemias e provocar seqüelas. O quadro clínico da doença pode variar de acordo

com a etiologia, mas em geral é grave e pode evoluir para óbito. A expressão epidemiológica das meningites depende de fatores como o agente infeccioso, existência de aglomerados populacionais, características socioeconômicas dos grupos populacionais afetados e do meio ambiente (clima). De modo geral, a sazonalidade da doença caracteriza-se pelo predomínio das meningites bacterianas no inverno e das meningites virais no verão, em locais com as estações climáticas bem definidas.
A doença tem distribuição global podendo provocar surtos ocasionais e epidemias em qualquer país do mundo e constitui um sério problema de saúde pública em alguns países de clima tropical, particularmente aqueles localizados na região semi-árida da África subsaariana, conhecida como "cinturão da meningite" e que se estende do Senegal até a Etiópia, afetando cerca de 15 países.
No Brasil, na década de 1970 e 1980 ocorreram epidemias de meningite meningocócica em várias cidades devido aos sorogrupos A, C e posteriormente, o B. A partir da década de 90, houve diminuição proporcional do sorogrupo B e aumento progressivo do sorogrupo C. Desde então, surtos isolados do sorogrupo C têm sido identificados e controlados no país. Atualmente ocorrem surtos de caráter sazonal, principalmente de Neisseria meningitidis e Streptococcus pneumoniae segundo Moraes e Barata, (2005). As populações mais carentes são as mais afetadas pela meningite, embora os fatores de risco para a doença não sejam totalmente compreendidos, uma combinação de condições (ambiente, moradia e organismo) é necessária para a ocorrência de uma epidemia. Contudo, a doença não pode ser considerada como própria da pobreza como a cólera e as geohelmintoses.

A figura 51 mostra a incidência da meningite segundo ano de diagnóstico no município de Porto Velho. A ocorrência de casos em todos os anos da série histórica demonstra a endemicidade da doença, com uma linha de tendência decrescente na série histórica de 2000 a 2011, passando de um coeficiente de incidência de 14.64/100.000 habitantes em 2000 para um coeficiente de incidência de 6.66/100.000 habitantes em 2011.

Gráfico 60 - Incidência de meningite segundo ano de diagnóstico.
Porto Velho/RO, 2000 a 2011



Linha de base 2006: 6.82/100 mil habitantes
Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 01.02.2012.

Observamos que do total de 303 casos confirmados, 50% são de etiologia não especificada e ou bacteriana não especificada, demonstrando que o problema da vigilância epidemiológica das meningites no município de Porto Velho é em parte decorrente de problemas na coleta, transporte e/ou processamento do líquor, demandando ações de organização dos serviços de saúde nos 3 níveis de gestão do SUS.

Atenção especial está sendo dada para a DM (doença meningocócica) considerando que apesar da tendência de queda dos casos de meningite na série histórica em referência, a DM vem aumentando significativamente o seu registro de casos e óbitos com o incremento de 700% no número de casos de DM quando comparado o ano de 2008 em relação ao ano de 2010. No ano de 2011, considerando a descontinuidade na oferta do suporte laboratorial da referência estadual, Lacen, só foi possível confirmar 1 caso de DM.
A tabela 20 mostra a distribuição dos casos de meningite bacterianas segundo etiolgia e faixa etária, residentes em Porto Velho, 2012.

Tabela 20 – Distribuição dos casos de meningite bacteriana segundo etiologia e faixa etária, residentes em Porto Velho/RO, 2012

Etiologia/ Faixa etária	<1ano	1 a 4	5 a 14	15 a 24	25 a 34	35 a 44	Total
MCC	-	-	-	-	1	-	1
MM	2	-	-	1	2	-	5
MB	1		1	1	2	1	6
MP	-	-	3	-	-	-	3
Total	3	-	4	2	5	1	15

Fonte: Sinan/DVEA/Semusa. Dados parciais, acessados em 31/10/2012.

Legenda:

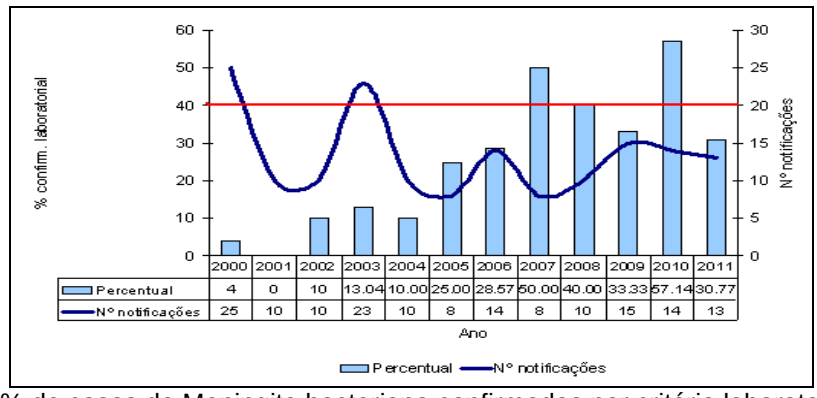
MCC - Meningite meningocócica com meningococcemia
MM - Meningite meningocócica
MB - Meningite bacteriana
MP - Meningite pneumocócica

Com a melhoria do suporte do Lacen na vigilância das meningites, observamos um incremento no registro de casos de DM, 6 casos, representando 40% do total de casos de meningite bacteriana no período. Chamamos a atenção para a ocorrência de casos de meningite bacteriana não especificada, perfazendo um total de 40% em relação ao total de registrados, o que representa uma demanda continua por parte da vigilância do agravo, tendo em vista a possibilidade do surgimento de surtos e epidemias por DM.

Os dados ora observados em relação a DM no município de Porto Velho, sugerem a associação com achados relativos ao ambiente construído e relativo ao incremento populacional que atualmente acomete o nosso município com a construção das UHE do rio Madeira, demandando ações oportunas e específicas da vigilância local, no sentido de identificar riscos reais para a produção de novos casos de meningite com destaque para a prevenção de riscos de surtos e epidemias.

A Figura 52 mostra o diagnóstico etiológico das meningites bacterianas na série histórica de 1999 a 2011. A análise mostra o comportamento do diagnóstico etiológico das meningites no período estudado o qual observamos importante variação no alcance da meta, demonstrando descontinuidade no suporte de laboratório, prejudicando o cumprimento da meta no ano de 2011, que reflete no adequado manejo clínico, com prejuízo na vigilância epidemiológica das meningites. Destacamos que no ano de 2000, apenas um caso notificado foi confirmado através do diagnóstico laboratorial (cultura). Em 2010, de 14 casos confirmados, 8 (57.14%) foi pelas técnicas de cultura e/ou látex.. No ano de 2011, considerando a descontinuidade da referência do LACEN na oferta do exame de látex, foi possível a confirmação de apenas 4 casos pelas técnicas referidas de um total de 13 casos notificados, com o cumprimento de 30.77% da meta pactuada. Em todos os anos em que confirmamos os casos, observamos a reprodução do padrão de circulação etiológica nacional da DM, com a predominância da meningite meningocócica sorogrupo C e *Streptococcus pneumoniae.*

Gráfico 61 – Percentual de meningites bacterianas confirmadas por meio de cultura, contraeletroforese ou látex, segundo ano de notificação.
Porto Velho/RO, 2000 a 2011



Meta PAVS - 40% de casos de Meningite bacteriana confirmados por critério laboratorial, em parceria

com LACEN

Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA,dados acessados em 02.02.2012. Dados sujeitos à revisão.

A partir do ano de 2003, a Secretaria de Vigilância em Saúde-SVS-MS instituiu o monitoramento do diagnóstico laboratorial das meningites bacterianas, estabelecendo metas percentuais a serem atingidas pelos estados e municípios com um incremento no percentual a ser pactuado anualmente. A pactuação da meta pavs para os anos de 2010 2011 foi de 40%.

No ano de 2011, foram notificados 33 casos suspeitos de meningites, destas 29 (87.87%), foram confirmados, dos quais, 13 foram classificados como meningites bacterianas. Das meningites bacterianas, 4 casos foram confirmadas pelo critério laboratorial (2 látex, 2 cultura), correspondendo a 30.77%.

A tabela 21 mostra o número de casos de meningite notificados no Sinan, segundo faixa etária e etiologia, residentes em Porto Velho, 2012.

Tabela 21 – Distribuição dos casos de meningite segundo faixa etária e etiologia, residentes em Porto Velho/RO, 2012

Etiologia/ Faixa etária	<1ano	1 a 4	5 a 14	15 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 +	Total
Descartado	-	3	1	1	3	2	-	1	11
MCC	-	-	-	-	1	-	-	-	1
MM	2	-	-	1	2	-	-	-	5
MB	1	-	1	1	2	1	-	-	6
MNE	-	1	1	-	-	-	-	-	2
MV	-	-	2	-	-	-	-	-	2
MOE	-	-	-	-	1	-	1	-	2
MP	-	-	3	-	-	-	-	-	3
Total	**3**	**4**	**8**	**3**	**9**	**3**	**1**	**1**	**32**

Fonte: Sinan/DVEA/Semusa. Dados parciais, acessados em 31/10/2012.

Legenda:

MCC - Meningite meningocócica com meningococcemia
MM - Meningite meningocócica
MB - Meningite bacteriana
MNE - Meningite não especificada
MV - Meningite viral
MOE - Meningite de outra etiologia
MP - Meningite pneumocócica

Dados parciais de 2012 registram 32 notificações de meningite, sendo confirmados 21 casos de meningite de várias etiologias, 15 (71,42%) são de meningite bacteriana, destas, 10 são meningite bacterianas identificadas pelas técnicas de látex e cultura, correspondendo a 66,67%, ultrapassando a meta pactuada para o ano de 2012, que foi de 40%.

A melhoria no alcance da meta, resulta do monitoramento continuo do indicador com destaque para a realização de reuniões técnicas com a presença do Lacen e das vigilâncias epidemiológicas hospitalares (HI Cosme e Damião, HPS João Paulo II, HB Dr. Ari Pinhero e Hospital Cemetron), no primeiro semestre, objetivando organizar os fluxos das amostras de liquor, bem como a sua realização nas unidades hospitalares, com supor do Lacen no controle de qualidade.

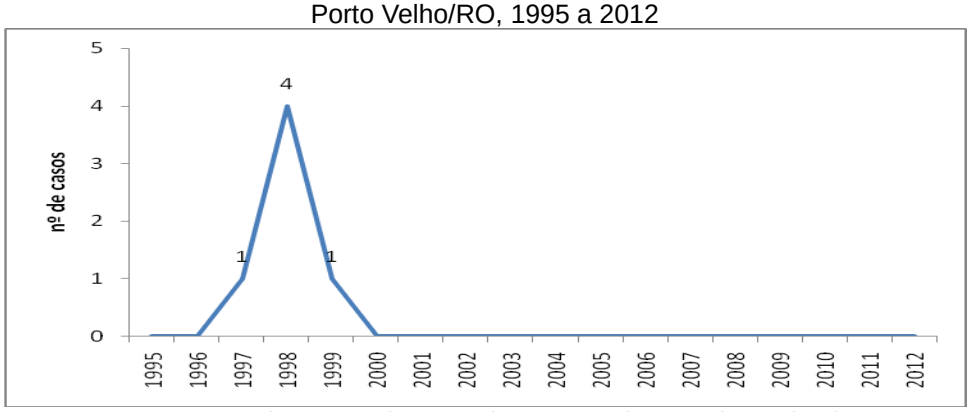
4.10 Profilaxia da raiva humana

A raiva é uma zoonose viral, que se caracteriza como uma encefalite progressiva aguda, apresentando letalidade de aproximadamente 100% e alto custo na assistência às pessoas exposta ao risco de adoecer e morrer. Todos os mamíferos são suscetíveis ao vírus da raiva e, portanto, podem transmiti-la. A doença apresenta dois principais ciclos de transmissão: urbano e silvestre, sendo o urbano passível de eliminação, por se dispor de medidas eficientes de prevenção, tanto em relação ao ser humano, quanto à fonte de infecção.

No Brasil, Raiva é endêmica, distribuída de forma heterogênea nas regiões. A região Norte, contribuiu com 19% dos casos de raiva humana no período de 1980 a 2008; Neste mesmo período

de 1980 a 2008, cães e gatos foram responsáveis por transmitir 79% dos casos humanos no Brasil; os morcegos, por 11%.
Nos anos de 2004 e 2005, foi registrado importante surto de raiva humana nos estados do Pará e Maranhão, com transmissão silvestre pelo morcego, o qual passou a ser o principal responsável pelos casos de raiva humana. Essa doença permanece sendo um agravo letal, embora tenha existido a cura por raiva, através do uso do Protocolo Americano de Milwaukee, que utiliza método de indução ao coma. No Brasil em 2009 ocorreu um caso em um jovem de 15 anos, em Floresta-PE, que foi agredido por quiróptera, teve cura, mas com seqüelas. O referido protocolo foi adaptado à realidade do Brasil para o uso de drogas de uso cotidiano em ambiente do serviço de saúde pública. No termo de responsabilidade do Protocolo de Recife, não assegura a cura da doença e enfatiza que as seqüelas físicas e neurológicas são irreversíveis.
Em Porto Velho, conforme mostra a figura 53, houve registro da raiva em humano em Porto Velho/RO, sendo que o última ocorrência no ano de 1999. O Centro de Controle de Zoonoses realiza entre suas ações inerentes, a observação de animais suspeitos, por um período de 10 dias conforme preconiza o Ministério da Saúde.

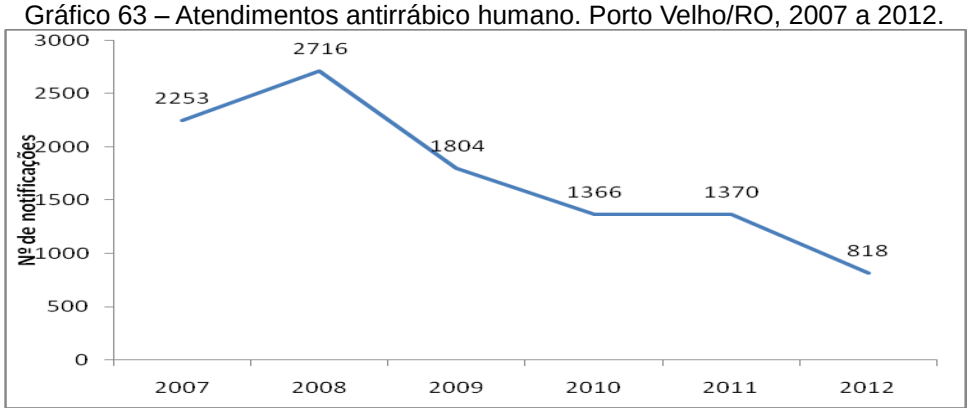
Gráfico 62 – Casos de raiva humana, segundo ano de notificação.
Porto Velho/RO, 1995 a 2012



Fonte: SINANET/SEMUSA/PV. Dados acessados em dezembro/2012.

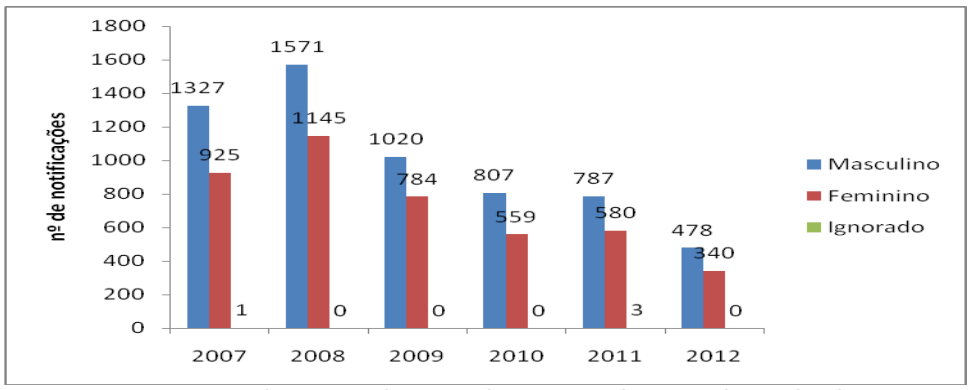
O figura 54 abaixo mostra o numero de casos notificados de atendimento antirrábico humano. Observamos na série histórica que o ano de 2008 apresentou o maior número de atendimentos havendo um decréscimo a partir de então.

Gráfico 63 – Atendimentos antirrábico humano. Porto Velho/RO, 2007 a 2012.



Fonte: SINANET/SEMUSA/PV. Dados acessados em dezembro/2012.
Em relação ao sexo da pessoa agredida, a figura 55 , mostra que em média 58% dos casos são no sexo masculino.

Gráfico 64 - Número de notificações para o tratamento antirrábico,
segundo sexo da pessoa agredida. Porto Velho/RO, 2007 a 2012



Fonte: SINANET/SEMUSA/PV. Dados acessados em dezembro/2012.

Agressões por animais domésticos, cão e gatos, representam o maior percentual dos casos em todos os anos analisados. Foram notificados no período analisado conforme gráfico abaixo 21 agressões por quirópteros, 55 por macacos, 1 por raposa, 3 por herbívoros doméstico e 53 por outras espécies.

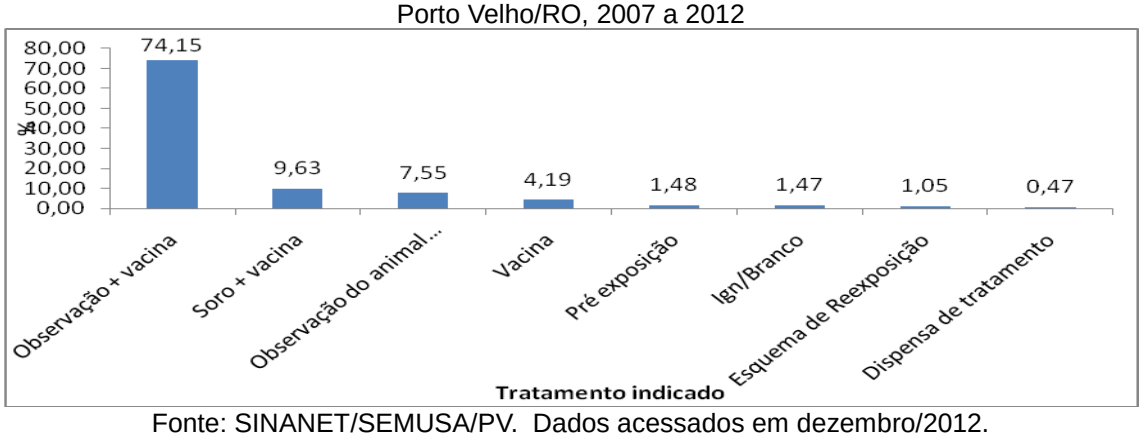
Tabela 22. Número de notificações para tratamento antirrábico, segundo espécie agressora. Porto Velho/RO, 2007 a 2012

Espécie animal agressor	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Canina	1978	2423	1601	1200	1188	677
Felina	246	259	183	151	154	134
Quiróptera (morcego)	06	06	03	02	02	02
Primata (macaco)	17	15	08	07	08	0
Raposa	0	01	0	0	0	0
Herbívoro Doméstico	0	01	02	0	0	0
Outra	06	11	07	06	18	05
Total	**2253**	**2716**	**1804**	**1366**	**1370**	**818**

Fonte: SINANET/SEMUSA/PV. Dados acessados em dezembro/2012.

Quanto à assistência aos usuários agredidos, a rede de saúde segue o protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde. Conforme a figura 56o maior percentual, de 74,15% dos casos o tratamento indicado foi de observação do animal mais a vacina, e o menor percentual foi de não recomendação da vacina.

Gráfico 65- Percentual do tipo de tratamento Indicado.
Porto Velho/RO, 2007 a 2012



Fonte: SINANET/SEMUSA/PV. Dados acessados em dezembro/2012.

Metas pactuadas na PASS:

Para o alcance das metas pactuadas na PASS, destacamos:
100% das US com protocolo para profilaxia da raiva humana implantado;
100% dos casos de agressão com risco eminente de contaminação pela raiva com profilaxia vacinal;
Alcance da meta

100% das US municipais com protocolo implantado;
100% dos casos de agressão com risco eminente de contaminação pela raiva com profilaxia vacinal.

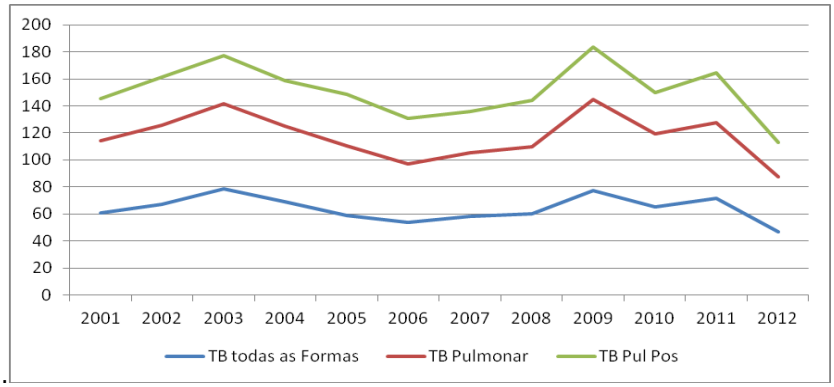
4.11 Tuberculose
AÇÃO: Notificar, investigar e encerrar oportunamente os casos suspeitos de Tuberculose.
META:

Curar no mínimo 85% dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados nos anos das coortes;
Examinar em 50% os contatos intradomiciliares dos casos novos de tuberculose, de acordo com as normas preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Tuberculose/MS.

A tuberculose continua sendo um importante problema de saúde mundialmente, exigindo o desenvolvimento de estratégias para o seu controle considerando aspectos humanitários, econômicos e de saúde pública.
O Brasil é um dos 22 países priorizados pela OMS (Organização Mundial de Saúde), que representam 80% da carga mundial de tuberculose, ocupando a 19ª posição em relação ao número de casos e a 104º posição em relação ao coeficiente de incidência. A distribuição dos casos está concentrada em 315 dos 5.564 municípios do país, correspondendo a 70% da totalidade dos casos.
É importante destacar que anualmente ainda morrem 4.500 pessoas por tuberculose, doença curável e evitável, sendo a 4ª causa de morte por doenças infecciosas e a 1ª causa de morte dos pacientes com AIDS (SIM).

A doença é transmitida por via aérea em praticamente a totalidade dos casos. A infecção ocorre a partir da inalação de núcleos secos de gotículas contendo bacilos expelidos pela tosse, fala ou espirro de doente com tuberculose ativa de vias respiratórias (pulmonar ou laríngea). Os bacilíferos, isto é, aqueles cuja baciloscopia de escarro é positiva, são a principal fonte de infecção. Diagnosticar e tratar correta e prontamente os casos de tuberculose pulmonar são as principais medidas para o controle da doença. Esforços devem ser realizados no sentido de encontrar precocemente o paciente e oferecer o tratamento adequado, interrompendo a cadeia de sua transmissão.
A tuberculose continua a merecer especial atenção dos profissionais de saúde e da sociedade como um todo. Ainda obedece a todos os critérios de priorização de um agravo em saúde pública, ou seja, grande magnitude, transcendência e vulnerabilidade

Gráfico 66 - Incidência de Tuberculose todas as formas, pulmonar e pulmonar bacilífera segundo ano de coorte. Porto Velho/RO, 2000 a 2012

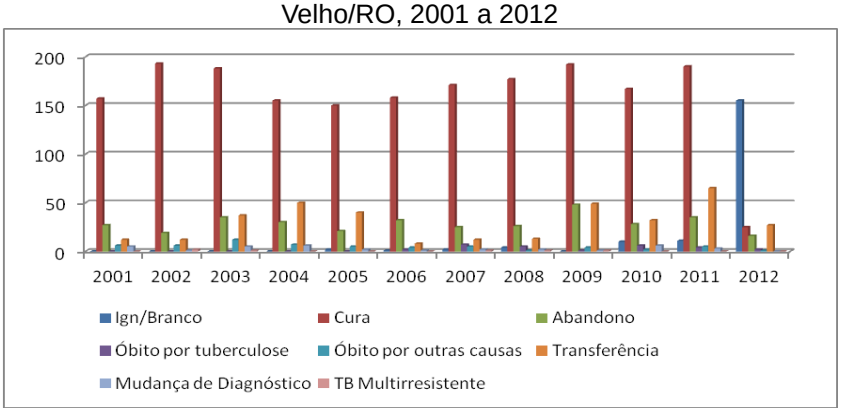


Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em20/11/2012.

A Figura 58 mostra o percentual de cura e o número de casos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticado no município de Porto Velho, no período de 2001 a 2012. Observamos que em todo o período da série histórica, a percentual de cura não alcança a meta pactuada. Este comportamento está estreitamente relacionado com a dificuldade encontrada pela vigilância da tuberculose em implantar e/ou implementar o serviço nas unidades de saúde municipal, o que no entanto, vem gradativamente sendo alcançado. Outro fator que contribui para o baixo percentual de cura registrado,é o não preenchimento ou preenchimento incompleto pelas unidades de saúde, do boletim

mensal de acompanhamento de casos de tuberculose.
Apesar destes resultados, identifica-se melhora gradativa na oferta de diagnóstico e tratamento, que atualmente está disponível em todas as unidades de saúde municipais, tanto da zona urbana quanto da zona rural. Outro fator importante, tem relação com a quantidade de capacitações ofertadas para profissionais de saúde, inclusive com a implantação no município do Tratamento Diretamente Observado – TDO, bem como a descentralização gradativa da prova tuberculinica – PT. Aliada a estas ações, o município investe fortemente em ações educativas junto à população.
A principal meta da Secretaria Municipal da Saúde está relacionada à busca ativa de casos, realizada pela estratégia de saúde da família.

Gráfico 67 – Situação de encerramento dos casos de tuberculose segundo ano de coorte. Porto Velho/RO, 2001 a 2012



Fonte: SINAN/DEVEA/SEMUSA/dados acessados em 20/11/2012.

Metas pactuadas na PASS:

100% das US da rede municipal notificando, investigando e manejando oportunamente os casos suspeitos de Tuberculose;
Curar no mínimo 85% dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados nos anos das coortes;
Examinar em 50% os contatos intradomiciliares dos casos novos de tuberculose, de acordo com as normas preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Tuberculose/MS.
Alcance da meta
100% (36 US municipais notificam casos de TB / 36 US) no ano. Dados acessados em 20-11-2012;
79% (240 casos novos de tb pulmonar bacilifera / 190 curas) Coorte 2011. Dado acessado em 20.11.2012;
50% (1274 contatos / 641 foram examinados) Ano base 2011. Dado acessado em 20.11.2012.

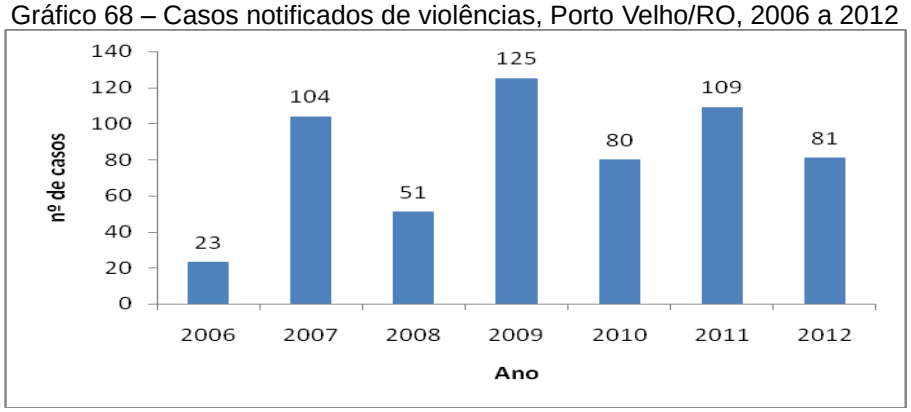
4.12 Vigilância das violências e acidentes

4.12.1 Vigilância contínua das violências

A violência, também classificada como um agravo não transmissível tem assolado cada vez mais a existência humana. A cada dia tem tomado proporções maiores, afetando a sociedade como um todo, grupos ou famílias e, ainda, o indivíduo isoladamente. Desencadeada pelas desigualdades sociais, econômicas e culturais, desemprego, propagação das drogas, ou mesmo atos de perversidades cometidos pelo homem, é considerada hoje uma das grandes preocupações em nível mundial (Drezett e col., 1999; Saffioti e Almeida,1995).
No município de Porto Velho, as notificações dos casos de violências, tiveram início em julho de 2006, com a implantação do serviço de referência na Maternidade Municipal Mãe Esperança. E a partir de 2007, a notificação foi implantada nas demais unidades de saúde da rede pública e privada.
No caso das violências, existe uma subnotificação, que possivelmente por ser um agravo de notificação compulsória recente (portaria nº 104, de 25/01/2011) e pela insegurança do profissional de saúde para realizar tal procedimento. Nos anos de 2007, 2009 e 2011, houve um aumento no número de casos notificados, devido aos casos captados durante a pesquisa realizada em serviços

sentinelas, de violências e acidentes (VIVA), nestes anos.

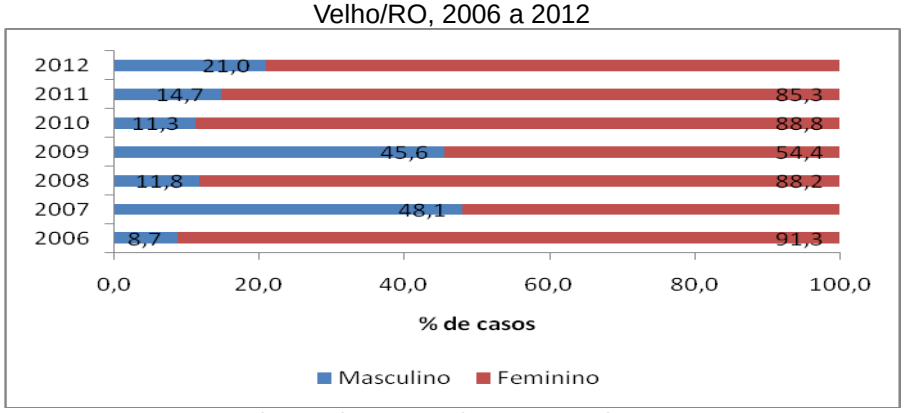
Gráfico 68 – Casos notificados de violências, Porto Velho/RO, 2006 a 2012



Fonte: SINAN/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10.12.2012

A proporção dos casos de violências notificados, por sexo da pessoa agredida, está na figura 60.

Gráfico 69 – Proporção de casos notificados de violências, segundo sexo da pessoa agredida, Porto Velho/RO, 2006 a 2012



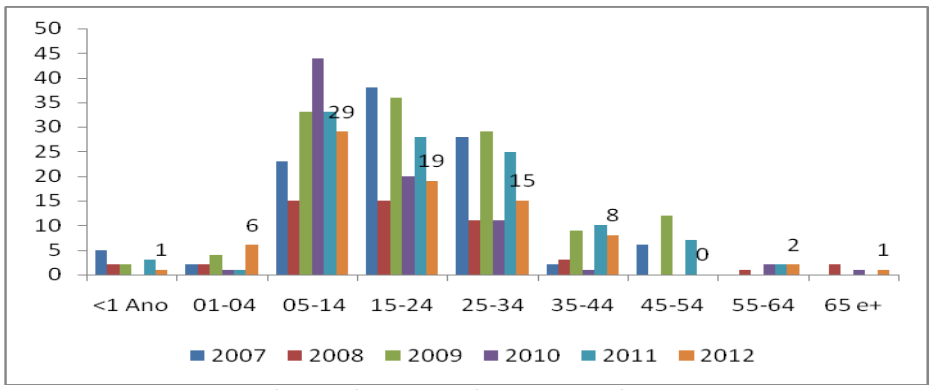
Fonte: SINAN/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10.12.2012

Na figura 60 , observamos que o sexo mais agredido dos casos notificados de violência é o feminino, porém nos anos de realização da pesquisa do VIVA (2007, 2009 e 2011), a proporção aumenta no sexo masculino, porém esse aumento não foi observado em 2011. Vale ressaltar que realizamos a pesquisa também em 2006, mas os casos de violências notificados no VIVA deste ano não foram inseridos no Sinan net.

A violência de gênero ainda perpetua-se na cidade de Porto velho, acompanhando a triste realidade de todo o país. Entende-se por violência de gênero aquela contra parceiros que ocorre em todas as sociedades e camadas sociais. Inclui: atos de agressão física, relações sexuais forçadas e outras formas de coação sexual, maus-tratos psicológicos e controle de comportamento. Pode ocorrer em ambos os sexos, em parceiros do mesmo sexo, mas as mulheres são mais vitimizadas, especialmente nas sociedades em que as desigualdades entre homens e mulheres são mais marcantes (KRUG *et al*., 2002).

Os casos notificados de violências, segundo a faixa etária da pessoa agredida, de 2007 a 2012 estão na figura abaixo.

Gráfico 70 – Casos notificados de violências, segundo faixa etária da pessoa agredida. Porto Velho/RO, 2007 a 2012

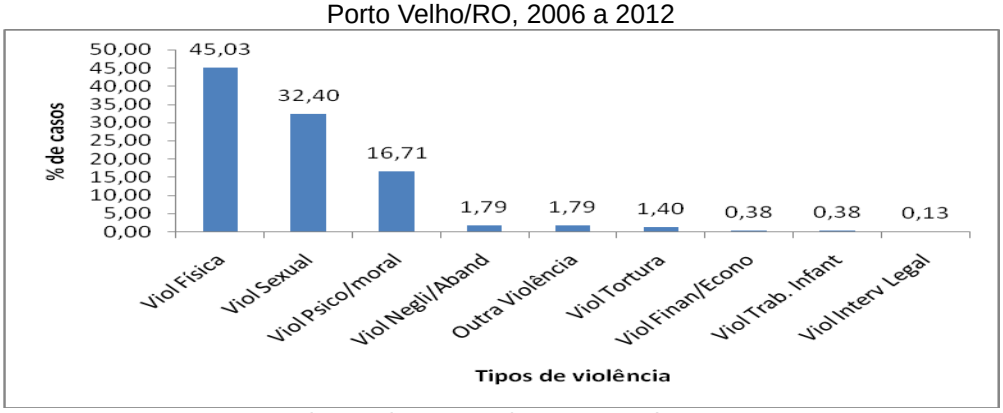


Fonte: SINAN/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10.12.2012

Dos casos notificados de violências 50,43% ocorreram em pessoas de faixa etária de 15 a 24 e 25 a 34 anos e 30,54% em crianças e adolescente de 0 a 14 anos (Figura 61).

Dos casos de violências notificados, as pessoas do sexo feminino foram as que estiveram mais expostas a violências dos diversos tipos: física, sexual, psico/social, negligência/abandono e outras, conforme a Figura 62.

Gráfico 71– Proporção de casos notificados de violências, segundo tipo de violência. Porto Velho/RO, 2006 a 2012

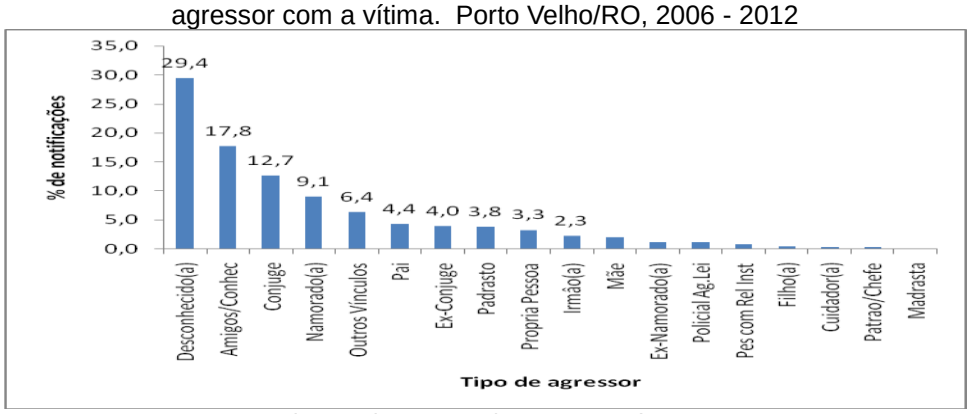


Fonte: SINAN/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10.12.2012

Sabemos que em muitos dos casos notificados, sofreram mais de um tipo de violência. Conforme observamos na figura 66, 45,03% dos casos notificados, foi do tipo física, seguida da sexual, com 32,49% dos casos notificados e com 16,71%, foi violência psicológica/moral.

Na figura 63, observamos a proporção de casos notificados de violências, segundo vínculo/grau de parentesco do agressor com a vítima, de 2006 - 2012

Gráfico 72 – Proporção de casos notificados de violências, segundo vínculo/grau de parentesco do agressor com a vítima. Porto Velho/RO, 2006 - 2012



Fonte: SINAN/DVEA/SEMUSA/PV, acessado em 10.12.2012

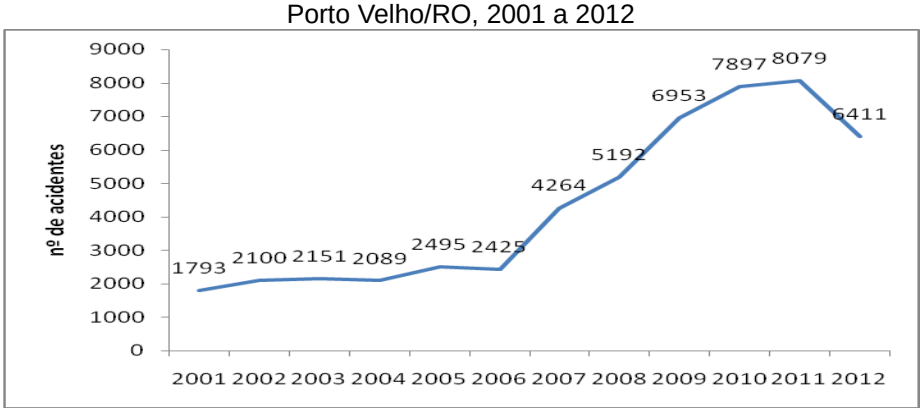
Observamos que a maioria dos agressores tinha um vínculo com a pessoa agredida, 17,8% foi

amigo/conhecido, 12,7% foi cônjuge, 9,1% foi namorado, dentre outros. Enquanto que em 29,4% dos agressores era desconhecido da vítima (Figura 63). O que confirma diversos estudos, que a pessoa agredida geralmente tem vínculo familiar com seu agressor e que atualmente muitas violências acontecem nas residências.

4.12.2 Vigilância dos acidentes de transportes

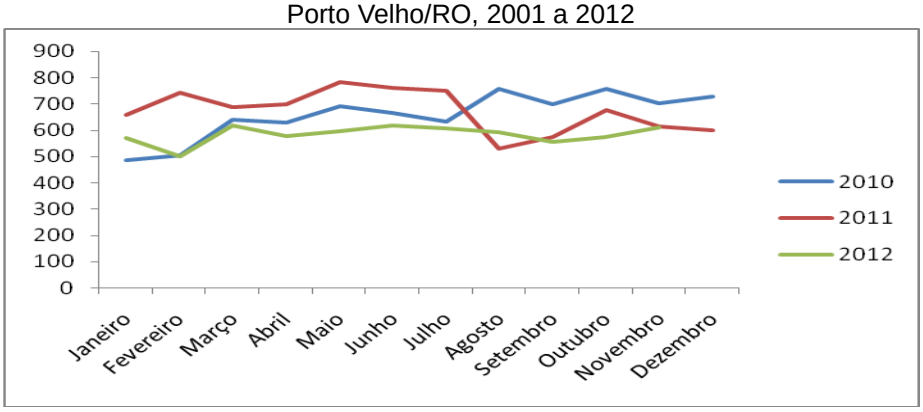
Segundo a OMS (2009), do total de vítimas fatais ocorridas no trânsito mundial, 62% ocorrem nos seguintes países: Índia, China, Estados Unidos, Rússia, Brasil, Irã, México, Indonésia, África do Sul e Egito. Sendo que o Brasil ocupa o 5º lugar em número de mortes no trânsito.
No Brasil, em 2011, as causa externas representaram 8,6% das internações do SUS, ficando em 5º lugar, entre as principais causas de internações ocorridas no ano (Brasil, 2012).
O significativo número de internações está diretamente relacionado aos acidentes que acontecem nas rodovias e centros urbanos. Nas figuras 64 e 65 estão os números de acidentes ocorridos em Porto Velho.

Gráfico 73– Número de acidentes de trânsito ocorridos em Porto Velho/RO, 2001 a 2012



Fonte: Detran-RO, em 12.12.2012

Gráfico 74 – Número de acidentes de trânsito ocorridos por mês em Porto Velho/RO, 2001 a 2012



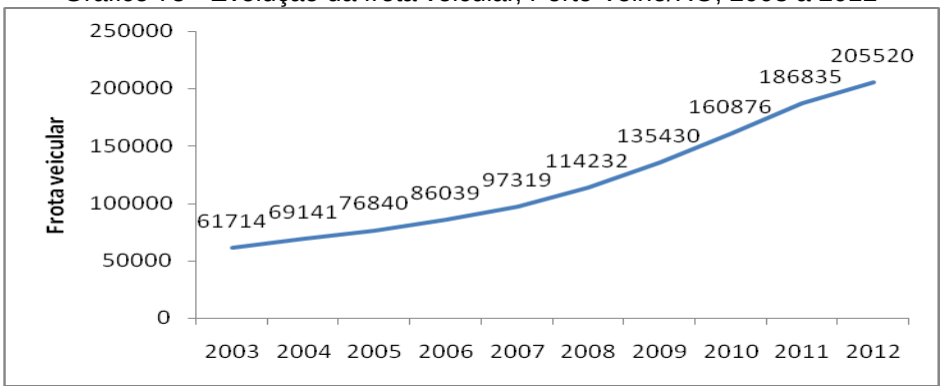
Fonte: Detran-RO, em 12.12.2012

Na figura 64 podemos observar que até 2006, o número de acidentes de trânsito em alguns anos foi negativo, ao compararmos com o ano anterior. Sendo que de 2007 a 2010, houve um elevado aumento no número de acidentes, estabilizando em 2011 e reduzindo em 2012, mesmo sem os dados do ano estarem fechados, estamos com uma redução de 20,64%.

Enquanto que na figura 65, observamos que embora em 2011 tivemos 182 acidentes a mais ao compararmos com 2010, podemos perceber que os picos de acidentes ocorreram anterior ao mês de junho/2011, marco inicial das atividades de promoção a saúde e prevenção de acidentes de trânsito estabelecidos no Plano municipal de segurança viária, 2011 – 2020. Dentre as ações realizadas, temos: atividades de educação em saúde e mobilização social, fiscalizações repressivas, confecção de material educativo, capacitações, dentre outras.

O aumento da frota é considerado como o principal fator de risco para os elevados índices de acidentes. Porém podemos dizer que os altos índices não deve ser creditado tão somente ao aumento da frota, existem outros fatores que contribuem muito para as elevadas taxas, como a imprudência e a imperícia, a inadequada engenharia de tráfegos, as questões socioeconômicas, dentre outras, como foi citado anteriormente. Na figura 66 está a evolução da frota veicular, de 2003 a 2012.

Gráfico 75 - Evolução da frota veicular, Porto Velho/RO, 2003 a 2012



Fonte: Detran-RO, em 12.12.2012

Até o mês de novembro de 2012, o município de Porto Velho apresenta uma frota de 205.520 veículos, tendo crescimento de 9,09% ao compararmos com o ano anterior, mesmo sem a frota correspondente ao mês de dezembro, o que nos dá uma média de 1.698 veículos/mês.

4.13 Agravos relacionados à saúde do trabalhador

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde criada em 2004, tem por objetivo à redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante ações nas áreas de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde.

As diretrizes desta política estão descritas na Portaria nº 1.125 de 6 de julho de 2005 e abragem: atenção integral à saúde, a articulação intra e intersetorial, a estruturação da rede de informações em Saúde do Trabalhador, o apoio a estudos e pesquisas, a capacitação de recursos humanos e a participação da comunidade na gestão dessas ações.

A Rede Nacional de Saúde do Trabalhador-RENAST, foi regulamentada pela Portaria nº 2.728/GM de 11 de novembro de 2009 e é composta por Centros Estaduais e Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e por serviços sentinela de média e alta complexidade aptos a diagnosticar os agravos à saúde que têm relação com o trabalho e de registrá-los no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN-NET).
No município de Porto Velho, a vigilância da saúde do trabalhador ainda está em fase de implantação, contando com uma rede sentinela composta apenas de unidades de saúde estaduais, que tem como competência, identificar investigar notificar quando confirmados, os casos de doenças, agravos e/ou acidentes relacionados ao trabalho.

Dentre dos princípios que regem a saúde do trabalhador, a Secretaria Municipal de Saúde vem desenvolvendo ações interinstitucionais, tendo como principal referência e apoio, o Cerest, buscando a organização dos serviços. Pela amplitude do problema, outros parceiros também se fazem presente, principalmente no que se refere aos acidentes de transportes, com o objetivo de atuar de forma positiva para enfrentamento da situação.

Metas pactuadas na PASS:

Implantar 1 Unidade Sentinela para a identificação e notificação dos agravos à Saúde do Trabalhador na rede municipal;
Aumentar 15% em relação ao nº de notificações do ano base 2010
Alcance da meta
Uma unidade sentinela da rede municipal (USF José Adelino) em processo de implantação, porém já

notificando na rotina;
Aumento de 185.61% em relação ao ano anterior (139 notificações em 2010/ 397 notificações em 2011).

Vigilância de fatores de risco

Na maioria dos casos, as causas das doenças crônicas não transmissíveis são claramente estabelecidas, mas as investigações identificam diversos *fatores de risco.* Estes fatores podem ser:
Não modificáveis: sexo, idade, herança genética;
Modificáveis: tabagismo, alimentação inadequada, álcool, inatividade física,...
Determinantes macros: condições sócio-econômicas, culturais e ambientais;
Intermediários: hipertensão, dislipidemia, sobrepeso/obesidade, intolerância à glicose.

Caso ações de vigilância, informação, avaliação; monitoramento promoção a saúde e Cuidado integral não sejam estabelecidos, esses fatores serão acumulados ao longo da vida e assim determinarão diversas doenças e agravos, especificamente relacionados as DCNT.

Para que políticas públicas de saúde sejam estabelecidas é necessário termos conhecimento quanto aos indicadores de determinados fatores de risco, para isso diversos inquéritos são realizados, tais como:
PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde Escolar;
VIGITEL – Sistema de Monitoramento de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis por meio de Inquérito Telefônico
Para a construção deste plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis, apresentamos indicadores de fatores de risco relacionados a estas doenças.
–Tabagismo
A - Frequência de fumantes
De acordo com o VIGITEL 2011, as maiores frequências de fumantes foram encontradas nas capitais Porto Alegre (24,6%), Curitiba (24,4%) e São Paulo (22, 2%); no sexo masculino e no sexo feminino em Porto Alegre (20,9%), São Paulo (16,8%) e Curitiba (16,5%), As menores frequências de fumantes em homens ocorrerem em Salvador (10,6%), Maceió (10,9%) e Recife (13,1%); e, nas mulheres, em Aracaju (4,3%), Maceió (5,3%) e João Pessoa (6,0%).
Em Porto Velho a frequência de fumantes foi de 16,6%, sendo deste 21,8% ocorreu em homens e 11,4 7% em mulheres, conforme figuras 67 e 68.

Gráfico 76 – Percentual de homens (≥18 anos) fumantes segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.

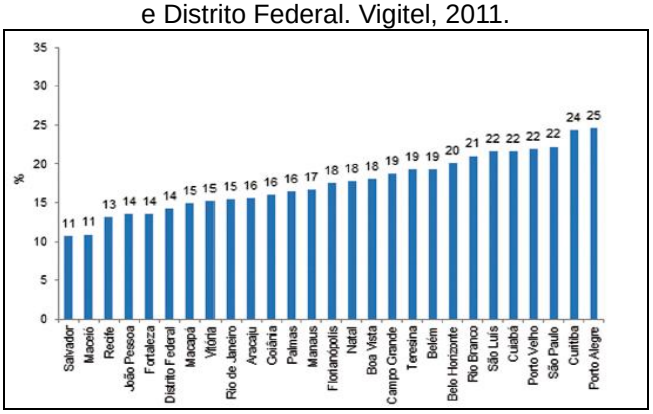
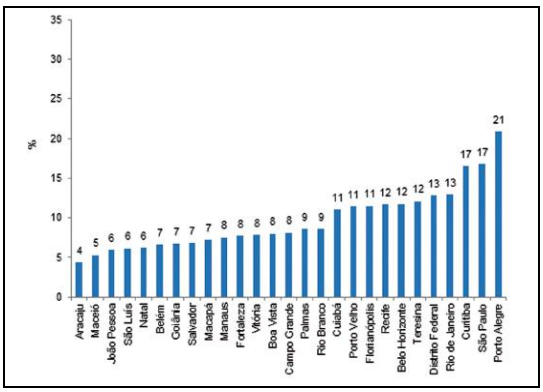


Gráfico 77 – Percentual de mulheres (≥18 anos) fumantes segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal, Vigitel, 2011.



Dentre as 27 capitais estudadas pelo Vigitel 2011, a frequência de fumantes na população adulta foi de 14,8%, sendo maior no sexo masculino (18,1%) do que no sexo feminino (12,0%). Com tendência menor para os dois sexos antes dos 25 anos de idade ou após os 65 anos. Com relação a anos de escolaridade verificou-se que a frequência do hábito de fumar foi particularmente alta entre homens e mulheres com até oito anos de escolaridade (22,8% e 15,4%, respectivamente), sendo que entre indivíduos com 12 ou mais anos de estudo esta freqüência é superior em quase duas vezes.

B - Freqüência de fumantes passivos no local de trabalho

A pesquisa confirmou que a maior frequência de indivíduos fumantes passivos no local de trabalho foi em Porto Velho com 16,5% e a menor foi de 5,8% no Distrito Federal. No sexo masculino, as maiores frequências foram observadas em Macapá (24,9%), Porto Velho (24,6%) e Rio Branco (23,9%) e, já no feminino, em Recife (9,1%), Belo Horizonte (8,8%) e Porto Velho (8,7%). As menores frequências entre os homens foram observadas no Distrito Federal (7,8%), Curitiba (13,7%), e São Paulo (13,9%); e no sexo feminino, as menores frequências ocorreram no Distrito Federal (4,0%), Belém (5,3%) e Palmas (5,4%), conforme figuras 69 e 70

Gráfico 78 - Percentual de homens (≥18 anos) fumantes passivos, no local de trabalho, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal, Vigitel, 2011.

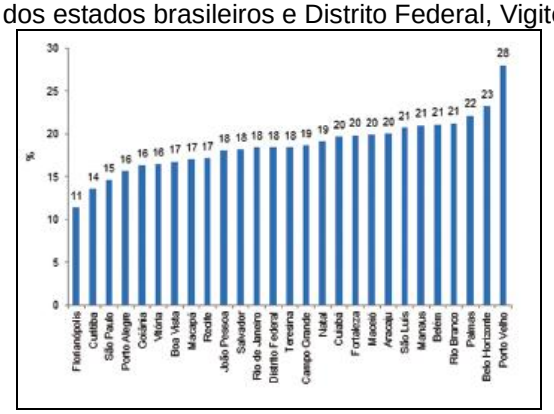
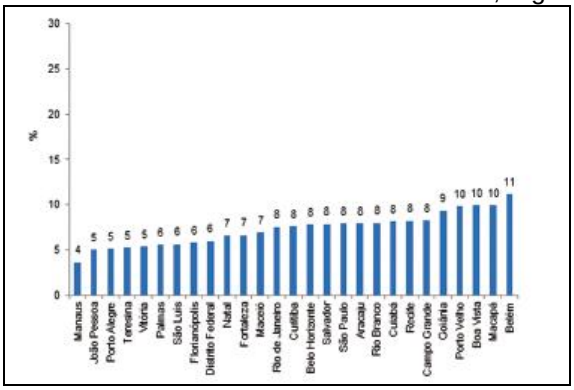


Gráfico 79 - Percentual de mulheres (≥18 anos) fumantes passivos, no local de trabalho, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal, Vigitel, 2011.



4.14.2 - Inatividade física

A freqüência de adultos classificados na condição de *inatividade física* (indivíduos que não praticaram qualquer atividade física no lazer nos últimos três meses e que não realizam esforços físicos intensos no trabalho, não se deslocam para o trabalho ou para a escola a pé ou de bicicleta, perfazendo um mínimo de 10 minutos por trajeto, por dia, e que não participam da limpeza pesada de suas casas) variou entre 10,8% e 18,25% observadas em Florianópolis e em Recife respectivamente. As maiores freqüências de inatividade física, entre homens, foram observadas em João Pessoa (20,8%), Aracaju (19,7%) e Natal (19,5%); e, as menores, no Distrito Federal (9,8%), Curitiba (9,9%) e Porto Velho (11,0%). No sexo feminino, as maiores freqüências foram observadas em Palmas (20,2%), Manaus (19,4%) e Recife (18,2%); e, as menores, em Florianópolis (10,3%), Boa Vista (10,9%) e Rio de Janeiro (11,9%). Porto Velho a freqüência geral de 12,4%, sendo que em homens foi de 11,0% e em mulheres 13,7%.

Gráfico 80 - Percentual de homens (≥ 18 anos) fisicamente inativos, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.

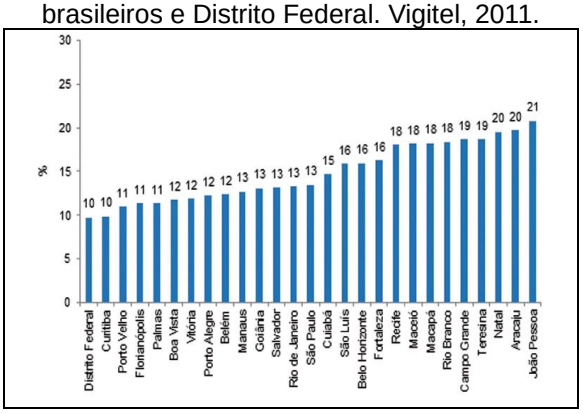
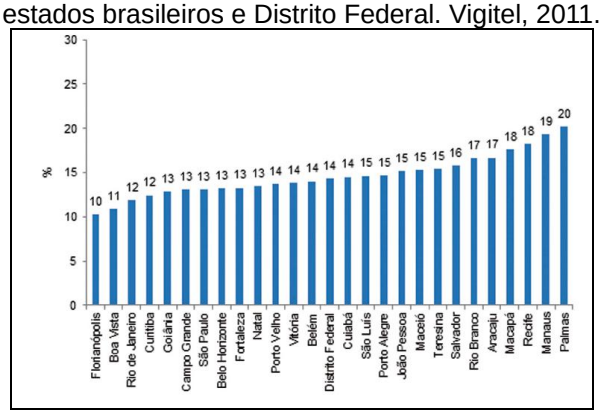


Gráfico 81 - Percentual de mulheres (≥ 18 anos) fisicamente inativas, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.



Levando-se em consideração o conjunto da população adulta das cidades estudadas, a freqüência de inatividade física foi de 14,0%, apresentando semelhança entre os sexos, homens (14,1%) e mulheres (13,9%). A freqüência de inatividade física nos homens tendeu a aumentar com a idade e, entre mulheres, ela foi maior para as muito jovens e para as de idade mais avançada. Mulheres com nível de escolaridade maior apresentaram maior freqüência de inatividade física; para os homens, o indicador relacionado há anos de estudo não teve variação consistente.

É relativamente evidente a associação da realização de atividade física com um bom estado de saúde, sendo essas evidências comprovadas por estudo que referem que um estilo de vida ativo protege o individuo de várias doenças, e estimativas globais da OMS indicam que a inatividade física é responsável por quase dois milhões de mortes (Brasil, 2006).

4.14.3 Consumo alimentar inadequado

O padrão alimentar de cada indivíduo pode ser importante condicionante de morbimortalidade por doenças crônicas ao longo de todas as fases da vida. Segundo a OMS (Organização Mundial de

Saúde), o consumo insuficiente de frutas e hortaliças é responsável anualmente por 2,7 milhões de mortes e 42% de doenças isquêmicas e cerebrovasculares entre outros ocorridos em todo o mundo (Brasil, 2006).

De acordo com a OMS, as dislipidemias, causadas em sua maioria pelo consumo excessivo de gorduras saturadas de origem animal determinam anualmente 4,4 milhões de mortes e são responsáveis por cerca de 60% das doenças isquêmicas do coração e ainda por 18% das doenças cerebrovasculares (Brasil, 2006).

Segundo o Vigitel 2011, a frequência de adultos que referiram o hábito de consumir carne vermelha gordurosa ou frango com pele, sem remover a gordura visível desses alimentos, ou seja consumo de carnes com excesso de gordura, o percentual mais baixo foi em Salvador (28,0%) e o mais alto em Cuiabá (48,5%). Em Porto Velho, as freqüências observadas foram 41,7% na população > de 18 anos, sendo que 50,2% da população masculina e 33,5% da feminina afirmou consumir carne com excesso de gordura (figuras 74 e 75).

Gráfico 82 - Percentual de homens (≥ 18 anos) que costumam consumir carnes com excesso de gordura, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011

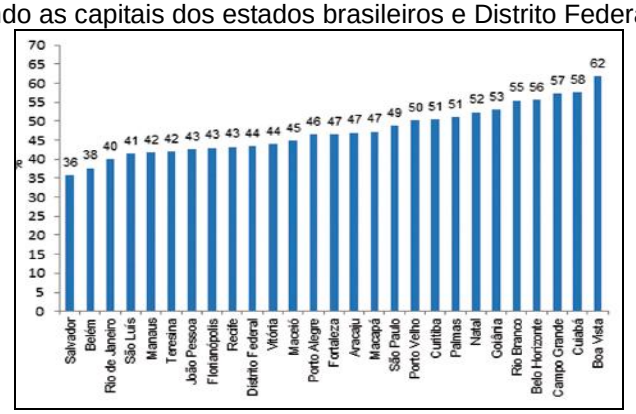
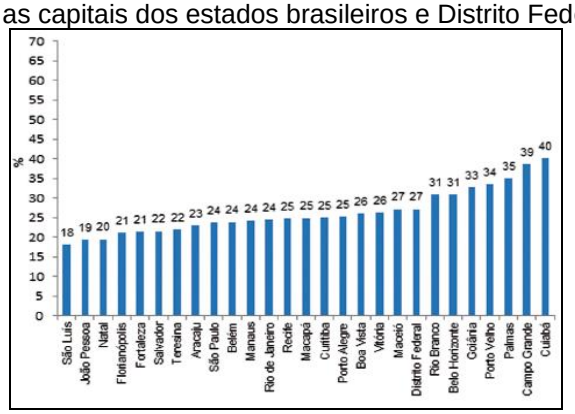


Gráfico 83 - Percentual de mulheres (≥ 18 anos) que costumam consumir carnes com excesso de gordura, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.



.

O leite é benéfico, é uma grande fonte de cálcio usada na prevenção de osteoporose, mas devemos prestar atenção no teor de gordura. É importante criar-se a cultura de que existe um leite com maior teor de gordura e outro com menor. Vale ressaltar que este consumo de leite com alto teor de gordura é elevado em todo o país (Brasil, 2010 - A).

A frequência de adultos que referem o hábito de consumir leite com teor integral de gordura, variou entre 46,7% em Vitória e 70,0% em Porto Velho, assim mostrando-se elevada em todas as cidades estudadas. As maiores frequências entre homens foram observadas em Porto Velho (68,5%), Manaus (66,4%) e Belém (65,8%); e as menores, em Campo Grande (45,3%), Aracaju (47,7%) e Vitória (49,7%). Já as maiores freqüências entre mulheres, ocorreram em Porto Velho (71,4%), Manaus (67,9%) e Rio Branco (65,6%); e as menores, em João Pessoa (43,5%), Porto Alegre (43,7%) e Vitória (44,1%) (Figuras 75 e 76).

Gráfico 84 - Percentual de homens (≥ 18 anos) que costumam consumir leite com teor integral de gordura, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.

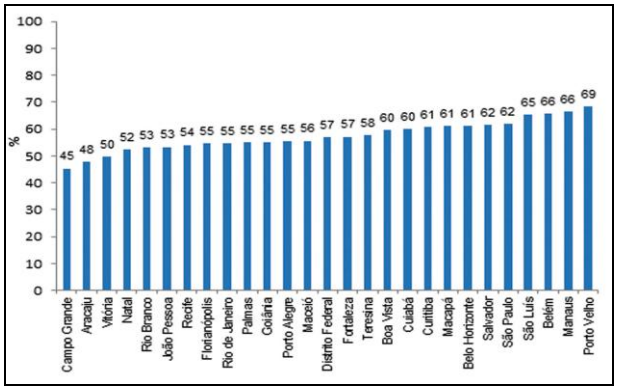
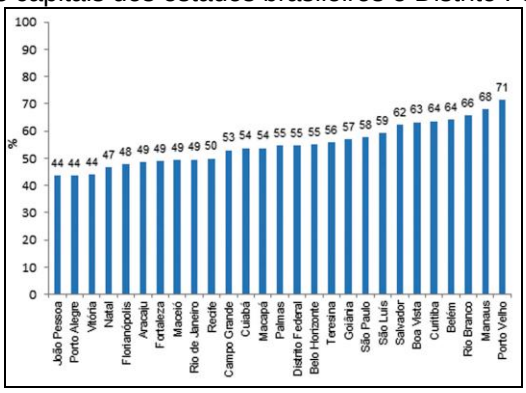


Gráfico 85- Percentual de mulheres (≥ 18 anos) que costumam consumir leite com teor integral de gordura, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.



4.14.4 Hipertensão arterial

A frequência de adultos que referiram diagnóstico médico de hipertensão arterial variou entre 12,9% em Palmas e 29,8% no Rio de Janeiro. No sexo masculino, as maiores frequências foram observadas no Rio de Janeiro (23,9%), Campo Grande (23,9%) e Porto Alegre (23,6%); e, as menores, em Porto Velho (12,9%), Palmas (13,1%) e Fortaleza (14,3%). Entre mulheres, as maiores frequências foram observadas no Rio de Janeiro (34,7%), Recife (30,3%) e Natal (28,2%); e, as menores, em Palmas (12,7%), Boa Vista (18,4%) e São Luís (19,1%) (Figuras 77 e 78).

Gráfico 86 - Percentual de homens (≥ 18 anos) que referem diagnóstico médico de hipertensão arterial, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.

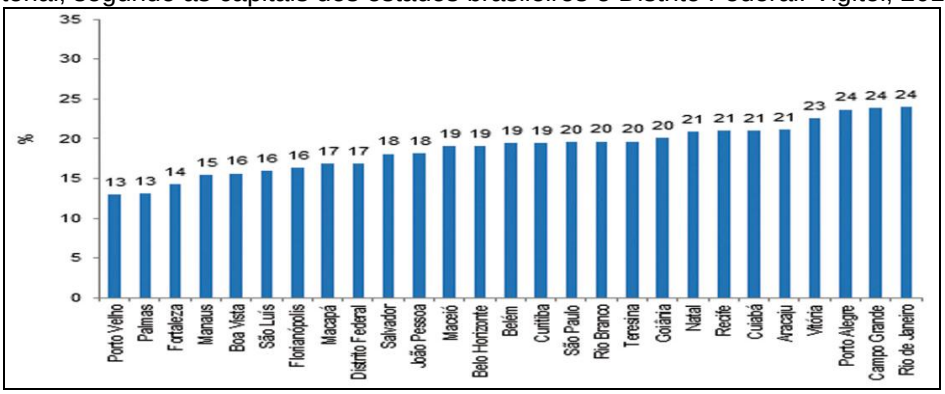
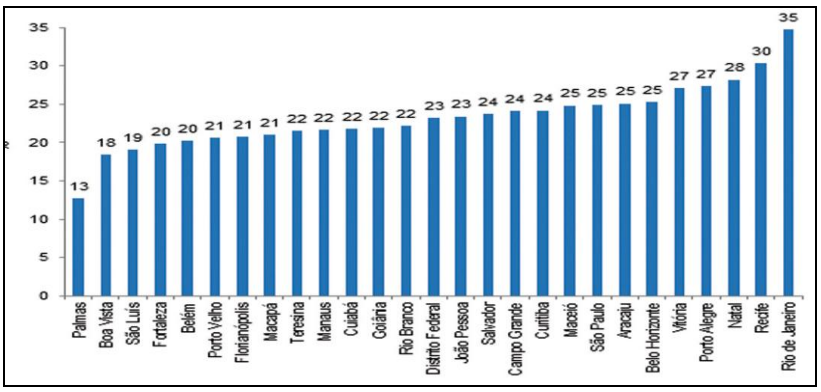


Gráfico 87 - Percentual de mulheres (≥ 18 anos) que referem diagnóstico médico de hipertensão arterial, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.



No conjunto da população adulta das 27 cidades estudadas, a frequência de diagnóstico médico prévio de hipertensão arterial alcançou 22,7%, sendo maior em mulheres (25,4%) do que em homens (19,5%). A frequência do diagnóstico de hipertensão arterial se tornou mais comum com a idade, para ambos os sexos, mais marcadamente para as mulheres, alcançando 5,9%, entre os 18 e os 24 anos de idade, e mais de 50% na faixa etária de 55 anos ou mais de idade. Entre mulheres, destaca-se a associação inversa entre nível de escolaridade e diagnóstico da doença: enquanto 34,4% das mulheres com até oito anos de escolaridade referiram diagnóstico de hipertensão arterial, a mesma condição foi observada em apenas 14,2% das mulheres com 12 ou mais anos de escolaridade. Para os homens, o diagnóstico da doença foi menos frequente nos que estudaram de nove a 11 anos (Vigitel 2011).

4.14.5 Consumo abusivo de bebida alcoólica

O consumo abusivo de bebidas alcoólicas, para mulheres ingestão de quatro ou mais doses e para homens, ingestão de cinco ou mais doses, em uma mesma ocasião, nos últimos 30 dias. Uma dose de bebida destilada, uma lata de cerveja ou uma taça de vinho é considerado como dose de bebida alcoólica. A freqüência de consumo abusivo de bebidas alcoólica , nos últimos 30 dias, variou de 11,9% em Rio Branco a 23,6% em Salvador. As maiores frequências, entre homens, foram observadas nas cidades de Teresina (37,6%), Salvador (31,3%) e Cuiabá (31,2%); e, entre mulheres, em Salvador (17,2%), Recife (14,3%) e Vitória (13,3%). Em Porto Velho, a maior freqüência foi entre os homens (27,8%), enquanto que entre as mulheres foi de 8,8%.

Gráfico 88 - Percentual de homens (≥ 18 anos) que nos últimos 30 dias, consumiram doses de bebida alcoólica em uma mesma ocasião, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.

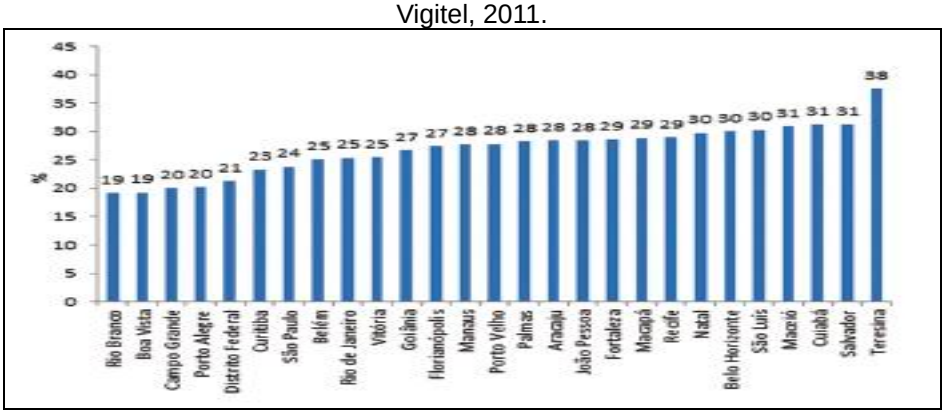
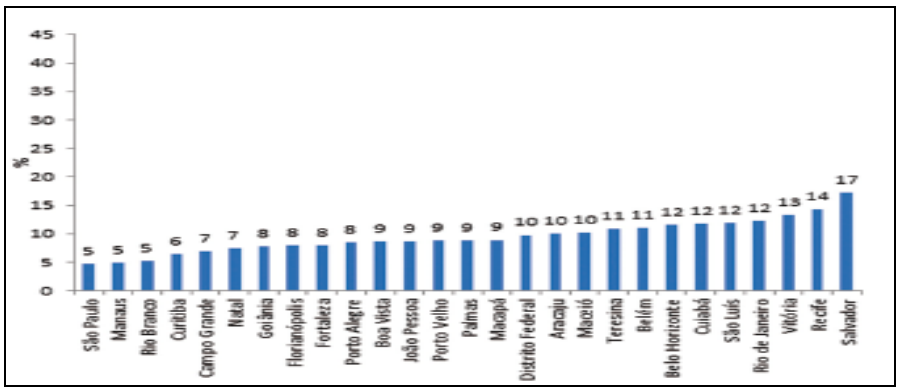


Gráfico 89 - Percentual de mulheres (≥ 18 anos) que nos últimos 30 dias, consumiram doses de bebida alcoólica em uma mesma ocasião, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.



Condução de veículo motorizado após consumo de qualquer quantidade de bebidas alcoólicas

O Vigitel 2011 passa a estimar a frequência de indivíduos que refiram conduzir veículo motorizado após o consumo de bebida alcoólica, sem levar em consideração a quantidade de bebida consumida e a frequência de ocorrência dessa prática. Este indicador acompanha a implementação nacional da Lei nº 11.705/2008, que visa a coibir a condução de veículo motorizado após o consumo de bebidas alcoólicas.

A frequência de adultos que referem conduzir veículos motorizados após o consumo de qualquer quantidade de bebida alcoólica variou de 2,5% em Belém a 9,6% em Florianópolis. As maiores frequências foram observadas, entre homens, em Florianópolis (16,5%) e Palmas (15,9%) e, entre mulheres, em Florianópolis (3,3%) e Distrito Federal (2,4%). Em Porto Velho, a freqüência entre os homens foi de 11,8% e entre as mulheres foi de 1,7% (gráficos 81 e 82).

Gráfico 90 - Percentual de homens (≥ 18 anos) que referem conduzir veículos motorizados após consumo de qualquer quantidade de bebida alcoólica, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.

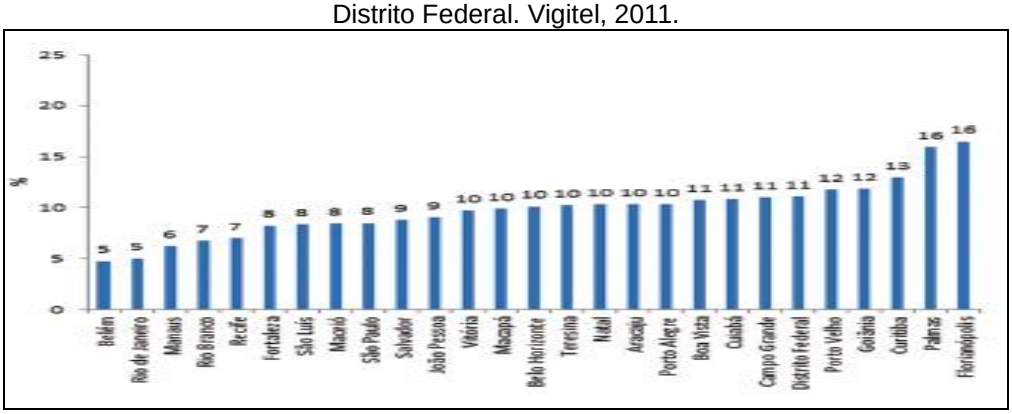
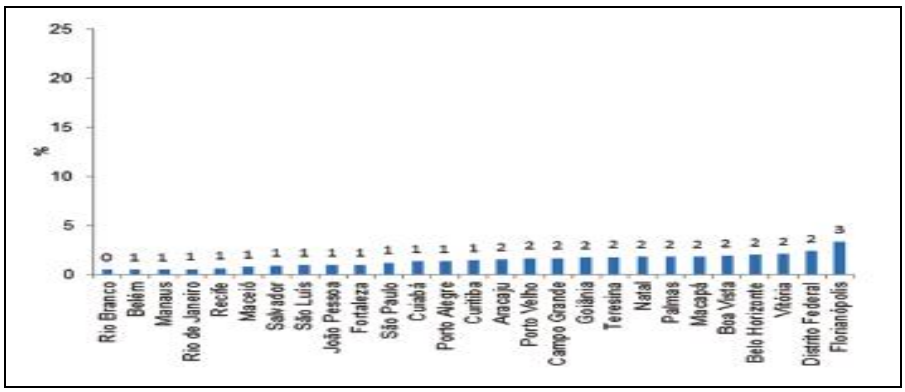


Gráfico 91- Percentual de mulheres (≥ 18 anos) que referem conduzir veículos motorizados após consumo de qualquer quantidade de bebida alcoólica, segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.



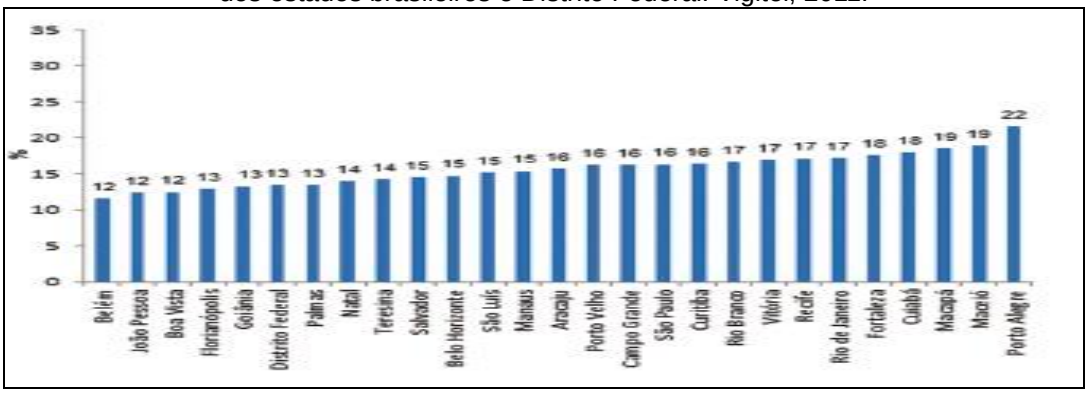
4.14.6 Obesidade

O excesso de peso é diagnosticado quando o IMC alcança valor igual ou superior a 25 kg/m2, enquanto que a obesidade é diagnosticada a partir do IMC de 30 kg/m2. Em estudos epidemiológicos, o diagnóstico da obesidade é feito a partir do Índice de Massa Corporal (IMC), obtido pela divisão entre o peso (medido em quilogramas) e o quadrado da altura (medida em metros) (WHO, 2000). Esses critérios são os utilizados pelo sistema Vigitel para analisar as informações sobre peso e altura fornecidos pelos entrevistados.

A freqüência de adultos obesos variou entre 12,5% em Palmas e 21,4% em Macapá. As maiores freqüências de obesidade foram observadas, no caso de homens, em Macapá (24,2%) e Natal (23,5%) e, no caso de mulheres, em Porto Alegre (21,5%) e Maceió (18,9%). Em Porto Velho, as frequências observadas foram de 16,6% entre os homens e 16,2 entre as mulheres.

Gráfico 92- Percentual de homens (≥ 18 anos) com obesidade (IMC ≥30 kg/m²), segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.

Gráfico 93 - Percentual de mulheres (≥ 18 anos) com obesidade (IMC ≥30 kg/m²), segundo as capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal. Vigitel, 2011.



Diante do contexto apresentado é fundamental a implantação de políticas públicas voltadas para a prevenção e controle destas doenças crônicas não transmissíveis e promoção de saúde dos fatores de risco associados. E para tal, elaboramos um plano de estratégias, para interferir nos indicadores de saúde das DCNT, no município de Porto Velho, para 2013 – 2022.

4.15 Sífilis
AÇÃO: Ampliar a notificação de sífilis em gestantes
META:

SÍFILIS EM GESTANTE – Ampliar a notificação de Sífilis em gestante considerando o ano anterior;

SÍFILIS CONGÊNITA – Reduzir em 15% o número de casos notificados considerando o ano anterior.

A sífilis continua a ser um grave problema de saúde mundial, apesar de ser uma doença conhecida há mais de 500 anos. A Organização Mundial de Saúde, (OMS, 2008), avalia a incidência de sífilis em 12 milhões de pessoas infectadas todos os anos no mundo e calcula-se que anualmente dois milhões de casos de gravidez são afetados em que cerca de 25% destes casos resultam em natimortos ou abortos espontâneos e outros 25% de recém-nascidos com baixo peso ao nascer ou infecção grave, estando os dois casos associados a um maior risco de morte perinatal.
A ocorrência da sífilis congênita evidencia falhas na assistência pré-natal relacionadas ao controle de uma infecção, cujo protocolo clínico é bem conhecido, com triagem sorológica e tratamento de baixo custo.
A Organização Mundial de Saúde - OMS (2008) informa que a maioria dos países possuem protocolos com orientações para o controle da sífilis no pré-natal. Contudo, apesar de todos estes fatores, a sífilis congênita ainda causa uma grande carga de doença em nível mundial ainda distante da erradicação tanto no Brasil quanto em outros países. Ainda, entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), existem intervenções com vistas á eliminação da sífilis congênita como um problema de saúde pública.
De acordo com a Organização Panamericana de Saúde, (2012) em setembro de 2010, os Estados-Membros da OPAS aprovou a estratégia e o plano de ação para a eliminação da TMI do HIV e da sífilis congênita pela resolução CD50.R12 para reduzir a transmissão vertical do HIV ≤ 2%, reduzir a incidência de casos pediátricos da infecção pelo HIV, a ≤0, 3 casos por 1000 nascimentos, e reduzir a incidência de sífilis congênita para ≤0,5 casos (incluindo natimortos) por 1.000 nascidos vivos até 2015.
Na América Latina e Caribe, a prevalência da sífilis em recém-nascidos é de 3,1%, variando entre 1% no Peru e 6,2% no Paraguai. Na Bolívia, a prevalência de sífilis gestacional é de 7,2%, com taxa de transmissão vertical de 15,7%. Estima-se que no Brasil a prevalência média da sífilis em parturientes varie entre 1,4% e 2,8%, com uma taxa de transmissão vertical de 25%. (OMS, 2008).
Apesar da magnitude, esses números estão subestimados, pois a falta de notificação é uma realidade em muitos países. Na América Latina, estima-se a subnotificação de 34% no Peru, 32,2% na Argentina, 26% no Chile e 22,2% na Venezuela. No Brasil, apesar da sífilis congênita e a sífilis na gestante serem agravos de notificação compulsória desde 1986 e 2005, respectivamente, apenas 32% dos casos de sífilis gestacional e 17,4% de sífilis congênita são notificados, refletindo a deficiência na qualidade dos serviços da assistência no período pré-natal e no parto (Brasil, 2004).
No estudo Sentinela Parturientes realizado em 2004 pelo Ministério da Saúde (2007), numa amostra representativa de parturientes de 15 a 49 anos de idade de todas as regiões do país, observou-se uma taxa de prevalência de 1,6% para sífilis, representando cerca de 50 mil gestantes infectadas no ano e 12 mil casos de sífilis congênita para uma taxa de transmissão vertical de 25%, mas são notificados ao Ministério da Saúde apenas cerca de 5 mil. Esta taxa de transmissão vertical varia de 1,9% na região Nordeste para 1,3% na região Centro-Oeste. A Região Norte apresentou taxa de 1,8% e esta taxa ainda hoje é utilizada como parâmetro para o cálculo de estimativas de gestantes infectadas pela sífilis.
O Pacto Pela Vida, um dos três eixos do Pacto Pela Saúde (BRASIL, 2006), possui entre suas prioridades a redução da Mortalidade Materna e Infantil tendo como componente para a execução dessa prioridade, a redução das taxas de Transmissão Vertical do HIV e Sífilis. Em 2007, foi lançado o Plano Operacional para Redução da Transmissão Vertical do HIV e Sífilis com metas de redução da taxa de incidência da sífilis congênita até 2011 de forma escalonada e regionalizada esperando-se que a Região Norte tenha uma taxa de incidência de 2.20 por 1000 nascidos vivos. BRASIL, (2007).
Apesar de todo este esforço observa-se, com frequência, a não realização da rotina preconizada, não

ocorrendo a testagem para o HIV e o VDRL, nem a tomada das condutas adequadas que no caso da sífilis, incluem o tratamento do parceiro. Legislação, tecnologia e insumos para a redução da transmissão vertical do HIV e sífilis já existem e são disponibilizados pelos governos federal, estaduais e municipais, porém, a análise dos dados vem demonstrando evidentes diferenças regionais nas taxas de incidência e de transmissão vertical, num claro reflexo de que são necessárias medidas mais efetivas para a sua redução a índices aceitáveis.

De acordo com o Ministério da Saúde (2011) nascem por ano no Brasil três milhões de bebês. Mais de dois milhões desses nascimentos são assistidos exclusivamente pelo SUS. Em março de 2011 o Ministério da Saúde lançou o programa da Rede Cegonha através da Portaria nº 1.459 de 24.06.2011, que pretende ampliar a rede de assistência às gestantes e aos bebês, com ações qualificadas no pré-natal, no parto, no resguardo e desenvolvimento da criança até que complete dois anos. É composta por quatro grupos de indicadores epidemiológicos entre eles os indicadores de mortalidade e morbidade: número de nascidos vivos e % de mais de 7 consultas no PN, incidência de sífilis congênita (Indicador 7 do Pacto pela Vida), número absoluto de óbitos infantis (neonatal e pós-neonatal) e número absoluto de óbitos maternos por município.

O Brasil tem como meta a eliminação da Transmissão Vertical da Sífilis a menos de 0,5 casos/1000 nascidos vivos até 2015.

O Boletim Epidemiológico do Departamento Nacional de DST e AIDS (2011) indica que em 2010, foram notificados no Brasil 10.084 casos de sífilis em gestantes, com taxa de detecção de 3,5 casos por 1.000 nascidos vivos. As Regiões Centro-Oeste (5,4/1.000 nascidos vivos), Norte (4,5) e Sudeste (3,6) apresentaram taxas superiores à média nacional.

Em Rondônia no mesmo ano, foram notificados 41 casos com taxa de detecção de 1,6/1000 nascidos vivos e em Porto Velho 19 casos (2,4/1000 nascidos vivos) abaixo da média nacional.

No mesmo ano, foram notificados no Brasil 6.677 casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, com taxa de detecção de sífilis congênita de 2,3 casos por 1.000 nascidos vivos. A Região Norte apresentou taxas de 2,0, Rondônia 0,3 e Porto Velho 0,9/1.000 nascidos vivos.

Estudos realizados no Brasil evidenciam baixa cobertura de exames de *Venereal Diseases Research Laboratory* (VDRL) no pré-natal, tratamento inadequado e uma importante subnotificação dos casos de sífilis em gestante e congênita.

O Brasil, segundo o Pacto pela Saúde - 2010/2011, apresentou cobertura de 52,8 % de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal, enquanto que a Região Norte obteve 51,07% e Porto Velho 43,1%. Observa-se que a cobertura de consultas de pré-natal na Região Norte encontra-se entre as mais baixas do país.

Esta realidade é verificada igualmente no município de Porto Velho onde conforme dados do SISPRENATAL e SINAN (PORTO VELHO, 2011), na TABELA 1, observamos deficiências no numero de consultas de pré-natal, solicitação de sorologia para o diagnóstico da sífilis e subnotificação.

TABELA 23 - Frequência por VDRL no pré-natal, Porto Velho/RO, 2006 a 2011.

Ano	% Sem VDRL	% 1 VDRL	% VDRL Completo
2.006	0,21	0,09	0,20
2.007	21,95	1,32	8,60
2.008	32,06	2,92	1,29
2.009	27,48	10,31	4,77
2.010	31,27	9,62	4,12
2.011	34,69	17,80	8,19

Fonte: SISPRENATAL/SESAU/RO

Observa-se uma variação de 0,20 a 8,19% de VDRL completo por gestante no período de 2006 a 2011 respectivamente, conforme demonstrado na figura 85. Rotineiramente é necessário o cruzamento das informações das fichas epidemiológicas com o SISPRENATAL e SINASC para complementação das informações, tais como o número do cadastramento no sistema de registro do pré-natal, unidade de saúde em que foi atendida e normalmente esta notificação é procedente da maternidade, denotando ou manejo inadequado da gestante ou inexistência do pré-natal, ou reinfecção.

Gráfico 94 – Freqüência por VDRL NO Pré-Natal, Porto Velho/RO, 2006 a 2011

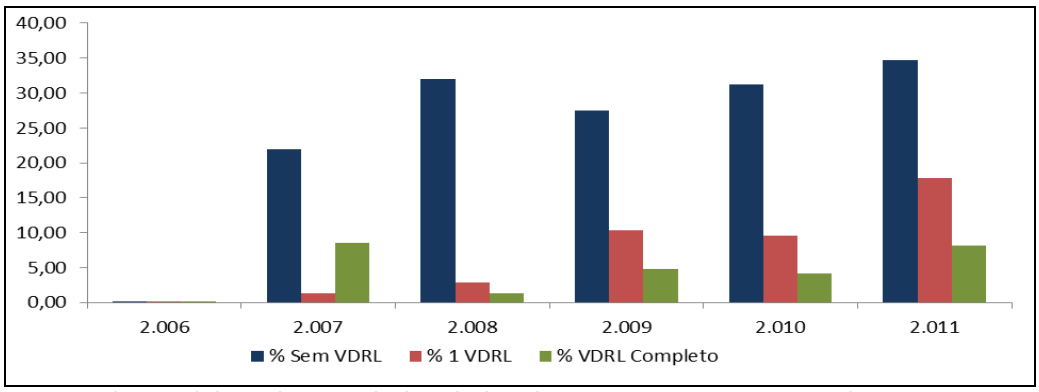


Figura elaborado a partir dos dados do SISPRENATAL, Março de 2012.

Até Setembro de 2012 foram realizados 3.158 partos na Maternidade Mãe Esperança e destes, de acordo com informações do laboratório daquela Unidade, 49 parturientes foram diagnosticadas com VDRL reagente e apenas duas notificações de sífilis congênita foram realizadas. (Dados parciais até Setembro de 2012)

No ano de 2012 a partir de Julho houve mudança de sistema do SISPRENATAL passando para outro ambiente e que nos dificultou obter as informações de frequência de exames de VDRL. A Tabela abaixo indica a situação no período de Janeiro a Junho conforme dados do SISPRENATAL/DPE/SEMUSA em que de 2.198 gestantes cadastradas apenas 2,5% (56) tiveram os exames de VDRL completos realizados conforme o preconizado pelo Ministério da Saúde.

TABELA 24 - Frequência por VDRL segundo Município de Janeiro a Junho 2012, Porto Velho/RO.

Município	Sem exame de VDRL	%	1 exame de VDRL	%	VDRL Completo	%	Total Gestantes Cadastradas
SIS PVH	1749	79,6	337	15,3	56	2,5	2198

Fonte: SISPRÉ-NATAL/DPE/SEMUSA

As notificações não oferecem uma visão completa da ocorrência de determinado evento, e nem sempre é essencial dispor do número total de casos para estabelecer medidas efetivas de controle, no entanto, a subnotificação de casos pode determinar consequências adversas quanto à eficácia das ações de controle de doenças.

Cálculos realizados a partir da Portaria SAS/MS Nº 650 de 5 de Outubro de 2011, Anexo III – Parâmetros para os cálculos de conformação da Rede Cegonha, indicam na TABELA 25 a realização do cálculo utilizando o parâmetro de prevalência da sífilis em gestante na Região Norte para o cálculo das gestantes estimadas com sífilis em Porto Velho por ano, visando o registro de meta a ser buscada em cumprimento da pactuação das ações de vigilância em saúde – PAVS.

TABELA 25 – Distribuição das Gestantes estimadas e gestantes com sífilis em Porto Velho/RO, no período de 2008 a 2012.

Cálculo da Estimativa de Gestantes em Porto Velho		2012*	2011	2010	2009	2008
Gestantes Estimadas/Ano	NV ano anterior + 10%	9.256	8.652	8.180	8.244	8.016
Gestante de Risco Habitual	85%	7.867	7.354	6953	7007	6813
Gestante de Alto Risco	15%	1.388	1297	1227	1236	1202
Gestante Estimadas com Sífilis	Prevalência na RN 1,8/ 1000 NV	167	156	147	148	144
Gestantes Notificadas		45	36	14	28	1

Fonte: SAS, (2011), SINASC, SINAN, Estudo Sentinela Parturiente, (2004).

* Dados Parciais, sujeitos a alterações

O registro no sistema de informação e o conhecimento da ocorrência de um grande número de casos pelos profissionais e comunidade, implica em planejamento adequado de recursos humanos, financeiros, busca de parcerias e aquisição e disponibilização de insumos necessários às ações de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado da doença. A figura 86 demonstra a evidente subnotificação da sífilis em gestante no Município revelando o desconhecimento da realidade do agravo e com conseqüências no planejamento para ações de impacto.

Gráfico 96 - Distribuição de casos estimados versus os notificados em Porto Velho/RO, no período de 2008 a 2012*

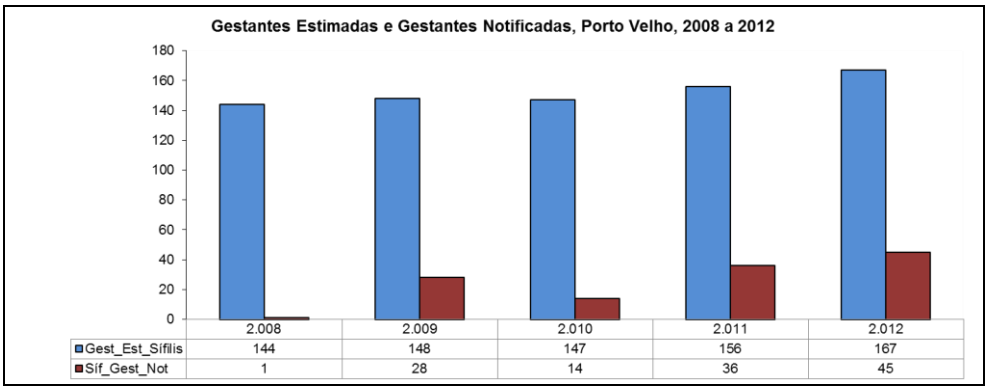


Figura elaborado a partir de dados do SINAN *dados preliminares até Outubro de 2012, SINASC e Estudo Sentinela Parturiente, 2004.

Comparando-se em numero absoluto de casos de sífilis em gestante, sífilis congênita e gestantes estimadas com sífilis para os anos de 2006 a 2012, observa-se que é importante maior investimento em capacitação e sensibilização dos profissionais para a detecção dos casos de forma precoce e oportuna assim como a realização do tratamento adequado, pois verifica-se que a meta estimada ainda está distante de ser atingida.

Gráfico 97 - Distribuição de casos de sífilis em gestante, sífilis congênita e gestantes estimadas com sífilis no período de 2006 a 2012, Porto Velho/RO

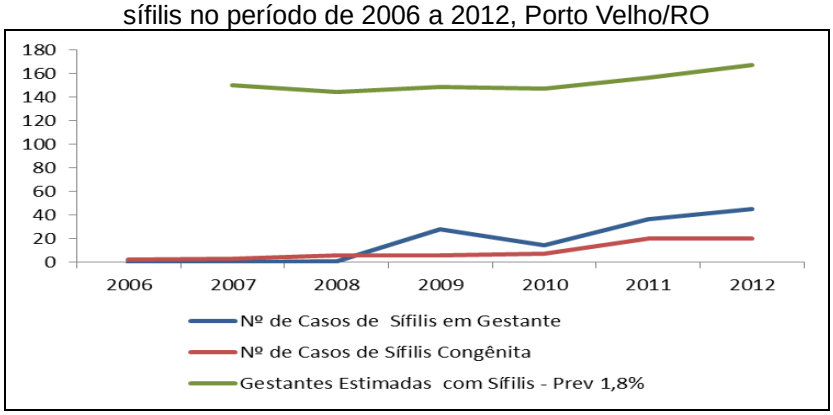


Figura elaborado a partir de dados do SINAN *dados preliminares até Outubro de 2012, SINASC e Estudo Sentinela Parturiente, 2004.

Vale ressaltar que esta meta é calculada segundo a prevalência da Região Norte de 1,8/1000 NV e levando em conta o cálculo de nascidos vivos estimados. Importante demonstrar que existe uma diferença entre o numero de nascidos vivos estimados e o real (SINASC) e que esta diferença tem reduzido evidenciando a melhoria na captação dos nascidos vivos no município, sendo imperiosa a melhoria da atenção aos recém nascidos de mães com diagnóstico reagente para sífilis conforme figura 88 .

Gráfico 98 - Distribuição de Nascidos vivos SINASC, Estimados e diferença entre os mesmos. Porto Velho/RO, 2007 a 2011

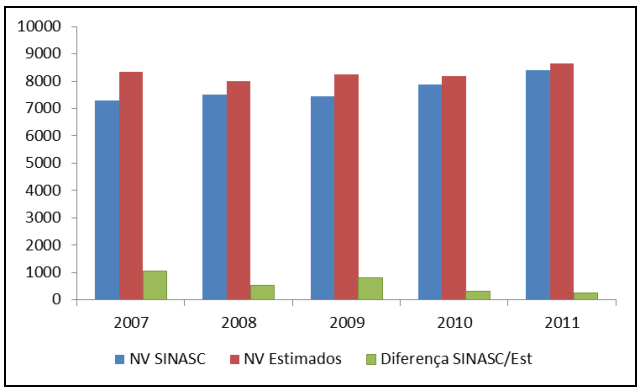


Figura elaborado a partir de dados do SINASC e cálculo da Estimativa de Gestantes em Porto Velho.

Foi realizado resgate de casos inicialmente do ano de 2011 passando de 05 casos para 36, visitas ás unidades de saúde e maternidades para complementação e correção de informações das fichas de notificação e investigação. Durante o ano de 2012 as atividades foram desenvolvidas com o objetivo de melhoria da detecção precoce de sífilis em gestante, da qualidade da notificação, atenção no pré-natal e tratamento adequado com vistas á redução da sífilis congênita no município.
Buscamos e realizamos o resgate de notificações dos anos de 2008 a 2010, ocorrendo um incremento no número de casos naqueles anos.

As ações efetivas de prevenção ás DST´S, a assistência pré-natal de qualidade com diagnóstico precoce da sífilis de uma forma geral, na sífilis materna, o tratamento adequado da gestante e do parceiro durante o pré-natal e a notificação sistemática e oportuna da sífilis em gestantes, é possível eliminar a sífilis congênita como problema de saúde pública, ou seja, reduzir a incidência desse agravo até 0,5 caso por mil nascidos vivos.

As medidas de controle devem considerar outros momentos: antes da gravidez e na admissão à maternidade, seja no momento do parto, seja na curetagem por abortamento ou durante qualquer outra intercorrência na gravidez. Mesmo o diagnóstico tardio da infecção materna, realizado na admissão para o parto, é válido, pois, a despeito de não evitar a doença na criança, haverá condições de tratar a mulher e o concepto, reduzindo as complicações advindas da infecção.

Para os serviços de vigilância, a notificação espontânea ou em busca ativa ambulatorial e hospitalar dos casos de sífilis constitui a base do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).
Em Porto Velho, analisando-se as notificações de sífilis congênita e na gestação relativas ao período de 2006 a 2012* (dados parciais até outubro de 2012), apresentados na TABELA 26, observa-se zero de notificação em gestantes nos anos de 2006 e 2007.

TABELA 26 – Distribuição de número de casos e incidência de sífilis em Gestante segundo ano de notificação e sífilis congênita, segundo ano de diagnóstico,
Porto Velho/RO, de 2006 a 2012.

Ano de Nascimento	Nº de Casos de Sífilis Congênita	Nº de Casos de Sífilis em Gestante	Taxa de Incidência/1000 Nascidos Vivos	Coeficiente de detecção em gestantes
2006	2	0	0,3	0
2007	3	0	0,4	0
2008	6	1	0,8	0,1
2009	6	28	0,8	3,8
2010	7	14	0,9	1,8
2011	20	36	2,4	4,3
2012	20	45	2,2	4,9

Fonte: SINAN/SINASC/DEVEA/SEMUSA
* Dados parciais até Outubro de 2012

Na figura 89 verifica-se que a taxa de incidência de sífilis congênita e a taxa de detecção de sífilis em gestante, em 2009 após um incremento na vigilância destes agravos na maternidade municipal obteve-se como resultado a taxa de incidência de 3,0 casos /1000 nascidos vivos e uma taxa de

detecção em gestantes de 4,0/ 1000 nascidos vivos. Em 2010 houve um decréscimo, mas a partir de 2011 e 2012 com a implementação da vigilância epidemiológica as taxas apresentaram-se melhores, porém ainda não atingem as metas estabelecidas pela PAVS em termos de melhoria de notificação.

Gráfico 99 - Taxa de Incidência de sífilis congênita e taxa de Detecção de sífilis em gestantes por 1000 nascidos vivos em Porto Velho/RO, no período de 2006 a 2012**.**

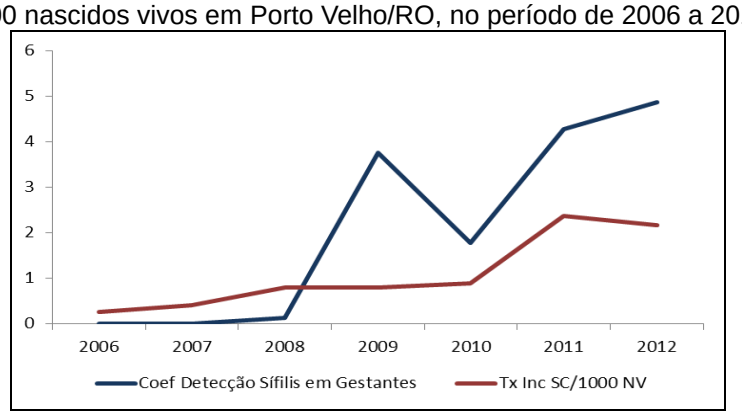
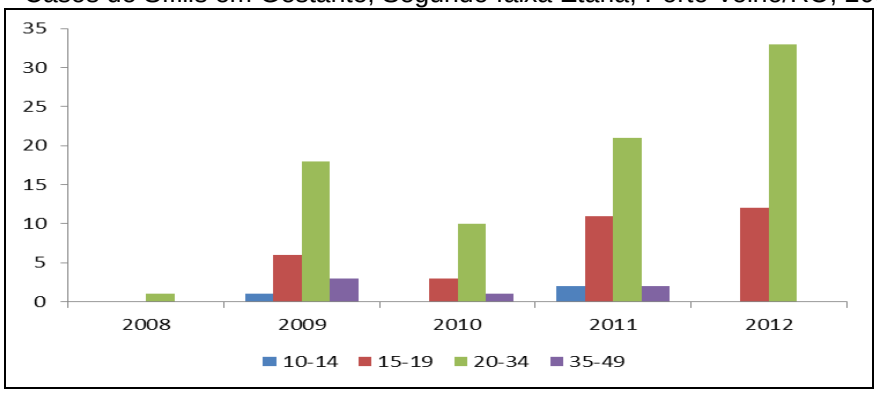


Figura elaborado a partir de dados do SINAN *dados preliminares até Outubro de 2012, SINASC.

De janeiro a outubro de 2012, foram notificados 45 casos de sífilis em gestante, cuja faixa etária mais atingida é a de 20 a 34 anos em todos os anos da série, seguida da faixa etária de 15 a 19 anos, apresentando escolaridade de 5ª a 8ª série em sua maioria. Com relação ao tratamento adequado, observa-se que o tratamento do parceiro continua a ser o maior problema, visto que no ano de 2012 até outubro de 20 casos de sífilis congênita notificados, apenas dois foram registrados com tratamento do parceiro.

Gráfico 99 - Casos de Sífilis em Gestante, Segundo faixa Etária, Porto Velho/RO, 2008 a 2012.



Fonte: SINAN/DVEA/SEMUSA

Entre os esforços para melhorar o cenário da sífilis em gestante e sífilis congênita no município, está a capacitação de profissionais da Rede de Atenção Básica, Média e alta complexidade para a realização do Teste Rápido da Sífilis. Até o momento 15 Unidades de Saúde estão realizando o diagnóstico da sífilis pela metodologia do Teste Rápido.

No período de 2008 a 2012 verificamos que as unidades que mais notificam são as maternidades evidenciada pela realização do exame de VDRL ou Teste rápido de Sífilis no momento da admissão ao parto, quando esta notificação deveria ocorrer a partir das unidades básicas de saúde nas consultas de pré-natal preferencialmente na primeira consulta.

Com relação a meta de redução dos casos de sífilis congênita, entendemos da inadequação para o nosso cenário, já que o número de casos estimados pelo parâmetro do MS é bem superior ao notificados, gerando a expectativa de aumento das notificações e não redução.

Para que o município de Porto Velho assim como o Brasil, consigam eliminar a transmissão vertical do HIV e da sífilis ate 2015 é importante a concentração de esforços em dois pontos fundamentais: ampliação da cobertura do diagnóstico do HIV e sífilis no pré-natal e a melhoria da qualidade das ações de prevenção da TV em todos os pontos da atenção no cuidado ás gestantes diagnosticadas no pré-natal.

5. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

AÇÃO: Manter o Sinan como um instrumento capaz de fornecer informações para análise do perfil da morbidade,contribuindo para a tomada de decisões nó nível municipal.
META: Encerrar oportunamente no mínimo 76% dos casos de doenças de notificação compulsória (DNC) registrados no SINAN.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) foi desenvolvido no início da década de 90, tendo como objetivo a coleta e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, fornecendo informações para a análise do perfil da morbidade e contribuindo, dessa forma, para a tomada de decisões nos níveis municipal, estadual e federal.

O sistema é alimentado pela notificação e investigação das doenças e agravos provenientes de unidades de saúde da rede pública e privada, estabelecidos pela Portaria MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011.

No ano de 2011 foram processadas no Sinan 2879 notificações. Analisadas segundo a oportunidade de encerramento constam 259 notificações, das quais 224 foram encerrados oportunamente, isto é, as fichas de investigação contêm diagnóstico final e data do encerramento. Não foram encerradas 23 notificações (8,88%) e 12 (4,25%) tiveram encerramento inoportuno.

Metas pactuadas na PASS:

- Encerrar no mínimo 76% das notificações compulsórias (DNC)

Alcance da meta

- 86,49% das notificações foram encerradas oportunamente.

5.1 - Indicadores de Mortalidade infantil - Sistema de Informação de Mortalidade e Sistema de Informação de Nascidos Vivos

Metas pactuadas na PASS:

- Investigar no mínimo 20% dos óbitos infantis registrados no SIM no ano anterior;

Alcance da meta

- 25,42%(171 óbitos / 45 investigados / ano) Dado acessado em 12/01/2012.

5.2 - Mortalidade materna - Sistema de Informação de Mortalidade e Sistema de Informaçãode Nascidos Vivos

Metas pactuadas na PASS:

- Investigar no mínimo 75% dos óbitos de mulheres em idade fértil registrados no SIM no ano anterior;
- Investigar 100% dos óbitos materno registrados no SIM.

Alcance da meta

- 77,40% (177 óbitos de MIF/137 investigados) Ano base 2010. Dado acessado em 12.01.2012;
- 83,33% (6 óbitos maternos / 5 investigados) Ano base 2010. Dado acessado em 12.01.2012.

3.6 Mortalidade por causas mal definidas - Sistema de Informação de Mortalidade

Metas pactuadas na PASS:

- Captar 93% de óbitos não fetais informado ao SIM com causa básica definida no ano anterior.

Alcance da meta

- 91.89% (1.973 óbitos por causa definida / 2147 óbitos não fetais residentes) Dado acessado em 12/01/2012.

5.3.1 DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ZOONOSES

Diretriz: ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo do PMS:

B) AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS

B.4 Promover ações de vigilância e controle de Zoonoses
Meta do PMS: Manutenção de índices de infestação por Aedes aegypti inferiores a 1%

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
Vistoria aos imóveis pós LIRAa para eliminação de criadouros e tratamento	visitas em todos bairros com indice de infestação predial alta (IIP).	67%	1- Vistoriar 100% de imoveis nos exratos com maior IIP por Aedes aegypti obtido através dos LIRAa's, para identificação e eliminação de focos e/ou criadouros + tratamento de depósitos servíveis.	67% (02 LIRAas)			No primeiro semestre sendo realizado 02 LIRAas
1.1- Realizar LIRAa's	03 LIRAa/ano	67% (02 LIRAas)	visitas aos imóveis definidos em amostragem nos 15 extratos, com coleta de larvas para definir IIP .	67%			Conforme condições operacionais optou-se pelo LIRAa, como norteador de ações em conformidade com o MS.Executados a cada tres meses. Nos 15 extratos estão distribuidos os 68 bairros de Porto Velho
1.2- Realizar acompanhamento sistemático aos pontos de risco (PE - pontos estratégicos)	23342 visitas nos PE	26%	Visitar todos os Pontos Estratégicos a cada 15 dias com pesquisa larvária + tratamento focal e perifocal.	5907 visitas/26%			P.E., são borracharias, ferros-velhos,etc. No total são 1.061 PE. Só foi possivel realizar

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
							no 1º semestre de 2012, 26% das visitas , devido a falta de recursos humanos.
1.3- Manter as borracharias com o mínimo possível de criadouros.	852 visitas nas borracharias	50%	Atender 80% das borracharias com visitação periódica após cadastro e recolhimento de pneumaticos descartados encaminhando-os ao eco-ponto.	426 visitas			145 borracharias cadastradas
1.4- Realizar reconhecimento geografico na zona urbana do município	68 bairros	59%	Atualizar cadastro de imóveis em 100% do município de Porto Velho	59%-40 bairros concluidos			atualizado diariamente
1.4-Avaliar a efetividade dos larvicidas e adulticidas utilizados no combate ao vetor	1 avaliação da efetividade dos inseticidas	100%	Realizar testes de susceptibilidade	0% , este serviço é feito pelo MS.			Realizada pelo Ministério da Saúde, em parceria com Municipio
1.5- Promoção de ações de Educação em saúde	palestra e reuniões em escolas, associações de bairros, etc..	18 palestras em escolas e reuniões anuais	Promover palestras e parcerias a fim de esclarecer e conscientizar a população da importância do controle vetorial e sua prevenção	18 palestras em escolas /1134 alunos			Realizar parcerias com escolas municipais e privadas, instituindo o programa de Agente Mirim, Palestras com entidades religiosas para serem propagadoras de informações..
1.6- Solicitar contratação de ACE para suprir carência de	170 ACE/ sendo 148.467 imoveis	13%	cada ACE tem que visitar 800 a 1000 imoveis a cada 02 mês	22 ACE contratado			

AÇÕES ANUAIS	METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
RH							
1.7- Realizar as ações de Bloqueio de casos de dengue	100%	100%		100%			Realizado em 16 bairros com IIP alto/ faltando os dados do LIRA de maio

Objetivo do PS: B) AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS

B.4 – Promover ações de vigilância e controle das zoonoses
Meta do PMS: 2. Reduzir a Incidência da malária em 10%

METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
Prevista no ano	Realizada no Ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
oferecer esse serviço a 100% dos Munícipes Porto Velhenses	100%	3.5.1Capturar animais errantes em vias públicas	100% das fichas solicitadas no 1ª semestre de 2012			Serviço é oferecido em 100% dos bairros do municipio de Porto Velho
		3.5.2 Remover Animais domésticos através de solicitação dos Munícipes.	100% das fichas solicitadas no 1ª semestre de 2012			Serviço é oferecido em 100% dos bairros do municipio de Porto Velho
		3.5.3 Realizar campanha de vacinação anti-rábica para cães e gatos	37916 animais vacinados			Foi realizada em 24 de março de 2012. Esta faltando lançar a vacinação rural
		3.5.4 Observar todos os animais com sintomatologia de raiva ou que fizeram vitimas	100% das solicitações do 1° semestre de 2012			Esses animais ficam em box separadas para serem observados por 10 dias
03 veiculos	100%	Solicitar via DEVEA viaturas(carrocinhas) referente a compensação da UHE jirau conforme termo de referencia	100%			
		Acompanhar solicitação do termo de referencia da aquisição das 03 viaturas(carrocinhas)	100%			
		Receber as 03 viaturas(carrocinhas)	03 viaturas			Adquirido pela conpensação UHE jirau no mês de junho/2011
castrar todos animais para adoção e agendamentos	100%	317.1 Realizar castrações cirurgicas em 100% dos animais para adoção e animais de municipes através de agendamento	100%			
20 mil cartilhas	1º semestre	Solicitar via DEVEA a confecção de cartilhas sobre posse responsável dos animais de companhia	100%			
		Acompanhar solicitação do tramite referente a confecção das cartilhas	100%			
		3.8.1 Receber 20 mil cartilhas de posse responsável de animais domésticos.	100%			recebimento no mês de junho de 2011
registrar todos animais castrados		3.9.1 Elaborar Termo de referencia para executar o RGA	100%			
		3.9.3 aquisição de 03 equipamento para tatuagem	0%			O processo ainda não foi para o empenho
		3.9.2 Realizar o registro pelos Médicos veterinários	0%			Aquisição do tatuador

METAS ANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
Prevista no ano	**Realizada no Ano**	**PROGRAMADAS NO ANO**	**REALIZADAS NO ANO**	**Previstos**	**Executados**	
1 SALA CIRURGICA	100%	3.10.1 Solicitar 01 sala nas dependencias do ccz	100%			
		3.10.2 realizar termo de referencia para aquisição dos materiais e equipamentos cirurgicos	100%			
		3.10.3 Receber e equipar a sala cirurgica	100%			
						conforme decisão em reunião dos setores referente a verba de compensação das UHEs, foi definido que não será realizada a construção de ccz no distrito de Jacy-Parana

1. PROGRAMA DE CONTROLE DA MALÁRIA

A malária, mundialmente um dos mais sérios problemas de saúde pública, é uma doença infecciosa causada por protozoários do gênero Plasmodium e transmitida ao homem por fêmeas de mosquitos do gênero Anopheles, produzindo febre, além de outros sintomas. Quatro espécies de plasmódio podem causar a doença: P. falciparum, P. vivax, P. malariae e P. ovale (essa, de transmissão natural apenas na África).

Os principais objetivos do Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM) do Ministério da Saúde são reduzir a letalidade e a gravidade dos casos, reduzir a incidência da doença, eliminar a transmissão em áreas urbanas e manter a ausência da doença em locais onde a transmissão já foi interrompida. O programa utiliza várias estratégias para atingir as seus objetivos, sendo as mais importantes o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno e adequado dos casos, além de medidas específicas de controle do mosquito transmissor.

O Ministério da Saúde, por meio de uma política nacional de tratamento da malária, orienta a terapêutica e disponibiliza os medicamentos antimaláricos utilizados em todo o território nacional, em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Para cumprir essa política, o PNCM preocupa-se em revisar o conhecimento vigente sobre o arsenal terapêutico da malária e sua aplicabilidade para o tratamento dos indivíduos que dela padecem em nosso país. O PNCM é assessorado, na determinação da política nacional de tratamento da doença, pela Câmara Técnica de Terapêutica da Malária, oficialmente nomeada pelo Ministério da Saúde e constituída por pesquisadores, professores e profissionais de saúde de renomadas instituições brasileiras de ensino, pesquisa e assistência.

O objetivo também do Programa Municipal de Controle da Malária (PMCM) são reduzir a incidência da doença em 10%, diminuir o número de ocorrência de formas graves, reduzir a taxa de mortalidade e letalidade, minimizar o problema da transmissão em áreas urbanas e manter a ausência da doença em locais onde a transmissão já não existe.

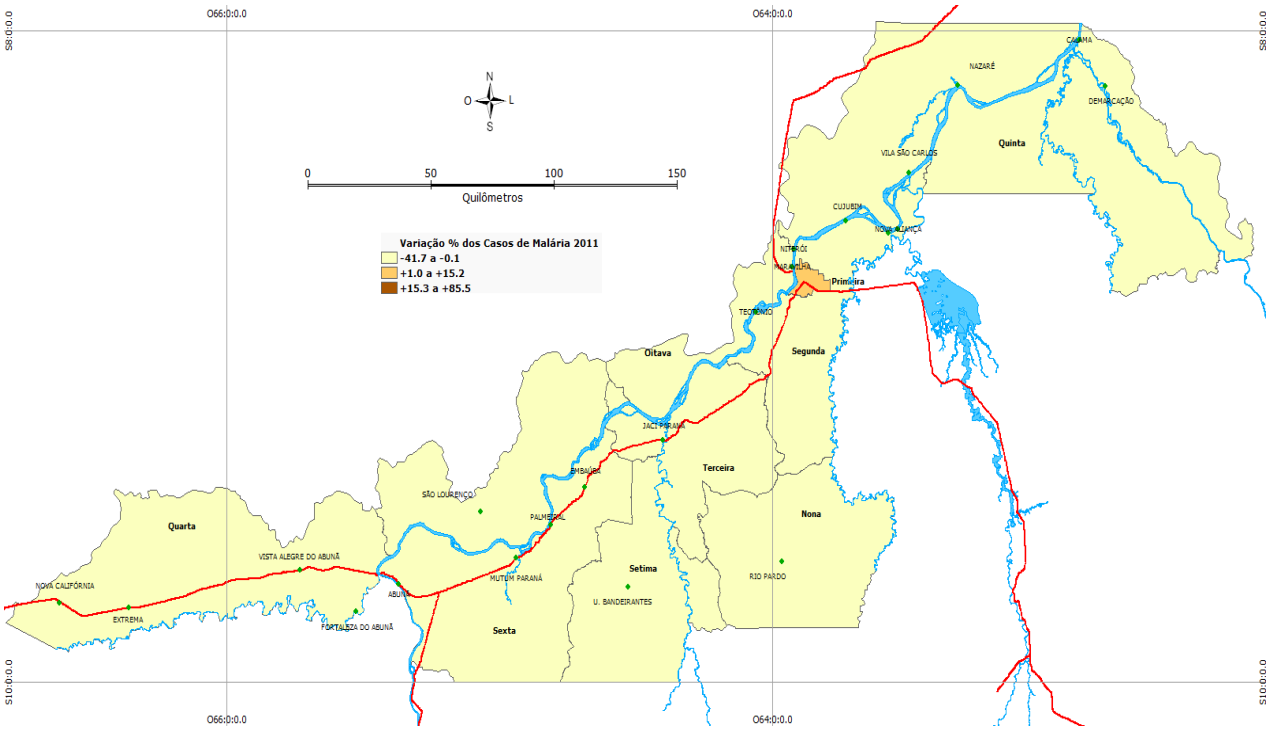
O PMCM utiliza várias estratégias para atingir os seus objetivos, entre as mais importantes podemos citar: o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno e adequado dos casos, intervenções seletivas para o controle vetorial, detecção imediata de epidemia subsidiadas pela vigilância epidemiológica.

A malária é uma doença infecciosa cujo agente etiológico é um parasito do gênero *Plasmodium*. As espécies associadas à malária humana são: *Plasmodium falciparum, P. vivax P. malariae* e *P. ovale.* No Brasil, nunca foi registrada transmissão autóctone de *P. ovale,* que é restrita a determinadas regiões da África. A transmissão natural da malária ocorre por meio da picada de fêmeas de mosquitos do gênero Anopheles, sendo mais importante a espécie *Anopheles darlingi*, cujos criadouros preferenciais são coleções de água limpa, quente, sombreada e de baixo fluxo, muito frequentes na Amazônia brasileira.

O Plano Municipal de Controle da Malária – PMCM é um instrumento cuja elaboração é de responsabilidade da Coordenação Municipal da Malária.

O Município é dividido em nove regiões para facilitar a operacionalização das atividades de controle vetorial, diagnóstico e tratamento. Segue abaixo mapa das Regiões.

1ª Região - Porto Velho (Zona Urbana);
2ª - Porto Velho (Zona Rural);
3ª - Jacy Paraná;
4ª - Nova Califórnia, Vista Alegre, Extrema e Fortaleza do Abunã;
5ª - Baixo Madeira;
6ª - Abunã;
7ª - União Bandeirantes;
8ª - Projeto Joana D'arc;
9ª - Rio Pardo.



1.2 Medidas Adotadas

1. Assistência ao paciente – atendimento ao paciente suspeito, para coleta da amostra de sangue e exame parasitoscópico. O caso confirmado recebe tratamento, o caso grave deverá ser hospitalizado de imediato.

2. Qualidade da assistência – um dos indicadores, para se avaliar a qualidade da assistência, é o tempo verificado entre a coleta da amostra de sangue para exame e o início do tratamento, que não deve ser superior a 24 horas. Outra forma de garantir boa assistência é o monitoramento do tratamento, por meio de visitas domiciliares, ou de idas do paciente à unidade de saúde, para assegurar a cura.

3. Confirmação diagnóstica – coletar material diagnóstico laboratorial, de acordo com as orientações técnicas.

4. Proteção da população – tratamento imediato dos casos diagnosticados; busca de casos junto aos comunicantes; investigação epidemiológica; orientação à população quanto à doença, uso de repelentes, cortinados, mosquiteiros, roupas protetoras, telas em portas e janelas; investigação entomológica.

5. Controle vetorial – O programa de Controle da Malária utiliza produtos químicos do grupo de piretróides em nebulizações espaciais (fumacê) e em borrifações intra-domiciliares.

1.3 Controles Vetoriais

A dinâmica de transmissão da malária, em relação a outras endemias e doenças de importância em saúde pública, determina a necessidade de ações permanentes de diagnóstico e tratamento, gestão de medicamentos e controle vetorial.

O Controle Vetorial na Esfera Municipal do SUS possui diretrizes e responsabilidades definidas, são algumas delas:

- Coordenar e executar as atividades de informação, educação e comunicação de abrangência municipal, incluindo aquelas que venham a facilitar as ações de controle vetorial;
- Realizar ações de controle químico e biológico de vetores e de eliminação de criadouros;
- Preencher os boletins referentes às ações de controle vetorial e alimentar os respectivos sistemas de informação (vetores-malária)

APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE VETORIAL DE JANEIRO À NOVEMBRO DE 2012

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos apresentar à Vossa Senhoria relatório Anual das ações realizadas para o controle da malária de janeiro à Novembro de 2012, no município de Porto Velho.

No ano corrente, foram registrado um total de **12.911** casos de malária, comparado ao número de casos notificados no mesmo período do ano anterior onde fora registrado **13.974** casos, com implemento das ações do controle vetorial, obtivemos uma redução **8,2%** em relação ao mesmo período no ano de 2011. O relatório anual que segue relaciona diversas dificuldades que se corrigidas, promoveriam resultados ainda mais satisfatórios. A demora na manutenção e conserto de **VEÍCULOS,** são fatores que mais impedem o sucesso no trabalho. Todos estes fatores travam e prejudicam sobremaneira o trabalho.

Vale salientar que embora todas essas dificuldades acima mencionadas, nossos agentes de combate às endemias, motoristas e supervisores não demonstram desânimo, muito pelo contrário, acreditamos que com seu apoio e com a dinâmica de resolutividade do Senhor Secretário poderá melhorar ainda mais o atendimento à população.

De acordo com o planejamento para o primeiro semestre do ano corrente, foram realizadas borrifações residuais (aspersão) e espaciais (termonebulização) nas localidades com maior índice de casos positivos para malária. A fim de cumprir com os ciclos programados, essas ações foram realizadas com monitoramento da equipe de entomologia/SEMUSA, através de levantamento entomológico (pesquisa larvária e captura de alados), avaliando comportamento e horário de maior freqüência alimentar (horário de pico) dos vetores, cadastrando e monitorando dos potencias criadouros para malária, aferição dos equipamentos utilizados no controle vetorial, e acompanhamento durante todas as ações realizadas pelas equipes das regiões.

AÇÕES COMPLEMENTARES:

- Limpeza nas margens dos criadouros, dando acesso para realização de termonebulização conforme orientação do laboratório de entomologia;
- Investigação nos casos de malária autóctone na área urbana 1ª região e na 3ª região em Jaci Paraná para identificar o local provável da infecção; Reconhecimento geográfico nas localidades novas e atualização nas localidades já existentes em todas as regiões;
- Borrifação residual e Inquérito hemoscópio na fronteira entre Distrito de Abunã e localidades bolivianas;
- Borrifação residual, espacial (termonebulização), e inquérito hemoscópio, nas localidades de remansinho pertencente ao município de Lábrea no Amazonas.

Seguem abaixo as atividades de controle vetorial realizadas no período de janeiro à Novembro de 2012.

RESUMO MENSAL DE BORRIFAÇÃO RESIDUAL

As ações de controle vetorial atendem integralmente as normas de qualidade e impacto definidas para realização das atividades. Os dados apresentados foram pesquisados no sistema de informação de vetores, indicando que as atribuições quanto ao manejo de informação estão sendo realizadas oportunamente, estando inseridas na rotina diária. Foram borrifados **14.574** prédios, sendo **52.474** habitantes atendidos.

BORRIFAÇÃO RESIDUAL

RESUMO MENSAL DE BORRIFAÇÃO ESPACIAL (FUMAÇÊ)

Além das atividades de borrifação residual intradomiciliar, são executadas ações de termonebulização (FOG), que tem indicações restritas para o controle da malária. Somente é recomendada em emergências epidemiológicas e quando executadas com auto nível de qualidade, respeitando os ciclos de aplicação. Segue o total de horas **(4.691: 44 min)** trabalhadas na termonebulização, utilizando o inseticida Lambdacyalotrina CE 5%, com um consumo de **1.497.025** litros.

TERMONEBULIZAÇÃO BORRIFAÇÃO ESPACIAL (FUMACÊ)

TERMONEBULIZAÇÃO (CANHÃO)

FORÇA TAREFA NO MÊS DE ABRIL 2012

Relatório da Força Tarefa no Controle de Vetores nas localidades, Triângulo, Mariana, Jardim Santana e Cidade Nova da área urbana de Porto Velho com Ações de borrifação intradomiciliar, borrifação espacial (fumaçê), Educação em Saúde, Busca Ativa (BA) e Reconhecimento Geográfico, devido o aumento de 43,6% de casos autóctones de Malária.

02/04/2012 – Com o aumento de Malária em nossa 1ª Região/ zona Urbana, iniciou o trabalho neste mês de Abril 2012, com o apoio de uma Força Tarefa composta por 15 funcionários de outras Regiões (distritos), com a ajuda dos investigadores (E.P), que realizaram o trabalho de Busca Ativa para detectar possíveis casos de Malária e realizar o tratamento. Também contamos com a ajuda dos veículos k3 (canhão) que de acordo com os dados entomológicos puderam realizar o trabalho de Termonebulização (fumacê) nos horários das 05:20 às 06:00 e das 18:45 às 19:25 e assim concluímos os seus percursos com 1 hora e 20 minutos de trabalho todos os dias, de acordo com os ciclos programados.

09/04/2012 à 12/04/2012 – Busca Ativa, Educação em Saúde nos bairros Triângulo, Mariana, Jardim Santana e Cidade Nova.

20/04/2012, 24/04/2012, 25/04/2012 – Realizado o trabalho de Reconhecimento Geográfico nos bairros Rosalina de Carvalho, Bom Sucesso e Setor Chacareiro.

BORRIFAÇÃO INTRADOMILIAR (RESIDUAL)

LOCALIDADES TRABALHADAS	CASAS BORRIFADAS	CONSUMO INSETICIDA	HAB. PROTEG51IDOS	CASAS FECHADAS	CASAS NÃO BORRIFÁVEIS	CASAS RECUSAS	HOMENS TRABALHANDO
Baixa União	64	71	193	69	08	20	12
Bate Estaca	17	19	46	05	01	03	04
Cidade Nova	128	146	459	120	10	22	12
Jardim Santana	69	70	220	24	-	01	10
Mariana	241	244	810	53	06	15	10
Triangulo	148	166	379	198	30	77	12
TOTAL GERAL	**667**	**716**	**2077**	**469**	**65**	**138**	**22**

TERMONEBULIZAÇÃO (FUMACÊ)

LOCALIDADES TRABALHADAS	HORAS TRABALHADAS	CONSUMO DIESEL LTS	CONSUMO INSETICIDA LTS	TOTAL CALDA LTS	CONSUMO GASOLINA	CASAS PROTEGIDAS	HOMENS TRABALHANDO
Baixa da União	02:20	197 lts	03 lt	200 lts	30 lts	396	01
Cidade Nova	37:00	866.800 ml	13.200 ml	880 lts	156 lts	2189	14
Jardim Santana	13:10	374.300 ml	5.700 ml	380 lts	96 lts	717	09
Mariana	64:35	1495.850 ml	24.150 ml	1520 lts	244.5 lts	1750	12
Triangulo	36:20	856.950 ml	13.050 ml	870 lts	154 lts	811	14
Est. Santo Antonio	02:20	197 lts	03 lt	200 lts	30 lts	82	01
Candelária	02:20	197 lts	03 lt	200 lts	30 lts	61	01
Nova Esperança	26:00	856.950 ml	13.050 ml	870 lts	144 lts	3536	11
Nacional	28:00	650.100 ml	9.900 ml	660 lts	117 lts	1535	13
Ulisses Guimarães	03:20	246.250 ml	3.750 ml	250 lts	37.500 ml	1597	01
TOTAL	**205:25**	**5.938.200**	**91.800 ml**	**6.030 lts**	**1.039** lts	**12.674**	**24**

FORÇA TAREFA NO MÊS DE MAIO 2012

Relatório da Força Tarefa no Controle de Vetores nas localidades, Triângulo, Mariana, Jardim Santana, Cidade Nova, Nacional e Nova Esperança da área urbana de Porto Velho com Ações de borrifação intradomiciliar, borrifação espacial (fumaçê), Educação em Saúde, Busca Ativa (BA) e Reconhecimento Geográfico, devido o aumento de 43,6% de casos autóctones de Malária.

24/05/2012, 29/05/2012, 01/06/2012 – Busca Ativa, Educação em Saúde Triângulo, Mariana, Jardim Santana e Cidade Nova.

15/06/2012, 19/06/2012 – Realizado o trabalho de Reconhecimento Geográfico nos bairros Nacional e Nova Esperança.

BORRIFAÇÃO INTRADOMILIAR (RESIDUAL)

LOCALIDADES TRABALHADAS	CASAS BORRIFADAS	CONSUMO INSETICIDA	HAB. PROTEG51IDOS	CASAS FECHADAS	CASAS NÃO BORRIFÁVEIS	CASAS RECUSAS	HOMENS TRABALHANDO
Cidade Nova	289	294	790	109	11	20	-
Jardim Santana	178	182	567	22	-	01	-
Liberdade	03	03	15	-	-	-	-
Nacional	63	68	216	11	-	19	-
Planalto	32	32	101	06	-	-	-
Costa e Silva	01	01	04	-	-	-	-
TOTAL GERAL	**566**	**580**	**1693**	**148**	**65**	**40**	**22**

TERMONEBULIZAÇÃO (FUMACÊ)

LOCALIDADES TRABALHADAS	HORAS TRABALHADAS	CONSUMO DIESEL LTS	CONSUMO INSETICIDA LTS	TOTAL CALDA LTS	CONSUMO GASOLINA	CASAS PROTEGIDAS	HOMENS TRABALHANDO
Cidade Nova	25:00h	620.550	9.450	630	96	2189	-
Mariana	15:40h	591	09	600	80	1750	-
Nacional	43:00h	1773	27	1800	230	1513	-
Nova Esperança	49:00h	1970	30	2000	260	1430	-
Planalto	19:30h	492.500	750	500	80	223	-
Ulisses Guimarães	02:00h	197	03	200	20	1597	-
TOTAL	**154h**	**5644,05**	**85.950**	**5730**	**766**	**8702**	**21**

1.4 MOSQUITEIROS IMPREGNADOS DE LONGA DURAÇÃO – MILD

Os MILD são, junto com a borrifação residual, a principal estratégia de controle vetorial recomendada pela OMS para o controle da malária. O impacto dos MILD será especialmente importante em localidades onde haja evidências epidemiológicas e/ou entomológicas de transmissão intradomiciliar (grande quantidade de casos em crianças menores de 10 anos e mosquitos picando no interior das residências). Devem ser considerados rigorosamente os seguintes requisitos operacionais:

- **Cobertura**: Os mosquiteiros impregnados são muito mais efetivos quanto maior seja o número de pessoas protegidas na localidade. Espera-se, como efeito da distribuição maciça de MILD, redução na quantidade de mosquitos picando no interior das residências. Para garantir a cobertura ótima é preciso que a distribuição seja de forma gratuita e que sejam instalados diretamente pelos Agentes de saúde informando devidamente sobre o uso. A cobertura deve ser monitorada rotineiramente por meio de visitas periódicas (pelos menos a cada quatro meses) e pela aplicação de questionários padronizados.
- **Uso diário e limitação nas lavagens**: é necessário que se faça um trabalho de sensibilização da população quanto à importância do uso diário, à limitação no número de lavagens e ao uso adequado dos MILD. Os MILD têm durabilidade de, pelo menos, dois anos e ela depende de quantas vezes o mosquiteiro é lavado. O número máximo de lavagens depende do fabricante. Os supervisores e agentes de campo devem acompanhar a rotina de lavagem para evitar que esse número de lavagens não exceda o máximo recomendado.

1.41 INSTALAÇÃO DE MOSQUITEIRO IMPREGNADO

No mês de Junho de 2012 iniciou as Instalações dos Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração – MILD, nas seguintes Localidades: Vista Alegre, Fortaleza do Abunã e Nova Califórnia todas pertencentes à 4ª Região.

No mês de Agosto e Setembro 2012 continuamos com as Instalações dos Mosquiteiros

Impregnados de Longa Duração – MILD, nas Localidades de União Bandeirantes e Linhas pertencentes à 7ª Região, Abunã e Linhas (Imbaúba, Vila da Penha, Garimpo São Lourenço, Linhas do Taquara, pertencentes à 6ª Região.

No mês de Outubro deste ano continuamos com as Instalações e manutenção dos Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração – MILD, nas Localidades de Joana D'arc e Linhas pertencentes à 8ª Região.

No mês de Novembro de 2012 iniciou as Instalações dos Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração – MILD, na Zona Urbana de Porto Velho na Localidade do Triângulo pertencente à 1ª Região e neste mesmo mês iniciou também as instalações no entorno da zona Urbana de Porto Velho nas localidades da Zona rural pertencentes à 2ª Região.

No mês de Dezembro deste ano iniciou as Instalações dos Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração – MILD, nas localidades de Maravilha e Niterói (Baixo Madeira) pertencentes à 5ª Região e também neste mês no Setor Chacareiro Boa Safra divisa entre o Bairro Jardim zona Urbana e zona rural de Porto Velho pertencente à 2ª região.

Fotos em São João localidade de Joana D'arc.

Fotos em São João localidade de Joana D'arc.

2. RELATÓRIO ENTOMOLOGICO DE JANEIRO À DEZEMBRO 2012

O conhecimento da distribuição e comportamento dos mosquitos Anopheles é de suma importância para o controle da malária, para conseguir essas informações, faz-se necessário realizar Georreferenciamento: cadastramento de criadouros (GPS) levantamento entomológico (Pesquisa larvária e Captura de alados), nas localidades onde essa endemia acomete a população, no entanto são informações fundamentais para nortear e direcionar as ações de combate e controle desses vetores. Sabemos que a estratégia para o controle da malaria em nossa região destaca como primeiro elemento estratégico o acesso ao diagnóstico oportuno e tratamento adequado, porém temos observado que apesar de notáveis avanços, na maioria das vezes essa atividade não esta a contento para redução dessa enfermidade, e a fim de intensificar as atividades de combate e controle da malaria estamos atuando de forma conjunta para que possamos quebrar o ciclo de transmissão e conseqüentemente reduzir o número de casos positivos de malaria. Por tanto, entre as atribuições da equipe de entomologia, destacamos o direcionamento das medidas de controle a ser adotadas, identificando e avaliando áreas de risco para transmissão dessa enfermidade, conjuntamente com o setor de epidemiologia, de operação e saneamento.

A equipe de entomologia realizou levantamentos entomológicos, (captura de mosquitos adultos e pesquisas larvárias), a fim de identificar áreas de risco para transmissão da enfermidade e monitoramento de criadouros presentes nas seguintes regiões, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 8ª, a fim de avaliar o impacto das intervenções de controle.

A identificação taxonômica dos exemplares dos Anofelinos coletadas tanto de imaturos como de adultos, foi feita com o uso de microscópio óptico e lupa entomológica seguindo as orientações do Ministério da Saúde contidas na nota técnica N° 012/2007/ CGPN/DEGES/SVS/MS.

As fêmeas capturadas de *Anopheles Darlingi* tiveram seus ovários dissecados onde constatamos que está elevada à taxa de paridade em todas as localidades dos estudos. Isto é um fator de grande contribuição para suscetibilidade da espécie ao plasmódio.

MALÁRIA / DENGUE					
AÇÃO/ATIVIDADE	*ESTRATÉGIA DESENVOLVIDA*	*PÚBLICO ALVO*	*META PREVISTA PARA 2º TRIMESTRE*	*META ALCANÇADA NO 2ºTRIMESTRE*	**OBSERVAÇÃO**
Captura de mosquitos do gênero *Anopheles*	Captura por atração humano protegido, 2 pontos em cada localidade com duração de 180 minutos nos ambientes intra e peri domicilio.	Localidade onde essa endemia acomete a população	1ª e 2ª Região, Novo engenho velho Área Urbana e Peri-urbana 36 - Localidades 72 - Pontos	04 localidade =11% 08 pontos =11%	A meta não pode ser alcançada devido a mudança do clima de nossa região e a realização do curso de entomologia medica no modulo- malária
Coleta de formas imaturas (Larvas) de *Anopheles*	Pesquisa larvária em criadouros de *Anopheles*, obedecendo à norma técnica de 9 conchadas por ponto, no mínimo 20 pontos por criadouro, um ponto a cada 5 metros	Localidade onde essa endemia acomete a população	48 – Localidades 144 – Criadouros	14 localidade= 29% 37 Criadouro= 27%	Não houve produção decorrente a chuvoso, e o Curso no LACEM
Identificação de *Anopheles* adultos	Utilização de lupa entomológica e chave dicotômica	Localidade onde essa endemia acomete a população	100% dos capturados	100% identificados	
Identificação de *Anopheles* imaturos	Utilização de microscópio e chave dicotômica	Localidade onde essa endemia acomete a população	100% dos coletados	100% identificados	
Identificação de formas imaturas de *Aedes,* coletados no Levantamento de índice Rápido (LIRA)	Utilização de microscópio e chave dicotômica	População em geral	Não Programado para esse trimestre	100%	
Identificação de formas imaturas de *Aedes*	Exposição de mosquitos, presos em gaiolas, à termonebulização.	Localidade onde essa endemia acomete a população	100% dos coletados	100% identificados	
Teste de susceptibilidade ao inseticida - Parede Cypermetrina 300 CE	Exposição de mosquitos, presos em cones, à superfícies diferentes borrifadas	Localidade onde essa endemia acomete a população	Não Programado para esse trimestre		Não Programado para esse trimestre

MALÁRIA / DENGUE					
AÇÃO/ATIVIDADE	*ESTRATÉGIA DESENVOLVIDA*	*PÚBLICO ALVO*	*META PREVISTA PARA 2º TRIMESTRE*	*META ALCANÇADA NO 2ºTRIMESTRE*	**OBSERVAÇÃO**
Avaliação dos equipamentos utilizados no controle vetorial (O. I.)	Aferição dos equipamentos Aspersores costais (guarany) e termonebulizadores	Regiões que utilizam os equipamentos para o controle vetorial	Avaliar os equipamentos da 1ª, 2ª, e 8ª Região	Não Programado para esse trimestre	
Levantamento e monitoramento entomológico na zona rural	Realização dos trabalhos entomológicos periódicos nas 9 regiões 2 vezes ao ano	Localidade onde essa endemia acomete a população	Levantamento entomológico Na 8ª Região.		
Curso entomologia Médica Realizado pelo Núcleo entomologia LACEM	Curso Técnicas de entomologia	Funcionários do laboratórios de entomologia - PVH	100% de Aproveitamento		Inicio 11 á 22/06/12
Amostragem de ovos de *Aedes* com OVITRAMPAS	Instalação de armadilhas (ovitrampas) durante 4 semanas para contagem de ovos de *Aedes* utilizando lupa entomológica , em localidades de maior infestação de casos de Dengue.	Localidade onde essa endemia acomete a população	localidades de maior infestação de casos de Dengue	Inicio 29/05/2012 á 11/06/2012	Essa atividade foi realizada pelo Núcleo de Entomologia do LACEM junto c/ a Entomologia de P.V.H

3. DIVISÃO DE PESQUISA E DIAGNÓSTICO

3. 1 AÇÕES REALIZADAS PELO LABORATÓRIO DE REVISÃO

TABELA 3 - Lâminas Revisadas pelo Controle de Qualidade do Município de Porto Velho no período de Janeiro à Novembro 2012.

MÊS	**NEGAT.**	**POSIT.**	**TOTAL LAM. REVISADAS**	**LÂMINAS DIVERGENTES**				
				P/ ESPÉCIE	**P/ FG**	**POS. P/ NEG.**	**NEG. P/ POS.**	**TOTAL LAM. DIVERG.**
JANEIRO	1.196	999	2.195	01	03	02	03	09
FEVEREIRO	1.067	807	1.874	0	02	02	0	04
MARÇO	1.484	770	2.254	03	0	04	05	12
ABRIL	1.465	897	2.362	03	0	10	08	21
MAIO	1.177	895	2.072	01	0	01	03	05
JUNHO	1.047	751	1.798	06	0	03	02	11
JULHO	763	895	1.658	02	0	08	03	13
AGOSTO	1.490	1.274	2.764	05	0	15	07	27
SETEMBRO	1.213	1.130	2.343	04	02	11	07	24
OUTUBRO	1.092	1.008	2.100	04	0	09	06	19
NOVEMBRO	772	799	1.571	02	01	03	02	08
TOTAL	11.766	10.225	22.991	31	08	68	46	153

No período de Janeiro à Novembro de 2012 foram realizadas 19 capacitações em diagnóstico de

malária e 02 atualizações. Foram realizadas 17 supervisões nos laboratórios de malária distribuídos nas regiões: 1ª e 2ª e 19 supervisões nos laboratórios de Malária na área ribeirinha e 23 nos laboratórios na área terrestre.
As supervisões acompanhadas de revisão direta são realizadas na zona rural terrestre e na zona rural ribeirinha pela equipe do laboratório de revisão.

DIFICULDADES:

Mais caminhonetes cabine dupla para transportar as equipes de borrifação residual e espacial das regiões 1ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª.
Manutenção nos veículos (demora de até 30 dias).
Contratação de Recursos Humanos para as Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª.

Malária

ANO 2012

UF: RO **MUNICÍPIO:** PORTO VELHO **Período:** 01/01/2012 a 31/10/2012																			
População: 435.732																			
Mês	**Exame**		**Positivo**		**Total**		**Autóctone**	**Importado outro Município da UF**	**Importado de outra UF/País**	**LVC**		**PLP**	**%F**	**F**	**V**	**F+V**	**M**	**O**	
	Detecção Passiva	**Detecção Ativa**	**Detecção Passiva**	**Detecção Ativa**	**Exame**	**Positivo**				**Exame**	**Positivo**								
JAN	9941	1010	1092	71	10951	1163	1025	51	90	969	440	10,6	4,2	47	1117	2	0	0	
FEV	9480	1224	772	57	10704	829	717	68	134	720	320	7,7	3,6	29	799	1	0	0	
MAR	10501	1044	844	68	11545	912	786	79	182	619	255	7,9	4,5	37	872	4	0	0	
ABR	7806	1530	961	63	9336	1024	899	81	226	546	273	11,0	3,4	28	989	7	0	0	
MAI	8135	1480	968	76	9615	1044	879	101	290	623	282	10,9	5,3	47	989	8	0	0	
JUN	7486	1660	1100	86	9146	1186	1021	95	360	627	266	13,0	5,2	57	1124	5	0	0	
JUL	8100	1921	1517	95	10021	1612	1383	123	466	772	338	16,1	3,5	53	1555	4	0	0	
AGO	8406	2138	1586	100	10544	1686	1422	130	600	853	391	16,0	3,9	62	1620	3	0	0	
SET	6764	1087	1589	77	7851	1666	1461	97	708	805	424	21,2	2,6	39	1620	4	0	0	
OUT	7992	1841	1642	147	9833	1789	1585	77	835	1097	419	18,2	3,2	54	1732	3	0	0	
TOTAL	84611	14935	12071	840	99546	12911	11178	902	3891	7631	3408	13,0	3,8	453	12417	41	0	0	

Gráfico 100 - Diagrama de Controle da Malária - Porto Velho

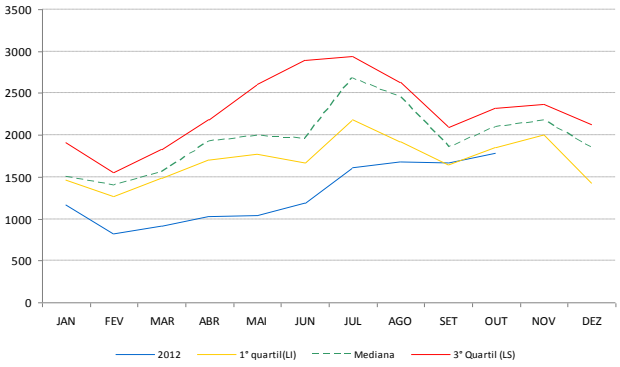


Gráfico 101 - Diagrama de Controle da Malária - Primeira Região

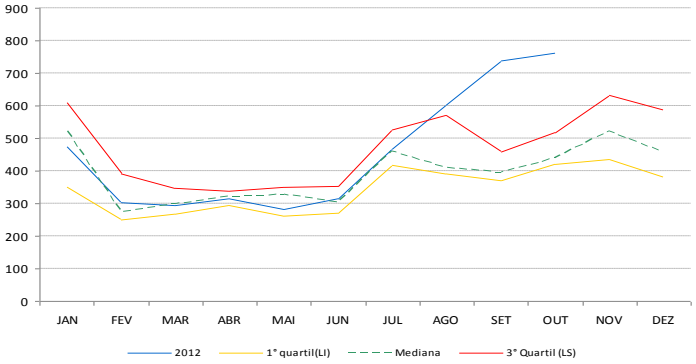


Gráfico 102 - Diagrama de Controle da Malária - Segunda Região

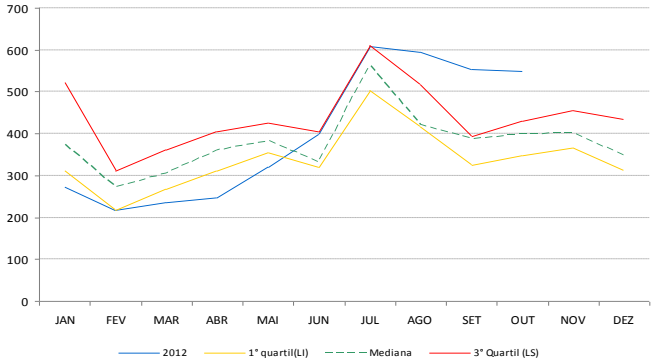


Gráfico 103 - Diagrama de Controle da Malária - Terceira Região

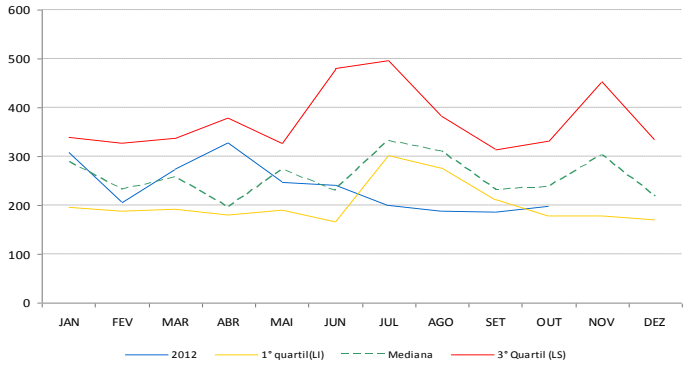


Gráfico 104 - Diagrama de Controle da Malária - Quarta Região

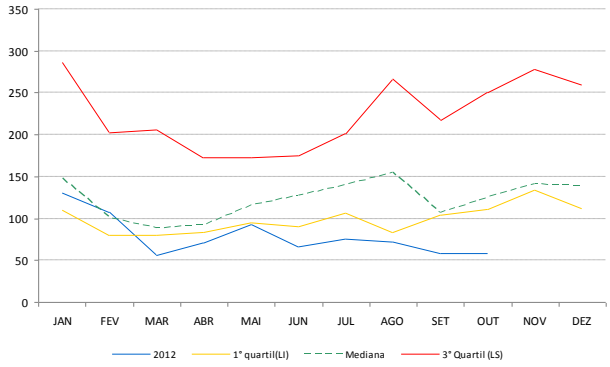


Gráfico 105 - Diagrama de Controle da Malária - Quinta Região

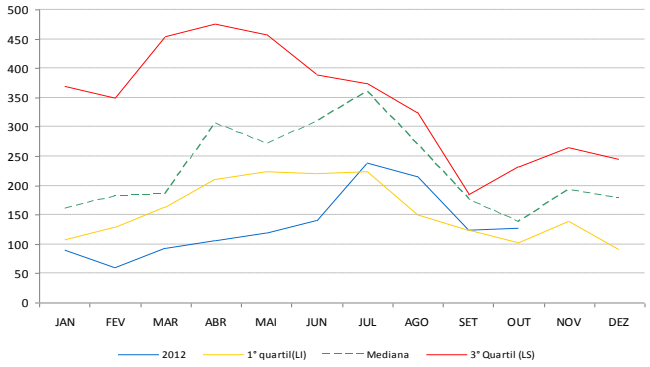


Gráfico 106 - Diagrama de Controle da Malária - Sexta Região

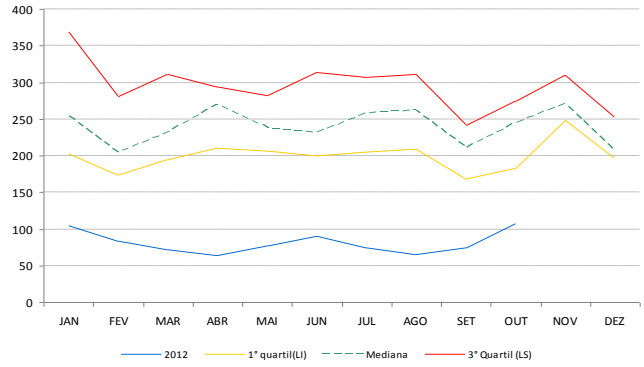


Gráfico 107 - Diagrama de Controle da Malária - Sétima Região

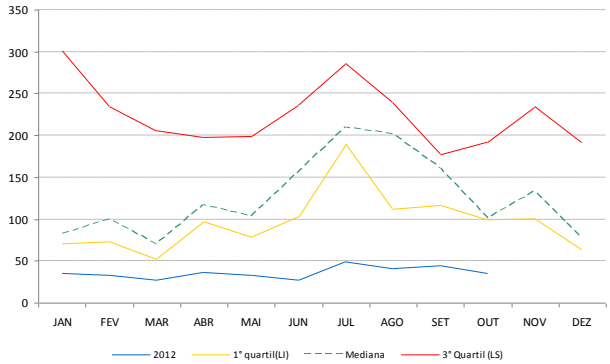


Gráfico 108 - Diagrama de Controle da Malária - Oitava Região

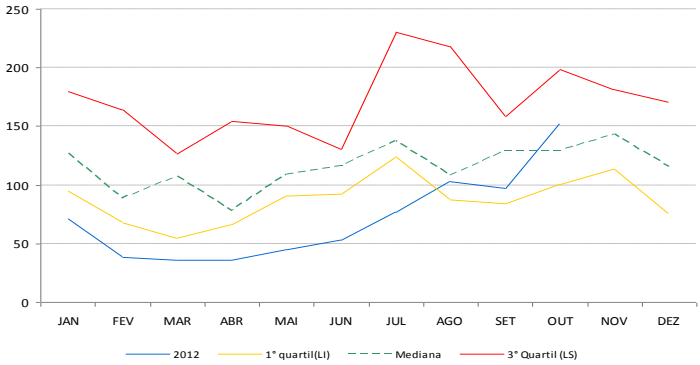
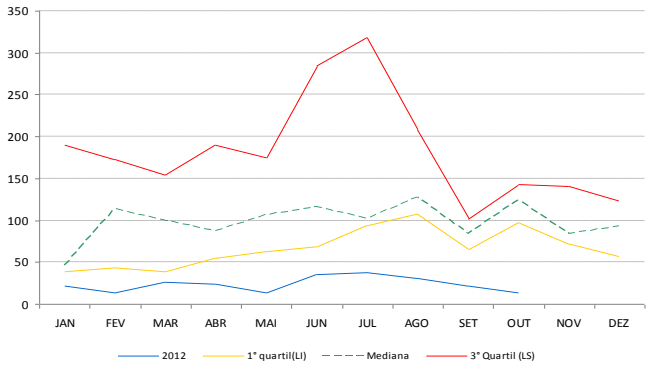


Gráfico 109- Diagrama de Controle da Malária - Nona Região



No corrente ano, mesmo com diversas dificuldades, conseguimos, com o apoio das equipes municipal, federal e terceirizada diminuir significativamente o percentual dos casos de malária no nosso município quando comparamos com o mesmo período do ano de 2012.

Quando analisamos o último relatório apresentado pela Divisão de Controle de Vetores, já sob a gestão atual visualizamos novamente uma queda significativa dos casos positivos e conseqüentemente da doença malária no município de Porto Velho.

Vivemos numa área geográfica famosa pela endemia malária, mas poderíamos ter avançado bem mais se não fossem as dificuldades enfrentadas e já citadas durante o desenvolvimento do presente relatório, dentre as quais demora na manutenção de veículos, dentre outros.

Claro que as dificuldades e o processo burocrático da máquina pública é um fator a ser considerado e até compreendido, mas não pode se configurar numa desculpa para frear avanços que só são conquistados com a cooperação de todos.

Assim, tendo em vista as dificuldades apresentadas ao longo do relatório, faz-se necessário a correção de tais problemas para que num próximo momento possamos apresentar um salto ainda mais qualitativo para a gestão da Secretaria Municipal de Saúde.

Centro de Controle de Zoonoses - CCZ

Atividades Realizadas no Controle e Combate à Dengue

Este relatório tem como objetivo apresentar as atividades referentes ao controle vetorial e atividades de competência do Departamento responsável pela Dengue. Neste contemplamos não só os resultados alcançados, mas também as e dificuldades encontradas com o propósito tão somente de contribuir para a melhoria do sistema Único de saúde.

Este Departamento é responsável pelas seguintes atividades:

Controle Vetorial da Dengue;
Alimentação do sistema de informação (SIS FAD);
Consolidação e análise de dados epi- entomológicos;
Entomologia.

Os dados apresentados a seguir foram coletados de relatórios mensais coletados do SISFAD (Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica em Dengue). O processamento destes dados determina uma análise da situação, assim desencadeando ações de prevenção e controle. Os dados estão disponibilizados em forma de tabelas, gráficos e mapas, de modo a possibilitar análises e evidenciar avaliações.

1. DIVISÃO DE CONTROLE DE VETORES

1.1 - PROGRAMA DE CONTROLE E COMBATE DA DENGUE

A dengue é uma doença febril aguda, que pode ser de curso benigno ou grave, dependendo da forma como se apresenta: infecção inaparente, dengue clássico (DC), febre hemorrágica da dengue (FHD) ou síndrome do choque da dengue (SCD). Atualmente, é a mais importante arbovirose que afeta o ser humano e constitui sério problema de saúde pública no mundo. Ocorre e disseminam-se especialmente nos países tropicais, onde as condições do meio ambiente favorecem o desenvolvimento e a proliferação do *Aedes aegypti*, principal mosquito vetor. Em função da complexidade que envolve a prevenção e o controle, os objetivos do Programa Municipal de Controle da Dengue São:

- Combate ao mosquito vetor;
- Detectar precocemente as epidemias;
- Ações de saneamento ambiental;
- Controlar as epidemias em curso;
- Reduzir o risco de transmissão da dengue nas áreas endêmicas;
- Reduzir a letalidade de FHD/SCD, mediante diagnóstico precoce e tratamento oportuno e adequado;
- Ações integradas de educação em saúde;

Fatores determinantes que interferem na transmissão da dengue:

- Elevadas temperaturas e umidade relativa do ar;
- Alta densidade populacional;
- Urbanização desordenada;
- Coleta de resíduos sólidos domiciliares e abastecimento de água potável deficiente;
- Resíduos sólidos descartáveis, plásticos e pneumáticos contribuindo para aumentar criadouros potenciais;
- Altos índices de infestação predial.

Este departamento tem como responsabilidade o controle vetorial, buscando identificar infestação de *Aedes aegypti* e precocemente identificar a presença de *Aedes albopictus*, este transmissor da dengue e febre amarela, realizando imediatamente controle químico a fim de evitar disseminação.

1.2 - Dentre as ações, temos:

- Realização de visitas domiciliares, pelos Agentes de Controle de Endemias desenvolvendo atividades de coleta de larvas para identificação, tratamento de depósitos com larvicida, ações educativas, orientando a eliminação dos depósitos inservíveis;
- Realização do LIRAa (Levantamento de Índice Rápido do *A. aegypti*) quatro vezes ao ano, para orientar a ordem dos bairros a serem trabalhados pelos ACS e ASP, conforme o IIP (Índice de Infestação Predial).
- Visita aos Pontos Estratégicos – PE's, como borracharias, ferros velhos, depósitos de garrafas pet e outros para reciclagem, lojas de materiais de construção, casas de refrigeração, etc., para controle com borrifação residual, aplicação de termonebulização e orientações. Em casos reincidentes, a visita é acompanhada por Fiscal da VISA para notificação.

- Utilização de controle químico (UBV), quando houver indicação entomo-epidemiológica.

1.2.1 Levantamento de Índice Rápido – LIRA

Esta é uma atividade inserida no PNCD (Plano Nacional de Controle da Dengue), a fim de realizar o monitoramento rápido dos índices de infestação predial por *Aedes aegypti*, utilizamos um programa que sorteia a amostra de forma aleatória com quarteirões a serem trabalhados. Este mesmo programa também já fornece a metodologia que a amostra tem que ser realizada de acordo com o número de imóveis de cada bairro.

Neste segundo semestre, foram realizados três LIRAa`s nas seguintes datas em toda zona urbana do município de Porto Velho:

- 06 a 14 de Fevereiro
- 07 a 18 de Maio
- 09 a 23 de outubro;

Gráfico 110: Índice de Infestação Predial do *Aedes Aegypti*, LIRA por bairro, Fevereiro de 2012 .

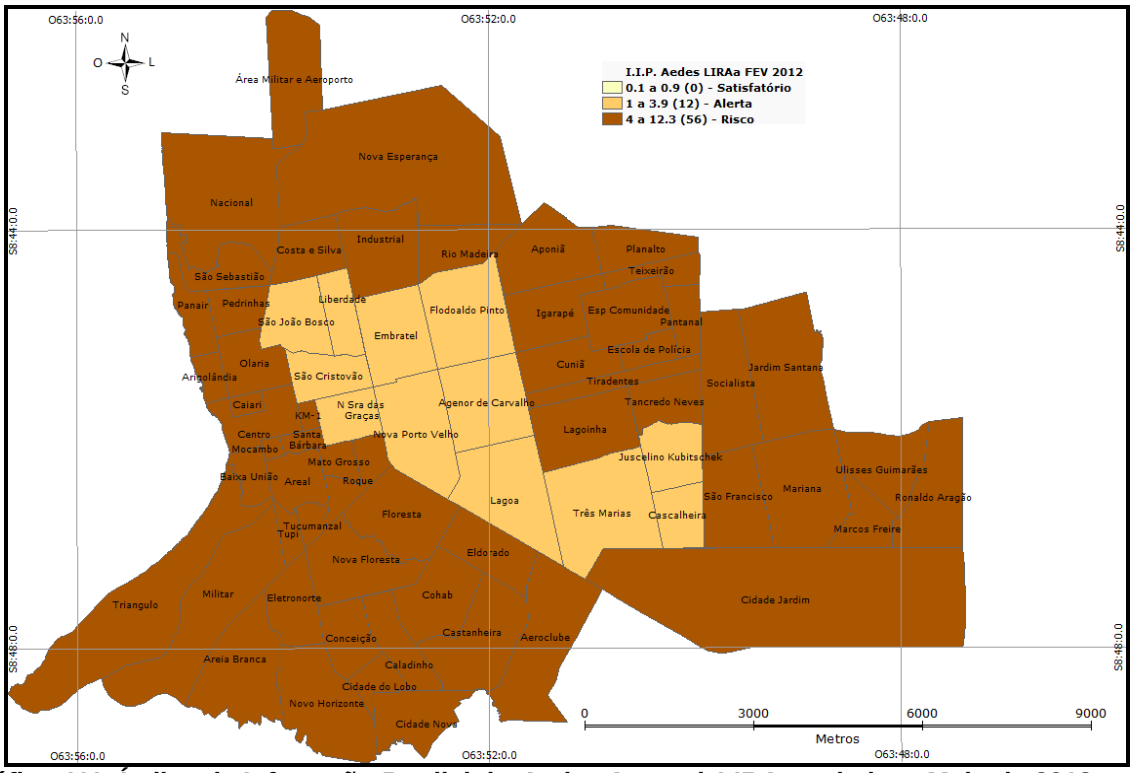


Gráfico 111: Índice de Infestação Predial do *Aedes Aegypti*, LIRA por bairro, Maio de 2012

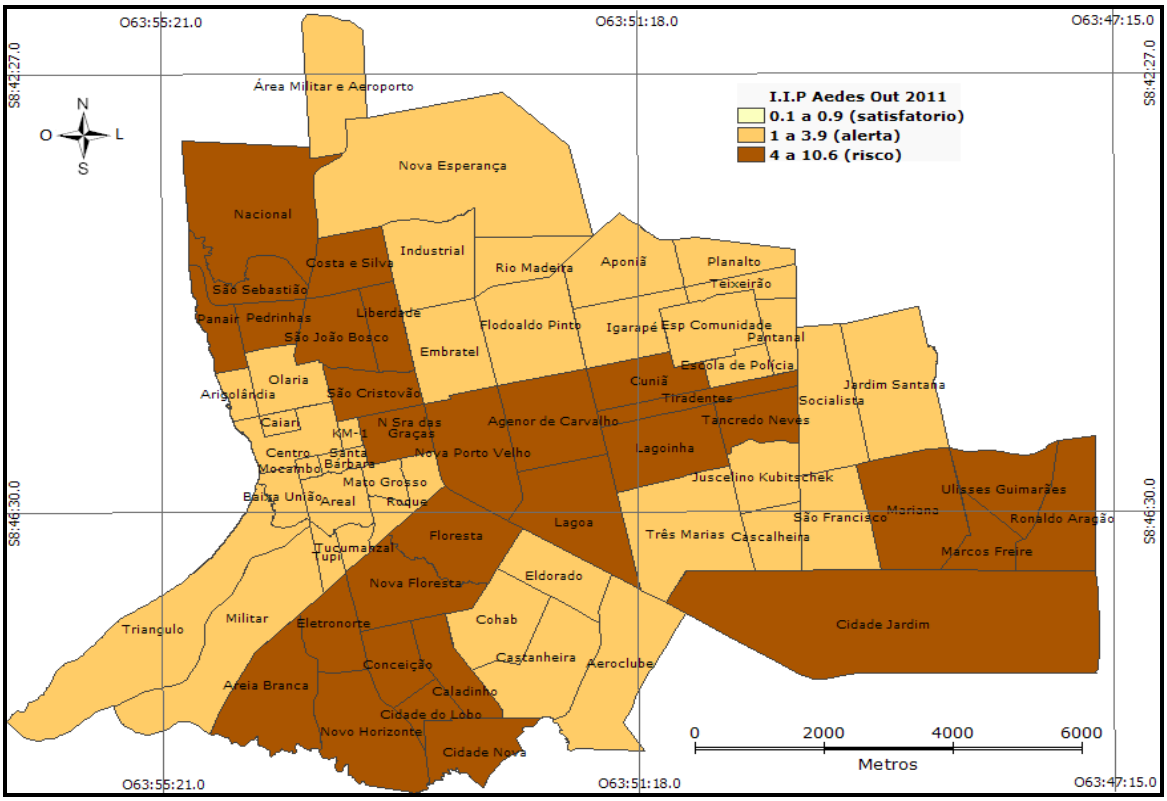
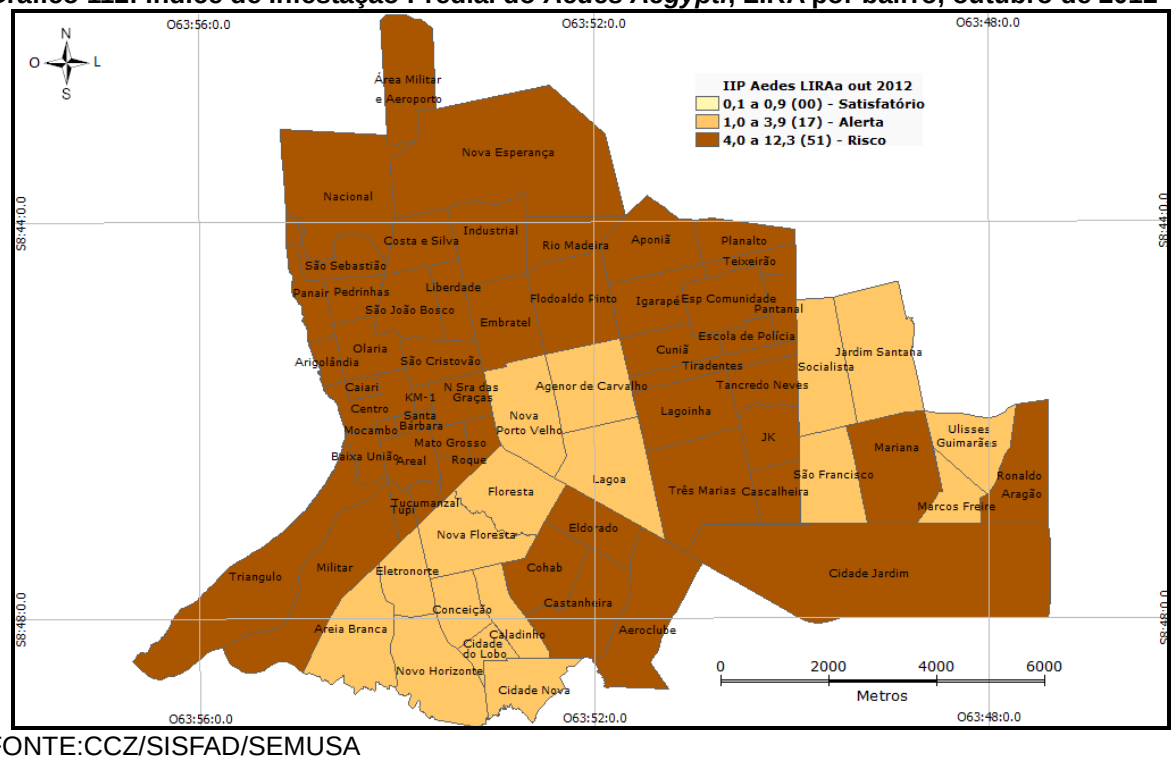


Gráfico 112: Índice de Infestação Predial do *Aedes Aegypti*, LIRA por bairro, outubro de 2012



FONTE:CCZ/SISFAD/SEMUSA

Gráfico 113: Índice de Infestação Predial do *Aedes Aegypti*, LIRA por bairro, outubro de 2012.

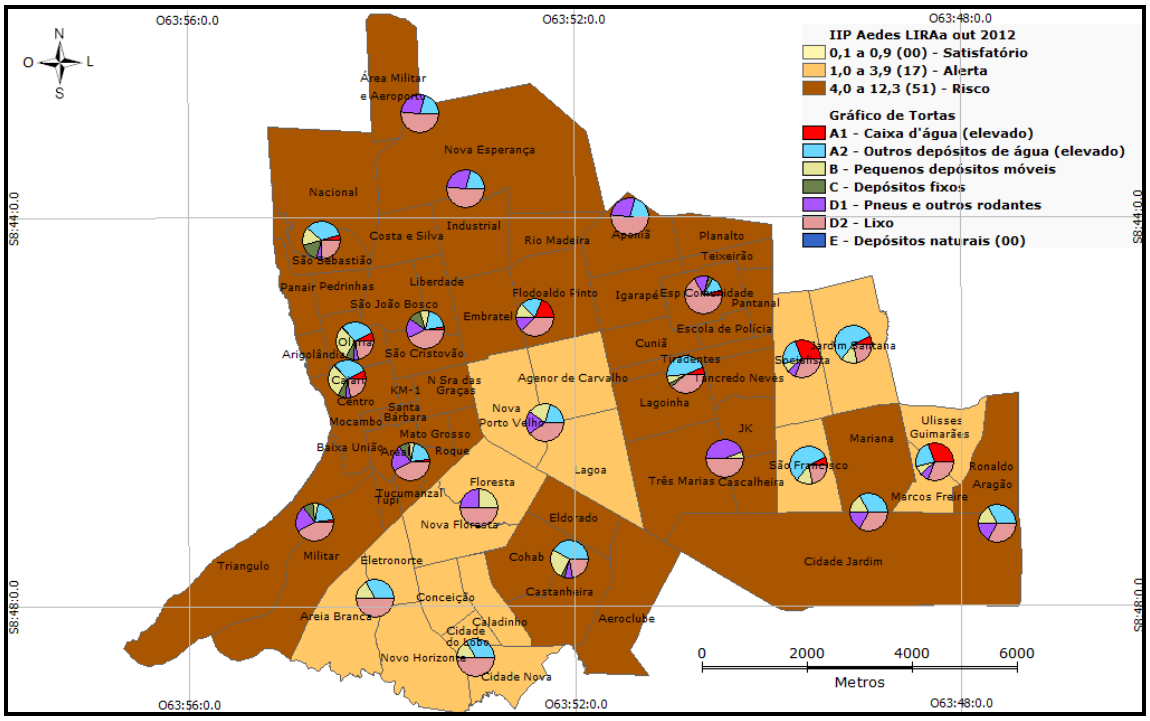
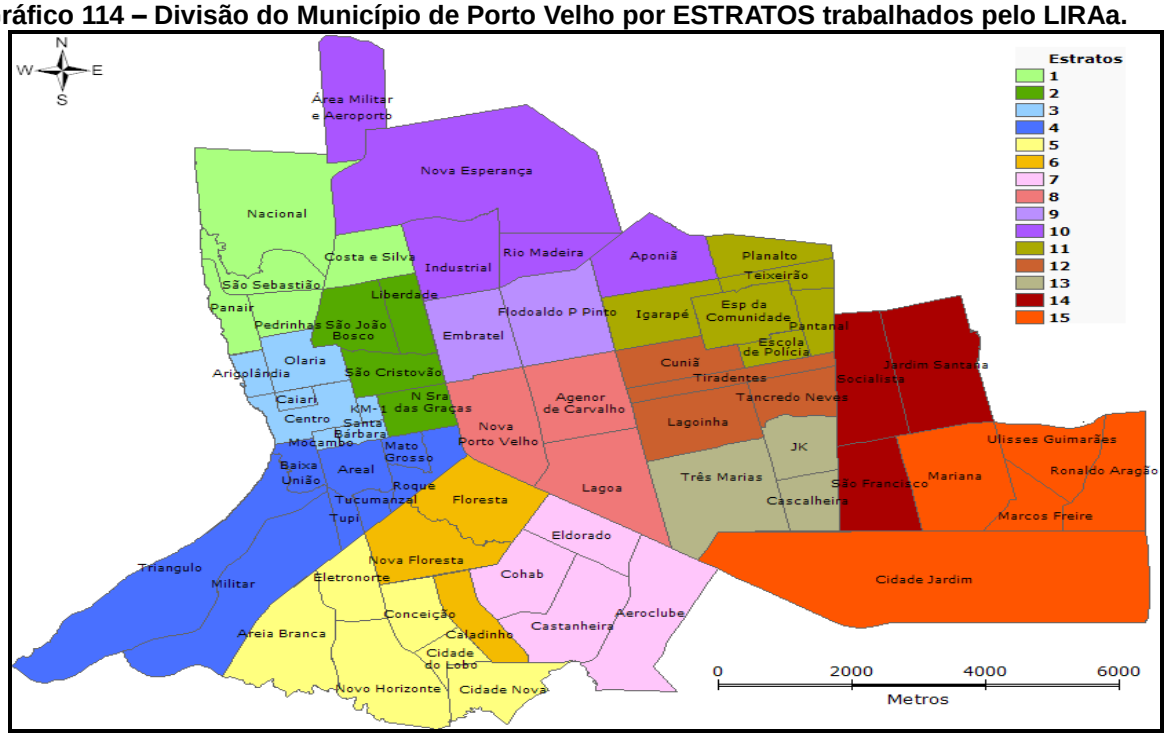


Gráfico 114 – Divisão do Município de Porto Velho por ESTRATOS trabalhados pelo LIRAa.



Fonte: CCZ/SISFAD/SEMUSA

A tabela abaixo apresenta em quais estratos (setores) houve maior número de pendências (imóveis fechados e recusas) relacionadas às visitas dos agentes de campo. Nesses locais devido ao número reduzido de recursos humanos, não retornamos como é preconizado.

Tabela 1 – Relação de número de imóveis programados para visitação e número de imóveis inspecionados em outubro.

ESTRATOS	BAIRROS	IMÓVEIS	PROGRAM. IMOVEIS	INSPEC.
ESTRATO 1	SÃO SEBASTIÃO	2.094	430	333
	COSTA E SILVA	2.378		

ESTRATOS	BAIRROS	IMÓVEIS	PROGRAM. IMOVEIS	INSPEC.
	PEDRINHAS	1.882		
	PANAIR	719		
	NACIONAL	3.236		
	LIBERDADE	2.120		
	SÃO JOÃO BOSCO	3.635		
	SÃO CRISTÓVÃO	2.860		
ESTRATO 2	NSA DAS GRAÇAS	2.486	432	339
	ARIGOLÂNDIA	503		
	OLARIA	2.681		
	CAIARI	464		
	CENTRO	3.039		
	Km 1	588		
	SANTA BÁRBARA	696		
ESTRATO 3	MUCAMBO	245	427	347
	BAIXA UNIÃO	950		
	AREAL	2.481		
	TUCUMANZAL	1.195		
	TUPI	514		
	TRIÂNGULO	1.273		
	ROQUE	596		
	MILITAR	261		
ESTRATO 4	MATO GROSSO	1.621	428	285
	AREIA BRANCA	712		
	NOVO HORIZONTE	1.176		
	CIDADE DO LOBO	1.565		
	CIDADE NOVA	2.513		
	CONCEIÇÃO	3.478		
ESTRATO 5	ELETRONORTE	2.969	434	350
	NOVA FLORESTA	4.973		
	FLORESTA	2.741		
ESTRATO 6	CALADINHO	3.333	429	311
	ELDORADO	1.902		
	COHAB	5.711		
	CASTANHEIRA	4.338		
ESTRATO 7	AEROCLUBE	875	432	456
	LAGOA	2.249		
	NOVA PORTO VELHO	4.945		
ESTRATO 8	AGENOR DE CARVALHO	6.044	434	325
	EMBRATEL	5.168		
	FLODOALDO PONTES PINTO	3.989		
ESTRATO 9	RIO MADEIRA	3.028	434	325
	INDUSTRIAL	886		
	NOVA ESPERANÇA	1.733		
ESTRATO 10	APONIÃ	7.485	431	476
	PLANALTO	775		
	TEIXEIRÃO	958		
	IGARAPÉ	3.920		
	ESCOLA DE POLÍCIA	720		
	ESP. DA COMUNIDADE	3.910		
	MARINGÁ	865		
ESTRATO 11	PANTANAL	1.164	434	476
	CUNIÃ	2.444		
	TIRADENTES	1.519		
	LAGOINHA	5.017		
ESTRATO 12	TANCREDO NEVES	3.771	433	436
	JUSCELINO KUBISTCHEK (JK)	4.392		
ESTRATO 13	TRÊS MARIAS	6.166	434	379

ESTRATOS	BAIRROS	IMÓVEIS	PROGRAM. IMOVEIS	INSPEC.
	SOCIALISTA	2.509		
	JARDIM SANTANA	4.314		
ESTRATO 14	SÃO FRANCISCO	4.627	428	342
	MARIANA	6.893		
ESTRATO 15	SOCIALISTA	4.630	427	446
	ULISSES GUIMARÃES	2.026		
	RONALDO ARAGÃO	1.197		
	MARCOS FREIRE	2.194		
ESTRATO 16	CIDADE JARDIM CASCALHEIRA	395 1.335	428	305
TOTAL		171.714		

Fonte: CCZ/LIRAa/SEMUSA

1.2.2 Visitas Domiciliares

As atividades de visitas domiciliares são realizadas pelos agentes de saúde para realizar o tratamento e eliminação de criadouros de mosquito transmissor da dengue. Educação em saúde também é um tema abordado por esses profissionais.

Está pactuado na PAVS/Programação das Ações de Vigilância em Saúde, que o município deve realizar 80% dos seis ciclos anuais para identificação e eliminação de focos e/ou criadouros de *Aedes aegypti e Aedes albopictus* em imóveis, de acordo com as normas técnicas do PNCD/ Plano Nacional de Controle da Dengue.

TABELA 2 – Meta Pactuada e Alcançada em Imóveis Trabalhados para o Controle do *Aedes*, Porto Velho/RO, Julho a Dezembro de 2012.

MÊS	IMÓVEIS TRABALHADOS	DEPÓSITOS TRATADOS
Janeiro	**23.307**	**1.168**
Fevereiro	**21.758**	**882**
Março	**40.249**	**353**
Abril	**35.694**	**356**
Maio	**36.539**	**585**
Junho	**35.468**	**252**
Julho	**39.309**	**122**
Agosto	**47.533**	**236**
Setembro	**40.365**	**172**
Outubro	**27.337**	**186**
Novembro	**31.899**	**283**
TOTAL	**379.458**	**4.595**

Fonte: SIS FAD, dados sujeitos a alteração.

Esta meta é baixa devido ao déficit de Agentes de Combate a Endemias/ACE e, principalmente, a baixa cobertura dos Programas de Agente Comunitário de Saúde/PACS e de Saúde da Família/ESF, mesmo estes últimos terem em suas funções a obrigatoriedade da investigação domiciliar do *Aedes aegypti*, mas com o objetivo de otimizar os recursos humanos existentes, são os ACS das equipes do PACS e das ESF responsáveis pelas ações de controle do *Aedes* e da dengue na sua área de abrangência, orientando a população sobre as medidas de controle vetorial (eliminação e vedação de depósitos). Os ACE realizam visitas domiciliares nas áreas sem cobertura do ACS e realizam também o tratamento dos depósitos úteis (tanques, caixas d'água, barril, etc.) que

contém larvas do mosquito. Temos em cada Unidade de Saúde um ACE responsável pelo tratamento de depósitos positivos (larvicida) na área trabalhada pelo ACS.

TABELA 3 -Visitas realizadas pelos ACS, em unidades de saúde no período de Janeiro a Novembro de 2012.

UNIDADES DE SAÚDE	JAN.	FEV.	MAR.	ABRIL	MAIO.	JUN.	JUL.	AGOS	SET.	OUT	NOV.	TOTAL
POL. JOSÉ ADELINO	1.309	1.309	2.646	2.212	2.216	1.734	2.913	2.615	2.671	2.404	2.304	**24.333**
C.S.ERNANDES ÍNDIO	461	778	2.586	2.157	2.324	1.693	1.558	2.308	1.529	1.792	1.553	**18.739**
C.S.MANOEL AMORIM DE MATOS	434	299	209	-	22	-	832	1.381	1.547	1.586	1.262	**7.572**
U.S.FAMÍLIA SOCIALISTA	984	1.364	2.024	1.560	1.569	1.273	1.226	1.337	1.375	1.335	950	**14.997**
C.S.CALADINHO	970	675	690	436	1.204	826	683	766	588	1.401	725	**8.964**
C.S.AGENOR DE CARVALHO	1.152	1.103	1.704	1.372	1.334	1.232	1.162	1.029	975	1.329	1.164	**13.556**
C.S.PEDACINHO DE CHÃO	377	377	568	1.087	1.276	1.058	556	714	739	911	968	**8.631**
C.S.RENATO MEDEIROS	522	822	1.447	465	839	977	795	956	808	911	706	**9.248**
C.S.NOVA FLORESTA	241	504	789	566	786	559	486	744	436	493	404	**6.008**
C.S.RONALDO ARAGÃO	333	333	1.230	1.331	1.427	2.007	175	2.123	1.831	1.878	1.686	**14.354**
POL.HAMILTON GONDIM	88	397	267	748	161	126	969	1.501	646	710	926	**6.539**
U.S.FAMÍLIA SÃO SEBASTIÃO	1.208	1.208	1.646	1.730	2.493	1.941	1.522	1.604	1.558	1.618	1.538	**18.066**
U.S.FAMÍLIA APONIÃ	701	461	2.072	1.358	1.618	1.900	2.356	2.514	2.167	2.152	1.529	**18.828**
U.S.FAMÍLIA MARIANA	661	661	2.479	1.844	2.063	1.729	568	2.682	1.583	1.446	1.247	**1.963**

FONTE: CCZ/SISFAD/SEMUSA.

1.2.3 Pontos Estratégicos- PE

Pontos Estratégicos são locais com maior risco de possuírem criadouros do mosquito *Aedes Aegypti*, dentre eles estão borracharias, oficinas mecânicas e ferro velho.

Existe uma equipe específica para visitação e eliminação de criadouros nesses locais. Em 2012, além das visitas rotineiras aos pontos estratégicos, também foi realizado o recolhimento de pneus em áreas críticas de “depósitos clandestinos”, ou seja, terrenos baldios e borracharias. Nesse trabalho, em parceria com a SEMA, foram recolhidos nas borracharias, aproximadamente 2.200 pneus, estes foram levados ao Eco Ponto credenciado para recolhimento e processamento.

TABELA 4 – Numero de Pontos Estratégicos trabalhados e Depósitos Inspecionados e Tratados, Porto Velho/RO, 2012.

MÊS	PE’s TRABALHADOS	DEPÓSITOS INSPECIONADOS	DEPÓSITOS TRATADOS
Janeiro	291	13.354	119
Fevereiro	354	20.838	64
Março	1.036	46.906	463
Abril	956	49.965	70
Maio	1.146	62.742	181
Junho	1.588	71.831	45
Julho	1.059	56.800	16
Agosto	1.261	40.936	03
Setembro	1.715	53.308	22
Outubro	731	24.416	14
Novembro	836	23.053	09
TOTAL	**10.973**	**464.149**	**1.006**

Fonte: SISFAD

COLETA DE PNEUS REALIZADA PELOS ACE`S
EM BORRACHARIAS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

CAÇAMBA COM PNEUS RECOLHIDOS EM
BORRACHARIAS PARA ENTREGA NO ECO-PONTO.

ECO-PONTO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DEPOIS DA AÇÃO DOS ACE`S.

1.2.4 Aplicação de inseticida a Ultra Baixo Volume – UBV

No primeiro semestre, o controle vetorial específico com aplicação de inseticida (UBV), totalizou 245h e 44min, respeitando as regras de aplicação em 3 fases, consumindo 3.071 litros de calda, realizados em diversos bairros da cidade conforme resultado dos três Lira'a realizados no corrente ano.

1.3 Demais Atividades Realizadas (casos suspeitos, pedidos de visitas e Denúncias);

1.3.1- Pedido de visitas e Denúncias

Foram realizadas 59 visitas em prédios em construção em diversos bairros da cidade, a fim de tratar e eliminar os depósitos encontrados. Denúncia feita neste departamento via e-mail ou telefone são investigadas pela equipe de bloqueio, ao total do ano corrente foram 2.226, nesses locais os criadouros foram tratados e eliminados e o morador orientado sobre os cuidados com a dengue, e sob via de notificação junto ao Ministério público.

Este relatório se propôs como objetivo geral, demonstrar todos os dados obtidos pelas equipes de campo do controle vetorial, no período de um ano, conforme solicitação.

Neste ano foram realizados três Lira's de acordo com PNCD. Mesmo com número reduzido de agentes e enfrentando diversas dificuldades, nossas equipes têm se esforçado para realizar todas as atividades necessárias para reduzir os números de infestações de *Aedes aegypti*, porem para que possamos ter mais eficácia nos resultados, não só devemos exigir, mas também possibilitar melhores condições de trabalho, pois, esses colaboradores estão em campo dia a dia enfrentando as intempéries e todas as dificuldades do para combater tais doenças.

Este relatório não encerra as possibilidades de diálogos para melhoria, ao contrário, abre propostas que venham contribuir com ação de combate a dengue e febre amarela no município de Porto Velho.

1. DIVISÃO DE CONTROLE DE ANIMAIS DOMÉSTICOS-DICAD

A Divisão de Controle de Animais Domésticos e Sinantrópicos é responsável pela prevenção e controle de zoonoses. As atividades desenvolvidas por essa divisão visam promover a redução e controle da população de animal não domiciliado, indesejado e/ou doentes sem perspectivas de tratamento, bem como a população de animais sinantrópicos (animais que convivem desarmonicamente com o ser humano), além de manter vigilância sobre algumas zoonoses associadas á esses animais.

Ao longo dos anos, desenvolvendo atividades nas seguintes áreas:

1.1 Controle da Raiva Animal

- Através da apreensão de animais não-domiciliados;
- Remoção domiciliar de animais indesejados e doentes, a partir de solicitações;
- Observação clinica de animais suspeitos de raiva;
- Vacinação de animais na zona urbana rural do município;
- Coleta e encaminhamento de amostras (encéfalo) para diagnóstico laboratorial de raiva;
- Orientação a profissionais de saúde na avaliação de animais e acidentes causados pelos mesmos;
- Realização de bloqueio de focos de raiva;
- Orientação à população quanto aos mecanismos de controle de zoonoses e posse responsável de animais;
- Esterilização de animais como forma de controle populacional.

1. **Captura de animais não-domiciliados**

A captura de animais visa reduzir o numero de animais soltos em vias públicas e todas as conseqüências advindas da presença desses animais nas ruas da cidade, como acidentes de transito, agressão a transeuntes e disseminação de doenças, entre outras.

Até outubro foi capturado um total de 401 animais sendo distribuídos conforme tabela 1.

TOTAL DE ANIMAIS CAPTURADOS POR MESES DO ANO												
Meses	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**
Total de capturados	**49**	**53**	**40**	**31**	**20**	**33**	**57**	**45**	**15**	**58**	**0**	**0**

Tabela 1. **TOTAL DE ANIMAIS CAPTURADOS POR MÊS**

Desses animais capturados, aproximadamente 76% foram resgatados por seus donos ou adotados por outras pessoas enquanto 23% foram eutanasiados por se apresentarem em estados terminais, sendo a destino dos animais capturados distribuídos conforme tabela 2.

Tabela 2: Destinos dos animais capturados por mês

DESTINOS DE ANIMAIS CAPTURADOS POR MESES DO ANO												
DESTINO/CAPTURADOS	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**
EUTANASIADOS	**1**	**15**	**10**	**1**	**3**	**1**	**5**	**2**	**6**	**2**	**0**	**0**
RESGATADOS / ADOTADOS	**4**	**37**	**8**	**23**	**0**	**1**	**45**	**45**	**22**	**21**	**0**	**0**
MORTOS NO CANIL	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**
EVADIDOS	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

2. **Remoções Solicitadas**

O serviço de remoção de animais oferecido por este CCZ, visa evitar que a população

se desfaça de seus animais indesejados ou doentes, deixando-os em vias públicas, o que ocasionaria um prejuízo ainda maior não apenas pela logística da captura mas por todos os inconvenientes associados à presença de animais soltos nas ruas.

No período, foi removido um total de 2411 animais, conforme tabela 3.

Tabela 3: Quantitativo de animais capturados por mês

Meses	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**	**Total**
Total de Removidos	**170**	**311**	**292**	**220**	**218**	**199**	**223**	**227**	**248**	**303**	**0**	**0**	2411

Dos animais removidos, aproximadamente 60% foram eutanasiados por se encontrarem em estado terminal de saúde, já que a grande maioria dos animais removidos apresenta-se gravemente enfermos, geralmente por ocasião do proprietário não poder ou não se dispor a custear os gastos com o tratamento no momento oportuno. Aproximadamente 31% dos animais removidos se encontravam em condições de tratamento ou bom estado de saúde sendo então adotados. A tabela 4 apresenta o destino dos animais removidos por este CCZ.

Tabela 4: Quantitativo de animais removidos por mês

DESTINO/REMOVIDOS	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**	**Total**
EUTANASIADOS	**106**	**151**	**99**	**93**	**81**	**80**	**104**	**100**	**125**	**111**	**0**	**0**	1050
RESGATADOS/ADOTADOS	**28**	**50**	**59**	**33**	**73**	**66**	**57**	**51**	**58**	**72**	**0**	**0**	547
MORTOS NO CANIL	**5**	**42**	**10**	**0**	**0**	**0**	**2**	**11**	**3**	**12**	**0**	**0**	85

REMOVIDOS MORTOS	**6**	**9**	**7**	**6**	**5**	**11**	**4**	**8**	**5**	**7**	**0**	**0**	68
EVADIDOS	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	1

3. bservação Clínica de Animais Suspeitos

A observação clínica de animais é feita por um período de dez dias, quando de sinais sugestivos para raiva. É recomendada para animal que apresenta sinais de enfermidades neurológicas ou quando for agressor.

No período estudado foram observados 39 animais, todos com diagnóstico clínico negativo para raiva. Deparamo-nos na rotina do CCZ com inúmeros casos de cinomose canina e proprietários que desejam se livrar a qualquer custo de seus animais, chegando a inventar sintomatologia clínica ou mesmo casos de agressões a fim de ter seu animal removido.

4. Coleta e Envio de Amostras

A coleta e o envio de amostras de material (encéfalo) têm por objetivo a pesquisa e o diagnóstico de vírus rábico. Neste período foi coletado material de 93 animais onde nenhuma apresentou resultado laboratorial positivo para raiva.

5. Vacinação Anti-Rábica

Durante os dois primeiros meses deste ano não houve atividades de vacinação anti-rábica de animais neste CCZ, em virtude da indisponibilidade dos imunobiológicos (vacinas) oferecidos pelo Ministério da Saúde. Somente por volta o mês de março é que as vacinas foram disponibilizadas, quanto então se iniciou uma grande campanha de vacinação, atingindo um total de aproximadamente 53.755 animais vacinados até outubro. A tabela 5 mostra o quantitativo de animais vacinados no período:

Tabela 4: Quantitativo de animais vacinados por mês

VACINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
ÁREA DE FOCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0
ÁREA DE RISCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0
POSTO PERMANENTE	0	0	0	65	0	36	29	35	12	42			219
CAMPANHA	0	0	38.173	5.310	8.820	1.233	0	0	0	0			53.536

6. Esterilização de animais

Este CCZ entende que a melhor forma de controle populacional de cães e gatos em nossa cidade é através dos métodos de esterilização (castração) desses animais. Até outubro de 2012 um total de 365 animais, distribuídos conforme tabela 6:

Tabela 5: Quantitativo de animais castrados por mês

SEXO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Canino macho	5	0	0	4	20	15	33	32	17	8	0	0	134

Canino fêmea	**1**	**0**	**0**	**6**	**4**	**8**	**8**	**8**	**7**	**11**	**0**	**0**	**53**
Felino macho	**5**	**3**	**0**	**6**	**0**	**16**	**25**	**18**	**6**	**9**	**0**	**0**	**88**
Felino Fêmea	**0**	**2**	**0**	**10**	**15**	**9**	**16**	**12**	**16**	**10**	**0**	**0**	**90**

2. **Atividades de Controle de Animais Sinantrópicos**

2.1. – Controle de Roedores

- Inspeção – 05
- Inspeção c/ orientação e Desratização – 02
- Inspeção c/ orientação – 02

2.2 – Controle de Aves (Pombos)

- Inspeção – 03
- Inspeção c/ orientação - 03

2.3 – Controle de Morcegos

- Inspeção – 03
- Inspeção c/ orientação – 05
-

2.4 – Controle de Insetos (formigas e carrapatos)

- Orientação - 02

2.5 – Orientações Técnicas - 02

2.6 – Parecer Técnico - 03

2.7 – Serviços não atendidos - 02 (solicitante não localizado)

2.8 – orientações caramujo - 02

3 Dificuldades Encontradas

3.1 Recursos Humanos

A DICAD possui um reduzido efetivo de funcionários, que ao longo dos anos devido aos pedidos de demissão e algumas vacância, não houve reposição de força de trabalho. Sendo que, os mesmos ficam deslocados grande parte do tempo em campanhas rurais, deixando deficientes os serviços externos (coleta de animais) e internos (eutanásia, limpeza, alimentação)

3.2 Equipamentos

- É necessária a instalação do laboratório de zoonoses para a descentralização gradativa das atividades de diagnóstico e a instalação de geradores para prevenir freqüentes quedas de energia neste setor, o que compromete a qualidade dos imunobiológicos.

3.3 Viaturas

- Necessitamos de Veículo especifico para esta divisão, pois no período de vacinação rural, ficamos no aguardo de disponibilidade pelo setor transporte, muitas vezes, comprometendo o alcance de metas. As atividades de controle de animais sinantrópicos, devido a falta de veículo ficam no prejuízo, não podendo atender a todas as solicitações da comunidade e Instituições.

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Diretriz do PMS: ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS
B5- Promover ações de Vigilância Sanitária
Meta do PMS: 1 – Oferecer serviços de vigilância sanitária a 100% dos munícipes de Porto Velho

AÇÕES ANUAIS	METAS NANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1.1 Realizar Inspeção sanitária em ações básicas (produtos e serviços, controle de alimentos e vigilância ambiental) em todos os estabelecimentos de interesse da saúde coletiva.	100%	Foram inspecionados 67% dos estabelecimentos cadastrados na VISA.	Elaborar de cronograma de reuniões	100%			Cumprimento da Programação quanto a elaboração de Projeto Básico para contratação de serviços gráficos. Capacitação do corpo fiscal e técnico. Na área de interesse a fiscalização direta. - . Cumprimento do cronograma definido para fiscalização dia/ramo de atividade. Alimentação do banco de dados da Divisão Controle de Alimentos. Realização da I Capacitação com particpação do Município e Estado (fiscais e batedores de açai). Participação efetiva em eventos nacionais
			2) Elaborar Projeto Básico para aquisição de veículos e equipamentos.	100%			
			3) Desenvolver ações prevista no Projeto de Fortalecimento da Feiras Livre com predominância do monitoramento da qualidade do Açai.	100%			
			4) Participação em eventos locais nacionais	100%			

AÇÕES ANUAIS	METAS NANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			relacionados ao interesse de Vigilância em Saúde.				
			5) Firmar parceria/Convênio com outros órgãos para a relização de cursos de boas prática no serviços de alimentação e saúde	100%			
1.2 Notificar os eventos adversos e queixas técnicas em produtos para a saúde no banco de dados do NOTIVISA.	100%	0%	Alimentar o banco de dados do sistema NOTIVISA, no tocante aos eventos adversos e queixas técnicas em produtos para s saúde;	Atividades não realizadas (Para 2012)			
			Capacitar as UBS a fazer tais serviços;	Atividades não realizadas (Para 2012)			
1.3 Informar, orientar e divulgar a importância e os conhecimentos técnicos e operacionais relacionados às ações de VISA	100%	100% dos estabelecimentos visitados bem como a população que procura os serviços desta Vigilância recebem orientações quanto a legislação vigente.	Elaborar material educativo em saúde	100%			Foi ministrada Palestras aos ambulantes - (Flor do Maracujá, feiras livre, e outros eventos).
			Registrar todas ações através de material fotográfico.	100%			As ações das vigilâncias passaram a ser registradas com câmeras fotográficas.
			Divulgar as principais ações no site da prefeitura.	100%			Ações de grande relevância, como vigilância de água para consumo humano em condomínios, apreensões em grandes estabelecimentos e interdições foram divulgada no sítio da prefeitura e em outros da impresa local.

AÇÕES ANUAIS	METAS NANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			Orientar na Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde - para todas as unidades de Saúde do Município	100%			Todas as unidades de saúde da zona urbana de porto velho foram orientadas atráves palestras sobre a elaboração do Plano de Gerenciamento de Residuos dos Serviços de Saúde.
1.4 Atender as denúncias públicas sujeitas a ação da Vigilância Sanitária.	100%	100% das denúncias recebidas no semestre	Atender as denúncias formalizadas pela comunidade e solicitações feitas pelo Ministério Público, Juizado Especial, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros entre outros.	100%			Atendimento das denúncias através de parceria e operações conjuntas com as Policias Civil e Militar com apoio do Ministério Público entre outros. 2) Todas as denúncias recebidas pelo Departamento através do 0800 ou pessoalmente foram atendidas e avaliadas.
1.5 Propiciar Cursos de Boas Práticas de manipulação/ fabricação de alimentos, específico para comerciantes de carnes, peixes, frangos e queijos.	100%	50%	Firmar parceria/Convênio com outros órgãos para a realização de Cursos de Boas Práticas nos serviços de alimentação e saúde.	0%			
1.6 Regulamentar a produção, distribuição e comercialização de produtos alimentícios artesanais no âmbito do Município de Porto Velho;	100%	0%	Firmar Parceria/Convênio com outras Secretarias como SEMFAZ /SEMAGRIC/ SEBRAE entre outros	0%			

Diretriz do PMS: ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS
B5- Promover ações de Vigilância Sanitária
Meta do PMS: 2 – Dotar o Departamento de Vigilância Sanitária de estrutura administrativa e operacional

AÇÔES	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	OBSERVAÇÂO
Implantar sistema de informatização de dados, próprios ou a reimplantação do SINAVISA, oferecendo acesso a uma rede lógica de alta velocidade com funcionalidade constante.	100%	0%	Continuidade no Processo de Licitação para contratação de empresa para prestação de serviço de informática para implantação do Sistema de Informatização de dados.				Não foi possível a realização do programado no 1º Semestre.
Cadastrar todos os estabelecimentos de saúde, de interesse da saúde e dos locais passíveis à atuação da Vigilância Sanitária.	100%	30%	Cadastrar todos os estabelecimentos de saúde.				Busca ativa em todos os bairros da cidade e Distritos

Diretriz do PMS: ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS
B5- Promover ações de Vigilância Sanitária
Meta do PMS: 3- Monitorar a qualidade da água para consumo humano no município

Ações	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	Oservação
Implementar o Plano de Amostragem de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano visando cumprir metas estabelecidas pela PAVS.	100%	A meta é fazer no semestre 240 amostras para microbiologia e 318 pra análise de turbidez e cloro.	1) Implementação do plano de amostragem do VIGIAGUA e utilizar do plano de amostragem pontos para coletas de água para análises bacteriológico e físico química,.	1) Foram realizadas coletas de água para análises bacteriológico em pontos com suspeitas de contaminação por hepatite ou outras doenças; E coletas para análises físico químicos em pontos do Sistema de aBatecimento de Água-SAA.			Número de amostras bacteriológicas necessário no semestre, 240, fizemos 218 (91,0%) E Número de amostras físico/química necessário no semestre, 318, fizemos 635 (199.0%)
			2) Enviar as análise microbiológicas para o LACEN.	218 amostras bacteriológicas enviadas ao LACEN			
			3) Aumenta o número de ponto de coletas, visando cumprir as metas estabelecida pela PAVS.	Alcançado 91,0% da meta para o padrão microbiológico (218 amostras) e 199,0% turbidez e cloro (635 amostras).			Devido solicitações das populações de diversos órgãos o número de ponto de coleta de água foi aumentado e com isso foi alcançado 91,0% (microbiológico) e 199,0 % (turbidez e cloro).
3.2 - Desenvolver as ações de cadastro, e vigilância relacionados ao programa VIGIÁGUA.	100%	SAA, SAC,e SAI cadastrados e monitorados.	1) Fazer contato com a CAERD, para a obtenção de informações necessárias ao cadastro e monitoramento do SAA.	O contato com a CAERD é feito sempre pra obtenção de informações no início do ano. As informações foram obtidas, o cadastrado realizado, e 218 amostras de água monitoradas para o parâmetro físico/químico.			
			2) Cadastrar e realizar a vigilância em SACs, SAA e SAI em Porto Velho.	Até o momento já foi realizado cadastro do SAA de Porto Velho; PorémO cadastros dos SACs (que são escolas, usinas, hospitais, orfanatos, e SAI (residências) tem sido realizados conforme as coletas feitas nestes locais e seus lançamentos no SISAGUA.			

Ações	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	Oservação
			3) Visitar SACs (escolas, hospitais, condomínios) e SAIs (poços individuais) para preencher o formulário de cadastro do VIGIAGUA e realizar coletas de água afim exercer o monitoramento da água ara consumo humano.	SAA já cadastrado 100%, SACs x cadastrados e x SAIs.			
3.3- Desenvolver um plano de coletas de amostras de água para análises físico químico e microbiológico, nas escolas e unidades de saúde do município.	100%	Foram coletadas 114 amostras em 68 escolas na zona urbana. 100% unidades de saúde da zona urbana e em 17 da zona rural, totalizando 83 análises	Relacionar as escolas publicas municipais e unidades de saude para ser realizadas as coletas.	Relação das escolas públicas de Porto Velho, junto a SEMED, SEDUC, conselhos de Educação e das Unidade de Saúde junto a SEMUSA.			
			2) Realizar coleta de água para análise microbilógica e físico/química nas escolas e unidades de saúde do município.	80%			Coletas de água em x% das escolas e em x% das unidades (todas da zona urbana).
3.4- Alimentar as ações do VIGIÁGUA no Sistema de Informação de Vigilância da qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA	100%	Coletadar 100% de amostras conforme pactuação	Lançar no SISAGUA todas as amostras coletdas.	Até o momento já foram lançadas no SISAGUA todas as 635 análises coletadas para físico/quimica, porém dos 169 laudos microbiológiscos recebidos do LACEN apenas 84 já foram lançados no SISAGUA, isso devido esta última ação ser mais demorada e não dispormos de recursos humanos para tal.			A alimentação do sistema é feita sempre que possível mediante a realização da coleta e recebimento do laudos.
3.5- Desenvolver um plano de monitoramento da qualidade da água dos distritos do Município ao longo da BR 364 e	100%	Realizar coletas em residências, escolas, unidades de saúde e ETAs (Estações de Tratamento de Água) nos distritos ao longo da BR 364.	1) Selecionar pontos para coleta de água nos Distritos ao longo da BR 364, visando realizar a vigilância da qualidade da água para consumo	Foi realizada coleta em x pontos diferentes.			Foi definido como pontos para coletas, escolas, unidades de saúde, ETAs (Estações de Tratamento de Água) e Residências.

Ações	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	Oservação
Baixo Madeira, garantindo a coleta e envio ao LACEN de amostras de água destinadas ao consumo humano			humano.				
			2) Realizar coleta de água nos Distritos ao longo da BR 364, e enviar para o LACEN, visando realizar a vigilância da qualidade da água para consumo humano.	1) Foram realizadas 71 análises microbiológicas, as mesmas foram coletadas em 58 pontos diferentes, entre eles: residências escolas municipais e estaduais, unidades de saúde, e ETAs (Estações de Tratamento de Água).			

Diretriz do PMS: ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS
B5- Promover ações de Vigilância Sanitária
Meta do PMS: 4- Implantar o Programa de Qualidade de Alimentos em Feiras Livres e Mercados Público

Ações	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	Observação
Participar do processo de reestruturação das Feiras Livres e mercados públicos buscando parcerias para garantir a adequação da infra-estrutura, de equipamentos e utensílios necessários a segurança e qualidade dos alimentos vendidos;	100%	0%	Firmar parceria/Convênio com outros órgãos para a realização de Cursos de Boas Práticas nos serviços de alimentação e bem como para legalização dos comerciantes que ali encontram-se	100%			Não foi possivel a realização do programado no 1º Semestre, porém foram realizadas vistorias em parceria com a Secretaria de Serviços Básico- SEMUSB. Para garantia da qualidade dos produtos vendidos. Foram feitas apreensões de produtos impróprios para consumo. Através de contato com os feirantes foi possível fazer um trabalho de orientação de Boas Práticas e a importância da qualidade da água no preparo do açai, polpas de frutas e etc.
Realizar coleta de amostras para análise laboratorial dos alimentos comercializados com fins de monitoramento da sua qualidade.;	100%	Foi realizado coleta de alimentos para análise laboratorial em estabelecimentos em que houve a necessidade de constatar a qualidade do produto, sendo assim em 9 estabelecimentos.	Realizar coleta de amostras para análise laboratorial dos alimentos comercializados com fins de monitoramento da sua qualidade.;	17 análises.			Realizado coletas de amostras para análise laboratorial dos alimentos comercializados com fins de monitoramento da sua qualidade, em esrabelecimentos onde houve a necessidade.

Ações	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	Observação
Exigir dos comerciantes envolvidos o cumprimento do Decreto-Lei Municipal 10.912 de janeiro de 2008 que regulamenta no Município o funcionamento de feiras livres e mercados públicos	100%	80% foram realizadas inspeções nas feiras livre da área urbana. Vistoria com notificação das irregularidades encontradas no Mercado do Km 01.	Vistoriar feiras e mercados públicos	100%			Vistoria de rotina nas feiras livre. - Atendimento de denúncia envolvendo venda de produtos impropio para consumo em feiras livre. - Operação conjunta com a Delegacia de Defesa do Consumidor e Secretaria de Serviços Básicos- SEMUSB - Apreensão de produtos impropios para consumo.
			Atender Denúncia públicas envolvendo venda de alimentos por ambulantes, feirantes.	100%			
			Monitoramento da qualidade da água utilizada para o preparo do açai e o processamento das polpas de frutas vendidas em feiras.	100%			Foi elaborado o cronograma e o mesmo seguido rigorosamente onde foi realizado coleta para análise da água utilizada no preparo do açaí e polpas de frutas vendidas em feiras.
Emissão de Autorização Sanitária para feirantes	100%	20% somente foram emitidos alvará para feirantes que atendem a lei na totalidade.	Realizar vistorias em feiras e mercados públicos com objetivo de monitamento e liberação de alvará sanitário.	100%			Realizadp Inspeções sanitárias em feiras livres e Emissão de Autorização Sanitária para feirantes.

Diretriz do PMS: ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS
B5- Promover ações de Vigilância Sanitária
Meta do PMS: 5- Gerenciamento de Risco de Agravos a saúde por ingestão de alimentos – DTAs

Ações	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	Observação
Implementar o Programa de Qualidade das carnes, peixe, crustáceos, leite e derivados artezanais comercializadas em Porto Velho e Distritos ;	100%	0%	Implementar o Programa de Qualidade das carnes, peixe, crustáceos, leite e derivados artezanais comercializadas em Porto Velho e Distritos;	0%			Não foi possivel a realização do programado no ano 2011 a ser realizado em 2012
			Realizar Inspeções sanitárias;	0%			
			Realizar coletas de alimentos para análise laboratorial, visando monitorar a qualidade dos produtos analisados;	0%			
Estabelecer com base nos resultados das análises laboratoriais de monitoramento, medidas sanitárias adequadas á proteção da saúde da população	100%	0%	Estabelecer com base nos resultados das análises laboratoriais de monitoramento, medidas sanitárias adequadas á proteção da saúde da população;	0%			Não foi possivel a realização do programado no ano de 20111 a ser realizado em 2012.
			Realizar palestras para orientação do uso de boas práticas de manipulaçaõ e fabricação de alimentos.	0%			
Intensificar a intersetorialidade para Investigar a ocorrência de surtos por DTA, registrando no SINAN a ocorrência do agravo	100%	Não foi possivel a realização do programado no 1º Semestre.	Intensificar a intersetorialidade para Investigar a ocorrência de surtos por DTA, registrando no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN a ocorrência do agravo	Foi realizado a intensificação, quanto? Acredito que não foi feito nada.			Não houve ocorrência de surtos por DTA, registrado no Departamento no Semestre.

Diretriz do PMS: ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Objetivo: AMPLIAR MEDIDAS DE PROMOÇÃO A SAÚDE, PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS
B5- Promover ações de Vigilância Sanitária
Meta do PMS: 6- Educação sanitária voltada a segurança alimentar

Ações	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	Observação
Curso de capacitação para os Agentes de Saúde com noções simplificadas de Vigilância Sanitária e qualidade alimentar para repasse do conhecimento científico da vigilância Sanitária as residências visitadas.	100%	100%	Realizar curso de capacitação para os Agentes de Saúde com noções simplificadas de Vigilância Sanitária e qualidade alimentar para repasse do conhecimento científico da vigilância Sanitária as residências visitadas;	80%			Vários cursos foram ministrados por instituições parceiras em 2012.
			Firmar convênio/parceiras com órgão como SEBRAE para ministrar o curso.	80%			Vários cursos foram ministrados por instituições parceiras em 2012.
Realizar Campanhas educativas com distribuições de material gráfico, buscando despertar a consciência sanitária coletiva e a divulgação dos saberes de vigilância de alimentos junto ao alunado e a comunidade em geral.	100%	0%	Elaborar material gráfico visando à educação sanitária;	Foi elaborado material gráfico. Pelo DVS não, utilizamos material fornecido por outros órgãos, como: AGEVISA, Ministério da SAÚDE.			Foram realizadas palestras educativas em Parceria com a Secretaria de Educação-SEMED. O Departamento atendeu a todas as solicitações da imprensa local para orientação, prevenção e divulgação da importância da Vigilância Sanitária e emissão de Alvará Sanitário.
			Realizar palestras educativas, em associações, conselhos de classe, sindicatos entre outros, com distribuições de	0% Não foi feito nada			Ficou pra ser realizado em 2012?

Ações	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	Observação
			material gráfico.				
			Realizar chamadas educativas enfatizando aspectos de vigilância sanitária em rádios, televisões e sites locais	0% Não foi feito nada			Ficou pra ser realizado em 2012?
Estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada para transmitir conhecimentos e procedimentos de controle sanitário.	100%	Foi feito parceria com o SEBRAE, Técnicos do Pará para ministrar cursos de boas práticas de manipulação do açaí e Técnicos de Curitida para ministrar curso de capacitação dos fiscais.	Firmar parcerias com a sociedade civil	50%.			Projeto elaborado. Firmado parceria com SEBRAE para ministrar cursos de boas práticas em fabricação de alimentos e controle sanitário - área urbana e distritos

A DIVISAM realizou ações referentes a solicitações de serviços e/ou denúncias formalizadas pela população, atendimento a demandas urgentes determinadas pelo Ministério Público, coletas de água para monitoramento da Vigilância da Água Para Consumo Humano - VIGIAGUA, bem como atendendo solicitações da população, de órgãos Municipais, Estaduais e outros.

OBJETIVO

O objetivo do trabalho da DIVISAM é investigar questões de saúde, para prevenir e orientar a população que recebe a visita da nossa equipe, bem como avaliar as condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e residências inspecionadas, com intuito final de garantir a qualidade e a diminuição dos riscos e o bem-estar da população e a saúde pública do Município de Porto Velho.

As atividades desenvolvidas

- Avaliação Higiênico - Sanitária – dentro da avaliação os seguintes pontos: (emissão de notificação, apreensão, interdição, desinterdição, coleta de amostras para análise laboratorial);
- Atendimento as Denuncia Públicas;
- Coleta de água para análise microbiológica visando atender o programa VIGIAGUA, a área urbana e rural de Porto Velho;
- Alimentação do SISAGUA (Sistema de monitoramento da vigilância da água para consumo humano, quanto do monitoramento realizado pela DIVISAM, como do controle realizado por SAC (Sistema Alternativo Coletivo de Água);
- Orientação e notificações para casos com análises bacteriológicas em desacordo com a Portaria 518/2004/MS;
- Ações Pontuais em parceria e por solicitações com outros órgãos, como o MP.

Tabela 01. Quantitativo das ações e documentos fiscais emitidos em janeiro de 2012.

CONSOLIDADO 2012	ALENCAR	AILTON	AMANDA	HORTON	VANESSA	TOTAL
Notificação	24	26	29	17	27	123
Apreensão	0	2	0	5	2	9
Interdição	4	2	1	0	2	9
Desinterdição	0	0	0	0	0	0
Relatório	0	0	0	0	0	0
Denúncia	11	1	6	0	0	24
Designação	0	0	0	0	0	0
Instrução de Processo	0	1	2	0	1	4
Avaliação Sanitária	4	21	8	9	9	51
Plantão Noturno	1	0	0	0	0	1
TOTAL:	**44**	**53**	**46**	**31**	**47**	**221**

Fonte: DIVISAM, 2012.

Tabela 02. Quantitativo das ações e documentos fiscais emitidos em fevereiro de 2012.

CONSOLIDADO 2012	ALENCAR	AILTON	AMANDA	HORTON	VANESSA	TOTAL
Notificação	16	19	30	18	33	116
Apreensão	0	7	7	2	0	16
Interdição	2	1	0	0	1	2
Desinterdição	0	0	0	0	0	0
Relatório	0	0	0	0	0	0
Denúncia	13	7	6	10	1	37
Designação	0	0	0	0	0	0
Instrução de Processo	0	0	0	0	3	3
Avaliação Sanitária	0	15	10	17	17	59
Plantão Noturno	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	**31**	**49**	**53**	**47**	**55**	**233**

Fonte: DIVISAM, 2012.

Tabela 03. Quantitativo das ações e documentos fiscais emitidos em março de 2012.

CONSOLIDADO 2012	ALENCAR	AILTON	AMANDA	HORTON	VANESSA	TOTAL
Notificação	21	28	29	14	37	129
Apreensão	0	1	2	1	3	7
Interdição	0	0	0	0	2	2

Desinterdição	0	0	0	0	0	0
Relatório	0	2	3	0	0	5
Denúncia	10	2	6	4	0	22
Designação	0	0	1	0	0	1
Instrução de Processo	0	0	0	0	0	0
Avaliação Sanitária	16	24	19	14	0	73
Plantão Noturno	0	1	0	0	0	1
TOTAL:	**47**	**58**	**60**	**33**	**42**	**240**

Fonte: DIVISAM, 2012.

Tabela 04. Quantitativo das ações e documentos fiscais emitidos em abril de 2012.

CONSOLIDADO 2012	ALENCAR	AILTON	AMANDA	HORTON	VANESSA	TOTAL
Notificação	14	17	22	18	18	89
Apreensão	0	2	0	0	1	3
Interdição	2	0	0	0	0	0
Desinterdição	0	0	0	0	0	0
Relatório	0	1	0	2	0	3
Denúncia	0	0	0	3	2	5
Designação	0	2	0	0	0	2
Instrução de Processo	0	0	0	0	0	0
Avaliação Sanitária	0	13	8	10	9	40
Plantão Noturno	0	1	1	0	1	3
TOTAL:	**16**	**36**	**31**	**33**	**31**	**145**

Fonte: DIVISAM, 2012.

Tabela 05. Quantitativo das ações e documentos fiscais emitidos em maio de 2012.

CONSOLIDADO 2012	ALENCAR	AILTON	AMANDA	HORTON	VANESSA	TOTAL
Notificação	12	23	36	20	0	79
Apreensão	0	0	0	0	0	0
Interdição	0	1	0	0	0	1
Desinterdição	0	0	0	0	0	0
Relatório	0	0	0	0	0	0
Denúncia	0	0	8	5	0	13
Designação	0	0	0	0	22	22
Instrução de Processo	0	1	0	0	0	1
Avaliação Sanitária	12	14	9	9	0	32
Plantão Noturno	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	**24**	**39**	**53**	**34**	**22**	**148**

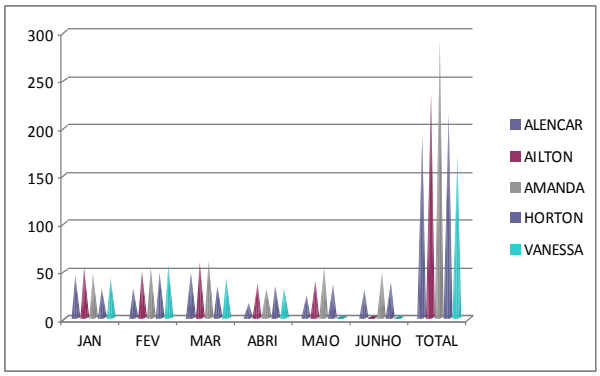
Fonte: DIVISAM, 2012.

Tabela 06. Quantitativo das ações e documentos fiscais emitidos em junho de 2012.

CONSOLIDADO 2012	ALENCAR	AILTON	AMANDA	HORTON	VANESSA	TOTAL
Notificação	12	0	41	20	0	73
Apreensão	1	0	0	1	0	2
Interdição	0	0	0	1	0	1
Desinterdição	0	0	0	0	0	0
Relatório	0	0	0	0	0	0
Denúncia	11	0	0	8	0	19
Designação	0	0	0	0	0	0
Instrução de Processo	0	0	0	0	0	0
Avaliação Sanitária	5	0	6	7	0	18
Plantão Noturno	0	0	0	0	0	0
TOTAL:	**29**	**0**	**47**	**37**	**0**	**113**

Fonte: DIVISAM, 2012.

Gráfico 115-Ações e documentos fiscais emitidos em junho de 2012

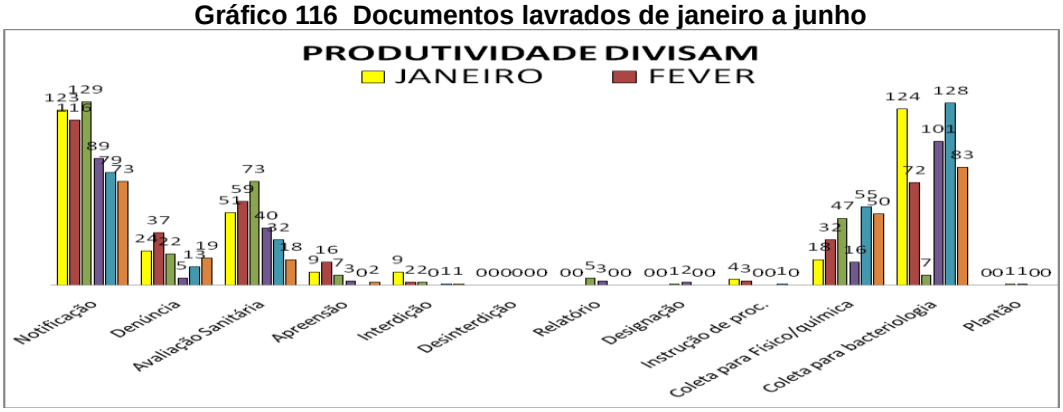


Fonte: DIVISAM, 2012.

No primeiro semestre o relatório foi feito com objetivo de mostrar a produção por fiscal a fim de verificar se houve um aumento nas ações da DIVISAM a partir da chegada de novos fiscais no Departamento. Porém, foi observado que no 2º trimestre de 2012 houve uma diminuição na produtividade da DIVISAM. Acredita se que tal fato seja devido fatos como: à ausência da Fiscal Vanessa, que esteve de abril a junho, fazendo parte da equipe que estava realizando o levantamento de informações necessárias para formar futuramente o banco de dados do DVS; E ainda que no mês de junho o fiscal Ailton exerceu suas atividades internamente, em substituição a chefia imediata que estava em período de férias.

É importante dizer que é quase rotina os fiscais da DIVISAM realizarem suas atividades em um único veículo ou às vezes ficar até uma semana inteira sem carro para trabalhar. Porém foram realizadas 273 avaliações sanitárias, e conseqüentemente 185 alvarás liberados.

Gráfico 116 Documentos lavrados de janeiro a junho



Fonte: DIVISAM, 2012.

Com relação às coletas de água para os parâmetros turbidez e cloro para atender o programa VIGIAGUA/MS, conforme a Portaria de 2914/11/MS o município de Porto Velho, deve realizar de 53/amostras/meses de água, somando 318 amostras no semestre. Neste semestre foi possível ultrapassar a meta e desta forma graças ao esforço da equipe da DIVISAM em especial da técnica responsável pela coleta da amostra, em seis meses realizamos 625 coletas, destas aproximadamente 80% atendeu a portaria 2914/11/MS, apresentado resultados máximos de 5 UT e 2,0 cl/ml, para os parâmetros de turbidez e cloro respectivamente. Para o parâmetro microbiológico de janeiro a junho foi possível realizar 91% da meta, que é de 240 coletas. Ou seja, a DIVISAM realizou 218 amostras. Estas foram enviadas ao LACEN - Laboratório Central do Estado de Rondônia, para que fossem analisadas. Até o fechamento deste relatório recebemos do LACEN 165 laudos. Destes, 22 apresentaram resultado insatisfatório (com presença de Coliformes totais ou E. coli) e todos são de coletas realizadas em água de poço. 15 destas fazem parte de um grupo de 35 coletas feitas no distrito de Jaci Paraná, visando atender uma solicitação do MP/RO. A justificativa para a queda no número de amostras coletadas com resultado insatisfatório acredita que seja devido às ações realizadas pela DIVISAM desde 2010. Ações estas como: Orientações de limpeza e desinfecção de reservatório de água, ou para instalações de dosadores de cloro, bem como interdições de poços, e ou bebedouros com água contaminada, em escolas, unidades de saúde,

igrejas e outros que apresentaram laudos insatisfatórios para o padrão microbiológico.

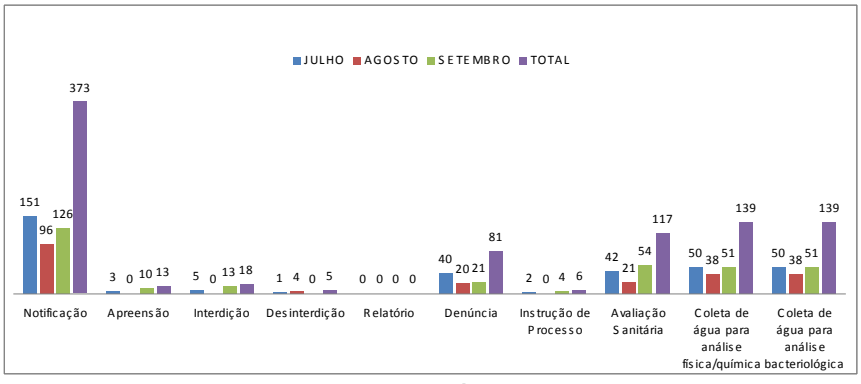
Até o momento todos os locais na zona urbana do município onde as amostras coletadas apresentaram resultados insatisfatórios já foram visitados por técnicos da DIVISAM, onde estes no momento da visita notificaram os responsáveis a sanar o problema e orientaram para os mesmos realizarem a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água e demais providências. Quanto aos estabelecimentos da zona rural, já estão sendo programadas viagens para a realização de orientações pertinentes.

Conforme o Programa VIGIAGUA –Vigilância da Água Para Consumo Humano, os laudos das coletas de água realizadas devem ser lançadas no SISAGUA – Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água Para Consumo Humano, porém até o momento foi possível o lançamento de apenas 75 amostras, isso devido à falta de recursos humanos. A DIVISAM, não possui nenhum assistente administrativo e todas as atividades burocráticas ficam a cargo da chefia.

Tabela 01. Ações realizadas pela DIVISAM no 2º semestre de 2012.

	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
Notificação	151	96	126	373
Apreensão	3	0	10	13
Interdição	5	0	13	18
Desinterdição	1	4	0	5
Relatório	0	0	0	0
Denúncia	40	20	21	81
Instrução de Processo	2	0	4	6
Avaliação Sanitária	42	21	54	117
Coleta de água para análise física/química	50	38	51	139
Coleta de água para análise bacteriológica	50	38	51	139
TOTAL:	**344**	**217**	**330**	**891**

Fonte: DIVISAM/DVS, 2012.



Fonte: DIVISAM/DVS, 2012.

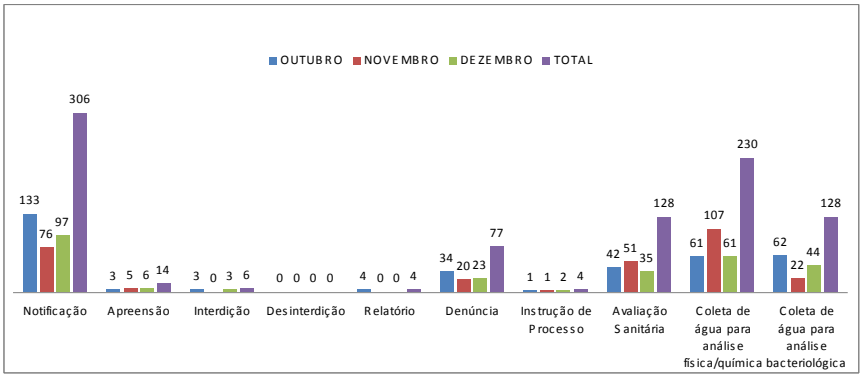
Já no 3º trimestre de 2012 no mês de julho foi onde ocorreu o maior número de ações, totalizando 373 ações com destaque para o número de notificações. Ainda neste período, é importante dizer que é quase rotina os fiscais da DIVISAM realizarem suas atividades em um único veículo ou às vezes ficar até uma semana inteira sem carro para trabalhar.

Tabela 01. Ações realizadas pela DIVISAM no 2º semestre de 2012.

CONSOLIDADO 2012	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Notificação	133	76	97	306
Apreensão	3	5	6	14

Interdição	3	0	3	6
Desinterdição	0	0	0	0
Relatório	4	0	0	4
Denúncia	34	20	23	77
Instrução de Processo	1	1	2	4
Avaliação Sanitária	42	51	35	128
Coleta de água para análise física/química	61	107	61	230
Coleta de água para análise bacteriológica	62	22	44	128
TOTAL:	**343**	**282**	**271**	**897**

Fonte: DIVISAM/DVS, 2012.



Fonte: DIVISAM/DVS, 2012.

Buscando atender o programa VIGIAGUA foi possível realizar no segundo semestre, 301 amostras de água para análise microbiológica e 230 para turbidez e cloro, cumprindo assim 125% e 72% respectivamente. Apesar de neste semestre só temos feito 72% da meta para as análises físico/químicas, nos primeiros meses foi possível fazer 196% totalizando 625 análises.

Finalizando o ano a DIVISAM emitiu 273 alvarás, sendo este número dividido em 185 no primeiro semestre e 81 no segundo. A justificativa para esse número baixo deve-se ao fato de que para a liberação de um alvará de vigilância sanitária, é rotina o fiscal ir várias vezes em um mesmo estabelecimento, buscando a adequação sanitária do mesmo.

4 – DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA CONTROLE DE ALIMENTOS - DICA

O Departamento de Vigilância Sanitária possui três divisões, dentre as quais está a Divisão de Vigilância Sanitária de Controle de Alimentos - DICA. A VISA atende a diversas demandas: espontânea (contribuinte dá entrada no processo de avaliação sanitária). Demanda de denúncias; Ministério Público Federal e Estadual; Polícias Rodoviária Federal, Militar e Civil; Ouvidoria da SEMUSA dentre outras.

Conforme Portaria nº 077/GAB/CIB/RO de 09 de Junho de 2011, que aprova as ações de Vigilância Sanitária para alguns municípios incluindo a Capital, a descentralização de Porto Velho ficou conforme demandas espontâneas a seguir: cozinhas hospitalares, cozinhas industriais, cozinhas institucionais, distribuidoras de alimentos.

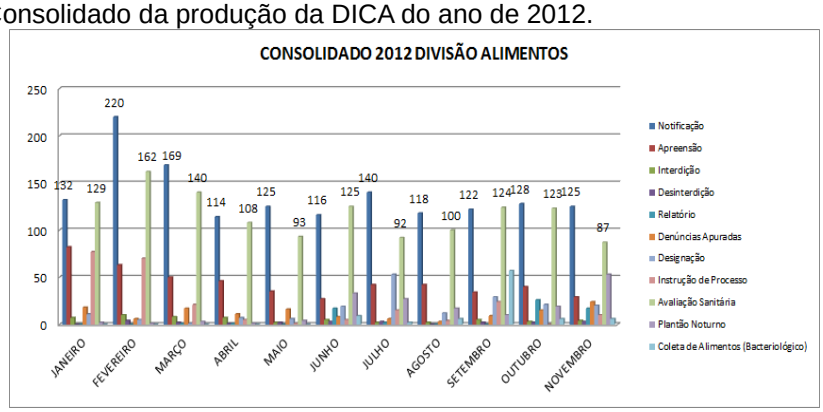
Em Junho de 2012 a VISA designou uma equipe de servidores para executarem o projeto de elaboração do arquivo de departamento na forma eletrônica e física. O resultado deste trabalho no que tange a esta DICA, ficou com a seguinte estatística:**Erro! Vínculo não válido.**TABELA 1 - DA PRODUÇÃO DA DICA SEGUNDO DOCUMENTO OU AÇÃO REALIZADA NO ANO DE 2012

RELATÓRIO DE GESTÃO DA DIVISÃO DE ALIMENTOS JANEIRO A NOVEMBRO DE 2012

CONSOLIDADO 2012	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
Notificação	132	220	169	114	125	116	140	118	122	128	125	1509
Apreensão	82	63	50	46	35	27	42	42	34	40	29	490
Interdição	7	10	8	7	2	5	2	2	5	3	4	55
Desinterdição	0	4	2	1	2	3	3	0	2	2	3	22
Relatório	0	0	1	1	0	17	2	0	0	26	17	64
Denúncias Apuradas	18	6	17	11	16	8	6	3	9	15	24	133
Designação	11	5	1	7	6	19	53	12	29	21	20	184
Instrução de Processo	77	70	21	5	1	5	15	4	24	0	10	232
Avaliação Sanitária	129	162	140	108	93	125	92	100	124	123	87	1283
Plantão Noturno	2	1	3	1	4	33	27	17	10	19	53	170
Coleta de Alimentos (Bacteriológico)	0	0	0	0	0	9	2	6	57	6	6	86
TOTAL:	**458**	**704**	**412**	**301**	**284**	**367**	**384**	**307**	**416**	**383**	**378**	**4394**

Do final de Janeiro até março de 2012, houve operação da Vigilância Sanitária atuando nas duas zonas mais populaosas da cidade, leste e sul respectivamente. Com isso, houve um acréscimo na produção durante este período, pois indenpendente do ramo da atividade o estabelecimento era notificado para se regularizar junto a este órgão regulador.

Gráfico 117 – Consolidado da produção da DICA do ano de 2012.



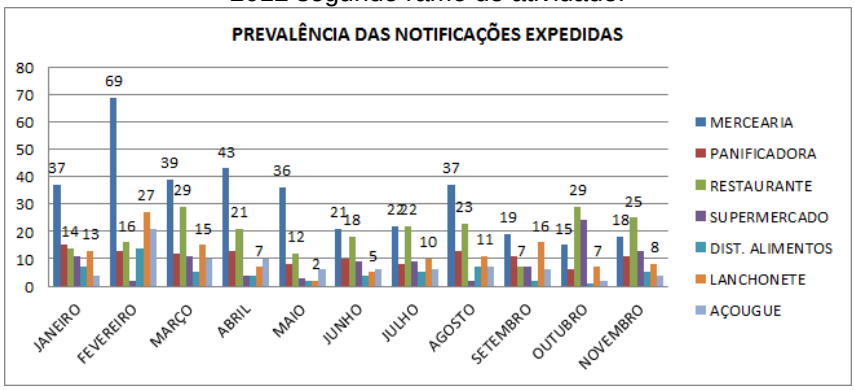
A produção tem como prevalência o termo de notificação, pois nele se constata a realidade in locu vivida por cada empresa atuante no ramo de alimentos.

Notamos que o comportamento da produção desta divisão têm-se em média 120 notificações mês.

Tabela 2 - CONSOLIDADO EM PERCENTUAL DA PRODUÇÃO FISCAL DA DIVISÃO DE ALIMENTOS

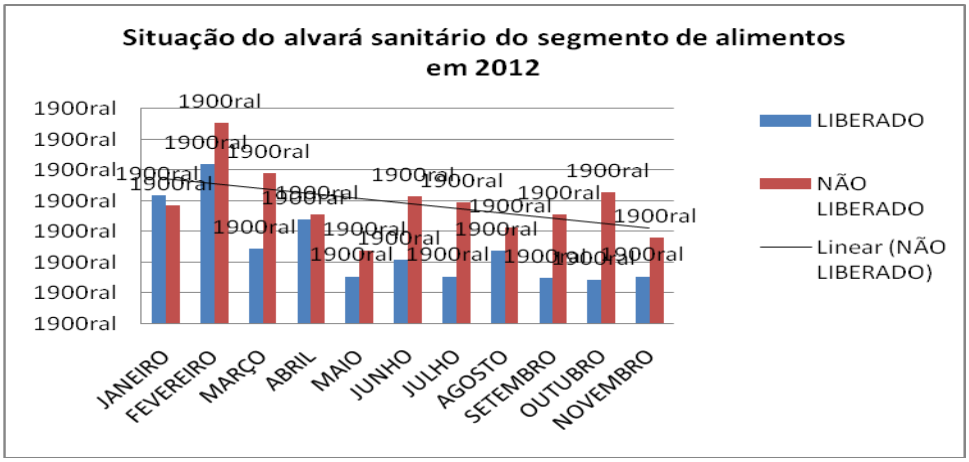
CONSOLIDADO EM PERCENTUAL DIVISÃO DE ALIMENTOS											
CONSOLIDADO 2012	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Notificação	8,75%	14,58%	11,20%	7,55%	8,28%	7,69%	9,28%	7,82%	8,08%	8,48%	8,28%
Apreensão	16,60%	12,75%	10,12%	10,12%	7,09%	5,47%	8,50%	8,50%	6,88%	8,10%	5,87%
Interdição	12,73%	18,18%	14,55%	12,73%	3,64%	9,09%	3,64%	3,64%	9,09%	5,45%	7,27%
Desinterdição	0,00%	18,18%	9,09%	4,55%	9,09%	13,64%	13,64%	0,00%	9,09%	9,09%	13,64%
Relatório	0,00%	0,00%	1,56%	1,56%	0,00%	26,56%	3,13%	0,00%	0,00%	40,63%	26,56%
Denúncias Apuradas	13,53%	4,51%	12,78%	8,27%	12,03%	6,02%	4,51%	2,26%	6,77%	11,28%	18,05%
Designação	5,98%	2,72%	0,54%	3,80%	3,26%	10,33%	28,80%	6,52%	15,76%	11,41%	10,87%
Instrução de Processo	33,19%	30,17%	9,05%	2,16%	0,43%	2,16%	6,47%	1,72%	10,34%	0,00%	4,31%
Avaliação Sanitária	10,05%	12,63%	10,91%	8,42%	7,25%	9,74%	7,17%	7,79%	9,66%	9,59%	6,78%
Plantão Noturno	1,18%	0,59%	1,76%	0,59%	2,35%	19,41%	15,88%	10,00%	5,88%	11,18%	31,18%
Coleta de Alimentos (Bacteriológico)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,47%	2,33%	6,98%	66,28%	6,98%	6,98%

Gráfico 118 – Prevalência das notificações expedidas pela divisão de alimentos janeiro a novembro 2012 segundo ramo de atividade.



SITUAÇÃO DOS ALVARÁS DO SEGMENTO DE ALIMENTOS CADASTRADOS NO ANO 2012												
SITUAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
LIBERADO	84	104	49	68	31	42	31	48	30	29	31	547
NÃO LIBERADO	77	131	98	71	48	83	79	63	71	86	56	863
TOTAL	161	235	147	139	79	125	110	111	101	115	87	1410

SITUAÇÃO DOS ALVARÁS DO SEGMENTO DE ALIMENTOS CADASTRADOS NO ANO 2012 EM %												
SITUAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
LIBERADO	15%	19%	9%	12%	6%	8%	6%	9%	5%	5%	6%	39%
NÃO LIBERADO	9%	15%	11%	8%	6%	10%	9%	7%	8%	10%	6%	61%
TOTAL	24%	34%	20%	21%	11%	17%	15%	16%	14%	15%	12%	100%



4 – DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

A Divisão de Produtos e serviços realizou no ano de 2012, ações fiscais voltadas para os:empreendimentos que comercializam m*edicamentos no* varejo*, Cosméticos, Saneantes Domissanitários, Produtos Correlatos, agrotóxicos e afins no varejo e atacado, prestadores de serviços a saúde e ou de interesse afim com a saúde, por exemplo consultório medico, academias, salões de beleza e outros*, bem como atendimento de denúncias públicas, demanda essa vinda da população em geral, atendimento direto das solicitações do Ministério Público, Delegacia de Defesa do Consumidor, Procuradoria do Trabalho, Agências Estadual e Nacional de Vigilância Sanitária, entre outros.

2- OBJETIVO

O objetivo do trabalho do DPS foi promover saúde através de ações de prevenção, repressão e orientação. Nas visitas de fiscalização foi possível avaliar as condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e agir de forma que pudesse ser garantido a qualidade e diminuição/eliminação dos riscos e o bem-estar da população e a saúde pública do Município de Porto Velho.

3- AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DPS NO ANO DE 2012

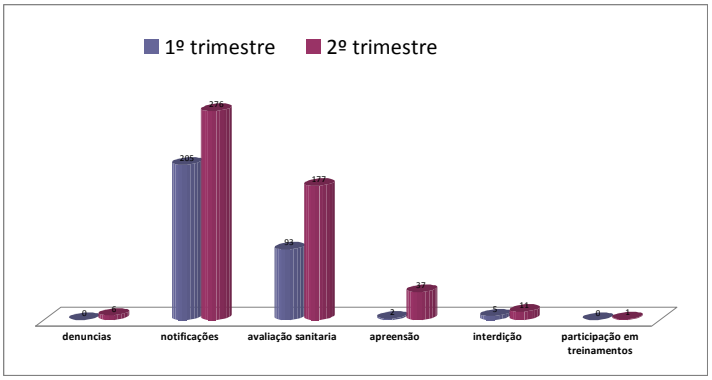
- Avaliação higiênico - sanitária – dentro da avaliação os seguintes pontos: (emissão de notificação, apreensão, interdição, desinterdição, coleta de amostras de produtos para análise laboratorial)
- Atendimento as denuncia públicas;
- Plantões noturnos para atender empresas com esse horário de atendimento.
- Ações pontuais em parceria com outros órgãos;
- Participação em reuniões em atendimento às solicitações de órgãos, população em geral e imprensa.
- Participações em eventos nacionais e internacionais com tema de interesse a saúde.

QUADRO I - DEMONSTRATIVO QUANTITATIVO DOS DOCUMENTOS LAVRADOS PELA DIVISÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS NO ANO DE 2012.

DOCUMENTO FISCAL	TRIMESTRES				TOTAL
	1º.	2º.	3º.	4º.	
DENÚNCIAS	0	6	12	6	24
NOTIFICAÇÕES	205	276	260	155	896
AVALIAÇÃO SANITÁRIA	93	177	204	70	544
APREENSÃO	2	37	31	8	78
INTERDIÇÃO	5	11	21	40	77
UNSTRUÇAO DE PROCESSO	1	11	91	52	155
TOTAL DE AÇÕES	**306**	**518**	**528**	**331**	**1683**

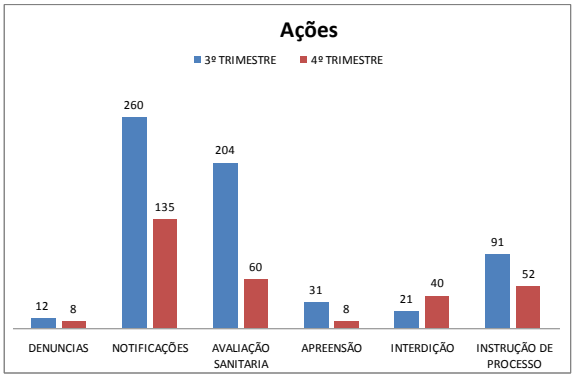
Fonte: DPS/DVS-2012.

Gráfico 119- Documentos lavrados pela DPS de janeiro a junho.



Fonte: DPS/DVS-2012.

Gráfico 120- Documentos lavrados pela DPS de julho a dezembro de 2012.

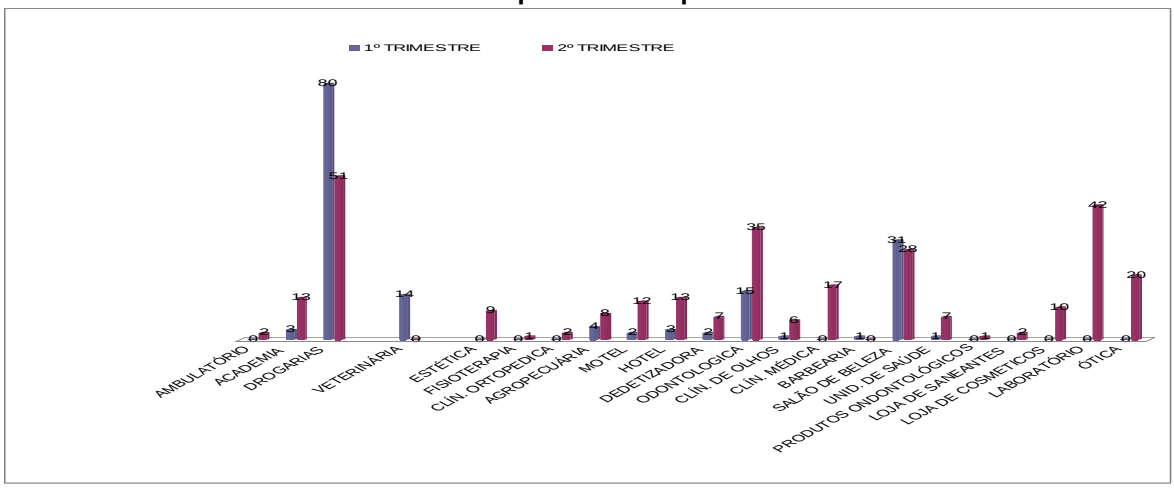


QUADRO II – DEMONSTRATIVO QUANTITATIVO DOS ESTABELECIMENTOS VISITADOS PELA DIVISÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS NO ANO DE 2012..

ESTABELECIMENTOS VISTORIADOS	TRIMESTRES				TOTAL
	1º.	2º.	3º.	4º.	
ALOJAMENTO	0	0	2	0	2
AMBULATÓRIO	00	02	3	O	5
ACADEMIA	03	13	7	17	40
DROGARIAS	80	51	35	11	177
CLÍNICA VETERINÁRIA	14	00	2	4	20
CONSULTÓRIO MEDICO	00	17	20	7	44
CLÍNICA DE ESTÉTICA	00	09	7	4	20
CLÍNICA DE FISIOTERAPIA	00	01	1	4	6
CLÍNICA ORTOPEDICA	00	02	0	10	12
CASA AGROPECUÁRIA	04	08	16	9	37
MOTEL	02	12	25	3	42
HOTEL	03	13	59	5	80
DEDETIZADORA	02	07	6	3	18
CLÍNICA ODONTOLOGICA	15	35	41	7	98
CLINICA DE PSICOLOGIA	0	0	6	0	6
CLÍNICA DE OLHOS	01	06	8	3	18
BARBEARIA	01	00	0	0	1
SALÃO DE BELEZA	31	28	93	23	175
UNIDADE DE SAÚDE	01	07	0	0	8
LOJAS DE PRODUTOS ONDONTOLÓGICOS	00	01	0	0	1
LOJA DE SANEANTES	00	02	1	0	3
LOJA DE COSMETICOS	00	10	0	0	10
PRODUTOS NATURAIS	0	0	1	9	10
TATUAGEM	0	0	4	1	5
LABORATÓRIO	00	42	36	4	82
ÓTICA	00	20	14	6	40
TOTAL DE INSPEÇÕES-VISITAS	**157**	**286**	**387**	**140**	**970**

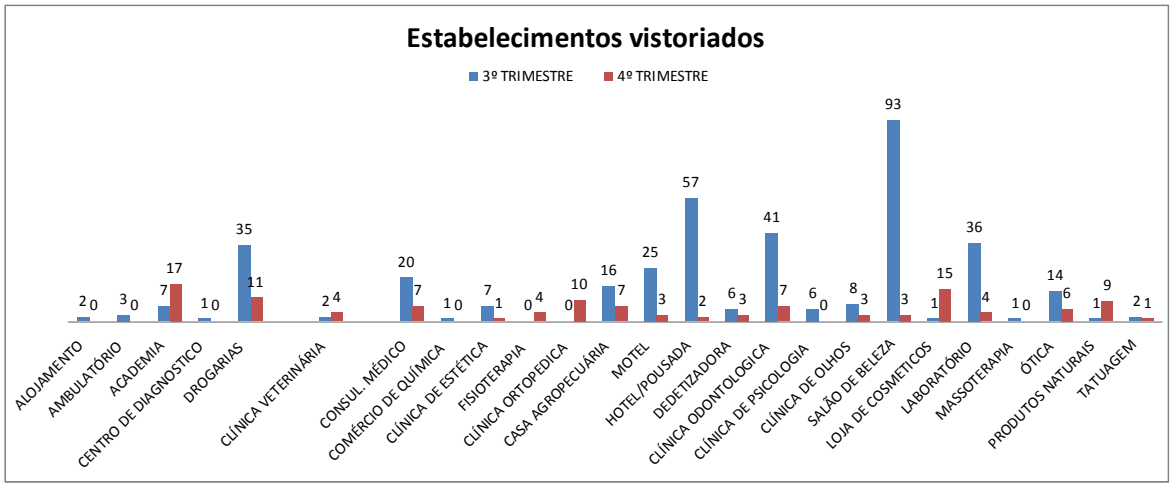
Fonte: DPS/ DVS, 2012.

Gráfico 121- Estabelecimentos visitados pela DPS no primeiro semestre de 2012.



Fonte: DPS/ DVS, 2012.

Gráfico 122- Estabelecimentos visitados pela DPS no segundo semestre de 2012.

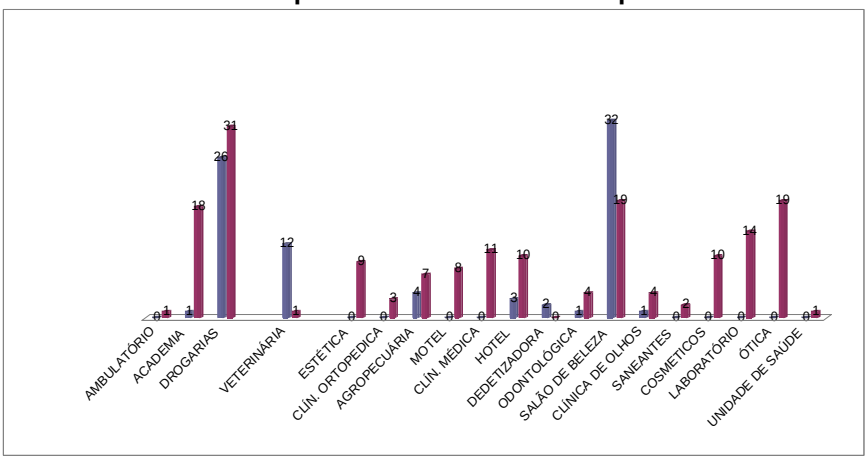


QUADRO III – DEMONSTRATIVO QUANTITATIVO DE ALVARÁ/ RAMO DE ATIVIDADE EMITIDOS DE JANEIRO A JUNHO.

ALVARÁS EMITIDOS	TRIMESTRES				TOTAL
	1º.	2º.	3º.	4º.	
ALOJAMENTO	0	0	2	0	78
AMBULATÓRIO	00	01	3	3	7
ACADEMIA	01	18	5	3	27
CENTRO DIAGNOSTICO	0	0	1	0	1
DROGARIAS	26	31	28	2	97
CLÍNICA VETERINÁRIA	12	01	1	1	15
CONSULTORIO MEDICO	00	17	20	3	40
COMERCIO DE QUIMICA-SANEANTES	00	02	1	0	3
FISIOTERAPIA			4	0	
CLÍNICA DE ESTÉTICA	00	09	4	0	13
CLÍNICA ORTOPEDICA	00	3	0	6	9
MOTEL	00	08	15	2	25
HOTEL	03	10	32	1	46
DEDETIZADORA	02	00	4	0	6
CLINICAS ODONTOLÓGICA	01	04	33	6	44
SALÃO DE BELEZA	32	19	64	6	112
CLINICA DE PSICOLOGIA	0	0	4	0	4
CLÍNICA DE OLHOS	01	4	7	1	13
LOJA DE COSMETICOS	00	10	1	3	14
LABORATÓRIO	00	14	17	1	32
MASSOTERAPIA	0	0	1	0	1
ÓTICA	00	19	14	0	33
TATUAGEM	00	01	1	1	3
TOTAL DE AÇÕES	**78**	**171**	**262**	**39**	**547**

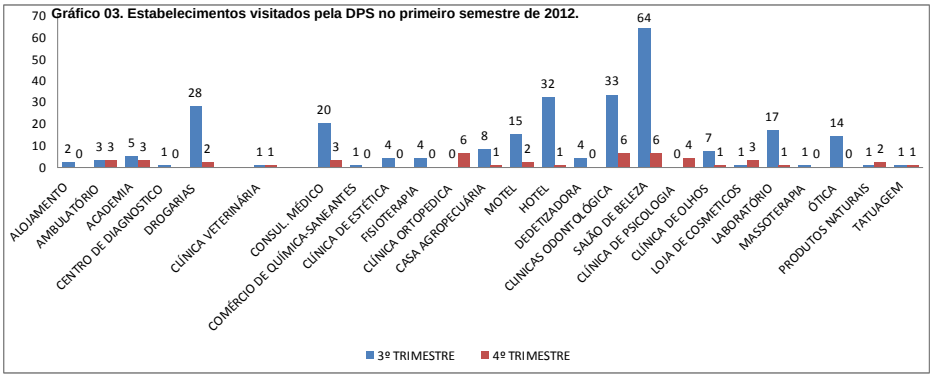
Fonte: DPS/ DVS, 2011.

Gráfico 123- Alvarás emitidos por ramo de atividade no primeiro semestre de 2012



Fonte: DPS/ DVS, 2012.

Gráfico124- Alvarás emitidos por ramo de atividade no 2º semestre de 2012



Nas tabelas e gráficos aqui citados percebemos que no decorrer do ano há um aumento e ou diminuição das ações fiscais em dados empreendimentos, visível nos numero de documentos lavrados, estabelecimentos visitados e alvarás emitidos, fato este, devido principalmente, a forma de trabalho sofrer alterações no decorrer do ano, no intuito de alcançarmos a cobertura de toda extensão territorial da cidade, tendo em foco o risco sanitário.

Abaixo colocamos duas fotos ilustratuva da ação fiscal sanitária.

Foto 01.

A fiscalização se fazendo presente, no intuito de conter abuso contra animais e consequentemente risco a saúde publica num contexto macro.

Foto 02

A fiscalização sobre o os medicamentos controlados deve ser constate e ostensiva, no caso acima os armários de controlados foram lacrados por conduta irregular pelo do setor regulado.

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE

Diretriz: FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE SOCIAL
Objetivo do PMS: AMPLIAR A CAPACIDADE TÉCNICA E INSTITUCIONAL PARA FAZER CUMPRIR AS RESPONSABILIDADES DO TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO
Meta 1 do PMS: Implantação do Complexo Regulador

AÇÕES ANUAIS	METAS NANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1 - Capacitar recursos humanos para implantação das centrais de regulação nas Unidades de Saúde (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, recepcionistas dentre outros);	Capacitar médicos, enfermeiro, técnicos, administrativos e A.C.S,	85%	1.1 - Executar curso prático a todos os profissionais de implantação do SISREG	100%	**50%**	**100%**	Foram realizados capacitações com médicos, profissionais de nivel superior, técnicos, administrativos e A.C.S, quanto ao manuseio do sistema.
2-Implantar uma rede de estrutura lógica, elétrica e de telefonia nas unidades de saúde Urbana;	Implantar Rede lógica em 100% das unidades de saúde que não foram realizadas em 2011.	Realizado 100% nas Unidades da Zona Urbana para atender o Sistema SISREG e Cartão SUS.	2.1 - Recebimentos dos equipamenos	100%	100%	100%	Recebimento Concluído
			2.2 - Distribuir os equipamentos em todas as Unidades de Saúde urbana e rural	100%	100%	50% (com execeção da zona rural)	*Foram distribuidos os equipamentos em todas as unidades de saude da zona urbana. *Quanto a instalação da rede lógica algumas Unidades ficaram sem instalação por não fazerem parte do projeto básico de instalação são elas: Caps II, Caps AD, Caps i, Ceo's.
			2.3 - Configurar a estrutura lógica de computadores, impressoras e etc.	100%	100%	100%	Donfiguração concluída
3 - Implantação do sistema SISREG - Sistema de Regulação	Implantar 01 Sistema na rede Municipal	100%	3.1 - Definir distribuição de cotas e agenda de atendimento pertinentes a regulação	100%	100%	100%	Distribuição Concluída

AÇÕES ANUAIS	METAS NANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
			3.2 - Elaborar protocolo a ser enviado ao MINISTERIO PUBLICO	0%	0%	0%	Protocolo Clinicos: Foi colhidas informações com os médicos especialistas da rede municipal de saúde, referente ao motivos, necessidades, requesitos e dentre outros para encaminhamentos para cada procedimentos. De acordo com a programação e orientação da Coordenação Nacional de Regulação/ Ministério da Saúde, o protocolo clinico da cidade de Diadema /SP será confrotado com o levantamento realizados. Para posterior validação e homologação junto ao conselhos de saúde que for necessário. Protocolo de Acesso fisicamente foi implantado na rede municipal, falta apenas a validação e homologação oficial. Ficando aguardando as homologações para envio ao MP.
			3.3 - Implantar o SISREG	100%	100%	100%	Implantação Concluída

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE

Diretriz: FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE SOCIAL
Objetivo do PMS: AMPLIAR A CAPACIDADE TÉCNICA E INSTITUCIONAL PARA FAZER CUMPRIR AS RESPONSABILIDADES DO TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO

AÇÕES ANUAIS	METAS NANUAIS		ATIVIDADES		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		OBS. ESPECÍFICAS
	Prevista no ano	Realizada no ano	PROGRAMADAS NO ANO	REALIZADAS NO ANO	Previstos	Executados	
1- Definir protocolos assistenciais e clínicos para os serviços ofertados.	Protocolos para consultas especializadas, exames de media complexidade	40%	100%	40%	100%	40%	Foi colhidas informações com os médicos especialistas da rede municipal de saúde, referente ao motivos, necessidades, requesitos e dentre outros para encaminhamentos para cada procedimentos. De acordo com a programação e orientação da Coordenação Nacional de Regulação/ Ministério da Saúde, o protocolo clinico da cidade de Diadema /SP será confrotado com o levantamento realizados. Para posterior validação e homologação junto ao conselhos de saúde que for necessário.
2- Implantar protocolos regulando os serviços.	Protocolos para consultas especializadas, exames de media complexidade	0%	100%	0%	100%	0%	A implantação será realizada, após a validação e homologação do Protocolos Clinicos.
3 - Informatizar as UPA's	Implantar sistema de gerenciamentos nas UPA's	100%	100%	100%	100%	100%	Implantção concluída 10 100% dos ambientes de atndimentos do espaço fisico das Unidades de Pronto Atendimento 24 H

Com a implantação do Sistema Único de Saúde no Brasil e a descentralização dos serviços, notam-se avanços na ampliação e na qualificação de ações em saúde, nos seus diferentes níveis de complexidade. Estes avanços foram possíveis graças a um conjunto de estratégias e normatizações que possibilitaram à gestão do sistema de saúde desenvolver um novo papel relacionado à organização e à prestação de serviços.

Este novo papel da gestão do sistema de saúde visa estimular a avaliação e a qualidade dos sistemas e serviços, com a finalidade de garantir a informação e o alinhamento de conceitos que contribuam com as atividades de planejamento, acompanhamento, regulação, controle e avaliação do serviço de saúde prestado.

Os conceitos abaixo foram baseados nas práticas e finalidades do Controle, Avaliação, Auditoria e Regulação:

- Execução das ações diretas de saúde como consultas, exames, internações, principalmente na atenção de média, com focos na contabilidade financeira do pagamento da produção e ou nos processos de execução das ações, portanto, também sobre prestadores de serviços envolvendo cadastro;
- Execução orçamentária e a aplicação dos recursos destinados á saúde, com focos nos recursos próprios da cada esfera de gestão e nos recursos financeiros transferidos pela União a estados, municípios e instituições no âmbito do SUS;
- Performance dos Sistemas de Saúde em cada esfera de gestão do SUS.

O Departamento de Regulação, Avaliação e Controle tem como objetivo geral coordenar e aprimorar a implementação da Política Nacional de Regulação, Controle e Avaliação, além de viabilizar financeiramente o desenvolvimento das ações e serviços de saúde na atenção ambulatorial e hospitalar do SUS, dentro do estabelecido no Pacto de Gestão.

- ***Avaliação:*** é um conjunto de ações que permitem emitir um juízo de valor sobre algo que esta acontecendo (sendo observado), a partir de um parâmetro (ótimo, desejável, preceito legal, etc.). Avaliar consiste em atribuir um valor ao encontrado, a partir do esperado, uma medida de aprovação ou de desaprovação. Assim, a avaliação pode se constituir em uma ferramenta para se fazer fiscalização, controle, auditoria e planejamento, para se melhorar desempenhos e qualidades, etc.
- ***Controle*****:** é uma supervisão contínua que se faz para verificar se o processo de execução de uma ação está em conformidade com o que foi regulamentado, para conferir se algo esta sendo cumprido conforme um parâmetro próximo ao limite pré-fixado, se estão ou não ocorrendo extrapolações. O controle pode se dar de forma antecipada, concomitantemente ou subseqüentemente ao processo de execução das atividades.
- ***Regulação:*** é um conjunto de ações meio que dirigem, ajustam, facilitam ou limitam determinados processos. De forma genérica, regulação abarcaria tanto o ato de regulamentar (elaborar leis, regras, normas, instruções, etc), as próprias regulamentações, quanto às ações técnicas que asseguram o cumprimento destas, como: fiscalização, controle, avaliação, auditoria, sanções e premiações.
- ***Auditoria:*** é um conjunto de técnicas que visam processos, resultados e a aplicação de recursos financeiros, mediante o confronto entre uma situação encontrada com determinados critérios técnicos, operacionais ou legais. É uma importante técnica de exame especializado de controle, na busca de melhor alocação de recursos, visando evitar ou corrigir desperdícios, irregularidades, negligências e omissões. A finalidade da auditoria é comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos e avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e efetividade da gerência ou gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística de unidades ou sistemas.

O Departamento de Regulação, Controle e Avaliação, desenvolve um conjunto de ações que visam subsidiar a gestão na tomada de decisão e no planejamento das políticas locais de saúde. Dentre as principais atividades e primando sempre pela qualidade da informação, citamos:

- Acompanhamento e execução dos sistemas (DATASUS) que envolve todas as etapas de processamento da Secretaria Municipal de Porto Velho.
- Processamento de dados e envio ao Ministério da Saúde.
- Recebimento do faturamento das Unidades de Saúde, ou se conveniado.

- Processamento e envio dos faturamentos provenientes do SIA/SUS e SIH/SUS das Unidades de Saúde ou se, conveniados.
- Apuração dos dados enviados para Ministério da Saúde referentes aos valores apurados no faturamento público, ou se conveniados.
- Verificar a adequação, a resolubilidade e a qualidade dos procedimentos e serviços de saúde disponibilizados à população.
- Confecção do relatório de pagamento e envio para conferência e pagamento pelo gestor do FMS.
- Avaliar, auditar e autorizar laudos para emissão de Autorização de Internação Hospitalar - AIH.
- Emissão da numeração de AIHs.
- Avaliar, auditar e autorizar laudos para emissão de APAC´S
- Emissão da numeração de APAC´S
- Avaliação de parte de prontuários médicos dos pacientes internados, ou se conveniado.
- Avaliação do movimento das internações..
- Avaliações múltiplas a partir de relatórios de faturamento enviados pelos conveniados atendendo às necessidades de quantificação de ações.
- Orientação ao funcionamento do sistema SUS aos conveniados.
- Orientações aos usuários do Sistema Único de Saúde.
- Apuração de denúncias e encaminhamento.
- Cadastramento e atualização dos profissionais de saúde e estabelecimentos do município (CNES).
- Envio mensal do arquivo do Sistema CNES ao Ministério da Saúde.
- Cadastramento, Controle e envio do banco de dados do CADSUS.
- Implantação e atualização do SISTEMA NACIONAL DE REGULAÇÃO – SISREG.
- Atualização mensal dos programas dos programas: Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS, Sistema Informação Hospitalar Descentralizado – SIHD, Sistema de Gerenciamento Tabela do SUS, Boletim de Informação Ambulatorial Magnético – BPA_MAG, Cadastramento do Cartão SUS – CADSUS, Banco de Dados do SIA – BDSIA, Comparação entre bases – Depara, Versão do SIA – Versia, Modulo Transmissor, Atualização do Cnes, Atualização e implantação do Hospub, junto a este Departamento e as Unidades de Saúde do município.

No Departamento de Regulação, Avaliação e Controle foram realizadas oficinas que tiveram como produto a análise da situação de saúde, a formulação de estratégias e ajustes na execução das ações, num mecanismo contínuo de corresponsabilidade na gestão, visando uma melhor qualidade e efetividade no sistema de saúde para a tomada de decisão.

1. ESTRUTURA FISICA

Atualmente este Departamento ocupa três salas dividindo-se em:

- Controle e Avaliação;
- Central Municipal de Regulação;
- Cartão SUS e Informática

2. RECURSOS HUMANOS

Com relação a recursos humanos o Departamento esta composto, da seguinte forma:

DIRETORA DE DEPARTAMENTO
CHEFE DIVISÃO
RESPONSAVEL PELO PROCESSAMENTO SIHDSUS/SIA/SUS/TABWIN ATUALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE
RESPONSÁVEL PELO FECHAMENTO DO CNES, CADSUS, ATUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS NAS UNIDADES. ADMINISTRADOR DO SISREG.
RESPONSÁVEL PELO RELATORIO DISCRITIVO DE PRODUÇÃO, MENSAL, TRIMESTRAL E ANUAL.

RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE ZONA RURAL E DIGITAÇÃO DO BPAC DA ATENÇÃO BASICA
RESPONSÁVEL PELA DIGITAÇÃO DO BPAC E BPAI DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DAS LISTAGENS E REQUISIÇÕES DOS EXAMES DA MEDIA COMPLEXIDADE (RX E ULTRASSOM)
RESPONSÁVEL PELA ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SCNES
RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DE LAUDOS PARA EMISSÃO DE AIH E LIBERAÇÃO DE NUMERAÇÃO AIHS E APAC
RESPONSÁVEL PELA DIGITAÇÃO BPA E BPI DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE E EMISSÃO DE 2º VIA DE CARTÃO SUS
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DE 2º VIA DE CARTÃO SUS E ARQUIVISTA DE DOCUMENTOS
ASSISTENTE ADMINISTRADORA DO SISREG.
RESPONSÁVEL PELO SUPORTE DE IMPLATAÇÃO DO SISTEMA HOSPUB NAS UNIDADES DE SAUDE
MEDICA AUTORIZADORA AIHS
MEDICO AUTORIZADOR APAC
MEDICO REGULADOR
MEDICA REGULADORA
ENFERMEIRO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO
ENFERMEIRA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO
FARMACEUTICO/BIOQUIMICO AUDITOR DE LABORATORIO

3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

REGULAÇÃO:

No começo de 2011, foi programado o plano de ações de implantação da Central de Regulação de Marcação de Consulta e Exames, denominado Fila Zero, com previsão de execução e funcionamento em março de 2012.

PROJETO: A verdadeira e única intenção ao ser **sugerido** o nome **FILA ZERO, é** levar a comunidade portovelhense a um questionamento e posterior conhecimento de como irá funcionar o novo sistema de acesso humanizado de atendimentos especializados na rede municipal.

A equipe técnica da Secretária Municipal de Saúde deverá esperar ponto positivo e negativo em relação ao novo projeto.

Em mês de março de 2012 a Central de Marcação esta composta por 02 médicos, 01 enfermeiro, 06 administrativos, o qual foi inaugurada, juntamente com o Centro de Especialidade Médica – tendo 21 especialidades, em 06 de março. Onde todo acesso à oferta daquele estabelecimento foi 100% virtualizada, ficando estabelecido o protocolo de acesso, que a porta de entrada ao Sistema Nacional de Regulação que gerencia o serviço, seria as Unidades de Saúde básica.

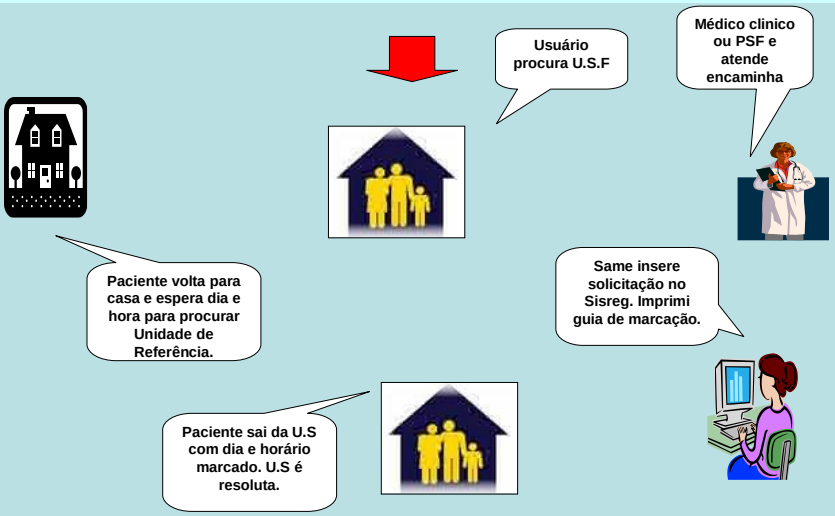
A implantação gerou uma profunda mudança de rotinas para o usuário do usuário de Sistema Único de Saúde em Porto Velho –RO. Conforme figura abaixo:

Sistema de Regulação

Sisreg

DATASUS

FLUXO PACIENTE COM VAGA NA TELA

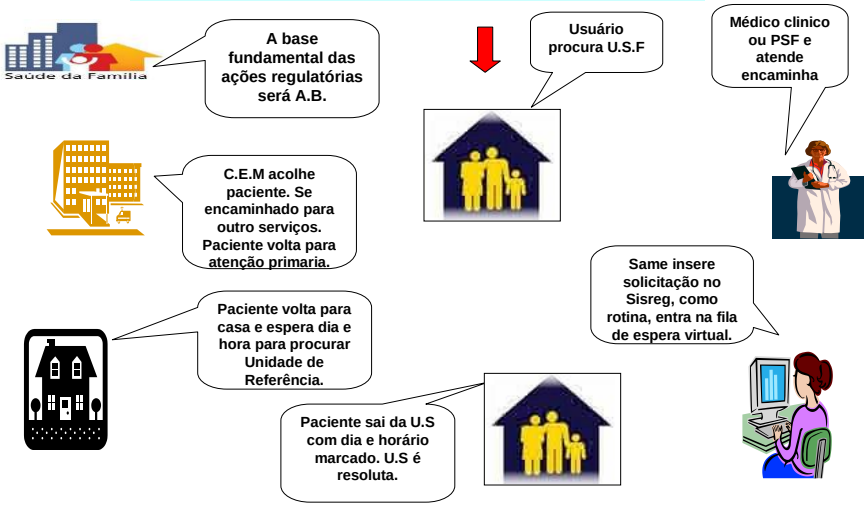


Sistema de Regulação

Sisreg

DATASUS

FLUXO PACIENTE EM FILA DE ESPERA



No fechamento anual (2012), estão encaminhados para estudo, validação, homologação os protocolos clínicos.

CARTÃO SUS

1. Em cumprimento à Portaria nº. 940 de 28 de abril de 2011, que implementou a política do novo Cartão SUS, este Departamento de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria recebeu em forma de duas parcelas um total de 200.000 (duzentos mil) cartões, midia plastificada em PVC do Ministério da Saúde.
2. Com este recebimento de Cartão mais o equipamento de impressora térmica que compoe o quadro da divisão de laboratorio, esta Secretaria, atraves da Santo Antonio Energia comprou 350.000 (trezentos e ciquentas mil), etiquetas plastificadas + 200 ribbon.
3. Com aquisição dos materiais foi possivel implementar a distribuição do novo modelo do Cartão, através de campanha de lançamento que aconteceu no 23 de maio de 2012, na Unidade de Saúde Renato Medeiros, localizada na zona Sul da capital. Foi estabelecido um marco de entrega do Cartão.
4. Com objetivo de alcançar a meta que é de 55% da população cadastrada no Sistema CadsusMultiplatafroma, outro objetivo é cadastrar a 1ª via e distribuir de forma equânime e ordenada o novo modelo do Cartão SUS.
5. A estratégia estabelecida de distribuição visa garantir mais resolução no acesso aos serviços que a rede do município de Porto Velho oferece.

INFORMATIZAÇÃO P.A

Durante o período de 2012, foram informatizado os Prontos Atendimentos: Ana Adelaide – Hamilton Gondin – José Adelino – Manoel A. Matos. O sistema utilizado foi o Hospub – Módulo Emergência, o qual tinha o objetivo de gerenciar o a entrada e saída do paciente, através do Cartão Nacional de Saúde. Baseado no quantitativo cadastros na base municipal. O sistema otimiza tempo-resposta para o paciente aos serviços de urgência e emergência.

INFORMATIZAÇÃO UPA' s (Zona Leste e Zona Sul)

O Visual HOSPUB nasceu da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho entregar à população desta capital duas Unidades de Pronto Atendimento 24hs tipo III, uma localizada na zona Sul e outra na zona Leste, ambas totalmente informatizadas.

O principal objetivo do sistema é gerenciar o fluxo corrente e constante nos serviços ora oferecidos de urgência e emergência nas referidas unidades.

Assim, nasceu o sistema da UPA em Porto Velho, 100% público e desenvolvido pela equipe de desenvolvimento de sistemas do DATASUS/RJ, onde toda a visita técnica foi custeada por

este município.

O sistema está em pleno funcionamento com ótima execução desde o dia 12/09/12, como um projeto piloto, nas duas UPAS.

CONTROLE E AVALIAÇÃO:

- Capacitação dos profissionais de toda zona rural terrestre nos programas: SIGTAP, BPAC_REL,BPAI_REL e instalação dos mesmos;
- Capacitação de todos os administrativos recém contratados;
- Otimizando o atendimento e atualização dos sistemas ambulatoriais mensalmente, em toda zona Urbana através de programa de acesso remoto;
- Capacitação dos faturistas da zona urbana em atualização do programa BPA;
- Emissão de relatórios de atendimentos das unidades da zona rural e urbana;
- Processamento das informações no SIA e envio ao MS;
- Atualização de todo CNES;
- Elaboração da F.P.O. (Ficha de Programação Orçamentária);
- Começo da Elaboração da PPI – versão 2011;
- Digitação do BPA das unidades da zona rural, não informatizadas;
- Visita e avaliação mais intensificada **In loco,** nas unidades de saúde;

SINTETICO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS:

- Implantação da Central de Regulação;
- Informatização dos 04 – Pronto Atendimento urbano;
- Implantação do sistema módulo emergência – HOSPUB, nos 04 pronto atendimento;
- Implantação do módulo farmácia - HOSPUB nas Unidades de Saúde;
- Descentralização do Sistema do Cartão, tornado disponível a base centralizadora para três Unidades, como método experimental;
- Mutirão de Cadastramento do Cartão, onde foi distribuído em 05 fase, alcançando as quatros zonas urbana e o distrito de Jacy-Paraná;
- Conseqüentemente houve aumento da base de dados do sistema “CARTÃO SUS”, atualmente com mais de 350.000 mil usuários cadastrados;
- Contratação de empresa especializada em digitação para apoio de digitação;
- Entrega do Cartão SUS magnético, para a comunidade até o final de 2011;
- Relatório conciliatório da distribuição de medicamentos nas unidades de saúde com apresentação da produção de serviços executados por elas;
- Maior interação entre o departamento e as unidades de saúde, com ênfase nos PRONTO ATENDIMENTOS (urbanos e rural), tomando como exemplo JACY PARANÁ e NOVA MUTUM (atenção básica) ;
- Projeto de capacitação de servidores da rede municipal em parceira com a FUNESCOLA - Treinamento em informática;
- Instalação da rede lógica nas Unidades de Saúde urbana;
- Após instalação da rede lógica, será descentralizado:

  - Cadastro do Cartão SUS on line.
  - Envio dos arquivos de produções via DNS, ou seja, envio pelo sistema.
  - Assistência, apoio e atualização através de sistema, disponível pela SEMAD.

Torna-se relevante investir mais na política de regulação do acesso, no aumento do quadro de profissionais tanto da equipe de regulação como da assistência, financiamento e o desenvolvimento de novos modelos e ferramentas de gestão, com investimentos a curto e médio prazo, visando reduzir desperdícios e melhoria da qualidade das ações e serviços ofertados e do acesso com equidade.

SIAPEG – SISTEMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO

Em uma administração pública, seja ela municipal estadual ou federal, busca-se uma gerência eficaz com resultados eficientes com o cumprimento das metas planejadas para, entre outros, melhorar a relação do custo/benefício dos recursos utilizados e também se procura uma gerência moderna e transparente em que haja uma constante avaliação da qualidade do desempenho

administrativo feita pelos usuários, assim como o grau de satisfação dos cidadãos.

A Constituição da República do Brasil (CF), de 1988, com redação dada ao art. 37 pela Emenda Constitucional (EC) n. 19, de 04 de junho e 1988, determina que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Desta forma, para se alcançar os resultados almejados pela administração pública, enfatiza-se a necessidade da eficiência como padrão definido de estratégia do sistema, sendo direito do cidadão-usuário ter acesso a divulgação destes dados administrativos para acompanhar o resultado da administração, assim como para cobrar o seu bom funcionamento.

Neste sentido destaca-se o conceito adotado pelo Tribunal de Contas da União em que “um sistema de planejamento e gestão deve fundamentar-se em princípios que objetivem a identificação e a prevenção de problemas e o alcance da visão de longo prazo como estratégia para o desenvolvimento da organização”. BRASIL. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão do Tribunal de Contas da União (2008, p.8).

Baseado nisso, pode-se identificar que há uma constante busca por sistemas modernos e eficazes que avaliem de forma rápida e eficiente a qualidade dos serviços executados e que possam auxiliar, no âmbito administrativo, a tomada de decisões para melhores resultados práticos a curto, médio e longo prazo.

Nesta direção, William Edward Deming, (apud Batista 2008, p.2) afirma que “não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, não há sucesso no que não se gerencia”. Por isso, há que se considerar importância significativa de se ter um ou mais sistemas de avaliação e acompanhamento das atividades realizadas para se medir, definir e entender o processo de gerência de um órgão ou entidade.

Neste sentido, é possível citar alguns sistemas avaliativos que venham talvez ao encontro de objetivos semelhantes aos citados, entre eles, daremos ênfase ao SIAPEG - Sistema de Apoio ao Planejamento Estratégico e Gestão -, um sistema de avaliação dos resultados obtidos pelas secretarias municipais de Porto Velho.

Em Porto Velho o SIAPEG foi implantado no ano de 2010 com o objetivo de tornar o sistema público mais transparente para seus cidadãos-usuários e melhorar a gestão pública, tendo a facilidade de ser completamente online, podendo ser acessado de qualquer lugar do mundo.

O SIAPEG é dividido trimestralmente e possui suas notas mensais. No ano de 2011 pode-se observar que dos primeiros 11 blocos de avaliação, a Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA, obteve a maior nota geral (80,78), resultante da avaliação de um total de 32 indicadores, com o peso 2, bem acima da média de Porto Velho que foi de (65,51). Isto reafirma positivamente à forma atual de prestação de serviços de saúde pública a população de Porto Velho, que reflete de maneira sistemática e objetiva as superações dos desafios encontrados e a reorganização dos serviços de saúde, assim como a implantação e ampliação de novos serviços.

No comparado entre as Secretarias que tem o peso 2, a melhor classificação vai para Infra estrutura e Saneamento com nota de 70.80, seguido da educação com nota de 68.82. Se considerarmos que o peso é o resultante da complexidade e da extensão das ações empregadas por cada secretária em questão, constatamos, portanto, que a SEMUSA dentro das suas metas de ações de planejamento vem cumprindo satisfatoriamente os objetivos propostos.

6 INFRA-ESTRUTURA E SUPORTE ADMINISTRATIVO

O setor de Engenharia e Arquitetura, é responsável pela elaboração dos projetos de todas as Unidades de Saúde, suas execuções e serviços de manutenção.

2. OBJETIVO

Apresentar as atividades desenvolvidas pelo Setor de Engenharia e Arquitetura, no ano de 2012.

3. ATIVIDADES REALIZADAS:

Várias atividades foram desenvolvidas por este Setor.

PROJETOS ELABORADOS E EM TRAMITAÇÃO ADMINISTRATIVA

UNIDADE	FONTE DE RECURSO	VALOR DO PROJETO
VALE DO JAMARY	SISFRONTEIRA	R$ 265.734,36
LINHA 28	SISFRONTEIRA / RECURSO PRÓPRIO	R$ 265.734,36
LAGO DO CUNIÃ	RECURSO PRÓPRIO	R$ 265.734,36

UNIDADE	FONTE DE RECURSO	VALOR DO PROJETO
DEMARCAÇÃO	RECURSO PRÓPRIO	R$ 265.734,36
FLAMBOYANT	MINISTÉRIO DA SAÚDE / MUNICIPIO	R$ 665.862,30
CENTRO DE ZOONOSES	RECURSO PRÓPRIO	R$ 74.625,63

UNIDADES DE CONSTRUÍDAS COM RECURSOS DE COMPENSAÇÃO SOCIAL

OBRA	RECURSO	RESPONSÁVEL
U.P.A. ZONA LESTE*	COMPENSAÇÃO	SEMEP
U.P.A ZONA SUL*	COMPENSAÇÃO	SEMEP
U.P.A. JACY	COMPENSAÇÃO	SEMEP
EXTREMA	COMPENSAÇÃO	SEMEP
FORTALEZA DO ABUNÃ	COMPENSAÇÃO	SEMEP
VISTA ALEGRE	COMPENSAÇÃO	SEMEP
NOVA CALIFORNIA	COMPENSAÇÃO	SEMEP
ABUNÃ	COMPENSAÇÃO	SEMEP

*UNIDADE TAMBÉM RECEBEU RECURSOS DO FNUDO NACIONAL DE SAÚDE/MS

CONSTRUÇÕES –REFORMAS E AMPLIAÇÃO

EM EXECUÇÃO										
OBRA	**DATA DO CONT.**	**Nº DO CONTRATO**	**Nº DO PROCESSO**	**EMPRESA CONTRATADA**	**FISCAL**	**VALOR**	**ADITIVO**	**%**	**ORDEM DE SERVIÇO**	
							1º ADITIVO		**DATA O.S.**	**PREVISÃO**
AREAL DA FLORESTA	04/09/12	101/PGM/2012	08.2398/2011	J.C. CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA	TIAGO	R$ 666.503,86		24	11/09/12	11/02/13
OSVALDO PIANA	22/08/12	092/PGM/2012	08.2397/2011	BATCHEGA LTDA	TIAGO	R$ 657.401,82		11	01/10/12	01/03/13
NOVA FLORESTA	24/08/12	096/PGM/2012	08.2141/2011	BATCHEGA LTDA	TIAGO	R$ 637.984,94		0	01/10/12	01/03/13
RENATO MEDEIROS	13/08/12	088/PGM/2012	08.2140/2011	BATCHEGA LTDA	TIAGO	R$ 622.923,15		20	11/09/12	11/02/13
MAURÍCIO BUSTANI	22/08/12	094/PGM/2012	08.2143/2011	J.C. CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA	JARBAS	R$ 606.217,93		0	28/09/12	28/02/13
CALADINHO	22/08/12	094/PGM/2012	08.0142/2012	MASTER ENGENHARIA LTDA	JARBAS	R$ 580.214,02		0	11/09/12	NÃO INICIADA
UNIÃO BANDEIRANTES	23/08/11	139/PGM/2011	08.0062/2011	NOVO NORTE LTDA	SILVIO	R$ 397.211,26		68	23/09/12	23/03/13
CENTRO DE REABILITAÇÃO	21/08/12	091/PGM/2012	08.1986/2011	MASTER ENGENHARIA LTDA	SILVIO	R$ 1.077.317,37		15	11/09/12	11/04/13
SOCIALISTA II	PGM	PGM	08.2142/2011	ETHOS C	SILVIO			70		

EM FASE DE CONCLUSÃO								
OBRA	**DATA DO CONT.**	**Nº DO CONTRATO**	**Nº DO PROCESSO**	**EMPRESA CONTRATADA**	**FISCAL**	**VALOR**	**ADITIVO** 1º ADITIVO	**%**
ALMOXARIFADO					ERONILDO			99
TRÊS MARIAS	16/05/12	046/PGM/2012	08.1912/2011	QUANTANA LTDA	ERONILDO	R$ 670.859,89		99
JOANA D'ARC	23/08/11	141/PGM/2011	08.0061/2011	C S F LTDA	SILVIO	R$ 398.959,79	R$ 99.230,20	99
CASTANHEIRAS	25/10/11	175/PGM/2011	08.0785/2011	C S F LTDA	SILVIO	R$ 399.702,20	R$ 98.697,39	99
CALAMA	PGM	152/PGM/2011	08.0786/2011	C S F LTDA	SILVIO			99
RIO PARDO	03/11/11	181/PGM/211	08.0861/2011	DML LTDA	SILVIO	R$ 527.135,16		99

REFORMAS CONCLUIDAS								
OBRA	**DATA DO CONT.**	**Nº DO CONTRATO**	**Nº DO PROCESSO**	**EMPRESA CONTRATADA**	**FISCAL**	**VALOR**	**ADITIVO** 1º ADITIVO	**PERC.**
ERNANDES INDIO	06/06/12	056/PGM/2012	08.00971/2011	METUS ENGENHARIA LTDA	ERONILDO	R$ 34.870,16		100
EXTREMA								
JOSÉ ADELINO DA SILVA	06/09/12	102/PGM/2012	08.01891/2011	PVH CONSTRUÇÕES	SILVIO	R$ 81.141,41		100

4. RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO

Para execução dos serviços de manutenção da rede física de atenção a saúde municipal, foram contratadas duas empresas. A primeira empresa é a Caboclinho Construção e Comércio LTDA – Contrato Nº: 172/PGM/2009, Vencimento: 31/01/2013; a segunda empresa é a J&L Comercios e Serviços LTDA – Contrato Nº: 086/PGM/2012, Vencimento: 01/08/2013.

As empresas contratadas, prestaram serviços de manutenção, quando soliocitada através de uma O.S. - Ordem de Serviço, fornecida pela Divisão de Manutenção para execução. Estas atendereram a Memorandos, dos Diretores das Unidades de Saúde, em virtude da necessidade de reparos nas estruturas por eles dirigidas.

A empresa Caboclinho, prestou serviços de adaptações, adequações, revisões, reposição, reparos, concertos, serviços elétricos, serviços hidráulicos e serviços de esgoto.

A empresa J&L, presta serviços de manutenção Preventiva e Corretiva em Ar Condicionado, como limpeza, concertos, reposição de peças, algumas vezes com instalação e remanejamento de aparelhos.

A empresa Caboclinho, em 2012, executou os serviços de adaptação e adequação nas unidades de saúde: Policlínica José Adelino; Centro de Saúde Rafael Vaz e Silva; Centro de Saúde Osvaldo Piana; Policlínica Ana Adelaide, para o funcionamento do Maurício Bustani; e CAPS I INFANTIL.

A média de atendimento mensal, das empresas contratadas para as Unidades de Saúde é de 35 a 45 O.S., para execução de manutenção.

A UPA Zona Sul e a UPA Zona Leste, recém-inauguradas, também fizezam parte do contrato de manutenção das empresas, gerando assim, uma média diária de 02 a 05 atendimentos.

É importante esclarecer, que o setor de Engenharia e Arquitetura, não existe no Organograma Estrutural desta Secretaria, que se faz necessária essa organização, bem como suporte com maior numero de recursos humanos, equipamentos de informática e impressoras para estes serviços, como o próprio programa para elaboração de projetos AutoCAD; considerando o grande volume de serviços realizados.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

DIVISÃO DE TRANSPORTE

Demonstrativo de motoristas existentes SEMUSA:

Localidade	Existente	Regime de trabalho
Jaci Paraná	05	Plantão
Mutum Paraná	03	Plantão
Fort. Abunã	01	Plantão
V. Alegre	03	Plantão
Extrema	01	Plantão
N. Califórnia	04	Plantão
União Bandeirante	05	Plantão
Rio Pardo	01	Plantão
SAMU	23	Plantão
Vig. Sanitária	04	Plantão
Endemias / Malaria / Dengue	48	Normal
Maternidade	01	Normal
CAPS	01	Normal
Sede Diversos	51	Normal
Totais Motoristas	**151**	

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

Pilotos de Voadeiras e Ambulânchas Existentes

Localidade	Existente	Regime de trabalho
SEDE	02	Normal
São Carlos	04	Plantão

Nazaré	02	Plantão
Terra Caiada	01	Plantão
Lago Cuniã	01	Plantão
Papagaios	01	Plantão
Calama	02	Plantão
Total	**13**	

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

Pilotos de Motos Existentes

Localidade	Existente	Regime de trabalho
Endemias / Malaria/ Dengue	95	Normal
Total	**95**	

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

Frota Existente Transporte SEMUSA

Frota	Quantidade
Ambulâncias	25
Carros das Endemias / Malaria / Dengue	48
PSF	23
Diversos	50
Totais Veículos	**146**
Total de Motos	**95**
Total de Lanchas C/Motores de popa	43
Ambulânchas	03
Barco hospital	01
Barco de Madeira Médio Porte	02
Flutuante	02
G. Geradores	20
Total de Equipamentos	**71**
Total Geral	**312**

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

Veículos adquiridos em 2012 – SEMUSA

Frota	Quantidade
Vans 16 lugares	**03**
Caminhões baú	**01**
Ambulâncias	**07**
Motores de Popa 250hp	**02**
Total de Equipamentos	**13**

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

RELAÇÃO DE CARROS DA SEMUSA

ORD.	VEÍCULO	PLACA	TOMB.	COMB.	ANO	ESTADO CONS.	UNID. A QUE ATENDE
	FIAT UNO MILLE	NDQ-3160	3590	GAS.	2005	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando	VIG. SANITÁRIA
	FIAT UNO MILLE	NBN-6037	4985	GAS.	2006	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando	VIG. SANITARIA
	FIAT UNO MILLE	NBL-1257	4829	GAS.	2006	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado c/ problema	C.A.P.S.
	FIAT UNO MILLE	NBL-5377	4825	GAS.	2006	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado c/ problema	SEDE/DEVEA
	FIAT UNO MILLE	NBL-5357	4824	GAS.	2006	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado c/ problema	SEDE/FMS
	FIAT UNO MILLE	NBN-2927	4822	GAS.	2006	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado c/ problema	DAD/LABORATORIOS
	FIAT UNO MILLE	NBG-1167	4827	GAS.	2006	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado c/ problema	SEDE
	FIAT UNO MILLE	NBL-4397	4816	GAS.	2006	Regular/parado, c/ Ar Condicionado c/ problema, em manutenção (oficina)	SÃO CARLOS
	FIAT UNO MILLE	NBN-2887	4828	GAS.	2006	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado c/ problema	SEDE
	FIAT UNO MILLE	NBL-4427	4823	GAS.	2006	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado c/ problema	SEDE
	FIAT UNO MILLE	NDM-0814	7753	GAS.	2008	Regular/Parado, c/ Ar Condicionado c/ problema	DEVEA
	FIAT UNO MILLE	NED-0977	9873	GAS.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcinando	DEMAC
	FIAT UNO MILLE	NED-1037	9872	GAS.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	GABINETE
	FIAT UNO MILLE	NED-1057	9874	GAS.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DAC
	FIAT UNO MILLE	NCX-8634	15001	GAS	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF MORRINHOS Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8654	15002	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF R. MEDEIROS Compensação
	FIAT UNO	NCX-	15003	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar	USF APONIÃ

ORD.	VEÍCULO	PLACA	TOMB.	COMB.	ANO	ESTADO CONS.	UNID. A QUE ATENDE
	MILLE	8674				Condicionado.	Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCY-1764	15004	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF H R GONDIN Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCY-0244	15005	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF SOCIALISTA Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCY-0224	15006	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF S. SEBASTIÃO Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCY-2094	15007	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF MARIANA Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCY-1734	15008	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF N. FLORESTA Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCY-2054	15009	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF CALADINHO Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8484	15010	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF JOSE ADELINO Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCY-0154	15011	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF M A. MATOS Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8594	15012	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF P. DE CHÃO Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8604	15013	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF E.INDIO Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8724	15014	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF OSVALDO. PIANA Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8494	15015	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	SEDE Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8554	15016	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF R. ARAGÃO Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8514	15017	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF ST. ANTONIO Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8454	15018	GAS.	2011	Bom/inativa, S/ Ar Condicionado retido aguardando pericia pois objeto de furto.	USF A. CARVALHO Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8574	15019	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF EXTREMA Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8704	15020	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	DAB/PSF Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCY-0274	15021	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	DIV PATRIMONIO Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCY-0204	15022	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	SEDE Compensação
	FIAT UNO MILLE	NCX-8434	15023	GAS.	2011	Bom/Ativo, S/ Ar Condicionado.	USF JACI PARANÁ Compensação
	FIAT DOBLO	NDX-9475	9598	GAS.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	VIG. SANITARIA
	FIAT DOBLO	HIG-1821	11153	GAS.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado C/problema.	DAD/LABORATORIOS
	FIAT DOBLO AMBULANCIA	NCY-5117	22533	GAS.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando, na oficina para reparos objeto de acidente	RESERVA
	V.W. GOL	NCA-3631	12408	GAS.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	F.M.S.
	V.W. GOL	NCA-3671	12409	GAS.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado	DST/AIDS/SAE

ORD.	VEÍCULO	PLACA	TOMB.	COMB.	ANO	ESTADO CONS.	UNID. A QUE ATENDE
						funcionando.	
	V.W. GOL	NED-6951	12415	GAS.	2009	Bom/parado c/ Ar Condicionado, na oficina para reparos	DPE
	RENAULT CLIO	HNT-6885	16723	GAS.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DAD/LABORATORIOS
	RENAULT CLIO	HNT-6886	16724	GAS.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DAD/LABORATORIOS
	RENAULT CLIO	HNT-6887	16725	GAS.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEC. ADJUNTO
	V.W. KOMBI	JKH-9411	20241	GAS.	2005	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado.	DISTRITO/1ª REG.
	V.W. KOMBI	JKH-9741	20242	GAS.	2005	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado.	DISTRITO/1ª REG.
	V.W. KOMBI	JKH-7753	20243	GAS.	2005	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado.	DISTRITO/1ª REG.
	V.W. KOMBI	NDT-0116	20244	GAS.	2008	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado.	DISTRITO/1ª REG.
	V.W. KOMBI	NDT-0136	20246	GAS.	2008	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado.	DISTRITO/1ª REG.
	V.W. SAV. AMBUL.	NDT-3070	25026	GAS.	2005	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	FORT. ABUNÃ
	V.W. SAV. AMBUL.	NDW-4410	31721	GAS.	2008	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	U BANDEIRANTE
	V.W. SAV. AMBUL.	NDW-4340	31708	GAS.	2009	Péssima/Ativo, c/ Ar Condicionado c/ problema.	RIO PARDO
	GM CORSA PICK-UP	NCK-4380	8643474	GAS.	2002	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado	DISTRITO/1ªREG.
	GM CORSA PICK-UP	NCK-4680	8643482	GAS.	2002	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado	SAMU Apoio a manutenção as ambulancias
	GM S-10 C. DUPLA	NCK-8793	20247	GAS.	2004	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ALMOXARIFADO
	GM S-10 C. DUPLA	JFQ-9395	20248	DIES.	2005	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado	
	GM S-10 C. SIMPLES	JKH-2983	20250	DIES.	2005	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DISTRITO/1ª REG C/ UBV.
	GM S-10 C. SIMPLES	JKH-8043	20251	DIES.	2006	Regular/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DISTRITO/1ª REG C/ UBV.
	TOYOTA	NBN-	4897	DIES.	2006	Bom/Ativo, c/ Ar	GAB. SECRETARIO

ORD.	VEÍCULO	PLACA	TOMB.	COMB.	ANO	ESTADO CONS.	UNID. A QUE ATENDE
	HILUX	6377				Condicionado funcionando.	
	TOYOTA HILUX	NDE-1867	4896	DIES.	2006	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEDE/P.S.F.
	TOYOTA HILUX	NDE-1897	4898	DIES.	2006	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEDE/P.S.F.
	TOYOTA HILUX	NDE-0528	4895	DIES.	2006	Oficina para manutenção reparos de mecânica	P.S.F.
	TOYOTA HILUX	NDC-7146	6254	DIES.	2008	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	VIG. SANITÁRIA
	MITISUBISHI L-200	JKH-4971	20252	DIES.	2006	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado funcionando.	DISTRITO/1ª REG.
	MITISUBISHI L-200	NDT-0431	20253	DIES.	2008	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENTOMOLOGIA
	MITISUBISHI L-200	NEA-9723	7153	DIES.	2008	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DEVEA/DST/AIDS
	FORD RANGER UBV	NCK-9240	8644780	DIES.	2002	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado.	SEDE
	FORD ESCORT	GMF-4131	056674	GAS.	2003	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado.	CEDIDO A SEMAD
	FIAT DUCATO AMBUL.	NDY-8211	20254	DIES.	2008	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	NOVA CALIFORNIA
	RENAULT MASTER AMBUL.	NDT-0146	20255	DIES.	2005	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado c/ problema.	SAMU/SERV. SOCIAL
	RENAULT MASTER AMBUL.	NDB-0535	13124	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU
	RENAULT MASTER AMBUL.	NDB-0465	13125	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU
	RENAULT MASTER AMBUL.	NDB-0075	13127	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU
	RENAULT MASTER AMBUL.	NBD-0455	13128	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU
	FIAT DUCATO AMBUL.	NDO-6799	13030	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/ Compensação de Jiral
	FIAT DUCATO AMBUL.	NDO-6499	13029	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/ Compensação de Jiral
	FIAT DUCATO AMBUL.	NDO-6899	13031	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/ Compensação de Jiral
	MB SPRINTER 313 AMBULANCIA	NDW-0054	20256	DIES.	2007	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU
	FIAT DUCATO	NDO-	13028	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar	SAMU/V ALEGRE Compensação de

ORD.	VEÍCULO	PLACA	TOMB.	COMB.	ANO	ESTADO CONS.	UNID. A QUE ATENDE
	AMBUL.	6749				Condicionado funcionando.	Jiral
	FIAT DUCATO AMBUL.	NDO-6629	13027	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/N MUTUM Compensação de Jiral
	FIAT DUCATO AMBUL.	NCZ-1809	20257	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/J. PARANÁ
	FIAT DUCATO AMBUL.	NCZ-1739	20258	DIES.	2011	Bom/ativo c/ Ar Condicionado funcionando na oficina p/ reparos.	SAMU/N.MUTUM
	PEUGEOT AMBULANCIA	NDH-9948	8206	GAS.	2008	Regular/Ativo, S/ Ar Condicionado.	SED/ RESERVA
	PEUGEOT MICRO BOXER	NDV-0737	9875	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEDE/PSF
	PEUGEOT MICRO BOXER	NDP-5548	20259	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEDE/PSF
	PEUGEOT MICRO BOXER	NCL-3578	17368.	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEDE/PSF
	IVECO CAMINHÃO BOIAD.	NDW-6507	9799	DIES.	2009	Bom/Ativo, s/ Ar Condicionado.	CCZ
	FORD CAMINHÃO BAÚ	HNT-6019	13570	DIE.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ALMOXARIFADO
	MITISUBISHI L-200	NEA-4055	9026	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	MALARIA 9ª REGIÃO/RIO PARDO Compensação
	MITISUBISHI L-200	NEA-4015	9046	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DISTRITO Compensação
	MITISUBISHI L-200	NEA-3965	9031	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	MALARIA 2ª REGIÃO/PVH Compensação
	MITISUBISHI L-200	NEA-3865	9034	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/8ª REGIÃO/JOANA DARC Compensação
	MITISUBISHI L-200	NEA-4035	9027	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/8ª REGIÃO/JOANA DARC Compensação
	MITISUBISHI L-200	NEA-3855	9033	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/9ª REGIÃO/RIO PARDO Compensação
	MITISUBISHI L-200	NEA-4005	9043	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/7ª REGIÃO/UNIÃO BANDEIRANTE Compensação
	MITISUBISHI L-200	NEA-4075	9030	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/4ª REGIÃO/N CALIFORNIA Compensação
	MITISUBISHI L-200	NEA-3945	9040	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/ ENTOMOLOGIA Compensação
).	MITISUBISHI L-200	NEA-3985	9035	DIES.	2009	Bom/inativo, c/ Ar Condicionado funcionando, porem parado	ENDEMIAS Compensação

ORD.	VEÍCULO	PLACA	TOMB.	COMB.	ANO	ESTADO CONS.	UNID. A QUE ATENDE
						para reparos vitima de acidente.	
1.	MITISUBISHI L-200	NEA-4045	9029	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/1ª REGIÃO/PVH Compensação
2.	MITISUBISHI L-200	NEA-3875	9045	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/3ª REGIÃO/JACI PARANÁ Compensação
3.	MITISUBISHI L-200	NEA-3915	9038	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/LABORATORIOS Compensação
4.	MITISUBISHI L-200	NEA-3955	9044	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/2ª REGIÃO/PVH Compensação
5.	MITISUBISHI L-200	NEA-3835	9032	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/2ª REGIÃO/PVH Compensação
6.	MITISUBISHI L-200	NEA-3845	9041	DIES.	2009	Parado para recuperação	ENDEMIAS
7.	MITISUBISHI L-200	NEA-4125	9037	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/8ª REGIÃO/JOANA DARC Compensação
8.	MITISUBISHI L-200	NEA-4115	9028	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/2ª REGIÃO/PVH Compensação
9.	MITISUBISHI L-200	NEA-4065	9036	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/8ª REGIÃO/JOANA DARC Compensação
10.	MITISUBISHI L-200	NEA-3975	9042	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/ADMINISTRAÇÃO/PVH Compensação
11.	MITISUBISHI L-200	NCF-0727	24054	DIES.	2009	Bom/inativo, c/ Ar Condicionado funcionando, porem parado para reparos vitima de acidente.	ENDEMIAS/3ª REGIÃO/JACI PARANÁ Compensação
12.	MITISUBISHI L-200	NCF-5759	24055	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/4ª REGIÃO/N CALIFORNIA Compensação
13.	MITISUBISHI L-200	NCF-5689	24056	DIES.	2009	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/6ª REGIÃO/ABUNÃ Compensação
14.	MITISUBISHI L-200	NCF-5659	24057	DIES.	2009	Bom/Parado, c/ Ar Condicionado aguardando reparos.	ENDEMIAS/7ª REGIÃO/UNIÃO BANDEIRANTE Compensação
15.	MITISUBISHI L-200	NCX-0542	15056	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEMAS Compensação
16.	MITISUBISHI L-200	NCX-0512	15055	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEMAS Compensação
17.	MITISUBISHI L-200	NCX-0562	15056	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	IMUNIZAÇÃO Compensação
18.	MITISUBISHI L-200	NCX-0482	15057	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	FARMACIA BASICA Compensação

ORD.	VEÍCULO	PLACA	TOMB.	COMB.	ANO	ESTADO CONS.	UNID. A QUE ATENDE
9.	MITISUBISHI L-200	NCX-0492	15058	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	VIG SANITARIA Compensação
0.	MITISUBISHI L-200	NCX-0522	15059	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	VIG SANITARIA Compensação
1.	MITISUBISHI L-200	NCX-0552	15060	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DVEA Compensação
2.	MITISUBISHI L-200	NCX-0502	15061	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAUDE BUCAL Compensação
3.	MITISUBISHI L-200	NCX-0532	15062	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEDE Compensação
4.	IVECO DAILY CARROCINHA	NCV-3424	15041	DIES.	2011	Bom/Ativo,S/ Ar Condicionado.	CCZ Compensação
5.	IVECO DAILY CARROCINHA	NCV-3404	15042	DIES.	2011	Bom/Ativo,S/ Ar Condicionado.	CCZ Compensação
6.	IVECO DAILY CARROCINHA	NDB-1864	15043	DIES.	2011	Bom/Ativo,S/ Ar Condicionado.	CCZ Compensação
7.	NISSAN FRONTIER CD	NDA-6034	16755	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	VIG SANITARIA
8.	MITISUBISHI L-200	OHM-1400	16031	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/ 1ª REGIÃO Compensação
9.	MITISUBISHI L-200	NEF-5938	16938	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/7ª REGIÃO/UNIÃO BANDEIRANTE Compensação
0.	MITISUBISHI L-200	NEF-5958	16933	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/4ª REGIÃO/N CALIFORNIA Compensação
1.	MITISUBISHI L-200	NEF-5968	16934	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/1ª REGIÃO/PVH Compensação
2.	MITISUBISHI L-200	NEF-6108	16935	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/3ª REGIÃO/JACI PARANÁ Compensação
3.	MITISUBISHI L-200	NEF-5948	16936	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/6ª REGIÃO/ABUNÃ Compensação
4.	CHEVROLET MONTANA	NBD-8491	18608	GAS.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/2ª REGIÃO/PVH
5.	CHEVROLET MONTANA	NBD-8481	18607	GAS.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	ENDEMIAS/3ª REGIÃO/JACI PARANÁ
6.	CHEVROLET MONTANA	NBD-8471	18605	GAS.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DENGUE
7.	CHEVROLET MONTANA	OHV-1500	18606	GAS.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	DENGUE
8.	AGRALE CAMINHÃO BAÚ	NCO-0228	22444	DIES.	2012	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	FARMACIA BASICA
9.	CITROEN VAN 16 LUGARES	OGP-4704	20909	DIES.	2010	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEDE/PSF
0.	CITROEN VAN 16 LUGARES	OGP-6544	20908	DIES.	2011	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SEDE/PSF

ORD.	VEÍCULO	PLACA	TOMB.	COMB.	ANO	ESTADO CONS.	UNID. A QUE ATENDE
1.	MB SPRINTER 415 AMBULANCIA	NDO-7208		DIES.	2012	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/indefinido
2.	MB SPRINTER 415 AMBULANCIA	NDO-7248		DIES.	2012	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/indefinido
3.	MB SPRINTER 415 AMBULANCIA	NDO-7288		DIES.	2012	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/JACI PARANÁ
4.	MB SPRINTER 415 AMBULANCIA	NDO-7348		DIES.	2012	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/indefinido
5.	MB SPRINTER 415 AMBULANCIA	NDO-7418		DIES.	2012	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/indefinido
6.	MB SPRINTER 415 AMBULANCIA	NDO-7388		DIES.	2012	Bom/Ativo, c/ Ar Condicionado funcionando.	SAMU/indefinido

Fonte: Divisão de Transportes/Novembro/2012.

RELAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DA SEMUSA

ORDEM	DESCRIMINAÇÃO	COMB.	TOMB.	ANO	LOTAÇÃO	SITUAÇÃO
1	LANCHA MOTOR DE POPA 40 HP YAMAHA	GASOLINA	86400220	94	SUPERVISÃO	BOM
2	LANCHA MOTOR DE POPA 40 HP YAMAHA	GASOLINA	59554	98	PARADO	REGULAR
3	LANCHA MOTOR DE POPA 40 HP MERCURY	GASOLINA	6186	2007	NAZARÉ	BOM
4	LANCHA MOTOR DE POPA 40 HP MERCURY	GASOLINA	6187	2007	S JOSE	BOM
5	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP MERCURY	GASOLINA	6181	2007	PAPAGIOS	BOM
6	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP MERCURY	GASOLINA	6179	2007	L CUNIÃ	BOM
7	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP MERCURY	GASOLINA	6180	2007	S CARLOS	BOM
8	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP MERCURY	GASOLINA	6178	2007	ABUNÃ	BOM
9	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP YAMAHA	GASOLINA	8602425	98	T CAIDA	REGULAR
10	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP YAMAHA	GASOLINA	8600503	94	PARADO	PARADO
11	LANCHA MOTOR DE 55 HP MWM	DIESEL	2313893	86	5ª REIÃO	BOM
12	LANCHA MOTOR 22 HP YANMAR	DIESEL	944696	88	5ª REIÃO	BOM
13	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP MERCURY	GASOLINA	6182	2007	S JOSE	BOM
14	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP MERCURY	GASOLINA	6183	2007	JACI PR	BOM
15	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP MERCURY	GASOLINA	6184	2007	S MIGUEL	BOM
16	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP MERCURY	GASOLINA	S/TOMB	2008	PARADO	BOM
17	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP JHONSON	GASOLINA	S/TOMB	2008	A CATARINA	REGULAR
18	LANCHA MOTOR DE POPA 40 HP MERCURY	GASOLINA	S/TOMB	2008	S SEBASTIÃO	REGULAR
19	LANCHA MOTOR DE POPA 40 HP MERCURY	GASOLINA	S/TOMB	2008	NAZARÉ	REGULAR
20	LANCHA MOTOR DE POPA 40 HP MERCURY	GASOLINA	S/TOMB	2008	V JAMARY	BOM
21	AMBULANCHA VOLVO PENTA III	GASOLINA	13162/23155	2006	NAZARÉ	BOM
22	LANCHA MOTOR DE POPA 40 HP MERCURY	GASOLINA	6185	2007	NAZARÉ	BOM
23	AMBULANCHA VOLVO PENTA II	DIESEL	13161/16823	2006	S CARLOS	BOM
24	LANCHA MOTOR DE POPA 40 HP YAMAHA	GASOLINA	784	2000	CALAMA	BOM
25	LANCHA MOTOR DE POPA 25 HP YAMAHA	GASOLINA	786	2000	PAPAGAIOS	BOM
26	AMBULANCHA MOTOR MERCURY 90 HP I	GASOLINA	8194	2006	PARADO	REGULAR
27	AMBULANCHA MOTOR MERCURY 90 HP I	GASOLINA	14726	2010	S CARLOS	BOM
28	AMBULANCHA MOTOR MERCURY 90 HP I	GASOLINA	14727	2010	CALAMA	BOM
29	AMBULANCHA MOTOR MERCURY 90 HP I	GASOLINA	14728	2010	NAZARÉ	BOM
30	AMBULANCHA MOTOR MERCURY 115 HP I	GASOLINA	18445	2011	SEDE	BOM
31	AMBULANCHA MOTOR MERCURY 115 HP I	GASOLINA	18446	2011	SEDE	BOM
32	BARCO HOSPITAL 50TON	DIESEL		2001	SEDE	BOM

fonte: Divisão de transportes/Novembro/201

DIVISÃO DE CONTRATOS/DIVISÃO DE CONVÊNIOS
1 – CONTRATOS DE LOCAÇÃO

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO - 2012

ORD	PROC.	CREDOR/ FORNEC.	CONTRATO Nº	INÍCIO DA VIGÊNCIA	VIGÊNCIA ATÉ	OBJETO	VALOR GLOBAL R$	VALOR MENSAL	QUANT. DE ADITIVOS	OBSERVAÇÃO
1	08.0629/01	Antônio L. de Jesus	014/PGM/03	29-dez-11	29-dez-12	Loc - Ponto de Apoio Fortaleza do Abunã	6.278,64	523,22	9º TERMO	
2	08.1367/01	Domingos da R. Gonçalves	067/PGM/04	30-dez-11	30-dez-12	Loc -Ponto de Apoio Calama	6.278,64	523,22	8º TERMO	
3	08.0154/05	Maria Aparecida de M. Mendes	010/PGM/05	30-dez-11	30-dez-12	Loc - Unid. De Saúde União Bandeirantes	24.000,00	2.000,00	8º TERMO	
4	08.0023/01	Cícero P. Rego	021/PGM/03	31-dez-11	31-dez-12	Loc - Sede/SEMUSA	355.992,24	29.666,02	10º TERMO	
5	08.0766/06	José do Rosário Costa	048/PGM/06	05-jan-12	05-jan-13	Loc -Farm. Popular - Zona Leste	60.000,00	5.000,00	8º TERMO	
6	08.0042/07	João Victtor A Fernandes	024/PGM/07	09-fev-12	09-fev-13	Loc- Vigilância Sanitaria	94.581,00	7.881,75	5º TERMO	
7	08.1542/07	Edinaldo Gonçalves Cardoso	001/PGM/08	04-fev-12	04-fev-13	Loc - CAPS AD	42.000,00	3.500,00	4º TERMO	
8	08.0075/05	Social Imóveis - Marlene	007/PGM/05	17-fev-12	17-fev-13	Loc - Farm. Popular II Centro	123.585,84	10.298,82	7º TERMO	
9	08.0523/06	Orestes Muniz Filho	052/PGM/06	29-dez-11	29-dez-12	Loc - CAPS II	51.834,24	4.319,52	6º TERMO	
10	08.0489/09	KSB Locação de maquinas	081/PGM/09	29-dez-11	29-dez-12	Loc. Almoxarifado e outros	150.000,00	12.500,00	3º TERMO	
11	08.1918/11	Elite Imóveis	182/PGM/11	7-nov-12	31-dez-12	Loc - Patrimônio	60.000,00	5.000,00	1º TERMO	
12	08.1879/11	José Carlos Teixeira Alves	023/PGM/12	7-mar-12	7-mar-13	Loc. Ponto de Apoio a Malária	5.760,00	480,00	contrato novo	
13	08.0400/12	Nely Ascarum do Nascimento	066/PGM/12	13-jun-12	13-dez-12	Loc. CAPS I	46.800,00	7.800,00	contrato novo	renovando
14	08.0608/10	Empresa J.F.Incorporadora	057/PGM/10	14-jan-12	14-jan-13	Loc. Almoxarifado Geral	160.303,68	13.358,64	2º TERMO	

CONTRATOS DE LOCAÇÃO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURIDICA - 2012

	PROC.	CREDOR/ FORNEC.	CONTRATO Nº	INÍCIO DA VIGÊNCIA	VIGÊNCIA ATÉ	OBJETO	VALOR GLOBAL R$	QUANT. DE ADITIVOS	OBSERVAÇÃO
1	08.2353/09	**Brasil Telecom - OI**	sem contrato	**1-jan-12**	**31-dez-12**	Telefonia Fixa e Linha de dados	750.000,00	EMPENHO ESTIMATIVO	licitando novo processo
2	08.2041/10	**CAERD**	013/PGM/2011	**1-jun-12**	**31-dez-12**	Agúa e Esgotos	840.000,00	2º TERMO	
3	08.2208/10	**CERON**	038/PGM/2011	**7-abr-12**	**7-abr-13**	Energia Elétrica - Alta Tensão (Convencional)	804.000,00	3º TERMO	
4	08.2039/10	**CERON**	039/PGM/2011	**7-abr-12**	**7-abr-13**	Energia Elétrica - Alta Tensão (Horo-Sazonal)	273.000,00	4º TERMO	
5	08.2040/10	**CERON**	040/PGM/2011	**7-abr-12**	**7-abr-13**	Energia Elétrica - Baixa Tensão	769.500,00	3º TERMO	
6	08.0765/09	Empresa Brasileira de **Correios** e Telegráfos	125/PGM/2009	**30-dez-11**	**30-dez-12**	Serviços postais	5.000,00	3º TERMO	renovando
7	08.0777/09	Empresa **Caboclinho** Const.e Com.	172/PGM/2009	**17-nov-12**	**31-dez-12**	Prest. Serv. Manut. Corretiva e preventiva ,com fornecimento manu. E reparos nas inst. Prediais	1.131.897,36	11º TERMO	renovando
8	08.0860/09	Empresa **Labinbraz** Com. Ltda	180/PGM/2009	**10-dez-11**	**10-dez-12**	Materiais de Consumo (insumos laboratoriais)	754.600,00	5º TERMO	renovando
9	08.0860/09	A G D de Oliveira	181/PGM/2009	**10-dez-11**	**10-dez-12**	Materiais de Consumo (insumos laboratoriais)	1.609.954,00	5º TERMO	renovando
10	08.0039/07	**F3** Comercial-ME	172/PGM/2007	**4-nov-12**	**31-dez-12**	Serviços Reprografia e Encardenação	45.375,00	11º TERMO	renovando
11	08.1102/08	**Kapital** Serv. Terc. Ltda EPP	091//PGM/2009	**31-dez-11**	**31-dez-12**	Serviços limpeza, higienização SAMU e outros	984.949,20	9º TERMO	
12	08.0322/08	M. dos Santos **Moitinho** - ME	146/PGM/2008	**30-dez-11**	**31-dez-12**	Prest. Serv. Manut. Equip. Médicos hospitalares	311.753,92	11º TERMO	
13	08.0805/09	**Oxiporto** Com.e Distr. de Gases	166/PGM/2009	**04-nov-11**	**04-nov-12**	Fornecimento de oxigênio e ar comprimido medicinal	822.395,86	5º TERMO	renovando
14	08.1460/05	**Planacon** Ind. Com.	044/PGM/2006	**13-mai-12**	**13-nov-12**	Serv.Limp.Hig. Lavanderia da maternidade	664.026,96	17º TERMO	emergencial de 180 dias para concluir a licitação

15	08.0999/02	Sociedade **PESTALOZZI**	164/PGM/2002	**30-dez-11**	**31-dez-12**	Serviços Ambulatóriais e odontólogicos	7.200,00	9º TERMO	renovando
16	08.0542/2010	**VIVO telefonia móvel**	sem contrato	**1-jan-12**	**31-dez-12**	Serv. Telefonia móvel	10.000,00	EMPENHO ESTIMATIVO	
17	07.01645/2010	**VIVO telefonia móvel**	153/PGM/2011	**13-set-11**	**13-set-12**	Ser. Telefonia móvel	8.416,55	Contrato novo	renovando
18	08.1254/10	**Columbia Serv. Seg.**	001/PGM/2011	**03-jan-12**	**03-jan-13**	Serviço de vig. patrimonial e seg. armada	4.907.035,80	3º TERMO	
19	08.0943/10	**Real Diagnóstica**	181/PGM/2010	**25-out-12**	**31-dez-12**	Materiais de Consumo (insumos laboratoriais)	310.675,00	5º TERMO	renovando
20	08.0224/11	**M. A BATISTA JUNIOR**	061/PGM/2011	**09-nov-12**	**09-mai-13**	Serv. De manutenção prev. corret. Em Raio X	86.296,00	5º TERMO	
21	08.0791/11	**Atlas Schindler**	162/PGM/2011	**28-set-12**	**28-set-13**	Manutenção de Elevadores	14.000,00	2º TERMO	
22	08.2062/11	**WIANET**	191/PGM/2011	**07-dez-11**	**07-dez-12**	Serv. De rádio frequencia	351.300,00	1º TERMO	renovando
23	08.0066/11	**Planacon Ind. Com.**	042/PGM/2012	**30-abr-12**	**30-abr-13**	Serv. Limpeza da Maternidade	1.079.946,98	Contrato novo	
24	08.0065/11	**São Benedito Ind. Alim. Ltda**	049/PGM/2012	**17-mai-12**	**17-mai-13**	Prest. Serv. De preparação e fornecimento de alimentação (Maternidade)	1.372.377,93	Contrato novo	
25	08.2373/11	**Oxigênio da Amazônia Ltda**	055/PGM/2012	**04-jun-12**	**04-jun-13**	Fornecimento de oxigênio e ar comprimido medicinal	413.913,79	Contrato novo	
26	08.0567/12	**Biotécnica Com. e Assist.**	083/PGM/2012	**01-ago-12**	**31-dez-12**	Fornecimento de material p/ automação de microbiologia	268.800,00	Contrato novo	
27	08.1542/11	**J & L COM. E SERV. LTDA**	086/PGM/2012	**01-ago-12**	**01-ago-13**	Serv. De manutenção em condicionadores de ar	588.000,00	Contrato novo	
28	08.0306/11	**L. A. Prestes Chaves**	100/PGM/2012	**04-set-12**	**04-set-13**	Serv. Man. Prev. E Corret. Equip. Odontológicos	110.580,00	Contrato novo	
29	08.0001/12	**STREAMTEL**	098/PGM/2012	**24-ago-12**	**24-ago-13**	Serv. De envio de mensagens de texto para celular (SMS)	29.018,00	Contrato novo	
30	08.2144/11	**Kapital Serv. Terc. Ltda EPP**	112/PGM/2012	**19-out-12**	**19-out-13**	Serv. De limpeza das UPA´s e CEM	819.000,00	Contrato novo	
31	08.0328/11	**São Benedito Ind. Alim. Ltda**	193/PGM/2011	**13-dez-11**	**13-dez-12**	Prest. Serv. De preparação e fornecimento de alimentação (SAMU demais unidades)	884.880,00	Contrato novo	renovando

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURIDICA - 2012 - DITRAN

	PROC.	CREDOR/ FORNEC.	CONTRATO Nº	INÍCIO DA VIGÊNCIA	VIGÊNCIA ATÉ	OBJETO	VALOR GLOBAL R$	QUANT. DE ADITIVOS	OBSERVAÇÃO
32	08.1812/08	**Base** Com. Ltda	037/PGM/2009	**28-dez-11**	**28-dez-12**	Manut.Prev.Corr.Motor de Popa	225.300,00	5º TERMO	

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO PARA NOVOS CONTRATOS - 2012

	PROC.	OBJETO	OBSERVAÇÕES
1	08.0067/11	Serviços de limpeza para Maternidade	com mandado de seguraça, encontra-se suspenso o certame
2	08.2292/11	Manutenção de veículos (carros)	na PGM em elaboração de contrato
3	08.0149/12	Serviços de lavagem de veículos	na PGM em elaboração de contrato
4	08.0916/12	Manutenção de veículos (motocicletas)	na PGM para parecer pós-licitatório
5	08.0750/12	Serviços de exame de laudo de telerradiologia	na SEMAD para homologação
6	07.0336/10	Serviços de telefonia fixa (SEMUSA/SEMED/SEMAD)	na SEMPLA aguardando disponibilização orçamentária para SEMED e SEMAD

COOPERAÇÃO TÉCNICA– INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Convênio/ Termo Cooperação	Objeto	Concedente	Convenente	Vigência	Recurso	Situação e Localização
001/PGM/2011	Estágios supervisionados de cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde	SEMUSA	Universidade Federal de Rondônia UNIR	03/01/2011 a 03/01/2016		Processo nº 08.0923/2010 em acompanhamento
002/PGM/2011	Estágios supervisionados de cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde	SEMUSA	Centro de Ensino SÃO LUCAS	03/01/2011 a 03/01/2016		Processo nº 08.1580/2010 em acompanhamento
005/PGM/2011	Estágios supervisionados de cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde	SEMUSA	Instituto João Neórico FARO	23/03/2011 a 23/03/2016		Processo nº 08.0319/2011 em acompanhamento
006/PGM/2010	Estágios supervisionados de cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde	SEMUSA	Soc.Manten.Pesq.EduAssist.Comun.Cult Fac Integ AparícioCarvalho FIMCA	09/05/2011 a 09/05/2016		Processo nº 08.1524/2010 em acompanhamento
008/PGM/2011	Estágios supervisionados de cursos de graduação e de pós-graduação da área de saúde.	SEMUSA	Sociedade Pimentense de Educação e Cultura Ltda.	29/09/2011 a 29/09/2013		Processo nº 08.1504/2011 em acompanhamento

COOPERAÇÃO TÉCNICA – INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

Convênio/ Termo Cooperação	Objeto	Concedente	Convenente	Valor	Banco/Ag C/C	Vigência a partir da liberação recurso	Situação
086/PGM/2012	Recurso financeiro p/ execução do Projeto “Direito a Saúde de Pessoas c/ deficiência atravez de Ações de Reabilitação	SEMUSA	Associação Casa Familia Rosetta	88.181,60	----------	15.08.2013	Processo nº 08.0795/2012

COOPERAÇÃO TÉCNICA– CONSÓRCIO SANTO ANTONIO ENERGIA E IE MADEIRA

Convênio/ Termo Cooperação	Objeto	Concedente	Convenente	Valor	C/C	Vigência	Situação
003/PGM/2012	Mão de obra – 02 Técnicos de Nível Superior c/experiência em vigilância epidemiológica.	SEMUSA	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A	----------		18.05.2013	Processo nº 08.2422/2011
011/PGM/2011	Implementação do Núcleo de Educação a Saúde e Pólos	SEMUSA	SANTO ANTONIO ENERGIA S/A	----------		27.12.2011 a 27.12.2012	Processo nº 08.2293/2011
009/PGM/2011	Desenvolver ações p/redução de risco de infecção por Plasmódium, incluindo prevenção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores e da população residentes na área da linha de transmissão.	SEMUSA	IE MADEIRA	----------		27/10/2011 a 27/03/2013	Processo nº 08.1946/2011 Em acompanhamento
004/PGM/2012	Provimento de Equipamentos, Recursos Humanos, Consultoria, Insumo, Veículos, além da Construção de Labotórios p/ Convenente	SEMUSA	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A	----------		06.06.2015	Processo nº 08.0775/2012

UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS – UPA – OBRA

Nº da Proposta	Endereço	Valor	Situação junto ao MS/FNS
05903125000/1090-02	UPA ZONA LESTE Avenida Rio de Janeiro/Avenida Mamoré, s/n, Lagoa.	3.743.816,96	Parecer Técnico Favorável parcela 4
05903125000/1090-03	UPA ZONA SUL Avenida Jatuarana, s/n, Nova Floresta.	3.743.816,96	Parecer Técnico Favorável parcela 4
05903125000/1090-04	UPA JACI-PARANÁ Rua Hilário Maia/Rua Isaac Martins, Jaci Paraná.	3.764.886,20	Parecer Técnico Favorável em 10/11/2010 parcela 2

PROPOSTAS DE PROJETOS CADASTRADAS E EM EXECUÇÃO (FUNDO A FUNDO E *SICONV)

Nº Proposta	Obj.Proposta	Endereço	Concedente	Valor Total	Valor do Repasse	Saldo Remanescente Te
*020914/2012	Ampliação do Centro de Parto Normal	Rua:Venezuela,5023, B.Liberdade	Ministério da Saúde/FNS	350.000,00 e 146.956,34(Contra Partida)	----------	----------
*022922/2012	Ampliação da Casa de Gestante e do Bebê	Rua:Venezuela,5023, B.Liberdade	Ministério da Saúde/FNS	335.808,00 e 16.790,40(Contra Partida)	----------	----------
*033223/2012 Emenda Parlamentar nº 20480010 e 2048011	Construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	----------	Ministério da Saúde/FNS	650.000,00 + 1.350.000,00 e 160.000,00(Contra Partida)	----------	----------

Nº Prop	Obj.Proposta	Endereço	Concedente	Valor Total	Valor do Repasse	Saldo Remanes Te
05903.125000/10	**Construção da Unidade de Castanheira**	**Av:Pau Ferro,S/N, S.025,Q-7-A,Bairro:Castanhei**	Ministério da Saúde/FNS	400.000,00	300.000,(	100.000,00

Nº Prop	Obj.Proposta	Endereço	Concedente	Valor Total	Valor do Repasse	Saldo Remanes Te
05903.125000/10	Construção da Unidade de S. Bandeirantes	BR-364,Sentido Acre S/N Distrito de U.Bandeira	Ministério da Saúde/FNS	400.000,00	300.000,(	100.000,00
05903.125000/10	Construção da Unidade de S. D'arc	BR-319,Sentido Humaita-AM Estrada da Jatu Km 120,S/N, Assentamento Joana D'arc	Ministério da Saúde/FNS	400.000,00	300.000,(	100.000,00
05903.125000/10	Construção da Unidade de S. Três Marias	Av: Guaporé, S/N, Bairro: Três Marias	Ministério da Saúde/FNS	400.000,00	300.000,(	100.000,00
11155.765000/11 01	Construção da Unidade de S. O. Piana	Av: Campos Sales,891, Bairro:Areal	Ministério da Saúde/FNS	533.333,33	53.333,33	480.000,00
11155.765000/11 03	Construção da Unidade de S. Mauricio Bustani	Av: Jorge Teixeira, S/N, Bairro:Liberdade	Ministério da Saúde/FNS	533.333,33	53.333,33	480.000,00
11155.765000/11 04	Construção da Unidade de S. Nova Floresta	Rua: Jatuarana,3510, Bairro:Nova Floresta	Ministério da Saúde/FNS	533.333,33	53.333,33	480.000,00
11155.765000/11 05	Construção da Unidade de S. Socialista II	Rua: Manoel Garrincha,S/N, Bairro:Socialista	Ministério da Saúde/FNS	533.333,33	53.333,33	480.000,00
11155.765000/11 06	Construção da Unidade de S. Areal da Floresta	Rua: Açaí,768, Bairro:Areal da Floresta	Ministério da Saúde/FNS	533.333,33	53.333,33	480.000,00
11155.765000/11 07	Construção da Unidade de S. Renato Medeiros	Rua: Magno Assolino,4490, B.Cidade do Lobo	Ministério da Saúde/FNS	533.333,33	53.333,33	480.000,00

Nº Prop	Obj.Proposta	Endereço	Concedente	Valor Total	Valor do Repasse	Saldo Remanes Te
11155.765000/11 08	**Construção da Unidade de S. Caladinho**	**Rua: Tancredo Neves,600, Bairro:Caladinho**	Ministério da Saúde/FNS	533.333,33	53.333,33	480.000,00
11155.765000/11 09	**Construção da Unidade de S. Flamboyant**	**Rua: Constelação c/ Milagre,8501**	Ministério da Saúde/FNS	533.333,33	53.333,33	480.000,00

RECURSOS HUMANOS

Esta Secretaria Municipal de Saúde conta, atualmente, com 3.660 (três mil, seiscentos e sessenta) servidores, sendo que, nesta Divisão Pessoal trabalham 8 (oito) servidores. Este setor ocupa 2 (duas) salas da Sede da SEMUSA, localizada no 1º andar da mesma.

De acordo com o acima exposto, esta Divisão conta com as seguintes atribuições:

- A folha de pagamento da Prefeitura do Município de Porto Velho será elaborada e processada pela Secretaria Municipal de Administração, com a participação obrigatória de todas as **Unidades Administrativas (Div Pessoal/SEMUSA)**, inclusive das Fundações Públicas Municipais, por meio de sistema informatizado denominado "Sistema de Gestão de Pessoal" – Módulo GPCetil.;
- As Unidades Administrativas (Div Pessoal/SEMUSA), inclusive das Fundações Públicas Municipais, mensalmente, dentro do prazo previsto no § 3º do art. 153, prestarão as informações a serem inseridas em folha de pagamento por meio de "módulos" do Sistema de Gestão de Pessoal:

I - Módulo Frequência;

II - Módulo Gratificação ou Adicional:

a) Menu Adicional de Serviço Extraordinário;
b) Menu Adicional Noturno;
c) Gratificação de Produtividade;
d) Jeton;

III - Módulo Plantão Extra.

- As Unidades Administrativas (Div Pessoal/SEMUSA) elaboram mensalmente documentos previstos em lei ou regulamento, inerentes ao registro, controle, conferência, designação e deliberação das informações, sendo de observância obrigatória, devendo ser devidamente elaborados e arquivados, podendo ser solicitados a qualquer tempo pela Secretaria Municipal de Administração ou pelos órgãos de controle interno ou externo;
- Serão também informados, programados e processados por meio do Sistema de Gestão de Pessoal, nos termos do art. 152 deste Decreto:

I - Licença Prêmio e Licença Paternidade: por meio do Módulo Licença;

II - Antecipação ou prorrogação para o mês dezembro, do pagamento da Gratificação Natalina: por meio do Módulo Décimo Terceiro Salário;

III - Substituição de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança: por meio do Módulo Substituição;

IV - Programação de férias: por meio do Módulo Férias;

V - Ausências legais ao serviço ou serviços obrigatórios por lei: por meio do Módulo Frequência.

- Notificação dos servidores, a pedido da Secretaria Municipal de Administração que as manda através de Ofício;
- Atendimento aos servidores, presencial e por telefone, com orientações funcionais aos mesmos.
- As Unidades Administrativas (Div Pessoal/SEMUSA) também fazem atendimento aos servidores lotados na SEMUSA, fazendo acompanhamento dos processos dos mesmos, através do Sistema de Tramitação Processual da Prefeitura de Porto Velho – TPCetil, além de despachar processos, cuja matéria seja a respeito de recursos humanos.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS
EXISTENTE-SEMUSA/2012

DESCRÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Agente Comunitário	463
Agente Combate Endemias	183
Assistente Adminstrativo	222
Assistente Social	22
Aux. Loboratório	120
Aux. Odontológico	37
Aux.Serviço de Saúde	190
Aux.Serviços Gerais	251
Aux. Serviços Veterinários	21
Auxiliar Administrativo	79

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS
EXISTENTE-SEMUSA/2012

DESCRÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Auxiliar Enfermagem	169
Auxiliar Farmácia	31
Biomédico	46
Bioquinico	64
Enfermeiro	240
Farmaceutico	15
Fiscal Vigilância Sanitária	29
Fisioterapueta	13
Médico	400
Médico Veterinário	13
Motorista	107
Odontólogo	143
Psicólogo	20
Técnico nível médio	42
Técnico Enfermagem	444
Técnico Laboratorio	34
Técnico Radiologia	43
Vigia	82
Outros	139
TOTAL GERAL	**3.662**

Fonte:RH/SEMUSA

DIVISÃO DE MATERIAIS
RELACAO DE SALDO MATERIAL EXPEDIENTE

CODIGO	DESCRICAO	UNID	QUANTIDADE	VALOR	CUSTO MEDIO	
825138	ALMOFADA PARA CARIMBO AZUL	UND	36,00		47,20	1,3111
825137	ALMOFADA PARA CARIMBO PRETA	UND	22,00		28,93	1,3152
000306	APONTADOR DE LAPIS	UND	760,00		220,40	0,2900
825804	CAIXA ARQUIVO MORTO COR CINZA	UND	1.438,00		1.998,82	1,3900
827793	Cx ARQUIVO MORTO COR VERMELHA	UND	1.223,00		1.687,74	1,3800
000171	CANETA ESF. AZUL	UND	54.469,00		11.591,	0,2128
000172	CANETA ESF. PRETA	UND	51.652,00		11.425,42	0,2212
000173	CANETA ESF. VERMELHA	UND	40.363,00		9.646,76	0,2390
827797	CLIPS NIQUELADO No 1/0 CAIXA 100	UND	886,00		861,99	0,9729
819880	CLIPS NIQUELADO No 2/0 CAIXA 100	CX	603,00		638,34	1,0586
825167	CLIPS NIQUELADO No 3/0 CAIXA 50 UND	CX	871,00		921,87	1,0584
819878	CLIPS NIQUELADO No 4/0 CAIXA 100 UN	CX	373,00		410,56	1,1007
818722	CLIPS NIQUELADO No 5/0 CAIXA 100 UNIDADES.	CX	971,00	1.246,86	1,2841	
800897	CLIPS NIQUELADO No 6/0 CAIXA 50 UNIDADES.	CX	603,00	814,53	1,3508	
818197	CLIPS NIQUELADO No 8/0 CAIXA 25 UNIDADES	CX	518,00	575,81	1,1116	

818121 COLCHETE EM LATAO N° 10 CAIXA 72 UNIDADES. CX 403,00 1.071,98 2,6600
822224 COLCHETE EM LATAO No 15 CAIXA 72 UNIDADES. CX 424,00 2.085,36 4,9183
832500 ENVELOPE 114 X 162 COR VARIADAS UND 20.740,00 2.090,59 0,1008
832492 ENVELOPE 210 X 297 COR PARDA UND 35.785,00 2.487,06 0,0695
832493 ENVELOPE 260 X 360 COR PARDA UND 61.675,00 6.722,58 0,1090
832993 ENVELOPE 299 X 324 COR PARDA UND 28.900,00 3.713,65 0,1285
832498 ENVELOPE 310 X 410 COR PARDA UND 21.200,00 2.743,28 0,1294

CODIGO	DESCRICAO	UNID	QUANTIDADE	VALOR	CUSTO MEDIO
832487	ENVELOPE EXTRA 260X360 COR BRANCA	UND	4.835,00	773,60	0,1600
832490	ENVELOPE GRANDE 229X324 COR BRANCA	UND	1.690,00	270,40	0,1600
832488	ENVELOPE MEDIO 200X280 COR BRANCA	UND	9.663,00	966,30	0,1000
832489	ENVELOPE PEQUENO 162X229 COR BRANCA	UND	23.695,00	1.352,98	0,0571
825723	ESTILETE CORPO PLASTICO LAMINA 18MM	UND	400,00	232,00	0,5800
000314	EXTRATOR DE GRAMPO	UND	260,00	192,40	0,7400
825601	FITA ADESIVA TRANSPARENTE	UND	365,00	178,85	0,4900
806202	FITA GOMADA 48X45 MARRON	UND	1.960,00	2.532,32	1,2920
809504	GRAMPEADOR DE MESA 19X4CM	UND	294,00	2.866,50	9,7500
006021	GRAMPO P/ GRAMPEADOR	CX	1.391,00	2.019,73	1,4520
802891	LAPIS PRETO	UND	164.419,90	14.616,93	0,0889
823815	LIVRO ATA 100 FOLHAS	UND	180,00	748,80	4,1600
807681	PAPEL BRANCO, FORMATO A4	RSM	7.994,00	63.798,52	7,9808
823838	PASTA SUSPENSA	UND	15.311,00	7.027,75	0,4590
812658	PERFURADOR ACO P/30 FOLHAS	UND	483,00	5.792,14	11,9920
825837	PINCEL P/ QUADRO BRANCO COR AZUL	UND	736,00	453,23	0,6158
825838	PINCEL P/ QUADRO BRANCO COR PRETA	UND	858,00	585,76	0,6827
826825	PINCEL P/ QUADRO BRANCO COR VERDE	UND	1.231,00	843,11	0,6849
825839	PINCEL P/ QUADRO BRANCO COR VERMELHA	UND	877,00	607,06	0,6922
822435	REGUA 30 CM	UND	365,00	197,10	0,5400
805474	REGUA 50 CM	UND	926,00	963,04	1,0400
812479	TESOURA EM ACO INOX	UND	239,00	302,43	1,2654
832483	TINTA P/ ALMOFADA P/ CARIMBO AZUL	UND	11,00	10,34	0,9400
832484	TINTA P/ ALMOFADA P/ CARIMBO PRETA	UND	27,00	25,11	0,9300
830876	TINTA P/ PINCEL P/ QUAD BRANCO COR AZUL	UND	333,00	550,82	1,6541
832485	TINTA P/ PINCEL P/ QUAD BRANCO COR PRETA	UND	1.147,00	1.897,37	1,6542
832486	TINTA P/ PINCEL P/ QUAD BRANCO COR VERMELHA	UND	1.167,00	1.930,33	1,6541

Total ALMOXARIFADO FMS **174.765,65**

RELACAO DE SALDO DE IMPRESSOS

CODIGO	DESCRICAO	UNID	QUANTIDADE	VALOR	CUSTO MEDIO
830828	ATESTADO MEDICO	BLC	884,00	1.591,20	1,8000
830826	FICHA DE ENCAMINHAMENTO	BLC	548,00	1.918,00	3,5000
830825	FICHA DE ENFERMEIRO	BLC	1.182,00	4.846,20	4,1000
830824	FICHA GERAL DE ATENDIMENTO	BLC	5.282,00	19.543,40	3,7000
806478	RECEITUARIO CARBONATO, 100 FLS JG C/ 2 VIAS	BLC	1.110,00	3.540,90	3,1900

Total ALMOXARIFADO FMS
31.439,70

RELACAO DE SALDO MATERIAL DE LIMPEZA

CODIGO	DESCRICAO	UNID	QUANTIDADE	VALOR	CUSTO MEDIO
000136	ACUCAR PACOTE C/ 02 KG (MC)	PCT	784,00	2.963,52	3,7800
804961	AGUA MINERAL 20 LTS	GLS	8.120,00	23.554,50	2,9008
808042	AGUA MINERAL 500 ML	UND	4.962,00	3.208,93	0,6467
809701	AGUA MINERAL COM GALAO DE 20 LITROS	GLS	300,00	2.997,00	9,9900
822746	AROMATIZANTE DE AMBIENTES SPRAY	UND	41,00	1.619,50	39,5000
001793	BALDE DE PLASTICO 10 LITROS	UND	908,00	1.352,10	1,4891
827134	BALDE DE PLASTICO 15 LITROS	UND	676,00	1.290,62	1,9092

822423 CAFE EM PO TORRADO PCT 984,00 2.570,70 2,6125
826328 CESTO DE PLASTICO TELADO P/ LIXO 12 LTS UND 569,00 557,68 0,9801
000138 COPO DESCARTAVEL P/ AGUA DE 180 ML PCT 45.630,00 56.512,76 1,2385
829787 COPO PARA CAFE 80ML CAMPEAO PCT 7.355,00 7.819,10 1,0631
822993 DESINFETANTE A BASE DE PINHO-ALVEJAX LT 1.503,00 814,02 0,5416
806577 DESINFETANTE CREOLINA 750 ML UND 2.399,00 7.746,61 3,2291
000775 DETERGENTE LIQ. 500ML UND 51.453,00 36.366,98 0,7068
811454 ESCOVA DE LAVAR ROUPAS PCT 997,00 875,47 0,8781
826339 ESPONJA DE ACO PCT COM TAM 14X8 PCT 9.673,00 6.793,35 0,7023
829072 ESPONJA DE NYLON DUPLA FACE UND 1.333,00 313,65 0,2353
000120 FLANELA 30X50 BORDAS OVERLOCK UND 6.310,00 4.391,13 0,6959
827672 GAS GLP, BOTIJAO DE 13 KG. UND 748,00 32.835,63 43,8979
000130 INSETICIDA AEROSOL 300ML FSC 4.198,00 11.369,44 2,7083
817390 LUVA DE LATEX TAM G PAR 118,00 178,72 1,5146
817389 LUVA DE LATEX TAM M PAR 1.299,90 1.869,39 1,4381

CODIGO DESCRICAO UNID QUANTIDADE VALOR CUSTO MEDIO
807201 LUVA DE LATEX TAM P PAR 890,00 1.258,55 1,4141
001794 PA P/ LIXO DE PLASTICO (MC) UND 200,00 264,74 1,3237
823912 PANO DE CHAO UND 8.750,00 6.219,50 0,7108
000115 PANO DE CHAO (MC) UND 19.632,00 16.867,81 0,8592
000114 PAPEL HIGIENICO C/ 04 RLS. PCT 37.670,00 48.356,98 1,2837
814040 RODO DE PLASTICO, 40 CM UND 5.870,00 13.495,13 2,2990
000123 SABAO EM BARRA UND 55.113,40 19.162,93 0,3477
000109 SABAO EM PO C/ 500G (MC) CX 4.550,70 5.886,79 1,2936
000858 SABONETE 90GR UND 5.424,00 2.291,10 0,4224
833581 SACO PARA LIXO 10 LITROS UND 15.000,00 375,00 0,0250
800485 SACO PARA LIXO 10O LITROS UND 6.175,00 828,07 0,1341
811459 SACO PARA LIXO 15 LITROS UND 14.820,00 370,50 0,0250
825043 SACO PARA LIXO 20 LITROS UND 7.500,00 375,00 0,0500
825886 SACO PARA LIXO 30 LITROS UND 60.339,00 3.916,00 0,0649
809522 SACO PARA LIXO 50 LITROS UND 44.103,00 2.602,08 0,0590
000127 SODA CAUSTICA UND 777,00 3.496,50 4,5000
832504 VASILHAME AGUA MINERAL 20 LT GLS 290,00 2.897,10 9,9900
827745 VASSOURA DE NYLON UND 1.947,00 4.848,03 2,4900
826041 VASSOURA DE PIACAVA UND 1.321,00 3.936,58 2,9800
Total ALMOXARIFADO FMS 345.449,19

RELACAO DE SALDO MATERIAL PENSO
CODIGO DESCRICAO UNID QUANTIDADE VALOR CUSTO MEDIO
007250 ABAIXADOR DE LINGUA PCT100UND (MP) PCT 15.771,00 21.642,54 1,3723
826927 ABSORVENTE HIG. COM GEL 7X25CM LONG. SEM ABA PCT 280,00 812,00 2,9000
000860 AGULHA DESC. 13 X 4,5 (MP) UND 348.165,00 11.106,46 0,0319
002038 AGULHA DESC. 25 X 7 (MP) UND 746.375,00 24.182,55 0,0324
820340 AGULHA DESC. 25 X 8 UND 528.186,00 15.951,22 0,0302
827290 AGULHA DESC. 40 X12 (MP) UND 372.900,00 11.709,06 0,0314
832771 AGULHA P/ ANESTESIS 25GX 3 1/2 RAQUIDIANA UND 2.400,00 5.679,36 2,3664
832772 AGULHA P/ ANESTESIS 26GX 3 1/2 RAQUIDIANA UND 6.700,00 17.420,00 2,6000
808047 AGULHA P/ ANESTESIS 27GX 3 1/2 RAQUIDIANA UND 7.550,00 20.295,16 2,6881
804323 ALCOOL 70 % LT 26.919,00 77.981,65 2,8969
819155 ALCOOL 92,8% UND 10.968,00 29.921,80 2,7281
831785 ALCOOL EM GEL 1.000 ml UND 671,00 3.355,00 5,0000
819323 ALGODAO HIDROFILO 500G RL 651,00 5.893,57 9,0531
000871 ATADURA DE CREPE DE 10 CM PCT C/12 PCT 9.160,00 37.148,38 4,0555
829068 ATADURA DE CREPE DE 20 CM PCT C/12 PCT 13.162,00 70.532,53 5,3588

832885 AVENTAL DE CHUMBO UND 10,00 4.433,00 443,3000
806576 CAIXA DE PERFURO CORTANTE 13 LITROS UND 911,00 3.142,77 3,4498
819997 CAIXA DE PERFURO CORTANTE 20 LITROS UND 2.921,00 13.458,80 4,6076
002760 CANULA DE GUEDEL N° 1 UND 101,00 363,60 3,6000
833275 CANULA ENDOTRAQUEAL C/BL 3,5 UND 270,00 480,60 1,7800
829848 CANULA ENDOTRAQUEAL N° 3,0 UND 35,00 62,30 1,7800
829484 CANULA ENDOTRAQUEAL No 7,0 C/ CUFF UND 86,00 153,08 1,7800
833276 CANULA TRAQUEOSTOMIA C/BL 3,5 UND 50,00 1.234,50 24,6900
833277 CANULA TRAQUEOSTOMIA C/BL 4,0 UND 50,00 1.234,50 24,6900
833278 CANULA TRAQUEOSTOMIA C/BL 4,5 UND 50,00 1.234,50 24,6900
815874 CANULA TRAQUEOSTOMIA C/BL 7,5 UND 42,00 105,00 2,5000
010443 CATETER JELCO 18 UND 15.845,00 4.119,70 0,2600
010446 CATETER JELCO 24 UND 1.490,00 580,50 0,3896
828142 CATETER NASAL TIPO OCULOS ADULTO UND 425,00 321,73 0,7570
808048 CLAMP P/ CORDAO UMBILICAL UND 1.537,00 553,32 0,3600
808227 CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% LT 6.029,00 52.729,03 8,7459
809255 CLOREXIDINA HIDROALCOOLICA 0,5% FSC 2.718,00 16.227,28 5,9703
805375 COLAR CERVICAL TAM G UND 83,00 1.183,74 14,2619
825171 COLAR CERVICAL TAM GG UND 121,00 1.668,29 13,7875
805374 COLAR CERVICAL TAM M UND 278,00 3.808,60 13,7000
805373 COLAR CERVICAL TAM P UND 222,00 3.041,40 13,7000
805637 COLAR CERVICAL TAM PP UND 64,00 876,80 13,7000
806668 COMPRESSA CIRURGICA PCT 254,00 9.781,54 38,5100
000843 COMPRESSA DE GAZE 7.5X7.5 (MP) PCT 20.991,00 149.554,58 7,1247
808049 DETERGENTE ENZIMATICO GL 05LT GLS 646,00 46.432,99 71,8777
830086 DRENO DE TORAX N° 36 UND 109,00 1.757,77 16,1263
830085 DRENO DE TORAX N° 38 KIT 100,00 1.613,64 16,1364
808228 EQUIPO P/ BOMBA DE INFUSAO DE SANGUE UND 10.631,00 38.928,60 3,6618
808229 EQUIPO P/ TRANSFUSAO DE SANGUE, TIPO GOTEJAMENTO UND 125,00 280,00 2,2400
809253 FIO CAT GUT SIMPLES 2-0 AGULHA 3CM CX 73,00 2.698,80 36,9699
828526 FIO CAT GUT SIMPLES 3-0 AGULHA 4CM CX 1.274,00 9.625,20 7,5551
000874 FIO DE SUTU. MONON. No2-0 CX 42,00 876,12 20,8600
000875 FIO DE SUTU. MONON. No3-0 CX 65,00 1.257,31 19,3432
000877 FIO DE SUTU. MONON. No5-0 CX 585,00 8.930,90 15,2665
828609 FIO DE SUTU. MONON. No6-0 CX 384,00 8.002,48 20,8398
819324 FITA ADESIVA AUTOCLAVE ROLO 19X30 RL 6.360,00 15.278,63 2,4023
819445 FITA ADESIVA TIPO CREPE BRANCA RL 28,00 62,72 2,2400
815741 FRALDA DESC. INF. TAM P UNISSEX UND 48.480,00 11.945,47 0,2464
000007 GASE TIPO QUEIJO (MP) RL 2.656,00 66.250,47 24,9437
830092 GEL P/ELETROCAR. 300 ML. FSC 6.108,00 10.872,24 1,7800
831726 GEL P/ELETROCAR. 600 ML. FSC 6.631,00 23.473,74 3,5400
002461 GLUTARALDEIDO 2% FSC 5LT (MP) GLS 963,00 16.762,94 17,4070
826129 INTEGRADOR QUIMICO UND 900,00 594,00 0,6600
833061 KIT DRENAGEM TORAXICA 1500 ML UND 50,00 1.010,00 20,2000
806882 KIT P/ NEBULIZACAO ADULTO KIT 4.587,00 25.352,81 5,5271
806883 KIT P/ NEBULIZACAO INFANTIL KIT 4.584,00 25.299,55 5,5191
832721 LAMINA BISTURI No 12 UND 2.000,00 220,00 0,1100
819325 LAMINA BISTURI No 15 UND 29.085,00 3.260,43 0,1121
800453 LAMINA BISTURI No 21 UND 198.700,00 22.413,36 0,1128
800502 LAMINA BISTURI No 22 UND 79.459,00 9.352,32 0,1177
819450 LAMINA BISTURI No 24 UND 70.046,00 5.316,49 0,0759
826125 LENCOL 2,00X0,90 COM ELASTICO UND 22.310,00 16.063,20 0,7200
819452 LENCOL 2,00X1,20 COM ELASTICO UND 23.080,00 16.848,40 0,7300
804325 LENCOL DESC. EM ROLO 50X50 RL 1.748,00 13.365,91 7,6464
826123 LUVA CIRURGICA 7,5 PAR 1.834,00 1.808,32 0,9860
826118 LUVA CIRURGICA 8,0 PAR 45.402,00 36.539,53 0,8048
806325 LUVA CIRURGICA 8,5 PAR 32.321,00 21.978,28 0,6800
805816 LUVA DE PROC. TAM G CX C/ 100 UND CX 9.874,00 129.509,36 13,1162

805815	LUVA DE PROC. TAM M CX C/ 100	UND	CX	10.282,00	132.821,85	12,9179
805814	LUVA DE PROC. TAM P CX C/ 100	UND	CX	5.404,00	71.754,31	13,2780
832972	MANTA COBERTO TERMICO	UND		768,00	4.569,60	5,9500
831932	MASCARA DE PROTECAO N95 PFF2	UND		5.614,00	7.856,79	1,3995
831540	MASCARA DE VENTURI INFANTIL	UND		6,00	108,00	18,0000
800050	MASCARA DESCARTAVEL	UND		47.201,00	5.588,60	0,1184
826394	OCULOS DE PROTECAO CIRURGICO	UND		466,00	1.506,95	3,2338
802376	PAPEL KRAFT MANILHA	RL		213,00	13.038,69	61,2145
806667	POLIFIX DUAS VIAS	UND		1.976,00	1.028,71	0,5206
833494	PRIMIER BOLSA DRENTRANSP C/ CLAMP	UND		20,00	200,00	10,0000
807590	PULSEIRA DE INDENTIFICACAO ADULTO	UND		5.900,00	1.534,00	0,2600
828145	PULSEIRA IDENTIFICACAO RECEM NASCIDO	UND		6.000,00	1.560,00	0,2600
000868	SCALP No21 (MP)	UND		227.016,00	21.430,31	0,0944
000869	SCALP No23 (MP)	UND		610.465,00	57.200,57	0,0937
000870	SCALP No25 (MP)	UND		24.830,00	2.346,44	0,0945
000830	SERINGA 1 ML C/AGULHA	UND		87.873,00	14.516,62	0,1652
000009	SERINGA 10ML C/AGULHA	UND		429.330,00	125.235,56	0,2917
000907	SERINGA 20ML C/AGULHA	UND		124.885,00	63.691,35	0,5100
007600	SERINGA 3 ML C/AGULHA	UND		583.325,00	90.065,38	0,1544
007652	SERINGA 5 ML C/AGULHA	UND		261.685,00	54.482,82	0,2082
830105	SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL N°04	UND		1.947,00	564,63	0,2900
808046	SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL N°06	UND		2.645,00	824,45	0,3117
830106	SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL N°08	UND		771,00	300,69	0,3900
001950	SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL N°10	UND		1.478,00	576,27	0,3899
830107	SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL N°12	UND		1.759,00	721,19	0,4100
830100	SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL N°14	UND		652,00	234,72	0,3600
809169	SONDA DE FOLEY No 10	UND		314,00	294,12	0,9367
001954	SONDA DE FOLEY No 16	UND		1.219,00	5.761,24	4,7262
827293	SONDA DE FOLEY No 18	UND		1.213,00	6.008,96	4,9538
806615	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 08	UND		323,00	113,11	0,3502
826144	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 10	UND		1.872,00	655,20	0,3500
829851	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 14	UND		342,00	153,90	0,4500
830102	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 16	UND		685,00	314,69	0,4594
829852	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 18	UND		483,00	228,46	0,4730
829853	SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 20	UND		485,00	240,85	0,4966
806614	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 06	UND		1.435,00	551,76	0,3845
832781	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 08	UND		445,00	191,35	0,4300
826122	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 10	UND		2.280,00	1.407,44	0,6173
832779	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 12	UND		640,00	313,60	0,4900
832780	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 14	UND		945,00	463,05	0,4900
825178	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 16	UND		705,00	387,75	0,5500
806923	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 18	UND		280,00	170,80	0,6100
826132	SONDA NASOGASTRICA LONGA N° 20	UND		961,00	566,89	0,5899
806617	SONDA URETRAL No 06	UND		930,00	334,80	0,3600
806618	SONDA URETRAL No 08	UND		70,00	22,40	0,3200
806621	SONDA URETRAL No 16	UND		1.366,00	630,55	0,4616
826878	TERMOMETRO CLINICO PRISMATICO	UND		10.701,00	17.337,76	1,6202
828619	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,0	UND		236,00	408,49	1,7309
806878	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,5	UND		2.370,00	3.075,08	1,2975
831814	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,0	UND		3.200,00	4.363,84	1,3637
831951	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,5	UND		1.088,00	1.527,66	1,4041
832718	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,0	UND		576,00	708,48	1,2300
831815	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0	UND		28,00	52,36	1,8700
832709	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0 C/ BALAO	UND		367,00	587,20	1,6000
832712	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,5 C/ BALAO	UND		378,00	604,80	1,6000
832713	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,0 C/ BALAO	UND		645,00	1.225,50	1,9000
832714	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,5 C/ BALAO	UND		678,00	1.288,20	1,9000
832715	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,0 C/ BALAO	UND		587,00	1.115,30	1,9000
832716	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,5 C/ BALAO	UND		405,00	769,50	1,9000
832717	TUBO ENDOTRAQUEAL 9,0 C/ BALAO	UND		353,00	434,19	1,2300

Total ALMOXARIFADO FMS 1.944.030,20

RELACAO DE SALDO DE RADIOLOGIA

CODIGO	DESCRICAO	UNID	QUANTIDADE	VALOR	CUSTO MEDIO
805021	FILME P/ RAIO X 18X24	CX	725,00	30.294,20	41,7851
805022	FILME P/ RAIO X 24X30	CX	470,00	32.970,36	70,1497
805025	FILME P/ RAIO X 30X40	CX	485,00	56.673,80	116,8532
805023	FILME P/ RAIO X 35X35	CX	558,00	67.990,29	121,8464
805024	FILME P/ RAIO X 35X43	CX	460,00	68.264,00	148,4000
810608	FIXADOR AUTOMATICO P/ RAIO X	GLS	277,00	43.281,25	156,2500
810607	REVELADOR AUTOMATICO P/ RAIO X	GLS	245,00	38.281,25	156,2500

Total ALMOXARIFADO FMS 337.755,15

FOTOS ALMOXARIFADO

6.3 FONTES DE RECURSOS

Tabela 088 – Fontes e recursos liberado/executado no ano de 2011

Fonte:	Valor liberado	Valor Realizado	Saldo Orçamentario
Fonte: 100.0 Recursos Ordinarios - Não destinados a Contra Partida	98.627.489,10	98.147.019,06	480.470,04
Fonte: 100.5 - Recursos Ordinarios - Contra Partida Convenios	108.537,00	103.974,39	4.562,61
Fonte: 103.0 - Recursos do SUS	67.406.148,01	52.415.534,80	14.990.613,21
Fonte:105.0 - Convenios e Outras Transferencias	4.839.553,50	1.126.803,92	3.712.749,58
TOTAL (R$)	**170.981.727,61**	**151.793.332,17**	**R$ 19.188.395,44**

Fonte: DT/SEMUSA/PVH

6.4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Tabela 089 - Demonstrativo da Despesa Realizada em 2011.

Categoria	Descricao	Total de Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Liquidado no Mes	Liquidado no Ano	Reservado no ano
3.1.90.04.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	13.535.394,18	1.847.174,40	13.530.776,52	4.617,66
		-	1.847.174,40	13.530.776,52	-
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANT.FIXAS - PESSOAL CIVIL	79.330.368,03	8.611.050,72	79.234.360,59	96.007,44
		-	8.611.650,72	79.234.360,59	-
3.1.90.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS	3.568.880,08	622.363,04	3.484.857,55	84.022,53
		-	622.363,04	3.484.857,55	
3.1.90.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.293.577,83	23.571,02	1.293.577,83	-
		-	23.571,02	1.293.577,83	
3.1.90.94.00	INDENIZACOES TRABALHISTAS	588.000,00	17.198,05	538.275,62	49.724,38
		-	17.198,05	538.275,62	
3.1.90.96.00	RESSARC. DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	48.000,00	-	46.448,90	1.551,10
		-	6.960,00	46.448,90	
3.1.91.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS	9.009.882,65	838.645,16	9.009.673,63	209,02
		-	838.645,16	9.009.673,63	-
3.1.91.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	107.494,00	707,98	103.367,88	4.126,12
		-	707,98	103.367,88	-
3.3.50.43.00	SUBVENCOES SOCIAIS	268.963,53	-	268.963,53	-
		-	-	87.308,58	-
3.3.90.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	518.154,97	20.458,07	408.557,91	109.597,06
		-	36.294,66	408.557,91	-
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	20.009.817,15	1.853.982,44	14.753.777,47	5.256.039,68
		-	1.892.038,10	10.263.890,78	-
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	327.732,00	40.000,00	327.200,00	532,00
		-	39.153,97	273.955,20	-
3.3.90.36.00	OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	815.889,52	2.607,04	752.872,92	63.016,60
		-	107.014,68	740.372,92	-
3.3.90.39.00	OUTROS SERVICOS DE TERC.-PESSOA JURIDICA	18.237.828,73	298.048,05	15.694.273,10	2.543.555,63
		-	2.054.827,71	14.345.260,00	-
3.3.90.46.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	48.770,00	2.321,75	31.757,00	17.013,00
		-	2.321,75	31.757,00	-
3.3.90.49.00	AUXILIO-TRANSPORTE	4.067.135,24	351.278,13	4.067.135,24	-
		-	351.278,13	40.671.345,24	-
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	51.686,94	-	28.004,63	23.682,31
		-	-	27.982,77	-

3.3.90.93.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	789.600,00	344.385,53	747.542,98	42.057,02
		-	404.582,81	747.542,98	-
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALACOES	7.775.213,06	36.607,56	3.207.724,05	4.567.489,01
		-	87.452,22	1.023.053,75	-
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.589.339,70	833.208,75	4.264.184,82	6.325.154,88
		-	839.319,55	2.208.635,06	-
Total		**170.981.727,61**	**15.742.056,59**	**151.793.332,17**	**19.188.395,44**
			17.782.553,95	**141.466.790,71**	
Total Órgão		**170.981.727,61**	**15.742.056,59**	**151.793.332,17**	**19.188.395,44**
			17.782.553,95	**141.466.790,71**	

Fonte: FMS/SEMUSA/PVH

Tabela 090 – Repasse fundo a fundo por área de ação.

FUNDO A FUNDO	VALOR MENSAL	PREVISÃO ANUAL - 2011	LIBERADOS ATÉ O MÊS DEZ/11	EMPENHADO	SALDO A LIBERAR
PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - FEDERAL	162.702,33	2.064.904,59	1.902.202,26	1.816.911,58	162.702,33
FARMÁCIA BÁSICA-(ESTADUAL)	60.747,58	728.970,96	728.970,96	728.970,96	-
FARMACIA BASICA (MUNICIPAL)	60.747,58	728.970,96	507.556,40	507.556,40	221.414,56
PROGRAMAS ESTRATEGICOS - CONTRA PARTIDA	15.951,21	191.414,52	191.414,52	191.414,52	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**300.148,70**	**3.714.261,03**	**3.330.144,14**	**3.244.853,46**	**384.116,89**
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL	20.000,00	240.000,00	240.000,00	213.080,28	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**20.000,00**	**240.000,00**	**240.000,00**	**213.080,28**	**-**
SAUDE BUCAL					-
CENTROS DE ESPECIALIDADES ONDONTOLOGICAS	26.400,00	343.200,00	343.200,00	100.444,10	-
SAÚDE BUCAL - ASB	115.170,83	1.382.050,00	1.382.050,00	1.382.050,00	-
INCENTIVO ADICIONAL SAUDE BUCAL ASB	-	77.000,00	77.000,00	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**141.570,83**	**1.802.250,00**	**1.802.250,00**	**1.482.494,10**	**-**
ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE DEMAC					
SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL AS URGÊNCIAS - SAMU 192 (MAC)	164.125,00	1.969.500,00	1.969.500,00	1.969.500,00	-
TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULTORIAL -MAC	828.881,15	9.946.573,76	9.946.573,76	8.260.004,62	-
CAPS I INCENTIVO DEST. AO CUSTEIO DOS CENTRO DE AT. PSICOSSOCIAL	-	30.000,00	30.000,00	-	-
ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGRAS	-	100.000,00	100.000,00	-	-
INCENTIVO A AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DE ATENÇÃO EM ALCOOL E OUTRAS DROGAS	-	200.000,00	200.000,00	-	-
INCENTIVO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE EQUIP.E ,ATERIAL PERMANENTE P/CAPS	-	30.000,00	30.000,00	-	-
INCENTIVO P/AÇOES DE REDUÇÃO DE DANOS EM CAPS AD - CONSULTORIO DE RUA	-	150.000,00	150.000,00	-	-
ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAUDE PORTARIA 1.173 DE 19/05/20112011	-	2.582.664,00	2.582.664,00	2.020.988,62	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**993.006,15**	**15.008.737,76**	**15.008.737,76**	**12.250.493,24**	**-**
MATERNIDADE					-
TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR -MAC	745.547,81	8.946.573,76	8.946.573,76	8.615.756,98	-

FAEC - POLITICA NACIONAL DE CIRURGIAS ELETIVAS	-	47.794,07	47.794,07	-	-
FAEC AIH - POLITICA NACIONAL DE CIRURGIAS ELETIVAS	-	79.289,24	79.289,24	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**745.547,81**	**9.073.657,07**	**9.073.657,07**	**8.615.756,98**	**-**
ATENÇÃO BASICA					-
PAB FIXO	636.426,55	7.637.118,56	7.637.118,56	7.136.814,93	-
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	394.702,75	4.736.433,00	4.736.433,00	4.587.161,03	-
INCENTIVO AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	-	369.750,00	369.750,00	369.750,00	-
INCENTIVO ADICIONAL PSF	-	80.000,00	80.000,00	80.000,00	-
INCENTIVO DE ATENÇÃO BÁSICA DOS POVOS INDÍGENAS	64.079,17	768.950,00	768.950,00		-
SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	501.970,83	6.023.650,00	6.023.650,00	6.023.650,00	-
PROGRAMA DE MELHORIA ACESSO DE QUALIDADE PMAQ	-	89.700,00	89.700,00	-	-
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (FAN)	-	35.000,00	35.000,00	-	-
ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BASICA DE SAUDE	-	178.910,00	178.910,00	-	-
UNIDADES BASICAS DE SAUDE PORTARIA 3.766 DE 01/12/2010	533.333,30	4.266.666,40	4.266.666,40	-	-
PROESF - FASE 2 CAPITAL	-	111.120,79	111.120,79	111.120,79	-
CO FINANCIAMENTO REPASSE ESTADUAL 2010/2011		1.626.499,31	1.626.499,31	1.058.138,31	
SIS FRONTEIRA	-	577.144,53	577.144,53	276.332,08	
SUB-TOTAL (MÊS)	**2.130.512,60**	**24.297.298,75**	**26.500.942,59**	**18.308.496,75**	**-**
APOIO AO DIAGNOSTICO					
TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULTORIAL -MAC	662.214,48	7.946.573,76	7.946.573,76	6.597.692,01	-
INCENTIVO ADICIONAL DO MICROSCOPISTA NA ATENÇÃO BASICA	-	188.433,00	188.433,00	-	-
INCENTIVO FIINANCEIRO DE INCLUSÃO DO MICROSCOPISTA NA ATENÇÃO BASICA	1.312,50	15.750,00	15.750,00	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**663.526,98**	**8.150.756,76**	**8.150.756,76**	**6.597.692,01**	-
PROGRAMAS ESTRATEGICOS	41.053,00	492.636,00	492.636,00	212.928,03	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**41.053,00**	**492.636,00**	**492.636,00**	**212.928,03**	-
CONTROLE DE ZOONOSES					-
PISO FIXO DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE	981.245,40	3.924.981,60	3.524.981,59	3.524.981,58	400.000,01
SUB-TOTAL (MÊS)	**981.245,40**	**3.924.981,60**	**3.524.981,59**	**3.524.981,58**	**400.000,01**
VGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL					-

CAMPANHA NACIONAL DE SEGUIMENTO DO SARAMPO E RUBEOLA	-	70.903,56	70.903,56	70.903,56	-
MONITORAMENTO DAS CAMPANHAS VACINAIS DO SARAMPO E RUBEOLA	-	70.903,56	70.903,56	70.903,56	-
INCENTIVO A POLITICA DE PROMOÇÃO DA SAUDE E PREV. DE DOENÇAS E AGRAVOS	-	35.000,00	35.000,00	35.000,00	-
INCENTIVO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE HIV AIDS E OUTRAS DST	68.265,80	273.063,20	204.797,40	165.769,58	68.265,80
INCENTIVO P/AMPLIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PROJETO DE VIDA NO TRÂNSITO	-	175.000,00	175.000,00	88.725,18	-
INCENTIVO PARA REALIZAÇÃO DO INQUERITO DE VIG. DE VIOLENCIAS/ACIDENTES	-	38.000,00	38.000,00	-	-
PROJETO DE REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	-	121.875,00	121.875,00	-	-
PROJETO DE EXPANSÃO, MEDIDAS E PREVENÇÃO DO CONTROLE DA MALARIA	-	2.528.190,00	2.528.190,00	-	-
PISO FIXO DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE	138.586,02	554.344,08	13.765,78	167.232,66	540.578,30
SUB-TOTAL (MÊS)	**206.851,82**	**3.867.279,40**	**3.258.435,30**	**598.534,54**	**608.844,10**
VIGILANCIA SANITARIA					
AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	46.322,31	185.289,24	138.966,93	138.966,93	46.322,31
PISO ESTRATEGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS	14.836,70	59.346,80	44.510,10	44.510,10	14.836,70
PISO ESTRATEGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS - PRODUTOS E SERVIÇOS	13.405,08	53.620,32	40.215,23	40.215,23	13.405,09
INCENTIVO P/FORTALECIMENTO DA AMAZONIA LEGAL - ANVISA	-	85.130,81	85.130,81	-	-
INCENTIVO P/FORTALECIMENTO DA AMAZONIA LEGAL - FNS	-	34.869,19	34.869,19	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**74.564,09**	**418.256,36**	**343.692,26**	**223.692,26**	**74.564,10**
GESTÃO SUS / PLANEJAMENTO E PROJETO	**-**				
PRÉ-HOSPITAL FIXO DAS REDES DE ATENÇÃO INTEGRAL AS URGENCIAS - UPA		3.510.000,00	3.510.000,00	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)		**3.510.000,00**	**3.510.000,00**	**-**	**-**
TOTAL GERAL ...R$	**6.223.463,29**	**74.500.114,73**	**75.236.233,47**	**55.273.003,23**	**1.467.525,10**
RECURSOS ORDINARIOS	**VALOR MENSAL**	**PREVISÃO ANUAL - 2011**	**EMPENHADO**	**SALDOS**	
APOIO ADMINISTRATIVO					
PESSOAL CIVIL	7.060.508,76	84.726.105,17	84.726.105,17	-	-
CONTRATO DE SEGURANÇA	325.517,69	3.906.212,23	3.906.212,23		
OUTROS CONTRATOS	164.518,54	1.974.222,53	1.974.222,53	-	-

TELEFONIA FIXA	87.085,00	606.216,98	606.216,98	-	-
TELEFONIA MOVEL	1.650,00	18.000,00	18.000,00	-	-
CAERD	69.336,67	832.040,01	832.040,01	-	-
CERON	88.245,17	1.058.942,05	1.058.942,05	-	-
Auxilio Transporte a Servidores	338.927,94	.067.135,24	4.067.135,24	-	-
Auxilio Alimentação ao Servidor	2.646,42	31.757,00	31.757,00	-	-
Outras Despesas	3.169,49	38.033,90	38.033,90	-	-
Contra Partida de Convenios	99.232,99	99.232,99	99.232,99	-	-
TOTAL GERAL.....R$	**8.135.789,77**	**97.357.898,10**	**97.357.898,10**	**-**	-

152.630.901,33

Fonte: FMS/SEMUSA/PVH

Tabela 091 – Valores fundo a fundo

FUNDO A FUNDO	VALOR MENSAL	PREVISÃO ANUAL - 2011	LIBERADOS ATÉ O MÊS DEZ/11	EMPENHADO	SALDO A LIBERAR
PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - FEDERAL	162.702,33	2.064.904,59	1.902.202,26	1.816.911,58	162.702,33
FARMÁCIA BÁSICA-(ESTADUAL)	60.747,58	728.970,96	728.970,96	728.970,96	-
FARMACIA BASICA (MUNICIPAL)	60.747,58	728.970,96	507.556,40	507.556,40	221.414,56
PROGRAMAS ESTRATEGICOS - CONTRA PARTIDA	15.951,21	191.414,52	191.414,52	191.414,52	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**300.148,70**	**3.714.261,03**	**3.330.144,14**	**3.244.853,46**	**384.116,89**
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL	20.000,00	240.000,00	240.000,00	213.080,28	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**20.000,00**	**240.000,00**	**240.000,00**	**213.080,28**	**-**
SAUDE BUCAL					-
CENTROS DE ESPECIALIDADES ONDONTOLOGICAS	26.400,00	343.200,00	343.200,00	100.444,10	-
SAÚDE BUCAL - ASB	115.170,83	1.382.050,00	1.382.050,00	1.382.050,00	-
INCENTIVO ADICIONAL SAUDE BUCAL ASB	-	77.000,00	77.000,00	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**141.570,83**	**1.802.250,00**	**1.802.250,00**	**1.482.494,10**	**-**
ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE DEMAC					
SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL AS URGÊNCIAS - SAMU 192 (MAC)	164.125,00	1.969.500,00	1.969.500,00	1.969.500,00	-
TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULTORIAL -MAC	828.881,15	9.946.573,76	9.946.573,76	8.260.004,62	-
CAPS I INCENTIVO DEST. AO CUSTEIO DOS CENTRO DE AT. PSICOSSOCIAL	-	30.000,00	30.000,00	-	-
ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGRAS	-	100.000,00	100.000,00	-	-
INCENTIVO A AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DE ATENÇÃO EM ALCOOL E OUTRAS DROGAS	-	200.000,00	200.000,00	-	-
INCENTIVO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE EQUIP.E ,ATERIAL PERMANENTE P/CAPS	-	30.000,00	30.000,00	-	-
INCENTIVO P/AÇOES DE REDUÇÃO DE DANOS EM CAPS AD - CONSULTORIO DE RUA	-	150.000,00	150.000,00	-	-
ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAUDE PORTARIA 1.173 DE 19/05/20112011	-	2.582.664,00	2.582.664,00	2.020.988,62	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**993.006,15**	**15.008.737,76**	**15.008.737,76**	**12.250.493,24**	**-**
MATERNIDADE					-
TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR -MAC	745.547,81	8.946.573,76	8.946.573,76	8.615.756,98	-

FAEC - POLITICA NACIONAL DE CIRURGIAS ELETIVAS	-	47.794,07	47.794,07	-	-
FAEC AIH - POLITICA NACIONAL DE CIRURGIAS ELETIVAS	-	79.289,24	79.289,24	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**745.547,81**	**9.073.657,07**	**9.073.657,07**	**8.615.756,98**	**-**
ATENÇÃO BASICA					-
PAB FIXO	636.426,55	7.637.118,56	7.637.118,56	7.136.814,93	-
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	394.702,75	4.736.433,00	4.736.433,00	4.587.161,03	-
INCENTIVO AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	-	369.750,00	369.750,00	369.750,00	-
INCENTIVO ADICIONAL PSF	-	80.000,00	80.000,00	80.000,00	-
INCENTIVO DE ATENÇÃO BÁSICA DOS POVOS INDÍGENAS	64.079,17	768.950,00	768.950,00		-
SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	501.970,83	6.023.650,00	6.023.650,00	6.023.650,00	-
PROGRAMA DE MELHORIA ACESSO DE QUALIDADE PMAQ	-	89.700,00	89.700,00	-	-
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (FAN)	-	35.000,00	35.000,00	-	-
ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BASICA DE SAUDE	-	178.910,00	178.910,00	-	-
UNIDADES BASICAS DE SAUDE PORTARIA 3.766 DE 01/12/2010	533.333,30	4.266.666,40	4.266.666,40	-	-
PROESF - FASE 2 CAPITAL	-	111.120,79	111.120,79	111.120,79	-
CO FINANCIAMENTO REPASSE ESTADUAL 2010/2011		1.626.499,31	1.626.499,31	1.058.138,31	
SIS FRONTEIRA	-	577.144,53	577.144,53	276.332,08	
SUB-TOTAL (MÊS)	**2.130.512,60**	**24.297.298,75**	**26.500.942,59**	**18.308.496,75**	**-**
APOIO AO DIAGNOSTICO					
TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULTORIAL -MAC	662.214,48	7.946.573,76	7.946.573,76	6.597.692,01	-
INCENTIVO ADICIONAL DO MICROSCOPISTA NA ATENÇÃO BASICA	-	188.433,00	188.433,00	-	-
INCENTIVO FIINANCEIRO DE INCLUSÃO DO MICROSCOPISTA NA ATENÇÃO BASICA	1.312,50	15.750,00	15.750,00	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**663.526,98**	**8.150.756,76**	**8.150.756,76**	**6.597.692,01**	-
PROGRAMAS ESTRATEGICOS	41.053,00	492.636,00	492.636,00	212.928,03	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**41.053,00**	**492.636,00**	**492.636,00**	**212.928,03**	-
CONTROLE DE ZOONOSES					-
PISO FIXO DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE	981.245,40	3.924.981,60	3.524.981,59	3.524.981,58	400.000,01
SUB-TOTAL (MÊS)	**981.245,40**	**3.924.981,60**	**3.524.981,59**	**3.524.981,58**	**400.000,01**

VGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL					-
CAMPANHA NACIONAL DE SEGUIMENTO DO SARAMPO E RUBEOLA	-	70.903,56	70.903,56	70.903,56	-
MONITORAMENTO DAS CAMPANHAS VACINAIS DO SARAMPO E RUBEOLA	-	70.903,56	70.903,56	70.903,56	-
INCENTIVO A POLITICA DE PROMOÇÃO DA SAUDE E PREV. DE DOENÇAS E AGRAVOS	-	35.000,00	35.000,00	35.000,00	-
INCENTIVO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE HIV AIDS E OUTRAS DST	68.265,80	273.063,20	204.797,40	165.769,58	68.265,80
INCENTIVO P/AMPLIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PROJETO DE VIDA NO TRÂNSITO	-	175.000,00	175.000,00	88.725,18	-
INCENTIVO PARA REALIZAÇÃO DO INQUERITO DE VIG. DE VIOLENCIAS/ACIDENTES	-	38.000,00	38.000,00	-	-
PROJETO DE REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	-	121.875,00	121.875,00	-	-
PROJETO DE EXPANSÃO, MEDIDAS E PREVENÇÃO DO CONTROLE DA MALARIA	-	2.528.190,00	2.528.190,00	-	-
PISO FIXO DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE	138.586,02	554.344,08	13.765,78	167.232,66	540.578,30
SUB-TOTAL (MÊS)	**206.851,82**	**3.867.279,40**	**3.258.435,30**	**598.534,54**	**608.844,10**
VIGILANCIA SANITARIA					
AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	46.322,31	185.289,24	138.966,93	138.966,93	46.322,31
PISO ESTRATEGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS	14.836,70	59.346,80	44.510,10	44.510,10	14.836,70
PISO ESTRATEGICO - GERENCIAMENTO DE RISCO DE VS - PRODUTOS E SERVIÇOS	13.405,08	53.620,32	40.215,23	40.215,23	13.405,09
INCENTIVO P/FORTALECIMENTO DA AMAZONIA LEGAL - ANVISA	-	85.130,81	85.130,81	-	-
INCENTIVO P/FORTALECIMENTO DA AMAZONIA LEGAL - FNS	-	34.869,19	34.869,19	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)	**74.564,09**	**418.256,36**	**343.692,26**	**223.692,26**	**74.564,10**
GESTÃO SUS / PLANEJAMENTO E PROJETO	**-**				
PRÉ-HOSPITAL FIXO DAS REDES DE ATENÇÃO INTEGRAL AS URGENCIAS - UPA		3.510.000,00	3.510.000,00	-	-
SUB-TOTAL (MÊS)		**3.510.000,00**	**3.510.000,00**	**-**	**-**
TOTAL GERAL ...R$	**6.223.463,29**	**74.500.114,73**	**75.236.233,47**	**55.273.003,23**	**1.467.525,10**
RECURSOS ORDINARIOS	**VALOR MENSAL**	**PREVISÃO ANUAL - 2011**	**EMPENHADO**	**SALDOS**	
APOIO ADMINISTRATIVO					
PESSOAL CIVIL	7.060.508,76	84.726.105,17	84.726.105,17	-	-
CONTRATO DE SEGURANÇA	325.517,69	3.906.212,23	3.906.212,23		

OUTROS CONTRATOS	164.518,54	1.974.222,53	1.974.222,53	-	-
TELEFONIA FIXA	87.085,00	606.216,98	606.216,98	-	-
TELEFONIA MOVEL	1.650,00	18.000,00	18.000,00	-	-
CAERD	69.336,67	832.040,01	832.040,01	-	-
CERON	88.245,17	1.058.942,05	1.058.942,05	-	-
Auxilio Transporte a Servidores	338.927,94	4.067.135,24	4.067.135,24	-	-
Auxilio Alimentação ao Servidor	2.646,42	31.757,00	31.757,00	-	-
Outras Despesas	3.169,49	38.033,90	38.033,90	-	-
Contra Partida de Convenios	99.232,99	99.232,99	99.232,99	-	-
TOTAL GERAL.....R$	**8.135.789,77**	**97.357.898,10**	**97.357.898,10**	**-**	-

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

6.5 CONTRATOS E CONVÊNIOS

A Divisão Orçamentária compete:

I. Elaborar Plano Plurianual – PPA
II. Elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, LOA
III. Avaliação do PPA e da LOA
IV. Manter o controle de acompanhamento de convênios firmados inserindo os mesmos no Orçamento da Secretaria;
V. Manter os arquivos pertinentes a Divisão devidamente atualizada;
VI. Conferir com posterior análise, os processos recebidos para emissão de CEO (Controle da Execução Orçamentária);
VII. Elaboração do Calculo da Folha de Pagamentos e Encargos, Rescisões e Indenizações; para posterior controle Orçamentário.
VIII. Emitir o CEO e encaminhar para a emissão de Reserva Saldo Orçamentário;
IX. Elaborar os despachos no sistema TPCETIL para os setores que se destina o processo;
X. Elaborar relatórios demonstrativos de despesas realizadas referente a Folha de Pagamento e Encargos;
XI. Manter atualizado os demonstrativos de repasse do SUS.
XII. Executar outras tarefas correlatas a sua área de competência.
XIII. Relatório consolidado demonstrando a evolução do Orçamento da Secretaria.

Quadro 037 – Convênios em execução e em vigência

NºProcesso	NºConvênio	Obj.Convenio	Concedente	Data Limite da Vigência p/Exec.
25000203664/2005-72	5314/2005	Ampliação, Aquisição de Equipamento e Material Permanente para atender P.A. Ana Adelaide, José Adelino e Manoel Amorim de Matos - QUALISUS	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde – FNS	02/03/2011
Malária	1981/2006	Serviço de Drenagem para controle da Malária.	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	28/05/2008
25000215799/2006-61	2885/2006	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidade de Saúde Joana D'Arc	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde – FNS	19/05/2011

Fonte: SEMUSA/Contratos e Convênios

6.6 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTROLE FINANCEIRO

Quadro 038 - Relatório de Suplementações Excesso de Arrecadação - Exercicio de 2011, por Fonte de Recursos

Decretos	Data	Fonte: 100.0 - R. Ordinários	Fonte: 100.5 - C. Partida Convênios	Fonte: 105.0 - Transferencias
12.128	23/05/2011	8.800.000,00	-	-
12.269	26/07/2011	-	-	-
12.343	14/09/2011	889.126,04	-	-
12..402	25/10/2011	7.290.000,00	-	-
TOTAIS		**16.979.126,04**	**-**	**-**

Fonte: DO/SEMUSA/PVH

Tabela 092 - Relatório de Suplementações e Reduções Orçamentárias - Exercício de 2011, por Fonte de Recursos

Decretos	Data	Fonte: 100.0 – Recursos Ordinários	Fonte: 100.5 – Contra Partida Convênios	Fonte: 105.0 – Convênios e Out. Transferências	Fonte: 103.0 - SUS	Valor
11.958	28/01/2011	40.000,00	-	-	453.500,00	493.500,00
11.976	14/02/2011	48.000,00	-	100.000,00	-	148.000,00
12.012	01/03/2011	18.000,00	85.000,00	-	2.894.000,00	2.997.000,00
12.057	05/04/2011	-	-	-	1.373.836,47	1.373.836,47
12.081	25/04/2011	113.000,00	-	-	170.000,00	283.000,00
12.104	06/05/2011	50.000,00	-	-	610.000,00	660.000,00
12.116	19/05/2011	-	-	-	573.000,00	573.000,00
12.142	02/06/2011	-	-	3.467.664,00		3.467.664,00
12.171	14/06/2011	13.000,00	-	-		13.000,00
12.185	27/06/2011	-	-	-	566.400,00	566.400,00
12.227	07/07/2011	-	-	-	100.000,00	100.000,00
12.258	18/07/2011	618.842,28	-	-	639.040,00	1.257.882,28
12.285	04/08/2011	10.000,00	-	-	136.697,00	146.697,00
12.300	16/08/2011	100.000,00	-	-	240.000,00	340.000,00
12.332	31/08/2011	70.000,00		983.766,50		1.053.766,50
12.339	09/09/2011	-	-	-	1.385.788,00	1.385.788,00
12.356	22/09/2011	-	-	-	1.469.000,00	1.469.000,00
12.374	04/10/2011	101.052,00	9.000,00	-	-	110.052,00
12.398	19/10/2011	145.000,00			1.509.757,53	1.654.757,53
12.409	03/11/2012	-	-	232.630,00	308.500,00	541.130,00
12.435	18/11/2011	200.000,00			1.371.584,00	1.571.584,00
12.468	12/12/2011	3.713.691,67			539.645,75	4.253.337,42
12.479	22/12/2011	12.838,76	-	-	349.452,87	362.291,63
12.487	28/12/2011	13.299,24	-	-	67.405,77	80.705,01
TOTAIS (x1000)		**5.266.723,95**	**94.000,00**	**4.784.060,50**	**14.757.607,39**	**24.902.391,84**

Tabela 093 - Contratos realizados no exercício de 2011

Contratos realizados no exercicio de 2011								
Fonte 100.0 - Recursos Ordinarios								
Processo nº	**Empresa contratada**	**Objeto**	**Periodo Reservado**	**P.A**	**E.D**	**Fonte**	**Valor mês**	**Valor Anual**
08.1759-000/2008	ATLAS SCHINDLER	Manutenção de elevador da sede	12 Meses	2.001	3.3.90.39	100.0	1.166,67	14.000,00
08.01254-00/2010	Columbia (em Licitação)	Contrato de serviços de segurança	12 meses	2.001	3.3.90.39	100.0	325.517,69	3.906.212,23
08.00023-06/2001	Cicero Pessoa Rêgo	Locação de Imóvel (Sede Semusa)	12 Meses	2.001	3.3.90.36	100.0	28.000,00	336.000,00
08.0042-002/2007	João Victor	Locação de Imóvel (Vigilância Sanitária)	12 Meses	2.001	3.3.90.36	100.0	3.471,17	41.654,00
08.00489-00/2009	KSB-Locação de Maq.e Moveis	Aluguel Farmácia Básica e Arquivo	12meses	2.001	3.3.9.0.39	100.0	10.000,00	120.000,00
02.00007-06/2007	Dupla Criação	Publicidade	12meses	2.001	3.3.90.39	100.0	22.459,86	269.518,27
08.02394-00/2009	Caerd	Água e Esgotos	12meses	2.001	3.3.90.39	100.0	69.336,67	832.040,01
08.00124-00/2009	Brasil Telecom	Serviços de Telefônia Fixa	12meses	2.001	3.3.90.39	100.0	50.518,08	606.216,98
08.00542-00/2010	Vivo S/A	Serviços de Telefonia móvel	12meses	2.001	3.3.9.0.39	100.0	1.500,00	18.000,00
08.02393-00/2009	Ceron	Serviço de Energia Elétrica	12meses	2.001	3.3.90.39	100.0	88.245,17	1.058.942,05
08.0765-00/2009	Correios	Correpondecias	12meses	2.001	3.3.9.0.39	100.0	416,67	5.000,00
SOMA							**600.631,96**	**7.207.583,54**

Fonte: 103.0 - Recursos do SUS								
Processo nº	**Empresa contratada**	**Objeto**	**Periodo Reservado**	**P.A**	**E.D**	**Fonte**	**Valor mês**	**Valor Anual**
08.01463-11/2005	NOVO RUMO	Alimentação da Maternidade	12meses	2.396	3.3.90.39	103.0	118.886,14	1.426.633,70
08.01561-09/2005	PLANACOM	Contrato de serviços de limpeza da M.M.M.E	12meses	2.396	3.3.90.39	103.0	71.761,97	861.143,60
08.01460-09/2005	PLANACOM	Contrato de serviços de lavanderia da M.M.M.E	12meses	2.396	3.3.90.39	103.0	69.687,97	836.255,68
08.01915-00/2009	POSTO AMAZONAS LTDA	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL	12meses	2.404	3.3.90.30	103.0	219.689,13	2.636.269,60
08.00119-00/2001	José Firmino dos Santos	Locação de Imóvel (Distrito de Extrema)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	784	9.408,00
08.01542-00/2007	Ednaldo Gonçalves	Locação de Imóvel (CAPS AD)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	3.143,00	37.716,00
08.0042-002/2007	João Victor	Locação de Imóvel (Vigilância Sanitária)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	4.028,83	48.346,00
08.00523-03/2006	Oreste Muniz Filho	Locação de Imóvel (CAPS AD II)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	4.076,94	48.923,28
08.0154-003/2005	Maria Aparecida	Locação de Imóvel (União Bandeirantes)	12meses	2.001	3.3.90.36	103.0	1.245,96	14.951,52
08.01102-03/2008	Kapital	lavagem e desinfeção de ambulancias	12meses	2.404	3.3.90.39	103.0	80.865,09	970.381,03
08.0249-040/2006	Valdenor Rodrigues	Serv.de Lavag.Lubrific. nos carros e motos /semusa	12meses	2.001	3.3.90.39	103.0	2.500,00	30.000,00
08.00113-00/2010	São Benedito Ind. Aliment.Ltda	Contrar.Fornec.de alimentação(Samu e Policlinicas)	12meses	2.404	3.3.90.30	103.0	34.610,00	415.320,00
08.01230-00/2008	Conape - Com.	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.001	3.3.90.39	103.0	10.000,00	120.000,00
08.01855-00/2009	Beitum & Maldanado Ltda	Contrato de Serv.Manut.Pre.Corret. Veiculos da Semusa	12meses	2.001	3.3.90.30	103.0	59.059,67	708.716,00
08.00999-04/2002	Sociedade Petalozzi	Contrato de Serv.. Médicos Amb.-(Pestalozzi)	12meses	2.400	3.3.90.39	103.0	600	7.200,00
08.00943-05/2002	Santa Marcelina	Contrato de Serv.Méd,Amb.(Sta Marcelina)	12meses	2.400	3.3.90.39	103.0	5.000,00	60.000,00
08.00322-04/2008	M.dos Santos Moitinho-ME	Contrat.Serv.Manut.Prev.Corret.Equip.médic.hosp.M.M.M.E	12meses	2.396	3.3.90.30	103.0	43.961,16	527.533,92
08.0039-002/2007	Comercial F3	Contrato de Serv.Reprografia e Encadernação	12meses	2.001	3.3.90.39	103.0	5.125,00	61.500,00
08.00347-04/2009	Laja Com.Atacadista	Contrato de Manut.Prev.Corret.Equip.odontológico	12meses	2.041	3.3.90.30	103.0	25.061,96	300.743,49

08.0805-003/2009	Oxiporto	Fornecimento de gás oxigênio - UBS	12meses	2.400	3.3.90.30	103.0	55.000,00	660.000,00
08.0860-00/09	Labinbraz comercial ltda	forncemneto de insumos p/laboratório	12meses	2.399	3.3.9.0.30	103.0	57.191,67	686.300,00
08.0860-00/09	A.G.D. Oliveiira -ME	forncemneto de insumos p/laboratório	12meses	2.399	3.3.90.30	103.0	124.486,49	1.493.837,85
08.01095-00/2009	Iata Incorp.com.e Rep. Ltda	Cont.de empresa especializada em eventos	12meses	2.149	3.3.9.039	103.0	6.178,35	74.140,23
08.00777-03/2009	Caboclinho Const.e Com. Ltda	Em.espeializada e Manut.Prev. E Corretiva UBS	12meses	2.149	3.3.9.039	103.0	100.605,32	1.207.263,89
SOMA							**1.103.548,65**	**13.242.583,79**

Figura 145 - Projetos estruturantes da Saúde da Família

A001	CONST POSTO DE SAÚDE F. DO ABUNÃ							
Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	CONST POSTO DE SAÚDE F. DO ABUNÃ	PORCENTAGEM	01/01/2011	31/12/2011	30/10/2011	90,00	90,00	100,00

A002	REFORMA POSTO DE SAÚDE DE ABUNÃ							
Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	REFORMA POSTO DE SAÚDE DE ABUNÃ	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/11/2011	90,00	90,00	100,00

A003	REFORMA POSTO DE SAÚDE DE VISTA ALEGRE							
Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	REFORMA POSTO DE SAÚDE DE VISTA ALEGRE	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/11/2011	90,00	90,00	100,00

A004	REFORMA POSTO DE SAÚDE DE EXTREMA							
Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	REFORMA POSTO DE SAÚDE DE EXTREMA	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2012	30/11/2011	90,00	90,00	100,00

A005	REFORMA POSTO DE SAÚDE DE N. CALIFÓRNIA							
Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	REFORMA POSTO DE SAÚDE DE N. CALIFÓRNIA	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2012	30/11/2011	90,00	90,00	100,00

A006	CONST DE LABORATÓRIO 7ª REGIÃO U. BANDEIRANTE							
Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			

A001 MANTER INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA REDE DE FRIOS E SALAS DE VACINAS RURAL E URBANA.

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	LEVANTAR NECESSIDADES ESTRUTURAIS DE SALA DE VACINA	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	100,00	100,00
T002	SOLICITAR MENSALMENTE INSUMOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA SALAS DE VACINA	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	100,00	100,00
T003	SUPRIR A REDE DE IMUNOBIOLÓGICOS PRECONIZADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	100,00	100,00

A002 REALIZAR DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DE RECURSOS HUMANOS PARA SUPRIR AS SALAS DE VACINAÇÃO

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	REALIZAR LEVANTAMENTO E INDICAR NECESSIDADES DE RH POR SALA DE VACINA	DIAGNÓSTICO	01/01/2011	30/01/2011	30/01/2011	1,00	1,00	100,00
T002	SOLICITAR A CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS	PROFISSIONAIS	01/01/2011	30/01/2011	30/01/2011	27,00	15,00	55,56

A003 PROMOVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO A SAÚDE E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DAS VACINAS

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	INDICAR MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/01/2011	30/01/2011	100,00	100,00	100,00
T002	SOLICITAR MATERIAIS EDUCATIVOS	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/06/2011	30/06/2011	100,00	100,00	100,00
T003	FIRMAR PARCERIAS COM ENTIDADES AFINS	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	100,00	100,00

A004 CAPACITAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM COMO RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E MULTIPLICADORES DAS EQUIPES DE ENFERMAGEM NA ÁREA DE IMUNIZAÇÕES.

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	CURSOS DE CAPACITAÇÕES EM SALAS DE VACINA	CURSOS	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	3,00	3,00	100,00

A005 REALIZAR SUPERVISÃO SISTEMÁTICA NAS SALA DE VACINAS

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			

A001 CAPACITAR RECURSOS HUMANOS PARA REESTRUTURAR A ASSISTÊNCIA A MULHER (MÉDICOS E ENFERMEIROS).

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	CAPACITAÇÃO DE 60 ENFERMEIROS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA	PROFISSIONAIS	01/01/2011	01/01/2011	30/01/2011	60,00	60,00	100,00
T002	CAPACITAÇÃO DE 60 ENFERMEIROS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA ATRAVÉS DA	PROFISSIONAIS	01/01/2011	01/01/2011	30/12/2011	60,00	0,00	0,00
T003	CAPACITAÇÃO DE 58 TÉCNICOS DE ENFERMAGEM NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA ATENÇÃO AO	PROFISSIONAIS	01/01/2011	01/01/2011	30/12/2011	58,00	0,00	0,00
T004	CAPACITAÇÃO DE 84 ENFERMEIROS NA ÁREA DE PREVENÇÃO DE CÂNCER DE COLO UTERINO E	ENFERMEIROS	01/01/2011	01/01/2011	01/04/2011	84,00	84,00	100,00
T005	CAPACITAR EQUIPES PARA AÇÕES EDUCATIVAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARA	EQUIPES	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	66,00	78,00	100,00
T007	REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM MANEJO CLÍNICO PARA A	PROFISSIONAIS	01/01/2011	01/01/2011	08/07/2011	75,00	60,00	80,00
T008	REALIZAR CAPACITAÇÕES PRÁTICAS EM PRÉ-NATAL PARA ENFERMEIROS DA REDE BÁSICA	ENFERMEIROS	01/01/2011	12/12/2011	28/05/2011	60,00	31,00	51,67
T009	PROMOVER CAPACITAÇÃO PARA AS PARTEIRAS TRADIÇÕES	CURSOS	01/07/2011	30/12/2011		1,00	0,00	0,00

A002 INVESTIGAÇÃO DOS ÓBITOS MATERNOS E INFANTIS

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	FORMAÇÃO DE EQUIPE PARA REALIZAR A INVESTIGAÇÃO	EQUIPES	01/01/2011	30/06/2011	27/02/2011	1,00	1,00	100,00
T002	REALIZAR REUNIÕES MENSAIS PARA ANÁLISE DOS ÓBITOS INVESTIGADOS	REUNIÕES	01/01/2011	12/12/2011	09/12/2011	12,00	12,00	100,00

A003 AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE PRÉ-NATAL

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	LEVANTAR QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO PRÉ-NATAL	LEVANTAMENTO	30/01/2011	30/01/2011	30/01/2011	1,00	1,00	100,00

A004 IMPLANTAÇÃO DO BANCO DE LEITE HUMANO

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	IMPLANTAR POSTOS DE COLETA DE LEITE HUMANO	POSTOS	01/07/2011	30/12/2012		3,00	0,00	0,00

A001 CONSTRUIR UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA ÁREA URBANA NOS BAIRROS 3 MARIAS, CASTANHEIRA ,NACIONAL E REFORMAR AS UNIDADES DO ERNANDES ÍNDIO E PEDACINHO DE CHÃO,

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	INICIAR PROCESSO DE LICITAÇÃO DAS OBRAS	PROCESSOS	01/01/2011	01/01/2011	30/06/2011	5,00	5,00	100,00
T002	INÍCIO DAS CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÕES	01/01/2011	01/01/2011	30/12/2011	3,00	1,00	33,33
T003	APROVAR PROJETO DE ENGENHARIA	PROJETOS	01/01/2011	01/01/2011	30/06/2011	5,00	5,00	100,00
T004	INÍCIO DAS REFORMAS	REFORMA	01/01/2011	01/01/2011	30/12/2011	2,00	2,00	100,00

A003 MAPEAR AS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA COM O GEORREFERENCIAMENTO DE TODAS AS UNIDADES QUE TEM IMPLANTADO A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	CAPACITAR RECURSOS HUMANOS (AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE)	AGENTES	01/01/2011	01/01/2011	01/01/2011	100,00	100,00	100,00
T002	ADQUIRIR OS EQUIPAMENTOS DE GEOPROCESSAMENTO ATRAVÉS DE PROCESSO	EQUIPAMENTOS	01/01/2011	30/01/2011	30/01/2011	100,00	100,00	100,00
T003	GEORREFERENCIAR TERRITÓRIOS DAS E.S.F	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/01/2011	30/01/2011	100,00	100,00	100,00

A008 IMPLANTAR O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM 90% DOS BAIRROS

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	SELECIONAR E CONTRATAR AGENTES COMUNITÁRIOS	PORCENTAGEM	01/01/2011	20/12/2011		90,00	71,19	79,10

A007 REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	REFORMAR E AMPLIAR A UBS DE MORRINHOS	ECOPONTO	05/01/2011	30/12/2011	14/10/2011	1,00	1,00	100,00
T002	REFORMAR E AMPLIAR A UBS DE NAZARE	AMPLIAÇÃO	05/01/2011	30/12/2011	14/10/2011	1,00	1,00	100,00
T005	REFORMAR E AMPLIAR A UBS DE NOVA FLORESTA	AMPLIAÇÃO	30/01/2011	30/12/2012		1,00	0,00	0,00
T006	REFORMAR E AMPLIAR A UBS DE RENATO MEDEIROS	AMPLIAÇÃO	30/01/2011	30/12/2012		1,00	0,00	0,00

A001 CONSTRUIR A UPA ZONA LESTE / ZONA SUL

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	APROVAR PROJETO DE ENGENHARIA JUNTO AO MS	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/01/2011	30/01/2011	100,00	100,00	100,00
T002	INICIAR PROCESSO DE LICITAÇÃO DAS OBRAS	PROCESSOS	01/01/2011	01/01/2011	30/12/2011	2,00	2,00	100,00
T003	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS	PORCENTAGEM	21/09/2010	21/01/2011	01/11/2011	100,00	100,00	100,00
T004	CONCLUSÃO DAS OBRAS	OBRA	01/01/2011	30/04/2212		2,00	0,00	0,00

A002 EQUIPAR AS UPAS ZONA LESTE E SUL

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	DIMENCIONAR E SOLICITAR EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS	PORCENTAGEM	28/02/2009	30/12/2011	30/12/2011	100,00	100,00	100,00
T002	ACOMPANHAR PROCESSO DE AQUISIÇÃO	PORCENTAGEM	28/02/2009	30/12/2011	30/12/2011	100,00	100,00	100,00

A003 DIMENCIONAR E ALOCAR RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTOS DA UPAS

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE RECURSOS HUMANOS	PORCENTAGEM	02/01/2011	30/06/2011	30/06/2011	100,00	100,00	100,00
T002	DISCUTIR JUNTO A EQUIPE ECONÔMICA AS NECESSIDADES PARA POSTERIOR	PORCENTAGEM	02/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	50,00	50,00

A004 CONSTRUIR A UPA DE JACI PARANÁ

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	PLEITEAR JUNTO AO MINISTÉRIO A HOMOLOGAÇÃO DO PROJETO	PROJETOS	01/01/2011	01/01/2011	30/01/2011	1,00	1,00	100,00
T002	APROVAR PROJETO DE ENGENHARIA JUNTO AO MS	PROJETOS	01/01/2011	01/01/2011	30/01/2011	1,00	1,00	100,00
T003	INICIAR PROCESSO DE LICITAÇÃO DAS OBRAS	PROCESSOS	01/01/2011	01/01/2011	30/12/2011	1,00	1,00	100,00
T004	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS	PORCENTAGEM	01/01/2011	01/01/2011	30/12/2011	100,00	60,00	60,00

A002 EQUIPAR O NOVO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	DIMENCIONAR E SOLICITAR EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	60,00	60,00
T002	ACOMPANHAR PROCESSO DE AQUISIÇÃO	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	160,00	100,00
T003	RECEBER E DISTRIBUIR EQUIPAMENTOS CONFORME NECESSIDADES	PORCENTAGEM	01/01/2011	01/01/2011	30/12/2011	100,00	60,00	60,00
T004	PROVER A UNIDADE COM LOGISTICA NECESSÁRIA	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/03/2011	30/12/2011	100,00	100,00	100,00

A003 CONTRATAR PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM ÁREAS AFINS

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	DIMENCIONAR A NECESSIDADE DE RECURSOS HUMANOS	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	100,00	100,00

A004 ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLOS PARA REGULAÇÃO DE EXAMES E CONSULTAS ESPECIALIZADAS

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	DEFINIR SISTEMA DE REGULAÇÃO PARA EXAMES E CONSULTAS	SISTEMA	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	1,00	1,00	100,00
T002	CAPACITAR PROFISSIONAIS PARA OPERACIONALIZAR O SISTEMA	PORCENTAGEM	30/06/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	40,00	40,00
T003	IMPLANTAR SISTEMA REGULADOR DO ATENDIMENTO DE FORMA REGIONALIZADA	SISTEMA	30/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	1,00	0,00	0,00

A005 IMPLANTAR SISTEMA REGULADOR DO ATENDIMENTO DE FORMA REGIONALIZADA

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	REALIZAR REUNIÕES CONJUNTAS PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE	REUNIÕES	30/01/2011	30/12/2011		2,00	1,00	50,00

A001 MANTER A OFERTA DE TODOS OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	MANTER A DISTRIBUIÇÃO DOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS EM TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	100,00	100,00
T002	CONFECÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS SOBRE PLANEJAMENTO REPRODUTIVO	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/03/2011	30/03/2011	100,00	70,00	70,00
T003	REALIZAR ATIVIDADES EDUCATIVAS NAS ESCOLAS SOBRE PLANEJAMENTO REPRODUTIVO	PORCENTAGEM	28/02/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	80,00	80,00
T004	DIVULGAÇÃO NA MÍDIA SOBRE A DISPONIBILIDADE DOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS NA REDE	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/06/2011	30/06/2011	100,00	100,00	100,00
T005	ESTIMULAR E FORTALECER A CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ADOLESCENTES NAS UNIDADES DE	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	60,00	60,00
T006	AÇÃO EDUCATIVA NO CARNAVAL EM PARCERIA COM OUTROS ÓRGÃOS	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/03/2011	30/03/2011	100,00	100,00	100,00
T007	MANTER ESTOQUE DE EXEMPLARES DA CADERNETA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE NAS	PORCENTAGEM	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	100,00	80,00	80,00

A002 CAPACITAR PROFISSIONAIS PARA ABORDAGEM AO ADOLESCENTE/PLANEJAMENTO FAMILIAR

Tarefa	Descrição	Unidade	Data			meta	Realizado	progresso
			Início Previsto	Fim Previsto	Efetivo Fim			
T001	REALIZAÇÃO DE CURSOS PARA CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA AÇÃO	CURSOS	01/01/2011	30/12/2011	30/12/2011	4,00	2,00	50,00

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇOES

O SUS é mantido pelo Governo Federal com a ajuda das Prefeituras uma vez que este serviço foi municipalizado com a Constituição de 1988.
Os recursos recebidos são distribuídos de acordo com os serviços prestados em cada unidade de saúde, tais como os pronto atendimentos, laboratórios, centros de saúde, maternidade, PSF e PACs.

De acordo com a Norma Operacional Básica do SUS – NOB 96 e as Portarias nº. 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006, 699/GM, de 30 de março de 2006, 91/GM, de 10 de janeiro de 2007 e a 325/GM, de 21 de fevereiro de 2008, que estabelece as novas prioridades, objetivos e metas do Pacto pela Vida a partir de 2008, tem nessa nova direção, indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde tendo nas suas respectivas orientações, prazos e diretrizes para o cumprimento desses processos de ampliação e consolidação das políticas públicas de saúde brasileira, que em seu conjunto legal formam a mais importantes normativas de saúde em vigor desde de 1988.

Com esta nova realidade os municípios tem na gestão plena do sistema SUS, como é o caso de Porto Velho, o gerenciamento dos seus recursos o precípuo único e final a melhoria da assistência, ampliação da oferta de novos serviços e resolutividade nos processos de humanização do SUS SEMUSA Porto Velho.

Os recursos repassados de acordo com o orçamento do município e empregado no setor de saúde garante o cumprimento do percentual estabelecido na EC 29. Os programas e os agrupamentos de saúde vão desde a prevenção/atenção básica : ações da vigilância sanitária, imunização, programas de saúde da família, de higiene bucal, combate às carências nutricionais, combate as doenças não transmissíveis e transmissíveis à dengue, malária etc.), passando pela reabilitação de doenças (fisioterapia, ambulatórios de especialidades,exames complementares etc.)/ inseridos ao agrupamento da atenção especializada e assistência, que inclui os atendimento de consultas de urgências e emergências, leitos de internação em observação de até 24 horas e resgate via SAMU,etc.

De modo geral, a oferta de consultas, exames complementares estão equacionados e foram ampliados, tanto quantitativamente como qualitativamente. No campo das políticas públicas de farmácia, as condições socioeconômicas, fazem com que, grande parte dos cidadãos, recorra aos postos de distribuição gratuita de medicamentos. O município de Porto Velho, através das farmácias populares, garante o fornecimento de medicamentos com preços acessíveis à população em geral.

No Município de Porto Velho, a atenção básica à saúde tem sofrido algumas dificuldades, considerando que o montante da receita dos recursos destinados para o atendimento a população não acompanha a acrescente demanda, ou seja, não tem sido suficiente para solucionar todos os problemas identificados, entretanto, consta a efetivação de 30 novas equipes do Programa PSF.

Vale ressaltar, que o atual quadro sócio político econômico social e demográfico, tem contribuído de forma importante para acentuar o agravamento dos indicadores das causas externas, tais como violências, homicídios, acidentes de trânsitos, etc., refletem de maneira direta e substancial no sistema público municipal.

No entanto, ressalta-se que diante desses novos desafios, tens-se no plano de metas para 2011, em parceria com Ministério da Saúde a ampliação de três UPAS, unidades de Pronto Atendimentos 24 horas na zona urbana (zona leste e sul) e na zona rural em Jaci-Paraná,assim como, a conclusão do novo centro de especialidades medicas e exames de média e alta complexidades.

Diante disso, recomenda-se, a partir do que se constatou na coleta de informações para a elaboração do presente relatório, que se dirijam estudos para dotar-se a Secretaria Municipal de Saúde de uma estrutura organizacional efetivamente de caráter sistêmico, que assegure uma inter-relação dinâmica e eficaz entre seus diversos setores, especialmente aqueles com atribuições essencialmente transversais, alem de promover um patamar de concretude à acessibilidade do cidadão porto-velhense ao exercício do controle social dos serviços públicos em Saúde.

Além disso, a informatização dos processos de gestão, informatização das ações de atenção básica e de média complexidade, ampliação da atualização da mão-de-obra da Semusa, desenvolvimento de uma política interna de meio ambiente do trabalho (instalação predial própria, mobiliário adequado), ampliação e continuidade da humanização das ações de atenção básica e de média complexidade, implantação de prontuário eletrônico e sistema de

software aplicado às necessidades das unidades da Semusa, são adjetivos essenciais no plano da gestão pública de qualidade, que, indubitavelmente propiciará a elevação das condições dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho. Todavia, as variáveis acima diagnosticadas, encontram na parceria com o Ministério da Saúde, caminhos para a resolutividade, sobretudo, das novas tecnologias incluindo linhas de financiamento.

Para 2011 estão previstas construções, reformas e equipagens de novas Unidades de Saúde da Família, tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme demonstra-se no quadro a seguir

Quadro 039 – Metas e ações para 2011

METAS E AÇÕES PREVISTAS PARA 2011
Implantar o Centro de Especialidades médicas e Apoio Diagnóstico
Construir 3 novas Unidades de Pronto Atendimento
Construir o Centro de Reabilitação Municipal
Ampliar a capacidade de leitos da Maternidade Mãe Esperança, com a instalação de UTI Neonatal
Atingir a cobertura de 70% de cobertura de Saúde da Família
Implantar a regulação conjunta dos serviços especializados (estado e município)
Ampliar a capacidade da Maternidade Mãe Esperança, com a implantação de UTI neonatal e aumento do número de enfermarias
Implantar três Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASP
Informatizar a rede laboratorial, integrando o Centro de Referencia Rafael Vaz e Silva com todas as unidades de saúde do município, com Projetar a solicitação e recebimento do resultado do exame on line, na área urbana e rural.
Estreitar a parceria para a instalação do Hospital Escola com a UNIR
Executar os projetos com recursos de convênios e compensações referentes a construções e aparelhamentos de Unidades de Saúde.
UNIDADES BÁSICAS –REFORMAS – ZONA URBANA
USF AGENOR DE CARVALHO
USF PEDACINHO DE CHÃO
USF ERNANDES ÍNDIO
USF RENATO MEDEIROS
USF MANOEL AMORIM DE MATOS
USF ANA ADELAIDE
USF JOSÉ ADELINO
USF CALADINHO
UNIDADES BÁSICAS –REFORMAS – ZONA RURAL
USF NOVA CALIFÓRNIA
USF ABUNÃ
USF SÃO CARLOS
USF NAZARÉ
USF SÃO MIGUEL USF VISTA ALEGRE USF JACI PARANA
UNIDADES BÁSICAS –CONSTRUÇÃO – ZONA URBANA
USF CASTANHEIRA
USF TRÊS MARIAS
USF RONALDO ARAGÃO USF TEOTÔNIO
UNIDADES BÁSICAS –CONSTRUÇÃO – ZONA RURAL
USF EXTREMA
USF JOANA D'ARC
USF UNIÃOBANDEIRANTES
USF FORTAELZA DO ABUNÃ USF CALAMA USF NOVA MUTUM USF RIO PARDO USF NOVO ENGENHO VELHO USF SÂO MIGUEL
UNIDADES BÁSICAS - EQUIPAR/INSTALAR – ZONA RURAL
USF NOVO ENGENHO VELHO

USF RIO DAS GARÇAS
USF CUJUBIM GRANDE
USF ALIANÇA
USF SÃO SEBASTIÃO
USF CACHOEIRA DO TEOTÔNIO

SEMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL-SEMAS

1. INTRODUÇÃO

Desde o ano de 2005, somos conhecedores dos esforços que esta administração tem realizado para assegurar a manutenção do quadro de recursos humanos inerentes à gestão da política da assistência social, no entanto, o senhor Prefeito para a adequada gestão do SUAS, bem como a NOB-RH SUAS, e a manutenção do nível de Gestão Plena do nosso município, efetivou e aumentou o quadro de referência de profissionais designados para o exercício das funções essenciais a gestão da política de assistência social;

- Os processos que permitiram estabelecer parâmetros para a gestão dessa política no País, onde grande parte se materializa, como já citamos acima no SUAS, como meios de garantir de forma efetiva os direitos sociais e a responsabilidade do Estado no âmbito da execução das políticas públicas;

- Tal sistema não decorre apenas pela adoção de novos conceitos, tornando-se necessário, a implementação da ***gestão do trabalho*** como uma questão estratégica, capaz de incorporar no âmbito da assistência social, uma política que permita a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade, o que nessa lógica, depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS.

Hoje, **Porto Velho** é um município brasileiro, Centro regional metropolitano, capital e o maior município, tanto em extensão territorial quanto em população, do estado de Rondônia. O município possui uma população 428.527 habitantes (dados do IBGE – 2010) divididos em uma área territorial de 34.068,50 km², o que resulta em uma densidade demográfica de 12,52 habitantes por km². O município de Porto Velho representa hoje no cenário nacional e local um território bastante promissor, com grandes perspectivas para o desenvolvimento da região, no entanto, este ainda mantém, conforme o censo de 2010. A SEMAS, nesta gestão, comprometeu-se com a fixação de objetivos de curto, médio e longo prazo; com a sintonia da política pública à política nacional e seus princípios organizativos; com o ajuste do orçamento às necessidades da população; com a focalização dos investimentos públicos, com base na análise da realidade e prioridade para os territórios onde havia maiores concentrações de riscos e vulnerabilidades sociais, centrando o foco na família e na comunidade.

2. Política de Assistência Social em Porto Velho

A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

II - Proteção Social Especial, sendo Media e Alta Complexidade: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

CONTROLE SOCIAL

O controle do Estado, exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos, é balizado nos preceitos constitucionais. Essa participação se efetiva em espaços privilegiados de deliberação: os conselhos e as conferências, não sendo, no entanto, os únicos, já que outras instâncias de participação e de pactuação somam força a esse processo. “O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativo-financeira e técnicooperativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais.” (Política Nacional de Assistência Social, MDS, 2004)**.**

3. Coordenação de Proteção Social Básica – DPSB
3.1 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF

DESCRIÇÃO

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico**.**

USUÁRIOS

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial:

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

DADOS DAS ATIVIDADES REALIZADAS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA

3.2- Proteção Social Básica / Programa de Transferência de Renda

A Secretaria Municipal de Assistência Social promove o acesso aos programas e serviços da rede socioassistencial às famílias em situação de vulnerabilidade, como prevê o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Essa Proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, dada a natureza de sua realização.

A Proteção Social Básica atua por intermédio de diferentes unidades. Dentre elas, destacam-se os 06 Centros de Referência de Assistência Social, sendo **05** Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) **em Porto Velho e 01 Centro no Distrito de Jaci Paraná** com serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos.

No Âmbito da Proteção Social Básica
O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com

condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.
O Programa Bolsa Família atende mais de **12** milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R$ **140**), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R$ **32,00** a R$ **306,00**. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.
A gestão do Programa Bolsa família é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão.

Quantidade de Famílias Beneficiadas pelo Bolsa Família no período (2009 a 2012)

ANO/ MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2009	79	58	52	72	5751	42	67	06	413	2231	-	-	**8771**
2010	134	287	89	92	126	71	02	02	100	193	29	-	**1125**
2011	15	25	38	45	22	65	55	42	350	783	415	1021	**2918**
2012	45	80	75	56	-----	---	---	----	-----	------	----		**256**
TOTAL	**13.060**												

Quadro Demonstrativo em Porto Velho - cadastros e benefícios

ANO	2009	2010	2011	2012
CADASTRO	33.117	34.06	35.027	40.013
BENEFICIO PBF	23.766	23.719	22.918	23.174

Quadro Demonstrativo de Novas Famílias Cadastradas

ANO	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Quantidade	2.768	1.489	4.746	**5.734**	**14.737**

Nº	PROGRAMA	2009	2010	2011	2012
1	Auxílio Moradia 1º QUADRO SEMAS	41	128	250	143
2	Auxílio Moradia 2º QUADRO SEMAS Outras Secretarias	96	82	80	57
3	PROJOVEM ADOLESCENTE (15 a 17 anos)	-	150	-	-
4	PAIF / CRAS (famílias vulnerabilidades)	3.593		7.042	12.000
5	REVISÃO DO BPC	-	-	-	-
6.	BPC IDOSO	1400	-	-	-
7.	BPC PESSOAS COM DEFICIENCIA	600	458	501	-
8.3	BPC NA ESCOLA	915	-	-	-

Programas, Serviços e Benefícios Eventuais no Âmbito da Proteção Básica

Benefícios Eventuais

3.3 – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

DESCRIÇÃO GERAL:
Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

a) Programa de Atenção Ao Idoso – PAI

O Programa de Atenção ao Idoso - PAI é uma divisão pública municipal inserida dentro do organograma da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS que trabalha as políticas públicas direcionadas a pessoa idosa do Município de Porto Velho, que abrange aproximadamente um total de 2.000 (dois mil idosos). O Programa de Atenção ao Idoso organiza e desenvolve ações coordenadas com a REDE socioassistencial a Pessoa Idosa, Família e Comunidade, visando à orientação e o convívio familiar e comunitário. Com a recente implementação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que traz como desafio a consolidação do SUAS – Sistema Único da Assistência Social, regulamentado pela NOB – Norma Básica da Assistência Social, busca-se por meio da construção coletiva, a garantia da normatização, organização e unificação da política na perspectiva da Proteção Social, a partir das necessidades socioassistenciais da população.

O Programa de Atenção ao Idoso – PAI/SEMAS apresenta aqui, uma visão global das ações, divulgando resultados das atividades realizadas, avaliação de desempenho, ações corretivas pautadas nas políticas públicas e programas específicos, além de zelar pelo que reza o Estatuto do Idoso. Os resultados mostrados neste Relatório servem de subsídios para avaliação da execução dos trabalhos realizados pelo **Programa de Atenção Ao Idoso – PAI/SEMAS.**

O Programa de Atenção ao Idoso – PAI/SEMAS atende institucionalmente 2.000 (dois mil idosos) chegando aproximadamente a mais de 2.500 idosos em apoio de execução direta e indireta com as Associações de Bairros, Centros Comunitários e Instituições de atendimento ao idoso.

Ao final de 2011 e visando uma análise das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Assistência Social voltada à pessoa idosa, o **Programa de Atenção ao Idoso – PAI/SEMAS** faz um balanço positivo da Gestão, agregando também, uma base de informações de forma a possibilitar a consolidação lógica.

No âmbito da Política Municipal de Assistência Social o **Programa de Atenção ao Idoso - PAI** desenvolve especificamente as seguintes ações:

- Promoção e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa;
- Valorização, autonomia, integração e participação no universo da família, comunidade e sociedade;
- Prevenção e enfretamento a violência contra a pessoa idosa;
- Divulgação, potencialização e fortalecimento da Rede de Proteção ao Idoso em conformidade com o Estatuto do Idoso;
- Articulação e integração dos serviços nas de saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer;
- Acolher denuncia e providências na defesa dos direitos humanos da pessoa idosa;
- Atendimento dos serviços de proteção social básica da pessoa idosa pelos CRAS;
- Desenvolvimento de atividades terapêuticas nos Centros de Convivência;
- Desenvolvimento de parcerias institucionais;
- Realização de atividades culturais e socioeducativas;
- Fortalecimento do Conselho Municipal do Idoso.

INDICADORES DE RESULTADOS DAS SEGUINTES AÇÕES

- **CARNAVAL DOS IDOSOS -** com participação em torno de 160 idosos;
- **SEMANA DA PÁSCOA** - vivenciar ao idoso o verdadeiro sentido da páscoa;
- **DIA DAS MÃES –** Festa em homenagem as mães com participação de 365 mães idosas/Recanto e os Distritos de Abunã e Jacy-Paraná;
- **FESTA JUNINA** - com efetiva participação de 280 idosos;
- **PALESTRAS EDUCACIONAIS** - temáticas sobre estatuto do idoso, política pública, dever, direitos, prevenção, saúde e bem estar na plenitude, educação e cidadania; violência contra a pessoa idosa;
- **DIA DOS PAIS –** Festa em homenagem aos pais com participação de 305 idosos com palestras, dança, brincadeiras e sorteios de brindes entre eles;
- **PASSEIOS TURÍSTICOS** - proporcionando aos idosos momentos de descontração e oportunidade de conhecerem as belezas naturais da nossa terra;
- T**ERAPIA OCUPACIONAL** - através de confecções de trabalhos como: pinturas em tecidos, telas, crochê, bordados, corte e costura, tapetes, AVA, ponto oitinho, etc;
- **A SEMANA DO IDOSO** - realizado no período de Setembro com a participação de 50 idosos do Grupo de Idosos dos Distritos de Abunã e Jacy-Paraná, onde a SEMAS deu todo o suporte necessário como hospedagem em hotel, refeições, transportes tudo por conta SEMAS/CMI.
- **ATENDIMENTOS** - Serviços de aferição de pressão arterial; fisioterapia; educação física; ginástica laboral; manicure; pedicure; cabeleireiro;
- **CAMINHADA INTERGERACIONAL** - com participação em torno de 1.300 idosos;

➢ **CONCURSO DE MISS & MISTER DA 3ª IDADE** – com participação de10 (dez) candidatos inscritos, onde foram contemplados o 1º 2º e 3º colocados;

➢ **SHOW DE TALENTOS** – Desenvolvido anualmente dentro da programação da Semana do Idoso com efetiva participação dos Grupos de Idosos cadastrados na REDE PAI/SEMAS, onde tivemos 10 (dez) participantes que com genialidade e talento interpretaram, deram show e conquistaram o público, onde os três primeiros colados foram contemplados com: 1º Lugar – um refrigerador; 2º Lugar – uma TV tela plana; 3º um Micro Sistem;

➢ **A FEIARTE** – Feira de Artesanato**,** onde expomos e vendemos produtos confeccionados durante o decorrer do ano pelos Grupos de Idosos da Rede;

➢ **DIA DO VOVÕ E DA VOVÓ –** Festa em homenagem aos vovôs e vovós;

➢ **REUNIÕES PERÍODICAS** - com os Grupos de Idosos da Rede PAI/SEMAS

➢ **CONFRATERNIZAÇÃO –** Festa de confraternização de fim de ano, onde comemoramos o natal e distribuímos (Kits Natalinos) aos idosos cadastrados na REDE PAI/SEMAS.

Quadro demonstrativo de atendimento de Idosos por entidades conveniadas.

UNIDADE	**META DE ATENDIMENTO**
RECANTO DO VOVÔ E DA VOVÓ	547
ASSOC. BAIRRO JK	45
ASSOC. BAIRRO ULISSES GUIMARÃES	68
CLUBE DE MÃES ESPERANÇA DA COMUNIDADE	75
ASSOC. BAIRRO CONCEIÇÃO	68
ASSOC. JARDIM ELDORADO	30
ASSOCIAÇÃO BAIRRO TANCREDO NEVES	50
ASSOC. BAIRRO NACIONAL	78
ASSOC. BAIRRO MATO GROSSO	50
ASSOC. BARRO CALADINHO	50
ASSOC. BAIRRO CIDADE NOVA	78
CENTRO DIA ELETRONORTE	50
DISTRITO JACY PARANÁ	50
DISTRITO ABUNÃ	45
ASSOC. AEROCLUBE	50
TOTAL	1334

b) **Centro Integrado da Criança e do Adolescente - CICA**

O Centro integrado da Criança e do Adolescente é uma unidade pública, coordenado pela secretaria Municipal de Assistência Social que desenvolve ações socioeducativas e de convivência com crianças e adolescentes na faixas etárias entre 06 a 17 anos através dos programas e projetos: FENIX – PROJOVEM ADOLESCENTE – PETI – BOLSA FAMILIA – CRIANÇAS ADVINDAS DAS DIVERSAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL. Outra ação efetiva se dá através do monitoramento do seu público e ação efetiva em seu contexto familiar, linha central da Política Nacional de Assistência Social (PNA 2004), desenvolvendo atuação direta de técnicos da assistência social através do CRAS e CREAS no sentido de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

As ações socioeducativas são executadas por educadores sociais efetivos do quadro municipal e

por arte educadores contratados através de convenio com o SESI /IEL. A metodologia é organizada através de eixos estruturantes:

Núcleo Básico: Enriquecer universo informal, cultural e lúdico das crianças e adolescentes através de Atividades complementares entre si, articuladas, que desenvolvam a comunicação, sociabilidade, habilidades para a vida, trocas culturais e atividades lúdicas; apoiar a criança e o adolescente em seu processo de desenvolvimento, fortalecendo sua alto estima em estreita relação com a família, a escola e a comunidade) e,

Núcleo Específico: Desenvolver uma ou mais atividades artísticas, desportivas e/ou de aprendizagem;

DAS OFERTAS DE SERVIÇOS

O Cica oferta atividades socioeducativas e culturais de acordo com a tipificação Nacional, envolvendo modalidades de voltadas à dança, teatro, musica, violão e esportes, balet, iniciação musical, prática desportiva e cultural.

Segundo a Tipificação Nacional (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), as descrições dos serviços socioeducativos se consignam da seguinte maneira:

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS: Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte - lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

O CICA atende ao público especifico entre 6 à 17 anos, caracterizados como advindos de:

- Situações de vivencias de Trabalho Infantil;
- Vítimas de violência e exploração sexual;
- Cumpridores de medidas socioeducativas;
- Situações de vulnerabilidade socioeconômica;
- Situações de violências domésticas;

A Secretaria Municipal da Assistência Social, atende através do Polo CICA 217 (Duzentos e Dezessete) famílias em todas as zonas territoriais urbanas deste Município, tendo o total de 376

(Trezentos e Setenta e Seis) alunos, sistematizados da seguinte forma:

RELAÇÃO DE QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS

ITEM	ZONA TERRITORIAL	FAMÍLIAS	CRIANÇAS	OBSERVAÇÃO
01	Zona Norte	26	36	
02	Zona Leste	129	230	
03	Zona Sul	62	85	03 famílias da Vila Princesa. 03 Crianças inseridas.
04	Casa de Passagem: - Cosme e Damião - Lar do Bebê		 - 17 - 08	

c) Serviço de Apoio às Pessoas com Deficiência

O objetivo do Programa é assegurar os direitos sociais das pessoas com deficiência, criando condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação efetiva na sociedade por meio de ações de proteção e prevenção, habilitação e reabilitação, equiparação de oportunidades e proteção social principalmente aquelas famílias em situações de risco e vulnerabilidade ou extrema pobreza, fortalecendo os vínculos familiares e desenvolvendo suas potencialidades.

Assim, a Secretaria Municipal de Assistência Social, visa a promoção da integração da Pessoa com Deficiência à vida familiar e comunitária desenvolvendo serviços a partir de 03 eixos: Socioassistenciais ; Acompanhamento técnico; Promoção à acessibilidade e Cidadania.

Encaminhamentos realizados em 2012, por meio da rede de proteção e promoção dos Direitos das Pessoas com deficiência/ Programa de Apoio ás Pessoas com Deficiência.

UNIDADES DE ENCAMINHAMENTO	ATENDIMENTO
Associação Pestalozzi	03
Associação Casa Família Roseta	03
Assentamento para o Benefício da Prestação Continuada INSS	10
CRAS Paulo Freire	05
CRAS Irmã Dorothy	03
Cadastramento dos Benefícios de BPC no Cadastro Único	500
Orientação para o Passe Livre	15
Palestras voltadas para a família	08
Agendamento pela POC	2

CONFERÊRENCIA/2012

I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Tema: “Um olhar através da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: Novas Perspectivas e Desafios- 2012.

PALESTRAS REALIZADAS PELO PROGRAMA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- Participação da Mesa Redonda na ULBRA, sobre acessibilidade

- Palestra sobre Inclusão Social dos Deficientes Visuais, para os acadêmicos de Fonoaldiologia da Faculdade São Lucas.

- Palestra no I Fórum Municipal de Cuidadores e de Proteção para Idosos Dependentes e Familiares. Tema: Benefícios – BPC

VISITAS INSTITUCIONAIS

AMA,PESTALOZZI,CASA FAMILIA ROSETTA, APACENE,ASDEVRON, APAE, FEDER, ASPONERON, VIDA ATIVA, CLUBE PARAOLÍMPICO, ASDEFI/2012.

REUNIÕES

Reunião da Rede Municipal de Proteção e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Reunião articulada com as entidades que atuam na área da pessoa com deficiência, órgãos municipais, estaduais e federais, sociedade civil desde 2008 até outubro de 2012, Reuniões da Rede se articula com diferentes instituições com: INSS, ASDEFI, CASA FAMILIA ROSETTA, PESTALOZZI, CRAS, MP, AMA, FEDER, ASDEVRON, ASPONERON,APAE, RONDONIA CLUBE PARAOLIMPICO, CENTRO DE APOIO AS DEFICIENTES VISUAIS –CAP, CAPS MUNICIPAL E ESTADUAL, CENE, ESCOLA DARCI RIBEIRO, DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO, SEMED, SESAU, SEMUSA,POC, FACULDADE SÃO LUCAS, CAPNES,

3.5 Restaurante Popular de PVH – RO

O Restaurante Popular integra a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, que tem ainda Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias. O objetivo dessas unidades é ampliar a oferta à população de baixa renda de refeições adequadas, a preços acessíveis. O público beneficiário do Restaurante Popular é formado por trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional, porém com o sucesso que fez o Restaurante, identificamos outras classes como, trabalhadores do comércio local, funcionários Públicos dos órgãos próximos ao R.P e também as famílias em geral que viram uma possibilidade de economizar. Identificamos ainda a necessidade de alguns em alimentar seu filho, mãe etc. daí surgiu o fornecimento de marmitas (01 por pessoa) evitando assim, o comércio por parte de aproveitadores.

Gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, os serviços são executados pela Empresa MASAN ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA (terceirizada) fornecendo refeição saudável e balanceada, o restaurante têm espaço para atividades de desenvolvimento comunitário, estímulo ao cooperativismo, promoção da saúde e de educação alimentar. Também desenvolvem atividades com fins culturais e de socialização, como shows, apresentações e reuniões da comunidade identificando e orientando na procura dos serviços socioassistencial desta Secretaria nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Quantitativo de refeições / mês: 22.000 (vinte e duas mil) refeições mês.

4. COORDENAÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CPSE
4. 1 MEDIA COMPLEXIDADE

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

DESCRIÇÃO

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

As Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas;Situação de rua e mendicância; Abandono;Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS – PAEFI),] realizou 2.980 atendimentos por meio do PAEFI, em 2012.

b) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) / CREAS / MEDIDAS.

DESCRIÇÃO

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PLA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.
O Programa atendeu adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços

à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias, conforme abaixo discriminado:

- ✓ Prestação de Serviço a Comunidade (PSC):1.822
- ✓ Liberdade Assistida (LA): 2.358
- ✓ Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA): 660
- ✓ Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Medida Protetiva (MP): 117
- ✓ Liberdade Assistida (LA) e Medida Protetiva (MP): 50
- ✓ Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) e Medida Protetiva (MP): 06
- ✓ Medida Protetiva (MP): 04

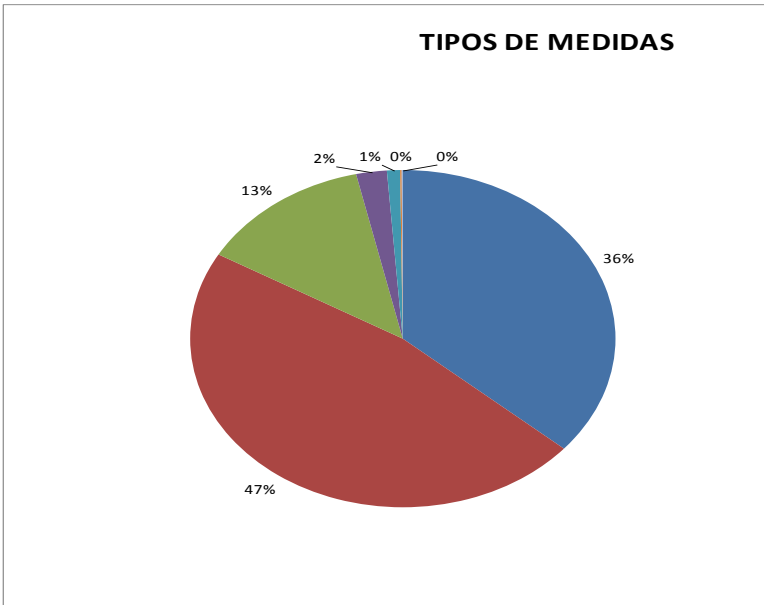


Gráfico 13- Tipos de Medidas
Fonte: CREAS/MSEMA – 2012

O gráfico acima mostra que 47% das medidas aplicadas pelo Juizado da Infância e Juventude é de Liberdade Assistida (LA), uma medida mais gravosa, sendo aplicada no mínimo por 06 (seis) meses.

Medida Socioeducativa X Gênero:

- ✓ Prestação de Serviço a Comunidade (PSC):1.822
  Masculino: 1.699
  Feminino: 123

Gráfico 14- TIPOS DE MEDIDAS
Fonte: CREAS/MSEMA – 2012

- ✓ Liberdade Assistida (LA): 2.358
  Masculino: 1.877
  Feminino: 481

Gráfico 15- TIPOS DE MEDIDAS
Fonte: CREAS/MSEMA – 2012

- ✓ Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA): 660
  Masculino: 502
  Feminino: 158

Gráfico 16- TIPOS DE MEDIDAS
Fonte: CREAS/MSEMA – 2012

- ✓ Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Medida Protetiva (MP): 117
  Masculino: 97
  Feminino:20

Gráfico 17- TIPOS DE MEDIDAS
Fonte: CREAS/MSEMA – 2012

- ✓ Liberdade Assistida (LA) e Medida Protetiva (MP): 50
  Masculino: 34
  Feminino: 16

Gráfico 18- TIPOS DE MEDIDAS
Fonte: CREAS/MSEMA – 2012

- ✓ Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) e Medida Protetiva (MP): 06
  Masculino:06
  Feminino:00

Gráfico 19- TIPOS DE MEDIDAS
Fonte: CREAS/MSEMA – 2012

- ✓ Medida Protetiva (MP): 04
  Masculino: 03
  Feminino: 01

Gráfico 20- TIPOS DE MEDIDAS
Fonte: CREAS/MSEMA – 2012

Analisando os gráficos acima, constata-se que os atos infracionais são cometidos, em sua maioria, por adolescentes do sexo masculino.

Orientadores Cadastrados

- O CREAS/MSEMA hoje possui 132 orientadores de Liberdade Assistida (LA) cadastrados, número muito abaixo da demanda. Salienta-se que nos meses de outubro e novembro de 2012, foram realizados 2(dois) eventos cujo tema: Roda *com Orientadores de Liberdade Assistida do CREAS MSEMA,* com o objetivo de cadastrar mais orientadores de Liberdade Assistida, visando suprir a demanda.

Instituições Cadastradas

- O CREAS/MSEMA possui 42 instituições cadastradas para cumprimento de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC). Enfatiza-se que enfrentamos dificuldades em cadastrar mais instituições e/ou inserir adolescentes em instituições, devido muitas instituições (inclusive escolas públicas e unidades básicas de saúde) não aceitarem os adolescentes para cumprimento de medida.

Para o desenvolvimento de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) conta-se com um projeto a ser desenvolvido no ano de 2013, como objetivo de sensibilizar instituições, para que estas,

possam receber adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC).

Segundo diagnóstico realizado em 2012, constatou-se a existência de 5.017 infrações cometidas por adolescentes infratores.

Ao comparar os dados de 2008 (298 infrações), ano de criação do Projeto Fênix) ao ano de 2012 (5.017 infrações) contata-se um crescimento expressivo. Tal crescimento justifica-se pela inserção do município de Porto Velho ao referido Projeto, ocorrida em fevereiro de 2011 e com a Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012 (Nova Lei do SINASE), haverá uma possível melhora na qualidade do serviço prestado por este CREAS/MSEMA, haja vista que o município terá até o mês de abril do ano de 2103 para se adequar de forma legal. Para tanto seria necessário a contratação de servidores nas áreas de: direito, enfermagem, aumento no número de profissionais de pedagogia, bem como motoristas. Faz-se necessário também, o aumento do número de automóveis, bem como linhas telefônicas e internet.

5. Diagnóstico Qualitativo

5.1 Tipos da Famílias (pessoas) atendidas e zona (bairro/cidade) de maior incidência

A maioria das famílias atendidas são de baixa renda. Algumas com renda menor que dois (02) salários mínimos.

Dos 5.017 casos atendidos por este CREAS/MSEMA em 2012, cerca de 70% possui baixa renda, e/ ou passam dificuldades financeiras.
Ressalta-se que cerca de 60% dos membros dessas famílias são adolescentes em fase de desenvolvimento, necessitando assim, de alimentação, vestimentas, educação, saúde, entre outras fatores que contribuem para melhor desenvolvimento biopsicossocial do adolescente.
Salienta-se também que os genitores dessas famílias, em sua maioria, possuem ensino fundamental incompleto, e os adolescentes desistem de seguir os estudos.
No que concerne à configuração familiar, em sua maioria é monoparental, chefiada pela genitora, sendo família extensa e agregada, ou seja, genitora e filhos residem numa residência e seus conjugues (inclusive os dos filhos) residem no mesmo espaço.
Muitas dessas famílias são configuradas de genitores separados, onde a genitora, em sua maioria, se responsabiliza pelos filhos.

Quanto à questão de saúde, a maioria dos adolescentes atendidos por este CREAS/MSEMA são usuários de substâncias psicoativas e cometem o ato infracional devido ao consumo de drogas ou pela droga (na tentativa de conseguir alimentar o vício).

c) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua– CREAS / POP

DESCRIÇÃO
Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

Os jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

O Centro de Referencia Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP é um serviço ofertado para pessoas que buscam nas ruas sua moradia e sustento, tendo como princípio assegurar o atendimento psicossocial com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares e pessoais para que cada cidadão tenha sua autonomia pessoal e saia definitivamente da condição de rualização.

O CENTRO POP também atua em parceria com a rede de saúde municipal e estadual e principalmente com a rede de assistência social, tendo em vista que a demanda tem necessidade das referidas políticas devido sua condição de vulnerabilidade e risco pessoal e social a que são submetidos.

O serviço é ofertado diariamente, de segunda a sexta–feira das 08 às 19 horas onde acontece o atendimento psicossocial, alimentação diária, espaço para realização de higiene pessoal e repouso, para a efetivação do atendimento contamos com uma equipe de profissionais da área da assistência social como: psicólogo, assistente social, educadores sociais, administrativo, cozinheiro, serviços gerais, motorista, para atendimento a jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam às ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.
A meta é alcançar 100% (cem) por cento da população que está em situação de rua, com os serviços do CENTRO POP.

Demonstrativo das Atividades

- Tipologia da Demanda: Pessoa em situação de rua
- Gênero: Feminino e Masculino
- Raça: 73% (oitenta)por centro afro-descendentes, 8% (oito) por centro nordestinos, 19% (dezenove) por cento branco.
- Situação escolar: 98% (noventa e oito) por cento nível fundamental incompleto.
- Localização: bares, restaurantes, locais abandonados, viadutos.
- Religião: 100% (cem) por cento professa-se cristãos.
- Origens dos encaminhamentos e acolhimentos: Demanda espontânea, Unidades de saúde, denuncias, abordagem, serviços socioassistenciais.
- Número de reincidentes e causas: 90% (oitenta e cinco) por cento reincidentes por causa das drogas ilícitas e licitas.
- Atendimentos e procedimentos técnicos: Construção de relatórios, atendimentos individuais, orientação quanto à documentação, visita domiciliar, visitas institucionais.
- Concessão de passagem ao demandatário: 1% (um) por cento.
- Casos desligados do serviço e porquê: 30 % (trinta) por cento de casos de desligamento do serviço por razões de retorno à cidade de origem, retorno às drogas, internação em comunidades terapêuticas, solicitação espontânea.

Diagnóstico Quantitativo

Em levantamento realizado em julho de 2011, foi contabilizado cerca de 113 pessoas em situação de rua na capital, embora expressivo esse contingente comprovamos em levantamento ressente (2012) em articulação com o serviço de abordagem social há mais de 150 pessoas nestas condições tendo em vista o crescente desligamento de pessoas das duas usinas hidrelétricas as quais são na sua grande maioria advindas de outros Estados brasileiros onde acabam se envolvendo com uso de drogas ilícitas e licitas, acabando em situação de rualização.

Desde outubro de 2011 o CENTRO POP tem realizado atendimento psicossocial para as pessoas em situação de rua sendo mais de 2.000 (dois) mil atendimentos individuais e familiares (quando localizado as famílias), além desses fizemos mas de 100 encaminhamentos/orientações para a rede de saúde como: consultas, acompanhamento de tratamento, tratamento odontológico, internações em comunidades terapêuticas, internações hospitalares, atendimentos psiquiátricos e CAPS AD, além de oferecer uma alimentação saudável acompanhada por nutricionistas da SEMAS, segundo o Ministério da Saúde as pessoas em situação de rua por estarem em condições de vulnerabilidade são facilmente acometidas de patologias como: doenças cardiovasculares, transtornos mentais, tuberculose, dependência química, DST, sarnas entre

outros.

Diagnostico Qualitativo

1- Tipos de famílias atendidas e zona (bairro) de maior incidência
Cerca de 85% (oitenta e cinco) por cento dos indivíduos/famílias atendidas pelo CENTRO POP são de classe média baixa, 2 % (dois) por cento de classe alta, 13 % (treze) por cento de classe média. Para melhor operacionalizar os trabalhos seguimos a divisão oficial da prefeitura de Porto Velho que é por zonas:
- ZONA 1 (Areal; Arigolândia; Baixa da União; Caiari; Centro; Costa e Silva; Km1; Liberdade; Mato Grosso; Mocambo: Militar; Nacional; Nossa Senhora das Graças; Olaria; Panair; Pedrinhas; Roque: Santa Bárbara; São Cristóvão; São Sebastião; São João Bosco; Triangulo; Tucumanzal e tupi).
- **ZONA 2** (Agenor de Carvalho; Embratel; Flodoaldo Pontes Pinto; Industrial; Lagoa; Nova Porto Velho e Rio Madeira).
- ZONA 3 (Aeroclube; Areia Branca; Caladinho; Castanheira; Cidade do Lobo; Cohab; Conceição; Eldorado; Eletronorte; Floresta; Nova Floresta e Novo Horizonte).
- ZONA 4 (Aponiã; Juscelino Kubitschek; Tiradentes; Cascalheira; Cuniã; Escola de Policia; Igarapé; Lagoinha; Planalto; Tancredo; Teixeirão; Três Marias; Pantanal; Esperança da Comunidade e Maringá).
- ZONA 5 (Marcos Freire; Mariana e São Francisco). **BAIRROS SEM ZONA DEFINIDA** (Jardim Santana; Ronaldo Aragão; Socialista; Ulisses Guimarães e Cidade Nova). **BAIRROS SEM LEI DE CRIAÇÃO E SEM ZONA DEFINIDA** (Área Militar e Aeroporto; Cidade Jardim e Nova Esperança).

Após visitas em loco nas Zonas (1, 2, 3, 4, 5), Bairros sem Zona Definida e Bairros sem Lei de Criação e Zona Definida, conclui-se com base nas informações colhidas nesses locais que há presença de focos ectópicos de pessoas em situação de rua. Porém as zonas 1 e 2 apresentaram o maior número de pessoas em situação de rua.

No que diz respeito ao perfil desta população constatou que aproximadamente 80% são do sexo masculino, a causa de sua vulnerabilidade varia pelo consumo de alcoolismo/drogas, desemprego, conflitos familiares entre outros. Sendo a maioria parda (86%), e restante ficando para negros e caucasianos.

Sobre a família dos acolhidos pela instituição em sua grande parte (60%) são solteiros, os restantes divorciados, a minoria tem filhos menores que estão sobre cuidados das suas avós maternas.

Referente a escolaridade 90% não têm estudo médio completo, apenas 10% chegou a finalizar o ensino primário. Mas todos declaram possuir uma profissão que podem assumir como pedreiros, carpinteiros, motorista. Todos declaram desejo de retomar os estudos, porem argumentam a dificuldade de estudar. E apenas 1 (um) demandatário conseguiu engessar em um curso profissionalizante.

2- Metodologia e Operacionalização dos Serviços
Sobre atividades de lazer, socialização, estágios de convivência, grupo de convivência não ocorrem dentro da instituição, servidos ad refeições em horários comuns para todos (café da manhã, almoço, lanche, Janta). A relação entre os usuários do serviço é extremamente influenciada pela dependência dos vícios e pelo tempo que estes ficam sem o uso dos narcóticos. A maioria das vezes a equipe interfere para resolver os conflitos entre os demandatários. Os atendimentos técnicos se baseiam no acolhimento na instituição, encaminhamentos para setores específicos para os tratamentos, retirada de documentos. A integração com outras instituições configura um importante canal para o desenvolvimento de ações, nesse sentido o Centro de Convivência do Idoso CCID é um importante parceiro do CREAS POP, facilitando a acolhida dos nossos usuários e possibilitando a troca de experiências. Ocorre também com alguns usuários um serviço à parte de psicoterapia individual para aqueles que procuram ajuda.

Ressaltamos a alta aceitação da população que necessita do serviço ofertado, o qual é percebidos pela busca espontânea de ajuda, além de os tornar agentes de disseminação do serviço.

Para uma melhor interação e participação de toda a equipe realizamos todos os meses uma reunião administrativas e reuniões com os demandatários, ainda realizamos uma campanha de vacinação para todos os demandatários e funcionários, treinamento de primeiros socorros para os servidores lotados no CENTRO POP com o corpo de Bombeiros, além de participação em programações da Secretaria Municipal de Assistência Social, atividades religiosas para os de mandatários, comemorações de datas festivas e aniversários de demandatários, participação de cursos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

4.2 ALTA COMPLEXIDADE

a) **Serviço de Acolhimento Institucional – SAIN**

DESCRIÇÃO GERAL

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

DESCRIÇÃO ESPECÍFICA

Para crianças e adolescentes : Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta.

CASAS ACOLHEDORAS PORTO VELHO - SEMAS

Unidade	**Capacidade**	**Faixa etária**	**Sexo**
Lar do Bebê	100	0 a 6 anos (6 a 12 anos – Feminino)	Masculino Feminino
Casa de Passagem “Cosme e Damião”	35	7 a 12 anos	Masculino
Casa Moradia	30	12 a 17 anos	Feminino
Casa da Juventude	30	12 a 17 anos	Masculino

DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO

No decorrer do ano de 2012, passaram pelas unidades de acolhimento 323 crianças e adolescentes , deste total 185 eram crianças e 138 adolescentes, assim distribuídos em:

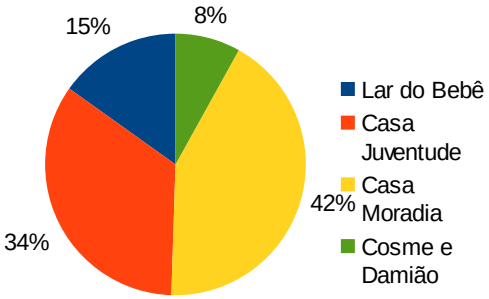
LAR DO BEBÊ	146 CRIANÇAS

COSME E DAMIÃO	36 CRIANÇAS
CASA MORADIA	100 ADOLESCENTES
CASA JUVENTUDE	38 ADOLESCENTES

Destes 66 foram reintegrados a família nuclear; 29 saíram mediante guarda para família extensiva; 07 foram adotados, 03 foram transferidos de unidade, 129 saíram do abrigo sem permissão, característica peculiar dos adolescentes em situação de exploração sexual,conflito com a Lei e droga-dição, permanecendo nas unidades, ao termino do ano de 2012, 96 crianças e adolescentes.

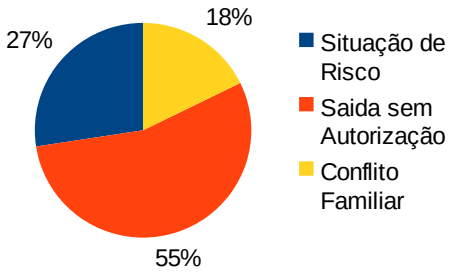
REINCIDENCIA

GRAFICO 1-REINCIDENCIA/*UNIDADE*



FONTE: SAIN-2012

GRAFICO 2- REINCIENCIA/CAUSAS



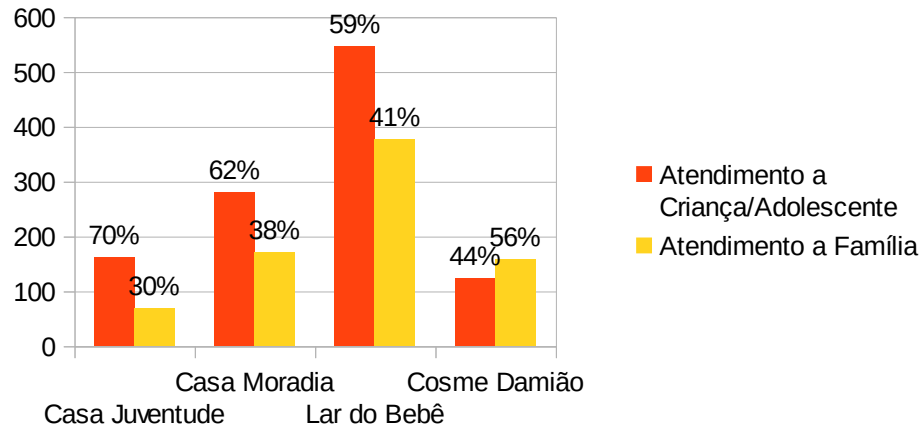
FONTE: SAIN-2012

No gráfico acima fica evidenciado que a Casa Moradia (42%) e a Casa Juventude (34%) apresentam um numero elevado de reincidência e este resultado tem origem na questão do uso de psicoativos pelas adolescentes (40%) e pelos adolescentes (30%). Já no Lar do Bebê (15%) e na Cosme Damião(8%) este resultado se dá em razão da entrada de grupos de irmãos, que por razões adversas, tem seus genitores usuários de álcool e droga.

Ressalte-se que houve uma diminuição considerável aumento nos acolhimentos com relação aos anos de 2010 e 2011, o que leva este SAIN a levantar a hipótese de que isto se deu em razão da nova lei da adoção 12.010, de 03 de agosto de 2009, que deu subsidio legal para a Portaria 001-2010, do JIJ-RO-2010, que normatizou os procedimentos a serem efetivados antes, durante e após acolhimento institucional, coibindo desta forma, ações abusivas por parte dos representantes legais do povo – policiais e conselheiros tutelares.

Por outro lado, se levarmos em conta o aumento considerável da população em Porto Velho nos últimos três anos, perceberemos de maneira direta, que está ocorrendo, numericamente falando, mais acolhimentos e este dado tem também uma hipótese, ou seja, a população aumentou, as mazelas também.

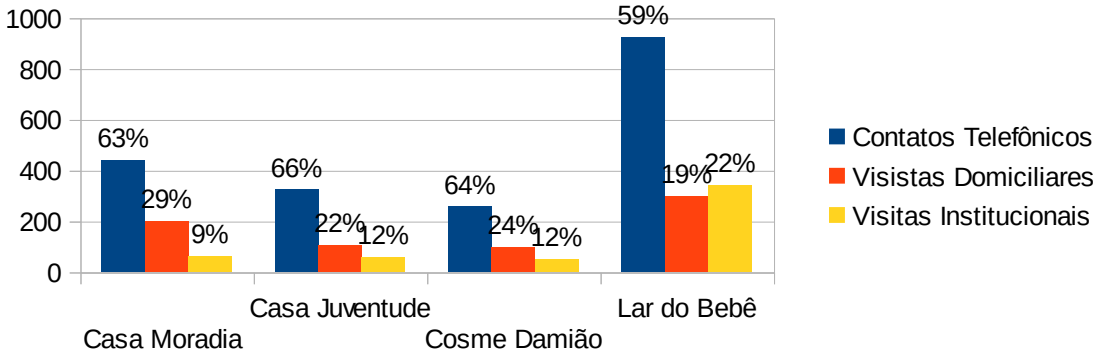
GRÁFICO 3- ATENDIMENTOS



FONTE: SAIN-2012

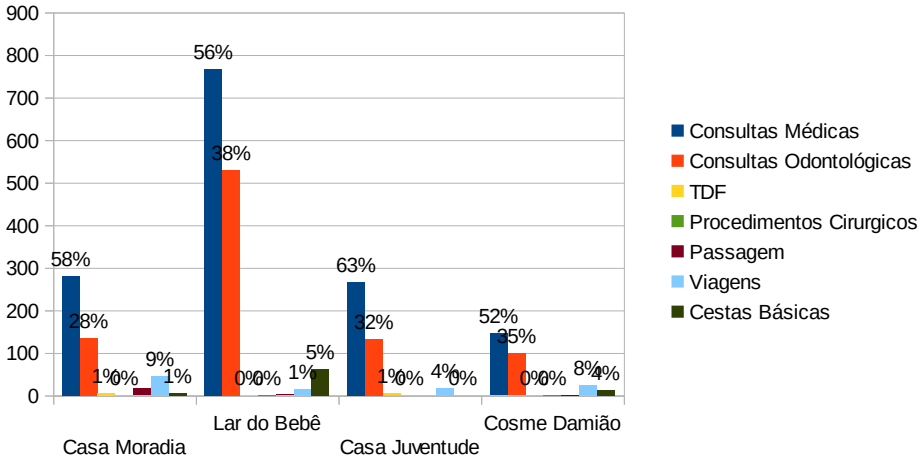
O gráfico acima aponta a atuação efetiva, dinâmica e eficaz da equipe técnica do SAIN-CREAS, deixando em evidencia o comprometimento de cada um dos profissionais que
atuam com a problemática que tem envolvido as crianças e os adolescentes, munícipes de Porto Velho, ou seja, abandono, negligencia, maus tratos, álcool, drogas, entre outras .
Esta atuação técnica perpassa pelo atendimento individual, de grupo, visitas domiciliares e visitas institucionais, encaminhamentos no intuito de podermos reintegrar a criança ou o adolescente a sua família nuclear e, quando isto não é possível, buscamos a reintegração junto a família extensiva (avós,tios, primos, sobrinhos, padrinhos entre outros) e quando todas essas possibilidades estão esgotadas, ai sim, trabalharemos para a guarda legal ou adoção, sendo que esta ultima, necessário se faz que a pessoa que ira adotar esteja cadastrada junto a seção de colocação familiar no JIJ.

GRAFICO 4- PROCEDIMENTOS TÉCNICOS



FONTE: SAIN-2012

Os profissionais de referencia dos abrigos, nesse período, realizaram 741 visitas domiciliares; 46 visitas institucionais, 1482 atendimentos as crianças e adolescentes, telefônicos, 847atendimentos aos seus familiares; 1908 contatos 16 atendimentos em grupo; 06 encaminhamentos para atendimento psicoterápico no SPA ULBRA; 22 crianças e adolescentes em atendimento psicoterápico na rede privada, sistema de parceria e voluntariado; 06 genitores encaminhados para psicoterapia; 32 genitores encaminhados ao AA; 04 genitores encaminhados a Casa Família Rosetta para tratamento de dependência química; 09 encaminhamento para tratamento de desintoxicação fora do domicílio; 26 encaminhamentos para o Programa de Transferência de Renda (BF); 04 encaminhamentos para o auxilio aluguel; 08 encaminhamentos para o Programa Habitação; 04 já contemplado no programa habitação; e 84 auxílio-alimentação.



G

FONTE: SAIN-2012

O gráfico 05 deixa evidente o quanto o trabalho da rede socioassistencial vem evoluindo, ou seja, no ano de 2012, as unidades de acolhimento estiveram numa rotina de saúde avançada, ou seja, as crianças e os adolescentes que adentraram as unidades, passaram por pelo menos uma consulta médica, fizeram os exames básicos e tivemos dois casos que ocorreram procedimentos cirúrgicos.

A saúde bucal também foi foco de atenção nas unidades de saúde e as crianças e adolescentes estiveram nos consultórios odontológicos, efetivando assim, os cuidados com os dentes (limpeza, flúor, obturações e em um caso, procedeu-se a execução de canal.

O município de Porto Velho, por meio da SEMAS e SEMUSA, atendendo a determinação judicial, encaminharam para tratamento de drogadicção 09 adolescentes, sendo 05 meninas e 04 meninos. Destes, ainda continuam em tratamento 02 adolescentes e uma adolescente, com previsão de término do tratamento em fevereiro de 2013.

Na busca constante de encontrar o que de melhor fosse para a criança e o adolescente como bem preconiza o ECA, os técnicos do SAIN efetivaram 58 viagens, destas 29 intermunicipais, 08 interestadual e 21 nos distritos.
E, no intuito de garantir que a criança e o adolescente, bem como seus familiares.] tivessem o mínimo de qualidade de vida, o SAIN entregou 84 auxilio alimentação aos núcleos o mínimo de qualidade de vida, o SAIN entregou 84 auxilio alimentação aos núcleos familiares que tiveram seus filhos em uma das unidades de acolhimento.

As guardiãs e os educadores das unidades de abrigo acompanharam as crianças e adolescentes para atendimento psicoterápico, consulta médica, tratamento odontológicos, internação hospitalar e pequenas cirurgias, oportunizando desta forma, o acesso aos aparelhos do estado que permitem a promoção da saúde, por conseguinte, o exercício da cidadania.

ANÁLISE QUALITATIVA
O perfil da clientela atendida pelo Serviço de Acolhimento Institucional no ano de 2012 é formada basicamente por famílias monoparentais, tendo a frente das mesmas as mães. A localização das famílias coletadas a partir dos atendimentos e dos preenchimentos dos instrumentais, possibilitando assim, proceder a divisão por zonas de incidência e por bairros (Ver Gráficos), mas se pode observar a existência de acolhimentos fora do perímetro do nosso município, ou seja, demanda de outros municípios de Rondônia, bem como de outros Estados. Neste ano, 15 crianças, oriundas de outros estados, tais como Amazonas (05), Acre (02), Mato Grosso (02), Santa Catarina(01), Pará (02), Ceará (01) . Tocantins (02), Mato Grosso do Sul (02) foram abrigadas nas unidades e , quando liberados, reintegrados nas suas cidades de origens, sendo que o ônus foi do município de Porto Velho.

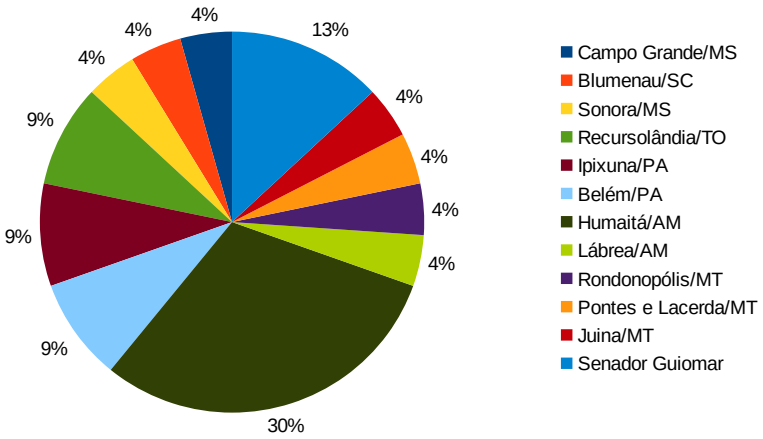


GRÁFICO 06 – OUTROS ESTADOS
FONTE: SAIN-2012

A demanda dos usuários de outras localidades intermunicipal e interestadual foi notória (88 acolhidos), sendo que de Itapuã do Oeste foram 07 acolhimentos, o que suscita recursos humanos, materiais e financeiros para proceder a um atendimento psicossocial de qualidade, objetivando a garantia dos direitos dos mesmos, ou seja, a reintegração ao convívio familiar na localidade de origem.

O exposto em voga é indicador da necessidade imediata da SEMAS estabelecer um diálogo com o Juizado da Infância e da Juventude, bem como com a Promotoria da Infância e da Juventude, no sentido de estabelecer critérios para a não absorção da demanda dos municípios circunvizinhos, bem como também, para que os mesmos assumam a responsabilidade pelos seus munícipes, uma vez que, mesmo eles sendo comarca da justiça de Porto Velho, tem como responsabilidade, criar e manter as unidades de acolhimento para os casos que suscitam medidas protetivas.

SEMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER-SEMES

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer **desenvolve políticas de atendimento a comunidade de Porto Velho, várias ações e projetos que beneficiam várias classes sociais, entre as quais: crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais.** Consciente de seu papel social no município de Porto Velho, a SEMES vem consolidando a sua posição como agente de transformação e desenvolvimento social através de atividades de esporte, lazer e cidadania.

A Secretaria procura identificar necessidades e potencialidades nos bairros e distritos do município, priorizando projetos e programas a partir das necessidades de cada região. Esta preocupação funciona como instrumento de mobilização e organização social, para um melhor aproveitamento e acompanhamento dos investimentos públicos. Neste sentido, apresentamos o Relatório de Atividades de 2012.

EDÍLSON PACHECO
Secretária Municipal de Esporte e Lazer/SEMES

1. ATIVIDADES REALIZADAS

1.1 - ESCOLINHAS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA

As Escolinhas Desportivas foram desenvolvidas em diversos pólos de funcionamento nos bairros de Porto Velho e Distritos, sendo acompanhadas por profissionais de educação física, monitores e parceiros. A faixa etária atendida é de 07 a 15 anos, nas modalidades abaixo:

- Futebol (Bairros: Mariana, Nova Floresta, Caladinho, Areia Branca);
- Futsal (Ginásio Dudu, Três Marias, Esperanças da Comunidade e Castanheira);
- Basquetebol (Ginásio Dudu);
- Tênis de Mesa (Centro do Menor)

As atividades foram ministradas por 8 profissionais, no período de março a dezembro, beneficiadas 600 pessoas. Foram distribuídas a todas as escolinhas: bolas, redes, cones, bomba de inflar, troféus, medalhas, apito, corda elástica, bolas de borracha e coletes. Foram beneficiadas 600 pessoas.

1.2 - RUAS DE LAZER

Estruturadas neste ano e realizadas no período de março a dezembro, para proporcionar atividades recreativas, esportivas e artísticas, às comunidades dos bairros e distritos de Porto Velho. As ações da Rua de Lazer também atenderam periodicamente o Projeto Tenda da Cidadania, coordenado pelo Gabinete do Prefeito, nos Distritos de Calama, Demarcação, São Carlos, Extrema, Jacy-Paraná e Abunã.

Foram desenvolvidas atividades de: Futebol de travinha, Ping-pong, Pebolim, Voleibol, Pula corda individual, Jogos de xadrez, Jogos de dama, Jogos de dominó, Pinturas e modelagens, Cama elástica (pula-pula), Brincadeiras com bambolê, Festival e oficina de pipas, Futebol de campo, Futebol de areia, Jogo do queima, Torneio de peteca e campeonato de truco, damas, dominó e xadrez atendendo 8.000 pessoas.

FESTIVAL DE PRAIA DO DISTRITO DE FORTALEZA DO ABUNÃ

O evento tem o objetivo mobilizar a comunidade local a participar de atividades esportivas; movimentar a economia do Distrito; sensibilizar o público local sobre a importância de atividades esportivas para o desenvolvimento do turismo e para a região, São desenvolvidas atividades de esporte e lazer para crianças, jovens e adultos: tirolesa; futebol de areia e de campo; futevôlei; basquete de areia; campanhas educativas; shows musicais. Foram **atendidas 7 mil pessoas** - público direto e indireto em parcerias com as Secretarias Municipais, Policia Militar, Delegacia Fluvial, CMDCA, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, SEDAM, SESDEC e Ministério Público.

7ª CORRIDA DE VOADEIRA

Realizado no Rio Madeira (Porto do Cai n'água)**,** com o objetivo de incentivar atividades dessa natureza, difundindo os esportes aquáticos promovendo o intercâmbio sociodesportivo entre os participantes de várias regiões, visando valorizar a natureza de Porto Velho. As atividades desenvolvidas, nas categorias de Canoa simples a remo, Motor 15 HP, Motor 25 HP, Motor 40 HP, Motor Rabeta 5,5/6,5 e 13 HP e Jet sky slalon, contaram com da Secretarias Municipais, Policia Militar, Delegacia Fluvial, Colônia dos pescadores, Polícia Ambiental e outros órgãos governamentais.

Contou com a apresentação da Banda da Polícia Militar, na cerimônia de abertura, cortejo dos competidores, competição de Rua de Lazer, premiação financeira e show musicale foram **beneficiadas 6 mil pessoas -** público direto e indireto.

TENDA ESPORTE

Realizado foram desenvolvidas no período de março a novembro, no Parque da Cidade com o objetivo de melhorar e/ou prevenir os aspectos da saúde, bem como aplicar os procedimentos de avaliação da aplicação e controle das cargas e fundamentalmente da organização e planejamento da atividade física**.** As atividades físicas foram dirigidas por professores de Educação Física; orientação nutricional, fisioterapêutica, serviços de enfermagem, verificação da pressão arterial e teste de glicemia, **contemplando 5.000 pessoas**

22º INTERDISTRITA

Têm o objetivo de oferecer anualmente um grande encontro socioesportivo entre os Distritos e Vilas do Baixo Madeira e Br 364, na modalidade de Futebol e Voleibol masculino e feminino nos Distrito de São Carlos, Jacy-Paraná e Município de Porto Velho, realizada em três etapas, sendo, a final (3ª), em em Porto Velho, Atividades desenvolvidas:cerimônia de abertura, desfile das equipes, torneios de futebol e voleibol masculino e feminino, Concurso Musa Interdistrital, Rua de lazer e premiação. Foram **beneficiadas 15 pessoas -** público direto e indireto.

]

RURALZÃO DE FUTEBOL

Realizada nos meses de junho a agosto, em Porto Velho com o objetivo de promover a integração entre as comunidades da área rural de Porto Velho, bem como descobrir novos talentos e oferecer momentos de lazer por meio da
prática do futebol, com atividades de torneios de futebol masculino e feminino, eventos de confraternização e premiação, com participantes da Vila Teotônio, Vila da
Penha, São Sebastião, Joana D'arc e Rio Pardo. **Pessoas 5.600 pessoas beneficiadas, sendo 600 -** diretas e indireto de **5.000** nas várias etapas.

CHEGADA DO PAPAI NOEL / NATAL DE TODOS

A SEMES participa com sua equipe neste evento, em dezembro, com o objetivo dar apoio ao Gabinete do Prefeito por meio de atividades Esporte e Lazer para as crianças, com o desenvolvimento das seguintes atividades**:** Futebol de travinha, Ping-pong, Pebolim, Basquetebol, Pula corda individual, Pinturas e modelagens, Cama elástica (pula-pula) individual e coletivo, Brincadeiras com bambolês, Brincadeiras do queima, jogos de mesa: truco, damas, dominó e xadrez.

TENDA MULHER ROSAS DE MARÇO

Tem o objetivo de oferecer atividades de esporte e lazer, cultura, artes em comemoração ao dia Internacional da Mulher. Foi realizada em março, na Praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, com atividades de: Rua de Lazer, Corrida do Baton, Tenda Esporte, Academia Alternativa, Apresentação de danças, sorteio de brindes, atendimento de beleza e campanhas educativas, **beneficiando 5.000 pessoas.**

CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES

Conselho instalado na sede da SEMES, compospo por 14 conselheiros, com reuniões periódicas, na primeira terça feira de cada mês.

2.1 - IDOSO ATIVO

Proporcionar atividades esportivas e recreativas, culturais e orientações físicas para os idosos, no período de março a dezembro, com tividades acompanhadas por profissional de educação física**,** no Recanto do Vovô e da Vovó (Agenor de Carvalho), **beneficiando 60 idosos**

4ª COPA PORTO VELHO DE FUTSA

Considerado o maior encontro de futsal de Porto Velho, envolvendo cerca de 180 equipes inscritas entre masculinas e femininas, realizada nos meses de abril e maio, nos Ginásios e quadras poliesportivas de Porto Velho, **contemplando 9.000 pessoas durante a competição.**

2.3 - MINIMARATONA CIDADE DE PORTO VELHO

Realizada em outubro, Ruas de Porto Velho(10 km), em homenagem ao aniversário do município de Porto Velho, com a participação da comunidade em geral,
envolvendo 500 participantes

7º JOGOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Realizada no mês de outubro, no Clube Social do SINTERO, para oferecer aos servidores do município de Porto Velho, atividades esportivas e de lazer, numa grande confraternização sociodesportiva. Foram desenvolvidas atividades de Futebol Society, Vôlei de areia, futsal, natação, tênis de mesa, dominó, xadrez, dama e queimada. Contou com a participação de 2000 servidores.

CORRIDA NATALINA

Consolidar ainda mais a corrida de rua em Porto Velho, com a participação de crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais. A atividade foi realizada no mês de dezembro, nas Ruas de Porto Velho (10 km) envolvend 300 competidores.

CIRCUITO PORTO VELHO DE VÔLEI DE AREIA

Reunir atletas de várias regiões numa competição, a fim de movimentar este esporte no município de Porto Velho. Realizado nos período de junho a novembro, em três etapas - Skate Parque, Campo Florestão e Quadra de areia, no Ginásio Cláudio Coutinho.

FEST VÔLEI NA PRAÇA

Competição de Voleibol, realizada no mês de novembro, na quadra de esportes da Praça do Contorno no Bairro Mal. Rondon, com a participação de 200 competidores.

QUADRAS POLIESPORTIVAS:

- Esperança da Comunidade;
- Jacy-Paraná (compensação da Usina);
- Fortaleza do Abunã (compensação da Usina);
- Nacional;
- Abunã (compensação da Usina);

- Vista Alegre (compensação da Usina);
- São Carlos;
- Calama;
- Eduardo Lima e Silva;
- Três Marias.

PROJETOS E ATIVIDADES EXTRAS EM PARCERIA

Campeonato de Futsal (Federação de Futsal de Rondônia);
Etapa de Karatê (Federação de Karatê de Rondônia).

SEMAGRIC

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SEMAGRIC

A Prefeitura do Município de Porto Velho através da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, recepcionando as políticas públicas alinhadas nos programas do governo federal e estadual adota ações de fomento Cadeia Produtiva Agrícola, com o objetivo de alavancar e subsidiar a futura demanda de produtos, gerando renda e oportunidades paralelas ao produtor e a população num modo geral.

O objetivo da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC é promover o desenvolvimento econômico e social do homem do campo de formasustentável e respeitando as particularidades de cada região e seus moradores,
tendo em vista que a demanda da parcela da população rural contribui ativamente
para o aquecimento da economia do município e para o desenvolvimento regional, distribuído ao entorno da cidade de Porto Velho e seus Distritos.

A SEMAGRIC vem cumprindo o Plano Plurianual, através do Planejamento Orçamentário da Prefeitura Municipal de Porto Velho com intuito de promover o desenvolvimento rural. A SEMAGRIC conta atualmente com 4 programas em execução, no período de 2010/2013.

JEOVAL BATISTA DA SILVA
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Programa de Apoio a Produção Agropecuária – Implantação de Agroindústrias

Objetivo: Proporcionar aumento de produtividade de culturas agrícolas da região e consequentemente fixação do homem no campo.

O Departamento de Desenvolvimento Agroindustrial realizou no ano de 2012, atividades como: Aquisição de 15 (quinze) tanques de resfriamento de leite, equipamentos para Agroindústrias de frutas, motor para rabeta, bomba submersa, freezer horizontal, bola de catitu, empacotadeira a pedal, fogão industrial, motocultivador com enxada rotativa, visitas técnicas, levantamento de dados para as instalações dos equipamentos e unidades demonstrativas de gado leite e fiscalização das Agroindústrias já instaladas. Fomentando o desenvolvimento agroindustrial do município de Porto Velho sob a ótica da agricultura familiar, promovendo o beneficiamento dos produtos agrícolas agregando valor e consequentemente gerando maior qualidade de vida e fixação do homem no campo.

A entrega dos tanques de resfriamento de leite possibilitou o armazenamento adequado da produção, aumentando a qualidade do leite atendendo a Instrução Normativa n° 51 de 18/09/2002 do Ministério Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA que trata sobre armazenagem. Além da Secretaria ter adquirido equipamentos através de convênios como: Liquidificador industrial, geladeira com capacidade de 380 litros, mini câmara fria, motor estacionário a gasolina, pulverizador costal, plaina elétrica, roçadeira, motor para rabeta, bomba submersa, freezer horizontal, bola de catitu, empacotadeira a pedal, fogão industrial, motocultivador com enxada rotativa e maquina empacotadeira automática, todos estes equipamentos descritos anteriormente, atenderão no ano seguintes as Associações: ASPECAL, ASPRUF, APREV, Associação dos pequenos produtores da linha A, ACCPESC, ASMOCUN, ASMURI, AAPRIFCCMALC – PRO – ESPERANÇA a APRUZE, todas localizadas dentro dos limites do município de Porto Velho.

Para a entrega e instalação foi realizado levantamento de dados através de entrevistas exploratórias, oriundas de visitas técnicas e reuniões nas associações.

A seguir as localidades atendidas com as agroindústrias em 2012:

01. Associação dos Produtores Rurais do Marco Azul – ASPROMA:
Localizada no Distrito de Marco Azul, linha C - 85, recebeu 03 três tanques de armazenamento de leite, com capacidade de 500 litros, atendendo os moradores da região com o armazenamento e conservação da produção.

Figura 01 – Tanque localizado na propriedade do Sr. Aldair

Figura 02 – Tanque localizado na propriedade do Sr. Leôncio

02. Associação dos Produtores Rurais Nova União - ASPRUNU:

A associação recebeu 05 tanques de leite, sendo 04 tanques de 500 litros e 01 tanque de 300 litros, atendendo a necessidade dos produtores da região, atendendo os moradores da região com o armazenamento e conservação da produção.

Figura 03 – Entrevista com a produtora Dona Neuraci

Figura 04 – Tanque de leite com instalações adequada

03. Equipamentos adquiridos para Agroindústrias através de convênios para atender as seguintes Associações: ASPECAL, ASPRUF, APREV, Associação dos pequenos produtores da linha A, ACCPESC, ASMOCUN, ASMURI, AAPRIFCCMALC – PRO – ESPERANÇA a APRUZE.

04. Política Pública de Desenvolvimento de Grãos

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC, por meio de uma pesquisa, diagnosticou a necessidade dos produtores rurais que trabalham com grãos, terem acesso à informação e capacitação para trabalhar a produção. A iniciativa faz parte do projeto de Política Pública para o Desenvolvimento de Grãos desenvolvido pelo município em parceria com a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (EMATER/RO) e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).

Os técnicos iniciaram os trabalhos em maio de 2012, com a realização de cadastros dos produtores rurais de grãos nos distritos de Porto Velho, com o objetivo de identificar as principais dificuldades encontradas por eles para produzir mais e com maior qualidade. Foram cadastrados 134 produtores rurais, nas localidades de Rio Pardo, Nova Califórnia, Extrema e Joana D'arc.

Anexo 1: Pesquisa em campo com produtores de grãos.

Anexo 2: Cadastros dos agricultores

Foram também realizadas visitas à União Bandeirantes, e neste distrito foi averiguado que o grande potencial é a produção de leite, enquanto que em Rio Pardo, predomina o cultivo de café.

Anexo 3: Sacas de café, após colheita.

Anexo 4: Produtor colhendo grãos de café

Após trabalhos foram observadas as necessidades de se adquirir 10 (dez) despolpadeiras de café e 01 (uma) máquina de pilar café. Esses equipamentos foram solicitados e os processos foram autuados e atualmente encontram-se em fase de licitação.

Com isso foi criado uma política voltada para dar assistência técnica aos agricultores, com capacitação em novas tecnologias de produção, desenvolvendo o **Projeto de** U**nidades Demonstrativas (U.D),** onde serão instaladas 04 (quatro) unidades demonstrativas, 02 (duas) de produção de café (U.D.C) e 02 (duas) de gado de leite (U.D.GL), as quais serão instaladas através do programa de Políticas Publicas para o Desenvolvimento de Grãos, na região de União Bandeirantes e Rio Pardo, duas de cada vertente em ambos distritos.

Anexo 6: Trator realizando o serviço de limpeza da área selecionada em Rio Pardo para a instalação da U.D.G.L.

Anexo 7: Técnicos da SEMAGRIC averiguando a limpeza da área.

Os pr
os trabalhos estão sendo desenvolvidos juntamente com os produtores da agricultura familiar. Na execução do projeto a SEMAGRIC disponibiliza a estrutura necessária para o preparo do solo, tais como:

- mudas;
- sementes;
- serviço de destoca;
- serviço de gradagem;
- calagem (aplicação de calcário) e
- adubação de formação.

A contrapartida do produtor é produzir de acordo com as técnicas repassadas, além de dar continuidade às unidades implantadas.

Programa de Incentivo à Pscicultura com a Implantação de Viveiros – Tanques

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PESCA E AQUICULTURA

O objetivo da Coordenadoria Municipal de Pesca e Aquicultura é de desenvolver e fomentar a cadeia produtiva da pesca e da piscicultura de forma sustentável e racional, priorizando o pescador artesanal e produtores da agricultura familiar, tendo como parceiros as colônias de pescadores, sindicatos, associações, cooperativas ligadas ao setor, governo estadual e federal.

A SEMAGRIC vem cumprindo o Plano Plurianual, através do Planejamento Orçamentário da Prefeitura Municipal de Porto Velho com intuito de promover o desenvolvimento rural. Conta atualmente com 4 programas em execução, no período de 2010/2013.

Neste programa são desenvolvidos três sub-programas: Implantação de Agroindústrias, Fomento a Produção de Culturas Agrícolas e **Incentivo a Piscicultura com a Implantação de Viveiros Tanques Escavados**. Com relação ao sub-programa de Incentivo a Piscicultura, este possui o objetivo de promover o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola do município de Porto Velho, agindo de forma sustentável na agricultura familiar a fim de garantir renda e segurança alimentar aos produtores. Através deste programa iniciou-se a construção de tanques escavados (viveiros) e o serviço de assistência técnica de implantação da atividade aos piscicultores do município de Porto Velho.

Objetivo: Desenvolver e Fomentar a produção de Peixe no município de Porto Velho

PA - 15.01.20.602.003.1.334 – Incentivo a Piscicultura com a Implantação de Viveiros Tanques.

A implantação dos tanques Escavados para piscicultura conta primeiramente com a visita técnica da propriedade para verificação da viabilidade do empreendimento, posteriormente é realizado a elaboração do projeto e o licenciamento ambiental, no qual, se faz necessário para iniciar as obras de escavação, atendendo as exigências da legislação.

No ano de 2012, foram realizadas as seguintes atividades:

- Construção de 09 (nove) viveiros para engorda de peixes;
- Fornecimento de aproximadamente 40 Projetos de Criação de Peixes e Licenciamento Ambiental para a atividade;
- Projeto para aquisição de 01 Unidade de Processamento do Pescado para o Distrito de São Carlos (processo de licitação) e outras 03 Unidades para os Distritos de Nazaré, Calama e Demarcação (aguardando recurso);
- Projeto para aquisição de 50 tanques-rede para o Projeto Experimental em Fortaleza do Abunã (processo de licitação) e outros 150 para restante do município (aguardando recurso);
- Assistência Técnica para produtores do Município de Porto Velho;
- Fornecimento de Calcário para piscicultores.

Foto 01: Tanques Viveiros na Linha 28 de Novembro, propriedade Sr. Luciano Prado.

Foto 02: Tanques Viveiros na Linha 28 de Novembro, propriedade Sr. Luciano Prado.

Foto 03: Tanques Viveiros na Linha 28 de Novembro, propriedade Sr. Luciano Prado.

Foto 04: Tanques Viveiros na Escola Família Agrícola – EFA (Distrito de Nova Califórnia).

Foto 05: Tanques Viveiros na Escola Família Agrícola – EFA (Distrito de Nova Califórnia).

P.A -15.01.20.601.003.2.285 - Fomento a Produção de Culturas Agrícolas

Programa 025: Direto da Roça

P.A – 15.01.20.605.025.2.286 – Transporte da Produção Agrícola

RELATÓRIO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL – PRODUTOS TRANSPORTADOS E COMUNIDADES ATENDIDAS.

Objetivo da Feira

Transportar e permitir a comercialização da produção hortifrutigranjeira das áreas de terra firme e ribeirinha do município de Porto Velho.

Quantidade de Produtos Transportados via terrestre e fluvial pela Prefeitura Municipal de Porto Velho/SEMAGRIC e Comercializados na FEIRA DO PRODUTOR RURAL no Município de Porto Velho/RO.

Justificativa

A Prefeitura do Município de Porto Velho através da Secretaria Municipal de Agricultura e abastecimento – SEMAGRIC, tem a responsabilidade de viabilizar e administrar a infraestrutura física necessária à operacionalização da Feira do Produtor, relação e controle dos usuários, dando prioridade aos pequenos produtores e oferecendo aos mesmos, orientação técnica no sentido de melhorar sua eficiência nas operações de armazenamento e mercadologias, através de diversos programas como: **Caminhões e Barcos da Produção**, que visa atender as comunidades rurais e ribeirinhas, escoando seus produtos agrícolas até os centros consumidores.

A Feira do Produtor tem o perfil de comercializar em nível de atacado, o abastecimento dos produtos hortifrutigranjeiros para feirantes, hotéis, restaurantes, lanchonete e outros pequenos varejistas, pois a ausência de um local com essa concepção beneficia os grandes atacadistas, na medida em que surgem os usuários com grande capacidade administrativa e empresarial, monopolizando a comercialização e manipulando a oferta e a demanda dos produtores agropecuários de forma especulativa. Nesse sentido o pequeno produtor fica submetido a essas manipulações.

Principais Produtos : Abacate, Açaí, arroz, abóbora, batata doce, inhame, abacaxi, maracujá, cará, castanha, cacau, cana-de-açúcar, carvão vegetal,café, Pupunha, queijo, mamão, melado de cana, melancia, ingá, lima, laranja, tangerina, pocã, farinha, banana, melancia, goma, tucupi, queijo, coco verde, limão, graviola, pimenta,milho, mandioca/macaxeira, feijão, hortifrutigranjeiros e outros.
Horário de Funcionamento: Das 06 às 18:00 horas – diariamente.

Quantidade de Produtos Transportados via terrestre e fluvial pela Prefeitura Municipal de Porto Velho/SEMAGRIC e Comercializados na FEIRA DO PRODUTOR RURAL pelos caminhões de placas NCJ – 2379 / NCJ – 1639 / NDU – 5274 / NDU – 5294 E NCK - 1672**,** no Município de Porto Velho/RO.

8.1 – Ano de 2009/2010/2011/2012. (período de janeiro a novembro/2012)

Produtos	Unid.	Quant./Ano (2009)	Quant./Ano (2010)	Quant./Ano (2011)	Quant./Ano (2012)
Arroz com casca	Saca	150	-	-	-
Abacaxi	Und	18.859	2.360	4.240	-
Batata doce	Kg	145	-	-	-
Coco Verde	Und	7.565	9.276	18.756	20.425
Maracujá	Caixa	175	-	04	338
Carvão Vegetal	Saca	2.524	1.090	814	2.815
Feijão de Praia	Kg	127.009	3.250	260	-
Feijão de Praia verde	Litro	2.316	630	1.804	1.849
Milho verde (mão)	Und	8.009	6.417	21.864	12.772
Farinha de Mandioca	Kg	97.925	130.100	308.350	87.700
Açai (lata)	Lata	657	2.165	4.770	2.244
Cupuaçú	Kg	1.435	22.403	58.645	24.950
Alface	Und	540	-	-	-
Tomate	Kg	364	-	-	-
Abóbora	Kg	12.315	18.040	46.390	3.000
Banana (cachos)	Und	155.677	50.270	107.115	35.731
Melancia	Und	20.454	14.376	4.646	4.270
Macaxeira	Kg	50.574	243.950	846.543	519.835
Goma de Mandioca	Litro	580	1.620	21.485	2.750

Tucupi	Litro	1.422	1.519	4.880	5.500
Mamão	Caixa	300	130	20.160	45
Limão	Saca	216	229	9.968	289
Laranja	Saca	391	304	1.688	412
Pimenta Malagueta	Litro	891	1.601	3.574	571
Buriti	Lata	-	04	-	-
Cajarana	Caixa	-	29	-	233
Piquiá	Caixa	-	04	-	-
Farinha de Tapioca	Kg	260	34	353	-
Caldo de Cana	Litro	350	-	04	-
Queijo	Kg	50	-	-	-
Graviola	Und	271	62	23	-
Vassoura de Cipó	Und	-	108	-	-
manga	Caixa	-	02	-	-
Ingá	Fecho	40	03	-	-
Maxixi	Caixa	260	66	38	-
Tangerina	Saca	08	03	20	58
Castanha do Pará	Lata	764	2.082	2.861	200
Café com Casca	Saca	259	30.915	46.385	1.296
Cana-de-açúcar	Cento	39	33	26	20
Pepino	Caixa	137	-	-	
Cará	Kg	94	616	330	9.330
Cubiu	Caixa	01	-	-	-
Cacau	Caixa	130	28	82	50
Jiló	Caixa	01	-	-	-
Abacate	Caixa	1.264	42	15	-
Pé-de-moleque	Und	210	192	225	335
moricote	Saca	02	-	-	-
Cipó titica	Kg	50	-	-	-
mangericão	Und/Amarr.	70	-	-	-
Lima	Saca	03	09	19	100
Inhame	Saca	15	-	-	35
Colorau	Kg	450	-	420	-
Pupunha	Cacho	229	5.308	13.743	4.983
Caju	Caixa	-	14	05	-
Galinha Caipira	Und	06	75	-	-
Poça	Saca	-	01	-	
Mudas	Und	-	527	-	-
Açaí/suco	Litro	-	52	-	-
melão	Und	1.731	2.214	3.710	-
Polpa de maracujá	Kg	49	-	-	-
Abacate	Caixa	-	-	-	25
Pocan	Caixa	-	-	-	100
Banana em Caixa	Caixa	235	2.175	7.788	2.475
Polpa de cupuaçu	Kg	25	2.788	4.289	1.200
Polpa de Acerola	Kg	-	-	26	-
Mudas de Banana	-	-	-	2.950	15.000
Feijão Carioquinha	Kg	-	-	4.650	-
Gengibre	Saca	-	-	01	-
Pau (Adubo)	Saca	-	01	-	-
Abil	Caixa	-	-	110	120
Polpa de Cajá	Kg	-	-	120	-
Polpa de açaí	Kg	-	-	3.191	-
Biriba	Und	-	-	-	108
Asafrão	Und/amarr.	-	-	-	-
Quiabo	Und/amarr.	-	-	-	-
Goiaba	Caixa	-	33	-	-
Bacuri	Saca	06	15	33	80
Pimenta de Cheiro	Litro	380	5.245	6.285	500
Leite de Vaca	Litro	82	175	-	-
Maniva	Saca	25	-	50	-
Cheiro Verde	Und	100	35.100	-	-

Feijão de Corda	Und	50	-	-	-
Abacaba	Lata	77	44	56	100
Polpa de Graviola	Kg	55	47	120	-
Tucumã	Saca	01	-	-	-
Jaca	Und	29	-	-	-
Galinha Abatida	Und	50	30	-	-
Palitos de Bambu	Pcte	200	280	-	-
Café c/ casca	Saca	130	470	-	-
Total	-	**510.789**	**539.656**	**1.571.928**	**????**

Fonte:SEMAGRIC

OBSERVAÇÕES:

- As informações colocadas neste **RELATÓRIO** – São de caráter informativo, com previsão de aumento em 50% no ano de 2012.
- 05 (cinco) caminhões, Capacidade de 08 (oito) toneladas cada;
- 01 (um) Barco, Capacidade 70 (setenta) toneladas.
- Total de Km rodados mês 67.0000. (Caminhões)
- Total de Toneladas Transportadas mês 200. (Caminhões).
- Total de Toneladas Transportadas mês 280. (Barco da Produção).

Origem e Destino dos Produtos Comercializados

Produtos	**Origem**	**Destino**
Arroz	Projeto Joana Darc,	Feira do Produtor/consumidor final
Feijão de Praia	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo.	Feira do Produtor/Consumidor Final
Milho	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/ Consumidor Final
Farinha de Mandioca	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/consumidor final
Cupuaçu	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Melancia	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo,União Bandeirantes.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Macaxeira	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Banana	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo, Projeto Joana Darc, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Alface	Asociação: Agrovila, Asprai.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Limão	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Abóbora	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída, Nova Aliança, Porto Chuelo, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Farinha de Mandioca	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída, Nova Aliança, Porto Chuelo, Projeto Joana Darc, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Mamão	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída, Nova Aliança, Porto Chuelo, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Farinha de Tapioca	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Açaí	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança,	Feira do Produtor/Consumidor Final.

	Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo.	
Coco Verde	Comunidade de Terra Caída, União Bandeirantes, Joana D"arc.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Tucupi	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Queijo	Comunidade de Aliança	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Goma de Mandioca	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Pimenta Malagueta	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Abacate	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Graviola	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída,Nova Aliança, Porto Chuelo.	Feira do Produtor/Consumidor Final.
Milho Verde	Comunidades de: Cujubim, Itacoã, Aliança, Terra Caída, Nova Aliança, União Bandeirantes.	Feira do Produtor/Consumidor Final.

Fonte: SEMAGRIC

Programa 024: Desenvolvimento Rural
P.A -15.32.20.543.024.1.210 – Recuperação de Áreas Degradadas

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD

O Programa de Áreas Degradadas realiza os serviços de Gradagem, Destoca e Incorporação de Calcário para os Pequenos e Médios Produtores Rurais, sendo 1ha/Produtor e 2 Toneladas de Calcário por produtor. Tem como objetivo realizar os serviços de destoca, através dos tratores de esteiras, Gradagem, com os tratores de pneus, e por meio de parcerias e emendas parlamentares, a aquisição de Calcário para correção da acidez do solo, visto que o solo amazônico tem essa característica ácida, ocasionada pelas chuvas e altas temperaturas, e ainda, conta-se com a manutenção dos maquinários e implementos agrícolas sob nossa responsabilidade dentro das necessidades e possibilidades da Secretaria, para assim garantir que as ações no decorrer do ano não sejam paralisadas por falta de manutenção dos mesmos. Hoje o PRAD conta com o quantitativo de máquinas própria pertencente a Patrulha mecanizada descrito na planilha abaixo:

MÁQUINÁRIO/MODELO	QUANTIDADE
TL- 85	03
TL- 75	03
TT- 4030	01
D- 61	01
Retroescavadeira	01
Espalhadeira de calcário	05

Foram realizados reuniões com as associações para fortalecer o relacionamento entre os produtores associados com a SEMAGRIC, realização de cadastros dos produtores para hora máquina e distribuição e incorporação de calcário, realizado visita técnica para preenchimento dos cadastros das Unidades Produtivas que foram atendidas no corrente ano e assinatura do termo de compromisso por parte dos agricultores e Associações da região visitada, a fim de proporcionar ao pequeno produtor, o acesso às máquinas e implementos agrícolas para assim melhorar a sua terra e o aumento da sua produção, podendo ser comercializada em sua região ou até mesmo na Feira do Produtor Rural. Houve visitas às propriedades para inspecionar o andamento do Programa, averiguando se os agricultores cumprirão com o compromisso de plantar e de manejar de forma correta a cultura e identificar a satisfação do produtor com os serviços prestados.

Os quadros abaixo são os demonstrativos das localidades que foram atendidas no ano de 2012

com os serviços descritos prestados pela SEMAGRIC, e as horas/máquina que foram prestadas aos produtores, visto que a meta do ano de 2012 para o serviço de Destoca era de 1.500/ano, Gradagem 3.000/ano e Calcário 2.000ton/ano.

AREAS DESTOCADAS	**META**	**QTD./HA/ REALIZADAS**
LINHA 27	70	45
INHA 17 JOANA DARC	100	100
VILA FRANCISCANA	80	80
COLONIA VIÇOSA	60	60
LINHA 28 DE NOVEMBRO - RAMAL PORTO CHUELO (TAMANDUÁ)	60	60
UNIÃO BANDEIRANTES	80	80
RAMAL DO INDIO	50	22
RAMAL DO TRAIRA	7	7
LINHA 3 JOANA DARC	62	62
RAMAL DO JACU	8	8
KM 40 – SENTIDO RIO BRANCO	21	12
RAMAL DO INDIO	53	36
TOTAL	**651**	**572**

REAS GRADEADAS	**META**	**QUANT. HA/REALIZADAS**
SETOR CHACAREIRO	220	220
ABUNÃ	1000	600
LINHÃO	50	50
TERRA SANTA	120	120
CUJUBINZINHO	70	70
RAMAL BRASIL	30	15
LINHA 67	30	15
ALIANÇA - LINHA 28 DE NOVEMBRO	80	80
VILA FRANCISCANA	60	60
JOANA DARC LINHA 05	80	80
JOANA DARC LINHA 11	140	140
JOANA DARC LINHA 13	60	60
JOANA DARC LINHA 15	70	70
JOANA DARC LINHA 17	100	100

LINHA 32	70	70
LINHA 37	70	70
LINHA 27	44	44
LINHA 22	40	40
RAMAL DO BRITO	60	60
BOM JESUS	60	60
RAMAL DO TAMANDUÁ	120	80
VILA PRINCESA	40	40
NOVA CALIFÓRNIA	200	200
JOANA DARC LINHA 03	70	70
ESTRADA DOS PERIQUITOS	200	200
UNIÃO BANDEIRANTES	120	120
KM 40 - SENTIDO RIO BRANCO	50	50
COLONIA VIÇOSA	80	70
LINHA PROGRESSO	100	100
BACIA LEITEIRA	60	45
RAMAL PORTO CHUELO	60	50
RAMAL DO TRAIRA	50	20
RAMAL 4 OLHO	10	10
RAMAL SÃO DOMINGOS	15	15
RAMAL DO JACU	13	13
ESTRADA COCA COLA	40	22
LINHA C- 01	70	20
LINHA C- 25	70	35
LINHA C- 30	20	20
COMUNIDADE DE NITERÓI	12	12
ESTRADA DO JAPONÊS KM 3,7,8	40	22
TOTAL	**3894**	**3238**

INCORPORAÇÃO DE CALCÁRIO	**META**	**QUANT. TON./ REALIZADO**
ESTRADA DOS PERIQUITOS	70	70
LINHA 32	60	60
ALIANÇA	50	50
LINHA 27	80	80
UNIÃO BANDEIRANTES	100	100
VILA FRANCISCANA	80	80
JOANA DARC III (LINHA 15 E LINHA 17)	800	800
LINHA 28 DE NOVEMBRO - TERRA SANTA	90	90
TOTAL	**1330**	**1330**

RELATÓRIO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – S.I.M.
ANO 2012

Regulamentação do S.I.M., de acordo com a Lei Municipal Nº 1449, de 28 de dezembro de 2001

A Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, em todo o Município de Porto Velho, são normatizadas pelo Regulamento da Lei nº 1449, havendo inspeção, reinspeção e fiscalização dos animais de açougue (obrigatoriamente, todo dia em que houver abate), animais silvestres criados em cativeiro, o pescado, o leite, o ovo, o mel e a cera de abelhas e derivados.

A inspeção, a que se refere o presente artigo, abrange sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção "*ante*" e "*post-mortem*" dos animais, o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, trânsito e consumo de quaisquer produtos e subprodutos, adicionados ou não de vegetais, destinados ou não à alimentação humana. A inspeção abrange também os produtos afins, tais como: coagulantes, fermentos e outros usados na indústrias de produtos de origem animal.

Essas atividades envolvem a averiguação das condições de higiene de produção, manipulação, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos, bem como, a qualidade e as condições técnicas sanitárias dos estabelecimentos responsáveis pela produção e distribuição dos produtos. São verificadas, também, as condições de higiene das pessoas que trabalham nos estabelecimentos que produzem e manipulam os produtos de origem animal e seus derivados.

No ano de 2012 o S.I.M. trabalhou para o que novas empresas pudessem se cadastrar, de forma que as mesmas possam conquistar novos clientes, com a inocuidade dos produtos, agregando valores nas mercadorias. Com o selo do S.I.M. o estabelecimento fiscalizado estará apto a fornecer produtos no comercio, tais como: Supermercados, feiras, lanchonetes, padarias e outros, desde que cumpra a legislação vigente. Atualmente existem 11 empresas que possuem o selo do serviço de inspeção e 5 empresas em processo de implantação.

I – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM INDÚSTRIAS CADASTRADAS

1. FRIGORÍFICOS

ABATEDOURO/FRIGORÍFICO AREIA BRANCA
SIM Nº: 0001

- **ABATEDOURO/FRIGORÍFICO FRIGO 10**
  SIM Nº: 0004

- **ABATEDOURO/FRIGORÍFICO FRIGO RAÇA**
  SIM Nº: 0006

- **ABATEDOURO/FRIGORÍFICO COOPCUNIA**
  SIM Nº: 0010

2. LATICÍNIOS

- **IOGURTE D'GUSTAVO**
  SIM Nº: 0002

- **SÍTIO DOM HENRIQUE – Queijo Tipo Minas Frescal "Fresquinho"**
  SIM Nº: 0005

- **IOGURTE DOCE GUT**
  SIM Nº: 0007

19. QUEIJOS UNIÃO
SIM Nº: 0011

3. CHARQUEADA E EMBUTIDOS

- ✓ **CHARQUES BRASIL**
  SIM Nº: 0003

- ➢ **SHOPPING DA CARNE / CHARQUES PUREZA**
  SIM Nº: 0013

- ➢ **O PORCÃO**
  SIM Nº: 0012

II – EMPRESAS EM FASE DE CADASTRO

- ➢ **ABATEDOURO SANTA JÚLIA**

- ➢ **ABATEDOURO E GRANJA "AVIRON"**

- ➢ **LATICÍNIO FAMILIAR**

- ➢ **DESOSSA "SUPERMERCADO ARAÚJO"**

- ➢ **DESOSSA "SUPERMERCADO DB"**

SEMUR

SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação - SEMUR tem a finalidade de desempenhar as funções de articulação, planejamento, coordenação, execução de políticas e programas para as áreas de Regularização Fundiária e Habitação, garantindo o acesso à moradia digna.

O quadro funcional da SEMUR atualmente é compostos por 127 (cento e vinte e sete) servidores, incluindo os Cargos Comissionados, com formação nas mais diversas áreas profissionais, tais como: engenharia, arquitetura, pedagogia, administração, economia, contabilidade, direito, processamento de dados, serviço social e psicologia; bem como ensino médio e outros que estão cursando ensino superior. Este crescimento, conforme ilustra a Figura 1, proporcionou maior eficiência nas atividades, possibilitando o desenvolvimento da política de Regularização Fundiária e Habitação do Município de Porto Velho.

A SEMUR tem em sua estrutura três departamentos: de Gestão de Política Fundiária (DGPF), de Regularização Fundiária (DRF) e de Habitação (DHA), os quais atuam diretamente no processo de Regularização Fundiária de áreas passíveis de escrituração imediata pelo poder público, bem como onde existem conflitos sociojurídicos de titularidade privada ocupadas por população de baixa renda e áreas passíveis de projetos urbanísticos visando loteamentos públicos regulares, atuando diretamente na implementação da política municipal de habitação, onde se garante o direito à moradia digna a milhares de famílias.

IAN KLEBER CERQUEIRA DE FARIAS
Secretário Municipal de Regularização Fundiária e Habitação

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No que concerne a Gestão Patrimonial e de Pessoas os avanços foram significativos no ano de 2012; a formação em serviço foi possibilitada aos servidores através da participação em cursos, seminários, oficinas e conferências, inclusive em atividades de âmbito nacional, que proporcionaram a troca de experiências e aprimoramento profissional, destacamos:

- 59º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social – Brasília-DF;
- Curso “Completo de Licitações e Contratos, Termo de Referência, Registro de Preços e Pregão com Simulações” - Brasília-DF;;
- 4º Seminários da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação – Rio de Janeiro-RJ;
- Curso: “Gestão de Convênios e Prestação de Contas” – Rio de Janeiro/RJ;
- Seminário Nacional de Serviço social e Direitos Humanos – Palmas-TO;
- Reunião sobre Trabalho Social em empreendimentos do FAR – Brasília-DF.

Além destes, proporcionou-se a participação dos servidores nos cursos promovidos pela FUNESCOLA, proporcionando um melhor preparo ao servidor na busca de aperfeiçoamento profissional visando à melhoria das atividades laborais.

No que tange a Gestão Patrimonial houve a ampliação do patrimônio municipal com a aquisição de materiais de informática e equipamentos de refrigeração, visando adequação setorial, bem como propiciar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento das atividades, valorizando assim os profissionais e melhorando o atendimento da população. Primou-se também pela conservação dos bens já existentes, por meio de serviços de manutenção preventiva e corretiva, evitando-se assim depreciação e prejuízos do patrimônio público.

2 – DA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

O programa de Gestão de Política Fundiária e Habitação trabalha de forma transversal e, além das demandas internas, é responsável pelo Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social. Por meio deste Programa foram realizadas diversas ações relacionadas à Regularização Fundiária de Ocupações Irregulares mais a Regularização Fundiária institucional.

A regularização institucional viabilizou várias ações e programas sociais, por meio de indenizações e desapropriações, tais como: construção de escolas, creches, praças, unidades de saúde.

Nas Regularizações Fundiárias de Ocupações Irregulares foram conclusos os processos de regularização dos seguintes bairros: Areal, Agenor de Carvalho e Nova Porto Velho. Conforme demonstrativo da Tabela 1, com o quantitativo de escrituras expedidas e do perfil das famílias beneficiárias.

Tabela 1: Nº de Lotes por Bairro Regularizados em 2012

Bairro	*Lotes Regularizados*	*Média Moradores por U*	*% Idosos*	*Moradore*	*% Chefiadas Mulheres*	*Famíli p*
Areal	644	4	80		10	
Agenor de Carvalho	761	4	25		45	
Nova Porto Velho	947	4	15		52	
TOTAL	**2.352**					

Fonte: ASTEC/SEMUR (2012).

Salienta-se também, que foram iniciados os processos de regularização fundiária dos Distritos de Jacy - Paraná, União Bandeirantes e Nova Califórnia.

É importante frisar que desde a criação da SEMUR até os dias atuais houve um aumento de demanda ao Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social.
Contata-se ainda, um aumento significativo de informações acerca da situação fundiária dos lotes, por parte do munícipe no momento da compra de imóveis para moradia, que antes eram adquiridos sem pesquisa sobre a situação jurídica do imóvel, bem como, dos programas habitacionais desenvolvidos pelo município.

Ressalta-se que para a execução dos trabalhos da Regularização Fundiária, fez-se necessário o envolvimento da comunidade beneficiária que é sujeito ativo participativo e colaborativo, em todos os procedimentos, o que resulta no sucesso do Programa de Regularização Fundiária, sendo salutar a manutenção da regularidade fundiária e oportunidades dos munícipes ao acesso ao crédito imobiliário.

Entrega de Escritura – Bairro Nova Porto

Fonte: ASCOM

A **Tabela 2** apresenta dados dos bairros regularizados e dos que estão em procedimento de regularização com recurso de convênio e contrapartida do município, bem como aqueles que contam recursos próprios.

Tabela 2: Bairros Regularizados ou em Processo de Regularização

Contrato	Ação	Bairro	Poligonal	Status
233.595-06 MCIDADES/CAIXA	**Regularização Fundiária**	Vila Tupy	196	Entregue em 04.02.2010
				Calama
		Areal	644	Entregue em 06.11.2012
				Embratel
				Agenor de Carvalho
Conceição		1420	Entregue 29.03.2008	
				Eletronorte
			Luiene	475
				JK
São João Batista	384	Entregue em 25.06.2008		
192.658-88/2006 MCIDADES/CAIXA		Tancredo Neves	2467	Entregue em 31.03.2007
241.595-71/2007– MCIDADES/CAIXA		Ulisses Guimarães	1560	Entregue em 28.12.2011
		Floresta	1924	Entregue em 26.07.2010
Recurso Próprio Prefeitura do Municí de Porto Velho	Espírito Santo	68	Entregue 07.06.2008	
				Tiradentes
			Paraíso	75
				Caladinho
Jardim Santana	2.174	Entregue em 15.12.2010		
		Loteamento Flamboyant	876	Entregue em 27.05.2011
		Socialista	1.429	Entregue em 02.10.2011
		Nova Porto Velho	947	Entregue em 30.05.2012

Fonte: ASTEC/SEMUR (2012).

Programa "USO CAMPEÃO"

O programa Uso Campeão, cuja meta é contribuir com os munícipes da Capital proporcionando meios técnicos e jurídicos para propositura de ações judiciais aos moradores que possuem a posse de imóveis de áreas particulares. Atendendo preferencialmente famílias de baixa renda e com tempo de moradia igual ou superior a 05 (cinco) anos, atuando nos bairros Cidade Nova, Cidade do Lobo, Aponiã, Igarapé, Cuniã, Esperança da Comunidade, Caladinho, Castanheiras, Eletronorte, Conceição, Cohab, Cohab Floresta, dentre outros.

Desde a criação do Programa já foram atendidas mais de 6.000 famílias em vários bairros da cidade de Porto Velho, as quais buscam resolver definitivamente a questão da irregularidade de seus imóveis, sendo que em relação a destes já foram distribuídas mais de 1.750 ações judiciais. Mister salientar que esse total representa um pouco mais de 2% (dois por cento) da demanda estimada.

O programa Uso Campeão atua por meio de convênio celebrado com a Defensoria Pública de Rondônia e já atenderam os moradores dos bairros Lagoa, Lagoinha, Aponiã, Igarapé, Cidade Nova, Cidade do Lobo, Floresta, Nova Floresta, Novo Horizonte, Jardim Eldorado, Aeroclube, Embratel, Conceição, Planalto, Três Marias, Nova Porto Velho e outros

ATENDIMENTO DO PROGRAMA NOS BAIRROS CIDADE NOVA E CIDADE DO LOBO

Data: 10 e 11/02/2012
Local do Atendimento: Escola Municipal Manoel Aparício
Total de famílias atendidas: foram atendidas aproximadamente 300 famílias
Bairro envolvido: Cidade Nova e Cidade do Lobo
Atividade desenvolvida: Análise e orientação jurídica sobre os documentos necessários para propositura das ações judiciais de usucapião.
Resultado: Após o recebimento e análise dos documentos, foram protocoladas aproximadamente 200 ações judiciais.

ATENDIMENTO DO PROGRAMA NOS BAIRRO CALADINHO E CASTANHEIRAS

Data: 24 e 25/02/2012
Local do Atendimento: Paróquia Santa Luzia
Total de famílias atendidas: foram atendidas aproximadamente 400 famílias
Bairro envolvido: Caladinho, Cohab e Castanheiras
Atividade desenvolvida: Análise e orientação jurídica sobre os documentos necessários para propositura das ações judiciais de usucapião.
Resultado: Após o recebimento e análise dos documentos, foram protocoladas aproximadamente 470 ações judiciais

ATENDIMENTO DO PROGRAMA NO BAIRR JARDIM ELDORADO

Data: 02 e 03/03/2012
Local do Atendimento: Escola Joaquim Vicente Rondon
Total de famílias atendidas: foram atendidas aproximadamente 700 famílias
Bairro envolvido: Jardim Eldorado, Floresta e Nova Floresta
Atividade desenvolvida: Análise e orientação jurídica sobre os documentos necessários para propositura das ações judiciais de usucapião.

ATENDIMENTO DO PROGRAMA NOS BAIRRO AEROCLUBE E CASTANHEIRAS

Data: 09 e 10/03/2012
Local do Atendimento: Creche Solar da Paz
Total de famílias atendidas: foram atendidas aproximadamente 500 famílias
Bairros envolvidos: Aeroclube e Castanheiras
Atividade desenvolvida: Análise e orientação jurídica sobre os documentos necessários para propositura das ações judiciais de usucapião.
Resultado: Após o recebimento e análise dos documentos, foram protocoladas aproximadamente 50 ações judiciais

ATENDIMENTO DO PROGRAMA NOS BAIRROS LAGOINHA E TRÊS MARIAS

Data: 16 e 17/03/2012
Local do Atendimento: Escola Geovani Mendes
Total de famílias atendidas: foram atendidas aproximadamente 200 famílias
Bairro envolvido: Lagoinha e Três Marias
Atividade desenvolvida: Análise e orientação jurídica sobre os documentos necessários para propositura das ações judiciais de usucapião.

ATENDIMENTO DO PROGRAMA NOS BAIRROS CUNIÃ, ESPERANÇA DA COMUNIDADE E IGARAPÉ

Data: 23 e 24/03/2012
Local do Atendimento: Escola João Ribeiro Soares
Total de famílias atendidas: foram atendidas aproximadamente 400 famílias
Bairro envolvido: Cuniã, Esperança da Comunidade e Igarapé
Atividade desenvolvida: Análise e orientação jurídica sobre os documentos necessários para propositura das ações judiciais de usucapião
Resultado: Após o recebimento e análise dos documentos, foram protocoladas aproximadamente 50 ações judiciais

SOLENIDADES OFICIAIS DE PROTOCOLO DAS AÇÕES JUDICIAIS DE USUCAPIÃO

Ato consequente dos atendimentos realizados nos diversos bairros de Porto Velho, a Prefeitura de Porto Velho e a Defensoria Publica do Estado de Rondônia realizaram solenidades oficiais de protocolo das ações judiciais de usucapião, conforme segue:

Data: 22/03/2012
Local da Solenidade: Gabinete do Desembargador Presidente do e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – Dr. Roosevelt Queiroz Costa
Atividade desenvolvida: Comunicado oficial de distribuição de mais 500 ações de usucapião.

Data: 14/11/2012
Local da Solenidade: Gabinete do Desembargador Presidente do e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – Dr. Roosevelt Queiroz Costa
Atividade desenvolvida: Comunicado oficial de distribuição de mais 500 ações de usucapião.

3 – DO PROGRAMA MORAR MELHOR

No âmbito habitacional a Secretaria está atuando com 3 (três) grandes Programas do Ministério das Cidades:
1) PRÓ-MORADIA - que oferece acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até R$ 1.050,00 (Hum mil e cinquenta reais);

2) URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - objetiva a realização de obras e serviços voltados à segurança, salubridade e habitabilidade das habitações, e ainda à regularização jurídico-formal de sua ocupação; e

3) FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FNHIS) nas modalidades:
✓ **Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários -** busca melhorar as condições de habitabilidade de populações residentes em assentamentos humanos precários, para a regularização fundiária e para a redução de riscos mediante sua urbanização, integrando-os ao tecido urbano da cidade;
✓ **Aquisição de Lotes Urbanizados** – visa a aquisição de parcelas legalmente definidas de uma área, em conformidade com as diretrizes de planejamento urbano municipal, dotadas de acesso por via pública e, no seu interior, de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

A **Tabela 3**, apresenta o endereço e o número de unidades habitacionais que estão em procedimento de licitação ou já estão sendo construídas. Ressalta-se que os contratos, no que tange às obras, estão sobre governabilidade da SEMPRE, após a criação a sua criação, sendo que esta SEMUR continua acompanhando cada um sistematicamente e executando o Projeto de Trabalho Técnico Social, bem como, posteriormente irá realizar o assentamento orientado das famílias beneficiárias.

Tabela 3: Projetos Habitacionais de Interesse Social do Município de Porto Velho

CONTRATO MCIDADES	PROJETO	LOCALIZAÇÃO	UND. HAB
215.117-49/2006	Candelária I	Travessa Belizário Pena com R Machado – Bairro Triângulo	98
			Candelária II
	Candelária III	Rua Canoa com Cachoeira d Itapemirin – Bairro Marcos Freire	58
	Candelária IV	Rua Jacarandá com, Rua Tucupi Bairro Mariana	37
192.950-36/2006	Veredas I	Rua Raimundo Cantuária, Bairro Tiradentes	20
			Veredas II
	Veredas III	Rua Canoa com Cachoeira d Itapemirin , B. Marcos Freire	55
227.255-72/2007	Cuniã I	Avenida José Vieira Caúla com Ru Ana Nery – Bairro Cuniã	176
	Cuniã II	Avenida José Vieira Caúla com Ru Andréia - Bairro Cuniã	192
227.254-67/2007	Mato Grosso	Rua Raimundo Cantuária com Ru Getúlio Vargas – Bairro Mato Grosso	144
	Triangulo II	Estrada do Santo Antônio - Bair Triângulo	240
227.253-53/2007	Floresta I	Rua Três e Meio – Bairro Floresta	160
	Floresta II	Rua Três e Meio – Bairro Floresta	144
233.593-88/2007	FNHIS I	Rua Açaí, Setor 21, Qd. 999, Lo 3419 – Loteamento Eldorado – Bair Floresta	47
233.597-24/2007	FNHIS III	Rua Osvaldo Ribeiro, Setor 34, Q 503, Lote 368 – Bairro Socialista	50
233.594-92/07	FNHIS IV	Rua Osvaldo Ribeiro, Setor 34, Q 503, Lote 368 – Bairro Socialista	47
233.596-10/07	FNHIS V	Zona Leste – Bairros: Teixeirã Cascalheira (Flamboyant I e Mariana, Marcos Freire (Airton Senna	1.645
238.671-40/07	Pró-Moradia Zor Leste I	Rua Osvaldo Ribeiro, Setor 34, Q 503, Lote 368 – Bairro Socialista	158
	Pró-Moradia Zor Leste II	Estrada do Inferno Velho com Ru Ernandes Índio – Bair Teixeirão/Planalto	131
238.669-08/2007	Pró-Moradia Zona Su	Rua Açaí, Setor 21, Qd. 999, Lo 3419 – Loteamento Eldorado – Bair Floresta	221
238.670-36/2007	Pró-Moradia Zor Norte	Setor 10, Quadra 005, Lote 412 Bairro Industrial	32
TOTAL DE UNIDADES HABITACIONAIS			**3.705**

Fonte: Departamento de Habitação/SEMUR - 2012

Em 2012 foi realizado o sorteio de 350 unidades habitacionais relativas aos Projetos executados pela Prefeitura do Município de Porto Velho por desta SEMUR, conforme segue:

- Projeto FNHIS I – 47 Unidades Habitacionais

- Projeto Pró-Moradia Sul – 221 Unidades Habitacionais
- Programa Minha Casa Minha Vida – 82 Unidades Habitacion

4 – Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS

O Município de Porto Velho assinou com a União em 30 de dezembro de 2009, Contrato de Repasse nº 302.870-15/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA para apoio à elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS - de Porto Velho será um instrumento político-administrativo, destinado a promover o planejamento local das ações do setor habitacional, em todo o território do município, com foco na regularização fundiária de assentamentos informais e no enfrentamento da exclusão socioespacial, de forma a garantir: o direito à moradia digna e o acesso a terra urbanizada a segmentos sociais historicamente excluídos, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração entre a política habitacional e a política de desenvolvimento urbano, com articulação dos três níveis de governo.

Nos exercícios de 2010 e 2011 foram realizadas as etapas de planejamento, fóruns setoriais, análise do inventário e diagnóstico do setor habitacional, elaboração e apresentação do Plano de Ação que possibilitou o entendimento de que na Política Habitacional estão contidas diversas Políticas Públicas que venham garantir a melhoria na qualidade de vida da população e cidades mais sustentáveis.
Assim, no exercício de 2012 houve a entrega do produto final, Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS do Município de Porto Velho.

As ações desenvolvidas pela SEMUR no âmbito da Regularização Fundiária e Habitação têm possibilitado a milhares de famílias a segurança da moradia, e isto só é possível, com vontade política, muito trabalho e recursos, a partir de um plano municipal pensado de forma planejada e com as mais diversas estratégias de mobilização da comunidade.

SEMUSB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB

Apresentação

A Secretaria Municipal de Serviços Básicos da Prefeitura do Município de Porto Velho apresenta o relatório de atividades desenvolvidas no exercício de 2012. Na elaboração deste, considerou-se a necessidade de reunir de forma simplificada em um único documento as informações relativas aos trabalhos desenvolvidos pelas diversas unidades de competências desta Secretaria, bem como, apresentar as despesas relativas à locação de equipamentos, aquisição de cascalho e marmitex.

Também é nosso desejo que ele possa servir de referência para tomada de ações futuras, bem como possibilitar a continuidade dos trabalhos ora iniciados de modo a permitir o contínuo aprimoramento da SEMUSB enquanto secretaria que é parte significativa do conjunto de uma grande obra.

De acordo com a Lei n°. 895 de 19/06/90 esta Secretaria é responsável pelas atividades de limpeza pública englobando a coleta, a limpeza e a destinação final do lixo; a conservação e manutenção de jardins, parques e praças; a administração de cemitérios, mercados e feiras livres, e o desempenho de outras atividades correlatas.

WILSON CORREIA DA SILVA
Secretário Municipal de Serviços Básicos

Atividades Desenvolvidas

No desenvolvimento das atividades a Secretaria conta com 777 servidores dentre efetivos e comissionados. Desses, a maioria está envolvida com as atividades fins, nas diversas frentes de atuação. São trabalhadores com ensino fundamental, contratados no cargo de Gari, representando 80% do total de servidores.

Quadro Demonstrativo das Atividades

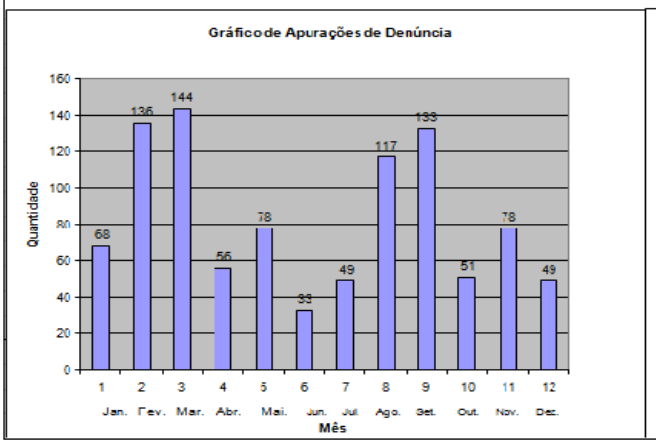
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BASICOS-SEMUSB
COORDENADORIA MUNICIPAL DE POSTURAS

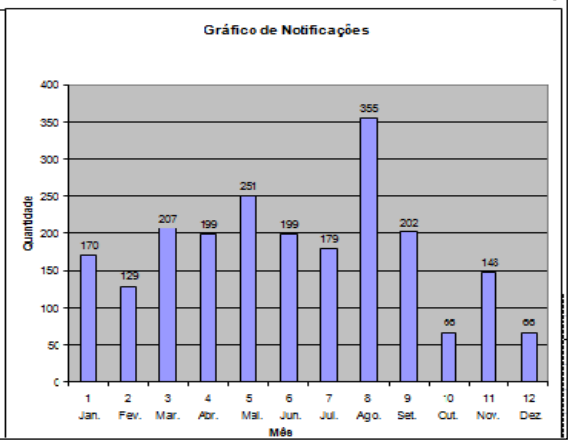
RELATORIO ANUAL DE ATIVIDADE 2011

APURAÇÃO DE DENÚNCIA:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL ANO 2011
Terreno Baldio	18	44	59	16	19	3	4	27	23	1	16	8	238
Água Servida na Via Pública	12	29	23	11	11	9	8	28	36	11	10	10	198
Entulho no Passeio Público	20	29	35	14	23	9	24	26	32	14	16	16	258
Invasão de Logradouro Público	10	18	16	11	18	5	12	26	27	21	16	11	191
Fossa (construção/limpeza)	4	15	7	4	7	7	1	9	14	4	8	3	83
Outros	4	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Adequação/Construção de calçada	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	12	1	15
Total	68	136	144	56	78	33	49	117	133	51	78	49	992
													Média de A.D. 82,66666667

FISCALIZAÇÃO DE ROTINA:													
NOTIFICAÇÕES LAVRADAS:													TOTAL ANO 2011
Terreno Baldio	7	4	11	15	8	2	0	11	9	1	1	4	73
Invasão de Logradouro Público	54	21	48	33	63	33	14	69	49	21	23	14	442
Mercadoria Exposta fora do estabelecimento	5	4	0	0	0	0	3	16	12	2	37	8	87
Água Servida	24	10	25	13	28	50	31	74	48	11	28	10	352
Entulho e Material de Construção	56	49	91	121	140	59	27	107	66	22	36	16	790
Licença Eventual	7	3	4	8	2	0	10	11	5	2	4	1	57
Licença Ambulante	7	3	15	2	3	5	22	30	3	2	0	2	94
Publicidade e Propaganda	1	27	0	0	0	0	1	0	4	0	3	7	43
Construção/ Adequação de Calçada	5	1	10	1	4	47	69	29	2	0	12	0	180
Fossa	4	4	3	6	3	3	2	7	1	4	0	3	13
Mesas e Cadeiras	0	3	0	0	0	0	0	1	3	1	4	1	13
Total	170	129	207	199	251	199	179	355	202	66	148	66	3119
													Média de N. F. 180,9166667

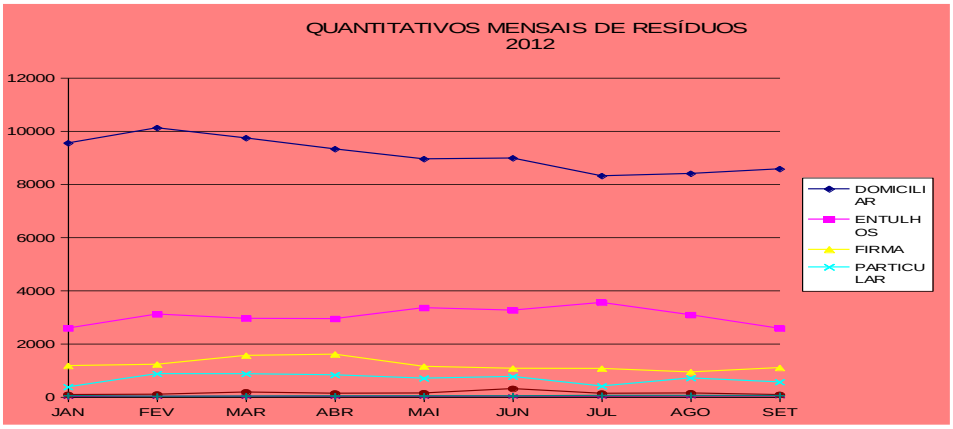
NOTIFICAÇÕES REVISADAS	130	161	239	154	137	70	93	423	228	70	116	93	TOTAL ANO 2011 1914
Ordem de Serviços	26	26	33	39	39	60	46	42	46	38	31	19	445
Notificações do GTB	0	0	115	115	0	0	0	0	0	116	0	0	346
Auto de Infração GTB	0	0	0	0	0	157	0	0	0	11	0	0	168
Auto de Infração	0	0	1	7	0	0	3	0	0	5	4	6	26
Operação Especial "RAPA"	6	1	1	2	5	2	5	12	12	5	5	10	66
Plantões Fiscais Diurno	6	4	5	0	1	4	0	1	1	1	1	2	26
Plantões Fiscais Noturno	7	10	0	2	3	11	1	3	0	3	4	3	47
Designações Fiscais	7	18	21	21	19	14	16	19	14	16	17	16	198
Termos de Apreensão PAGOS	4	3	0	0	0	0	6	10	7	2	0	5	37
Termos de Apreensão NÃO PAGOS	1	3	1	0	0	0	3	6	13	6	6	3	42





1. Contrato nº 030/PGM/2011 - Construtora Marquise:
- Colocação de Contêiner para coleta de resíduos normais: 81 unidades;
- Colocação de Contêiner em difícil acesso: 81 unidades;

- Implantação de Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social: 132 Ações;
- Serviços de Atendimento ao Usuário: 470 atendimentos;
- Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar: 112.365,36 toneladas;
- Coleta de Resíduos de Saúde: 257,308 toneladas
- Coleta Seletiva: 45,57 toneladas.



Atividades Executadas pelo Setor 01:

- ✓ Raspa e Roço: 1.061 km;
- ✓ Varrição: 5.961 km;
- ✓ Capina e Rastelagem: 1.217 km.
- ✓

Atividades Executadas pelo Setor 02:

- ✓ Raspa e Roço: 1.911 km;
- ✓ Varrição: 9.297 km;
- ✓ Capina e Rastelagem: 2.990 km.

Atividades Executadas pelo Setor 03:

- ✓ Raspa e Roço: 3.997 km;
- ✓ Varrição: 4.646 km;
- ✓ Capina e Rastelagem: 2.671 km.

Atividades Executadas pelo Setor 04:

- ➢ Raspa e Roço: 1.584 km;
- ➢ Varrição: 5.789 km;
- ➢ Capina e Rastelagem: 1.423 km.

Atividades Executadas pelo Setor 05:

- ✓ Raspa e Roço: 3.470 km;
- ✓ Varrição: 38.510 km;
- ✓ Capina e Rastelagem: 1.443 km.

2 - Construção do Canteiro Central da Av. Jorge Teixeira entre as Ruas Raimundo Cantuaria e Jaci Paraná.

Serviços realizados: no Canteiro da Av. Costa e Silva sentido Penal:

- ➢ Carpina = 900 metros
- ➢ Limpeza = 900 metros

Total: 1.800 metros

Serviços realizados: na Estrada de Ferro Madeira Mamoré:

- ➢ Roço = 3.850 metros
- ➢ Rastelagem = 3.850 metros

Total: 7.700 metros

Serviços realizados: no Canteiro da Av. Rio de Janeiro do Trevo do Roque a Rio Madeira:

- ➢ Carpina = 1800 metros

- Limpeza = 1800 metros
- Roço= 1800 metros
- Rastelagem= 1800

Total: 7.200 metros

Serviços realizados: nos Canteiros da Av. Jorge Teixeira e Av. Sete de Setembro até a Quintino Bocaiúva, Av. Raimundo Cantuaria ao Trevo do Roque:

- Roço= 4.517 metros

Total: 4.517 metros

Serviços realizados: Canal dos Tanques da Av. Jorge Teixeira a Av. Carlos Gomes.

- Carpina = 11.000 metros
- Limpeza = 11.000 metros
- Rastelagem= 11.000metros

Total: 33.000 metros

Serviços executados: no canteiro da Av. Jorge Teixeira, no canteiro central da Av. D. Pedro II até a Rua Quintino Bocaiúva.

- Carpina = 3.000 metros
- Limpeza = 3.000 metros
- Rastelagem= 3.000 metros

Total: 9.000 metros

Serviços realizados: no canteiro central da Av. Jorge Teixeira da 7 de setembro a Quintino Bocaiúva, na rotatória da Av. Tiradentes com a Av. Rio Madeira.

- Carpina = 3.400 metros
- \Limpeza = 3.400 metros\
- Rastelagem= 3.400 metros

Total: 10.200 metros

Serviços realizados: no canteiro central da Av. Jorge Teixeira RUA D. Pedro II até a Rua Quintino Bocaiúva, na bola da Lauro Sodré, na rotatória da Av. Tiradentes com a Av. Rio Madeira.

- Carpina = 3.400 metros
- Limpeza = 3.400 metros
- Rastelagem= 3.400 metros

Total: 10.200 metros

Serviços realizados: no Canteiro da Av. Jorge Teixeira em frente a Central:

- Roço = 1.470 metros
- Limpeza = 1.470 metros
- Carpina = 1.470 metros
- Rastelagem = 1.470 metros

Total: 5. 880 metro

Serviços Realizados: no Canteiro Central da Av. Jose Vieira Caula sentido sadia:

- Limpeza = 1.900 metros
- Carpina = 1.900 metros

Total: 3.800 metros

Serviços realizados: na Passarela Av. Jorge Teixeira em a Rondônia Placas:

- Limpeza = 1.900 metros
- Carpina = 1.900 metros

Total: 3.800 metros

Serviços realizados: no trecho da Av. Lauro Sodré com José Camacho:

- Carpinagem = 600 metros
- Plantio de mudas = 800 de Excisaria

Total: 600 metros

Serviços realizados: no Canteiro da Bola da Av. Calma com Guaporé:

- Roço = 420 metros
- Limpeza = 420 metros

- Carpina = 420 metros
- Rastelagem = 420 metros

Total: 1.680 metros

Serviços realizados: no Canteiro da Rua Pio XII:

- Carpina = 1000 metros
- Preparação do Solo = 12 metros de terra preta

Total: 1.000 metros

Serviços realizados: no Canteiro da Av. Jorge Teixeira em frente a antiga Central de Policia:

- Roço = 3600 metros
- Carpina= 3200 metros
- Rastelagem = 3600 metros
- Limpeza = 3200 metros

Total: 13.600 metros

Serviços realizados: no Canteiro da Av. Rio Madeira c/ Tiradentes, Calama c/ Guaporé, Vieira Caula da Amazonas a Buenos Aires.

- Roço = 600 metros

Total: 600 metros

Serviços realizados: no Canteiro Central da Av. Jorge Teixeira da Quintino Bocaiúva a 7 de Setembro**.**

- Roço= 3.024 metros

Total: 3.024 metros

Serviços Realizados: no Canteiro Central da Av. Jorge Teixeira da Raimundo Cantuaria ao Trevo do Roque.

- Roço= 1.493 metros
-

Total: 1.493 metros

Serviços realizados: na Ação desenvolvida minha Casa Minha Vida no bairro Marcos Freire

- Roço= 4.800 metros

Total: 4.800 metros

Serviços realizados: nos canteiros da Av. Jorge Teixeira da Raimundo Cantuaria ao Trevo do Roque.

- Carpina = 1.490 metros
- Limpeza = 1.490 metros
- Rastelagem = 1.490 metros

Total: 4.470 metros

Serviços realizados: nos canteiros Centrais da Av. Jorge Teixeira da Quintino Bocaiúva até Memorial.

- Carpina = 3.024 metros
- Limpeza = 3.024 metros
- Rastelagem = 3.024 metros

Total: 9.072 metros

Serviços Realizados: nos canteiros Centrais da Av. Amazonas ao Trevo do Roque.

- Limpeza = 1.493 metros
- Rastelagem= 1.493 metro
- Carpina = 1.943 metros

Total: 4.479 metros

Serviços realizados: nos canteiros Centrais próximo ao Aeroporto.

- Carpina = 3.500 metros
- Limpeza = 3.500 metros
- Rastelagem= 3.500 metros

Total: 10.500 metros

Serviços realizados nas Praças: Bola Sete, Rio Candeias, Campo da Jaguaruana, Catedral, Pirâmide, Campos Sales, Porto Velho Shopping, Oswaldo Cruz, Dos Taxistas, São Pedro, 13 de Maio, de Alimentação, Madeira Mamoré, Fátima Cleide, Da COHAB, Tancredo Neves, Do Cuniã, Do Dominó, Conj. Guajará, Santo Antônio, São Sebastião

- Carpina = 160.000 metros
- Limpeza = 149.000 metros
- Rastelagem= 149.000 metros

3 - Serviços de Urbanismo Básico

- - Recolocação de tampa de bueiros: 70 unidades;
- - Desobstrução de bueiros: 450 unidades;
- - Intervenção em canais: 40.356 m.
- - Limpeza caixas: 30 unidades;
- - Limpeza de esgoto: 50unidades;
- - Limpeza de boca de lobo: 358 unidades;
- - Colocação de tampas 50 unidades;
- - Implantação de Manilhas: 1.032 unidades;
- - Implantação de Tubos Rib Lock: 898,14 M;
- - Operação Tapa Buraco: 234 ruas;
- - Asfaltamento e base para asfaltamento: 14 km.

4 – Serviços de Infraestrutura e Viarias

- - Limpeza pesada realizados nos bairros: AEROCLUBE, AIRTON SENNA, APONIÃ, CALDINHO, CASTANHEIRA, CIDADE NOVA, COHAB, CUNIÃ, FLODOALDO P. PINTO, FLORESTA, FORTALEZA, IGARAPÉ,LAGOA LAGOINHA, JARDIM ELDORADO, MARIANA,NOSSA SERNHORA DAS GRAÇAS, NOVA ESPERANÇA, NOVA FLORESTA, NOVA PORTO VELHO, PARQUE CEARA, SÃO FRANCISCO,SOCIALISTA, TANCREDO NEVES, TEIXEIRÃO, TIRADENTES, TRÊS MARIAS **sendo: 160km e 105 m de limpeza geral mecanizada e 148 km e 220 m de encascalha mento.**
- **-** Operação Tapa Buraco: 234 ruas;
- - Asfaltamento e base para asfaltamento: 14 km.

FOTOS DAS ATIVIDADES
LIMPEZA DE BUEIRO

SERVIÇO DE ROÇO, RASTELAGEM,VARRIÇÃO,RASPA-RASPA

CONCLUSÃO

A Secretaria Municipal de Serviços Básicos, em conjunto de seus colaboradores tem envidado esforço para o cumprimento de sua missão institucional, objetivando durante o exercício de 2012 melhorar os índices de produtividade na solução dos problemas apresentados e tomada de decisões para regularização de situações emblemáticas do Município no que concerne aos serviços básicos.

Para tanto, a Secretaria foi submetida a um processo gradativo de ajuste das atividades, e dos sistemas operacional e administrativo. Os resultados contantes neste relatório refletem o empenho da atual administração municipal, assim com a melhoria na prestação de serviços essenciais aos cidadãos portovelhenses e o respeito aos direitos e a força de trabalho do quadro de serviços deste Município.

SEMTRAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – SEMTRAN

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito do Município de Porto Velho – SEMTRAN, em observação as suas atividades institucionais definidas pela Lei Complementar nº 78 de 13/01/1998. Foi reestruturada pela Lei Complementar nº 420, de 14 de abril de 2011, que dispõe sobre a nova estrutura organizacional da SEMTRAN.

Pelo Decreto nº 12.543, de 07.03.2012", foi aprovado o Regulamento da SEMTRAN, que define as competências de cada elemento da sua estrutura organizacional.

No ano de 2012, a Administração Municipal direcionou seus esforços para a reestruturação física, aquisição de aparelhos, equipamentos, mobiliários a fim de oferecer melhores condições de trabalho e proporcionar um melhor atendimento à população.

O presente relatório tem por objetivo consolidar as principais atividades desenvolvidas pela SEMTRAN no ano de 2012.

ROSA MARIA DAS CHAGAS JESUS
Secretario Municipal de Transportes E Trânsito

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Da Assessoria Técnica.

Em Nível de Assistência Imediata e Assessoramento, compõem a Assessoria Técnica as Divisões de Apoio Técnico, Apoio Administrativo, Divisão de Controle de Transportes Oficiais Equipamentos e Serviços Gerais, sendo suas competências aprovadas e regulamentadas pelos arts. 7, 8, 9,10, do Decreto nº 12.543, de 07.03.2012.

Seguir, dados para conhecimento das atividades desenvolvidas nas Divisões pertencentes à Assessoria Técnica.

Divisão de Apoio Técnico.

Desempenhou diversas atividades administrativas tais como: respondendo ofícios de solicitação de Crédito Adicional junto à SEMPLA, solicitação de liberação de cotas orçamentárias; consolidação de Relatórios; Acompanhamento e controle do orçamento; elaboração de Portaria de Normatização, Portaria de comissão, atendimento ao Ministério Publica, atendeu os pedidos de Providencias da Câmara Municipal, Elaboração de Projetos, elaboração da Proposta Orçamentária para 2012, realizou memória de calculo para o exercício de 2013, acompanhamento de pagamento dos processos de contas públicas, acompanhamento dos saldos orçamentários dos Projetos de Atividades da SEMTRAN, acompanhamento dos processos para saldos, restos a pagar, acompanhamento dos processos para cancelamento de saldos, restos a pagar em final de mandato do Prefeito, processos de compras adquiridos pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, processo de serviço através de licitação, realização de cotações de preço, com no mínimo três empresas; elaboração de quadro comparativo de preços, cotados por item; emissão de empenhos e subempenhos, realizou processos de convênios com Policia Militar, Implantação de Programa de Estagiários, Detran.

PROCESSOS DE COMPRAS / SERVIÇOS REALIZADOS /SEMTRAN

PROCESSO	TIPO DE LICITAÇÃO	OBJETO	VALOR R$	LOCALIZAÇÃO
14/0083-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**	**3.088,40**	**SEMTRAN/ PAGO**
14/0187-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MARMITEX, LANCHE E AGUA**	**19.311,70**	**SEMTRAN/ PAGO**
14/0188-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIM.PERECIVEIS ZONA RURAL - CAFÉ E AÇUCAR - SRP**	**4.494,80**	**SEMTRAN/PAGO**
14/0803-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - SRP**	**7.145,80**	**SEMTRAN/PAGO**
14/0816-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, COPO DESCARTAVEL - SRP**	**8.664,80**	**SEMTRAN/ PAGO**
14/0984-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**	**7.724,91**	**SEMTRAN/ PAGO**
14/0985-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SUPORTE DE INFORMATICA**	**1.009,82**	**SEMTRAN/ PAGO**
14/1865-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**	**8.000,00**	**SEMTRAN/ PAGO**
14/2052-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE CAMISETAS**	**5.748,00**	**SEMTRAN**
14/2063-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE FAIXAS BANNERS E FOLDERES**	**4.720,00**	**SEMTRAN**

14/2190-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MARMITEX, LANCHE E AGUA**	**18.600,00**	**SEMTRAN/ PAGO**
14/2253-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AGENTES**	**40.983,78**	**SEMTRAN/PAGO**
14/2627-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO**	**1.111,74**	**SEMFAZ**
14/2662-00/12	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E CAFÉ**	**2.549,00**	**SEMTRAN/PAGO**
14/0983-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MAT. PERM. (MESA, CADEIRA E FRIGOBAR) HCR - SRP**	**22.324,36**	**SEMTRAN/PAGO**
14/1411-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS MOTOCICLETAS**	**85.200,00**	**SEMTRAN/PAGO**
14/1467-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (FREEZER, MESA E OUTROS) - SRP**	**8.188,76**	**SEMTRAN/PAGO**
14/1546-00/11	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA (COMPUTADORES) - SRP**	**27.980,00**	**SEMTRAN/PAGO**
14/0501-00/12	PREGÃO PRESENCIAL	**AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE TAMA, CARTEIRAS E ALVARAS (TAXI, MOTOTAXI, ESCOLAR E FRETE).**	**53.880,00**	**SEMTRAN**

PROCESSOS DE SUPRIMENTO DE FUNDO

PROCESSO	SUPRIMENTO DE FUNDO	SERVIDOR	VALOR R$	LOCALIZAÇÃO
14/0281-00/12	SUPRIMENTO DE FUNDO	**MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO**	**4.000,00**	**DEC/SEMFAZ**
14/2061-00/12	SUPRIMENTO DE FUNDO	**RONI PETTERSON LIRA DE CASTRO**	**4.000,00**	**DEC/SEMFAZ**
14/2062-00/12	SUPRIMENTO DE FUNDO	**JULIANO VON RONDON DE ANDRADE**	**4.000,00**	**DEC/SEMFAZ**

PROCESSOS DE CONVÊNIO/CONTRATOS

PROCESSO	CONVÊNIO	OBJETO	VALOR R$	LOCALIZAÇÃO
14/0049-00/11	CONVÊNIO	**CONTRATO DOS CORREIOS (VOL. II)**	**13.164,23**	**SEMTRAN/ PAGO PARCIAL**
14/01538-00/08	CONVÊNIO	**CONVÊNIO DETRAN (VOL. 10)**	**275.935,68**	**SEMTRAN/ PAGO PARCIAL**
14/01539-00/08	CONVÊNIO	**CONVÊNIO FUNSET (VOL. VI)**	**101.280,00**	**SEMTRAN/ PAGO PARCIAL**
14/1288-00/11	CONVÊNIO	**IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO (VOL. II)**	**110.325,60**	**SEMTRAN/ PAGO PARCIAL**
14/2319-00/12	CONVÊNIO	**CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR**	**250.000,00**	**SEMTRAN/ PAGO PARCIAL**
14/0348-00/12	DIARIAS	**JOÃO MARCOS FELLIPE MENDES.**	**1.196,78**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/0500-00/12	DIARIAS	**MARCOS ANTONIO A. CARVALHO, EMERSON SOUZA DOS SANTOS E ANTONIO RODRIGUES DE ARAÚJO.**	**397,18**	**PAGO DEC/SEMFAZ**

14/0544-00/12	DIARIAS	**JOÃO MARCOS F. MENDES, MARCOS ANTONIO A. CARVALHO E CLADIMIR GABRIEL BRUXEL.**	**2.108,08**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/0817-00/12	DIARIAS	**JOSÉ CLAUDIO N. DE CARVALHO E MIRCE CUNHA S. MACHADO**	**2.872,06**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/1048-00/12	DIARIAS	**STAINER B. BARBOSA, ELIVALDO SANTOS LIMA E MARIO IRAJARA S. SANTOS.**	**715,04**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/1579-00/12	DIARIAS	**JOÃO MARCOS F. MENDES, STAINER B. BARBOSA, ELIVALDO S. LIMA, JOSÉ ZACARIAS SANTOS, ELIZANGELA TEODORO E ELDSON G. DOS SANTOS.**	**506,22**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/1761-00/12	DIARIAS	**JOÃO MARCOS FELLIPE MENDES.**	**1.436,13**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/1804-00/12	DIARIAS	**JOÃO MARCOS F. MENDES E CLADIMIR GABRIEL BRUXEL.**	**2.413,77**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/1831-00/12	DIARIAS	**KETYANE FREITAS D. ROCHA, LUIZ CLAUDIO L. FERNANDES E FERNANDA R. PINHEIRO.**	**1.997,10**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/1943-00/12	DIARIAS	**HONORIO MORAES ROCHA NETO**	**2.393,55**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/1965-00/12	DIARIAS	**BRENDA LI P. WILLIAMS E JAIR OLIVERIA DA SILVA.**	**155,76**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/2408-00/12	DIARIAS	**CLADIMIR GABRIEL BRUXEL.**	**1.303,52**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/2409-00/12	DIARIAS	**JOÃO MARCOS F. MENDES, STAINER B. BARBOSA.**	**601,26**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/2477-00/12	DIARIAS	**JOÃO MARCOS F. MENDES E CLADIMIR GABRIEL BRUXEL.**	**1.609,18**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/3216-00/12	DIARIAS	**ROSA MARIA DAS CHAGAS JESUS**	**1.436,13**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/3245-00/12	DIARIAS	**JOSÉ ZACARIAS SANTOS E JOELMIR SILVA GOMES**	**465,58**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/3468-00/12	DIARIAS	**ALECSANDRO C. DA SILVA, EVERALDO F. DA SILVA, FABIO S. DO CARMO, GILIARDE P. MONTEIRO, JOAQUIM M. FILHO, KARLEON B. DA COSTA, RENATO DA S. NUNES, TANIO EDUARDO S. DIAS.**	**1.553,60**	**PAGO DEC/SEMFAZ**
14/3475-00/12	DIARIAS	**STAINER B. BARBOSA, ELIVALDO SANTOS LIMA E ROBSON DE S. MOTA.**	**408,62**	**PAGO DEC/SEMFAZ**

14/3538-00/12	DIARIAS	ALAN PEREIRA A. SERRATI, ENOS DE J. DIAS, ISAIAS S. BARROS, JOSÉ RODRIGUES DA S. FILHO, MANOEL R. PRESTES, REGEANE G. DE OLIVEIRA E ROSANGELA S. AZEVEDO GAIDA	1.359,40	PAGO DEC/SEMFAZ
14/3674-00/12	DIARIAS	ANTELMO DE S. LOPES, CLAUDIONOR DE A. LIMA, HELDER S. SILVA, JAQUELINE S. ALVES, PAULA MAGNA DO ROSARIO, UELITON A. SANTOS E CARLOS EDILSON SANTIAGO.	1.699,25	PAGO DEC/SEMFAZ

Divisão de Apoio Administrativo

Realizou levantamento de pessoal da Secretaria, elaboração da escala anual de férias, e acompanhamento de sua execução mensal; orientação as chefias das unidades da Secretaria em assuntos relacionados aos seus servidores; prestou informações aos servidores, no âmbito da Secretaria, a respeito de seus interesses funcionais; controlou e fiscalizar a frequência dos servidores da divisão.

Divisão de Controle de Transportes Oficiais Equipamentos e Serviços Gerais

Desenvolveu levantamento das necessidades de materiais de consumo e permanente, de forma individualizada por produto, controlou o uso dos veículos oficiais, registrando as movimentações diárias das viaturas, acompanhou e controlou a conservação dos veículos, realizou lançamento no sistema de abastecimento de combustível dos veículos oficiais, fiscalizou a manutenção do prédio.

➢ DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - DET

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO -SEMTRAN
COORDENADORIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO - CET
1.1 DIVISÃO DE SINALIZAÇÃO - DSIN

SINALIZAÇÃO EXECUTADA EM 2012

Item	LOCAL (entre RUAS)	Tipo de Sinalização	ESCOLA
001	**Rua Escorpião** - entre as Ruas Orion e Coroa Boreal, Bairro Ulisses Guimaraes	Sinalização Vertical e Horizontal	**Creche Mãe Trabalhadora**
002	**Av. Calama com Av. Mamoré**	Sinalização Vertical e Horizontal	
003	**Rua Jacy Paraná com Rua Salgado Filho** - Bairro Nossa das Graças	Sinalização Vertical e Horizontal	
004	**Rua Miguel Calmon** - entre as Ruas Nova York e Maranhão, Bairro Caladinmho	**Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada**	
005	**Av. Amazonas** - entre as Ruas Milene Costa e Chapada dos Parecis, no Bairro Tiradentes	**Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada**	
006	**Rua Jacy Paraná com a Rua José de Alencar, Av. Presidente Dutra e Av. Rogério Weber**	Sinalização Vertical e Horizontal	
007	**Av. Mamoré** - em frente a Talismã	Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada	
008	**Rua Algodoeiro com Rua Tancredo Neves** - Bairro Caladinho	Sinalização Vertical e Horizontal	
009	**Av. Jorge Teixeira com Rua Pinheiro Machado** (No Braço do Semaforo)	Sinalização vertical	
010	**Rua José de Alencar com a Rua Tabajara**	Sinalização Vertical e Horizontal	
011	**Rua José Amador dos Reis, Rua Engº Paulo Pinheiro e Antônio Fraga**	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola Bom Princípio**
012	**Estrada do Canil** - em frente a Escola Osvaldo Piana - Bairro Nacional	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola Osvaldo Piana**
013	**Rua José Amador dos Reis** - enfrente a Escola Ulisses Soares	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola Ulisses Soares**
014	**Av. Campos Sales com a Rua Jatuarana**	Sinalização Vertical e Horizontal	
015	**Rua José Amador dos Reis** - enfrente a Lojas MILLA	Sinalização Vertical e Horizontal	
016	**Rua Alba**, entre Av. Imigrantes e Luis de Camões e **Av. Imigrantes**	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola Pedro Batalha**
017	**Rua Interna da Rodoviária** - entre Av. Carlos Gomes e D. Pedro II	Sinalização vertical	
018	**Av. Jorge Teixeira**, em frente Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia IFRO	Sinalização Vertical e Horizontal	**IFRO**
019	**Rua Três e Meio** - Bairro Areal da Floresta	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola Jesus Burlamarqui**
020	**Rua Salvador** - entre Av. Tiradentes e Rua da Penha	Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada	**Escola Casa de Davi**
021	**Av. Guaporé com Rua Piratininga**	Sinalização Vertical e Horizontal	
022	**Rua Joaquim Nabuco** - Retirada de Placa (Embarque/Desembarque), Mercado Peg Pag Candeias	Sinalização vertical	
023	**Av. Pinheiro Machado** - próximo ao Colégio Objetivo - Readequação da Lombada	**Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada**	**Colégio Objetivo**
024	**Rua João Elias de Souza** - entre as Ruas Aguida Muniz e Quinze de Novembro	Sinalização Vertical e Horizontal	
025	**Rua Jacy Paraná com Rua João Goulart e Av. Nações Unidas c/ as Ruas Jacy**	Sinalização Vertical e Horizontal	
026	**Ruas do Bairro Jk e Tancredo Neves**	Sinalização Vertical e Horizontal	
027	**Rua Rosalina Gomes** - entre as Ruas Petrolina e Pedro Cabral	Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada	**Escola Jânio Quadros**
028	**Av. Campos Sales** - entre as ruas São Paulo e Princesa Isabel, Bairro Areal	Sinalização Horizontal	**Escola Pe. Chiquinho**
029	**Rua Paulo Leal com a Rua Jaoquim Nabuco e Av. Nações Unidas**, Bairro Centro	Sinalização Vertical e Horizontal	
030	**Av. Imigrantes** - próximo a Rua José de Alencar, Bairro Pedrinhas	Sinalização Vertical e Horizontal	
031	**Rua Humberto Florêncio** - entre as Ruas M. Vitalina e Raimundo Andrade - Bairro Cidade Nova	**Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada**	
032	**Rua Maldonado** - entre as Ruas Barcelona e Leopoldo Perez - Bairro Cidade Nova	**Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada**	
033	**Av. Carlos Gomes** - entre as Ruas José de Alencar e Av. Presidente Dutra	Sinalização Vertical e Horizontal	

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO -SEMTRAN
COORDENADORIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO - CET

SINALIZAÇÃO EXECUTADA EM 2012

	LOCAL (entre RUAS)	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	ESCOLA
034	**Av. Amazonas** - entre as Ruas Chapada dos Parecis e Estrela	Sinalização Vertical e Horizontal	
035	**Av. 7 de Setembro com Av. Guaporé**	Sinalização Vertical, Horizontal e Semaforica	
037	**Rua Percy Holder**, entre as Ruas Magno Arsolino e João Elias, Bairro Cidade Nova	Sinalização Vertical e Horizontal	
038	**Rua da Beira** – ao lado da Clinica Osvaldo Cruz/Av. Joaquim Araujo Lima, em frente ao nº 2230, colocar no poste da CERON.	Sinalização Vetical	
039	**Rua Benjamim Constant** - entre as Ruas José Bonifácio e Gonçalves Dias	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola Samaritana**
040	**Av. Campos Sales** - entre as Ruas Goiás e Álvaro de Azevedo	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola Pe. Mario Castagna**
041	**Estrada da Penal** - entre Av. Rio Madeira e Av. Guaporé	Sinalização Vertical e Horizontal	
042	**Av. Farquar com Rua D. Pedro II**	Sinalização Vetical	
043	**Rua Ananias Ferreira de Andrade**, entre Av. Calama e Av. Amazonas	Sinalização Vertical e Horizontal	
044	**Av. Carlos Gomes** - entre Rua José de Alencar e Av. Presidente Duatra	Sinalização Vertical e Horizontal	
045	**Av. Imigrantes** - entre as Ruas Anita Garibaldi e Guanabara (02 Tabajara)	Sinalização Vertical	
046	**Rua Venezuela com a Rua José Vieira Caúla**	Sinalização Vertical e Horizontal	
047	**Av. Rio de Janeiro com Av. Campos Sales**	Sinalização Vertical e Horizontal	
048	**Ruas Silas Shockness e Wanda Esteves com Rua Pinheiro Machado**	Sinalização Vertical e Horizontal	
049	**Av. Rio Madeira com Av. Calama**	Sinalização Horizontal	
050	**Av. Rio Madeira com Av. Rio de Janeiro**	Sinalização Horizontal	
051	**Distrito de Calama** - Sinalização de 04 pontes	Sinalização Vertical	
052	**Rua Almirante Barroso com Av. P. Dutra** - Retirada de Abrigo - 01 un		
053	**Av. Nações Unidas** - em frente a Caixa Econômica	Sinalização Vertical e Horizontal	
054	**Av. Jorge Teixeira** - Terminal Ormindo de Menezes	Sinalização Vertical e Horizontal	
055	**Av. Calama com Rua Daniela**	Sinalização Vertical, Horizontal e Semaforica	
056	**Ruas Placido de Castro e Tereza Amélia** - entre as Ruas União Petrolina	Sinalização Vertical e Horizontal	
057	**Rua Vitoria do Palmar** - entre 13 de Setembro e Rua Pouso Alto	Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada	
058	**Rua Antonio Fraga Moreira com Av. Rio de Janeiro**	Sinalização Vertical e Horizontal	
059	**Rua Panamá com Av. Amazonas e Rua Raimundo Cantuária**	Sinalização Vertical e Horizontal	
060	**Rua Miguel Calmon** - entre as Ruas Angico e Aroeira	Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada	
061	**Rua Alexandre Guimarães** - em frente a Faculdade São Lucas	Sinalização Vertical e Horizontal	Faculdade São Lucas
062	**Rua Jatuarana com Rua Urtiga Vermelha** - UPA - Bairro Floresta	Sinalização Vertical e Horizontal	
063	**Rua Buenos Aires** - entre Av. Tiradentes e Rua da Beira	Sinalização Vertical e Horizontal	
064	**Rua José de Alencar**- entre Av. Rio de Janeiro e e Av. Dos Imigrantes	Sinalização Vertical e Horizontal	
065	**Rua Almirante Barroso** - entre Av. Jorge Teixeira e Av. Rogerio Weber	Sinalização Horizontal	
066	**Av. Rogério Weber** - entre Estrada do Santo Antônio e Rua Pinheiro Machado	Sinalização Horizontal	

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO -SEMTRAN
COORDENADORIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO - CET

SINALIZAÇÃO EXECUTADA EM 2012

Item	LOCAL (entre RUAS)	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	ESCOLA
067	**Rua Raimundo Cantuaria** - entre Av. Mamoré e Av. Nações Unidas	Sinalização Horizontal	Escolas: **Bom Jesus, Flôr do Piquiá e Juscelino Kubitschek**
068	**Rua Anita Garibaldi** - entre a Rua das Associações e Av. Dos Imigrantes	Sinalização Horizontal	
069	**Ruas do Distrito de Jacy Paraná**	Sinalização Vertical e Horizontal	
070	**Rua Ester Sales** - entre Rua Raimundo Canturaria e Av. Amazonas	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola Nossa Sra do Amparo**
071	**Av. Jorge Teixeira** - em frente ao Hospital de Base Ary Pinheiro	Sinalização Vertical e Horizontal	
072	**Av. Rio Madeira** - entre as Ruas Leopodina e Roquete Pinto	Sinalização Vertical e Horizontal	Escola Rio Madeira
073	**Rua Geraldo Siqueira** - proximo a Rua Thomas Edson - em frente a UPA	Sinalização Vertical e Horizontal	
074	**Av. Campos Sales**	Sinalização Horizontal	Pe. Mario Castgna / Pe. Chiquinho
075	**Av. Amazonas com Rua Buenos Aires** - Implantação de Semaforo	Sinalização Vertical, Horizontal e Semaforica	
076	**Rua Anita Garibaldi** - entre as Ruas das Associações e Davi Canabarro	Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada	
077	**Rua Salvador** - entre Av.Calama e Rua Altamira	Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada	
078	**Rua Placido de Castro** - entre as Ruas Jaqueleni Ferry e Libertino Gomes - JK	Sinalização Vertical, Horizontal e Lombada	
079	**Av. 7 de Setembro** - entre Av. Farquar e Av. Jorge Teixeira	Sinalização Horizontal	
080	**Av. Farquar** - entre Av. Imigrantes e Av. 7 de Setembro	Sinalização Vertical e Horizontal	Escolas: **Carmela Dutra, Duque de Caxias, Castelo Branco, SENAI e SENAC**
081	**Rua Tenreiro Aranha** - entre Av. Calama e Rua Alexandre Guimarães	Sinalização Vertical e Horizontal	
082	**Rua Rafael Vaz e Silva** - entre Av. Imigrantes e Av. Nações Unidas	Sinalização Vertical e Horizontal	
083	**Rua Pinheiro Machado** - entre Rua Rui Barbosa e Av. Jorge Teixeira	Sinalização Vertical e Horizontal	
084	**Rua João Goulart** - entre Av. Calama e Rua Pinheiro Machado	Sinalização Vertical e Horizontal	
085	**Av. Marechal Deodoro** - entre Av. Calama e Rua Almirante Barroso	Sinalização Vertical e Horizontal	
086	**Rua Almirante Barroso** - entre Av. Jorge Teixeira e Av. Rogério Weber	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola 15 de Novembro**
087	**Rua José de Alencar** - entre Rua Alexandre Guimarães e Av. Calama	Sinalização Vertical e Horizontal	**Escola Terra Nova**

OBS: **Mudança de sentido de Via**
Av. Calama, entre Av. Rio Madeira e Rua Silas Shokeness - ficando mão dupla - **EXECUTADO**
Av. Marechal Deodoro, entre Almirante Barroso e Av. Rio de Janeiro - tornando-se mão única no sentido Bairro/Centro - **SERÁ EXECUTADO EM BREVE**
Rua Joaquim Nabuco, entre Almirante Barroso e Av. Rio de Janeiro - tornando-se mão única no sentido Centro/Bairro - **SERÁ EXECUTADO EM BREVE**
Av. Amazonas, entre as Rua Brasília e Av. Nações Unidas - **SERÁ EXECUTADO EM BREVE**

Sinalização de Estacionamento - 45º graus
Rua Tenreiro Aranha, entre a Rua Duque de Caxias até Av. 7 de Setembro
Av. Marechal Deodoro, entre Rua Paulo Leal e Av. 7 de Seetembro

Obs: Sinalização Vertical - Placas de Regulamentação e Advertência
Sinalização Horizontal - Pinturas, tachões e tachinhas e Lombadas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
DIVISÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE TRÃNSITO - DSIN

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIVISÃO DE SINALIZAÇÃO

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade			Tipo de serviço
			2010	2011	2012/0utubro	
01	Pintura em termoplástica na cor branca	m²		990,28	12.300,28	Sinalização Horizontal
02	Pintura em termoplástica na cor amarela	m²		117,83	5.225,84	Sinalização Horizontal
03	Pintura resina acrílica na cor branca	m²	15.455,00	776,60	1.198,54	Sinalização Horizontal
04	Pintura resina acrílica na cor amarela	m²		610,70	2.850,12	Sinalização Horizontal
05	Pintura resina acrílica na cor preta	m²		5,64	471,55	Sinalização Horizontal
06	Pintura resina acrílica na cor vermelha	m²			5.761,60	Sinalização Horizontal
07	Placas de Advertência	un	2.355	141	2.644	Sinalização Vertical
08	Placas de regulamentação	un		823		Sinalização Vertical
09	Placas especiais	un	458	5	468	Sinalização Vertical
10	Placas toponímicas	un		2.300		Sinalização Vertical
11	Tartaruga	un	10.470	261		Sinalização Horizontal
12	Tachões	un	3.510	1.695	4.642	Sinalização Horizontal
13	Tachinhas	un	4.000	793	3.203	Sinalização Horizontal
14	Lombadas	m²	675,00	138,60	1.976,55	Sinalização Horizontal - redutor de velocidade
15	Rampas	m²	600,00			Sinalização Horizontal/ acessibilidade
16	Ordem de serviços	un		146	136	Para Empresa Imagem Sinalização Viária
17	Autorização para execução de serviços	un		36	27	Para solicitantes executar a sinalização
18	Sinalização de áreas escolares	un		44	28	Sinalização vertical e horizontal

Obs: Sinalização Horizontal - Pinturas em divisória de fluxo, faixa de retenção, Faixa de pedestre, Tachão, Tachinha e lombada
Sinalização Vertical - Placas de Regulamentação e Advertência

FOTOS DA SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO

Escola Municipal São Pedro

Rua José de Alencar - Bairro Pedrinhas

Escola Estadual Jesus Bularmaqui

Rua Três e Meio - Bairro Areal da Floresta

Escola Estadual Osvaldo Piana

Estrada do Canil - Bairro Nacional

Escola Municipal Maria Izaura

Escola Estadual Nossa Srª das Graças

Escola Municipal Antõnio Ferreira

Escola Estadual Getulio Vargas

Rua Raimundo Cantuária - Bairro Areal

Escola Estadual Jorge Teixeira

Rua Escorpião - Bairro Ulisses Guimarães

Escola Estadual São Francisco de Assis

Rua Escorpião - Bairro Ulisses Guimarães

Escola Municipal Darcy Ribeiro

Rua J. Vieira Caúla - Bairro Esp. da Comunidade

Escola Estadual Barão do Solimões

Rua José Bonifácio - Centro

Escola Estadual Major Guapindaia

Rua Pe. Chiquinho - Bairro São João Bosco

Escola Estadual Brasília

Rua Salvador - Bairro Embratel

Instituto Educacional São Francisco

Rua Juruna - Bairro Vila Tupy

Escola Nossa srª do Amparo

Rua Ester sales - Bairro Agenor de Carvalho

FOTOS DA SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA ÁREA URBANA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO

Cruzamento:
Rua Benjamim Constant com Rua Brasília

Bairro São Cristovão

Cruzamento:
Av. Jorge Teixeira com Av. P. Machado

Bairro Embratel

Rua Benedito Inocêncio - Divisor de fluxo

Bairros JK e Lagoinha

Cruzamento:
Av. Campos Sales com Rua Alm. Barroso

Centro

Av. Calama com av. Rio Madeira

Bairro Embratel

Cruzamento:
Rua J. Vieira Caúla com Rua Sheila Regina

Bairro Esp. da Comunidade

Rua Sheila Regina
Divisor de fluxo com tachão

Bairro Esp. da Comunidade

Cruzamento:
Rua José de Alencar com Rua José Camacho

Bairro Pedrinhas

Cruzamento:
Rua Alba com Rua Luis de Camões

Bairro 04 de Janeiro

Cruzamento:
Rua São Paulo com Rua Brasília

Bairro Tucumanzal

Rua Sheila Regina entre as Ruas Chirleane e Fábia (Sinalização com Lombada)

Bairro Escola de Policia

Rua José Amador dos Reis, em frente a Policlinica Hamilton Gondin (Faixa de Pedestre)

Bairro JK

Amazonas, entre as Ruas Milene Costa e Chapada dos Parecis (Lombada)

Bairro Tiradentes

Rua Antônio Fraga Moreira, entre as Ruas Engº Paulo Pinheiro e Lauro corona (Faixa de Pedestres)

Bairro Tancredo Neves

Rua Miguel Calmon, entre as Ruas Nova Yorque e Maranhão (Lombada)

Bairro Caladinho

- ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SINALIZAÇÃO - para atender rua, avenidas, escolas e instituições públicas do município de Porto Velho;

- EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO - foram realizadas palestras educativas *sobre* Segurança no Trânsito, Educação no Trânsito, Acidentes de Trajeto, Direção defensiva, Dicas de Prevenção, Estudo do Código de Trânsito e amostragem de vídeos referente a trânsito, em e***scolas,* empresas e blitz educativas** em parceria com o Detran, Cia de Trânsito, PRF, Comando Geral e IFRO

- EMISSÃO de 117 Credenciais de Idosos e 71 PNE

1.3.1 FOTOS DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Em 2012 foram instalados mais **06 semáforos,** em novos cruzamentos que são eles: Calama com Daniela, Rio de janeiro com rua 04, Buenos Aires com Amazonas, Buenos Aires com Raimundo Cantuária, Guaporé com Sete de Setembro e Guaporé com Piratininga, e ainda:
- manutenções e reinstalações nos semáforos danificadados (anexo III) além de desmembrar um conjuto semafórico (trevo do roque) em dois (trevo do roque e br-364 com rua três e meio) - , **perfazendo um total de 96 cruzamentos semaforizados** com controlador DP, dos quais 40 (anexo II) estando todos estes interligados com a Central de Controle – CCO.
- execução de pinturas de faixas de pedestres nos cruzamentos semaforizados, pintura do conjunto semafórico (poste, braço e porta-focos), trocas de lâmpadas e led's, além de sincronismo semafórico (onda verde) em vários pontos da cidade, sendo: Sete de Setembro, Carlos Gomes, Dom PedroII, Marechal Deodoro, Pinheiro machado, Guaporé, Mamoré, Calama, Rio Madeira, Jatuarana e Abunã.

I

Relatório Circunstanciado das Atividades da DICS					
Ordem	**Ação (Projeto/Atividade)**	**Realização (Bens e Serviços)**			**Detalhamento da Ação (*)**
		2010	**2011**	**2012**	
1	Instalação trinta e quatro controladores semafóricos	34			Foram instalados 34 controladores DATAPRON para operação e monitoramento do fluxo de veículos na malha viária de Porto Velho bem como a sincronização (onda verde) em toda a região central.

2	Instalação de Grupo focal com led's		23			Grupos focais 200x200x200, tipo I
3	Instalação de Grupo focal temporizador com led's		23			Grupo focal repetidor com temporizador à led
4	Instalação de Led's		100			Lâmpadas à led's
5	Instalação de câmeras de vídeo monitoramento		4			São câmeras usadas para o controle e monitoramento da malha viária com sincronização e comunicação com o Centro de Controle Operacional - CCO
6	Centro de Controle Operacional - CCO		1			Instalação do Centro de Controle módulo I para monitorar os semáforos e elaborar os planos semafócos
7	Cruzamentos semaforizados			6		Foram instalados semáforos na rua Algodoeiro X Miguel Calmon/ Algodoeiro x Geraldo Siqueira/ Calama x Guaporé/ Jatuarana x BR/ BR x Trevo/ José Amador dos Reis x Benedito Inocêncio
8	Instalação de Controladores DP40-4 fases com detetor GSM/ GPRS			42		Controladores DATAPRON modelo DP40-4, com quatro fases, GSM/ Ethernet/fibra ótica, para operação e sincronização (onda verde) de semáforos.
9	Instalação de Controladores DP40-8 fases com detetor GSM/ GPRS			17		Controladores DATAPRON modelo DP40-8, com oito fases, GSM/ Ethernet/fibra ótica, para operação e sincronização (onda verde) de semáforos.
10	Centro de Controle Operacional - CCO			1		Instalação do Centro de Controle módulo II localizado na Semtran para monitorar os semáforos e elaborar os planos semafócos
11	Manutenção de semáforos			89		reforma de 89 (oitenta e nove) semáforos com pinturas, troca de fiação, troca de lâmpadas comuns e lâmpadas à led's
12	Sinalização Horizontal			10.000 m²		pintura termoplásticas em cruzamentos semaforizados
13	Reparo de módulos			20		Fonte
14						20
15					20	
16				20		Potência
17			20		Placa GSM	
18	integração de base gráfica de dados				55	Criação e animação de base gráfica de novos cruzamentos a serem integrados no Antares

19	Configuração de cruzamentos semaforizados no software Antares				55	Parametrização e configuração de cruzamentos na plataforma Antares incluindo programação de planos básicos de tráfego
20	Cruzamentos semaforizados				6	Instalação de seis conjuntos semafóricos (coluna, braço, grupo focal e controlador) sendo um conjunto na Avenida Guaporé com Piratininga, Avenida Guaporé com 7 de Setembro, Calama com Daniela, Buenos Aires com Amazonas, Rio de Janeiro com rua 04 e Buenos Aires com Raimundo Cantuária.

ANEXO II

Relação dos cruzamentos controlados pela CCO.		
ITEM	**ENDEREÇO**	**CRUZAMENTO**
	010101	**7 de Setembro x Rogério Weber**
02	**010201**	**7 de Setembro x José de Alencar**
03	**010301**	**7 de Setembro x Gonçalves Dias**
04	**010401**	**7 de Setembro x Campos Sales**
05	**010501**	**7 de Setembro x Marechal Deodoro**
06	**010601**	**7 de Setembro x Brasília**
07	**010701**	**Dom Pedro x Gonçalves Dias**
08	**010801**	**Dom Pedro x Campos Sales**
09	**010901**	**Dom Pedro x Marechal Deodoro**
10	**011001**	**Carlos Gomes x Guanabara**
11	**011101**	**Carlos Gomes x Salgado Filho**
12	**011201**	**Carlos Gomes x Brasília**
13	**011301**	**Carlos Gomes x Marechal Deodoro**
14	**011401**	**Carlos Gomes x Tenreiro Aranha**
15	**011501**	**Carlos Gomes x Campos Sales**
16	**011601**	**Carlos Gomes x José de Alencar**
17	**011701**	**Carlos Gomes x Rogério Weber**
18	**011801**	**Pinheiro Machado x Presidente Dutra**
19	**011901**	**Pinheiro Machado x Gonçalves Dias**
20	**012001**	**Pinheiro Machado x Campos Sales**
21	**012101**	**Pinheiro Machado x Marechal Deodoro**
22	**012201**	**Pinheiro Machado x Brasília**
23	**020101**	**Abunã x Presidente Dutra**
24	**020201**	**Abunã x Campos Sales**
25	**020301**	**Abunã x Brasília**
26	**020401**	**Abunã x Salgado Filho**
27	**020501**	**Calama x Salgado Filho**
28	**020601**	**Calama x Campos Sales**
29	**020701**	**Calama x Presidente Dutra**
30	**020801**	**Imigrantes x Farquar**
31	**030101**	**Rio Madeira x Calama**
32	**030201**	**Rio Madeira x PVH Shopping**
33	**030301**	**Rio Madeira x Barbados**
34	**030401**	**Rio Madeira x Pinheiro Machado**
35	**030501**	**Rio Madeira x José V. Caúla**
36	**030502**	**Rio Madeira x 7 de Setembro**
37	**030601**	**Rio Madeira x Amazonas**
38	**030701**	**Rio Madeira x Raimundo Cantuária**
39	**030801**	**Rio Madeira x Alex. Guimarães**
40	**030901**	**Rio Madeira x Rio de Janeiro**

41	031001	Rio Madeira x Imigrantes
42	040101	Trevo do Roque
43		BR-364 x Rua da Beira
44	040201	Gov Jorge Teixeira x Raimundo Cant
45	040301	Gov Jorge Teixeira x Amazonas
46	040401	Gov Jorge Teixeira x Alm. Barroso
47	040501	Gov Jorge Teixeira x 7 de Setembro
48	040601	Gov Jorge Teixeira x D. Pedro II
49	040601	Gov Jorge Teixeira x Carlos Gomes
50	040801	Gov Jorge Teixeira x Pinheiro Machado
51	041001	Gov Jorge Teixeira x Calama
52	041001	Gov Jorge Teixeira x Abunã
53	041101	Gov Jorge Teixeira x Tiradentes
54	041201	Calama x Belém
55	041301	Amazonas x Buenos Aires
56	041401	Raimundo Cantuária x Buenos Aires
57	050101	Nações Unidas x Alm. Barroso
58	050201	Alm. Barroso x Campos Sales
59	050301	Prudente de Moraes x Alm. Barroso
60	050401	Rogério Werber x João Alfredo
61	050501	Amazonas x Nações Unidas
62	050601	Alexandre G. x Campos Sales
63	050701	Prudente de Moraes x Alexandre G.
64	050801	Prudente de Moraes x Rio de Janeiro
65	050901	Campos Sales x BR-364
66	060101	Jatuarana x Campos Sales
67	060201	Jatuarana x Geraldo Siqueira
68	060301	Jatuarana x Tancredo Neves
69	060401	Jatuarana x Miguel Calmon
70	060501	Jatuarana x Anarí
71	060601	Jatuarana x BR-364
72	060701	Pau Ferro x Anarí
73	060801	Algodoeiro x Miguel Calmon
74	060901	Algodoeiro x Geraldo Siqueira
75	070101	Guaporé x Calama
76	070201	Guaporé x Pinheiro Machado
77	070202	Guaporé x Sete de Setembro
78	070301	Guaporé x Amazonas
79	070401	Guaporé x Raimundo Cantuária
80	070501	Guaporé x Alexandre Guimarães
81	070601	Guaporé x Rio de Janeiro
82	070602	Guaporé x Piratininga
83	070701	Calama x Andréia
84	070801	Calama x Daniela

85	**080101**	**Mamoré x José Vieira Caúla**
86	**080201**	**Mamoré x Amazonas**
87	**080301**	**Mamoré x Raimundo Cantuária**
88	**080401**	**Mamoré x Alexandre Guimarães**
89	**080501**	**Mamoré x Rio de Janeiro**
90	**080601**	**Mamoré x Benedito Inocêncio**
91	**080701**	**José A. dos Reis x Alexandre G.**
92	**080801**	**Benedito x José Amador dos Reis**
93	**080901**	**Plácido de Castro x Amador dos reis**
94	**081001**	**Plácido de Castro x União**
95	**081101**	**José Vieira Caúla x Daniela**
96		**Rio de Janeiro x Rua 04**
	TOTAL = 96	

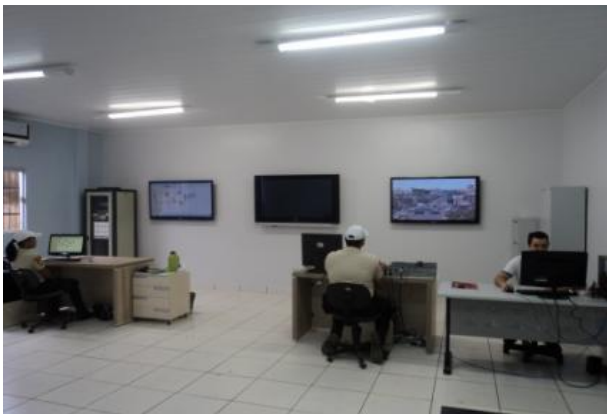
ANEXO III

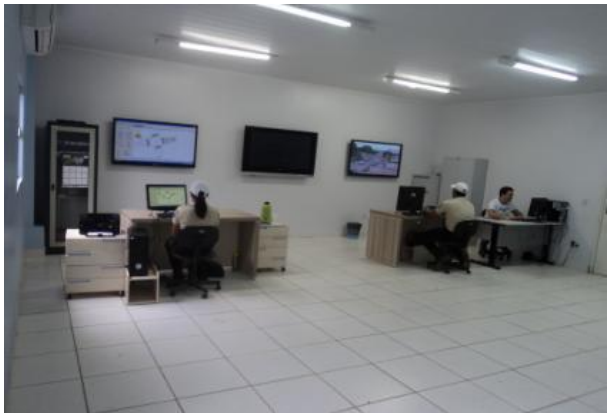
SEMÁFOROS INSTALADOS E REINSTALADOS EM 2012

03/01/2012	**Instalação de 02 grupos focais no Trevo do Roque.**
23/01/2012	**Instalação de 01 coluna, 02 braços, 03 grupos focais) na Avenida Rio Madeira x Rio de Janeiro.** **Instalação de um grupo focal na Rua Jatuarana x Tancredo Neves.**
10/02/2012	**Danificado o semáforo da Av. Pinheiro Machado x Guaporé - foi derrubado por um caminhão. Foi instalado (01 coluna, 02 braços e 02 grupos focais).**
29/03/2012	**Instalação de 2 (duas) colunas, 2 (dois) braços e 3 grupos focais na Avenida Amazonas x Nações Unidas, devido ao acidente que ocorreu neste local.**
30/03/2012	**Instalação de semáforo com 02 (duas) colunas, 03 (três) braços e 03 (três) grupos focais e um contrlolador, na Avenida Guaporé x 7 de Setembro (Dois Tempos).**
03/05/12	**Instalação de 4 (quatro) colunas, 4 (quatro) grupos focais e 4 (quatro) braços e um controlador, na Avenida Guaporé com Piratininga (Quatro Tempos).**
30/06/12	**Instalação de 02 (duas) colunas, 04 (braços) e 04 (quatro) grupos focais e 01 controlador DP40-8 na Avenida Calama com Daniela (Quatro Tempos)**
24/07/2012	**Instalação de 1 (uma) coluna e reparos no controlador 4 fases, no cruzamento da Avenida Carlos Gomes x Brasília, devido acidente em que houve danos no conjunto semafórico**
26/07/2012	**Instalação de uma coluna , 1 braço e 1 grupo focal na Avenida Campos Sales com BR-364 devido acidente em que um caminhão derrubou o conjunto semafórico.**
01/08/2012	**Instalação de 02 colunas, 03 braços e 4 grupos focais e um controlador na Avenida Amazonas com Buenos Aires (Três Tempos).**
27/08/2012	**Instalação de 02 colunas, 03 braços e 3 grupos focais e um controlador na Avenida Rio de Janeiro x Rua 04, próximo ao DB Supermercados (Três Tempos).**
01/10/2012	**Instalação de 02 colunas, 03 braços, 04 grupos focais e 01 controlador DP- 40 de 4 fases no cruzamento da av. Buenos Aires com Raimundo Cantuária (Três Tempos).**
31/10/2012	**Temporal derrubou um dos semáforos na avenida Campos Sales com Br-364, fez-se necessário instalar 01 poste , 01 braço e 01 grupo focal.**
27/11/2012	**Foi realizada a troca de 01 poste no cruzamento da av. Mamoré com José Vieira Caúla, pois estava danificado.**
28/11/2012	**Foi realizada a troca de 01 poste no cruzamento da av. Campos Sales com Jatuarana, pois estava danificado.**

ANEXO IV
FOTOS: Análise e estudo para a sinalização do TREVO DO ROQUE

FOTOS DO CCO NA SEMTRAN
Lado esquerdo o controle dos semáforos e lado direito as câmeras





DIVISÃO DE CENTRAL SEMAFÓRICA - DICS								
	Postes/braços semafóricos			***Grupos focais***			***Controlador DP40***	
Cruzamento	***Postes***	***Braços***	***Poste Ped.***	***Veí.***	***Ped.***	***Desl.***	***Inst.***	***Nº da foto***
Abunã x Brasília	1	2	0	2	0	0	SIM	8609
Abunã x Presidente Dutra	2	3	0	4	0	0	SIM	8607
Abunã x Salgado Filho	1	2	0	2	0	0	SIM	8611
Abunã x Campos Sales	1	2	0	2	0	0	SIM	88012
Alm. Barroso x Campos Sales	1	2	0	2	0	0	SIM	8738
Alm. Barroso x N. Unidas	2	3	0	4	0	0	SIM	8737
Alm. Barroso x P. de Moraes	1	2	0	2	0	0	SIM	8739
Anari x Pau Ferro	2	4	0	4	0	0	SIM	1018768
Amazonas x Buenos Aires	2	3	0	4	0	0	SIM	9060
Br-364 x Três e Meio	1	2	0	2	0	0	NÃO	9074
Calama x Andréia	2	4	0	4	0	0	SIM	8635
Calama x Belém	2	2	0	4	0	0	SIM	8628
Calama x Campos Sales	1	2	0	3	0	0	SIM	8622

Calama x Daniela	2	4	0	4	0	0	SIM	8932
Calama x Presidente Dutra	2	3	0	5	0	0	SIM	8619
Calama x Salgado Filho	1	2	0	2	0	0	SIM	8626
Calama x Rio Madeira	8	4	2	14	2	0	SIM	8630
Campos Sales x A. Guimarães	2	3	0	3	0	0	SIM	101-9027
Campos Sales x BR-364	4	6	0	6	0	0	SIM	8920
Carlos Gomes x Brasília	1	2	0	3	0	0	SIM	101-8544
Carlos Gomes x C. Sales	3	1	2	1	2	0	SIM	101-8581
Carlos Gomes x Guanabara	1	2	0	3	0	0	SIM	101-8505
Carlos Gomes x J. de Alencar	1	2	0	3	0	0	SIM	101-8588
Carlos Gomes x M. Deodoro	1	2	0	3	0	0	SIM	101-8553
Carlos Gomes x R. Weber	1	2	0	3	0	0	SIM	101-8597
Carlos Gomes x Salgado Filho	1	2	0	3	0	0	SIM	108-8515
Carlos Gomes x T. Aranha	1	2	0	3	0	0	SIM	101-8577
D. Pedro II x G. Dias	1	2	0	2	0	0	SIM	8740
Dom Pedro II x C. Sales	1	2	0	2	0	0	SIM	8741
Dom Pedro II x M. Deodoro	1	2	0	2	0	0	SIM	8810
Farquar x Imigrantes	2	4	0	4	0	0	SIM	8809
G. Siqueira x Algodoeiro	2	4	0	4	0	0	SIM	101-8766
Guaporé x Amazonas	2	3	0	4	0	0	SIM	101-8720
Guaporé x A. Guimarães	2	4	0	4	0	0	SIM	101-8721
Guaporé x Calama	2	4	0	5	0	0	SIM	8640
Guaporé x Piratininga	4	4	0	4	0	0	SIM	8544
Guaporé x Pinheiro Machado	2	3	0	4	0	0	SIM	101-8718
Guaporé x R. Cantuária	4	3	0	0	0	2	SIM	101-8724
Guaporé x Rio de Janeiro	2	4	0	4	0	0	SIM	101-8722
Guaporé x Sete de Setembro	2	3	0	3	0	0	SIM	101-8719
Jatuarana x Anari	4	4	2	7	0	0	SIM	101-8746
Jatuarana x BR 364	4	6	0	7	0	0	SIM	8928
Jatuarana x Campos Sales	2	3	0	5	0	0	SIM	101-8769
Jatuarana x Geraldo Siqueira	2	3	0	3	0	0	SIM	101-8761
Jatuarana x Miguel Calmon	2	3	0	4	0	0	SIM	8751
Jatuarana x Tancredo Neves	3	3	0	4	0	0	SIM	101-8756
J. Teixeira x Abunã	2	4	0	4	0	0	SIM	8527
J. Teixeira x A. Barroso	1	2	0	2	0	0	SIM	9058
J. Teixeira x Amazonas	3	3	1	5	0	0	SIM	8534
J. Teixeira x Calama	3	3	1	5	0	0	SIM	8534
J. Teixeira x C. Gomes	2	4	0	4	0	0	SIM	8527
J. Teixeira x D. Pedro II	2	4	0	4	0	0	SIM	8529
J. Teixeira x P. Machado	2	4	0	4	0	0	SIM	8529
J. Teixeira x R. Cantuária	5	4	0	7	0	0	SIM	8531
J. Teixeira x 07 Setembro	2	4	0	4	0	0	SIM	8561
J. Teixeira x Tiradentes	2	4	0	4	0	0	SIM	8498
José V. Caúla x Daniela	2	4	0	4	0	0	SIM	8953
J. A. dos Reis x A. Guim.	4	3	2	8	0	0	SIM	8961
J. A. dos Reis x Benedito	2	4	0	4	0	0	SIM	
Mamoré x A. Guimarães	2	4	0	4	0	0	SIM	8654
Mamoré x Amazonas	2	4	0	4	0	0	SIM	8632
Mamoré x B. Inocêncio	2	4	0	4	0	0	SIM	8657
Mamoré x José Vieira Caula	2	4	0	4	0	0	SIM	8634
Mamoré x R. Cantuária	2	3	0	3	0	0	SIM	8653
Mamoré x Rio de Janeiro	2	4	0	6	0	0	SIM	8655
Miguel Calmon x Algodoeiro	2	3	0	3	0	0	SIM	101-8767
Nações Unidas x Amazonas	3	3	0	4	0	0	SIM	8804
P. Machado x Brasília	1	2	0	3	0	0	SIM	8734
P. Machado x Campos Sales	1	2	0	3	0	0	SIM	8730
P. Machado x Gonçalves Dias	1	2	0	3	0	0	SIM	8729

P. Machado x Mal. Deodoro	1	2	0	3	0	0	SIM	8732
P. Machado x Pres. Dutra	2	3	0	4	0	0	SIM	8728
Plácido Castro x J.A. dos Reis	2	4	0	4	0	0	SIM	8955
Plácido Castro x Rua União	2	4	0	4	0	0	SIM	8957
Prud. Morais x A. Guimarães	2	4	0	4	0	0	SIM	9068
Prud. Morais x Rio de Janeiro	2	4	0	4	0	0	SIM	9070
R. Cantuária x Buenos Aires	2	3	0	4	0	0	SIM	9062
Rio Madeira x A. Guimarães	2	4	0	4	0	0	SIM	101-8822
Rio Madeira x Amazonas	2	3	0	4	0	0	SIM	101-8816
Rio Madeira x Barbados	5	3	2	8	0	0	SIM	101-8798
Rio Madeira x Imigrantes	2	4	0	6	0	0	SIM	
Rio Madeira x J. Vieira Caúla	8	4	4	15	0	0	SIM	101-8800
Rio Madeira x P. Machado	5	4	1	9	0	0	SIM	101-8799
Rio Madeira x Faixa Shoping	8	2	4	6	3	1	SIM	8952
Rio Madeira x R. Cantuária	4	3	0	4	0	2	SIM	101-8817
Rio Madeira x 07 de Setembro	2	3	0	3	0	0	SIM	101-8815
Rio Madeira x Rio de Janeiro	2	4	0	6	0	0	SIM	101-8823
Rio de Janeiro x Rua 04	4	3	2	4	2	6	SIM	9064
Rogério Weber x João Alfredo	2	4	0	5	0	0	SIM	8813
07 Setembro x Brasília	1	2	0	2	0	0	SIM	8968
07 Setembro x Campos Sales	1	2	2	3	2	0	SIM	101-8871
07 Setembro x Gonçalves	2	3	0	3	0	0	SIM	101-8866
07 Setembro x J. de Alencar	1	2	0	2	0	0	SIM	101-8862
07 Setembro x Mal Deodoro	1	2	0	3	0	0	SIM	101-8876
07 Setembro x Rogério Weber	1	2	0	3	0	0	SIM	8964
Trevo do Roque x BR-364	1	2	0	4	0	0	NÃO	9072
TOTAL	**211**	**296**	**25**	**388**	**11**	**11**		

- **DEPARTAMENTO DE PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO – DPGT**

- Nº de notificações emitidas: 30
- Nº de Autos de Infração emitidos para empreendimentos: 00
- Nº de Pré-Análise de Projetos: 66
- Nº de abertura de Processos para empreendimentos acima de 200m²: 90
- Nº de medidas mitigadoras:
- Nº de Instruções Técnicas emitidas: 16
- Nº de TRD: 14
- Nº de Comunique-se: 110

Nº PROCESSO	INTERESSADO	OBSERVAÇÃO
14/148-00/12	B.J. Projetos e Empreendimentos Ltda	Comunique-se n°11/Pré-Analise n°06
14/242-00/12	Zona Sul Forest Hotel	Pré-Análise Técnica n°. 02/CET/SEMTRAN
14/244-00/12	Agnaldo Gonçalves	Comunique-se 44/12
14/245-00/12	Maria da Graça Toledo	Pré-Analise Tecnica n°05/DET/CET
14/283-00/12	Loja Claro - Av. Carlos Gomes	
14/282-00/12	Sulfer Comercio e Serviço de Ferro e Aço e Importação e Exportação	
14/257-00/12	Roberto Carlos Oliveira de Andrade	Pré-Analise Tecnica n° 09/CET
14/0238-00/12	Centro Norte	Comunique-se n° 017/CET/Instrução Tecnica
14/147-00/12	Banco do Brasil	
14/464.00/12	Andrey Cavalcante de Carvalho	Pre-Analise 011/DET
14/555.00/12	Borges dos Santos e Cia Ltda	
14/876.00/12	Sindicato de Comercio Atacadista do Estado de RO	
14/1041.00/12	Construtora Araguaia Ltda	Comunique-se n° 37/CET
14/1041.00/12	Construtora Araguaia Ltda	
14/0804.00/12	Antonia Dias de Moraes	comuique-se n°32/2012
14/1115.00/12	Antonia Dias de Moraes	Comunique-se n°32/2012
14/1098.00/12	Distribuidora Equador de Produtos e Petroleo Ltda	
14/1097.00/12	Posto Hawai Ltda	Pré-Analise n°19DET/CET/SEMTRAN
14/1296.00/12	Benincasa e Moro Ltda	
14/1377.00/12	PH Comercio de Combs Ltda	comuique-se n°43/2012
14.1376.00/12	Iede Regina Nizza	
14/152.00/12	Industria e Com de Confecções Bigmar	Comunique-se 042/2012,Pré-Analise n°15/CET/SEMTRAN
14.1518.00/12	Felisberto Vasconcelos Costa	comuique-se n°051/2012
14.1516.00/12	Aldo Jose de Almeida	Comunique-se n° 41/DET
14/1517.00/12	Liliane Barroso Pizzi	Comunique-se n°46/2012
14/1519.00/12	Alternativa Empreendimento Imobil. Ltda	
14/1514.00/12	Marques e Amado Cia Ltda	
14/1611.0012	Sintero	Pré-Analise n°023/2012
14/1378.00/12	Munhoz e Vieira Ltda EPP	
14.1694.00/12	Milton Garcia Figueira	
14.1696.00/12	Dourado Engenharia Ltda	comuique-se n°49/2012
14/1736.00/12	O Sapeka Comercio de Combustivel	Comunique-se 072/12
14/1738.00/12	Benvenuto Santos Camargo	
14.1737.00/12	Real D.c de .P e E de Lima	
14.3193.00/12	Francisco Ribeiro de Lima	
14/1806.00/12	WELCON Incorporativa Imb.Ltda	
14/1295.00/12	Isaac Cavalcante Menezes(Petrobras Distribuidora)	
14/1116.00/12	Wilson Alves de Souza Filho	Pré-analise 022/DET/SEMTRAN
14/554.00/12	Rivair Carli/Caixa Economica	Comunique-se n° 027/12

14/147.0012	Construtora Marcolino Ltda	Comuique-se n°12/Pré-analliseo n° 07
14.2605.00/12	Polo e Rosique Master Plastica	
14.2585.00/12	Osvaldo Silva Filho	
14.1696.00/12	Distribuidora Equador de Produtos e Petroleo Ltda	Comunique-se 057/2012,Pré- Analise 35/CET/SEMTRAN
14.662.00/12	Ronsy Comercio de Materias de Construções	Pré-Analise 12/CET/SEMTRAN,14/CET/SEMTRAN,
14.1740.00/12	Leucir Ruppentahal(Posto Marcela Ltda)	
14.0238.00/12	Supermecado Centro Norte	comuique-se n° 017/2012,Instrução Tecnica n°03/cet/semtran
14.2507.00/12	CCM-Minha Casa Minha vida	Analise Técnica n°04
14.2506.00/12	CCM-Minha Casa Minha vida	Analise Técnica n°003
14.2735.00/12	PAC -Condominio Triangulo	Analise Técnica n°42
14.3557.00/12	Auto Posto Barcelona	Analise Técnica n°51/DET/CET
14.3712.00/12	,	0
14.04172.00/12	Aldair Ferreira de Oliveira	-
14.00372.00/12	Auto Posto Enzo	-
14.03719.00/12	Casa Alta Construções	-
14.03182.00/12	Condominio Multifamiliar	-
14.04096.00/12	Condominio Residencial Cordoba	-
14.04318.00/12	Condominio Residencial Tom Jobim	-
14.04170.00/12	Eduardo Reis Alves	-
14.04317.00/12	Espaço da Casa	-
14.03680.00/12	Eudes Engenharia e Construções	-
14.04181.00/12	FACCHINI	-
14.03529.00/12	G.A contruções Ltda	-
14.03210.00/12	Igreja Metodista Wesleyana	-
14.02466.00/12	Igreja Ministerio Batista Agape	-
14.03306.00/12	Incorporado Imb. Porto Velho	-
14.04034.00/12	Instituto Laura Vicunã	-
14.04179.00/12	Ipiranga Produtos de Petroleo	
14.04169.00/12	Itau	-
14.04098.00/12	J.F de Oliveira e Navegação	-
14.03704.00/12	Leonardo da Silva Grangeiro	-
14.04316.00/12	M.N Comercial Rep e Exp Ltda	-
14.04315.00/12	M.N Comercial Rep e Exp Ltda	-
14.03968.00/12	Nextel Telecomunicações	-
14.04313.00/12	Palos Verdes	-
14.04312.00/12	Palos Verdes	-
14.03847.00/12	Paulo Roberto Oliveira de Moraes	-
14.04097.00/12	Portal das Americas	-
14.3965.00/12	Posto Nossa Senhora de Fatima	-
14.03967.00/12	Rede de Postos União Ltda	-
14.03642.00/12	Residencial Bella Ville I	-
14.03643.00/12	Residencial Bella Ville II	-
14.03570.00/12	Residencial Meurer	-
14.04311.00/12	Residencial Servilha	-
14.03845.00/12	S.B comércio Ltda	-
14.04395.00/12	SICOOB CREDIFORTE	-
14.04173.00/12	Unimax	-

- **DEPARTAMENTO HIDROVIÁRIO – DTH**
  - **ATIVIDADES DO DTH**

O Terminal Hidroviário do Município de Porto Velho foi inaugurado dia 30 de julho de 2012, pelo Prefeito Roberto Sobrinho, e demais autoridades. Seu espaço físico contempla uma edificação destinada ao Terminal de Passageiros, composta de um pavimento com área coberta de 508,27m, com instalação de rede de água potável para plataforma principal, incluindo sala de

administração, lanchonete, 04 (quatro) guichês de atendimento externo, sala Policia Federal, IBAMA, Receita Federal, guarda-volume, sala de espera, banheiros públicos (adaptados para portadores de necessidades especiais), sala de estar, varanda, telefone público, rampa de acessibilidade, plataforma de embarque e desembarque de passageiros e carga mista, com passagem coberta até o Cais Flutuante, amplo estacionamento para carros, motos e bicicletas. Porto com infra-estrutura que possibilita manobra de caminhão de até 35 toneladas.

O novo Porto se enquadra na classificação de atividades de instalação Portuária Publica de Pequeno Porte - IP4, destinada às operações portuárias de embarque e desembarque de passageiros, e o transbordo e movimentação de carga e descargas. Localizado na margem direita do Rio Madeira, o terminal beneficiará um grande fluxo de pessoas que utilizam o transporte hidroviário na região, garantindo mais conforto a população ribeirinha, que antes precisavam descer e subir barrancos carregando bagagens. Além de melhorar o transporte de passageiros, o Terminal ampliará o escoamento de mercadorias e produtos para as comunidades ao longo do Rio Madeira, além de representar um incremento ao turismo.

O Terminal Hidroviário do Cai N'água é uma das obras mais marcantes da administração municipal, por fazer o resgate de uma região que é o marco inicial da cidade de Porto Velho, ao lado do complexo turístico da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e do Mercado Cultural. Foi feita a revitalização da área, melhorando a imagem e recuperando a riqueza histórica do bairro, através de um trabalho contínuo de conscientização e modificação cultural da população envolvida, ou seja, os tripulantes das embarcações, estivadores, turistas, taxistas e os moradores, promovendo campanhas e eventos para promoção da área portuária, mantendo policiamento intensivo, fiscalização freqüente, limpeza constante, atendendo assim, o anseio da população e devolvendo aos portovelhenses a auto-estima e o orgulho fazendo com que a cidade volte seu olhar para o Rio Madeira.

1.7.1.1 DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Iniciamos o ano de 2012 retomando e acompanhado as obras do Terminal e ressaltamos a importância da participação das secretarias na execução e conclusão da obra, a Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais – SEMPRE, que foi responsável pela construção, teve também a organização e limpeza feita pela Secretaria Municipal de Serviços Básicos - SEMUSB, a iluminação colocada pela EMDUR, o asfaltamento de todo o entorno feito pela Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, além da Secretaria Municipal de Transporte e Transito - SEMTRAN que estar administrando o local temporariamente

Foram realizadas diversas reuniões com os proprietários de embarcações flutuantes que operam o transporte de cargas e passageiros naquela região a fim de ouvir seus anseios e necessidades para um melhor funcionamento das atividades no novo Porto.

Negociação para retiradas de 5 (cinco) famílias que foram recolocadas em casa feita pela Prefeitura, através do Programa Minha Casa Minha Vida, em parceria com a SEMUR; retiradas de 8 (oito) box do tipo Bar e Restaurante, conforme processo em tramitação na SEMPRE, e a retirada de 7 (sete) flutuantes da área de instalação do porto e alocados ao lado esquerdo do Canal Santa Bárbara, no Rio Madeira.

Interrupção de Cargas e Descargas de caminhão de pequeno e grande porte, para implantação da capa asfáltica e meio fio do acesso ao estacionamento do porto.

Foi solicitada a Secretaria Municipal de Obras, a Postura para a retirada de construções irregulares de pequenos comerciantes do final da Rua João Alfredo e adjacências do Porto e retirada das instalações que eram ocupadas pelas agências de venda de passagem (que foram transferidas para o Porto).

Reunião com a Associação dos Estivadores do Cai N' Água, com o objetivo de orientá-los a se organizar com ajuda dos próprios empresários, cadastrando os funcionários que trabalharão no Terminal, condição indispensável para que esses trabalhadores possam exercer suas funções, dando apoio e suporte jurídico para sua regularização, caso contrário, uma figura do OGMO (órgão gestor de mão-de-obra), irá assumir a estiva do Porto, conforme orientação do Ministério

Público do Trabalho Federal.

Reunião em Brasília com representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ - DF, para tratar de assuntos referentes à regularização e as regras da exploração de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte IP4, obter informações operacionais, e acompanhar o andamento do processo de Requerimento de Exploração nº -1008/GP/2010, feito em 30 de novembro de 2010, pela Prefeitura do Município de Porto Velho – RO.

Visita técnica no Maranhão com Sr. Silvio Romano Benjamin (Diretor de Engenharia e Operação – CODOMAR), para tratar do Programa de Terminais Hidroviários na Região Amazônica, onde o Porto Público de Porto Velho está incluso (Porto Cai N'Água), que tem como base a Cláusula Primeira - Objeto do convênio nº 007/2008-DAQ-DNIT-DF, que delega a Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR as atividades de administração dos portos fluviais em questão.

Reunião em Manaus – AM, com o Superintendente da AHIMOC (Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental), Sr. Sebastião Reis, para definir a mobília do espaço físico, modos operant do porto, carga e descarga, embarque e desembarque de passageiros, recursos humanos, contra partida da prefeitura para o funcionamento mínimo e provisório até a entrada definitiva da empresa, ocupação do espaço físico do Terminal Hidroviário, documentação pendente junto ERAM (Estaleiro Rio Amazonas), como: o Certificado de Classificação do Porto para o funcionamento exigido pela Marinha do Brasil.

Reunião com os donos das Agências de Passagens para definir a realocação para o novo espaço físico do Porto, e, orientar e ordenar as seguintes ações:

- Não operar em portos clandestinos no embarque e desembarque de passageiros;
- Carga e descarga de produtos para o estado do Amazonas e localidades vizinhas;
- Definir horários de chegada e saída das embarcações com passageiros;
- Documentação necessária para permissão de uso do Terminal Hidroviário;
- Marinha do Brasil foi convidada a participar da reunião.

Após várias ações DATH, munido de vastas informações, foi elaborado o Projeto de Lei da instalação do Terminal Hidroviário Municipal, enviado a PGM para apreciação e posterior encaminhamento para votação na Câmara Municipal.

O Departamento de Administração do Terminal Hidroviário também desempenhou diversas atividades administrativas, tendo respondido ofícios das diversas esferas dos Poderes Públicos, tais como: o Ministério Público Estadual, Câmara Municipal, Ministério Público do Trabalho, DNIT, atendeu as exigências do Corpo Bombeiros, para obter o Certificado de Aprovação Contra Incêndio da Edificação; solicitou a vistoria técnica da equipe da SEDAM, o qual entregou a Licença de Operação do Porto; realizou audiência junto ao Ministério Público do Trabalho; solicitou parceria com Policia Militar que se faz presente coibindo algumas ações no local, a Marinha do Brasil que notificou algumas embarcações irregulares, ANTAQ, que prontamente nos ajudou quando solicitada e demais órgãos competentes.
Realização da 7ª edição da "Corrida de Voadeira", organizada pela Prefeitura de Porto Velho por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Semes). O evento faz parte do calendário das atividades esportivas do município, e é o primeiro evento realizado no Novo Terminal Hidroviário Porto Cai N'água. São dezenas de pessoas amantes do esporte aquático que participam da corrida todos os anos, além disso, **um grande público é formando e toma conta das margens do Rio Madeira e das embarcações atracadas para prestigiar o evento.**

Reunião no Ministério Público Estadual – MPE, com empresários do ramo de transportes de embarcações, alinhando os preços das passagens, a qualidade dos serviços e cumprimentos de horários de chegada e saída das embarcações.

Acompanhamento da inspeção do Grupo de Vistoria e Inspeção – GVI, da Marinha do Brasil, cujo objetivo é avaliar a manutenção das condições de segurança, de maneira a garantir a segurança dos equipamentos da embarcação de acordo com as Normas e Procedimentos na Navegação Interior.

Foi realizada a limpeza e monitoramento da descida de toras de madeiras pelo rio que encalham nos pilares da Plataforma Principal, podendo causar acidentes. O Departamento de Adm. Do Terminal Hidroviário – DATH fez um Projeto de Limpeza para o Terminal, o qual será encaminhado ao Gabinete do Prefeito para devidas providências (Projeto anexo).

Participação da audiência realizada dia 20/11/2012, no Hotel Vila Rica realizada pelo consultor Petrônio Magalhães – DNIT/DF, que abordou o tema: Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, para melhoramentos na Hidrovia do Rio Madeira, Mamoré e Guaporé. Visita in loco ao Porto Organizado de Porto Velho, acompanhado pelo Presidente da Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia – SOPH, Sr. Ricardo Sá, entre outros convidados.

Por fim, informamos que o Terminal Hidroviário, estar em pleno funcionamento, com suas atividades diárias em pleno "vapor", com movimentação mensal 2.000 toneladas de cargas e descargas de mercadoria e fluxo de 3.500 embarques e desembarques de passageiros. Os diálogos constantes com os proprietários das embarcações e demais órgãos necessários ao bom funcionamento do terminal hidroviário municipal, estão presentes no decorrer das atividades da administração.

- **PROJETO DE LIMPEZA DE TORAS E ENTULHOS DO COMPLEXO HIDROVIÁRIO PORTO CAI N' ÁGUA**

O Departamento de Administração do Terminal Hidroviário (DATH) reconhece que é necessária a contratação de serviços especializados, através de licitação, de uma Empresa para monitorar, conter, retirar e desviar madeiras do tipo toras e entulhos de madeira que descem nos períodos das cheias, do Rio Madeira, e que tendem a encalhar nas poitas e cabos de aço que sustentam as passarelas e flutuantes intermediários e a plataforma flutuante principal do terminal, e tendo em vista que a plataforma ficará situada próxima a calha ou leito do Rio Madeira, da margem, adentrando o rio cento e vinte (120) metros.

Dessa forma podemos evitar que grandes prejuízos possam vir a acontecer, tendo em vista que a Santo Antônio Energia não fará o recolhimento dessa madeira, antes das usinas de JIRAU e Santo Antônio, e sim o desvio para o vertedouro principal para o seu curso normal, e está previsto pela empresa que esta construindo o complexo Hidroviário a montagem das passarelas e da plataforma será em janeiro de 2012, e que a empresa contratada para fazer esse monitoramento deverá fazer vigilância vinte e quatro horas (24) por dia, e que o acumulo de madeira não aconteça de maneira desordenada para dificultar sua retirada ou desvio.

III – Justificativa

A Prefeitura do Município de Porto Velho não dispõe de mão de obra especializada ou, não está previsto concurso publico para esse fim, e que o Exército Brasileiro autor do projeto não contemplou esse problema, que é de natureza grave, e que a plataforma fica situada à margem direita do Rio Madeira, próximo ao leito principal e calha onde à correnteza tende a levar as toras e o entulho para fora da curva do rio justamente onde está sendo instalado o complexo hidroviário e que logo após a montagem dos equipamentos a empresa já deve estar à disposição para prevenir tais problemas acima citados.

IV - Objetivos específicos

Na execução dos serviços contratados, a empresa deverá retirar o entulho toras e restos de madeira, e dar curso normal no Rio, a empresa não poderá retirar madeiras reaproveitáveis para outros fins ou retira-los do rio, salvo com licença dos órgãos competentes, e que deverá funcionar em regime de plantão vinte e quatro horas por dia, com equipamentos noturnos como cilibrim (HOLOFOTES), os uniformes dos funcionários devem conter refletores luminosos.

V - Fundamentação teórica

É preciso destacar que, o Projeto desenvolvido pelo Exercito Brasileiro, não se atentou com as adversidades naturais, principalmente na região norte, e em especial o Rio Madeira, onde esse mesmo Porto foi projetado para outros vinte (20) municípios do amazonas, com as mesmas características do nosso Porto onde as articulações das passarelas e da plataforma se movimentam conforme o nível do rio, e nos período das chuvas o calado do rio Madeira chega

ater 16 metros, e no período da vazante chega a ter um calado menos de 5.5 metros, e considerando que o Porto está classificado pela ANTAQ-Agência Nacional Transporte Aquaviário, de IP4 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte, e que sua regulamentação está em curso e em fase de ajustes na ANTAQ em Brasília. Vale ressaltar que o nosso Porto está situado na região do Cai N' Água, lugar tradicional de Porto Velho, e que é um lugar de atracação de embarcações oriundas de outro Estado como o Amazonas, e considerando que a localização desse tipo de Porto, fixada com poitas e cabos de aço, justamente na curva onde a força centrípeta tendem a jogar as toras de madeira para fora do leito do rio justamente onde esta projetada o porto, e que o Projeto inicial da construção deveria prever esse problema e que geograficamente ser construído em outro lugar da região.

VI - Conteúdo programático

As equipes deverão ser programadas para dar cobertura integral às operações a serem realizadas com tempo hábil, tendo em vista as dificuldades de muitas vezes chegar ao local do problema, correndo assim o risco de catastrófico acidente, envolvendo embarcações e adjacências. Considerado que na região norte, mais precisamente Porto Velho fica localizado na região sul do norte, e que o período chuvoso se estende entre os meses de Dezembro a Maio, e que esse contrato licitatório do montante dos equipamentos indicados no projeto deverá ser feito nesse período, e que nos meses de Junho a Novembro o contrato deverá sofrer alterações de somente uma embarcação do tipo voadeira 40 HP, para somente monitorar fazer os serviços eventuais climáticas.

VII - Recursos utilizados (Dezembro a Maio)

- Embarcação tipo rebocador com motor no mínimo-18b.
- Embarcação tipo voadeira com motor 40hp.
- Tripulação habilitada na Marinha do Brasil.
- Pessoal de apoio e d operação.
- Iluminação nas embarcações do tipo cilibrim (holofotes potentes).
- Cabos de aço e nilon

(Junho a Novembro)

Embarcação do tipo Voadeira 40h equipadas com holofotes (cilibrim).

Tripulação habilitada na Marinha do Brasil.

VIII – Avaliação

Será satisfatório se a empresa cumprir todas as exigências do contrato tais como; no **exercício** de sua profissão, Equipamento de Proteção individual (EPI's) usar todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego o pagamento de todos os Encargos Sociais, impostos Federais, Estaduais e Municipais, E regras em vigência como na contratação em regime de CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, prestação de contas previstas no contrato licitatório, aberto para fiscalização da contratante (Prefeitura).

IX – Orçamento mensal (período dezembro a maio)

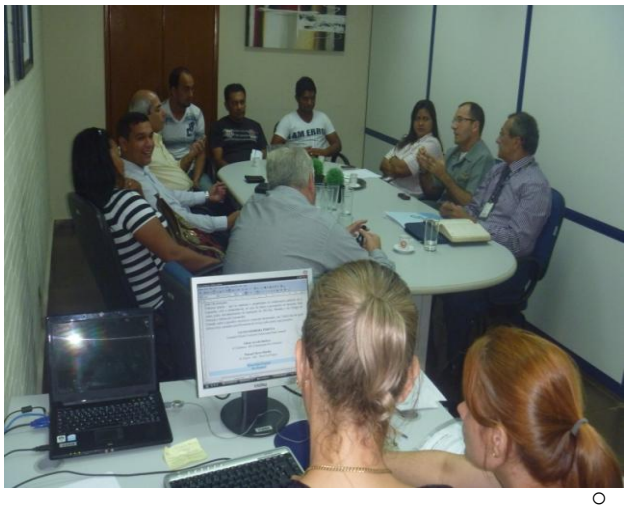
ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
O1	Rebocador-tripulaçao	01	20.000.00	20.000.00
02	Embarcação voadeira-40	01	3.000.00	3.000.00
03	Combustível gasolina	1.000 lts	2.95	2.950.00
04	funcionários	05	800.00	4.000.00
05	Uniforme-padrão	09	150.00	1.350.00
06	Combustível-diesel	1000 lts	2.20	2.200.00
TOTAL				33.500.00

X-Orçamento mensal (período Junho a Novembro)

ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT	V.UNITÁRIO	TOTAL
02	Embarcação voadeira-40hp	01	3.000.00	3.000.00

03	Combustível gasolina	1.000 lts	2.95	2.950.00
04	funcinarios	03	800.00	2.400.00
05	Uniforme-padrao	03	150.00	450.00
TOTAL				8.800.00

- **FOTOS**



- **ATIVIDADES DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - DFOT**

Relatório Circunstanciado das Atividades do DFOT			
DATA	**LOCAL**	**HORÁRIO**	**ATIVIDADE**
JANEIRO/2012			
01 a 31/01/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/01/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/01/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
FEVEREIRO/2012			
03/02/2012	Prefeitura de Porto Velho.	20:00 As 00:00	BAILE MUNICIPAL
10/02/2012	- Av. Pinheiro Machado - Joaquim Nabuco - Carlos Gomes - Rogério Weber - Pinheiro Machado. - Rua MAL. DEODORO - ALEXANDRE GUIMARÃES - ROGÉRIO WEBER - RIO DE JANEIRO E MAL. DEODORO. - P. MACHADO - JOAQUIM NABUCO - CARLOS GOMES.	Banda dos Imigrantes - 21:00 As 03:00. Bloco Areal Folia- 18:00 As 04:00. Bloco do Lixo - 22:00 As 03:30.	-**Banda dos Imigrantes**: Proc. n° 06.00765-000/2012 – Nº Autorização 042/2012 – Nº AET 003/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Areal Folia**: Proc. nº 06.00921-000/2012 – Nº Autorização 046/2012 – Nº AET 002/2012 – Materiais entregues: 10 Cones e 15 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco do Lixo**: Proc. nº 06.00783-000/2012 Nº Autorização 051/2012 – Nº AET 004/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada.
11/02/2012	PRAÇA DO MOCAMBO - RUA CAPITÃO ESRON DE MENEZES - ALEX. GUIMARÃES - ROGÉRIO WEBER - 7 DE SETEMBRO - PRUDENTE DE MORAIS - 13 DE MAIO	22:00 As 04:00	- **Bloco Até Que a Noite Vire Dia**: Proc. nº 06.00940-00/2012 – Nº Autorização 054/2012 – Nº AET 007 e 008/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 05 Rolos de Fita Zebrada.
12/02/2012	- AV. PINHEIRO MACHADO - JOAQUIM NABUCO - CARLOS	Bloco Maraca - 19:00 As 01:00.	- **Bloco Maraca**: Proc. nº 06.00930-000/2012 - Nº Autorização 053/2012 – Nº

	GOMES - ROGÉRIO WEBER. - Av. Jatuarana até o Poliesportivo da Jatuarana c/ Sucupira.	Bloco Furacão da Zona Sul - 18:00 As 00:00.	AET 005/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Furacão da Zona Sul**: Proc. nº 06.00034-000/2012 – Nº Autorização 041/2012 – Nº AET 001/2012 – Materiais entregues: 10 Cones, 11 Rolos de Fita Zebrada e 30 Cavaletes.
16/02/2012	- RUA ROGÉRIO WEBER - JOAQUIM NABUCO - CARLOS GOMES - ROGÉRIO WEBER.	22:00 As 04:00	- **Bloco Galo da Meia Noite**: Proc. nº 06.01287-000/2012 – Nº Autorização 064/2012 – Nº AET 14, 15 e 16/2012.
17/02/2012	- AV. PINHEIRO MACHADO - JOAQUIM NABUCO - CARLOS GOMES - ROGÉRIO WEBER. - RUA TREZE DE SETEMBRO - AV. ALEXANDRE GUIMARÃES - ROGÉRIO WEBER - JOÃO ALFREDO - PRESIDENTE DUTRA - ALEXANDRE GUIMARÃES. - RUA 13 DE SETEMBRO - ALEX. GUIMARÃES - ROGÉRIO WEBER - RIO DE JANEIRO - JOAQUIM NABUCO - ALEX. GUIMARÃES.	Bloco Arerê & Cia - 19:00 As 01:00 Bloco Canto da Coruja - 22:00 As 04:00. Bloco Us Dy Phora - 23:00 As 05:00.	- **Bloco do Alho**: Não cumpriu o Decreto nº 12.498 (não desfilou). - **Bloco Arerê & Cia**: Proc. nº 06.1241-000/2012 – Nº Autorização 071/2012 – Nº AET 022/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Canto da Coruja**: Proc. nº 06.00687-000/2012 – Nº Autorização 065/2012 – Nº AET 017/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Us Dy Phora:** Proc. nº 06.00915-000/2012 – Nº Autorização 073/2012 – Nº AET 026 e 027/2012 – Materiais entregues: 04 Cones.
18/02/2012	- AV. CARLOS GOMES - JOAQUIM NABUCO - 7 DE SETEMBRO - ROGÉRIO WEBER.	14:00 As 23:00	- **Banda do vai Quem Quer**: Proc. nº 06.00769-000/2012 Nº Autorização 074 – Nº AET 28, 29, 30 e 37/2012 – Materiais entregues: 50 Cones, 30 Rolos de Fita Zebrada e 200 grades de 3/1,20cm “Loc-Mac”, 50 Cavaletes da SEMTRAN.
19/02/2012	- AV. PINHEIRO MACHADO - JOAQUIM NABUCO - CARLOS GOMES - ROGÉRIO WEBER.	Bloco Arerê & Cia - 19:00 As 01:00 Bloco Murupi - 19:00 As 01:00. Bloco Rio Kayari - 17:00 As 23:00. Bloco Leva Eu - 19:00 As 01:00.	- **Bloco Arerê & Cia**: Proc. nº 06.1241-000/2012 – Nº Autorização 071/2012 – Nº AET 022/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Murupi**: Proc. nº 06.00967-000/2012 – Nº Autorização 063/2012 – Nº AET 013/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 07 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Rio Kayari**: Proc. nº 06.01187-000/2012 – Nº Autorização 066/2012 – Nº AET 018/2012 – Materiais entregues 05 Cones e 10 Rolos e Fita Zebrada. - **Bloco Leva Eu**: Proc. nº 06.01445-000/2012 – Nº 070/2012 – Nº AET 021/2012 – Materiais entregues: 15 Cones e 05 Rolos de Fita Zebrada.
20/02/2012	- AV. JATUARANA ATÉ A RUA SUCUPIRA - FAZ O RETORNO E VOLTA PELA JATUARANA. - RUA JACI PARANÁ - BRASÍLIA - ALMIRANTE BARROSO - MARECHAL DEODORO - D. PEDRO II - JOAQUIM NABUCO - 7 DE SETEMBRO - NAÇÕES	Bloco Jatuarana Sul - 20:00 As 02:00. Bloco Calixto & Cia - 18:00 As 00:00.	- **Bloco Jatuarana Sul**: Proc. nº 06.00962-000/2012 – Nº Autorização 072/2012 – N° AET 23, 24, 25/2012 – Materiais entregues: 10 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Calixto & Cia**: Proc. nº 06.01453-000/2012 – Nº Autorização 067/2012 – Nº AET 019/2012 – Materiais entregues: 10 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada.

	UNIDAS - SALGADO FILHO - JACI PARANÁ. - AV. PINHEIRO MACHADO - JOAQUIM NABUCO - CARLOS GOMES - ROGÉRIO WEBER.	Bloco Raça Rubro Negra - 19:00 As 01:00 Bloco Axé Folia Mix - 18:00 As 00:00	- **Bloco Raça Rubro Negra**: Proc. nº 06.01067-000/2012 – Nº Autorização 061/2012 – Nº AET 011/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 07 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Axé Folia Mix**: Proc. nº 06.01007-000/2012 – Nº Autorização 062/2012 – Nº AET 012/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 07 Rolos de Fita Zebrada.
21/02/2012	- AV. PINHEIRO MACHADO - JOAQUIM NABUCO - CARLOS GOMES - ROGÉRIO WEBER - PINHEIRO MACHADO. - AV. JOSÉ AMADOR DOS REIS - PLÁCIDO DE CASTRO À DIREITA. - AV. PINHEIRO/JOAQUIM NABUCO/CARLOS GOMES. ENCERRAMENTO: AV. CARLOS GOMES COM ROGERIO WEBER.	Bloco Porto Fla-Urubuzada - 23:00 As 05:00. Bloco Arerê & Cia -19:00 As 01:00. Bloco Carnaleste -17:00 As 23:00. Bloco União Sinistra - 12:00 As 18:00.	- **Bloco Porto Fla- Urubuzada**: Proc. nº 06.01450-000/2012 – Nº Autorização 069/2012 – Nº AET 020/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Arerê & Cia:** Proc. nº 06.1241-000/2012 – Nº Autorização 071/2012 – Nº AET 022/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco Carnaleste / Carna Reggae**: Proc. nº 06.01614-000/2012 – Nº Autorização 075/2012 – Nº AET 031/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 10 Rolos de Fita Zebrada. - **Bloco União Sinistra**: Proc. nº 06.01514-000/2012 – Nº Autorização 058/2012 – Nº AET 035/2012 – Materiais entregues: 05 Cones e 05 Rolos de Fita Zebrada.
24/02/2012	- AV. JATUARANA ATÉ O POLIESPORTIVO DA RUA JATUARANA C/ SUCUPIRA.	20:00 As 02:00	- **Bloco To De Folga**: Proc. nº 06.01641.000/12; Aut. Nº 076/12; AET nº 036/12; - Material: 10 cones; 05 rolos de fita zebrada.
20/02/2012 As 28/02/2012	- AV. DOS IMIGRANTES C/ JORGE TEIXEIRA.	A partir das 14:00.	**- Desfile das escolas de samba:** Autorização nº 081/2012; AETs. Nº 38 e 39/2012.
01 a 29/02/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 29/02/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 29/02/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
MARÇO/2012			
12/03/12	- Av.Mamoré com Itatiaia. - Av. Mamoré com via de acesso a Cascalheira. - Av. Mamoré com via de acesso a Cascalheira. - Av. Mamoré com Rua Itatiaia. - Rua Vila Mariana próxima a Jose Amador dos Reis. - Rua União com Carlos Ries. - Rua União com Francisco Barbosa de Souza. - Rua União, entre Mario	Manhã, Tarde e Noite	Desvio da BR-364, por ter ocorrido uma cratera.

	Andreazza e Francisco B. de Souza. - Rua Chico Mendes com Rua Teodora Lopes. - Rua Vila Mariana com Rua dos Farrapos. - Rua União, entre Rua Mario Andreazza e Rua Rosalina Gomes. - Rua Vila Mariana com via de acesso a Cascalheira.		
01 a 31/03/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/03/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/03/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
ABRIL/2012			
01 a 30/04/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 30/04/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 30/04/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
MAIO/2012			
11/05/2012	Rua Alexandre Guimarães, bairro Agenor de Carvalho em frente a boate **Sardinha's Pub.**	23:00 As 05:00	Operação conjunta com os Órgãos: **SEMTRAN, DETRAN, CIA DE TRANSITO, SEMAS E 5º BPM.** Resposta ao Ofício 554/12/GAB-SEMA e Ofício 114/12/6 PJ/3Tit-HU.
01 a 31/05/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/05/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/05/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
JUNHO/2012			
01, 02, 07, 08, 09, 16, 22, 23, 28, 29 e 30/06/12.	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito.	22:30 As 05:00	LEI SECA
03, 10, 17 e 24/06/12.	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito.	15:30 As 22:00	LEI SECA
15/06/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito.	23:30 as 06:00	LEI SECA
01 a 30/06/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 30/06/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 30/06/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
JULHO/2012			
01, 05, 06, 07, 14, 19, 20, 21, 26, 27 e	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito.	22:30 As 05:00	LEI SECA

28/07/12			
08, 15, 22 e 29/07/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito.	15:30 As 22:00	LEI SECA
07/06/2012 a 14/07/2012	O fluxo de veículos que passam pelo Trevo do Roque foi desviado para **Raimundo Cantuária** com a **Avenida Jorge Teixeira;** a **Rua das Flores** ao lado da BR-364 que passaram a ter sentido único do Centro para o bairro Areal da Floresta; no Km 3,5 da BR-364; a Rua João Pedro da Rocha, entre as Ruas Alexandre Guimarães e Rio de Janeiro e a Rua da Beira.	Manhã e Tarde	**Desvio do Viaduto BR-364.** Foi realizado fiscalização e orientação aos condutores, referente ao desvio do viaduto do Trevo do Roque, para que a Construtora finaliza-se compactação do solo, a concretagem e asfaltamento da obra.
30/07/2012	- Ruas de Acesso ao Porto - Bairro: Triângulo.	Manhã	Foi prestado apoio a inauguração do Terminal Hidroviário do **Porto do Cai N'água,** no que diz respeito a fluxo de veículos, paradas, estacionamento e interdição nas proximidades do evento.
01 a 31/07/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/07/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/07/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
AGOSTO/2012			
04 e 05/08/2012	Av. 07 de Setembro	Manhã e Tarde	"1º SHOPPING ABERTO DE PORTO VELHO" - CDL
31/08 e 09/09/2012	- Parque dos Tanques.	Noite	Evento "FLOR DO MARACUJÁ"
12, 19 e 26/08/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito/DETRAN.	15:30 As 22:00	LEI SECA
02, 03, 09, 10, 11, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 30 e 31/08/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito/DETRAN.	22:30 As 05:00	LEI SECA
11/08/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito/DETRAN/T.R.E.	07:00 As 13:00 13:00 As 19:00	FISCALIZAÇÃO DE PLOTAGEM IRREGULAR.
01 a 31/08/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/08/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/08/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
SETEMBRO/2012			
06 A 09/09/2012	- Rua Otávio Reis	06:00 As 12:00 / 12:00 As 18:00/ 18:00 As 00:00.	Evento "FESTIVAL DE PRAIA DE FORTALEZA DO ABUNÃ 16ª EDIÇÃO", no Distrito de Fortaleza do Abunã.
07/09/2012	- PONTOS DE INTERDIÇÃO: Av. Imigrantes c/ Av. Jorge Teixeira, Av. Imigrantes c/ Av. Rio Madeira, Av. Imigrantes c/ Rua Alto Madeira, Av. Imigrantes c/ Rua Santa Barbara, Av. Tiradentes c/ Rua Antonio Lacerda, Av. Tiradentes c/ Rua Cipriano Gurgel, Av. Tiradentes c/ Rua Uruguai lado direito sentido Centro, "Av. Jorge Teixeira lado Direito entre Av. Calama e Av.	08:00 As 10:00	Desfile 7 de Setembro. Autorização N°425/2012.

	Imigrantes".		
13; 14; 15 e 16/09/2012	- Vias entorno do Parque de Exposição.	18:00 As 02:00	Evento EXPOJAP DE JACI PARANÁ
16/09/2012	- Av. Carlos Gomes, Rua Joaquim Nabuco, Av. Sete de Setembro.	14:00 As 00:00	10º PARADA DO ORGULHO LGBT 2012. Processo de nº 02.21.0107/2012. Parecer técnico 39/DET/SEMTRAN. Autorização Nº 434/2012.
24, 25, 26, 27 e 28/09/2012.	-Sebastião Gomes e Ilário Maia. -Rua Olavo Pires	07:00 As 18:00	Evento MUDANÇA DE SENTIDO DE VIAS DO DISTRITO DE JACI - PARANÁ
29/09/2012	- Rua Jatuarana entre Av. Campos Sales e Rua Sucupira.	19:00 As 01:00	3º MICARETA DO BLOCO FURACÃO DA ZONA SUL
09 e 23/09/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito/DETRAN.	15: 30 As 22:00	LEI SECA
01, 02, 06, 07, 08, 13, 14, 15, 20, 21 e 22/09/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito/DETRAN.	22:30 As 05:00	LEI SECA
01 a 30/09/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 30/09/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 30/09/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
OUTUBRO/2012			
07/10/2012	- Av. Rogério Weber, entre Rua Jaci- Paraná e Rua João Alfredo. - Escola Estadual Risoleta Neves, Bairro: Tancredo Neves. - Centro Social Madre Teresa de Calcutá, Bairro Lagoinha. - Escola Estadual São Luiz - Bairro: JK II. - Escola Estadual Jorge Teixeira de Oliveira, Bairro: Ulisses Guimarães. - Escola Estadual Jânio da Silva Quadros - Bairro: Mariana. - Escola Municipal Wadih Darwinch Zacarias - Bairro: Três Marias. Escola Estadual Mariana: São Francisco. - Escola Municipal Estela de Araújo Compasso: Marcos Freire. - Escola Municipal Ulisses Soares Ferreira. - Escola Municipal Bom Princípio - Bairro: Tancredo Neves. - Escola Municipal Pingo de Gente - Bairro: Ronaldo Aragão. - Escola Estadual Prof. Daniel Nery - Bairro JK II.	07:00 As 14:00	Eleições para Prefeito e Vereadores 1° Turno.
28/10/2012	- Av. Rogério Weber, entre Rua Jaci-Paraná e Rua João Alfredo. - Escola Municipal Rio Guaporé - Castanheiras. - Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon - Cohab. - Escola Estadual João Bento da Costa - Eldorado. - Centro Educacional Maria de Nazaré - Eldorado.	07:00 As 13:00 / 12:00 As 18:00	Eleições Para Prefeito e Vereadores 2° Turno

	- Escola Estadual Eduardo Lima e Silva - Nova Floresta. - Escola Roberto Duarte Pires - Igarapé. - Escola Santa Marcelina - Embratel.		
14/10/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito/DETRAN.	15:30 As 22:00	LEI SECA
01, 04, 05/10/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito/DETRAN.	22:30 As 05:00	LEI SECA
11, 12, 13, 18, 19, 25 e 26/10/12	Vários Pontos em Parceria com a CIA de Trânsito/DETRAN.	23:30 As 06:00	LEI SECA
01 a 31/10/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/10/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/10/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
NOVEMBRO/2012			
02/11/2012	- Proximidades dos Cemitérios : Santo Antônio e Inocentes.	07:00 As 13:00 / 12:00 As 18:00.	Dia de FINADOS.
04/11/2012	- Rua Jatuarana, entre Rua Cravo da Índia e Rua Monte Azul - CONCEIÇÃO.	08:00 As 18:00	1° Domingão da Jatuarana..
11/11/2012 e 18/11/2012	- Rua José Bonifácio com Duque de Caxias.	21:00 As 05:00	Operação Conjunta, SEMTRAN, DETRAN, CONSELHO TUTELAR, CÓDIGO DE POSTURA, JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, POLÍCIA AMBIENTAL E ELETROBRAS. Fiscalização em próximo a Casa Noturna DIMPLES.
01 a 30/11/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 30/11/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 30/11/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
DEZEMBRO/2012			
01 e 02/12/2012	- Rua Alexandre Guimarães c/ Rua 13 de Setembro, Rua Rogério Weber, Av. Rio de Janeiro, Rua Joaquim Nabuco, Rua Alexandre Guimarães.	18:00 do Dia 01/12/2012 as 06:00 do Dia 02/12/2012.	CARNAVAL FORA DE ÉPOCA - US DY PHORA FOLIA. Autorização N° 564/2012; **Processo 06.10917-000/2012**; **Termo Técnico 56/DET/SEMTRAN**.
01 a 31/12/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	07:30 As 13:30	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/12/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	13:00 As 19:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**
01 a 31/12/12	Ruas e Avenidas da Cidade de Porto Velho.	18:00 As 00:00	**Fiscalização Diária dos Agentes de Trânsito.**

1.8.1 ATIVIDADES DIVISÃO DE OPERAÇÃO DE TRÂNSITO - DOTR

EVENTOS	QUANTITATIVO DE AUTORIZAÇÕES
EVENTOS OBRAS E SERVIÇOS	172
EVENTOS RELIGIOSOS IGREJAS	111
EVENTOS ASSOCIAÇÕES	34
EVENTOS AUTO ESCOLAS	03
EVENTOS CARNAVAL	48
EVENTOS DIVERSOS	233
	601 AUTORIZAÇÕES EMITIDAS

1.8.2 ATIVIDADES DIVISÃO DE OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - DOFE

Relatório Circunstanciado das Atividades do DOFE			
DATA	**LOCAL**	**HORÁRIO**	**ATIVIDADE**
JUNHO - 2012			
01/06/12 a 30/06/12	SEMTRAN	08:00 As 12:00 / 14:00 As 18:00	Estatística de Autos de Infração.
JULHO - 2012			
01/07/12 a 31/07/12	SEMTRAN	08:00 As 12:00 / 14:00 As 18:00	Controle de Autos de Infrações. Estatística de Autos de Infração.
17/07/12	SEMTRAN	08:00 As 12:00 / 14:00 As 18:00	Estudo de Pontos com maiores Índices de Acidentes Conforme documento da CIA de Trânsito, para auxilio na elaboração de escala de serviço do DFT/SEMTRAN.
AGOSTO - 2012			
01/08/12 a 31/08/12	SEMTRAN	08:00 As 12:00 / 14:00 As 18:00	Controle de Autos de Infração. Estatística e Produção de Relatórios. Comparativo de Consistência de Autos com o DAT.
SETEMBRO - 2012			
01/09/12 a 30/09/12	SEMTRAN	08:00 As 12:00 / 14:00 As 18:00	Controle de Autos de Infração. Estatística e Produção de Relatórios.
28/09/12	SEMTRAN	08:00 As 12:00	Análise estatística de Autuações da SEMTRAN, DETRAN e PRF. Conforme documento do RENAEST/DETRAN.
OUTUBRO - 2012			
01/10/12 a 31/10/12	SEMTRAN	08:00 As 12:00 / 14:00 As 18:00	Controle de Autos de Infração. Estatística e Produção de Relatórios.
NOVEMBRO - 2012			
01/11/12 a 30/11/12	SEMTRAN	08:00 As 12:00 / 14:00 As 18:00	Controle de Autos de Infração. Estatística e Produção de Relatórios.
DEZEMBRO - 2012			
01/12/12 a 31/12/12	SEMTRAN	08:00 As 12:00 / 14:00 As 18:00	Controle de Autos de Infrações. Produção de Relatórios.

1.8.3 ANEXOS

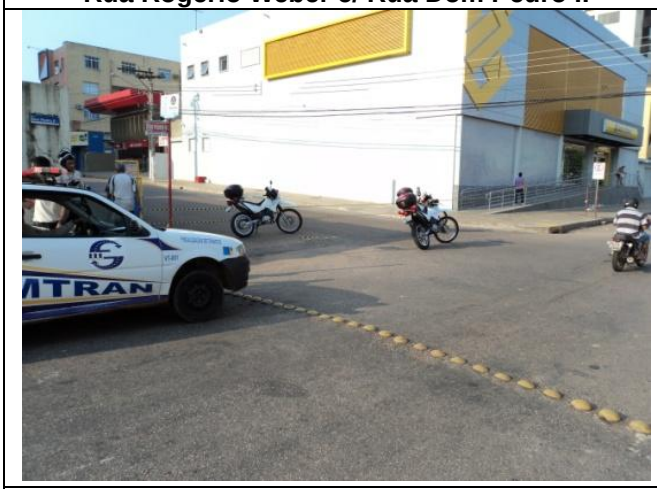
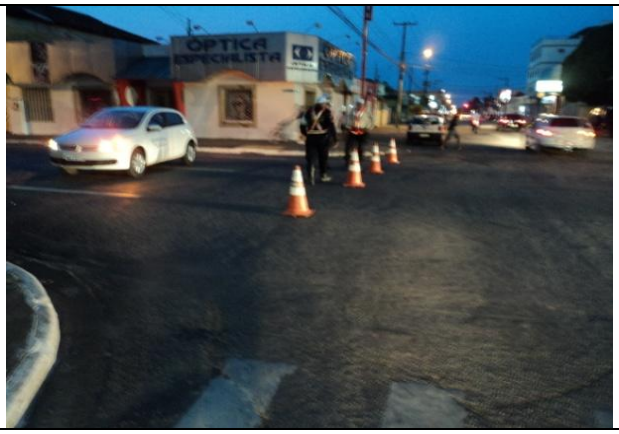
Banda do Vai Quem Quer - Interdições - Fevereiro/2012

Desvio da Br 364 - Março/2012	
Av. Mamoré com Itatiaia	Av. Mamoré com via de acesso a Cascalheira
Rua União com Francisco Barbosa de Souza.	Rua União, entre Mario Andreazza e Francisco B. de Souza.

Rua Chico Mendes com Rua Teodora Lopes.	Rua Vila Mariana com Rua dos Farrapos.

Fiscalização nas Proximidades do SARDINHAS PUB- Maio/2012

10º PARADA DO ORGULHO LGBT 2012- Interdições - Setembro/2012

Rua Rogério Weber c/ Rua Dom Pedro II	**Rua Dom Pedro II c/ Av. Presidente Dutra**
	
Rua Dom Pedro II c/ Rua José de Alencar	**Av. Carlos Gomes c/ Rua José de Alencar**
	
Rua Rogério Weber c/ Rua Duque de Caxias	**Av. Carlos Gomes c/ Av. Brasília**

Via de Acesso a Feira Livre do Produtor (Imediação do TRE-RO).	***Escola Estadual João Bento da Costa – Eldorado***
Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon – Cohab	***Escola Estadual Eduardo Lima e Silva - Nova Floresta***
Centro Educacional Maria de Nazaré - Eldorado	***Escola Municipal Rio Guaporé - Castanheiras***

Escola Estadual Roberto Duarte Pires – Igarapé	***Escola Santa Marcelina – Embratel***

Cemitério Santo Antônio

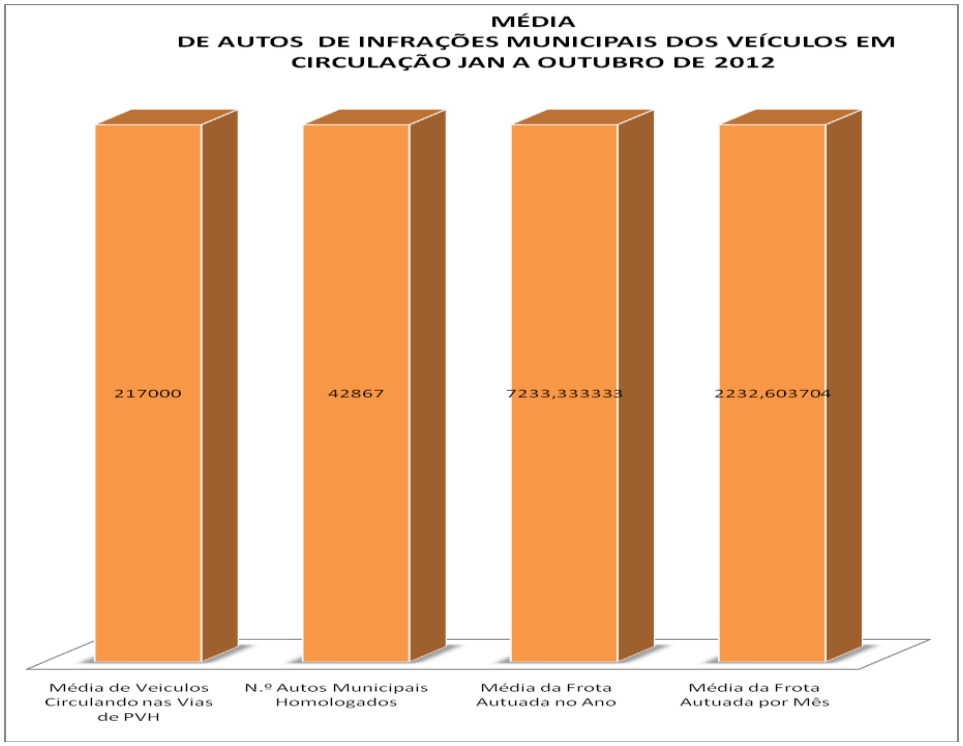
Cemitério dos Inocentes

1.10 DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO DE TRÂNSITO – DAT
1.10.1 RELATÓRIO CONSOLIDADO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO DE RECURSOS/2012

ITEM	MÊS	QUANT. PROCESSOS CADPAT	QUANT. PROCESSOS JARI
1.	JANEIRO	33	12
2.	FEVEREIRO	39	10
3.	MARÇO	57	10
4.	ABRIL	27	03
5.	MAIO	38	-
6.	JUNHO	28	09
7.	JULHO	39	12
8.	AGOSTO	232	101
9.	SETEMBRO	132	61
10.	OUTUBRO	61	69
TOTAL		**686**	**287**

RELATÓRIO DICL 2010,2011,2012			
DE CICLOMOTORES CADASTRADOS NO SISTEMA			
Qtd.de Processos	**2010**	**2011**	**2012**
Janeiro		12	40
Fevereiro		23	22
Março		17	68
Abril		25	83
Maio	5	36	78
Junho	4	31	81
Julho	6	42	86
Agosto	12	62	88
Setembro	13	41	105
Outubro	12	34	61
Novembro	11	33	29
Dezembro	14	59	
TOTAL	**77**	**415**	**741**

Valor Arrecadado	**2010**	**2011**	**2012**
Janeiro		R$ 2.162,22	R$ 8.074,24
Fevereiro		R$ 4.213,40	R$ 4.069,17
Março		R$ 3.148,98	R$ 13.755,73
Abril		R$ 4.391,40	R$ 15.924,03
Maio	R$ 773,50	R$ 6.938,37	R$ 19.193,03
Junho	R$ 319,20	R$ 5.708,85	R$ 15.964,48
Julho	R$ 691,39	R$ 8.138,15	R$ 17.126,01
Agosto	R$ 1.880,63	R$ 11.737,85	R$ 15.467,24
Setembro	R$ 1.916,05	R$ 7.830,70	R$ 18.651,49
Outubro	R$ 2.142,10	R$ 5.978,13	R$ 11.136,65
Novembro	R$ 1.559,48	R$ 6.239,46	R$ 5.153,25
Dezembro	R$ 2.360,50	R$ 10.374,18	
TOTAL	**R$ 11.642,85**	**R$ 76.861,69**	**R$ 144.515,32**



COORDENADORIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES-CMT

1.2 AÇÕES;

Realização de reuniões com diretores e chefe de divisões do transportes quinzenalmente, para alinhamento das informações, Reunião com representantes das Empresas responsáveis pelo transporte coletivo urbano, para tratar assuntos relacionados a cumprimento de Ordens de Serviços e outros de grande relevância, Atendimentos diversos ao público geral, usuários de transportes, condutores e permissionários, Reuniões mensais com alinhamento das divisões de fiscalização e do planejamento dos transportes, visando cobrança de relatórios das atividades realizadas e interação entre elas, Análise dos relatórios trimestrais das Diretorias e Divisões, Acompanhamento de projetos realizados pelos técnicos.

2-.DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES -DST

2.1- AÇÕES:

Cadastramento de todos os processos de autorizados e auxiliares de 2012 no TP (protocolo eletrônico), Renovação da frota de taxi, Realização de Processo Seletivo na atividade Pequenas Cargas, Realização de Processo Seletivo para Transporte Escolar, Atendimento à usuários do transportes, Recebimento de denuncias dos usuários do transportes

1 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE TÁXI ESCOLAR – DSTE

1.AÇÕES:

Em 2012 todos os procedimentos da divisão foram executados mediante procedimento que são regidos pelo Decreto nº 10.920 de 08 de Fevereiro de 2008. que “ Aprova e regulamenta o serviço de táxi no município de Porto Velho e seus distrito no estado de Rondônia” com finalidade de agilizar e aprimorar o atendimento dos usuários da Secretaria Municipal de Transporte e Transito – SEMTRAN. O atendimento ao

público foi ampliado com aumento do número de servidores e estagiários treinados para atender as necessidades dos usuários com qualidade, eficiência e eficácia. A análise de processo é realizada por Servidor de Carreira, devidamente capacitado, que faz as primeiras conferencias e despacha ao Chefe da Divisão responsável pela análise final em conjunto com o diretor do departamento. Acionamento da fiscalização para averiguação de denuncias de transportes táxis e vans escolares, possivelmente ilegais, prestando serviço na cidade.

1.2-EMISSÃO DE DOCUMENTO

Condutores autorizados ou auxiliares protocolam diversos tipos de requerimentos diariamente á SEMTRAN, esta emite ofícios aos órgãos e instituições (abaixo relacionados), solicitando a viabilidade dos procedimentos.

DETRAN – Emplacamento/Mudança de Categoria/Transferência de Proprietário/Transferência de Município/Licenciamento

IPEM – Aferição de Taxímetro e Substituição de Veiculo

EMPRESA CREDENCIADA PARA ADESIVAÇÃO DE VEÍCULOS – faixa lateral/ nº nas portas e porta malas/ SEMTRAN nas portas traseiras

1.3- RESUMO DE DOCUMENTOS EMITIDOS PELA SEMTRAN / 2012

	DECLARAÇÕES DIVERSAS	**DETRAN**	**IPEM**	**EMPRESA CREDENCIADA PARA ADESIVAR VEÍCULOS –**
MÉDIA MENSAL	60	160	160	160
MÉDIA ANUAL	720	1920	1.920	1.920

1.4- DECLARAÇÕES FORNECIDAS PELA SEMTRAN:

- **Certidões Informativas -** declarações Plano Táxi - que permite ao condutor autorizado ter diretos a adquirir um Veículo novo com 50% (Cinquenta por cento) de desconto nas Concessionárias, são **e**mitidas após pagamento da taxas pagas na SEMFAZ.
- **Declaração Informativa,** informa dados pessoais, período de cadastro e modalidade de serviço prestado pelos condutores autorizados ou auxiliares.

1.5 - RESUMO DAS AUTORIZAÇÕES DE TAXI/2012

AAM	**AUTORIZADOS**	**AUXILIARES**	**RENOVADOS/2012**	**ENCAMINHADO À SEMFAZ**
FINAL 01	75	24	45	11
FINAL 02	75	21	33	7
FINAL 03	75	19	27	8
FINAL 04	75	24	40	8
FINAL 05	75	24	37	4

FINAL 06	75	18	42	3
FINAL 07	75	18	21	9
FINAL 08	75	17	28	5
FINAL 09	75	27	38	2
FINAL 09	75	18	46	5
TOTAL	**750**	**210**	**357**	**62**

O quadro acima demonstra o número de cadastro dos autorizados e auxiliares que possuem Autorização Administrativa Municipal – distribuídas pelo numero final das placas das autorizações de 1 a 0, e o número de autorizações que foram renovadas ao longo do ano de 2012.
Após a renovação de documentos e vistoria dos veículos, os alvarás e carteira de condutores foram entregues em até 24 horas.Todas as 21 autorizações, correspondente a prestação de serviços de táxi no terminal do Aeroporto Internacional de Porto velho foram renovadas. Em 2012 foram protocolados 42 (quarenta e dois) documentos referentes a termo de desistência e indicações de novos autorizados e posteriormente despachados a Secretaria de Fazenda - SEMFAZ para cadastramento e lançamento do Imposto.

1.6- RESUMO GERAL DAS AUTORIZAÇÕES ADMINISTRATIVA MUNICIPAIS CONCEDIAS AOS DISTRITOS DE PORTO VELHO CONFORME O DECRETO Nº 11.645 DE 07 DE MAIO.

SIGLA	**DESCRIÇÃO**	**QUANT**
AMJ	Autorização Adm. Municipal Jaci Paraná	25
AMN	Autorização Adm. Municipal Nova Califórnia	11
AMV	Autorização Adm. Municipal Vista Alegre	11
AMM	Autorização Adm. Municipal Mutum	18
AMS	Autorização Adm. Municipal São Carlos	12
AMA	Autorização Adm. Municipal Abunã	12
AMF	Autorização Adm. Municipal Fortaleza do Abunã	0
AMU	Autorização Adm. Municipal União dos Bandeirantes	16
AMR	Autorização Adm. Municipal Rio Pardo	07
AMC	Autorização Adm. Municipal de Cujubim	07
AMX	Autorização Adm. Municipal de Extrema	12

2 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS, DE FRETAMENTO E TURISMO E VICINAIS – DSTF

2.1- AÇÕES:

Houve renovação de 10,81% da frota de ônibus do transporte coletivo urbano entre os meses de dezembro de 2011 e fevereiro de 2012 conforme dados da tabela a seguir:

EMPRESAS DE TRANSPORTES COLETIVOS RIO MADEIRA E TRÊS MARIAS	**QTD**
Renovação da frota	20
Total da frota	185

Considerando que a idade média da frota deve variar entre 01 e 08 anos, atualmente a idade da frota encontra-se em: 5,05 anos.

2.2- EMPRESAS CADASTRADAS PARA TRANSPORTES FRETAMENTO E TURISMO:

EMPRESA	**TIPO DE VEÍCULO**	**QUANTIDADE**
Clauric Transportes	Ônibus	14
Empresa Individual Rui Eliseu	Ônibus	3
Flecha Transporte Turismo	Ônibus	7
J. Luis Costa Cunha	Ônibus	14
Lehia Locadora de Veiculo	Ônibus	25
Porto Madeira Turismo Ltda	Ônibus	25
Rondonorte Transportes e Turismo Ltda	Ônibus	21
Empresa Ideal Locadora de Equipamentos Ltda	Ônibus	112
L.C dos Santos Santa Paulina	Ônibus	4
Total		**231**

2.3- EMPRESAS PARTICULARES CADASTRADAS- 2012 PARA REALIZAR TRANSPORTES NAS LINHAS VICINAIS

EMPRESA	**TIPO DE VEÍCULO**	**QUANT.**
Com. Varejão. de Produtos-Jaci Paraná Ltda	Ônibus	1
João Raimundo de Nascimento Filho	Ônibus	1
Mc. Com. e Sol. Serviços Ltda – ME	Ônibus	1
Carlos Aparecido de Sousa	Ônibus	1

Fernando Moreira da Silva	Ônibus	1
J.F.Freire Agencia de Viagens – ME	Ônibus	1
J.F.Freire Agencia de Viagens – ME	Ônibus	1
Luciano Macedo Santos Silva	Ônibus	1
Porto Júnior Construções	Ônibus	1
Valtamir Leiles da Rocha	Ônibus	1
Total		**10**

3-. DIVISÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE MOTO-TÁXI E CARGA - DSMC

3.1 - AÇÕES:

Atendimento ao público. Realização de providencias necessária, convocação por telefone, para que os mototáxistas autorizados e auxiliares mantivessem seus registros devidamente renovados. Acionamento da fiscalização para averiguação de denuncias de transportes de passageiros mototáxi e frete de pequenas cargas ilegais prestando serviço na cidade.

3.2 - AUTORIZAÇÃO MOTOTÁXI 2012:

Autorizado principal - SEMTRAN	574
Autorizado principal pela Justiça	63
Total de autorizações	637
Autorizado principal renovados/ 2012	490
Auxiliares renovados/ 2012	259
Auxiliares não renovados /2012	30
Auxiliares baixado/ 2012	153
Processo cadastrado na Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ para Lançamento do ISS	100%

3.3 - PEQUENAS CARGAS - TAM:

Foi realizado processo seletivo com abertura de 200 vagas para autorização de transportes de pequenas Cargas:

AUTORIZAÇÕES	SIGLA	MUNICIPIO
200	TAM	Porto Velho

3.4 - PROCESSOS ENCAMINHADOS À SEMFAZ PARA GERAR ISS

Processo Seletivo	200
Autorização para condutores Principal, cadastrado na SEMTRAN	168
Processos encaminhados á SEMFAZ para gerar ISS	127
Em procedimento de tramitação para encaminhar a SEMFAZ	41

4 - DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DE TRANSPORTES

4.1- AÇÕES:

Analise de planilhas de custos, das Empresas de Transportes Coletivos, Apoio à fiscalização, na verificação dos cumprimentos das Ordens de Serviços da SEMTRAN enviadas as Empresas Rio Madeira e Três Marias, Acompanhamento das Obras do Terminal de ônibus Coletivo Ormindo de Menezes, Analises técnicas mediante visitas a Bairros que necessitavam de estrutura mínima para a circulação de coletivos, Acompanhamento do sistema de bilhetagem eletrônica.

1– ATIVIDFADES DA DIVISÃO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES

1.1 - AÇÕES

Acompanhamento da Construção que se encontra em fase final, do Terminal de ônibus coletivos Ormindo de Menezes localizado na Av. Jorge Teixeira.

O projeto da Construção do Terminal de Integração e Transbordo de Passageiros Euclides da Cunha foi concluído e encontra-se em procedimento preliminar licitatório, Desvio da rota dos ônibus que passavam pela. Rua Euclides da Cunha p/ Av. Rogério Weber em virtude dos preparativo ás obras do Terminal de Integração e Transbordo de Passageiros Euclides da Cunha, Foram respondidos à SEMAD, 100 processos relativos às consultas sobre aumento do auxílio de vale transportes de servidores municipais, Emissão de 15 autorizações para colagem de cartazes no interior dos ônibus coletivos, Renovação de 20 novos ônibus para

a frota do transporte coletivo, Foram realizadas 90 Ordens de Serviço direcionadas as Empresas de Transporte Coletivo Rio Madeira e Três Marias sendo os assuntos de maior relevância:

- Aumento da frota de coletivos durante eventos como eleições, concursos público, ENEM, Arraial Flor do Maracujá, Portões Aberto da Base Aérea, dia de Finados e outros que demandaram aumento de usuários de transportes coletivos em dias de feriados.
- Realização de traçados com alternativas de desvio de rotas de ônibus onde ocorreram Interdições de vias.
- Defição das linhas de ônibus que no sentido BR 364/]Centro, entre as Rua da Beira e a Policlínica Oswaldo Cruz.
- Remanejamento do ponto final da linha 408-A Cidade Nova, ao novo itinerário serão acrescentadas as Ruas: Cicero Ceverina, Maldonado , Magno Arsolino e Percy Holder.
- Ampliação do Percurso de 01 ônibus da linha Grande Circular B, as Ruas Jatuarana, Av. Engenheiro Chiquilito Erse, Av. Tiradentes e seguindo itinerário normal pela Av. Jorge Teixeira. Perfazendo o itinerário via Shopping
- Retorno das linhas 303 (São Francisco) e 303B (São Francisco Via Lagoinha) no Bairro Lagoa, a realizarem o itinerário pelas Ruas Ayrton Sena e Inter-Lago tanto na ida quanto na volta.

A média mensal de passageiros usuários do transporte coletivo urbano no ano de 2012 ficou em torno de **2.239.127 (dois milhões duzentos e trinta e nove mil cento e vinte e sete passageiros.**

2 - DIVISÃO DE LEVANTAMENTO E OPERAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO ;

2.1- AÇÕES:

Implantação de 86 abrigos para espera de ônibus, distribuídos nos principais corredores de ônibus da cidade, sendo 36 em parceria com o consorcio Vale do Guaporé e 50 do Convênio de Jirau nº 396/10.

20. Instalação de 10(dez) placas (indicativas de paradas de ônibus) em diversos pontos.
21. Instalação de 07(sete) placas informativas que indicam onde ocorrem o inicio e o final da integração entre ônibus coletivos, na Av. sete de Setembro.
22. Remoção de 10 abrigos de ônibus, por não se encontrar mais em condição de uso.
23. Levantamento em loco nos bairros: Lagoinha, Nova Esperança, Novo Horizonte e Estrada dos Periquitos, para pesquisa sobre a demanda de usuários de ônibus coletivos, atualização do itinerário e novas medições para implantação de placas indicativas de paradas de ônibus.

3.- DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

3.1 AÇÕES:

Designação de fiscais do transportes em diversos pontos da cidade como porto, aeroporto, rodoviárias, pontos de taxis, garagem de ônibus coletivos, para averiguação da situação regular dos transportes e de seus condutores, Abordagem “surpresa” nos coletivos urbanos, para verificação de possível superlotação, desvios de itinerários e outros correlacionados, Recolhimento ao pátio da SEMTRAN, de veículos em desacordo com a legislação vigente.

QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2012

MESES	**Maio**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**
Notificações	24	8	10	5	9	1	1
Auto de infração	4	6		20	1		-
Vistoria em Táxi	91	96	61	57	38	32	4
Vistoria em Moto Táxi	144	71	61	58	24	44	6
Vistoria em Ônibus	-	-	-	-	-	-	-
Vistoria em Escolar	2	6	-	-	1	-	-
Vistoria em TAM	24	9	18	12	9	-	1
Vistoria em Ciclomotor	7	9	11	6	3	13	8
Vistoria de Baixa em Veículos	37	17	16	15	21	12	
Apreensão de Veículos	3	6		8	-	-	-
Averiguações em loco de apuração de denuncias do 0800	5	4	4	2	3	1	-

4 - DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PROCESSO DE VEÍCULOS APREENDIDO DE TRANSPORTES

4.1 - AÇÕES:

Abertura e formalização de processos de todos os veículos apreendidos.

QUADRO RESUMO - RELAÇÃO DE VEICULOS APREENDIDOS E LIBERADOS :

Veículos Liberado	**Auto de Infração**	**Termo de Apreensão**	**Placa**	**Marca/modelo**	**Chassi**
DENILSON DELGADO DA SILVA				FIAT/IDEA ELX	98D135613A2124607

	1416	856	NDV 7007		
TACIANE DE ANDRRADE NERY	7257	3686	NCG0641	HONDA CG-150 FAN	9C2KC1550AR045680
LUZAIRA PEREIRA DE AGUIAR	1106	3502	NDW1705	YAMAHA/FACTOR BR 125 ED	9C6KE120090019564
HIDBAIM AUGUSTO DE ARAÚJO	0781	857	NBG3703	FIAT/UNO	9BD15844AC6667383
JOÃO DE ABREU GOMES	0402	3718	NCK2740	HONDA CG 125	9C2JC30102R10517G
TIAGO DOS REIS BATISTA NETO	782	855	NCK5054	FIAT/PALIO FIRE	9BD17146742447598
ELIELSON MOISES R. DA SILVEIRA	7180	3272	NED8356	HONDA CG	9CZJC41109R514128

SEMOB

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SEMOB

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar todas as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, durante o exercício de 2012.

A SEMOB precisa acompanhar o ritmo de desenvolvimento da cidade. Para tanto é necessário se recontextualizar, fortalecendo sua participação na vida dos munícipes reconhecendo e atuando de acordo com suas atribuições e responsabilidades.

Para a boa prestação dos serviços aos quais a Secretaria se propõe, nessa nova conjuntura é imperioso seu fortalecimento técnico e operacional, redimensionando seus setores visando transformá-la a fim de que atenda as expectativas, e permita o fiel cumprimento de suas obrigações.

O Município cresce como um todo, e a demanda por mais e melhores serviços é natural e necessário. Esse é o desafio a ser enfrentado, o da busca constante de soluções, sempre urgentes, para as questões atinentes ao seu papel.

Com o grande volume de obras de infraestrutura realizado pela Prefeitura de Porto Velho, aumentando expressivamente, a malha viária pavimentada, necessidades que eram exclusividade das áreas centrais passam a fazer parte do cotidiano das regiões periféricas, estando sob sua responsabilidade serviços que se relacionam com o cotidiano das pessoas, entre os quais destacamos, novas ruas asfaltadas, construção de sarjetas, galerias e calçadas. Serviços de tapa buraco recapeamento propriamente dito, drenagem, infraestrutura das estradas rurais não pavimentadas, limpeza e manutenção dos bueiros, pontes e pontilhões, entre outros serviços da zona rural, oferecem conforto e segurança aos usuários.

Destacamos principalmente as obras realizadas e os materiais utilizados, tanto de consumo como materiais permanentes (equipamentos). Algumas obras estão em andamento e outras já foram concluídas. Contamos com o apoio da ASTEC, Coordenadorias de Estradas Rurais e a Coordenadoria de Vias Urbanas, Departamento de Obras e o Departamento de Manutenção de Máquinas e Equipamentos.

MIRIAM SALDAÑA
Secretário Municipal de Obras

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

PROGRAMA APOIO ADMINISTRATIVO

O Programa visa atender toda a unidade administrativa, gerindo as atividades rotineiras da secretaria, mantendo os servidores num ambiente de trabalho adequado e a melhoria no desempenho de suas funções.

1. Foram adquiridos diversos materiais para manutenção desta unidade administrativa, tipo: materiais de expediente, material de limpeza, gêneros alimentícios (pães, leite, café, açúcar e outros), alimentação/almoço tipo marmitex, e confecção de placas de identificação e sinalização.

2.Despesas com pagamento de diárias aos servidores que atuam nos diversos Distritos, tanto na área rural como na área urbana do município de Porto Velho.

PROGRAMA PORTO VELHO LIMPA

Este programa está voltado para os principais serviços de limpeza, retificação e revestimento de canais, visando melhorar as condições ambientais e a saúde da população.

1. Locação de horas máquinas dos equipamentos: retroescavadeiras, escavadeira hidráulica, caminhões basculantes trucados, pá carregadeiras, caminhão munck e trator de esteira.

PROGRAMA URBANIZAR

O Programa tem a função de executar os serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção das vias urbanas, e ainda ampliação e recuperação de estradas vicinais. Oferecendo melhores condições de trafegabilidade e segurança aos condutores de veículos, bem como a população em geral.

1. Aquisição de diversos materiais tipo: aquisição de peças diversas para equipamentos leves e pesados, aquisição de pneus, aquisição de peças p/equipamentos da marca IVECO, e aquisição de mangueiras hidráulicas. Aquisição de um tanque homogeinizador p/produtos asfálticos. Aquisição de equipamentos pesados (caminhões basculantes, trucados, motoniveladora, pá carregadeira e retroescavadeira).

2. Prestação de serviços mecânicos nos equipamentos de marca IVECO. Despesas com aluguel de equipamentos/horas máquinas (caçambas basculantes toco e trucada, caminhão pipa, rolos liso e corrugado, motoniveladoras, pá carregadeiras, trator de esteiras e outros) para execução de serviços na área urbana e rural.

3. Aquisição de manilhas de diversos diâmetros para área urbana e rural, aquisição de tubos de PVC de diversos diâmetros para área rural, aquisição de 2.110 sacos de cimento, aquisição de 30 mil tijolos, e aquisição de material laterítico (94.923m³ de cascalho) para atender a área urbana e rural.

4. Aquisição de produtos asfálticos: Cimento Asfáltico de Petróleo = 2.064 toneladas de CAP-50/70. Asfalto Diluído = 235 toneladas de CM-30. Emulsão Asfáltica = 187 toneladas de RR-2C. Aquisição de insumos: Areia lavada = 5.770m³, Brita 01 = 8.752 m³. Pó de brita = 11.534m³. Todos realizados com os recursos Ordinários e do CIDE.

Observação: *com os produtos asfálticos (CAP, CM e RR) e agregados (areia, brita e pó de brita) são produzidos o Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). Que são aplicados na manutenção, recuperação, restauração e tapa-buraco, e aplicados também em trechos novos e recapeamentos das vias públicas*

Execução de Obras

1. Obras de Construção do almoxarifado, Oficina leve, bloco de depósito de ferramentas /refeitório/cozinha, borracharia e lavador na área do Complexo da SEMOB (em andamento)
2. Obras de construção de calçadas para tráfego de pedestres na Vila de Santa Catarina – 350 metros (em andamento).
3. Obras de construção de calçadas para tráfego de pedestres no Distrito de Nazaré – 849 metros (em andamento).

FOTOGRÁFICO DAS OBRAS

Complexo da SEMOB

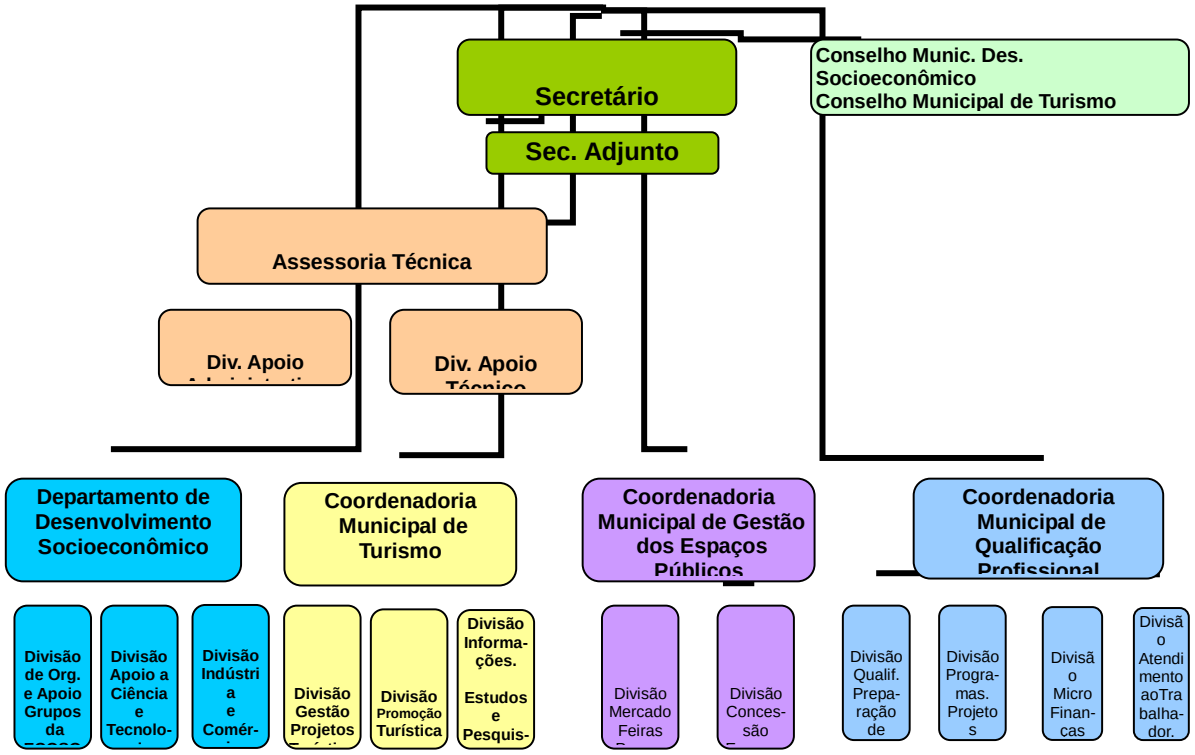
Construção do almoxarifado/refeitório/borracharia/lavador

SEMDESTUR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR

APRESENTAÇÃO

Este Relatório Circunstanciado tem como objetivo mencionar as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo – SEMDESTUR, durante o exercício de 2012. Com comparativo das ações qualitativas e quantitativas aos exercícios de 2010 e 2011, destacando inicialmente nesse triênio, o quadro de recursos humanos, os materiais de consumo utilizados, e as atividades realizadas por setores que compõem a estrutura da Secretaria. A estrutura da SEMDESTUR foi definida tendo por base a legislação de sua criação em 2005, sendo altera organizacionalmente conforme Lei Complementar nº. 430 de 13/09/2011, representada atualmente pelo organograma:



A SEMDESTUR apresenta o relatório, mediante a execução de atividades inerentes às Políticas Públicas definidas para a área de desenvolvimento socioeconômico do município de Porto Velho, fruto do esforço e dedicação de todos os colaboradores deste Órgão, buscamos ao longo destes anos construir um trabalho dedicado à realização de parcerias com diversos setores das esferas de governamental e sociedade civil, o que possibilitou desta forma que pudéssemos desenvolver as ações de modo a obter resultados efetivos que foram ao encontro dos anseios da sociedade de nosso município.

AGNALDO ARÚJO NEPOMUCENO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em novembro de 2011, mediante nona reestruturação da SEMDESTUR, o Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico foi desmembrado. Os espaços públicos foram incorporados à Coordenadoria Municipal de Gestão dos Espaços Públicos e a microfinanças ao SINE. A atual estrutura do Departamento e a que segue:

- Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico
- Divisão de Apoio a Economia Solidária
- Divisão de Ciência e Tecnologia

RECURSOS HUMANOS

Em 2012, a SEMDESTUR possui em seu quadro de pessoal 136 servidores, dos quais 105 são Estatutários, 30 em Cargos Comissionados e 01 cedido a disposição com ônus para Secretaria, compondo-se seu quadro técnico dos seguintes níveis e áreas de Qualificações Profissionais. A escolaridade desses profissionais é a que segue: 4 são pós-graduados, 15 são graduados, 4 possuem nível técnico, 51 nível médio e 6 com o ensino fundamental

Despesas Realizadas

Serviços de Reparos e Manutenção nos Mercados e Feiras:
Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.23.692.106.2.378 – Gestão de Uso dos Espaços Públicos
3.3.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Manutenção do **Mercado Central**. Conforme Memorial Descritivo e Planilha de Custo constante nos Autos 17.00542/2012.	Serviço	01	14.300,00	**14.300,00**

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Serviço de Reparo e Manutenção da **Praça Marechal Rondon.** Conforme Memorial Descritivo e Planilha de Custo constante nos Autos 17.00547/2012.	Serviço	01	12.800,00	**12.800,00**

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Serviço de Reparo e Manutenção do **Centro Gastronômico**. Conforme Memorial Descritivo e Planilha de Custo constante nos Autos 17.00545/2012.	Serviço	01	12.500,00	**12.500,00**

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Serviço de Reparo e Manutenção do **Mercado do Pedacinho de Chão**. Conforme Memorial Descritivo e Planilha de Custo constante nos Autos 17.00544/2012.	Serviço	01	14.750,00	**14.750,00**

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Serviço de Reparo e Manutenção do **Mercado do KM 1**. Conforme Memorial Descritivo e Planilha de Custo constante nos Autos 17.00541/2012.	Serviço	01	12.650,00	**12.650,00**

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Serviço de Reparo e Manutenção do **Mercado do Pescado**. Conforme Memorial Descritivo e Planilha de Custo constante nos Autos 17.00543/2012.	Serviço	01	13.750,00	**13.750,00**

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
Serviço de Reparo e Manutenção do **Shopping Popular Rio Madeira.** Conforme Memorial Descritivo e Planilha de Custo constante nos Autos 17.00546/2012.	Serviço	01	13.200,00	**13.200,00**
Total de Custo a.a com Serviços de Reparos e Manutenção nos Mercados e Feiras				**93.950,00**

A SEMDESTUR, em 2011, passou a ser gestora dos espaços públicos, conforme Lei Complementar n.º 430, de 13 de setembro de 2011 e desde então, é responsável pela manutenção e gestão desses espaços e ainda incorporou em seu quadro funcional todos os funcionários que estavam à disposição dos mercados e feiras.

Especificação de Despesas com aquisição de água mineral, café, açúcar, gás de cozinha e copos descartáveis para atender a Secretaria – SEMDESTUR:

Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.23.695.043.1.267 – administração da unidade Elemento de despesa
3.3.90.30 – Material de consumo

Quant	Unidade de medida	Descrição	Estimativa de Custo (R$)
40	GARRAFÃO	ÁGUA MINERAL, NATURAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO POLIPROPILENO, TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, CONTENDO 20 LITROS, COM VASILHAME, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RÓTULO CONTENDO A ORIGEM DA ÁGUA MINERAL COMO: NOME DA FONTE, NATUREZA DA ÁGUA, LOCALIDADE, DATA E NÚMERO DE CONCESSÃO DA LAVRA, NOME E ENDEREÇO DO CONCESIONÁRIO, CONSTANTES FÍSICO-QUÍMICO, COMPOSIÇÃO ANALÍTICA E CLASSIFICAÇÃO, ANO, MÊS DE ENFARRAFAMENTO E PRAZO DE VALIDADE, NATURAL	**460,00**
1.000	GARRAFÃO	ÁGUA MINERAL, NATURAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO POLIPROPILENO, TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, CONTENDO 20 LITROS, SEM VASILHAME, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RÓTULO CONTENDO A ORIGEM DA ÁGUA MINERAL COMO: NOME DA FONTE, NATUREZA DA ÁGUA, LOCALIDADE, DATA E NÚMERO DE CONCESSÃO DA LAVRA, NOME E ENDEREÇO DO CONCESIONÁRIO, CONSTANTES FÍSICO-QUÍMICO, COMPOSIÇÃO ANALÍTICA E CLASSIFICAÇÃO, ANO, MÊS DE ENFARRAFAMENTO E PRAZO DE VALIDADE,NATURAL.	**2.630,00**
100	PCT	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFA DE 500 ML, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RÓTULO CONTENDO A ORIGEM DA ÁGUA MINERAL COMO: NOME DA FONTE, NATUREZA DA ÁGUA, LOCALIDADE, DATA E NÚMERO DE CONCESSÃO DA LAVRA, NOME E ENDEREÇO DO CONCESIONÁRIO, CONSTANTES FÍSICO-QUÍMICO, COMPOSIÇÃO ANALÍTICA E CLASSIFICAÇÃO, ANO, MÊS DE ENGARRAFAMENTO E PRAZO DE VALIDADE.., NATURAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFA PET (PLÁSTICA RECICLÁVEL), TAMPA COM ROSCA E LACRE, CONTENDO 500 ML. PCTE C/ 12 UND.	**470,00**
300	PCT	AÇUCAR CRISTALIZADO, SACAROSE DE CANA- DE-AÇÚCAR, NA COR BRANCA. EMBALAGEM EM PIETILENO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA, PCT 2KG	**855,00**
250	KG	CAFÉ TORRADO E MOIDO, EMBALADO Á VÁCUO, PURO, ALUMINIZADO, FORNECIDO EM PACOTE DE 250G	**2.230,00**

25	UNIDADE	GAS GLP, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, VASILHAME A BASE DE TROCA.	**1.000,00**
30	CAIXA	COPO PARA ÁGUA, CAPACIDADE 180 ML, EM POLIETILENO BRACO, COM FRISOS E SALIÊNCIA NA BORDA. EMBALAGEM CAIXA DE PAPELÃO, ONDE OS COPOS SÃO ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS COM 100 (CEM) UNIDADES CADA, CAIXA COM 25 PACOTES	**942,00**
05	CAIXA	COPO PARA CAFÉ, CAPACIDADE 50 ML, EM POLIETILENO BRACO, COM FRISOS E SALIÊNCIA NA BORDA. EMBALAGEM CAIXA DE PAPELÃO, ONDE OS COPOS SÃO ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS COM 100 (CEM) UNIDADES CADA, CAIXA COM 25 PACOTES	**152,00**
Total a.a			**8.739,00**

Especificação de Despesas com Prestação de serviços de manutenção de Veículo:
Projeto/Atividade/Operação Especial
02.01.04.122.007.2.001

Descrição	**Estimativa de Custo (R$)**
Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas áreas de mecânica, retifica, elétrica eletrônica, suspensão, alimentação, arrefecimento, ar – condicionado, funilaria, tapeçaria, estofaria, vidraçaria, pintura, alinhamento de direção, balanceamento de rodas e cambagem, com fornecimento de peças e acessórios, para a frota da Secretária Municipal SEMDESTUR.	120.000,00
Valor Total a.a	**120.000,00**

Participação da SEMDESTUR no Projeto Tenda da Cidadania:
Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.04.122.007.2.001 – Administração Unidade
3.3.90.30 – Material de Consumo

Descrição	**Estimativa de Custo (R$)**
A Tenda da Cidadania é um projeto, coordenado pela primeira-dama do município de Porto Velho, foi criado com o objetivo de levar os serviços prestados pela prefeitura à população dos distritos, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da igualdade de oportunidades, conforme a política do município.	11.776,60
Valor Total a.a	**11.776,60**

Serviços de Limpeza - Realização de serviços de limpeza e desobstrução da fossa e das caixas de gorduras com a limpeza e sucção da rede de esgoto.
Desobstrução de fossa e de caixas de gordura dos Mercados Públicos.
Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.23.692.106.2.378 – Gestão de Uso dos Espaços Públicos
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídic

Descrição	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total (R$)**
SERVIÇO DE LIMPEZA E DESOBTRUÇÃO DA FOSSA CARGA DE 18.000 LITROS DOS MERCADOS.	Serviços	04	350,00	1.400,00
SERVIÇO DE DESOBSTRUÇÃO DAS CAIXAS DE GORDURA COM LIMPEZA E SUCÇÃO DA REDE DE ESGOTO COM GÁS CARBÔNICO (CO^2) DOS MERCADOS.	Serviços	66	99,50	6.567,00
Despesa realizada - 2011 e 2012				7.967,00

A aquisição de toner para atender as impressoras da Secretaria Municipal - SEMDESTUR:
Projeto/Atividade/Operação Especial

17.01.11.334.0026.1.392 – Administração da Unidade
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
TONER DE TINTA PRETA PARA IMPRESSORA LEXMARK E230, (24018SL OU ANTIGO 12ª8400), 2.500 PAGINAS (ORIGINAL DO FABRICANTE DA IMPRESSORA).	UNIDADE	20	128,50	2.570,00
TONER DE TINTA PRETA PARA IMPRESSORA LEXMARK E342N, (34018HL), 6.000 PAGINAS , (ORIGINAL DO FABRICANTE DA IMPRESSORA).	UNIDADE	10	164,00	1.640,00
TONER DE TINTA PRETA PARA IMPRESSORA KYOCERA FS-200D (TK-312), 12.000 PAGINAS (ORIGINAL DO FABRICANTE DA IMPRESSORA).	UNIDADE	10	221,00	2.210,00
TOTAL a.a				6.420,00

Realização de Obras e Instalação do Sine Municipal no predio da SEMDESTUR. Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 041/2007 conforme Plano de Trabalho aprovado. Inicio: JULHO / 2011 Término: AGOSTO / 2011.

Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.11.334.074.1.069 – Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis.
4.4.90.51 – Obras e Instalações.

DESCRIÇÃO	Und.	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
SERVIÇOS PRELIMINARES	UNID	01	2.350,00	2.350,00
BALÇÃO EM DIVISORIAS	UNID	01	12.650,00	12.650,00
INSTALAÇÃO ELETRICA E LÓGICA	UNID	01	16.510,68	16.510,68
TOTAL SEM BDI				
BDI 25%				7.877,67
TOTAL GERAL COM BDI				39.388,35

Contratação de empresa especializada na confecção de uniforme tipo padrão para atender o SINE Municipal da SEMDESTUR

Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.11.333.00.74.2.140 – Intermediação de Mão-de-Obra.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.
Início: MARÇO 2012 Final: JUNHO 2012.

ITEM	DESCRIÇÃO	Und.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	Confecção de Uniforme tipo padrão sendo Camisa Feminina modelo camiseta, manga ¾ ,um bolso frontal, tecido microfibra leve, cor bege, com bordado do logotipo da Prefeitura, as peças serão confeccionadas sob medida.	Unid	50	80,00	4.000,00
02	Confecção de Uniforme tipo padrão sendo Camisa Masculina manga longa, tecido microfibra leve, cor bege, com pala, colarim de 7,5 cm, duas pregas nas costas, com um bolso no lado esquerdo, com bordado	unid	40	95,00	3.800,00

	do logotipo da Prefeitura, as peças serão confeccionadas sob medida.				
TOTAL a.a					**7.800,00**

Aquisição de Recarga de Extintores de Incêndio:
Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.04.122.007.2.001 – Administração da Unidade.
Elemento de Despesa:3.3.90.3.0 – MATERIAL DE CONSUMO

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**Und.**	**Quantidade**	**Valor Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
1	AQUISIÇÃO DE RECARGA DE EXTINTOR TIPO PÓ QUÍMICO SECO CAPACIDADE DE 6KG PARA ATENDER OS MERCADO DO KM 01,CENTRAL CULTURAL E DO PESCADO,SHOPPING POPULAR, SEMDESTUR .	Recarga	49	95,00	4.655,00
2	AQUISIÇÃO DE RECARGA DE EXTINTOR TIPO PÓ QUÍMICO CAPACIDADE 4KG PARA ATENDER A SEMDESTUR.	Recarga	01	95,00	95,00
3	AQUISIÇÃO DE RECARGA DE EXTINTOR TIPO ÁGUA PRESSURIZADA CAPACIDADE 10 LITROS PARA ATENDER O SHOPPING POPULAR, MERCADO CENTRAL, MERCADO DO PESACDO, MARCADO CULTURAL .	Recarga	20	95,00	1.900,00
4	AQUISIÇÃO DE RECARGA DE EXTINTOR TIPO DIÓXIDO DE CARBONO CAPACIDADE 6KG PARA ATENDER A SEMDESTUR.	Recarga	10	120,00	1.200,00
TOTAL R$					**7.850,00**

Pagamento de estande para participação da V FEIRON INTERNACIONAL – Feira de Indústria do Estado de Rondônia. Promovido de 14 a 17 de setembro de 2011 no espaço de evento do SESI Clube de Porto Velho.

Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.23.695.035.1.199 – Promoção Turística.
Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais.

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	**LOCAÇÃO DE ESTANDE**	**Und.**	**01**	**17.500,00**	**17.500,00**
02	**VEICULAÇÃO EM MIDIA (JORNAL, RÁDIO E TV)**	**Und.**	**01**	**15.000,00**	**15.000,00**
03	**SONORIZAÇÃO**	**Und.**	**01**	**5.000,00**	**5.000,00**
04	**ILUMINAÇÃO**	**Unid.**	**01**	**10.000,00**	**10.000,00**
05	**CLIMATIZAÇÃO**	**Und.**	**01**	**22.500,00**	**22.500,00**
TOTAL R$					

Aporte de recurso financeiros para contribuição anual para a manutenção das atividades da ANSEDITUR – Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo.

Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.23.695.035.1.199–Promoção Turística
3.3.90.39 – Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total (R$)
01	Contribuição anual para as atividades da ANSEDITUR.	Und.	01	7.000,00	7.000,00
Total					**7.000,00**

Aporte de recursos financeiros para execução do projeto em Porto Velho na ação de Promoção de Mercado, através da atuação dos meios de hospedagem, agencias de viagens, bares, restaurantes e similares associados as suas respectivas entidades de classe e Rondônia Convention e Visitors Bureau.

Projeto/Atividade/Operação Especial
17.31.23.695.035.1.199 –Promoção Turística.
Elemento de Despesa:3.3.50.43 – Subvenções Sociais
Período de Execução: Inicio: 2011 Término: 2012

Meta	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	1º Parcela Repasse Financeiro	Unid.	01	24.780,00	24.780,00
02	2º Parcela Repasse Financeiro	Unid	01	26.100,00	26.100,00
03	3º Parcela Repasse Financeiro	Unid;	01	17.120,00	17.120,00
Total					**68.000,00**

Convênio a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal de Porto Velho, SEMDESTUR E ACRECID Para atender a Organização de Crédito popular e Solidário do Município de Porto Velho – Banco do Povo. Período de Execução Inicio: 2011 Término: 2012.

Projeto/Atividade/Operação Especial
17.01.11.334.026.2.260 – Fomento as iniciativas de Microcredito no Município de PVH.
E/D: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais

Meta	DESCRIÇÃO	Valor Total (R$)
01	Transferência de Recurso Financeiro através de Convênio a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal de Porto Velho, SEMDESTUR E ACRECID.BANCO DO POVO.	132.000,00

O **Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico** viabilizou os seguintes Cursos **d**e Capacitação de servidores junto aos permissionários dos espaços públicos de nosso município com foco em melhorar o atendimento e a manutenção desses espaços e aos grupos de empreendimentos que fazem parte da Divisão de Economia Solidária e a de Ciência e Tecnologia:

- Curso Relações Humanas e Marketing Pessoal;
- Curso Atendimento ao Cliente;
- Curso Técnicas para Negociação;
- Curso Técnicas de Vendas;
- Curso Formação de Preços;
- Workshop de Gestão e Manipulação Saudável de Alimentos.

A realização de parcerias nas várias ações que este Departamento realizou foi de suma importância, pois sem as quais não seria possível atender as demandas realizadas pelos vários agentes sociais que nos procuram. Aqui ressaltamos as parcerias :

GABINETE DO PREFEITO	SEMUSB	SEMES	SEMUR	SETUR
SEBRAE	SEMPRE	SEME	PGM	SEMFAZ
SENAI	SEMPLA	SEMED	MPE	POSTURA
FIERO	SEMA	CODECOM	SECEL	SEAS
UNIR	CATADORES	ARTESÃOS	GOVOVERNO FEDERAL	OUTRAS

A **Divisão de Ciências e Tecnologia** desenvolveu a construção e disseminação de Políticas Públicas de Ciências, Tecnologias e Inovação CT&I, promovendo o desenvolvimento socioeconômico dentro do município de Porto Velho, bem como, a disseminação de Tecnologias Sociais. As principais atividades desenvolvidas pela divisão foram:

- Dinamização de 02 telecentros, que no mês de novembro/2011 passaram a ser geridos pela Casa da Juventude bem como a Casa Brasil, conforme determinação do Gabinete do Prefeito, tirando a responsabilidade destas duas ações da SEMDESTUR;

- Realização do III Fórum Municipal de Tecnologias sociais, com a participação apenas das entidades não governamentais de nosso município.

Fórum Municipal de Tecnologias sociais - Auditório Biblioteca Francisco Meirelles

- Palestras junto a 04 (quatro) escolas municipais, com foco na reciclagem de resíduos sólidos e de tecnologias sociais.
- Realização em parceria com várias entidades (Infro, Insitudo Kanindé etc), da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

- No período de 03 meses esta divisão trocou três vezes de chefe de divisão, causando desta forma uma quebra nas ações planejadas para o ano de 2011.
- Confecção de cartazes, folders e panfletos com objetivo de divulgar as tecnologias sociais de nosso município.
- Sistematização de redes de debates e trocas de experiências das Tecnologias Sociais.

Reuniões com o Fórum de Tecnologias Sociais

- Contados sistemáticos com a RTS – Rede de Tecnologias Sociais;
- Consolidou-se o papel da Prefeitura como articuladora das tecnologias sociais no município.
- Participação do Seminário de Tecnologia Social em Brasília-DF.
- Cadastramento e regularização das entidades que iram receber os Cat's.
- Realização do Seminário RIO +20.

Quadro de Atendimento da Divisão no Triênio (2012/2011/2012)

Ano	Ações	Nº Entidades envolvidas	Empreendimentos Envolvidos	Nº de ações
2010	**Reuniões do Fórum de TS**			
2011		**09**	**25**	**15**
2012		**12**	**32**	**30**
2010	**Cadastramento empreendimentos**	**02**	**13**	**02**
2011		**06**	**20**	**02**
2012		**08**	**28**	**03**
2010	**Recadastramento empreendimentos**	**01**	**13**	**01**
2011		**04**	**25**	**01**
2012		**06**	**30**	**01**
2010	**Pit stop divulgação**			
2011		**02**	**07**	**02**
2012		**06**	**12**	**03**
2010	**Confecção de folders/cartazes**			
2011			**09**	**1.000**
2012			**15**	**2.000**
2010	**Reuniões com empreendimentos**	**02**	**08**	**04**
2011		**04**	**13**	**16**
2012		**07**	**22**	**23**
2010	**Oficinas**	**01**	**06**	**02**
2011		**04**	**08**	**04**
2012		**04**	**13**	**06**
2010	**Seminário**			
2011		**02**	**08**	**01**
2012		**02**	**17**	**02**
2010	**Mostra de TS**			
2011		**04**	**06**	**01**
2012		**06**	**10**	**02**
2010	**Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**			
2011		**01**	**04**	**01**
2012		**10**	**15**	**01**

2010	**Palestras nas escolas sobre TS**			
2011		**02**	**05**	**02**
2012		**03**	**08**	**0**

A **Divisão de Indústria e Comércio - DIC** antes compondo a SEMAGRIC, Secretaria Municipal de Agricultura, após a reforma administrativa realizada no inicio de 2005 pela atual administração e posteriormente em 2011, por se entender que se trata de um divisão de grande relevância ao desenvolvimento do município, integrou-se a referida ao Departamento Desenvolvimento Socioeconômico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e de Turismo – SEMDESTUR.

A DIC tem competências que englobam as atividades que vêm organizar e apoiar os setores da indústria e do comércio do município de Porto Velho, buscando viabilizar estudos e políticas públicas permanentes, que possam contribuir para o desenvolvimento destes setores da economia. As competências da Divisão, entre outras, são:

- Coordenar e acompanhar a execução da política industrial e propor seu aperfeiçoamento;
- Desenvolver estudos integrados junto aos órgãos e entidades relacionadas com o desenvolvimento do setor primário do município, visando ações voltadas à industrialização das matérias-primas regionais;
- Orientar as empresas industriais, quanto às normas e condições para a obtenção dos benefícios previstos na política industrial do Estado e do Município e outros de esfera Federal que atendam a região;
- Coordenar a elaboração dos projetos para implantação de distritos industriais no município, bem como prestar apoio na instalação, consolidação e administração dos mesmos;
- Desenvolver em parcerias com instituições afins outras atividades correlatas.
- Participar da elaboração e da coordenação das diretrizes e políticas do comércio;
- Prestar assistência técnico-gerencial e informação às empresas, no âmbito municipal, visando à dinamização do setor;
- Implementar e acompanhar iniciativas de acesso ao setor comercial do município aos mercados nacional e internacional;
- Desenvolver em parcerias com instituições afins outras atividades correlatas;

Parceria com o INFRO e ONGs – 2011

Quadro Demonstrativo de Atendimento da Divisão no Triênio (2010 a 2012)

Ano	Ações	Nº Entidades envolvidas	Empreendimentos Envolvidos	Nº de ações
2010	**Levantamento do nº de empresas instaladas**	**01**	**08**	**01**
2011		**02**	**10**	**02**
2012		**01**	**12**	**04**
2010	**Reuniões de avaliação**	**01**	**06**	**03**
2011		**01**	**08**	**04**
2012		**01**	**12**	**08**
2010	**Palestras**	**01**	**04**	**02**
2011		**01**	**08**	**06**
2012		**01**	**14**	**08**
2010	**Orientação de regularização**	**01**	**02**	**06**
2011		**01**	**03**	**04**

2012		**01**	**02**	**03**
2010	**Regularização de empresas**	**01**	**02**	**06**
2011		**01**	**02**	**04**
2012		**01**	**01**	**03**
2010	**Campanha de conscientização Distrito Industrial**	**01**	**08**	**02**
2011		**01**	**08**	**06**
2012		**01**	**14**	**06**

A **Divisão de Apoio a Economia Solidária** teve por desafio a disseminação da filosofia da Economia Solidária junto à comunidade de nosso município, promovendo desta forma o desenvolvimento socioeconômico em Porto Velho, bem como, a disseminação desta prática junto aos artesãos, catadores de resíduos sólidos, costureiras, doceiras e outros profissionais liberais. As principais atividades desenvolvidas nesta divisão foram:

- Reuniões mensais e quinzenais com objetivo de trabalhar o associativismo e o cooperativismo entre os participantes da economia solidária.
- Realização de feiras itinerantes nas praças de nossa capital, principalmente em datas comemorativas.

1º Ano Feira do Sol - Praça EFMM

- Participação em feira internacional realizada em nosso município com todos os integrantes da economia solidária.
- Participação nos eventos previstos no calendário de festividades de nosso município, tais como, festas juninas, festa de pião entre outras.
- Participação no evento de Economia Solidária de Agroecologia promovido pelo Governo do Estado de Rondônia.
- Realização do III Fórum de Ecosol promovido pela SEMDESTUR, junto às instituições não-governamentais.
- Aprovação da doação de 01 terreno no bairro Socialista, pela Câmara Municipal de Porto Velho, para a Associação de Catadores de Resíduos Sólidos “Unidos Pela Vida”.
- Acompanhamento in loco das atividades das associações da Asprovel e Ascavip.
- Realização de cursos e palestras para os Catadores de Resíduos Sólidos na área do associativismo e cooperativismo, realizados pelo SEBRAE, Distribuidora COIMBRA e Instituto ABAD.
- Viagem para São Paulo com os três presidentes das associações de Catadores de Resíduos Sólidos (Ascavip, Asprovel e Unidos Pela Vida), para firmar convênio de fornecimento de caixas de papelão para o Grupo Orsa através da Distribuidora Coimbra e do Instituto ABAD;
- Cadastramento e recadastramento dos empreendimentos desenvolvidos dos catadores e artesãos;
- Disponibilização dos espaços públicos das Praças da EFMM, Aluízio Ferreira com a Feira do Porto, Marechal Rondon, Jonatas Pedrosa e Mercado Cultural para os artesãos desenvolverem suas atividades;
- Disponibilização de veículos para atender as demandas dos artesãos;
- Realização de reuniões com outros órgãos promovendo parcerias nas ações dos artesãos – Fundação Iaripuna – UNIR – Secretaria de Estado de Esporte e Cultura – IPHAN – Coordenadoria de Mulheres – Gabinete do Prefeito – SEAS – Governo do Estado – SEMA.
- Inauguração da Sala “Eduardo Valverde” de artesanato da ECOSOL, no mercado cultural;

- Acompanhamento das atividades da Cooperativa de Catadores na Vila Princesa junto a Semusb e Marquise;
- Realização de Reuniões (10) de alinhamento das ações das associações com os presidentes das mesmas;
- Disponibilização de veículos pequenos por parte da SEMDESTUR e de veículos grandes pela SEMUSB para atender as demandas das associações de catadores;
- Encerrando as atividades de 2011 conseguimos fechar um convênio com o Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, através da Chamada Pública 003/SENAES, através da qual será criada em nosso município a Rede de Economia Solidária – RECOSOL.

Reuniões da Rede de Economia Solidária – RECOSOL - GAB/SEMDESTUR

Quadro de Atendimento da Divisão no Triênio (2010/2011/2012)

Ano	Ações	Nº Entidades envolvidas	Empreendimentos Envolvidos	Nº de Ações
2010	**Cadastramento da ECOSOL**	**02**	**20**	**05**
2011		**04**	**32**	**08**
2012		**04**	**45**	**10**
2010	**Recadastramento**	**01**	**10**	**04**
2011		**01**	**13**	**09**
2012		**02**	**19**	**11**
2010	**Reuniões**	**03**	**12**	**12**
2011		**06**	**17**	**19**
2012		**08**	**32**	**24**
2010	**Cursos e palestras**	**02**	**10**	**05**
2011		**02**	**18**	**08**
2012		**04**	**35**	**10**
2010	**Reuniões do Fórum Municipal da ECOSOL**	**04**	**12**	**05**
2011		**07**	**20**	**12**
2012		**10**	**33**	**15**
2010	**Feiras Itinerantes nos espaços públicos**	**01**	**08**	**06**
2011		**02**	**15**	**12**
2012		**02**	**24**	**23**
2010	**Criação de espaços de comercialização**	**02**	**08**	**08**
2011		**03**	**19**	**12**
2012		**04**	**24**	**20**
2010	**Cartazes, folders,banners etc**	**01**		**500**
2011		**01**		**1.000**
2012		**01**		**2.000**
2010	**Pit stop de divulgação**	**01**	**04**	**02**
2011		**01**	**12**	**04**

2012		**01**	**16**	**08**
2010	**Feira Internacional**			
2011		**08**	**24**	**01**
2012		**12**	**32**	**01**
2010	**Encontro Nacional da ECOSOL**			
2011		**02**	**02**	**02**
2012		**03**	**03**	**02**
2010	**Viagem com os presidentes das associações de catadores**			
2011		**01**	**03**	**02**
2012		**02**	**03**	**01**
2010	**Reuniões com os catadores**	**02**	**06**	**08**
2011		**04**	**15**	**16**
2012		**04**	**18**	**24**
2010	**Capacitação com os catadores**	**03**	**12**	**10**
2011		**04**	**22**	**12**
2012		**06**	**28**	**16**
2010	**Ajuda no transporte de materiais recicláveis doados**	**02**	**04**	**04**
2011		**04**	**07**	**10**
2012		**07**	**15**	**16**
2010	**Palestras nas escolas sobre reciclagem**	**04**	**04**	**07**
2011		**09**	**10**	**12**
2012		**17**	**16**	**18**
2010	**Participação em eventos nacional**	**02**	**05**	**03**
2011		**03**	**08**	**04**
2012		**02**	**10**	**07**
2010	**Doação e regularização de um terreno para os catadores**			
2011				
2012		**04**	**01**	**01**
2010	**Constituição do Fórum Estadual de Catadores**			
2011				
2012		**15**	**04**	

Economia Solidária – Participação nas Festividades de São Sebastião

Economia Solidária – Viagem para São Paulo no Instituo ABAD, com os presidentes das associações de Catadores de Resíduos Sólidos

A **Coordenadoria de Espaços Públicos** foi criada para dar uma maior dinamicidade em sua gestão, a fim de estabelecer diretrizes de uso dos espaços públicos, elaborar, organizar e manter atualizados cadastros de permissionários no uso do bem público, fiscalizar o cumprimento das normas no que se refere ao pagamento de taxas, e proibição de venda ou aluguel nos espaços públicos. Executar procedimentos administrativos que gravem bens públicos no município, nas formas de concessão, permissão de uso, realizar de forma direta ou indireta ações que viabilizem a manutenção e conservação dos espaços administrados. Criada a partir da nova reestruturação da SEMDESTUR em 2011 está composta pelas seguintes Divisões:

- Divisão de Mercados e Feiras
- Divisão de Concessão de Espaços Públicos.

Esta Coordenadoria mantêm sob sua responsabilidade o Mercado do km 1, que atualmente possui 32 boxes e 50 bancas, o Mercado do Pescado que possui 37 boxes, o Mercado Pedacinho de Chão que possui 22 boxes, o Mercado Central que possui 79 boxes e o Mercado Cultural que possui 10 salas, o Mercado do Peixe que possui 12 boxes, o Shopping Popular que possui 291 boxes, totalizando um total de 533 boxes/bancas/salas.

As praças: Centro Gastronômico do Porto com 24 boxes, Praça Marechal Rondon com 11 boxes, Praça Estrada de Ferro Madeira Mamoré com 5 quiosques, Praça Skate Park com 6 boxes, Praça Rio Candeias com 3 boxes, Praça Jonathas Pedrosa com 3 boxes, Praça Domino com 1 boxes, Praça da COHAB com 6 box, Poli esportivo Jatuarana com 6 box, Praça da Pirâmide com 5 boxes, Praça dos taxistas com 1 boxes, Praça da Campos Sales com 3 boxes, Praça Bola Sete 1 box. Totalizando 76 boxes,

Feiras Livre Itinerante: Realiza-se as terças-feiras no bairro Caladinho, quartas-feiras no bairro Igarapé, quintas-feiras bairro Liberdade, sextas-feiras bairro Areal, sábados bairro Nova Porto Velho e domingo bairro Baixa União, atualmente contabilizamos 400 feirantes cadastrados.

A **Divisão de Concessão dos Espaços Públicos** tem atuado nas questões burocráticas dos permissionários junto à prefeitura de nosso município, além de realizar fiscalizações tanto de cunho

preventivo como legal, aplicando as devidas penalidades previstas nos contratos. As ações foram assim desenvolvidas:

22. Cadastro dos permissionários dos Espaços Públicos;
23. Elaboração dos regimentos internos de cada Espaço Público, que está em análise pela Coordenadoria de Postura.
24. Regularização dos contratos dos Espaços Públicos junto as permissionário e PGM;
25. Manutenção do SIAPEG junto a SEMPLA
26. Fiscalização nos Espaços Públicos em parceria com a Coordenadoria de Postura do município;
27. Reuniões com os permissionários dos mercados: Central, Pescado, Meu pedacinho de chão e Shopping Popular, Centro Gastronômico, Feira do Porto.
28. Autorizações nos Espaços Públicos das Praças da EFMM, Aluízio Ferreira, Marechal Rondon, Jonathas Pedrosa e Mercados para os artesãos e população em geral desenvolverem suas atividades.

Atividades Desenvolvidas	**2010**	**2011**	**2012**
Autorização emitidas p/ uso de Espaços Públicos	121	115	111
Requerimentos Recebidos	167	149	189
Processos de regularização de permissão de uso dos Espaços Públicos cadastrados	76	275	165

A Divisão de Mercados, Feiras e Praças visando oferecer saúde e bem estar a população as ações realizadas tiveram o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos mesmo tendo uma serie de limitações nos empenhamos em oferecer condições aos permissionários para desenvolverem suas funções nos Espaços Públicos do Município de Porto Velho.

A divisão teve como desafio a reestruturação da Feira Livre Itinerante da Cidade de Porto Velho que busca modernizar a estrutura física e humana das feiras livres oferecendo amplas condições de desenvolvimento do sistema de abastecimento.

O objetivo básico desse conceito e tornar eficientes feirantes e equipamentos de comercialização, visto que atendendo melhor a população proporcionando aumento das vendas, fortalecendo a vida financeira do feirante.

Buscamos a construção de parcerias com diversos setores como Associação de Feirantes, SEBRAE, Vigilância Sanitária, para uma melhor aceitação das medidas adotadas para a setorização, criamos uma comissão de diretrizes das feiras, composta por membros que atuam em diferentes segmentos e desenvolvem suas atividades nas feiras livres.

Os resultados alcançados refletem a importância do apoio recebido do Prefeito Roberto Sobrinho, profundo conhecedor das necessidades de nossos munícipes e, portanto, dos desafios colocados à SEMDESTUR que não mediu esforços para que as ações pudessem ser realizadas, conforme descritas abaixo:

- Realização do Projeto Nova Feira Livre do Município de Porto Velho, descrevendo todos os elementos que compõem uma feira livre;
Acompanhamos a elaboração da Lei Complementar 445 de março de 2012, de autoria do Vereador Marcelo Reis;

- Realização de 400 cadastramento de feirantes, no período de 10/01 a 05/02/2012;

- Confeccionados em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) folder (4000) com dicas de higiene, e orientações para que mantenham seu local de trabalho limpo, e por conseqüência a Cidade;

- Participação de encontro, em 11/05/2012, juntamente com Sr. Secretário Agnaldo Nepomuceno da SEMDESTUR, na Cidade de Curitiba/PR, com o Secretário Humberto Malucelli, da Secretaria de Abastecimento e Diretores no intuito de conhecer programas ali implementados, para gerenciamento das feiras livres e mercados municipais, agricultura urbana, sacolão da família entre outros;

- Aquisição de tendas para melhorar o aspecto e ambiente de trabalho dos feirantes, garantindo uma melhor estrutura para receber a população que usufrui dos serviços oferecidos nas Feiras Livres Itinerantes, oferecendo uma área coberta de 1.920 m² (licitado);

- Aquisição de veículos ¾, baú para o transporte das tendas, e um veiculo Pick-up para atender a equipe de varrição no transporte de material de uso diário (cancelado);

- Mapeamos a totalidade das bancas na feira de Sábado, no Bairro Nova Porto Velho, feira que esta sendo usada como modelo para a setorização;

- Elaboração de regimento para padronizar e atualizar o procedimento das feiras livres garantindo qualidade ao consumidor e aperfeiçoar o funcionamento do equipamento. (encontra-se com Coordenadoria de Posturas para análise);
Distribuímos no segundo semestre de 2012, uniformes para a equipe de garis responsáveis pela varrição, carros de mão e vassouras;

- Acompanhamento dos trabalhos junto aos administradores dos Espaços Públicos, em suas atribuições e responsabilidades;

- Reparos e pinturas no Shopping Popular, Mercado Km. 1, Mercado Central, Mercado Meu Pedacinho de Chão, Mercado Cultural e Mercado do Pescado e Centro Gastronômico do Porto convênio com a EMDUR, em 2011;

- Reparos em 2012 nos Mercados Km 1, Meu Pedacinho de Chão, Mercado Central, Mercado do Pescado, Shopping popular Rio Madeira, Centro Gastronômico do Porto e Construção de Sumidouro em alvenaria;

- Construção de caixas de inspeção para atender boxes na Praça Mal. Rondon;
- Atendimento ao projeto de revitalização do Centro de Porto Velho, transferimos os Camelôs da Rua Euclides da Cunha para as dependências do Shopping Popular, salientamos, os que trabalham com alimentação foram transferidos provisoriamente para a Praça dos Engraxates;

- Confeccionamos panfleto promocional em parceria com a associação dos permissionários do Shopping Popular Rio Madeira, para divulgação das atividades desenvolvidas neste Espaço Público, com o objetivo de incrementar as vendas, nos meses de maio e dezembro de 2012.

- Realização do Isolamento Térmico, Atendendo uma reivindicação antiga de permissionários e usuários do Shopping Popular Rio Madeira melhorando o ambiente interno deste equipamento, garantindo qualidade de vida aos usuários do local;

- Realização de palestras com Feirantes e permissionários com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços ofertados pelos mesmos.

Reparos e Pintura no Shopping Popular e Mercados do Municipio

Palestra Ministra - Técnicos do SEBRAE para Feirantes e Permissionários

Reunião com Servidores dos Espaços Públicos

Visita as Feiras Livres e Mercados Municipais de Curitiba/PR

A C**oordenadoria Municipal de Qualificação e Trabalho** foi criada pela Lei Complementar nº 430, de 13 de setembro de 2011 a qual faz parte da estrutura orgânica da Secretária Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo – SEMDESTUR, da Prefeitura Municipal de Porto Velho. A Coordenadoria de Qualificação e Trabalho, compõe-se das seguintes Divisões:

Divisão de Programas e Projetos de Qualificação – DIPROP
Divisão de Qualificação e Preparação de Mão-de-Obra – DIQUALI
Divisão de Microfinanças Solidárias
Divisão de Atendimento ao Trabalhador – DIAT

A **Divisão de Programas e Projetos de Qualificação**, tem como objetivo atuar na elaboração de programas e projetos de qualificação profissional e monitorar os programas de qualificação profissional executados com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego.
O presente relatório apresenta os resultados alcançados pelo Divisão de Programas e Projetos de Qualificação Social e Profissional da SEMDESTUR no ano de 2012, mediante a execução de atividades inerentes às Políticas Públicas definidas para a área de programas e projetos de Qualificação profissional do município de Porto Velho.
No decorrer deste ano buscou-se fortalecer a política de qualificação profissional do município de Porto Velho através de cursos oferecidos por projetos executados pela SEMDESTUR através convênios firmados com o Ministério do Trabalho e Emprego, de programas financiados pelo governo federal e com recursos advindos do orçamento público municipal, o que possibilitou desta forma que pudéssemos desenvolver nossas ações de modo a obter resultados efetivos que foram ao encontro dos anseios da sociedade em relação a qualificação profissional objetivando a inserção no mercado de trabalho local.

AÇÕES 2012

Ação	**Público atendido**	**Quantitativo**	**Período/data**
PRONATEC	Pessoas em situação de desemprego, estudantes e famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas no CadÚnico do governo federal.	7800 inscritos 5000 concluintes	2012
Projeto Costureiras I	Pessoas desempregadas, de de baixa ren ou em situação de vulnerabilida-de social, à partir de 18	60	05/03 a 17/07/2012

	anos de idade.		
Projeto Costureiras II	Pessoas desempregadas, de de baixa ren ou em situação de vulnerabilida-de social, a partir de 18 anos de idade.	60	15/08 a 07/12/2012
PLANTEQ	pessoas vulneráveis economicamente e socialmente, com baixa escolaridade e sujeitas às mais diversas formas de discriminação social, como desempregados.	200	03/10 a 03/12/2012
Workshop	Atendentes do SINE Municipal	17	10 E 11/10/2012
Fornecedores	Empresários do município de Porto Velho	200	2012
Capacitação aos atendentes do SINE municipal	Vídeo Palestra “Excelência no Atendimento ao Cliente”.	37	Maio de 2012
Capacitação aos servidores da SEMDESTUR	7 Pecados e 7 virtudes no atendimento em vendas	33	Maio de 2012
Capacitação aos servidores da SEMDESTUR	Motivação com criatividade	34	Maio de 2012
Capacitação aos servidores da SEMDESTUR	Vídeopalestra: 7 atitudes positivas no trabalho	41	Maio de 2012
Capacitação realizadas em 2012		Total	5.682

Abertura dos cursos do PLANTEQ

do pelo Secretário da SEMDESTUR no

Abertura do curso de Tapeçaria e Barbante

Presídio masculino

Curso de Cabeleireiro – PLANTEQ

Presídio feminino

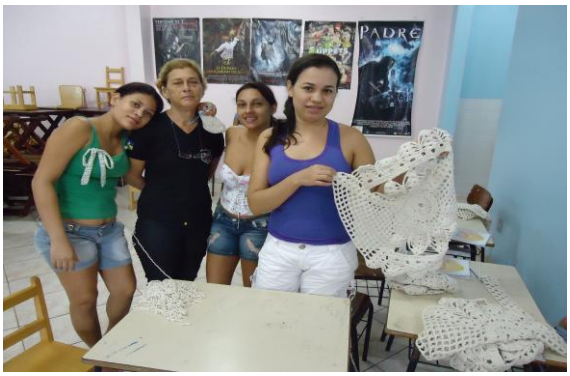
Turma de Depilação e Limpeza de Pele

Curso de doces e salgados – Pestalozzi

Curso de Eletricista

Curso de Masseiro

Curso de Tapeçaria em Barbante



Curso de Recepcionista de Hotel

Divisão de Qualificação e Preparação de Mão-de-Obra – DIQUALI

DISTRITOS ATENDIDOS NO PERÍODO DE 14 A 25 DE SETEMBRO:

1 - Distrito de Extrema – Oficinas Realizadas no Período de 14 a 18 de Setembro de 2011

OFICINA	*INSTRUTOR(A)*	*ALUNO*	*CARGA HORÁRIA*	*TOTAL DE ATENDIMENTOS*
Corte e Cabelo	Maria de Nazaré B.Silva	05	48	98
Doces e Salgados	Irany Freitas de França	07	48	---
Manicure	Ida Soares de Sena	07	48	60
Flores em E.V.A.	Ana Maria de Oliveira	06	48	92

Distrito de Extrema – Atendimentos Diversos

ATENDIMENTOS	**RESPONSÁVEL**	**TOTAL**
Maquiagem	Coordenadoria de Mulheres	200 maquiagens
CTPS	SEMDESTUR (Eliana Cunha e Elinete Alves)	58 carteiras expedidas
Intermediação de Vagas (Empresas Cadastradas e Vagas Captadas)	SEMDESTUR (Rosiane Moraes e Elian Cunha)	05 empresas cadastradas 17 vagas ofertadas e 1 colocação no mercado
Atendimento Jurídico	SEMDESTUR (Agnaldo Araújo Nepomuceno)	15 atendimentos

Total Geral de Atendimentos – 546

2. Distrito de Nova Califórnia – Oficinas Realizadas no Período de 19 a 25 de Setembro de 2011

OFICINA	*INSTRUTOR(A)*	*ALUNO*	*CARGA HORÁRIA*	*TOTAL DE ATENDIMENTOS*
Corte e Cabelo	Maria de Nazaré B.Silva	11	48	89
Manicure	Ida Soares de Sena	07	48	80
Flores em E.V.A.	Ana Maria de Oliveira	06	48	---

2.1 Distrito de Nova Califórnia – Atendimentos Diversos

ATENDIMENTOS	***RESPONSÁVEL***	***TOTAL***
Maquiagem	Coordenadoria de Mulheres	95
CTPS	SEMDESTUR (Eliana Cunha e Elinete lves)	25 Carteiras Expedidas
Intermediação de Vagas (Empre Cadastradas)	SEMDESTUR (Rosiane Moraes e Eliana Cunha)	01 Empresas Cadastradas e 01 colocação no Mercado Trabalho
Atendimento Jurídico	SEMDESTUR (Agnaldo Ara Nepomuceno)	06

* Total Geral de Atendimentos - 297

3. Distrito de Rio Pardo Projeto "Tenda da Cidadania" realizada no dia 09 /10/ 2011

Observa-se que apesar da Secretaria não dispor de todo o seu pessoal qualificado, não houve comprometimento no desenvolvimento da ação, haja vista o empenho dos profissionais desta Secretaria.

Salienta-se entretanto, que o volume de emissão de Carteiras de Trabalho mostrou-se menor em relação a outros Distritos beneficiados com o Projeto. O motivo evidenciado é a proximidade do referido Distrito – Rio Pardo com o Município de Buritis que também desempenha esta ação de forma manual, ao contrário do que ocorre em nossos postos de atendimento, regidos estes pelo Sistema único de Expedições de CTPS, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM. Segue em anexo fotos do evento em questão.

3.1 Distrito de Rio Pardo – Atendimentos Diversos

ATENDIMENTOS	***RESPONSÁVEL***	***TOTAL***
Corte Estilizado de Cabelo/ Maquiagem e Penteados c/ Tranças	SEMDESTUR (Maria de Nazaré B.Silva e Ida Soares de Sena)	94 Cortes de cabelo 34 Maquiagens 58 Penteados
CTPS	SEMDESTUR (Eliana Cunha e Elinete Alves)	10 Carteiras Expedidas
Oficina Prática de Flores em E.V.A.	SEMDESTUR (Ana Maria de Oliveira)	55 Participantes

* Total Geral de Atendimentos – 251

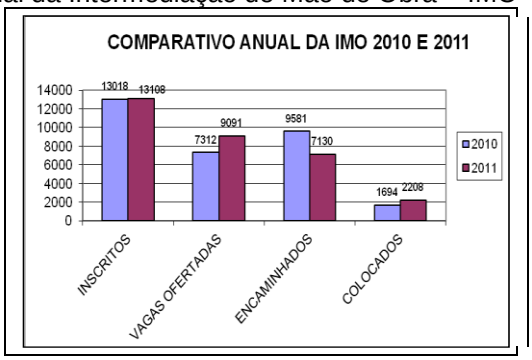
A **Divisão de Microfinanças** é responsável pelo Fortalecimento da Política de Microcrédito em Porto Velho a qual desenvolveu as seguintes atividades:

- Realização de parceria com o Governo do Estado de Rondônia na criação do Banco do Povo;
- Divulgação nos meios de comunicação dos benefícios que são oferecidos na linha de microcrédito para os pequenos empreendedores individuais;
- Desenvolvimento de projetos para a criação de mais dois Bancos do Povo no ano de 2012, sendo um na zona sul e outro na zona leste de nosso município;
- Estudos para a implantação do Banco Comunitário na zona leste, mas como faltou embasamento técnico e comprometimento por parte daquela comunidade o projeto não foi aprovado para a implantação.

A **Divisão de Atendimento ao Trabalhador – DIAT** é responsável por ações ligadas ao Sistema Público de Emprego como a Intermediação de Mão de Obra, Habilitação de Seguro Desemprego e emissão de Carteira de Trabalho, no âmbito do Município de Porto Velho.

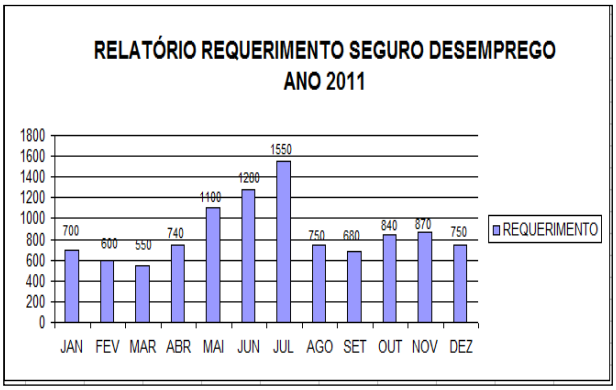
O Gráfico abaixo constata-se a produção de Intermediação de mão de obra (IMO), referente ao n° de inscritos; vagas disponibilizadas pelas empresas; encaminhamentos ao mercado de trabalho e n° de trabalhadores inserido (colocados) no mercado de trabalho no exercício 2010/ 2011.

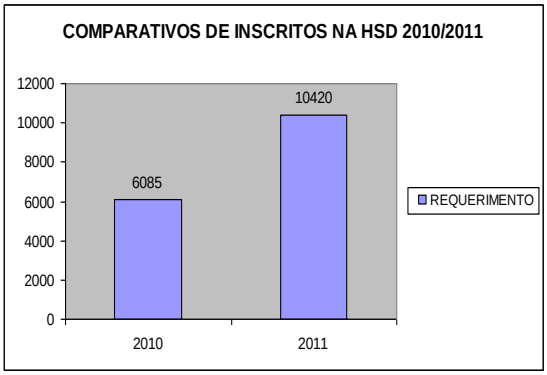
Comparativo anual da Intermediação de Mão de Obra – IMO



Fonte: Dados extraídos do Sistema Mais Emprego MTE - 2011

Gráfico comparativo dos Requerimentos do Seguro Desemprego referente ao ano de 2010 e 2011

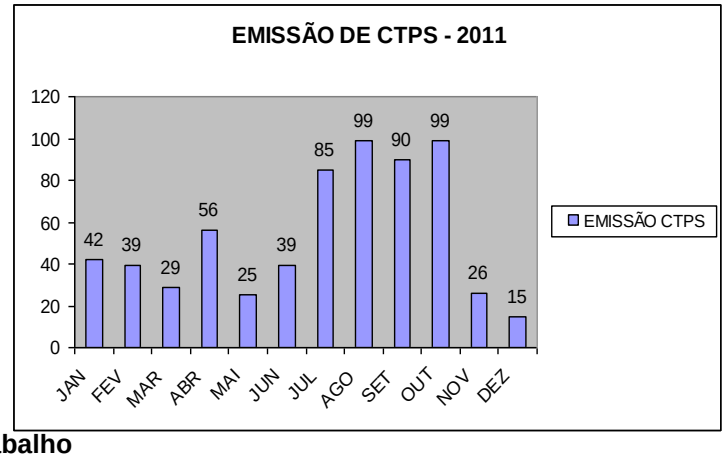




Fonte: Dados extraídos do Sistema Mais Emprego MTE - 2011

A **Divisão de Atendimento ao Trabalhador**, também mantém o controle e operacionalização de convênio firmado com Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia para emissão de Carteira de Trabalho da Previdência Social – CTPS. O cadastramento para emissão da CTPS é efetuado diretamente no balcão do SINE Municipal ou em ações institucionais da Prefeitura como Tenda da Cidadania e em eventos onde se busca estender as atividades de prestação de serviços aos munícipes.

Gráficos referente a emissão mensal de Carteira de Trabalho/2011



Total: 644 Carteiras de Trabalho

Carteiras de Trabalho emitidas em 2012

LOCAL DE EMISSÃO	QUANTIDADE EMITIDA	OBSERVAÇÃO
Tendas da Cidadania – Distritos e localidades	1.157	
Posto do SINE na SEMDESTUR	1.010	
T O T A L	**2.167**	**Até 11/12/2012**

SEMPLA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA constitui-se em um órgão de primeiro nível hierárquico de assessoramento e apoio direto ao Prefeito Municipal para o desempenho de funções de planejamento, gestão e controle da ação geral do Governo Municipal, dos assuntos e programas multissetoriais, bem como da organização base do sistema de planejamento, orçamento e organização institucional.

Atendendo às imposições legais pertinentes a Prestação de Contas do Município de Porto Velho, este relatório, em particular, tem o propósito de apresentar à sociedade a avaliação das atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2011. É também uma referência para os inúmeros investimentos que o governo municipal está desenvolvendo através de verbas repassadas pelo governo federal. É um procedimento gerencial que visa ao aperfeiçoamento da gestão pública sob a perspectiva dos resultados para a sociedade.

SÉRGIO LUIZ PACIFICO
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

COORDENADORIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO

O Relatório da Coordenadoria Municipal de Orçamento (CMO) está estruturado em cinco partes: I – Responsabilidades Institucionais da Coordenadoria Municipal de Orçamento, II – Atividades Desenvolvidas, III – Execução do Orçamento, IV – Cronograma das Atividades Realizadas pela Coordenadoria Municipal de Orçamento em 2012 e V - Conclusões e Resultados.

Ao longo do documento, estão descritas as ações quanto às elaborações das leis do planejamento orçamentário: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, os relatórios de avaliação do PPA, as demonstrações e avaliações do cumprimento das metas fiscais, estudos e projeções das receitas, acompanhamento da execução do orçamento, bem como outras ações de competência da Coordenadoria.

PARTE I

Responsabilidades Institucionais da Coordenadoria Municipal de Orçamento

A Coordenadoria Municipal de Orçamento – CMO está vinculada a Secretaria Municipal de Planejamento e foi criada através da Lei Complementar nº. 339 de 02 de janeiro de 2009. À Coordenadoria compete a coordenação dos processos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de planejamento orçamentário do Município: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, e outras atribuições correlatas.

A CMO está estruturada em quatro divisões de acordo com sua área de atuação: Divisão de Acompanhamento e Execução, Divisão de Análise e Programação, Divisão de Controle de Processos e Divisão de Análise de Processo.

PARTE II

Atividades Desenvolvidas

1 – Avaliação do PPA – ano base 2012

No dia 29 de janeiro de 2013, no Teatro Banzeiro, foi realizada a reunião com os (as) Gerentes de Programas ou aqueles (as) responsáveis pelas atividades de planejamento de seus órgãos para discussão quanto aos procedimentos para a Avaliação do Plano Plurianual - PPA - ano base 2012.

Na reunião foram dadas as orientações sobre a operacionalização do módulo de avaliação dos programas do PPA – ano base 2012 – Sistema Municipal de Planejamento e Gestão - SIMPLAG. Ressalte-se que esta foi a primeira versão *web* utilizada para avaliação no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Velho, um trabalho em parceria realizado entre a Coordenadoria Municipal de Orçamento – CMO / SEMPLA e o Departamento de Recursos da Tecnologia de Informação e Modernização – DRTI / SEMAD.

Os gerentes de programas, em seus respectivos órgãos, elaboraram suas avaliações, detalhadas no Sistema SIMPLAG, de 29 de janeiro de 2013 a 15 de fevereiro de 2013, via *on line*, o que permitiu o monitoramento simultâneo e em tempo real, pela equipe técnica da CMO, com acompanhamento e orientações quanto ao preenchimento dos dados.

Terminada a fase do detalhamento da avaliação, com preenchimento dos dados no SIMPLAG por parte dos órgãos setoriais, a CMO partiu para análise, validação e consolidação dos dados, compondo o Relatório Final de Avaliação do PPA 2013 – Ano base 2012, estruturado em três partes: Atividades Circunstanciadas, Cenário Fiscal e Avaliação dos Programas e Ações (Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Programas e Ações). Em 04 de março de 2013 o relatório concluso foi encaminhado a Secretaria Municipal de Fazenda, para integrar a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Porto Velho que fora encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCER, e consta divulgado na *internet* no site *www.portovelho.ro.gov.br*.

2 – Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2012 – Audiência Pública no Poder Legislativo.

Em obediência às determinações do artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Coordenadoria Municipal de Orçamento elaborou o Relatório da Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2012, o qual foi apresentado no dia 28 de fevereiro de 2013, em Audiência Publica no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Velho, perante a Comissão Permanente Mista daquela Casa. Usando de ferramentas reprográficas e demonstrando e comentando o cumprimento das metas fiscais por meio de tabelas e gráficos, ao final da apresentação a Coordenadoria concluiu que os resultados alcançados no 3º quadrimestre de 2012 demonstraram um superávit econômico-financeira e um equilíbrio fiscal do Município de Porto Velho no exercício financeiro.

3 – Elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013

O processo de elaboração da LDO 2013 iniciou-se com consulta às legislações especificas, no período de 01 a 30 de março de 2012: pesquisa de dados no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional - MF, índices do IPCA do Banco Central, o valor do PIB Nacional, Estadual e Municipal no IBGE, bem como coleta oficial de informações do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho - IPAM e da Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, para servirem de base de composição dos anexos exigidos no projeto de lei.

Após as informações consultadas e coletadas, a equipe de planejamento da CMO realizou os estudos e definiu as projeções de receitas para 2012 a 2014, seguidas da preparação do Demonstrativo das Metas Fiscais Anuais, do Demonstrativo dos Riscos Fiscais, do Relatório de Metas e Prioridades e do texto e mensagem do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias parta 2013, encaminhado à Câmara Municipal de Porto Velho através da Mensagem nº 24, no dia 13 de abril de 2012.

4 – Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2012 – Audiência Pública no Poder Legislativo.

Obedecendo o artigo 9º, § 4º a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Coordenadoria Municipal de Orçamento elaborou a Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2012, cujo relatório foi apresentado no dia 30 de maio de 2012, em Audiência Publica no Plenário da Câmara Municipal de Porto Velho, perante a Comissão Permanente Mista daquela Casa. Ao final da apresentação do relatório restou concluído que os resultados alcançados no 1º quadrimestre de 2012 demonstraram a sólida situação econômico-financeira e a manutenção do equilíbrio fiscal do Município de Porto Velho.

5 – Elaboração do Manual Técnico do Orçamento – MTO

A Coordenadoria Municipal de Orçamento elaborou o Manual Técnico de Orçamento 2013 - MTO – Versão 2012, atualizando-o com base em legislações gerais e específicas utilizadas e consolidadas no âmbito nacional.

Integram o MTO as instruções para a elaboração dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade social e de Investimentos do Município de Porto Velho. O MTO foi aprovado pela Portaria nº 29 em 14 de junho de 2012 e está disponibilizado no *site* da Prefeitura de Porto Velho.

4 ***– Estudos e Projeção da Receita para o exercício 2013***

Os estudos e a projeção de receitas para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2013 iniciaram-se com a coleta de dados, em série histórica, informações do IPAM, da SEMFAZ, assim como do Departamento de Captação de Recursos da SEMPLA quanto à relação de convênios previstos para o ano projetado.

Após intenso período de trabalho, os estudos e projeções das receitas para o exercício de 2013, bem como as respectivas memórias de cálculo, foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCER e Ministério Público, como determina a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 12, § 3º.

7 - Elaboração das Propostas Orçamentárias para 2013 - Qualitativas e Quantitativas

No dia 17 de julho de 2012 iniciou-se a fase de elaboração das propostas orçamentárias setoriais para 2013, com a realização de reunião instrutiva, sob a coordenação da CMO, na Escola de Música Jorge Andrade.

A reunião técnica contou com participação dos responsáveis pelas atividades de planejamento das unidades orçamentária, ocasião em que foi apresentada pelo corpo técnico da CMO a metodologia utilizada na elaboração do PLOA 2013, contendo as orientações gerais e exemplificações práticas sobre o roteiro da elaboração.

Inovando, a CMO/ SEMPLA, em parceria com o Departamento de Recursos da Tecnologia de Informação e Modernização – DRTI / SEMAD desenvolveu e disponibilizou em linguagem *web* de programação uma nova ferramenta que consiste no módulo do SIMPLAG utilizado para o detalhamento *on line* das propostas orçamentárias setoriais.

Com a definição dos tetos orçamentários as Unidades encerraram o trabalho de elaboração das propostas (preenchimento) no sistema SIMPLAG no prazo de 19 a 31 de julho de 2012.

Encerrado o prazo de elaboração da proposta orçamentária pelas unidades setoriais, a equipe da Coordenadoria Municipal de Orçamento - CMO validou as informações, realizando análises, ajustes e consolidação dos dados e a elaboração final da mensagem, do texto e dos anexos que compõem o Projeto de Lei Orçamentária – PLOA 2013.

Após o fechamento do Projeto de Lei pela equipe da CMO, este foi disponibilizado à sociedade para apreciação no dia 28 de agosto de 2012, através da Portaria nº 35/GAB/SEMPLA , e divulgado na *internet* no *site* *www.portovelho.ro.gov.br*.

No dia 29 de setembro de 2012, através da Mensagem nº 52, o PLOA/2013 foi enviado à Câmara Municipal de Vereadores para fins de aprovação, com cópia ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

8 – Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2012 – Audiência Pública no Poder Legislativo.

Em cumprimento à determinação do artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Coordenadoria Municipal de Orçamento elaborou a Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2012, cujo relatório foi apresentado no dia 27 de setembro de 2012, em Audiência Publica no Plenário da Câmara Municipal de Porto Velho perante a Comissão Permanente Mista daquela Casa. Ao final da apresentação do relatório restou concluído que os resultados alcançados no 2º quadrimestre de 2012 demonstraram a sólida situação econômico-financeira e a manutenção do equilíbrio fiscal do Município de Porto Velho.

PARTE III

Execução do Orçamento

1. Receitas

Os dados apresentados a seguir oferecerem condições para uma ampla visão da situação econômico-financeira do município de Porto Velho.

O Orçamento do Município de Porto Velho para 2012, autorizado pela Lei nº 1.979, de 21 de dezembro de 2011 – Lei Orçamentária Anual, estimou a Receita e fixou a Despesa, ambas, no valor de R$ 991.698.000,00 (novecentos e um milhões, seiscentos e noventa e oito mil reais).

A movimentação das alterações orçamentárias das receitas no exercício está resumida na tabela 1.

A receita total reestimada para o exercício alcança a cifra de R$ 977.321.842,75, gerando um déficit orçamentário de R$ 14.378.167,00 quando comparada com a receita prevista no orçamento inicial.

A razão do déficit deve-se principalmente à queda na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM no valor estimado de R$ 47.332.348,98, bem como ao déficit na arrecadação do FUNDEB (R$ 2.729.968,64) e nas transferências de capital (R$ 64.991.107,00), conforme dados da tabela 1.

Tabela 1
Receita Realizada até Dezembro - Todas as Fontes – 2012

Em R$ 1,00

Classificação	Categoria Econômica	Fonte de Recursos	Total Acumulado no Ano		
			Previsto (A)	Arrecadado (B)	Diferença (C = B - A)
1.0.0.0.00.00.00.00.00	**RECEITAS CORRENTES**		**897.188.000**	**915.391.823,93**	**18.203.824**
1.1.0.0.00.00.00.00.00	**Receita Tributária**		**267.332.000**	**281.875.649,89**	**14.543.650**
1.1.1.0.00.00.00.00.00	**Impostos**		**239.917.000**	254.730.182,84	14.813.183
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda		38.843.000	42.538.570,02	3.695.570
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		10.847.000	10.179.401,53	(667.598)
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza		20.495.000	24.192.977,65	3.697.978
1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto sobre transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI		7.501.000	8.166.190,84	665.191
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza		201.074.000	212.191.612,82	11.117.613
1.1.2.0.00.00.00.00.00	**Taxas**		**27.415.000**	**27.145.467,05**	**(269.533)**
1.2.0.0.00.00.00.00.00	**Receita de Contribuições**		**49.405.000**	**61.762.105,18**	**12.357.105**
1.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais		37.329.000	47.512.446,01	10.183.446
1.2.2.0.04.00.00.00.00	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	01.09	1.352.000	735.628,21	(616.372)
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	01.10	10.724.000	13.514.030,96	2.790.031
1.3.0.0.00.00.00.00.00	**Receita Patrimonial**		**32.974.000**	**61.709.062,84**	**28.735.063**

(**continua)**
(continuação)

1.3.1.0.00.00.00.00.00.00	Receitas Imobiliárias		1.810.000	1.445.245,54	(364.754)
1.3.1.4.00.00.00.00.00	Laudêmios		1.810.000	1.445.245,54	(364.754)
1.3.1.4.00.00.01.00.00	Receita de Transferência de Escritura Plena	01.00	1.810.000	1.445.245,54	(364.754)
1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	Receita de Valores Mobiliários		31.164.000	60.263.817,30	29.099.817
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		15.348.000	14.246.532,04	(1.101.468)
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados		9.036.000	11.999.822,49	2.963.822
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB	01.94	540.000	385.077,20	(154.923)
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde	01.94	2.772.000	2.840.105,56	68.106
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	01.94	72.000	35.343,26	(36.657)
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	01.94	36.000	55.644,97	19.645
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Receitas de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados		5.616.000	8.683.651,50	3.067.652
1.3.2.5.01.99.03.00.00	Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras - Fundo de Assistência a Saúde do Servidor	01.94	216.000	151.828,83	(64.171)
1.3.2.5.01.99.99.00.00	Receitas de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	02.94	5.400.000	8.531.822,67	3.131.823
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados		6.312.000	2.246.709,55	(4.065.290)
1.3.2.5.02.99.02.00.00	Receita de Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados	01.94	6.312.000	2.246.709,55	(4.065.290)
1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor		15.816.000	46.017.285,26	30.201.285
1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa	01.94	15.816.000	46.017.285,26	30.201.285
1.7.0.0.00.00.00.00.00	**Transferências Correntes**		**529.658.000**	**495.166.131,20**	**(34.491.869)**
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM		183.899.000	136.566.651,02	(47.332.349)
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR		228.000	237.243,18	9.243
1.7.2.1.01.32.00.00.00	Cota Parte do Imposto sobre Operações de Credito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliarios - Comercialização do Ouro		475.000	423.072,06	(51.928)
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais		2.661.000	3.621.452,76	960.453
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasse Fundo a Fundo		70.747.000	66.501.604,79	(4.245.395)
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		900.000	2.517.052,75	1.617.053
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		10.647.000	16.065.830,61	5.418.831
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96		240.000	247.401,24	7.401
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS		127.404.000	137.271.543,08	9.867.543
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA		24.992.000	27.438.701,59	2.446.702
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	01.11	102.994.000	100.264.031,36	(2.729.969)
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios		4.471.000	4.011.546,76	(459.453)
1.9.0.0.00.00.00.00.00	**Outras Receitas Correntes**		**17.819.000**	**14.878.874,82**	**(2.940.125)**
7.2.0.0.00.00.00.00.00	**Receita de Contribuições Intra-Orçamentárias**		37.584.000	52.443.500,32	14.859.500
2.0.0.0.00.00.00.00.00	**RECEITAS DE CAPITAL**		**124.277.000**	**68.693.584,75**	**(55.583.415)**
2.1.0.0.00.00.00.00.00	Operações de Créditos		7.000.000	6.433.307,63	(566.692)
2.1.1.4.05.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	01.90	7.000.000	-	(7.000.000)
2.1.1.4.99.00.03.00.00	Operações de Crédito Internas - Pro Transporte(Infra-estrutura urbana)	01.90	-	6.433.307,63	6.433.308
2.4.0.0.00.00.00.00.00	**Transferências de Capital**		**117.205.000**	**62.213.892,55**	**(54.991.107)**
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	**(R) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE**		**(67.351.000)**	**(59.207.066,25)**	**8.143.934**
	RECEITA TOTAL		**991.698.000**	**977.321.842,75**	**(14.376.157)**

TOTAL POR FONTE DE RECURSOS				
RECURSOS ORDINÁRIOS	**01.00**	**385.041.250**	**373.937.529,82**	**(11.103.720)**
RECURSOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	**01.01**	**78.382.150**	**77.622.279,40**	**(759.871)**
RECURSOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	**01.02**	**87.369.600**	**82.158.984,32**	**(5.210.616)**
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS	**01.03**	**50.820.000**	**68.905.976,47**	**18.085.976**
CONTRIBUIÇÃO PARA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR	**01.05**	**28.965.000**	**37.902.945,84**	**8.937.946**
RECURSOS DO SUS	**01.07**	**70.747.000**	**66.501.604,79**	**(4.245.395)**
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE	**01.08**	**10.647.000**	**16.065.830,61**	**5.418.831**
CIDE	**01.09**	**1.352.000**	**735.628,21**	**(616.372)**
CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	**01.10**	**10.724.000**	**13.514.030,96**	**2.790.031**
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDEB	**01.11**	**102.994.000**	**100.264.031,36**	**(2.729.969)**
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	**01.15**	**900.000**	**2.517.052,75**	**1.617.053**
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS	**01.17**	**3.916.000**	**4.273.383,98**	**357.384**
RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	**01.90**	**7.000.000**	**6.433.307,63**	**(566.692)**
RECURSOS DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	**01.94**	**25.764.000**	**51.731.994,63**	**25.967.995**
RECURSOS DE OUTRAS FONTES - TRANSF. CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO	**02.12**	**5.671.000**	**7.267.960,92**	**1.596.961**
RECURSOS DE OUTRAS FONTES - TRANSF. CONVÊNIOS - SAÚDE	**02.13**	**100.000**	**4.452.122,30**	**4.352.122**
RECURSOS DE OUTRAS FONTES - TRANSF. CONVÊNIOS - OUTROS (não relacionados à educação/saúde)	**02.14**	**115.905.000**	**54.505.356,09**	**(61.399.644)**
RECURSOS DE OUTRAS FONTES - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	**02.94**	**5.400.000**	**8.531.822,67**	**3.131.823**
TOTAL GERAL		**991.698.000**	**977.321.842,75**	**(14.376.157)**

2. Principais fontes de receitas próprias e transferências constitucionais

As tabelas a seguir destacam a evolução das principais receitas arrecadas mensalmente pelo Tesouro Municipal no período de 2008 a 2012 e a receita arrecada de 2012, bem como os percentuais de participação em relação à receita total. Consta ainda o cálculo mensal e anual do superávit/déficit ocorrido em 2012.

Os gráficos representam uma comparação mensal entre os valores arrecadados de receita e os previstos na Lei Orçamentária Anual 2012.

Tabela 2
Fundo de Participação dos Municípios - FPM

Valor em R$ 1.000

Receita/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
FPM - Fundo de Participação dos Mnunicípios (Não deduzido o FUNDEB)													
Realizado em 2008	9.755	10.429	8.454	9.799	10.311	8.889	8.053	9.836	8.662	8.244	10.447	16.032	**118.910**
Participação em %	8,20	8,77	7,11	8,24	8,67	7,48	6,77	8,27	7,28	6,93	8,79	13,48	100,00
Realizado em 2009	11.549	10.767	8.607	10.269	12.205	10.531	8.080	9.391	8.296	9.544	11.828	18.201	**129.267**
Participação em %	8,93	8,33	6,66	7,94	9,44	8,15	6,25	7,26	6,42	7,38	9,15	14,08	100,00
Realizado em 2010	8.876	10.837	8.050	9.645	11.797	9.983	7.341	9.807	8.479	9.127	10.941	19.210	**124.093**
Participação em %	7,15	8,73	6,49	7,77	9,51	8,04	5,92	7,90	6,83	7,35	8,82	15,48	100,00
Realizado em 2011 (A)	13.366	14.187	9.484	12.571	14.429	13.023	11.078	11.427	9.078	11.866	12.537	21.083	**154.129**
Participação em %	8,67	9,20	6,15	8,16	9,36	8,45	7,19	7,41	5,89	7,70	8,13	13,68	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	14.763	15.670	10.476	13.885	15.937	14.146	14.146	14.146	14.146	14.146	14.146	28.292	**183.899**
Participação em %	8,03	8,52	5,70	7,55	8,67	7,69	7,69	7,69	7,69	7,69	7,69	15,38	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	11.458	13.864	9.414	11.864	13.269	11.323	8.456	9.328	8.164	8.667	11.715	19.044	**136.567**
Participação em % (C/Total de B)	6,23	7,54	5,12	6,45	7,22	6,16	4,60	5,07	4,44	4,71	6,37	10,36	74,26
Participação em % (C/A)	-14,27	-2,27	-0,74	-5,62	-8,03	-13,05	-23,67	-18,37	-10,06	-26,96	-6,56	-9,67	-11,39
Excesso/Déficit no período (C-B)	(3.305)	(1.806)	(1.062)	(2.021)	(2.668)	(2.823)	(5.690)	(4.818)	(5.982)	(5.479)	(2.431)	(9.248)	**(47.332)**

Gráfico 1

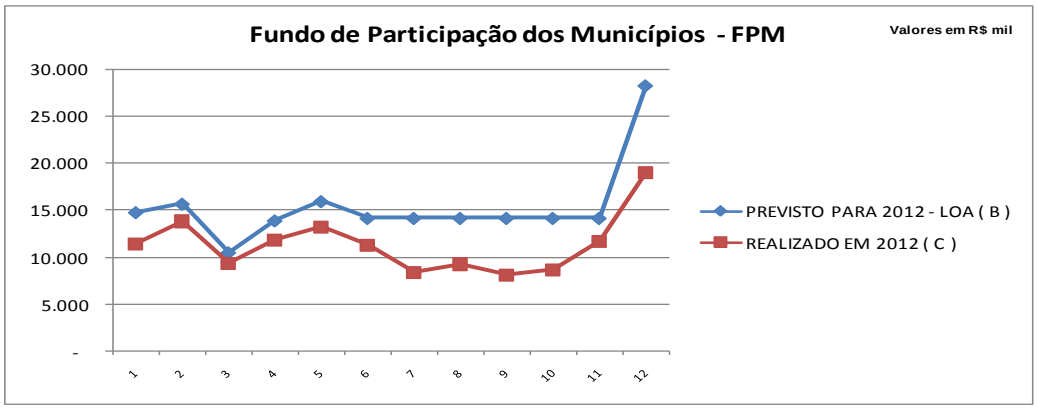


Tabela 3
Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB

Valor em R$ 1.000

FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério													
Realizado em 2008	5.575	5.039	3.342	3.745	4.037	3.822	4.004	4.667	5.413	5.112	5.281	4.824	**54.862**
Participação em %	10,16	9,19	6,09	6,83	7,36	6,97	7,30	8,51	9,87	9,32	9,63	8,79	100,00
Realizado em 2009	5.583	4.877	4.433	5.267	4.880	4.344	3.876	5.274	5.157	5.082	7.397	6.636	**62.805**
Participação em %	8,89	7,77	7,06	8,39	7,77	6,92	6,17	8,40	8,21	8,09	11,78	10,57	100,00
Realizado em 2010	5.658	5.748	4.768	5.845	6.488	6.360	5.963	6.208	6.142	6.598	8.656	6.908	**75.343**
Participação em %	7,51	7,63	6,33	7,76	8,61	8,44	7,91	8,24	8,15	8,76	11,49	9,17	100,00
Realizado em 2011 (A)	8.240	7.840	6.530	7.216	8.104	8.252	7.551	7.663	7.241	7.456	7.833	9.075	**93.000**
Participação em %													100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	8.745	8.538	6.918	7.847	8.012	11.445	8.058	8.327	8.182	8.488	9.856	8.578	**102.994**
Participação em %	8,49	8,29	6,72	7,62	7,78	11,11	7,82	8,08	7,94	8,24	9,57	8,33	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	8.618	8.977	7.871	7.925	9.190	8.293	7.367	7.924	7.499	7.746	9.190	9.663	**100.264**
Participação em % (C/Total de B)	8,37	8,72	7,64	7,69	8,92	8,05	7,15	7,69	7,28	7,52	8,92	9,38	97,35
Participação em % (C/A)	4,58	14,51	20,54	9,83	13,40	0,51	-2,44	3,40	3,57	3,90	17,32	6,48	7,81
Excesso/Déficit no período (C-B)	(127)	439	953	78	1.178	(3.152)	(691)	(403)	(683)	(742)	(666)	1.085	(2.730)

Gráfico 2

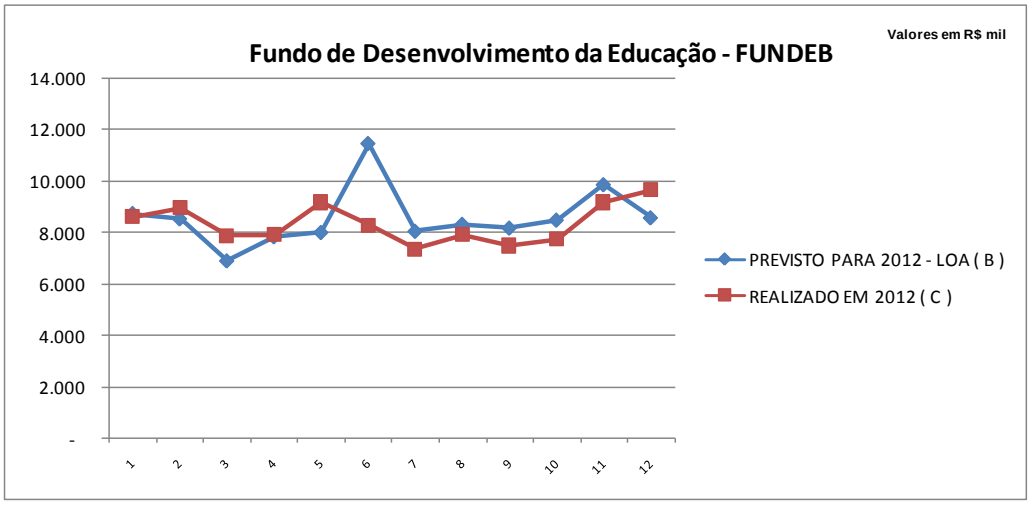


Tabela 4
Sistema Único de Saúde - SUS

Valor em R$ 1.000

SUS - Recursos dos SUS													
Realizado em 2008	2.034	1.853	1.330	1.487	2.680	1.696	3.631	1.964	1.645	2.887	3.091	3.497	**27.795**
Participação em %	7,32	6,67	4,78	5,35	9,64	6,10	13,06	7,06	5,92	10,39	11,12	12,58	100,00
Realizado em 2009	1.804	2.248	2.787	4.690	2.508	2.918	4.109	3.212	2.945	3.127	4.005	3.652	**38.005**
Participação em %	4,75	5,92	7,33	12,34	6,60	7,68	10,81	8,45	7,75	8,23	10,54	9,61	100,00
Realizado em 2010	3.487	4.085	3.324	4.450	4.617	5.097	3.556	3.721	3.509	3.535	4.284	4.244	**47.909**
Participação em %	7,28	8,53	6,94	9,29	9,64	10,64	7,42	7,77	7,32	7,38	8,94	8,86	100,00
Realizado em 2011 (A)	7.700	6.249	4.038	4.109	5.277	7.343	4.874	4.057	5.621	3.920	5.665	10.278	**69.132**
Participação em %	11,14	9,04	5,84	5,94	7,63	10,62	7,05	5,87	8,13	5,67	8,19	14,87	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	5.329	6.930	5.476	5.574	6.535	6.836	5.504	5.726	5.504	5.504	6.325	5.504	**70.747**
Participação em %	7,53	9,80	7,74	7,88	9,24	9,66	7,78	8,09	7,78	7,78	8,94	7,78	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	1.418	4.921	6.712	5.231	4.560	4.811	5.354	4.663	6.268	4.819	5.085	12.660	**66.502**
Participação em % (C/Total de B)	2,00	6,96	9,49	7,39	6,45	6,80	7,57	6,59	8,86	6,81	7,19	17,89	46,65
Participação em % (C/A)	-81,59	-21,25	66,21	27,31	-13,59	-34,49	9,85	14,95	11,51	22,92	-10,23	23,17	-3,80
Excesso/Déficit no período (C-B)	(3.911)	(2.009)	1.236	(343)	(1.975)	(2.025)	(150)	(1.063)	764	(685)	(1.240)	7.156	(4.245)

Gráfico 3

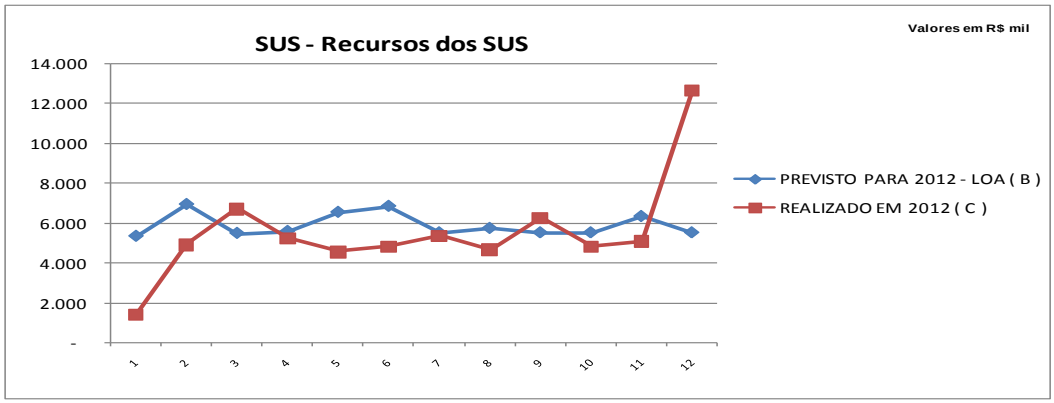


Tabela 5
SUS/Remuneração de Depósitos Bancários

Valor em R$ 1.000

SUS - Recursos dos SUS / Recursos de Remuneração de Depósito Bancário (Fundo de Saúde)													
PREVISTO PARA 2012 - LOA (A)	5.329	6.930	5.476	5.574	6.535	6.836	5.504	5.726	5.504	5.504	6.325	5.504	**70.747**
Participação em %	7,53	9,80	7,74	7,88	9,24	9,66	7,78	8,09	7,78	7,78	8,94	7,78	100,00
PREVISTO EM 2012 (Remun.Depós.Banc (B))	231	231	231	231	231	231	231	231	231	231	231	231	**2.772,00**
Participação em %	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	100,00
PREVISTO EM 2012 - LOA TOTAL C=(A+B)	**5.560**	**7.161**	**5.707**	**5.805**	**6.766**	**7.067**	**5.735**	**5.957**	**5.735**	**5.735**	**6.556**	**5.735**	**73.519**
REALIZADO EM 2012 (D)	1.418	4.921	6.712	5.231	4.560	4.811	5.354	4.663	6.268	4.819	5.085	12.660	**66.502**
REALIZADO EM 2012 (Remun.Depós.Banc (E))	291	242	279	239	754	189	189	178	121	149	112	97	**2.840**
TOTAL F=(D+E)	**1.709**	**5.163**	**6.991**	**5.469**	**5.314**	**5.000**	**5.543**	**4.663**	**6.389**	**4.968**	**5.197**	**12.757**	**69.342**
Participação em % (F/Total de C)	2,32	7,02	9,51	7,44	7,23	6,80	7,54	6,34	8,69	6,76	7,07	17,35	94,32
Participação em % (F/C)	-69,27	-27,90	22,50	-5,78	-21,46	-29,26	-3,34	-21,72	11,40	-13,38	-20,73	122,44	-5,68
Excesso/Déficit no período (F-C)	(3.851)	(1.998)	1.284	(336)	(1.452)	(2.067)	(192)	(1.294)	654	(767)	(1.359)	7.022	(4.177)

Gráfico 4

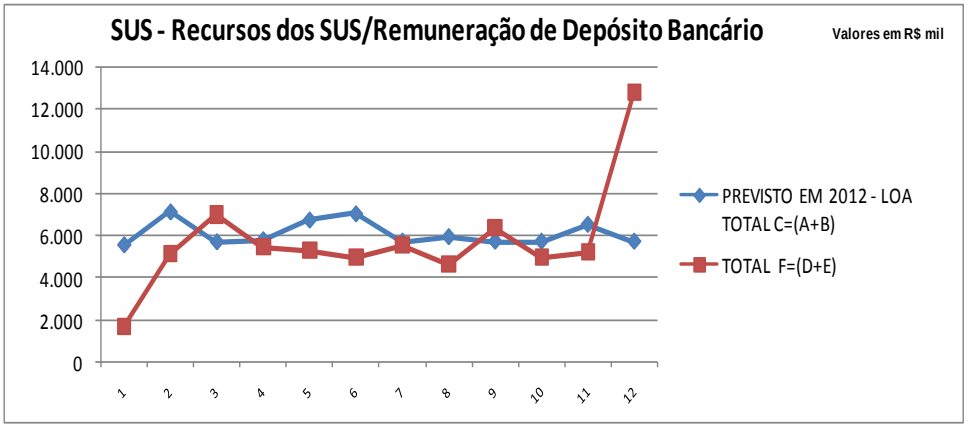


Tabela 6
Cota Parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicaçã

Valor em R$ 1.000

ICMS - Cota Parte ICMS Estadual													
Realizado em 2008	5.893	5.486	4.435	5.576	5.344	5.819	4.739	8.084	7.125	7.339	6.690	7.370	**73.899**
Participação em %	7,97	7,42	6,00	7,55	7,23	7,87	6,41	10,94	9,64	9,93	9,05	9,97	100,00
Realizado em 2009	6.771	6.113	5.940	5.359	6.140	6.510	7.192	7.133	7.920	7.545	7.583	8.385	**82.591**
Participação em %	8,20	7,40	7,19	6,49	7,43	7,88	8,71	8,64	9,59	9,14	9,18	10,15	100,00
Realizado em 2010	7.294	6.539	7.025	7.598	8.142	9.416	9.335	9.113	9.445	9.176	9.764	11.407	**104.253**
Participação em %	7,00	6,27	6,74	7,29	7,81	9,03	8,95	8,74	9,06	8,80	9,37	10,94	100,00
Realizado em 2011 (A)	10.487	8.663	9.253	8.396	10.338	10.069	10.398	11.294	10.498	9.354	12.389	10.675	**121.815**
Participação em %	8,61	7,11	7,60	6,89	8,49	8,27	8,54	9,27	8,62	7,68	10,17	8,76	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	10.710	9.294	9.928	9.591	10.970	10.864	10.870	10.481	10.929	10.587	11.067	12.113	**127.404**
Participação em %	8,41	7,29	7,79	7,53	8,61	8,53	8,53	8,23	8,58	8,31	8,69	9,51	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	12.255	10.969	10.177	9.193	11.549	10.632	11.718	11.015	11.234	12.697	11.762	14.071	**137.272**
Participação em % (C/Total de B)	9,62	8,61	7,99	7,22	9,06	8,35	9,20	8,65	8,82	9,97	9,23	11,04	107,75
Participação em % (C/A)	16,85	26,63	9,99	9,49	11,70	5,59	12,69	-2,48	7,01	35,74	-5,06	31,81	12,69
Excesso/Déficit no período (C-B)	1.545	1.675	249	(398)	579	(232)	848	534	305	2.110	695	1.958	9.868

Gráfico 5

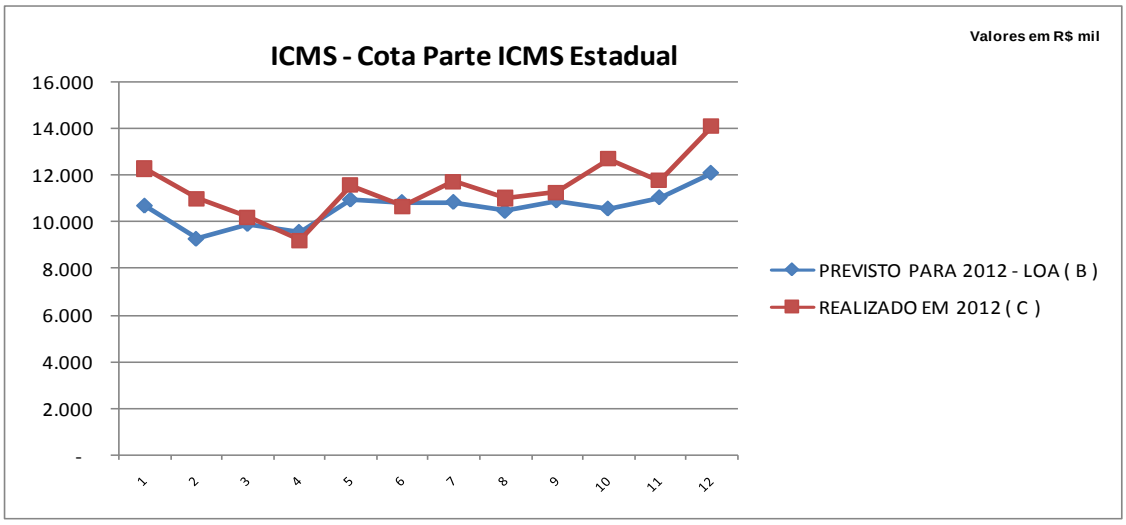


Tabela 7
Cota Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA

Valor em R$ 1.000

IPVA - Cota Parte IPVA Estadual													
Realizado em 2008	742	790	785	1.125	915	1.337	1.747	1.081	1.197	974	841	1.106	**12.640**
Participação em %	5,87	6,25	6,21	8,90	7,24	10,58	13,82	8,55	9,47	7,70	6,65	8,75	100,00
Realizado em 2009	702	903	1.586	1.254	1.346	1.280	1.278	1.001	1.131	1.115	1.020	1.366	**13.981**
Participação em %	5,02	6,46	11,34	8,97	9,63	9,15	9,14	7,16	8,09	7,98	7,29	9,77	100,00
Realizado em 2010	729	1.421	2.042	1.468	1.557	1.432	1.786	1.392	1.605	2.014	1.610	2.257	**19.312**
Participação em %	3,77	7,36	10,57	7,60	8,06	7,42	9,25	7,21	8,31	10,43	8,34	11,69	100,00
Realizado em 2011 (A)	1.268	1.864	1.931	1.777	2.182	1.908	1.273	2.242	2.278	1.749	2.037	3.892	**24.402**
Participação em %	5,20	7,64	7,91	7,28	8,94	7,82	5,22	9,19	9,34	7,17	8,35	15,95	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	1.098	1.874	2.634	1.430	2.193	1.931	2.052	1.830	1.936	2.024	3.454	2.536	**24.992**
Participação em %	4,39	7,50	10,54	5,72	8,77	7,73	8,21	7,32	7,75	8,10	13,82	10,15	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	1.945	1.988	2.147	2.093	2.354	2.117	2.602	2.320	2.452	2.612	1.772	3.037	**27.439**
Participação em % (C/Total de B)	7,78	7,96	8,59	8,37	9,42	8,47	10,41	9,28	9,81	10,45	7,09	12,15	109,79
Participação em % (C/A)	53,36	6,69	11,16	17,78	7,90	10,95	104,33	3,50	7,60	49,32	-13,00	-21,97	12,44
Excesso/Déficit no período (C-B)	847	114	(487)	663	161	186	550	490	516	588	(1.682)	501	**2.447**

Gráfico 6

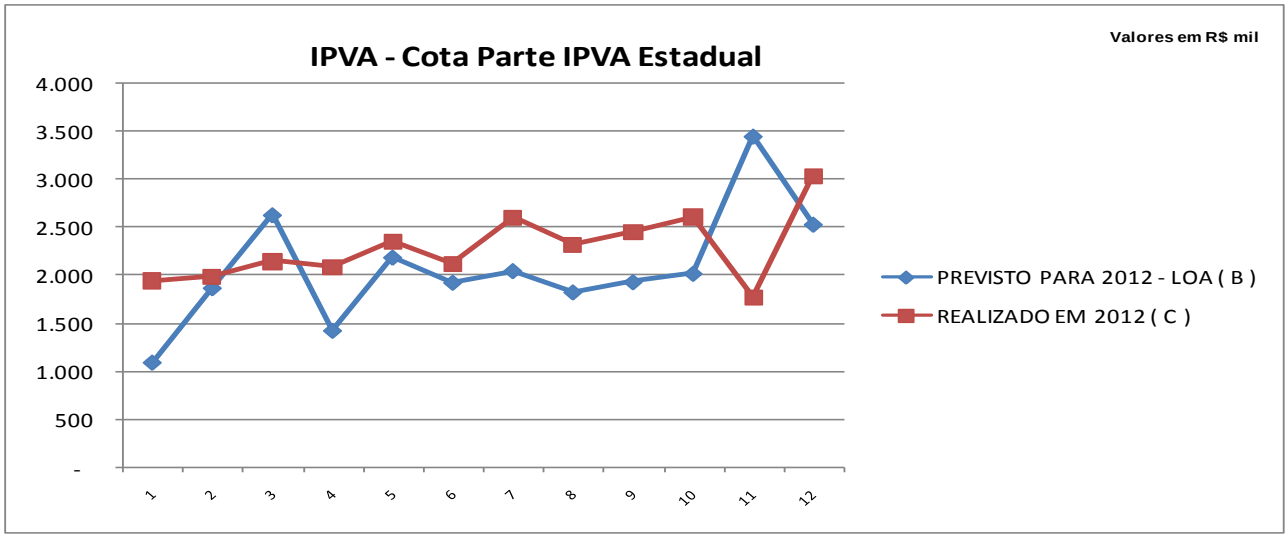


Tabela 8
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU

Valor em R$ 1.000

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana													
Realizado em 2008	3.100	893	316	195	140	204	179	144	177	112	86	100	**5.645**
Participação em %	54,92	15,81	5,60	3,45	2,49	3,61	3,17	2,54	3,13	1,99	1,52	1,77	100,00
Realizado em 2009	3.230	1.122	561	183	194	186	301	174	186	159	113	139	**6.548**
Participação em %	49,32	17,14	8,56	2,79	2,97	2,84	4,60	2,66	2,84	2,43	1,73	2,12	100,00
Realizado em 2010	3.348	1.813	774	203	217	173	164	214	215	178	200	141	**7.640**
Participação em %	43,83	23,73	10,13	2,66	2,84	2,26	2,14	2,80	2,81	2,33	2,61	1,84	100,00
Realizado em 2011 (A)	4.811	1.385	613	189	799	289	217	241	166	189	122	133	**9.154**
Participação em %	52,55	15,13	6,69	2,07	8,73	3,16	2,37	2,63	1,81	2,07	1,33	1,46	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	5.614	1.616	715	221	932	235	223	292	293	243	272	191	**10.847**
Participação em %	51,76	14,90	6,59	2,04	8,59	2,17	2,06	2,69	2,70	2,24	2,51	1,76	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	6.667	860	499	377	257	233	275	314	185	267	124	123	**10.180**
Participação em % (C/Total de B)	61,46	7,93	4,60	3,48	2,37	2,15	2,53	2,90	1,70	2,46	1,14	1,13	93,85
Participação em % (C/A)	38,57	-37,91	-18,51	99,40	-67,79	-19,44	26,53	30,46	11,23	41,00	1,71	-8,21	11,21
Excesso/Déficit no período (C-B)	1.053	(756)	(216)	156	(675)	(2)	52	22	(108)	24	(148)	(68)	**(667)**

Gráfico 7

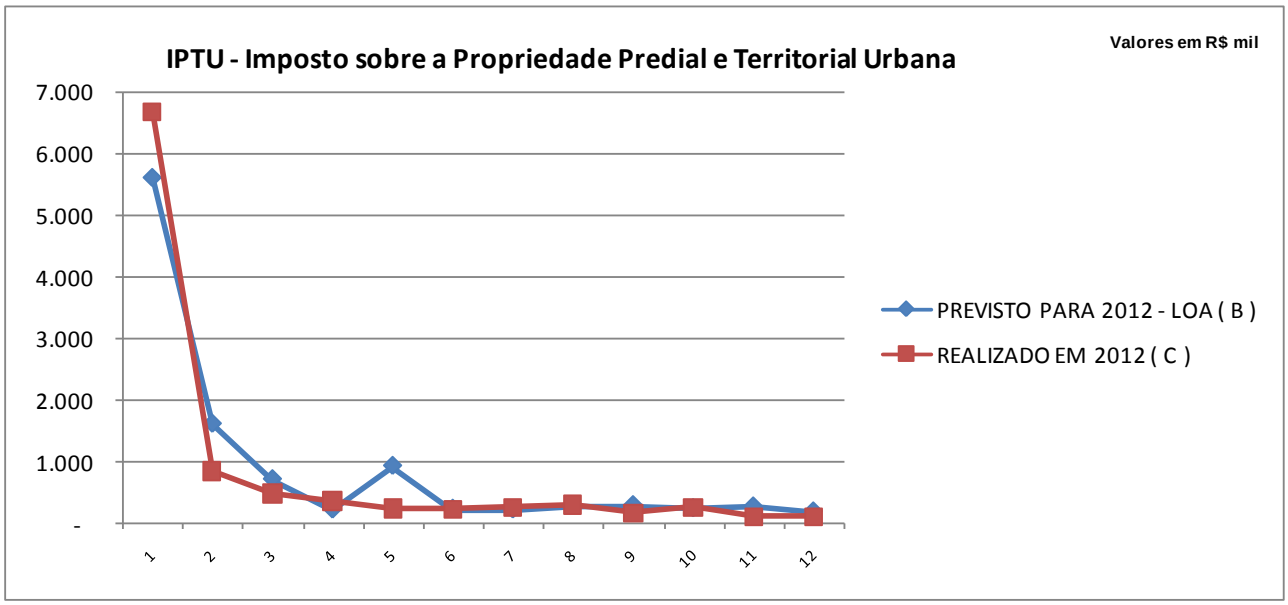


Tabela 9
Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Valor em R$ 1.000

ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis													
Realizado em 2008	173	229	295	339	381	360	247	404	319	258	346	277	**3.628**
Participação em %	4,77	6,31	8,13	9,34	10,49	9,92	6,82	11,14	8,78	7,10	9,55	7,65	100,00
Realizado em 2009	231	206	335	400	316	391	587	507	397	369	394	454	**4.588**
Participação em %	5,03	4,50	7,31	8,73	6,90	8,53	12,79	11,04	8,64	8,03	8,59	9,90	100,00
Realizado em 2010	392	237	413	515	397	381	528	382	326	400	448	817	**5.238**
Participação em %	7,48	4,53	7,89	9,83	7,59	7,27	10,09	7,30	6,23	7,64	8,56	15,60	100,00
Realizado em 2011 (A)	724	419	545	452	503	551	519	612	481	381	566	656	**6.408**
Participação em %	11,30	6,54	8,50	7,05	7,85	8,59	8,10	9,55	7,51	5,94	8,84	10,23	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	850	412	618	588	543	543	749	564	471	474	618	1.071	**7.501**
Participação em %	11,33	5,49	8,24	7,84	7,24	7,24	9,99	7,52	6,28	6,32	8,24	14,28	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	480	616	857	753	597	590	678	836	583	714	727	736	**8.166**
Participação em % (C/Total de B)	6,40	8,21	11,42	10,03	7,96	7,86	9,03	11,15	7,78	9,52	9,69	9,81	108,87
Participação em % (C/A)	-33,72	46,97	57,30	66,56	18,67	7,08	30,53	36,68	21,23	87,63	28,33	12,23	27,43
Excesso/Déficit no período (C-B)	(370)	204	239	165	54	47	(71)	272	112	240	109	(335)	**665**

Gráfico 8

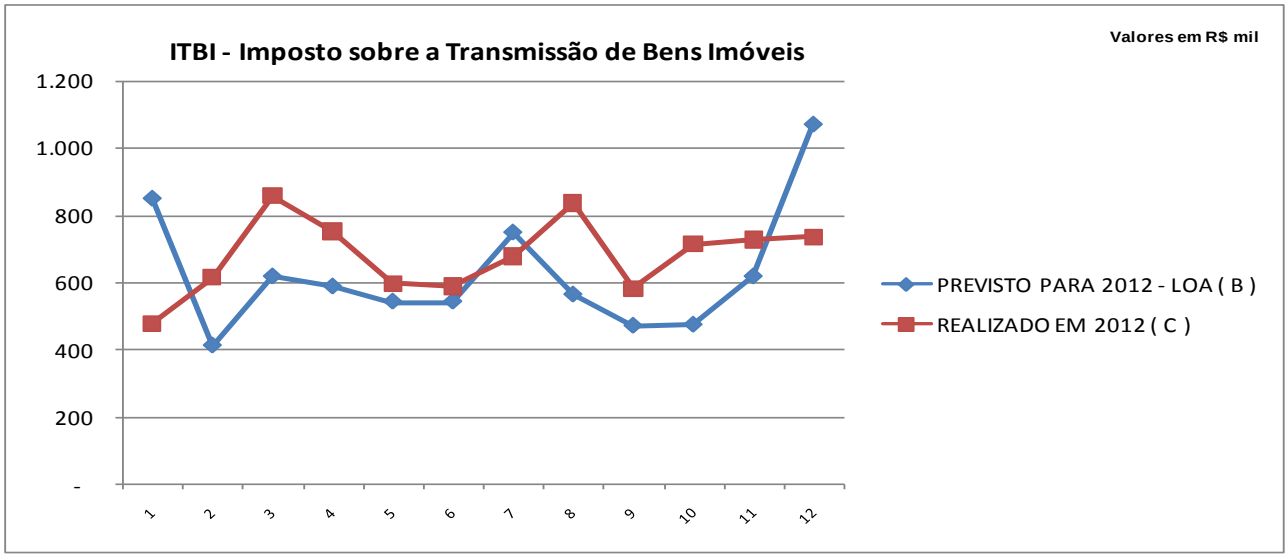


Tabela 10
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (inclusive Simples Nacional) - ISSQN

Valor em R$ 1.000

ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (inclusive o SIMPLES NACIONAL)													
Realizado em 2008	3.016	2.512	2.677	2.832	3.155	3.376	3.325	3.572	3.955	3.919	4.662	4.374	**41.374**
Participação em %	7,29	6,07	6,47	6,84	7,63	8,16	8,04	8,63	9,56	9,47	11,27	10,57	100,00
Realizado em 2009	5.586	4.047	4.815	13.204	6.835	7.036	8.658	9.138	9.986	9.636	10.183	10.979	**100.104**
Participação em %	5,58	4,04	4,81	13,19	6,83	7,03	8,65	9,13	9,98	9,63	10,17	10,97	100,00
Realizado em 2010	11.832	8.543	12.387	14.785	13.401	14.477	15.389	11.402	18.511	16.541	20.975	23.424	**181.667**
Participação em %	6,51	4,70	6,82	8,14	7,38	7,97	8,47	6,28	10,19	9,11	11,55	12,89	100,00
Realizado em 2011 (A)	20.629	13.425	15.223	16.471	12.673	14.732	18.511	16.852	17.016	15.897	18.040	17.525	**196.993**
Participação em %	10,47	6,81	7,73	8,36	6,43	7,48	9,40	8,55	8,64	8,07	9,16	8,90	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	16.756	15.570	17.655	19.103	14.698	16.756	16.756	16.756	16.756	16.756	16.756	16.756	**201.074**
Participação em %	8,33	7,74	8,78	9,50	7,31	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	20.910	16.426	12.716	15.895	15.560	14.039	16.574	20.066	18.439	21.673	18.115	21.778	**212.192**
Participação em % (C/Total de B)	10,40	8,17	6,32	7,91	7,74	6,98	8,24	9,98	9,17	10,78	9,01	10,83	105,53
Participação em % (C/A)	1,37	22,36	-16,47	-3,50	22,78	-4,70	-10,47	19,07	8,36	36,33	0,42	24,27	7,72
Excesso/Déficit no período (C-B)	4.154	856	(4.939)	(3.208)	862	(2.717)	(182)	3.310	1.683	4.917	1.359	5.022	**11.118**

Gráfico 9

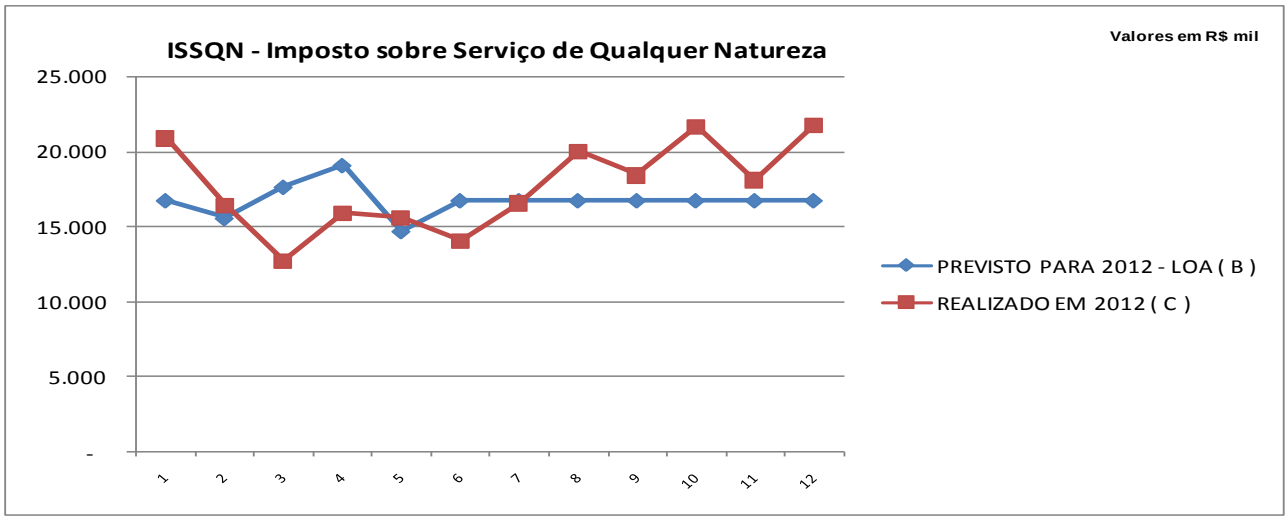


Tabela 11
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN/SIMPLES NACIONAL

Valor em R$ 1.000

ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza / Simples Nacional													
PREVISTO PARA 2012 - ISSQN - LOA (A)	16.756	15.570	17.655	19.103	14.698	16.756	16.756	16.756	16.756	16.756	16.756	16.756	**201.074**
Participação em %	8,33	7,74	8,78	9,50	7,31	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA - SIMPLES NACIONAL (B)													-
Participação em %	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL PREVISTO C=(A+B)	16.756	15.570	17.655	19.103	14.698	16.756	16.756	16.756	16.756	16.756	16.756	16.756	**201.074**
REALIZADO EM 2012 - ISSQN (D)	20.432	16.369	12.108	15.260	15.102	13.602	16.133	19.570	17.988	21.187	17.630	21.370	**206.751**
REALIZADO EM 2012 - SIMPLES NACIONAL (E)	477,94	57,20	608,37	635,20	457,97	436,99	440,97	496,97	451,02	485,42	485,28	407,62	**5.441**
TOTAL REALIZADO F=(D+E)	20.910	16.426	12.716	15.895	15.560	14.039	16.574	20.066	18.439	21.673	18.115	21.778	**212.192**
Participação em % (F/Total de C)	10,40	8,17	6,32	7,91	7,74	6,98	8,24	9,98	9,17	10,78	9,01	10,83	105,53
Participação em % (C/A)	24,79	5,50	-27,97	-16,79	5,87	-16,22	-1,09	19,76	10,04	29,34	8,11	29,97	5,53
Excesso/Déficit no período (F-C)	4.154	856	(4.939)	(3.208)	862	(2.717)	(182)	3.310	1.683	4.917	1.359	5.022	**11.118**

Gráfico 10

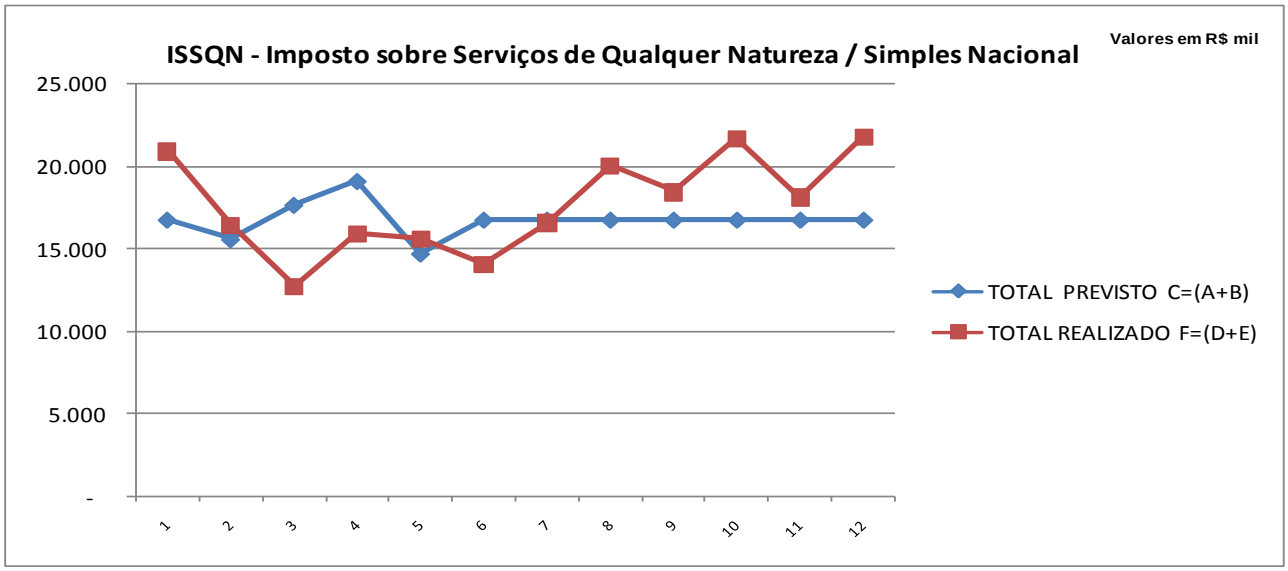


Tabela 12
Taxas

Valor em R$ 1.000

TAXAS - Total das Taxas													
Realizado em 2008	3.720	1.636	1.149	709	674	686	733	570	834	707	531	701	**12.651**
Participação em %	29,41	12,93	9,08	5,60	5,33	5,42	5,80	4,51	6,59	5,59	4,20	5,54	100,00
Realizado em 2009	3.630	1.822	1.757	926	836	903	870	827	1.054	610	953	936	**15.124**
Participação em %	24,00	12,05	11,62	6,12	5,53	5,97	5,75	5,47	6,97	4,03	6,30	6,19	100,00
Realizado em 2010	3.550	2.803	2.764	1.114	1.115	904	949	1.010	1.167	941	1.197	1.202	**18.716**
Participação em %	18,97	14,98	14,77	5,95	5,96	4,83	5,07	5,40	6,24	5,03	6,40	6,42	100,00
Realizado em 2011 (A)	5.059	2.671	2.787	1.422	2.796	1.970	1.788	2.146	2.052	1.488	1.507	2.989	**28.676**
Participação em %	17,64	9,32	9,72	4,96	9,75	6,87	6,24	7,48	7,16	5,19	5,26	10,42	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	5.948	3.138	3.281	1.671	3.266	1.246	1.309	1.394	1.620	1.275	1.623	1.644	**27.415**
Participação em %	21,70	11,45	11,97	6,10	11,91	4,54	4,77	5,08	5,91	4,65	5,92	6,00	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	5.938	2.289	2.455	2.095	1.902	2.148	1.249	1.605	3.245	1.603	1.271	1.346	**27.145**
Participação em % (C/Total de B)	21,66	8,35	8,96	7,64	6,94	7,84	4,56	5,85	11,84	5,85	4,64	4,91	99,02
Participação em % (C/A)	17,38	-14,32	-11,90	47,30	-31,99	9,06	-30,15	-25,21	58,12	7,73	-15,69	-54,98	-5,34
Excesso/Déficit no período (C-B)	(10)	(849)	(826)	424	(1.364)	902	(60)	211	1.625	328	(352)	(298)	**(270)**

Gráfico 11

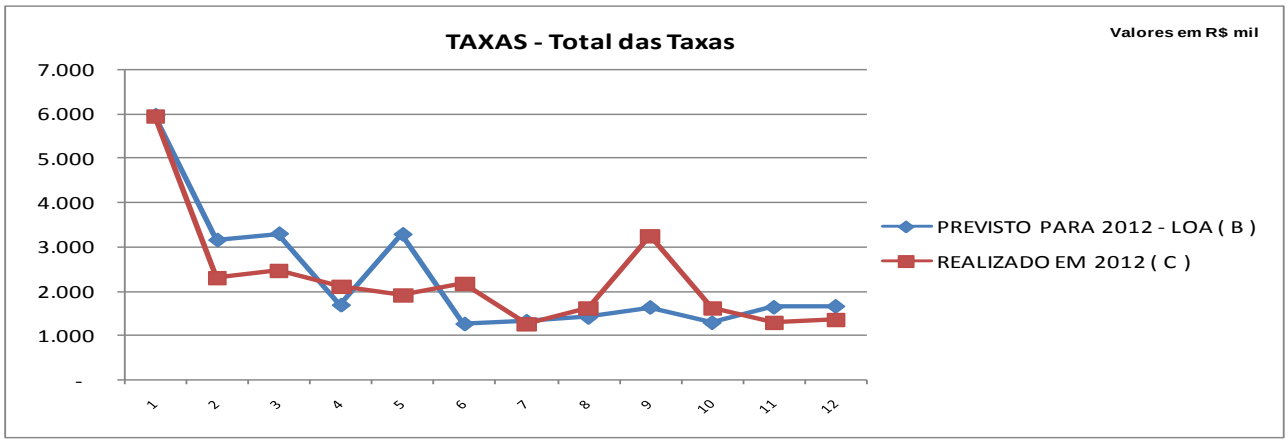


Tabela 13
Receita Tributária

Valor em R$ 1.000

Receita Tributária													
Realizado em 2008	10.513	6.263	4.711	4.726	5.111	5.369	5.372	5.551	5.786	5.967	6.329	6.642	**72.339**
Participação em %	14,53	8,66	6,51	6,53	7,07	7,42	7,43	7,67	8,00	8,25	8,75	9,18	100,00
Realizado em 2009	13.203	7.840	8.154	15.396	9.084	9.435	11.406	11.576	12.640	11.362	12.766	14.288	**137.150**
Participação em %	9,63	5,72	5,95	11,23	6,62	6,88	8,32	8,44	9,22	8,28	9,31	10,42	100,00
Realizado em 2010	19.378	14.352	17.641	17.423	16.246	17.092	18.309	14.306	21.586	19.390	24.341	28.434	**228.498**
Participação em %	8,48	6,28	7,72	7,63	7,11	7,48	8,01	6,26	9,45	8,49	10,65	12,44	100,00
Realizado em 2011 (A)	31.574	19.472	20.689	19.513	18.304	19.704	22.242	21.982	21.310	19.079	21.612	24.844	**260.325**
Participação em %	12,13	7,48	7,95	7,50	7,03	7,57	8,54	8,44	8,19	7,33	8,30	9,54	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	29.390	22.459	23.904	22.678	21.130	20.234	20.811	20.635	20.921	20.538	21.226	23.406	**267.332**
Participação em %	10,99	8,40	8,94	8,48	7,90	7,57	7,78	7,72	7,83	7,68	7,94	8,76	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	34.234	22.542	17.669	21.317	19.477	18.093	19.784	25.085	28.049	25.879	23.040	26.707	**281.876**
Participação em % (C/Total de B)	12,81	8,43	6,61	7,97	7,29	6,77	7,40	9,38	10,49	9,68	8,62	9,99	105,44
Participação em % (C/A)	8,42	15,77	-14,60	9,24	6,41	-8,18	-11,05	14,11	31,62	35,64	6,61	7,50	8,28
Excesso/Déficit no período (C-B)	4.844	83	(6.235)	(1.361)	(1.653)	(2.141)	(1.027)	4.450	7.128	5.341	1.814	3.301	**14.544**

Gráfico 12

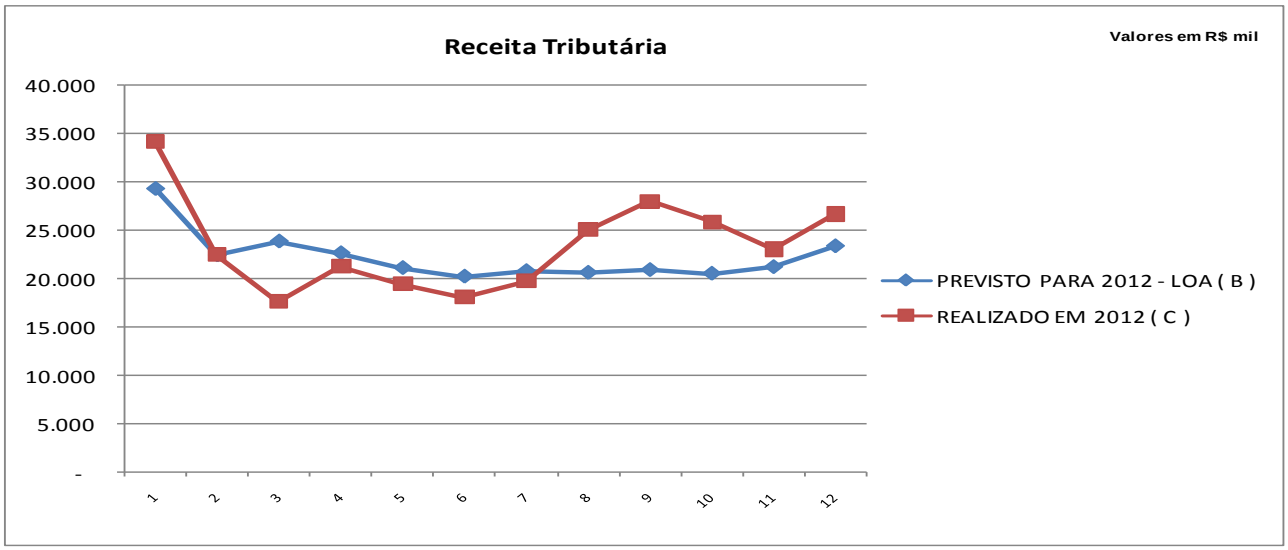


Tabela 14
Recursos Próprios do Tesouro

Valor em R$ 1.000

FONTE - Recursos Próprios do Tesouro (Fontes: 01.00, 01.01, 01.02 e 01.94(ñ vinculados)) (Antigas Fontes: 100.0, 100.3, 100.4, 100.5, 102.0)													
Realizado em 2008	25.817	21.702	17.496	20.410	20.397	20.384	24.866	22.857	21.842	21.584	22.915	29.916	**270.189**
Participação em %	9,56	8,03	6,48	7,55	7,55	7,54	9,20	8,46	8,08	7,99	8,48	11,07	100,00
Realizado em 2009	30.255	23.736	23.067	31.000	26.778	26.486	27.303	27.999	28.894	28.553	31.525	41.238	**346.834**
Participação em %	8,72	6,84	6,65	8,94	7,72	7,64	7,87	8,07	8,33	8,23	9,09	11,89	100,00
Realizado em 2010	35.210	30.661	34.346	34.608	35.682	36.059	35.597	33.045	39.620	37.843	45.540	56.733	**454.944**
Participação em %	7,74	6,74	7,55	7,61	7,84	7,93	7,82	7,26	8,71	8,32	10,01	12,47	100,00
Realizado em 2011 (A)	54.002	41.605	39.707	40.198	42.495	42.728	42.895	44.937	40.715	41.292	45.795	57.336	**533.706**
Participação em %	10,12	7,80	7,44	7,53	7,96	8,01	8,04	8,42	7,63	7,74	8,58	10,74	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	52.299	45.626	44.113	44.305	46.144	43.448	44.067	43.531	44.348	43.774	45.899	59.551	**557.105**
Participação em %	9,39	8,19	7,92	7,95	8,28	7,80	7,91	7,81	7,96	7,86	8,24	10,69	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	56.021	45.186	36.211	40.921	42.661	38.493	39.358	44.682	46.358	46.847	41.488	57.740	**535.967**
Participação em % (C/Total de B)	10,06	8,11	6,50	7,35	7,66	6,91	7,06	8,02	8,32	8,41	7,45	10,36	96,21
Participação em % (C/A)	3,74	8,61	-8,80	1,80	0,39	9,91	8,25	0,57	13,86	13,45	9,40	0,70	0,42
Excesso/Déficit no período (C-B)	3.722	(440)	(7.902)	(3.384)	(3.483)	(4.955)	(4.709)	1.151	2.010	3.073	(4.411)	(1.811)	**(21.138)**

Gráfico 13

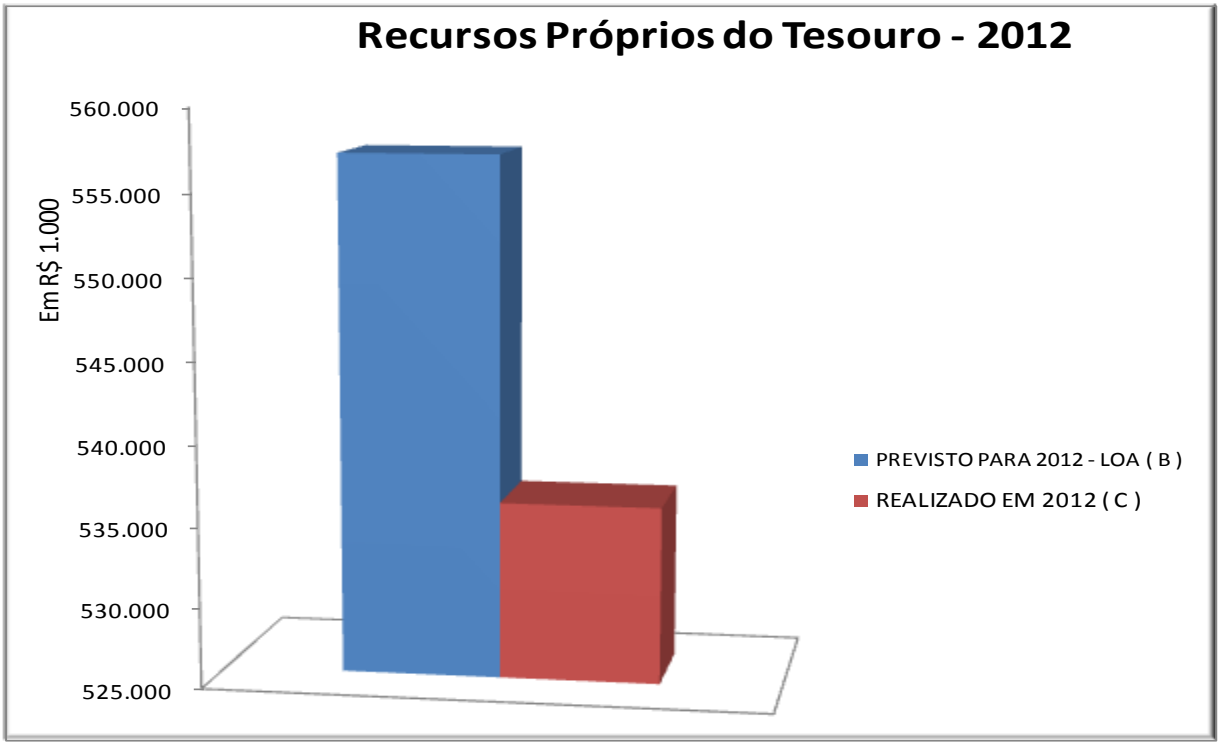
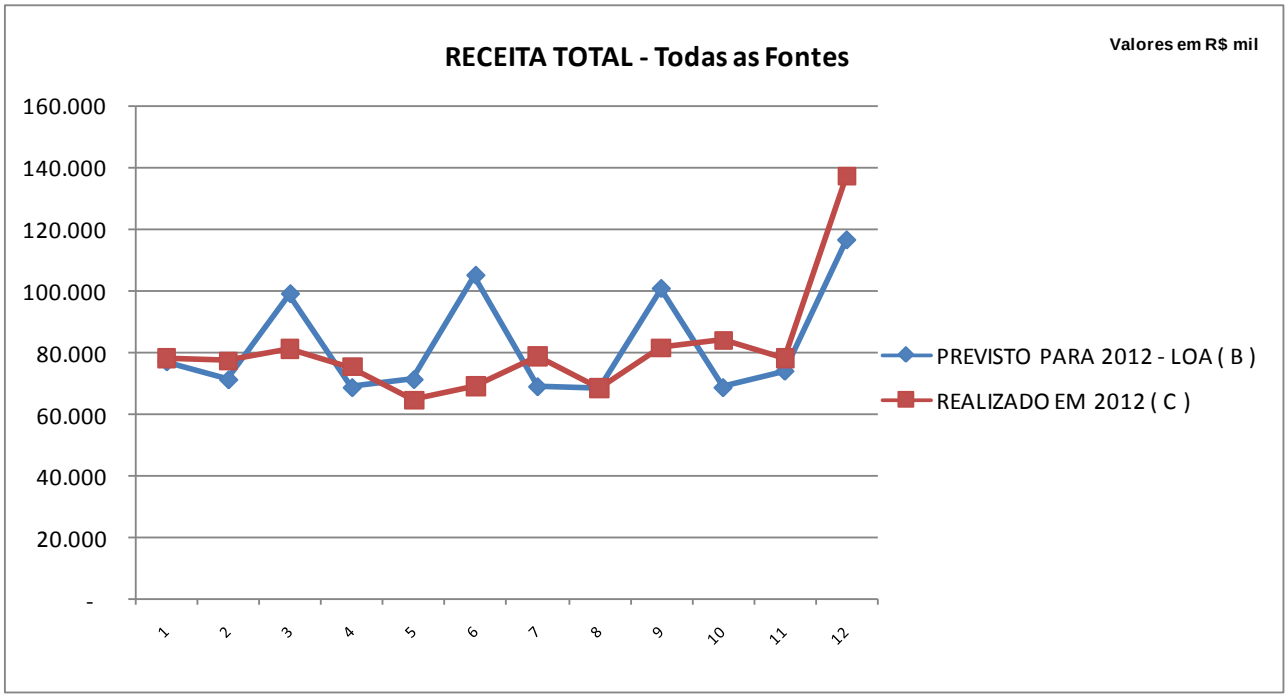


Tabela 15
Receita Total – Todas as fontes

Valor em R$ 1.000

RECEITA TOTAL - Todas as Fontes													
Realizado em 2008	35.696	32.104	25.330	30.180	32.690	38.893	49.746	37.844	54.232	33.547	42.460	56.459	**469.181**
Participação em %	7,61	6,84	5,40	6,43	6,97	8,29	10,60	8,07	11,56	7,15	9,05	12,03	100,00
Realizado em 2009	40.544	40.426	114.404	48.979	39.030	45.631	48.252	42.331	48.876	55.685	58.918	77.907	**660.983**
Participação em %	6,13	6,12	17,31	7,41	5,90	6,90	7,30	6,40	7,39	8,42	8,91	11,79	100,00
Realizado em 2010	75.291	46.071	58.989	49.976	58.281	61.788	59.485	48.348	59.328	61.332	64.579	88.379	**731.847**
Participação em %	10,29	6,30	8,06	6,83	7,96	8,44	8,13	6,61	8,11	8,38	8,82	12,08	100,00
Realizado em 2011 (A)	76.966	64.643	60.676	59.669	66.967	70.220	67.427	79.584	76.376	70.567	77.145	109.369	**879.609**
Participação em %	8,75	7,35	6,90	6,78	7,61	7,98	7,67	9,05	8,68	8,02	8,77	12,43	100,00
PREVISTO PARA 2012 - LOA (B)	77.208	71.381	99.256	68.837	71.444	105.252	69.132	68.514	100.961	68.832	74.175	116.706	**991.698**
Participação em %	7,79	7,20	10,01	6,94	7,20	10,61	6,97	6,91	10,18	6,94	7,48	11,77	100,00
REALIZADO EM 2012 (C)	**78.409**	**77.750**	**81.424**	**75.575**	**65.008**	**69.366**	**79.049**	**68.778**	**81.817**	**84.393**	**78.525**	**137.230**	**977.323**
Participação em % (C/Total de B)	7,91	7,84	8,21	7,62	6,56	6,99	7,97	6,94	8,25	8,51	7,92	13,84	98,55
Participação em % (C/A)	1,87	20,28	34,19	26,66	-2,93	-1,22	17,24	-13,58	7,12	19,59	1,79	25,47	11,11
Excesso/Déficit no período (C-B)	1.201	6.369	(17.832)	6.738	(6.436)	(35.886)	9.917	264	(19.144)	15.561	4.350	20.524	**(14.375)**

Gráfico 14



3. Despesa

A dotação inicial autorizada pela Lei Municipal nº 1.979, de 21 de dezembro de 2011, a Lei Orçamentária

Anual de 2012, foi de R$ 991.698.000,00 (novecentos e noventa e um milhões e seiscentos e noventa e oito mil reais). Mediante abertura de créditos adicionais suplementares, tendo como fonte de financiamento o superávit financeiro, o excesso de arrecadação e a operação de crédito, elevou-se essa dotação para R$ 1.192.464.821,67. Porém, a despesa efetivamente empenhada em R$ 957.180.708,23, observa-se na tabela 18.

Com base no art. 43, da Lei Federal 4.320/64, no período de janeiro a dezembro de 2012 foram abertos R$ 488.586.229,14 de créditos adicionais suplementares, distribuídos nas modalidades por:

- anulação: R$ 287.718.407,47;
- superávit financeiro R$ 69.365.639,13;
- excesso de arrecadação R$ 71.000.563,01; e
- operação de crédito R$ 60.501.619,53.

No exercício de 2012, amparado na LRF, o Poder Executivo determinou o contingenciamento de despesas discricionárias, com o objetivo de adequar os níveis de despesas à receita verificada no período através do Decreto nº 12.691, de 04 de julho de 2012, sob alegação de que a necessidade conjuntural exigia o aumento do superávit primário, onde possibilitou o desenvolvimento de um processo de ordenamento das contas públicas que seguem as direções da política de corte e de gastos eficientes.

A tabela 18 apresenta o resumo das alterações orçamentárias das despesas ocorridas durante o exercício 2012.

Tabela 16

Resumo das Alterações Orçamentárias:
Despesas (Janeiro a dezembro de 2012)

Descrição	**Valor** (R$ 1,00)
Crédito Orçamentário Inicial	**991.698.000,00**
+ Créditos Suplementares por Anulação	287.718.407,47
+ Superávit Financeiro	69.365.639,13
+ Excesso de Arrecadação	71.000.563,01
+ Operações de Crédito	60.501.619,53
Total de Créditos Suplementares	**488.586.229,14**
(-) Redução para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares	**287.718.407,47**
Total de créditos orçamentários (Dotação Atualizada)	**1.192.565.821,67**
Despesa Realizada (Empenhada)	957.180.708,23
Saldo Orçamentário	**235.385.113,44**

Fonte - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias PL - Balanço Orçamentário Sistema (OR cetil)

4. Receita x Despesa

Observa-se na tabela 17 que a receita arrecada até dezembro de 2012 totalizou R$ 977.321.842,75, ao passo que a despesa, no mesmo período, foi empenhada em R$ 962.853.355,54. Das receitas correntes, as mais significativas são as Transferências Correntes e a Tributária, com R$ 435.959.064,95 e R$ 281.875.649,89 respectivamente. No grupo das despesas mais significativas, pessoal e encargos sociais somaram R$ 405.080.214,74 e outras despesas correntes atingiram o valor de R$ 338.756.845,44.

Tabela 17
Receita e Despesa, segundo a Categoria Econômica e Grupo de Despesa - Administração Direta e Indireta - 2012

Em R$ 1,00

Receita (Arrecadada - 2012)		Despesa (Empenhadas - 2012)	
Categoria Econômica	**Total**	**Categoria Econômica**	**Total**
RECEITAS CORRENTES	**856.184.758**	**DESPESAS CORRENTES**	**751.291.543**
Receita Tributária	281.875.650	Pessoal e encargos sociais	405.080.215
Receita de Contribuição	61.762.105	Juros e encargos da dívida	7.454.483
Receita Patrimonial	61.709.063	Outras despesas correntes	338.756.845
Transferências Correntes	435.959.065		
Outras Receitas Correntes	14.878.875		
RECEITAS DE CAPITAL	**68.693.585**	**DESPESAS DE CAPITAL**	**167.513.977**
Operações de Créditos	6.433.308	Investimentos	152.649.660
Alienação de Bens	46.385	Inversões financeiras	2.834.307
Transferências de Capital	62.213.893	Amortização da dívida	12.030.010
Outras Receitas de Capital	-		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**52.443.500**	**DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**	**44.047.835**
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**-**	**RESERVA DE CONTIGÊNCIA**	**-**
RECEITA TOTAL	**977.321.843**	**DESPESA TOTAL**	**962.853.356**

Fonte: Balanço Orçamentário 2012- Sistema CPCTIL - PMPV.

PARTE IV
Cronograma das Atividades da Coordenadoria Municipal de Orçamento em 2012

Ordem	Especificação	Responsável	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	STATUS
ACOMPANHAMENTO DA RECEITA E DESPESA		**CMO/ SEMPLA**													
01	Consulta ao site do Banco do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional - STN para obtenção dos valores das transferências federais: www.bb.com.br, impressão do Balancete da Receita mensal consolidado, lançamento dos valores das receitas e geração da planilha de acompanhamento da receita.	DIAP/CMO	01 a 15	01 a 15	01 a 15	01 a 15	01 a 15	01 a 15	01 a 15	01 a 15	01 a 15	01 a 15	01 a 15	01 a 15	executado/ em Execução
02	Controle da execução orçamentária (baixado do sistema) para emissão de relatório específico de acompanhamento da despesa.	DIAP/CMO	01 a 30	01 a 29	01 a 30	01 a 30	01 a 30	01 a 30	01 a 30	01 a 30	01 a 30	01 a 30	01 a 30	01 a 30	executado/ em Execução
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (Avaliação do PPA - Exercício 2011) Instrução Normativa nº 13/2004 TCE/RO, artigo 11, inciso VI, alínea a: "Relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos quatros exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de educação, saúde, segurança e obras públicas". Lei nº 1.640, de 20 de dezembro de 2005, art. 6°: "Avaliação dos Programas Finalísticos constantes do Plano Plurianual terá caráter permanente e será divulgada ao final do último quadrimestre de cada exercício, a partir dos dados fornecidos pelo setor responsável pelo gerenciamento".		**SEMPLA / ÓRGÃOS SETORIAIS**													
01	Atualização da estrutura do módulo de avaliação do PPA	DIAP/CMO	02 a 20												executado
02	Consolidação da base de dados do PPA e elaboração do aplicativo (módulo do SIMPLAG) para o preenchimento de informações referente à avaliação quantitativa e qualitativa das ações e programas constantes no PPA.	DIAP/CMO	02 a 20												executado
03	Atualização do Manual de Avaliação do PPA	DIAP/CMO	02 a 20												executado
04	Aprovação do Manual de Avaliação do PPA (elaboração de portaria)	GAB/CMO	20												executado
05	Reunião com os Órgãos Setoriais (Secretarias) para as instruções sobre o processo de Avaliação do PPA.	SEMPLA / Órgãos Setoriais	25												executado
06	Registro no SIMPLAG das informações relativas aos programas e ações, por parte das unidades.	ÓRGÃOS SETORIAIS	26/01 a 16/03												executado
07	Processamento das informações recebidas referentes à avaliação dos programas e geração os Relatórios de Avaliação do PPA.	DIAP/CMO		10/02 a 16/03											executado
08	Consolidação da avaliação: estruturação do documento final, texto e anexos.	DIAP/CMO			28										executado
09	Encaminhamento à SEMFAZ, com cópia para CGM, do Relatório de Avaliação do PPA contendo o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas em 2011 para comporem a Prestação de Contas Anual.	DIAP/CMO			29										executado
ACOMPANHAMENTO DA RECEITA PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO OU NOMINAL ESTABELECIDAS NO ANEXO DE METAS FISCAIS - LDO Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 9º: "Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias".		**CMO / SEMPLA**												
08	Comparação do anexo de metas fiscais da LDO com o RREO.	DIAP/CMO			26		25		25		24		23		executado/ em Execução
DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NO PODER LEGISLATIVO (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 9º, § 4º;) (Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais) (Instrução Normativa nº 13/2004 TCE/RO, artigo 11, inciso V)		**CMO / SEMPLA**												
01	Consulta ao Sistema RFCetil para geração do Relatório Resumido da Execução e o Relatório de Gestão Fiscal, consolidados, reuni-los e compará-los com os dados publicados no Diário Oficial do Município.	DIAP/CMO		15			21				17				executado/ A executar
02	Elaboração do relatório de análise do comportamento das metas fiscais, relativo ao quadrimestre, e produção de slides para apresentação em audiência pública.	DIAP/CMO		15 a 24			21 a 29				17 a 26				executado/ A executar
03	Apresentação à Câmara Municipal em audiência pública o relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais.	DIAP/CMO		29			30				27				executado/ A executar
04	Encaminhar de ofício cópia da Ata ao TCER e a CGM.	DIAP/CMO			01			06				09			executado

(continua)

(continuação)

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO		**CMO/SEMPLA**														
Lei Orgânica do Município, artigo 128, inciso II; c/c § 3º, inciso I; Instrução Normativa nº 13/2004 TCE/RO, artigo 11, inciso I, alínea b.																
01	Consulta à legislação específica (portaria STN)	DIAP/CMO			01 a 31											executado
02	Processamento de informações atuariais do IPAM.	DIAP/CMO			08 a 31											executado
03	Solicitação de informações de renúncia de receita à SEMFAZ.	DIAP/CMO			08 a 31											executado
04	Processamento de informações de renúncia de receita da SEMFAZ	DIAP/CMO			08 a 31											executado
05	Consulta ao Banco Central para projeção de índices (IPCA e PIB)	DIAP/CMO			08 a 31											executado
06	Consulta ao IBGE para obter o PIB Municipal	DIAP/CMO			08 a 31											executado
07	Projeção de Receitas para 2012 a 2014	DIAP/CMO			20/03 a 05/04											executado
08	Prepararação e consolidação do Relatório de Metas Fiscais	DIAP/CMO				09 a 10										executado
09	Elaboração do Projeto de Lei e Mensagem de Encaminhamento a Câmara Municipal	DIAP/CMO				11										executado
10	Encaminhamento do Projeto de Lei à Câmara Municipal e Cópia ao Tribunal de Contas.	DIAP/CMO				12										executado
Elaboração do Manual Técnico do Orçamento - MTO		**CMO / SEMPLA**														
(Lei Orgânica do Município, artigo 87, inciso IV) (sancionar e fazer publicar as leis emanadas da Câmara Municipal, bem como expedir decretos e regulamentos para sua execução;)																
01	Consulta à legislação específica (portarias, instruções normativas, etc.).	DIAP/CMO				18 a 20										executado
02	Atualização do Manual Técnico do Orçamento para o exercício de 2013.	DIAP/CMO				23/04 a 13/05										executado
03	Elaboração de portaria para a provação e encaminhamento do MTO para publicação na *internet* .	DIAP/CMO						14								executado
REVISÃO DA ESTRUTURA PROGRAMÁTICA		**CMO/SEMPLA/Orgãos Setoriais/Unidades Orçamentária**														
Estrutura Programática do Orçamento (atualização do Cadastro de Programas e Ações)																
01	Revisão da estrutura do módulo do SIMPLAG para detalhamento e captação da Proposta Orçamentária e atualização da base de dados do SIMPLAG.					16/04 a 15/06										executado
PROJEÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO 2013		**CMO / SEMPLA**														
Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 12, § 3º: "O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo".																
01	Projeção de Receitas LOA (2013). Consulta à legislação específica (SIGAP, portaria /STN); solicitação ao IPAM da estimativa de receitas de contribuições de assistência médica e previdência; processamento de informações de renúncia de receita da SEMFAZ; solicitação ao departamento competente da SEMPLA da relação de convênios com previsão de realização no exercício projetado; definição de metodologia de cálculo para cada receita e elaboração (atualização) da planilha de evolução e projeção de valores das receitas; encaminhamento ao Tribunal de Contas, Ministério Público e Câmara Municipal, em meio físico e magnético, os estudos e as estimativas das receitas, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.	DIAP/CMO						11 a 20								executado
PROJEÇÃO DAS RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E TETO FINANCEIRO		**CMO / SEMPLA**														
01	- Referencial monetário (teto financeiro) para apresentação da proposta orçamentária dos órgãos setoriais. - Restrições orçamentárias (definição de dotações para Pessoal, Dívida, Precatórios, despesas vinculadas a Saúde, Educação e ao Poder Legislativo).	DIAP/CMO						18/06 a 14/07								executado

(continua)

(continuação)

ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DOS ÓRGÃOS SETORIAIS - LOA		**ÓRGÃOS SETORIAIS/ SEMPLA**													
01	Reunir com os órgãos e entidades para instruções quanto a elaboração dos Programas e Ações. (módulo do SIMPLAG).	DIAP/CMO							19						A executar
02	Definição e Distribuição dos tetos da LOA as unidades orçamentárias.	DIAP/CMO							19						executado
03	Proposta orçamentária dos Órgãos Setoriais elaborada e detalhada no Sistema Municipal de Planejamento e Gestão - SIMPLAG.	DIAP/CMO/UNIDA DE ORÇAMENTÁRIA							19 a 30						executado
04	Proposta orçamentária analisada, ajustada e definida.	DIAP/CMO													
05	- Projeto de Lei Orçamentária elaborado e aprovado pelo titular da SEMPLA, consolidado e compatibilizado em consonância com a CF, PPA, LDO e LRF.	DIAP/CMO								01 a 31					executado
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLOA - 2013		**CMO / SEMPLA**													
Lei Orgânica do Município, artigo 128, § 3° - "No primeiro ano de mandato do Chefe do Poder executivo, os prazos de que tratam os incisos II e III do art. 128 serão os seguintes: inciso III - O Projeto de Lei Orçamentária anual será enviado até 30 (trinta) de outubro e devolvido à sanção até o final da respectiva sessão legislativa.*(emenda n/ 047/05)". Instrução Normativa nº 13/2004 TCE/RO, artigo 11, inciso I, alínea c: " cópia do projeto da Lei Orçamentária Anual, acompanhada dos anexos e demonstrativos previstos na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Complementar Federal nº 101/2000, artigo 5°".														
01	Projeto de Lei Orçamentária disponibilizado à sociedade, conforme disposição de Lei (Plano Diretor).	DIAP/CMO								31					executado
02	Mensagem, texto e anexos do Projeto de Lei Orçamentária elaborados e entregues à Câmara Municipal de Vereadores.	DIAP/CMO									03 a 28				executado
PROCEDIMENTOS APÓS A APROVAÇÃO LESGILATIVA DA LOA 2013		**CMO / SEMPLA**													
01	Recebimento da Câmara Municipal da LOA 2013 e emendas, para sanção e publicação.	DIAP/CMO												15 a 31	executado
02	Análise das emendas à LOA para sugestão quanto ao aproveitamento ou vetos às inconsistentes.	DIAP/CMO												15 a 31	executado
03	Atualização da base de dados com as emendas aprovadas, consolidação do texto da Lei com a inclusão do número da Lei, data e assinaturas.	DIAP/CMO												15 a 31	executado
04	Impressão e distrubuição de 5 vias completas (texto da Lei e anexos), encadernação de 3 vias, e encaminhamento para: 1ª via (não encadernada): Gráfica Muncipal para publicação em diário oficial; 2ª via: Gabinete do Prefeito; 3ª via (não encadernada) : Tribunal de Contas do Estado (inclusive em meio magnético); 4ª via: Câmara Municipal (inclusive em meio magnético); 5ª via: SEMPLA.	DIAP/CMO/GAB/ SEMPLA												15 a 31 (10 dias após publicação)	executado
AVALIAÇÃO DO PPA - ANO BASE 2012.		**CMO / SEMPLA**													
01	Emcaminhamento de ofício aos órgãos solicitando a elaboração do Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas em 2012, em articulação com a ASTEC/SEMPLA.	DIAP/CMO										22			executado
02	Atualização da estrutura do módulo de avaliação do PPA em articulação com o DRTI/SEMAD.	DIAP/CMO - DRTI/SEMAD											01/11 a 31/12		executado
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - LOA 2013		**CMO / SEMPLA**													
Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 8º e 13: "Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso". "Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa".														
01	Solicitação ao Gabinete do Prefeito dos números de decretos para a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso.	DIAP/CMO												15 a 31	executado
02	Preparação dos textos dos decreto e anexos para publicação.	DIAP/CMO												15 a 31	executado
03	Impressão de 03 vias completas (decreto e anexos), distribuidas para: 1ª via: Gabinete do Prefeito (não encadernada) para publicação em diário oficial; 2ª via: SEMPLA 3ª via: Tribunal de Contas de Rondônia	DIAP/CMO												15 a 31	executado

(continua)

(continuação)

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA (QDD) Lei Orgânica do Municípo, artigo 133, §§ lº: "O Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da Câmara Municipal enviado à Secretaria Municipal de Planejamento, será publicado no Diário Oficial do Município, até o dia 3l de janeiro do exercício financeiro a que se refere a Lei Orçamentária" e 2º - "Os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD) dos Órgãos da Administração Direta, serão publicados no Diário Oficial do Município através de portaria da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão no mesmo prazo estabelecido no parágrafo precedente".	**CMO / SEMPLA**													
01	Solicitação ao Gabinete do Prefeito de número de decreto para o QDD.	DIAP/CMO												15 a 31	executado
02	Prepararação do texto do decreto e anexos para publicação.	DIAP/CMO												15 a 31	executado
03	Impressão de 03 vias completas (decreto e anexos), distribuidas para: 1ª via: Gabinete do Prefeito (não encadernada) para publicação em diário oficial; 2ª via: SEMPLA 3ª via: Tribunal de Contas de Rondônia	DIAP/CMO												15 a 31	executado
REESTRUTURAÇÃO DO MÓDULO DE ELABORAÇÃO DO PPA 2014 a 2017 PARA DETALHAMENTO E CAPTAÇÃO DE PROPOSTAS SETORIAIS.		**CMO / SEMPLA**													
01	Consulta à Legislação do PPA 2012 a 2015 da União e ao Manual de Elaboração do PPA da União.	DIAP/CMO										01/10 a 31/12			Em execução
02	Estudos para definição dos modelos de relatórios que comporão o PL-PPA 2014 a 2017.	DIAP/CMO										01/10 a 31/12			Em execução
03	Elaboração do aplicativo(módulo) para detalhamento e captação das propostas setoriais do PPA, no SIMPLAG, em "online".	DIAP/CMO													A executar em 2013
04	Elaboração dos relatórios consolidados que comporão o PL do PPA, via SIMPLAG.	DIAP/CMO													A executar em 2013

LEGENDA:
EXECUTADO
EM EXECUÇÃO
NÃO EXECUTADO
A EXECUTAR
DATA: 31/12/2012

PARTE V

Resultados e Conclusão

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Coordenadoria Municipal de Orçamento (CMO) atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos e metas traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Municipal, atingindo a finalidade propugnada em sua competência quanto à coordenação dos processos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de planejamento orçamentário do Município: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1.1. DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Devido à complexidade que existe na mudança de uma cultura a construção do Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de

Porto Velho seguiu um andamento que hoje podemos destacar as principais etapas dessa construção.

Em 2009 – INÍCIO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PMPV

Prefeito, Secretários e Unidade Estratégica de Planejamento definiram os objetivos centrais do governo, as metas setoriais e as iniciativas estratégicas. Ao longo dessa etapa, as diretrizes setoriais também foram definidas a partir de reuniões da SEMPLA, Conselhos, participação popular e demais órgãos do governo, aonde chegamos à definição final de DESAFIOS E RESULTADOS.

Em 2010 – PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PMPV

As Secretarias e os demais órgãos da Prefeitura detalharam cada um dos projetos estratégicos, para obtenção de seus indicadores de desempenho, cronogramas, e metas. A definição de PROJETOS, AÇÕES E TAREFAS. Tendo a participação principal das áreas “Estratégica e Tática” da prefeitura.

- **Em 2011 – PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PMPV**

Com a elaboração do Sistema de Apoio ao Planejamento Estratégico e Gestão – SIAPEG, ou seja, planejamento sistematizado via WEB, os usuários do planejamento podem acessar pela internet os seus projetos para alimentá-los com os dados de realização ou para consulta, o que universaliza o planejamento e facilita a tomada de decisão.

- **Em 2012 – PROCESSO DE RALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PMPV**

Foram agendadas desde o início do ano as REUNIÕES DE RESULTADO (MENSAIS) com os SECRETÁRIOS E com os TÉCNICOS e através dessas reuniões, que são AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO a prefeitura vem buscando cumprir as metas estabelecidas analisando a execução dos projetos estratégicos por secretarias.

1.2. RETROALIMENTAÇÃO DO SIAPEG

Para a realização efetiva da retroalimentação dos dados de todas as secretarias no SIAPEG a CMPGE desenvolveu as seguintes atividades:

- Cronograma de construção do Planejamento Estratégico 2012;
- Suporte às Secretarias Municipais na capacitação de técnicos no uso do SIAPEG;
- Levantamento e inclusão de obras relevantes no SIAPEG;
- Monitoramento e reporte à SEMPLA referente a atualização dos dados pelas Secretarias Municipais;
- Desenvolvimento do Planejamento Estratégico – 2012.

1.3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES

- Análise da planilha de indicadores do SIAPEG;
- Monitoramento dos Blocos de Avaliação e contato com as Secretarias Municipais visando às metas;
- Relatório das reuniões de avaliação com destaque para os Blocos com tendência positiva e negativa.

1.4. MELHORIAS DOS SERVIÇOS

Visando atender melhor as munícipes através da ferramenta SIAPEG foi realizado um levantamento dos atendimentos e não atendimentos das solicitações dos munícipes registrados no PPA, e foi repassado ao suporte técnico para realizar um filtro e indicar os projetos em execução que contemplam as solicitações do PPA. O suporte técnico não deu andamento nesta demanda.

Foi realizado o levantamento dos projetos de 2009 que estavam em “ACESS”, e enviado ao suporte técnico para inclusão no SIAPEG. O suporte técnico não deu andamento a esta demanda.

Nas reuniões mensais de Resultado, e através dos relatórios das Reuniões de Resultado. Foi solicitado que as secretarias usassem efetivamente a ferramenta SIAPEG para monitoramento das ações/tarefas e auxiliar na tomada de decisão visando a realização das metas acordadas. Poucas secretarias usaram efetivamente a ferramenta.

1.5. MELHORIA DO SISTEMA (SIAPEG)

Para melhor adequar o **Sistema (SIAPEG) à Gestão do Planejamento Estratégico** segue abaixo alguns itens que devem ser criados para que a ferramenta atenda com qualidade aos usuários:

- O Indicador projetado reflete a meta de acordo com o tempo previsto de execução, e ele não mostra a eficiência da realização antes da data do término previsto, ou seja, se a meta é de 100% , e tem um prazo de um ano para sua realização, e se no terceiro mês o usuário queira verificar a sua eficiência aparecerá como meta abaixo do esperado, mesmo se, já foi executado 40% da meta. Esta distorção deve ser corrigida para melhorar o acompanhamento da realização da meta, e auxiliar na tomada de decisão;
- O indicador é somente de execução falta estabelecer um indicador de qualidade;
- O SIAPEG não tem um link com o PPA e portanto não tem um acompanhamento da **execução financeira X execução física;**
- A atualização sistêmica dos dados é gerada de 2 em 2 horas, o que proporciona um ”delay”, e o usuário que fez a sua atualização, não tem a informação em tempo para tomada de decisão, ou para dela fazer uso no momento em que necessita;
- Os caminhos de navegação do sistema “árvore” por vezes impede o usuário que está analisando um “Projeto” de retornar ao seu “Resultado” . Tendo que forçosamente ir até ao início da árvore 'Grupo / Desafio / Resultado).

GESPÚBLICA

- Correção da Carta de Serviço;
- Retomada do contato com as Secretarias Municipais do Grupo Gespública;
- Retomada do contato com o Grupo Gespública do Estado – RO;
- Análise de diagramação, design e padronização da Carta de Serviço;
- Capacitação em Gespública das servidoras Célia e Valdemarina em São Luís do Maranhão.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANA – DGU

O Plano Diretor determina que a política municipal de desenvolvimento urbano será estabelecida com base na estrutura abaixo.

.PLANO DIRETOR

1.0

ITEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
1.1	Palestras e orientações referentes ao Plano Diretor em Jaci Paraná	
	1.1.2	Palestras e orientações referentes ao Plano Diretor para turma de mestrandos em Geografia da UNIR
1.2	Acompanhamento das implementações do Plano Diretor do Município de Porto Velho.	
1.3	Análise do Plano Diretor e elaboração de proposta de alteração	
	1.3.1	Proposta de alteração no Perímetro urbano e zoneamento - Elaboração do termo de referência de contratação para demarcação do novo perímetro e zoneamento -Elaboração de Mapa com proposta de alteração de perímetro e zoneamento
	1.3.2	Mapa de proposta da Hierarquização Viária
	1.3.3	Participação na alteração da minuta da Lei do Mapa 12 do Sistema Viário do Plano Diretor
	1.3.4	Proposta de implementação dos instrumentos de política urbana tais como: ZEIS, Estudo de Impacto de Vizinhança, Parcelamento, edificação ou utilização compulsória e Outorga Onerosa do Direito de Construir e alteração de uso do Solo.
	1.3.5	Participação no projeto de lei de ampliação do perímetro urbano com a criação de ZEIS na margem esquerda do Rio Madeira para relocação de população residente em área de risco.
	1.3.6	Elaboração da proposta de nova delimitação dos bairros do distrito sede com base nas legislações, setores censitários, fiscais e de acordo com a proposta de novo zoneamento. - Reuniões Técnicas com IBGE e SEMUR

2.0

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ITEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1	Trabalho integrado em parceria com as Secretarias: SEMFAZ, SEMTRAN, SEMPRE, SEMUR e Procuradoria Geral do Município, nos estudos para o desenvolvimento das atualizações da Lei n° 097/99 de 29 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho, através de estudos e reuniões técnicas.	
	2.1.1	Elaboração de minuta de lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Proposta de Hierarquização do Sistema Viário - Estudo dos graus de incomodidade e enquadramento dos usos de acordo com a tabela do CNAE - Proposta para sistema viário - Proposta de Índices urbanísticos - Proposta de perímetro urbano e zoneamento - Proposta para parcelamento do solo urbano
2.2	Trabalho de auxílio ao PortoGeo para instalação da consulta prévia online e compatibilização da Lei de Uso atual com o CNAE	
2.3	Apresentação da nova proposta aos conselheiros do Câmara Temática de Planejamento Territorial Urbano do CONCIDADE	
2.4	Participação na reunião com a comunidade de Nova Mutum Paraná para esclarecimento sobre o zoneamento deste núcleo urbano	
2.5	Análise de processos de empreendimentos para aplicação de outorga onerosa do direito de Construir	
2.6	Análise de processos dos casos omissos quanto a Legislações Urbanísticas, para o licenciamento de obras	
2.7	Levantamento *in locu*, do Uso e Ocupação do solo de União Bandeirantes para elaboração da proposta de lei de Zoneamento.	
2.8	Elaboração de parecer sobre a viabilidade de empreendimentos na margem esquerda do Rio Madeira	
2.9	Acompanhamento da Agenda Positiva de Jaci Paraná fornecendo subsídios para elaboração da Proposta de zoneamento	

3.0

MEIO AMBIENTE

ITEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
3.1	Acompanhamento do Projeto de Gestão em Bacias Urbanas de Porto Velho em parceria com o SIPAM, cujo enfoque é delimitar as áreas de risco no entorno dos Igarapés e apoiar a Defesa Civil com um sistema de alerta para as chuvas, através de envolvimento institucional e apoio das secretarias SEMED, SEMA, SEMPRE, SEMOB e Coordenadoria de Defesa Civil, proporcionando omonitoramento hidrológico dosigarapés,instalação de pluviômetros nas escolas delimitação e definição das características das bacias. Neste cenário o DGU/SEMPLA é responsável pelo monitoramento das atividades do projeto através da Matriz de Articulação Institucional.	
	3.1.1	Lançamento de cartilha educativa nas escolas participantes do Projeto de Gestão de Bacias Urbanas
	3.1.2	Palestras Educativas sobre o projeto nas escolas municipais Vicente Rondon e Guadalupe
	3.1.3	Esclarecimento sobre o Projeto Bacias Urbanas ao Ministério Público
	3.1.4	Acompanhamento das coletas dos dados dos pluviômetros
	3.1.5	Monitoramento da Matriz de Articulação Institucional do Projeto Bacias Urbanas;
	3.1.6	Proposta de Renovação do Termo de Cooperação entre Prefeitura e SIPAM do Projeto Bacias Urbanas
3.2	Elaboração do termo de referência do Plano de Saneamento do Município de Porto Velho e acompanhamento no processo de licitação junto a SEMAD	
3.3	Apoio no acompanhamento do Contrato 112/PGM/2009 - serviços locais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, tendo como principais destaques:	
	3.3.1	Regularização constituição da comissão técnica e avaliação das implementações acordadas através de contrato Prefeitura x CAERD(contrato 112/PGM/2009
	3.3.2	Análise e encaminhamento do processo de encontro de conta Prefeitura x CAERD avaliado pela comissão constituída através de Decreto;
	3.3.4	Avaliação preliminar dos avanços das obras em Porto Velho, apresentado pela CAERD através de relatórios parciais.
	3.3.5	Visita técnica a Andrade Gutierrez para conhecer a nova instalação da adutora juntamente com o CONCIDADE
	3.3.6	Acompanhamento em reunião com as Agências Reguladoras em Brasília
	3.3.7	Avaliação preliminar dos avanços das obras em Porto Velho, apresentado pela CAERD através de relatórios parciais das obras em Porto Velho com recursos do PAC.

4.0 MOBILIDADE URBANA

ITEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
4.1	Estudo da malha viária atual e suas legislações para elaboração de proposta de alteração e diretrizes futuras
4.2	Análise e proposta de diretrizes viárias para loteamentos em áreas não urbanizadas
4.3	Participação no Seminário da Lei de Mobilidade Urbana

5.0 PARTICIPAÇÃO POPULAR

ITEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
5.1	Apresentação da proposta de alteração da Lei de Parcelamento, Uso e ocupação do Solo aos conselheiros da Câmara Temática de Planejamento Territorial do CONCIDADE.
5.2	Palestras de orientação sobre o Plano Diretor de Jaci e Nova Mutum
5.3	Participação nas audiências Públicas de alteração do Plano Diretor para ampliação do perímetro e alteração do mapa 12.

6.0 INFORMAÇÕES

ITEM	DATA	ATIVIDADE DESENVOLVIDAS
6.1		Atendimento ao público e organizações públicas e privadas nas orientações e fornecimento de mapas e legislações: • Lei parcelamento e Uso do Solo (Lei n° 097); • Plano Diretor do Município de Porto Velho; • Perímetro Urbano; • Zonas de Uso; • Criação dos Bairros (Lei n° 840); • Mapa geral do Município de Porto Velho; • Código de Obras e Postura; • Área Urbana de Porto Velho;

7.0 PROCESSOS, PLANOS E PROJETOS MUNICIPAIS

ITEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
7.1	ANALISE DE PROCESSOS E EMISSÃO DE PARECER:	
	7.1.1	Parecer nº1 - Processo nº18-00877/11 Interessado: Condomínio Residencial Vilas do Parque Assunto: Solicitação de alteração de nome de rua.
	7.1.2	Parecer nº2 - Processo nº06-09791/11 Interessado: PRIME SPE EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA Assunto: Licença de Construção
	7.1.3	Parecer nº3 - Processo nº 18-8588/10 Interessado: Jorge Luiz da Silva Alves Assunto: Medição/ Demarcação/ Cadastramento
	7.1.4	Parecer nº4 - Processo nº 18-0242/10 Interessado: Rosalie Mary Carvalho de Aguiar Assunto: Cancelamento de carta de aforamento e solicitação de escritura plena
	7.1.5	Parecer nº5 - Processo nº 18-6118/09 Interessado: Valdemar Caçula de Almeida Assunto: Cancelamento de carta de aforamento e solicitação de escritura plena
	7.1.6	Parecer nº6 - Processo nº 18-04144/11 Requerente: Antonio Laffayete da Silveira Assunto: Certidão de Viabilidade
	7.1.7	Parecer nº7 - Processo nº 05-0162/10 Requerente: AMAGGI-EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO LTDA Assunto: Descaracterização do Lote Rural para Urbano

	7.1.8	Parecer nº8 - Processo nº 18-05782/11 Requerente: SÔNIA CABRAL COSTA Assunto: Solicitação de certidão de viabilidade
	7.1.9	Parecer nº9 - Processo nº 06-12101/11 Interessado: Pronta Tratores e Implementos LTDA Assunto: Regularização de Obra
	7.1.10	Parecer nº10 - Ofício nº 895/2011/DRF/GAB/SEMUR Requerente: CORREIOS DE RONDÔNIA Assunto: Solicitação de criação de bairros
	7.1.11	Parecer nº11 - Processo nº 06-20383/11 Interessado: Francisco Reginaldo Joca Assunto:Regularização de Obra Tolerável
	7.1.12	Parecer nº12 - Processo nº 06-16821/10 Interessado: Casa do Lanterneiro Comércio de Auto Peças LTDA. Assunto: Licença de Construção
	7.1.13	Parecer nº13 - Processo nº 18-05229/11 Interessado: Trumans Assunção Godinho Assunto: Certidão de Viabilidade
	7.1.14	Parecer nº14 - Processo nº 06-02062/11 Interessado: Milton Garcia Figueira. Assunto: Renovação de Licença de Construção
	7.1.15	Parecer nº15 Interessado: José Eustáquio Barbosa Gama. Assunto: Solicita verificação de uso conforme com base no zoneamento
	7.1.16	Parecer nº16 - Processo nº 18-00655/12 Interessado: Elio Gemelli. Assunto: Diretrizes Urbana / Viária
	7.1.17	Parecer nº17 - Processo nº 18-00584/12 Interessado: Incorporadora Imobiliária Assunto: Diretrizes Urbana / Viária
	7.1.18	Parecer nº18 - Processo nº 18-05299/11 Interessado:ANTÔNIO DE PADUA MANGRAVITTI Assunto:Remembramento
	7.1.19	Parecer nº19 - Ofício nº 349/GAB/SEMUR Interessado: Secretaria Municipal de Regularização fundiária e Habitação - SEMUR Assunto: Reclassificação da Av. Campos Sales para via arterial de 2ª categoria em trecho específico
	7.1.20	Parecer nº20 - Processo nº18-00831/12 Interessado: RENNE ANDRÉ Assunto: DIRETRIZ URBANA E VIÁRIA

	7.1.21	Parecer nº21 - Processo nº16-052400/12 Interessado: BISTEK – SUPERMECADOS LTDA Assunto: CERTIDÃO DE VIABILIDADE
	7.1.22	Parecer nº22 - Processo nº06-02330.00/12 Interessado: WELCON INCORPORADORA IMOBILIÁRIA LTDA Assunto: Dirimir dúvidas do licenciamento inicial e realizar análise de Outorga Onerosa do Direito de Construir
	7.1.23	Parecer nº23 Interessado: Servi San Vigilância e Transportes de Valores LTDA Assunto: Certidão de Viabilidade
	7.1.24	Parecer nº24 - Processo nº18-00156/12 Interessado: EMERSON FIDEL CAMPOS ARAUJO. Assunto: Diretrizes Viárias
	7.1.25	Parecer nº25 - Processo nº06-01104-001/12 Interessado: GAFISA SPE-85 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Assunto: Renovação de licença de obra
	7.1.26	Parecer nº26 - Processo nº1804937/11 Interessado: MARCELO HENRIQUE DE MENEZES Assunto: Alvará para construção
	7.1.27	Parecer nº27 - Processo nº05702/12 Interessado: FRANCIS JOSÉ CHEVAN Assunto: Certidão de Viabilidade
	7.1.28	Parecer nº28 - Processo nº18-03660/12 Interessado: Incorporadora Imobiliária Assunto: Diretrizes Urbana / Viária
	7.1.29	Parecer nº29 - Processo nº06-05233/12 Interessado: Governo do Estado de Rondônia- SESAU Assunto: Licença de Construção
	7.1.30	Parecer nº30 - Processo nº06-07363/12 Interessado: Governo Paulo Henrique Gonçalves de Araújo Assunto: Licença de Construção
	7.1.31	Parecer nº31 - Processo nº18-01218/12 Interessado: Retificação de Área e Escritura Plena Assunto: Wilson Alves de Souza Filho
	7.1.32	Parecer nº32 - Processo nº16-1334/12 Interessado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARGAMASSA PORTO VELHO LTDA Assunto:Certidão de Viabilidade
	7.1.33	Parecer nº33 - Processo nº18-02373/12 Interessado: GIUSEPPE ROMANO Assunto: Certidão de Viabilidade

	7.1.34	Parecer nº34 - Processo nº18-05717/12 Interessado: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ Assunto: Certidão de Viabilidade
	7.1.35	Parecer nº35 - Processo nº06-10058/11 Interessado: Americel S/A Assunto: Licença de Construção
	7.1.36	Parecer nº36 - Processo nº18-8221/08 Interessado: Cynthia Atallah Fonseca Assunto: Cadastro Técnico
	7.1.37	Parecer nº37 - Processo nº06-00419-00/2011 Interessado: GN Incorporadora e Construtora LTDA Assunto: Licença de Construção
	7.1.38	Parecer nº38 - Processo nº18-03520/11 Interessado: VALQUIRIA ERMITA Assunto: AMPLIAÇÃO DA BANCA DE SORVETE NA PRAÇA JONATAS PEDROSA
	7.1.39	Parecer nº39 - Processo nº17-560/11 Interessado: ELIETE ALVES DOS SANTOS Assunto: Desmembramento
	7.1.40	Parecer nº40 - Processo nº18-00249/12 Interessado: Maria das Dores de Souza Assunto: Cadastro Nominal
	7.1.41	Parecer nº41 - Processo nº06.1835/2012 Interessado: Secretaria de Planejamento e Coordenação geral do Estado de Rondônia-SEPLAN. Assunto: Certidão de Viabilidade
7.3	ANÁLISE	
	7.3.1	Análise nº1 Interessado: Secretaria Municipal de Regularização Fundiária - SEMUR OBJETO: SOLICITA ANÁLISE E POSICIONAMENTO QUANTO A PARECER TÉCNICO QUE RELATA OCUPAÇÃO IRREGULAR NA RUA 13 DE SETEMBRO.
	7.3.2	Análise nº2 Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia OBJETO: OBSTRUÇÃO DA RUA GAROUPA
	7.3.3	Análise nº3 Interessado: Secretaria Municipal de Serviços Básicos – SEMUSB/Coordenadoria de Fiscalização de Posturas OBJETO: ANÁLISE DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA – MEIO AMBIENTE X POSTURA
	7.3.4	Análise nº4 Interessado: Adrian Capra – Edifício Comercial Hiperion OBJETO: SOLICITAÇÃO DE OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

	7.3.5	Análise nº5 Interessado: Departamento de Licenciamento – DIAP/DELI/COOFIS/SEMFAZ OBJETO: DIRIMIR DÚVIDA SOBRE ENTENDIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR 399/10
	7.3.6	Análise nº6 Interessado: Aldo Josefovicz – Portal das Américas OBJETO: ESCLARECER PERÍMETRO DOS BAIRROS DO DISTRITO SEDE
	7.3.7	Análise nº7 Interessado: Departamento de Licenciamento – DIAP/DELI/COOFIS/SEMFAZ OBJETO: OPINAR SOBRE O ENQUADRAMENTO DE OBRA DO BANCO DO BRASIL
	7.3.8	Análise nº8 Interessado: Petrobrás Distribuidora S/A OBJETO: Análise sobre a localização e atividade do empreendimento de acordo com as Legislações Urbanísticas do município de Porto Velho
	7.3.9	Análise nº9 Interessado: Segurança Imóveis LTDA OBJETO: SOLICITAÇÃO DE DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE CEMITÉIO PARQUE
	7.3.10	Análise nº10 Interessado: SEMUR – Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação OBJETO: DESAPROPRIAÇÃO DE LOTE PARA CONTINUIDADE DA RUA SUZANO ATÉ RUA PIRAPITINGA
	7.3.11	Análise nº11 Interessado: SEMUR – Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação OBJETO: SOLICITA SOLUÇÃO DO ENTRAVE ESTABELECIDO EM RELAÇÃO À CAIXA VIÁRIA DA RUA JOÃO GOULART
	7.3.12	Análise nº12 Interessado: HB CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - Processo nº 18/02033/2012 OBJETO: DIRETRIZES VIÁRIAS E URBANAS DE LOTEAMENTO ABERTO
	7.3.13	Análise nº13 Interessado: C. G. DOS SANTOS & CIA LTDA ME - Processo nº 16/0594-00/2012 OBJETO: CERTIDÃO DE VIABILIDADE
	7.3.14	Análise nº14 Interessado: Sindicato das Auto escolas e centros de formação de condutores do Estado de Rondônia OBJETO: PRÉ-ANÁLISE DE PROJETO – SEDE ADMINISTRATIVA DO SINDICATO E CIRCUITO DE TREINAMENTO DE APRENDIZES.
7.2	PLANOS e PROJETOS	

	7.2.1	Elaboração do Termo de referencia do Plano Municipal de Saneamento do Município de Porto Velho
	7.2.2	Acompanhamento e suporte na elaboração do Plano de Trabalho do PMSB apresentado à FUNASA
7.3	OUTRAS ATIVIDADES	
	7.3.1	Auxilio na coleta das ações da Prefeitura no período de 2005 – 2012e elaboração da apresentação para Tribunal de Contas
	7.3.2	Auxilia a ASTEC/SEMPLA no levantamento e proposta de reforma da área operacional da SEMPLA e SEMPRE.

8.0 APERFEIÇOAMENTO

ITEM	ATIVIDADE
8.1	Participação em curso ministrado pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração dos Municípios) para elaboração de Plano de Saneamento de Municípios
8.2	Capacitação do Conselho das Cidades para formação dos novos conselheiros

9.0 PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

ITEM	ATIVIDADE
8.1	Participação na comissão de grandes eventos
8.2	Participação na comissão de revisão da lei de parcelamento, uso e Ocupação do Solo
8.3	Participação na comissão de avaliação do Prêmio Servidor Inovador

10.0 DIFICULDADES

ITEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
9.1	Falta de equipamentos para desenvolvimento dos trabalhos (computadores compatíveis com os trabalhos a serem executados pelo Departamento, HD externo, scanner, copiadora, ar condicionado, trena, cadeiras ergonômicas,divisórias, armário, entre outros materiais permanentes).
9.2	Ausência de continuidade da 2ª Etapa Consultoria com o IBAM-Instituto Brasileiro de Administração Municipal, para auxilio e capacitação da comissão técnica.
9.3	Chefias das divisões de Planejamento do Espaço Urbano e Planejamento Socioeconômico ausentes no departamento
9.4	O corpo técnico é insuficiente para cumprir todas as atribuições do Departamento necessitando a ampliação do quadro com os seguintes profissionais: arquiteto, economista/estatístico, geógrafo, biólogo, engenheiro sanitarista e civil.
9.5	Falta de recursos para participação em seminários, congressos, cursos entre outros métodosde aperfeiçoamento e capacitação
9.6	Ausência de GPE para todos os integrantes do Departamento
9.7	Atraso no salário dos estagiários

11.0 EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANA EM 23/11/2012

Servidor	Cargo/ função	Situação 2012
Viviane Rodrigues dos Santos	Arquiteta e Urbanista-DiretªDepartamento.	Integrada a equipe em junho/2009
Kátia Caroline de Souza	Arquiteta e Urbanista - Assessoria Especial	Integrou a equipe atéoutubro/2011

Fernanda Moreira da Silva	Engenheira – Assessora Especial	Processo de apoio a equipe do DGU a partir de junho/2011
Gerson Saraiva de Sá	Arquiteto e Urbanista	Integrado a equipe em outubro/2011
Carime Afonso dos Santos	Arquiteta e Urbanista	Afastada da Prefeitura desde agosto/2012
Luzia Sales de Oliveira	Engenheira de Segurança no Trabalho	Integrada a equipe em janeiro/2009
Luciana Cruz de Carvalho	Auxiliar Administrativo	Integrada a equipe em outubro/2011
Raísa Tavares Thomaz	Arquiteta e Urbanista	Transferida para a SEMFAZ em Junho/2012
Sidicleide Azevedo da Cunha	Chefe de Divisão do Planejamento do Espaço Urbano	Transferida para a SEMPRE em Junho/2012
Maria Stela Carvalho Mascarenhas	Assistente Adminstrativo	Integrada a equipe em janeiro/2012
Diogo Henrique Costa Fonseca	Arquiteto e Urbanista	Integrado a equipe em agosto/2012
Cláudia Lopes Sá C. Marculino	Arquiteto e Urbanista	Integrado a equipe em junho/2012
Alcimar Rodrigues da Silva	Engenheiro Agrônomo	Integrado a equipe em maio/2012
Felipe Martins de Paula	Estagiário	Atuante no período de junho a outubro/2012
Nathalie Lima Legal	Estagiaria	Integrou a equipe em até setembro/2012
Ana Beatriz Leão Souza	Estagiária	Integrada a equipe em junho/2012

SEMPRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS-SEMPRE

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais-SEMPRE, vêem respeitosamente apresentar a esta Secretaria o Relatório Circunstanciado do exercício de 2012, em cumprimento do Ofício Circular nº 1309/GAB/SEMPLA de 22/12/2012, no qual destacamos atividades desenvolvidas no período, entre elas Obras e eventos.

MARIA ELISA SANTOS BUCAR
Secretária Municipal de Projetos e Obras Especiais

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- **OBRAS CONCLUÍDAS EM 2012**

Construção do Centro do Idoso.

Construção da Praça Francisco Holanda.

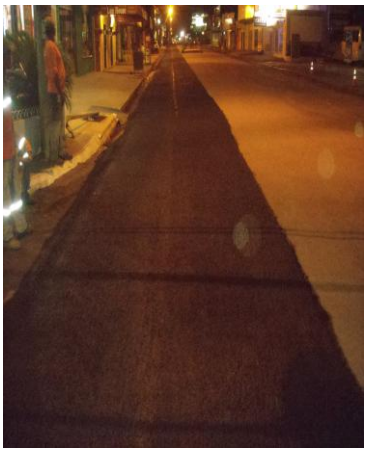
Pavimentação do Beco Nonoai (Bloket).

Construção do Mercado do Peixe.

Praça da Passagem

Praça Ronaldo Aragão

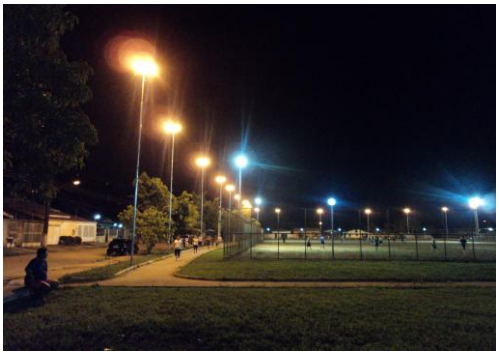
Manutenção de Vias por Micro Revestimento Asfaltico



Infraestrutura na Av. Amazonas

Obra Remanescente De Infraestrutura No Distrito De Nova Califórnia

Construção da Praça do Bairro Três Marias



Infraestrutura Urbanística no Bairro Jardim Eldorado (Calçadas).

Infraestrutura das Ruas Taquara, Frutal e Juventude no Bairro Jardim Eldorado.

Infraestrutura no Bairro Cuniã e Outros - Rua Oswaldo Ribeiro.

Obras de Infraestrutura Urbana nas ruas da Zona Sul-Madagascar, Leste e Tv. Aurora.

Construção do Terminal Hidroviário do Cai N`Água (Porto Fluvial).

RESUMO DAS OBRAS CONCLUÍDAS

TIPO DE OBRAS	Até 2009	2010	2011	2012
INFRAESTRUTURA (KM) ASFALTO	93,18 Km	34,47 Km	40 km	70.98
UNIDADES HABITACIONAIS	143	315	218	739
PRAÇAS E MERCADOS	3	4	4	6
QUADRAS E CENTROS POLIESPORTIVOS	0	0	1	0
INFRAESTRUTURA - MACRODRENAGEM	0	3	0	1= 6.6KM

OBRAS EM ANDAMENTO COM PREVISÃO DE CONCLUSÃO EM 2013

Obra Remanescente de Infraestrutura **no Distrito de Nova Califórnia;**
Infraestrutura em 09 **Ruas dos Bairros Cuniã, Igarapé e Esperança da Comunidade (5,25 Km);**
Infraestrutura nas **Ruas Taquara e Frutal;**
Construção da **Praça Francisco Holanda;**
Remanescente – Obras de Pavimentação e Drenagem da **Av. José Vieira Caúla.**

OBRAS EM ANDAMENTO 2012

OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO

Infraestrutura em **05 Ruas Pró-Moradia Sul (2,31 Km);**
Infraestrutura em **04 Ruas de Jacy Paraná – Remanescente (Meio fio e calçada – 2,8 Km);**
Infraestrutura em 02 Ruas **no Bairro São Francisco (1,29 Km);**
Obras de Infraestrutura Urbana nas 03 **Ruas da Zona Sul (2,28 Km);**
Obras de Pavimentação e Drenagem em **25 Ruas no Bairro JK 2 – Pró-Transportes (7,75 Km);**
Obras de Pavimentação e Drenagem em **41 Ruas no Bairro JK 1 e Tancredo Neves – Pró-Transportes (12,39 Km);**
Obras de Pavimentação e Drenagem em **48 Ruas nos Bairros Conceição, Nova Floresta e Eletronorte – Pró-Transportes (13,40 Km);**
Remanescente – Infraestrutura em 06 Ruas e Drenagem do Canal Tancredo Neves – **Zona Leste;**
Infraestrutura Urbanística no Bairro Jardim Eldorado (Calçadas);
Remanescente da **Construção das Marginais e Viadutos da BR-364 (20 km);**
Remanescente – Obras de Pavimentação e Drenagem da **Av. Mamoré (2,98 Km);**

PRAÇAS E MERCADOS

Complexo Turístico **Vila Candelária;**
Construção da **Praça Arthur Moreira Lima;**
Construção do **Complexo Esportivo no Bairro Ronaldo Aragão;**
Remanescente da **Construção do Complexo Esportivo (Vila Olímpica);**
Construção da **Praça do Bairro Mariana;**
Construção da **Praça do Park Ceará.**

INFRAESTRUTURA

Projeto de Implantação dos **Parques Lineares**.

URBANIZAÇÃO E MORADIAS POPULARES

Construção de **131 Unidades Habitacionais Pró-Moradia Leste II;**
Construção de **47 Unidades Habitacionais FNHIS I;**
Construção de **221 Unidades Habitacionais Pró-Moradia Sul I;**
Construção de **71 Unidades Habitacionais - FNHIS 2009;**
Construção de **47 Unidades Habitacionais FNHIS IV;**
Construção de **50 Unidades Habitacionais FNHIS III;**
Construção de **14 Unidades Habitacionais FNHIS 2009**;
Construção de **158 Unidades Habitacionais Pró-Moradia Leste I.**

Das obras em andamento destacamos a Obra Remanescente da Construção das Marginais e **Viadutos da BR-364**, que estão sendo construídos na BR-364 com Avenida Jatuarana, Rua Três e Meio com a Uruguai no Trevo do Roque, na rodovia BR-364 no bairro Mato Grosso, na Avenida Campos Sales próximo a Vila da Eletronorte e na Avenida Prudente de Moraes.

Depois de concluídos os viadutos serão muito importantes, para separar o tráfego urbano do intermunicipal, organizando melhor o fluxo dos veículos dentro da cidade e principalmente, reduzir o número de acidentes com vítimas fatais, nos locais mais críticos, proporcionarão mais segurança, conforto e rapidez no transito desta Capital. E é também uma forma da Prefeitura contribuir na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

METAS PREVISTAS PARA 2013

Em Execução 03 viadutos.

27. CAPACITAÇÕES REALIZADAS

A melhoria da qualidade da prestação dos serviços públicos passa pela modernização da área de RH, revisando os processos de trabalho e informatização das suas rotinas e, principalmente, pela capacitação dos servidores. Na tentativa de alcançar a melhoria da eficiência e qualidade do serviço público e a valorização do servidor público, através da capacitação permanente, em parceria com a FUNESCOLA, foi promovido um Cursode Português Completo, no período de **23.01.2012 à 7.02.2012,** para 17 servidores da SEMPRE na área administrativa.

SEMEPE

SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento aos ditames legais, a Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais – SEMEPE, demonstra aqui as ações de acompanhamento de acordo com suas competências e parte integrante do governo municipal. São informações importantes para subsidiar os instrumentos de prestação de contas e para avaliar os resultados das políticas públicas implantadas por meio dos programas, atos e metas previamente recomendadas pela gestão com vistas a minimizar as inconsistências e incompatibilidades nos instrumentos de planejamento.

A Secretaria foi consolida por setores básicos principalmente ao atendimento de coordenação e acompanhamento, gerados pelo Protocolo de Intenções firmado entre o Município e as Empresas construtoras das Hidrelétricas do Rio Madeira, e concomitante aos propósitos basilares da Secretaria lhe são atribuídos também o exercício das demais atividades inerentes a todas Unidades Administrativas Municipais, porém, de forma consolidada, com ênfase a Assessoria Técnica e ás Coordenadorias Municipais de Programas Especiais e Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental.

PEDRO COSTA BEBER
Secretário Municipal Extraordinário De Programas Especiais

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

ASSESSORIA TÉCNICA

Buscando a articulação e o suprimento de condições favoráveis a execução plena das atividades, a Assessoria Técnica atuou nas questões prioritárias e funcionais relativas ao orçamento, recursos humanos, transportes, serviços gerais, aquisições e manutenção da Secretaria e no fortalecimento eficiente da parceria, integração e ajuda mútua desta com demais Unidades Administrativas.

RECURSOS HUMANOS

Pelas características, parte dos servidores e a atuação destes foram pautadas principalmente no acompanhamento demandado pelas secretarias contempladas com recursos das contrapartidas geradas pelo acordo de construção das usinas do Complexo Rio Madeira, enquanto os demais exerceram as atividades internas e de rotina. Quanto à composição do quadro de servidores estão distribuídos conforme o vínculo:

QUADRO DE PESSOAL

Comissionados			Estatutário	Cedidos	Total
S/ Vínculo	Estatutário	Total			
16	05	21	07	03	31

Fonte: SEMEPE

Nota:São sete servidores estatutários, no total, dos quais cinco deles também são comissionados.

Os cursos ofertados para capacitação ofertados pela Fundação Escola Municipal – FUNESCOLA, neste exercício não foram compatíveis com o interesse dos servidores ou foram contemplados em anos anteriores, mas oportunizados por outros seguimentos:

. 69 ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia – SOEA – Período: 19 a 23/11/2012 – Carga Horária: 30 horas – Brasília – DF.

ORÇAMENTO

A Programação Orçamentária total foi de R$ 1.533.703,32 (hum milhão, quinhentos e trinta e três mil, setecentos e três reais e trinta e dois centavos), dos para a despesas de custeio e Remuneração de Pessoal – Encargos Sociais.

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO

PROJETO/ATIVIDADE	Crédito	EMPENHADO NO ANO	SALDO
04 - Administração 04122 - Administração Geral 041220007 - Apoio Administrativo 041220007.2.00100 – Administração da Unidade			
3.1.90.11.00.0000 – Vencimentos e Vantgens Fixas – Pessoal Civil	1.240.208,00	1.117.04,15	123.165,85
3.1.90.13.00.0000 – Obrigações Patronais	127.652,00	102.800,00	24.852,00
3.1.91.13.00.0000 – Obrigações Patronais	89.276,00	75.798,71	13.477,29
3.3.90.14.00.0000 – Diárias – Pessoal Civil	4.322,78	4.322,78	-
3.3.90.30.00.0000 – Material de Consumo	36.377,59	36.377,59	-
3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	1.134,95	1.134,95	-
3.3.90.39.00.000 – Outros serviços de Terc. - Pessoa Física	26.850,00	26.850,00	-
4.4.90.52.00.0000 – Equipamentos e Material Permanente	7.882,00	7.882,00	
Total	1.533.703,32	1.372.208,18	161.495,00

Fonte:ASTEC/SEMEPE

PATRIMÔNIO

Neste exercício somente para suprir as necessidades internas foi adquirida uma copiadora monocromática com as características a seguir:

Equipamento	Nº Tombamento
Copiadora, marca Sansung de 50 a 60 PPM, bandeja de alimentação com capacidade entre 1.000 (mil) a 2.000 (duas mil) folhas no formato A4, função duplex (frente e verso), ampliação e redução (25% a 400%), alimentador automático para frente e verso com capacidade de saída mínima de 500 folhas, ciclo mensal de trabalho mínimo de 45.000 páginas, bi-volts (110/220/), capacidade mínima de toner do fabricante de 20.000 cópias.	144.752

Fonte:ASTEC/SEMEPE

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS

Tendo como principal função a supervisão das atividades de acompanhamento, assessoramento direto ao Secretário e das questões administrativas, essa coordenadoria manteve-se presente às reuniões técnica, participou de palestras e representou o Secretário.

Setor de Convênios e Contratos

Do convênio relativo ao Programa de Compensação Social, complementação de recursos dos Projetos Igarapés Grande e Santa Bárbara (construção dos condomínios: Floresta I e II, Mato Grosso e Triangulo II) por parte do Consórcio Santo Antônio Energia S.A foi destratado o saldo de 2.784.853,54 (dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinqüenta e três reais e cinqüenta e quatro centavos), dos quais R$ 2.339.550,67 (dois milhões trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e cinqüenta reais e sessenta e sete centavos) foi remanejado para a construção do Espaço Mulher, com complementação do Sub-Crédito Social, restando o saldo de R$ 409.302,87 (quatrocentos e nove reais, trezentos e dois reais e oitenta e sete centavos) a destinar.

Dos 15.822.051,30 (quinze milhões oitocentos e vinte dois mil cinqüenta e um real e trinta centavos), contemplados pela Energia Sustentável do Brasil S.A – ESBR, destinados aos Programas de Urbanização de Favelas, Infraestrutura, Drenagem e Construção de Unidades Habitacionais foi pago R$ 8.296.930,08(oito milhões duzentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta reais e oito centavos). O saldo de R$ R$ 6.929.515,96 (seis milhões, novecentos e vinte nove mil, quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos) foi destratado e remanejado para outros projetos;

COORDENADORIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

A Coordenadoria Municipal de Desenvolvimento Socioambiental acompanhou o programa de apoio das atividades de lazer e turismo, capacitação de fornecedores e mão de obra não relacionada aos empreendimentos do complexo Hidrelétrica do Madeira relativos aos projetos: EU QUERO, EJA FOMENTAR E FOMENTAR FORNECEDORES.

ACOMPANHAMENTO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Setor Educação

- Energia Sustentável do Brasil S.A.

As atividades de acompanhamento da educação neste ano resumiram-se nas finalizações dos investimentos empreendidos para o setor e procedimentos de prestação de contas dos recursos de compensação. A seguir estão demonstrados os convênios executados pela ESBR: construção de uma quadra coberta - Escola José Augusto; construção de uma quadra coberta - Escola Darci Ribeiro no bairro Esperança da Comunidade, em PVH, reforma e ampliação da cozinha e bloco de

banheiros, construção do refeitório e acessibilidade; construção de quadra coberta Escola Engenheiro Francisco Erse – PVH no bairro Cuniã; reforma da parte externa e paisagismo da Escola Francisco Erse, no bairro Cuniã; Escola Bairro Nacional – Porto Velho; construção de uma quadra coberta - Escola Manoel Aparício no bairro Cidade Nova; construção da Escola Olympia Salvatore com 2 salas de aula e demais dependências – Embaúba; reforma/ampliação setores de serviços administrativos de serviços e bloco de banheiros da Escola Barão do Rio Branco – Fortaleza do Abunã; reforma e construção de alojamento para professores e ampliação de 6 salas de aula na Escola Santa Júlia – Área rural de Abunã; reforma/adequação/ampliação de espaços de 6 salas de aula e alojamento para profissionais da educação e refeitório na Escola Valdeci Teixeira - Linha 31 de Março; Reforma e ampliação de 4 salas de aula, dependências administrativas e adequação de espaços na Escola Maria Jacira – Nova Califórnia; reforma e construção de um pátio na Escola Boa Esperança – P.A. São Francisco; reforma, adequação de espaços e ampliação da cozinha e bloco de banheiros, construção de refeitório e acessibilidade na Escola Pe. Chiquinho no bairro Areal; alojamento Jacy-Paraná com 5 quartos, banheiros, sala de estudo, sala de estar e cozinha; construção de uma Escola com duas Salas de aula Maria Angélica – Km 32 Construção de uma Escola com duas Salas de aula Maria Angélica – Km 32; construção de escola Ramal Primavera; Equipamentos para as (48) salas de aula – Área de Influencia Direta – AID (60 salas de aula); aquisição de equipamentos para 48 salas de aula; aquisição de equipamentos para escolas de 12 salas de NMP – inclusive laboratório de informática Curso de Capacitação para Professores AID; curso de capacitação para Professores; Parceria para implantação do Programa de Inclusão Digital – AID; parceria para implantação do Programa de Inclusão Digital – AID; aquisição de equipamentos digitais; transporte escolar/aquisição 02 micro-ônibus e Transporte escolar/aquisição de 02 ônibus escolares c/ elevador.

Santo Antônio Energia

As atividades de acompanhamento da educação neste ano resumiram-se nas finalizações dos investimentos empreendidos para o setor e procedimentos de prestação de contas dos recursos de compensação: Construção de quadra coberta: Escola José Augusto (Extrema), Escola Darci Ribeiro (PVH), Escola Francisco Erse (PVH), Escola Manoel Aparício; construção das Escolas: Olímpia Salvatore – 02 salas de aula (EMBAÚBA); 02 salas de aula Escola Maria Angélica, 02 salas de aula Ramal Primavera, reforma/construção/ampliação: parte externa e paisagismo Escola Francisco Erse, Escola Bairro Nacional, Escola Barão do Rio Branco (Fortaleza do Abunã), 06 salas Escola Santa Júlia,área rural de Abunã, Escola Valdeci Teixeira (área rural), Escola Maria Jacira (Nova Califórnia), Boa Esperança (PA São Francisco), Padre Chiquinho (PVH), alojamento em Jacy-Paraná com 05 quartos; equipamentos para salas de aula (inclusive informática); cursos de capacitação, transporte escolar

Setor de Saúde

Neste exercício o setor saúde concentrou-se no acompanhamento na construção e finalização das Unidades de Pronto Atendimento da Zona Leste e Zona Sul, e a UPA de Jacy-Paraná, em andamento. Conclusão e finalização do Centro de Especialidade Médica, em Porto Velho.

Foram finalizados e formalizados os processos de prestação de contas das ações contempladas pelos investimentos dos recursos de contrapartida previstos nos protocolos pertinentes.

P**rotocolo do Consórcio Santo Antônio Energia S. A.**

Construção e reforma de três unidades de saúde; **reforma** dos postos de saúde de Jacy-Paraná; Abunã, Vista Alegre do Abunã; **construção** dos postos de saúde: Fortaleza do Abunã; Extrema e Morrinhos; reforma e construção do posto de saúde de Nova Califórnia; complementação de recursos humanos - agentes de saúde; **aquisição de equipamentos para os postos:** de Jacy-Paraná, Nova Mutum, atualizar mão de obra por 04 meses no posto de saúde de Jacy-Paraná; confecção de 30.000 folders e 20 outdoors; Aquisição de 05 ambulâncias.

Energia Sustentável do Brasil S.A.

Os recursos previstos no Protocolo do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S. A, foram ou estão sendo utilizados nas ações descritas: construção e reforma de 03 unidades de saúde; reformas e construções: Unidades de Saúde Jacy-Paraná, Fortaleza do Abunã, Abunã, Vista Alegre

do Abunã, Extrema, Nova Califórnia, Morrinhos; complementação para recursos humanos (agentes de malária); equipamentos para as Unidades de Saúde; atualização e capacitação de recursos humanos da área de saúde.

Vale ressaltar que as ações do Subprograma de Vigilância Epidemiológica e Plano de Controle da Malária, em ambos os Protocolos, estão previstos para serem desenvolvidas ao longo de 05 anos.

O setor de saúde participa da Comissão de Gestão e Acompanhamento do Programa de Saúde Pública, que é composto por representante da Prefeitura do Município de Porto Velho, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil, além de membros do Ministério Público Estadual e do Escritório Regional do IBAMA, de Porto Velho, como ouvinte. Esta comissão reúne-se mensalmente e monitora as ações desenvolvidas, principalmente no Subprograma de Vigilância Epidemiológica e Plano de Controle da Malária.

SEMAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, criada nos termos da Lei nº 895, de 19 de maio de 1990, tem por finalidade a definição de políticas, planejamento, coordenação, controle, execução e a orientação normativa do Sistema Municipal de Administração, compreendendo Recursos Humanos, Recursos Logísticos, Tecnologia da Informação e a Aquisição de Bens e Serviços. Foi reestruturada por meio da Lei Complementar nº 329, de 02 de janeiro de 2009.

Pelo Decreto nº 11.550/2009, de 30 de dezembro de 2009, modificado em parte pelo Decreto n° 12.321, de 23 de agosto de 2011, que *"Altera o inciso XIX e acrescenta o inciso XIX-A, do artigo 5º do Decreto nº 11.550, de 30.12.2009",* foi aprovado o Regulamento da SEMAD, que define as competências de cada setor da sua estrutura organizacional.

A modernização na Administração Municipal vem mediante a integração de funções, visando à melhoria nos serviços
prestados ao sistema municipal, e no ano de 2012, direcionou seus esforços para a reestruturação física, ampliação do quadro de servidores com a realização de concurso público, aquisição de aparelhos, equipamentos, e capacitação dos servidores, a fim de oferecer melhores condições de trabalho e proporcionar um melhor atendimento à população.

O presente relatório tem por objetivo consolidar as principais atividades desenvolvidas pela SEMAD no ano de 2012.

JOELCIMAR SAMPAIO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

E**m Nível de Assistência Imediata e Assessoramento,** compõem a Assessoria Técnica das Divisões de Fiscalização de Contratos, de Apoio Administrativo, de Apoio Técnico, e a Divisão de Transporte Oficial.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS – DIFC

A **Divisão de Fiscalização de Contratos,** dentre outras atribuições, tem a função de fiscalizar a execução de todos os contratos de manutenção e serviços administrativos de caráter continuado, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, acompanhar todos os contratos e termos aditivos de natureza continuada, observando os prazo de vigências e qualquer alteração contratual prevista na Lei nº 8.666/93.

Procede à elaboração de relatórios mensais de fiscalização dos serviços prestados, após a coleta de dados levantados nas fiscalizações "*in loco*", consolidação de dados e confecção de planilhas com demonstrativos de gastos mensais, conferenciadas regularidades fiscais e trabalhistas, como preceitua o inciso IV, art. 27 da Lei 8.666/93, justificativas para complementação orçamentária, prorrogação e renovação de contratos, dentre outras atividades correlatas.

Em 2012 foram oferecidos aos fiscais de contratos lotados na DIFC/SEMAD, treinamento, fórum, de relevante importância para o aperfeiçoamento destes profissionais na área de fiscalização de contratos, tais como: "Economizando Energia Elétrica no Poder Público – Gestão Energética Municipal e Eficiência em Iluminação Pública e Prédios Públicos", "II Fórum de Direito Constitucional e Administrativo Aplicado aos Tribunais de Contas".

Com a implantação dos programas SISCON (Sistema de Contratos), facilitador na elaboração de relatórios mensais do ano corrente e de anos anteriores, com gráficos demonstrativos de aumentos e reduções anuais, mês a mês, ainda em fase de teste, mas já em uso, por esta Divisão, cada fiscal lança os valores individuais, conforme cada contrato, separados por Secretaria, demonstrando as Secretarias que possuem grandes índices de trabalho e utilização dos serviços de fornecimentos de energia, água, telefonia, combustíveis, entre outros.

Devido às necessidades de controle e abastecimento de máquinas e veículos desta Prefeitura, e mediante Ofício Circular nº 010/PLENO/SGS/10, de 04.11.2010, que versa sobre o Acórdão nº 87/2010-Pleno (adoção de Sistema Eletrônico de Controle de Combustível e Especial Tomada de Contas), foi desenvolvido o Sistema de Controle da Frota – SCF, o qual conta com um sistema dinâmico *on-line* para uso das secretarias nas solicitações de abastecimento de combustível, lubrificantes, entrada e saída de veículos, manutenção de veículos, cujas solicitações estão sendo feitas diretamente no sistema reduzindo o tempo de atendimento.

A análise e autorização dos pedidos continua sob a responsabilidade da comissão de instrução e acompanhamento do processo lotada na DIFC, que passa pela análise e liberação da comissão de recebimento dos combustíveis da Divisão de Transporte, agilizando assim o abastecimento e criando um maior controle em relação aos pedidos e às liberações.

O programa está localizado na parte superior, no lado direito do endereço eletrônico da Prefeitura, www.portovelho.ro.gov.br. Ao clicar no link acima indicado, será direcionado para a página de acesso à identificação, na qual apenas os usuários cadastrados com senha terão acesso às informações.

A Divisão, atualmente, é responsável pela fiscalização de 22 contratos continuados e instrução processual de 04 SRP de combustíveis, contando com um quadro de 11 (onze) servidores para composição das comissões constituídas por 03 (três) membros, cada, e, a cada ano, busca viabilizar e dar maior celeridade aos trabalhos que são de sua competência, visando o melhor andamento da Gestão Pública

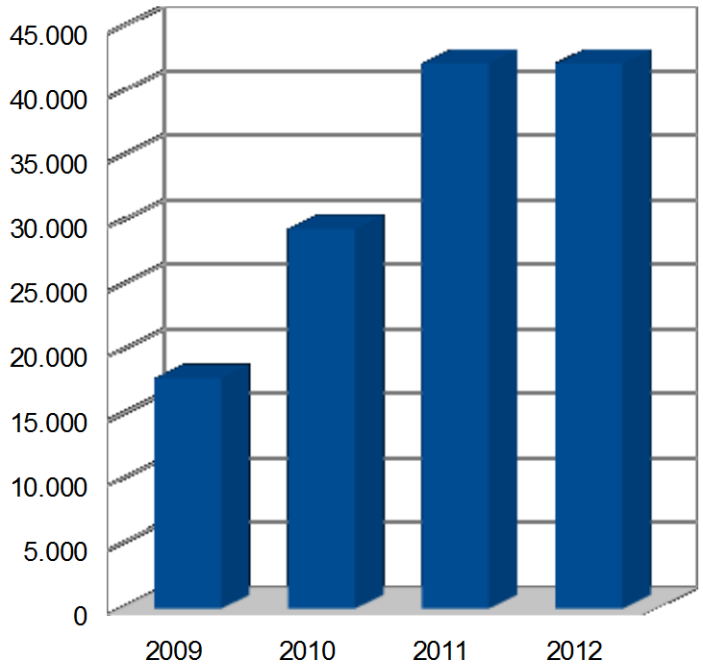
DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DIAA

Atribui-se a **Divisão de Apoio Administrativo**, as atividades no âmbito da Secretaria Municipal de Administração de levantar e controlar as necessidades dos recursos materiais, exceto material de informática, levantar e controlar os serviços e pessoal, com base nos projetos e atividades programadas, acompanhar e controlar o protocolo, o registro e o controle dos documentos recebidos, bem como o acompanhamento de seus trâmites, controla o uso dos veículos oficiais e o recebimento de diários oficiais, jornais, revistas e outras publicações, bem como a coordenação da distribuição dos mesmos às Unidades da Secretaria, acompanhar e controlar a conservação das

instalações da Secretaria, bem como sua apresentação visual, coordenar os recursos humanos, controla as atividades de reprografia, prestar informações aos servidores, a respeito de seus interesses funcionais e da programação da Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos, **e** conta com 33 servidores ativos, dos quais 5 encontram-se no protocolo, 11 nos serviços gerais, 7 administrativos e 12 motoristas.

Em 2012 foram abertos 3.793 processos, entregues 8.312 ofícios e recebidos 13.712 processos. O gráfico a seguir demonstra
o fluxo de documentos no setor de Protocolo da Secretaria Municipal de Administração.

Atividade desenvolvidas - protocolo



* Dados de 2012 computados ate Outubro/2012

D**IVISÃO DE TRANSPORTE OFICIAL**

À D**ivisão de Transporte Oficial** , atribui-se a supervisiona os trabalhos realizados na divisão, acompanha o fornecimento de combustíveis para os distritos e o encaminhamento dos processos, preparo de café e limpeza das salas, emissão de requisição de combustíveis e fechamento de relatório, arquivamento e atendimento de telefone, licenciamento de veículos distribuição de lubrificantes e emissão de requisição de abastecimento, emissão de requisição de abastecimento, conferencia de hidrômetro e plotagem dos veículos

C**OORDENADORIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**

Na C**oordenadoria Municipal de Licitações** foram desenvolvidas as atividades constantes na planilha a seguir**:**

RELATÓRIO DE PREGÕES ELETRÔNICOS CONCLUÍDOS NO EXERCÍCIO DE 2012

Processo		Secretaria	Objeto	Valor Estimativo Atual	Valor	Economia 1	%
9031152011	9	SEMED	Encontro dos professores	175.003,02	174.000,00	1.003,02	**0,57%**
7031742011	7	SEMAD	Uniformes	193.205,00	109.410,80	83.794,20	**43,37%**
8000042012	8	SEMUSA	Digitalizadora para mamografia	351.384,00	145.349,00	206.035,00	**58,64%**
7028662011	7	SEMAD	Material de limpeza	1.365.930,00	804.708,50	561.221,50	**41,09%**
20000772011	20	SEMPRE	Plotter Grande e Cartuchos	33.316,00	29.900,00	3.416,00	**10,25%**
8022972011	8	SEMUSA	Material permanente	43.145,00	34.186,00	8.959,00	**20,76%**
REVOGADA				0,00	0,00	0,00	**0,00%**
7032232011	7	SEMAD	Equipamentos odontológicos	37.066,00	19.892,88	17.173,12	**46,33%**
7033292011	7	SEMAD	Instrumentais cirúrgicos	33.453,23	26.405,63	7.047,60	**21,07%**
7032222011	7	SEMAD	Equipamentos médicos para as UPA's	1.029.774,00	468.049,50	561.724,50	**54,55%**
9006772011	9	SEMED	Troféus e medalhas	30.103,20	13.739,34	16.363,86	**54,36%**
7032252011	7	SEMAD	Equipamentos de informática	184.203,00	105.498,21	78.704,79	**42,73%**
7032262011	7	SEMAD	Mobiliários	895.529,91	399.287,47	496.242,44	**55,41%**
12004192011	12	SEMAS	Utensílios de cozinha	108.812,00	56.699,44	52.112,56	**47,89%**
7032242011	7	SEMAD	Equipamentos para laboratório	16.582,00	10.235,00	6.347,00	**38,28%**
12000072012	12	SEMAS	Cortinados, redes, colchões e filtros	280.000,00	92.524,00	187.476,00	**66,96%**
7032282011	7	SEMAD	Instrumentais cirúrgicos	19.206,90	11.859,39	7.347,51	**38,25%**
8000652011	8	SEMUSA	Dieta e nutrição hospitalar	1.386.240,33	1.372.277,93	13.962,40	**1,01%**
7032212011	7	SEMAD	Equipamentos hospitalares	1.958.455,00	945.531,26	1.012.923,74	**51,72%**
9014522011	9	SEMED	Evento	19.850,00	12.590,15	7.259,85	**36,57%**
16001182011	16	SEMA	Copos descartáveis 100% reciclados	21.985,00	21.985,00	0,00	**0,00%**
9008712011	9	SEMED	Transporte escolar	357.000,00	339.768,00	17.232,00	**4,83%**
REVOGADA				0,00	0,00	0,00	**0,00%**

8012442011	8	SEMUSA	Confecção de folder e panfletos	279.600,00	72.750,00	206.850,00	**73,98%**
7030452011	7	SEMAD	Academia da terceira idade	638.131,50	265.453,00	372.678,50	**58,40%**
REVOGAD				0,00	0,00	0,00	**0,00%**
15001782011	15	SEMAGRIC	Reboque, lancha e motor de popa	60.000,00	40.499,99	19.500,01	**32,50%**
7022392011	7	SEMAD	Marmitex	1.392.360,00	827.442,00	564.918,00	**40,57%**
8021862011	8	SEMUSA	Motor de popa	67.000,00	59.000,00	8.000,00	**11,94%**
8012472011	8	SEMUSA	Autoclave, bebedouro, esfignomanômetro, etc	174.231,00	121.965,16	52.265,84	**30,00%**
7023722010	7	SEMAD	Serviços de reprografia	147.567,80	99.889,24	47.678,56	**32,31%**
8023732011	8	SEMUSA	Oxigênio e ar comprimido	434.757,20	413.913,79	20.843,41	**4,79%**
7030222011	7	SEMAD	Material básico de construção	4.845.225,00	3.672.776,00	1.172.449,00	**24,20%**
8022122010	8	SEMUSA	Equipamentos e mobiliários do Centro de Especialidades médicas	450.000,00	249.990,00	200.010,00	**44,45%**
9001672012	9	SEMED	Caminhão frigorífico	180.000,00	178.989,00	1.011,00	**0,56%**
11000072012	11	SEMOB	Areia lavada, brita nº 01 e pó de brita	1.180.800,00	1.114.400,00	66.400,00	**5,62%**
7022382011	7	SEMAD	Confecção de faixas e banners	312.499,16	101.752,88	210.746,28	**67,44%**
7018672011	7	SEMAD	Toner	3.455.174,00	1.203.550,77	2.251.623,23	**65,17%**
7028652011	7	SEMAD	Mobiliários	3.570.280,00	1.852.313,38	1.717.966,62	**48,12%**
900032012	9	SEMED	Extintores de incêndio e placas de sinalização	142.363,46	68.233,00	74.130,46	**52,07%**
9001572012	9	SEMED	Bicicleta	158.000,00	100.000,00	58.000,00	**36,71%**
13000032012	13	SEMES	Microfones, caixas de som, tendas, etc	173.409,50	117.593,44	55.816,06	**32,19%**
7026622011	7	SEMAD	Veículos	234.314,00	208.298,00	26.016,00	**11,10%**
11000222012	11	SEMOB	Tanque homogeinizador e armazenador de líquido	137.000,00	105.000,00	32.000,00	**23,36%**
7024902012	7	SEMAD	Insumos para ajardinamento	219.324,00	89.987,06	129.336,94	**58,97%**
7028452011	7	SEMAD	Tokens para assinatura eletrônica	63.866,10	29.650,00	34.216,10	**53,57%**
7000282012	7	SEMAD	Material de expediente	398.686,76	182.892,56	215.794,20	**54,13%**

10000812012	10SEMOB	Caminhão com caçamba basculante	2.700.000,00	2.110.000,00	590.000,00	**21,85%**
1000532012	10SEMUSB	Moto poda multifuncional	20.550,00	16.300,00	4.250,00	**20,68%**
7032272011	7SEMAD	Condicionador de ar	174.347,00	132.399,65	41.947,35	**24,06%**
6153352011	6SEMFAZ	Gestão e organização de documentos	252.000,00	138.063,00	113.937,00	**45,21%**
10005242012	10SEMUSB	Pá carradeira e retroescavadeira	1.883.700,00	1.611.999,99	271.700,01	**14,42%**
11000512012	11SEMOB	Pá carradeira e retroescavadeira	2.335.000,00	2.208.000,00	127.000,00	**5,44%**
8012492011	8SEMUSA	Uniformes, jalecos, etc	232.630,00	114.507,85	118.122,15	**50,78%**
8012482011	8SEMUSA	Álcool em gel	180.466,50	61.233,30	119.233,20	**66,07%**
8002672012	8SEMUSA	Filme para impressora Dryview	65.862,00	65.858,40	3,60	**0,01%**
9004632012	9SEMED	Seguro total para veículos	71.341,30	6.050,00	65.291,30	**91,52%**
8003232012	8SEMUSA	Colposcópio	24.000,00	16.790,00	7.210,00	**30,04%**
8015422011	8SEMUSA	Manutenção preventiva e corretiva em condicionador de ar	745.570,00	588.000,00	157.570,00	**21,13%**
9030562011	9SEMED	Reboques para lanchas	40.800,00	37.100,00	3.700,00	**9,07%**
7028182011	7SEMAD	Equipamentos odontológicos	373.238,00	160.293,56	212.944,44	**57,05%**
14026472011	14SEMTRAN	Manutenção preventiva e corretiva de veículos	77.160,00	77.148,48	11,52	**0,01%**
9002972012	9SEMED	Gabinete odontológico	94.806,00	31.470,32	63.335,68	**66,81%**
8010792011	8SEMUSA	Equipamentos e material permanente	149.566,00	44.618,19	104.947,81	**70,17%**
8000012012	8SEMUSA	Empresa de mensagens SMS	31.919,80	29.018,00	2.901,80	**9,09%**
8000672011	8SEMUSA	Lavanderia hospitalar	438.372,00	436.400,00	1.972,00	**0,45%**
7000292012	7SEMAD	Aquisição de passagens aéreas	1.244.447,12	1.165.000,00	79.447,12	**6,38%**
8018152011	8SEMUSA	Aquisição de Veículos	140.000,00	137.000,00	3.000,00	**2,14%**
7000342012	7SEMAD	Medicamentos	5.481.787,50	1.272.395,00	4.209.392,50	**76,79%**
7014862012	7SEMAD	Aquisição de Gás e Vasilhames	325.456,00	303.788,00	21.668,00	**6,66%**
REVOGAD			0,00		0,00	**#DIV/0!**
7006092012	7SEMAD	Tanques rede	468.000,00	329.000,00	139.000,00	**29,70%**

18070082011	18	SEMUR	Levantamento planialtimétrico de União Bandeirantes	463.790,00	191.375,00	272.415,00	**58,74%**
REVOGADA				0,00		0,00	**#DIV/0!**
8002602012	8	SEMUSA	Tira reagente	712.800,00	176.976,00	535.824,00	**75,17%**
8022912011	8	SEMUSA	Veículos	87.800,00	*87.800,00*	0,00	**0,00%**
SUSPENSA				0,00		0,00	**#DIV/0!**
18243002012	18	SEMUR	Serviço de transporte do mobiliário das famílias	216.580,00	199.288,96	17.291,04	**7,98%**
8002282012	8	SEMUSA	Compressa cirúrgica	147.000,00	77.020,00	69.980,00	**47,61%**
14057502012	14	SEMTRAN	Manutenção preventiva e corretiva de motocicleta	37.200,00	36.999,36	200,64	**0,54%**
8005482012	8	SEMUSA	Placas de direcionamento de Setores e Crachás de identificação	46.280,00	25.480,00	20.800,00	**44,94%**
8016172011	8	SEMUSA	Uniformes e jalecos	90.150,00	44.250,00	45.900,00	**50,92%**
8020002011	8	SEMUSA	Camisetas e jalecos	118.865,00	44.826,88	74.038,12	**62,29%**
7014262012	7	SEMAD	Instalação de bancadas, armários e divisórias	555.750,00	269.697,50	286.052,50	**51,47%**
17000562012	17	SEMDESTUR	Cursos	180.180,00	167.796,00	12.384,00	**6,87%**
7000262012	7	SEMAD	Combustível	14.972.004,55	14.857.059,68	114.944,87	**0,77%**
14057502012	14	SEMTRAN	Manutenção preventiva e corretiva de veículos	37.200,00	36.999,36	200,64	**0,54%**
7001122012	7	SEMAD	Materiais de consumo	172.547,00	87.098,16	85.448,84	**49,52%**
8000702012	8	SEMUSA	Kit para exame	153.750,00	26.750,00	127.000,00	**82,60%**
8003182012	8	SEMUSA	Lençol descartável e luva de procedimento	318.800,00	175.500,00	143.300,00	**44,95%**
8000532012	8	SEMUSA	Ração animal e medicamentos para castração	8.300,00	1.478,00	6.822,00	**82,19%**
8022922011	8	SEMUSA	Manutenção preventiva e corretiva de veículos	600.000,00	509.000,00	91.000,00	**15,17%**
12000562012	12	SEMAS	Criação, diagramação e impressão de material gráfico	262.800,00	216.400,00	46.400,00	**17,66%**

ANULADA				0,00		0,00	#DIV/0!
FRACASSADA				0,00		0,00	#DIV/0!
7005992012	7	SEMAD	Lubrificante automotivo	1.039.645,00	314.315,89	725.329,11	**69,77%**
ANULADA				0,00		0,00	#DIV/0!
9005572012	9	SEMED	Manutenção preventiva e corretiva nas embarcações	386.375,90	292.999,92	93.375,98	**24,17%**
2000532012	20	SEMPRE	Serviço de seguro de veículos	76.343,42	12.000,00	64.343,42	**84,28%**
11000382012	11	SEMOB	Mangueira hidráulica	143.890,40	126.287,19	17.603,21	**12,23%**
18024312012	18	SEMUR	Trabalho técnico social	319.428,36	239.800,00	79.628,36	**24,93%**
9002262012	9	SEMUSA	Bola, jogo de dominó, arco, etc	94.009,00	47.047,98	46.961,02	**49,95%**
8017322012	8	SEMUSA	SRP – Medicamentos	461.400,00	222.650,00	238.750,00	**51,74%**
REVOGAD				0,00		0,00	#DIV/0!
8007932011	8	SEMUSA	Material permanente	46.764,00	27.206,64	19.557,36	**41,82%**
8010822011	8	SEMUSA	Monitor cardiaco, aparelho de raio-x, etc	104.531,00	56.858,84	47.672,16	**45,61%**
7038242012	7	SEMAD	SRP – EPI's e EPC's	768.053,40	302.850,23	465.203,17	**60,57%**
8015302011	8	SEMUSA	Mini Van	68.500,00	63.000,00	5.500,00	**8,03%**
9000862012	9	SEMED	Políticas públicas de educação inclusiva	55.537,30	55.448,46	88,84	**0,16%**
8003762012	8	SEMUSA	Abafador de ruídos, respirador semi-facial, etc	284.096,40	161.631,82	122.464,58	**43,11%**
7038252012	7	SEMAD	Uniformes	608.438,00	381.479,59	226.958,41	**37,30%**
SUSPENSA				0,00	0,00	0,00	**0,00%**
8019302012	8	SEMUSA	Limpeza, higienização, coleta de resíduos e desinfecção hospitalar	822.775,80	819.000,00	3.775,80	**0,46%**
8001932012	8	SEMUSA	Geladeira industrial, termohigrometro, etc	13.435,60	7.349,60	6.086,00	**45,30%**
7000352012	7	SEMAD	Marmitex, água, suco, etc	1.133.892,80	827.503,62	306.389,18	**27,02%**
8006092012	8	SEMUSA	Ar condicionado, armário, balança, etc	27.440,00	21.316,52	6.123,48	**22,32%**
09.02.0011/2012	9	SEMED	Veículos	97.800,00	91.800,00	6.000,00	**6,13%**

7012902012	7	SEMAD	Penso nº 05	4.912.644,40	3.368.019,00	1.544.625,40	**31,44%**
15000272012	15	SEMAGRIC	Caminhão, computador, impressora, etc	7.315,95	4.600,00	2.715,95	**37,12%**
7000272012	7	SEMAD	SRP – Material básico de construção (telha, areia, etc)	198.969,35	197.465,80	1.503,55	**0,76%**
9001252012	9	SEMED	Encontro de valorização e integração de professores	150.148,00	97.000,00	53.148,00	**35,40%**
10004152011	10	SEMUSB	Sepultamento e manutenção de sepulturas	633.075,00	632.000,00	1.075,00	**0,17%**
8019142011	8	SEMUSA	Jogos de dominó, damas, etc	27.376,50	18.777,40	8.599,10	**31,41%**
8001852012	8	SEMUSA	Material permanente	36.117,00	24.117,68	11.999,32	**33,22%**
8001492012	8	SEMUSA	Lavagem, polimento e lubrificação de veículos	127.800,00	109.248,00	18.552,00	**14,52%**
7038542011	7	SEMAD	SRP – Lixeiras e contêineres	443.578,32	153.390,02	290.188,30	**65,42%**
8008442012	8	SEMUSA	Esfigmomanometro, estetoscópio, detector de batimentos, etc	59.024,00	28.571,75	30.452,25	**51,59%**
8022922011	8	SEMUSA	Manutenção preventiva e corretiva de veículos	600.000,00	443.000,00	157.000,00	**26,17%**
18044752012	18	SEMUR	Levantamento planialtimétrico de Nova Califórnia	197.860,72	157.829,50	40.031,22	**20,23%**
8010802011	8	SEMUSA	Equipamentos e material permanente	14.550,00	11.149,97	3.400,03	**23,37%**
8000832012	8	SEMUSA	Tonômetro, freezer, etc	30.850,00	25.720,00	5.130,00	**16,63%**
9005912012	9	SEMED	Seminário políticas públicas e educação inclusiva	55.537,25	48.576,00	6.961,25	**12,53%**
8006622012	8	SEMUSA	Material de consumo	64.981,54	36.140,90	28.840,64	**44,38%**
7021722011	7	SEMAD	Cascalho	12.513.325,00	**8.044.930,40**	4.468.394,60	**35,71%**
17000652012	17	SEMDESTUR	Manutenção preventiva e corretiva de veículos	50.500,00	*50.500,00*	0,00	**0,00%**
17000652012	17	SEMDESTUR	Manutenção preventiva e corretiva de veículos	50.500,00	50.500,00	0,00	**0,00%**

8022912011	8SEMUSA	Veículos	87.800,00	8.700,00	79.100,00	**90,09%**
13000062012	13SEMES	Material Gráfico	129.115,00	54.342,20	74.772,80	**57,91%**
13000062012	13SEMES	Material gráfico	129.115,00	54.342,20	74.772,80	**57,91%**
17000622012	17SEMDESTUR	Isolamento térmico	158.437,50	157.993,88	443,62	**0,28%**
9005922012	9SEMED	Seminário Viva a Infância	50.384,00	41.377,29	9.006,71	**17,88%**
8006722012	8SEMUSA	Impressoras térmicas	68.650,00	34.327,85	34.322,15	**50,00%**
TOTAL			**91.337.659,75**	**62.617.631,55**	**28.720.028,20**	**31,44%**

PROCESSO	**Secretaria**	**Objeto**	**Valor Estimativo Atual**	**Valor Licitado**	**Economia 1**	**%**
9030542011	9SEMED	Colchões	14.850,00	14.850,00	0,00	**0,00%**
9006762011	9SEMED	Sonorização, iluminação e ornamentação para realização dos jogos escolares	10.800,00	10.799,59	0,41	**0,00%**
8020242011	8SEMUSA	Papel contínuo e impressora matricial	75.500,00	57.910,00	17.590,00	**23,30%**
5000922011	5SEMPLA	Manutenção Corretiva e Preventiva em condicionadores de ar	50.800,00	39.990,00	10.810,00	**21,28%**
8020232011	8SEMUSA	Medicamento	16.176,00	3.531,00	12.645,00	**78,17%**
8018832011	8SEMUSA	Uniformes	5.620,00	5.500,00	120,00	**2,14%**
8023702011	8SEMUSA	Colchões	29.805,00	20.250,00	9.555,00	**32,06%**
8000332012	8SEMUSA	Óleo lubrificante	40.416,00	40.416,00	0,00	**0,00%**
2000502012	2GP	Tablet, gravador digital, etc	21.280,00	18.253,96	3.026,04	**14,22%**
9004002012	9SEMED	Materiais permanentes	22.040,00	22.040,00	0,00	**0,00%**
2000282012	2GP	Toldos e tendas	80.000,00	71.650,00	0,00	**0,00%**
13000132012	13SEMES	Medalhas, troféus e coletes	78.950,00	44.923,50	34.026,50	**43,10%**
20000252012	2GP	Câmera digital	27.010,60	26.829,00	181,60	**0,67%**
8019932012	8SEMUSA	Material Gráfico	7.960,00	6.700,00	1.260,00	**15,83%**
14050102012	14SEMTRAN	Blocos de auto de infração	7.548,00	4.732,00	2.816,00	**37,31%**
8013932011	8SEMUSA	Material permanente	10.412,03	5.244,19	5.167,84	**49,63%**
9005102012	9SEMED	Materiais de pintura	7.100,00	6.509,81	590,19	**8,31%**
2000792012	2GP	Realização de Eventos	347.710,00	345.802,70	1.907,30	**0,55%**
8002592012	8SEMUSA	Televisão	5.069,00	4.990,00	79,00	**1,56%**
7017352012	7SEMAD	SRP – Gêneros alimentícios	1.162.872,88	915.249,96	247.622,92	**21,29%**
TOTAI			**2.021.919,51**	**1.666.171,71**	**347.397,80**	**17,18%**

RELATÓRIO DE CONCORRÊNCIAS DA CPL/GERAL CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO DE 2012

Processo		Secretaria	Objeto	Valo Estimativo Atual	Valor Licitado	Economia 1	%
20000252012	20	SEMPRE	Construção do Terminal Rodoviário	9.732.947,92	9.354.358,63	378.589,29	**3,89%**
20000312012	20	SEMPRE	Infraestrutura nas ruas do bairro JK II	8.228.283,91	8.183.584,69	44.699,22	**0,54%**
20000292012	20	SEMPRE	Infraestrutura nas ruas do bairro JK I e Tancredo Neves	8.970.390,47	8.902.818,35	67.572,12	**0,75%**
20001052011	20	SEMPRE	Parque Jardim das Mangueiras	3.765.407,43	3.538.601,45	226.805,98	**6,02%**
20000112012	20	SEMPRE	Construção da Praça da Passagem	140.662,58	120.566,52	20.096,06	**14,29%**
20000122012	20	SEMPRE	32 unidades habitacionais	3.817.021,13	3.812.008,59	5.012,54	**0,13%**
TOTAL				**34.654.713,44**	**33.911.938,23**	**742.775,21**	**2,14%**

RELATÓRIO DE CONCORRÊNCIAS DA CPL/EDUCAÇÃO CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO DE 2012

Processo		Secretaria	Objeto	Valo Estimativo Atual	Valor Licitado	Economia 1	%
9031662011	9	SEMED	Construção da Escola de Rio Pardo	1.638.793,69	1.441.058,17	197.735,52	**12,07%**
TOTAL				**1.638.793,69**	**1.441.058,17**	**197.735,52**	**12,07%**

RELATÓRIO DE CONCORRÊNCIAS DA CPL/SAÚDE CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO DE 2012

Processo		Secretaria	Objeto	Valo Estimativo Atual	Valor Licitado	Economia 1	%
8019332011	8	SEMUSA	Construção da unidade de pronto atendimento (UPA)	2.675.958,60	2.665.099,49	10.859,11	**0,41%**
TOTAL				**2.675.958,60**	**2.665.099,49**	**10.859,11**	**0,41%**

Processo	Secretaria		Objeto	Valo Estimativo Atual	Valor Licitado	Economia 1	%
15000852011	15	SEMAGRIC	Galpão de Fabricação de Laticínios	185.548,81	184.605,46	943,35	**0,51%**
20001022011	20	SEMPRE	Infraestrutura das ruas taquara e frutal	511.492,28	497.912,89	13.579,39	**2,65%**
2000142012	2	GP	Construção da Praça Vitor Emanuel	696.763,43	586.210,94	110.552,49	**15,87%**
2000362012	2	GP	Infraestrutura no bairro Jardim Eldorado	173.234,95	160.446,93	12.788,02	**7,38%**
1501702011	15	SEMAGRIC	Construção da SEMAGRIC	530.403,35	479.627,51	50.775,84	**9,57%**
20000272012	20	SEMPRE	Praça no Parque Ceará	949.301,63	934.698,08	14.603,55	**1,54%**
11000452012	11	SEMOB	Calçadas no Distrito de Nazaré	318.318,68	310.599,74	7.718,94	**2,42%**
11000542012	11	SEMOB	Construção de calçadas em Santa Catarina	154.375,80	151.646,97	2.728,83	**1,77%**
20000562012	20	SEMPRE	Infraestrutura das ruas almirante barroso e afonso pena	112.931,79	112.521,79	410,00	**0,36%**
11000592012	11	SEMOB	Construção do almoxarifado da SEMOB	570.769,88	483.724,65	87.045,23	**15,25%**
TOTAL				**4.203.140,60**	**4.385.719,61**	**301.145,64**	**7,16%**

RELATÓRIO DE TOMADA DE PREÇOS DA CPL/EDUCAÇÃO CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO DE 2012

Processo		Secretaria	Objeto	Valo Estimativo Atual	Valor Licitado	Economia 1	%
9019152011	9	SEMED	Subestação da Escola João Ribeiro	200.681,00	181.276,11	19.404,89	**9,67%**
REVOGAD				**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**
9000022012	9	SEMED	Reforma da biblioteca Francisco Meireles	491.232,99	395.687,07	95.545,92	**19,45%**
TOTAL				**691.913,99**	**576.963,18**	**114.950,81**	**16,61%**

RELATÓRIO DE TOMADA DE PREÇOS DA CPL/SAÚDE CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO DE 2012

Processo		Secretaria	Objeto	Valo Estimativo Atual	Valor Licitado	Economia 1	%
8023872011	8	SEMUSA	UBS – Areal da Floresta	691.442,26	657.401,82	34.040,44	**4,92%**
8018912011	8	SEMUSA	Reforma da policlínica José Adelino da Silva	88.104,44	81.181,41	6.923,03	**7,86%**
8009712011	8	SEMUSA	Reforma do posto de saúde Ernandes Índio	37.946,16	34.870,50	3.075,66	**8,11%**
8021422011	8	SEMUSA	Construção da UBS do Socialista	665.916,30	597.904,01	68.012,29	**10,21%**
8012402011	8	SEMUSA	Construção da UBS Renato Medeiros	697.465,97	622.923,15	74.542,82	**10,69%**
821412011	8	SEMUSA	UBS – Osvaldo Piana	691.450,27	637.948,94	53.501,33	**7,74%**
8021432011	8	SEMUSA	Construção da UBS Maurício Bustani	691.485,72	606.217,93	85.267,79	**12,33%**
8023972011	8	SEMUSA	Construção da UBS do Areal da Floresta	691.442,26	657.401,82	34.040,44	**4,92%**
8023982012	8	SEMUSA	Construção da UBS do Nova Floresta	775.244,86	666.503,86	108.741,00	**14,03%**
8001422012	8	SEMUSA	Construção da UBS do Caladinho	672.404,44	580.214,02	92.190,42	**13,71%**
8019862011	8	SEMUSA	Construção do Centro de Reabilitação	1.109.518,00	1.077.317,37	32.200,63	**2,90%**
TOTAL				**6.812.420,68**	**6.219.884,83**	**592.535,85**	**8,70%**

Nas diversas modalidades de licitações foram realizados 164 pregões eletrônicos, 24 pregões presenciais, 12 concorrências, 32 tomadas de preços, totalizando 232 licitações no corrente exercício.

###

RELATÓRIO PARCIAL DE LICITAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2012

###

MODALIDADE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	%
PREGÃO ELETRÔNICO	91.337.659,75	62.927.090,83	28.410.568,92	31,10%
PREGÃO PRESENCIAL	2.021.919,51	1.666.703,57	355.215,94	17,57%
CONCORRÊNCIA	38.969.465,73	38.018.095,89	951.369,84	2,44%
TOMADA DE PREÇOS	11.707.475,27	11.182.567,62	524.907,65	4,48%
CONVITE	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAI	**144.036.520,26**	**113.794.457,91**	**30.242.062,35**	**21,00%**

* Valores incluindo os Registros de Preços, dos meses de janeiro a outubro/2012.

QUANTITATIVOS PARCIAIS DE LICITAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2012

MODALIDADE	QUANTIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO	164
PREGÃO PRESENCIAL	24
CONCORRÊNCIA	12
TOMADA DE PREÇOS	32
CONVITE	0
TOTAI	**232**

DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR - DIAS

A **Divisão de Atendimento ao Servidor** atende aos servidores públicos municipais e ao público em geral, prestando informações, tirando dúvidas, respondendo a questionamentos com serviços de qualidade.

A divisão, desde sua criação, passou por um processo de modernização, principalmente quanto ao sistema de informatização, objetivando facilitar, agilizar e oferecer maior comodidade e satisfação no atendimento ao servidor.

A equipe de atendimento é composta por 10 (dez) pessoas, sendo 8 atendentes nos guichês trabalhando de forma revezada 4 pela parte da manhã e 4 pela parte da tarde, 01 recebendo documentos de concursados ou comissionados e mais a chefia, que procura solucionar os problemas mais complexos.

A divisão é responsável pelo atendimento direto ao servidor ativo, inativo e publico em geral, com serviços diversos como: expedição de documentos, localização de documentos, localização de processos, baixas em carteira de trabalho, informações de matriculas, emissão de declarações, certidões; confirmação e recadastramento de servidor; recebimento de documentos de concursados, comissionados, contratados por prazo determinado, celetistas e estatutários. È responsável pelo pedido de exonerações e rescisões dos servidores e informação às secretarias e outros. Também responde questionamentos efetuados pelo site www.portovelho.ro.gov.br, no link Fale com Recursos Humanos.

Em 2012, prestou mais de 20.000 (vinte mil) serviços diversos aos servidores municipais e público em geral.

Não foram considerados os atendimentos de serviços de informações por telefone, e respostas dos questionamentos no site da prefeitura, link Fale com Recursos Humanos.

Resultado da qualidade dos serviços

Por meio do Decreto 12.264, a DIAS ficou responsável pelos pedidos de exonerações (Estatutários) e rescisões (PD e CLT).
É responsável pela redefinição de senha, caso houver bloqueio
É responsável pela confirmação de recadastramento anual dos servidores
É responsável pelo recebimento da documentação dos concursados
É responsável pela baixa na CTPS
É responsável pelas informações de concursos
Abertura de Pedido de Abono Permanência e Aposentadoria
Prestar assessoria a Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos
Abertura de requerimentos para todos os tipos de Gratificações e demais serviços
As responsabilidades atribuídas acima contam com a deficiência de servidor.

Avaliação do desenvolvimento do trabalho

A Divisão passou por uma reformulação no horário e na equipe de trabalho em função de que aumentou o número de atendentes que se revezam no atendimento, que se inicia ás 7:00 horas e vai até ás 18:00 horas sem parar. Isso se deve principalmente em atenção aqueles servidores que chegam cedo à SEMAD em busca de atendimento.

Considerando que à Divisão presta informações referentes a todo trabalho executado na Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos, algumas vezes necessita buscar informações nas outras divisões dessa coordenadoria e os atendentes são mal recebidos.

Para que esta Divisão possa desempenhar melhor suas funções, deve existir melhor compreensão e boa vontade entre os colegas de trabalho da Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos, para fortalecer a equipe, bem como, somando com ferramentas disponíveis para tal.

Serviços oferecidos por meio da internet

A Divisão responde a questionamentos, orienta e divulga os serviços de interesse dos servidores municipais que não conseguem acessar Contracheque, Ficha Financeira, Cédula C e outros.

Resultado da Qualidade dos Serviços

Pretende-se desenvolver um atendimento diferenciado para pessoas idosas, gestantes e portadores de necessidades especiais, bem como, os servidores das localidades de zona rural.

É efetuada a confirmação do recadastramento anual dos servidores que encontram dificuldade na transmissão de seus vencimentos devido ao seu recadastramento não ter sido efetuado em tempo hábil.Atendimento ágil no que se refere a mudança de regime jurídico dos Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, dando baixa nas carteiras de trabalho, bem como, preenchimento dos formulários de Acúmulo de Cargo e ciência aos servidores referente ao processos de rescisão de contrato.

DIVISÃO DE SELEÇÃO E RECRUTAMENTO

Conforme tabela abaixo, houve a convocação de servidores para diversas secretarias, para atender a área urbana e rural, considerando o crescimento acelerado da população de Porto Velho, em razão da construção das Hidrelétricas do Madeira e as obras do PAC.
No decorrer do ano de 2012, foram abertos novos postos de saúde e novas escolas, fazendo-se necessário à contratação de maior número de profissionais nessas secretarias, para manter a qualidade no atendimento dos serviços básicos à população do Município de Porto Velho.

CONVOCADOS MÊS DE JANEIRO ESTATUTÁRIO /2012		
CARGO	**SECRETARIA**	**QUANT**
MOTORISTA	**SEMUSA**	**01**
MOTORISTA	**SEMAS**	**01**
MOTORISTA	**SEMED**	**01**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**SEMUSA**	**01**
ODONTÓOGO	**SEMUSA**	**04**
MÉDICO	**SEMUSA**	**04**
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	**SEMUSA**	**01**
AGENTE MUNICIPAL DE TRANSITO	**SEMTRAM**	**05**
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	**SEMED**	**04**
PROFESSOR NII	**SEMED**	**03**
AGENTE DE VIGILANCIA ESCOLAR	**SEMED**	**01**
INSPETOR ESCOLAR	**SEMED**	**01**
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAS	**SEMED**	**08**
TOTAL	**----------**	**35**

CONVOCADOS MÊS DE FEVEREIRO ESTATUTÁRIO 2012		
CARGO	**SECRETARIA**	**QUANT**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**SEMUSA**	**04**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**SEMAD**	**01**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**PGM**	**01**
ENFERMEIRO	**SEMUSA**	**01**
ODONTÓLOGO	**SEMUSA**	**01**
VIGIA	**SEMUSA**	**01**
MÉDICO	**SEMUSA**	**04**
AGENTE MUNICIPAL DE TRANSITO	**SEMTRAM**	**01**
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	**SEMED**	**06**

INSPETOR ESCOLAR	SEMED	05
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SAMAS	03
TOTAL		28

CONVOCADOS MÊS DE MARÇO ESTATUTÁRIO 2012		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
PROFESSOR NII	SEMED	289
VIGIA	SEMUSA	01
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAS	02
MÉDICO	SEMUSA	07
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	SEMOB	01
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	02
MOTORISTA	SEMAD	01
MOTORISTA	SEMAS	01
FISCAL MUNICIPAL DE TRANSPORTE	SEMTRAM	01
ASSISTENTE DE ARRECADAÇÃO	SEMFAZ	03
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	06
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	01
EDUCADOR SOCIAL	SEMAS	02
AUXILIAR DE SERVIÇOS SOCIAIS	SEMAS	01
PSICÓLOGO	SEMAS	01
TOTAL	--------	321

CONVOCADOS MÊS DE ABRIL ESTATUTÁRIO 2012		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CGM	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMOB	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAD	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAS	01
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	SEMUSA	01
MÉDICO	SEMUSA	35
BIOQUIMICO	SEMUSA	02
ODONTOLOGO	SEMUSA	02
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	SEMUSA	05
TÉCNICO EM LABORATÓRIO	SEMUSA	01
FISCAL MUNIC. DE VIGILANCIA SANITÁRIA	SEMUSA	01
PROFESSOR NII	SEMED	381
ASSISTENTE ADMNISTRATIVO	SEMAD	11
ASSISTENTE ADMNISTRATIVO	SEMUSA	02
ASSISTENTE ADMNISTRATIVO	SEMAS	02
ASSISTENTE ADMNISTRATIVO	PGM	01
ASSISTENTE ADMNISTRATIVO	SEMUR	01
ASSISTENTE ADMNISTRATIVO	CMG	01
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMAD	02
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMAD	03
MOTORISTA	GABINETE	01
AGENTE DE VIGILANCIA ESCOLAR	SEMED	13
ASSISTENTE DE ARRECADAÇÃO	SEMFAZ	01
GARI	SEMUSB	02
CUIDADOR SOCIAL	SEMAS	06
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	17

AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	66
ARTIFICE ESPECIALIZADO	SEMED	01
PSICÓLOGO	SEME	01
PSICÓLOGO	SEMAS	01
NUTRICIONISTA	SEMED	01
DESENHISTA CADISTA	SEMED	01
ENGENHEIRIO ELETRICISTA	SEMED	01
ENGENHEIRO CIVIL	SEMED	01
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	44
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	02
INSTRUTOR DE ARTE	SEMED	05
EDUCADOR SOCIAL	SEMAS	03
ASSISTENTE SOCIAL	SEMAS	01
TOTAL	---------	623

CONVOCADOS MÊS DE MAIO ESTATUTÁRIO 2012		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUSA	10
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAD	12
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAS	01
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CGM	03
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	PGM	03
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUR	01
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMFAZ	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAGRIC	01
MÉDICO	SEMUSA	58
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	SEMUSA	04
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	SEMUSA	08
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	SEMUSA	02
TÉCNICO EM LABORATÓRIO	SEMUSA	01
ENFERMEIRO	SEMUSA	01
AUXILIAR DE FARMÁCIA	SEMUSA	01
OPERADOR DE MÁQUINAS PESSADAS	SEMOB	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMOB	02
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAD	02
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMTRAN	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAS	01
MOTORISTA	SEMOB	01
MOTORISTA	GABINETE	04
MOTORISTA	SEMUSB	02
MOTORISTA	SEMED	01
ENGENHEIRO CIVIL	SEMAD	02
ENGENHEIRO CIVIL	SEMTRAN	02
ENGENHEIRO CIVIL	SEMFAZ	01
ENGENHEIRO CIVIL	SEMPRE	07
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÃO	SEMAD	07
ANALISTA DE TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMAD	05
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	04
MÉDICO VETERINÁRIO	SEMACRIC	01
GARI	GABINETE/GP	11
GARI	SEMUSB	25

PROFESSOR	SEMED	49
ASSISTENTE DE ARRECADAÇÃO	SEMFAZ	02
INSTRUTOR DE ARTES	SEMED	06
PSICÓLOGO	SEMED	01
NUTRICIONISTA	SEMED	01
ARTIFICE ESPECIALIZADO	SEMEDE	04
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	40
MERENDEIRA ESCOLAR	SEMED	18
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	04
AGENTE DE VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEMED	05
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	07
EDUCADOR SOCIAL	SEMAS	02
CUIDADOR SOCIAL	SEMAS	01
TOTAL		327

CONVOCADOS MÊS DE JUNHO ESTATUTÁRIO		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ASSISTENTE DE CONTROLE INTERNO	CGM	01
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUSA	32
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAD	06
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUR	01
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMFAZ	01
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUSB	03
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAS	03
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMA	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA	02
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMOB	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAD	02
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMTRAN	02
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	GABINETE/GP	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAS	01
ENGENHEIRO CIVIL	SEMUSA	01
ENGENHEIRO CIVIL	SEMFAZ	01
ENGENHEIRO CIVIL	SEMPRE	03
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	SEMUSA	02
MÉDICO	SEMUSA	11
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	SEMUSA	04
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	SEMUSA	02
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	14
ENFERMEIRO	SEMUSA	03
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	SEMUSA	01
AUXILIAR DE FARMACIA	SEMUSA	03
FARMACÊUTICO	SEMUSA	01
VIGIA	SEMUSA	01
BIOMÉDICO	SEMUSA	01
ODONTÓLOGO	SEMUSA	01
MOTORISTA	SEMOB	01
MOTORISTA	SEMAGRIC	01
MOTORISTA	GABINETE/GP	03
ARTIFICE ESPECIALIZADO	SEMOB	02
ARTIFICE ESPECIALIZADO	SEMED	01
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMAD	03
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMAD	06

GARI	SEMAD	01
GARI	SEMAD	33
ASSISTENETE DE ARRECADAÇÃO	SEMFAZ	02
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	03
PROFESSOR	SEMED	24
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	15
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	16
AGENETE DE VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEMED	01
INSTRUTOR DE ARTES	SEMED	02
CUIDADOR SOCIAL	SEMAS	01
AGENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	SEMA	01
TOTAL	--------	222

CONVOCADOS MÊS DE JULHO ESTATUTÁRIO 2012		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMPLA	01
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUSA	28
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAD	08
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUSB	03
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	PG	01
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAS	05
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA	08
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMOB	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAS	12
NUTRICIONISTA	SEMUSA	02
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	31
ENFERMEIRO	SEMUSA	04
AUXILIAR DE FARMACIA	SEMUSA	07
MÉDICO	SEMUSA	01
AUXILIAR DE DONTÓLOGIA	SEMUSA	05
MOTORISTA	SEMUSA	01
MOTORISTA	SEMOB	01
MOTORISTA	SEMAD	01
MOTORISTA	SEMAS	04
ASSISTENTE SOCIAL	SEMUSA	04
ASSISTENETE SOCIAL	SEMAS	09
AUXILIAR DE ODONTÓLOGIA	SEMUSA	05
ODONTÓLOGO	SEMUSA	01
FARMACÊUTICO	SEMUSA	01
PSICÓLOGO	SEMUSA	02
PSICÓLOGO	SEMAS	16
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	SEMUSA	02
TÉCNICO DE TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SEMAD	02
FISCAL MUNICIPAL DE TRANSPORTE	SEMTRAN	03
MÉDICO VETERINÁRIO	SEMACRIC	01
PROFESSOR	SEMED	29
GARI	SEMUSB	19
ENGENHEIRO CIVIL	SEMOB	01
ENGENHEIRO CIVIL	SEMPRE	03
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	40
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	04
PROFESSOR	SEMED	29
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	SEMED	11
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	04

AGENETE DE VIGILANCIA ESCOLAR	SEMED	01
ASSISTENTE SOCIAL	SEMUSA	04
ASSISTENTE SOCIAL	SEMAS	09
INSTRUTOR DE ARTES	SEMAS	02
EDUCADOR SOCIAL	SEMAS	16
CUIDADOR SOCIA	SEMAS	07
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	SEMAS	01
INSTRUTOR DE ARTES	SEMAS	02
TOTAL		352

CONVOCADOS MÊS DE AGOSTO ESTATUTÁRIO 2012		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
ENFERMEIRO	SEMUSA	03
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSA	04
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMUSB	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SEMAS	02
ODONTÓLOGO	SEMUSA	03
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	SEMUSA	03
MÉDICO	SEMUSA	04
ASSISTENTE ADMINISTATIVO	SEMUSA	03
ASSISTENTE ADMINISTATIVO	SEMAS	01
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	05
ASSISTENTE SOCIAL	SEMUSA	01
ASSISTENTE SOCIAL	SEMUR	01
ASSISTENTE SOCIAL	SEMAS	09
FARMACÊUTICO	SEMUAS	01
PROFESSOR	SEMED	12
AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	SEMED	01
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	SEMED	07
EDUCADOR SOCIAL	SEMAS	13
PSICÓLOGO	SEMAS	02
MOTORISTA	SEMAS	01
TOTAL	--------	77

CONVOCADOS MÊS DE SETEMBRO/ ESTATUTÁRIO 2012		
CARGO	SECRETARIA	QUANT.
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	SEMUSA	04
MÉDICO	SEMUAS	12
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	10
FISIOTERAPÉUTA	SEMUSA	02
FARMACÊUTICO	SEMUSA	01
FISIOTERAPEUTA	SEMUSA	02
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMUSA	04
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEMAD	02
ASSISTENTE SOCIAL	SUMUSA	01
PROFESSOR	SEMED	12
TOTAL		50

CONVOCADOS MÊS DE OUTUBRO/ ESTATUTÁRIO 2012		
CARGO	SECRETARIA	QUANT
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEMUSA	06

MÉDICO	**SEMUSA**	**06**
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	**SEMUSA**	**05**
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	**SEMAD**	**01**
ENFERMEIRO	**SEMUSA**	**01**
NUTRICIONISTA	**SEMUSA**	**02**
PSICÓLOGO	**SEMUSA**	**02**
ASSISTENTE SOCIAL	**SEMUSA**	**04**
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	**SEMUSA**	**02**
FISIOTERAPEUTA	**SEMUSA**	**01**
ANALISTA DE TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**SEMAD**	**01**
MOTORISTA	**SEMAD**	**01**
AUDITOR DO TESOURO MUNICIPAL	**SEMFAZ**	**07**
PROFESSOR	**SEMED**	**15**
TOTAL	**--------**	**54**

CONVOCADOS MÊS DE NOVEMBRO/ ESTATUTÁRIO 2011		
CARGO	**SECRETARIA**	**QUANT**
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	**SEMUSA**	**02**
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	**SEMUSA**	**02**
MOTORISTA	**SEMUSA**	**03**
ENFERMEIRO	**SEMUSA**	**02**
DONTÓLGO	**SEMUSA**	**01**
AUXILIAR DE SERVIÇO DE SAÚDE	**SEMUSA**	**02**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**SEMUSA**	**02**
MÉDICO	**SEMUSA**	**01**
TÉCNICO DE TÉCNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**SEMAD**	**01**
AUDITOR DO TESOURO MUNICIPAL	**SEMFAZ**	**02**
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	**SEMDE**	**01**
PROFESSOR	**SEMED**	**05**
TOTAL	**-------**	**24**

CONTRATAÇÕES – Foram atendidas todas as Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Porto Velho que tiveram necessidade de aumentar seu quadro de servidores.

1- Percentual de satisfação:

(X) Acima do esperado (alcance de 100% do previsto)
( ) Dentro do esperado (alcance de 80% do previsto)
( ) Abaixo do esperado (alcance entre 40% a 80% do previsto)
( ) Muito abaixo do esperado (alcance abaixo de 100% do previsto)

Justificar os resultado das ações.

A Divisão de Seleção e Recrutamento está desenvolvendo suas atividades com principal objetivo em obter sucesso na contratação de servidores em tempo hábil, de acordo com a legislação do município e Instrução Normativa nº 013/TCER/2004, de forma satisfatória para atender as necessidades das Unidades Administrativas.

2.4.3 Processo Seletivo Simplificado

Foram contratados, no mês de junho, julho, agosto e setembro, servidores por prazo determinado, por não haver candidatos aprovados em Concurso Público vigente, no cargo de Médico, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADOS NO MÊS DE JUNHO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE JUNHO 2012		
CARGO	**SECRETARIA**	**QUANT**
MÉDICO	**SEMUSA**	**07**

CONTRATADOS NO MÊS DE JULHO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE JULHO 2012		
CARGO	**SECRETARIA**	**QUANT**
MÉDICO	**SEMUSA**	**44**

CONTRATADOS NO MÊS DE AGOSTO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE AGOSTO 2012		
CARGO	**SECRETARIA**	**QUANT**
MÉDICO	**SEMUSA**	**09**

CONTRATADOS NO MÊS DE SETEMBRO PRAZO DETERMINADO

PRAZO DETERMINADO MÊS DE SETEMBRO 2012		
CARGO	**SECRETARIA**	**QUANT**
MÉDICO	**SEMUSA**	**03**

Resultados alcançados:

PRAZO DETERMINADO – Essas contratações foram feitas para atender a Saúde, no qual foram sanadas as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1- Percentual de satisfação:
(X) Acima do esperado (alcance de 100% do previsto)
( ) Dentro do esperado (alcance de 80% do previsto)
( ) Abaixo do esperado (alcance entre 40% a 80% do previsto)
( ) Muito abaixo do esperado (alcance abaixo de 100% do previsto)

Justificar os resultados das ações:
O déficit de servidores nas Unidades Administrativas foram sanados. Portanto, esta divisão atingiu sua meta de selecionar em tempo hábil candidatos contratados por meio do processo seletivo simplificado público.

2.4.5 Editais

São elaborados editais de convocação para atender as secretarias quando há necessidade de contratação de novos servidores ou para substituições através de vacâncias. Os editais de Processo Seletivo Simplificado são feitos nos casos de excepcional interesse público quando não houver candidatos aprovados em concurso, conforme demonstrativo abaixo, acerca do quantitativo de editais publicados nos meses janeiro a dezembro.

TABELA DE EDITAL				
	JANEIRO	**FEVEREIRO**	**MARÇO**	**TOTAL**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	**02**	**02**	**05**	**09**
EDITAL DE PROCESSO SIMPLIFICADO	**0**	**0**	**0**	**0**
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO	**0**	**0**	**0**	**0**
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO- CURSO DE FORMAÇÃO	**01**	**0**	**0**	**01**
TOTAL	**03**	**02**	**05**	**10**

Edital nº 01/SEMAD/2012, de 02/01/2012, publicado no D.O.M nº 4.156, de 02/01/2012;
Edital nº 03 /SEMAD/2012, de 20/01/2012, publicado no D.O.M nº 4.169, de 20/01/2012;

Edital nº 04/SEMAD/2012, de 25/01/2012, publicado no D.O.M nº 4.171, de 25/01/2012;
Edital nº 006/SEMAD/2012, de 06/02/2012, publicado no D.O.M nº 4.179, de 06/02/2012;
Edital nº 008/SEMAD/2012, de 27/02/2012, publicado no D.O.M nº 4.191, de 27/02/2012;
Edital nº 009/SEMAD/2012, de 02/03/2012, publicado no D.O.M nº 4.195, de 02/03/2012;
Edital nº 011/SEMAD/2012, de 08/03/2012, publicado no D.O.M nº 4.200, de 09/03/2012.
Edital nº 12/SEMAD/2012, de 16/03/2012, publicado no D.O.M nº 4.205, de 16/03/2012.
Edital nº 14/SEMAD/2012, de 23/03/2012, publicado no D.O.M nº 4.210, de 23/03/2013.
Edital nº 16/SEMAD/2016, de 30/03/2012, publicado no D.O.M nº 4.215, de 30/03/2012.

TABELA DE EDITAL				
	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	04	05	03	12
EDITAL DE PROCESSO SIMPLIFICADO	01	01	00	02
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO	00	01	01	02
EDITAL DE CONVOCACÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO	00	01	01	02
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – CURSO DE FORMAÇÃO	00	00	01	01
TOTAL	05	08	06	19

Edital nº 18/SEMAD/2012, de 09/04/2012, publicado no D.O.M nº 4.220, de 09/04/2012;
Edital nº 19/SEMAD/2012, de 13/04/2012, publicado no D.O.M nº 4.223, de 13/04/2012;
Edital nº 20/SEMAD/20112, de 20/04/2012, publicado no D.O.M nº 4.228, de 20/04/2012;
Edital nº 22/SEMAD/2012, de 25/04/2012, publicado no D.O.M nº 4.233, de 27/04/2012;
Edital nº 23/SEMAD/2012, de 27/04/2012, publicado no D.O.M nº 4.233, de 27/04/2012;
Edital nº 24/SEMAD/2012, de 04/05/2012, publicado no D.O.M nº 4.236, de 04/05/2012;
Edital nº 25/SEMAD/2012, de 11/05/2012, publicado no D.O.M nº 4.241, de 11/05/2012;
Edital nº 26/SEMAD/2012, de 11/05/2012, publicado no D.O.M nº 4.241, de 11/05/2012;
Edital nº 27/SEMAD/2012, de 18/05/2012, publicado no D.O.M nº 4.246, de 18/05/2012;
Edital nº 28/SEMAD/2012, de 18/05/2012, publicado no D.O.M nº 4.246, de 18/05/2012;
Edital nº 29/SEMAD/2012, de 25/05/2012, publicado no D.O.M nº 4.250, de 25/05/2012;
Edital nº 30/SEMAD/2012, de 25/05/2012, publicado no D.O.M nº 4.250, de 25/05/2012;
Edital nº 31/SEMAD/2012, de 31/05/2012, publicado no D.O.M nº 4.250, de 25/05/2012;
Edital nº 32/SEMAD/2012, de 01/06/2012, publicado no D.O.M nº 4.255, de 01/06/2012;
Edital nº 35/SEMAD/2012, de 11/06/2012, publicado no D.O.M nº 4.259, de 11/06/2012;
Edital nº 37/SEMAD/2012, de 21/06/2012, publicado no D.O.M nº 4.266, de 21/06/2012;
Edital nº 38/SEMAD/2012, de 22/06/2012, publicado no D.O.M nº 4.267, de 22/06/2012;
Edital nº 39/SEMAD/2012, de 22/06/2012, publicado no D.O.M nº 4.267, de 22/06/2012;
Edital nº 40/SEMAD/2012, de 22/06/2012, publicado no D.O.M nº 4.267, de 22/06/2012.

TABELA DE EDITAL				
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	00	02	01	3
EDITAL DE PROCESSO SIMPLIFICADO	00	00	00	00
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO	00	00	00	00
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO - CURSO DE FORMÇÃO	00	02	00	03
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO	00	01	00	01
TOTAL	00	05	01	06

Edital nº 42/SEMAD/2012, de 28/06/2012, publicado no D.O.M nº 4.271, de 28/06/2012;
Edital nº 43/SEMAD/2012, de 03/08/2012, publicado no D.O.M nº 4.299, de 07/08/2012;
Edital nº 44/SEMAD/2012, de 03/08/2012, publicado no D.O.M nº 4.299, de 07/08/2012;
Edital nº 45/SEMAD/2012, de 08/08/2012, publicado no D.O.M nº 4.300, de 08/08/2012;
Edital nº 46/SEMAD/2012, de 16/08/2012, publicado no D.O.M nº 4.306 de 16/08/2012;

Edital nº 50/SEMAD/2012, de 28/08/2012, publicado no D.O.M nº 4.339, de 04/10/2012.

TABELAS DE EDITAIS				
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	03	01	--	04
EDITAL DE PROCESSO SIMPLIFICADO	0	0	--	0
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO	0	0	--	0
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO - CURSO DE FORMÇÃO	0	0	--	0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO	0	0	--	0
TOTAL	03	01	--	04

Edital nº 51/SEMAD/2012, de 11/10/2012, publicado no D.O.M nº 4.345 de 15/10/2012;
Edital nº 52/SEMAD/2012, de 16/10/2012, publicado no D.O.M nº 4.348, de 18/10/2012;
Edital nº 54/SEMAD/2012, de 31/10/2012, publicado no D.O.M nº 4.348, de 18/10/2012;
Edital nº 55/SEMAD/2012, de 09/11/2012, publicado no D.O.M nº 4.348, de 18/10/2012;

2.4.6 Portarias

As portarias de nomeação têm por objetivo efetivar os candidatos estatutários quando convocados por edital. Casos não se apresentem, no prazo legal de 30 dias, os mesmos são excluídos por meio de portaria de exclusão. A portaria de reclassificação destina-se ao candidato que não pode assumir o cargo na oportunidade em que foi convocado, momento em que será reclassificado no final da lista de aprovados do concurso público.

TABELAS DE PORTARIAS DA DISR 2012				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
PORTARIAS DE NOMEAÇÃO	02	02	05	09
PORTARIA DE EXCLUSÃO	0	02	01	03
PORTARIA DE RECLASSIFICAÇÃO	0	0	03	03
PORTARIAS DE RECONVOCAÇÃO	01	0	0	01
TOTAL	03	04	09	16

Portaria de Nomeação nº 001/SEMAD/2012, de 02/01/2012; Portaria nº 155/SEMAD/2012, de 20/01/2012; Portaria nº 252/SEMAD/2012, de 06/02/2012; Portaria nº 380/SEMAD/2012, de 27/02/2012; Portaria nº 417/SEMAD/2012, de 02/03/2012; Portaria nº 453/SEMAD/2012, de 08/03/2012; Portaria nº 514/SEMAD/2012, de 16/03/2012; Portaria nº 567/SEMAD/2012, de 23/03/2012; Portaria nº 647/SEMAD/2012, de 30/03/2012; Portaria de Exclusão nº 243/SEMAD/2012, de 03/02/2012; Portaria nº 375/SEMAD/2012, de 28/02/2012; Portaria nº 978/SEMAD/2012, de 30/03/2012;Portaria de Reclassificação nº 645/SEMAD/2012, de 30/03/2012; nº 648/SEMAD/2012, de 30/03/2012; nº 563/SEMAD/2012, de 22/03/2012; Portaria de Reconvocação nº 173/SEMAD/2012, de 23/01/2012.

TABELAS DE PORTARIAS DA DISR				
	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
PORTARIAS DE NOMEAÇÃO	04	05	03	12
PORTARIA DE EXCLUSÃO	04	01	03	08
PORTARIA DE RECLASSIFICAÇÃO	02	0	01	03
PORTARIA DE RECONVOCAÇÃO	0	02	01	03
TOTAL	10	08	07	25

Portaria de Nomeação nº 681/SEMAD/2012, de 09/04/2012; Portaria nº 733/SEMAD/2012, de 13/04/2012; Portaria nº 823/SEMAD/2012, de 20/04/2012; Portaria nº 854/SEMAD/2012, de

27/04/2012; Portaria de Exclusão nº 730/SEMAD/2012, de 13/04/2012; Portaria nº 806/SEMAD/2012, de 19/04/2012; Portaria nº 842/SEMAD/2012, de 16/04/2012; Portaria nº 907/SEMAD/2012, de 03/04/2012; Portaria de Reclassificação nº 682/SEMAD/2012, de 09/04/2012; nº 732/SEMAD/2012, de 13/04/2012. Portaria de Nomeação nº 916/SEMAD/2012, de 04/05/2012; Portaria nº 981/SEMAD/2012, de 11/05/2012; Portaria nº 1091/SEMAD/2012, de 18/05/2012; Portaria nº 1187/SEMAD/2012, de 25/05/2012; Portaria nº 1210/SEMAD/2012, de 30/05/2012;Portaria de Reconvocação nº 1008/SEMAD/2012, de 14/05/2012; Portaria nº 1206/SEMAD/2012, de 30/05/2012.Portaria de Exclusão nº 979/SEMAD/2012, de 110/05/2012;
Portaria de Nomeação nº 1233/SEMAD/2012, de 01/06/2012; Portaria nº 1278/SEMAD/2012, de 11/06/2012; Portaria nº 1360/SEMAD/2012, de 21/06/2012; Portaria de Exclusão nº 1292/SEMAD/2012, de 12/06/2012; Portaria nº 1293/SEMAD/2012, de 06/06/2012; Portaria nº 1345/SEMAD/2012, de 19/06/2012; Portaria de Reclassificação nº 1261/SEMAD/2012, de 06/06/2012;Portaria de Reconvocação nº 1326/SEMAD/2012, de 15/06/2012.

TABELAS DE PORTARIAS DA DISR				
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
PORTARIAS DE NOMEAÇÃO	00	02	01	3
PORTARIA DE EXCLUSÃO	07	02	01	10
PORTARIA DE RECLASSIFICAÇÃO	01	00	01	2
PORTARIA DE RECONVOCAÇÃO0	00	11	44	55
TOTAL	08	15	47	70

Portaria de Exclusão nº 1540/SEMAD/2012, de 02/07/2012; Portaria nº 1538/SEMAD/2012, de 02/07/2012; Portaria nº 1539/SEMAD/2012, de 02/07/2012; Portaria nº 1754/SEMAD/2012, de 12/07/2012;Portaria nº 1777/SEMAD/2012, de 17/07/2012; Portaria nº 1876/SEMAD/2012, de 24/07/2012;Portaria nº 1674/SEMAD/2012, de 07/07/2012;
Portaria de Reclassificação nº 1848/SEMAD/2012, de 23/07/2012;
Portaria de Nomeação nº 2030/SEMAD/2012, de 08/08/2012; Portaria nº 1975/SEMAD/2012, de 03/08/2012;
Portaria de Exclusão nº 2029/SEMAD/2012, de 08/08/2012; Portaria nº 2198/SEMAD/2012, de 27/08/2012;
Portaria de Reconvocação nº 2264/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2265/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2267/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2268/SEMAD/2012, de 06/09/2012;Portaria nº 2269/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2270/SEMAD/2012, de de 06/09/2012; Portaria nº 2271/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2272/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2273/SEMAD/2012, de 06/09/2012;Portaria nº 2274/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2275/SEMAD/2012, de de 06/09/2012; Portaria nº 2276/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2277/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2278/SEMAD/2012, de 06/09/2012;Portaria nº 2279/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2280/SEMAD/2012, de de 06/09/2012; Portaria nº 2281/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2282/SEMAD/2012, de 06/09/2012; Portaria nº 2283/SEMAD/2012, de 06/09/2012;
Portaria nº 2330/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2331/SEMAD/2012, de de 12/09/2012; Portaria nº 2332/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2333/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2334/SEMAD/2012, de 12/09/2012;Portaria nº 2335/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2336/SEMAD/2012, de de 12/09/2012; Portaria nº 2337/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2338/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2339/SEMAD/2012, de 12/09/2012;Portaria nº 2340/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2341/SEMAD/2012, de de 12/09/2012; Portaria nº 2342/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2343/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2345/SEMAD/2012, de 12/09/2012;Portaria nº 2346/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2347/SEMAD/2012, de de 12/09/2012; Portaria nº 2348/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2349/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2350/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2351/SEMAD/2012, de 12/09/2012;Portaria nº 2476/SEMAD/2012, de 28/09/2012; Portaria nº 2477/SEMAD/2012, de 12/09/2012; Portaria nº 2478/SEMAD/2012, de 12/09/2012;Portaria nº 2479/SEMAD/2012, de 28/09/2012; Portaria nº 2480/SEMAD/2012, de 12/09/2012;
Portaria de Nomeação nº 2472/SEMAD/2012, de 28/09/2012;
Portaria de Reclassificação nº 2284/SEMAD/2012, de 06/09/2012;

Portaria de Exclusão nº 2319/SEMAD/2012, de 10/09/2012;

TABELAS DE PORTARIAS DA DISR				
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
PORTARIAS DE NOMEAÇÃO	03	01	---	04
PORTARIA DE EXCLUSÃO	00	00	---	00
PORTARIA DE RECLASSIFICAÇÃO	01	00	---	01
TOTAL	04	01	---	05

Portaria de Nomeação nº 2584/SEMAD/2012, de 11/10/2012; Portaria nº 2602/SEMAD/2012, de 16/10/2012; Portaria nº 2751/SEMAD/2012, de 31/10/2012; Portaria de Reclassificação nº 2721/SEMAD/2012, de 29/10/2012; Portaria de Nomeação nº 2842/SEMAD/2012, de 09/11/2012;

2.4.7 Do Desempenho das Atividades

TABELA DE ATIVIDADES REALIZADAS NOS MESES (JANEIRO A MARÇO)				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
TERMO DE POSSE	30	29	323	382
OFICIO DE APRESENTAÇÃO	30	29	323	382
DECLARAÇÃO BANCARIA	15	10	150	175
CONTRATO DE TRABALHO	0	0	0	0
EXTRATO DE CONTRATO	0	0	0	0
PRORROGAÇÃO DE POSSE	21	23	188	232
PROCESSOS TRAMITADOS	20	23	15	58

TABELA DE ATIVIDADES REALIZADAS NOS MESES (ABRIL A JUNHO)				
	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
TERMO DE POSSE	623	323	222	1.168
OFICIO DE APRESENTAÇÃO	623	323	229	1.168
DECLARAÇÃO BANCARIA	249	129	88	466
CONTRATO DE TRABALHO	0	0	7	7
EXTRATO DE CONTRATO	0	0	0	0
PRORROGAÇÃO DE POSSE	249	196	133	578
PROCESSOS TRAMITADOS	15	19	22	56

TABELA DE ATIVIDADES REALIZADAS NOS MESES (JULHO A SETEMBRO)				
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
TERMO DE POSSE	366	77	45	771
OFICIO DE APRESENTAÇÃO	410	87	48	910
DECLARAÇÃO BANCARIA	146	30	27	268
CONTRATO DE TRABALHO	44	10	3	139
EXTRATO DE CONTRATO	0	8	9	16
PRORROGAÇÃO DE POSSE	219	40	40	194
PROCESSOS TRAMITADOS	14	17	16	47

TABELA DE ATIVIDADES REALIZADAS NOS MESES (OUTUBRO A DEZEMBRO)				
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
TERMO DE POSSE	54	24	00	78
OFICIO DE APRESENTAÇÃO	54	24	00	78
DECLARAÇÃO BANCARIA	21	9	00	30

CONTRATO DE TRABALHO	**0**	**0**	**00**	**00**
EXTRATO DE CONTRATO	**0**	**0**	**00**	**00**
PRORROGAÇÃO DE POSSE	**32**	**14**	**00**	**46**
PROCESSOS TRAMITADOS	**12**	**08**	**00**	**20**

2.4.7.1 Da Carga de Trabalho

Entre janeiro a dezembro tramitaram 181 (duzentos e seis) processos nesta Divisão. Destes, 12 (doze) versaram sobre pedido de substituição de vacância - quando houver exoneração, demissão, falecimento ou aposentadoria - para recompor o quadro de pessoal da Prefeitura de Porto Velho.
Para a contratação dos servidores de regime estatutário, foram realizados editais de convocação e portarias de nomeação. Para os servidores contratados por regime celetista ou prazo determinado foi realizado processo Seletivo Simplificado para contratação de Médicos, em caráter emergencial,e posteriormente edital de convocação.
A Divisão também providencia todos os documentos relacionados à contratação, tais como: Prorrogação de Posse e Prorrogação de Exercício, considerando a Lei nº 385 de 01.07.2010, Termo de Posse, Oficio de Apresentação e Declaração de Banco, para os candidatos aprovados do regime estatutário, e Contrato de Trabalho, Oficio de Apresentação e Declaração de Banco, para os candidatos do regime celetista ou por prazo determinado.
Em razão das contratações por regime celetista ou prazo determinado, é publicado o Extrato de Contrato – emitido mensalmente por esta divisão, para comprovação da legalidade da contratação em obediência ao princípio da publicidade, bem o encaminhamento à Controladoria Geral do Município, os Processos de Ato de Admissão de Pessoal, para comprovar a legalidade de todas as contratações efetivadas pela Prefeitura do Município de Porto Velho.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Os trabalhos executados diariamente nos meses de janeiro a dezembro foram feitos em tempo hábil e corretamente.
1- Percentual de satisfação:
(X) Acima do esperado (alcance de 100% do previsto)
( ) Dentro do esperado (alcance de 80% do previsto)
( ) Abaixo do esperado (alcance entre 40% a 80% do previsto)
( ) Muito abaixo do esperado (alcance abaixo de 100% do previsto)

Justificar os resultados das ações:
Em 2012 atendeu-se a demanda corre3spondente a 2.271, conforme a necessidade das secretarias, de forma correta e satisfatória, nos prazos estabelecidos, de acordo com a legislação municipal.

Diante das informações apresentadas a cima, houve um crescimento nas contratações de pessoal de 7,3% do ano de 2011 em comparação com 2010, e de 29% em 2012 em comparação com o ano de 2011. Cabe salientar que, esse aumento influenciou em todas as atividades realizadas por esta Divisão tais como: confecção de termos de posse, ofício de apresentação, declaração de banco, editais e portarias, processos de ato de admissão de pessoal, processos de reconvocação e reclassificação.

2.4.7.3 Das Dificuldades Enfrentadas

As dificuldades enfrentadas por esta divisão estão diretamente ligadas aos equipamentos de informática, tais como: impressora, computadores e cadeiras adequadas para digitador.

2.4.7.4 Críticas e/ou Sugestões

Para melhorar o desempenho das atividades realizadas por esta divisão, sugerimos a aquisição de impressoras e computadores novos, bem como cadeiras apropriadas para digitador.

DIVISÃO DE CARGOS E SALÁRIOS – DICS

No que diz respeito às atribuições e serviços competentes a esta Divisão, peculiares no decorrer de todo o ano, foram as seguintes:
Controle de Cargos Efetivos em seus quantitativos, constantes em folha de pagamento, conforme a Lei Complementar nº 391 de 06.07.2010 e suas alterações;
Lançamentos e atualização do Portal do Servidor com todas as legislações de pessoal, devidamente atualizadas;
Dar andamento na regularização do Estágio Probatório dos servidores da Prefeitura de Porto Velho, para as devidas providências quanto à estabilidade dos mesmos;
Envio mensal do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/**CAGED**, para o Ministério do Trabalho;
Informação de quantitativo de cargos, conforme solicitações das Secretarias da Prefeitura de Porto Velho;
Elaboração de minuta de Lei para o aumento de quantitativo de cargos;
Criação de cargos e funções no sistema de Gestão de Pessoal – GP CETIL;
Acompanhamento do desenvolvimento da ferramenta de consulta de Progressão/Promoção e Estabilidade, para disponibilização no Portal do Servidor;
Implantação de informações no sistema de Gestão Pessoal, tais como: cargos, funções, lei de criação do cargo, atribuições, descrição do cargo, entre outras;
Atualização do arquivo desta Divisão com a Legislação Municipal (Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos e Portarias de regulamentação) na área de Recursos Humanos e Estrutura Organizacional;
Averbação, no Sistema de Gestão de Pessoal, dos atos de Progressão, Promoção, homologação de Estágio Probatório e Estabilidade;
Análise das instruções cadastrais constantes nos processos de progressão e promoção, para fins de concessão ou não, conforme legislação vigente dos atos para evolução funcional dos servidores desta Prefeitura;
Confecção de Portarias de Estágio Probatório, Estabilidade, Progressão Funcional e Promoção dos servidores desta Prefeitura.

Demonstrativo de expedientes tramitados na Divisão em 2012

Discriminação	**1º Trimestre**	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**
Memorandos Expedidos	17	23	27	17
Ofícios Expedidos	-	04	12	-
Processos	54	49	46	52
Portarias Progressão	04	07	11	08
Portarias Estágio Probatório	-	02	06	01
Portarias de Promoção	08	08	16	06
Portarias de Estabilidade	02	03	06	1

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EFETIVOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

SERVIDORES ESTATUTÁRIOS DA PREFEITURA DE PORTO VELHO			
Vagas em lei, ocupadas e disponíveis			
Cargo	**Lei 391**	**Ocupadas**	**Disponíveis**
Administrador	10	4	6
Administrador Hospitalar	20	4	16
Advogado	3	3	0
Advogado TNS	5	2	3
Agente de Comunitário de Saúde	800	463	337
Agente de Combate as Endemias	300	184	116

Agente de Educação Ambiental	30	18	12
Agente Municipal de Trânsito	200	91	109
Agente de Limpeza Escolar	800	786	14
Agente de Manutenção e Infraestrutura Escolar	430	32	398
Agente de Secretaria Escolar	600	306	294
Agente de Vigilância Escolar	350	196	154
Analista de Suporte	5	4	1
Analista de Aplicação	5	5	0
Analista de Tecnologia da Informação	100	12	88
Arquiteto	50	35	15
Arquivologista	10	0	10
Artífice Especializado	220	71	149
Assistente Administrativo	1000	507	493
Assistente de Arrecadação	43	32	11
Assistente de Controle Interno	25	10	15
Assistente Social	200	80	120
Auditor	18	17	1
Auditor do Tesouro Municipal	80	43	37
Auxiliar Administrativo	269	194	75
Auxiliar Bibliotecário	160	0	160
Aux. De Cirurgião Dentista Escolar	45	1	44
Auxiliar de Enfermagem	300	176	124
Auxiliar de Enfermagem da Educação	100	5	95
Auxiliar de Farmácia	50	31	19
Auxiliar de Laboratório	250	120	130
Auxiliar de Odontologia	200	38	162
Auxiliar de Secretaria Escolar	165	0	165
Auxiliar de Serviços Fiscais	7	4	3
Auxiliar de Serviço de Saúde	310	192	118
Auxiliar de Serviços Gerais	1000	554	446
Auxiliar de Serviços Sociais	210	132	78
Auxiliar de Serviços Veterinários	80	26	54
Arquiteto	50	35	15
Biólogo	10	1	9
Biomédico	200	47	153
Bioquímico	200	65	135
Contador	20	16	4
Cozinheiro	15	9	6
Comandante Fluvial	10	2	8
Contra-Mestre Fluvial	5	2	3
Coveiro	20	8	12
Cozinheiro	30	9	21
Cozinheiro Fluvial	5	1	4
Cuidador de Aluno	100	0	100
Cuidador Social	300	15	285
Desenhista Cadista	50	1	49

Economista	5	3	2
Educador Social	70	36	34
Encarregado de Serviços Gerais	36	22	14
Enfermeiro	400	250	150
Enfermeiro do Trabalho	5	1	4
Engenheiro Agrimensor	5	0	5
Engenheiro Agrônomo	10	6	4
Engenheiro Ambiental	5	0	5
Engenheiro Civil	100	48	52
Engenheiro de Segurança do Trabalho	5	1	4
Engenheiro de Tráfego	10	2	8
Engenheiro Eletricista	10	6	4
Engenheiro Florestal	5	2	3
Engenheiro Mecânico	5	0	5
Engenheiro Sanitarista	5	0	5
Engenheiro Produção	5	0	5
Especialista em Educação	1.200	409	791
Farmacêutico	200	15	185
Fiscal Municipal de Obras	30	22	8
Fiscal Municipal de Posturas	80	33	47
Fiscal Municipal de Transporte	60	19	41
Fiscal Municipal de Tributos	60	24	36
Fiscal Municipal de Vigilância Sanitária	60	32	28
Fiscal Municipal do Meio Ambiente	30	20	10
Fisioterapeuta	45	15	30
Fonoaudiólogo	20	4	16
Gari	1.200	853	347
Geógrafo	5	0	5
Inspetor Escolar	500	89	411
Instrutor de Artes	700	105	595
Marinheiro Auxiliar Fluvial	30	11	19
Marinheiro Fluvial	20	8	12
Mecânico de Automóveis	19	18	1
Merendeira Escolar	1180	577	603
Mestre de Obras	10	0	10
Motorista	380	276	104
Médico	800	408	392
Médico Veterinário	40	15	25
Nutricionista	25	16	9
Odontólogo	200	144	56
Operador de Máquinas Impressas	2	2	0
Operador de Sistemas	19	16	3
Operador de Máquinas Pesadas	150	70	80
Procurador	50	26	24
Professor	7.000	3.307	3693
Programador de Aplicação	7	7	0

Psicólogo	100	76	24
Recepcionista	20	0	20
Técnico de Nível Médio	178	141	37
Técnico de Nível Superior	5	2	3
Técnico Agrícola	5	1	4
Técnico de Controle Interno	10	8	2
Técnico de Regulação	5	0	5
Técnico de Tecnologia da Informação	60	18	42
Técnico em Computação Educacional	250	3	247
Técnico em Comunicação Social	5	0	5
Técnico em Enfermagem	600	447	153
Técnico em Higiene Dental	90	7	83
Técnico em Higiene Dental Escolar	80	7	73
Técnico em Radiologia	60	44	16
Técnico em Laboratório	200	35	165
Técnico em Planejamento e Operação de Transportes Multimodal	5	0	5
Téc. em Segurança do trabalho	20	10	10
Téc. em Multimeios Didáticos	160	13	147
Técnico de Tecnologia da Informação	60	18	42
Técnico Jurídico	50	32	18
Técnico Óptico da Educação	15	1	14
Terapeuta Ocupacional	10	2	8
Topógrafo	5	0	5
Turismólogo	10	3	7
Vigia	200	104	96
Zootecnista	5	0	

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO-DISMET
Adicional de Insalubridade e Periculosidade.

Adicional de Insalubridade Concedido	**2012**	**2011**	**2010**	**Total**
CGM	0	0	0	**0**
FUNCULTURAL	0	0	1	**1**
GABINETE	0	8	0	**8**
PGM	1	1	0	**2**
SEMA	3	2	9	**14**
SEMAD	19	13	2	**34**
SEMAGRIC	7	2	2	**11**
SEMAS	5	34	0	**39**
SEMDESTUR	4	2	0	**6**
SEMED	123	88	13	**224**
SEMEPE	0	0	0	**0**

SEMES	2	0	0	**2**
SEMFAZ	0	1	0	**1**
SEMOB	1	41	2	**44**
SEMPLA	0	1	1	**2**
SEMPRE	0	1	0	**1**
SEMTRAN	39	0	0	**39**
SEMUR	0	0	0	**0**
SEMUSA	293	309	148	**750**
SEMUSB	61	19	1	**81**

Adicional de Periculosidade Concedido	**2012**	**2011**	**2010**
GABINETE	0	0	0
SEMAD	0	2	1
SEMAS	0	0	0
SEMAGRIC	0	1	0
SEMED	0	0	0
SEMOB	1	1	0
SEMUSA	1	0	0
TOTAL	**2**	**4**	**1**

Do Uso dos EPI's

Especificação e aprovação de Equipamentos - EPI/EPC	**2012**	**2011**	**2010**	**Total**
	09	10	0	19

Nas inspeções realizadas para avaliação dos processos de insalubridade/periculosidade, verificamos que servidores desenvolvem suas atividades laborais sem Equipamentos de Segurança Individual EPI, bem como utilizando-os inadequadamente. Para aquisição correta dos EPI's é necessário que a DISMET faça o acompanhamento junto com as Secretarias Municipais, para que possa ser feito o SRP (Sistema de Registro de Preço), dos equipamentos com as especificações corretas, observando o C.A (certificado de Aprovação). A obrigatoriedade no fornecimento e uso dos EPI's é regulamentada pela NR 06 da Portaria 3.214/78 do MTE.

Das CIPAS

CIPAS	**2012**	**2011**	**2010**	**Total**
Constituição de CIPA	6	19	4	0
Reunião da CIPA	20	14	2	0
TOTAL GERAL	**26**	**23**	**6**	**0**

Servidores Afastados do Trabalho por questão de Saúde

Servidores Afastados do Trabalho por Questões de Saúde	**2012**	**2011**	**2010**	**Total**
Acidente de Trabalho	53	49	16	118
Dependência Química	96	104	12	212
Doença Relativa ao Trabalho	0	20	19	39
TOTAL	**149**	**173**	**63**	**385**

Do Desempenho das Atividades

PERÍODOS	**2012**	**2011**	**2010**	**Total**
Acompanhamento de Tratamento de Saúde	474	65	45	584
Avaliação de Readaptação de Função	170	195	63	428
Avaliação de Retorno ao Trabalho	457	618	200	1275
Expedição de ASO-Admissional	2271	1648	1080	4999
Expedientes (Memo. Oficio) Expedidos	1357	1002	399	2758
Expedientes (Memo. Oficio) Recebidos	81	359	72	512

Da Avaliação do Desempenho do Trabalho

As atividades desta Divisão vêm ocorrendo de forma gradativa, apesar da contratação de novos profissionais, não dispomos de pessoal suficiente para realizar todas as atribuições, mas houve uma melhoria significativa com a chegada dos novos Técnicos de Segurança do Trabalho. Mesmo com todas as dificuldades a maioria dos servidores apresentam motivação para realizarem suas atribuições dentro das condições disponíveis, conforme se vê, principalmente da liberação de processos de insalubridade que tramitam nesta Divisão. Cabe salientar que as reavaliações dos processos de insalubridade e periculosidade estão em andamento.

A psicóloga e as assistentes sociais, juntamente com o apoio do médico e enfermeira do trabalho, estão desenvolvendo o trabalho de conscientização e ajuda aos servidores do município no que diz respeito aos problemas de afastamentos sem a devida justificativa, uso de álcool e drogas ilícitas, tabagismo, e outras doenças.

Das Dificuldades Enfrentadas

- Número ainda reduzido de profissionais da área de segurança e medicina do trabalho;
- Falta de equipamentos, tais como: impressora, veículos, projetor multimídia, equipamentos de medição (luxímetro);
- O veículo da SEMAD colocado a disposição da DISMET nas 2ª e 4ª feiras, (somente pelo período matutino), não é suficiente para atender a demanda das atividades externas desta Divisão tais como: acompanhamento psicossocial, inspeções *in loco* dos processos de insalubridade/periculosidade e de segurança em ambientes laborais e atividades dos servidores;

- Devido ao grande número de estabelecimentos visitados tanto por parte dos Técnicos de Segurança do Trabalho, Assistente Social e Psicóloga, um veículo não é suficiente para atender a demanda;
- Morosidade na conclusão dos processos, face à remoção de servidores com pedidos de insalubridade para outros locais sem a devida comunicação a CMRH.

Críticas e/ou Sugestões

- Os RH's das secretarias não se atentam em cumprir as normas relacionadas ao pessoal, nas questões quanto ao horário de trabalho dos servidores na maioria dos locais que são realizados os levantamentos e dados dos processos de insalubridade e periculosidade.
- Seguem abaixo algumas sugestões:
- Ampliar o quadro de servidores com a contratação de 01 Engenheiro de Segurança, 01 médico do Trabalho, 01 enfermeiro do trabalho e 05 Técnicos em Segurança do Trabalho para atender o disposto na NR 04 do MTE;
- Aquisição de veículos e novos equipamentos como: carro, motos, projetor multimídia, computadores novos, impressora, aparelhos de medição, uma voadeira coberta, livros e assinatura de revistas;
- Realinhamento do salário dos técnicos para o valor de mercado, gratificação de produtividade para todos os profissionais;
- O processo licitatório de equipamentos deverá passar pela divisão de segurança para análise das especificações dos materiais e aprovação conforme NR 06 da Portaria 3.214/78 do MTE, o que não vem ocorrendo;
- É de suma importância para a administração pública que os remanejamentos, cedência, transferência, de servidores sejam comunicadas a CMRH pelos gestores e chefias imediatas, visando-se assim a celeridade e economia processual;
- Necessidade de treinamento para os servidores, participação em cursos, seminários, encontros na área de segurança e medicina do trabalho e meio ambiente;
  Maior integração da DISMET, DICAS/CMRH com os RH's das Secretarias Municipais para esclarecimentos sobre o remanejamento e lotação de servidores, tendo em vista aqueles que não chegam ao conhecimento da CMRH/DISMET/SEMAD.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO - DRTI

O Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização compete, planejar, coordenar e controlar:

• Os serviços de processamento de dados, tratamento de informações e assessoramento técnico para os órgãos da Administração Direta;
• As diretrizes, normas, planos e processos relativos a assuntos de informática;
• Os projetos de sistemas a serem implantados com os recursos de informática;
• A racionalização e o uso dos recursos de informática;
• A definição dos padrões técnicos sobre a política de informática;
• A orientação e o apoio técnico as Secretarias Municipais e Unidades Administrativas Direta, em assuntos de informática;
• A promoção de atendimento aos chamados técnicos e levantamentos inerentes a software e hardware;
• A tecnologia da informação;
• O gerenciamento e a manutenção da rede lógica e administrativa;
• Promover reuniões periódicas com os servidores municipais envolvidos direta e indiretamente nas atividades desenvolvidas pelo Departamento, objetivando a melhoria contínua dos serviços internos e externos;
• Desempenhar outras atividades correlatas.

Compõem o Departamento de Recursos da Tecnologia da Informação e Modernização – DRTI:

• Divisão de Apoio à Informática – DIAI;
• Divisão de Atendimento Técnico – DIATE;
• Divisão de Desenvolvimento e Programação – DIDP;
• Divisão de Operação e Produção – DIOP;
• Divisão de Rede e Conectividades – DIRC;
• Divisão de Suporte – DISU

A **Divisão de Apoio a Informática** é responsável pela Consultoria técnica nos equipamento de Informática e serviços de TI para as divisões existente no Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização – DRTI e Secretarias desta Prefeitura. Sugere ao Departamento de Recursos da Tecnologia da Informação e Modernização – DRTI a troca de componentes e/ou upgrade ou descontinuidade dos mesmos. Pesquisa de mercado e novas novas tecnologias. Dar suporte “on-line” em segundo nível (após atendimento), via remoto, por telefone ou “in loco”, para todos os chamados técnicos da Prefeitura, concernente aos equipamentos de informática, análise de equipamentos de informática.
Informamos que atualmente está divisão é composta por 12 (doze) profissionais para realização das atividades mencionadas, sendo que um profissional está de licença de assuntos particulares.
Segue abaixo projetos abertos e Encerrados
Projetos em Aberto

Projetos
Projeto OCS – Sistema de Inventários da Prefeitura do Município de Porto Velho - Novos Recursos (Projeto Iniciado em 2010);
Projeto GLPI - Sistema de gerenciamento de Recursos de Equipamentos de Informática da Prefeitura do Município de Porto Velho – (Projeto Iniciado em 2012);
Projeto básico para estruturação física do laboratório da Divisão de Suporte;
Projeto Básico do Sistema de Atendimento – SGALivre – Em Analise (Inicio do projeto: 2012);
Processo de manutenção corretiva e preventiva para Nobreak de grande porte , que está na Secretaria Municipal de Administração , na sala do Datacenter;
Viabilidade Técnica do Sistema de gerenciamento de Recursos de Equipamentos de Informática - GLPI com o Sistema SAUIN (Sistema de Atendimento ao Usuário) , através de parcerias com o DIATE – Divisão de Atendimento Técnico;
a cursos presenciais, de alta qualidade e com muitos tipos de recursos disponíveis;
Viabilidade Técnica do Sistema OpenMeetings é um software de webconferência, ou seja, permite conferência através de protocolo web, com uso de um simples navegador, como Internet Explorer, Firefox ou Google Chrome. O Openmeetings permite conferência com os seguintes componentes .
Projeto de equipamento profissional que realize a reciclagem e remanufatura de cartuchos de toner.

Projetos Encerradas

Projetos
Estruturação das divisão de apoio da informática para um melhor atendimento, auxilio e consultoria técnica para o Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização, como a Secretaria Municipal de Administração , tanto como em outras secretarias que precisão deste auxilio;
Reabrir os projetos de software livre – Broffice (LibreOffice), pois já houve treinamento do corpo técnico (DIAI , DISU e DIOP)- Houve Treinamento da Equipe DRTI em Novembro de 2011 e Inicio dos Treinamentos para os servidores das secretarias em Agosto de 2012 ;
Projeto Básico de "*Outsourcing*" para Impressora de Grande porte (de 100.000 a 300.000 copias)- enviado para o DIOP;
Apoio a estruturação das Divisões de Suporte e Operação e Produção;
Instalação, configuração e copia de segurança do Sistema de Inventario (Software de Inventario- OCS);
Auxilio Técnico (Pessoal) para as divisões existentes no Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização – DRTI;
Projeto Software Antivírus nas secretarias , autarquias e fundações.

PRINCIPAIS PROJETOS - SUITE DE ESCRITÓRIO "LIBREOFFICE" VANTAGENS DO LIBREOFFICE:

I. Interoperabilidade entre secretarias municipais e diversos órgãos do Governo Federal em relação a Suítes de Escritório;
II. É uma suíte de aplicativos eficiente, estável e de excelente qualidade;
III. Funciona com quase todos os sistemas operacionais, exemplo Windows®, Linux e Mac;
IV. Exporta arquivos no formato .PDF automaticamente;
V. Instalação e atualização em qualquer microcomputador sem ônus para a Prefeitura de Porto Velho;
VI. Compatibilidade parcial com documentos produzidos pelos aplicativos de escritório Microsoft®;
VII.Similaridade com os aplicativos de escritório hoje utilizados na Prefeitura de Porto Velho.
VIII. Maior segurança na restauração do arquivo após aberto incorretamente.
LIBREOFFICE EM OUTROS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS
IX. O LibreOffice surge após a união de diversas comunidades ao redor do mundo sendo uma alternativa viável e econômica a pacotes de aplicativos proprietários (não-livres) como o Microsoft Office®. Além disso, o LibreOffice é compatível a maioria destes produtos e pode tanto abrir arquivos editados como exportá-los. Na tabela 03 encontramos instituições e órgãos governamentais que utilizam o suíte de escritório.
X. Procuradoria Regional da República da 1ª Região
XI. Conselho Regional do Trabalho da 4ª Região – RS
XII. Tribunal Regional Eleitoral do Pará
XIII. Receita Federal
XIV. Banco do Brasil
XV. Caixa Econômica Federal
XVI. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT
XVII. Ministério do Meio Ambiente
XVIII. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

XIX. Ministério do Planejamento
XX. Universidade Federal de Campinas
XXI. Celepar – Informática do Paraná
XXII. Instituto Chico Mendes
XXIII. SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
XXIV. PUC Minas – Poços de Caldas
XXV. Assembléia Legislativa de Minas Gerais
XXVI. Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN
XXVII. Universidade de São Paulo
XXVIII. Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A
XXIX. SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
XXX. Governo do Estado da Bahia - Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb)
XXXI. Dataprev – Empresa de Tecnologia e informações da Previdência Social
XXXII. Prefeitura do Município de Guarulhos
XXXIII.Prefeitura do Município de Ponta Grossa
XXXIV.Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro

FERRAMENTAS QUE COMPÕEM A SUÍTE LIBREOFFICE

• WRITER

O Writer é uma ferramenta para criação de cartas, livros, relatórios, noticiários, cadernos e outros tipos de documentos. Pode inserir gráfico e objetos de outros componentes dentro dos documentos do Writer. O Writer e capaz de exportar arquivos para os formatos HTML, XHTML, XML, Portable Document Format (PDF) da Adobe, e várias versões de arquivos do Microsoft Word e também pode conectar-se a programa de e-mail.

3. **CALC**

O Calc possui todas as funcionalidades avançadas de analise, gráficos e para tomada de decisões que são esperadas de uma avançada ferramenta de planilha eletrônica. Ele inclui mais de 300 (trezentos) funções financeiras, estatísticas e matemáticas, entre outras. O Gerenciador de Cenário oferece analises do tipo “e se”. O Calc gera gráficos 2-D e 3-D, que podem ser integrados dentro de outros documentos do LibreOffice. Também pode abrir e trabalhar com planilhas do Microsoft Excel e salvá-las no formato do Excel. O Calc pode exportar planilhas para os formatos PDF da Adobe e HTML.

• IMPRESS

O Impresso oferece todas as ferramentas mais comuns para apresentações multimídia, tais como efeitos especiais, animação e ferramentas de desenho. Ele é integrado com as capacidades gráficas avançadas do Draw e do Math. As apresentações de slides podem ser ainda melhoradas com os efeitos especiais de texto do Fontwork, assim como sons e vídeos. O Impresso e compatível com o formato de arquivo do Microsoft®; PowerPoint e também pode salvar seus trabalhos em vários formatos gráficos, incluindo o Macromedia Flash (SWF).

✓ D**RAW**

O Draw é uma ferramenta de desenho vetorial que pode produzir tudo, desde simples diagramas e fluxogramas ate artes em 3-D. Sua função de Conectores Inteligentes permite que defina seus próprios pontos de conexão. Pode utilizar o Draw para criar desenhos e usá-los em qualquer um dos outros componentes do LibreOffice, e pode criar seus próprios cliparts e adicioná-los a Galeria. O Draw pode importar gráficos de muitas dos formatos mais comuns e salvá-los em mais de 20 formatos, incluindo PNG, HTML, PDF e Flash.

➢ **T*REINAMENTO X IMPLANTAÇÃO***

O treinamento foi realizado pelos instrutores/multiplicadores e ministrado por servidores do DIAI e por servidores do DIOP com duração estimada de 1 mês. No treinamento foi aplicada a ferramenta Writer e/ou Calc nas próprias divisões de cada departamento da SEMAD e posteriormente será estendido as demais Secretarias, Coordenadorias e Fundações.

ANTIVIRUS NAS SECRETARIAS

T*REINAMENTO*

Treinamento de 10 (dez) técnicos das divisões de Apoio à Informática (DIAI/DRTI/SEMAD), Operação e Produção (DIOP/DRTI/SEMAD), Rede e Conectividades (DIRC/DRTI/SEMAD) e Suporte (DISU/DRTI/SEMAD);
Treinamento: 1º Semestre de 2012 e término após 20 horas de efetivo curso.

I*MPLANTAÇÃO*

Houve teste de performance e compatibilidade do antivírus nos servidores e microcomputadores existentes na Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, sendo verificado a instalação de versões diferentes (versão 6.0 do antivírus) em estações de trabalho com baixo desempenho (Processadores Celeron/AMD K6-2 450 Mhz e memória Ram abaixo de 1GB) e a (versão 8 do Antivírus) para estações de trabalho e servidores com desempenho acima(Processadores Pentium IV , Dual Core ou superiores com memória Ram de 2 GB) , sendo a Divisão de Apoio da Informática (DIAI/DRTI/SEMAD) , responsável pelo gerenciamento do Servidores de Antivírus com assessoria técnica da Divisão de Rede e Conectividades (DIRC/DRTI/SEMAD) e Suporte (DISU/DRTI/SEMAD) com a instalação externo. Instalou-se antivírus em 10 servidores e 427 computadores das secretarias e demais instituição que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

GLPI – GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ***QUE É***

Solução de fonte aberta parque informático de gestão e de helpdesk, GLPI é uma aplicação integral da Web para gerenciar todos os seus problemas de gestão parque ciência: a gestão do inventário de hardware e software componentes de um computador parque a gestão da assistência aos usuários .Solução de fonte aberta parque informático de gestão e de helpdesk, GLPI é uma aplicação integral da Web para gerenciar todos os seus problemas de gestão parque ciência: a gestão do inventário de hardware e software componentes de um computador parque a gestão da assistência aos usuários.

I***NTEGRAÇÃO ENTRE O OCS E GLPI***

Integração é importante devido ao Sistema de Inventário para Equipamento de Informática “OCS Inventory” ser integrado ao Sistema de Gerenciamento de Recursos de Tecnologia da Informação “GPLI”, havendo uma maior precisão no controle de Equipamento de Informática (Computadores , Notebook , Netbook) e consultas de impressoras existentes nas secretarias, autarquias e fundações do município de Porto Velho/RO.

Analisando com profundidade o sistema de Gerenciamento de Recursos de Tecnologia da Informação “GPLI” , ter diversas funcionalidades , verificando-se que a controle de fornecedores , help desk , banco de conhecimento (Incidência e problemas comuns no suporte ao usuário).

P*ROJETO OCS*

I***NTRODUÇÃO***

OCS Inventory é um excelente software GPL para obter informações a partir de componentes de hardware e software instalado em computadores que executam sistemas operacionais Windows ou UNIX-like (há também alguns clientes não oficiais para rodar em outras plataformas).

O***BJETIVO GERAL***

O Objetivo do uso do OCS Inventory na Prefeitura Municipal de Porto Velho é para ter um controle maior do Hardware da Prefeitura e dos Softwares instalado nas máquinas.

O***BJETIVO ESPECÍFICO***

O “OCS Inventory” será usado para controle de Hardware e Software e além disso o Banco de

Dados do OCS será estudado para uma adaptação Futura de um Banco de Dados que terá a informação do Hardware da Prefeitura Inteiro, tudo que for referente a equipamentos eletroeletrônicos relativos a informática, cada tipo de equipamento terá um código de Identificação próprio, no caso dos gabinete (CPUs) o código de identificação será relacionado ao banco do OCS tendo uma confiabilidade maior dos dados cadastrados.

ANEXO I

RELATORIO QUANTITATIVO DE 2009 ATE 06/11/2012

PERÍODO DE 01-01-2009 a 06-11-2012

CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
621	Impressora	DIAI - APOIO
259	Configuração	DIAI - APOIO
256	Aplicativos	DIAI - APOIO
236	Anti-Virus	DIAI - APOIO
224	Analise Técnica	DIAI - APOIO
174	Hardware	DIAI - APOIO
153	Sistema Operacional	DIAI - APOIO
136	Redes	DIAI - APOIO
113	Manutenção Corretiva	DIAI - APOIO
100	Sistema da Ajucel	DIAI - APOIO
50	Troca de hardware	DIAI - APOIO
42	Compartilhamento	DIAI - APOIO
20	Sistema Cadunico	DIAI - APOIO
19	Notebooks	DIAI - APOIO
17	Recuperação de Dados	DIAI - APOIO
11	Criação de Usuário - AD	DIAI - APOIO
10	Construção de Processos	DIAI - APOIO
8	Novo Perfil de Usuario	DIAI - APOIO
7	Analise de Sistema e Teste	DIAI - APOIO
6	Alteração de especificações	DIAI - APOIO
5	Mala Direta	DIAI - APOIO
5	Levantamento de Licenças	DIAI - APOIO
3	LibreOffice - Calc	DIAI - APOIO
3	Projetos BROFFICE	DIAI - APOIO
3	LibreOffice - Writer	DIAI - APOIO
3	LibreOffice - Writer	DIAI - APOIO
2	Incompatibilidade com Libreoffice_Office	DIAI - APOIO
2	Troca de Equipamento de Informática	DIAI - APOIO
2	Projeto Básico	DIAI - APOIO
2	Analise Técnica de Sistemas Web	DIAI - APOIO
2	Levantamento para PDTI	DIAI - APOIO
2	Suporte BROFFICE	DIAI - APOIO
1	Banco do Conhecimento	DIAI - APOIO
TOTAL		**2575**

PERÍODO DE 01-01-2012 a 06-11-2012

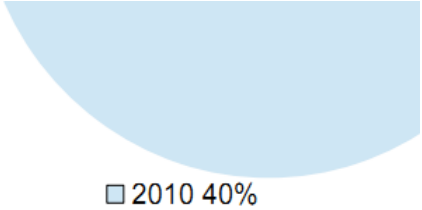
CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
96	Analise Técnica	DIAI - APOIO
44	Impressora	DIAI - APOIO
36	Hardware	DIAI - APOIO
36	Sistema Operacional	DIAI - APOIO
20	Aplicativos	DIAI - APOIO
10	Manutenção Corretiva	DIAI - APOIO
9	Redes	DIAI - APOIO
8	Sistema da Ajucel	DIAI - APOIO
6	Configuração	DIAI - APOIO
6	Troca de hardware	DIAI - APOIO
4	Manutenção Preventiva	DIAI - APOIO
3	LibreOffice - Calc	DIAI - APOIO
3	LibreOffice - Writer	DIAI - APOIO
3	Anti-Virus	DIAI - APOIO
2	Mala Direta	DIAI - APOIO
2	Incompatibilidade com Libreoffice_Office	DIAI - APOIO
1	Analise Técnica de Sistemas Web	DIAI - APOIO
1	Projeto Básico	DIAI - APOIO
1	Troca de Equipamento de Informática	DIAI - APOIO
1	Novo Perfil de Usuario	DIAI - APOIO
1	Sistema Cadunico	DIAI - APOIO
1	Recuperação de Dados	DIAI - APOIO
1	Criação de Usuário - AD	DIAI - APOIO
1	Analise de Sistema e Teste	DIAI - APOIO
TOTAL		**296**

QUADRO COMPARATIVO DOS ANOS DE 2009 ATÉ 2012

O aumento de serviços de 2009 e 2010 , devido a estruturação da secretarias , em relação ao conhecimento da existência do Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização.

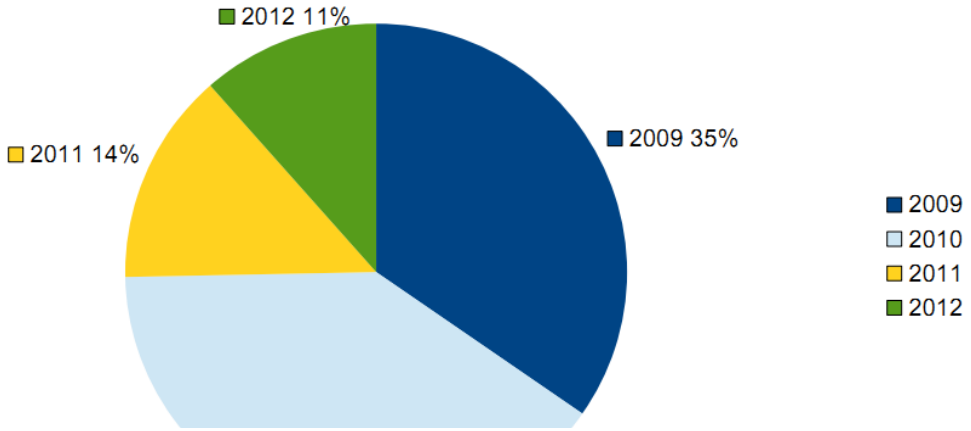
Em relação a redução das chamados em 2012 , foi estruturado internamente o Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Modernização , sendo que após a criação da Divisão de Apoio da Informática , Divisão de Redes e Conectividades e Divisão de Atendimento Técnico , havendo assim uma distribuição de chamadas e novos serviços.



ANEXO II

QUADRO COMPARATIVO DOS ANOS DE 2009 ATÉ 2012

2009	2010	2011	2012
892	1031	356	296



Sendo a Divisão responsável pela gerencia e profissionais de Tecnologia da Informação com diversos conhecimentos da área de tecnologia;

DIVISÃO DE ATENDIMENTO TÉCNICO – DIATE/DRTI

A **Divisão de Atendimento Técnica** é subordinada ao Departamento de Recursos de Tecnologia da Informação, tendo como responsabilidade a administração de todos os chamados técnicos de informática, além de controlar a entrada e saída dos equipamentos e material de consumo de informática; controlar os equipamentos em garantia; Controlar o acesso aos Sistemas Administrativos, bem como o cadastro de acesso a Internet.
Para a execução das atividades mencionadas, a Divisão conta com o quadro técnico de 5 (cinco) servidores, sendo 2 (dois) servidores atuando diretamente no atendimento ao público, e 2 (dois) servidores exercendo atividade administrativa junto a Diretoria do departamento, e por fim a chefia auxiliando no direcionamento da equipe, e prestando atendimento nos problemas de maior complexidade.Visando a prestar um melhor atendimento, a Divisão possui canal de comunicação com os usuários por meio ramal, e-mail e comunicador interno (Spark). Além de possuir na página do DRTI, a “Avaliação Técnica”, uma ferramenta na qual possibilita o usuário avaliar o serviço que foi prestado pelo técnico do Departamento.

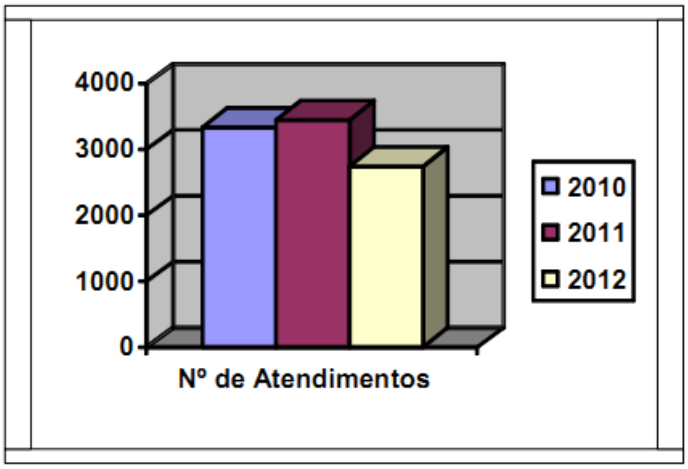
Quadro comparativo geral do triêncio 2010 – 2012

ÁREA DE ATENDIMENTO	CHAMADOS REGISTRADOS
Assistência Técnica	560
DIAI – Divisão de Apoio a Informática	220
DIATE – Divisão de Atendimento Técnico	241
DIDP – Divisão de Desenv. e Programação	212
DIOP – Divisão de Operação e Produção	129
DIRC – Divisão de Redes e Conectividade	530
DISU – Divisão de Suporte	837
TOTAL	**2.729**

Quadro 1 - Fonte: Sistema de Atendimento ao Usuário de Informática – Sauin

Quadro Geral Comparativo dos Exercícios de 2010, 2011 e 2012			
	2010	2011	2012
QTDE DE ATENDIMENTOS	**3.319**	**3.445**	**2.729**

Quadro 2 - Fonte: Sistema de Atendimento ao Usuário de Informática – Sauin



Conforme observado no Quadro 2, houve um decréscimo do número de abertura de chamados técnicos, em torno de 26%, no exercício de 2012, em comparação ao ano anterior. Quanto ao exercício de 2011, percebe-se que o número de chamadas se mantiveram proporcionais ao exercício anterior.Vale destacar que, no exercício de 2012, o DRTI realizou uma ampliação em seu quadro técnico, passando com isso, a prestar um melhor atendimento nas demandas existentes, especialmente no serviço de manutenção preventiva, motivo pelo qual se justifica o decréscimo no número de ocorrências no período. Considera-se dessa forma, um fator positivo ao serviço prestado pelas demais divisões que compõem o departamento, uma vez que o menor número de ocorrência, leva ao entendimento de que o serviço está sendo prestado com qualidade, seja na ação preventiva, ou corretiva.Concernente a atividade administrativa, foram realizadas, além de instrução de processos, a elaboração de Ofícios, Memorandos e expedição de Ordens de Serviços à Contratada locadora dos Sistemas administrativos, conforme destacado no quadro abaixo.

Quadro Geral Comparativo – 2010 a 2012			
	2010	2011	2012
Memorandos	432	293	241
Ofícios	263	195	254
Ordens de Serviço	182	123	78

Quadro 3 – Fonte: Diate

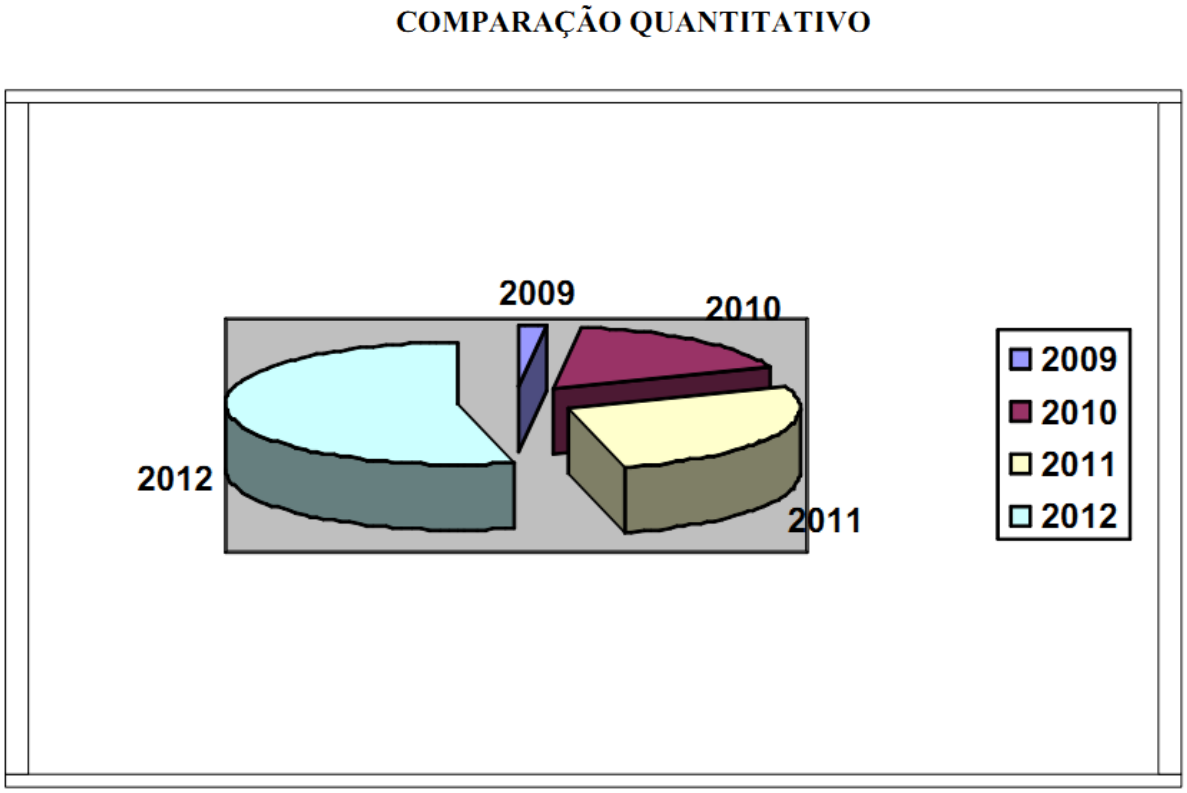
Destaca-se que As Ordens de Serviços são encaminhadas pelo DRTI, a pedido das solicitações dos setores que utilizam o sistema, com a finalidade de realização de manutenções corretivas, evolutivas/adaptativas. Ressalta-se que compete a Comissão de Fiscalização do contrato realizar o devido acompanhamento dos atendimentos das solicitações.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMAÇÃO – DIDP

A Divisão **desenvolveu as atividades a seguir:**

24. Desenvolvimento do sistema de diário oficial eletrônico – SEMAD;
25. Desenvolvimento do sistema de Gestão de concessão – SEMTRAN;
26. Sistema de hora/máquina (SHM) - SEMUSB;
27. Sistema de controle de ocorrências referente a limpeza urbana (SICO) – SEMUSB;
28. Sistema de Inscrição de processo seletivo simplificado – SEMUSA/SEMAD;
29. Desenvolvimento do novo layout do site oficial da Prefeitura de Porto Velho – SEMAD;
30. Desenvolvimento de portais (Servidor, Logística, Compras/licitação, SEMAD, DRTI, Legislação) para compor o site da Prefeitura de Porto Velho – SEMAD;
31. Transparência –Sistema de Consulta pública – SEMAD;
32. Sistema de controle orçamentário – ASTEC/SEMAD;
33. Sistema de Qüinqüênio -CMRH/SEMAD;
34. Sistema de publicação de Legislação – SEMAD;
35. Sistema de simulação de aposentadoria – SEMAD;
36. Sistema para o concurso Servidor inovador - SEMAD
37. Manutenção e criação de relatórios do SIJUM (Sistema de Informação da Junta Médica);
38. Manutenção e implementação de novas funções para o Sistema de Automação de Produtividades – PGM;

39. Adaptação do Projeto Básico e-cidade;



DIVISÃO DE OPERAÇÃO E PRODUÇÃO – DIOP

Em 2012 a Divisão realizando todos os procedimentos técnicos de serviços na Prefeitura do Município de Porto Velho e mais as seguintes atividades:

- Análise da apresentação de todas as configurações dos equipamentos de informáticas nos processos abertos pela Prefeitura, gerando documentos de despacho;
- Realizou juntamente com o DIAI pesquisa de novas tecnologias para atualizar as configurações de equipamentos da Prefeitura;
- Desenvolveu treinamento do libre office em todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Porto Velho;
- Ofereceu suporte on-line, via remoto, e por telefone, com relação aos sistemas administrativos e ferramentas utilizadas por esta Prefeitura;
- Operacionalizou e fiscalizou todas as instalações e reinstalações de todas as versões dos sistemas administrativos e ferramentas desta prefeitura;
- Acompanhou o treinamento do sistema administrativo da Junta Médica (SIJUM),para operacionalizar, instalar e dar suporte para os usuários;
- Atendimentos externos aos preventivos;
- Treinamento por um período de 03 (três) meses do sistema específico para uso na Procuradoria do Município de Porto Velho (SAP – SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE PRODUTIVIDADE);

CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO (2009 a 2012):

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
286	Sistemas administrativos	DIOP - OPERAÇÕES
650	Análise Técnica	DIOP - OPERAÇÕES
137	Sistemas específicos	DIOP - OPERAÇÕES
91	Aplicativos	DIOP - OPERAÇÕES
65	Microcomputador	DIOP - OPERAÇÕES
38	Software	DIOP - OPERAÇÕES
35	Configuração de impressora	DIOP - OPERAÇÕES
9	Manutenção Preventiva	DIOP - OPERAÇÕES
949	Despachos	DIOP - OPERAÇÕES
TOTAL		**2.260**

PERÍODO DE 01-02-2009 a 30-12-2009

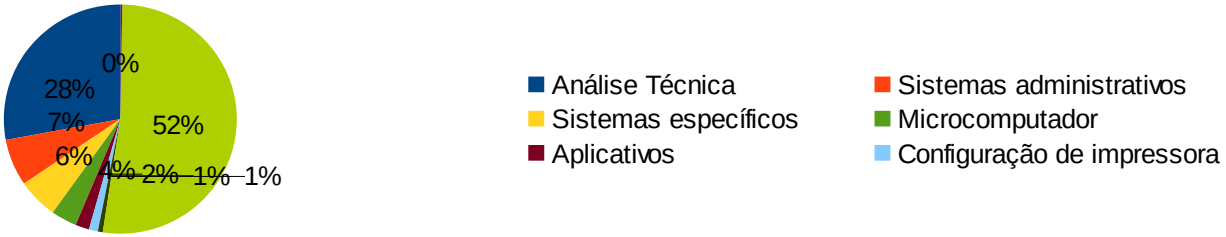
CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO:

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
144	Sistemas administrativos	DIOP - OPERAÇÕES
35	Aplicativos	DIOP - OPERAÇÕES
33	Sistemas específicos	DIOP - OPERAÇÕES
13	Software	DIOP - OPERAÇÕES
76	Analise técnico	DIOP - OPERAÇÕES
150	Despachos	DIOP - OPERAÇÕES
TOTAL		**451**

PERÍODO DE 01-01-2010 a 30-12-2010

CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO:

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
78	Sistemas administrativos	DIOP - OPERAÇÕES
46	Sistemas específicos	DIOP - OPERAÇÕES
29	Aplicativos	DIOP - OPERAÇÕES
17	Software	DIOP - OPERAÇÕES
180	Análise Técnica	DIOP - OPERAÇÕES
8	Microcomputador	DIOP - OPERAÇÕES
6	Configuração de impressora	DIOP - OPERAÇÕES
3	Manutenção Preventiva	DIOP - OPERAÇÕES
200	Despachos	DIOP - OPERAÇÕES
TOTAL		**567**



PERIODO DE 01-01-2012 a 06-11-2012

CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO:

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
191	Análise Técnica	DIOP - OPERAÇÕES
31	Microcomputador	DIOP - OPERAÇÕES
20	Configuração de impressora	DIOP - OPERAÇÕES
17	Sistemas específicos	DIOP - OPERAÇÕES
16	Sistemas administrativos	DIOP - OPERAÇÕES
12	Aplicativos	DIOP - OPERAÇÕES
6	Software	DIOP - OPERAÇÕES
220	Despachos	DIOP - OPERAÇÕES
1	Manutenção Preventiva	DIOP - OPERAÇÕES
TOTAL		**514**

PERÍODO DE 01-01-2011 a 30-12-2011

CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO:

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
203	Análise Técnica	DIOP - OPERAÇÕES
48	Sistemas administrativos	DIOP - OPERAÇÕES
41	Sistemas específicos	DIOP - OPERAÇÕES
26	Microcomputador	DIOP - OPERAÇÕES
14	Aplicativos	DIOP - OPERAÇÕES
9	Configuração de impressora	DIOP - OPERAÇÕES
5	Manutenção Preventiva	DIOP - OPERAÇÕES
379	Despachos	DIOP - OPERAÇÕES
2	Software	DIOP - OPERAÇÕES
TOTAL		**727**

Entre os anos de 2009 a 2011, como nota-se no gráfico, houve um aumento
significativo dos chamados em função das Secretarias do Município de Porto Velho, estarem adquirindo a novas tecnologias, gerando assim relatórios de conferência, chamados, análise técnicos, despachos e configurações de equipamentos. Logo após em 2012 houve uma diminuição,
em função dos preventivos realizados e principalmente a pouca compra de novos produtos de TI realizados em todo o Município de Porto Velho.

DIVISÃO DE REDES E CONECTIVIDADES – DIRC/DRTI

A Divisão contribui administrando os recursos tecnologia da informação de redes computacionais, bem como suporte e manutenção da mesma, a equipe de 9 (nove) profissionais, desempenhando as atividades relacionadas abaixo:

- Monitoramento de acesso dos usuários nas unidades administrativas, comunicação de rede,
uso indevido de contas de acesso por mais de um usuário e conteúdo indevido;
- Resolução de problemas de conectividades de rede interna (switch, roteador e Access Point) e configurações locais de rede nas maquinas (Sempla, I Conselho Tutelar, Semas-Bolsa Familia, Semepe, Semagric, Semad, Semob, Semes, Funcultural, Semdestur, Semusb-Astec, DITO, Coordenadorias da Mulheres, Conselho Educação Semed, Rafael Vaz e Silva-Semusa, Semed, Semusa, Gabinete do Prefeito, Almoxarifado Semad e Semtran) ;
- Monitoramento de funcionamento e desempenho dos servidores de redes sendo;
- Rotinas de Backup diária, semanal e mensal com os microcomputadores servidores que possuem Banco de Dados ou arquivos de usuários;
- Gerenciamento da instalação de novos circuitos, mudança, reparo e cancelamento nas unidades de apoio que necessitam de acesso à Internet;
- Gerenciamento e acompanhamento da instalação da rede de Fibra Ótica e rede wireless da Cidade Digital da Prefeitura Municipal de Porto Velho;
- Instalação, configuração e manutenção dos servidores de aplicação na área de saúde;
- Manutenção e suporte dos equipamentos e sistemas do projeto do Porto Velho On-line;

CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO (2010):

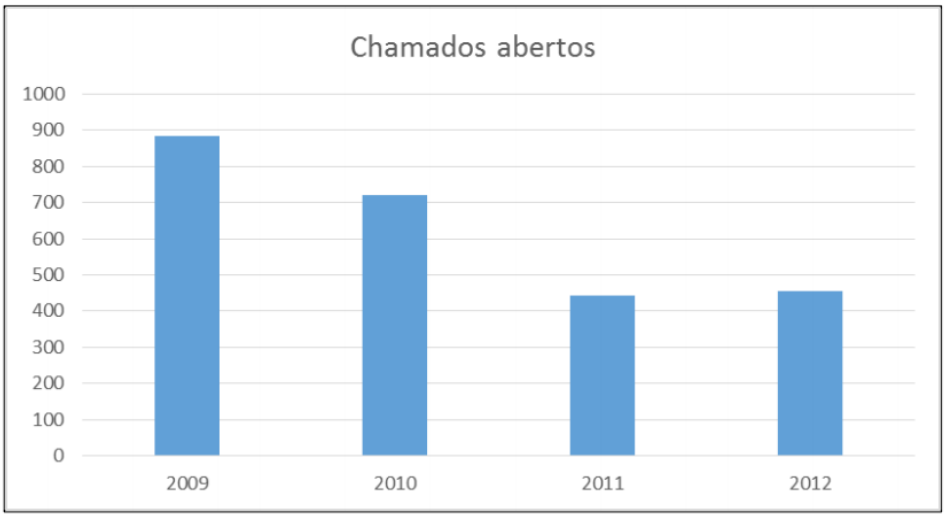
QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
220	Conectividade	DIRC - REDES
135	Acesso a Internet	DIRC - REDES
80	Usuário no Domínio	DIRC - REDES
69	Configuração de rede	DIRC - REDES
62	Levantamento	DIRC - REDES
40	Usuário para Internet	DIRC - REDES
30	Ponto de rede	DIRC - REDES
23	Acesso ao Spark	DIRC - REDES
19	Arquivos no Domínio (Orca)	DIRC - REDES
13	Instalação da Rede Lógica Interna	DIRC - REDES
7	Sistema de Câmera	DIRC - REDES
6	Compartilhamento	DIRC - REDES
5	Transferência de Telefone	DIRC - REDES
5	Configuração no Servidor	DIRC - REDES

CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO (2011):

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
109	Conectividade	DIRC - REDES
66	Usuário no Domínio	DIRC - REDES
50	Acesso a Internet	DIRC - REDES
41	Configuração de rede	DIRC - REDES
34	Usuário para Internet	DIRC - REDES
33	Levantamento	DIRC - REDES
19	Ponto de rede	DIRC - REDES
18	Acesso ao Spark	DIRC - REDES
15	Configuração no Servidor	DIRC - REDES
11	Análise Técnica	DIRC - REDES
10	Sistema de Câmera	DIRC - REDES
9	Arquivos no Domínio (Orca)	DIRC - REDES
8	Instalação da Rede Lógica Interna	DIRC - REDES
6	Liberação de Site(S)	DIRC - REDES
5	Compartilhamento	DIRC - REDES
4	Alteração de Senha - Internet	DIRC - REDES
2	Transferência de Telefone	DIRC - REDES
2	Redefinição de Senha	DIRC - REDES
TOTAL		**442**

CHAMADOS FECHADOS - PROBLEMAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO (2012):

QUANTIDADE	PROBLEMA	ÁREA DE ATENDIMENTO
121	Acesso ao Spark	DIRC - REDES
81	Acesso a Internet	DIRC - REDES
70	Conectividade	DIRC - REDES
34	Usuário para Internet	DIRC - REDES
33	Configuração de rede	DIRC - REDES
26	Usuário no Domínio	DIRC - REDES
21	Liberação de Site(S)	DIRC - REDES
16	Análise Técnica	DIRC - REDES
14	Levantamento	DIRC - REDES
14	Ponto de rede	DIRC - REDES
7	Instalação da Rede Lógica Interna	DIRC - REDES
6	Arquivos no Domínio (Orca)	DIRC - REDES
4	Configuração no Servidor	DIRC - REDES
3	Alteração de Senha - Internet	DIRC - REDES
3	Sistema de Câmera	DIRC - REDES
2	Compartilhamento	DIRC - REDES
TOTAL		**455**



No ano de 2012, o destaque para os chamados referente ao Acesso ao Spark foi devido o mesmo ser implantado em Março de 2012.

Comparativos de Chamados Abertos nos últimos 4 anos				
ANO	2009	2010	2011	2012
Chamados	883	720	442	455

Soluções projetadas:
Interligação dos prédios próprios por rede de fibra óptica, com 33Km de extensão (com aquisição de todos os ativos da rede);
Interligação dos prédios alugados por rede wireless, com a construção de 4 torres galvanizadas, autoportantes de 50m (com aquisição de todos os ativos da rede);
Infraestrutura de rede interna para conexão na nova rede (Rack, aterramento, switchs, no-breaks, tomadas elétricas e lógicas);
Aquisição de equipamentos para a implantação de Telefonia IP (VoIP);
Aquisição de sistema de monitoramento de trânsito.

Benefícios:
Redução do custo com interligação de prédios públicos municipais;
Redução de custo com ligações (Ramais Virtuais);
Maior controle das ligações telefônicas;
Maior segurança no tráfego de voz;
Maior segurança e controle da rede local (LAN);
Facilidade de ampliação da rede através da aquisição de kits de acesso à rede wireless – SRP (Escolas, Centros de Saúde, CRAS, Conselhos Tutelares, etc);
Distribuição de sinal de Internet, gratuito, aos munícipes.
Possibilidade de implantação de semáforos inteligentes e maior controle do tráfego.

INVESTIMENTOS REALIZADOS:

	VALORES INVESTIDOS (R$)				
DESCRIÇÃO	RECURSOS PRÓPRIOS (R$)	COMPENSA-ÇÃO SOCIAL - USINAS (R$)	GOVERNO FEDERAL (R$)	ADITIVOS (R$)	VALOR TOTAL (R$)
FASE 1: FIBRA ÓPTICA – 33Km + INFRAESTRUTURA INTERNA + DATACENTER + ATIVOS DA REDE	1.211.984,00	-	-	211.946,10 (17,49%)	1.423.930,10
FASE 1: REDE WIRELESS – 1 TORRE GALVANIZADA 50m + INFRAESTRUTURA + 7 RÁDIOS 5.8GHZ + ATIVOS DA REDE	-	486.228,28	-	Não Houve	486.228,28
FASE 1: INTERNET GRATUITA – RÁDIOS 2.4GHZ + INFRAESTRUTURA + MONITORAMENTO DA REDE + CONTROLE	120.946,00	-	-	Não Houve	120.946,00
FASE 2: CIDADE DIGITAL: 1 TORRE + 1 RÁDIO 5.8GHZ + 7 RÁDIOS 2.4GHZ + INFRAESTRUTURA	240.000,00	-	300.000,00	Em Licitação	540.000,00
FASE 3: CIDADE DIGITAL: 2 TORRES + 2 RÁDIOS 5.8GHZ + 5 RÁDIOS 2.4GHZ + INFRAESTRUTURA + TELEFONIA IP + CAMERAS DE TRÂNSITO	200.000,00	-	1.000.000,00	À Licitar	1.200.000,00

INVESTIMENTOS REALIZADOS(ADM):

Após a conclusão de toda a rede administrativa, com a inclusão de todos os órgãos municipais, escolas, centros de saúde e centros sociais, além de um serviço mais seguro e de melhor qualidade, com link de comunicação mínimo de 3Mbps, a economia gerada será muito maior.

ECONOMIA GERADA:

ECONOMIA MENSAL GERADA DE IMEDIATO FACE AOS INVESTIMENTOS REALIZADOS.	LINK DE DADOS (R$) / MÊS	RAMAIS VIRTUAIS (R$) / MÊS	DESPESA MENSAL COM TELEFONIA (R$) (REDUÇÃO PREVISTA DE 60%)	TOTAL MENSAL (R$)
SEMAD	122.421,38	10.888,84	31.219,40	164.529,62
SEMED	172.532,76	4.699,25	68.254,95	245.486,96
SEMUSA	894,26	-	24.449,54	25.343,80
TOTAL	295.848,40	15.588,09	123.923,89	435.360,38

RETORNO DO INVESTIMENTO: 5 MESES E 3 DIAS

Serviços Disponíveis:
Interligação de todas as secretarias, através de uma rede mais eficiente e mais segura;
Maiores velocidades de interligação;
Internet gratuita para população, cujo retorno do investimento é incalculável;
Possibilidade de instalação de câmeras de monitoramento de trânsito e em prédios públicos.

DIVISÃO DE SUPORTE – DISU/DRTI

A Divisão atende às solicitações de atendimento interno e externo como serviços de hardware e software nas CPU´s, que não estiverem na garantia, backup, formatação, instalação do Sistema Operacional, aplicativos e ferramentas necessárias para o bom desempenho dos serviços informatizados da Prefeitura. Atualmente a Divisão de Suporte – DISU possui uma equipe de 7 (SETE) profissionais, que desempenham as atividades gerais dessa divisão, além das atividades específicas de acordo com o seu cargo, conforme demonstra a tabela abaixo:

INVESTIMENTOS REALIZADOS (ADM):

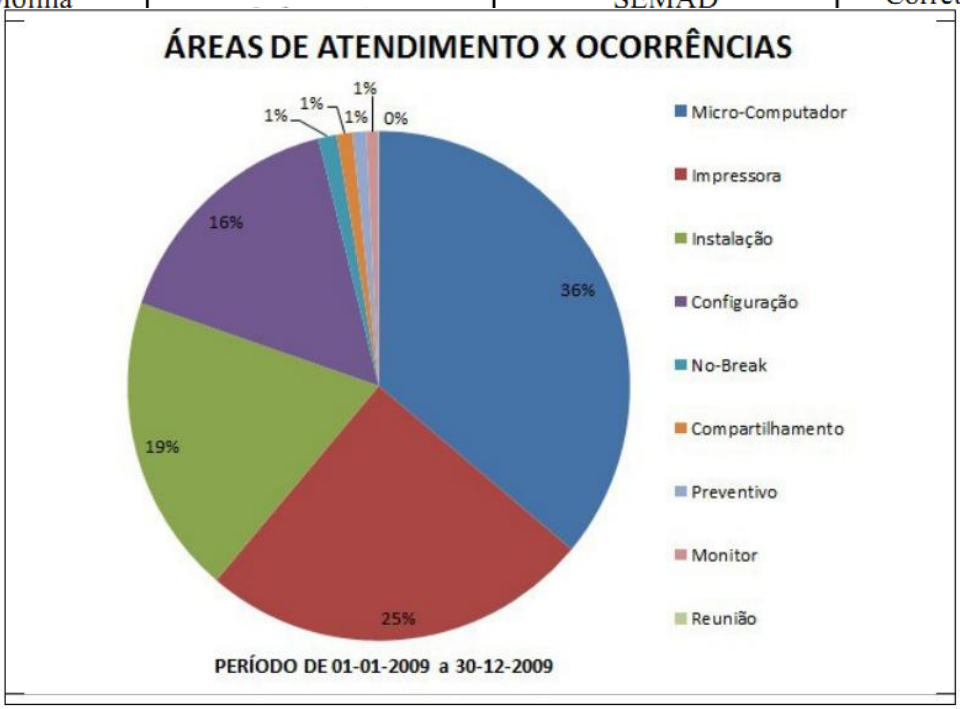
	FIBRA ÓPTICA	REDE WIRELESS	TELEFONIA IP	TOTAL
INVESTIMENTOS NA REDE ADMINISTRATIVA	1.423.930,10	486.228,28	308.851,43 (Previsão)	2.219.009,81

ECONOMIA GERADA:

	LINK DE DADOS (R$) / MÊS	RAMAIS VIRTUAIS (R$) / MÊS	DESPESA MENSAL COM TELEFONIA (R$) (REDUÇÃO PREVISTA DE 60%)	TOTAL MENSAL (R$)
ECONOMIA MENSAL GERADA DE IMEDIATO FACE AOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	34.792,91	10.888,84	31.219,40	76.901,15

RETORNO DO INVESTIMENTO: 28 MESES OU 2 ANOS E 4 MESES

Nome	Cargo	Local de Trabalho	Atribuições
Ana Maria*	Assessor	SEMAD	Manutenção Preventiva e Corretiva em
Felipe Molina	Técnico de T. da	SEMAD	
Ig			
Ma			
Paul			
Igc			
Er			



Dem

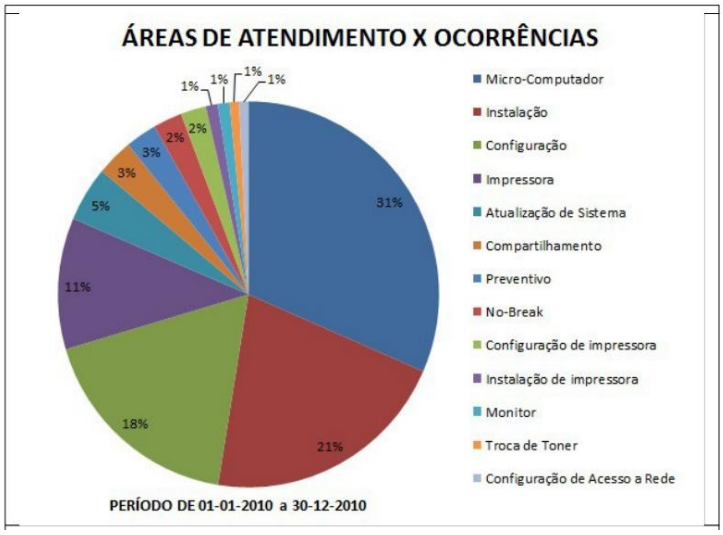
Data	Secretaria	N° de Máquinas
17/jul	SEMDESTUR	35
01/ago	SEMUR	50
05/out	SEMAD	170
22/out	SEMA	41
23/out	FUNESCOLA	7
23/out	FUNCULTURAL	11
24/out	SEMUSB	43
24/out	SEMAS	70
25/out	SEMAGIRC	19
26/out	SEMES	12
29/out	SEMOB	19
30/out	CGM	47
05/nov	SEMPLA / SEMEPE /SEMPRE	107

onstrativo da escala de secretarias atendidas

RESULTADOS

Em 2012, a partir dos relatórios técnicos gerados pelo sistema SAUIN,foram realizados 952 atendimentos.

GESTÃO 2010: PERÍODO DE 01-01-2010 a 30-12-2010
CHAMADOS CONCLUÍDOS (ENCERRADOS) – OCORRÊNCIAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO



Neste período de 2010 teve uma redução significativa em relação ao ano anterior por causa de reorganização dos serviços e procedimentos e também a distribuição das tarefas.

GESTÃO 2011: PERÍODO DE 01-01-2011 a 30-12-2011
CHAMADOS CONCLUÍDOS (ENCERRADOS) – OCORRÊNCIAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO

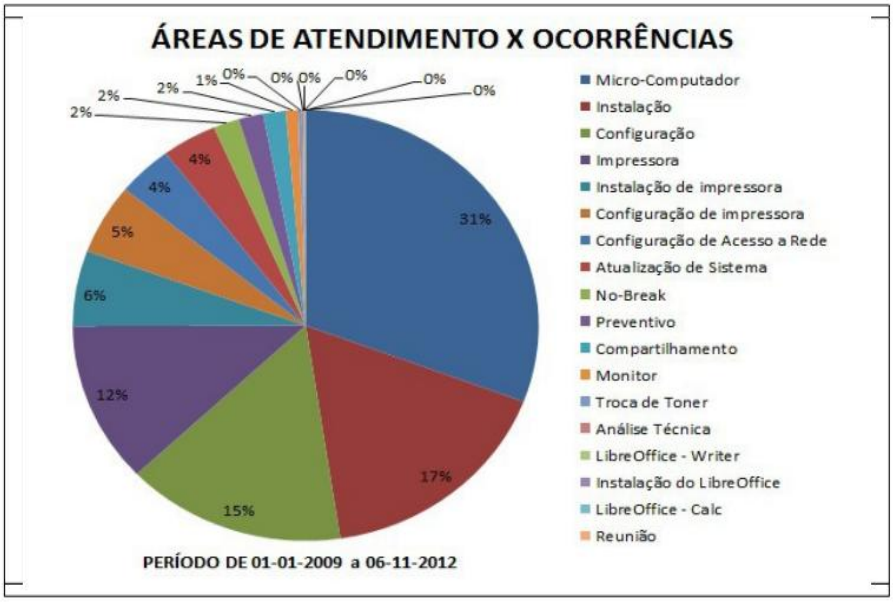
Neste período de 2011 o leve aumento de chamados foi causado pelo aumento da demanda de serviços e chamados e também pela conclusão dos processos de compra o que aumentou o parque de máquinas na Prefeitura.

GESTÃO 2012: PERÍODO DE 01-01-2012 a 06-11-2012
CHAMADOS CONCLUÍDOS (ENCERRADOS) – OCORRÊNCIAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO

Neste período de 2012 a maior redução do número de chamados foi causada pelo o aumento de

técnicos chamados a partir do concurso e também da realização do Preventivo nas Secretarias que se iniciou em julho deste ano.

RESULTADO ACUMULADO: PERÍODO DE 01-01-2009 a 06-11-2012
CHAMADOS CONCLUÍDOS (ENCERRADOS) – OCORRÊNCIAS X ÁREAS DE ATENDIMENTO



DEPARTAMENTO DE RECURSO E GERENCIAMENTO DE COMPRAS- DERGEC

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - DISP

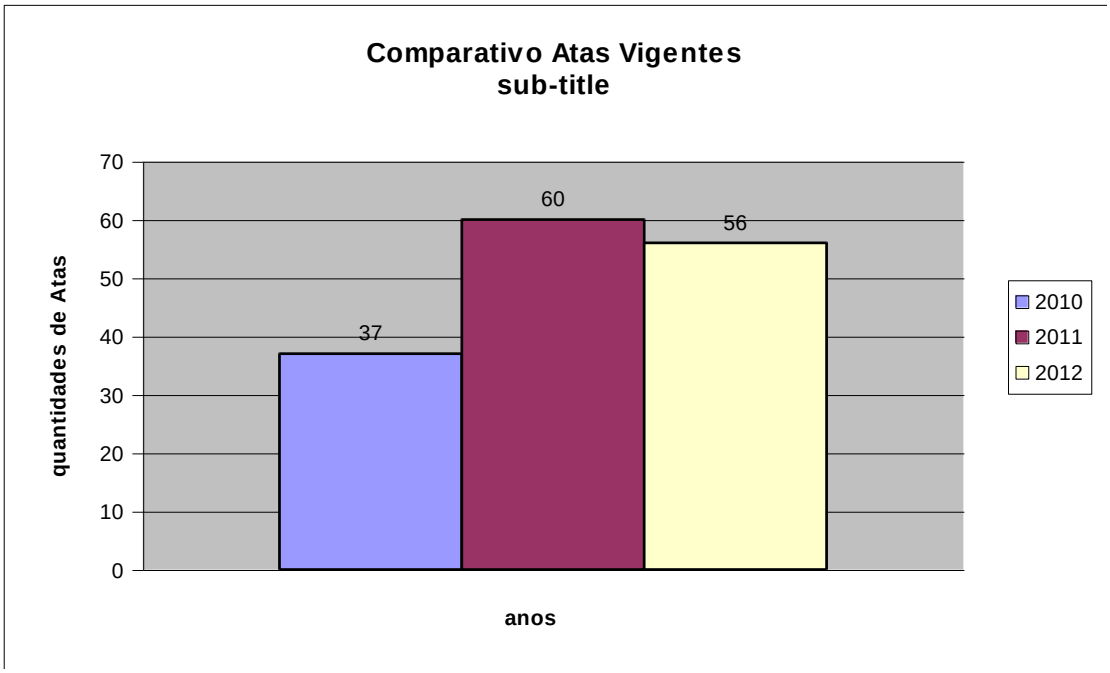
A **Divisão de Suprimentos,** vinculada ao Departamento de Recursos e Gerenciamento de Compras é responsável por manter em sistema adequado a aquisição dos materiais e serviços no âmbito da Prefeitura Municipal, além de supervisionar os serviços de aquisição de materiais permanentes e de consumo, realizar cotações de mercado e elaborar quadro comparativo de preços referente aos processos da SEMAD, verificando e atestando se os preços estão compatíveis com os praticados no mercado e se as empresas pertencem ao ramo de atividade, acompanha, controla e atualiza as Atas do SRP e publica as mesmas no Diário Oficial da União ou quando nelas houverem alterações, gerencia todos os procedimentos relativos à carona no SRP, elabora e emite espelho de empenho e quadro demonstrativo dos processos do SRP e implanta procedimento administrativo de Registro de Preços.

A Divisão é responsável pela **Implantação** e **Gerenciamento** da Atas de Registro de Preços no Município de Porto Velho, demonstra por meio de gráficos um comparativo e o aumento de SRP's implantados nos últimos exercícios, comparando as Atas Vigentes, SRP's Revogados e SRP's que serão implantados em 2012.

Comparativo de Atas Vigentes entre os exercícios de 2010, 2011 e 2012.

COMPARATIVO DE ATA VIGENTE		
Exercício de 2010	Exercício de 2011	Exercício de 2012
37	**60**	**56**
x	**62,16%**	**-7%**
Houve um crescimento no quantitativo de Atas Vigentes em 62**%** comparando o exercício de 2010 com relação ao exercício 2011. E houve um decréscimo no quantitativo de Atas Vigentes em - 7% (menos sete por cento)		

comparando o exercício de 2011 com relação ao exercício 2012.
OBS.: Cabe ressaltar que a consolidação de dados do ano de 2011 ocorreu em 25.01.2012. Hoje 09.11.2012 encontram-se a disposição na Coordenadoria Municipal de Licitações – CML 11 (onze) processo de Registro de Preços em fase de licitação, conforme quadro anexo 2.



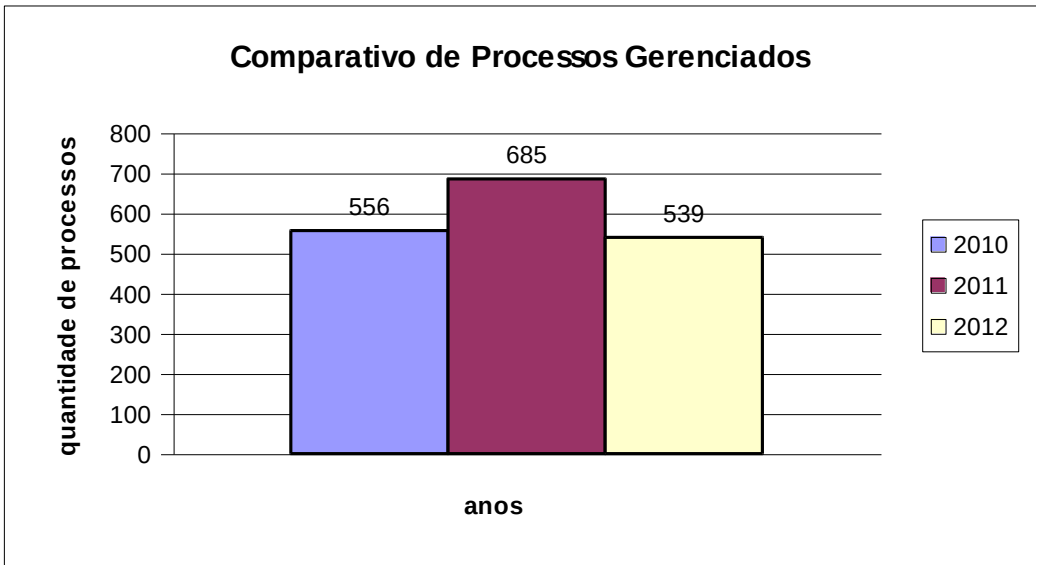
Atas que estão em licitação na Coordenadoria Municipal de Licitações

SRP'S NA LICITAÇÃO		
Item	**Processo**	**Objeto**
1	07.00035/12	AQUISIÇÃO DE MARMITEX, AGUA E LANCHE
2	07.00037/12	AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO
3	07.00123/12	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FRACASSADOS
4	07.00608/12	AQUISIÇÃO DE AGROINDUSTRIA DE PEIXES
5	07.00676/12	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO
6	07.01735/12	AQ. GEN. ALIMENTICIOS NÃO PERECÍVEL(ZONA RURAL)
7	07.01809/12	AQUISIÇÃO DE LEITE INFANTIL

8	07.02817/11	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PENSO 02
9	07.03230/11	CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE FLUVIAL
10	07.03854/11	AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS E CONTÊINERES
11	07.03825.11	UNIFORMES

Comparativo de Processos Gerenciados entre os exercícios de 2010 a 2012.

COMPARATIVO DE PROCESSOS GERENCIADOS		
Exercício de 2010	Exercício de 2011	Exercício de 2012
556	**685**	**539**
X	**23,20%**	**- 27,00%**
Houve um crescimento no quantitativo de Processos Gerenciados em 23,20% comparando o exercício de 2010 com relação ao exercício 2011. Houve um decréscimo no quantitativo de Processos Gerenciados em - 27,00% (menos vinte e sete por cento) comparando o exercício de 2011 com relação ao exercício 2012. OBS.: Cabe ressaltar que a consolidação de dados do ano de 2011 ocorreu em 25.01.2012. Hoje 09.11.2012 encontram-se gerenciados 539 processos o que até o dia 31.12.2012 este numero de fato aumentará conforme a disposição de processos que ainda chegarão para gerenciamento.		



DIVISÃO DE CADASTRO DE FORNECENDORES - DICF

A **Divisão de Cadastro de Fornecedores - DICF**, subordinada ao Departamento de Recursos e

Gerenciamento de Compras - DERGEC, dentro de suas atribuições executou as atividades conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	**QUANTIDADE**
EMISSÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES	63
ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES	42
RENOVAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES	48
TOTAL	**153**

Quadro comparativo de atividades realizadas no período 2010 a 2012

DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	**ANO**			**TOTAL 2010 a 2012**
	2010	**2011**	**2012**	
	QUANT	**QUANT**	**QUANT**	**QUANTIDADE**
CADASTRO DE FORNECEDORES	96	88	63	**247**
ATUALIZAÇÃO DE CADASTROS	132	81	42	**255**
RENOVAÇÃO DE CADASTROS	65	50	48	**163**
TOTAL ANUAL	**293**	**219**	**153**	**665**

Observação: O quantitativo de atividades de 2012 está lançado até outubro de 2012.

DIVISÃO DE EDITAIS E NORMAS LICITATÓRIAS

A **Divisão de Editais e Normas Licitatórias**, do Departamento de Recursos e Gerenciamento de Compras, tem como principal objetivo a Elaboração das Minutas de Editais para a aprovação por parte da Procuradoria Geral do Município, conforme determina o parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.

Demonstrativo das Atividades Realizadas no período de 2009 a 2012

MODALIDADES	2009	2010	2011	2012
CONCORRÊNCIA	13	18	17	12
TOMADA DE PREÇOS	08	28	56	46
CONVITE	173	79	21	-
PREGÃO PRESENCIAL				
SERVIÇOS	79	82	59	02
AQUISIÇÃO	44	65	16	-
PREGÃO PRESENCIAL EXCLUSIVO				
AQUISIÇÃO	00	11	25	26
SERVIÇOS	02	13	12	08
PREGÃO ELETRÔNICO				
AQUISIÇÃO	133	94	133	59

SERVIÇOS	02	01	76	55
SRP - PREGÃO ELETRÔNICO				
AQUISIÇÃO	12	10	51	57
SERVIÇOS	02	-	4	02
SRP - PREGÃO PRESENCIAL				
AQUISIÇÃO	15	28	10	02
SERVIÇOS	07	03	1	01
TOTAL	**490**	**404**	**481**	**270**

Vale ressaltar que desde o ano de 2011 houve um relativo aumento na elaboração de editais de Pregão Eletrônico, tendo em vista o cumprimento de recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCER-RO (Decisões nº. 197/2008 e a 254/2008) e Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia (Notificação Recomendatória nº. 01/2011/PGMPC), no qual recomendam a utilização da modalidade Pregão Eletrônico, ao revés do Pregão Presencial.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

A **Divisão de Patrimônio** por meio de uma Comissão composta por 7 profissionais executou os serviços de levantamento patrimonial dos bens imóveis da Prefeitura Municipal de Porto Velho, com o objetivo realizar o Inventário dos mesmos.

Imóveis vistoriados na Zona Agrícola de Porto Velho

Nº de Ord.	Escola	Endereço
1	EMEF FLOR DO CUPUAÇU	BR 364 - Km 42 -Sentido Rio Branco (direita), Assentamento Santa Rita
2	U.S. SANTA RITA	BR 364 - Km 32 - Sentido Rio Branco (direita), Assentamento Santa Rita
3	EMEF TANCREDO NEVES	BR 364 - Sentido Rio Branco (direita) - Estrada do Morrinhos
4	EMEF MARIA ANGELICA QUEIROZ DE OLIVEIRA	BR 364 - Km 32 - Sentido Rio Branco (esquerda) - Gleba das Garças
5	EMEF MANOEL PEDRO PEREIRA	BR 364 - Km 24 - Sentido Rio Branco
6	EMEF ANTÔNIO AUGUSTO VASCONCELOS	BR 364 - Sentido Rio Branco (direita) - Nova Teotônio
7	U.S. NOVA TEOTÔNIO	BR 364 - Sentido Rio Branco (direita) - Nova Teotônio
8	EMEF JOAO AFRO VIEIRA	BR 364 - Sentido Rio Branco (direita) - Vila Princesa
9	EMEF SANTO ANTÔNIO I	Estrada do Santo Antônio
10	U.S. SANTO ANTÔNIO	Estrada do Santo Antônio
11	EMEF PROF. MANOEL GRANGEIRO	Estrada do Japonês, Colonia Viçosa
12	EMEF ERIALDO GOMES DO CARMO	Estrada do Japonês, Colonia 13 de Setembro
13	EMEF MORVAN FREIRE BRASIL	Est. Areia Branca - Km 08
14	EMEF JERUSALÉM DA AMAZONIA	BR 364 - Sentido Cuiabá (direita) - Km 13
15	EMEF FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA	Br 364 - Sentido Cuiabá (esquerda) - Km 13 - Setor Hortifrutigrangeiro
16	EMEF BOHEMUNDO ALVARES ALFONSO	Estrada dos Periquitos - Km 10
17	EMEF PROGRESSO	Linha Progresso - Ulisses Guimarães
18	EMEF VISTA ALEGRE	Av. Calama - Gaspar Alexio - Bairro São José

Nº de Ord.	Escola	Endereço
19	EMEF PAU BRASIL	Estrada do Belmonte – Km 13 - FrigoPorto
20	EMEF PROF. ANTÔNIO DOS SANTOS	Estrada do Belmont - Km 18
21	EMEF HEITOR VILA LOBOS	Estrada do Belmont - Amparo – Médio Madeira (barco) ou BR-319
22	EMEF IRMÃ HELENA FALCAO	Estrada do Belmont - São Miguel – Médio Madeira (barco) ou BR-319
23	U.S. SÃO MIGUEL	Estrada do Belmont - São Miguel – Médio Madeira (barco) ou BR-319
24	EMEF ERMELINDO MONTEIRO BRASIL	BR-319 Km 01 - Próximo à Balsa
25	EMEF RIACHO AZUL	BR 319 - Antes do Joana d'arc - Ramal São Domingos - Assentamento Riacho Azul
26	EMEF JOSE RODRIGUES	BR 319 - Jatuarana – Vila Franciscana
27	EMEF JOSE DE FREITAS	BR 319 - Projeto Joana D'arc I - Linha 09
28	EMEF FLOR DO AMAZONAS	BR 319 - Projeto Joana D'arc III - Linha 17
29	EMEF NOSSA SENHORA APARECIDA	BR- 319 - Humaitá Km 45
30	U.S. TERRA SANTA	Estrada da Penal - Linha 28 de Novembro
31	EMEF UNIAO	Estrada da Penal - Linha 28 de Novembro - Km 22
32	U.S. RAMAL 28 NOVEMBRO	Estrada da Penal - Linha 28 de Novembro - Km 22
33	EMEF DEIGMAR MORAIS DE SOUZA	Estrada da Penal - Cujubim Grande
34	U.S. CUJUBIM GRANDE	Estrada da Penal - Cujubim Grande
35	EMEF JAIME DE ALENCAR	Estrada da Penal - Cujubinzinho
36	EMEF FRANCISCO JOSE CHIQUILITO COIMBRA ERSE	Estrada da Penal - P.A. Aliança – Ramal 28 de Novembro - Km 42
37	EMEF PROFª MARIA ANGELICA QUEIROZ DE OLIVEIRA	Estrada da Penal - Localidade de Nova Alianza
38	EMEF VALE DO JAMARI	Estrada da Penal - Rio Jamari - Calderita P.A. Alianca (Direita após a Vala)
39	U.S. VALE DO JAMARI	Estrada da Penal - Rio Jamari - Calderita P.A. Alianca (Direita após a Vala)
40	EMEF RIO VERDE	Estrada da Penal - Localidade de Jamarí
41	EMEF PROFª ALZIRA FALCÃO	Estrada da Penal - Localidade de Bom Searazinho
42	EMEF SÃO LUIS GONZAGA	Estrada da Penal - Localidade Brasileira
43	EMEF PROFª MARIA JACIRA FEITOSA DE CARVALHO	Rua Cafelândia, Centro - Nova Califórnia
44	GINÁSIO NOVA CALIFÓRNIA	Rua Cafelândia, Centro - Nova Califórnia
45	ADMINISTRAÇÃO NOVA CALIFÓRNIA	Nova Califórnia
46	EMEF BAIXA VERDE	Ramal Baixa verde Km 50 - Nova Califórnia
47	EMEF SAO CARLOS	Ramal dos Pioneiros Km 37 - Nova Califórnia
48	EMEF UNIAO DA VITORIA	Ramal dos Pioneiros Km 52 - Extrema/N. Califórnia
49	U.S.F NOVA CALIFÓRNIA	Nova Califórnia
50	EMEFM 13 DE MAIO	Extrema
51	EMEF JOSE A DA SILVA	Av. Travessa das Araras Nº 246 - Extrema
52	GINÁSIO POLIESP. EXTREMA	Extrema
53	U.S.F EXTREMA	Extrema
54	EMEF GEDOCY RUAS WOLFF	Linha 05 Km 33 - Extrema
55	U.S.F VISTA ALEGRE DO ABUNÃ	BR 364 Sentido Acre
56	EMEF MARIA CASAROTO ABATI	Rua Ant. Olimpio de Lima, Nº 3238 – Vista Alegre do Abunã
57	GINÁSIO POLIESP. VISTA ALEGRE	Vista Alegre do Abunã
58	EMEF BARAO DO RIO BRANCO	Fortaleza do Abunã
59	GINÁSIO POLIESP. FORTALEZA DO ABUNÃ	Fortaleza do Abunã
60	ADMINISTRAÇÃO DE FORTALEZA DO ABUNÃ	Fortaleza do Abunã
61	U.S.F FORTALEZA DO ABUNÃ	Fortaleza do Abunã
62	GINÁSIO POLIESP. ABUNA	Fortaleza do Abunã, Av. Principal - Centro
63	EMEF MARECHAL RONDON	R. Tiradentes – Centro – Abunã –
64	U.S.F ABUNÃ	BR 364 Sentido Acre
65	EMEF SANTA JULIA (TAQUARA)	BR 364 – RO 425 Entr. Km 17 (Loc. Taquara)
66	EMEF 03 DE DEZEMBRO	Rua Brasília, s/n, União Bandeirante
67	U.S.F UNIÃO BANDEIRANTES	União Bandeirante
68	EMEF VALDECI TEIXEIRA LIMA (pega o pe de galinha) na vol	BR 364, KM 12 Ramal 31 de Março (passa jacy depois do embauba 3 km entra a esquerda)
69	EMEF OLYMPIA SALVATORE RIBEIRO	BR 364 KM 126 – Embaúba
70	EMEF ERNANDES COUTINHO	BR 364/KM 67
71	EMEF NOSSA SENHORA DE NAZARE	Nova Mutum
72	EMEI ENCANTOS DO MUTUM	Nova Mutum
73	ADMINISTRAÇÃO NOVA MUTUM	Nova Mutum
74	U.S.F NOVA MUTUM	Nova Mutum
75	U.S.F Jacy-Paraná (Dr Renato Medeiros)	Rua Sebastião Gomes, 753 - Nova Jacy

Nº de Ord.	Escola	Endereço
76	ASSOCIAÇÃO MULHERES E IDOSOS	Jacy – Paraná -Distrito
77	ADMINISTRAÇÃO JACY	Jacy – Paraná -Distrito
78	EMEF CORA CORALINA	BR 364 km –Distrito J.Parana
79	EMEIEF JOAQUIM VICENTE RONDON	Jacy – Paraná -Distrito
80	EMEI ABC DE JACY	Jacy – Paraná -Distrito
81	EMEF 04 DE AGOSTO	Aldeia Karitiana sentido RB
82	ALOJAMENTO EMEF 04 DE AGOSTO	Aldeia Karitiana sentido RB
83	EMEF RIO PARDO (CONSELHO)	Reserva Bom Futuro - BR 364, Linha 67 Km 98 - (entra pela 66Km esquerda sentido rio branco)
84	U.S.F RIO PARDO	Reserva Bom Futuro - BR 364, Linha 67 Km 98 - (entra pela 66Km esquerda sentido rio branco)
	Será necessário retorno	

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DISG

A **Divisão de Serviços Gerais**, faz parte do Departamento de Recursos Logísticos conta com 18 servidores para atender to às secretarias e demais instituições que compõem a estrutura da Prefeitura do Município de porto Velho, com serviços de roço, limpeza, mudanças, etc Para a execução das atividades dispõe de:

- Seis (06) roçadeiras, das quais somente 03 (três) estão em funcionamento;
- 01 veículo tipo Scort e também é usado pelo DRL e pelo DICR;
- E outros materiais utilizados para a realização das atividades;

Foram realizados 225 atendimentos.

D**IVISÃO DE ALMOXARIFADO CENTRAL – DIAC**

De acordo com as suas competências foram realizados os seguintes serviços de tramitação de processos; lançamento de nota fiscal de material de consumo; entrega de materiais de consumo; emissão de Balancete Mensal:

D**IVISÃO DE CONSERVAÇÃO E REPAROS – DICR**

A **Divisão de Conservação e Reparos** desenvolveu serviços elétricos, carpintaria, hidráulicos, pinturas e alvenaria em 431 unidades físicas da Prefeitura do Município de Porto Velho.

DIVISÃO DA GRÁFICA OFICIAL – DIGO

A **Divisão da Gráfica Oficial** conta co 15 servidores e produziu, 845 formulários solicitados; emitir 501 requisições e reproduziu os serviços abaixo discriminados:

ITEM	TOTAL
ARTES	**4.682**
POLYESTER	**4.793**
CHAPAS	**2.662**
IMPRESSOS	**3.015.410**
MPRESSOS COLORIDO	**500**
ENCADERNAÇÃO ESPIRAL	**5.551**
ENCADERNAÇÃO GRAMPEADO	**363**

COLADO	**20**
CÓPIAS	**331.679**
DIÁRIOS	**142**
SUPLEMENTO	**223**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO — MÊS/ANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD — JANEIRO A OUTUBRO DE 2012
DIVISÃO GRÁFICA OFICIAL – DIGO

SECRETARIA	PAPEL				DISCRIMINAÇÃO DA PRODUÇÃO																		IMPRESSOS	FORMULARIOS RECEBIDOS	REQUISIÇÕES EMITIDAS
	PAPEL A 4	CARTOLINA	CHAMBRIL 75/120/150/180	SUP BOND	DOM/ DIARIO	REQUISIÇÃO GERAL	FICHA GERAL	SOLICITAÇÕES	CAPA DE PROCESO	AUTORIZAÇÃO	CONTROLE	RELATORIO	DECLARANTE	ENCAMINHAMENTO	PLANILHA	ORD.SERVIÇO	TERMO	HEMOGRAMAS	NOTIFICAÇÃO	PANFLETO	REQUIRIMENTO	RECEITUARIO	FORMULÁRIO			
SEMAD	■	■	■			■	■	■	■	■	■		■			■	■		■	■	■		■	158.500	93	45
SEMUR	■	■					■		■				■								■	■	■	71.500	27	26
SEMFAZ	■	■					■		■							■			■			■	■	48.000	24	2
SEMOB	■	■	■			■	■	■			■												■	38.200	23	22
SEMUSA	■	■				■	■	■	■		■	■						■	■		■	■	■	1.380.550	242	127
SEMTRAN	■	■				■	■		■		■	■							■				■	63.800	28	36
SEMAS	■	■				■	■		■						■								■	33.250	26	22
SEMUSB	■					■	■	■	■	■	■	■	■		■								■	36.600	22	18
SEMPLA	■	■				■	■	■	■														■	5.000	7	7
SEMAGRIC	■	■					■		■		■												■	15.900	12	14
SEMED	■	■				■	■		■													■	■	57.100	31	16
SEMA	■	■					■		■														■	5.400	6	10
SEMES	■	■							■			■								■			■	5.500	4	6
SEMPRE	■					■		■			■					■							■	13.500	8	4
SEMDESTUR	■	■				■						■											■	4.000	4	3
GAB. PREFEITO	■	■	■		■	■	■	■	■							■				■		■	■	586.410	73	72
CGM	■																						■	1.500	3	2
EMDUR	■					■	■																■	2.000	3	4
MATERNIDADE	■					■	■	■		■	■	■		■		■		■			■	■	■	239.000	163	39
PROCURADORIA	■	■				■			■															5.600	2	2
IPAM	■					■	■	■														■		206.500	25	10
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	■	■					■								■	■			■					33.200	15	10
FUN.IARIUPA	■																			■			■	4.400	4	4
TOTAL																								**3.015.410**	**845**	**501**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
DEPARTAMENTO DE RECURSO LOGÍSTICO - DRL
DIVISÃO GRÁFICA OFICIAL - DIGO
PRODUÇÃO ANUAL/ JANEIRO A OUTUBRO DE 2012

2012 MESES	FORMULÁRIOS RECEBIDOS	FORMULÁRIOS EMITIDOS	ARTES	POLYESTER	CHAPAS	IMPRESSOS	ENCAD. ESPIRAL	ENCAD. GRAMPIADO	COLADO	CÓPIAS	DIÁRIOS	SUPLEM. DO DOM
JANEIRO	91	112	1.063	1.063	639	279.010	221	-	20	6.163	23	6
FEVEREIRO	76	63	1.286	1.286	648	286.200	154	-	-	5.188	15	3
MARÇO	104	52	669	669	370	362.300	323	-	-	30.588	22	5
ABRIL	126	40	508	584	302	310.750	3.189	-	-	38.961	19	4
MAIO	76	43	441	391	234	218.550	284	-	-	30.646	17	1
JUNHO	95	55	492	557	289	268.890	381	-	-	26.788	21	1
JULHO	91	54	152	163	112	280.300	510	145	-	71.943	25	1
AGOSTO	73	42	32	32	26	360.360	361	218	-	49.955	-	1
SETEMBRO	67	31	17	17	17	369.600	70	-	-	26.870	-	-
OUTUBRO	75	33	22	31	25	279.450	58	-	-	44.577	-	-
TOTAL (10 MESES)	**874**	**525**	**4.682**	**4.793**	**2662**	**3.015.410**	**5.551**	**363**	**20**	**331.679**	**142**	**22**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
DEPARTAMENTO DE RECURSO LOGÍSTICO - DRL
DIVISÃO GRÁFICA OFICIAL - DIGO
PRODUÇÃO ANUAL/ JANEIRO A OUTUBRO DE 2012

2012 MESES	FORMULÁRIOS RECEBIDOS	FORMULÁRIOS EMITIDOS	ARTES	POLYESTER	CHAPAS	IMPRESSOS	ENCAD. ESPIRAL	ENCAD. GRAMPIADO	COLADO	CÓPIAS	DIÁRIOS	SUPLEM. DO DOM
JANEIRO	91	112	1.063	1.063	639	279.010	221	-	20	6.163	23	6
FEVEREIRO	76	63	1.286	1.286	648	286.200	154	-	-	5.188	15	3
MARÇO	104	52	669	669	370	362.300	323	-	-	30.588	22	5
ABRIL	126	40	508	584	302	310.750	3.189	-	-	38.961	19	4
MAIO	76	43	441	391	234	218.550	284	-	-	30.646	17	1
JUNHO	95	55	492	557	289	268.890	381	-	-	26.788	21	1
JULHO	91	54	152	163	112	280.300	510	145	-	71.943	25	1
AGOSTO	73	42	32	32	26	360.360	361	218	-	49.955	-	1
SETEMBRO	67	31	17	17	17	369.600	70	-	-	26.870	-	-
OUTUBRO	75	33	22	31	25	279.450	58	-	-	44.577	-	-
TOTAL (10 MESES)	**874**	**525**	**4.682**	**4.793**	**2662**	**3.015.410**	**5.551**	**363**	**20**	**331.679**	**142**	**22**

DIVISÃO DE ARQUIVO GERAL/DIAG

A **Divisão de Arquivo Geral**, desenvolveu as atividades abaixo relacionadas, implantou o Portal da Transparência atividade grande relevância para o Município.

	QUANTIDADE	
Atividades Desenvolvidas	**JAN A OUT**	**TOTAL**
Licença Prêmio	**282**	**282**
Certidão por Tempo de Serviço	**104**	**104**
Solicitação de Ficha Funcional	**68**	**68**
Solicitação de Ficha Financeira	**72**	**72**
Arquivamento de Processos	**15.836**	**15.836**
Desarquivamento de Processos	**100**	**100**
Documentação Funcional	**62**	**62**
Atendimento de servidores e ex-servidores	**13**	**13**
Atendimento ao público	**15**	**15**

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO MUNICIPAL - DIPM

A **Divisão de Patrimônio Municipal** executou as atividades a seguir:

- Processos Tramitados: **155**

Bens Móveis Permanentes Incorporados: **21.918**

- Termos de Responsabilidade Emitidos: **235, e outras como,**

a) Emissão de Balancete Mensal.
1 Movimentação Diária de Processos;

- Tombamento de Materiais Permanentes;
- Levantamento de Bens Patrimoniais.

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	2012	2011	2010
Processos Tramitados	155	171	145
Bens Móveis Incorporados	21.918	12.386	9.053
Termos de Resp. Emitidos	235	308	180

COMPARATIVO COM OS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS
ANO BASE 2012

Ano	Processos Tramitados	Bens Móveis Incorporados	Termos de Resp. Emitidos
2011	- 10,32%	+ 76,95%	- 31,06%
2010	+ 6,89%	+ 142,10%	+ 30,55%

SEMFAZ

APRESENTAÇÃO

A Gestão das Finanças Públicas do Município de Porto Velho nos últimos anos foi objeto de várias inovações evolutivas, contemporizando como embrião de tais evoluções as elaborações de Planejamentos Estratégicos Anuais, que promoveram a conscientização de uma administração descentralizada e coordenada em nível de gerenciamento.

Não diferindo da maioria das organizações públicas, as carências de toda a sorte estiveram presentes, seja de pessoal, equipamentos, veículos, tecnologias, estrutura física e outras. Situação esta que, com raras exceções, vem se perpetuando ao longo dos anos.

Destaque-se que as soluções de muitas deficiências esbarram em limitadores que estão além do nível de comando gerência da SEMFAZ, seja por questões temporais, legais, limitações de destinações orçamentárias ou de outras ordens, entretanto, os excepcionais resultados obtidos provam que com investimentos e valorização da estrutura fazendária um maior volume de recursos financeiros poderia e poderão ser carreados aos cofres do Município.

Este Relatório de Gestão demonstra os resultados parciais, janeiro a dezembro, alcançados pela Secretaria Municipal de Fazenda no Exercício de 2012, comparações históricas de valores previstos e arrecadados desde o ano de 2005 a 2012, cujos resultados estão descritos pormenorizadamente ao longo do Relatório, o que nos permitem considerar como bem sucedida a plataforma de trabalho desenvolvida no ano findo.

Destacamos, ainda, importante estudo elaborado pela Assessoria Econômica da ABRASF (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), com base em estudos e dados estatísticos fiscais elaborados por técnico da SEMFAZ, que asseveram o excelente desempenho e qualidade dos trabalhos desenvolvidos, que foram determinantes para que fossem alcançados os patamares de arrecadações atingidos.

Demonstramos, no item “11 - Perspectivas para 2013 - Desafios & Limitações”, importante estudo comparativo esclarecendo e decifrando historicamente os baixos níveis de recursos destinados à Administração Tributária se contrapondo aos resultados efetivamente produzidos pela Máquina Fazendária Municipal.

Superação e eficiência são as palavras de ordem, mas carecemos urgentemente de investimentos de toda sorte, inclusive em contratação de pessoal, visto que perfazem elementos imprescindíveis para o atingimento de novas metas de arrecadação, que são cada vez mais audaciosas, pois somente dessa forma a Administração Municipal poderá implementar efetivamente as políticas públicas que proporcionarão uma melhor qualidade de vida para todos.

ANA CRISTINA CORDEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Fazenda

INTRODUÇÃO

A execução do trabalho aqui apresentados coaduna com as propostas estratificadas no Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Fazenda, conforme reuniões de trabalhos realizadas no decorrer dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Os resultados refletem o esforço fiscal empreendido por todos os servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, em cujos exercícios de suas atividades não mediram esforços pessoais, abrindo mão muitas vezes de seus horários de descanso e de dias não úteis, na intermitente busca de somar para a consecução de resultados que pudessem representar incrementos nas arrecadações das receitas municipais.

No decorrer deste trabalho serão apresentados os resultados parcialmente alcançados, mencionando, em alguns momentos, os elementos limitadores ou inibidores, que por vezes dificultaram a integral execução dos trabalhos, cujo objetivo finalístico sempre foi o *aumento da arrecadação*, visto que incontestavelmente sem recursos, não se faz obras, não se qualifica servidores, não se informatiza, não se paga bons salários, enfim não se motiva e, consequentemente, não se presta um bom serviço ao contribuinte.

O ano em curso, em virtude do montante de recursos de cunho orçamentário federal destinado ao Município, às obras públicas e particulares projetadas, o aquecimento do mercado imobiliário e outros fomentos esperados para cenário local, faz-nos acreditar na certeza da influência positiva para incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) local e, via de consequência, uma maior produção de rendas e riquezas para nossa população.

O crescimento da Nossa Cidade já é uma realidade. O marco – construções das usinas do Rio Madeira –, perfaz um divisor de águas entre o antigo e o novo. Precisamos, portanto, acompanhar a evolução da história. Não dá pra evoluir com estruturas e tecnologias arcaicas, pois o "nosso cliente" está sempre a inovar e a rejeitar quaisquer retrocessos. Não nos restam alternativas "ou evoluímos ou evoluímos". Este é o balizamento. Esta é a regra que teremos que perseguir.

2. GESTÃO OPERACIONAL

2.1 - A INSTITUIÇÃO

A Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ) compõe a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura do Município de Porto Velho, nos termos da Lei Complementar nº. 330/2009, alterada pela Lei Complementar nº. 440/2011, cujo Regimento Interno foi editado pelo Decreto nº. 12.583, de 03 de dezembro de 2012.

2.2 - A MISSÃO

"ASSEGURAR E GERIR COM RESPONSABILIDADE FISCAL OS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO."

2.3 - VISÃO DE FUTURO

"SER ATÉ 2020 REFERÊNCIA EM GESTÃO FAZENDÁRIA MUNICIPAL NA REGIÃO NORTE, COM EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM SERVIDORES QUALIFICADO E MOTIVADOS."

2.4 - VALORES

- *ÉTICA;*
- *RESPEITO AO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO;*
- *EFICIÊNCIA;*
- *IMPESSOALIDADE;*
- *TRANSPARÊNCIA;*
- *COMPROMENTIMENTO;*
- *LEGALIDADE*

2.5 - NOSSO PÚBLICO

"TODA A SOCIEDADE."

3 – GESTÃO DE PESSOAS

3.1 RECURSOS HUMANOS

3.1.1 QUADRO FUNCIONAL

A estrutura de pessoal da Secretária Municipal de Fazenda e formada pelos cargos constantes na Tabela 1 abaixo (quantitativos e nomenclaturas estabelecidas pela Lei Complementar nº. 391/2010):

TABELA 1 – QUADRO FUNCIONAL

Cargo	Nível	Quantidade Total	Preenchidos	Vagos
Auditor do Tesouro Municipal	Superior	80	45	35
Fiscal Municipal Tributário	Superior	60	32	28
Fiscal Municipal de Obras	Superior	30	18	12
Assistente de Arrecadação	Superior	43	31	12
Auxiliar de Serviços Fiscais (cargo a ser extinto)	Médio	07	03	05
Técnicos Nível Médio	Médio/Superior	178	14	00
Auxiliar Administrativo	Médio	269	05	00
Assistente Administrativo	Médio	1000	14	00
Comissionados (atendentes)	Médio	00	09	00
Estagiário	Superior Incompleto	19	18	01
Motoristas	Fundamental	07	07	00
Serviços Gerais	Fundamental	1000	06	00

3.1.2 PESSOAL DO GRUPO TAF NOMEADO E QUANTITATIVO IDEAL

O corpo técnico da Secretaria Municipal de Fazenda é formado, nos termos das Leis Complementares nºs. 385/2010, 391/2010, 187/2004 e 197/2004, pela seguinte composição de cargos:

TABELA 2 – PESSOAL DO GRUPO TAF NOMEADO

Cargo	Nível	Quantidade Total	Preenchidos	Vagos	Quantidade Ideal (Necessidade atual)
Auditor do Tesouro Municipal	Superior	80	45	35	60
Fiscal Municipal Tributário	Superior*	60	32	28	50
Fiscal Municipal de Obras	Superior*	30	18	12	30
Assistente de Arrecadação	Superior*	43	31	12	43
Auxiliar de Serviços Fiscais (cargo a ser extinto)	Médio	07	03	05	00
Técnicos	Médio	178	14	00	20

*****Cargos com elevação de nível médio para Nível Superior, para novos ingressantes, promovidas pela Lei Complementar nº. 391/2010, carecendo de revisão para a adequação da Lei Complementar nº. 187/2004.

3.1.3 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

A Secretaria Municipal de Fazenda tem como colaboradores diretos, estagiários selecionados junto às instituições de ensino superior, na seguinte composição:

TABELA 3 – PESSOAL CONTRATAÇÃOTEMPORÁRIA

Cargo	Nível	Quantidade Total	Preenchidos

Estagiário	Superior Incompleto	19	18

3.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Consoante à política de gestão de pessoal a administração tem procurado, de acordo com as necessidades e carências instrutivas dos servidores, para tanto, realizou treinamentos e participou de diversos seminários, palestras e cursos oferecidos pela Administração ou outras instituições.
Dentre os eventos acima podemos destacar os Palestras e treinamentos sobre o Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI), promovidas pela Comissão Gestora do Simples Nacional (CGSM/SEMFAZ) e realizadas no Conselho Regional de Contabilidade (03 eventos), V Seminário Nacional do Simples Nacional (21 a 24/05/2012 - Brasília/DF), Seminário Regional do Simples Nacional realizado no Auditório do SEBRAE/RO, reuniões técnicas temáticas com vários segmentos da sociedade, integração efetiva da Fazenda Municipal na Associação Nacional das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), mediante a indicação de 02 (dois) Auditores para integrarem a Câmara Técnica Permanente daquela entidade, cujo objetivo é discutir e propor inovações legislativas e tecnológicas em nível Nacional (atuando em proposições de Leis Complementares junto ao Congresso Nacional), sendo que atualmente sua representação local atual em 02 (dois) Grupos de Trabalhos (GT's 02 e 05) - Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras (DES-IF) e como relator do Projeto Declaração Eletrônica de Serviços, Nota Fiscal Eletronica e Declaração de Serviços de Instituições Financeiras para integração ao Sistema Público de Escrituração Digital (DES/SPED-FISCAL), tendo, ainda sido ofertados outros cursos, dentre os quais:
- Curso Prático, Completo e Avançado de Administração Tributária - CIAP - 25 a 29/06/2012;
- Curso de Segurança do Trabalho – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA/SEMFAZ);
- Formação Prattitioner em Programação Neurolinguística;
- Curso de Qualificação Profissional para Fiscais Municipais.

4 – ATIVIDADES SOCIAIS

A principal atividade de engajamento social desenvolvidas pelos servidores da SEMFAZ, com apoio da Associação Profissional dos Auditores Fiscais (AAFIM) e do Sindicato dos Fiscais de Porto Velho (SINDIFISC) é o "Projeto Criança Feliz", que anualmente oferece em determinada região carente de Porto Velho um dia de lazer, diversão e serviços diversos para crianças, sendo que em 2012 a instituição beneficiada foi a Escola Municipal de Ensino Infantil Francisco Elenilson Negreiros, no Bairro Socialista, com a participação/atendimento de cerca de 800 (oitocentas) crianças.
A seguir apresentamos algumas imagens fotográficas realizadas durante o evento:

Foto: Atendimentos - Projeto Criança Feliz - Escola Elenilson Negreiros, 12 de outubro de 2012.

Foto: Parte dos servidores da SEMFAZ participantes do Projeto Criança Feliz - Escola Elenilson Negreiros, 12 de outubro de 2012.

Foto: Parte dos servidores da SEMFAZ (Auditores, Fiscais, Técnicos, Motoristas e Pessoal de Apoio) participantes do Projeto Criança Feliz - Escola Elenilson Negreiros, 12 de outubro de 2012.

5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 RESULTADOS DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

5.1.1 COMPARATIVO DAS RECEITAS CORRENTES 2005 X 2006 X 2007 X 2008 X 2009 X 2010 X 2011 X 2012

Receitas Correntes são aquelas que aumentam apenas o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgota dentro do período anual. São os casos, por exemplo, das receitas dos impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm que ser auferidas todos os anos. Compreende a receita tributária; os impostos; as taxas; as contribuições de melhoria; a receita patrimonial; a receita agropecuária; a receita industrial; a receita de serviços; as transferências correntes; e outras receitas correntes.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES DOS EXERCÍCIOS 2007 A 2012
VALORES EM MIL R$ CORRENTES - VALORES HISTÓRICOS

ESPECIFICAÇÃO	2007	COMPAR 07 X 06	2008	COMPAR 08 X 07	2009	COMPAR 09 X 08	2010	COMPAR 10 X 09	2011	COMPAR 11 X 10	2012	COMPAR 12 X 11	COMPAR 12 X 05
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	%
RECEITAS CORRENTES (I)	**380.385,00**	**21%**	**426.349,00**	**12%**	**539.983,00**	**27%**	**693.422,00**	**28%**	**849.501,00**	**23%**	**915.392,00**	**8%**	**234%**
Receita Tributária	55.775,00	18%	70.706,00	27%	137.151,00	94%	228.500,00	**67%**	260.327,00	**14%**	281.876,00	**8%**	**663%**
IPTU	4.914,00	27%	5.645,00	15%	6.549,00	16%	7.640,00	**17%**	9.155,00	**20%**	10.179,00	**11%**	**180%**
ISS	31.495,00	16%	41.374,00	31%	100.104,00	142%	181.668,00	**81%**	196.993,00	**8%**	212.192,00	**8%**	**974%**
ITBI	2.791,00	70%	3.628,00	30%	4.588,00	26%	5.236,00	**14%**	6.539,00	**25%**	8.166,00	**25%**	**539%**
Taxas pelo Poder de Polícia (Vistoria/ Localização/	2.316,00	-7%	2.945,00	27%	4.036,00	37%	4.652,00	**15%**	5.524,00	**19%**	5.992,00	**8%**	**256%**
Outras Receitas Tributárias	14.397,00	18%	17.114,00	19%	21.874,00	28%	29.304,00	**34%**	42.116,00	**44%**	35.748,00	**-15%**	**238%**
Receita de Contribuições	21.226,00	7%	25.046,00	18%	31.931,00	27%	38.920,00	**22%**	49.183,00	**26%**	61.762,00	**26%**	**254%**
Receita Patrimonial	11.302,00	-10%	14.621,00	29%	16.981,00	16%	24.895,00	**47%**	38.759,00	**56%**	61.709,00	**59%**	**384%**
Receita Agropecuária	-		-		-				-	-	-	-	-
Receita Industrial	-		-		-				-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-		-		-				-	-	-	-	-
Transferências Correntes	260.568,00	15%	298.521,00	15%	338.973,00	14%	383.627,00	**13%**	485.289,00	**27%**	495.166,00	**2%**	**147%**
Cota-Parte do FPM	108.626,00	19%	118.910,00	9%	129.268,00	9%	124.095,00	**-4%**	154.128,00	**24%**	117.523,00	**-24%**	**41%**
Cota-Parte do ICMS	60.876,00	6%	73.899,00	21%	82.592,00	12%	104.254,00	**26%**	121.812,00	**17%**	123.201,00	**1%**	**118%**
Cota-Parte IPVA	10.681,00	-1%	12.640,00	18%	13.981,00	11%	19.314,00	**38%**	24.401,00	**26%**	23.286,00	**-5%**	**205%**
Transferências do FUNDEB	44.432,00	30%	54.862,00	23%	62.806,00	14%	75.341,00	**20%**	93.002,00	**23%**	85.439,00	**-8%**	**163%**
Outras Transferências	35.919,00	13%	38.210,00	6%	50.326,00	32%	60.623,00	**20%**	91.946,00	**52%**	75.597,00	**-18%**	**266%**
Outras Receitas Correntes	11.510,00	14%	17.455,00	52%	14.947,00	-14%	17.480,00	**17%**	15.943,00	**-9%**	14.879,00	**-7%**	**129%**
DEDUÇÕES (II)	**36.063,00**	**19%**	**44.054,00**	**22%**	**56.733,00**	**29%**	**69.340,00**	**22%**	**84.629,00**	**22%**	**79.331,00**	**-6%**	**196%**
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	7.961,00	-1%	9.139,00	15%	13.357,00	46%	17.833,00	**34%**	23.605,00	**32%**	25.632,00	**9%**	**342%**
Compens. Financ. entre Reg. Previd.	-	-	405,00	100%	615,00	52%	1.670,00	**172%**	2.092,00	**25%**	567,00	**-73%**	**100%**
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	26.568,00	19%	34.510,00	30%	42.761,00	24%	49.837,00	**17%**	58.932,00	**18%**	53.131,00	**-10%**	**153%**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	**324.320,00**	**14%**	**382.295,00**	**18%**	**483.250,00**	**26%**	**624.082,00**	**29%**	**764.872,00**	**23%**	**719.752,00**	**-6%**	**191%**

Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I)

QUADRO 2 – ANÁLISE VERTICAL DA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES DOS EXERCÍCIOS 2004 A NOV/2012
VALORES EM MIL R$ CORRENTES - VALORES HISTÓRICOS

COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL FORMAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ANÁLISE VERTICAL - PERÍODO 2004 A 2012

Em R$ Mil Correntes

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS FISCAIS																	
	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V	R$	A/V
RECEITAS CORRENTES (I)	245.207,00	100,00	274.064,00	100,00	315.331,00	100,00	360.347,00	100,00	426.349,00	100,00	539.983	100,00	693.442,00	100,00	849.501,00	100,00	915.392,00	100,00
Receita Tributária	31.429,00	12,82	36.929,00	13,47	47.240,00	14,98	55.775,00	15,48	70.706,00	16,58	137.151,00	25,40	228.500,00	33,00	260.327,00	30,60	281.876,00	30,79
IPTU	3.721,00	1,52	3.636,00	1,33	3.861,00	1,22	4.914,00	1,36	5.645,00	1,32	6.549,00	1,21	7.640,00	1,10	9.155,00	1,10	10.179,00	1,11
ISS	16.149,00	6,59	19.752,00	7,21	27.088,00	8,59	31.495,00	8,74	41.374,00	9,70	100.104,00	18,54	181.668,00	26,20	196.993,00	23,20	212.192,00	23,20
ITBI	1.222,00	0,50	1.278,00	0,47	1.638,00	0,52	2.791,00	0,77	3.628,00	0,85	4.588,00	0,85	5.236,00	0,76	6.539,00	0,80	8.166,00	0,89
Taxas pelo Poder de Polícia (Alv/Vist/Public)	1.915,00	0,78	1.683,00	0,61	2.499,00	0,79	2.316,00	0,64	2.945,00	0,69	4.036,00	0,75	4.652,00	0,67	5.524,00	0,70	5.992,00	0,65
Outras Receitas Tributárias (Taxas e Emolum)	8.422,00	3,43	10.581,00	3,86	12.154,00	3,85	14.397,00	4,00	17.114,00	4,01	21.874,00	4,05	29.304,00	4,23	42.116,00	5,00	35.748,00	3,91
Receita de Contribuições	26.475,00	10,80	17.453,00	6,37	19.835,00	6,29	21.226,00	5,89	25.046,00	5,87	31.931,00	5,91	38.920,00	5,61	49.183,00	5,80	61.762,00	6,75
Receita Patrimonial	6.664,00	2,72	12.737,00	4,65	12.547,00	3,98	11.302,00	3,14	14.621,00	3,43	16.981,00	3,14	24.895,00	3,59	38.759,00	4,60	61.709,00	6,74
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Transferências Correntes	163.353,00	66,62	200.458,00	73,14	225.646,00	71,56	260.534,00	72,30	298.521,00	70,02	338.973,00	62,77	383.627,00	55,32	485.289,00	57,10	495.166,00	54,09
Cota-Parte do FPM	64.725,00	26,40	83.221,00	30,37	91.408,00	28,99	108.626,00	30,14	118.910,00	27,89	129.268,00	23,94	124.095,00	17,90	154.128,00	18,10	117.523,00	12,84
Cota-Parte do ICMS	48.855,00	19,92	56.450,00	20,60	57.408,00	18,21	60.876,00	16,89	73.899,00	17,33	82.592,00	15,30	104.254,00	15,03	121.812,00	14,30	123.201,00	13,46
Cota-Parte IPVA	7.135,00	2,91	7.627,00	2,78	10.835,00	3,44	10.681,00	2,96	12.640,00	2,96	13.981,00	2,59	19.314,00	2,79	24.401,00	2,90	23.286,00	2,54
Transferências do FUNDEB	21.808,00	8,89	32.489,00	11,85	34.192,00	10,84	44.432,00	12,33	54.862,00	12,87	62.806,00	11,63	75.341,00	10,86	93.002,00	10,90	85.439,00	9,33
Outras Transferências Correntes	20.829,00	8,49	20.670,00	7,54	31.803,00	10,09	35.919,00	9,97	38.210,00	8,96	50.326,00	9,32	60.623,00	8,74	91.946,00	10,80	75.597,00	8,26
Outras Receitas Correntes	17.286,00	7,05	6.487,00	2,37	10.063,00	3,19	11.510,00	3,19	17.455,00	4,09	14.947,00	2,77	17.480,00	2,52	15.943,00	1,90	14.879,00	1,63
DEDUÇÕES (II)	29.302,00	11,95	26.804,00	9,78	30.430,00	9,65	36.063,00	10,01	44.054,00	10,33	56.733,00	10,51	69.340,00	10,00	84.629,00	10,00	79.331,00	8,70
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	12.206,00	4,98	5.800,00	2,12	8.076,00	2,56	7.961,00	2,21	9.139,00	2,14	13.357,00	2,47	17.833,00	2,57	23.605,00	2,80	25.632,00	2,80
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	-	-	-	-	-	-	-	-	405,00	0,09	615,00	0,11	1.670,00	0,24	2.092,00	0,20	567,00	0,06
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	17.096,00	6,97	21.004,00	7,66	22.354,00	7,09	26.568,00	7,37	34.510,00	8,09	42.761,00	7,92	49.837,00	7,19	58.932,00	6,90	53.131,00	5,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	215.905,00	88,05	247.260,00	90,22	284.901,00	90,35	324.320,00	90,00	382.295,00	89,67	483.250,00	89,49	624.082,00	90,00	764.872,00	90,00	719.752,00	78,63

Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I)

COMENTÁRIOS:

1) A Análise Vertical, através dos índices, objetiva fornecer ao Gestor informações inerentes à composição do ORÇAMENTO FISCAL, bem como medir o nível de dependência do Município dos recursos provenientes das transferências constitucionais voluntárias e avaliar comparativamente o desempenho da Administração Tributária;

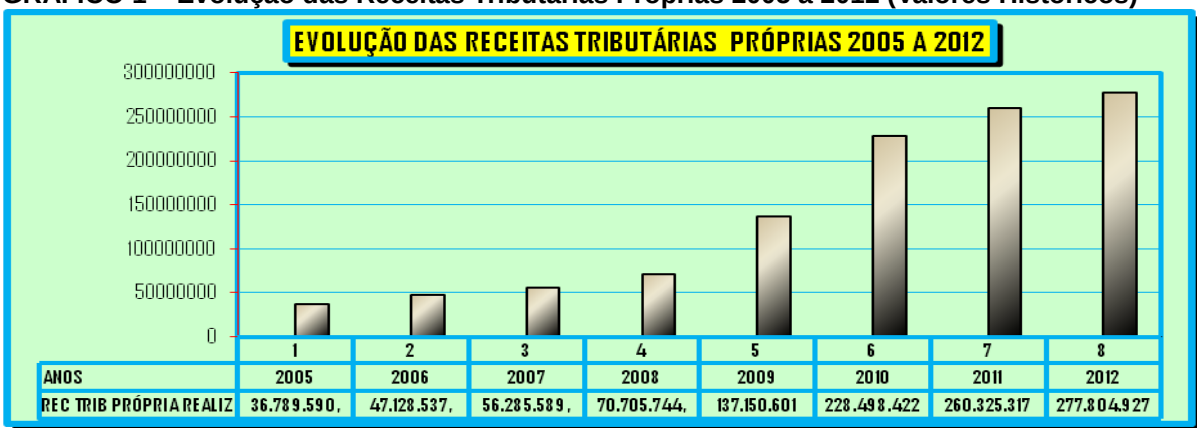
2) Observa-se uma redução significativa no nível de dependência dos recursos de transferências governamentais, visto que em 2004 a Receita Tributária Própria respondia por 12,82% do orçamento total, passando a representar em **DEZEMBRO/2012** a cerca de 3,79% do orçamento de 2012 (incluso o IRRF);

3) Destaca-se o extraordinário crescimento da arrecadação do ISSQN, que já em 2008, antes das obras das Usinas do Madeira, já havia passando a representar de 6,59% do orçamento em 2004 para 9,7%, tendo financiado em 2012 o equivalente a 23,2% de todo o recurso corrente disponibilizado no ano.

QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS PRÓPRIAS REALIZADAS NOS EXERCÍCIOS 2005 A 2012

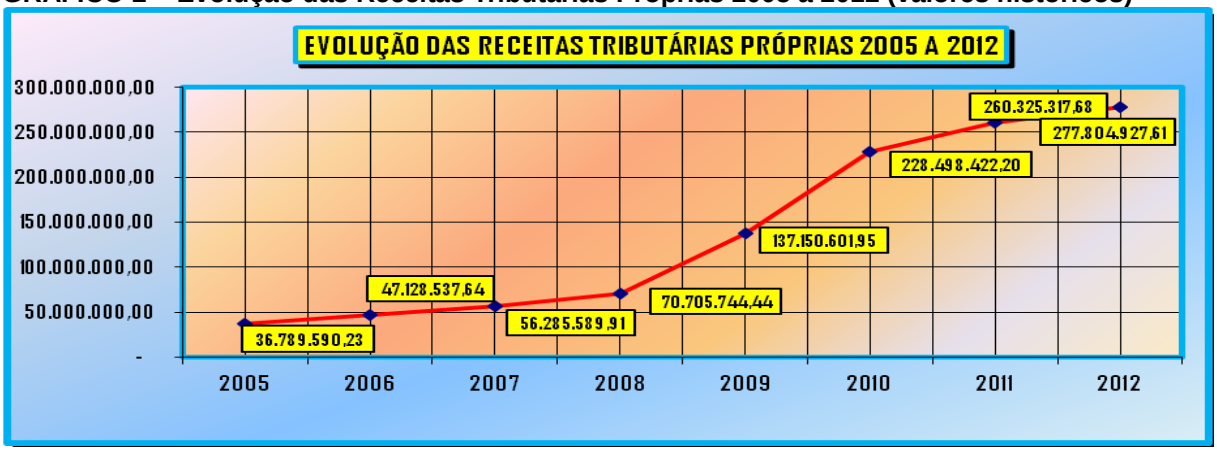
ANOS	RECEITA REALIZADA
2005	36.789.590,23
2006	47.128.537,64
2007	56.285.589,91
2008	70.705.744,44
2009	137.150.601,95
2010	228.498.422,20
2011	260.325.317,68
2012	277.804.927,61
TOTAL	**1.114.688.731,66**

GRÁFICO 1 – Evolução das Receitas Tributárias Próprias 2005 a 2012 (Valores Históricos)



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

GRÁFICO 2 – Evolução das Receitas Tributárias Próprias 2005 a 2012 (valores históricos)



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

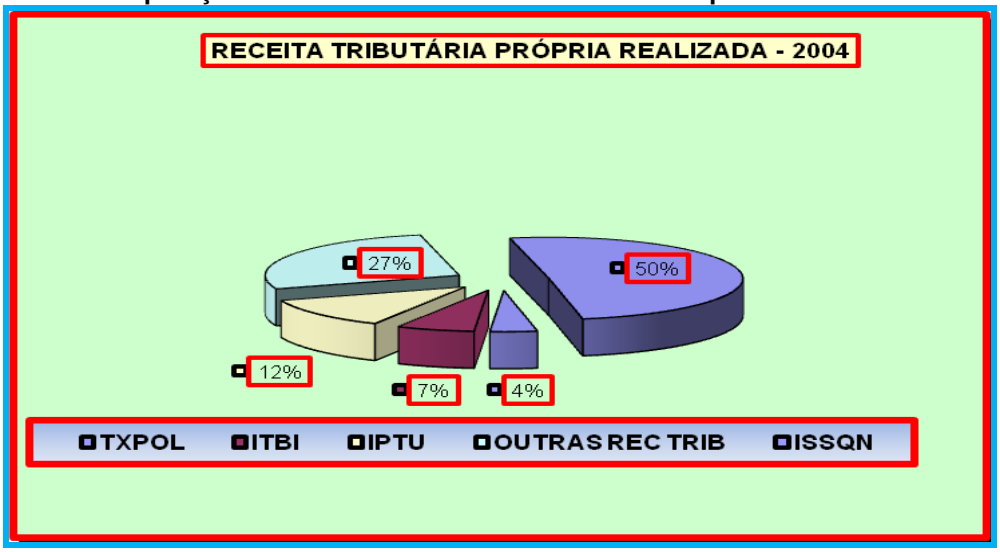
5.2 TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SEMFAZ – COMPARATIVOS 2004 A NOV/2012

5.2.1 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2004

QUADRO 4 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2004

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2004
2004	TXPOL	1.217.573,26
	ITBI	2.007.840,75
	IPTU	3.721.110,61
	OUTRAS REC TRIB	8.420.000,00
	ISSQN	15.640.770,61
TOTAL		**31.007.295,23**

GRÁFICO 3 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2004

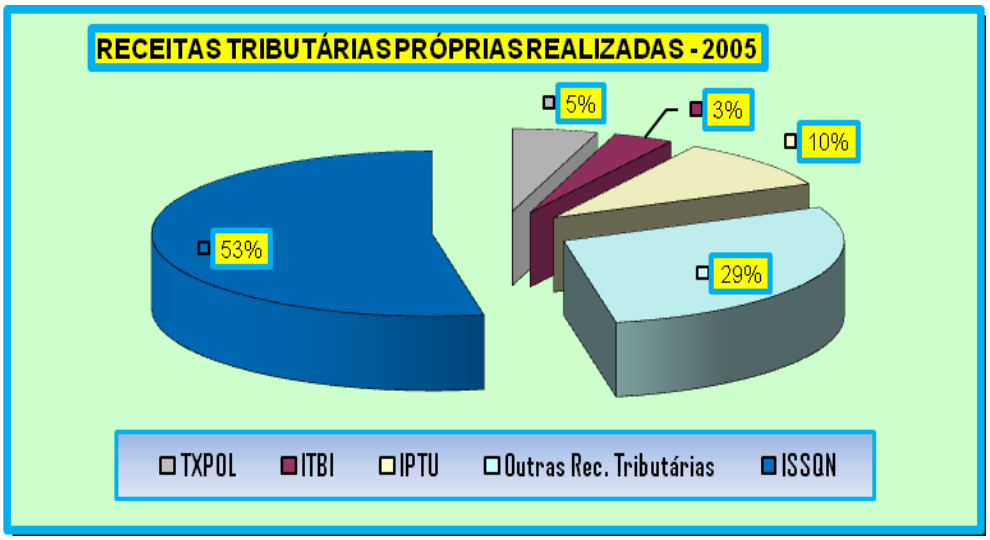


5.2.2 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2005

QUADRO 5 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2005

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2005
2005	TXPOL	1.810.428,02
	ITBI	1.277.090,45
	IPTU	3.630.281,84
	Outras Rec. Tributárias	10.581.000,00
	ISSQN	19.490.789,92
TOTAL		**36.789.590,23**

GRÁFICO 4 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2005 (Principais)

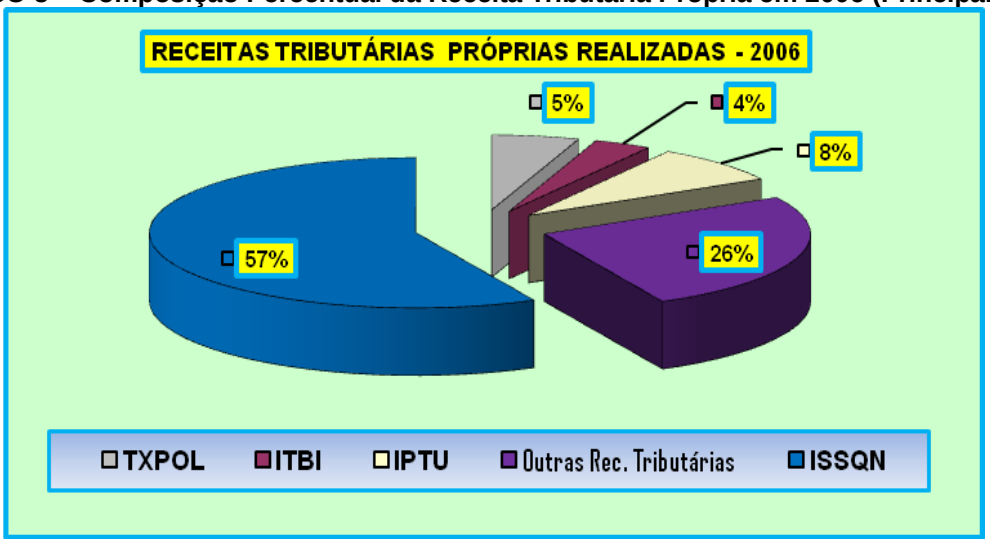


5.2.3 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2006

QUADRO 6 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2006 (Principais)

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2006
2006	TXPOL	2.498.903,93
	ITBI	1.638.126,82
	IPTU	3.831.000,95
	Outras Rec. Tributárias	12.154.000,00
	ISSQN	27.006.505,94
TOTAL		**47.128.537,64**

GRÁFICO 5 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2006 (Principais)



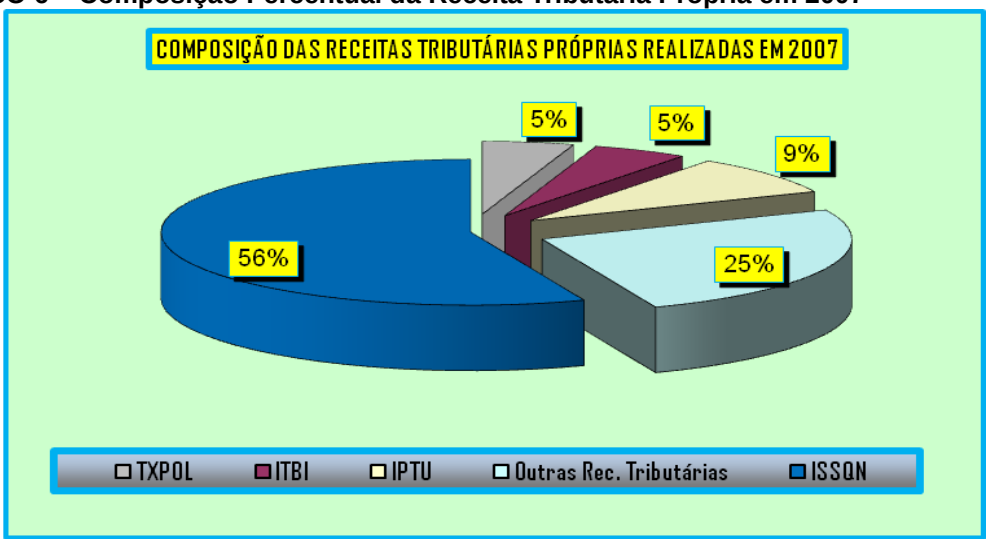
5.2.4 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2007

QUADRO 7 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2007 (Principais)

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2007

2007	TXPOL	2.687.383,84
	ITBI	2.791.564,40
	IPTU	4.915.011,94
	Outras Rec. Tributárias	14.397.000,00
	ISSQN	31.494.629,73
TOTAL		**56.285.589,91**

GRÁFICO 6 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2007

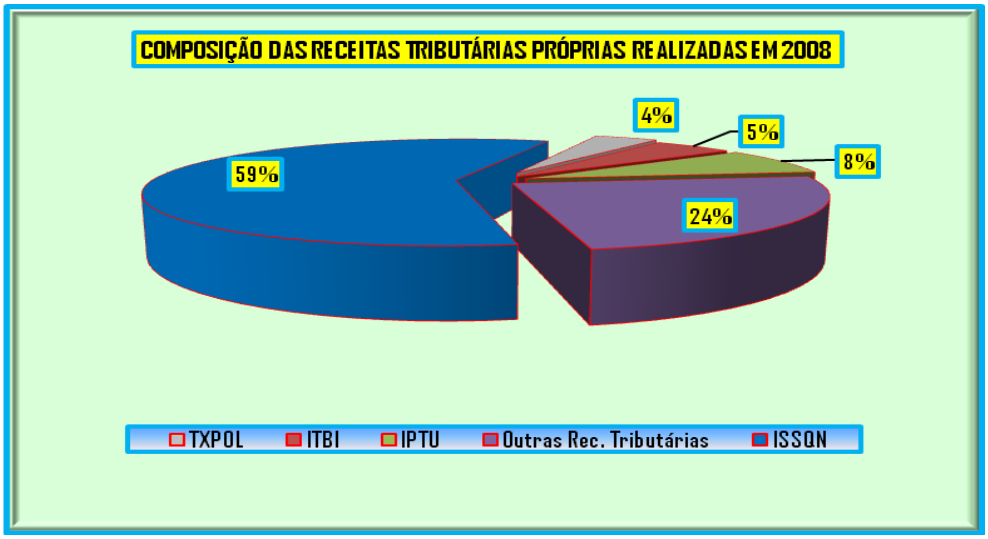


5.2.5 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2008

QUADRO 8 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2008

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2008
2008	TXPOL	2.945.000,00
	ITBI	3.628.000,00
	IPTU	5.645.000,00
	Outras Rec. Tributárias	17.114.000,00
	ISSQN	41.373.744,44
TOTAL		**70.705.744,44**

GRÁFICO 7 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2008

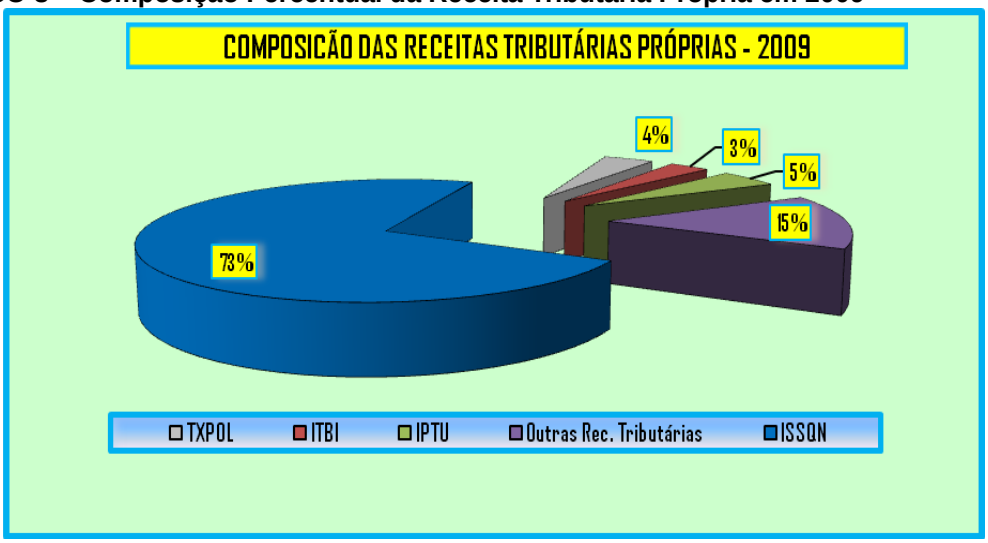


5.2.6 - COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2009

QUADRO 9 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2009

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2009
2009	TXPOL	5.605.549,39
	ITBI	4.487.626,19
	IPTU	6.548.636,69
	Outras Rec. Tributárias	20.405.000,00
	ISSQN	100.103.789,68
TOTAL		**137.150.601,95**

GRÁFICO 8 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2009



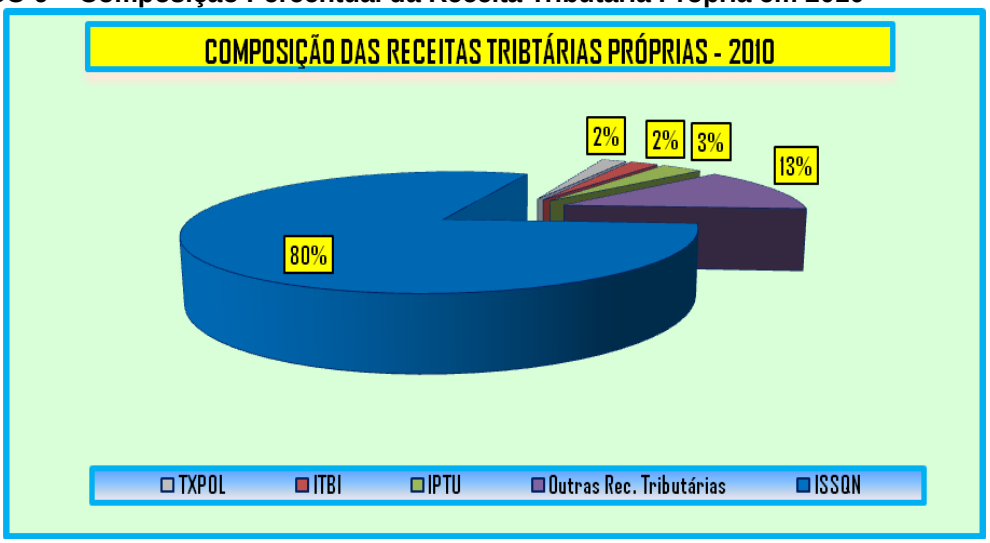
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

5.2.7 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2010

QUADRO 10 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2010

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2010
2010	TXPOL	4.651.663,69
	ITBI	5.238.102,05
	IPTU	7.640.050,14
	Outras Rec. Tributárias	29.301.923,30
	ISSQN	181.666.683,02
TOTAL		**228.498.422,20**

GRÁFICO 9 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2010

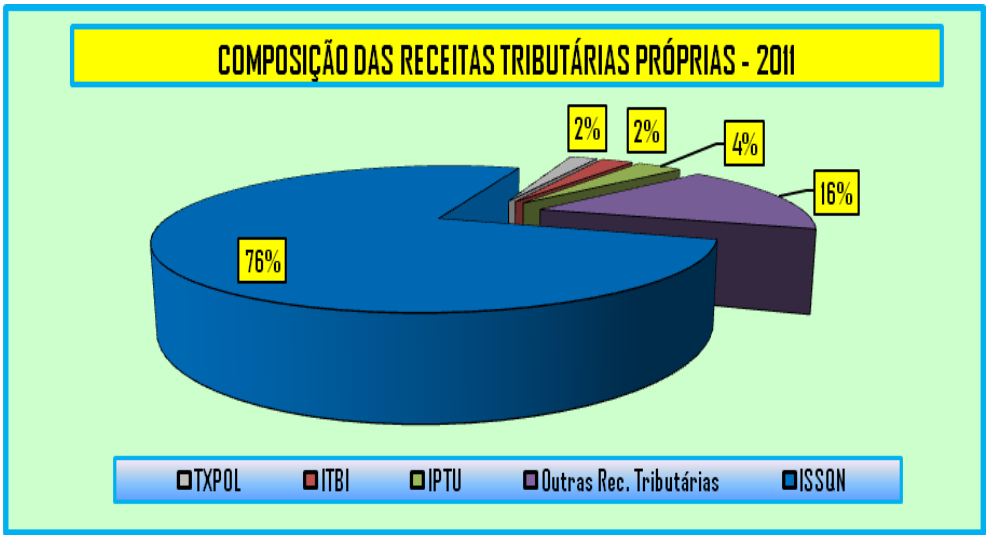


5.2.8 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2011

QUADRO 11 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2011

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2011
2011	TXPOL	5.524.103,44
	ITBI	6.539.706,77
	IPTU	9.155.173,00
	Outras Rec. Tributárias	42.112.567,22
	ISSQN	196.993.767,25
TOTAL		**260.325.317,68**

GRÁFICO 10 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2011



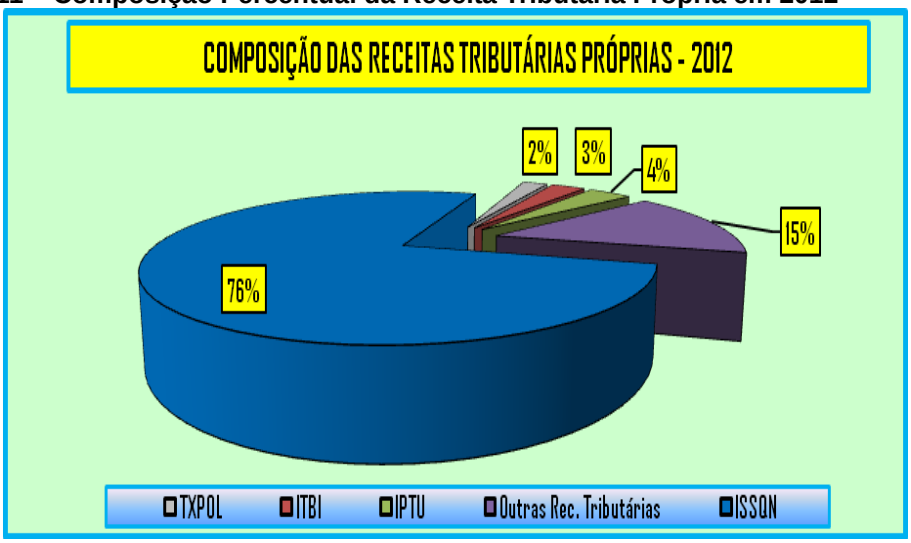
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

5.2.9 COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA 2012

QUADRO 12 – Composição Quantitativa da Receita Tributária Própria em 2012

ANO	TRIBUTO	REC REALIZADA/2012
2012	TXPOL	5.991.941,12
	ITBI	8.166.190,84
	IPTU	10.179.401,53
	Outras Rec. Tributárias	41.275.781,30
	ISSQN	212.191.612,82
TOTAL		**277.804.927,61**

GRÁFICO 11 – Composição Percentual da Receita Tributária Própria em 2012



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

5.3 PRINCIPAIS TRIBUTOS MUNICIPAIS “IN ESPÉCIES” - ARRECADAÇÕES

5.3.1 I T B I

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO *“INTER VIVOS”,* A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA E DE DIREITO A ELE RELATIVOS, EXCETO OS GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE AQUISIÇÃO DE SEUS DIREITOS.

LEGISLAÇÃO BÁSICA DE REFERÊNCIA
Constituição Federal/1988;
Lei nº. 5.172/1966 (Art. 35 a 38 e 42);
Lei Complementar nº. 199/2004.

COMPETÊNCIA
O ITBI é de competência dos Municípios e do Distrito Federal (art. 156, II, da CRFB/1988).
Importante observar que na vigência da Constituição Federal anterior, a competência para instituição desse imposto era dos Estados e do Distrito Federal.

FUNÇÃO
O ITBI tem função predominantemente fiscal, foi criado para melhorar a arrecadação dos Municípios e do distrito Federal.

FATO GERADOR
O ITBI tem como fato gerador a transmissão, *“inter vivos*”, a qualquer título, **por ato oneroso, de bens imóveis,** por natureza ou por acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição.

ALÍQUOTAS
As alíquotas do ITBI são fixadas por lei municipal, no caso de Porto Velho a Lei nº. 199/2004 estabelece a alíquota em 2% (dois por cento).

BASE DE CÁLCULO
A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos (art. 38 do CTN). Não se trata do preço de venda, mas o valor venal, que é apurado com base nas condições do mercado.
Poderá, entretanto, com base no artigo 148, do CTN, o Fisco arbitrar que entender real para o bem transacionado.

CONTRIBUINTES e RESPONSÁVEIS
Contribuinte do ITBI, de acordo com o artigo 42 do CTN, é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei municipal, o legislador do município de Porto Velho elegeu o adquirente ou o cessionário do direito e na permuta cada um dos permutantes.
Responsáveis - respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o transmitente, o cedente e os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente a atos por eles ou perante eles praticados em razão de seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis que resultem em prejuízos ao erário.

IMUNIDADES
Nos termos do artigo 156, II, da Constituição Federal de 1988, foram retiradas do campo de tributação do imposto a transmissão de direitos reais de garantia, ou seja, penhor, hipoteca e anticrese. Estes direitos de garantia estão previstos no NCC/2002, nos seguintes dispositivos:
(art. 1431) constitui-se penhor pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel suscetível de alienação. (no penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas continuam em poder do devedor, que as deve guarda e conservar).

Hipoteca: podem ser objetos de hipoteca os imóveis e acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais, os navios e as aeronaves (os dois últimos por lei especial);
Anticrese: é o direito de perceber os frutos do imóvel entregue em hipoteca ao credor até que satisfeitas as dívidas.

Nos termos do art. 156, § 2º, I, da CF/1988, são imunes:
A transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
A transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil (considera-se preponderante quando mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica, nos dois anos anteriores e nos dois anos subseqüentes à aquisição decorrer de transações imobiliárias);
Não haverá tributação sobre a transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária (art. 184, § 5º, CF/1988).

COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO

Embora alguns esperassem uma enorme queda na arrecadação deste tributo, visto que fora editada a Lei Complementar nº. 224/2005 e alterações (vigente Lei Complementar nº. 320/2008), que promoveu a isenção deste imposto quando a escrituração do imóvel tivesse com objetivo a regularização fundiária, tal queda na arrecadação não ocorreu, visto que esta SEMFAZ, através da Divisão de Impostos, promoveu várias medidas de controles procedimentais para que, em decorrência do benefício isentivo, a arrecadação não fosse prejudicada, dentre as quais destacamos:
A execução de diligências fiscais antes do lançamento do imposto – vistoria para constatar a realidade estrutural do imóvel;
Notificações dos contribuintes que formalizaram processos e não mais procuraram o fisco para sanar a pendência do lançamento;
Maior controle na execução dos lançamentos.

Somem-se aos trabalhos desenvolvidos pelos servidores que integram a Divisão de ITBI, a importante adoção do novo sistema implantando em 2011, denominado de ***ITBI ON LINE***, que já produzira resultados significativos em 2011 e 2012 e espera-se que com a adoção da Nova Planta Genérica de Valores (PGV), prevista para implantação neste ano e com aplicação em 2014, os resultados sejam ainda mais positivos.
Na avaliação parcial, com o fechamento das arrecadações do ITBI em **2012**, o esforço fiscal resultou de forma positiva, visto que, mesmo com os benefícios concedidos, PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, a arrecadação do imposto foi:
Superavitária em 9,0% (nove por cento) em relação à meta prevista para todo o ano de 2012;
Superavitária em 25% (vinte e cinco por cento), se comparado com a receita realizada no ano de 2011;
Superavitária em 539% (quinhentos e trinta e nove por cento), se comparada com a receita realizada no ano de 2005.

QUADRO 13 – COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO ITBI 2005 A 2012

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI																
RECEITAS PREVISTAS E REALIZADAS - VALORES HISTÓRICOS EM R$																
MÊS	**PREV 2005**	**REAL 2005**	**PREV 2006**	**REAL 2006**	**PREV 2007**	**REAL 2007**	**PREV 2008**	**REAL 2008**	**PREV 2009**	**REAL 2009**	**PREV 2010**	**REAL 2010**	**PREV 2011**	**REAL 2011**	**PREV 2012**	**REAL 2012**
JAN	60.470,00	72.044,58	63.120,00	94.795,91	153.764,00	146.447,38	166.770,00	173.077,45	402.316,00	230.921,22	262.940,00	392.064,25	411.160,00	855.225,46	850.000,00	480.033,24
FEV	89.230,00	84.448,50	84.380,00	117.133,80	127.679,00	150.542,65	171.420,00	228.960,66	324.362,00	206.387,41	264.000,00	237.339,16	276.951,00	419.013,32	412.000,00	615.815,15
MAR	126.880,00	108.230,41	108.240,00	118.234,28	121.023,00	155.008,19	176.510,00	294.971,01	304.201,00	335.264,62	391.580,00	413.431,13	494.580,00	544.702,87	618.000,00	856.825,29
ABR	91.330,00	101.270,49	101.140,00	153.032,30	114.680,00	193.339,83	220.160,00	338.769,68	318.538,00	400.337,92	472.511,00	514.861,70	599.271,00	451.928,46	588.000,00	752.722,60
MAI	145.570,00	95.227,99	129.870,00	171.637,46	136.622,00	208.288,02	237.190,00	380.609,92	345.419,00	316.457,13	429.880,00	397.456,74	462.831,00	503.077,26	543.000,00	597.020,21
JUN	106.560,00	108.337,79	111.890,00	134.053,66	131.993,00	217.815,39	248.040,00	359.729,73	332.427,00	391.263,40	431.120,00	380.969,15	496.960,00	550.539,05	543.000,00	589.506,98
JUL	125.790,00	136.883,28	82.500,00	114.042,86	150.678,00	384.512,77	203.350,00	247.331,51	360.652,00	586.889,86	400.180,00	528.475,52	741.980,00	519.111,16	749.000,00	677.616,64
AGO	107.610,00	128.883,07	75.590,00	211.574,38	133.365,00	275.028,55	203.350,00	404.288,97	387.532,00	506.691,23	450.231,00	382.135,41	693.920,00	612.215,87	564.000,00	836.487,39
SET	110.400,00	66.781,36	83.940,00	147.596,57	125.308,00	229.775,74	203.350,00	318.573,95	341.387,00	396.513,37	429.540,00	326.210,77	564.740,00	481.108,04	471.000,00	583.223,30
OUT	126.040,00	156.344,29	77.070,00	115.775,58	137.650,00	380.064,38	203.350,00	257.724,07	387.084,00	268.564,49	398.051,00	400.004,84	493.211,00	380.537,02	474.000,00	714.015,20
NOV	131.910,00	81.933,69	104.430,00	146.009,87	164.735,00	215.081,90	203.350,00	346.370,04	441.293,00	394.156,62	434.600,00	448.238,57	573.760,00	566.455,26	618.000,00	726.928,13
DEZ	103.470,00	136.705,00	126.820,00	114.240,15	216.503,00	235.659,60	203.350,00	277.439,45	534.929,00	454.178,92	384.447,00	816.914,81	598.927,00	655.793,00	1.071.000,00	735.996,71
TOTAL	**1.325.260,00**	**1.277.090,45**	**1.148.990,00**	**1.638.126,82**	**1.714.000,00**	**2.791.564,40**	**2.440.190,00**	**3.627.846,44**	**4.480.140,00**	**4.487.626,19**	**4.749.080,00**	**5.238.102,05**	**6.408.291,00**	**6.539.706,77**	**7.501.000,00**	**8.166.190,84**

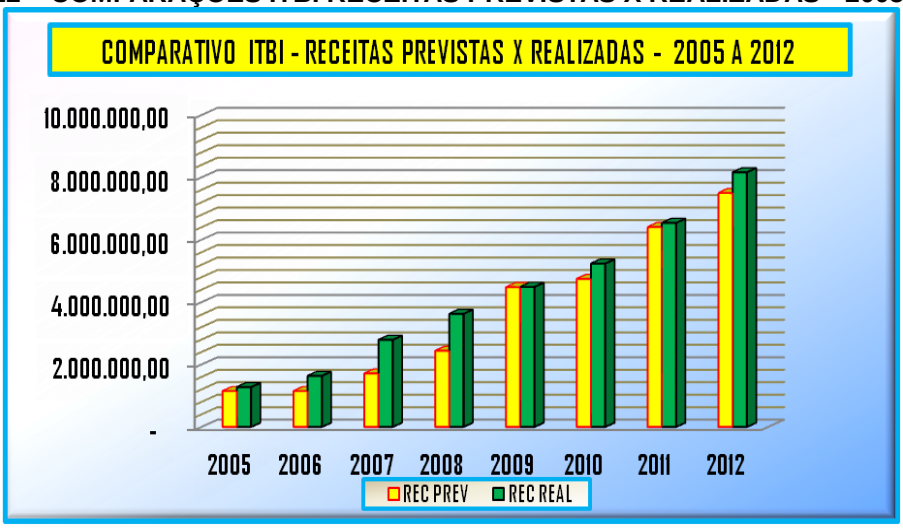
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

QUADRO 13 – CONTINUAÇÃO

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI - C O M P A R A Ç Õ E S														
MESES	COMPARAÇÃO RECEITAS PREVISTAS VERSUS REALIZADA (%)								COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS - EVOLUÇÃO (%)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2008 x 2007	2009 x 2008	2010 x 2009	2011 x 2010	2012 x 2011	2012 x 2005
JAN	19%	50%	-5%	4%	-43%	49%	108%	-44%	18%	33%	70%	118%	-44%	**566%**
FEV	-5%	39%	18%	34%	-36%	-10%	51%	49%	52%	-10%	15%	77%	47%	**629%**
MAR	-15%	9%	28%	67%	10%	6%	10%	39%	90%	14%	23%	32%	57%	**692%**
ABR	11%	51%	69%	54%	26%	9%	-25%	28%	75%	18%	29%	-12%	67%	**643%**
MAI	-35%	32%	52%	60%	-8%	-8%	9%	10%	83%	-17%	26%	27%	19%	**527%**
JUN	2%	20%	65%	45%	18%	-12%	11%	9%	65%	9%	-3%	45%	7%	**444%**
JUL	9%	38%	155%	22%	63%	32%	-30%	-10%	-36%	137%	-10%	-2%	31%	**395%**
AGO	20%	180%	106%	99%	31%	-15%	-12%	48%	47%	25%	-25%	60%	37%	**549%**
SET	-40%	76%	83%	57%	16%	-24%	-15%	24%	39%	24%	-18%	47%	21%	**773%**
OUT	24%	50%	176%	27%	-31%	0%	-23%	51%	-32%	4%	49%	-5%	88%	**357%**
NOV	-38%	40%	31%	70%	-11%	3%	-1%	18%	61%	14%	14%	26%	28%	**787%**
DEZ	32%	-10%	9%	36%	-15%	112%	9%	-31%	18%	64%	80%	-20%	12%	**438%**
ACUM	**-4%**	**43%**	**5%**	**63%**	**-13%**	**10%**	**2%**	**9%**	**30%**	**24%**	**17%**	**25%**	**25%**	**539%**

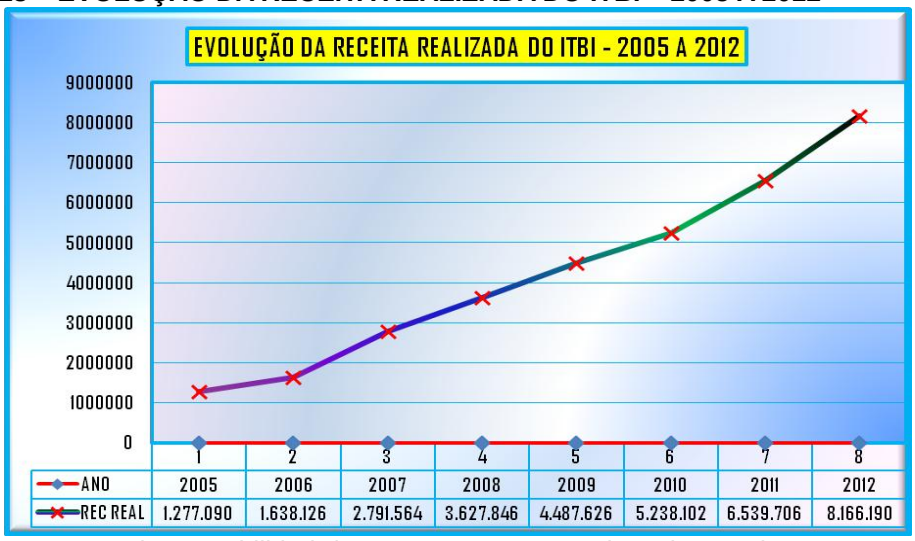
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

GRÁFICO 12 – COMPARAÇÕES ITBI RECEITAS PREVISTAS X REALIZADAS - 2005 A 2012



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente

GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA DO ITBI – 2005 A 2012



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida

5.3.2 TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA

Decorrem do acompanhamento do exercício da proteção prévia da sociedade, seja através da liberação de alvarás, liberação de passeio público ou vistorias.
Sua função é extrafiscal, ou seja, seu objetivo fim não é a arrecadação ou o simples ingresso dos recursos nos cofres públicos, muito embora venha se constituindo em uma razoável fonte de recursos para promover as melhorias sociais, visto que precipuamente seu fim é o resguardo do patrimônio público e particular, bem como a integridade física dos membros da sociedade.
A SEMFAZ objetivando atender às determinações legais, especificamente, o artigo 77, do CTN, não mais promove lançamento de TAXAS “de ofício”, mas, previamente, executam a prestação dos serviços com a realização de vistorias “in loco”, medições de áreas, publicidades e outras atividades correlatas. Estabeleceu-se um cronograma de vencimentos de taxas de localização e funcionamento de forma que facilitasse tanto a execução dos trabalhos diligenciais, como o cronograma de desembolso dos empresários.
Com a execução das medidas adotadas, observaram-se ocorrências de divergências de horários de funcionamentos, de áreas utilizadas e de publicidades, que resultaram lançamentos complementares.
No fechamento das arrecadações de ***2012***, o esforço fiscal resultante da arrecadação do tributo

(Taxa de Localização, Funcionamento, vistoria e Publicidade) em 2012 foi:
Deficitário (-) em 5º (cinco por cento), se comparado com a receita prevista para 2012;
Superavitário em 8º (oito por cento), se comparado com a receita realizada em 2011;
Superavitária em 231% (duzentos e trinta e um por cento), se comparada à receita realizada em 2005.
Dentre outras necessidades de diligências, a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) inseriu nova demanda de atividades para serem diligenciadas pelos agentes fiscais que executam as atividades de Poder de Polícia Municipal, objetivando o atendimento à legislação tributária aplicável.
Merece destaque, ainda, a urgente necessidade de diligências “in loco” para as aferições de todos os Cadastros de Pessoas Jurídicas disponibilizados pelo Grupo de Trabalho do Simples Nacional/SEMFAZ, obtidos via *download* do banco de dados da Receita Federal do Brasil e atualizado mensalmente, pelo menos, enquanto não se efetive um “Recadastramento Geral de todos os Contribuintes do Município”.

QUADRO 14 – COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA 2008 X 2009 X 2010 X 2011 X 2012

MÊS	PREV 2008	REAL 2008	PREV 2009	REAL 2009	PREV 2010	REAL 2010	PREV 2011	REAL 2011	PREV 2012	REAL 2012
JAN	276.650,00	1.297.879,58	342.689,00	1.037.743,58	1.156.420,00	726.338,44	880.940,00	1.048.599,70	1.270.000,00	990.457,03
FEV	276.650,00	515.000,68	276.289,00	491.337,52	547.510,00	896.834,16	1.082.960,00	587.094,57	709.000,00	494.360,48
MAR	276.650,00	475.927,18	259.116,00	732.847,38	816.650,00	954.676,98	1.151.280,00	944.159,42	1.136.000,00	863.310,13
ABR	276.650,00	158.640,07	271.327,00	318.309,15	354.710,00	349.403,75	419.640,00	505.611,84	607.000,00	578.256,95
MAI	276.650,00	118.320,55	294.225,00	203.234,93	226.480,00	271.080,41	325.160,00	413.746,94	496.000,00	566.772,80
JUN	276.650,00	118.475,07	283.157,00	201.187,38	244.500,00	214.231,43	257.650,00	354.836,77	308.000,00	578.725,15
JUL	276.650,00	104.559,71	307.199,00	150.961,19	224.690,00	159.958,81	217.350,00	291.963,17	228.000,00	334.251,96
AGO	276.650,00	100.584,69	330.097,00	120.655,14	242.710,00	242.563,44	192.420,00	276.830,85	352.000,00	379.314,96
SET	276.650,00	101.293,28	290.791,00	414.681,52	247.130,00	420.659,17	626.100,00	581.849,04	618.000,00	537.901,88
OUT	276.650,00	104.104,67	329.714,00	102.393,69	223.750,00	135.511,93	169.400,00	175.601,95	194.000,00	267.634,61
NOV	276.650,00	83.286,59	375.891,00	135.752,11	203.480,00	127.281,43	213.510,00	184.146,16	182.000,00	207.133,49
DEZ	276.650,00	76.834,40	455.645,00	127.117,40	210.040,00	153.123,74	204.780,00	159.663,03	223.000,00	193.821,68
TOTAL	**3.319.800,00**	**3.254.906,47**	**3.816.140,00**	**4.036.220,99**	**4.698.070,00**	**4.651.663,69**	**5.741.190,00**	**5.524.103,44**	**6.323.000,00**	**5.991.941,12**

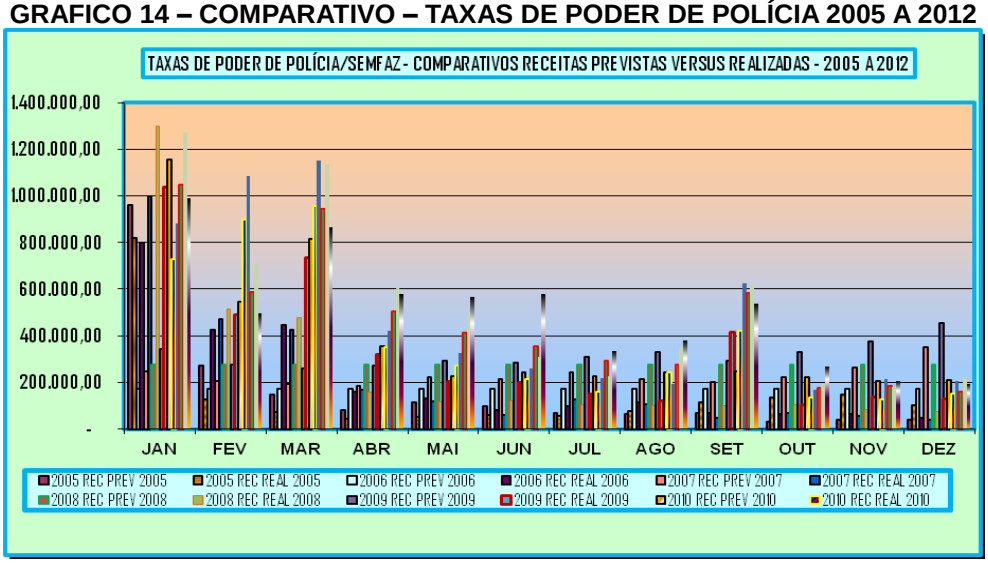
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

QUADRO 14 A – COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA EM % - 2005 A 2012

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - C O M P A R A Ç Õ E S EM (%)														
MESES	COMPARAÇÃO RECEITAS PREVISTAS VERSUS REALIZADA (%)								COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS - EVOLUÇÃO (%)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2008 x 2007	2009 x 2008	2010 x 2009	2011 x 2010	2012 x 2011	2012 x 2005
JAN	-15%	359%	302%	369%	203%	-37%	19%	-22%	30%	-20%	-30%	44%	-6%	21%
FEV	-53%	146%	129%	86%	78%	64%	-46%	-30%	9%	-5%	83%	-35%	-16%	293%
MAR	-51%	157%	119%	72%	183%	17%	-18%	-24%	12%	54%	30%	-1%	-9%	1119%
ABR	-47%	-8%	-9%	-43%	17%	-2%	20%	-5%	-6%	101%	10%	45%	14%	1203%
MAI	-55%	-24%	-47%	-57%	-31%	20%	27%	14%	1%	72%	33%	53%	37%	1009%
JUN	-37%	-53%	-71%	-57%	-29%	-12%	38%	88%	92%	70%	6%	66%	63%	827%
JUL	-17%	-44%	-48%	-62%	-51%	-29%	34%	47%	-17%	44%	6%	83%	14%	498%
AGO	15%	-35%	-50%	-64%	-63%	0%	44%	8%	-6%	20%	101%	14%	37%	403%
SET	73%	-59%	-77%	-63%	43%	70%	-7%	-13%	119%	309%	1%	38%	-8%	366%
OUT	340%	-63%	-69%	-62%	-69%	-39%	4%	38%	54%	-2%	32%	30%	52%	96%
NOV	260%	-63%	-79%	-70%	-64%	-37%	-14%	14%	46%	63%	-6%	45%	12%	39%
DEZ	152%	-73%	-88%	-72%	-72%	-27%	-22%	-13%	89%	65%	20%	4%	21%	87%
ACUM	**-9%**	**20%**	**-3%**	**-2%**	**6%**	**-1%**	**-4%**	**-5%**	**21%**	**24%**	**15%**	**19%**	**8%**	**231%**

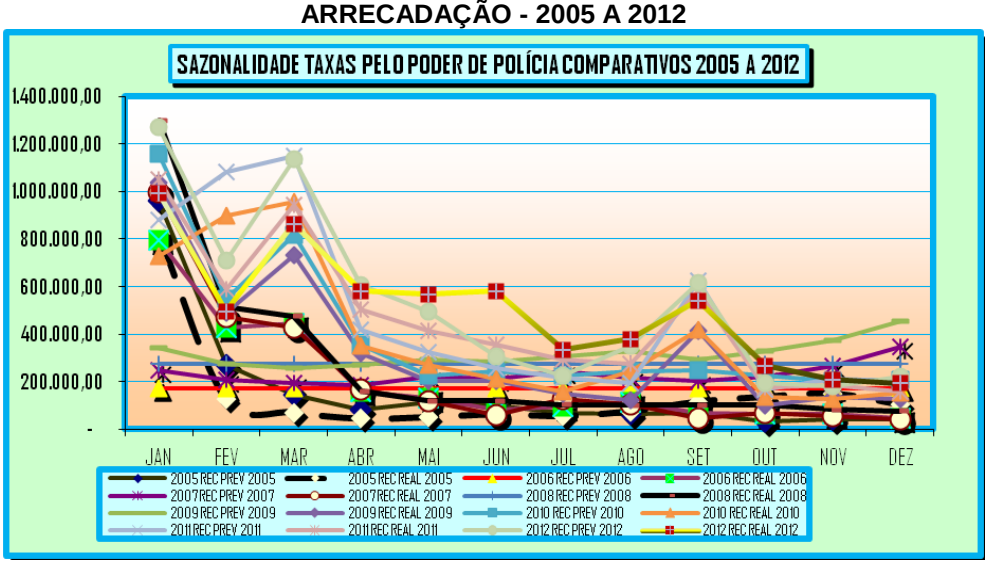
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

GRAFICO 14 – COMPARATIVO – TAXAS DE PODER DE POLÍCIA 2005 A 2012



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

GRAFICO 15 – COMPARATIVO – TAXAS DE PODER DE POLÍCIA SAZONALIDADE ARRECADAÇÃO - 2005 A 2012



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

5.3.3 IPTU E TRSD

O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem se convertido em um enorme desafio, visto que diversos fatores podem ser considerados responsáveis pela baixa adimplência, dentre os quais destacamos:

A falta de titularização dos imóveis – não se têm como executar as dívidas, pois não se sabe quem são os reais proprietários;

Inconsistências cadastrais – faltam dados dos contribuintes;

A ausência de uma cultura de pagar IPTU – “O melhor é aguardar, pois a Prefeitura não vai cobrar mesmo!”.

O Município de Porto Velho, no exercício de 2012, com o intuito de promover a justiça fiscal para os menos favorecidos, com base na legislação vigente, concedeu benefício de isenção do IPTU e da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares para as pessoas inscritas no Programa Social Bolsa

Família do Governo Federal, teve como resultante a concessão de 546 (quinhentos e quarenta e seis) benefícios isentivos.

Objetivando superar as deficiências elencadas, a SEMFAZ desde o ano de 2005 tem incrementado a inscrição dos débitos em DÍVIDA ATIVA e encaminhado com celeridade para a propositura da cobrança judicial, através do Departamento de Execuções Fiscais e da Vara de Execuções Fiscais, observamos que atualmente o comportamento do contribuinte, embora de forma sensível venha mudando, visto que diversos mandados de citações e penhoras estejam chegando às residências dos inadimplentes.

Outra medida importante foi a regularização fundiária, embora o Município, no primeiro momento, deixe de arrecadar o ITBI (isentado pela LC nº. 224/2005 e alterações) assegura de quem exigir o recolhimento do IPTU, visto que o cadastro dos imóveis isentado do ITBI possuem cadastro atualizado.

Na avaliação do fechamento das arrecadações de 2012, embora com os limitadores mencionados, o esforço fiscal resultou de forma positiva, visto que, mesmo com os benefícios concedidos, a arrecadação do imposto em 2012 foi:

Superavitária em 180% (cento e oitenta por cento), se comparada com a receita realizada em 2005;

Superavitária em 11% (onze por cento), se comparada com a receita realizada em 2011;

Deficitária (-) em 6% (seis por cento), se comparada com a receita prevista para 2012.

Os tributos imobiliários perfazem espécies de maior facilidade de gravamento, aferição e cobrança, entretanto, dentre outras questões, em face da falta de investimentos nas estruturas de atualização da PGV (Planta Genérica de Valores), de fiscalização, cobrança, investimento em Educação Fiscal, conscientizando da necessidade do Cidadão pagar o seu IPTU e, principalmente, diante da ausência de uma Política de prestação de contas dos gestores municipais para com os munícipes demonstrando quais os benefícios foram devolvidos à sociedade mediante os recursos obtidos. A cultura de não pagar “é regra”. Precisamos mudar esse paradigma.

A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) tem por objetivo remunerar parte dos serviços contratados pelo Município inerentes à coleta, transporte e limpeza públicas de resíduos (lixo) domiciliares, sendo que em 2012 do total previsto de R$. 7.284.000,00 a arrecadação realizada perfez apenas R$. 6.087.804,72. Resultado Deficitário de (-) 16,5% (dezesseis e meio por cento).

Destaque-se que diferentemente da maioria dos municípios a tributação em Porto Velho pela *TRSD* não leva em consideração o *status* do contribuinte quanto à utilização do imóvel, se comercial ou residencial, situação essa que deverá ser regularizada com o Projeto de Lei Complementar a ser enviado até agosto/2013 ao Executivo para remodelar e atualizar a tributação das taxas cobradas pelo Município de Porto Velho, cuja aplicação inovadora, se aprovado poderá produzir efeitos financeiros em 2014.

QUADRO 15 – COMPARAÇÃO DO IPTU ARRECADAÇÕES 2008 X 2009 X 2010 X 2011 X 2012
VALORES (HISTÓRICOS) EM REAIS E COMPARAÇÕES EM %

MÊS	PREV 2008	REAL 2008	PREV 2009	REAL 2009	PREV 2010	REAL 2010	PREV 2011	REAL 2011	PREV 2012	REAL 2012
JAN	2.992.310,00	3.100.046,11	589.963,00	3.229.524,11	3.649.900,00	3.348.304,32	3.880.140,00	4.811.473,11	5.614.000,00	6.666.636,32
FEV	692.520,00	892.768,82	475.649,00	1.122.313,10	1.268.400,00	1.813.183,81	2.101.191,00	1.384.919,51	1.616.000,00	859.911,64
MAR	366.260,00	316.301,79	446.085,00	560.775,87	633.780,00	774.289,62	897.280,00	612.792,65	715.000,00	499.360,30
ABR	192.150,00	194.649,81	467.108,00	182.983,34	206.800,00	203.494,02	235.820,00	189.198,91	221.000,00	377.257,23
MAI	200.450,00	140.480,40	506.527,00	194.443,59	219.751,00	216.712,22	251.131,00	798.837,88	932.000,00	257.291,48
JUN	77.170,00	203.596,60	487.475,00	185.694,81	184.060,00	172.660,01	200.080,00	288.861,85	235.000,00	232.705,88
JUL	156.590,00	179.110,60	528.864,00	301.072,49	184.060,00	163.810,13	404.311,00	217.023,55	223.000,00	274.598,20
AGO	156.590,00	143.615,29	568.283,00	173.911,32	184.060,00	213.957,10	233.551,00	241.433,92	292.000,00	313.655,42
SET	156.590,00	176.853,45	500.615,00	186.261,70	184.060,00	215.002,52	250.140,00	165.885,78	293.000,00	184.519,51
OUT	156.690,00	112.206,48	567.625,00	159.800,48	184.060,00	178.136,57	214.591,00	189.275,16	243.000,00	266.872,96
NOV	156.590,00	85.658,62	647.120,00	112.984,54	184.060,00	199.591,82	151.731,00	121.975,48	272.000,00	124.057,91
DEZ	156.590,00	99.794,53	784.426,00	138.871,34	184.060,00	140.908,00	186.485,00	133.495,20	191.000,00	122.534,68
TOTAL	**5.460.500,00**	**5.645.082,50**	**6.569.740,00**	**6.548.636,69**	**7.267.051,00**	**7.640.050,14**	**9.006.451,00**	**9.155.173,00**	**10.847.000,00**	**10.179.401,53**

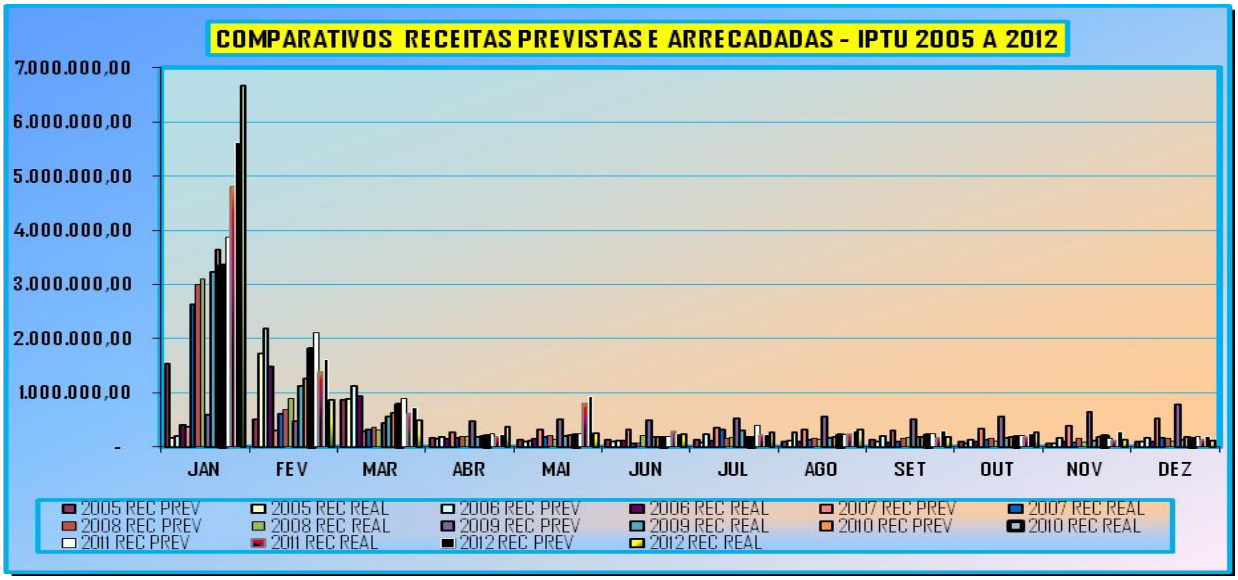
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

QUADRO 15 A – COMPARAÇÃO DO IPTU ARRECADAÇÕES 2005 A 2012
VALORES (HISTÓRICOS) EM REAIS E COMPARAÇÕES EM %

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU - C O M P A R A Ç Õ E S EM (%)														
MESES	COMPARAÇÃO RECEITAS PREVISTAS VERSUS REALIZADA (%)								COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS - EVOLUÇÃO (%)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2008 x 2007	2009 x 2008	2010 x 2009	2011 x 2010	2012 x 2011	2012 x 2005
JAN	-90%	106%	612%	4%	447%	-8%	24%	19%	18%	4%	4%	44%	39%	4097%
FEV	242%	-32%	98%	29%	136%	43%	-34%	-47%	47%	26%	62%	-24%	-38%	-50%
MAR	3%	-17%	11%	-14%	26%	22%	-32%	-30%	-2%	77%	38%	-21%	-19%	-44%
ABR	-13%	-19%	-39%	1%	-61%	-2%	-20%	71%	15%	-6%	11%	-7%	99%	150%
MAI	-29%	18%	-46%	-30%	-62%	-1%	218%	-72%	-20%	38%	11%	269%	-68%	167%
JUN	-23%	-11%	-79%	164%	-62%	-6%	44%	-1%	200%	-9%	-7%	67%	-19%	140%
JUL	-43%	-51%	-9%	14%	-43%	-11%	-46%	23%	-45%	68%	-46%	32%	27%	255%
AGO	13%	-63%	-58%	-8%	-69%	16%	3%	7%	7%	21%	23%	13%	30%	169%
SET	-26%	-64%	-67%	13%	-63%	17%	-34%	-37%	75%	5%	15%	-23%	11%	88%
OUT	-35%	-29%	-61%	-28%	-72%	-3%	-12%	10%	-13%	42%	11%	6%	41%	310%
NOV	7%	-36%	-78%	-45%	-83%	8%	-20%	-54%	-2%	32%	77%	-39%	2%	85%
DEZ	-12%	-38%	-68%	-36%	-82%	-23%	-28%	-36%	-40%	39%	1%	-5%	-8%	34%
ACUM	**-9%**	**-25%**	**19%**	**3%**	**0%**	**5%**	**2%**	**-6%**	**15%**	**16%**	**17%**	**20%**	**11%**	**180%**

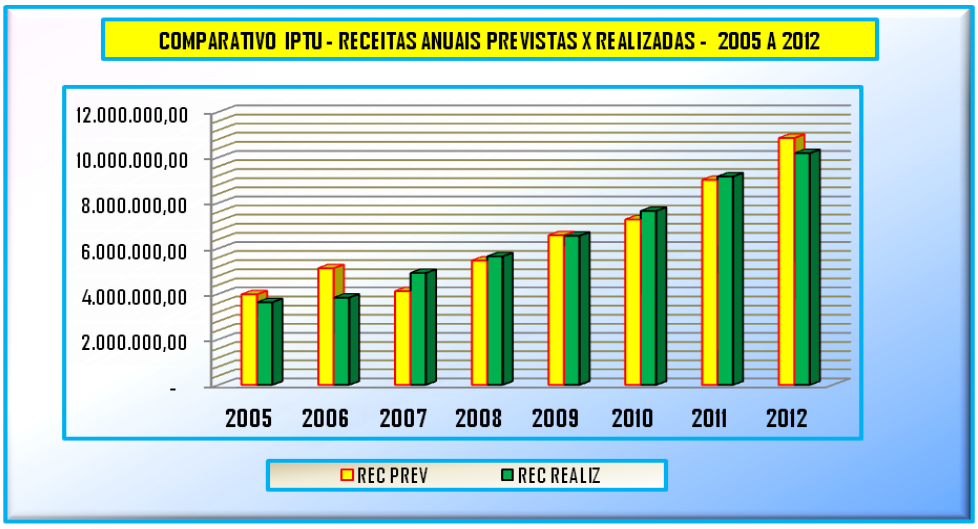
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

GRÁFICO 16 – COMPARATIVOS MENSAIS DAS RECEITAS PREVISTAS E REALIZADAS IPTU 2005 A 2012



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

GRÁFICO 17 – COMPARATIVOS ANUAIS RECEITAS PREVISTAS X ARRECADADAS DO IPTU 2005 A 2012

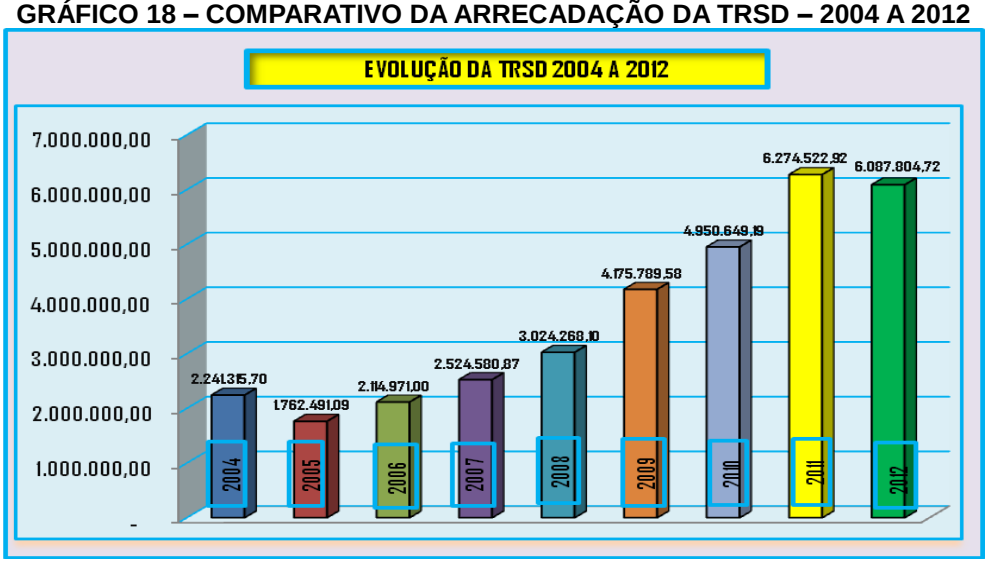


Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

QUADRO 16 – DEMONSTRATIVO DA TRSD – COMPARATIVO 2004 A 2012

ANO	RECEITA REALIZADA
2004	2.241.315,70
2005	1.762.491,09
2006	2.114.971,00
2007	2.524.580,87
2008	3.024.268,10
2009	4.175.789,58
2010	4.950.649,19
2011	6.274.522,92
2012	6.087.804,72
TOTAL	**33.156.393,17**

GRÁFICO 18 – COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DA TRSD – 2004 A 2012



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

5.3.4 ISSQN

Imposto Sobre de Serviços de Qualquer Natureza

Competência:
Simplesmente conhecido como ISS (Imposto Sobre Serviços), é de competência dos Municípios, conforme artigo 156, inc. III, da CF/1988.

Fundamentação Legal: (Vigente à época)

Artigo 156, inciso III, da Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº. 116, de 31.07.2003 (Norma Geral Federal);
Lei Complementar nº. 199/2004 e alterações;
Lei Complementar nº. 369/2009;
Lei Complementar nº. 400/2010.

Função:
Tem função predominantemente fiscal, perfaz-se na mais importante fonte de receita tributária própria dos municípios, embora não tenha alíquota uniforme, não se pode dizer que seja um imposto seletivo. Muito menos que tenha função extrafiscal relevante. Muitos municípios não o arrecadam por falta de condições administrativas, dentre outros motivos.
Em Porto Velho perfaz a maior fonte de receita tributária própria.

Fato Gerador:

Compreende, conforme determinação constitucional, todos os serviços não abrangidos na competência tributária dos estados e devem ser definidos em Lei Complementar (LC nº116/2003).

Base de Cálculo:

Geralmente: é o preço do serviço sem qualquer dedução.
Exceções:
– *Construção Civil*: dedução do material empregado limitado ao equivalente a 60% do Faturamento Bruto, desde que integrem/incorporem fisicamente o bem imóvel, ou o valor remanescente após a dedução dos materiais empregados devidamente comprovados por notas fiscais de aquisições

destes materiais – o valor a ser tributado corresponde aos serviços em sua totalidade.
– *Hospitais*: 70% do faturamento bruto (consideram-se como materiais utilizados nos procedimentos hospitalares - alimentação, material penso e outros – como sendo equivalente a 30% do faturamento). Inexiste possibilidade de comprovação, por meio de notas fiscais ou outro artifício documental, para obtenção de dedução diferente;
– *Outras situações: conforme previsto na* Lei Complementar nº. 369, de 22 de dezembro de 2009, que alterou diversos dispositivos atinentes ao ISSQN aplicados em 2010, bem como na Lei Complementar nº. 400/2010, aplicados a partir de 2011.

Contribuinte
- Direto:
É a pessoa jurídica ou física a ela equiparada prestadora de serviços e os profissionais autônomos, que tenha relação direta com o imposto.

- Responsável:
É o tomador, contratante ou intermediador do serviço, nos termos da Legislação aplicável. È responsável pelo pagamento integral do imposto devido, inclusive multa e acréscimos legais, independentemente, de haver ou não procedidos a retenção do imposto na fonte no ato do pagamento. (art. 6º, § 1º, LC 116/2003).

Lançamento:
A modalidade de lançamento é feita por homologação, os termos do art. 150, do Código Tributário Nacional, pois, no caso deste imposto, é o contribuinte quem calcula o valor devido, declara, recolhe e aguarda a homologação por parte do Fisco – se não efetivada expressamente no prazo de 5 anos após a ocorrência do fato gerador, considera-se tacitamente homologado por decurso de prazo.

MEDIDAS DE ESFORÇO FISCAL PARA MELHORAR A ARRECADAÇÃO DO ISSQN

O ISSQN (incluso o Simples Nacional) perfaz a maior fonte de Receitas Tributárias Próprias (RTP) do Município, representando no exercício de 2012, o equivalente 76% (setenta e seis por cento) das citadas receitas, superando, inclusive, em valores efetivos individuais, o FPM e Cota-Parte do ICMS, isoladamente.
Diversas ações têm corroborado para o sucesso arrecadatório, dentre elas destacamos:
As efetivas ações fiscalizadoras promovidas pelos auditores do Tesouro Municipal, quem muito embora em número insuficiente de servidores, tem realizado trabalhos além das possibilidades, conforme estrutura disponível, sejam através de diligências em estabelecimentos púbicos (tomadores de serviços – obrigatoriedade de retenções quando contratarem determinados serviços) ou empreendimentos particulares prestadores de serviços, perfazendo o total de 1.083 (mil e oitenta e três) interveniências a contribuintes realizadas, seja por meio diligências, pareceres, auditorias, emissões de relatórios e documentos fiscais;
Reenquadramento dos contribuintes intitulados de sociedades uniprofissionais;
Acompanhamento/monitoramento diário dos efetivos dos faturamentos inerentes às obras de Construção das Usinas do Rio Madeira e das subempreitadas contratadas.
Na avaliação parcial, com o fechamento das arrecadações de 2012, embora com as carências inerentes ao quadro deficitário de pessoal, de equipamentos, de ausências de estruturas físicas compatível com as atividades de auditoria e a falta de um Sistema de Tributação plenamente informatizado, falta de veículos (servidores não são reembolsados pelos usos e desgastes de seus veículos utilizados para desempenhar suas funções), dentre outros, ***O ESFORÇO FISCAL*** obteve os seguintes resultados:
Superavitário em 989% (novecentos e oitenta e nove por cento), se comparado com a receita realizada em 2005;
Superavitário em 8% (oito por cento), se comparado com receita realizada em 2011;
Superavitário em 6% (seis por cento), se comparada com a receita prevista para 2012.

O desempenho na arrecadação deste tributo resultou **ao final do exercício de 2012** em ***SUPERÁVIT*** e poderá ser ampliado, entretanto, faz-se imprescindível a adoção de uma política que valorize a Máquina Fazendária, instrumentalizando-a, seja com ingressos de novos servidores de apoio (auditores, fiscais e técnicos da área tributária), seja com a aquisição de equipamentos de informática, estrutura física e de sistemas informatizados condizentes com o mundo globalizado e

promovendo uma ampla reestruturação da Secretaria Municipal de Fazenda, enfim, valorizando o corpo técnico que possui.

A Fazenda Municipal deve ter como foco o exercício de atividades voltadas à arrecadação dos tributos próprios e ações efetivas que propiciem aumentos nos recursos oriundos de transferências constitucionais voluntárias, que, acrescente-se, quase sempre não correspondem ao volume real de recursos que deveriam ingressar nos cofres municipais. Assim, entendemos que atividades voltadas à "regulação urbana" não perfazem competências originárias de Secretarias de Fazendas ou Finanças, portanto, para se desonerar de tais atividades não arrecadatória e a perda de tempo e o dispêndio de energias, tais atividades devem ser alocadas em outras Secretarias cujas competências lhes são mais conexas.

O recolhimento do ISSQN pelos optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) vem desde o mês de JULHO/2007 contribuinte de forma significativa com a arrecadação do Município, tendo sido observado uma evolução de 740,35%, comparando-se 2007 com 2012 (Quadro 18 e Gráfico 21).

QUADRO 17 – COMPARAÇÃO ARRECADAÇÕES DO ISSQN 2008 A 2012

MÊS	PREV 2008	REAL 2008	PREV 2009	REAL 2009	PREV 2010	REAL 2010	PREV 2011	REAL 2011	PREV 2012	REAL 2012
JAN	3.297.820,00	3.015.686,13	3.692.325,00	5.585.906,23	6.535.860,00	11.832.174,36	13.752.051,00	20.628.508,62	16.756.000,00	20.910.299,75
FEV	2.393.810,00	2.512.106,06	2.976.887,00	4.047.384,55	4.735.691,00	8.542.654,76	9.928.780,00	13.424.806,45	15.570.000,00	16.426.429,34
MAR	2.449.630,00	2.676.630,40	2.791.859,00	4.814.891,73	5.633.720,00	12.387.353,28	14.397.311,00	15.223.105,53	17.655.000,00	12.716.153,00
ABR	2.838.060,00	2.831.934,89	2.923.434,00	13.204.003,44	15.449.511,00	14.785.499,84	17.184.580,00	16.471.411,58	19.103.000,00	15.895.114,59
MAI	2.839.470,00	3.155.242,17	3.170.137,00	6.835.401,58	7.997.851,00	13.400.519,36	15.574.880,00	12.673.476,90	14.698.000,00	15.560.263,48
JUN	3.032.210,00	3.375.821,03	3.050.897,00	7.036.134,85	8.070.531,00	14.477.048,97	16.826.080,00	14.731.564,39	16.756.000,00	14.038.511,26
JUL	2.808.500,00	3.324.610,02	3.309.936,00	8.657.982,09	8.070.531,00	15.389.171,11	15.995.711,00	18.511.004,42	16.756.000,00	16.573.808,84
AGO	2.808.500,00	3.572.387,46	3.556.638,00	9.138.131,71	8.070.531,00	11.401.723,90	15.995.711,00	16.852.479,63	16.756.000,00	20.066.475,99
SET	2.808.500,00	3.954.661,70	3.133.132,00	9.986.473,59	8.070.531,00	18.511.290,24	15.995.711,00	17.016.479,75	16.756.000,00	18.438.955,59
OUT	2.808.500,00	3.918.965,46	3.552.526,00	9.635.739,88	8.070.531,00	16.540.883,68	15.995.711,00	15.896.802,49	16.756.000,00	21.672.677,58
NOV	2.808.500,00	4.662.105,91	4.050.045,00	10.183.104,73	8.070.531,00	20.974.754,43	15.995.711,00	17.532.367,37	16.756.000,00	18.115.092,76
DEZ	2.808.500,00	4.373.593,21	4.909.394,00	10.978.635,30	8.070.521,00	23.423.609,09	15.995.703,00	17.524.593,47	16.756.000,00	21.777.830,64
TOTAL	**33.702.000,00**	**41.373.744,44**	**41.117.210,00**	**100.103.789,68**	**96.846.340,00**	**181.666.683,02**	**183.637.940,00**	**196.486.600,60**	**201.074.000,00**	**212.191.612,82**

Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

QUADRO 17 A – COMPARAÇÃO ARRECADAÇÕES DO ISSQN 2005 A 2012

	COMPARAÇÃO RECEITAS PREVISTAS VERSUS REALIZADA								COMPARAÇÃO RECEITAS REALIZADAS - EVOLUÇÃO					
	(%)								(%)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2008 x 2007	2009 x 2008	2010 x 2009	2011 x 2010	2012 x 2011	2012 x 2005
JAN	23%	38%	23%	-9%	51%	81%	50%	25%	3%	85%	112%	74%	1%	1232%
FEV	3%	28%	8%	5%	36%	80%	35%	6%	18%	61%	111%	57%	22%	1291%
MAR	-6%	19%	17%	9%	72%	120%	6%	-28%	23%	80%	157%	23%	-16%	820%
ABR	11%	27%	42%	0%	352%	-4%	-4%	-17%	12%	366%	12%	11%	-3%	949%
MAI	4%	24%	19%	11%	116%	68%	-19%	6%	25%	117%	96%	-5%	23%	944%
JUN	30%	39%	32%	11%	131%	79%	-12%	-16%	26%	108%	106%	2%	-5%	698%
JUL	29%	53%	8%	18%	162%	91%	16%	-1%	32%	160%	78%	20%	-10%	894%
AGO	23%	51%	22%	27%	157%	41%	5%	20%	42%	156%	25%	48%	19%	1096%
SET	35%	42%	34%	41%	219%	129%	6%	10%	52%	153%	85%	-8%	8%	868%
OUT	26%	43%	87%	40%	171%	105%	-1%	29%	-2%	146%	72%	-4%	36%	1117%
NOV	13%	59%	-28%	66%	151%	160%	10%	8%	154%	118%	106%	-16%	3%	1052%
DEZ	36%	65%	-9%	56%	124%	190%	10%	30%	44%	151%	113%	-25%	24%	995%
ACUM	**19%**	**41%**	**19%**	**23%**	**143%**	**88%**	**7%**	**6%**	**31%**	**142%**	**81%**	**8%**	**8%**	**989%**

Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

GRÁFICO 19 – RECEITAS DO ISSQN PREVISTAS *VERSUS* ARRECADADAS 2005 A 2012

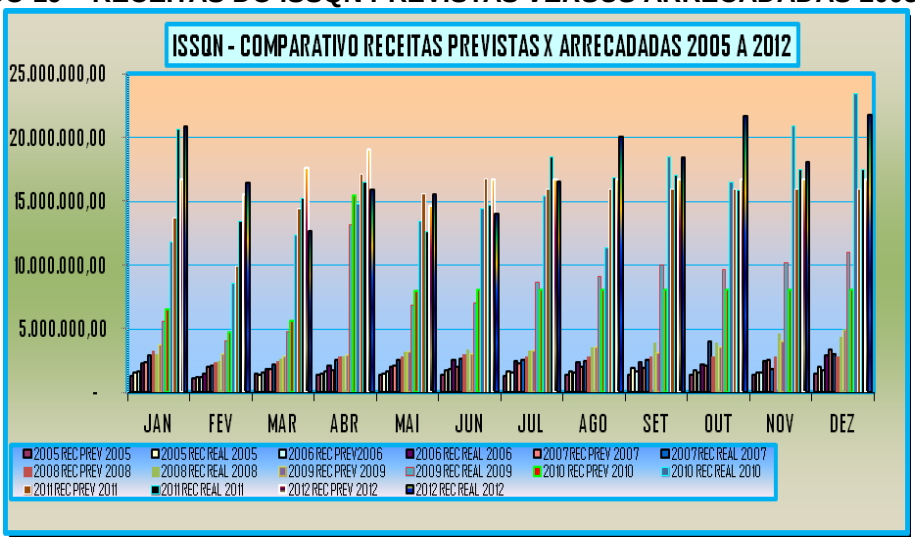
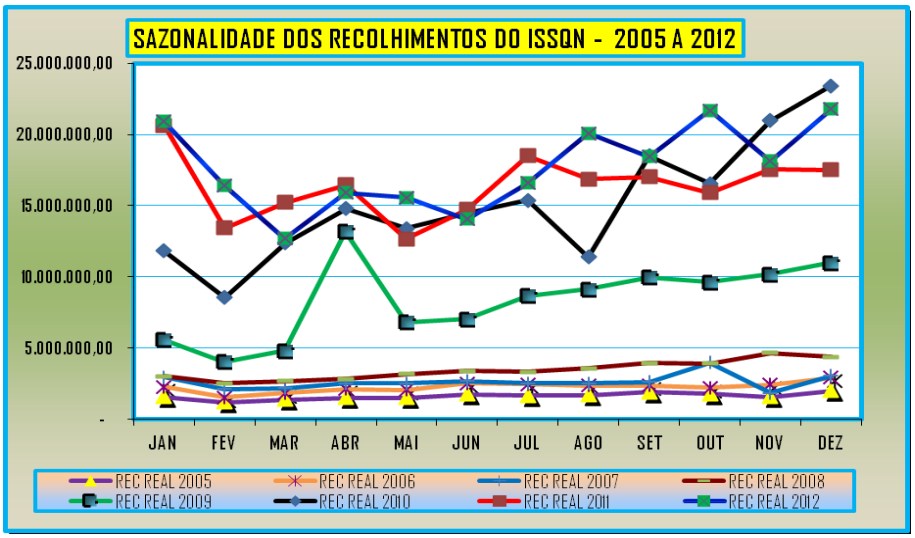


GRÁFICO 20 – COMPARATIVO DA SAZONALIDADE DOS RECOLHIMENTOS DO ISS 2005 A 2012



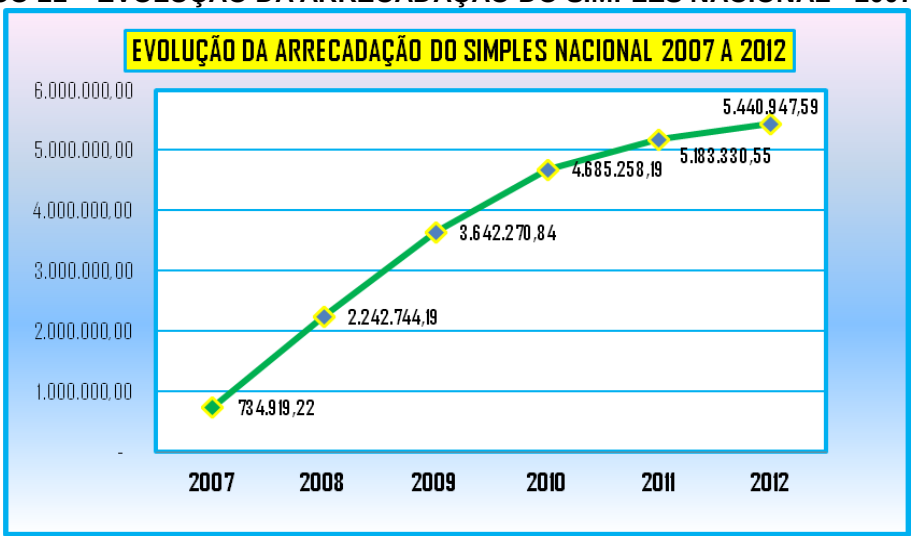
Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

QUADRO 18 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL - 2007 A 2012

2007	2008	2009	2010	2011	2012
734.919,22	2.242.744,19	3.642.270,84	4.685.258,19	5.183.330,55	5.440.947,59
EVOLUÇÃO PERCENTUAL BASE 2007 PARA 2012					
740,35					

Fonte: SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil, Demonstrativos da Receita Corrente Líquida 2007 a DEZ/2012.

GRÁFICO 21 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL - 2007 A 2012



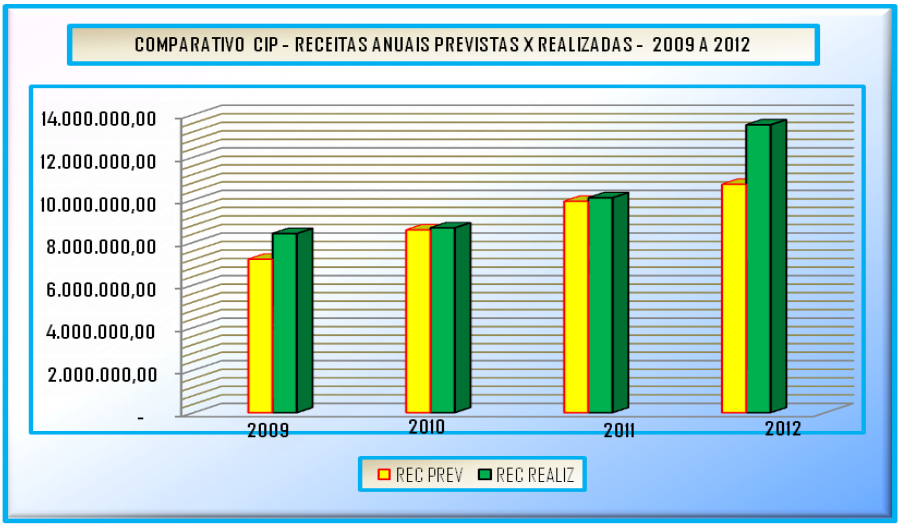
Fonte: SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil, Demonstrativos da Receita Corrente Líquida 2007 a DEZ/2012.

QUADRO 19 – COMPARATIVO - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP			
ANO	**RECEITA PREVISTA**	**RECEITA REALIZADA**	**REALIZ x PREV**
2009	**7.205.400,00**	**8.408.727,88**	**16,70%**
2010	**8.581.090,00**	**8.675.987,97**	**1,11%**
2011	**9.924.400,00**	**10.089.054,09**	**1,66%**
2012	**10.724.000,00**	**13.514.030,46**	**26,00%**

Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

GRÁFICO 22 – COMPARATIVO CIP PREVISTA X REALIZADA 2009 A 2012



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).
No Exercício de 2012 estão computadas as Receitas Realizadas de Janeiro a Novembro.

5.4 – RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

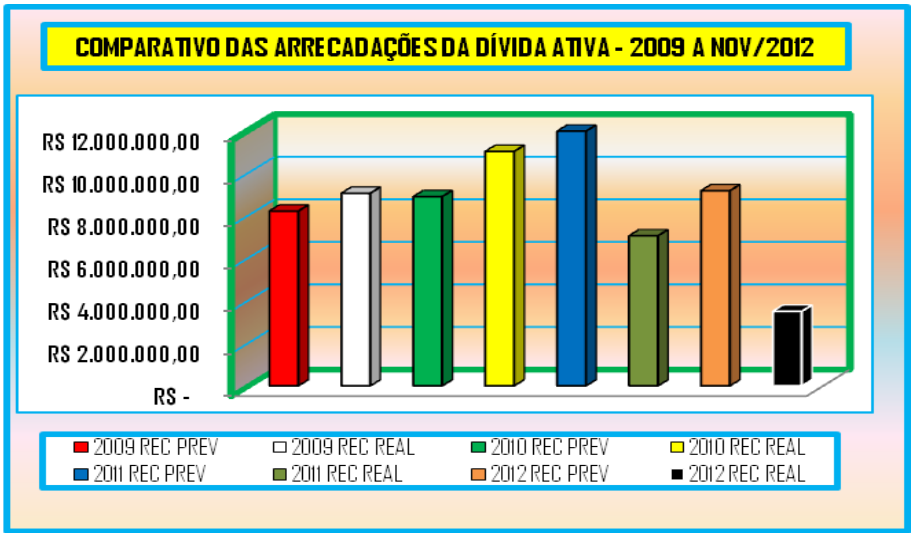
5.4.1 – DÍVIDA ATIVA - TOTAL

QUADRO 20 – COMPARAÇÃO DAS RECEITAS DE DÍVIDA ATIVA PREVISTA *VERSUS* REALIZADAS 2009 A 2012

COMPARATIVO - CARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA							
2009		2010		2011		2012	
REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL	REC PREV	REC REAL
R$ 8.212.560,00	R9.049.066,69	R 8.892.600,00	R$ 11.014.924,87	R$ 11.969.280,00	R$ 7.050.823,07	R$ 9.168.000,00	R$ 3.499.156,04
RESULTADOS RECEITAS PREVISTAS VERSUS REALIZADAS							
2009	10,20%	2010	23,80%	2011	-41,00%	2012	-62,00%

Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida (RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).
***** No Exercício de 2012 estão computadas as Receitas Realizadas de Janeiro a Novembro.

GRÁFICO 23 – COMPARATIVO DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS PREVISTAS E REALIZADAS - 2009 A 2012



Fonte: Departamento de Contabilidade/SEMFAZ - Demonstrativos da Receita Corrente Líquida

(RREO - ANEXO III, LRF, art. 53, inciso I).

5.4.2 – RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NA INSTÃNCIA ADMINISTRATIVA
5.4.2.1 – ANISTIA TRIBUTÁRIA

A Lei Complementar nº. 401, de 27 de dezembro de 2010, que trata do Programa de Estímulo à Regularização Fiscal (PROERF), cuja implementação e aplicação iniciou-se em JANEIRO/2011, concedendo a anistia de juros e multas para créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2009
Além da Lei de Anistia explicitada, encontra-se em vigor a Lei n° 1.903/2010, que regula o parcelamento de dívidas tributárias sem o benefício da anistia, que, também, é utilizada na recuperação de créditos tributários.

5.4.3 – RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NA INSTÃNCIA JUDICIAL

Esta receita é administrada pela Procuradoria Geral do Município desde setembro/2006, através da Sub Procuradoria da Divida Ativa e Sub Procuradoria Fiscal.
Assim sendo, caberá a Procuradoria Geral complementar a informação de quantas ações foram propostas, bem com a ocorrência da plena citação pelo poder judiciário com incidência de recebimento da receita ajuizada, tendo sido constatado resultado ***deficitário*** de (-) 62% (sessenta e dois por cento), em relação à meta prevista para 2012.

6 – ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

O Atendimento ao contribuinte é executado pelo Departamento de Administração Tributária, através da Divisão de Atendimento ao Contribuinte, com postos de atendimentos na própria SEMFAZ e no Shopping do Cidadão, tendo durante ao exercício de 2012 e demais anos anteriores (a partir de 2006) executados os seguintes quantitativos de atendimentos:

QUADRO 21 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS PRESENCIAIS NA SEMFAZ - JAN- DEZ/

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/DAC - 2012*													
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	832	6.231	8.265	7.973	638	458	685	590	5.638	3.456	2.370	1.200	38.336
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PARCELAMENTO	159	221	187	189	158	248	164	234	230	210	340	280	**2.620**
TOTAL GERAL													**40.956**

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ

QUADRO 22 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS PRESENCIAIS NA SEMFAZ - 2011

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/DAC - 2011													
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	9.320	9.913	10.086	16.429	3.380	4.720	4.686	9.044	8.045	9.557	5.104	3.982	94.266
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PARCELAMENTO	462	516	463	332	601	1.260	634	350	607	451	202	154	6.032
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TOTAL GERAL													**100.298**

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ

QUADRO 23 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS PRESENCIAIS NA SEMFAZ – 2010

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/DAC - 2010													
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	11.131	8.346	9.576	8.099	7.408	5.518	9.701	14.870	8.064	5.526	7.071	5.354	100.664
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PARCELAMENTO	449	183	358	359	359	384	694	396	292	282	437	341	4.534
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TOTAL GERAL													**105.198**

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ

QUADRO 24 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS PRESENCIAIS NA SEMFAZ - 2009

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/DAC - 2009													
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	7.417	11.758	7.598	10.699	11.312	10.827	10.414	10.220	7.988	7.880	5.071	13.443	114.627
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PARCELAMENTO	327	320	392	393	400	312	315	420	1.167	1.312	367	850	6.575
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL

ATENDIMENTO SHOPPING	1.700	1.319	917	1.644									15.707
TOTAL GERAL												**136.909**	

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ

QUADRO 25 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS PRESENCIAIS NA SEMFAZ - 2008

ACOMPANHAMENTO GERAL DOS ATENDIMENTOS 2008 - DAC							
PRODUÇÃO GERAL ATENDIMENTOS							
MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Atendimentos	24.180	19.374	21.214	18.775	21.769	22.851	128.163
MÊS	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimentos	16.030	18.178	19.784	14.386	14.738	12.068	95.184
TOTAL GERAL							**223.347**

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ

QUADRO 26 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS PRESENCIAIS NA SEMFAZ - 2007

ACOMPANHAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO/SEMFAZ													
PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007													
	JAN	**FEV**	**MARÇ**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**	**TOTAL**
ATENDIMENTO/SEMFAZ	2.929	2.929	15.758	19.897	22.656	15.122	12.721	16.503	12.166	13.653	15.713	12.625	162.672
ATENDIMENTO/SHOPPING	194	194	1.527	1.738	1.368	1.464	1.705	1.675	1.325	1.487	506	1.264	14.447
TOTAL GERAL	3.123	3.123	17.285	21.635	24.024	16.586	14.426	18.178	13.491	15.140	16.219	13.889	**177.119**
ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE PARCELAMENTO													
	JAN	FEV	MARC	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTO/SEMFAZ	200	246	173	186	278	203	324	237	159	178	85	295	1.286
ATENDIMENTO/SHOPPING	30	46	13	23	14	25	21						151
TOTAL GERAL	230	292	186	209	292	228	345	237					1.437

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ

QUADRO 27 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS PRESENCIAIS NA SEMFAZ - 2006

RELATÓRIO ESTATÍSTICO ATENDIMENTO/ SEMFAZ /2006													
REERENTES 2006	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGOS	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
ATENDIMENTO DIARIO / NA SEMFAZ	9128	18972	24254	21658	15456	15096	13221	23795	22296	17112	9476	17179	207643
ATENDIMENTO DIARIO /SHOPPING	2252	2114	2076	1606	1976	2119	2572	2519	1745	2354	2459	2330	26122
ATENDIMENTO EXCLUSIVO PROTOCOLO	1967	9014	9896	8285	2781	5880							37823
TOTAL	11380	21086	26330	23264	17432	17215	15793	26314	24041	19466	11935	19509	**233.765**

Fonte: Divisão de Atendimento ao Contribuinte/DAT/SEMFAZ

6.1 DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA WEB – CONSEQUÊNCIAS

Importante ressaltar que as demandas presenciais de contribuintes na SEMFAZ e postos de atendimentos estariam muito além dos números demonstrados neste item, se não houvesse as disponibilizações de serviços na *web* nos sítios ***www.semfazonline.com*** e ***www.portovelho.ro.gov.br***, tais como: Declaração eletrônica de Serviços Prestados e Tomados (Guias de Informações Mensais do ISSQN e Guias de Informações do Contribuinte Responsável), Geração e Emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), Guias de ITBI (***ITBI on line***), Certidões Negativas, Documentos de Arrecadações Municipais (Dam's), Formulários-Requerimentos referente a todos os serviços prestados pela SEMFAZ e disponibilizações das legislações tributárias do Município de Porto Velho.

Destaque-se que a carência de número de profissionais de Tecnologia da Informação tem sido uma situação contínua. A estratificação de um Projeto para *WEB* para a prestação de serviços fiscais exige acompanhamento diuturno e evolutivo. Eis a justificativa de um número limitado de serviços, visto que os mesmos profissionais de TI são responsáveis por inúmeras demandas e de toda sorte.

Elencamos a seguir os dados estatísticos (Quadro 26) originados dos serviços ofertados pela SEMFAZ, via web no portal www.semfazonline.com, que representaram um crescimento de 40% (quarenta por cento), se comparado a 2011, e 57.600% (cinquenta e sete mil e seiscentos e cinco por cento), se comparado a 2007.

QUADRO 28 – ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS E SERVIÇOS WEB PRESTADOS PELA SEMFAZ - 2007 A 2012

QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS EMITIDOS PELO PORTAL SEMFAZONLINE							
PERIODO DE 15/09/2007 A 31/12/2012							
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**TOTAL**
1.IMPOSTO PREDIAL + COTA FÁCIL	-		2.186	5.826	10.938	13.227	32.177
2.IMPOSTO TERRITORIAL	-		918	2.931	4.896	6.488	15.233
3.TAXA DE RESIDUOS SÓLIDOS	-	-	1.983	6.021	10.833	7.137	25.974
4.ISSQN MENSAL	174	9.734	11.459	11.348	13.258	12.818	58.791
5.ISSQN RETENÇÃO	257	7.244	13.287	41.615	48.671	53.525	164.599
6.CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO	-	-	46.246	66.092	72.705	77.045	262.088
7.TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO	-	-	-	3.511	6.200	64.494	74.205
8.EMISSÃO 2ª VIA ITBI	-	-	59	13	937	100	1.109
9.ITBI ONLINE (lançado em agosto/2011)	-	-	-		289	4.136	4.425
10.NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA	-	-	-	4.813	9.041	9.286	2.140
Total de Documentos Emitidos	**431**	**16.978**	**76.138**	**142.170**	**177.768**	**248.256**	**661.741**
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO ANUAL (BASE INICIAL 2007)	**100%**	**2008 X 2007**	**2009 X 2008**	**2010 X 2009**	**2011 X 2010**	**2012 X 2011**	-
		3839%	**348%**	**87%**	**25%**	**40%**	-
COMPARATIVO DE CRESCIMENTO 2012 VERSUS 2007 - PERCENTUAL							**57.600%**
NOTAS:							
1)Dados tabulados até 31/12/2012;							
2) A Evolução percentual representa o acréscimo do números de atendimentos web tomando-se por parâmetro o total de atendimentos de cada ano imediatamente anterior.							
3) O comparativo de crescimento 2011 versus 2007 representa o percentual dos números de serviços prestados não presenciais em 2007 e no ano de 2012.							

QUADRO 29 – ESTATÍSTICAS DE EMISSÕES DE DOCUMENTOS EM ATENDIMENTOS PRESENCIAIS NA SEMFAZ - 2007 A 2012

PERIODO DE 15/09/2007 A 30/12/2012							
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012***	**TOTAL**
COTA FACIL						**1010**	1010
IMPOSTO PREDIAL	83.864	45.937	63.074	47.983	41.438	**11.237**	209.669
IMPOSTO TERRITORIAL	25.592	23.376	24.450	21.592	21.655	**5.140**	96.213
TAXA DE RESIDUOS SÓLIDOS	81.929	52.460	82.092	64.550	50.970	**15.963**	266.035
ISSQN MENSAL	94.081	41.862	42.562	18.295	4.886	**2.576**	110.181
ISSQN RETENÇÃO	40.091	22.922	36.998	6.918	1.699	**1.123**	69.660
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO	15.241	18.913	3.351	292	174	**75**	22.805
TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO	15.482	14.366	13.935	12.474	10.054	**10.740**	61.569
EMISSÃO 2ª VIA ITBI	3.663	3.153	3.732	3.645	5.719	**50**	16.299
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA	13.210	13.760	14.675	9.874	4.665	**5.595**	48.569
Total de Documentos Emitidos	373.153	236.749	284.869	185.623	141.260	**53.509**	902.010
INVOLUÇÃO PERCENTUAL DE ADESÃO ANUAL	**100%**	**-37%**	**-24%**	**-50%**	**-62%**	**-77%**	**-**
NOTAS: Dados tabulados até 31/12/2012*; A involução percentual representa a redução dos números de documentos emitidos em atendimentos presenciais tomando-se por parâmetro fixo o total de atendimentos (documentos emitidos) de 2007.							

Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação/SEMFAZ

7 – TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

SÍNTESE:

Consiste no acompanhamento das declarações efetuadas pelos estabelecimentos comerciais domiciliados no município de Porto Velho, verificando as reais efetivações realizadas, comparando-as com as auferidas em anos anteriores e apresentando contestações – quando os índices forem desfavoráveis ao Município.
A existência e manutenção deste Programa, que, destaque-se, vem sendo exemplarmente realizado pelos Auditores lotados na Divisão de Acompanhamento de Repasses Constitucionais (DARC), fazem-se necessárias face à observação de que, embora Porto Velho seja o município mais populoso de Rondônia, conseqüentemente o maior consumidor de produtos, o índice existente tendencia à regressão, devido ao grande crescimento que se observa nos demais municípios do Estado. Assim, qualquer descuido poderá resultar em prejuízos às transferências de receitas do ICMS para o Município.
Outra importante fonte de recursos é a cota do IPVA (50% do imposto pago pelos proprietários dos veículos licenciados no Município), conforme diligência realizada, em torno de 50% da frota do Estado está estabelecida em Porto Velho. Mas, então, o quê justifica transferências tão reduzidas?
O Fundo de Participação dos Municípios, que já chegou a representar 23% das receitas ttais da União, hoje não chega a 15% e com tendências a quedas sucessivas.

AÇÕES

Cota do ICM'S/IPVA/CFEM:

Intensificamos o acompanhamento às empresas "movimentadoras" de produtos e mercadorias, objetivando fazê-las apresentar suas respectivas Guias de Informações Mensais do ICMS;
Acompanhamos os cálculos para a formação dos índices para o rateio das transferências constitucionais do ICMS, junto a Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, apresentando contestações e/ou recursos – quando necessário;
Os resultados produzidos em decorrência da atuação direta da equipe vinculada a Divisão de Repasses Constitucionais destaca-se na evolução do índice de participação do ICMS do município de Porto Velho no que segue abaixo:

Exercício de 2012

RECEITA PREVISTA	**VALORES PREVISTOS**
RECEITA TOTAL DO ICMS DE RONDÔNIA PARA O ANO DE 2012	R$ 3.165.162.381,31
RECEITA DE 25% DO ICMS DESTINADA AOS MUNICÍPIOS PARA O ANO DE 2012	**R$ 791.290.595,33**

REPASSE PREVISTO	**SEM A INTERVENÇÃO DA DARC - ÍNDICE 17,0277483**	**COM A INTERVENÇÃO DA DARC - ÍNDICE DEFINITIVO 20,349248**	**COM A INTERVENÇÃO DA DARC E EXCLUÍDO O VAF NEGATIVO DA ELETRONORTE - ÍNDICE 21,6987164**
REPASSE DO ICMS PARA O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	**R$ 134.738.970,89**	**R$ 161.021.685,64**	**R$ 171.699.902,18**

Exercícios de 2005 a 2012

ANO	INDICE OFICIAL	REPASSE EFETUADO A PMPV	INDICE QUESTIONADO	REPASSE EM FUNÇÃO DO INDICE QUESTIONADO	DIFERENÇA
2005	**18,2203**	**R$ 56.450.431,47**	**18,2203**	**R$ .450.431,47**	**R$ -**
2006	**17,37834**	R$ 57.408.332,47	**20,09821**	R$ .393.264,36	R$ 8.984.931,89
2007	**16,93323**	R$ 62.254.587,30	**23,70091**	R$ 87.135.789,85	R$ 24.881.202,55
2008	**17,5309**	R$ 73.909.648,33	**24,46541**	R$ 103.145.294,90	R$ 29.235.646,57
2009	**18,03593**	R$ 79.822.420,20	**23,14149**	R$ 102.418.324,90	R$ 22.595.904,70
2010	**18,37421**	R$.104.253.719,31*	0000	0000	0000
2011	**18,87397**	R$.121.815.391,70*	0000	0000	0000
2012	**20,34924**	R$.137.271.543,08*	0000	0000	0000
	TOTAIS				**R$ 85.697.685,71**

Fonte: * Balancete da Receita anos 2010 a 2012.

IPM/ICMS ano base 2012, índice para o ano de 2013

ANO	INDICE OFICIAL
2013	**24,20805**

Demais Repasses Constitucionais
Com referência aos demais repasses, cabe apenas ao Município acompanhar se o repasse ocorreu na forma prevista na legislação específica e, caso contrário, verificar o motivos da divergência e dar conhecimento ao Secretário e Prefeito para fins de ajuste orçamentário, se for o caso.
A DARC/DEFI/COOFIS, também, executa ações de acompanhamentos de todos os recursos originados de repasses constitucionais, inclusive os decorrentes das Compensações Financeiras por Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), cujas transferências de recursos governamentais se iniciaram em JUNHO/2012.

Demais atividades
No período de maio a agosto/2012, foram analisados 17 (dezessete) processos, tendo sido emitidos 09 (nove) pareceres fiscais de suspensão de atividades e baixa de inscrição, e 08 (oito) despachos de instrução em processos de solicitação de suspensão de atividades e baixa de inscrição.
No mesmo período, foram realizadas coletas, análises e elaboração de planilhas, referentes às notas fiscais do Produtor Rural do exercício de 2011, as quais foram enviadas à SEFIN para lançamento com vistas à composição do IPM/ICMS para o ano de 2013. Foram enviadas 1.991 (um mil, novecentas e noventa e uma) notas fiscais válidas digitadas e um montante de R$ 81.063.967,08 (oitenta e um milhões, sessenta e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e oito centavos). Ressalta-se, que estas notas fiscais foram encaminhadas após a publicação do índice provisório, tendo sido incluídas no recurso administrativo para a composição do referido índice a ser utilizado no exercício de 2013.
Insta mencionar, ainda, que no dia 10/07/2012 foi protocolizado no Gabinete do Secretário de Finanças da SEFIN/RO, o Ofício nº. 020/2012/GAB/COOFIS/DEFI/DARC/SEMFAZ, que trata de exposição de motivos com pedido de procedimento de fiscalização nas empresas que apresentaram VAF negativo no Município de Porto Velho em 2012.

Ações Judiciais

Os Auditores que integram a DARC foram solicitados pelo Departamento Fiscal da PGM para subsidiar defesas do Município em processos judiciais, geralmente envolvendo Revisão do Índice de Participação dos Municípios IPM/ICMS, com especial referência ao Processo Judicial de Execução Fiscal nº. **01.48240-32.2006.8.22.0001,** no qual foram feitas análises, elaboração de planilhas e demonstrativos de cálculo das diferenças de repasses do exercício de 2006.

8 – *RANKINGS* DAS ARRECADAÇÕES DAS CAPITAIS – RECEITAS *PER CAPITA* – 2008 A 2011 (RANKING 2012 DEVERÁ SER PUBLICADO EM FEV/2013)

Esta consolidação anual foi elaborada com base na Classificação por: Receita Corrente Líquida (RCL), Receita Tributária Disponível (RTD) e Receita Tributária Própria (RTP). Todos os valores foram atualizados para preços de novembro de 2010 pelo IPCA e as taxas de crescimento expressam desempenho real.

- Receita Corrente Líquida (RCL)
A RCL foi extraída diretamente do demonstrativo enviado pelas capitais. Este conceito é extremamente valioso uma vez que os recebimentos correntes líquidos são os parâmetros utilizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para imposição de limites de despesa e endividamento.

- Receita Tributária Disponível (RTD)
A RTD é o principal componente da RCL. O conceito de RTD procura destacar os componentes tributários da Receita Corrente Líquida. No seu cálculo, foram consideradas as receitas tributárias próprias de cada capital acrescidas das principais transferências federais e estaduais que têm origem na repartição da receita de impostos – FPM, ICMS, IPVA – e o Fundeb líquido das contribuições do município para o fundo.

Os recursos que integram a RTD são aqueles de maior grau de estabilidade. Este conceito representa um importante parâmetro para a assunção de compromissos de caráter permanente.

- Receita Tributária Própria (RTP)

A RTP compreende a arrecadação de tributos cuja competência é atribuída aos municípios – dentre tais tributos destacam-se o IPTU, ISS e ITBI. Tais recursos são aqueles sobre os quais as prefeituras possuem maior autonomia.

O conceito de RTP permite avaliar a parcela da RCL que depende do esforço próprio de arrecadação de cada capital.

- **RCL** = Receita Corrente Total – Deduções LRF (Fundeb e outras)
- **RTD** = Receita Tributária Própria (IPTU + ISS + ITBI + outras receitas tributárias) +Transferências Tributárias (FPM + ICMS + IPVA + Fundeb) – Deduções para Formação do Fundeb
- **RTP** = IPTU + ISS + ITBI + outras receitas tributárias

OU

- **RCL** = RTD + Outras Receitas Correntes Líquidas
- **RTD** = RTP + Transferências Tributárias Líquidas
- **RTP** = IPTU + ISS + ITBI + outras receitas tributárias

QUADRO 30 – *Ranking* das Receitas *Per Capita* 2008 – Capitais dos Estados e Distrito Federal

Ranking das Receitas Per Capita

Até último mês de 2008		RCL	RTD	RTP
Rio Branco	dez	17°	13°	24°
Manaus	dez	19°	12°	16°
Belém	dez	23°	24°	22°
Porto Velho	dez	21°	17°	20°
Macapá	n/d	n/d	n/d	n/d
Boa Vista	n/d	n/d	n/d	n/d
Palmas	n/d	n/d	n/d	n/d
São Luís	mar	16°	19°	18°
Teresina	dez	18°	20°	23°
Fortaleza	dez	20°	21°	19°
Natal	nov	14°	18°	13°
João Pessoa	dez	13°	16°	17°
Recife	dez	12°	9°	10°
Maceió	dez	22°	22°	21°
Aracaju	dez	11°	14°	12°
Salvador	dez	24°	23°	15°
Belo Horizonte	dez	5°	7°	7°
Vitória	dez	2°	2°	1°
Rio de Janeiro	dez	6°	5°	3°
São Paulo	dez	3°	3°	2°
Curitiba	dez	4°	8°	6°
Florianópolis	dez	8°	4°	4°
Porto Alegre	dez	7°	6°	5°
Cuiabá	jul	15°	15°	14°
Campo Grande	jun	9°	11°	11°
Goiânia	dez	10°	10°	9°
Brasília	nov	1°	1°	8°

Elaboração Própria. Fonte Primária: Secretarias de Finanças das Capitais.

QUADRO 31 – *Ranking* das Receitas *Per Capita* 2009 – Capitais dos Estados e Distrito Federal

Ranking das Receitas Per Capita

Até último mês de 2009		RCL	RTD	RTP
Rio Branco	dez	18°	17°	23°
Manaus	dez	19°	14°	18°
Belém	dez	22°	23°	21°
Porto Velho	dez	15°	11°	12°
Macapá	n/d	n/d	n/d	n/d
Boa Vista	n/d	n/d	n/d	n/d
Palmas	n/d	n/d	n/d	n/d
São Luís	mar-08	n/d	n/d	n/d
Teresina	out	17°	19°	22°
Fortaleza	dez	20°	20°	19°
Natal	jul	16°	16°	15°
João Pessoa	nov	11°	15°	17°
Recife	dez	12°	10°	11°
Maceió	set	21°	21°	20°
Aracaju	dez	13°	18°	13°
Salvador	dez	23°	22°	14°
Belo Horizonte	dez	8°	8°	6°
Vitória	dez	2°	2°	1°
Rio de Janeiro	dez	7°	5°	3°
São Paulo	dez	3°	3°	2°
Curitiba	dez	4°	9°	7°
Florianópolis	dez	5°	4°	4°
Porto Alegre	dez	9°	6°	5°
Cuiabá	dez	14°	13°	16°
Campo Grande	dez	6°	7°	10°
Goiânia	dez	10°	12°	9°
Brasília	dez	1°	1°	8°

Elaboração Própria. Fonte Primária: Secretarias de Finanças das Capitais.

QUADRO 32 – *Ranking* das Receitas *Per Capita* 2010 (até novembro) – Capitais dos Estados e Distrito Federal

Ranking das Receitas Per Capita

Até último mês de 2010		RCL	RTD	RTP
Rio Branco	nov	20°	17°	23°
Manaus	out	18°	13°	18°
Belém	nov	22°	23°	21°
Porto Velho	nov	11°	6°	9°
Macapá	n/d	n/d	n/d	n/d
Boa Vista	n/d	n/d	n/d	n/d
Palmas	n/d	n/d	n/d	n/d
São Luis	mar-08	n/d	n/d	n/d
Teresina	set	16°	19°	22°
Fortaleza	nov	19°	20°	19°
Natal	jul-09	17°	18°	17°
João Pessoa	nov	12°	15°	16°
Recife	nov	14°	11°	12°
Maceió	nov	21°	21°	20°
Aracaju	nov	13°	16°	13°
Salvador	nov	23°	22°	14°
Belo Horizonte	nov	7°	8°	6°
Vitória	set	2°	2°	2°
Rio de Janeiro	nov	5°	4°	3°
São Paulo	nov	3°	3°	1°
Curitiba	nov	4°	10°	7°
Florianópolis	dez-09	8°	5°	4°
Porto Alegre	nov	9°	7°	5°
Cuiabá	nov	15°	14°	15°
Campo Grande	nov	6°	9°	11°
Goiânia	nov	10°	12°	10°
Brasília	nov	1°	1°	8°

Elaboração Própria. Fonte Primária: Secretarias de Finanças das Capitais.

QUADRO 33 – *Ranking* das Receitas *Per Capita* 2011 – Capitais dos Estados e Distrito Federal

Destacamos o desempenho da RTP de Porto Velho. Note-se que o ISSQN desta Capital cresceu de 96% (ISSQN Próprio + ISSQN Simples Nacional) em relação a 2009, e o equivalente a 8% por cento em relação a 2010, sendo este o principal determinante para a mudança da posição (RTP) 20ª em 2008 para a posição 12ª em 2009, para 9ª em 2010, mantendo-se na mesma posição (9ª) em 2011 (até novembro) de melhor desempenho dentre todas as capitais.

RANKING DAS RECEITAS PER CAPITA				
CAPITAL	**ATÉ**	**RCL**	**RTD**	**RTP**
Rio Branco	Novembro	22º	21º	23º
Manaus	Novembro	19º	16º	19º
Belém	Outubro	23º	23º	21º
Porto Velho	**Novembro**	**11º**	**9º**	**9º**
São Luís	Novembro	14º	13º	16º
Teresina	Setembro	17º	18º	22º
Fortaleza	Novembro	18º	19º	18º
Natal	n/d	-	-	-
João Pessoa	Outubro	15º	15º	17º
Recife	Novembro	13º	11º	12º
Maceió	Agosto	20º	22º	20º
Aracaju	Novembro	16º	17º	14º
Salvador	Novembro	21º	20º	13º
Belo Horizonte	Novembro	5º	6º	7º

Vitória	Novembro	2º	2º	2º
Rio de Janeiro	Novembro	6º	5º	4º
São Paulo	Novembro	3º	3º	3º
Curitiba	Novembro	4º	8º	8º
Florianópolis	Novembro	7º	4º	5º
Porto Alegre	Novembro	9º	7º	6º
Campo Grande	Abril	8º	10º	11º
Cuiabá	Novembro	12º	14º	15º
Goiânia	Setembro	10º	12º	10º
Brasília	Novembro	1º	1º	1º

Fonte: Boletim de Informações Fiscais/ABRASF nº. 104, novembro/2011.

Importa destacar, que se analisarmos isoladamente o ISSQN, considerando que o Município de Porto Velho possuía uma população estimada pelo IBGE (2011) de 435.732 habitantes, com o Produto Interno Bruto dos Serviços a preços correntes de R$ 4.498.905.000,00 (IBGE/Cidades@/2009), tendo arrecadado de ISSQN (2012) o valor de R$. 212.191.612,82 (duzentos e dose milhões cento e noventa e mil e seiscentos e doze reais e oitenta e dois centavos) teremos como arrecadação de ***ISSQN per capita*** equivalendo a R$. 487,00 (quatrocentos e oitenta e sete reais) por habitante, ou seja, em 2012 a arrecadação total do ISSQN do Município de Porto Velho equivaleu a R$. 487,00 recolhido por habitante.

O excepcional resultado, ante as estruturas físicas e tecnológicas existentes e o reduzido quantitativo de Auditores existentes, é mais que louvável e deve ser reconhecido pelos Gestores. Aliás, ressalte-se, que em **2011 a Arrecadação do ISSQN *per capita***[1] fora classificada como o **4º (Quarto) MELHOR DESEMPENHO** dentre todas as Capitais ficando atrás apenas de Vitória (ES), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), mas não temos dúvidas de que poderia ser melhor, se inexistissem ou, pelo menos, fossem minimizadas as questões estruturantes e de pessoal já frisadas.

Informe-se, ainda, que a desaceleração da economia nacional vem afetando, como não poderia ser diferente, a economia local, some-se a isso, a redução dos níveis de atividades das obras das Usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), visto que, conjuntamente, mais de 70% (setenta por cento) das atividades de construção civil já foram concluídas.

As ações do Fisco, embora não possam tirar o foco da tributação destes dois grandes empreendimentos, precisam buscar novas alternativas de arrecadação, entretanto, a reformulação da mentalidade de que os recursos “chovem aos montes no solo da nossa Porto Velho”, urge ser desenraizada, pois os tempos serão outros. E nada brota sem esforço político, empenho, comprometimento, respeito aos servidores e recursos orçamentários como garantia de investimentos.

Diante desse desafio é preciso superar ainda algumas variáveis de suma importância para o melhoramento dos indicadores da arrecadação própria municipal das quais destacam - se:

Investimento na estrutura física para acomodação dos servidores fazendários, em caráter de prioridade, os servidores lotados na Coordenadoria Municipal de Fiscalização;

Investimento em mobiliários adequados as novas demandas da área de fiscalização e tributação relativo a guarda e preservação do sigilo das informações econômico fiscais dos estabelecimentos sob procedimento de fiscalização ;

Investimento em aquisição de equipamentos específicos para controle de liberação de documentos fiscais (ex: máquina de filigranar e outros);

Evolução do Sistema de Adm Tributaria – SIAT quanto à emissão de Relatórios Gerencias imprescindíveis para a consecução das metas das Divisões, definidas em Planejamento Estratégico, como o acompanhamento dos maiores contribuintes do ISSQN, acompanhamento dos contribuintes de Estimativa Fixa, listagem dos contribuintes por atividades e outros;

Contratação de novos agentes fazendários, com destaque, ao agente fazendário do cargo de Auditor do Tesouro Municipal para exercerem a fiscalização dos impostos municipais e atividades de gestão tributaria em toda a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda;

Investimentos continuados em cursos de capacitação específicos para a Fiscalização e Tributação;

Desenvolvimento continuado relativo à expedição de normas às atividades de fiscalização e tributação.

[1] Representa o quociente resultante da arrecadação total do ISSQN (2011) divido pela população do Município de Porto Velho (IBGE/2011)

Ressalta-se que as condições de funcionalidade do prédio atual da Secretaria Municipal de Fazenda requer investimento em nova edificação com ampliação de novos espaços atendendo aos princípios de acessibilidade, ambiental e de transito tendo em vista a concentração de pessoas (servidores e contribuintes) que circulam junto às dependências em decorrências do crescimento do município nas ultimas décadas.

9 – PROGRAMAS EM ANDAMENTO

9.1 SUPORTE EM TECNOLOGIA E INSTALAÇÕES FÍSICAS

Em decorrência da inexistência de previsão de quadro próprio na SEMFAZ de profissionais de tecnologia de informação, processamento de dados, programação e analista de sistemas, enquanto não efetivada a reestruturação da estrutura legal da Secretaria, o suporte técnico deverá ser realizado por técnicos terceirizados e estágios de cursos superiores da área de tecnologia da informação.

Por outro lado, devem-se envidar esforços para que no curso de 2013 possamos efetivamente obter os repasses do PMAT (Programa de Modernização das Administrações Tributárias Municipais), cujas disponibilidades financeiras poderão e deverão possibilitar aquisição de inovações tecnológicas, estrutura mobiliaria equipamentos e veículos não somente para a Semfaz, mas para toda a estrutura da Administração Municipal vinculada a produção de resultados na arrecadação própria do município.

No mesmo sentido, precisamos de um projeto alternativo de reestruturação da SEMFAZ, que envolvam recursos financeiros de originados das próprias atividades arrecadatória e governabilidade da SEMFAZ, pois somente, assim, estarão garantidos os investimentos necessários às atividades de competências institucionais e a continuidade dos trabalhos em curso.

9.2 DESENVOLVIMENTO DE *SOFTWARES*

Apesar da grande demanda de trabalhos e o quantitativo reduzido de servidores de tecnologia da informação, a Gerência de Tecnologia da Informação tem procurado desenvolver de disponibilizar serviços que possam provocar inovações para a comodidade dos contribuintes. Dentre as inovações em desenvolvimento destacamos:

1. Consulta prévia para alvará de construção civil;
2. Módulo Legislação;
3. Reformulação da Nota Fiscal Avulsa Eletrônica;
4. Reformulação da Certidão Negativa/Positiva;
5. Autorização para Impressão de Documentos Fiscais Eletrônicos (AIDF-*e*);
6. Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e);
7. Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras (DES-IF);
8. Declaração do ISSQN Retificadora/Compensação Eletrônica.

Destaque-se que todos os aplicativos/funcionalidades foram ou estão sendo desenvolvidos, no que se refere às *"**regras de negócios, diagramação, fluxogramas e lay outs**"*, por Auditores e técnicos de carreira integrantes da SEMFAZ.

9.3 DESENVOLVIMENTO DE *LAY OUTS* DE *SOFTWARES* EM PROJETOS NACIONAIS

Dois (dois) Auditores do Tesouro Municipal da SEMFAZ integram a Câmara Técnica Permanente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (CTP/ABRASF), cujo objetivo é discutir e propor inovações legislativas e tecnológicas em nível Nacional (participando de Grupos Técnicos e atuando em proposições de Leis Complementares junto ao Congresso Nacional), sendo que atualmente sua representação local participa ativamente de 03 (três) Grupos de Trabalhos:

- **GT 02** - Projeto Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras (DES-IF) - composto por auditores dos municípios de: **Porto Velho**, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Belém, *Brasília* e Curitiba;
- **GT 05** - Projeto Integração da Declaração Eletrônica de Serviços ao Sistema Público de Escrituração Digital (DES/SPED-FISCAL) - composto representante da Associação Brasileira de Municípios (ABM), por auditores da Receita Federal do Brasil e das seguintes Capitais: **Porto Velho (Relator)**, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador;
- **GT 07** - Projeto Temas Polêmicos do ISSQN e Revisão da Lei Complementar nº. 116/2003 (Normas Gerais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) - composto por auditores de Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, **Porto Velho**, Teresina e Curitiba.

Importa destacar que todas as reuniões dos Grupos de Trabalho são todas realizadas na sede da ABRASF, em Brasília/DF, mediante convocações dos seus coordenadores.

10 – RESULTADO FINANCEIRO OBTIDO NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

Concluímos que o desempenho da arrecadação do período de JANEIRO a DEZEMBRO do exercício de 2012 foi atingindo em sua totalidade em termos globais, visto que o total das Receitas Correntes Previstas no montante de R$. 897.188.000,00 (oitocentos e noventa e sete milhões e cento e oitenta e oito mil reais) perfez como Receita Realizada o montante de R$. 915.391.823,93 (novecentos e quinze milhões trezentos e noventa e um mil e oitocentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), o que representou um resultado **SUPERATIVÁRIO de 2%** (dois por cento) no exercício de 2012, conforme descrito no Quadro Abaixo:

QUADRO 34 – Comparação das Receitas Correntes Previstas e Realizadas em 2012

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO JAN A DEZ	PREV 2012	RESULTADO
RECEITAS CORRENTES (I)	**915.391.823,93**	**897.188.000,00**	**2%**
Receita Tributária	**281.875.649,89**	**267.332.000,00**	**5%**
IPTU	10.179.401,53	10.847.000,00	**-6%**
ITBI	8.166.190,84	7.501.000,00	**9%**
ISS	212.191.612,82	201.074.000,00	**6%**
Outras Receitas Tributárias	51.338.444,70	47.910.000,00	**7%**
Receita de Contribuições	**61.762.105,18**	**49.405.000,00**	**25%**
Receita Patrimonial	**61.709.062,84**	**32.974.000,00**	**87%**
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**-**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**-**
Receita de Serviços	**0,00**	**0,00**	**-**
Transferências Correntes	**495.166.131,20**	**529.658.000,00**	**-7%**
Cota-Parte do FPM	136.566.651,02	183.899.000,00	**-26%**
Cota-Parte do ICMS	137.271.543,08	127.404.000,00	**8%**
Cota-Parte do IPVA	27.438.701,59	24.992.000,00	**10%**
Transferências da LC 87/1996	247.401,24	240.000,00	**3%**
Transferências do FUNDEF/FUNDEB	100.264.031,36	102.994.000,00	**-3%**
Cota-Parte ITR	237.243,18	228.000,00	**4%**
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos	953.711,53	0,00	**-**
CFEM/Outras Compensação Financeira Exploração	2.627.741,23	2.661.000,00	**-1%**
Outras Transferências Correntes	89.559.106,97	87.240.000,00	**3%**
Outras Receitas Correntes	**14.878.874,82**	**17.819.000,00**	**-16%**

Importa destacar que em 2012 iniciou-se o recebimento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) decorrentes do início do funcionamento de algumas

turbinas da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, que perfez um total de R$. 953.711,53 (novecentos e cinquenta e três mil setecentos e onze reais e cinquenta e três centavos).

11 – PERSPECTIVAS PARA 2013 – AÇÕES & LIMITAÇÕES

Para o ano que se inicia investimento em tecnologia não poderá ser desprezado, seja para o desenvolvimento de novas ferramentas de *softwares,* treinamentos de técnicos e contratações.

A continuidade dos trabalhos, ainda assim, não poderão parar, fiscalizações e auditorias deverão ser uma constante, mas deverão estar integradas com a disseminação do conhecimento e total participação nas discussões para o aprimoramento das normas municipais.

Imprescindível se faz a adoção de uma política voltada à valorização da Administração Tributária. Nada se faz e nada é possível fazer sem disponibilidade de recursos. Daí surge a importância das Fazendas, mas pouco se pode fazer, apesar do muito que já se está fazendo, diante das insuficiências nas condições de trabalho disponibilizadas aos operadores da Máquina Fazendária.

A criação de um Fundo de Manutenção e Reestruturação da Fazenda é permissiva constitucional (vide Art. 167, § inciso IV CF/88) e poderá ser a saída para se promover uma verdadeira revolução evolutiva na máquina arrecadadora municipal, desde que bem gerido e com investimentos permanentes.

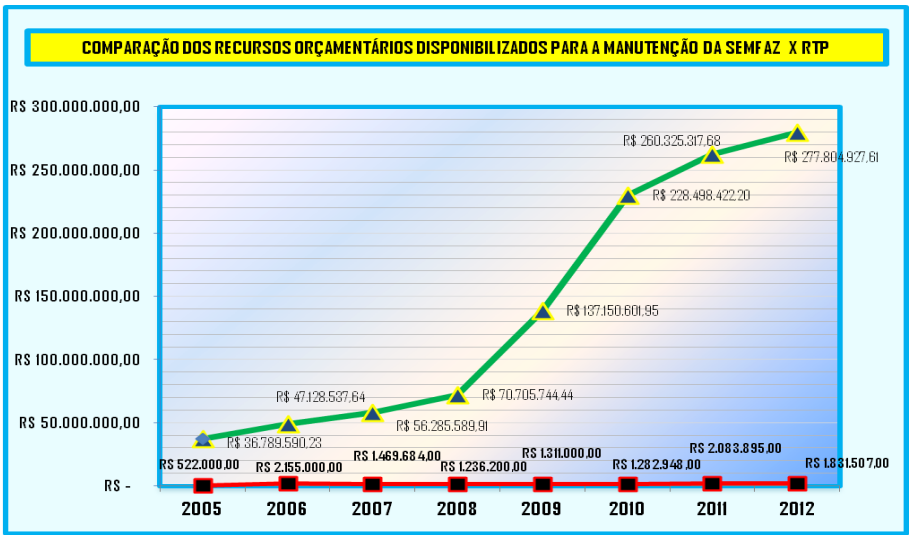
Procedendo em um estudo comparativo no que tange as rubricas orçamentarias quanto à manutenção e investimento na unidade SEMFAZ constata-se a seguinte evolução:

QUADRO 35 – Comparação Recursos Disponibilizados versus Arrecadação Tributária Própria (RTP) – 2005 a 2012

EXERCÍCIO	MANUTENÇÃO/ INVESTIMENTO SEMFAZ (R$)	ARRECADAÇÃO RTP (RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA) (R$)	CORRELAÇÃO PERCENTUAL (MANUTENÇÃO = N% DA RTP)
2005	522.000,00	36.789.590,23	1,419%
2006	2.155.000,00	47.128.537,64	4,573%
2007	1.469.684,00	56.285.589,91	2,611%
2008	1.236.200,00	70.705.744,44	1,748%
2009	1.311.000,00	137.150.601,95	0,956%
2010	1.282.948,00	228.498.422,20	0,561%
2011	2.083.895,00	260.325.317,68	0,800%
2012	1.831.507,00	277.804.927,61	0,659%

Ratifica-se a presença para os demais exercícios a superação de desafio no que tange necessidade de equilibrar o orçamento provisionado para a unidade SEMFAZ relativo a manutenção e investimento, ficando evidenciado que a saída deverá ser focada na implantação do FUNDO DE MANUTENÇÃO e REESTRUTURAÇÃO DA FAZENDA o que já é previsto constitucionalmente.

GRÁFICO 24 – COMPARAÇÃO SAZONALIDADE DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS VERSUS ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA PRÓPRIA (RTP) – 2005 A 2012



A assertiva do parágrafo anterior pode ser visualizada no Gráfico 24 (acima), que, de forma clara e explícita, evidencia a enorme disparidade entre as evoluções dos recursos disponibilizados para a manutenção da SEMFAZ e os efetivos volumes de recursos carreados aos cofres do Município resultantes das ações realizadas pela Administração Tributária.

Portanto, caberá à Administração Municipal ficar vigilante e promover uma imediata e eficiente política voltada a investimentos estruturantes, seja para a contratação de pessoal (concursos para Auditor do Tesouro Municipal, Assistentes de Arrecadação, Contadores, serviços gerais e Assistente Administrativo seja em instalar os servidores da Secretaria em local com estrutura física propícia para as execuções de suas competências institucionais, seja com o reaparelhamento geral da Máquina Fazendária (equipamentos e novas tecnologias atuais).

O ofertamento de tecnologias e comodidade aos contribuintes, seja para o atendimento em local aprazível (presencial) ou via *WEB* estabelece uma relação Fisco & Contribuinte com maior possibilidade de satisfação e de comprometimento como suas obrigações tributárias, que resultará em um volume maior de recursos disponibilizados à Administração que, por sua vez, deverá reverter tais recursos na realização de políticas públicas em benefício de toda a população.

Ressaltamos mais uma vez que não podemos deixar passar este momento econômico impar e presente em Nossa Cidade. Devemos envidar esforços e investimentos para que sejam carreados, conforme normas legais, o maior volume de recursos para propiciarmos melhorias nas mais diversas especialidades da vida dos munícipes e em todos os setores, entretanto, sem investimentos.

GABINETE

GABINETE DO PREFEITO - GABINETE

1. APRESENTAÇÃO

O Gabinete do Prefeito além das atividades de rotina, desenvolveu em parcerias com os órgãos e demais instituições que integram a estrutura básica da Prefeitura Municipal de Porto Velho, ações de inauguração de prédios públicos, especialmente, no setore de educação e saúde, e realizou outras ações relativas a entrega de veículos para atender saúde e equipamentos para diversos ambiente das Secretarias do Municipio.

MIRIAN SALDÂNA PERES
Chefe de gabinete

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em 2012 o Gabinete do Prefeito coordenou as seguintes atividades:

- 08/02 – Assinou da ordem de serviço para iniciar o processo de regularização fundiária no núcleo urbano do distrito de Jacy- Paraná, a 90 quilômetros de Porto Velho, sentido Acre. A atividade foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR. O evento aconteceu na quadra esportiva da Escola Municipal Cora Coralina com a participação do coordenador nacional do Programa Terra Legal e da comunidade local.
- 13/02 – A Prefeitura de Porto Velho e o Governo de Rondônia e demais autoridades entregaram à população da capital, a segunda agência do Banco do Povo, A primeira funciona no mesmo prédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo - Semdestur e a segunda, na rua Tancredo Neves, próximo à avenida Jatuarana, no bairro Nova Floresta, na zona sul. Na mesma data inaugurou a primeira Oficina de Corte e Costura do município. A unidade de capacitação fica ao lado da agência do Banco do Povo, O ateliê vai disponibilizar cursos de corte e costura à população.
- 06/03 - Prefeitura entrega à população o Centro de Especialidades Médicas, atividade coordenada e realizada pelo Gabinete em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA Inauguração do Centro de Especialidades Médicas - CEM, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA. O Centro foi construído com recursos das compensações sociais do consórcio Santo Antônio Energia, em uma área de 1,46 mil metros quadrados, o centro funcionará em dois blocos. No primeiro encontram-se instalados 17 consultórios onde atenderão os médicos especialistas em mais de 50 especialidades e no segundo estão instalados os laboratórios, para apoio diagnóstico. O centro é todo informatizado e montado com equipamentos de última geração, alguns deles como o mamógrafo.
- 19/03 – Realização da 2ª edição da Tenda Rosas de Março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, 08/03. “Este evento sela as intenções da prefeitura em atender as portovelhenses oferecendo a elas através das nossas secretarias todos os serviços que elas têm direito e merecem”, ressalta Lucilene Peixoto.
- 20/03 – Mutirão do “Uso Campeão” nos bairros Cuniã, Esperança da Comunidade e Igarapé, A atividade foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR, com a inclusão de mais de dois mil imóveis no programa “Uso Campeão”, com escritura definitiva dos terrenos correspondentes a primeira etapa das atividades do programa.
- 28/03 – Entrega da Escola Maria Angélica Queiroz de Oliveira, na Gleba Rio das Garças, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED e Secretaria Municipal de Programas Especiais – SEMEPE. As comunidades das linhas 37 e 32, localizados à BR 364, KM 37, sentido Acre, Gleba Rio das Garças, comemoraram na manhã desta quinta-feira a inauguração da escola municipal Maria Angélica Queiroz de Oliveira. A Escola pertencia anteriormente ao Estado de Rondônia e com a municipalização das escolas do campo, a mesma passou para a responsabilidade de Porto Velho. Em 2008, a unidade recebeu os alunos e funcionários que vieram da EMEF José Geraldo, que ficava na Linha 32 e que foi desativada no mesmo ano. Atualmente, a escola conta com 34 alunos matriculados do 1º ao 5º ano, uma diretora, duas professoras, uma merendeira e uma auxiliar de serviços gerais. “
- 29/03 – Prefeitura inaugura Centro de Convivência do Idoso, localizado à Avenida Amazonas, no bairro Tiradentes, Capital. A atividade foi realizada em parceria coma Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.
- 31/03 – Reinaugura Escola Municipal Nacional, situada no bairro Nacional, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação SEDUC e Secretaria Municipal de Programas Especiais SEMEPE. A Escola foi reforma e ampliada com novas salas de aula, sala da direção, sala da supervisão, refeitório, sala de informática, sala de recursos, depósitos, dispensa, banheiros, bebedouro, além de equipamentos como computadores, carteiras novas, quadros novos, materiais pedagógicos e outros. Foram investidos mais de R$ 884.000,00, recursos de compensação social pela construção da Usina Jirau.
- 02/04 - Mais 119 alunos da Casa da Juventude recebem certificados de conclusão dos cursos de tecnologia, atividade realizada em parceria com a Coordenadoria de Políticas Públicas Para a Juventude. A atividade foi realizada na Casa da Juventude com entrega dos certificados dos cursos de informática básica, manutenção de computadores, designer gráfico e produção de áudio e vídeo, que fazem parte do leque de cursos de tecnologia oferecidos a jovens que vivem em

situação de vulnerabilidade social e encontraram no local uma oportunidade de profissionalização e qualificação profissional.

- 04/04 – Cerca de 500 Testes do pezinho são realizados por mês nas unidades de saúde da capital, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA
- 11/04 – Entrega de novos uniformes do SAMU, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA
- 14/04 – Inaugura Unidade de Saúde de Extrema, a 300 km de Porto Velho, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA. A unidade conta com consultório médico, sala de imunização, consultório odontológico, sala de procedimentos de enfermagem, sala para triagem (verificar pressão, peso, altura), recepção para o serviço de atendimento médico e estatístico, farmácia com medicação básica, copa, banheiros (um adaptado para portadores de necessidades especiais), e sala para a direção.
- 17/04 – Município e Estado inauguram terceira agência do Banco do Povo, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo SEMDESTUR.
- 18/04 – Inaugura diversas obras na Ponto do Abunã, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. No dia13/04 ocorreu a inauguração de obras nos distritos da Ponta do Abunã. com a entrega da unidade de saúde; em Fortaleza do Abunã o Mirante construído às margens do Rio Abunã e a Escola Municipal Barão do Rio Branco.
- 18/04 – Realização, no distrito de Jacy-Paraná. da última etapa do projeto Tenda da Cidadania.
- 02/05 – Prefeitura entrega quatro tanques de resfriamento de leite à Associação dos Produtores de Rio Pardo, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC. Os tanques foram adquiridos com recursos da Suframa, por meio de convênio firmado ainda em 2009. Cada unidade tem capacidade para armazenar até 500 litros de leite.
- 11/05 – Inaugura a segunda torre para internet gratis, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Administração – SEMAD. A referida torre atenderá cerca e 200 mil pessoas, onde poderão realizar pesquisas e usufruir da rede mundial de computadores. Com essa inauguração temos uma cobertura de mais de 60% da cidade. Com uma cobertura que vai do Nacional até a BR 364 e do Rio Madeira até a Avenida Mamoré.
- 17/05 – Prefeitura entrega à comunidade a nova Escola Francisco Elenilson Negreiros, no bairro Socialista. O evento foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED. O estabelecimento foi ampliado com a construção de mais um bloco com 10 salas — uma delas para alunos com necessidades especiais — e ainda uma quadra poliesportiva, A escola atendia 350 alunos e com a ampliação passou a atender mais 600 alunos novos, ou seja, aproximadamente um mil estudantes.
- 23/05 – Entrega praça aos moradores do bairro Cidade do Lobo, evento realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.
- 23/05 – Prefeitura lança cartão magnético do Sistema Único de Saúde, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde – Semusa. O cartão é fundamental na agilidade do atendimento, ele possibilita que os profissionais de saúde tenham um histórico do paciente. E é válido em todo o território nacional.
- 24/05 – Entrega 1.064 escrituras aos moradores do Agenor de Carvalho, evento realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária – SEMUR.
- 30/05 – Abertura do “Dia do Desafio” mobiliza mais de 500 pessoas entre servidores de todas as secretarias da prefeitura, alunos das redes municipal, estadual e particular de ensino e populares em frente à Prefeitura. O evento ocorreu no dia 30, na Avenida Dom Pedro II.
- 30/05 – Prefeitura inaugura a quadra poliesportiva da Escola Municipal Francisco Erse, antiga escola Padrão, na Capital. A atividade foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.
- 08/06 – Prefeitura reinaugura Escola Infantil no bairro Castanheiras, evento realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED. O prefeito Roberto Sobrinho reinaugurou no final da tarde desta quarta-feira (6), a Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Alegria, localizada na rua Gruta Azul, no bairro Castanheiras, zona Sul da cidade. Na ocasião, também anunciou a construção de uma praça ao lado da escola e falou de outros investimentos nas áreas de saúde e educação que irão beneficiar os moradores do bairro.

- 16/06 – Prefeitura reinaugura escola rural, no distrito do Baixo Madeira Lago do Cuniã, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.
- 25/06 – Prefeito assina Ordem de Serviço para reforma e ampliação da Escola Municipal 3 de Dezembro, , localizada no distrito de União Bandeirantes — distante cerca de 160 quilômetros do núcleo urbano de Porto Velho, O do estabelecimento atende atualmente 1,5 mil crianças. O evento foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.
- 03/07 – Programa de Regularização Fundiária de Porto Velho nos distritos, atividade realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária – SEMUR. Com o repasse da área de 251,46 hectares de terra correspondentes a área considerada urbana do distrito a Prefeitura entrega de títulos de posse aos moradores do distrito de União Bandeirantes.
- 05/07 – Assinatura da Ordem de Serviço para reforma da Escola Municipal Pingo de Gente, localizada no bairro Ulysses Guimarães. A atividade foi realizada em parceria com a Secretária Municipal de Educação – SEMED. A reforma abrangerá o telhado, os banheiros, rede elétrica, drenagem interna e a colocação de alambrado na quadra poliesportiva. A obra será financiada pelo consórcio Santo Antônio Energia, via subcrédito social no valor de R$ 134 mil. A escola conta hoje com 1.031 alunos, sendo 466 do 1º ao 5º ano; 231 da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e 334 nas duas escolas extensões da escola que funcionam com creche e educação infantil.
- 11/07 – Prefeitura inaugura Escola Municipal Olímpia Salvatore na Vila Jirau, localizado às margens da rodovia 364, sentido Acre. O evento realizado em parceria com a Secretária Municipal de Educação – SEMED. O estabelecimento foi construído com recursos das compensações sociais do consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) — usina hidrelétrica de Jirau — e atende 73 alunos do 1º ao 5º ano. Criada em 2006, a escola funcionava na localidade de Embaúba para atender a demanda do garimpo de Jirau, que fica às margens da vila, e foi construído com material de retirado de um antigo alojamento por uma empresa de energia elétrica. A escola quando iniciou atendia 17 alunos, número que passou para 73 alunos em 06 anos e, por enquanto, funciona no horário matutino. A nova escola tem duas salas climatizadas, cozinha, refeitório, dois banheiros com acessibilidade, sala de informática, sala da direção e secretaria. A escola é toda climatizada e equipada com computadores.
- 12/07 - Prefeitura entrega novo Mercado do Peixe, localizado na Rua Paris, entre as avenidas Jatuarana e Angico, no bairro Conceição, zona Sul. O estabelecimento tem uma área construída de 528,94 metros quadrados e uma área edificada de 125,64 metros quadrado e foi financiada com recursos próprios do município, a obra teve um custo de R$ 512 mil. A atividade coordenada e realizada pelo Gabinete do Prefeito em parceria com a Secretária Municipal de Obras e Projetos – SEMPRE. São 12 boxes no total, 10 para a venda de pescado e mais dois para a comercialização de verduras, banheiros com acessibilidade, depósito e estacionamento. Para o local foram remanejados os vendedores de peixe que tinha seu ponto num trecho da calçada da Rua Tancredo Neves, e estavam ameaçados de despejo por causa de uma ação movida na Justiça pelo Ministério Público (MPE).
- 13/07 - Prefeitura de Porto Velho entrega mais de 22 mil escrituras e garante segurança para mais de 100 mil pessoas, evento realizado em parceria com a Secretária Municipal de Regularização Fundiária – SEMUR. Desde que iniciou o programa de Regularização Fundiária, a prefeitura de Porto Velho, já entregou mais de 22 mil escrituras, beneficiando mais de cem mil pessoas. O trabalho inédito na capital é referência para o Estado, que já está mobilizado para também avançar com a entrega de títulos definitivos e para outras cidades, já que é o maior programa de regularização do País. Até 2004, mais de 70% dos bairros da cidade não eram regularizados. Com a implantação do programa o primeiro bairro a ter os terrenos legalizados foi o Tancredo Neves, em 2006, quando foram regularizados 2.437 lotes.
- 13/07 - Prefeitura inaugura Centro de Atenção Psicossocial Infanto - Juvenil, atividade realizada em parceria com a Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA. O serviço de saúde mental destinado ao tratamento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico e/ou com transtorno mental de grau moderado e crônico quer seja, ocasionado ou não pelo uso prejudicial de álcool, tabaco, crack e outras drogas. Esse é o objetivo do Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil (Caps i), inaugurado nesta sexta-feira, 13, pelo prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho. Localizado na Rua Matrichã, bairro Lagoa, o Caps I já nasce com um cadastro de 250 pacientes na idade de 06 a 17 anos, e tem a capacidade de fazer mil atendimentos por mês. O serviço será realizado por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar formada por assistente administrativo, assistente social, auxiliar de farmácia, auxiliar serviço geral, enfermeiro, médico clínico geral, médico especialista em psiquiatria e pediatria, psicólogo, técnico de enfermagem e terapeuta ocupacional.

- 31/07 - Prefeitura inaugura Terminal Hidroviário do Cai N'água, localizado à margem direita do rio Madeira atividade realizada em parceria com a Secretária Municipal de Projetos e Obras – SEMPRE. A primeira embarcação a utilizar o porto foi o barco "Estrela do Mar", do comandante Rodrigues Alves, que partiu do local por volta das 19h, levando os moradores das comunidades ribeirinhas do rio Madeira. O barco saiu após ser batizado e benzido pelos padres Enzo e Eduardo, ao final da solenidade de inauguração do porto.
- 14/08 - Prefeitura assina Ordem de Serviço da Praça do Bairro Conceição, com 725 metros quadrados, Obra orçada em 120 mil reais, deve estar concluída em 90 dias. O espaço vai contar com parquinho, mesas de jogos, bancos, calçadas com acessibilidade, canteiros, pavimentação de bloquetes e iluminação em um espaço de 725 metros quadrados. A atividade foi realizada em parceria com a Secretária Municipal de Projetos e Obras.
- 11/09 - Prefeitura entrega as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), evento realizado em parceria com a Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA. As UPAs fazem parte do sistema de saúde municipal, cuja "porta de entrada" são as unidades de atenção básica, por meio do Programa de Saúde da Família (PSF). Elas são dotadas de equipamentos modernos, informatizadas e que o atendimento será feito mediante a apresentação do cartão do SUS com código de barras. O atendimento diário será em torno de 600 pacientes em cada uma delas, nas áreas de urgência e emergência. As UPAs representam um ganho significativo, pois com elas a prefeitura fecha a rede de atendimento em Porto Velho. O trabalho nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) será realizado por médicos socorristas especializados para atuarem em qualquer situação de urgência e emergência. Eles terão o apoio de enfermeiros, técnicos e outros profissionais que farão parte da equipe. Todos fizeram curso de capacitação para prestarem o melhor atendimento possível. Todas as UPAS serão equipadas e terão estrutura para funcionar 24 horas por dia.
- 25/10 - Prefeitura entrega as primeiras moradias do programa Minha Casa Minha Vida, atividade realizada em parceria com a Secretária de Regularização Fundiária – SEMUR. A prefeitura de Porto Velho, em parceria com o governo federal, por meio da Caixa Econômica, entregou as primeiras unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida. As 82 residências estão localizadas no Beco da Pampolha, bairro Socialista, no setor Leste da capital rondoniense.
- 30/10 - Prefeitura inicia construção da nova rodoviária de Porto Velho, atividade realizada em parceria com a Secretária Municipal de Projetos e Obras – SEMPRE. A Ordem de Serviço para a construção da nova rodoviária de Porto Velho, que será erguida no mesmo terreno da antiga foi assinada a obra foi iniciada imediatamente com o serviço de limpeza da área. A previsão é de que a obra seja concluída em um ano.
- 07/11- Prefeitura entrega Escrituras no bairro Areal, evento realizada em parceria com a Secretária Municipal de Regularização Fundiária – SEMUR. O evento aconteceu na Escola Padre Chiquinho. Foram entregues 644 escrituras aos moradores do Areal. Com essa ação, a prefeitura completou 20 bairros beneficiados
- 06/11 – Prefeitura entrega mais uma sala para atender alunos com necessidades especiais, evento realizado em parceria com a Secretária Municipal de Educação – SEMED. A nova SRM faz parte da obra de ampliação da escola São Pedro, no bairro Pedrinhas, que recebeu também uma Sala de Artes e um Laboratório de Ciências. A obra teve um custo de R$ 236 mil. As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços para Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo uma ação do sistema de ensino no sentido de oferecer o suporte às necessidades educacionais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades próprias. Na Sala de Recursos Multifuncionais são atendidos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 13/11 – Prefeitura entrega Escola Municipal Pingo de Gente à comunidade do Ulysses Guimarães, evento realizado em parceria com a Secretária Municipal de Educação – SEMED. O estabelecimento foi todo reformado com recursos provenientes do consórcio Santo Antônio Energia, para proporcionar melhor aproveitamento de alunos e professores no processo ensino/aprendizagem.
- 26/11- Prefeitura entrega seis ambulâncias para o SAMU 192, atividade foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA. Seis ambulâncias foram entregues pela Prefeitura de Porto Velho para a renovação da frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu192) da capital. As viaturas foram adquiridas com recursos próprios do município e das seis, duas serão enviadas para a zona rural. Das quatro que ficarão na cidade, uma ficará baseada na Unidade de Pronto Atendimento (Upa 24 Horas), da zona leste, e a outra na Upa da zona sul. Uma

dessas ambulâncias vai para o distrito de Jacy-Paraná. O objetivo é estar mais próximo da população onde ela necessita com esse serviço de alta qualidade que o Samu presta à população

- 03/12 - Distrito de Jacy-Paraná recebe ambulância da prefeitura, evento realizado em parceria com a Secretária Municipal de Saúde - SEMUSA. Uma ambulância para resgate foi entregue pela Prefeitura de Porto Velho à Unidade de Saúde da Família de Jacy-Paraná na última sexta-feira. A viatura que ficará sob a responsabilidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU - 192), foi adquirida pelo município com recursos economizado pela Câmara Municipal.
- 03/12 – Prefeitura entrega a Comunidade de Jacy-Paraná Escola Municipal de Educação Infantil, ABC de Jacy, localizada no distrito de Jacy-Paraná. O evento realizado em parceria com a Secretária Municipal de Educação – SEMED. O estabelecimento foi construído com recursos das compensações sociais do consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), ao custo de R$ 1,21 milhão e compreende seis salas de aulas, além de outros ambientes pedagógicos como sala de leitura, creche, pátio coberto, refeitório, brinquedoteca. A escola atender á uma demanda de educação infantil que até bem pouco tempo não era ofertada no distrito
- 03/12 – Prefeito assina Ordem de Serviço para reforma e ampliação da Escola Municipal Antônio Ferreira, evento realizado em parceria com a Secretária Municipal de Educação - SEMED. O projeto prevê a construção de mais seis salas de aulas, passando de 10 para 16 salas; biblioteca; cozinha; refeitório; área de serviço; depósito de material de limpeza; quadra coberta; paisagismo; pátio coberto; 02 banheiros para alunos com adaptação para cadeirantes; 02 banheiros para funcionários com adaptação para cadeirantes; secretaria; arquivo; coordenação; supervisão; sala dos professores; e sala para direção.

2. APRESENTAÇÃO

A Controladoria Geral do Município – CGM, Órgão central de controle interno da Administração Municipal, considerando as novas demandas surgidas em decorrência dos Convênios viabilizadas pela Administração Municipal junto ao Governo Federal e imbuída e consciente de seu papel na formação e consolidação de um aparelho de estado moderno e comprometido com a prestação de serviços públicos de qualidade, relata as áreas de atuação desenvolvidas no ano de 2008.

Para tanto, seguiram-se, além das competências estabelecidas conforme Constituição Federal de 1988, Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000, Decreto nº 9693/2005 compete o desempenho das funções previstas no art. 74 da Lei Orgânica do Município, nas Leis Complementares Municipais nºs 54/95 e 125/01, as Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna editadas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil[1], as quais dispõem que um dos princípios básicos da atividade de Auditoria diz respeito à fixação das prioridades baseadas no nível de risco e seu potencial de influência nos resultados dos exames e que esses fatores devem ser considerados na fase de planejamento dos trabalhos.

Nesse sentido, o conceito de risco empregado pela Controladoria Geral do Município para definição das áreas de atuação no ano de 2008, fundamentou-se na capacidade de avaliação do potencial de perda, oriundo da probabilidade de ocorrência de erro, ineficiência, ineficácia, gestão anti-econômica, ilegalidade, desvio de objetivos estratégicos e operacionais, e ainda de ocorrências que exijam a ação coordenada do Controle Interno conforme suas atribuições regimentais.

Ademais, entendeu-se que a utilização da análise sob a condição de risco propiciará á C.G.M concentrar mais esforços em áreas auditáveis mais significativas, alocar de forma mais eficaz os recursos existentes, particularmente os de pessoal, além de oferecer indicativos de prioridades que servem de suporte à tomada de decisão sobre que ações devem ser realizadas, tornando-se, ainda, um dos importantes instrumentos para a execução dos Programas de Governo da Administração Municipal.

[1] INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL – Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna, São Paulo, Instituto dos Auditores Internos do Brasil, 2º edição 1992, p. 65.

Em síntese a análise de risco consiste, sob o enfoque técnico-metodológico, em estimar-se um índice de avaliação correspondente a uma classificação associada a cada Secretaria auditada pela Controladoria Geral; sua utilização direciona a atuação do Órgão de Controle Interno a concentrar-se em áreas mais significativas, onde a alocação de recursos é mais intensa, fornecendo o suporte requerido para a tomada de decisões de planejamento com efetividade, na definição do escopo, frequência e cronograma dos trabalhos e garante uma razoável uniformidade de tratamento a ser dado pelas unidades de auditoria aos diversos órgãos do Poder Executivo Municipal.

A diretriz de atuação ocorreu no sentido de **desenvolver as atividades com vistas a disseminação de um política de controle interno, como suporte e salvaguarda à Administração e aos Gestores, principalmente no momento de mudanças por que passa a Administração Pública,** a fim de promover a evolução de suas práticas, visando o melhor atendimento às Políticas Públicas previstas

2.1 Quadro de Servidores da Controladoria Geral

Atualmente o quadro de servidores da Controladoria Geral do Município constitui-se de 40 servidores, destes, 25 são estatutários, sendo, 17 Auditores (estatutários), dos quais 6 encontram-se cedidos para outros órgãos; 7 Técnicos de Controle Interno; 7 Assistentes de Controle Interno; 5 Comissionados e 10 Estagiários.

3. ATIVIDADES REALIZADAS

Com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a regular aplicação dos recursos públicos e guarda de bens e direito do Município em cumprimento às legislações pertinentes e atender ao artigo 11, inciso V, da Instrução Normativa nº 13/TCER – 2004, a Controladoria Geral do Município de Porto Velho – C.G.M, apresenta o Relatório Consolidado Anual de Atividades de Controle Interno, desenvolvidas no período de **Janeiro a Dezembro de 2012** no Poder Executivo do Município de Porto Velho, conforme se relata:

3.1. REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL – CONSOCIAL – ETAPA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

A Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – CONSOCIAL foi instituída mediante o Decreto da Presidência da República de 8 de julho de 2011.
Na oportunidade ficou estabelecida a realização de conferências municipais, regionais, estaduais e distrital, as quais precedem a Conferência Nacional a ser realizada em Brasília nos dias 18 a 20 de maio de 2012.
A Prefeitura Municipal de Porto Velho, por intermédio do gestor Executivo Municipal, convocou a 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social, conforme o Decreto n. 12.273 de 28 de julho de 2011.
Ficou estabelecido que a Coordenação Executiva da 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social – CONSOCIAL seria de responsabilidade da Controladoria Geral do Município, com comissão constituída para este fim específico. A Controladoria Geral do Município instituiu a Comissão de Coordenação Executiva mediante a Portaria n. 018/2011 de 1º de agosto de 2011, alterada pelas Portarias n. 025 e 030/2011.
A Conferência Municipal seguiu as diretrizes, metodologia e normas estabelecidas pela Comissão Organizadora Nacional da CONSOCIAL, que obteve como produtos principais a escolha de 20 (vinte) propostas/diretrizes envolvendo os eixos temáticos propostos e a eleição de 15 (quinze) delegados para participar da etapa estadual.
Assim, tendo em vista a realização da Conferência Municipal nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2012, relatamos e expomos as atividades realizadas pela Comissão Executiva Municipal, mediante o presente relatório, dividido nos seguintes Capítulos: Da Fase Preparatória; Da Conferência e Pós Conferência.

Da Fase Preparatória

A partir da Carta Magna de 1988, que previu mecanismos de democracia participativa, vários órgãos públicos vêm desenvolvendo ações que incentivam a transparência e a participação da sociedade no acompanhamento da administração pública.
Nesse sentido, a CGU realizou o I Seminário Nacional de Controle Social, na cidade de Brasília, em setembro de 2009, no qual apresentou entre outros resultados uma moção com mais de trezentas assinaturas, solicitando a realização de uma conferência nacional sobre transparência, participação popular e combate à corrupção.
Assim, a Controladoria-Geral da União e a Secretaria-Geral da Presidência da República formularam a proposta da realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - CONSOCIAL, com o propósito de, em conjunto com a sociedade e os conselhos de políticas públicas, traçar diretrizes de atuação para assegurar a efetividade das políticas de promoção da transparência pública e da participação social, bem como realizar o diagnóstico da adoção e implementação dessas políticas nos âmbitos municipal, estadual e federal.
No Município de Porto Velho, o Prefeito convocou a 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social – 1ª CONSOCIAL, com o tema: **"A sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública"**, como etapa preparatória da conferência nacional, consoante Decreto nº 12.273, de 28/07/2011, publicado no D.O.M. nº 4.052, de 1º/08/11. Foi definido que a Conferência seria presidida pelo Prefeito Municipal ou, em sua ausência ou impedimento, pela Controladora Geral do Município de Porto Velho.
Com a Convocação, a Controladoria Geral do Município elaborou o Projeto CONSOCIAL (cópia no Anexo II) que incluiu estudos de histórico, justificativa, interesse e relevância da Conferência, delineando que os resultados esperados da realização da Conferência em Porto Velho buscaria,

além do relatório de propostas e eleição de delegados para a etapa seguinte, ampliar sua forma de atuação junto à sociedade com ações para alcançar os seguintes objetivos:
Geração de um profundo debate em torno do tema transparência e Controle Social.
Consolidação de um espaço de diálogo e de reflexão permanente a respeito da transparência e do controle social;
Fortalecimento de redes institucionais locais ou propostas de integração às redes já existentes que atuam no controle e combate à corrupção;
Diálogos entre a sociedade e instituições que atuam na transparência, no controle e no combate à corrupção visando ao compartilhamento de experiências e conhecimentos que trabalhem as questões temáticas relacionadas à Conferência.
Responsabilidades de sociedade e institucionais, nos mais diversos níveis, no que se refere, inicialmente, à realização da Conferência e, posteriormente, a divulgação e acompanhamento de ações relacionados às temáticas propostas, em especial àqueles destinados ao Controle Social.
Em busca desses objetivos, o projeto previu um esboço de atividades a serem realizadas como definição das metas das Respectivas Comissões:
Comissão Organizadora Municipal:
Reuniões de deliberação contemplando o diálogo entre sociedade civil, conselhos de políticas públicas e poder público para definição de ações conjuntas para a realização da Consocial.
Estabelecimento da Programação;
Escolha dos conferencistas;

Comissão de Coordenação Executiva:
Instituição de Comissões:

Transparência

Efetivando na prática a essência da 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social, a Controladoria Geral do Município, utilizando-se dos meios disponíveis de divulgação, focou na transparência de todo o processo de construção e realização da Conferência: a disponibilização, em tempo real (1 dia+1) no Portal da Transparência de todas as atividades previstas e realizadas no intento da concretização da 1ª Consocial.
Assim, desde Decretos e Portarias, constituintes de documentos oficiais, até as atas das reuniões realizadas, com nomes e horários de chegada dos participantes foram divulgadas, bem como termo de referência e completo detalhamento da despesa.
Todas as atividades da fase preparatória da conferência, assim como sua realização tiveram completa cobertura da Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura, com divulgação de cada atividade realizada com matérias apresentadas no site institucional da Prefeitura (Anexo XI, item 1, sub-itens de 1.01 a 1.34).
No intuito da ampla divulgação da Conferência as atividades de mobilização buscaram a disponibilização das informações na mídia: reuniões com grupos sociais específicos cartazes e faixas em locais estratégicos, pit stop e entrevistas em rádio e televisão.
A Comissão Executiva disponibilizou informações importantes da 1ª Consocial no Portal da Transparência da Prefeitura de Porto Velho, tais como: as reuniões da comissão organizadora; os decretos expedidos pelo Prefeito; os relatórios de viagem aos distritos; o processo licitatório; as atividades de divulgação e mobilização; etc (Anexo II deste relatório – Documentos Publicados no Portal da Transparência).
Após a convocação, a Controladora Geral do Município designou a Comissão Executiva composta por servidores desta Controladoria, conforme Portarias 018, 025 e 030/CGM/2011, anteriormente mencionadas (cópias no Anexo II – Documentos Publicados no Portal da Transparência).
Na ocasião, foi realizada a atividade de mobilização da sociedade civil, poder público municipal e conselhos municipais de políticas públicas para participarem da Comissão Organizadora Municipal-COM. A atividade contemplou 213 (duzentos e treze) instituições convidadas, (Anexo XI, item 2), por meio do Ofício Circular nº 021/COEX-1ªCONSOCIAL/CGM/2011, de 15/09/2011, para reunião da etapa preparatória, no Teatro Banzeiros, dia 23/09/2011.
Participaram também da reunião, como observadores e cooperadores, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Tribunal de Contas da União/Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Ministério Público do Estado de Rondônia, Controladoria Geral da União/Regional Rondônia, Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, Controladoria Geral do Estado de Rondônia, conforme Ofício Circular n° 022/COEX-

1ªCONSOCIAL/CGM/2011, de 15/09/2011, (Anexo XI, item 3).
A constituição da Comissão Organizadora Municipal da 1ª Conferência Municipal de Transparência e Controle Social – COM-PVH foi definida por representantes das entidades relacionadas no Anexo do Decreto nº. 12.372, de 03 de outubro de 2011 (Anexo II - item 10), publicado no DOM nº 4.096, de 03/10/2011, conforme abaixo:

Representantes do Poder Público Municipal:

Controladoria Geral do Município – CGM;
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA;
Secretaria Municipal de Educação – SEMED;
Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS;
Coordenadoria de Comunicação Social – COMDECOM; e
Procuradoria Geral do Município – PGM.

Representantes da Sociedade Civil:

Observatório Social de Porto Velho;
Conselho de Ministros Evangélicos de Porto Velho;
Centro Salesiano do Menor;
Associação dos Moradores do Bairro Triângulo;
Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afrobrasileira – CENARAB;
Grupo Comunitário da Zona Sul de Porto Velho – G-14;
Confederação Nacional dos Moradores – CONAM;
Central de Movimentos Populares – CMP;
Associação Cidade Verde;
Central Única dos Movimentos Populares e Sociais – CUMPS; e
Comissão de Luta por Políticas Públicas Pescado do Bairro Triângulo.

Representantes dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas:

Conselho Municipal da Cidade – COMCIDADES;
Conselho Municipal de Educação – CME, e
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Reuniões COEX e COM-PVH
A Comissão Executiva da 1ª CONSOCIAL-COEX reuniu-se com os integrantes da COM-PVH em sete ocasiões, a maioria delas aconteceram na FUNESCOLA. Nessas reuniões, tanto a COEX como a COM-PVH prestavam contas das suas atividades, especialmente quanto à mobilização dos segmentos para participarem da 1ª CONSOCIAL.

Ressaltamos que para habilitar os membros da Comissão Executiva, foi designada a Auditora Waldery Nogueira de Lima para participar do Curso de Capacitação sobre a Metodologia da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, promovido pela Coordenação Executiva Nacional com a Controladoria Geral da União, realizado em Brasília-DF, no período de 09 a 11/08/11.
Já os membros Zenildo Alves Santos de Carvalho e Eliana Ramos Nogueira participaram do I Seminário Nacional de Participação Social, promovido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, realizado em Brasília-DF, no período de 26 a 28/10/11 (cópia dos relatórios da viagem no Anexo XI, item 4).

Da Mobilização

A atividade de divulgação e mobilização foi desenvolvida pelos membros da COEX em conjunto com a Comissão Organizadora Municipal com a finalidade de engajar a sociedade civil, poder público e os conselhos de políticas públicas a participarem da 1ª CONSOCIAL.
O planejamento abordou as seguintes atividades: divulgação nos Distritos; a entrega de ofícios; afixação de cartazes e faixas; distribuição de panfletos e folders; entrevistas e veiculação de chamadas nos meios de comunicação; utilização do portal da transparência da Prefeitura do Município de Porto Velho; reuniões com a sociedade civil; reuniões com os conselhos; e reuniões com a COM.

Sociedade Civil
O Projeto Consocial (Anexo II, item 4) considerou que os Distritos do Município de Porto Velho seriam visitados pela equipe da Consocial para divulgação e mobilização da Sociedade Civil e que

representantes escolhidos pela comunidade teriam as despesas com transporte, alimentação e alojamento custeadas pela Administração Pública Municipal. A COEX participou de reuniões realizadas pelo Departamento de Assuntos do Interior - DAI/GabPrefeito, além da SEMPLA e SEMED, com o fim de viabilizar a viagem aos distritos.
O DAI/GabPrefeito informou as principais localidades do Município e seus respectivos administradores que estão ao longo da BR-364 e Baixo Madeira. São elas: São Carlos, Nazaré, Demarcação, Calama, Jaci-Paraná, Nova-Mutúm Paraná, Fortaleza do Abunã, Abunã, Vista Alegre do Abunã, União Bandeirantes, Rio Pardo, Extrema e Nova Califórnia.
A SEMPLA auxiliou no planejamento da viagem e disponibilizou dois servidores para compor a equipe na realização dos trabalhos e a SEMED disponibilizou um servidor e o transporte fluvial para deslocamento aos Distritos do Baixo Madeira.
No dia 06/10/2011, a COEX esteve na reunião mensal com o Diretor do DAI/GabPrefeito e administradores distritais para divulgar a programação a ser desenvolvida naquelas localidades.
Os representantes da Sociedade Civil Organizada, integrantes da Comissão Organizadora Municipal, escolheram dentre seus representantes, aqueles que acompanhariam as equipes de divulgação. Os eleitos foram: Washington Campos Vieira - Confederação Nacional dos Moradores – CONAM e Eliel Ferreira da Cunha - Central de Movimentos Populares – CMP.
A programação prevista dos trabalhos foi desenvolvida no período de 10 a 15/10/2011 considerando os Distritos abaixo relacionados:

Tabela 1 – Divulgação nos Distritos

LOCALIDADE	ADMINISTRADOR	DATA
São Carlos	Ednardo Souza Medeiros	10/10/11
Nova Califórnia	Cleusa Camello	
Extrema	José Ilson B. dos Santos	10 e 11/10/11
Nazaré	Pedro Bastos da Silva	11/10/11
Vista Alegre do Abunã	Agenor Santos de Oliveira	
Fortaleza do Abunã	Francisco Lourenço de Oliveira	
Calama	Antônio de Castro Ferreira	12/10/11
Abunã	Sérgio Augusto de S. Lima	
Nova Mutum Paraná	Rosilene Prestes F. de Oliveira	13/10/11
União Bandeirantes	José Aparecido de Oliveira	14/10/11
Demarcação	Jonas Rodrigues Sobrinho	
Jacy Paraná	Nilton Barbosa da Rosa	15/10/11

Fonte: Relatório de Viagem – Processo n. 03.00116-000/2011

Foram designadas duas equipes, sendo uma para os distritos localizados ao longo da BR-364 e outra para os distritos do Baixo Madeira. Em cada localidade, os administradores convocavam os moradores para participarem das reuniões, onde eram feitas as explanações sobre a 1ª CONSOCIAL e a escolha dos seus representantes.
A forma de escolha dos representantes das comunidades foi livre e democrática com processo metodológico desenvolvido pela população local, sem a interferência da equipe de divulgação que acompanhou o evento e registrou as representatividades em fichas cadastrais.

Da Conferência – Participação

A Comissão Organizadora Nacional adotou a seguinte proporcionalidade de participação: 60% representantes da Sociedade Civil; 30% Poder Público e 10% Conselhos de Políticas Públicas.
A COEX estabeleceu o quantitativo de 200 (duzentas) vagas para participação de conferencistas com direito a voz e voto, adotando-se a proporcionalidade instituída pela Comissão Organizadora Nacional, ou seja, 120 (cento e vinte) vagas para sociedade civil, 60 (sessenta) para o poder público e 20 (vinte) para os conselhos de políticas públicas.
Desse modo, informamos que foram credenciadas 178 (cento e setenta e oito) conferencistas e apresentamos a composição por segmento conforme abaixo:

Tabela 2 – Participantes por Segmento

SEGMENTO	QUANTIDADE	% REPRESENTAÇÃO
Sociedade Civil	108	61
Poder Público	50	28
Conselhos de Políticas Públicas	20	11
Total	178	100

Fonte: Relatório da Etapa Municipal

Além dos segmentos mencionados, a conferência contou com a participação de 21 (vinte e um) convidados, 10 (dez) observadores e 19 (dezenove) expositores, totalizando 228 (duzentos e vinte e oito) participantes.
Destacamos que das vagas reservadas para a sociedade civil, 65 (sessenta e cinco) seriam destinadas aos representantes dos distritos, no entanto, somente 32 (trinta e duas) pessoas compareceram ao evento, aquém do estimado.

Solenidade de Abertura

A Solenidade abertura da 1ª Consocial teve início às 9:30h e a composição da mesa contou com a participação de representantes da sociedade civil, poder público e conselhos de políticas públicas.
Conforme deliberação da reunião de 20/01/2012 da COM-PVH (Anexo II, item 32), a composição da mesa de abertura contou com a mesma representatividade da Conferência (60% representantes da Sociedade Civil; 30% Poder Público e 10% Conselhos Municipais de Políticas Públicas).
A sociedade civil foi representada por: Washington Campos Vieira (Confederação Nacional dos Moradores - CONAM); Eliel Ferreira da Silva (Central de Movimentos Populares – CMP); Sacerdotisa Yakolecy Omind'hará Marlene Souza Monteiro (Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-Brasileira – CENARAB); Luiz Luz Máximo (Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Triângulo).
O poder público foi representado pelo Excelentíssimo Senhor Roberto Eduardo Sobrinho (Prefeito do Município de Porto Velho) e pela ilustríssima Senhora Cricélia Fróes Simões (Controladora Geral do Município de Porto Velho); e os conselhos de políticas foram representados por: Yêda Maria de Mello Baleeiro (Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME) e Vinícius Meireles de Lima (Conselho Municipal da Cidade – COMCIDADE).

Painel de Contextualização

Os palestrantes convidados compareceram ao evento para desenvolvimento dos painéis, a exceção de Lígia Peireira, que devido à atividade profissional inadiável não compareceu ao evento, porém a Secretaria-Geral da Presidência da República indicou o Sr. Marcelo Pires Mendonça, Assessor Especial da Presidência da República para Conselhos e Conferências Nacionais.
As palestras foram previstas no sentido de esclarecer e ampliar o entendimento dos conferencistas em relação aos temas abordados, como forma de auxiliar os debates nas oficinas temáticas.
Todavia, a falta de disponibilidade de tempo para perguntas aos palestrantes influenciou na satisfação dos conferencistas que queriam tirar dúvidas no momento das palestras. A presidente da COM-PVH informou que os questionamentos seriam respondidos por e-mail. Após o evento, foram disponibilizadas no Portal da Transparência as respostas aos questionamentos realizados ao palestrante Marcelo Pires.
Os painéis foram divididos em quatro períodos:
Coordenação de Mesa - Palestrante Thiago Dias – Representante do CONACI - Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros do Distrito Federal e das Capitais. Auditor do Estado do Espírito Santo da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, Membro da Coordenação Executiva Estadual da CONSOCIAL/ES, Economista e Especialista em Gestão Estratégica de Negócios pela FUCAPE Business School.
Painel “Contextualização da Consocial” - Palestrante Antonio Barros - Coordenador Nacional de Mobilização para a 1ª Consocial. Graduado em Administração, pós-graduado em Filosofia, com

especialização em Ética e Filosofia Política, Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União.
Painel “A atuação da sociedade civil na transparência e Controle social” - Palestrante Cleomar Manhas - Graduada em Letras Português - Bacharelado pela Universidade de Brasília, mestrado em Educação e Políticas Públicas pela Universidade de Brasília e doutorado na mesma área pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Assessora Política - Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: formação, políticas públicas, criança e adolescente e educação popular.
Painel “Mecanismos de Controle Social, Engajamento e Capacitação da Sociedade para o Controle da Gestão Pública” - Palestrante Marcelo Pires Mendonça em substituição a Lígia Pereira. O palestrante é Assessor Especial da Presidência da República para Conselhos e Conferências Nacionais. É professor de História e Geografia da Rede Pública do DF, pós-graduado em História Contemporânea, pós-graduado em Filosofia Marxista pelo Instituto de Ciências Sociais de Moscou/Rússia.

Oficinas Temáticas

As oficinas temáticas foram organizadas obedecendo à metodologia proposta pela Comissão Organizadora Nacional. Os trabalhos desenvolvidos foram leitura do texto-base, discussão do tema e construção das proposições. Houve a apresentação dos participantes e a escolha dos integrantes das comissões eleitoral e de priorização.
Foram realizadas 4 (quatro) oficinas, conforme os seguintes eixos temáticos: I. Promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos; II. Mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública; III. A atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle; IV. Diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção.
Nas salas das oficinas temáticas, além de todo material para aplicação da metodologia determinada pela Comissão Nacional por meio do Manual Metodológico (cópia no Anexo II, item 5), disponibilizou-se moderadores contratados para este mister que, ao final dos trabalhos, apresentaram relatórios das oficinas (Anexo XI, item 15).
Cada oficina foi dividida em subgrupos para leitura do texto-base referente ao respectivo eixo temático. Após a leitura, foi disponibilizado tempo para diálogo sobre o eixo temático, no qual os integrantes puderam contextualizar e dividir suas experiências sobre o assunto.
Antes do intervalo, o moderador fez o chamamento dos participantes de cada oficina para que os interessados em serem eleitos como delegados realizassem suas inscrições.
Após reintegração dos subgrupos foram elaboradas sugestões de Diretrizes/Propostas por subgrupo transcritas em tarjetas e coladas em um painel fixador *standard*. Cada subgrupo elegeu um representante para ler as Diretrizes/Propostas aos demais participantes da Oficina e, durante a leitura, o moderador agregou propostas iguais ou parecidas.
Ao final, cada moderador fez a leitura das 20 Diretrizes/Propostas aprovadas por oficinas e finalizou os trabalhos explicando que a priorização aconteceria na manhã do dia 03 de fevereiro.
A tabela a seguir evidencia a participação nas oficinas por eixo temático e quantitativo de propostas aprovadas:

Tabela 3 – Propostas Elaboradas por Eixo Temático

EIXO TEMÁTICO	SEGMENTO	PARTICIPANTE	DIRETRIZ/ PROPOSTA
I	Sociedade Civil	16	20
	Poder Público	21	
	Conselhos	4	
	Convidado	5	
	Moderador	1	
II	Sociedade Civil	28	21

	Poder Público	12	
	Conselhos	4	
	Convidado	1	
	Moderador	1	
III	Sociedade Civil	21	20
	Poder Público	12	
	Conselhos	12	
	Convidado	8	
	Moderador	1	
IV	Sociedade Civil	28	20
	Poder Público	20	
	Conselhos	0	
	Convidado	7	
	Moderador	1	
Total		**203**	**81**

Priorização

De acordo com o programado a priorização ocorreu na manhã do dia 03/02/2012, porém, a atividade iniciou com atraso em virtude da empresa contratada não haver organizado a sala, sendo que coube a esta Comissão Executiva a realização da tarefa.

No desenvolvimento da priorização, cada participante, com direito a voto, recebeu 10 etiquetas adesivas na cor vermelha, entregue pela Comissão Organizadora Municipal, mediante a marcação com perfurador no crachá de identificação.

Os participantes circularam pelos painéis para visualizar o conjunto das 81 (oitenta e um) Diretrizes/Propostas debatidas, aprovadas e sistematizadas nas Oficinas Temáticas. Durante esse exercício de visualização e leitura, os participantes dialogaram e articularam em torno das proposições e sobre a importância e urgência das mesmas.

Após a priorização, houve a contagem das propostas, destacando-se primeiramente a mais votada em cada eixo temático e depois, seguindo a ordem decrescente de votação das demais propostas, alcançando o total estabelecido de 20 (vinte) propostas.

Depois de priorizadas, foram apresentadas aos participantes pela Comissão de Priorização, em plenária no auditório do Teatro. Alguns conferencistas manifestaram entendimento que a COM-PVH deveria abrir debates das propostas priorizadas, contudo a maioria dos conferencistas manifestou entendimento de que a metodologia não previa debates nesta etapa da conferência.

A relação das diretrizes/propostas está disponibilizada nos itens 2.1 e 2.2 do “Relatório Final da Etapa Municipal”, cópia constante do Anexo I deste relatório.

Eleição dos Delegados

O manual metodológico da Conferência sobre a Transparência e Controle Social, estabelecido pela Comissão Organizadora Nacional, previu a realização de etapas municipal, estadual e federal, e, nessas etapas seriam realizadas eleições de delegados com o direito de voz e voto, bem como defender as propostas escolhidas nas etapas preparatórias.

A eleição contemplou participantes dos três segmentos: sociedade civil, poder público e conselhos de políticas públicas, sendo que as vagas de delegados deveriam ser preenchidas na proporção de 60%, 30% e 10%, respectivamente.

Nesta fase, destacou-se a parceria do Tribunal Regional Eleitoral que apoiou a eleição de delegados da CONSOCIAL na etapa municipal, disponibilizando urnas eletrônicas e garantindo um processo eleitoral seguro e transparente, utilizando-se do nº do CPF dos participantes.

Conforme estabelecido pela Comissão Organizadora Estadual, Anexo II do Regimento Interno

Estadual (Aprovado pelo Decreto nº 16.228/2011), foram eleitos 15 (quinze) delegados, sendo 09 (nove) representando a sociedade civil, 04 (quatro) o poder público e 02 (dois) os conselhos de políticas públicas, habilitados a participar da etapa estadual, representando o município e defendendo as propostas priorizadas.
Foram eleitos ainda 11 (onze) suplentes, sendo 08 (oito) representando a sociedade civil, 01 (um) o poder público e 02 (dois) os conselhos de políticas públicas, que após a redistribuição de vagas para a etapa estadual, passaram a ser também delegados titulares.
A descrição com os nomes, números dos documentos, endereços, telefones e e-mails do total de 26 (vinte e seis) candidatos eleitos foi comunicada à Controladoria Geral do Estado por meio do Ofício nº 142/COEX-1ª CONSOCIAL/CGM em 07/03/2012 (Anexo XI, item 16).
A relação dos delegados foi submetida à Comissão Organizadora Municipal na Reunião de encerramento e avaliação, dia 03/02/2012 e consolidada como anexo II da Ata da Sétima Reunião COM-PVH (Anexo II, item 34.2) está disponibilizada no item 3 do "Relatório Final da Etapa Municipal", cópia constante do Anexo I deste relatório, além de haver sido publicada no Portal da Transparência, Anexo II, item 35 sub-itens 35.1 a 35.3.

Avaliações e Sugestões

A Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social alcançou os objetivos propostos, especialmente no que concerne à priorização/escolha de propostas e eleição de delegados para participar na etapa estadual.
Destarte, com o intuito de aprimorar as ações concernentes ao evento, oportunizamos aos conferencistas, convidados, expositores, observadores e integrantes da COM-PVH avaliarem o evento. Os mecanismos de avaliação utilizados foram: Formulário Pesquisa de Satisfação do Participante, Fichas para Sugestões, Humorômetro, Avaliação dos Expositores e Relatório de Avaliação dos Observadores também foram submetidos à Comissão Organizadora Municipal na Reunião de encerramento e avaliação, dia 03/02/2012 e consolidada como anexo II da Ata da Sétima Reunião COM-PVH (Anexo II, item 34)
No tocante a avaliação de participantes, elaboramos tabela demonstrando o grau de satisfação:

Tabela 4 – Resultado da Pesquisa de Satisfação

Quanto ao Local da Conferência	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO	BRANCO
Localização	6%	6%	29%	59%	0%
Conforto do auditório	0%	0%	47%	53%	0%
Conforto da sala para oficina temática	0%	24%	41%	35%	0%
Acessibilidade para PNE	18%	35%	35%	12%	0%
Quanto ao Credenciamento	**RUIM**	**REGULAR**	**BOM**	**ÓTIMO**	**BRANCO**
Empatia/presteza	18%	29%	35%	18%	0%
Tempo de atendimento	41%	29%	29%	0%	0%
Quanto à Solenidade de Abertura	**RUIM**	**REGULAR**	**BOM**	**ÓTIMO**	**BRANCO**
Cerimonial	0%	12%	59%	18%	12%
Quanto aos Painéis Temáticos (palestras)	**RUIM**	**REGULAR**	**BOM**	**ÓTIMO**	**BRANCO**
Conhecimento do tema abordado	0%	0%	76%	24%	0%
Clareza e objetividade	0%	0%	76%	24%	0%
Aplicabilidade/utilidade aos trabalhos	0%	18%	65%	18%	0%
Recursos audiovisuais e multimídias	6%	6%	65%	24%	0%
Tempo Disponibilizado	18%	24%	53%	0%	6%
Quanto às Oficinas Temáticas	**RUIM**	**REGULAR**	**BOM**	**ÓTIMO**	**BRANCO**
Habilidade do moderador	0%	6%	59%	35%	0
Textos de apoio	0%	12%	53%	35%	0
Tempo Disponibilizado	0%	24%	53%	24%	0
Quanto à Priorização das Propostas	**RUIM**	**REGULAR**	**BOM**	**ÓTIMO**	**BRANCO**
Procedimentos/métodos aplicados	0%	18%	53%	29%	0%
Qualidade das propostas escolhidas	0%	0%	71%	29%	0%
Tempo Disponibilizado	0%	24%	59%	18%	0%
Quanto às Eleições	**RUIM**	**REGULAR**	**BOM**	**ÓTIMO**	**BRANCO**
Procedimentos/métodos aplicados	6%	6%	41%	35%	12%
Quanto aos Stands de Controle	**RUIM**	**REGULAR**	**BOM**	**ÓTIMO**	**BRANCO**
Qualidade dos materiais	0%	0%	47%	53%	0%
Empatia/presteza	0%	6%	53%	41%	0%
Portais de Transparência	6%	0%	65%	24%	6%
Tempo de Atendimento	6%	6%	53%	29%	6%
Quanto à Alimentação	**RUIM**	**REGULAR**	**BOM**	**ÓTIMO**	**BRANCO**
Variedade/diversidade	18%	29%	53%	0%	0%
Qualidade	35%	35%	18%	12%	0%

Podemos constatar que dos 25 itens avaliados, 76% receberam conceito bom ou ótimo, e os itens Acessibilidade, Credenciamento, Tempo Disponibilizado para Painéis e Alimentação foram avaliados como ruim ou regular, representando 24% do total.

Em relação à Acessibilidade, informamos que durante a realização da Consocial foram utilizados espaços em três andares do prédio do Teatro Banzeiros, situação que necessitou do uso de elevador, o qual estava em funcionamento. No entanto, não havia rampa para acesso ao palco do Teatro.

Vale ressaltar a ação da Comissão Executiva de procurar viabilizar a participação de associações de portadores de deficiência física na Conferência. Desta forma foi realizada reunião no dia 24/11/2011 com o representante da FEDER Sr. Mário, no Centro de Formação dos Profissionais da Educação, que informou as necessárias adequações às instalações para participação desse segmento social, a saber: ausência de barras de apoio ao lado dos sanitários dos PNDE, de uma rampa de MDF na galeria de artes e de Piso tátil; Elevador com defeito; e Falta de acesso do PNDE ao palco do Teatro. Com exceção do último quesito, todos foram atendidos posteriormente pela SEMED.

As atividades de Credenciamento que estava sob a responsabilidade da empresa contratada para realização do evento ocorreu de forma lenta, principalmente em virtude de problemas técnicos na estrutura do credenciamento e devido a grande procura de participantes e a limitação de vagas.

Quanto ao Tempo Disponibilizado para os Painéis verificamos que três palestrantes escolhidos para participar do evento necessitavam regressar as suas respectivas cidades antes do término do evento, situação que não possibilitou a construção de diálogos entre participantes e palestrantes por meio de perguntas e respostas, o que mesmo ocorresse não poderia ser viabilizado já que a prioridade e objetivo principal da Consocial é a elaboração das propostas para a etapa conferencial seguinte, o que motivou a reserva maior de tempo para as Oficinas Temáticas (diálogo e construção das proposições) e atividade de priorização (onde os conferencistas deveriam discutir as proposições e darem seu voto de valoração – priorização).

Já em relação à Alimentação foi informado por participantes que o local para refeições não foi adequado para comportar a quantidade de pessoas, a quantidade de refeição foi insuficiente e alguns alimentos foram servidos mal cozidos e/ou estragados.

No tocante à avaliação dos observadores, conforme formulário “Relatório de Avaliação dos Observadores”, mensurou-se que, em média, alcançou 85% de satisfação.

Por fim, a avaliação dos integrantes da Comissão Organizadora Municipal, conforme Ata da 7ª Reunião Ordinária, julgou que a Conferência atingiu os objetivos específicos propostos.

Ante o exposto, para melhoria das atividades relacionadas à Conferência, recomendamos que:

O serviço de credenciamento de conferencistas seja prévio e via internet, com o objetivo de

otimizar o atendimento e o desenvolvimento das atividades da conferência;
A participação de representantes distritais no tocante a transporte e hospedagem seja sem ônus para o município;
Nas palestras seja disponibilizado tempo para questionamentos e que a escolha dos palestrantes seja condicionada à permanencia até o final dos paíneis temáticos para esclarecimento das dúvidas dos conferencistas., ou não sejam oferecidas palestras.

Pós-Conferência

Concluída a fase da Conferência Sobre Transparência e Controle Social, foi encaminhado pela COM-PVH o Relatório Final da Etapa Municipal à Controladoria Geral do Estado e Controladoria Geral da União, demonstrando os resultados de delegados eleitos e propostas priorizadas.
Demonstramos abaixo os resultados das atividades de acompanhamento da despesa executada, originadas do Processo n. 07.31.00065/2011, instaurado para custear os gastos com a Conferência.

Relatório Final

A COM-PVH emitiu o relatório com os resultados da Etapa Municipal e enviou à Comissão Organizadora Estadual por meio do Relatório Final da Etapa Municipal, o qual foi preenchido a partir do Portal Consocial no site da CGU, link "Relatórios das Etapas Preparatórias". Este resultado compôs o Caderno de Propostas Estadual que subsidiou o debate na Etapa Estadual. Além dos resultados, junto ao relatório foi encaminhada, também, a lista de delegados que representaram o Município na etapa Estadual.
O relatório foi gerado em 28/02/2012, com as seguintes informações: Identificação da Conferência; Diretriz/Proposta mais priorizada de cada eixo temático; Demais Diretrizes/Propostas priorizadas; Relação dos Delegados eleitos e Avaliação da Comissão Organizadora.

Conclusão
A Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social realizada pela Controladoria Geral do Município, nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2012, proporcionou a criação de espaço para o debate acerca da temática proposta e escolha de representantes municipais para participar da etapa estadual.
Durante a Conferência ocorreram os debates relacionados à promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos; mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública; atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle; e, diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção.
Mediante os debates envolvendo os temas mencionados acima foram escolhidas e priorizadas 20 (vinte) propostas e ainda, eleição de 26 (vinte e seis) delegados para representar o município de Porto Velho na etapa estadual.
Por fim, verificamos que foram alcançados os objetivos propostos, no entanto, efetuamos recomendações com o objetivo de aperfeiçoar os próximos eventos dessa natureza.

3.2 CONTROLE PREVENTIVO

3.2.1 ELABORAÇÃO DE NORMA DISCIPLINANDO CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL: DECRETO Nº 12.509, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012.

A Controladoria Geral do Município considerando o disposto na legislação reguladora das eleições a ocorrer em outubro deste ano e, de modo especial, os prazos e as proibições previstos para gestores e agentes da Administração em normas legais federais e em regulamentos expedidos pela Justiça Especializada;

Considerando ainda a necessidade de disciplinar a atuação dos dirigentes de órgãos e entidades do Poder Executivo durante o período alcançado pela legislação eleitoral, resguardando-se o Município de Porto Velho quanto à prática de qualquer conduta vedada, por exclusiva ação de seus

agentes,

Elaborou o Decreto 12.509/2012 estabeleceu condutas vedadas aos Agentes Públicos Municipais no ano de 2012 por tratar-se de ano de eleitoral e do último ano de Mandato eleitoral do chefe do Executivo Municipal, dispondo sobre os seguintes tópicos:

-DOS PROGRAMAS ASSISTÊNCIAIS
-DA UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS
-DAS ATITUDES E MANIFESTAÇÕES POLÍTICO-ELEITORAIS NOS ÓRGÃOS E
-BENS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
-DO LIMITE DE GASTOS COM PUBLICIDADE
-DO LIMITE DE GASTOS COM REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES
-DA MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES
-DAS INAUGURAÇÕES
-DO PRONUNCIAMENTO PÚBLICO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL
-DAS CONSULTAS AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL SOBRE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL
-DO USO DA MARCA DO GOVERNO MUNICIPAL
-DA ALTERAÇÃO DAS PLACAS DE OBRAS OU DE PROJETO DE OBRAS
-DA RETIRADA DE MARCAS E SLOGANS EM SÍTIOS DA INTERNET
-DAS REQUISIÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL
-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

No Decreto 12.509/2012 ficou expressamente determinado aos Secretários Municipais, aos dirigentes dos órgãos da Administração Indireta, bem como a todos os servidores que lhes são subordinados, a estrita obediência das normas legais e regulamentares dispostas para os agentes do Poder Público no período eleitoral, especialmente as regras constantes dos artigos 73 a 78 da Lei Federal n.◦ 9.504, de 30 de setembro de 1.997.

3.2.2 ELABORAÇÃO DE NORMAS PARA GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL EM FINAL DE MANDATO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LC

A Controladoria Geral do Município considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000 – LRF, em especial quanto as disposições inerentes a último ano do mandato do gestor elaborou a **Instrução Normativa nº 01/CGM/2012,** estabelecendo normas e procedimentos para **GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL EM FINAL DE MANDATO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LC 101/2000:**

Os tópicos abordados na Instrução Normativa nº 01/CGM/2012**,** foram os seguintes:

Tópico	Referência	Folhas
DAS DEFINIÇÕES	**Artigo 2º**	**02**
DA REALIZAÇÃO DE DESPESAS NO PERÍODO DE 1º DE MAIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012.	**Artigos 3º a 6º**	**05**
DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	**Artigos 7º e 8º**	**07**
DA RESPONSABILIDADE E SANÇÕES NA IRREGULAR ORDENAÇÃO DE DESPESA	**Artigos 9º e 10**	**08**
DOS RESTOS A PAGAR	**Artigos 11 e 12**	**09**
SANÇÕES NA IRREGULAR INSCRIÇÃO DE DESPESA EM RESTOS A PAGAR	**Artigos 13 e 14**	**09**
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE	**Artigos 15 a 21**	**09**
EDUCAÇÃO	**Artigos 15 a 18**	**10**
Da Aplicação dos Recursos da Educação – 25%	**Artigo 15**	**10**
Da Aplicação dos Recursos da Educação – FUNDEB	**Artigo 16**	**10**
Dos Restos a Pagar da Educação – inclusive FUNDEB	**Artigos 17 e 18**	**11**

SAÚDE	**Artigos 19 a 21**	**11**
Da Aplicação dos Recursos da Saúde – 15%	**Artigo 19**	**11**
Dos Restos a Pagar da Saúde	**Artigos 20 e 21**	**12**
SANÇÕES NO DESCUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE	**Artigo 22**	**12**
DO CONTROLE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL	**Artigos 23 a 26**	**13**
DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL	**Artigo 27**	**14**
RESTRIÇÕES E SANÇÕES NO DESEQUILÍBRIO DA DESPESA COM PESSOAL	**Artigos 28 a 30**	**15**
DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO	**Artigos 31 a 34**	**16**
DOS LIMITES DA DÍVIDA PÚBLICA E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**Artigos 35 a 37**	**16**
DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**Artigos 38**	**17**
DAS SANÇÕES POR OPERAÇÕES DE CRÉDITO INDEVIDAS	**Artigos 39**	**17**
DISPOSIÇÕES GERAIS	**Artigos 40 a 43**	**18**
DA RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO NOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	**Artigos 40**	**18**
DAS SANÇÕES POR DESEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS	**Artigos 41 e 42**	**18**
DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL	**Artigo 43**	**19**
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	**Artigo 44**	**19**

Objetivando orientar os Órgãos integrantes da Administração Pública Direta e Indireta do Município para o efetivo cumprimento da Instrução Normativa nº 01/CGM/2012 a CGM realizou de reunião técnica com os Secretários Municipais (ordenadores de despesa), Secretários Adjuntos, Assessores Técnicos, Coordenadores Municipais, Diretores de Departamentos Administrativos, Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento e demais servidores públicos das áreas de Orçamento, Financeira, Contabilidade e que atuem com processos de despesa pública, no Teatro Banzeiros, dia 25/04/2012, na qual foram abordadas e explicadas detalhadamente todos os tópicos da Instrução Normativa de Gestal Fiscal responsável em final de mandato.

O evento foi otimizado devido a realização no dia 24/04/2012 pelo Tribunal de Contas do Estado do Seminário sobre Gestão Responsável em final de mandato, sendo que a CGM orientou todos os gestores a participar.

3.2.3. PARTICIPAÇÃO DE SEMINARIO DO CONSELHO NACIONAL DO CONTROLE INTERNO EM FORTALEZA – CE- JUNHO/2012.

Nos dias 28 e 29 de junho, a Controladoria Geral do Município de Porto Velho, representada pela Auditora Ana Neila Albuquerque Rivero, Controladora Geral Adjunta, participou da 2ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), em Fortaleza, no Ceará. O evento reuniu a maioria dos Estados e teve como foco principal a implementação efetiva da Lei Federal de Acesso à Informação em cada unidade da federação.
No evento, foram apresentados os resultados do Levantamento da Implementação da LAI - Lei de Acesso à Informação, realizado pelo CONACI, em 19 (dezenove) estados e 6 (seis) municípios. Além disso, houve ainda uma palestra técnica da Controladoria e Ouvidoria Geral do Ceará sobre os temas: Portal da Transparência, Controle Interno Preventivo e Lei de Acesso à Informação no Ceará.
O Conaci - Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno - tem como objetivo principal promover a necessária integração entre todos os órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos atuantes no Brasil, beneficiando a sociedade, o Estado e o país. Sua atuação se dá a partir do intercâmbio de conhecimentos, práticas e informações, possibilitando um trabalho conjunto para a formulação, implementação e avaliação de políticas nacionais de controle e gestão mais eficientes. Atualmente é presidido por Angela Silvares, secretária de Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo.

Pauta: Palestra sobre as "Ferramentas de Governança utilizadas pelo Governo do Estado".
Apresentação pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará sobre os temas:

Portal da Transparência;
Controle Interno Preventivo;
Lei de Acesso à Informação no Ceará.

Pauta do CONSELHO
Aprovação da Ata – 1ª Reunião Técnica /2012
Apresentação da Minuta do Regimento Interno do CONACI –CGE/AL
Apresentação da programação do VIII Encontro Nacional de Controle Interno/2012- período de 22 a 24 de agosto de 2012- em São Paulo-CGA/SP

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO- CGU
TEMAS:

Diretrizes para classificação das informações sigilosas
Sistema de Tramitação de Pedido de Acesso à Informação – possibilidade de cessão do sistema

SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DO ES

Apresentação do resultado do levantamento do status da implementação da LAI nos estados e municípios filiados
Debate e perguntas – direcionado aos 2 (dois) temas
Grupos de Trabalho

Apresentação do resultado dos Grupos de Trabalho produzidos no período abr./2012 a jun/2012
Agenda Legislativa
Estratégia para aprovação da PEC 45/2009 no Senado Federal
Próximas fases de tramitação
Envolvimento dos Membros do Conselho
Diagnóstico do Controle Interno
Apreciação das propostas sugeridas pelos Membros do Conselho
Situação PROMOIN – CGE-AL
3ª Reunião Técnica de 2012 – Agenda e local
Definição do local sede do IX Encontro Nacional de Controle Interno
Avaliação da situação dos Membros que necessitam de regularizar sua situação junto ao Conselho por meio de Celebração de Convênio ou outro instrumento jurídico

3.2.4. PARTICIPAÇÃO DO VIII ENCONTRO NACIONAL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO – CONACI – SÃO PAULO – SP – AGOSTO/2012
A Controladoria Geral do Município participou do VIII Encontro Nacional de Controle Interno, que foi realizado nos dias 23 e 24 de agosto, em São Paulo. O evento, foi realizado no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Paulista, e contou com painéis sobre Lei de Acesso à Informação e Tendências Normativas do Controle Interno no Brasil, além de um Panorama Internacional sobre Transparência, Dados Abertos, Prevenção e Combate à Corrupção. O evento contou com a participação de representantes de outros países, que se socializaram e debateram experiências.

Pesquisa LAI – Implementação nos Estados, Distrito Federal e Municípios
Proposta de Pleito para Candidatos as Eleições Municipais – 2012
Lei da Ficha Limpa - Intercâmbio de informações para garantir a efetividade da Lei
"Não aceito corrupção" – Campanha Movimento do Ministério Público Democrático.
Grupos de Trabalho
Diagnóstico de Controle Interno – Apresentação dos pontos controversos da pesquisa do A importância das certificações internacionais para o controle interno
Assuntos Administrativos
Avaliação da execução do Plano de Trabalho de 2012, alinhado ao Planejamento Estratégico 2012-2013.
Estágio das Deliberações da 3ª Reunião Técnica – Fortaleza
Aprovação da Ata da 3ª Reunião Técnica – Fortaleza

Apresentação e aprovação do Regimento Interno
Apreciação das Contas do CONACI referente ao exercício de 2011
Apresentação da situação financeira do Conselho Posição financeira
Encerramento 2011
Receitas e despesas 1º semestre de 2012

3.3 ATIVIDADES DE CONTROLADORIA

O Gabinete da Controladora Geral e da Controladora Geral Adjunta realizaram no período as seguintes atividades:

Supervisão e coordenação geral dos trabalhos realizados no âmbito da Controladoria Geral**:** Assessoria Técnica, Departamento de Auditoria, Departamento de Controle Setoriais, Setoriais da Educação e da Saúde.

Orientação às Secretarias Municipais para cumprimento dos dispositivos da Instrução Normativa nº 01/CGM/2012 que normatizou procedimentos voltados a gestão fiscal responsável em fim de mandato para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 e especifica as sansões em caso de descumprimento.

Orientação às Secretarias Municipais para cumprimento dos dispositivos da Lei de Acesso a Informação, através do Oficio Circular nº 009/GAB/CGM/2012 de 16/05/2012.

Cooperação Técnica com a SEMFAZ, SEMPLA e Gabinete do Prefeito através da participação de reuniões técnicas de avaliação da execução orçamentária e financeira e elaboração do Decreto nº 12.691 de 04/07/2012 – que dispôs sobre contingenciamento orçamentário no âmbito do Poder Executivo Municipal no exercício de 2012, atuando no controle preventivo.

Participação de reuniões mensais com o Prefeito e Secretariado Municipal de Balanço das atividades desenvolvidas pela Prefeitura no último ano do mandato.

APOIO AO CONTROLE EXTERNO

A CGM, órgão Central de Controle Interno do Município, em cumprimento à missão constitucional estabelecida no artigo 74 da Constituição Federal, executou as seguintes atividades de apoio ao controle externo, conforme atuação através dos Gabinetes da Controladora Geral, da Controladora Geral Adjunta e da Assessoria Técnica:

3.3.2. APOIO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Cumprindo determinação do Prefeito, a Controladora Geral efetuou no período de Maio a Agosto o acompanhamento da tramitação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado (Diretoria de Projetos e Obras, Secretaria Geral de Controle Externo, Ministério Público de Contas e Gabinete da Relatoria) e das Secretarias Municipais SEMAD e SEMPRE do Processo 2151/2012, referente a Concorrência Pública nº 01/2012 deflagrada pela Prefeitura Municipal de Porto Velho para contratação de empresa especializada na construção do terminal rodoviário e adequação de acessos, conforme descrição prevista no edital com valor estimado em R$ 9.749.457,92 (nove milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e cinqüenta e sete reais e noventa e dois centavos)

3.4. AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Com a finalidade de cumprir ao previsto no Art. 11, Inciso V, Alínea “b”, da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004, vimos relatar as principais atividades desenvolvidas de Auditoria Governamental pelo Departamento de Auditoria e Assessoria Técnica no período Janeiro a Abril de 2012. Os trabalhos envolveram planejamento, execução e acompanhamento de auditorias e diligência conforme relatórios e ofícios abaixo discriminados:

3.4.1 ATIVIDADES ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS

3.4.1.1 Análise da Prestação de Contas Anual Consolidada do Município de Porto Velho-2011

A Controladoria Geral em cumprimento ao Acórdão nº 016/2010/Pleno/TCER, através da Assessoria Técnica efetuou no no mês de março de 2012 a **Análise Técnica e emissão de Parecer de Auditoria n° 004/2012, referente a Prestação de Contas anual consolidada do Município do exercício financeiro de 2011** quanto a conformidade com a Lei 4.320/64 que estabeleceu normas e procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e atendimento a IN 004/2002/TCER e IN 013/2004/TCER.

3.4.1.2 Análise da Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde - 2011

A Controladoria Geral em cumprimento ao Acórdão nº 016/2010/Pleno/TCER, através da Assessoria Técnica efetuou no no mês de março de 2012 a **Análise Técnica e emissão de Parecer de Auditoria n° 005/2012, referente a Prestação de Contas anual do Fundo Municipal de Saúde - FMS do exercício financeiro de 2011** quanto a conformidade com a Lei 4.320/64 que estabeleceu normas e procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e atendimento a IN 004/2002/TCER e IN 013/2004/TCER.

3.4.1.3. Análise da Prestação de Contas da Fundação Escola do Servidor Público Municipal – Designação da Controladora Geral do Município, conforme despacho por meio do Ofício n. 119 Gab/Pres.2012 de 21 de março de 2012, Processo n. 03.0022/2012 (em análise);

3.4.1.4. Análise da Prestação de Contas da Fundação Cultural do Município de Porto Velho - Designação da Controladora Geral do Município, conforme despacho por meio do Ofício n. 044/2012-DEC/SEMFAZ de 02 de março de 2012, Processo n. 03.0024/2012 (em análise).

3.5 ATIVIDADES ANÁLISE DE RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LC 101/2000 – L.R.F.

3.5.1 Análise Técnica dos Relatórios Resumido de Execução Orçamentária - RREO relativo ao 6° bimestre/2011

Ações Realizadas:

a) Levantamento e identificação dos anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal que compõem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, referente ao 6º bimestre de 2012;

b) Exame, conferência de valores e análise comparativa de dados constantes dos demonstrativos inerentes ao RREO/6º Bimestre/2011.

c) Emissão de Análise Técnica.

3.5.2 Análise Técnica do Relatório de Gestão Fiscal-RGF relativo ao 3º Quadrimestre/2011;

d) Levantamento e identificação dos anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal que compõem o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2012;

e) Exame, conferência de valores e análise comparativa de dados constantes dos demonstrativos inerentes ao RGF/3º Quadrimestre/2011.

f)Emissão de Análise Técnica.

3.5.3. Análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO relativo ao 1° bimestre/2012

Designação da Controladora Geral do Município, conforme despacho por meio do Ofício n. 0046/2012-DEC/SEMFAZ de 16 de abril de 2012, Processo n. 03.0039/2012 (em análise).

Ações Realizadas:

g) Levantamento e identificação dos anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal que compõem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, referente ao primeiro bimestre de 2012;

h) Exame, conferência de valores e análise comparativa de dados constantes dos demonstrativos inerentes ao RREO/1º Bimestre.

3.6. ANÁLISE TÉCNICA DOS RELATÓRIOS DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL (IN N° 22/TCE/RO):

ANÁLISE DA DESPESA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
MÊS: NOVEMBRO/2011

ANÁLISE DA DESPESA ANEXOS I A X-A - NOVEMBRO/2011
OFÍCIO Nº 4084/DA/GAB/SEMED DE 28/12/2011
Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
Assunto: Análise dos anexos I a X-A de NOVEMBRO/2011

Da Análise dos Dados

ANEXO I - Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências para Cálculo dos 25% da Educação – (Art. 3º e 13).
ANEXO II

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS PAGAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL, EXCLUÍDO O FUNDEB (ART. 13 IN 22/2007).

ANEXO-III-A

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS PAGAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL – EXCLUÍDO O FUNDEB (ART. 13 – IN 22/2007)

ANEXO IV - (ART. 6º, § 2º c/c 14, §4º).
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR COM RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - EXCLUÍDO O FUNDEB (Art. 6º, § 2º).

ANEXO V - (ART. 6º, § 1º c/c 14, §4º).

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR COM RECURSOS PRÓPRIOS ARRECADADOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE – EXCLUÍDO O FUNDEB.

ANEXO VII (ART. 8º, § 1º C/C 14. § 4º).

ANEXO VIII - (ART. 10 E 14, -I)

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (60% DO FUNDEB)

ANEXO IX - (Art. 10, Parágrafo único e 14, I)

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDEB NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – COMPETÊNCIA MUNICIPAL (MÁXIMA DE 40% DO FUNDEB)

ANEXO X - (Art. 6º, § 1º).

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR COM RECURSOS VINCULADOS AO FUNDEB (Art. 6º, § 2º c/c 14, § 4º).

ANEXO X – A - (Art. 6º, § 1º c/c 14, § 4º).

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PAGAS COM RECURSOS DO FUNDEB ARRECADADOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE (Art. 6º, § 1º c/c 14, § 4º).

3.6.1. **Acompanhamento de Auditoria**

- Acompanhamento de Auditoria Especial na SEMUSA composta para examinar as aquisições de medicamentos da empresa SULMEDI Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., bem como os recebimentos e a posterior distribuição às unidades de saúde da rede municipal – análise da manifestação do auditado, encaminhada por meio do Ofício n. 3.929/GAB/SEMUSA de 30 de novembro de 2011.

- Realizamos exame da manifestação do auditado quanto ás recomendações postuladas por meio do **Relatório de Auditoria n. 003/DEA/2011,** conforme Relatório de Resposta encaminhado pelo Ofício n° 064/GAB/CGM/DEA/2012.
Análise

Realização

3.6.2. Análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 3º Bimestre de 2012 – Designação da Controladora Geral do Município, conforme despacho por meio do Ofício n. 0076/2012-DEC/SEMFAZ de 01 de agosto de 2012, Processo n. 03.0067/2012.

Ações Realizadas:

Elaboração do Relatório nº 007/DEA/CGM/2012 - Análise do relatório resumido de Execução Orçamentária 3º Bimestre de 2012.

Constatamos que os demonstrativos publicados proporcionam a transparência dos gastos públicos, atendendo as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Verificamos o atendimento da recomendação postulada por meio do Relatório de Análise do RREO do 2º bimestre, para que fosse realizado contingenciamento de despesas com a finalidade de se cumprir a meta para o resultado nominal.

Assim, foram contingenciados recursos na ordem de R$ 15.610.459,88 (quinze milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e cinqüenta e nove reais, oitenta e oito centavos), conforme Decreto nº 12.691 de 4 de julho de 2012.

Ofícios de encaminhamento do relatório: nº 384/GAB/CGM/DEA, de 06 de setembro de 2012, para SEMED; nº 385/GAB/CGM/2012, de 06 de setembro de 2012, para SEMUSA; e nº 386/GAB/CGM/DEA/2012, de 06 de

setembro de 2012, para SEMFAZ/Contabilidade.

3.6.3. Análise do Processo de Tomada de Contas Especial nº 04.01275.00/2012/PGM – Apurar eventuais danos ao erário, supostamente causados pelo recolhimento dos valores pagos a título de taxa de inscrição referente ao edital de concurso público nº 126/GAB/SEMAD/2003, em conta corrente de pessoa jurídica, em detrimento a conta única do tesouro municipal.

- **Ações Realizadas**:

Processo nº 04-01275/2012. Ofício recebido nº 1150/GP/2012 de 30 de Agosto de 2012 que encaminhou o ofício nº 060/CRR-PGM/2012 de 27 de Agosto de 2012 para conhecimento do Relatório Final da Comissão de Tomada de Contas Especial.
Parecer nº 005/DEA/CGM/2012 de 19 de setembro de 2012, solicitando a Comissão apresentar demonstrativo financeiro do débito apurado e expedir notificação ao servidor apontado como responsável.

- **Acompanhamento**

Acompanhamento da análise da prestação de contas da Fundação Escola do Servidor do Município de Porto Velho – Exercício de 2011.

- **Ações Realizadas:**

Ofício recebido nº 362/FUNESCOLA de 05 de setembro de 2012 encaminhou as correções e as justificativas quanto as infringências apontadas no Relatório nº 001/DEA/CGM/2012 de 29 de maio de 2012.

Análise técnica das Justificativas apresentadas pela FUNESCOLA.

Acompanhamento da análise da prestação de contas da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – Exercício 2011.

- **Ações Realizadas:**

Análise técnica das justificativas apresentadas por meio do ofício nº 283/GPFC/2012 de 22 de agosto de 2012.

3.6.4. Relatório nº008/DEA/CGM/2012 – Análise das Justificativas Apresentadas pela Fundação Cultural do Município de Porto Velho – Iaripuna, referente a Prestação de Contas.

Ofício expedido nº 404/GAB/CGM/2012 de 18 de Setembro de 2012 que encaminhou o Relatório nº 008/DEA/CGM/2012.

Acompanhamento das recomendações postuladas no RREO/1º e 2º bimestres de 2012 e RGF/1º quadrimestre de 2012.

- **Ações Realizadas:**

Ofício expedido nº 387/GAB/DEA/CGM, de 10 de setembro de 2012, reitera o teor do ofício nº Ofício nº 315/GAB/CGM/2012 que solicitou manifestação técnica e adoção das providências recomendadas nos itens “b” “c” “e” e “f”, capitulo 5 do relatório.

Ofício recebido nº 1171/GP/2012, de 05 de setembro de 2012, encaminhou ofício nº 1061/2012/SPSESE, de 03 de setembro de 2012, que trata da Decisão Monocrática nº82/2012/GCWCSC referente à Gestão Fiscal – 1º Quadrimestre do ano de 2012.

Realização

3.6.5. Análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária 4º Bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal

– 2º Quadrimestre de 2012 – Designação da Controladora Geral do Município, conforme despacho por meio do Ofício n. 0094/2012-DEC/SEMFAZ de 26 de setembro de 2012, Processo n. 03.0081/2012.

- Ações Realizadas:

Elaboração do Relatório nº 010/DEA/CGM/2012 - Análise do relatório resumido de Execução Orçamentária 4º Bimestre de 2012 e Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2012.

Constatamos que os demonstrativos publicados proporcionam a transparência dos gastos públicos, atendendo as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ofício expedido nº 461/GAB/CGM/2012 de 24/10/2012 encaminhou o Relatório nº 10/DEA/CGM/2012, solicitou manifestação técnica do Departamento de Contabilidade e adoção das providências recomendadas no item 5.1 "a" e "b" do Relatório.

Ofício expedido nº 462/GAB/CGM/2012 de 24/10/2012 encaminhou para conhecimento o Relatório nº 10/DEA/CGM/2012 e salientou que o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino – MDE – Anexo X constante do RREO no período de julho a agosto/2012 demonstra que a municipalidade não alcançou o percentual mínimo estabelecido na Constituição Federal.

Ofício expedido nº 467/GAB/CGM/DEA/2012 de 29/10/2012 encaminhou o Relatório nº 10/DEA/CGM/2012 ao Gabinete do Prefeito.
Ofício expedido nº 468/GAB/CGM/DEA/2012 de 29/10/2012 encaminhou o Relatório nº 10/DEA/CGM/2012 à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA.

Ofício recebido nº 1259/GAB/SEMPLA – CMO de 10/10/2012 encaminhou a cópia da Ata de Audiência Pública referente a Demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais 2º Quadrimestre/2012 de 27/09/2012.

- **Acompanhamento**

Acompanhamento da análise da prestação de contas da Fundação Escola do Servidor do Município de Porto Velho – Exercício de 2011.

- **Ações Realizadas**:

Ofício recebido nº 396/FUNESCOLA de 01 de outubro de 2012 encaminhou a Ata de Reunião da Prestação de Contas/2011 e CD de Arquivo de Bens Móveis – Almoxarifado.

Elaboração do Relatório Nº 009/DEA/CGM/2012 de 04 de outubro de 2012.
Ofício expedido nº 439/GAB/CGM/DEA de 04 de outubro de 2012 encaminhou solicitação do pronunciamento da Diretora Executiva da Funescola Senhora Miriam de Amorim Brelaz, em cumprimento ao que determina o art. 49 da Lei Complementar nº154/96.

Ofício expedido nº 440/GAB/CGM/DEA/2012 de 05 de outubro de 2012 encaminhou o Relatório de Auditoria Nº009/DEA/CGM/2012 ao Secretário Municipal de Administração para conhecimento e manifestação quanto à recomendação postulada no item 2.1, letra b.

Ofício expedido nº 450/GAB/CGM/DEA/2012 de 23 de outubro de 2012 encaminhou o Relatório Nº 009/DEA/CGM/2012, o Certificado de Auditoria e a declaração de ciência da Ordenadora de Despesas da FUNESCOLA ao conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA para anexar ao processo nº 1998/2012.

Ofício recebido nº 401/FUNESCOLA de 15 de outubro de 2012 encaminhou resposta ao Ofício nº 439/GAB/CGM/DEA de 04 de outubro de 2012.

Acompanhamento da análise da prestação de contas da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – Exercício 2011.

- **Ações Realizadas:**

Ofício expedido nº 441/GAB/CGM/DEA de 8 de Outubro de 2012 que comunicou ao Senhor Altair dos Santos o envio do Relatório e Certificado de Auditoria ao Tribunal de Contas sem o pronunciamento solicitado no ofício nº 404/GAB/CGM/DEA de 18 de setembro de 2012.

Ofício expedido nº 446/GAB/CGM/DEA de 15 de Outubro de 2012 que encaminhou Relatório e Certificado de Auditoria da Prestação de Contas da Funcultural ao Conselheiro WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA para anexar ao processo nº 1999/2012.

Acompanhamento das recomendações postuladas no RREO/1º, 2º e 3º bimestres de 2012 e RGF/1º quadrimestre de 2012.

- **Ações Realizadas:**

Memorando recebido nº 28/GAB/CGM/2012 de 03/10/2012 que encaminhou cópia do Relatório do voto do Relator do Processo nº 1874/2011 – TCE/RO e do Relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia sobre a Gestão Fiscal da PMPV no exercício de 2011.

3.7 ANÁLISE DO PROCESSAMENTO DA DESPESA PÚBLICA, ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL E APOSENTADORIAS

Nos quadrimestres foram emitidas análises e pareceres pela C.G.M através do Departamento de Controle Setoriais, Gabinete/CGM e Assessoria Técnica em processos de despesa, atos de admissão de pessoal e aposentadorias de todas as Secretarias Municipais, conforme demonstra:

1º QUADRIMESTRE

ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL:

PROCESSO Nº		
1º QUADRIMESTRE		
07.03402-000/11	07-00079-000/2012	07-03816-000/2011
07-03805-00/2011	07-00007-000/2012	07-00373-000/2012
07-03816-000/11	07-00119-000/12	07-00852-000/2012
07-03305-000/11	07-00219-000/12	07-00851-000/12
07-03400-000-2011	07-00218-00/12	07-02201--000/12
07-003304-000/2011	07-00007-000/12	07-00630-000/12
07.00007-000/12	07-00217-000/12	07-00602-000/12
07-0079-000/12	07-00278-000/12	07-00219-000/12
07-00006-000/2012	07-0121-00/12	07-00604-000/12
07.03828-00/11	07-00120-000/12	07-00433-000/12
07-00005-000/12	07-00221-000/12	07.0603/2012
07-03803-000/11	07-00122-000-2012	07-03345-000/2011
07-03399-000/11	07-00278-000/12	07-03804-00/2011
07-03804-00-2011	07-00217-000/12	07-03399-000/2011
07-03345-000/11	07-00221-000/12	07-03803-000/2011
07-03401-000/11	07-00278-000/12	07-00005-000/2012
07-003304-000/2011	07-00119-000/12	07-03828-00/2011
07-03400-000/2011	07-00122-000/12	07-00006-000/2012
07-03305-000/2011	07-00120-000/12	07-00079-000/12
07-03805-00/2011	07-00121-000/12	07-00279-000/12
07-03402-000/2011	07-00219-000/12	07-00221-000/12
07-03816-000/2011	07-00218-000/12	07-00373-000/12
07-03401-000/2011	07-00007-000/12	07-00278-000/12
07-2826-000/2011	07-00448-000/2012	

2º QUADRIMESTRE		
07-01581-000/12	07-01393-000/12	07.1415/2012
07-00604-000/12	07-00640-000/12	07-01201-000/12
07-01413-000/12	07-01580-000/12	07-00851-000/12
07-00852-000/12	07-01413-00/12	07-00603-00/2012
07-03816-000/11	07-01111-000/12	07-00219-000/12
07-01275-000/12	07-00433-000/12	07-00630-000/12
07-00630-000/12	07-01111-000/12	07.1853/2012
07-01393-000/12	07-00604-000/12	07.1415/2012
07-01111-000/12	07-01777-000-2012	07.1349-2012
07-00221-000/12	07-017541-000/12	07-01653-00/2012
07-01581-000/12	07.1661/2012	07-1803-000/12
07-01856-000/12	07-01275-000/12	07-00602-000/12
07.01854/2012	07.01802-000/2012	07.01468-00-2012
07.03173-000/2012	07.02788-000/2012	07-02117-00-2012
07.02416-000/2012	07-1579-000/2012	07-01413-00/2012
07.03035-000/2012	07-1582-000/2012	07.01468-00-2012
07.02415-000/2012	07-02875-000/12	07-02117-00-2012
07-01413-000/2012	07.03212-000/12	07.034-000/12
07-02875-000/12	07.02311-000/12	07.01802-000/12
07.1855/2012	07.1661-000/12	07.03595-000/12
07-01859-000/12	07.03439-000/12	07.03575-000/12
07.03828-000/12	07-01754-000/12	07.03825-000/12
07-02117-000/2012	07-01854-000/2012	07-03212-000/12
07-03151-000-2012	07-03307-000/12	07-03690-000/12
07-01777-000/12	07-.03307-000/2012	07-03131-000/12
07-02648-000-12	07.03092-000/2012	07-03054-000/12
07-01349-000/12	07-01777-000/12	07-03513-000/12
07-03465-000/12	07-02648-000-12	07.03308-00/2012
07-01803-000/12	07-01754-000/12	07.03491-00/2012
07-02117-000/2012	07.03308-000/2012	07.01853-00/2012
07-03151-000-2012	07.03331-000/2012	07.0335-000/2012
07.3151/2012	07.1855/2012	07.01662-00/2012
07.3575/2012		
3º QUADRIMESTRE		
07.04477-000/2012	07.04352-000/2012	07.08260-000/2012
07-05083-000/11	07.5051/2012	07.06062-00/2012
07.04462-000/2012	07.07042-000/2012	07.08261-000/2012
07.04336-000/2012	07-04486-000/12	07.08066-000/2012
07.04429-000/2012		

3.7.1. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO DA DESPESA PÚBLICA

Nos 1º, 2° e 3° Quadrimestres foram emitidas análises e pareceres pela C.G.M através do Departamento de Controle Setoriais, Gabinete/CGM e Assessoria Técnica/CGM em processos de despesa de todas as Secretarias Municipais, referindo-se principalmente a:

1 – Análises prévias à realização das licitações, referentes a instrução processual para verificação do cumprimento do art. 14 da Lei 8.666/93 (inclusive para o Sistema de Registro de Preços);

2 – Análises prévias à homologação pela autoridade competente, nos processos de licitação com valores iguais ou superiores a R$ 650.000,00 (os processos com valores inferiores encontram-se sendo analisados pela Procuradoria Geral);

3 – Análises prévias ao pagamento de Processos de Obras;

4 – Análises de Prestação de Contas de Convênios, Diárias e Suprimentos de Fundo e outros.

Os montantes analisados nos 1º, 2° e 3° quadrimestres atingiram os valores**,** como se demonstra a seguir:

JANEIRO – FEVEREIRO – MARÇO – ABRIL 2012

ANÁLISE DO PROCESSAMENTO DA DESPESA

1º QUADRIMESTRE 2011

O 1° Quadrimestre o montante foi de R$ **R$ R$ 312.851.230,45 (Trezentos e doze milhões oitocentos e cinquenta e um mil duzentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos).**

ANÁLISE DO PROCESSAMENTO DA DESPESA
2º QUADRIMESTRE/2012

ANÁLISE PREVIA	R$ 25.902.665,80
ANÁLISE PRÉVIA - PREGÃO	R$ 5.574.028,87
AQUISIÇÃO	R$ 31.583.882,38
COMPRAS	R$ 3.616.831,18
CONCORRÊNCIA	R$ 61.531.819,08
CONSUMO	R$ 12.615.594,66
CONVÊNIO	R$ 7.681.630,76
CONVITE	R$ 101.280,00
DIÁRIAS	R$ 875.343,02
DISPENSA	R$ 23.470,00
FUNDO O. ESPECIAL "DOUTORADO"	R$ 8.916,00
OBRAS	R$ 75.656.319,11
PAGAMENTO DE PLANTÃO EXTRA	R$ 42.723,32
PAGAMENTO DE PRODUTIVIDADE	R$ 47.101,77
PAGAMENTO RETROATIVO	R$ 50.271,10
PERMANENTE	R$ 1.251.346,35
PESSOAL	R$ 802,29
PÓS-LICITATÓRIO	R$ 18.757.182,66
PRÉ-LICITATÓRIO	R$ 1.739.551,88
PREGÃO	R$ 30.838.798,81
PROAFINC	R$ 300.000,00
S.R.P.	R$ 1.053.501,40
SERVIÇOS	R$ 30.879.811,21
SUPRIMENTO DE FUNDOS	R$ 177.500,00
TOMADA DE PREÇOS	R$ 2.540.858,80
TOTAL	**R$ 312.851.230,45**

MODALIDADE	**VALOR R$**
ABONO PERMANÊNCIA	R$ 87.322,42
ANÁLISE PRÉVIA	R$ 5.373.185,62
ANÁLISE PRÉVIA - CONVITE	R$ 113.880,00
ANÁLISE PRÉVIA - PREGÃO	R$ 28.273.097,58
ANÁLISE PRÉVIA PREGÃO - SRP	R$ 6.482.762,80
ANÁLISE PÓSLICITATÓRIA - PREGÃO	R$ 9.172.009,92
AQUISIÇÃO	R$ 10.479.072,57
ATUALIZAÇÃO DE PROVENTOS	R$ 1.319,80
AUXÍLIO FINANCEIRO	R$ 13.374,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	R$ 20.899,77
AVERIGUAÇÃO TEMPO DE SERV.	R$ 986,37
COMPRAS	R$ 30.919.000,85

CONCORRÊNCIA	R$ 8.026.938,40
CONSUMO	R$ 3.345.968,90
CONVITE	R$ 79.613,00
CONVÊNIO	R$ 2.492.532,90
COVERÇÃO DE L. PRÊMIO	R$ 196.928,94
DIÁRIAS	R$ 1.546.275,98
DIFERENÇA DE JETONS	R$ 3.315,53
ELEMENTO MODERADOR	R$ 8.282,22
EXONERAÇÃO	R$ 115.633,06
GRATIFICAÇÃO	R$ 22.981,89
HORA EXTRA	R$ 2.970,58
INSALUBRIDADE	R$ 22.998,82
INEXIGIBILIDADE	R$ 5.000,00
OBRAS	R$ 39.738.642,49
PAGAMENTO LIC. PRÊMIO	R$ 105.333,32
PAGAMENTO RETROATIVO	R$ 85.735,78
PERMANENTE	R$ 1.812.028,39
PLANTÃO EXTRA	R$ 5.705,00
PROAFINC	R$ 150.000,00
PROMOÇÃO	R$ 3.329,53
QUINQUENIO	R$ 5.351,06
RESCISÃO	R$ 151.842,87
RESÍDUOS SALARIAIS	R$ 13.076,89
SALÁRIO FAMÍLIA	R$ 358,81
SALDO NEGATIVO	R$ 4.966,61
SERVIÇOS	R$ 8.408.665,54
SERVIÇOS HORAS MÁQUINAS	R$ 8.463.982,15
SERVIÇOS LIMPEZA URBANA	R$ 6.741.748,19
SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO	R$ 40.807,71
SUPRIMENTO DE FUNDOS	R$ 127.000,00
TOMADA DE PREÇOS	R$ 1.450.528,36
TOTAL	***R$ 174.115.454,62***

No 2° Quadrimestre o montante foi de ***R$ 174.115.454,62*** **(Cento e setenta e quatro milhões cento e quinze mil quatrocentos e cinqüenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).**

ANÁLISE DO PROCESSAMENTO DA DESPESA
3º QUADRIMESTRE/2012

LEVANTAMENTO DE DADOS - CGM/DCS SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2012	
MODALIDADE	**VALOR $**
ANÁLISE PÓS – SRP	**R$ 5.847.090,97**
ANÁLISE PRÉVIA – PREGÃO	**R$ 18.638.477,16**
ANÁLISE PARA PAGAMENTO	**R$ 47.391,96**
AQUISIÇÃO	**R$ 605.932,22**
AQUISIÇÃO DE DIESEL	**R$ 316.784,67**
COMPRAS	**R$ 6.258.338,89**
CONCORRÊNCIA	**R$ 3.538.601,45**
CONSUMO	**R$ 2.997.951,30**
CONVÊNIO	**R$ 3.059.895,43**

DIÁRIAS	**R$ 655.749,05**
LIMPEZA URBANA	**R$ 3.421.365,72**
LOCAÇÃO HORAS/MÁQUINAS	**R$ 11.345.943,96**
OBRAS	**R$ 18.380.003,30**
PERMANENTE	**R$ 990.236,49**
PAGAMENTO DE QUINQUENIO	**R$ 84.105,48**
SERVIÇO	**R$ 29.515.574,54**
SUPRIMENTO DE FUNDOS	**R$ 139.500,00**
TOMADA DE PREÇOS	**R$ 2.557.502,75**
TOTAL	**R$ 108.400.445,34**

No 3° Quadrimestre o montante foi de **R$ 108.400.445,34 (Cento e oito milhões quatrocentos mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).**

3.8 ATIVIDADES EXECUTADAS PELA ASSESSORIA TÉCNICA

A Controladoria Geral expediu, através da Assessoria Técnica os seguintes Ofícios relativos às atividades fins do Órgão:

A Assessoria Técnica executou as seguintes atividades, por meio dos setores que lhe compõe, quais sejam, Chefia e Divisão de Apoio Técnico:

Análise Técnica e emissão de Parecer de Auditoria referente a Prestação de Contas anual consolidada do Município do exercício financeiro de 2010.

Análise Técnica dos Relatórios Resumido de Execução Orçamentária - RREO relativo ao 6° bimestre/2010, Relatório de Gestão Fiscal-RGF relativo ao 3º Quadrimestre/2010 e Relatórios dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (IN n° 22/TCE/RO).

- **Pesquisas semanais pela internet** (Presidência, CGU, TCU, TCE/RO, Ministério do Planejamento, Blog-gestão, entre outros) sobre notícias, novidades, legislações, modificações, pautas de julgamento e decisões na Administração Pública inerentes a assuntos de competência do Controle Interno, Contabilidade, bem como da Administração Pública em geral, e encaminhado "*newsletter"* via e-mail aos servidores integrantes do Grupo Ocupacional do Controle Interno, para conhecimento e atualização contínua.

- **Acompanhamento dos atos publicados no Diário Oficial do Município** para ciência e arquivo nas correspondentes pastas, tais como: Leis, Decretos, Leis Complementares, Decretos de Orçamento, Atos de nomeação de exoneração de pessoal, portarias, projetos de lei, nomeações e convocações através de editais de concurso público, Resoluções, Instruções Normativas, Contratos, Comissões;

- **Atendimento/Orientação aos servidores e público em geral**, referente a dúvidas pertinentes aos serviços da Prefeitura.

Portal da Transparência: informando diariamente em tempo real os dados sobre a execução orçamentária da despesa pública: empenhos, liquidações e pagamentos e a arrecadação de receitas.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDOS PELA DIVISÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS

Acompanhamento das Pautas do Pleno e da 2º Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

DATA:	As pautas do ano todo.
LOCAL:	Acompanhamento realizado na CGM.
HORÁRIO:	08:00 h às 14:00 h
OBJETIVO:	Acompanhar as pautas de interesse da Prefeitura do Município de Porto Velho.

TEMAS:	Pautas do Pleno; e
	Pautas da 2ª Câmara.
PARTICIPANTE:	Larissa Assunção de Araújo Lima Pinheiro
CONVOCAÇÃO:	Controladora Geral do Município – Cricélia Fróes Simões

Seminário de Qualidade Ambiental.

DATA:	3 de maio (quinta-feira) e 4 de maio de 2012 (sexta-feira)
LOCAL:	Auditório da Faculdade São Lucas – Rua: Alexandre Guimarães, 1927 – Areal
HORÁRIO:	Dia 3.5 de 17:00 às 21:30h e 4.5 de 8:30 às 18:00h
OBJETIVO:	Proporcionar um diálogo entre os munícipes, órgãos ambientais, pesquisadores, estudantes e afins, sobre a qualidade do meio ambiente de Porto Velho, discutindo problemáticas diagnosticadas através de pesquisas realizadas por profissionais da área e propor medidas mitigadoras visando o melhoramento da qualidade de vida.
TEMAS:	Painel 01 – Qualidade do Ar;
	Painel 02 – Disposição de Resíduos Sólidos;
	Painel 03 – Qualidade dos Recursos Hídricos;
	Painel 04 – Poluição Sonora;
	Painel 05 – Unidade de Conservação e Terras Indígenas.
CONDUÇÃO	Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA

Entrevista com os universitários da Faculdade Metodista de São Paulo – Pólo Porto Velho, Curso Gestão Pública, 3º Período.

DATA:	7 de maio (segunda-feira)
OBJETIVO:	Subsidiar o trabalho universitário da disciplina Módulo Orçamento Participativo e Aplicação da LRF.
TEMA:	Aplicação da LRF.
ENTREVISTADA:	Waldery Nogueira de Lima
UNIVERSITÁRIOS:	Luiz Carlos, Marilza, Marcos, Paulo e Alexandre.
ENTREVISTA:	Dificuldades na aplicação da LRF no Município de Porto Velho; Impacto e mudanças com a aplicação da LRF; e Ações desenvolvidas pelo Município.
PRODUTO:	Trabalho Universitário; Plano de Ação Profissional (PAP)

Reunião com IPAM.

DATA:	14 de maio (segunda- feira)
OBJETIVO:	Instruir quanto a aplicabilidade da Instrução Normativa nº 01/CGM/2012 e Seminário sobre Gestão responsável em Fim de Mandato.
TEMA:	Instrução Normativa nº 01/CGM/2012
CONDUÇÃO:	Controladora Geral do Município: Cricélia Fróes Simões; Auditora: Waldery Nogueira de Lima; e Presidente do IPAM: João Herbert Peixoto.
PARTICIPANTES:	Funcionários do IPAM
CONVOCAÇÃO:	Consulta solicitada pelo presidente do IPAM, Senhor João Herbert Peixoto

Entrevista com os universitários da Universidade Metodista de São Paulo – Pólo Porto Velho, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, 2º Período.

DATA:	16 de maio (quarta-feira)
LOCAL:	Divisão de Estudos Técnicos – ASTEC/CGM
HORÁRIO:	8:20 às 9:00h

OBJETIVOS:	Subsidiar o trabalho universitário da disciplina Módulo Orçamento Participativo e Aplicação da LRF.
	Coletar e analisar dados referentes às contas públicas, em nível municipal ou distrital, possibilitando a ponderação sobre os níveis de planejamento, transparência, responsabilização e controle de cada município ou distrito analisado.
TEMA:	Aplicação da LRF.
ENTREVISTADA:	Waldery Nogueira de Lima
UNIVERSITÁRIOS:	Servany Bezerra de Oliveira e Jamilson Nery Silva.
ENTREVISTA:	Dificuldades na aplicação da LRF no Município de Porto Velho; Impacto e mudanças com a aplicação da LRF; Ações desenvolvidas pelo Município; e como são promovidas as participações populares.

Participação do II Fórum de Direito Constitucional e Administrativo Aplicado aos Tribunais de Contas.

DATA:	28 e 29 de maio
OBJETIVO:	Princípios, Fundamentos e o Papel dos Tribunais de Contas.
TEMA:	II Fórum de Direito Constitucional e Administrativo Aplicado aos Tribunais de Contas
CONDUÇÃO:	Ingo Wolfgang Sarlet;
	Ercias Rodrigues;
	Cristiana Fortini;
	Maria Idalina Rezende;
	André Ramos Tavares;
	Fábio Heckthuer;
	José Luiz Quadros de Magalhães;
	Ivo Sherer;
	Vidal Serrano Júnior;
	Alexandre Matzenbacher;
	Rodrigo Pironti; e
	Raimundo Oliveira Filho.
PARTICIPANTE:	Waldery Nogueira de Lima

Acompanhamento da Inspeção Especial TCER 2012 para verificação da regularidade no controle de estoque e consumo de combustíveis e lubrificantes da Prefeitura Municipal.

DATA:	A partir de 30 de maio de 2012
OBJETIVO:	Acompanhar e determinar aos setores competentes para que forneçam ao TCER, na maior brevidade possível, as informações e documentos relacionados no Ofício nº 001/IE-TCE-RO de 23.5.2012
CONVOCAÇÃO:	Ofício nº 001/IE-TCE-RO/12 de 23.5.2012 e despacho da Controladora em 30.5.2012.
DOCUMENTOS A SEREM EXAMINADOS:	Processos Administrativos, designações de servidores, formulários, planilhas, relatórios e normas.
PRODUTO:	Processo nº 03.00056/2012

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR MEIO DE OFÍCIOS

Nº DE OFÍCIO	**DATA**	**DESTINO**	**ASSUNTO**
223	10.5	SEMFAZ	Nota Técnica nº 2/2012-CERCCO – Comitê Estadual Rondônia Contra a Corrupção – Critérios objetivos para a definição de ordem cronológica de pagamento por Fonte de Recursos.

227	10.5	TCU	Encaminhamento do Ofício nº 2/2012-CERCCO, Assunto: Nota Técnica nº 2/2012-CERCCO - Comitê Estadual Rondônia Contra a Corrupção. Tema: Critérios objetivos para a definição de ordem cronológica de pagamento por Fonte de Recursos.
229	10.5	SEMPLA	Solicita Cópia do Relatório de Avaliação do PPA e Relatório Circunstanciado de Atividades 2011 e cópia do Protocolo de entrega dos mesmos ao tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
230	15.5	TCERO	Solicita modelo de regulamentação do art. 5º da Lei nº 8.666/93 para subsidiar a Secretaria Municipal de Fazenda no atendimento à Nota Técnica nº 2/2012-CERCCO - Comitê Rondônia Contra a Corrupção.
231	15.5	CGU	Solicita modelo de regulamentação do art. 5º da Lei nº 8.666/93 para subsidiar a Secretaria Municipal de Fazenda no atendimento à Nota Técnica nº 2/2012-CERCCO - Comitê Rondônia Contra a Corrupção.
232	16.5	PGM	Informa o início da vigência, nesta data, da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre procedimentos a serem observados pelo município com o fim de garantir o acesso a informação, e solicita a divulgação no Portal da Transparência os Termos de Contratos e Convênios firmados pela Prefeitura Municipal de Porto Velho bem como fornecer orientação jurídica às Secretarias para cumprirem a Lei. .
233	16.5	SEMAD	Informa o início da vigência, nesta data, da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre procedimentos a serem observados pelo município com o fim de garantir o acesso a informação, e solicita a divulgação no Portal da Transparência além do Resumo da Folha de Pagamento, relação dos servidores com informações: - cargo; carga horária; Lotação; e Remuneração (nos mesmos moldes que vier a ser disponibilizado pelo governo federal)
235	16.5	SEMAD	Informa o início da vigência, nesta data, da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre procedimentos a serem observados pelo município com o fim de garantir o acesso a informação, e solicita a divulgação no Portal da Transparência a Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527 de novembro de 2011), Colocar Link do menu " Portal sobre acesso à informação" disponível no site da CGU, bem como a DRTI disponibilizar e-SIC (Serviço de informação ao cidadão) conforme modelos anexos, a exemplos do "Fale com prefeito".
239	17.5	TCER	Encaminha cópias de Análises Técnicas efetuadas pela Controladoria Geral do Município de Porto velho até abril de 2012, relativas à Análise Processual prévia ao Pagamento de despesas do pregão Presencial nº 040/2010, em cumprimento ao item III da Decisão nº 148/2011/2ªCM/SGS/TCE/RO e item III do Acórdão 146/2011-PLENO (PROCESSO 2546/2010/TCER) e Lei Municipal nº 1950/2011.
240	17.5	TCER	Encaminha cópia de Parecer relativo à Análise Processual Prévia ao Pagamento dos meses de referência de Janeiro e Fevereiro/2012 em cumprimento ao item VIII da Decisão nº 088/2010/GC/ESS - TCE/RO

243	21.5	SEMED	Encaminha o Relatório da Análise da Despesa de janeiro/2012, relativo aos Anexos I a X-A dos Demonstrativos determinados nos art. 13 e art. 14 da Instrução Normativa nº 22/TCE-/RO/2007 e art. 2012 da CF, art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a prestação de contas da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.
246	21.5	SEMAS	Resposta ao Ofício nº 0675/DIV/CONVENIOS/SEMAS de 17/05/2012, informamos que essa Secretaria deverá solicitar informação ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, para verificar se existe no Sistema de Contabilidade Pública - CPcetil, entidade sem fins lucrativos, em inadimplência com o Município de Porto Velho.
247	22.5	PGM	Considerando o Ofício SPC/PGM nº 263/2012, de 18 de maio de 2012, esclarecemos que as informações devem ser solicitadas ao Departamento de Contabilidade na Secretaria Municipal de Fazenda DEC/SEMFAZ, pois tratam-se de informações contábeis.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM JUNHO

Reunião Técnica para acompanhamento dos Trabalhos de Implementação da Lei de Acesso a Informações.

DATA:	20 de junho de 2012 (quarta-feira)
LOCAL:	Gabinete da Controladora Geral do Município
HORÁRIO:	08:30 Horas
OBJETIVO:	Acompanhar a implementação da Lei de Acesso a Informações no Município de Porto Velho/RO
TEMA:	Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações)
CONDUÇÃO	Auditoras Cricélia Fróes Simões e Waldery Nogueira de Lima.
PARTICIPANTES	os: • Gabinete do Prefeito; • Secretaria Municipal de Administração; • Secretaria Municipal de Fazenda; Procuradoria Geral do Município; e Controladoria Geral do Município
CONVOCAÇÃO:	Ofícios n^{os} 288, 289, 290 e 291/GAB/CGM, em 15/06/2012.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR MEIO DE OFÍCIOS

Nº DE OFÍCIO	**DATA**	**DESTINO**	**ASSUNTO**
260	6.6	TCERO	De ordem do excelentíssimo Senhor Prefeito, atendendo a requisição verbal de 04/06/2012 cumpre-nos encaminhar o Ofício nº 2779/CMRH/SEMAD com as informações solicitadas e o Parecer Pericial Técnico Contábil apresentado junto ao juízo da 1º Vara da Fazenda Pública Processo nº 47.2011.8.22.0001 (Ação Civil Pública - Requerente Ministério Público do Estado de Rondônia e Requerido o Município de Porto Velho/Secretário Municipal de Administração).
262	6.6	PGM	Cópia do ofício nº 260/GAB/CGM/2012, de 06 de junho

			de 2012, encaminhado ao Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia - MPC.
263	6.6	SEMAD	Cópia do ofício nº 260/GAB/CGM/2012, de 06 de junho de 2012, encaminhado ao Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia - MPC.
264	6.6	GABINETE PREFEITO	Cópia do ofício nº 260/GAB/CGM/2012, de 06 de junho de 2012, encaminhado ao Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia - MPC.
265	6.6	TCERO	De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito, atendendo a requisição verbal de 04/06/2012 cumpre-nos encaminhar o ofício nº 2798/CMRH/SEMAD em complemento às informações solicitadas.
267	11.6	GABINETE PREFEITO	Cópia do Ofício nº 265/GAB/CGM, de 06 de junho de 2012, encaminhado ao Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia - MPC.
268	11.6	PGM	Cópia do Ofício nº 265/GAB/CGM, de 06 de junho de 2012, encaminhado ao Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia - MPC.
269	11.6	SEMAD	Cópia do Ofício nº 265/GAB/CGM, de 06 de junho de 2012, encaminhado ao Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia - MPC
271	12.6	SEMAD	Encaminha ofício nº 194/2012-5ºPJ/Tit com solicitação de processo pelo Ministério Público de Rondônia.
288	15.6	PGM	Reunião Técnica para Acompanhamento dos Trabalhos de Implementação da Lei de Acesso a Informações.
289	15.6	SEMAD	Reunião Técnica para Acompanhamento dos Trabalhos de Implementação da Lei de Acesso a Informações.
290	15.6	GABINETE PREFEITO	Reunião Técnica para Acompanhamento dos Trabalhos de Implementação da Lei de Acesso a Informações.
291	15.6	SEMFAZ	Reunião Técnica para Acompanhamento dos Trabalhos de Implementação da Lei de Acesso a Informações.
295	22.6	SEMPLA	Ofício nº 295/GAB/CGM/2012 à SEMPLA - Reunião Técnica para discussão referente à regulamentação e implementação da Lei de Acesso a Informações no âmbito do Município de Porto Velho Ofício nº 301/GAB/CGM/2012 à Gabinete do Prefeito - Reunião Técnica para discussão referente à regulamentação e implementação da Lei de Acesso a Informações no âmbito do Município de Porto Velho.
300	25.6	PGM	Reunião Técnica para discussão referente à regulamentação e implementação da Lei de Acesso a Informações no âmbito do Município de Porto Velho.
301	25.6	GABINETE DO PREFEITO	Reunião Técnica para discussão referente à regulamentação e implementação da Lei de Acesso a Informações no âmbito do Município de Porto Velho.
302	25.6	SEMFAZ	Reunião Técnica para discussão referente à regulamentação e implementação da Lei de Acesso a Informações no âmbito do Município de Porto Velho.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM JULHO POR MEIO DE OFÍCIOS

Nº DE OFÍCIO	DATA	DESTINO	ASSUNTO
308	3.7	SEMAD	Informação quanto a tramitação, na 1º Vara da Fazenda Pública, Ação Civil Pública Condenatória de Obrigação de Fazer, com Pedido de Liminar, nº 0011233-85.2012.8.22.0001, ajuizada pela 5º Promotoria de Justiça - Ministério Público do Estado de Rondônia, cujo

			objeto da Demanda é obter o provimento jurisdicional determinando ao Município de Porto Velho e a Câmara de Vereadores a implantação e gerenciamento de Portal na Internet, a fim de possibilitar à população o amplo acesso a informações dos órgãos supramencionados.
309B	6.7	PGM	Processo nº 03.0067/2009 – Denúncia de irregularidades em concurso público na Prefeitura do Município de Porto Velho.
325	11.7	SEMAD	Complementação de solicitação do Ofício nº 308/GAB/CGM de 3.7.2012, para que disponibilize também as seguintes informações no Portal supramencionado: - No campo "Despesa com Pessoal", publicar relação especifica para cada grupo de servidores: "Efetivos", "Comissionados", "Cedidos com ônus", "Cedido sem ônus", "Contratados por tempo determinado"; - No Campo "Despesa com pessoal", inserir a informação "Plano de Cargos" disponibilizada no link do Portal do Servidor – Legislação – Municipal – (Legislação de Pessoal); e - No campo "Despesas", criar link específico "Compras Diretas" a partir de filtro na consulta de empenhos das despesas por dispensa e inexigibilidade de licitação.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR MEIO DE INFORMATIVOS

DATA	**ASSUNTO**
5.7	Comunica entrada no período eleitoral, com o envio do Decreto nº 12.509/2012 (estabelece condutas vedadas aos Agentes Públicos Municipais), para que os servidores dispensem especial atenção aos seus artigos 5º, 6º, 7º e 8º. Envia notícias: Em reunião com secretariado, prefeito pede austeridade; Prefeitura orienta agentes públicos e servidores municipais que serão candidatos nestas eleições; Órgãos de controle interno de todo o país reúnem-se no Ceará.
20.7	Comunica que foi realizada no dia 19/07/2012 uma reunião com gerentes de Programas ou responsáveis pelas atividades de planejamento das Secretarias para prestar orientações gerais sobre a elaboração da Proposta Orçamentária/2013 e o seu detalhamento no Sistema Municipal de Planejamento e Gestão – SIMPLAG. Envia notícias: O Diário Oficial no Município não será mais expedido por meio impresso, sendo disponibilizado apenas por meio eletrônico, com acesso a todos os interessados, no endereço www.portovelho.com.br – Serviços – Pesquisar DOM; e A Ouvidoria Geral da União (OGU), órgão vinculado à Controladoria Geral do Município, promove o curso "Atendimento ao Cidadão brasileiro". As inscrições acontecem no período de 23 a 27 de julho.
27.7	Comunica que já se encontram disponíveis no Observatório de Informações Municipais estimativas para os repasses do FPM para os meses de julho, agosto e setembro de 2012. Envia notícia: O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia cumpre Lei de Acesso a Informação com lançamento de site.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS AGOSTO

VIII Encontro Nacional de Controle Interno

DATA:	23 e 24 de Agosto de 2012
LOCAL:	Palácio dos Bandeirantes, salão dos Pratos – São Paulo
HORÁRIO:	08h00min às 12h0 0min e das 14h00min às 18h00min
OBJETIVO:	Reforçar a importância de se estabelecer no país a cultura da transparência e do acesso a informação e de valorizar o trabalho de prevenção à corrupção realizada pelos órgãos de controle interno
CONDUÇÃO:	raldo Alckmin; ge Hage; njamin Zymler; ana Calmon; rcio Fernando Elias Rosa; nato Martins Costa; ney Beraldo; gela Soares Silvares stavo Ungaro; sa Maria Barros Tenório; uardo Pannunzio; gner Diniz; cília Olivieri; nia Vieira; ete Verillo; ndall Day; onio Acuna; rlos Sampaio; rlos Sarattini; e nas Ramalho.
PARTICIPANTES:	Auditora Waldery Nogueira de Lima
CONVOCAÇÃO:	Controladora Geral do Município – Cricélia Fróes Simões

- **Atendimento/Orientação aos servidores e público em geral**, referente a dúvidas pertinentes aos serviços da Prefeitura.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Emissão de posição de empenho do CP Cetil (946 relatórios impressos) e 15 normativos para fundamentação da Defesa ao TCE-RO da Prestação de Contas 2011.

DATA:	3, 4, 5, 6, 10, 11 de setembro de 2012
LOCAL:	ASTEC/DIAT/CGM
HORÁRIO:	Horário de expediente
OBJETIVO:	Para fundamentação da Defesa ao TCERO da Prestação de Contas
MATERIAL:	Programa CP Cetil, internet e arquivos físicos de documentos

CONDUÇÃO:	Controladora Geral do Município – Cricélia Fróes Simões
PARTICIPANTES:	Laila Rodrigues Rocha; e Louise Fernanda Oliveira Araujo Gomes.
CONDUÇÃO:	Controladora Geral do Município – Cricélia Fróes Simões

Organização, digitalização e impressão das Leis Complementares e Decretos relacionados à Controladoria Geral do Município

DATA:	12, 14 e 17 de setembro de 2012.
LOCAL:	ASTEC/DIAT/CGM
HORÁRIO:	Horário de expediente
OBJETIVO:	Manutenção de arquivo físico e digital das leis.
MATERIAL:	Leis Complementares nºs 054/1995, 125/2001, 163/2003, 191/2004, 193/2004, 201/2005, 324/2009, 391/2012, 440/2011 e Decretos nºs 9.650/2004, 9.693/2005, 11.241/2009, 11.292/2009.
PARTICIPANTES:	Louise Fernanda Oliveira Araujo Gomes
CONVOCAÇÃO:	Auditora Waldery Nogueira de Lima

Participação como jurado na 6ª Sessão Periódica

DATA:	10 a 27 de setembro de 2012
LOCAL:	1ª Vara do Tribunal do Júri
HORÁRIO:	À disposição
PARTICIPANTES:	Waldery Nogueira de Lima
CONVOCAÇÃO:	Juiz da 1º Vara do Tribunal do Júri

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR MEIO DE OFICIOS

Nº DE OFÍCIO	DATA	DESTINO	ASSUNTO
394	13.9	SEMAD	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
395	20.9	SEMFAZ	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
396	20.9	PGM	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
397	20.9	SEMPLA	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
398	20.9	SEMUSA	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
399	20.9	GABINETE PREFEITO	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
400	20.9	FUNESCOLA	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
401	20.9	FUNCULTURAL	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-

			2012.
418	20.9	EMDUR	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
419	20.9	IPAM	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
421	20.9	DEC/SEMFAZ	Recomendação desta Controladoria Geral do cumprimento da Instrução Normativa nº 30/TCE/RO-2012.
422	24.9	SEMUSA	Resposta ao ofício nº 2.189/GAB/SEMUSA
423	28.9	GABINETE DO PREFEITO	Publicação da Portaria nº 10/2012
424	25.9	SEMES	Convenio SPORT Clube Genus de Porto Velho
425	25.9	SEMEPE	Relatório mensal de monitoramento e avaliação dos procedimentos do Programa de Compensação Social e Ambiental da construção do Complexo Hidrelétrico Rio Madeira.
427	26.9	SEMFAZ	Encaminha cópia do Relatório de Voto do Relator do Processo nº 1874/2011-TCE-RO e do Relatório Técnico do Tribunal de Contas do estado de Rondônia, sobre a Gestão Fiscal da PMPV no exercício de 2011.
428	26.9	SEMPLA	Encaminha cópia do Relatório de Voto do Relator do Processo nº 1874/2011-TCE-RO e do Relatório Técnico do Tribunal de Contas do estado de Rondônia, sobre a Gestão Fiscal da PMPV no exercício de 2011.
429	26.9	PGM	Encaminha cópia do Relatório de Voto do Relator do Processo nº 1874/2011-TCE-RO e do Relatório Técnico do Tribunal de Contas do estado de Rondônia, sobre a Gestão Fiscal da PMPV no exercício de 2011.
430	26.9	GABINETE DO PREFEITO	Encaminha cópia do Relatório de Voto do Relator do Processo nº 1874/2011-TCE-RO e do Relatório Técnico do Tribunal de Contas do estado de Rondônia, sobre a Gestão Fiscal da PMPV no exercício de 2011.
431	26.9	SEMAD	Encaminha cópia do Relatório de Voto do Relator do Processo nº 1874/2011-TCE-RO e do Relatório Técnico do Tribunal de Contas do estado de Rondônia, sobre a Gestão Fiscal da PMPV no exercício de 2011.
432	28.9	GABINETE DO PREFEITO	Encaminha Resoluções do Conselho de Servidores do Grupo Ocupacional de Controle Interno do Município de Porto Velho – CONSCI.
433	28.9	SEMPLA	Solicitação de relatório de avaliação do PPA referente ao 1º e 2º quadrimestre de 2012
434	29.9	GABINETE DO PREFEITO	Resposta ao Ofício 1125/2012

Ofício Circular

Nº DE OFÍCIO	DATA	DESTINO	ASSUNTO
15	5.9	TODAS SECRETARIAS	Decisão Normativa nº 003/TCE/RO-2012 dispõe sobre a orientação a ser observada quando da propaganda institucional dos entes públicos do Estado de Rondônia.

Ofícios Expedidos no mês de outubro

Nº DE OFÍCIO	DATA	DESTINO	ASSUNTO
436	3.10	DEC/SEMFAZ	Encaminha cópia do Relatório de Voto do Relator do

			Processo nº 1.874/2011-TCE-RO e do Relatório Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, sobre a Gestão Fiscal da PMPV no exercício de 2011.
438	3.10	GAB/PREFEITO	Resposta ao Ofício Circular nº1251/GAB/2012, referente a Instrução Normativa nº030/TCE/RO/2012
449	17.10	DEC/SEMFAZ	Monitoramento e Atualização das informações do Portal da Transparência.
458	22.10	GAB/PREFEITO	Envio de cópia do Relatório nº001/DIAT/ASTEC/2012
459	22.10	SEMES	Envio de cópia do Relatório nº001/DIAT/ASTEC/2012
460	22.10	PGM	Envio de cópia do Relatório nº001/DIAT/ASTEC/2012
464	25.10	GAB/PREFEITO	Resposta ao ofício nº1323/GP/2012 referente a Decisão nº201/2012-Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
451	30.10	PGM	Rol de Contratos e Convênios em execução no encerramento do exercício de 2012 para composição de Relatório de Transmissão de Cargo do Poder Executivo Municipal.
452	30.10	DEC/SEMFAZ	Recomendações de providências com vistas a transmissão de cargo no âmbito municipal.
453	30.10	SEMFAZ	Recomendações de providências com vistas a transmissão de cargo no âmbito municipal.
454	30.10	SEMAD	Inventário de Bens Patrimoniais, de Consumo em Almoxarifado e de Pessoal para composição de Relatório de Transmissão de Cargo do Poder Executivo Municipal.
455	30.10	SEMPLA	Peças Orçamentárias e Legislação Urbanística para composição de Relatório de Transmissão de Cargo do Poder Executivo Municipal
469	31.10	FMS/SEMUSA	Recomendação de cumprimento à Decisão Normativa nº002/TCE/RO/2008 que trata do Relatório de Transmissão d Cargos do Poder Executivo Municipal.
470	31.10	IPAM	Recomendação de cumprimento à Decisão Normativa nº002/TCE/RO/2008 que trata do Relatório de Transmissão d Cargos do Poder Executivo Municipal.
471	31.10	EMDUR	Recomendação de cumprimento à Decisão Normativa nº002/TCE/RO/2008 que trata do Relatório de Transmissão d Cargos do Poder Executivo Municipal.
472	31.10	FUNCULTURAL	Recomendação de cumprimento à Decisão Normativa nº002/TCE/RO/2008 que trata do Relatório de Transmissão d Cargos do Poder Executivo Municipal.
473	31.10	FUNESCOLA	Recomendação de cumprimento à Decisão Normativa nº002/TCE/RO/2008 que trata do Relatório de Transmissão d Cargos do Poder Executivo Municipal.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR MEIO DE MEMORANDOS

Nº DE MEMORANDO	DATA	DESTINO	ASSUNTO
28	3.10	DEA	Encaminha cópia do Relatório de Voto do Relator do Processo nº 1.874/2011-TCE-RO e do Relatório Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, sobre a Gestão Fiscal da PMPV no exercício de 2011.

Ofícios Expedidos no mês de novembro

Nº DE OFÍCIO	DATA	DESTINO	ASSUNTO

474	5.11	zSEMAD	Ofício nº 1.352/GP/2012 – Transparência as ações de Gestão Fiscal
475	5.11	GAB/PREFEITO	Ofício nº 1.352/GP/2012 – Transparência as ações de Gestão Fiscal
477	5.11	PGM	Atualização do Portal da Transparência quanto às publicações dos termos de contratos e convênios
480	6.11	SEMFAZ	Recomendações de providências com vistas à transmissão de cargo no âmbito municipal.
481	6.11	DEC/SEMFAZ	Recomendações de providências com vistas à transmissão de cargo no âmbito municipal.
485	7.11	SEMFAZ	Ofício nº0152/GUER/2012/Elis Regina
486	7.11	SEMUSB	Ofício nº0152/GUER/2012/Elis Regina
487	7.11	GAB/PREF	Ofício nº0152/GUER/2012/Elis Regina
488	7.11	PGM	Ofício nº0152/GUER/2012/Elis Regina
489	7.11	VER. ELIS REGINA	Ofício nº0152/GVER/2012/Elis Regina
490	8.11	SEMOB	Ofício nº 1.158/GAB/SEMOB,relativo a Tutela antecipatória Inibitória nº 031/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO
492	19.11	GAB/PREFEITO	Ofício nº 1392/GP e providências adotadas por esta Controladoria Geral do Município em relação aos Ofícios nº 0152/GVER/2012 e nº 053/GVER da vereadora Elis Regina
493	19.11	PGM	Conhecimento de providências da CGM em atenção ao Ofício nº 052/GVER/2012 da Vereadora Elis Regina
494	19.11	CMPV	Ofícios nº 0152/GVER/2012 e nº 053/GVER da vereadora Elis Regina , Ata da reunião da Comissão Permanente de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas da Câmara de Vereadores de Porto Velho e Ofício nº 1392/GP/2012 do Gabinete do Prefeito e informações sobre as providências adotadas por esta Controladoria Geral do Município.
495	19.11	GAB/PREFEITO	Publicação no Diário Oficial da Portaria nº012/CGM/2012
497	22.11	PGM	Gratificação de Produtividade inerente ao cargo integra proventos.
498	22.11	SEMAD	Gratificação de Produtividade inerente ao cargo integra proventos.
499	23.11	SEMUSA	Inspeção Ordinária de Fiscalização na Semusa referente ao Processo Administrativo nº 08.1048.00/2012.
500	23.11	GAB/PREFEITO	Publicação de Portaria de Inspeção Ordinária de Fiscalização
501	12.11	Equipe de transmissão de cargos	Estrutura, atuação e equipe técnica da Controladoria Geral do Município de Porto Velho
504	27.11	Equipe de transmissão de cargos	Equipe Técnica Setorial CGM
509	28.11	Equipe de transmissão de cargos	o solicitada com o Ofício nº 011 -CT de 26/11/2012.
510	28.11	SEMPLA	io nº 023/CT/2012 e Ofício nº 011 CT de 26/11/12.
512	29.11	SEMPLA	Planilha para acompanhamento da composição do Relatório de Transmissão de Cargo, conforme Decisão Normativa nº 002/TCE-RO/2008.
513	29.11	SEMAD	Ofício nº 1484/GP/2012, Ofício nº5876/2012/PRRO/GAB/4ºOF-5ºCCR, ICP nº 1.31.000.000618/2011-17 e Recomendação nº 06/2012-4º

			OFICIO/5ªCCR/PR-RO
514	29.11	SEMPLA	Decreto nº 12.837, de 19 de novembro de 2012 (publicado no D.O.M. nº 4.370 de 22 de novembro de 2012) que nomeia membro para Comissão Técnica com objetivo de fiscalizar e acompanhar o Contrato nº 112/PGM/2009, entre CAERD e PMPV**.**

3.9 Aprimoramento Profissional

Participação de todos os servidores do Grupo Ocupacional do Controle Interno – CGM no **Seminário *GESTÃO RESPONSÁVEL EM FIM DE MANDATO*,** realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no dia 24/04/2012.

Público	**Tema**	**Data**
Participação dos servidores do Grupo Ocupacional do Controle Interno – CGM	***CURSO CONTABILIDADE PÚBLICA E AS MUDANÇAS PROVOCADAS PELA LEGISLAÇÃO***	Realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nos dias 25 e 26 de Agosto de 2012
Participação dos servidores do Grupo Ocupacional do Controle Interno – CGM	***FORUM DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS***	Realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nos dias 28 e 29 de Maio de 2012

Participação da assistente administrativa Bruna Cabral Barros no Curso sobre Termo de Referência e Projeto Básico/ Gestão e Fiscalização de Contratos, no dia 03 de setembro de 2012, Auditório TCE - RO.

Participação da assistente administrativa Bruna Cabral Barros na 3ª Semana do Contabilista "Contabilista na Era Digital", tema: Sped, Fcont e Qualidade das informações, Palestrante: Márcio Filicorio Tonelli, no dia 20 de setembro de 2012.

Participação dos Auditores Zenildo Alves Santos de Carvalho, Eliana Ramos Nogueira, Arquimedes Alves Soares e da assistente administrativa Bruna Cabral Barros no Treinamento Interno sobre a nova ferramenta de trabalho "LIBRE OFFICE", no dia 16 de outubro de 2012, Departamento de Auditoria – Controladoria Geral do Município.

Participação dos Auditores Zenildo Alves Santos de Carvalho, Eliana Ramos Nogueira, Arquimedes Alves Soares e da assistente administrativa Bruna Cabral Barros na Reunião Técnica para apresentação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público para o Estado de Rondônia que será exigido pelo SIGAP – Sistema Integrado de Auditoria e Gestão Pública, no dia 29 de outubro de 2012.

Participação dos servidores da CGM no curso de Aspectos Jurídicos e Contábeis do Sistema de Controle Interno na Administração Pública realizado nos dias 12 a 14 de Novembro de 2012 no Auditório do TCE-RO

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração Pública requer a introdução de conceitos que apontem a Auditoria no caminhar da avaliação da gestão, incluindo o cumprimento de suas estratégias e a correta aplicação dos recursos.

Foram consolidadas também as principais atuações da C.G.M, que podem ser assim descritas:

- Ênfase na ação preventiva do controle, com atuação no assessoramento dos gestores municipais, no acompanhamento dos programas de governo e na avaliação da gestão pública;

- atuação prioritária nos órgãos e entidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com base no relevância social, econômica e política das ações e programas de governo;

- incremento na qualidade dos serviços prestados pela Controladoria Geral, na qualificação do corpo técnico do Órgão e enfoque no alcance de resultados com cumprimento dos prazos legais.

Constatou-se que as principais contribuições do controle interno para a melhoria da qualidade dos serviços prestados no Município dizem respeito, entre outros:

- ✓ identificação dos principais problemas que comprometem a qualidade dos serviços prestados e que podem levar à ocorrência de erros e fraudes e proposição de alternativas e sugestões para a melhoria de tais situações;
- ✓ definição de responsabilidades dos órgãos na consecução dos controles internos no Município;
- ✓ elaboração de instrumentos normativos visando a padronização de processos, bem como a racionalização dos mesmos;
- ✓ sistematização das atividades de controle;
- ✓ apoio efetivo ao controle externo;
- ✓ conscientização dos servidores de diversos órgãos municipais no sentido de buscar maior qualidade nos serviços prestados, no sentido de priorizar os controles prévio e concomitante.

Por fim, cabe ressaltar que é fundamental que as ações de controle interno sejam aperfeiçoadas de forma contínua e permanente para que se possam atingir níveis satisfatórios de desempenho e busca de qualidade superior nos serviços oferecidos aos cidadãos com o intuito de promoção do bem comum.

PGM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Atividades de 2012 tem como objetivo a apresentação das atividades desenvolvidas pela Procuradoria Geral do Município, através de suas Subprocuradorias, Divisões de Apoio Técnico e Administrativo, Centro de Estudos, Corregedoria Geral, Assessoria Técnica e Gabinete, a fim de compor e colaborar na Prestação de Contas Anual conforme necessário e solicitado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA.

Apresentamos as informações de forma analítica e objetiva e ressaltamos que as ações foram realizadas de forma a prestar atendimento com devido respeito, responsabilidade e eficiência aos nossos munícipes, dando apoio a todas as Secretárias em ordem judicial e administrativa, visando maior eficiência a nossa atuação e finalidade dessa Procuradoria Geral do Município.

A Procuradoria Geral encontra-se atualmente com a seguinte estrutura organizacional e mantém o quadro de servidores conforme demonstramos abaixo.

Estrutura Organizacional

Procuradoria Geral
Subprocuradoria Geral Adjunta
Corregedoria
Assessoria Técnica
Divisão de Apoio Administrativo
Divisão de Apoio Técnico
Subprocuradoria Contenciosa
Subprocuradoria Trabalhista
Subprocuradoria Fiscal
Subprocuradoria de Dívida Ativa
Subprocuradoria Administrativa
Subprocuradoria de Convênios e Contratos
Subprocuradoria de Processo Disciplinar
Subprocuradoria Fundiária
Subprocuradoria de Técnica Legislativa
Subprocuradoria de Meio Ambiente

Números de Servidores:

- Estatutários – 96 servidores
- Comissionados – 04 servidores
- A Disposição – 05 servidores
- Total de Servidores – 105 servidores

Assim, passamos a demonstrar as atividades mais relevantes desenvolvidas no ano de 1012.

ATIVIDADES DA ASSESSORIA TÉCNICA

Apresentamos por amostragem os dados concernentes às atividades desenvolvidas por esta Assessoria Técnica no decorrer do ano de 2012, que tem como responsável a Procuradora do Município, Dra Fátima Cristina Fernandes.
Constitui-se como atividade de rotina da Assessoria Técnica a recepção de todos os documentos protocolados no Gabinete do Procurador Geral, analisando-os e procedendo "de ordem" o seu devido despacho ao setor ou secretaria pertinente, após apreciação do Procurador Geral ou Procurador Adjunto.

Inclui-se ainda, dentre as atividades, além das mencionadas o recebimento de todos os processos encaminhados ao gabinete com posterior encaminhamento destes as Subprocuradoria responsáveis ou Secretarias competentes, após o devido despacho junto ao Procurador Geral ou Procurador Adjunto, acompanhamento e controle do setor pessoal, divulgação de atividades pedagógicas tais como: encaminhamento de servidores a cursos de formação profissional, elaboração de projetos de interesse do gabinete, convocação para reuniões junto ao Conselho de Procuradores, lotação e remoção de servidores, com anuência do Procurador Geral e designação de servidores para participar de reuniões pertinentes aos interesses desta Secretaria.

Como amostragem dos documentos elaborados, bem como dos recebidos nesta Assessoria Técnica no decorrer do ano de 2012, apresentamos os dados descritos abaixo, tendo como referência o dia 20 de novembro, conforme segue:

- Ofícios expedidos: 618
- Ofícios circulares expedidos: 03
- Memorandos expedidos: 83
- Memorandos circulares expedidos: 18
- Portarias: 46
- Informações: 04
- Pareceres: 32
- Processos Administrativos com entrada no órgão e tramitados: 4.441
- Documentos gerais recebidos no protocolo do gabinete: 4.253
- Processos recebidos gabinete/PGM: 3.723
- Processos com saída do órgão/enviados: 3.682

Dentre os documentos recebidos destacamos os encaminhados pelo Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Tribunal Regional do Trabalho, Justiça Federal, Tribunal Regional Eleitoral, Defensoria Pública, Decretos do gabinete do Prefeito, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, Ofícios Circulares, Ofícios e Memorandos de diversos órgãos ou Secretarias, Documentos diversos, Mandados de Intimação para pagamento, Requisições de Pequeno Valor e Mandados de Sequestro, que após os devidos encaminhamentos e providências foram arquivados.

ATIVIDADES DA DIVISÃO APOIO TÉCNICO

As atividades desempenhadas pela Chefia de Apoio, que tem como responsável a servidora Andreia Lima, são desenvolvidas por deliberação da Assessora Técnica, bem aquelas requeridas ou determinadas pelo Procurador Geral ou Procurador Adjunto do Município.

No ano de 2012 a Chefia de Apoio Técnico realizou em parceria com a Corregedoria Geral, mais precisamente, nos dias 15 e 16 de março do corrente ano o 1º Encontro de Procuradores de Rondônia, que foi realizado no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, contando com a participação de Servidores Municipais, Procuradores, Advogados e Acadêmicos. O Encontro foi divulgado em todo o Cone Sul, Regional de Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes e Municípios próximos e contou com a representatividade de cada município no evento e parceria de muitos municípios.

Acresça-se ainda que no evento tivemos a parceria com a FUNCULTURAL, com a participação dos cantores regionais que muitos nos honraram com as Vossas presenças, Zezinho Maranhão e Badoo que por meio de suas músicas encantaram e alegraram o público.

Tivemos ainda a parceria das empresas Dydyo, Banco do Brasil, Rondoforms e das Associações de Procuradores dos Municípios de Porto Velho e Ji - Paraná.

O evento foi um sucesso, sendo finalizado com a filmagem e edição de todas as palestras e atividades desenvolvidas, bem como com a reprodução de um álbum de fotos com o registro de todo o evento.

Após o evento as atividades da Chefia de apoio técnico foram direcionadas ao Centro de Estudos, da Procuradoria por determinação do Procurador Geral.

CENTRO DE ESTUDOS

O Centro de Estudos é um órgão de execução diretamente subordinado ao Procurador Geral, competindo-lhe, promover estudos de assuntos jurídicos e correlatos relevantes de interesse do Município; promover o aperfeiçoamento técnico-profissional e cultural de procuradores e advogados.

No ano de 2012, mais precisamente no mês de abril do corrente ano houve a implementação do Centro de Estudos na Procuradoria Geral do Município, com a Lotação do Procurador Ricardo Amaral Alves do Vale, como Diretor Geral e a Técnica de Apoio Técnico, dando suporte técnico/ jurídico/pedagógico. Inicialmente buscamos nos fortalecer com parcerias, assim como, com referenciais de Centro de Estudos que já possuem vasta experiência no campo da formação em serviço. Nesta feita, realizamos reuniões com a Escola da Magistratura – EMEROM, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado – PGE, Escola Superior do Tribunal de Contas – TCE/RO, Centro de Estudo do Ministério Público – CEAF, firmando parcerias, conhecendo a realidade de cada Centro de Estudo e trocando experiências.

Ademais, além das parcerias firmadas, ficou a cargo do Centro de Estudos a Elaboração dos projetos básicos para aquisição de livros na área jurídica, materiais permanentes data show, câmera de fotografia digital, , impressora, scanner, tela de projeção retrátil e ultrabooks para estruturação do Centro de Estudos, bem como a realização de todas as cotações de preço para a devida formalização dos processos.

Além das atividades relacionadas destacamos a elaboração da proposta de regulamentação do Centro de Estudos, bem como o plano de trabalho de formação para o ano de 2013 onde destacamos o rol de oficinas, ciclo de palestras e demais atividades formação a serem desenvolvidas pelo Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município, por determinação do Procurador Geral.

ASSESSORIA ESPECIAL

Atua diretamente sob a subordinação do Procurador Geral e Adjunto, defendendo os interesses do município em demandas judiciais e processos administrativos, realizando estudos de grande vulto, auxiliando o gabinete do procurador em suas demandas mais urgentes, prestando assessoria direta.

Por amostragem relacionamos os meses de Junho a Outubro, onde foram interpostas 42 petições iniciais e 21 petições interlocutórias. Atualmente compõe o quadro de assessoria especial do gabinete do Procurador Geral do Município, a servidora Andiara Afonso Figueira.

DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

São competências da Divisão de Apoio Administrativo, o gerenciamento, coordenação, execução e controle das atividades de: Pessoal, Material, Vigilância, informática, Transporte, administração dos prédios da PGM, Arquivos, Protocolo Geral, Compras e Controle Orçamentário.

Dessa forma buscamos alcançar as metas estabelecidas no para o ano de 2012, através das atividades a partir do momento apresentadas.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER OS DEPARTAMENTOS E DIVISÕES DA PGM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT	LOCALIZAÇÃO
01	**Central de Ar Condicionado de 48.000 BTUs**	**04**	**Para atender as Unidades da PGM**
02	**Frigobar com capacidade para 120 litros**	**03**	**Para atender as Unidades da PGM**
03	**Microcomputador desktop-processador marca Maestro**	**25**	**Para atender o PROJUDI-2ª VEF**
04	**Impressora laser monocromática, marca HP**	**05**	**Para atender as Unidades da PGM**
05	**Impressora multifuncional laser monocromática, marca Samsung**	**04**	**Para atender as Unidades da PGM**
06	**Central de Ar Condicionado de 18.000 BTUs**	**02**	**Para atender a Sub Proc Trabalhista**
07	**Cadeira Tipo Executivo com Braço**	**10**	**Para atender as Unidades da PGM**
08	**Mesa em madeira com 2 gavetas**	**10**	**Para atender as Unidades da PGM**
09	**Poltrona tipo Presidente com braços**	**05**	**Para tender as Unidades da PGM**

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Processos formalizados	630
02	Números de Xerox atendidas	238.000
03	Números de requisições atendidas de Material de Expediente e Material de Limpeza	2.800
04	Consumo de combustível	
	Gasolina	10.839
	Diesel	4.870
05	Número de Ofícios expedidos	215
06	Número de Tramitação de Processo	1.849
07	Número de Memorando Expedido	135
08	Número de Portarias Expedidas	39
09	Número de solicitação de serviços reparo	50
10	Número de manutenções de Centrais de Ar Condicionado	02
11	Números de Equipamentos Adquiridos (Notebooks, Microcomputadores e impressoras	30
12	Números de reparos em impressoras	10
13	Números de transferências em ramais telefone	06
15	Numero de RPV (Requisição de Pequeno Valor)	356

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS
JANEIRO A DEZEMBRO/2012
Valor anual disponibilizado para as despesas de custeio R$ 1.348.000,00

PROGRAMA: 07 – APOIO ADMINISTRATIVO
PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.04.122.007.2.359-ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.14.99 – DIARIAS

ELEMENTO DE DESPES	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	VALOR REMANEJADO	SALDO ATUAL

A						
3.3.90.14	-	Orçamento disponibilizado	80.000,00	80.000,00	-	ZERO

PROGRAMA: 07 – APOIO ADMINISTRATIVO
PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.04.122.007.2.359-ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.30.99-MATERIAL DE CONSUMO

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.30		Orçamento Disponibilizado	100.000,00	100.000,00	-	ZERO

PROGRAMA: 07 – APOIO ADMINISTRATIVO
PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.04.122.007.2.359-ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.33.99-DESSP COM LOCOMOÇÃO E PASSAGENS

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.33		Orçamento Disponibilizado	60.000,00	60.000,00	35.000,00	ZERO

PROGRAMA: 07 – APOIO ADMINISTRATIVO
PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.04.122.007.2.359-ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.39.99-OUTROS SERVIÇOS DE TERC-PJ

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.39	-	**Dotação Disponibilizada**	1.008.982,00	1.008.982,00	1.008.982,00	ZERO

PROGRAMA: 07 – APOIO ADMINISTRATIVO
PROJETO/ATIVIDADE: 04.01.04.122.007.2.359-ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
ELEMENTO DE DESPESAS – 4.4.90.52.99-MATERIAL PERMANENTE

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
4.4.90.52	-	Dotação Disponibilizada	100.000,00	100.000,00	-	ZERO

PROGRAMA: 000 – ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICIPIO
PROJETO/ATIVIDADE:04.01.28.846.000.0.225-SETENÇAS JUDIC PRECATORIO
ELEMENTO DE DESPESAS – 3.1.90.91-Outras Sentenças

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
		Dotação				

3.1.90.91	-	Disponibilizada	1.312.584,	1.312.584	-	ZERO

PROGRAMA: 000 – ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICIPIO
PROJETO/ATIVIDADE:04.01.28.846.000.0.225-SETENÇAS JUDIC PRECATORIO
ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.91-Outras Sentenças

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.91	-	Dotação Disponibilizada	9.393.870,	9.393.870,		ZERO
3.3.90.91	-	Precatório				

PROGRAMA: 04.31 – FUNDO ORÇAMENTARIO ESPECIAL
084 – APOIO A GESTÃO JURIDICA
PROJETO/ATIVIDADE:04.31.02.061.084.2.259-CORRD E MANUT DO CENTRO DE ESTUDO DA PGM
ELEMENTO DE DESPESAS – 3.3.90.30 – 3.3.90.39 – 3.3.90.52

ELEMENTO DE DESPESA	PROCESSO Nº	AÇÃO/ATIVIDADES	ORÇAMENTO ANUAL	EMPENHADO	REMANEJADO	SALDO ATUAL
3.3.90.14	-	Dotação Disponibilizada	50.000,00	-	-	ZERO
3.3.90.30	-	Dotação Disponibilizada	80.00,00	100.00,00	-	ZERO
3.3.90.33	-	Dotação Disponibilizada	60.000,00	60.000,00	-	ZERO
3.3.90.36	-		241.000,00	360.000,00	-	ZERO
3.3.90.39	-	Dotação Disponibilizada	80.000,00	50.000,00	-	ZERO
4.4.90.52	-	Dotação Disponibilizada	80.000,00	104.410		

INSTALAÇÕES

Visando a melhoria no atendimento ao público do Município de Porto Velho, a Procuradoria Geral, implementou a reforma do prédio situado na Av. Pinheiro Machado nº 1858 – Bairro São Cristovão, realizando a ampliação de seus espaços físicos, além do remanejamento de móveis, equipamentos, pessoal, sem nenhum custo adicional para a Fazenda Municipal.

Ainda, buscando melhorar as condições do ambiente de trabalho das Unidades da PGM, foram adquiridos Materiais Permanentes (cadeiras, mesas, armários, frigobares, estantes, Computadores e Impressoras), bem como alguns serviços de reforma (pintura Geral: na Sub Procuradoria Trabalhista, Sub Procuradoria Administrativa, Salas do 2º e 3º Piso do Prédio onde funciona a 2ª VEF), incluindo a instalação de prateleiras no setor de apoio para acomodação do material de consumo, visando assim acompanhar melhor os controles de materiais para atender as Unidades da PGM.

DOS RECURSOS HUMANOS

Foram nomeados novos servidores (Assistentes Administrativo), onde foram implementados procedimentos para lotação deste pessoal para fins de melhor aproveitamento das condições operacionais de cada servidor conforme suas capacidades de adaptação em cada unidade da PGM.

RELATORIO DE GESTÃO 2013

OBJETIVO	METAS
Aluguel de prédio para funcionamento da Procuradoria Geral do Município.	A Procuradoria Geral do Município,continua desenvolvendo suas atividades no endereço, situado na Av. Pinheiro Machado nº 1858 – Bairro São Cristovâo, visando a ampliação de seus espaços físicos, para atender com qualidade seus objetivos,além do remanejamento de móveis, equipamentos, pessoal, sem nenhum ônus adicional para o erário.

OBJETIVO	METAS
Aluguel de prédio para funcionamento da 2ª Vara de Execuções Ficais, Departamento Fiscal e Divisão de Divida Ativa da PGM.	A Procuradoria Geral do Município,a partir de 01 de junho de 2007, alugou o imóvel para instalação da 2ª VEF/DF/DDA, sito Av Getulio Vargas, 1693 – São Cristovão, visando a ampliação de seus espaços físicos, para atender com qualidade seus objetivos,além do remanejamento de móveis, equipamentos, pessoal, sem nenhum ônus adicional para o erário.

Renovação do contrato de prestação de serviços nas atividades de Planejamento, Elaboração de Software aplicado à recuperação de processos de ação Executiva.	A Procuradoria Geral do Município, manteve o contrato de prestação de serviços, para elaboração de Software aplicado para recuperação de processos de ação executiva no que se refere à atualização monetária, cadastro, emissão de relatórios, emissão de petição inicial para novos contribuintes a serem inscritos na Dívida Ativa.

OBJETIVO	METAS
Aquisição de Material Permanente (Mesas, Cadeiras, Armários, Estantes, Frigobar, Microcomputadores e Notebooks).	Dar suporte ao corpo técnico da PGM, visando aprimoramento e atualização dos trabalhos em cada Unidade operacional.

OBJETIVO	METAS
Instalação de Armários, Estantes fixadas na parede em material divisórias na Sala da Vara de Execução Fiscal, Sub Procuradoria Fiscal e Sub Procuradoria de Divida Ativa.	Acomodar melhor os processos de Divida Ativa, Processos de Judiciais, Precatórios e outros.

OBJETIVO	METAS
Aquisição de Centrais de Ar Condicionados, sendo: 12.000 30.000, 18.000, 30.000, 48.000 e 60.000 BTUs	Melhorar as condições do ambiente de trabalhos das Unidades da PGM PGM.

OBJETIVO	METAS
Aquisição de 02(dois) veículos novos para dar suporte as Unidades da PGM.	Para agilizar a entrega de documentos da Procuradoria Geral, bem como de Notificações da Vara de Execução Fiscal, objetivando a cobrança judicial de Divida Ativa do Município

OBJETIVO	METAS
Instalação Sistema de Protocolo Geral informatizado da Procuradoria Geral	Visa celeridade no trâmite processual.

OBJETIVO	METAS
Pagamentos de Precatórios.	Pagar todos os processos de Precatórios de Requisição de Pequeno Valor, via rubrica da PGM, na forma da Lei nº l63/2000. Orçamento Disponibilizado: Judiciais R$ 1.386.089,00 Precatórios: R$ 9.158.019,00

OBJETIVO	METAS
Manutenção da Plataforma de trabalho nas dependências da Vara de Execução Fiscal	Cadastramento de processos de ação executória, para cobrança administrativa e judicial.

OBJETIVO	METAS
Capacitação de Pessoal	Cursos: Conveio na Administração Publica (05 servidores); Lei Complementar 140/2011 Licenciamento e Fiscalização Ambiental (01 servidor); Planejamento das Licitações Publicas e Gestão de Contrato (01 servidor);XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado(04 servidores);Seminário do Simples Nacional (01 servidores) XLIII Fórum dos Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras(01 servidor);46ª Congresso Nacional da Abipem(02 servidores); V Congresso de Direito tributario (04 servidores) Congresso: Curso de Contratos Administrativo e sua Gestão (04 servidores); Congresso Encontro Mundial de Juristas de Meio Ambiente para o Rio+20 (02 servidor);IX Congresso de Procuradores Municipais (04 servidores); VII Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos e Compras Governamentais (02 servidores); Curso de Licitações para Obras e Serviços de Engenharia (02 servidores) – Curso de Pregão Presencial e Capacitação Técnica do pregoeiro presencial e gestão de contratos administrativos (02) servidores – Fórum Brasileiro de Direito Civil (01) servidor – Processo nos Tribunais de Contas (01) - servidor - Doutorado em Ciências Jurídicas na Argetina – 06 servidores 3º e 1º módulos. visando melhor desenvolvimento na qualidade dos Procuradores da PGM
Manutenção do Fundo Orçamentário Especial da PGM	Coord. e Manut. das Atividades do Centro de Estudo da PGM.

METAS PARA 2013

Cursos de aperfeiçoamento para capacitação dos servidores da PGM.
Pagamento de processos de precatórios
Aquisição de equipamentos de informática

Aquisição de 02 veículos
Manutenção do arquivo geral da PGM.
Criação de uma biblioteca para o Centro de Estudo da PGM
Criação de programas para arquivamento de documentos por meio eletrônico.

Destacamos como terceiro aspecto relevante, as atividades desenvolvidas pelas Subprocuradorias, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	SUBPROCURADORIAS											
	Contenciosa	**Meio Ambiente**	**Legislativa**	**Trabalhista**	**Fundiária**	**Fiscal**	**Convênios e Contratos**	**Dívida Ativa**	**Administrativa**	**Processo Disciplinar**	**Corregedoria**	**Total**
Avaliação do Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Agravo de Instrumento	-	-	-	31	-	-	-	-	-	-	-	31
Agravo Reg. Inter. TRT	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5
Agravo de Petição	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Ata de Deliberação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	-	37
Atestado Médico Recebido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	23
Carta de Intimação	530	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	530
CDA's Cobrança Judicial	-	-	-	-	-	-	-	2.833	-	-	-	5.857
Certidão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	70
Ciência de Sentença	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Citação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	39
Cumprimento de Sentença	-	30	-	-	-	-	-	-	--	-	-	30
Contestação	-	-	-	113	-	124	-	-	-	-	-	237
Contra Razões de Recursos	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	36
Contratos		-	-	-	-	-	126	-	-	-	-	126
Convênios	-	-	-	-	-	-	116	-	-	-	-	116
Decreto	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-	-	52
Decreto Recebido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18

Despachos	-	17	44	54	-	908	269	-	423	132	-	1.847
Depoimentos (oitiva)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247	-	247
Edital de Chamada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
Embargos declaratório	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Formulário de alteração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	23
Informaçõ es fundamentais	-	13	23	19	-	-	-	-	-	9	-	64
Julgamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56	56
Mandado de Segurança	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6
Mandado de Intimação	480	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	480
Mandado de Bloqueio e levantamento	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7
Memorando recebido	20	24	50	-	-	80	33	57	08	22	179	473
Memorando expedido	01	3	14	135	24	162	34	73	25	20	68	559
Mensagem de lei	-	-	63	-	-	-	-	-	-	-	-	63
Notificaçõ es	145	-	-	-	-	-	-	-	-	389	34	568
Ofício Recebido	230	31	91	-	-	1.246	26	29	20	167	113	1.953
Oficio expedido	240	36	39	93	1	1.851	24	39	03	512	64	2.902
Pareceres	-	55	122	393	2.745	59	344	2625	1.091	98	7	7.539
Petições Iniciais	-	-	-	7	-	-	-	503	-	-	-	600
Petições Interlocutórias	-	166	-	128	-	13.193	-	-	-	-	-	13.487
Precatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	22
Portarias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203	-	203
Processos (entrada)	-	-		658	3158	4.831	1.607	-	1373	348	110	12.085
Processos (saída)	-	-	-	628	3529	7.978	1.276	-	1514	197	57	15.179

Processos Instaurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	-	48
Proc.Aguardando Manifestação	30	-	3	-	-	1.083	-	-	-	-	-	1.116
Processos Tramitando	-	-	175	-	86	-	-	-	-	-	-	261
Produtividade Recebida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	785	785
Projeto de Lei do Executivo Municipal	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	40
Projeto de Lei autoria da Câmara Municipal	-	-	55	-	-	-	-	-	-	-	-	55
PROJUDI – entrada	-	-	-	-	-	11.065	-	-	-	-	-	11.065
PROJUD aguardando manifestação	-	-	-	-	-	1.328	-	-	-	-	-	1.328
PROJUDI – SAÍDAS	-	-	-	-	-	9.737	-	-	-	-	-	9.737
Processo Admin Recebido	20	-	-	-	-	228	-	5.152	-	-	-	5.400
Processo Admin SAÍDA	-	-	-	-	-	331	-	2.729	-	-	-	3.060
Recurso para Tribunais Superiores	-	-	-	71	-	-	-	-	-	-	-	71
Recursos	5	2	-	56	-	-	-	-	-	-	-	63
Recurso de Revista	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-	18
Relatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55	11	41
Requerimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	54
RPV	252	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	273
Termo Aditivo	-	-	-	-	-	-	307	-	-	-	-	-
Termos de Compromisso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	43
Termo de Instalação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	-	48
Termo de Encerram	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46	-	46

ento												
Termo de Indiciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	13
Termo de não comparecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47	-	47
Termos de Permissão Uso	-	-	-	-	-	-	114	-	-	-	-	114

FUNESCOLA

FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO – FUNESCOLA

APRESENTAÇÃO

A Fundação Escola do Servidor Público de Porto Velho – FUNESCOLA, foi criada pelas Leis Complementares nº 208 e 230 de 07 de 2005, é entidade de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada à Secretaria Municipal de Administração, de fins não lucrativos, com a finalidade de promover, e desenvolver o aperfeiçoamento do servidor público municipal em qualquer área de interesse da administração pública com vistas a melhor qualificar o servidor para o desenvolvimento de suas atividades. A FUNESCOLA tem sede e foro na cidade de Porto Velho, atualmente localiza-se à Rua Elias Gorayeb, nº 2773 – Bairro: Liberdade – CEP: 76.808.874 (prédio alugado).

.

CAPACITAÇÕES

Durante o período de 2005 a 2012, a FUNESCOLA realizou várias capacitações, em atendimento ao Plano de Governo do Prefeito Roberto Eduardo Sobrinho, que visa prestar aos munícipes de Porto Velho, serviço de qualidade, pois se observou a necessidade de promover e oferecer cursos que visem o aperfeiçoamento do servidor municipal na área de interesse da administração pública com vistas a prestar ao cidadão usuário serviços ágeis, eficientes e humanizados. Desde a sua criação a FUNESCOLA vem oferecendo aos servidores: cursos, palestras, workshop, ginástica laboral, massagem laboral, atividades recreativas, e outras atividades pedagógicas.

Segue abaixo o quantitativo de servidores atendidos com as capacitações realizadas pela FUNESCOLA, no período de 2008 a 2012:

ANO	2008	2009	2010	2011	2012
QUANTATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS	1.699	3.063	1.792	1.174	611
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS NOS 05 (CINCO) ANOS			8.339		

PARCERIAS

Em 12 a 23 de julho, a FUNESCOLA em parceira com a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA realizou o Curso de Formação: Agente Comunitário de Saúde, onde, 133 (cento e trinta e três) concursados foram capacitados. No período de 16 e 17 de maio, foi realizado o Curso: CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, com apoio da SEMUSA, SEMAD, SEMA, GAB PREFEITO, SEMED, SEMFAZ, SEMUSB, EMDUR, SEMAS, CGM, PGM, FUNESCOLA foram capacitados 30 servidores. No período de 09 e 13 de julho o curso foi realizado com apoio da SEMOB, SEMES, SEMAGRIC e SEMAD foram capacitados 37 servidores, e de 29 de outubro a 01 de novembro o curso foi realizado com apoio da SEMAD, E SEMUSB capacitando 36 servidores. Em 19 a 30 de outubro a FUNESCOLA em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMES realizou os V Jogos dos Servidores Municipais.

CONCURSO PÚBLICO

É Importante ressaltar que nos anos de 2007, 2008 e 2009 foram realizados concursos públicos e, em alguns casos, estes não atingiram as expectativas da Administração, mormente nas áreas de educação e saúde, considerando a urgente necessidade de se atender determinações emanadas, durante o ano de 2009, pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – RO, no sentido de que se realizem substituições de profissionais contratados para a saúde e educação (médicos e professores), por profissionais selecionados mediante concurso público, e visando suprir essa

demanda já foi elaborado um Projeto Básico pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD com apoio da FUNESCOLA, contendo todas as atividades para realização do Concurso Público Municipal realizado em janeiro de 2012.

JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Porto Velho, Fundação Escola do Servidor Público do Município de Porto Velho – FUNESCOLA e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMES, com o apoio da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA, SINTERO, SINDEPROF e GINASIO DE ESPORTE EDUARDO LIMA E SILVA realizaram no dia 19 a 30 de outubro o **V JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL** que ocorreu na Sede Social do SINTERO, SINDEPROF, e GINASIO EDUARDO LIMA E SILVA Os jogos tiveram com objetivo Desenvolver o intercâmbio social e desportivo entre os Servidores Públicos das Secretarias Municipais proporcionando a integração e participação em atividades esportivas como comemoração alusiva ao **Dia do Servidor Público**.

Público alvo: Servidores Públicos Municipais;

Período: de 19 a 30 de Outubro de 2012

Horário: 14h às 20 h;

Local dos jogos: Clube Social do SINTERO; SINDEPROF; GINASIO EDUARDO LIMA E SILVA;

Reunião técnica: 27 de setembro;

Período de Inscrição: 20 de setembro a 16 de outubro;

Congresso Técnico: 16 de outubro de 2012;

Total de Servidores participantes: aproximadamente 1.000 servidores;

Total de Secretarias participantes: 17 secretarias**;**

Secretarias participantes: IPAM, EMDUR, GABINETE DO PREFEITO, SEMES, SEMAD, SEMA,SEMAS, SEMUSB, SEMOB, SEMUSA, SEMPRE, SEMED, SEMFAZ, SEMPLA, SEMTRAN, CGM, PGM.

Modalidades oferecidas:

Futebol (Masculino): 12 participantes;
Futsal (Feminino e Masculino): 10 participantes;
Voleibol de areia (Feminino e Masculino): 6 participantes;
Natação livre: Individual (Feminino e Masculino);
Natação Revezamento 4x25 (Feminino e Masculino) 4 participantes;
Queimada (Feminino e Masculino): 8 participantes;
Tênis de mesa (Feminino e Masculino): Individual;
Dominó ((Feminino e Masculino): dois participantes;
Xadrez (Feminino e Masculino): Individual;

VOLEI DE AREIA		QUEIMADA	
Feminino	**Masculino**	**Feminino**	**Masculino**
1º lugar: SEMAD	1º lugar: SEMAD	1º lugar: SEMUSA	1º lugar: SEMTRAN
2º lugar: SEMTRAN	2º lugar: SEMUSA	2º lugar: SEMOB	2º lugar: SEMTRAN
3º lugar: SEMED	3º lugar: GAB. PREF.	3º lugar: SEMPRE	3º lugar: -

Damas (Feminino e Masculino): Individual

CLASSIFICAÇÃO DOS JOGOS (SECRETARIA E MODALIDADE):

FUTSAL		FUTEBOL VETERANO
Feminino	**Masculino**	**Masculino**
1º lugar: SEMAS	1º lugar: SEMAD	1º lugar: CGM
2º lugar: SEMUSA	2º lugar: SEMTRAN	2º lugar: SEMUSA
3º lugar: SEMTRAN	3º lugar: SEMED	3º lugar:SEMED

XADREZ		TÊNIS DE MESA	
Masculino	**Feminino**	**Feminino**	**Masculino**
1º lugar: SEMAD	1º lugar: SEMTRAN	1º lugar: SEMUSB	1º lugar: CGM
2º lugar: SEMA	2º lugar: SEMUSA	2º lugar: -	2º lugar: PGM
3º lugar:SEMAD	3º lugar: -	3º lugar: -	3º lugar: SEMAD

DOMINÓ		NATAÇÃO INDIVIDUAL	
Feminino	**Masculino**	**Feminino**	**Masculino**
1º lugar: SEMUSA	1º lugar: SEMOB	1º lugar: SEMAS	1º lugar: SEMAD
2º lugar: GAB. PREF.	2º lugar: SEMAS	2º lugar: GAB. PREF.	2º lugar: SEMPRE
3º lugar: SEMPLA	3º lugar: SEMAS	3º lugar: SEMED	3º lugar: SEMTRAN

FUTEBOL LIVRE	DAMA	
	Feminino	**Masculino**
1º lugar: SEMUSB	1º lugar: SEMUSB	1º lugar: SEMAD
2º lugar: SEMAD	2º lugar: SEMED	2º lugar: SEMAS
3º lugar: SEMOB	3º lugar: GAB. PREFEITO	3º lugar: GAB. PREFEITO

NATAÇÃO REVEZAMENTO 4X25	
Feminino	**Masculino**
1º lugar: SEMTRAN	1º lugar: SEMAD
2º lugar: SEMTRAN	2º lugar: SEMAS
3º lugar: -	3º lugar: SEMTRAN

CLASSIFICAÇÃO FINAL POR PONTUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	SECRETARIA	PONTOS
1º LUGAR	SEMTRAN	91
2º LUGAR	SEMAD	77
3º LUGAR	SEMUSA	56
4º LUGAR	SEMED	47
5º LUGAR	SEMAS	44
6º LUGAR	SEMUSB	35
7º LUGAR	GABINETE DO PREFEITO	33
8º LUGAR	SEMOB	32
9º LUGAR	CGM	20
10º LUGAR	SEMPRE	11
11º LUGAR	SEMA	09
12º LUGAR	SEMPLA	07
13º LUGAR	PGM	05
14º LUGAR	SEMES	01

PREMIAÇÃO PERSONALIZADA

TROFÉUS E MEDALHAS

PREMIAÇÃO FINANCEIRA POR CLASSIFICAÇÃO GERAL

1º LUGAR – R$ 3.000,00(TRÊS MIL REAIS)
2º LUGAR – R$ 2.000,00(DOIS MIL REAIS)
3º LUGAR – R$ 1.000,00(HUM MIL REAIS)

COMPARATIVO

AÇÃO REALIZADA	
JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	
ANO	QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATENDIDOS
2008	400
2009	1000
2010	800
2011	1000
2012	1000
TOTAL GERAL	4.200

CURSOS 2012

Nº de ordem	Cursos 2012	Nº de Servidores Capacitados	Período	Secretaria
01	GESTÃO DE CONFLITOS: UMA AÇÃO PREVENTIVA (GERAL)	37	LOCAL: OÁSIS CAMPING CLUBE PERÍODO: 25, 26, 27 E 28 DE JANEIRO DE 2012	SEMAGIC, SEMA.
02	CURSO DE PRTUGUÊS COMPLETO E AVANÇADO (GERAL)	46	LOCAL: AUDITÓRIO DO SINDAÚDE PERÍODO: 23/01 à 17/02 de 2012	EMDUR, SEMPRE, SEMPLA, PGM, SEMAD, IPAM, SEMA, SEMED, CGM, SEMTRRAN, SEMEPE, CME, GAB. PREFEITO, SEMUSA, FUNESCOLA.
03	LICITÇÃO (ESPECÍFICO)	26	LOCAL: AUDITÓRIO DA UNIRON NO PORTO VELHO SHOPING PERÍODO: 8 E 9 DE MARÇO DE 2012	CGM, PGM, SEMFAZ, SEMAD, SEMES, EMDUR, SEMUR, SEMED.
04	PROCEDIMENTO FISCAL DE ISSQN (ESPECÍFICO)	03	LOCAL: Hotel Atlântico Copacabana PERÍODO: 23 DE MARÇO DE 2012	SEMFAZ.
05	MCTS WINDOWS SERVER 2008 AD – 1 (ESPECÍFICO)	02	LOCAL: SENAI PERÍODO: 19 DE MARÇO A 05 DE ABRIL DE 2012	SEMAD.
06	10222A: CONFIGURAÇAÕ E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DOS	02		

	SERVIÇOS DE DOMINIO DO WINDOWS SERVER AD (ESPECÍFICO)			
07	**FORMAÇÃO WIRELESS (ESPECÍFICO)**	**01**	**LOCAL: SENAI PERÍODO: 20 DE MARÇO A 18 DE MAIO DE 201**	**SEMAD.**
08	**CISCO CCNA EXPLRATION (ESPECÍFICO)**	**01**	**LOCAL: SENAI PERÍODO: 02 DE ABRIL A 01 DE AGOSTO DE 2012**	**SEMAD.**
09	**CONTABILIDADE APLICAD AO SETOR PÚBLICO (ESPECÍFICO)**	**07**	**LOCAL: UNIRON DO PORTO VELHO SHOPING PERÍODO: 18, 19 E 20 DE ABRIL DE 2012**	**SEMFAZ.**
10	**CADASTRO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES (ESPECÍFICO)**	**02**	**LOCAL: Pituba Plaza Hotel – Salvador/BA PERÍODO: 26 E 27 DE ABRIL DE 2012**	**SEMFAZ.**
11	**LIDERANÇA DE SUCESSO (GERAL)**	**05**	**LOCAL: Escola do Legislativo PERÍODO: 09 A 13ABRIL DE 2012**	**SEMED.**
12	**INTRODUÇÃO A TEORIA E PRÁTICA DOS ARQUIVOS (ESPECÍFICO)**	**03**	**LOCAL: Escola do Legislativo PERÍODO: 09 A 13 DE ABRIL DE 2012**	**PGM, SEMED.**
13	**AUTO ESTIMA E MOTIVAÇÃO (GERAL)**	**04**	**LOCAL: Escola do Legislativo PERÍODO: 01 A 02 DE ABRIL DE 2012**	**SEMED.**
14	**2º SEMINÁRIO NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA (ESPECÍFICO)**	**01**	**LOCAL: Centro de Convenções – Centro Universitário SENAC – Av. Eng. Eusébio Stevaux, 823 São Paulo -SP PERÍODO: 08 A 10 DE MAIO 2012**	**SEMFAZ.**
15	**RELAÇÕES INTERPESSOAIS (GERAL)**	**3**	**LOCAL: Escola do Legislativo PERÍODO: 02 a 05 de MAIO DE 2012**	**GAB. DO PREFEITO, SEMED.**
16	**PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO (ESPECÍFICO)**	**30**	**LOCAL: Auditório da FUNESCOLA PERÍODO: 16 E 17 DE MAIO 2012**	**SEMA, GAB. DO PREFEITO, SEMED, SEMFAZ, SEMDESTUR, EMDUR, SEMAS, PGM, CGM, FUNESCOLA, SEMAD.**
17	**FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE FISCAIS MUNICIPAIS – O ABC DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL (ESPECÍFICO)**	**03**	**LOCAL: Bristol Saint Emilion Hotel – Rua Visconde do Rio Branco, 1295 – Curitiba/PR PERÍODO: 31 DE MAIO A 01 DE JUNHO DE 2012**	**SEMFAZ.**
18	**CUIDADOR DE ALUNO (ESPECÍFICO)**	**58**	**LOCAL: Laboratório do PET CURSOS - Profissionalizantes – Rua Campos Sales, 2749, Centro - Porto Velho/RO. PERÍODO: 11 A 20 DE JUNHO DE 2012**	**SEMED.**

19	**CURSO PRÁTICO COMPLETO E AVANÇDO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (ESPECÍFICO)**	**47**	**LOCAL: ANFITEATRO DA Faculdade São Lucas PERÍODO: 25 a 29 DE JUNHO DE 2012**	**SEMFAZ.**
20	**CURSO FORMAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUISTICA COM COACHING (ESPECÍFICO)**	**02**	**LOCAL: UNIRON, Campus do Porto Velho – Shopping – Porto Velho - RO. PERÍODO: 22 DE JUNHO A 11 DE NOVEMBRO DE 2012 Sextas-feiras: 18h15 às 22h; Sábado: 8h45 às 20h30; Domingo: 8h45 às 17h30 Período: 1º Módulo: 22 a 24 de junho de 2012; 2º Módulo: 20 a 22 de julho de 2012; 3º Módulo: 24 a 26 de agosto de 2012; 4º Módulo: 28 a 30 de setembro de 2012; 5º Módulo: 12 a 14 de outubro de 2012; 6º Módulo: 09 a 11 de novembro de 2012;**	**SEMFAZ.**
21	**COMISSÃO INTERNA DE PREVENMÇÃO DE ACIDENTE (CIPA) (ATENDIMENTO AO PÚBLICO)**	**37**	**LOCAL: Auditório da FUNESCOLA PERÍODO: 09 e 13 DE JULHO DE 2012**	**SEMOB, SEMES, SEMAGRIC, SEMAD.**
22	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ATENDIMENTO AO PÚBLICO)**	**133**	**LOCAL: FATEC PERÍODO: 12 a 23 DE JULHO DE 2012**	**SEMUSA.**
23	**CURSO PRÁTICO COMPLETO E AVANÇDO DE ISSQN (ESPECÍFICO)**	**31**	**LOCAL: Auditório da FUNESCOLA PERÍODO: 13 a 17 DE AGOSTO DE 2012**	**SEMFAZ.**
24	**CURSO CONTABILIDADE PÚBLICA (ESPECÍFICO)**	**02**	**LOCAL: Auditório do TCE PERÍODO: 27 e 28 DE AGOSTO DE 2012**	**FUNESCOLA.**
25	**COMISSÃO INTERNA DE PREVENMÇÃO DE ACIDENTE (CIPA) (ATENDIMENTO AO PÚBLICO)**	**36**	**LOCAL: Auditório da FUNESCOLA PERÍODO: 29 de outubro a 01 de novembro DE 2012**	**SEMAD, SEMUSB**

ORÇAMENTO 2012

Unidade Orçamentária:
FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO - FUNESCOLA
Programa:
031- GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.04.128.031.1.050 Capacitação de Servidores Públicos Municipais**		
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	**Despesa: 1080**	**Esfera: 0.100**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R$ 250.138,00		

PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CURSOS REALIZADOS	PROCESSOS
JANEIRO	***GESTÃO DE CONFLITOS: UMA AÇÃO PREVENTIVA (GERAL)***	**Processo: Nº. 07.31-00003-2012** Local, Almoço e Coofe break: R$ 5.520,00.
		Processo: Nº 07.31-00002-2012 Instrutor: R$ 9.103,50
	CURSO DE PRTUGUÊS COMPLETO E AVANÇADO (GERAL)	**Processo: Nº. 07.31-00001-2012** Instrutor: R$ 22.522,50
MARÇO	***LICITÇÃO (ESPECÍFICO)***	**Processo: Nº. 07.31-00004-2012** Local, Instrutor Coofe break: R$ 41.332,00.
	PROCEDIMENTO FISCAL DE ISSQN (ESPECÍFICO)	**Processo: Nº. 07.31-000010-000/2012** Local, Instrutor Coofe break: R$ 2.400,00.
	MCTS WINDOWS SERVER 2008 AD – 1 (ESPECÍFICO)	**Processo: Nº. 07.31-000011-000/2012** Local, Instrutor Coofe break: R$ $ 2.600,00.
	10222A: CONFIGURAÇAÕ E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DOS SERVIÇOS DE DOMINIO DO WINDOWS SERVER AD (ESPECÍFICO)	
	FORMAÇÃO WIRELESS (ESPECÍFICO)	**Processo: Nº. 07.31-000011-000/2012** Local, Instrutor Coofe break: R$ 1.800,00.
ABRIL	***CISCO CCNA EXPLRATION (ESPECÍFICO)***	**Processo: Nº. 07.31-000011-000/2012** Local, Instrutor Coofe break: R$ 2.000,00.
	CONTABILIDADE APLICAD AO SETOR PÚBLICO (ESPECÍFICO)	**Processo: Nº. 07.31-000016-000/2012** Local, Instrutor Coofe break: R$ 10.500,00.
	CADASTRO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES (ESPECÍFICO)	**Processo: Nº. 07.31-000017-000/2012** Local, Instrutor Coofe break: R$ 2.600,00.
	LIDERANÇA DE SUCESSO (GERAL)	PARCERIA ESCOLA DO LEGISLATIVO
	INTRODUÇÃO A TEORIA E PRÁTICA DOS ARQUIVOS (ESPECÍFICO)	PARCERIA ESCOLA DO LEGISLATIVO
	AUTO ESTIMA E MOTIVAÇÃO (GERAL)	PARCERIA ESCOLA DO LEGISLATIVO
MAIO	***2º SEMINÁRIO NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA***	**Processo: Nº. 07.31-000022-000/2012** Local, Instrutor Coofe break: R$ 625,00.

	(ESPECÍFICO)	
	RELAÇÕES INTERPESSOAIS (GERAL)	PARCERIA ESCOLA DO LEGISLATIVO
	PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO (ESPECÍFICO)	PARCERIA DISMET
	FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE FISCAIS MUNICIPAIS – O ABC DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL (ESPECÍFICO)	**Processo: Nº. 07.31-000023-000/2012** Local, Instrutor Coofe break: R$ 3.900,00.
Junho	***CUIDADOR DE ALUNO (ESPECÍFICO)***	**Processo: Nº. 07.31-000020-000/2012** Local, Instrutor: R$ 5.198,40 **Processo: Nº. 07.31-000021-000/2012** Coofe break: R$ 4.800,00
	CURSO PRÁTICO COMPLETO E AVANÇDO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (ESPECÍFICO)	**Processo: Nº. 07.31-000034-2012** Local: R$ 2.000,00 **Processo: Nº. 07.31-000033-2012** Coofe break: R$ 3.150,00 **Processo: Nº. 07.31-000032-2012** Instrutor: R$ 22.450,00
	CURSO FORMAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUISTICA COM COACHING (ESPECÍFICO)	**Processo: Nº. 07.31-000031-2012** Instrutor: R$ 10.000,00
Julho	***COMISSÃO INTER5NA DE PREVENMÇÃO DE ACIDENTE (CIPA) (ATENDIMENTO AO PÚBLICO)***	PARCERIA COM SEMAD DISMET
Julho	***AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ATENDIMENTO AO PÚBLICO)***	PARCERIA COM SEMUSA
Agosto	***CURSO PRÁTICO COMPLETO E AVANÇDO DE ISSQN (ESPECÍFICO)***	**Processo: Nº. 07.31-000035-2012** Instrutor: R$ 22.450,00
Outubro	***COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – (CIPA) (ATENDIMENTO AO PÚBLICO)***	PARCERIA COM A SEMAD DISMET
	Valor Total R$	**174.951,40**

MATERIAL DE CONSUMO: ORÇAMENTO

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO - FUNESCOLA**
Programa: **031- GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.04.128.031.1.050 Capacitação de Servidores Públicos Municipais**

Elemento de Despesa: **3.3.90.30 Material de Consumo**	Despesa: 1079	Esfera: **0.100**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R$ 11.270,00		

Nº DE ORDEM	**Nº DO PROCESSO/ MEMORANDO**	**AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSUMO**	**VALOR TOTAL**
	31.000026-000/12 EMO Nº33 DE 16.05.2012	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CARTUCHOS E TONNER)	R$ 6.777,50
Total Utilizado: R$ 6.777,50			

SUPLEMENTAÇÕES/2012

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO - FUNESCOLA**		
Programa: **031- GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**		
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.04.128.031.1.050 Capacitação de Servidores Públicos Municipais**		
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	**Despesa: 1080**	**Esfera: 0.100**
SUPLEMENTAÇÕES		

Decreto	**Crédito Suplementar**	**Origem da Suplementação**	**Período**	**Finalidade**	**Nº de Processo**
12.502 de 19 de janeiro de 2012	4.623,50	SEMAGRIC	JANEIRO	CURSO: GESTÃO DE CONFLITOS	**Processo**: Nº. 07.31-00003-2012 **Local, Almoço e Coofe break:** R$ 5.520,00. **Processo**: Nº. 07.31-00002-2012 **Instrutor:** R$ 9.103,50
N° 12.586 de 24 de abril de 2012	8.416,00	FUNESCOLA	ABRIL	-	**Remanejamento de recursos do elemento 4.4.90.51 – Obras e Instalações, para elemento 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Gestão de Política de Recursos Humanos.**
VALOR TOTAL : R$ 43.039,50					

REDUÇÕES /2012

Unidade Orçamentária:

FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO - FUNESCOLA
Programa: **031- GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.04.128.031.1.050 Capacitação de Servidores Públicos Municipais**
REDUÇÕES

DECRETO	**ORIGEM**	**REDUÇÃO CREDITO**
Decreto Nº 12.708 De 18 De Julho De 2012	3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	R$ 118.226,10
Decreto Nº 12.708 De 18 De Julho De 2012	3.3.90.30 Material de Consumo	R$ 4.492,50

MATERIAL DE CONSUMO: ORÇAMENTO

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO - FUNESCOLA**	
Programa: **041- ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**	
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.041.22.00072.001000**	
Elemento de Despesa: **3.3.90.30 Material de Consumo**	Esfera: **0.100**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R$ 10.002,00	

Nº DE ORDEM	**Nº DO PROCESSO**	**AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSUMO**	**VALOR TOTAL**
	PROCESSO Nº 07.31.0006.000/12	Aquisição de água mineral, açúcar e outros.	R$ 641,44
	PROCESSO Nº 07.31.00013.000/12	Aquisição de Toalha de papel, água sanitária, sabão, detergente e outros.	R$ 1.531,90
	PROCESSO Nº 07. 31.00025.000/12	Aquisição de Leite, suco, biscoito e outros.	R$ 462,60
	PROCESSO Nº 07.31.000028.000/12	Aquisição de caneta, papel A-4, e outros.	R$ 2.047,61
	PROCESSO Nº 07.31.000029.000/12	Aquisição de Café	R$ 13,70
	PROCESSO Nº 07.31.00037.000/12	Aquisição de Cilindro de imagem	R$ 960,00
	PROCESSO Nº 07.31.00038.000/12	Aquisição de Café	R$ 240,00
Total Utilizado: R$ 5.897,25			
REDUÇÃO ORÇAMENTARIA: R$ 4.104,75 - DECRETO 12.708 DE 18 DE JULHO DE 2012			

PESSOA FISICA: ORÇAMENTO

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO - FUNESCOLA**	
Programa: **041- ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**	
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.041.22.00072.001000**	
Elemento de Despesa: **3.3.90.36 Pessoa Física**	Esfera: **0.100**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R$ 27.936	

Nº DE ORDEM	**Nº DO PROCESSO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR TOTAL**
	PROCESSO Nº 31-00005-000/12	LOCAÇÃO DE 1(UM) IMÓVEL	R$ 23.280
Total Utilizado: R$ 23.380,00			
RESTOS A PAGAR: R$ 4. 656,00			

PESSOA JURIDICA: ORÇAMENTO

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO - FUNESCOLA**	
Programa: **041- ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**	
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.041.22.00072.001000**	
Elemento de Despesa: **3.3.90.39 Pessoa Jurídica**	Esfera: **0.100**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R$ 18.000	

Nº DE ORDEM	**Nº DO PROCESSO**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR TOTAL**
	PROCESSO Nº 31.005/12	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	R$ 610,00
	PROCESSO Nº 31.007/12	CONSERTO DA FRAGMENTADORA	R$ 150,00
	PROCESSO Nº	PAGAMENTO DE TAXAS DETRAN	R$ 201,99

	31.0014/12		
	PROCESSO Nº 31.0015/12	MANUTENÇÃO DE VEICULO	R$ 1.085,00
	PROCESSO Nº 31.008/12	TARIFAS BANCÁRIAS	R$ 441,02
Total Utilizado: R$ 2.488,01			
RESTOS A PAGAR: R$ 359,00 - REFERENTE AO PROCESSO DE TARIFAS BANCARIAS.			
REDUÇÃO ORÇAMENTARIA: R$ 15.152,99 - DECRETO 12.708 DE 18 DE JULHO DE 2012			

OBRAS E INSTALAÇÕES: ORÇAMENTO

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO - FUNESCOLA**	
Programa: **041- ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**	
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.041.22.00072.001000**	
Elemento de Despesa: **4.4.90.51 Obras e Instalações**	Esfera: **0.100**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R$ 30.000	

	VALOR TOTAL
REDUÇÃO ORÇAMENTARIA ATRAVES DO DECRETO Nº 12.586 DE 24 DE ABRIL DE 2012	R$ 28.416,00
REDUÇÃO ORÇAMENTARIA ATRAVES DO DECRETO Nº 12.502 DE 19 DE JANEIRO DE 2012	R$ 1.584
VALOR TOTAL: R$ 30.000	

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE: ORÇAMENTO

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO - FUNESCOLA**	
Programa: **041- ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**	
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.041.22.00072.001000**	
Elemento de Despesa: **4.4.90.52 Equipamento e Material Permanente**	Esfera: **0.100**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R$ 10.000	
REDUÇÃO ORÇAMENTARIA: R$ 10.000 - DECRETO 12.708 DE 18 DE JULHO DE 2012	

SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES /2012

Unidade Orçamentária: **FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO VELHO – FUNESCOLA**			
Programa: **041- ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**			
Projeto/Atividade/Op. Especial: **07.31.041.22.00072.001000**			
SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES/2012			
Decreto	**ORIGEM**	**Crédito Suplementar**	**Redução de Crédito**
Decreto nº 12.586 de 24 de abril de 2012	4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES	**-**	***28.416,00***
Decreto nº 12.708 de 18 de julho de 2012	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERC. PESSOA JURIDICA	**-**	***15.152,99***
Decreto nº 12.708 de 18 de julho de 2012	4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANETE	**-**	***10.000,00***
Decreto nº 12.708 de 18 de julho de 2012	3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO	**-**	***4.104,75***
TOTAL GERAL DE SUPLEMENTAÇÕES= -			
TOTAL GERAL DE REDUÇÕES= 57.673,74			

ANEXO - 1

CAPACITAÇÕES -2012

CURSO DE PORTUGUÊS COMPLETO E AVANÇADO

CUIDADOR DE ALUNO

ANEXO - 2

V JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

IARIPUNA

FUNDAÇÃO CULTURAL IARIPUNA

APRESENTAÇÃO

A Fundação Cultural Iaripuna, por meio dos Departamentos (Arte e Cultura/ Financeiro) e respectivas Divisões (Artes e Cultura, Ação Cultural e de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural), tem trabalhado incansavelmente para efetivar ações voltadas para resgatar, fomentar e valorizar as diversas expressões Culturais e de Patrimônio Artístico e cultural para a Cidade e os Distritos de Porto Velho.

Durante todo o ano de 2012 a Funcultural se empenhou ainda mais na elaboração, sistematização e execução do calendário de comemoração alusivas ao Centenário da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

Dessa forma, cria e promove espaços de expressão, desenvolve o resgate cultural e amplia a qualidade no atendimento às comunidades. Outrossim, considerando o compromisso e zelo que tem com a preservação do patrimônio Artístico, Histórico e Cultural, valoriza e apóia os artistas da terra, efetivando um trabalho de parcerias que chega até nossas crianças, jovens e adultos, promovendo cultura de qualidade de vida para a população do município e distritos.

Nosso trabalho, enquanto Fundação, está pautado no compromisso de atender e valorizar o nosso povo, que apresenta rica diversidade e, por conseguinte, precisa ser valorizado por meio de ações efetivas do poder público.

ALTAIR DOS SANTOS LOPES

Presidente da Fundação Cultural Iaripuna

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DEPARTAMENTO DE ARTE E CULTURA - DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

CARNAVAL 2012

PROGRAMAÇÃO - DESFILES DOS BLOCOS E ESCOLAS DE SAMBA

DATA	AGREMIAÇÕES/ INSTITUIÕES	HORA CONCENT.	HORA SAÍDA	ENCERRA (PREV)	**P E R C U R S O**
18.02 (SEX)	BAILE MUNICIPAL		22:30H	04:00H	**CASA DE SHOW KABANAS** Rua das Associações nº 2671 Bairro Costa e Silva
25.02 (SEX)	BANDA DOS IMIGRANTES	20:00H	23H30M	03:00H	**Concentração:** Avenida Pinheiro Machado com Presidente Dutra **Percurso:** Avenida Pinheiro Machado/Tenreiro Aranha/ Carlos Gomes – Pres. Dutra. **Encerramento:** Ponto de origem.
25.02 (SEX)	bloco do lixo	22:00H	00:00H	03:00H	**Concentração:** Avenida Pinheiro Machado com Rogério Weber **Percurso**: Avenida Pinheiro Machado, Tenreira Aranha, Carlos Gomes. **Encerramento:** Praça das Caixas D'Água
25.02 (Sex)	bloco união sinistra	18:00H	20:00H	24:00H	**Concentração:** Avenida Rio de Janeiro com Presidente Dutra (Bairro Areal) **Percurso**: Avenida Rio de Janeiro – Joaquim Nabuco – Alexandre Guimarães – Rogério Weber**.** **Encerramento:** Ponto de origem.
26.02 (SAB)	bloco até que a noite vire dia	23:00H	01:00H	05:00H	**Concentração**: Praça São José do Mocambo (Bairro Mocambo) **Percurso**: Praça São José do Mocambo/Ruas Capitão Esron Menezes/Alexandre Guimarães/ Rogério Weber/07 de Setembro/Prudente de Moraes/13 Maio. **Encerramento:** Ponto de origem.
2702 (DOM)	bloco arco íris	18:00H	20:00H	24:00H	**Concentração: Rua** Sete de Setembro entre as Ruas Farquar e Rogerio Weber. **Percurso**: 07 de Setembro, Marechal Deodoro e Carlos

					Gomes, **Encerramento**: em frente a Praça das Caixas D\ Água
27.02 (DOM)	bloco furacão da zona sul	16:00H	20:00H	00:00H	**Concentração**: Campo Florestão - Av Jatuarana **Percurso**: Avenida Jatuarana seguindo até o Poliesportivo da Rua Jatuarana com rua Sucupira bairro Cohab. **Encerramento:** no Poliesportivo
03.03 (QUI)	bloco galo da meia noite	20:00H	00:00H	04:00H	**Concentração**: Rua Rogério Weber entre P. Machado e Duque de Caxias. **Percurso**: Pinheiro Machado/Joaquim Nabuco/Carlos Gomes/Rogerio. Weber. **Encerramento**: ponto de origem.
04.03 (SEX)	bloco do alho	20:00H	23:30H	03:00H	**Concentração**: Rua Duque de Caxias com Rogério Weber. **Percurso**: Avenida Rogério Weber, Pinheiro Machado, Tenreira Aranha, Carlos Gomes/Rogerio. Weber. **Encerramento**: ponto de origem.
04.03 (SEX)	bloco us dy phora	22:30H	23:00H	05:00H	**Concentração:** Rua 13 de setembro c/ Alexandre. Guimarães. **Percurso**: 13 de Setembro/Alexandre Guimarães Weber/Rio de Janeiro/Joaquim Nabuco/Alexandre Guimarães. **Encerramento**: no ponto de origem.
04.03 (SEX)	bloco canto da coruja	22:00H	00:00H	04:00H	**Concentração:** Rua 13 Setembro entre Alexandre Guimarães e Rdo. Cantuária. **Percurso**: Rua 13 de setembro/Alexandre Guimarães/Rogério Weber / João Alfredo/Pres Dutra/Alexandre Guimarães. **Encerramento**: ponto de origem
04.03 (SEX)	bloco taperebá	16:00H	17:00H	22:00H	**Concentração: Campo Abobrão** – Rua São Miguel com Alamada **Percurso:** Rua Anari, Jatuarana, Abóbora, Camomila, São Miguel e Aroeira **Encerramento**: Praça do Cohab
04.03 (SEX)	bloco arerê & cia	18:00H	21:00H	00:00H	**Concentração**: Pinheiro Machado (entre Campos Sales e Júlio de Castilho) **Percurso:** P. Machado/ Joaquim Nabuco/Carlos Gomes/Rogério Weber/P. Machado. **Encerramento**: Ponto de origem.
05.02 (SAB)	trem das onze a coordenação ainda ñ se manifestou	12:00H	15:00H	18:00H	**Concentração**: Rua José Camacho c/ Elias Gorayeb. **Percurso:** José Camacho/Jorge Teixeira/ Carlos Gomes/Brasília/Duque Caxias/Rui Barbosa/Abunã/Guanabara/Pe. Chiquinho. **Encerramento**: ponto origem.

05.03 (SAB)	viva cristo (rcc) ** atividade fixa no local.*	13:00H		23:00H	**Local: OSEM –** Ginásio do Colégio das Irmãs Marcelinas, Bairro Embratel (Meu Pedacinho de Chão).
05.03 (SAB)	bloco latinha na mão ** atividade fixa no local.*	09:00H		16:30H	**Concentração:** Rua Belém entre Calama e Tiradentes (ao lado da Câmara Municipal) **Percurso**: parado na concentração **Encerramento**: ponto de origem.
05.03 (SAB)	banda do vai quem quer	14:00H	17:00H	21:00H	**Concentração:** Carlos Gomes entre Rogério Weber e Presidente Dutra. **Percurso**: Carlos Gomes/Joaquim Nabuco/7 de Setembro/Rogério Weber. **Encerramento**: ponto origem.
06.03 (DOM)	carnalestinho (carnaval infantil da Zona leste)	-	**17:00H**	**21:00H**	**Local; Rua Benedito Inocêncio (entre R José Amador dos Reis e Antonio Fraga Moreira (em frente à Escola Daniel Néri - atividade fixa no local)).**
06.03 (DOM)	Bloco rio kaiary	14:00H	**17:30H**	**24:00H**	**Concentração: Pinheiro Machado c/ Rua Rogério Weber. Percurso: Pinheiro Machado/ Tenreiro Aranha/ Carlos Gomes/ Rogério Weber. Encerramento: ponto de origem.**
06.03 (DOM)	Viva Cristo (rcc) ** atividade fixa no local.*	13:00H		**23:00H**	**Local: OSEM – Ginásio do Colégio Santa Marcelina, Bairro Meu Pedacinho de Chão.**
06.03 (DOM)	Bloco arerê & cia	17:00H	**19:00H**	**00:00H**	**Concentração: Pinheiro Machado (entre Campos Sales e Júlio de Castilho) Percurso: P. Machado/ Joaquim Nabuco/Carlos Gomes/Rogério Weber/P. Machado Encerramento: Ponto de origem.**
06.03 (D0M)	Bloco murupi	18:00H	**20:00H**	**24:00H**	**Concentração: Rua Pinheiro Machado (entre Santos Dumont e Rogério Weber). Percurso: Pinheiro Machado/Marechal Deodoro/ Carlos Gomes/Rogerio Weber. Encerramento ponto de origem.**
06.03 (D0M)	Bloco patoá	18:00H	**20:00H**	**24:00H**	**Concentração: Alexandre Guimarães com Amador dos Reis. Percurso: Amador dos Reis e Plácido de Castro. Encerramento: Plácido de Castro**
06.03 (D0M)	Bloco de afoxé accuneraa	17:00H	**18:00H**	**22:00H**	**Concentração: Rua 10 (Terreiro de Oxum Maré-Pai Beto de Bessem) Percurso: Rua 10 (entre Amazonas e Raimundo Cantuária) Rio de Janeiro com Rua 11/Amazonas. Encerramento: Ponto de origem**

06.03 (D0M)	Fesec - escolas de samba G.r.e.s império do samba G.r.e.s acadêmicos do armarío grande G.r.e.s o asfaltão	14:00H	**20:00H**	**02:00H**	**Passarela do Samba: Avenida dos Imigrantes entre as Avenidas Rio Madeira e Coronel Governador Jorge Teixeira.**
06.03 (DOM)	Bloco do Jegue (santo antonio)	18:00H	**19:00H**	**21:00H**	**Concentração: Rua Padre Augustinho com Guanabara.** **Percurso: Guanabara, Raimundo Gonzaga Pinheiro, Major Guapindaia, Francisco Filho Getulio Vargas, Salgado Filho, Carlos Augusto, Major Guapindaia e Padre Augustinho.** **Encerramento: ponto de origem**
07.03 (Seg)	Vivo Cristo (rcc) **a atividade fixa no local.*	13:00H		**22H30M**	**Local: OSEM – Ginásio do Colégio Santa Marcelina, Bairro Meu Pedacinho de Chão.**
07.03 (SEG)	Bloco jatuaranasul	17:00H	**20:00H**	**03:00H**	**Concentração: Avenida Jatuarana – em frente ao campo Florestão entre Ruas Daniel Néri e Monte Azul.** **Percurso: Rua Jatuarana até a confluência com Rua Sucupira, faz o retorno e volta pela Rua Jatuarana em frente do Campo Florestão.** **Encerramento: ponto de origem.**
07.03 (SEG)	Bloco calixto & cia	12:00H	**18:00H**	**24:00H**	**Concentração: Jacy Paraná c/ Brasília** **Percurso: Jaci Paraná/Brasília/Alm. Barroso/ Mal. Deodoro/ D. Pedro II/Joaquim Nabuco/ Sete de Setembro/Nações Unidas/Salgado Filho/Jaci Paraná.** **Encerramento: ponto de origem.**
07.03 (SEG)	Bloco do pinto (infantil)	15:30H	**17:00H**	**20:00H**	**Concentração: Rua Rogério Weber (entre D Caxias e P. Machado)** **Percurso: Rua Weber/Duque Caxias – Santos Dumont/ P. Machado/ Pres. Dutra.)** **Encerramento: ponto de origem.**
07.03 (SEG)	Bloco raça rubro negra	21:00H	**23:00H**	**03:00H**	**Concentração: Rua Pinheiro Machado – ao lado do Ginásio Cláudio Coutinho.** **Percurso: Rua Pinheiro Machado/ Marechal Deodoro/ Carlos Gomes/ Rogério Weber/ Pinheiro Machado.** **Encerramento: ao lado do Deroche Pequeno Franco.**
07.03 (SEG)	Bloco piolho elétrico	18:00H	**20:00H**	**00:00**	**Concentração: Avenida dos Imigrantes em frente ao PLAY GOL**

					Percurso: Avenida Imigrantes, Rio Madeira em frente ao Mestiço Brasil. **Encerramento: em frente ao mestiço Brasil.**
07.03 (SEG)	Bloco axé folia mix	17:00H	**20:00H**	**01:00**	**Concentração: Avenida Carlos Gomes em frente a Casa de Show Seven.** **Percurso: Avenida Carlos Gomes, Marechal Deodoro, Pinheiro Machado, João Golart, Carlos Gomes.** **Encerramento: ponto de origem**
07.03 (SEG)	Fesec -escolas de samba G.r.e.s u. da rádio farol. Ac. s. j. batista G.r.e.s os diplomatas	14:00H	**20:00H**	**01:00H**	**Passarela do Samba: Avenida dos Imigrantes entre as Avenida Rio Madeira com Avenida Governador Jorge Teixeira.**
08.03 (TER)	Pirarucu do madeira	15:00H	**18:00H**	**21:00H**	**Concentração: Duque de Caxias entre P. Machado e Rui Barbosa.** **Percurso: Duque Caxias/ Rogério Weber/ P. Machado/ Joaquim Nabuco/ Carlos Gomes/ Rogerio. Weber/ D. Caxias.** **Encerramento: ponto de origem.**
08.03 (TER)	Bloco portofla – urubuzada	18:00H	**20:00H**	**00:00H**	**Concentração: Pinheiro Machado com Presidente Dutra.** **Percurso: Avenida Pinheiro Machado/ Tenreiro Aranha/ Carlos Gomes/ Rogério Weber/ Pinheiro Machado.** **Encerramento: ponto de origem.**
08.03 (TER)	Bloco arerê & cia	16:00H	**19:00H**	**00:00H**	**Concentração: Pinheiro Machado (entre Campos Sales e Júlio de Castilho)** **Percurso: P. Machado/ Joaquim Nabuco/ Carlos Gomes/ Rogério Weber/ P. Machado.** **Encerramento: Ponto de origem.**
08.03 (TER)	Bloco carnareggae	17:00H	**19:00H**	**23:00H**	**Concentração: Rua José amador dos Reis com Raimundo Cantuária** **Percurso: Rua José amador dos Reis e Plácido de Castro (direita)** **Encerramento : Rua Jose Amador dos Reis Com Plácido de Castro.**
08.03 (TER)	(Carnaleste)	17:00H	**19:00H**	**23:00H**	**Concentração: Rua José Amador dos Reis c/ Alexandre Guimarães.** **Percurso: Jose Amador dos Reis, Plácido de Castro (à direita)** **Encerramento: Cruzamento com a Avenida Mamoré**

08.03 (Ter)	Viva Cristo (rcc) *atividade fixa no local.*	13:00H		**22H30M**	**Local: OSEM – Ginásio do Colégio Santa Marcelina, Bairro Meu Pedacinho de Chão.**
08.03 (TER)	apuração dos resultados dos desfiles das esc0las de samba e premiação das campeãs 2011	09:30H		**14:00H**	**Praça Getúlio Vargas – (em frente ao Mercado Cultural).**
12.03 (SÁB)	bloco tô de folga	16:00H	**20:00H**	**00:00H**	**Concentração: Campo Florestão – Av Jatuarana** **Percurso: Avenida Jatuarana seguindo até o Poliesportivo da Rua Jatuarana com rua Sucupira bairro Cohab.** **Encerramento: no Poliesportivo**

DEPARTAMENTO DE ARTE E CULTURA - DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

PLANEJAMENTO E EXECUSSÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM PARCERIAS – COM A FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA E ENTIDADES CARNAVALESCAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - FESEC

SEMINÁRIO - CARNAVAL 2012

Oficinas Artísticas Fabricando Sonhos: escultura em ferragem e isopor, pintura, dança e fantasias e adereços

A Federação das Escolas de Samba e Entidades Carnavalescas do Estado de Rondônia (FESEC) apresenta a seguir, o Projeto **Seminário Carnaval 2012: Avaliação e Planejamento do Desfile das Escolas de Samba**, proposta que também prevê a realização das **Oficinas Artísticas Fabricando Sonhos: escultura em ferragem e isopor, pintura, dança e fantasias e adereços**, vislumbrando ampla discussão e reflexão que possibilitem a melhoria das apresentações das escolas de samba de Porto Velho, Costa Marques, Rolim de Moura e Guajará-Mirim.
Assim, a Federação das Escolas de Samba e Entidades Carnavalescas do Estado de Rondônia – FESEC antecipa a discussão, o planejamento e a organização do Carnaval de 2012, bem como, busca avançar em seus objetivos estatutários, ao atuar em sintonia com os preceitos do fortalecimento, da perpetuação e do desenvolvimento das manifestações culturais populares - em especial do carnaval das escolas de samba do Estado de Rondônia -, concretizando uma das mais arrojadas iniciativas no campo da produção cultural, ao realizar o **Seminário Carnaval 2012: Avaliação e Planejamento do Desfile das Escolas de Samba** e as **Oficinas Artísticas Fabricando Sonhos: escultura em ferragem e isopor, pintura, dança e fantasias e adereços.**
Com a realização do Seminário e das Oficinas, a FESEC avança, fortemente, em defesa e ao encontro da potencialidade criadora de nossos grêmios culturais e seus valorosos e inventivos artistas e, assim, fortalece, diversifica e promove o ambiente cultural produtor aqui existente.
Por meio da consumação do Seminário e das Oficinas, a FESEC meneia fortemente na direção do fortalecimento estético não só das escolas de samba do Estado de Rondônia, mas também alcança os grupos teatrais e os grêmios de quadrilhas juninas e de bois-bumbás da cidade de Porto Velho, e assim, instala a idéia vistosa e necessária do enriquecimento técnico qualitativo da mão-de-obra que atua no plano da montagem alegórico-cenográfica nas diferentes linguagens da seara artística em prática no Estado e na capital.
Os valores deste intento exercerão reflexos positivos não somente na própria atividade cultural, mas também fora dela, a partir da qualificação e do alargamento do potencial de artistas e artesãos aqui residentes, permitindo o fortalecimento de uma atividade profissional reconhecidamente importante também para outros setores produtivos do mercado da região.

FUNDAMENTAÇÃO

O mercado das produções culturais no Estado de Rondônia experimenta um importante momento de crescimento técnico-qualificativo. Particularmente, o setor da produção cultural de Porto Velho, dentre as capitais do norte brasileiro, é um dos mais promissores. Entretanto, alguns detalhes inerentes ao processo de montagem ainda carecem de incremento e lapidação. As proposições artísticas no campo das alegorias, cenários, adereços e indumentárias dos segmentos artísticos carnavalescos, teatrais e folclóricos, quando apresentadas ao público - em que pese o notável empenho de seus organizadores – formam um painel de plástica pouco eloqüente, enquanto produto final, remetendo-nos ao vislumbre de ações que possibilitem a depuração estética destes bens artísticos.

O **Seminário Carnaval 2012: Avaliação e Planejamento do Desfile das Escolas de Samba** e as **Oficinas Artísticas Fabricando Sonhos: escultura em ferragem e isopor, pintura, dança e fantasias e adereços** traduz o desejo da FESEC de interferir positivamente neste processo de transformação, através da realização do seminário e de um conjunto de oficinas artísticas, pautando na consecução de cada ação, o desenvolvimento de atividades no campo da reflexão, manuseio, experimentos, montagens e domínio de técnicas que representem uma renovação de conceitos e procedimentos, estimulando, desta feita, uma nova atitude para a prática da concepção e elaboração alegórica, cenográfica, escultórica e aderecista. Escolas de samba, blocos carnavalescos, quadrilhas juninas, bois-bumbás, grupos teatrais e coletivos de danças populares de Porto Velho e do interior do Estado ressentem-se pela ausência de investimentos em itens relevantes para grandes produções culturais da dimensão popular, tais como: cenografia, ambientações, instalações e intervenções urbanas, com atenção especial ao manual exercido por artesãos, aderecistas e artistas plásticos. Com este Projeto, a Federação das Escolas de Samba e Entidades Carnavalescas do Estado de Rondônia – FESEC cumpre uma de suas relevantes diretrizes, qual seja: acenar para nossas produções locais e seus idealizadores, com propostas firmes de valorização, incremento e desenvolvimento do objeto artístico final.

OBJETIVOS

Geral:

Realizar seminário de avaliação e planejamento do carnaval e oficinas artísticas de alegoria, escultura em isopor e ferragem, fantasias e adereços, pintura e cenografia para atender artesãos, artistas plásticos e os mais variados produtores culturais da cidade;

Específico:

Discutir, avaliar e planejar o carnaval das escolas de samba de Porto Velho e do interior;

Possibilitar a melhoria do padrão técnico-qualitativo das peças cenográficas, alegóricas, escultóricas, aderecistas, pictóricas e coriográficas utilizadas nas produções artísticas das manifestações populares da região;

Oportunizar aos grupos culturais populares organizados (agremiações carnavalescas, quadrilhas juninas, bois-bumbás, grupos teatrais e coletivos de danças) avançar no padrão estético de suas produções artísticas;

Contribuir para a qualificação da mão-de-obra artesanal e profissional, disponibilizando para outras esferas fora do eixo cultural, a saber: vitrinistas, decoradores, designers, dentre outros;

Cumprir com o compromisso de direcionar atenção especial de fomento aos mecanismos de produção cultural da cidade e do Estado.

ATIVIDADES REALIZADAS

Produção de documento contendo diretrizes para a organização, o fortalecimento e o desenvolvimento do carnaval popular das escolas de samba de Porto Velho e do interior do Estado de Rondônia;

Elaboração e confecção de peças alegóricas, escultóricas, aderecistas pictóricas e vestimentas folclóricas (fantasias), dando ênfase ao tema proposto;

Manuseio, aproveitamento (reciclagem de material), experimentos, e aplicação de novas técnicas de produção artística;

Exposição (para imprensa e convidados) ao final das oficinas;
Exposição itinerante em algumas escolas da rede municipal e estadual de ensino.

PÚBLICO ALVO

Organizadores do carnaval as escolas de samba da iniciativa pública e privada, produtores culturais e representantes (artistas plásticos, artesãos, aderecistas, coreógrafos e auxiliares de barracões) de agremiações culturais da cidade, a saber: escolas de samba, blocos carnavalescos, grupos de teatro e dança popular, quadrilhas juninas e bois-bumbás.

OFICINAS REALIZADAS – MATERIAIS NECESSÁRIOS:

Oficina Escultura em Isopor		
Item	**Descrição**	**Quantidade**
01	Bloco de isopor medindo 3 X 1 X 0,90m	02 blocos
02	Poliuretano líquido “a” e “b”	20 latas
03	Cola branca em tubo	10 quilos
04	Resistência para chuveiro	10 unidades
05	Lixa para ferro números 50 e 80	20 unidades
Oficina Escultura em Ferragem		
Item	**Descrição**	**Quantidade**
06	Tubinho de ½ polegadas, chapa 20	20 peças
07	Vergalhão 4.2	30 peças
08	Solda (eletrodo)	10 quilos
09	Tubo industrial de 1 polegada	02 unidades
10	Tubo industrial de 1 ¼	02 unidades
11	Lata de graxa	01 unidade
12	Serra para ferro, bi-metal	20 unidades
13	Rodanas	06 unidades
14	Cabo de aço 3/16	10 metros
15	Carretilha para portão com suporte 1 ½	10 unidades
16	Tecido algodão cru	10 metros
17	Cola e sapateiro 3600 – litro	10 latas
Oficina Pintura em Pistola		
Item	**Descrição**	**Quantidade**
18	Tinta florescente a base d’água (serigrafia), nas cores rosa choque, amarelo limão, vermelho, lilás (roxo), verde, preto (vinílico), azul e laranja	21 potes e 900 ml.
19	Tina branca esmalte sintético a base d’água (suvinil)	1 lata de 3.600
20	Tinta PVA branca	1 galão de 18 litros
21	Pincel bico chato, profissional (cabo em madeira e cor vinho), números 18, 24 e 30 (10 de cada)	30 unidades
22	Pincel de parede bico chato de 03 polegadas	10 unidades
23	Tesoura grande	05 unidades
24	Estilete	10 unidades
25	Bloco para desenho	10 unidades
26	Cartolina branca	10 unidades
27	Giz	03 caixas
28	Lápis preto H para desenho	01 caixa
29	Borracha branca para apagar lápis	12 unidades
30	Régua e 50 cm	05 unidades
31	Trena e 10 metros	01 unidade
Oficina Confecção de Fantasias e Adereços		
32	Pena de faisão natural	200 unidades
33	Estola de chinchila	03 unidades
34	Estola de cegonha	04 unidades

35	Rabo de galo	400 gramas
36	Corex (fio e acabamento)	01 tubo
37	Pelúcia	02 metros
38	Cola patex (cola quente)	03 quilos
39	Pistola para cola quente (grossa)	10 unidades
40	Cola de sapateiro	03 latas 3.600
41	Esponja	05 metros
42	Emborrachado	05 metros
43	Arame galvanizado	1/6 quilo
44	Alicates	05 unidades
45	Tesoura grande	10 unidades
46	Tecidos variados	150 metros
Oficina de Coreografia/Dança Popular		
47	Sala ampla, condicionada com ar, espelho e iluminação	01 sala ampla
48	Caixa e som, com aparelho toca CD	01 caixa

MESTRES OFICINEIROS

Para regência das oficinas serão contratados 04 (quatro) profissionais e 01 (um) auxiliar de alegorias, atuantes nas áreas de fantasias, adereços cenografia e pintura em pistola, das cidades de Parintins – AM e Guajará-Mirim-RO, com experiência por suas atuações já comprovadas nos festivais folclóricos de Parintins, de Guajará-Mirim, carnavais de Manaus, São Paulo e Porto Velho, e Grupos de Ciranda do Amazonas, além de pessoal habilitado de Porto Velho com destacado trabalho no ramo.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	**Mês 11**	**Mês 12/11-01/12**	**Mês 02/12**
Elaboração do projeto	X		
Realização do Seminário Carnaval 2012: Avaliação e Planejamento do Desfile das Escolas de Samba		X	
Realização das Oficinas Artísticas Fabricando Sonhos: escultura em ferragem e isopor, pintura, dança e fantasias e adereços.		X	
Avaliação do evento			X

As oficinas terão duração e 15 (quinze dias), atendendo a um público direto estimado em 120 (centro e vinte), participantes das oficinas e, durante a realização o seminário, um público de aproximadamente 100 (cem) pessoas. Indiretamente, as oficinas e o seminário alcançarão a todos os produtores artísticos ligados às escolas de samba, quadrilhas juninas e bois-bumbás.

DEPARTAMENTO DE ARTE E CULTURA - DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL E

DIVISÃO DE ARTE E CULTURA

CALENDÁRIO DE EVENTOS 2012

JANEIRO – Organização para o Carnaval;
FEVEREIRO - Carnaval nas ruas da cidade com desfile dos blocos e escolas de samba;
MARÇO - Tenda das mulheres em comemoração dia internacional da mulher no complexo da Madeira Mamoré;
MAIO - Dia da Padroeira Nossa Senhora Auxiliadora e aniversário do Mercado Cultural;
JUNHO - Festejos juninos e arraias flor de cactos, flor do maracujá, câmara, zona leste, flor do

nacional, São Tiago, nova esperança, afã em Porto Velho, e as arraias nos distritos, exposição agropecuária no parque dos tanques e comemoração do dia de Santo Antônio, São João e São Pedro.
JULHO - Festejos juninos, arraias Flor de cactos, flor do maracujá, câmara, zona leste, flor do nacional, são Tiago, nova esperança, afã em Porto Velho, e as arraias nos distritos, exposição agropecuária no parque dos tanques;
Semana do Folclore, onde acontece nas Praça da Cidade.
OUTUBRO - aniversário da cidade comemoração em vários locais;
NOVEMBRO – Preparação para o Natal;
DEZEMBRO – Projeto “Natal de Todos” chegada de papai Noel, Cantata de Natal com apresentação de vários corais da cidade.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado por meio do Projeto “Tenda da Mulher” contou com várias atividades para as mulheres, sendo um dia especial de embelezamento, onde foi oferecido diversos tratamento e serviços estéticos(cabelo, unhas, maquiagem, dicas de beleza, massagem). Tivemos, ainda diversas atividades como:

A corrida das mulheres, sendo premiadas as mulheres que alcançaram até o 3º lugar;

Apresentação de Filmes para as famílias no Galpão II da E.F.M.M;
Exposição de fotografias em comemoração ao Centenário da E.F.M.M

III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

A Fundação Cultural Iaripuna, pensando em fortalecer a Cultural, convida as Instituições Culturais, aos artistas, escritores e militantes da área cultural e de Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural do Município de Porto Velho para a **III Conferência Municipal de Cultura.**

Data: 30 e 31 de março de 2012
horário: a partir das 19:00h.
Local: Teatro Banzeiros

PROGRAMAÇÃO

30/03/2012 às 19h. – Abertura e Aprovação do Regimento Interno;

31/03/2012 às 9h. - Legitimação do Processo de organização dos Fóruns Setoriais;

9h.30min - Legitimação da escolha dos Conselheiros da sociedade civil pelos Fóruns Setoriais;

10h. - Eleição das linhas gerais do Plano Municipal de Cultura;

11h. - Eleição das Comissões para elaboração do Plano Municipal de Cultura;

11h30min - Posse ao Conselho Municipal de Cultura.

LANÇAMENTO DO PROJETO CENTENÁRIO

A Fundação Cultural Iaripuna - Funcultural em parcerias com o Instituto de pesquisas e estudos "Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro–IPARY convidam a todos para participar das festividades alusivas do lançamento do Projeto em comemoração ao Centenário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1912-2012), durante o período de julho à novembro 2012

ABERTURA – LANÇAMENTO

- Data: 31 de julho de 2012
- Horário:Às 17 horas às 22:horas
  Local: Conforto Público - E.F.M.M

Apresentação da Banda de Música da 17ª Brigada de Infantaria

- Apresentação do Projeto

- Palestrantes: Altair dos Santos Lopes, representante da Fundação Iaripuna

- Yêdda Pinheiro Borzacov, representante do Projeto – IPARY

PROJETO EXECUTADO EM PARCERIA COM O INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS "DR. ARY TUPINAMBÁ PENNA PINHEIRO"
EM ALUSÃO AO CENTENÁRIO

Com o objetivo de desenvolver este Projeto que está diretamente ligado a promoção de uma ampla divulgação sobre o Centenário da E.F.M.M, visando sensibilizar a comunidade a conhecer e participar da preservação do Patrimônio Histórico Material e Imaterial, cuja construção propiciou o surgimento da Cidade de Porto Velho. Segue pontos a foram trabalhados desenvolvidos pelo projeto:

Articulação com os agentes multiplicadores: historiadores geógrafos, professores, mídia e instituições afins.
Elaboração de um texto histórico trilíngue (português, inglês e espanhol).
Criação de arte para impressão de cartaz e banner da E.F.M.M.
Elaboração e divulgação da programação alusiva durante o ano de 2012.
Sistematizar ministrar oficinas de cunho histórico, oportunizando a comunidade e aos estudantes conhecer, refletir, trocar experiências e questionar sobre a origem do município de Porto Velho.
Produção de vídeo documentário - Memória da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
Confecção de posters fotográficos da E.F.M.|M, visando realizar exposições itinerantes nas escolas da Rede Pública Municipal e Estadual.
Acompanhamento da edição do livro "Porto Velho: "de Guapindaia a Roberto Sobrinho" - 1914/2012.
- Elaboração e organização da antologia ''A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Prosa e Verso".
- Organizar e realizar o Seminário ''A Memória da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a origem de Porto Velho - Elaboraração do regulamento/ato de criação do Museu Ferroviário, dando competências aos órgãos competentes.
- Propiciar a organização para a realização do ato ecumênico no Cemitério da Candelária.
- Promover a exposição de Artes Plásticas, tendo como tema a Estrada de Ferro. Madeira-Mamoré.

- Pesquisar, elaborar e organizar a cartilha ’’Histórias do Vale do Madeira”.
- Realização da Gincana Histórica visando arrecadar documentos e outros materiais para compor o acervo do Museu Ferroviário.

Propiciar a continuidade dos fóruns setoriais nos Distritos da BR e Distritos do Baixo, Médio e Alto Madeira.
Filmar e gravar dvds sobre seminário e oficinas visando a distribuição para entidades culturais e escolas do Município e Estado.
Elaboração e divulgação da programação alusiva ao Centenário.
Elaboração do regulamento para a realização da Gincana Cultural.
Selecionar fotos e materiais bibliográficos para os livros, cartilha, cartaz, banner e folder.
Elaboração do edital do concurso dissertativo em níveis comunitário e estudantil.

DEPARTAMENTO DE ARTE E CULTURA - DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

AÇÕES ALUSIVAS AO CENTENÁRIO

EDITAL 1 - CONCURSO DE ARTES PLÁSTICAS - PRÊMIO AQUISIÇÃO
CENTENÁRIO DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA – MAMORÉ

Concurso de Artes Plásticas - Prêmio Aquisição Centenário da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Velho por meio da Fundação Cultural Iaripuna, em parceria com o Instituto de Pesquisas e Estudos “Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro” - Memorial Jorge Teixeira - Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia - IHG/RO - Academia de Letras de Rondônia –ACLER. O principal objetivo é de promover ações nas área das Artes Plásticas e que atenda ao tema comemoração ao Centenário da EFMM (1912 -2012). Dessa forma, iremos oportunizar a participação e premiar os artistas nas comemorações alusivas de cem anos com as obras na **categoria de pintura sobre tela.**

EDITAL 2 - PRÊMIO CENTENÁRIO DA CONSTRUÇÃO
DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA – MAMORÉ

O concurso inédito integrou às comemorações do “Centenário da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré **1912 -2012.** Promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Velho por meio da Fundação Cultural Iaripuna, em parceria com o Instituto de Pesquisas e Estudos “Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro” e do Memorial Jorge Teixeira, Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia - IHG/RO, Academia de Letras de Rondônia -ACLER, objetiva analisar e premiar os textos inéditos na categoria “**Histórico Dissertativo**”, dentro do município de Porto Velho, bem como, portar-se como veículo de estímulo à produção de textos que ressaltem os valores históricos da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que deu origem a Porto Velho.

Dessa forma, promover o estímulo a produção de textos inéditos que destaque as valores históricos da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com seus tropeços, lutas e avanços, que deu origem a cidade de Porto Velho.

Com o pensamento nas comemorações do centenário da construção da EFMM, buscamos incentivar através do edital o conhecer um pouco mais através da pesquisa da História, sensibilizar os estudantes e a comunidade ao tempo em que incentivamos preservar o patrimônio histórico material e imaterial do município do município.

Pensando no centenário e de comemorar essa data tão importante da épica Ferrovia, bravamente, a célula mãe da formação do Município de Porto Velho e em última instância, a criação do Estado de Rondônia, a Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio da Fundação Cultural Iaripuna – FUNCULTURAL, em parceria com o Instituto de Pesquisas e Estudos "Drº Ary Tupinambá Penna Pinheiro – IPARY - Preparam o lançamento das comemorações alusivas ao Centenário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1912-2012).

Visando marcar este importante momento da nossa História. Nesse contexto, a Fundação Iaripuna não mediu esforços e se posicionou como articuladora e promotora em busca das ações positivas que realize e preserve o patrimônio histórico material e imaterial de Porto Velho.

Ressaltamos, ainda, a importância da união das Instituições mencionadas, que integram o comitê pró-candidatura da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para Patrimônio da Humanidade junto a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

ATIVIDADES SOLENES AO CENTENÁRIO DA E.F.M.M

Virada cultural - 01 de agosto de 2012

Produção de vídeo documentário da E.F.M.M: Patrimônio
Histórico de Rondônia;

Realização de 10 Oficinas – História de Rondônia e E.F.M.M

Lançamento do livro Porto Velho: de Guapindaia a Roberto Sobrinho;

Lançamento da antologia " A Estrada de Ferro Madeira Mamoré em Prosa e verso - produção de escritores locais"

Oficinas na E.F.M.M para aperfeiçoamento de pessoa e atendimento ao público;

Gincana Cultural;

Elaboração da cartilha História do Vale do Madeira;

Realização dos Fóruns Setoriais nos espaços Históricos de Porto Velho;

Seminários "Origens de Porto Velho";

Exposição de posters fotográficos da E.F.M.M;

Concurso de artes plásticas – prêmio aquisição através de edital público;

Concurso dissertativo – Centenário da E.F.M.M - através de edital público;

·Apresentação de shows musicais, apresentações teatrais e de grupos de dança.

ATIVIDADES CULTURAIS - CENTENÁRIO DA E.F.M.M

Atividades no Museu: Feira de Artesanato e Exposição Fotográfica
Local: Galpão I – estacionamento

10 horas: Início do show com artistas locais
Local: Avenida Farquhar

15 horas: Tenda dos esportes

18 horas: Orquestra

Local:Teatro de Arena

19 horas: Espetáculo de dança e teatro

Local: Teatro de Arena

20 horas: Continuação de show musical com artistas locais
Avenida Farquha

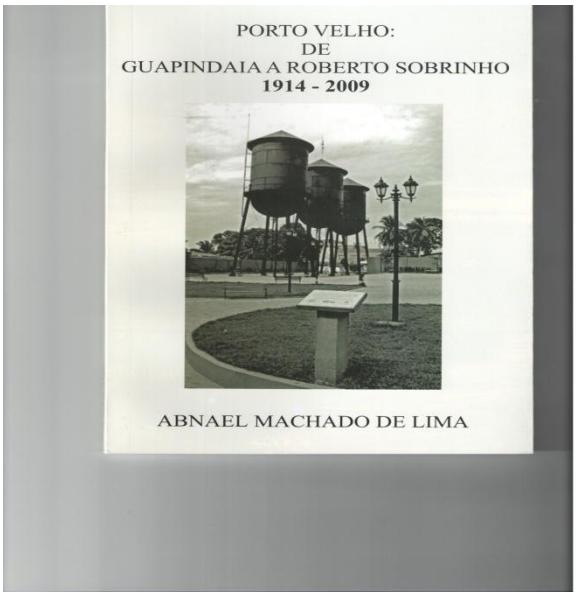
LANÇAMENTO DOS LIVROS – CENTENÁRIO DA E.F.M.M

Livro catálogo – Acervo do Museu Ferroviário da E.F.M.M

Autora: Yêdda Pinheiro Bozarcov;

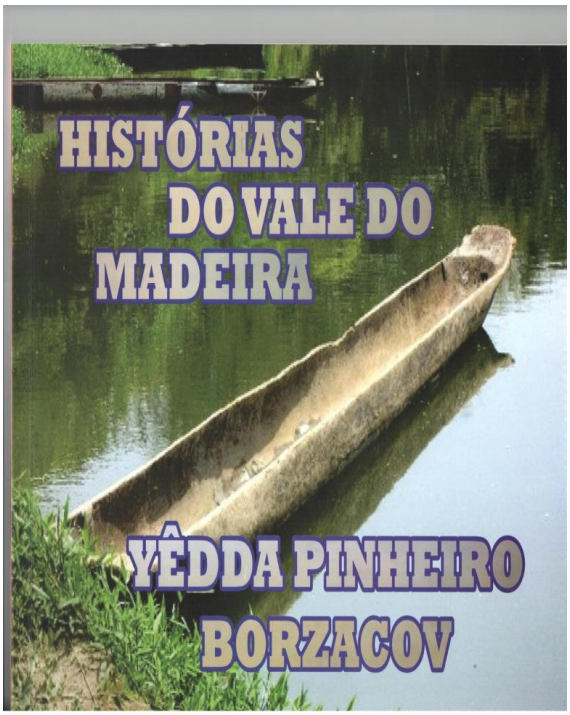
Porto Velho de Guapindáia a Roberto Sobrinho 1914 -2009

Autor: Abnael Machado de Lima;



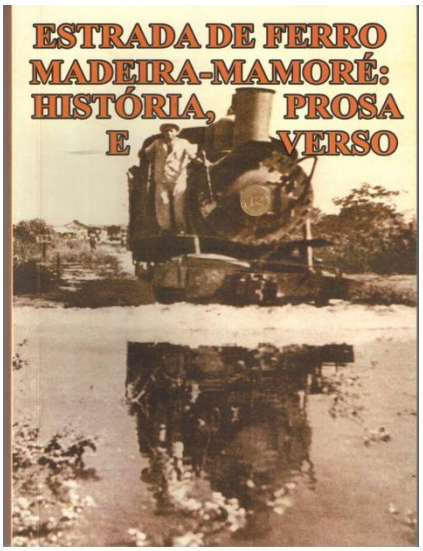
Histórias do Vale do Madeira

Autora: Yêdda Pinheiro Bozarcov;



Estrada de Fero Madeira-Mamoré: História, Prosa e Verso

Autores: Dante Ribeiro da Fonseca, Emanuel Pontes Pinto, Mara Genecy Centeno Nogueira, Yêdda Pinheiro Bozarcov, Lúcio Albuquerque, Aluízio Pimenta, Edson Jorge Badra e Ary Tupinambá Penna Pinheiro.



10ª SEMANA NACIONAL DE MUSEUS TEMA: " MUSEUS EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO" – NOVOS DESAFIOS, NOVAS INSPIRAÇÕES."
DE 14 A 20 DE MAIO DE 2012 DAS 8H ÀS 12H.

A Fundação Cultural Iaripuna, realiza conjuntamente com o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, a 10ª Semana Nacional de Museus com o tema: “Museus em um Mundo em Transformação – Novos Desafios, Novas Inspirações”. O acontecimento faz parte também das comemorações do Centenário da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – E.F.M.M, de 14 à 20 no Galpão I do Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

A programação apresentou um Painel de exposição fotográficas e documentário da História da ferrovia e da cidade de Porto Velho. A programação foi pensada para explicitar o tema e explorar a importância do resgate da História.

Participaram da programação alunos das escolas municipais e estaduais:
EEEM Carmela Dutra;
EEEFJuscelino Kubitschek;
EMEF Maria Isaura da Silva;
EMEF Tancredo Neves

Durante a 10ª Semana de Museus, os alunos e visitantes puderam apreciar as obras do artista plástico, Assis Shathobriand, filho da terra. As obras retratam as comunidade ribeirinha e os pontos turísticos de Porto velho.

Abertura: 8h às 12h
Tema: Música, Poesia e Patrimônio Cultural
Palestrante: profº e músico - Rubens Vaz (Binho)
Palestrante: profº e poeta – Jean Ricardo Medeiros de Souza
Dia 18/052012
Abertura: 8h às 12h
Tema: Cem Anos entre Trilhos, Reconhecimento, Saber e Memória.
Palestrante: Anísio Gorayeb
Palestrante: profº e historiador: Francisco das chagas silva
Dia 19/05/2012
Abertura: 8h às 12h
Café Cultural

Tema: Visita Guiada: Olhar, Conversa e Prosa no complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré EFMM

PROGRAMAÇÃO - 10ª Semana Nacional De Museus Tema: " Museus em um Mundo em Transformação" – Novos Desafios, Novas Inspirações."
De 14 à 20 de maio de 2012 das 8h às 12h.
Dia - 14/05/2012
Eixo Temático: Centenário, Patrimônio, Acervo e Memória
Abertura: 8h às 12h.
Lançamento do Livro: Catálogo – Acervo do Museu Ferroviário – Autora: Yêdda Borzacov
Palestrante: Professora e escritora Yêdda Pinheiro Borzacov
Café Cultural

Dia - 15/05/2012
Abertura: 8h às 12h
Mesa de diálogo
Tema: Centenário, Patrimônio, Acervo e Memória -
Palestrante: Profº da UNIR: Edinaldo Bezerra Freitas
Palestrante: Profº. e arquiteto Giovane do IPHAN.

Dia - 16/05/2012
Abertura: 8h às 12h
Tema: Painel de Exposições Fotográficas e Documentários
Pa lestrante: Luiz Brito (Documentarista Fotográfico)
Palestrante: Carlos Levi (Produtor Cultural)

Dia - 17/05/2012
Abertura: 8h às 12h
Tema: Música, Poesia e Patrimônio Cultural
Palestrante: Profº e músico - Rubens Vaz (Binho)
Palestrante: Profº e poeta – Jean Ricardo Medeiros de Souza

Dia - 18/05/2012
Abertura: 8h Às 12h
Tema: Cem anos entre trilhos, reconhecimento, saber e memória.
Palestrante: Anísio Gorayeb
Palestrante: Profº e Historiador: Francisco Das Chagas Silva

Dia - 19/05/2012
Abertura: 8h Às 12h
Café Cultural
Tema: Visita Guiada: Olhar, Conversa e Prosa no Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – E.F.M.M

Dia - 20/05/2012
Abertura: 16h às 20h.
Por do sol cultural
Palestra: agradecimentos, perspectivas e desafios
Altair dos Santos Lopes – Presidente da Fundação Cultural Iaripuna
Atrações culturais: música regional, dança popular, capoeira e grupos de dança.

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - CONSOLIDAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS CULTURAIS ATRAVÉS DE OFICINAS, PALESTRAS E CURSOS.

O Departamento de cultura e artes, através das ações das Divisões de Ação Cultural, de Artes e Cultura e de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, desenvolve projetos, ações e espetáculos voltados à inclusão social e à garantia de direitos. Com isso, busca resgatar, fomentar e valorizar as diversas expressões culturais e de patrimônio da cidade.
Para tanto, cria espaços de expressão, promove o recontar de Histórias e resgata laços culturais nas comunidades, através da promoção dos espetáculos, cursos e oficinas.

O Projeto Epac - Pio realizou suas ações no ano de 2012, entre elas fortaleceu a os fóruns já criados. O trabalho foi construindo e desenvolvido num processo de colaboração, elaboração, mobilização e divulgação, com base no diálogo, buscando um estreitamento com as populações dos distritos e da cidade, através de uma metodologia participativa; assinalando políticas públicas propositivas em patrimônio histórico cultural; no tocante ao acervo e memória e na perspectiva do próprio local de vivência dos participantes. As Oficinas de sensibilização realizadas foram as seguintes: Corpo, voz e participação; Acervo, Memória e Cidadania; Quanto ao planejamento das ações, trabalhamos as temáticas: o que é um plano? Para que serve? E como desenvolvê-lo?
Quanto aos fóruns já criados, foi possível desenvolver através do projeto um estreito laço de diálogo que se estendeu aos distrito do Baixo Madeira.
O projeto promoveu, também, encontros e seminários, ao mesmo tempo em que oportunizou a participação dos estudantes da rede pública da educação básica, universidade e sociedade civil. Articulou, também, com instituições locais e nacionais, com destaque para as seguintes instituições: Academia de Letras de Rondônia, Associações Culturais e Institutos. Os registros e as documentações das ações dos projetos motivaram a produção de um vídeo; este organizado com depoimentos e imagens de todo o público beneficiado com o projeto.
Dessa forma, interessa destacar que o projeto foi pensado numa concepção de inclusão social e de garantia de direitos, priorizando e focando a importância do entendimento voltado para as questões do patrimônio material e imaterial.

RESULTADO DAS AÇÕES

Articularam-se os atores sociais, transversalizando com outras políticas públicas;

Envolvemos o público nas discussões tornando-os agentes culturais das comunidades, sendo eles mesmos os divulgadores e mobilizadores do projeto;

Foram construídas e realizadas agendas locais das ações;

As dinâmicas de grupo objetivaram envolver a todos da comunidade;

As palestras fortaleceram a coletividade, causando uma interatividade, com os seguintes recursos: mesa de debate e exposições de painéis da realidade local, com os temas: cultura, lenda, crença, memória, saber, gosto, dança, canto, poesia e teatro;

Os atores participantes fizeram levantamento fotográfico e das memórias a partir das suas vivências;

Com a criação dos fóruns patrimoniais, apontou-se a possibilidade de criação do espaço físico para guardar a memória e o acervo das populações do projeto;

Foram criados grupos de pesquisadores para o acervo e memória das comunidades;

Começou-se o debate sobre a gestão e a sustentabilidade nos espaços históricos das populações do Baixo-Madeira e nos distritos da BR 364;

O Projeto mobilizou representante de comunidade, o que o tornou legítimo como proposição de políticas públicas patrimonial e cultural;

Os Bairros, Mocambo, Triângulo e Santa Bárbara, construíram uma agenda patrimonial e cultural a partir das suas necessidades;

O projeto sensibilizou as pessoas quanto à participação, elaboração e produção da sua própria História;

Os grupos de patrimônio formados organizaram e realizaram atividade com o tema: Memória fotográfica e literária;

As oficinas, cursos e palestras mobilizaram e motivaram os participantes a ter uma consciência sobre o que é o patrimônio histórico cultural;

Foram criados os fóruns de patrimônio histórico, com segmento e locais de moradias;

Os grupos se motivaram a planejar suas ações.

RESULTADOS QUANTITATIVOS

Mobilização das escolas: em média houve envolvimento de quatrocentas pessoas;
Foram criados oito fóruns de patrimônio cultural, com representação de dezesseis pessoas diretamente envolvidas;
Realização de trinta e seis oficinas, quatro encontros dos fóruns, um seminário de grande porte e trinta reuniões de mobilizações;
A participação nas oficinas foi de aproximadamente cento e trinta pessoas da comunidade;
Dez instituições e entidades discutiram e participaram das temáticas de patrimônio histórico e cultural, envolvendo trinta e cinco representantes;
Foi registrado em média o quantitativo de trezentas e trinta amostras de materiais fotográfico e depoimentos, onde resultou na produção de um vídeo;
Tomaram conhecimento do Projeto Aproximadamente três mil pessoas;
Para a divulgação do Projeto, foram confeccionados mil e trezentos folders, quarenta cartazes, e oito banners;
Os distritos e bairros beneficiados com o Projeto foram: São Carlos, Calama, Nazaré, Abunã, Jaci-Paraná, Nova – Mutum e os bairros de Porto velho: Triângulo, Mocambo e Santa Bárbara;
Foram criados, também, os fóruns de patrimônio histórico e cultural nos Distritos de Calama, Abunã, Jaci-Paraná e os fóruns do Museu Estrada de Ferro Madeira Mamoré, antiga Câmara de Vereadores, fórum da área central do comércio e os fóruns dos bairros Mocambo, Triângulo e Santa Bárbara. Totalizando dez fóruns.

DEPARTAMENTO DE CULTURA E ARTES – DIVISÃO DE ARTES E CULTURA ENCONTRO DAS ARTES – CIRCULAÇÃO DOS ESPETÁCULOS

APRESENTAÇÕES DE SHOWS NAS PRAÇAS MERCADO CULTURAL

O Departamento de cultura e artes, por meio das ações das Divisões de Ação Cultural, de Artes e Cultura e de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, desenvolve projetos, ações e espetáculos voltados à inclusão social e à garantia de direitos. Com isso, busca resgatar, fomentar e valorizar as diversas expressões culturais e de patrimônio da cidade.
Para tanto, cria espaços de expressão, promove o recontar de Histórias e resgata laços culturais nas comunidades, através da promoção dos espetáculos, cursos e oficina

Elaboração do Projeto;
Reunião para organização do carnaval 2012;
Organização do baile municipal;
Reunião com os blocos;
Reunião com a Federação das escolas de samba – FESEC
Definição das datas do desfile dos blocos;
Definição das datas do desfile das escolas de samba/avenida;
Acompanhamento dos ensaios dos blocos;
Acompanhamento dos ensaios das escolas de samba;
Reunião com as autoridades que estão na organização;
Acompanhamento nos desfiles dos blocos;
Acompanhamento das escolas de samba na avenida;
Acompanhamento da apuração das escolas de samba;
Relatório final;
Prestação de contas;
Público em aproximadamente 20.000.00(vinte mil pessoas)

PROJETO CULTURA NA PRAÇA - FEIRA DO PORTO

Elaboração do Projeto;
Agendamento dos grupos para apresentação (sábado e domingos);
Acompanhamento das atrações para registro fotográfico;
Relatório final;
Prestação de contas;
Público aproximado de 2.000 (duas mil) a 3.000 (a três mil) pessoas.

PROJETO TARDE DO PAGODE

PROJETO ANIVERSÁRIO DA CIDADE

PROJETO ANIVERSÁRIO DA CIDADE

A Fundação Cultural Iaripuna realiza nesta terça-feira (02) as comemorações do aniversário de Porto Velho, capital de Rondônia, em vista dos festejos a Fundação Yaripuna apresentará um show popular com talentos locais.

O espetáculo de aniversário da cidade irá contar com apresentações do duo Piraru blue com o show “Um Canto Beiradeiro”, do músico Caribé e da banda que está fazendo sucesso no circuito local

O show terá início a partir das 19h e será realizado no Anfiteatro do Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, na Avenida Farqhuar.

PROJETO NATAL PARA TODOS

Elaboração de projeto
Definição dos parceiros
Reunião com parceiros/gabinete e secretaria;
Visita ao local da chegada do papai Noel;
Agendamento das atrações para chegada do papai Noel;
Apresentações dos corais nas diversas praças com (úsicas natalinas);
Acompanhamento do projeto para registro fotográfico;
Relatório final;
Prestação de contas;
Público atendido: aproximadamente 10.000.00 dez mil pessoas;
Reveillon na Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Campo Princesão, praça do conjunto rio Candeias, na Av. Jatuarana.
Relatório final;
Prestação de contas
Estimativa de público avaliado em 10.000.00(dez mil pessoas).

FESTEIJOS RIBEIRINHOS – festas com bandas musicais regionais.

Elaboração do Projeto;
Reuniões com parceiros e produtores culturais;
Agendamento de atrações;
Elaboração do cronograma de apresentações;
Visitas aos eventos para registros fotográficos;
Relatório final, prestação de contas.
Estimativa de Público doze mil pessoas.

ARRAIAL FLOR DO MARACUJÁ - parceria com a SECEL;

DIVISÃO DE ARTES E CULTURA

A Fundação Cultural Iaripuna, reafirma mais uma vez o compromisso de continuidade de um Projeto de Políticas Públicas com clara garantias de continuidade para as comunidades que vem expressando suas manifestações culturais e atividades artísticas de modo geral. Nos últimos sete anos, temos trabalhado para que nossa população possa participar de um total de 78 (setenta e oito) cursos e projetos e dessa maneira vem explicitando práticas em um nova ordem cultural, de positiva aceitação popular, onde todos têm a oportunidade de aprender ou aperfeiçoar um profissão.

Por meio do ***Projeto Arte de Todos***, *podemos acampanhar a feliz satisfação dos participantes,* ação continuada que vem sendo acompanhada pela Funcultural e entidades

parceiras.

O principal objetivo é fazer chegar ás comunidades a arte e seus benefícios de socialização ao tempo em que educa, capacita, sensibiliza e resgatar a auto-estima das pessoas.

Essas expressões e manifestações culturais têm aumentado consideravelmente nos últimos oito anos, com práticas positivas em um nova ordem cultural.

PROJETO ARTE DE TODOS

AÇÕES DESENVOLVIDAS:

Elaboração do projeto Arte de todos
Concurso escolha da rainha do carnaval 2012;
Escolha do elenco da corte do rei momo - carnaval 2012;
Elaboração do cronograma da corte do rei momo;
Acompanhar a corte nos eventos;
Reunião com os membros da corte para devolução do figurino;
Elaboração do cronograma dos cursos do projeto em Porto Velho e nos Distritos;
Visitas aos locais realização dos cursos dos projetos;
Reunião pedagógica com os instrutores do projeto;
Lançamento do “Projeto Arte de Todos” com a participação da comunidade, instrutores e a imprensa;
Visitas de acompanhamento do Projeto nos distritos e Baixo Madeira;
Reunião com os instrutores do Projeto;
Reunião com os parceiros do Projeto;
Acompanhamento de registro fotográfico nos cursos;
O Projeto atendeu durante o ano de 2012, aproximadamente 12.000,00 (dez mil pessoas) crianças, jovens e adultos;

PROJETO PALCO EM MOVIMENTO

Elaboração do Projeto;
Reunião com grupos, companhias e produtores culturais;
Reunião com Diretores de escolas e Presidentes das comunidades;
Definição de locais para apresentação de espetáculos;
Reunião para apresentação do cronograma de espetáculos;
Lançamento do Projeto com a participação da imprensa;
Acompanhamento para registro fotográfico dos espetáculo;
Encerramento do Projeto;
Relatório Final;
Prestação de contas.
Estimativa de público de 8.000,00 a 10.000.00 (oito a dez mil pessoas).

SEMANA NACIONAL DO TEATRO

SEMINÁRIO AMAZÔNICO DE TEATRO DE RUA 2012

FESTIVAL DE CINEMA - FEST CINE AMAZÔNIA

- Reunião com grupos e companhias de teatro;
- Definição e local dos espetáculos;
- Acompanhamento de registro fotográfico;
- Encerramento no dia 27/03/2012;
- Relatório final;
- Prestação de contas.
- Público de 10.000.00 (dez mil pessoas).

PROJETO ENCONTRO DAS ARTES

Elaboração do Projeto;
Lançamento do Projeto;
Reunião e definição dos parceiros;
Reunião com grupos de teatro, companhias de danças e bandas de músicas;
Agendamento de apresentações em praças, associações de bairros e escolas;
Acompanhamento das apresentações e registro fotográfico;
Encerramento do Projeto;
Relatório final;
Prestação de contas.
Estimativa de público de 5.000 (cinco mil) a 8.000 (oito mil) pessoas.

ESCOLA DE DANÇA/BALÉ MUNICIPAL

Elaboração do Projeto anual da escola;
Reunião Pedagógica com os professores;
Matrículas dos alunos veteranos;
Matrículas dos alunos novatos;
Reunião com os pais;
Mostra de dança;
Recesso de quinze dias;
Rematrículas;
Reunião com os pais;
Início das aulas de dança do segundo semestre;
Acompanhamento das aulas com registro fotográfico;
Mostra final;
Relatório;
Prestação de contas.
Encerramento das atividades nas escola previsto para os dias 17 e 18/12/2012.
Estimativa de público de 1.300 (mil e trezentas pessoas)

“Cultura é identidade. Mais que isso, é tudo o que o homem imaginou para moldar o mundo, para se acomodar nele e torná-lo digno de si próprio. É isso a cultura: tudo o que o homem inventou para tornar a vida vivível e a morte afrontável.”

Aimé Césaire, poeta, dramaturgo, ensaísta e político.

IPAM

INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

APRESENTAÇÃO

O referido relatório objetiva apresentar de maneira sucinta, ações realizadas na previdência e assistência a saúde, bem como resultados dos indicadores das aplicações financeiras, quantitativos de benefícios concedidos, atendimentos realizados na área da assistência a saúde no exercício e outros em 2012. Partiu-se como base metodológica para a análise dos dados, informação de diversos setores do IPAM, e definiu-se como parametrização uma série histórica de cinco anos.

JOÃO HERBERTY PEIXOTO DOS REIS

Diretor Presidente

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Previdência

1.1 Demonstrativos das aplicações e investimentos dos recursos do IPAM em 2012

Os referidos dados foram extraídos do demonstrativo das aplicações e investimentos dos recursos do Ministério da Previdência Social. No referido relatório onde constam os referidos dados o IPAM figura com 10 aplicações financeiras em sete tipos de fundos, dos quais detalha-se a seguir:

- Aplicação 001
  - Banco do Brasil
  - Renda Fixa
  - Data da posição: 31/12/2012
  - Fundo: BB PREVID RF IRF-M1
  - Patrimônio Liquido do Fundo: R$ 1.913.616.084,90
  - **Valor atual: R$ 6.837.967,82**
- Aplicação 002
  - Banco do Brasil
  - Renda Fixa
  - Data da posição: 31/12/2012
  - Fundo: BB PREVID RF IRF-M1
  - Patrimônio Liquido do Fundo: R$ 1.913.616.084,90
  - **Valor atual: R$ 116,57**
- Aplicação 003
  - Banco do Brasil
  - Renda Fixa
  - Data da posição: 31/12/2012
  - Fundo: BB PREVID RF IRF-M1
  - Patrimônio Liquido do Fundo: R$ 1.913.616.084,90
  - **Valor atual: R$ 4.375.020,86**
- Aplicação 004
  - Banco do Brasil
  - Renda Fixa
  - Data da posição: 31/12/2012
  - Fundo: BB PREVID RF IRF-M
  - Patrimônio Liquido do Fundo: R$ 3.391.515.044,67
  - **Valor atual: R$ 7.270.744,77**
- Aplicação 005
  - Banco do Brasil
  - Renda Fixa

- Data da posição: 31/12/2012
- Fundo: BB PREVID RF IMA B
- Patrimônio Liquido do Fundo: R$ 2.276.041.238,02
- **Valor atual: R$ 50.050.452,85**

- Aplicação 006
- Banco do Brasil
- Renda Fixa
- Data da posição: 31/12/2012
- Fundo: BB PREVID IMA B TIT PUB
- Patrimônio Liquido do Fundo: R$ 10.532.357.080,66
- **Valor atual: R$ 98.897.366,35**

- Aplicação 007
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- Renda Fixa
- Data da posição: 31/12/2012
- Fundo: CAIXA FI BRASIL IMA B B TIR PUB RF L
- Patrimônio Liquido do Fundo: R$ 7.687.893.189,88
- **Valor atual: R$ 28.437.075,21**

- Aplicação 008
- FOCO DISTRIBUIDORA DE TIT E VALORES IMOBILIÁRIOS LTDA
- Renda Variável
- Data da posição: 31/12/2012
- Fundo: AQUILA FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO
- Patrimônio Liquido Fundo: R$ 99.692.757,94
- **Valor atual: R$ 11.389.850,19**

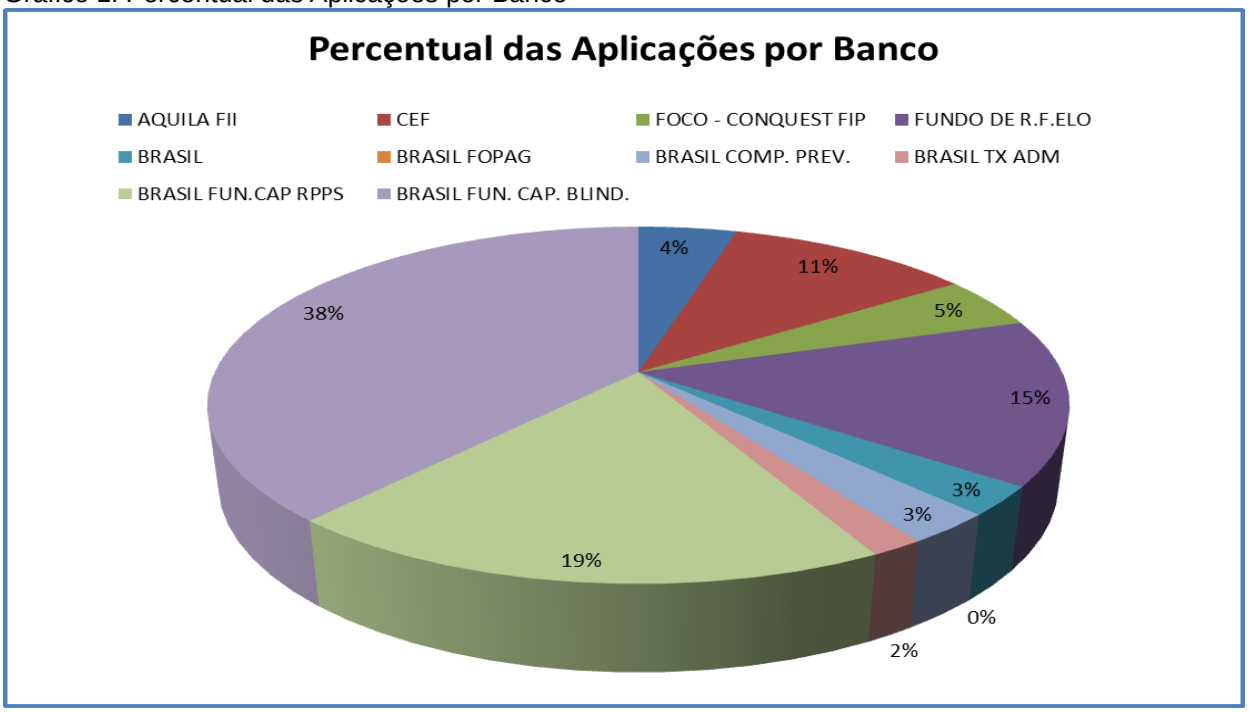
- Aplicação 009
- BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
- Renda Fixa
- Data da posição: 31/12/2012
- Fundo: IMA B
- Patrimônio Liquido Fundo: R$ 322.045.779,35
- **Valor atual: R$ 38.588.285,12**

- Aplicação 010
- FOCO DISTRIBUIDORA DE TIT E VALORES IMOBILIÁRIOS LTDA
- Renda Variável
- Data da posição: 31/12/2012
- Fundo: CONQUEST FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

- Patrimônio Liquido do fundo: R$ 129.750.426,87
- **Valor atual: R$ 12.093.531,82**

  O resultado financeiro das aplicações dos referidos fundos totalizaram em Dezembro de 2012: R$ 259.588.324,17 (Duzentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e dezessete centavos).

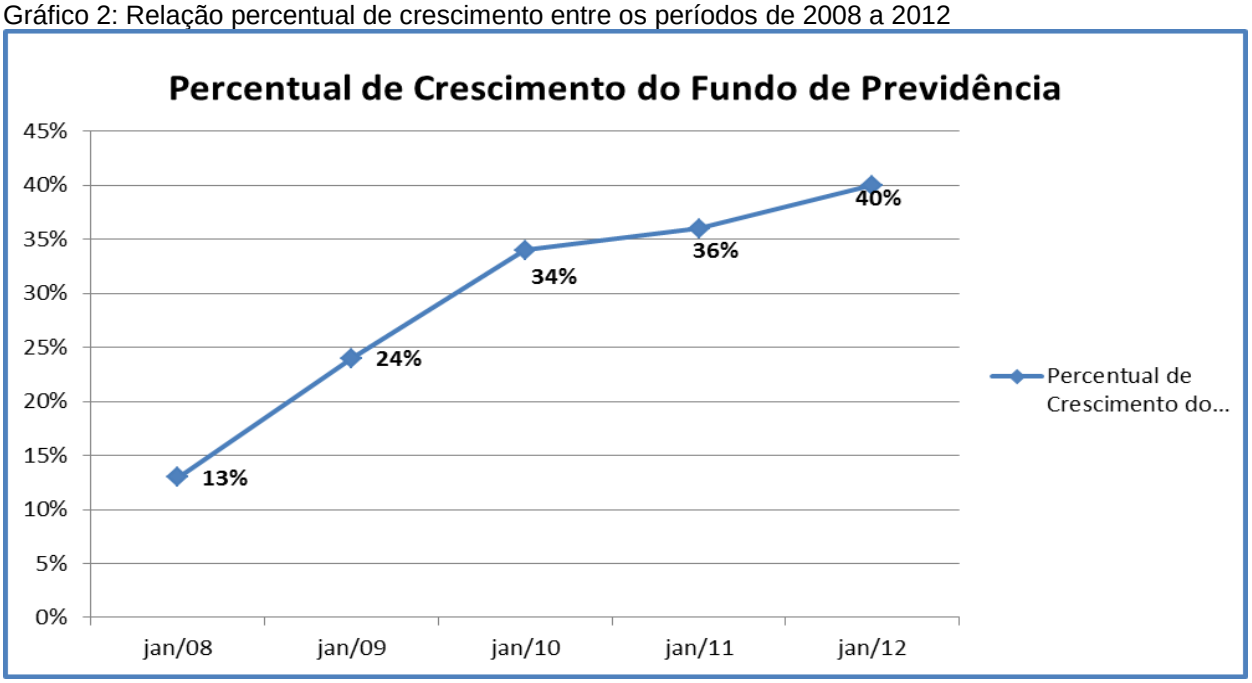
Gráfico 1: Percentual das Aplicações por Banco



Fonte: IPAM/DEZ/2012

Os resultados comparados dos investimentos realizados entre os anos de: 2009, 2010, 2011 e 2012 são caracterizados no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Relação percentual de crescimento entre os períodos de 2008 a 2012

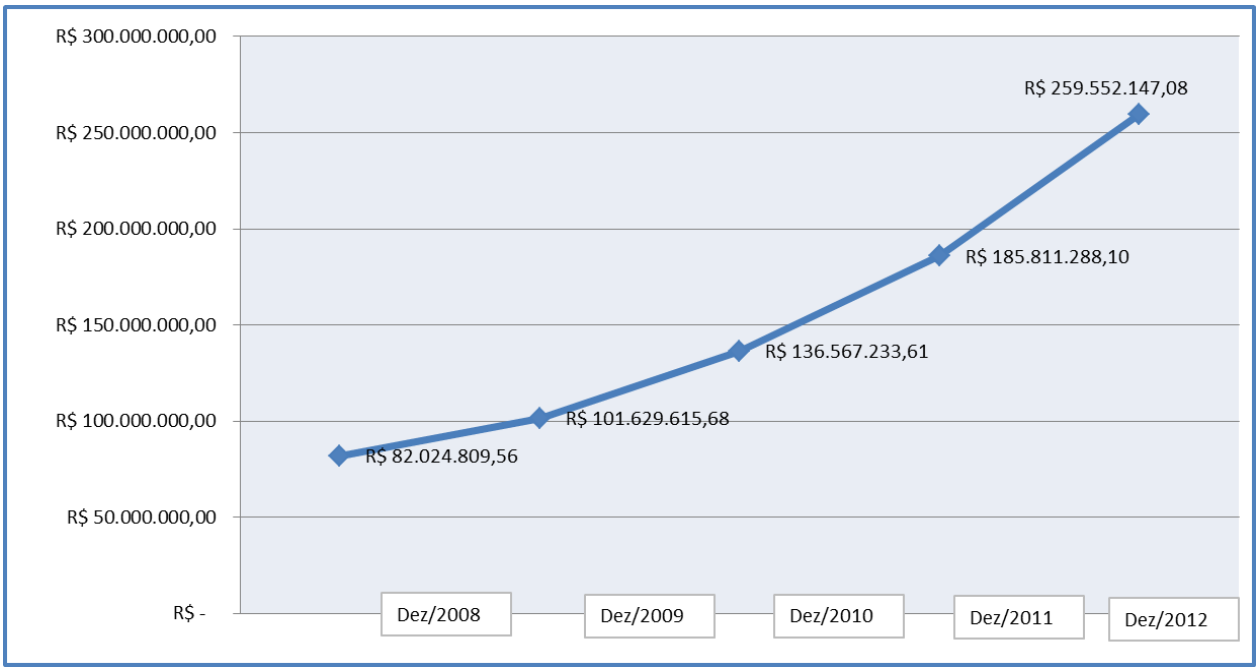


Fonte: IPAM/DEZ/2012

Os resultados dos percentuais de crescimentos conforme gráfico acima apresentaram uma média de crescimento em torno de 33,5%. O ano de 2012 foi um ano que comparado a 2011 teve um

crescimento de 40% o que credencia o IPAM no ano de 2012 a ter efetivado bons investimentos nos fundos já mencionados. A expectativa é que em 2013 o mesmo tenha o desempenho ascendente dos anos analisados em questão (Gráfico a seguir).

Gráfico 3: Crescimento dos Investimentos nos período de 2008 a 2012



Fonte: IPAM/DEZ/2012

1.2 COMPREV

No ano de 2006 o IPAM assinou o termo de compensação previdenciária com o Ministério da Previdência Social, do montante em estoque ainda para ser compensado de R$ 1.296.608,49 (Hum milhão duzentos e noventa e seis mil, seiscentos e oito reais e quarenta e nove centavos), o valor compensado desde 2006 até o momento (dez/2012) está em R$ 7.270.744,77 (Sete milhões duzentos e setenta mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos).

De acordo com informações da COPREV/IPAM o ano de 2012 ocorreu alguns problemas no processo da compensação entre o IPAM e o Ministério da Previdência Social- MPS, o problema deu-se ao fato da documentação estar inelegível o que acarretou em recusa pelos sistemas de informação do MPS, ocorreu modificações no próprio sistema que processa o envio da documentação, e ainda a falta de pessoal dentro do IPAM para se responsabilizar pelo processo operacional dos envios, os três fatores juntos ocasionaram para o IPAM em um valor baixo em relação aos anos anteriores da compensação previdenciária no ano de 2012 o referido valor ficou em R$ 670.772,97 (Seiscentos e setenta mil setecentos e setenta e dois reais e noventa e sete centavos), o que se dividirmos por doze meses apenas como parâmetro temos uma média de compensação de R$ 55.897,74 (Cinquenta e cinco mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos).

Uma das alternativas para sanear o referido problema é criar o setor do COMPREV o que deverá ser definido normas e rotinas procedimentais para o efetivo processo de envio da documentação para a compensação previdenciária. Conforme citado no início deste tópico os valores ainda a serem compensados que estão em estoque são de R$ 1.296.608,49 (Hum milhão duzentos e noventa e seis mil, seiscentos e oito reais e quarenta e nove centavos).

1.4 SIPREV

1.5

O Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV, que objetiva a consolidação dos

dados previdenciários esta em fase de estudo para sua implantação pelo IPAM. Com a instalação do SIPREV o IPAM não necessitará de sistema de locação previdenciário, o que efetivamente proporciona um controle em nível local/nacional de todos os aposentados e pensionistas cadastrados no SIPREV.

Ressalta-se a importância de que o SIPREV é um software gratuito do Ministério da Previdência Social- MPS, e que sendo implantado e adotado pelo IPAM terá maior eficiência no controle dos segurados e dependentes, o que diminuirá os gastos com locação de sistemas de informação previdenciários, como os que acontecem atualmente no IPAM.

1.4 SISOBI

O SISOBI assim como o SIPREV é outro sistema que colabora com as informações dos segurados que doravante tenham falecidos e o ente previdenciário não tenha como ter essa informação o quanto antes para efetivar o cancelamento dos benefícios de segurados já falecidos. O SISOBI foi implantado em 2009, entretanto a COPREV/IPAM não disponibilizou dados que pudéssemos efetivar uma análise mais acurada e conclusiva sobre o quantitativo do SISOBI.

1.5 APOSENTADORIA CIDADÃ NA MELHOR IDADE

O Programa nasceu em 2007 com a iniciativa da COPREV, a qual delineou junto com a COTEC o projeto. O mesmo objetivava desenvolver através de programas, a melhoria da qualidade de vida dos aposentados do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM.
O projeto previa:

- Oportunizar aos idosos o bem estar social, melhorando a qualidade de vida, contemplando diversos programas específicos tais como:
  - Programas para atividades física e motora, alongamento, hidroginástica, hidroterapia, natação, caminhadas;
  - Programa para exercício do intelecto – leituras e debates sobre assuntos atuais;
  - Programa para atividades artísticas, pinturas, cantos e danças.

O referido programa tinha como parceiro o SINTERO, onde o IPAM custeava o programa e o SINTERO disponibilizava a estrutura e infraestrutura. O programa não apresentou indicadores que pudessem efetuar qualquer tipo análise de resultados positivos, isso se deve a falta de métodos quantitativos, os quais se tivessem poderiam justificar a sua continuidade e até a própria melhoria dos produtos aos aposentados e pensionistas assistidos.

1.6 IPAM NOS DISTRITOS

O referido programa teve início em 2008 e objetiva, atendimento médico, social, jurídico e previdenciário aos segurados e dependentes domiciliados nas localidades de: São Carlos, Nazaré, Calama, Demarcação, Jaci-Paraná, Mutum Paraná, União Bandeirantes, Abunã, Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema e Nova Califórnia.

O Programa desenvolve atendimentos aos segurados e dependentes de:

- CLINICA MEDICA = Consulta através de CLINICO GERAL com solicitações de Exames; Observação: As solicitações de exames via IPAM aos distritos próximos ao Município de Porto Velho
- GINECOLOGIA E OBSTETRICIA = Será RETIRADO do Projeto de Atendimento devido nas localidades a serem visitadas, não possuírem local adequado para os exames definidos;
- ODONTOLOGIA = Extrações e Pequenas Restaurações; Observação: Dependendo do Grau de Infecção do dente os procedimentos de extrações serão mantidos, desde que no posto de saúde possua e esteja funcionando o equipamento de Raios-X;
- JURIDICO = Informações jurídicas sobre inclusões de pai ou mãe, filho universitários, irmãos ou filho inválidos, enteados, em conformidade com a lei nº. 227, que regulamentas as atividades do IPAM;
- SOCIAL = Visitas domiciliares a segurados e dependentes; Orientação social na área de Assistência Médica e Previdenciária, visando a promoção social dos servidores segurados e seus dependentes nesses distritos;
- ADMINISTRATIVO = Tiragem de Foto; Emissão das Carteiras de Segurados e Dependentes; Inclusão de dependentes filhos menores; Inclusão de Conjugue, Companheira, Filho Universitário,

Inválidos, Menor sob Tutela, filho ou Irmão invalido bem como Confecção de óculos através do IPAM com óticas credenciadas;

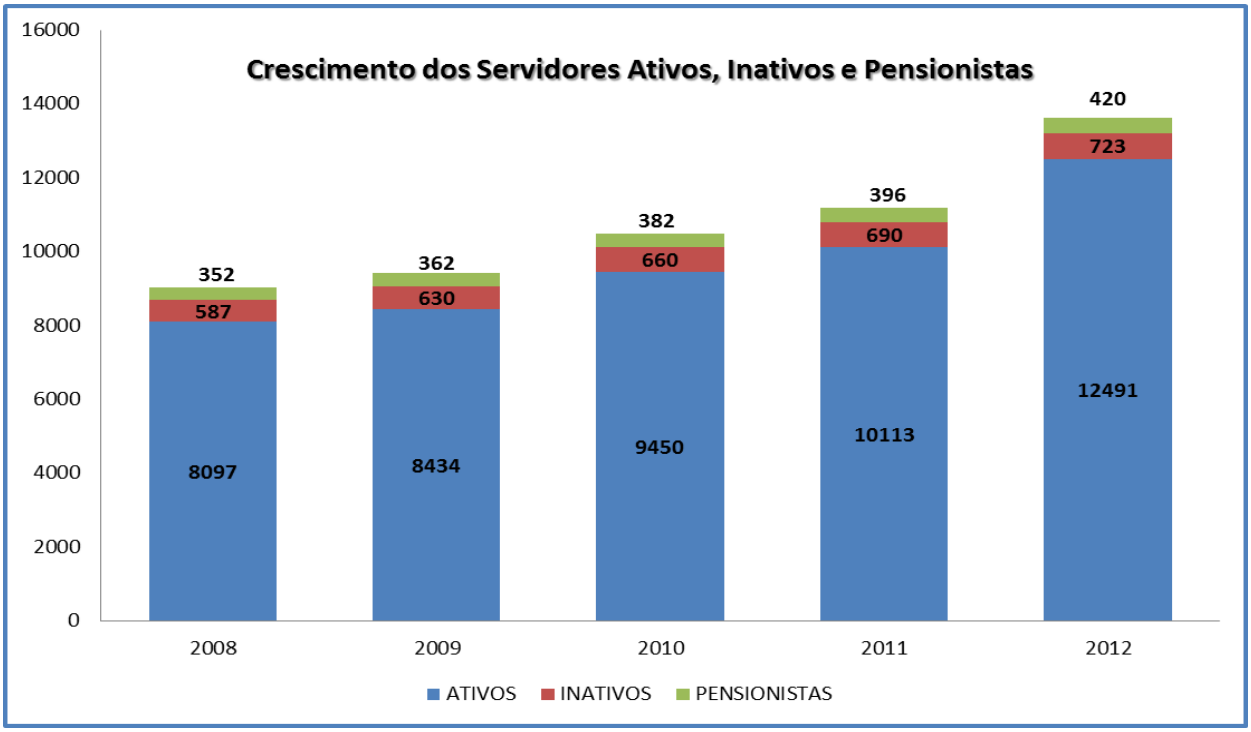
- PREVIDENCIARIO = Quanto aos segurados, informações gerais quanto aos benefícios garantidos pelo Regime Próprio de Previdência Social do IPAM, tais como: Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuições, Por Idade, Compulsória, por Invalidez, Auxilio Doença, Salário Maternidade e Salário Família. Quanto aos dependentes, Pensão por morte e Auxilio Reclusão.

Assim como o Programa Aposentadoria Cidadã na Melhor Idade, o IPAM nos Distritos, não contribuiu com dados quantificáveis para se efetivar análise de resultados, subjetivamente o programa atendia o público alvo, realizava os atendimentos, mas pecava na falta de método assertivos de coleta de dados, desta feita não se tem dados quantificáveis para o programa IPAM nos Distritos.No ano de 2012, foram realizadas visitas nos referidos Distritos, visando o atendimentos dos serviços mencionados.

1.7 CRESCIMENTO QUANTITATIVO DE SEGURADOS EM CINCO ANOS

O crescimento da arrecadação previdenciária tanto patronal quanto a do servidor é proporcional ao aumento de servidores nos quadros da Prefeitura, para corroborar isso o gráfico ilustra bem essa relação, a qual se pode concluir a relação do crescimento previsto no gráfico 3(Crescimento dos Investimentos nos período de 2008 a 2012).

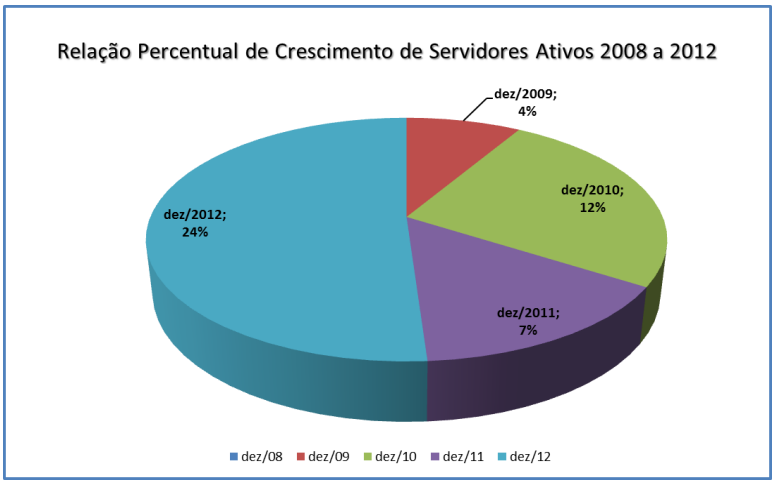
Gráfico 4: Crescimento dos Servidores: Ativos, Inativos e Pensionistas - 2008 a 2012



Fonte: IPAM/DEZ/2012

A relação percentual de crescimento de servidores ativos contribuiu para o aumento da arrecadação patronal e do servidor, considerando que há uma relação média de 12% do aumento de ativos nos anos que compreendem 2008 a 2012. Quanto aos servidores inativos e os pensionistas os resultados são pequenos, fez-se uma média dos quantitativos e chegou a um valor de 658 inativos; e para os pensionistas chegou-se a média de 382 nos cinco anos analisados. O gráfico a seguir mostra o delta (relação percentual de um ano para o outro). Observa-se como acentuação a relação existente de servidores ativos entre os anos de 2011 para 2012 (24% de crescimento em relação a 2011). O que de certa forma pode explicar em partes o resultado das aplicações no ano de 2012 (ver gráfico 2).

Gráfico 5: Crescimento dos Servidores: Ativos, Inativos e Pensionistas - 2008 a 2012



Fonte: IPAM/DEZ/2012

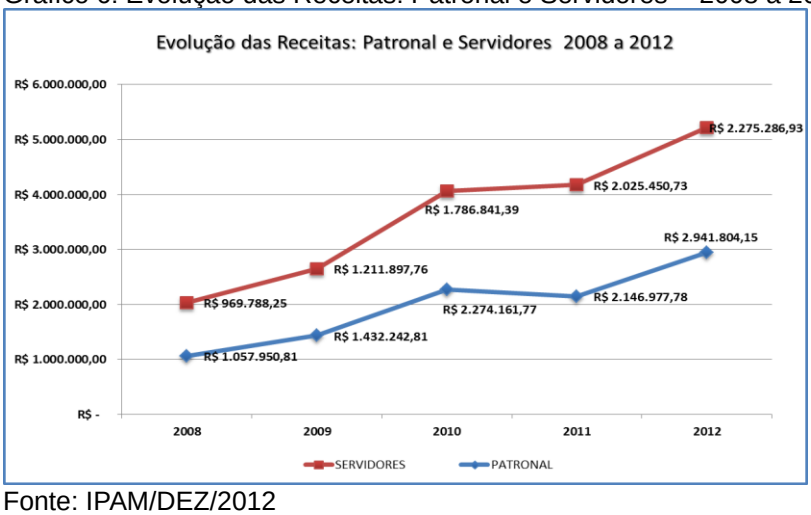
O resultado do gráfico 6 demonstra a evolução do crescimento das receitas: patronal e servidores. O resultado corrobora com o previsto nos gráficos 2,3 e 5.

Valores dos Repasses: Patronal, Servidores e Totais de Repasses 2008/2012

PERÍODO	PATRONAL	SERVIDORES	TOTAL
2008	R$ 1.057.950,81	R$ 969.788,25	R$ 2.027.739,06
2009	R$ 1.432.242,81	R$ 1.211.897,76	R$ 2.644.140,57
2010	R$ 2.274.161,77	R$ 1.786.841,39	R$ 4.061.003,16
2011	R$ 2.146.977,78	R$ 2.025.450,73	R$ 4.172.428,51
2012	R$ 2.941.804,15	R$ 2.275.286,93	R$ 5.217.091,08

Tabela 1: Totais dos repasses das receitas: patronal e servidores- 2008 a 2012
Fonte: IPAM/DEZ/2012

Gráfico 6: Evolução das Receitas: Patronal e Servidores - 2008 a 2012



Fonte: IPAM/DEZ/2012

1.8 CÁLCULO ATUARIAL

O estudo matemático atuarial foi desenvolvido com base em todos os servidores efetivos, aposentados, pensionistas, com base nas informações cadastrais fornecidas na data base julho de 2012. De acordo com a Lei Municipal, foi feito uma segregação de massa de pessoas conforme abaixo:

- As pensões, aposentados e servidores em atividades, juntamente com as novas pensões e aposentados dos servidores ativos admitidos até 10/12/2007, são administradas através do Sistema Financeiro de Repartição Simples, cuja diferença entre os pagamentos dos benefícios e as contribuições são custeadas pela Secretaria de Finanças do Município, através de repasse mensal ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho.
- Foram tabulados e estudados 402, pensões, 698 aposentados e 5.988 servidores ativos, sendo: 765 iminentes e 5.233 não iminentes.
- Os servidores admitidos a partir de 11.12.2007 são administrados pelo Sistema de Capitalização, para as aposentadorias e pelo Sistema de Repartição de Capital de Cobertura, para a pensão e aposentadorias por invalidez.
- Foram tabulados e estudados 07 pensões, nessa massa ainda não tem aposentados e 5.929 servidores ativos, 5.929 não iminente.

1.8.1 Amortização do Déficit Técnico

A situação é a seguinte:

- Sistema de Repartição Simples:

Ativo Real Ajustado	R$259.117.463,96
Provisão Matemática	R$ 1.643.760.878,71
Outros Créditos	R$ 1.384.643.414,75
Equilíbrio Técnico	R$ 0,00

- Sistema de Capitalização:

Ativo Real Ajustado	R$ 50.958.557,21
Provisão Matemática	R$ 46.972.746,90
Superávit Técnico	R$ 3.985.810,31

1.9 SERVIDORES IPAM, PCCS e ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1.9.1 Servidores do IPAM

Em 2010 o poder judiciário concedeu ganho de causa aos servidores do IPAM que durante 20 anos estavam de maneira irregular no órgão, isso proporcionou maior segurança ao aos servidores e ao IPAM, pois com base no conhecimento dos servidores adquirido durante esses 20 anos o órgão não perdeu em eficiência.

1.9.2 PCCS IPAM

A partir disso, o IPAM desenvolve através de seus técnicos o PCCS em 2012, o mesmo visava suprir um hiato de 20 anos do PCSS antigo, face às muitas modificações existentes na legislação, principalmente a previdenciária.

O IPAM submeteu o PCCS ao legislativo municipal em abril de 2012, sendo aprovado, tornando a LEI COMPLEMENTAR n. 452 de 09/04/2012.

1.9.3 Estrutura Organizacional do IPAM

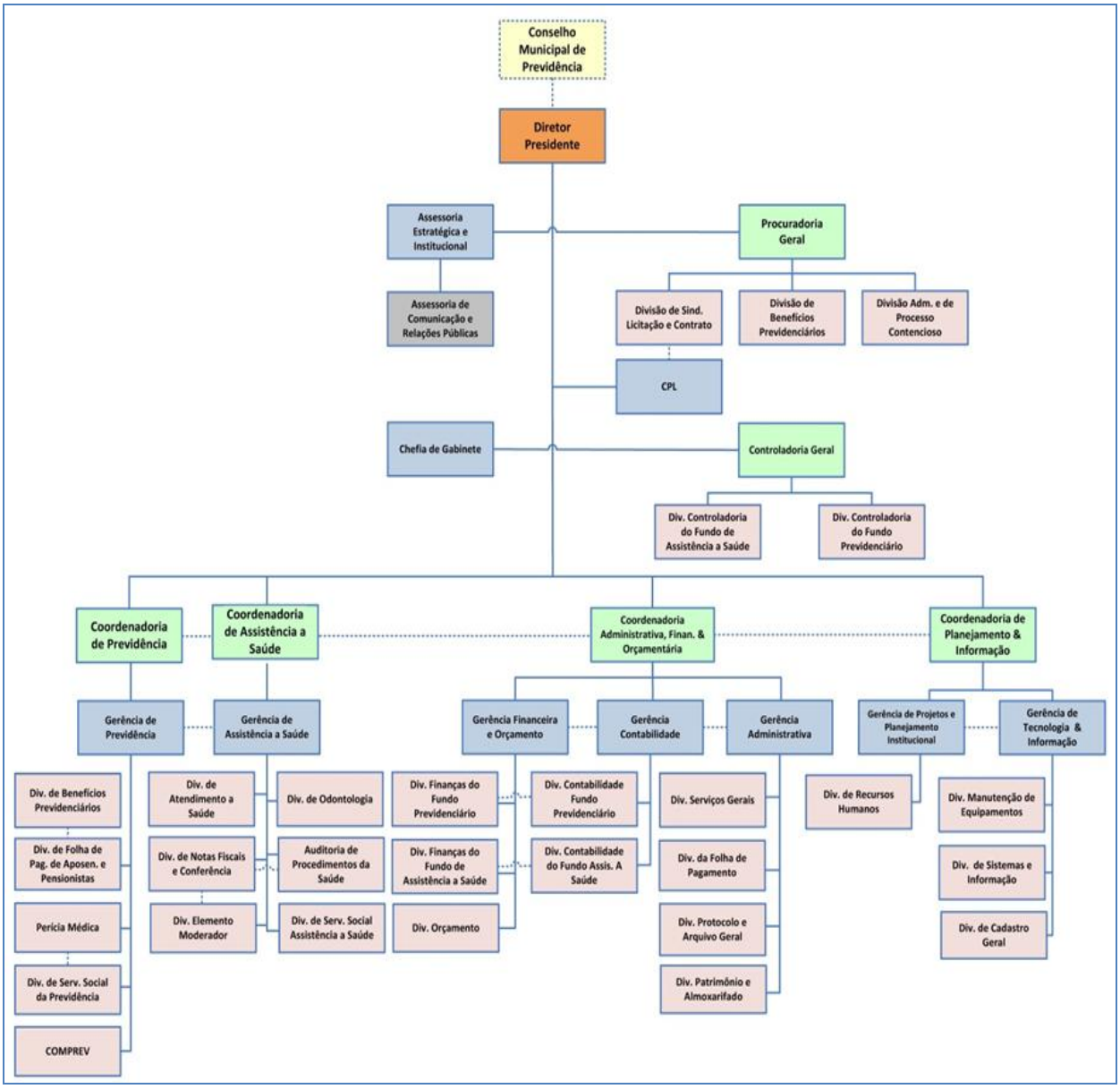
Concomitante ao PCCS, o IPAM submeteu ao legislativo municipal a proposta de Estrutura Organizacional, a qual intencionava junto ao PCCS elevar o IPAM a um nível profissional de autarquia em âmbito da previdência social e da assistência a saúde.

A referida Estrutura foi pensada exaustivamente por técnicos, diretores, pessoas de outras esferas públicas, de técnicos do município e demais colaboradores. Tudo isso visava preconizar a melhor arquitetura organizacional, primando por preceitos funcionais em cada setor ou área a ser criada.

Na comparação da proposta da nova estrutura com a antiga, cria-se muitos setores e extingue-se outros, tudo pensando em dar maior agilidade aos processos de tomada de decisão, aos apoios gerenciais e a parte operacional das atividades do IPAM.

A seguir apresenta-se a proposta apresentada ao legislativo municipal:

Figura 1: Estrutura Organizacional IPAM - Proposta encaminhada ao Legislativo Municipal



Fonte:IPAM/DEZ/2012

2. Assistência a Saúde

2.1 Demonstrativos das aplicações e investimentos dos recursos do IPAM em 2012

Os referidos dados foram extraídos do demonstrativo das aplicações e investimentos dos recursos do IPAM em Dez/2012.

- Aplicação 001
  - Banco Santander
  - Conta Corrente: 61.000.204-4
  - Data da posição: 31/12/2012
  - **Valor atual: R$ 1.353,25**
- Aplicação 002

- Banco do Brasil
- Conta Corrente: 7926-X
- Data da posição: 31/12/2012
- **Valor atual: R$ 4.824.968,19**

- Aplicação 003
- Banco do Brasil - FOPAG
- Conta Corrente: 7927-8
- Data da posição: 31/12/2012
- **Valor atual: R$ 0,00**

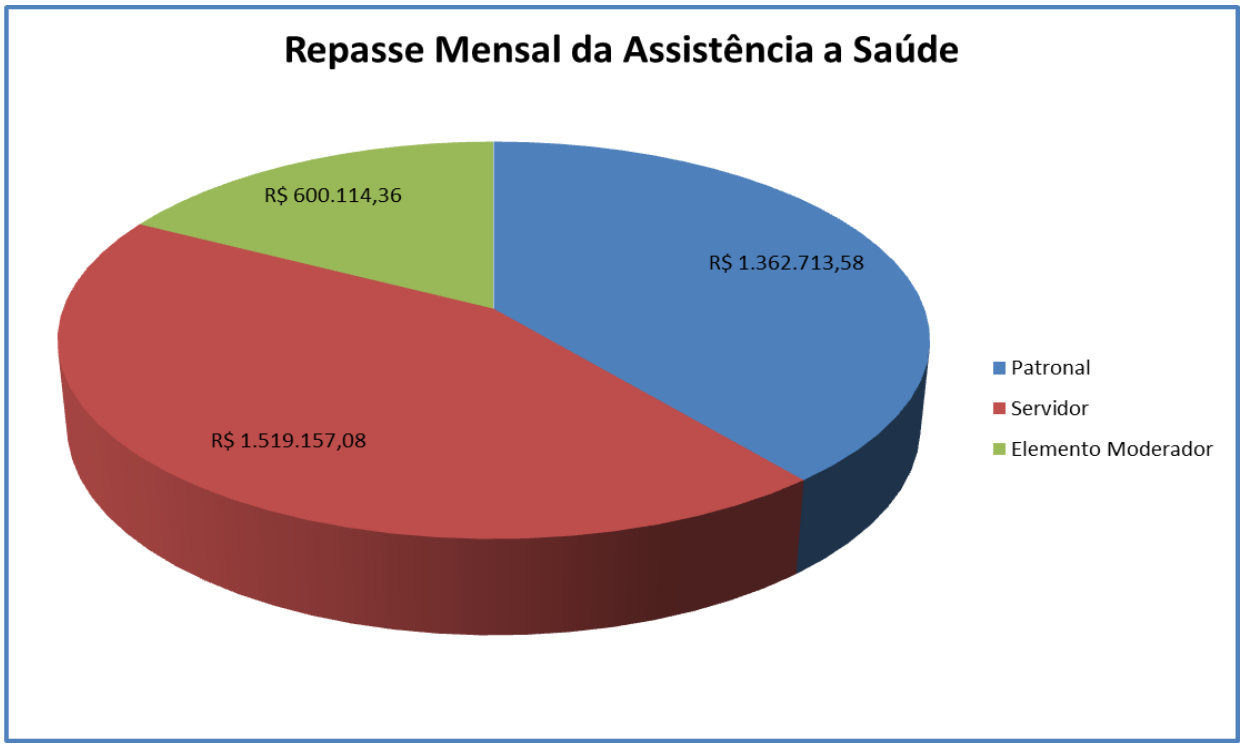
- Aplicação 004
- Banco do Brasil - Caução
- Conta Corrente: 8568-5
- Data da posição: 31/12/2012
- **Valor atual: R$ 26.415,75**

Saldo total dos fundos da Assistência a Saúde R$ 4.852.737,17 (Quatro milhões oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e sete reais e dezessete centavos).
Vale salientar que diferente da previdência, a assistência à saúde não gera colchão com as receitas provenientes do patronal e dos segurados.

A lógica é que quando se recolhe via contracheque dos segurados, os mesmo efetivam os gastos no sistema de saúde do IPAM, desta feita não se tem efetivamente como criar reservas nos fundos da assistência a saúde, isso pode ocorrer se houver um controle rígido nos gastos da assistência, os quais partem de uma decisão que não agradará politicamente gestores, conselheiros, e servidores municipais, tendo em vista que que o uso de mecanismos de controle serão dados através de cortes de serviços de saúde ou delimitando critérios mais rígidos para liberação dos serviços.

2.2 Demonstrativo das receitas patronal e servidor IPAM em 2012

Gráfico 7:Receitas do IPAM Assistência a Saúde: Patronal e Servidores em 2012



Fonte: IPAM/DEZ/2012

A probabilidade dos repasses da assistência à saúde aumentarem é proporcional à entrada de servidores no município. Considerando que se isso acontecer os servidores entrantes irá fazer uso dos serviços de saúde do IPAM, gerando novos gastos, os quais logicamente serão cobertos com o novo aumento da receita recolhida destes novos entrantes do serviço público municipal.

2.3 Evolução do Aumento de Servidores 2008/2012

Tabela 2: Ingresso de servidores no Município -2008 a 2012

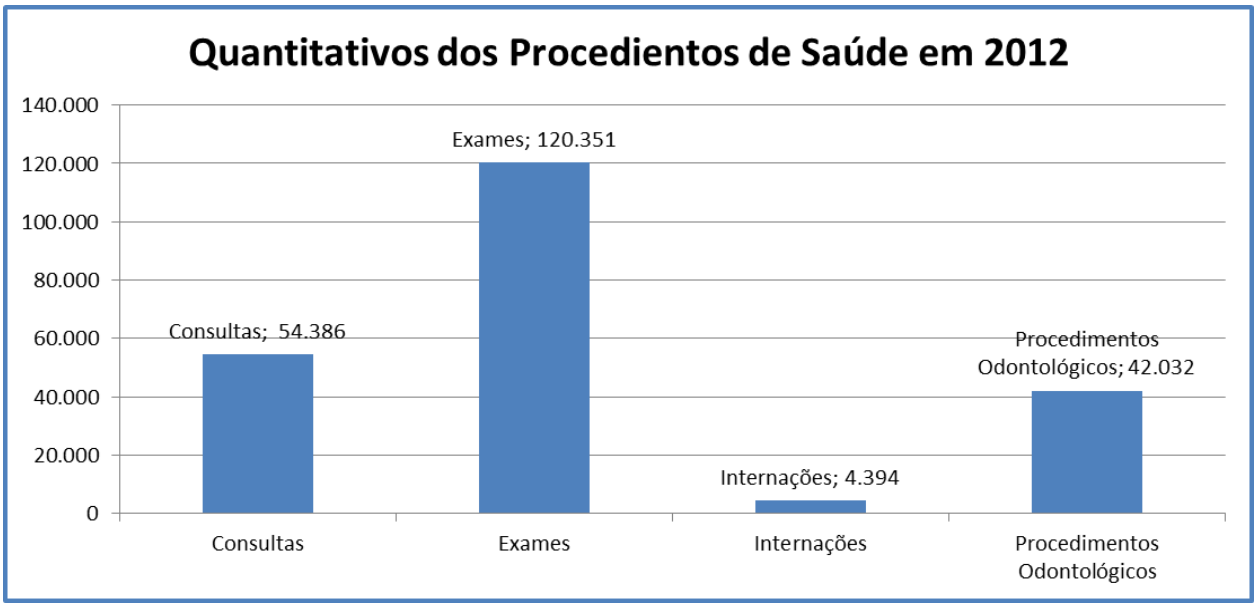
Período	Segurados	Entrada de Servidores no Município	Total de Dependentes	Entrada de Dependentes dos Segurados
dez/08	7.736	0	11941	0
dez/09	8.687	951	12943	1002
dez/10	9.202	515	13431	488
dez/11	10.112	910	14173	742
dez/12	10.860	748	15670	1497
Total		3124		3729

Fonte: IPAM/DEZ/2012

O ingresso de servidores nos últimos cinco anos totalizou 3.729, o que representa uma média anual de 745 servidores ingressando no município. Vale salientar que como a assistência a saúde é facultativa, nem todos os servidores ingressantes optam por utilizar o IPAM.

O gráfico a seguir demonstra os resultados quantitativos dos serviços de saúde prestados pelo IPAM no ano de 2012.

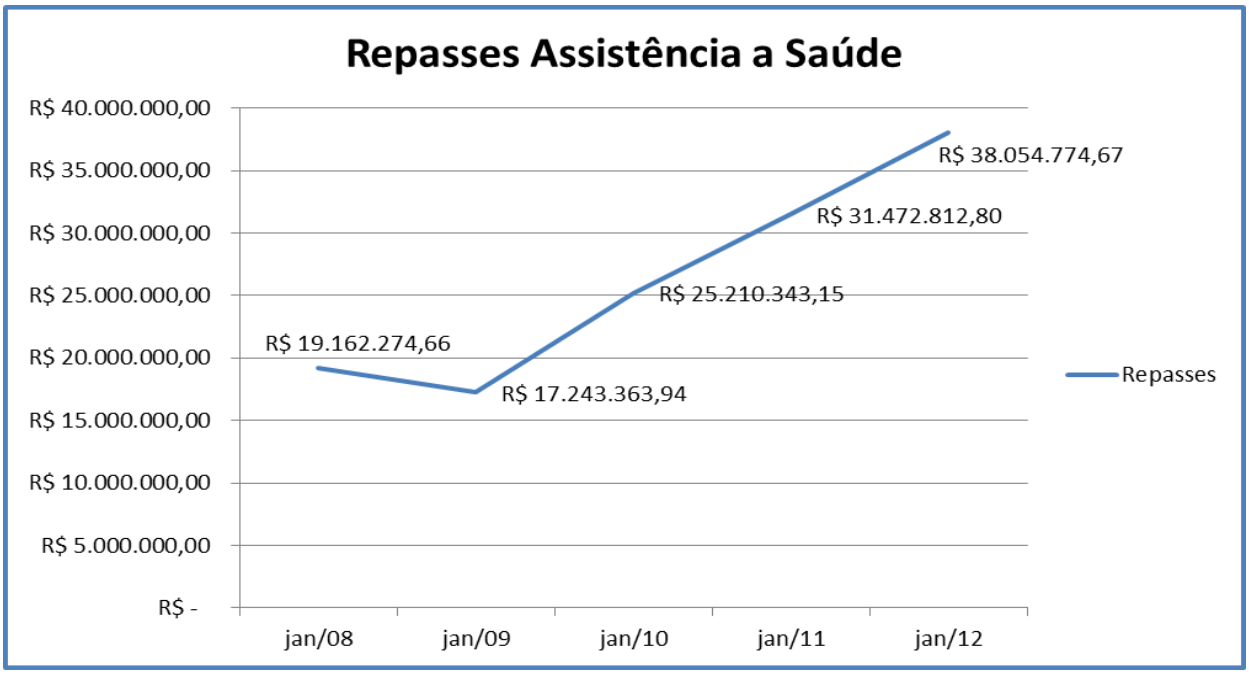
Gráfico 8: Quantitativos de procedimentos da Saúde realizados em 2012



Fonte: IPAM/DEZ/2012

A seguirserão analisados com base na série histórica de cinco anos (2008/2012) os repasses do executivo e legislativo municipal.

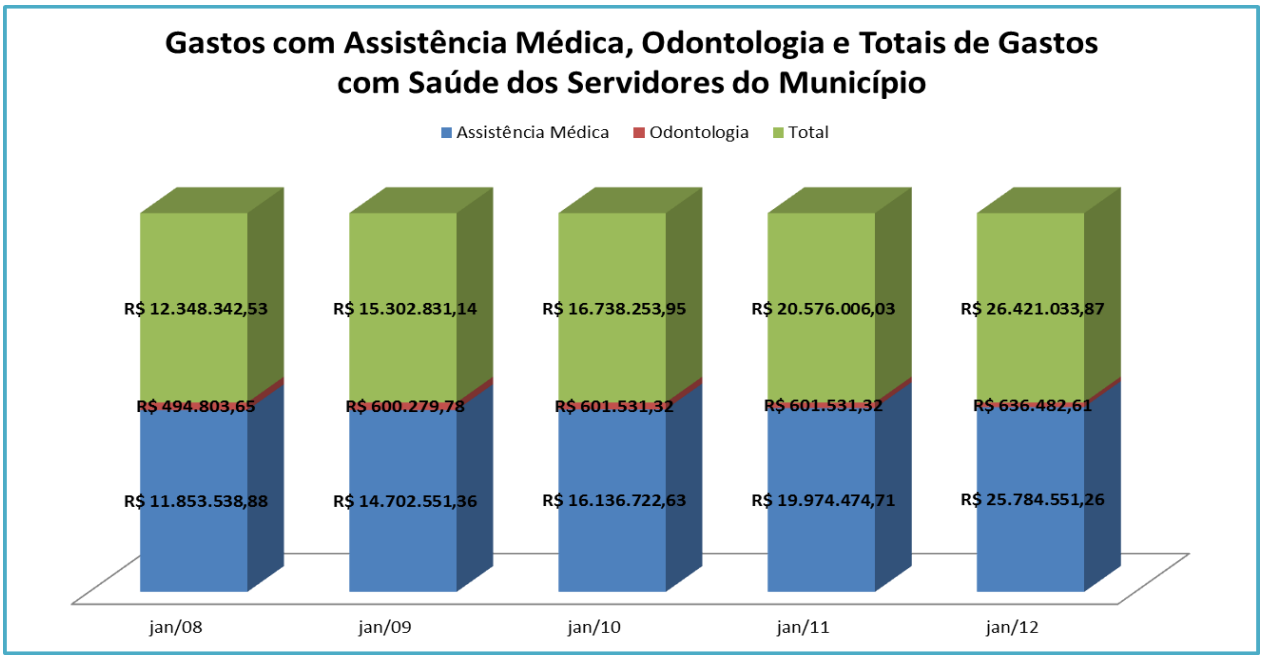
Gráfico 9: Receitas do IPAM Assistência a Saúde: Patronal, Servidores e EM 2008 a 2012



Fonte: IPAM/DEZ/2012

O gráfico a seguir apresenta os gastos na série histórica em análise.

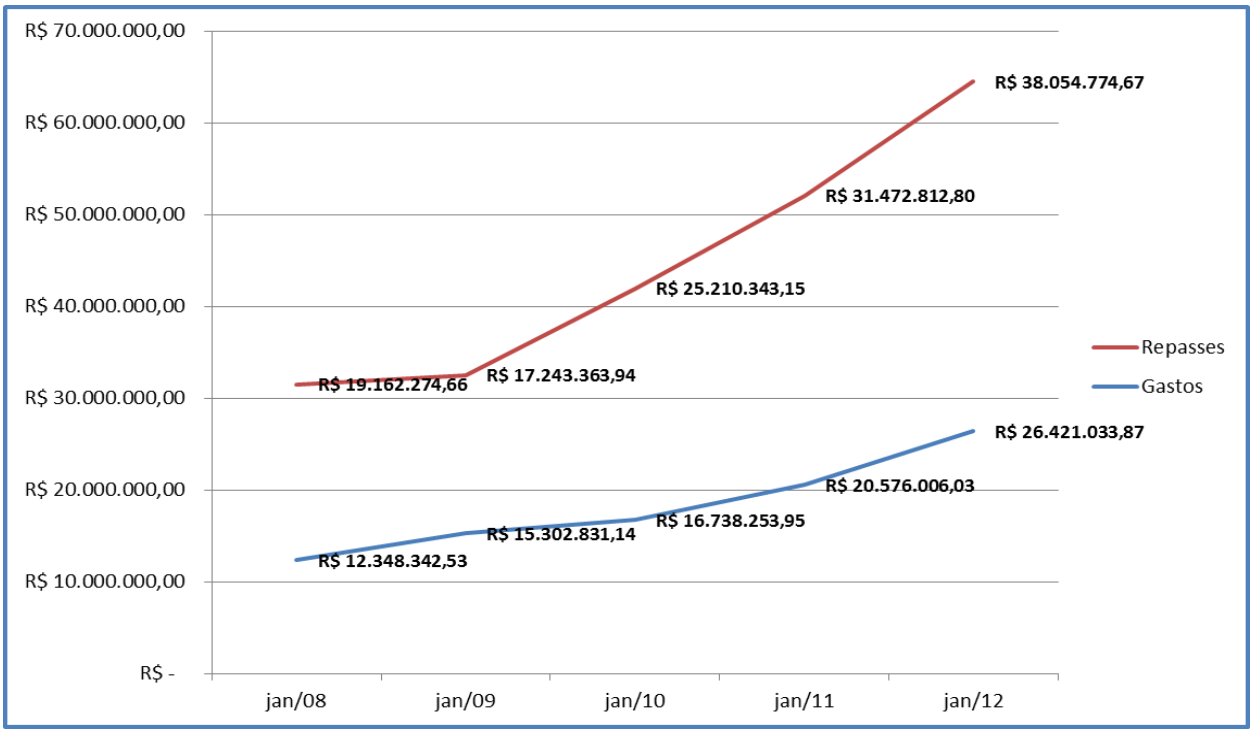
Gráfico 10: Gastos do IPAM Assistência a Saúde 2008 a 2012



Fonte: IPAM/DEZ/2012

Gráfico comparativo entre receitas e gastos na Assistência a Saúde:

Gráfico 11:Comparativo entre repasses e gastos do IPAM Assistência a Saúde 2008 a 2012



Fonte:

IPAM/DEZ/2012

Observa-se no gráfico acima que os repasses sempre suplantam as receitas, o que nos levaria a considerar que a Assistência a Saúde sempre terá superávit, o que não é inteiramente uma verdade, pois o fundo da assistência custeia outras despesas contratuais e folha de pagamento

dos servidores, dentre outros, o que somaram:

- Em 2008 os gastos com contratos, folha de pagamento e outros foi de R$ 3.923.115,17, totalizando assim um valor total de gastos gerados em 2008 de R$ 16.271.457,70, realizando a diferença entre repasses e gastos totais o IPAM teve em 2008 um saldo superavitário de R$ 2.890.816,96.

- Em 2009 os gastos com contratos, folha de pagamento e outros, foi de R$ 4.649.657,58 totalizando assim um valor total de gastos gerados em 2009 de R$ 19.952.488,72 realizando a diferença entre repasses e gastos totais o IPAM teve em 2009 um saldo deficitário (negativo) de - R$ 2.709.124,81.

- Em 2010 os gastos com contratos, folha de pagamento e outros foi de R$ 4.476.795,38, totalizando assim um valor total de gastos gerados em 2010 de R$ 21.215.049,33, realizando a diferença entre repasses e gastos totais o IPAM teve em 2010 um saldo superavitário de R$ 3.995.293,82.

- Em 2011 os gastos com contratos, folha de pagamento e outros foi de R$ 4.985.761,27, totalizando assim um valor total de gastos gerados em 2011 de R$ 25.561.767,30, realizando a diferença entre repasses e gastos totais o IPAM teve em 2011, saldo superavitário de R$ 5.912.045,50.

- Em 2012 os gastos com contratos, folha de pagamento e outros foi de R$ 4.754.236,08, totalizando assim um valor total de gastos gerados em 2012 de R$ 31.175.269,95, realizando a diferença entre repasses e gastos totais o IPAM teve em 2012 saldo superavitário de R$ 6.879.504,72.

Vale salientar que o resultado superavitário mencionado nas análises da série histórica não representa saldo de caixa, em detrimento das contas com a assistênciaàsaúde serem processadas com atrasado médio de três meses, o valor residual nem sempre representa indicador positivo, atualmente o IPAM ainda tem que quitar os meses de Novembro, Dezembro 2012 e Janeiro de 2013, faturamento esse que foi protocolado para auditagem no início de mês de Fevereiro.

Observações Finais

A necessidade de se reestruturar o IPAM com sistemas de informações que possam minimizar problemas relacionados à gestão do fundo da assistência a saúde é primordial para um adequado processo de decisão, infelizmente muitos são os questionamentos que por ora, muitos dos técnicos do IPAM partem de suposições para entender alguns fenômenos da gestão da saúde. Desta feita questiona-se: será que o material de alto custo é o maior vilão da assistência a saúde? Empiricamente sim, mas cientificamente desconhecemos, não temos instrumentos que tornem claro tais pressuposições e se for o maior vilão qual mecanismos podem ser utilizados para saneamento?

Existem outros inúmeros serviços que são prestados pelo IPAM que também de maneira não científica são vilões, e que efetivamente se bem gerenciados podem diminuir os gastos, tendo sobras de receitas, as quais podem servir para investimentos na qualidade do atendimento ao servidor, usuário dos serviços de saúde.

A previdência do IPAM nesses últimos anos deu passos importantes no tocante à gestão dos fundos, com a definição de mecanismos e estratégias que tornaram a previdência do IPAM um subsistema consolidado, que no decorrer da série histórica prevista nas análises representou índices altamente positivos em se tratando de gestão do capital dos servidores municipais.

CME

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório anual de gestão é um dos instrumentos de planejamento estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em Instrução Normativa nº 13/TCER-RO/2004 e tem como função relatar de forma circunstanciada, as atividades desenvolvidas no exercício do ano em curso, incluindo exame comparativo, quantitativo e qualitativo das ações planejadas no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, das ações efetivamente realizadas, “com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de educação, saúde, segurança e obras públicas (ofício circular nº 1309/GAB/SEMPLA de 22 de outubro de 2012)”.

A elaboração do Relatório Anual representa muito mais do que preceito legal, significa respeito e compromisso com a qualidade da educação do Município de Porto Velho, com o Conselho Municipal de Educação do Município de Porto Velho, seus conselheiros, pessoal técnico e administrativo.

Registramos que todas as atividades realizadas e destacadas nas páginas seguintes só foram possíveis graças ao trabalho dedicado de todos os servidores do CME. A todos agradecemos e cumprimentamos e, em seus nomes, oferecemos este relatório dos alcances das propostas na Gestão Orçamentária no ano de 2012

LAURA ELOISA OS SANTOS RIOS
Presidente do Conselho Municipal de Educação

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DEPARTAMENTO TÉCNICOEPARTAMENTO TÉCNICO
1 - VISITAS TÉCNICAS ÁS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

E.M.E.F. Vôo da Juriti;
E.M.E.I. Moranguinho;
E.M.E.I.E.F. Alegria;
E.M.E.I.E.F. Auta de Souza;
E.M.E.I.E.F.Tancredo de Almeida Neves;
E.M.E.I.E.F.Tancredo de Almeida Neves (Extensão I AMA);
E.M.E.I.E.F. Krys Damaris
E.M.E.I Sementes do Araçá
E.M.E.I. Meu Pequeno Jones
E.M.E.I.E.F Vovó Helena
E.M.E.I.E.F.Estrela do Amanhã;
E.M.E.F. Raimundo Agostinho da Silva;
E.M.E.F. Padre Geovane;
E.M.M. Som na Leste;
E.M.E.I.E.F. Flanboyant;
E.M.E.F. União
E.M.E.F. Deigmar Moraes de Souza
E.M.E.F. Francisco Jose Chiquilito Coimbra Erse
E.M.E.F. Manoel Aparício de Almeida
E.M.E.I Castanheira
E.M.E.I Esperança
E.M.E.I .E. F 12 de Outubro
E.M.E.I .F. Som da Craviola
E.M.E.I.E.f Guadalupe
E.M.E.I.E.F Belezas do Buriti
E.M.E..F Antonio Augusto Vasconcelos
E.M.E.I Nova Republica
E.M.E.F. Cor de Jambo
E.M.E.F. Broto do Açaí
E.M.E.F. Pe Chiquinho
E.M.E.F. João Afro
E.M.E.F. Nacional
E.M.E.F. São Miguel
E.M.E.F. Saul Bennesby
AMA – Ass. de Amigos Autistas – Extensão da E.M.E.I.E.F Tancredo Neves
Aquarelinha - Extensão da E.M.E.I.E.F Tancredo Neves
Maria Francisca - Extensão da E.M.E.I.E.F Tancredo Neves
Miguel Ferreira - Extensão da E.M.E.I.E.F Tancredo Neves
Nossa Senhora do Amparo
NEB I - Extensão da E.M.E.I.E.F Tancredo Neves
Pequenos Brilhantes – Extensão da E.M.E.I Sementes do Araçá
São Domingos Sávio – Extensão da E.M.E.I.E.F Meu Pequeno Jones
NEB III - Extensão da E.M.E.I.E.F Meu Pequeno Jones
Escola de Educação Infantil Mundo Encantado
Centro Educacional Espaço Brasil
Escola Mãe Jovita
Escola Comunitaria Menino Jesus
Instituto Educaional Meu Castelinho Hoffman
Escola de Educação Infantil IGLU
EMEI Estrela do Amanhã
EMEF Jerusalém da Amazonia
EMEF Vladeci Teixeira
EMEF Olympia Salvatore
EMEF Jose Augusto da Silva

EMEI Pequenos Talentos
Centro de Ensino Alegria do Saber
NEB III – Extensão da EMEIEF Meu Pequeno Jones
Aconchego dos Pequeninos - Extensão da EMEIEF Pingo de Gente
Mãe Trabalhadora – Extensão da EMEIEF Pingo de Gente
Associação Moradores e Amigos do Bairro JK I – Extensão da EMEIEF Vôo da Juriti
Caminho para o Futuro - Extensão da EMEIEF Vôo da Juriti
Metodista Wesleyana - Extensão da EMEIEF Vôo da Juriti
Oficina Criativa Luterana - Extensão da EMEIEF Vôo da Juriti
Tia Sônia - Extensão da EMEIEF Vôo da Juriti
Bob Esponja - Extensão da EMEIEF 12 de outubro
Madre Tereza de Calcutá - Extensão da EMEIEF 12 de outubro
Primeiros Passos - Extensão da EMEIEF 12 de outubro
Semear - Extensão da EMEIEF 12 de outubro
Cantinho do saber - Extensão Francisco Elenilson Negreiros
GG e Seus Amiguinhos - Extensão da EMEIEF Elenilson Negreiros
A a Z - Extensão da EMEIEF Elenilson Negreiros
Igreja Batista Memorial - Extensão da EMEIEF Bom Princípio
Lar da Criança - Extensão da EMEIEF Jornalista Fernando Escariz
Marcelo Cândia/BR - Extensão da EMEIEF Jornalista Fernando Escariz
Marcelo Cândia - Extensão da EMEIEF Jornalista Fernando Escariz
Mickey Mouse - Extensão da EMEIEF Esperança
NEB II – Extensão da EMEIEF Pedro Tavares Batalha
Associação Filantrópica Solar da Paz – Extensão da EMEIEF Castanheira
São José – Filhas da Cruz – Extensão da EMEIEF Castanheiras
Floresta Encantada – Extensão da EMEIEF Areal de Floresta
Centro Educacional Batista El Shadday – Extensão da EMEIEF Areal de Floresta
Centro de Ensino Pequeno Gênio - Extensão da E.M.E.I.E.F Tancredo Neves
Vovó Ana - Extensão da E.M.E.I.E.F Tancredo Neves
Creche Mulher Amiga - Extensão da E.M.E.I.E.F Tancredo Neves
EMEF 03 de Dezembro
EMEF Santa Júlia
EMEF Marechal Rondon
EMEF Nacional
EMEF Chiquinho
EMEIEF Maria Izaura da Costa Cruz
EMEF Olympia Salvatore Ribeiro
EMEF José Augusto da Costa Silva
EMEIEF Bom Princípio
EMEI Encanto Do Ipê
Centro De Educação Infantil Espaço Brasil
EMEF Francisco Chiquilito Erse
EMEF Deigmar Moraes de Souza
EMEF União

2 - PARTICIPAÇÃO DAS TECNICAS DO DT/CME EM EVENTOS EDUCACIONAIS:

1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social
Local: Teatro Banzeiros
Data: 2 e 3 de fevereiro de 2012

Cerimônia de Posse da Presidência do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho.
Local: Teatro Banzeiros.
Data: 14/02/2012

Seminário de Educação Integral em Rondônia
Local: Rondon Palace Hotel – Porto Velho/RO

Data: 24 a 26/04/2012

Seminário do Premio Viva Infância
Local: Teatro Banzeiros
Data: 27/04/2012

Seminário “Segurança nas Escolas”
Local: Teatro Banzeiros.
Data: 03/05/2012

Reunião Técnica – Avaliação da Educação Básica
Local: Conselho Nacional de Educação – CNE - Brasilia-DF
Data: 07/05/2012

Inauguração da EMEIEF Alegria
Local: Escola Alegria
Data: 06/06/2012

“Bulliyng na Minha Escola Não!
Local: Escola do Legislativo – Porto Velho/RO
Data: 15/06/2012

V Congresso dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia
Local: Ji-Paraná/RO
Data: 19 a 21/06/2012

Audiência Publica – Orçamento Participativo
Local: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - Porto Velho/RO
Data: 30/06/2012

Encontro dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia
Local: São Miguel do Guaporé
Data: 26 e 27/07/2012

Projeto Qualidade de Vida no Trabalho e na Família
Local: Teatro Banzeiros/SINTERO
Data: 03 A 12/09/2012

Seminário sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica
Local: Conselho Estadual de Educação
Data: 17 a 21/09/2012

Políticas Públicas e Educação Inclusiva
Local: Teatro Banzeiros
Data: 15 a 19/10/2012

XXII Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
Local: Gramados -RS
Data: 17 a 19/10/2012

Seminário: Mesa Redonda “Bullying Escolar: prevenir para não punir.
Local: Auditório da OAB/RO
Data: 30/10/2012

Seminário “Perspectivas e Desafios da Atuação dos Direitos da Mulher de Porto Velho”
Local: Teatro Banzeiros – Porto Velho/RO
Data: 28/03/2012

1ª Conferência Municipal dos Direitos de Pessoa com Deficiência

Local: Teatro Banzeiros
Data:

PROERD – Programa de Resistência às Drogas e a Violência
Local: EMEF Saul Bennesby
Data: 05/12//2012

3 - CAPACITAÇÕES DE EDUCADORES

Realização: Conselho Municipal de Educação de Porto Velho

3. 1. **Capacitação de Educadores** - Ação conjunta dos Departamentos Técnico, Administrativo e Conselheiros.
" O Papel do Conselho Municipal de Educação e a Importância da Escola Regularizada pelo CME".

Publico Alvo: Diretores de núcleos, Gestores Escolares, Supervisores e Professores de Escolas Multianuais.

Objetivo: Sensibilizar Gestores e coordenadores pedagógicos quanto a importância da autorização de funcionamento das unidades escolares e subsidia-las com estudos das legislações educacionais urgentes.

3.2 - Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos do Núcleo de Calama.
Local: Distrito de Calama
Data: 18 a 20/07/2012
Total de Participantes: 20

3.3 - Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos no Núcleo de São Carlos.
Local: Distrito de São Carlos
Data: 17/07/2012
Total de Participantes: 15

3.4 - Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos no núcleo de Ponta do Abunã.
Local: Distrito de Extrema
Data: 18 a 20/07/2012
Total de Participantes: 20

3.5 - Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos _ Nucleo de Porto Velho.
Local: Teatro Banzeiros
Data: 10/08/2012
Total de Participantes: 46

3.6 - Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos - Escolas Municipais Urbanas de Porto Velho ainda não Regularizadas por este CME.
Local: Teatro Banzeiros
Data: 31/07/2012
Total de Participantes: 96
TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES: 197

4 - ENCONTROS TRIMESTRAIS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

- V Congresso dos Conselhos Municipais de Educação de Rondônia
Realização: Conselho Municipal de **Educação de Ji Paraná** em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de

Rondônia – UNCME/RO
Local: Ji Paraná – RO
Data: 19 a 21.06.2012
Publico Alvo: Conselheiros e Técnicos dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia.

- V Encontro Trimestral dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia.
Realização: Conselho Municipal de Educação de **São Miguel do Guaporé** em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia – UNCME/RO
Local: São Miguel do Guaporé – RO
Data: 26 e 27 .07.2012
Publico Alvo: Conselheiros e Técnicos dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia.

- VI Encontro Trimestral dos Conselhos Municipais de Educação de Rondônia
Realização: Conselho Municipal de Educação de **Porto Velho** em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia – UNCME/RO.
Local: Teatro Banzeiros – Porto Velho /RO
Data: 27 a 29/09/2012.
Publico Alvo: Conselheiros e Técnicos dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia.

Objetivo: Oportunizar aos participantes momentos de estudo, discussãoaprofundamento da emenda Constitucional nº 59/2009 com ênfase na Educação Infantil. Currículo e perspectivas da Resolução 07/CNE/2010 e Técnicas Legislativas na Construção de Atos Normativos do CME

Municípios Participantes:

Alta Floresta, Alto Parecis, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Cacoal, Candeias do Jamari, Costa Marques, Guajará Mirim, Ouro Preto D'oeste, Pimenta Bueno, Porto Velho, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Vilhena.

TOTAL DE PARTICIPANTES: 89

- XXII Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
Realização: Conselho Municipal de Educação de **Gramado – RS** em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME

Local: **Gramado – RS**
Data: 17 a 19.10.2012
Publico Alvo: Conselheiros e Técnicos dos Conselhos Municipais de Educação

5 - PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

01	Comissão Para Elaboração dos Critérios do Sistema de Avaliação da Qualidade da Educação na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho.	Alessandra Souza da Silva
02	Comissão de Combate ao Bullyng Escolar na Rede Municipal de Ensino de Porto Velho.	Fátima Lucas
03	Comissão de Apreciação da Documentação para Nomeação de Conselheiras e Conselheiros.	Técnicas/DT/CME

6 - LAUDOS TÉCNICOS

LAUDO Nº	**ASSUNTO**

001/DT/CME/2012	Reconhecimento do Maternal e Jardim Mundo Encantado
002/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEIEF “Bom Princípio”
03/DT/CME/2012	CANCELADO
004/DT/CME/2012	Análise e Parecer - Alternativas para cumprir os 200 Dias Letivos das Escolas do Campo.
005/DT/CME/2012	Anteprojeto de Lei GVLB/CMPV- 2012 – Cargo de Professor Billíngue e Antiprojeto GVJB/CMPV – Uso da Língua Brasileira de Sinais Libra
006/DTCME/2012	Autorização de Funcionamento do Centro de Educação Infantil Espaço Brasil
007/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEF Vôo da Juriti
008/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEI Moranguinho
009/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da Escola Hoffmann Castelinho
010/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEIEF Alegria
011/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEIEF José Augusto da Silva
012/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEF Santo Antônio I
013/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEF Deigmar Moraes de Souza
014/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEIEF Esperança
015/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEF Manoel Aparício
016/DT/CME/2012	Resposta ao Ministério Público - Escola Comunitária Menino Jesus
017/DT/CME/2012	Autorização de Funcionamento da EMEF Vovó Helena
018/DT/CME/2012	Reconhecimento da EMEF Francisco José Chiquilito Coimbra Erse

7 – ESCOLAS AUTORIZADAS EM 2012

Nº DO PROCESSO	**ESCOLA**

Processo nº 09.02.552.003/CME-12	EMEF Santo Antônio I
Processo nº 09.02.552.005/CME-12	EMEF Bom Princípio
Processo nº 09.02.552.007/CME-12	Escola Hoffmann Castelinho
Processo nº 09.02.552.009/CME-12	EMEF Deigmar Moraes de Souza
Processo nº 09.02.552.010/CME-12	Centro de Educação Infantil Espaço Brasil
Processo nº 09.02.552.013/CME-12	EMEF Vôo da Juriti
Processo nº 09.02.552.014/CME-12	EMEI Moranguinho
Processo nº 09.02.552.015/CME-12	EMEIEF Alegria
Processo nº 09.02.552.016/CME-12	EMEIEF José Augusto da Silva
Processo nº 09.02.552.018/CME-12	EMEF Manoel Aparício Nunes Almeida
Processo nº 09.02.552.019/CME-12	EMEIEF Vovó Helena

Total de Escolas Autorizadas: 11

8 - ESCOLAS RECONHECIDAS EM 2012

Nº DO PROCESSO	**ESCOLA**
Processo nº 09.02.552.004/CME- 12	Maternal e Jardim o Mundo Encantado
Processo nº 09.02.552.008/CME-12	EMEF Francisco José Chiquilito Coimbra Erse.

Total de Escolas Reconhecidas: 02

9 - RESOLUÇÕES/CME - APROVADAS EM 2012

Nº DA RESOLUÇÃO	**ASSUNTO**
Resolução nº 01/CME-2012	Estabelece Normas para Autorização de Funcionamento, Prorrogação de Autorização de Funcionamento, Reconhecimento, Reorganização, Credenciamento de Cursos e Experiências Pedagógicas das Instituições de Educação Básica, mantidas pelo Poder Público Municipal e Instituições de Educação Infantil, a Iniciativa Privada. Fixa Normas para a organização do Bloco
Resolução nº 02/CME-2012	Pedagógico de Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.
Resolução nº 03/CME-2012	Dispõe sobre o atendimento de Educação Escolar para populações em situação de Itinerância.
Resolução nº 04/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 03/CPNA/CME de 25 de setembro de 2012, que concede a Autorização de Funcionamento a EMEIEF Bom Princípio.

Resolução nº 05/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 05/CAEB/CME- 2012, que concede o Reconhecimento a EMEF Francisco José Chiquilito Coimbra Erse.
Resolução nº 06/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 06/CAEB/CME-2012, que concede Reconhecimento ao Maternal e Jardim Mundo Encantado.
Resolução nº 07/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 07/CAEB/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento a EMEIEF Alegria.
Resolução nº 08/CME2012	**CANCELADA**
Resolução nº 09/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 09/CPNA/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento a EMEIEF Vôo da Juriti.
Resolução nº 10/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 10/CPNA/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento a Moranguinho.
Resolução nº 11/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 11/CPNA/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento a Escola Hoffmann Castelinho.
Resolução nº 12/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 12/CPNA/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento a Centro Educacional Espaço Brasil.
Resolução nº 13/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 13/CPNA/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento a EMEIF José Augusto da Silva.
Resolução nº 14/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 14/CPNA/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento a EMEF Deigmar Moraes de Souza.
Resolução nº 15/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 15/CAEB/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento a EMEF Manoel Aparício Nunes Almeida
Resolução nº 16/CME-2012	Ratifica o Parecer nº 15/CAEB/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento a EMEF Vovó Helena.
Resolução nº 17/CME-2012	Ratifica o Parecer nº17/CAEB/CME-2012, que concede Autorização de Funcionamento à EMEF Santo Antônio I.
Resolução nº 18/CME-2012	Valida os estudos dos alunos devidamente matriculados em escolas criadas no ano de 2012 na Rede Municipal de Ensino.
Resolução nº 19/CME-2012	Convalida os estudos dos alunos devidamente matriculados em escolas da Rede Municipal de Ensino no ano de 2012.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE ATIVIDADES

Reunião Técnica Avaliação da Educação Básica - CNE - Brasília- DF - 07/05/2012

Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos do Núcleo de Calama. Local: Distrito de Calama, Data: 18 a 20/07/2012, Total de Participantes: 20

Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos no Núcleo de São Carlos. Local: Distrito de São Carlos Data: 17/07/2012 - Total de Participantes: 20

Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos no núcleo de Ponta do Abunã. Local: Distrito de Extrema Data: 18 a 20/07/2012 - Total de Participantes: 20

Encontro de Gestores e Coordenadores Pedagógicos no núcleo de Porto Velho - NEPEV.
Local: Teatro Banzeiros Data: 10/08/2012 - Total de Participantes: 46

Vi Encontro dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondonia em Porto Velho
27 e 28 de d2012

Apresentação do Coral da Escola de Musica Jorge Andrade

Conselheiros Presidentes dos CME’s do Estado de Rondônia

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Com a eleição da nova presidente em fevereiro iniciamos a direção do Departamento

Administrativo deste Conselho Municipal de Educação, com, ainda as pendências relacionadas abaixo:

Problemas estruturais no telhado do imóvel do CME, ocasionando goteiras e vazamentos;
Espaço físico do imóvel necessitando de ampliação;
Carência de manutenções preventivas e corretivas nos veículos do CME√;
Equipamentos de Informática obsoletos, necessitando de equipamentos novos, inclusive com o aumento da quantidade de computadores e periféricos;
Mobiliários, cadeiras e persianas necessitando substituições e/ou de reparos, e;
Aquisição de novo veículo utilitário.
Assim, em comum acordo com a Conselheira Presidenta Laura Eloísa dos Santos Rios priorizou a aquisição de veículo utilitário novo, considerando que a caminhonete Ford Ranger adquirida em 2004, estava exaurindo consideravelmente os recursos disponíveis.

Através do Processo nº. 09.02.011/CME-12 aberto em 26 de abril de 2012 demos início aos procedimentos administrativos para a aquisição de veículo tipo camionete que logrou êxito através de Pregão Eletrônico nº. 121/CML/SEMAD/PVH/2012 de 14 de setembro de 2012, que culminou com a aquisição do veículo camionete, zero quilometro, Mitsubishi L200 Triton L200, tipo 4x4, ano/modelo 2012/2012, entregue em 05/10/2012, posteriormente foi plotado a logo do CME, inseridos películas protetoras nos vidros e capota marítima no bagageiro e transferência do seguro do veículo Ford/Ranger 2004/2004 para o veículo novo, Processos de Seguros nºs. 09.02.010/CME-12 . Para realizar as manutenções corretivas nos veículos do Conselho (Fiat Uno Mille Fire 2008/2008 e Ford/Ranger 2004/2004), foram abertos os Processos nºs. 09.02.015/CME-12, 09.02.017/CME-12 e 09.02.028/CME-12, sendo que o processo 09.02.015/CME-12 é para a contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva em longo prazo, evitando-se assim a fragmentação da despesa, trazendo economia para o Orçamento Público.
Também foi contratada empresa especializada no serviço de lavagem dos veículos do CME, Processo nº. 09.02.024/CME-12, com vigência até junho/2013.

Relacionado às melhorias nos ambientes do CME, foi cedida uma central de ar através de parceria com a Secretaria Municipal de Educação/SEMED, Oficio nº 041 /DA/CME-12 de 08 de março de 2012. Foi instalada no ambiente do Departamento Técnico.

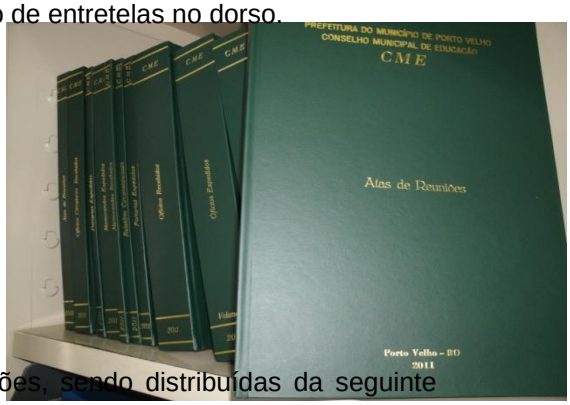
Visando a economicidade e praticidade (custo/benefício) e em substituições aos bebedouros tipo

torre que se encontravam obsoletos e já não apresentavam condições apropriadas e higiênicas de uso, Em 13 de março de 2012 abrimos o Processo nº. 09.02.002/CME-12 para a compra de bebedouro, extintores, fogão a gás e câmera fotográfica digital através do Sistema de Registro de Preços – SRP nº. 002/SEMAD-2012, mas as empresas não se interessaram em fornecer. Então, visando a economicidade e praticidade, adquirimos 02 (dois) purificadores de água (Processo nº. 09.02.014/CME-12 de 10 de maio de 2012). Com isto, vamos deixar de consumir anualmente duzentos e sessenta galões de água mineral de vinte litros.

Na área de informática, realizamos a contratação de empresa de prestação de serviços para realizar a expansão da rede lógica (Processo nº. 09.02.001/CME-12 de 09 de março de 2012) com a mudança da rede lógica antiga que estava precariamente instalada na sala da Presidência, com aquisição de um novo hub (periférico responsável pela coleta e distribuição de dados digitais recebidos da linha telefônica conectada com a SEMAD e distribuídas entre os computadores a ela conectadas) com vinte e quatro portas, em substituição a hub de apenas oito portas, sendo que duas delas estavam queimadas, o que limitava consideravelmente a expansão de computadores ao Departamento Técnico e demais dependências do Conselho. Este equipamento foi cedido pela SEMAD.

Quanto à necessidade de substituição dos computadores do Departamento Técnico, circunstanciamos que iniciamos as tratativas nesse sentido através do oficio nº 039 /DA/CME-12 de 05 de março de 2012, por sugestão da presidência, solicitamos à Secretaria Municipal de Educação/SEMED a doação de seis computadores novos. Não obtivemos êxito. Posteriormente a Secretaria Municipal de Administração, responsável pela centralização das aquisições de bens de informática enviou-nos o ofício circular nº. 044/DERGEC/GAB/SEMAD de 15/05/2012, pedindo relação de equipamentos de informática para fins de, como participante do Processo Administrativo nº. 07.02821/2011 – **Ata de Registro de Preços para eventual Aquisição de Bens de Informática,** fornecer os computadores, o que foi prontamente atendido através do ofício nº 106/DA/CME-12 de 17 de Maio de 2012. Soubemos que a SRP não obteve êxito em sua realização. Em 10 de Agosto de 2012 emitimos o ofício nº 151/DA/CME/2012 solicitando adesão a SRP nº 044 – Aquisição de Equipamento de Informática, registro este válido até 13/03/2013, porém a Secretaria Municipal de Administração/SEMAD nos informou que não havia mais equipamentos em estoque. Se persistirem esses óbices, a compra desses equipamentos deverá ser através de aquisição direta.

Em relação aos arquivos do CME que tem como finalidade servir à Administração, tem valor administrativo e tem valor histórico e é freqüente o seu uso e são classificados por idade, considerada a primeira idade aquela em que os documentos servem à consultas freqüentes, os da segunda idade, a intermediária considerado de aguardo de eliminação ou recolhimento para a guarda permanente e os da terceira idade, considerados os permanentes, que devem ser definitivamente preservados. Contratamos empresa especializada na prestação de serviço de encadernações do acervo documental do Conselho Municipal de Educação, Processo nº. 09.02.003/CME-12 de 07 de março de 2012. Encadernações especiais em capa dura na cor verde com gravação em dourado, costuradas, colocadas, forradas com papelão número vinte e capas em percalux com gravação no dorso e na capa. Todos com reforço de entretelas no dorso.



Ao final do exercício foram realizadas sessenta encadernações, sendo distribuídas da seguinte forma:

- Documentos Encadernados

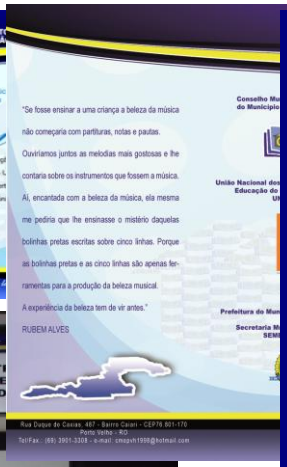
Item	Ano	Descrição
1	1990 a 1998	Atos do CME
2	2000 e 2001	Atos do CME
3	2002	Atos do CME
4	1999 a 2002	Atas Reuniões Câmara Conjunta
5	1998 a 2005	Atas Sessões Plenárias
6	2003	Atos do CME
7	2003, 2004 e 2006	Documentos Orçamentários
8	2004	Atos do CME
9	2003 a 2006	Atas Reuniões Câmara Conjunta
10	2005	Atos do CME
11	2005	Documentos Orçamentários - 02 volumes
12	2006	Atos do CME
13	2006 e 2007	Atas Sessões Plenárias
14	2007	Atos do CME
15	2007 e 2008	Atas Reuniões CPNA e CAEB
16	2008	Atas Sessões Plenárias
17	2008	Atos do CME
18	2009	Atos do CME
19	2009	Atas Reuniões (Plenária, Conjunta, CAEB e CPNA)
20	2009	Portarias
21	2010	Atos do CME
22	2010	Atas Reuniões (Plenária, Conjunta, CAEB e CPNA)
23	2010	Portarias
24	2011	Atos do CME
25	2011	Atas Reuniões (Plenária, Conjunta, CAEB e CPNA)
26	2011	Empenhos Emitidos
27	2011	Controle Orçamentário
28	2011	Ofício Expedido - 02 volumes
29	2011	Ofício Recebido
30	2011	Ofício Circular Recebido
31	2011	Portarias - 02 volumes
32	2011	Memorando Expedido
33	2011	Memorando Recebido

Além dessas encadernações do acervo documental do CME, também mandamos confeccionar pastas com capas duras e bojos para o trâmite de documentos da presidência e das Câmaras CAEB e CPNA, Atas e Livros de Presença das Reuniões Plenária, CAEB, CPNA e Conjunta e encadernações especiais das documentações das doze escolas com processos de Autorização de Funcionamento e Reconhecimento finalizados.

Seguindo o calendário elaborado pelo Conselho Pleno e elaboração de projeto básico pelo Departamento Técnico, preparamos material gráfico de apoio aos eventos promovidos pelo CME no ano de 2012, quais foram:

Para o “VI Encontro Trimestral dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de

Rondônia” que, como anfitriões da capital do Estado de Rondônia iríamos sediar e com a orientação da presidência do Conselho, precisávamos preparar um material gráfico diferenciado. Então o Departamento Administrativo providenciou os seguintes itens:



Confecções de Banners, folders, Certificados de Participações, Convites (autoridades e conselhos de Alta Floresta, Alto Parecis, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Cacoal, Candeias do Jamari, Costa Marques, Guajará Mirim, Ouro Preto D’oeste, Pimenta Bueno, Porto Velho, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Vilhena), totalizando oitenta e nove participantes.

PROCESSOS RELACIONADOS

PROCESSO Nº	OBJETO	CUSTOS (R$)
09.02.004/CME- 12	Confecção de Blocos e Pastas	1.350,00
09.02.012/CME-12	Confecção de Faixas e Banners	122,50
09.02.016/CME-12	Serviços Gráficos de Cartilhas, Panfletos e Folders	6.300,00
09.02.018/CME-12	Confecção de Sacolas, Broches, Canetas e Ponteiras	7.900,00

09.02.019/CME-12	Contratação de Empresa Especializada em Palestras para o VI Encontro.	5.543,20
TOTAL		**21.215,70**

PROCESSOS ABERTOS EM 2012

PROCESSO Nº	OBJETO	CUSTOS R$
09.02.001/CME- 12	Serviço de Manutenção em Equipamentos de Informática.	7.992,00
09.02.002/CME- 12	Aquisição de Material Permanente	362,87
09.02.003/CME- 12	Serviços de Encadernações Especiais	2.400,00
09.02.004/CME- 12	Confecção de Blocos e Pastas	1.350,00
09.02.005/CME- 12	Suprimento de Fundos	4.000,00
09.02.006/CME- 12	Aquisição de Material de Expediente (cancelado)	-

09.02.007/CME- 12	Não Utilizado / Não aberto	-
09.02.008/CME- 05	Aluguel de Imóvel	27.142,14
09.02.009/CME- 12	Aquisição de Passagens Aéreas	14.900,00
09.02.010/CME- 12	Contratação de Seguros de Veículos	2.146,39
09.02.011/CME- 12	Aquisição de Caminhonete	91.800,00
09.02.013/CME- 12	Renovação de Seguros de Veículo	5.894,55
09.02.014/CME- 12	Aquisição d Bebedouro	3.600,00
09.02.015/CME- 12	Manutenção Corretiva e Preventiva Veículos	22.842,10
09.02.016/CME-12	Serviços Gráficos de Cartilhas, Panfletos e Folders	6.300,00
09.02.017/CME- 12	Manutenção Corretiva e Preventiva Veículo	7.948,40
09.02.018/CME-12	Confecção de Sacolas, Broches, Canetas e Ponteiras	7.900,00
09.02.019/CME-12	Contratação de Empresa Especializada em Palestras para o VI Encontro.	5.543,20
09.02.020/CME- 12	-	-
09.02.021/CME- 12	Aquisição de Material de Limpeza	2.407,84
09.02.022/CME- 12	Aquisição de Água, Café e Açúcar	1.289,80
09.02.023/CME- 12	Aquisição de Material de Expediente	341,74
09.02.024/CME- 12	Lavagem dos Veículos do CME 2012/2013	5.760,00
09.02.025/CME- 12	Serviços de Reprografia 2012/2013	7.985,00
09.02.026/CME- 12	Aquisição de Óleo Diesel - Cancelado	-

09.02.027/CME- 12	Suprimento de Fundos - Cancelado	-
09.02.028/CME- 12	Manutenção Corretiva e Preventiva Veículo	6.741,10
TOTAL		**236.769,63**

ESTATÍSTICA DE ASSESSORAMENTO Â PRESIDÊNCIA E AO CONSELHO PLENO
ATÍSTICA DE
RAMENTO Á PRESIDÊNCIA E AO CONSELHO PLENO

SERVIÇOS	QUANTITATIVO
Registro e digitação de Atas de Sessões Plenárias Ordinárias	26
Formatação de Pareceres	19
Formatação de Resoluções (Validação e Convalidação)	18
Formatação de Apreciação	0
Elaboração e Digitação de Memorandos da Presidência	03
Controle de Registro de freqüência dos Conselheiros por reunião no livro ata	103
Distribuições de documentos aos membros do Conselho e aos Departamentos	287
Arquivamento dos Documentos da Presidência	292

8.2 - PROTOC
PROTOCOLO

SERVIÇOS	QUANTITATIVO
Recebimento de expedientes endereçados ao CME, registrado e encaminhado para providências necessárias ao seu regular andamento.	292
Escrituração, manutenção e organização de Livros de Registro	Prej.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Orçamento CME em 2012 – R$ 285.221

Saldos até 05 de Dezembro de 2012

Diretoria Técnica	
Planejado	**Executado**
114.367	**61.836**

Diretoria Administrativa	
Planejado	**Executado**
170.854	**212.837**

ORÇAMENTO CME 2012	
Planejado	**Executado**
285.221	**274.673**

(Não executado: R$ 12.138)

RELATÓRIOS FINANCEIROS - REGISTROS ANALÍTICOS

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

DATA	PROCESSO Nº	EMPENHO	CREDOR	VALOR R$
16.05.2012	09.02.0005/CME-2012	006144	ROSALINA TRAJANO DINIZ – Despesa com Suprimento de Fundos	1.000,00
08.08.2012	09.02.00017/CME-2012	009655	2451 – MECÂNICA NACIONAL	6.347,50
05.09.2012	09.02.0022/CME-2012	010673	5104 – GUTA DIST DE BEBIDAS E PROD ALIM	1.000,40
05.09.2012	09.02.0022/CME-2012	010674	11075 – HARPIA COM GEN ALIM	113,40
05.09.2012	09.02.0022/CME-2012	010675	6722 – GP COM E REPRES	176,00
09.10.2012	09.02.0021/CME-2012	011768	6647 – MARCIA BRASIL COM DE PAP	261,92
09.10.2012	09.02.0023/CME-2012	011769	5006 – ROAD COM E REPRES	79,82
01.11.2012	09.02.0021/CME-2012	012722	10983 – MONTEIRO COM E SERVIÇOS	700,28
01.11.2012	09.02.0021/CME-2012	012728	14204 – NG COM ATACADISTA DE PR	1.309,15
01.11.2012	09.02.0021/CME-	012729	5006 – ROAD COM E SERV LTDA	377,65

	2012			
01.11.2012	09.02.0021/CME-2012	012730	1083 – SOCIBRA DISTRIBUIDORA LTDA	20,76
EMPENHADO				**11.386,88**
LIQUIDADO				**8.979,04**
ANULADO				**0,00**
PAGO				**7.347,50**
A PAGAR				**1.631,54**
A LIQUIDAR				**2.407,84**

3.3.90.36 - ALUGUEL

Posição

U.G. :	PREFEITURA MUNICIPAL [0]
Nº Empenho :	2012/000133
Orgão :	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED [9]
Unidade :	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO [2]
Dotação :	OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA [0412200072.001000.3.3.90.36.00.00]
Fonte Recurso :	Recursos do Tesouro - Recursos Ordinário [100]
Credor :	YOUSSEF JAMIL ZAGLOUT [6260]
CNPJ/CPF :	16191641168
CEP :	78900000
Endereço :	
Cidade :	PORTO VELHO - RO

Fonte: www.portovelho.ro.gov.br – Portal da Transparência

Data	Subempenho	Histórico	Complemento Histórico	Valor
01/03/2012	1	Pagamento de Empenho	ORDEM BANCARIA 0000046 PROC.09.02.0008/2005 DESP.COM PGTO DE ALUGUEL DE IMOVEL CONF. RECIBO FLS 1547	2.138,89
25/05/2012	2	Pagamento de Empenho	ORDEM BANCARIA 000121 DESP. C/ LOCACAO DE IMOVEL, REF. A ABRIL/2012, CONF. RECIBO FLS. 1612, P. 09.02.00008/2005	2.230,21
25/05/2012	3	Pagamento de Empenho	ORDEM BANCARIA 000121 DESP. C/ LOCACAO DE IMOVEL, REF. A FEVEREIRO/2012, CONF. RECIBO FLS. 1594, P. 09.02.00008/2005	2.138,89
25/05/2012	4	Pagamento de Empenho	ORDEM BANCARIA 000121 DESP. C/ LOCACAO DE IMOVEL, REF. A MARCO/2012, CONF. RECIBO FLS. 1603, P. 09.02.00008/2005	2.230,21
03/07/2012	5	Pagamento de Empenho	ORDEM BANCARIA 0000156, DESPESA COM LOCAÇÃO DE IMOVEL REF. MAIO/2012 PROC.09.02008/2005	2.230,21

13/08/2012	6	Pagamento de Empenho	ORDEM BANCARIA 000193 DESP. C/ LOCACAO DE IMOVEL, REF. AOS MESES DE JUNHO E JULHO/2012, CONF. RECIBO FLS. 1651 E 1659, P. 09.02.00008/2005	4.060,07
20/09/2012	7	Pagamento de Empenho	OB. 234, DESPESA C/ LOCAÇÃO DE IMÓVEL REF. AO MÊS DE AGOSTO/2012 P. 09.02.00008/2005	2.230,21
10/10/2012	8	Pagamento de Empenho	OB. 254, DESPESA C/ LOCAÇÃO DE IMÓVEL P. 09.02.0008/2005	2.230,21
08/11/2012	9	Pagamento de Empenho	OB 282, DESPESA C/ LOCAÇÃO DE IMOVEL, REC. FL 1718, P. 09.02.00008/2005	2.230,21
Total				**22.633,63**

Com um incremento de 1,453 (hum virgula quatro cinco três) por cento em relação ao ano de 2011 pelo Índice Geral de Preços – IGP-DI, o contrato de locação foi renovado por mais 12 (doze) meses, com vencimento previsto para 16 de fevereiro/2013.

OUTR. SERV TERCEIROS PJ

3	PROCESSO Nº	EMPENHO	CREDOR	VALOR R$
16/04/2012	09.02.0001/CME-2012	004699	10707 – GIMH SOLUTIONS COM DE PROD INFO	7.992,00
19/04/2012	09.02.0014/CME-2009	04826	1975 – DETRAN – TAXAS DE REGULARIZAÇÃO DE VEÍCULO	408,50
14.05.2012	09.02.00003/CME-2012	05909	9503 – NP – COM E SERV LTDA	2.400,00
16.05.2012	09.02.00005/CME-2012	006145	ROSALINA TRAJANO DINIZ – Suprimento de Fundos	3.000,00
13.06.2012	09.02.00013/CME-2012	007356	9062 – PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS – Seguro Anual do veículo FIAT UNO MILLE FIRE FLEX 2008	2.146,39
23.07.2012	09.02.0013/CME-2012	008712	9062 – PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS – Seguro Anual do veículo FORD RANGER 2008	5.894,55

08.08.2012	09.02.0017/CME-2012	009654	2451 – MECÂNICA NACIONAL LTDA – ME	1.600,90
31.10.2012	09.02.0025/CME-2012	012636	6513 – DDD COM E REPRES LTDA	7.985,00
01.11.2012	09.02.0024/CME-2012	012692	12711 – W L DE O MORAES E SERVIÇOS	5.760,00
EMPENHADO				**37.187,34**
LIQUIDADO				**37.187,34**
ANULADO				**0,00**
PAGO				**37.187,34**
A PAGAR				**0,00**
A LIQUIDAR				**0,00**

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

DATA	PROCESSO Nº	EMPENHO	CREDOR	VALOR - R$
17.09.2012	09.02.0014/CME-2012	010853	13538 – N SALIBA PURIFICADORES DE ÁGUA	3.600,00
26.09.2012	09.02.0011/CME-2012	011235	4541 – L F IMPOTS	91.800,00
EMPENHADO				**95.762,87**
LIQUIDADO				**95.400,00**
ANULADO				**362,87**
PAGO				**95.400,00**
A PAGAR				**0,00**
A LIQUIDAR				**0,00**

DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL

CREDOR	VALORES – R$

Afonso da Conceição Marques	1.177,27
Alessandra Souza Silva	1.202,05
Cassia Marisa Neres Silva	600,27
Conceição Patriota Ferreira	559,90
Domingos do Rosario Izel	1.265,44
Domingos Savio Vieira Viamonte	145,64
Evalda da Hora Chaves	1.686,49
Enid Costa Castiel Gualberto	3.244,76
Fátima lucas	40,37
Israel de Souza Pires	861,72
Irany de Oliveira Lima Moraes	40,37
Laura Eloísa dos Santos Rios	6.582,34
Luiz Pereira Braga	2.026,36
Mara Genecy Centeno Nogueira	721,38
Mario Jorge Sousa de Oliveira	399,93
Yêda Maria de Melo Baleeiro	2.644,81
Karolline Karen Jorge Santos	600,27

EMPENHADO	**26.827,18**
LIQUIDADO	26.267,28
ANULADO	559,90
PAGO	**25.721,97**
A PAGAR	**545,31**
A LIQUIDAR	**0,00**

PASSAGENS E DESP. COM LOCOMOÇÃO

CREDOR: 12665 - VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO

DATA	PROCESSO Nº	EMPENHO	VALOR - R$
29.08.2012	09.02.005/CME-2012	010144	14.900,00

PASSAGEIRO	DATA VIAGEM IDA-VOLTA	DESTINO	VALOR
LAURA ELOISA S RIOS	16/10/2012	PVELHO/PALEGRE	R$ 714,15
ENID CASTIEL	16/10/2012	PVELHO/PALEGRE	R$ 714,15

LUIZ PEREIRA BRAGA	16/10/2012	PVELHO/PALEGRE	R$ 714,15
FRANCISCA SERRÃO	16/10/2012	PVELHO/PALEGRE	R$ 714,15
LAURA ELOISA S RIOS	16/10/2012	POA/GRAMADO/POA	R$ 316,00
ENID CASTIEL	16/10/2012	POA/GRAMADO/POA	R$ 316,00
LUIZ PEREIRA BRAGA	16/10/2012	POA/GRAMADO/POA	R$ 316,00
FRANCISCA SERRÃO	16/10/2012	POA/GRAMADO/POA	R$ 316,00
LAURA ELOISA S RIOS	19/10/2012	PALEGRE/PVELHO	R$ 627,04
ENID CASTIEL	19/10/2012	PALEGRE/PVELHO	R$ 627,04
LUIZ PEREIRA BRAGA	19/10/2012	PALEGRE/PVELHO	R$ 627,04
FRANCISCA SERRÃO	19/10/2012	PALEGRE/PVELHO	R$ 627,04

EMPENHADO	**14.900,00**
LIQUIDADO	6.215,67
ANULADO	0,00
PAGO	**6.215,67**
A LIQUIDAR (RESTOS A PAGAR)	**8.684,33**

OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PJ

DATA	PROCESSO Nº	EMPENHO	CREDOR	VALOR - R$
11.05.2012	09.02.0004/CME-2012	005832	12447 - GRÁFICA SÃO FRANCISCO LTDA	1.350,00
15.06.2012	09.02.0012/CME-2012	007595	13113 – IDEIA COM VISUAL E COM LTDA	42,50
15.06.2012	09.02.0012/CME-2012	007600	12447 - GRÁFICA SÃO FRANCISCO LTDA	80,00
03.07.2012	09.02.0016/CME-2012	008337	12447 - GRÁFICA SÃO FRANCISCO LTDA	6.300,00
24.08.2012	09.02.0018/CME-2012	009954	8228 – E RODRIGUES PEREIRA RUBIM	7.900,00
05.09.2012	09.02.0019/CME-2012	010677	9248 – ELLO COM E SERV (PALESTRAS)	5.543,20
EMPENHADO				**21.215,70**
LIQUIDADO				21.215,70
ANULADO				0,00
PAGO				**21.215,70**
A PAGAR				**0,00**
A LIQUIDAR				**0,00**

OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PJ

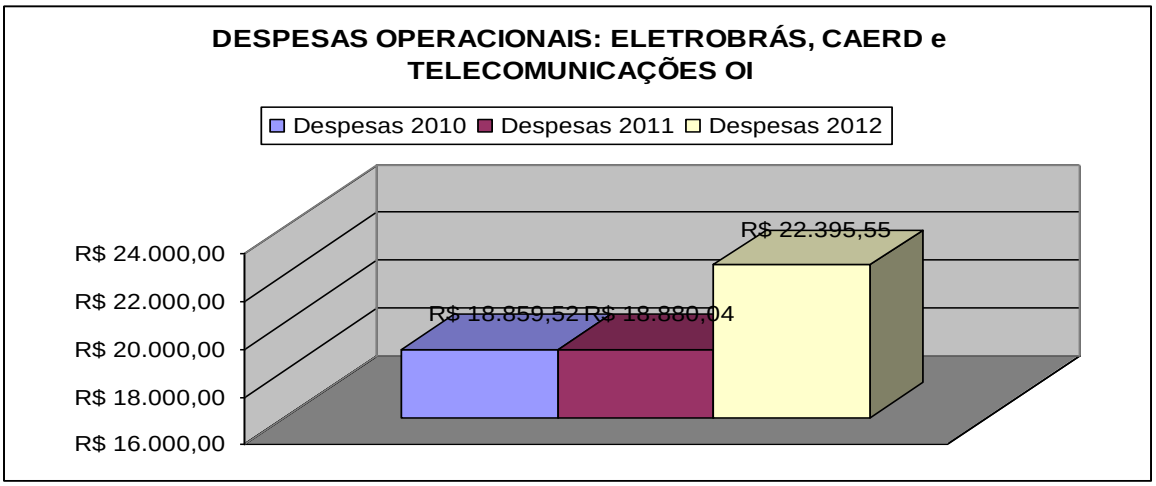
R E S U M O

DESPESA	EMPENHADO	LIQUIDADO	ANULADO	PAGO	A PAGAR	A LIQUIDAR
MATERIAL DE CONSUMO	11.386,88	8.979,04	0,00	7.347,50	1.631,54	2.407,84
OUTROS SERV DE TERCEIROS – PF	27.142,14	24.863,84	0,00	22.633,63	2.230,21	2.278,30
OUTROS SERV DE TERCEIROS – PJ	37.187,34	37.187,34	0,00	37.187,34	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	95.762,87	95.400,00	362,87	95.400,00	0,00	0,00
DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	26.827,18	26.267,28	559,90	25.721,97	545,31	0,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	14.900,00	6.215,67	0,00	6.215,67	0,00	8.684,33
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	21.215,70	21.215,70	0,00	21.215,70	0,00	0,00
TOTAL GERAL	**234.422,11**	**220.128,87**	**922,77**	**215.721,81**	**4.407,06**	**13.370,47**

DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTEADAS PELA SEMED

MESES	ÁGUA – CAERD	LÚZ – ELETROBRÁS	TELECOMUNICAÇÕES OI	TOTAIS
JANEIRO	177,03	714,59	631,56	**892,95**
FEVEREIRO	177,03	845,37	654,53	**1.488,60**
MARÇO	177,03	764,68	908,49	**1.423,06**
ABRIL	269,98	874,67	774,39	**1.571,35**
MAIO	218,57	937,41	940,35	**1.313,23**
JUNHO	295,47	956,79	950,68	**1.496,85**
JULHO	269,98	960,85	1.088,43	**1.686,90**
AGOSTO	190,33	792,53	972,71	**1.619,69**
SETEMBRO	182,78	874,49	906,54	**1.718,10**
OUTUBRO	177,03	1.334,70	914,53	**1.885,21**
NOVEMBRO	177,03	1.137,26	827,08	**1.909,76**
DEZEMBRO	195,62	999,71	-	**1.873,99**
TOTAIS	**2.507,88**	**10.318,38**	**9.569,29**	**22.395,55**



CERON 2010	10.403,48	**CERON 2011**	10.189,40	**CERON 2012**	10.318,38
CAERD 2010	4.093,89	**CAERD 2011**	2.193,49	**CAERD 2012**	2.507,88
OI 2010	4.362,15	**OI 2011**	6.497,15	**OI 2012**	9.569,29
Total	**18.859,52**	**Total**	**18.880,04**	**Total**	**22.395,55**

RECOMENDAÇÕES

Para o bom atendimento das metas a serem alcançadas para o ano de 2013, o Departamento Administrativo destaca as seguintes recomendações estruturais:

1 – Considerando a posse da nova Administração Municipal faz-se necessária a busca de alternativas para a construção da sede própria do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho;

Imagens meramente ilustrativas

– Colocação de toldos na entrada e na garagem do prédio para a proteção dos veículos do CME, visto que atualmente estes ficam expostos às ações do tempo;

Imagens meramente ilustrativas

3 – Reforma da sala de Reuniões, com a aquisição de novas mesas e cadeiras ergonômicas e

instalação de mais uma central de ar;

Imagens meramente ilustrativas

4 – Mudança do banheiro feminino ora localizado na sala do Departamento Administrativo para a sala onde atualmente está a guarda de material.

Imagens meramente ilustrativas

GABINETE

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO II

CENÁRIO FISCAL

II – CENÁRIO FISCAL

Considerando o desempenho anual da execução orçamentária e financeira de 2012, a seguir apresenta-se o comportamento das metas no exercício.

1. RECEITAS

1.1 Receitas Totais

Tabela 1

Balanço Orçamentário da Receita

R$ 1,00

Receitas	Previsão 2012	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre	
		2012	% Realização
Receitas Correntes	**829.837.000,00**	**856.184.757,68**	**103,18**
Receita Tributária	267.332.000,00	281.875.649,89	105,44
Receita de Contribuições	49.405.000,00	61.762.105,18	125,01
Receita Patrimonial	32.974.000,00	61.709.062,84	187,14
Transferências Correntes	462.307.000,00	435.959.064,95	94,30
Outras Receitas Correntes	17.819.000,00	14.878.874,82	83,50
Receitas de Capital	**124.277.000,00**	**68.693.584,75**	**55,27**
Operações de Crédito	7.000.000,00	6.433.307,63	91,90
Alienação de Bens	72.000,00	46.384,57	64,42
Transferências de Capital	117.205.000,00	62.213.892,55	53,08
Receitas(Intra-Orçamentárias)	**37.584.000,00**	**52.443.500,32**	**139,54**
Total	**991.698.000,00**	**977.321.842,75**	**98,55**

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PMPV

Gráfico 1

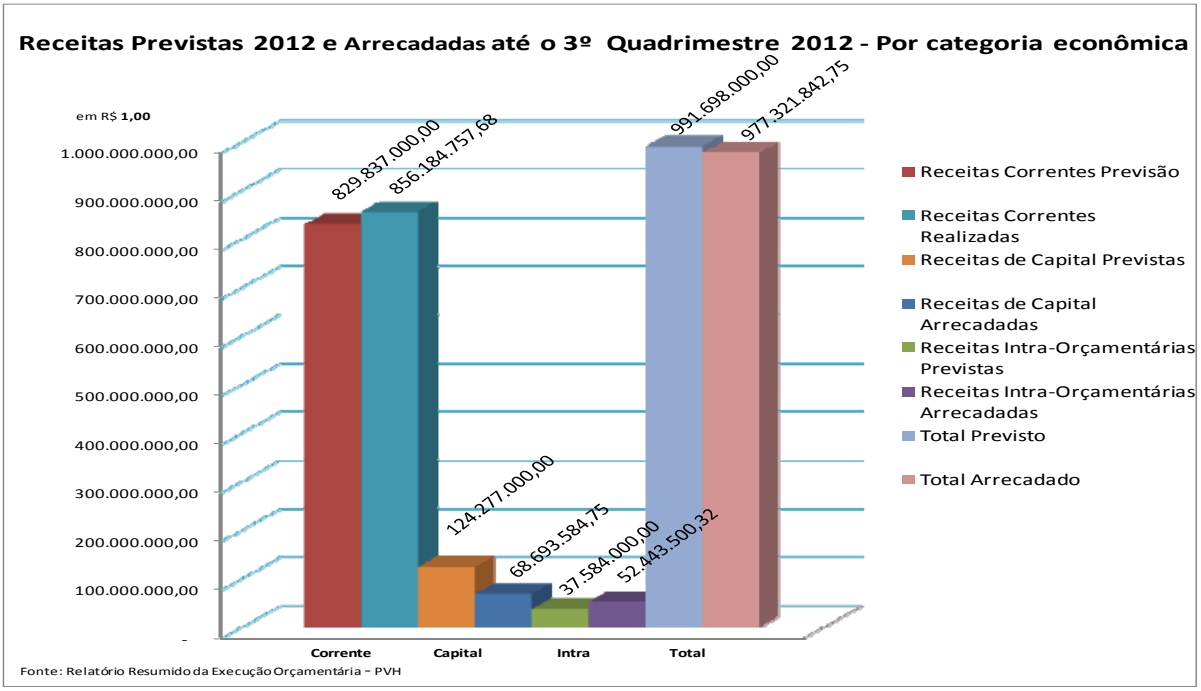
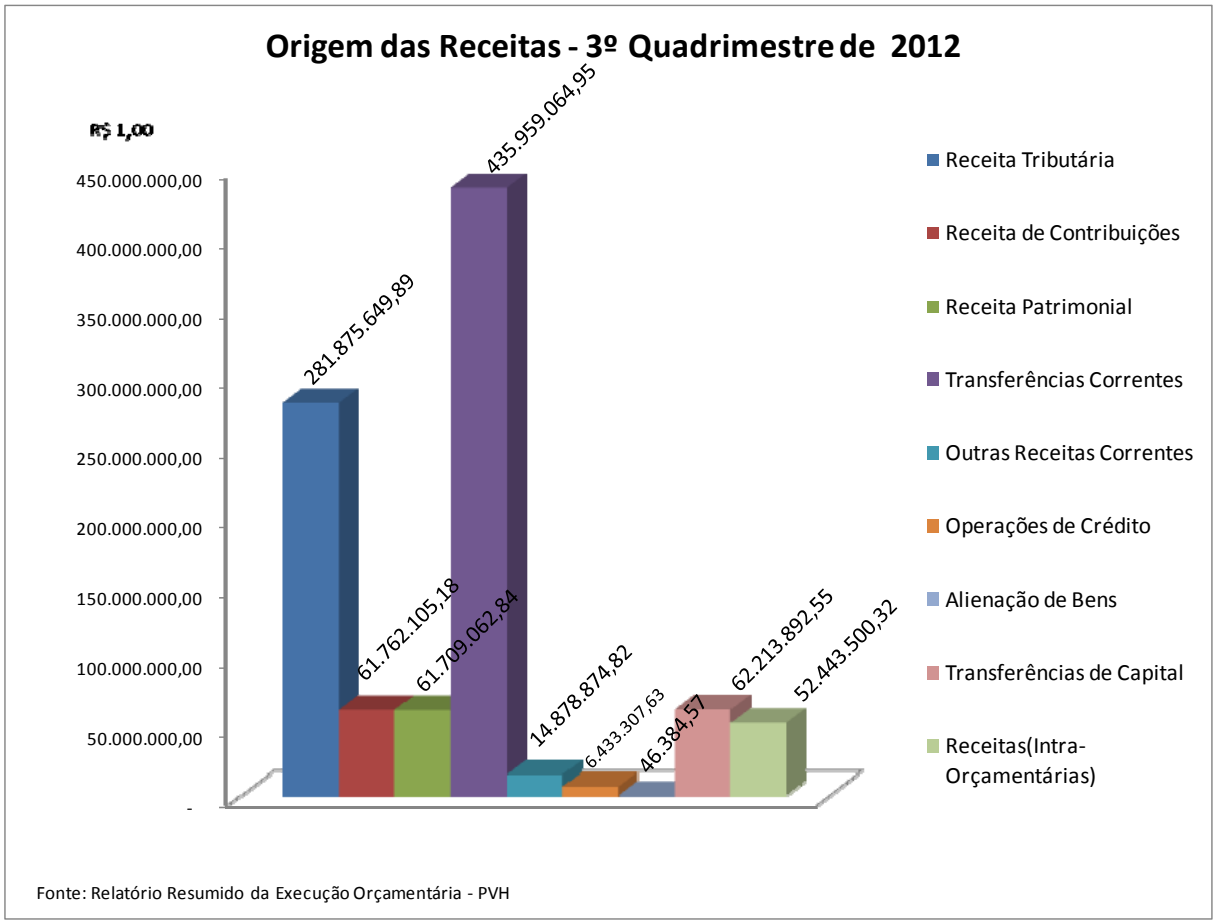


Gráfico 2



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

As receitas arrecadadas até dezembro de 2012, nestas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R$ 977,32 milhões. Com este montante, o Município encerrou o referido período com uma realização de 98,55% da previsão inicial.

1.1.1 Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem dos recursos arrecadados pelo Município através de impostos, taxas e transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados nesta categoria R$ 856.184.757,68, representando uma realização de 103,18% das receitas correntes previstas.

Entre as Receitas Correntes, destacam-se as **Tributárias**, que apresentaram realização de 105,44%.

Tabela 2

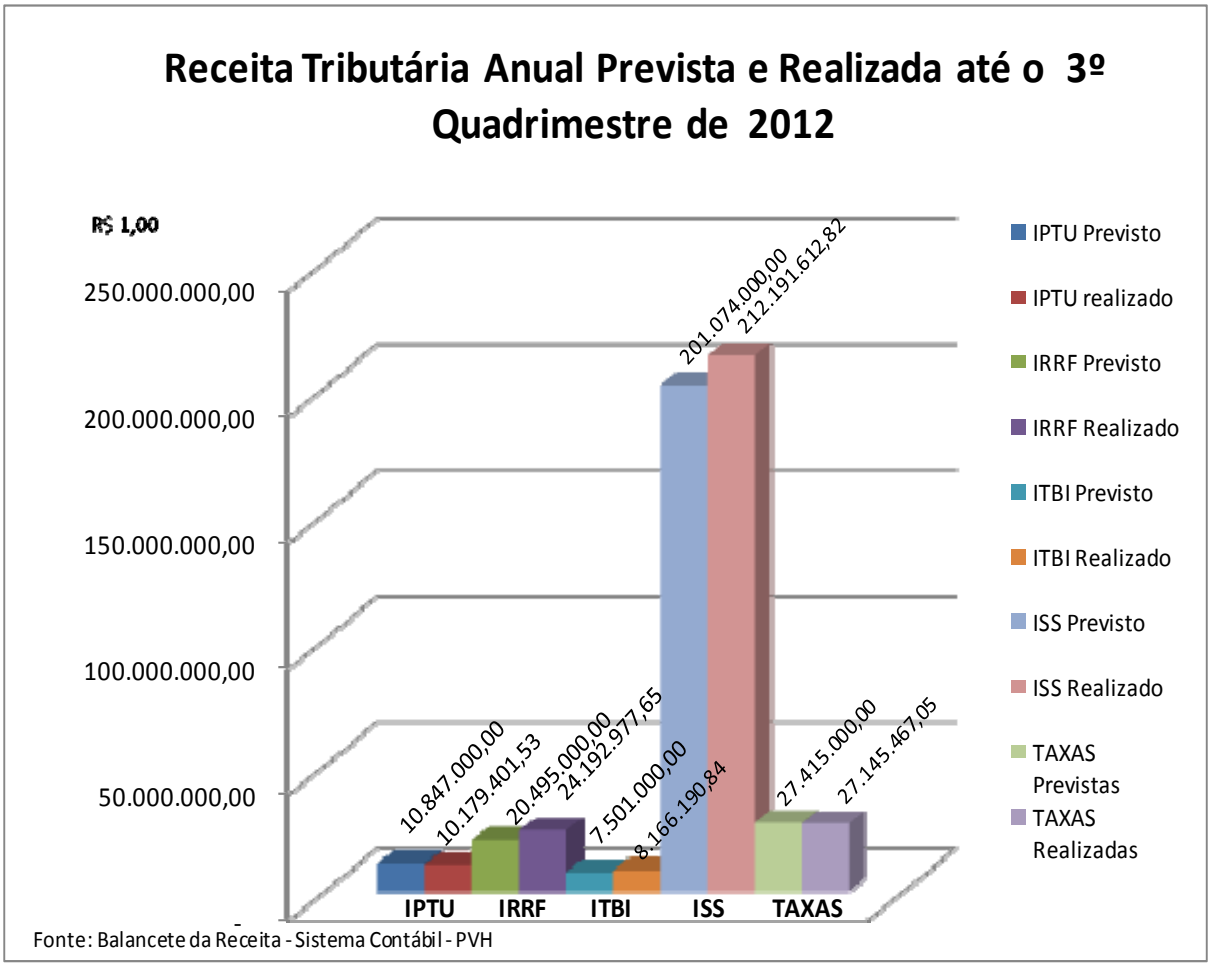
Receita Tributária

R$ 1,00

Receitas	Previsão 2012	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre	
		2012	% Realizada
Receita Tributária	**267.332.000,00**	**281.875.649,89**	**105,44**
Impostos	**239.917.000,00**	**254.730.182,84**	**106,17**
IPTU	10.847.000,00	10.179.401,53	93,85
IRRF	20.495.000,00	24.192.977,65	118,04
ITBI	7.501.000,00	8.166.190,84	108,87
ISS	201.074.000,00	212.191.612,82	105,53
Taxas	**27.415.000,00**	**27.145.467,05**	**99,02**

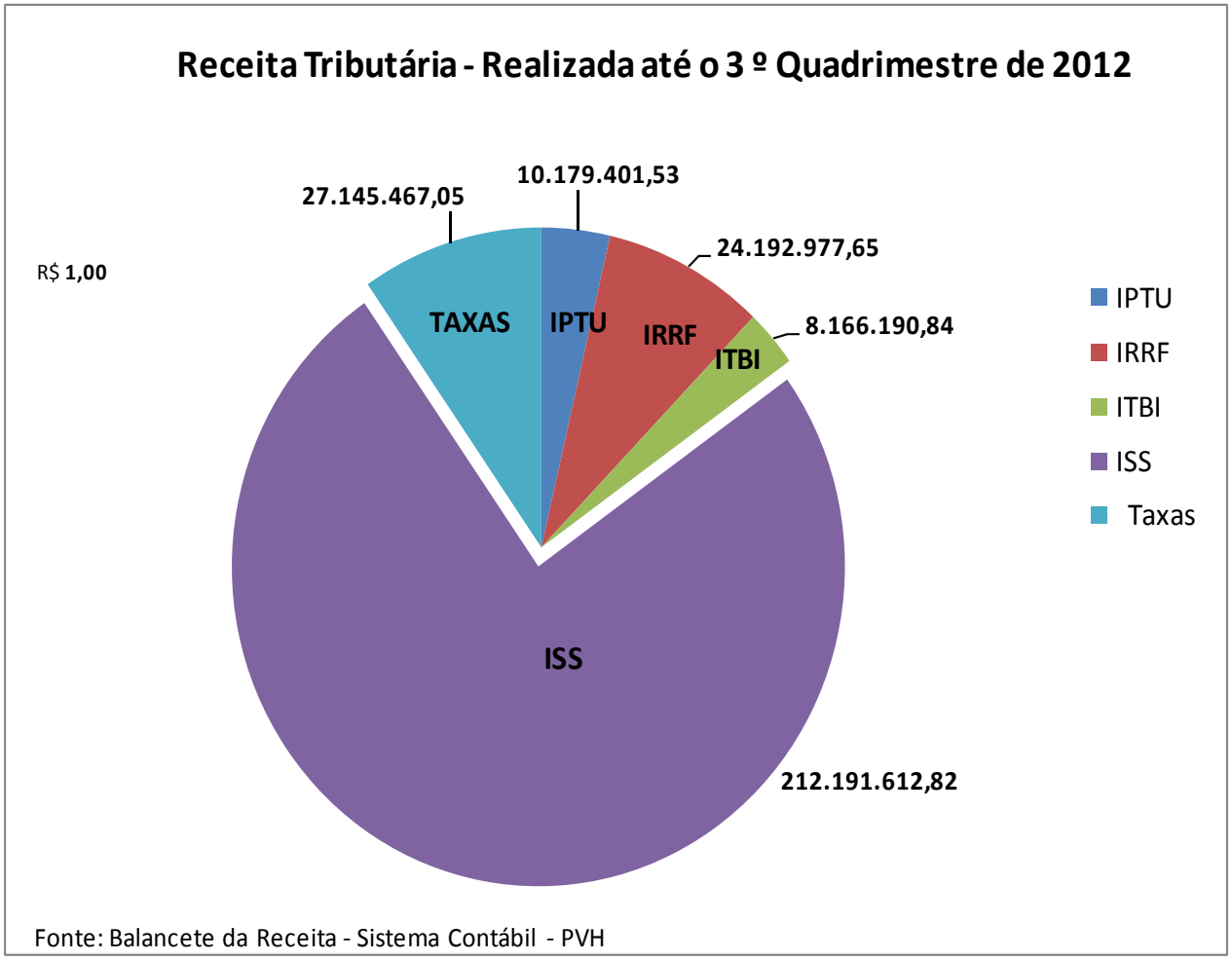
Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PMPV

Gráfico 3



Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PVH

Gráfico 4



As receitas provenientes do ISS, imposto com maior arrecadação, tiveram realização de 105,53%, representando um montante de R$ 212.191.612,82. Destaca-se também o IPTU cuja arrecadação no período foi de R$ 10.179.401,53, com realização de 93,85%, e o IRRF cuja realização foi de 118,04%.

Outro item das Receitas Correntes que merece destaque são as **Transferências Correntes**, conforme tabela 3:

Tabela 3

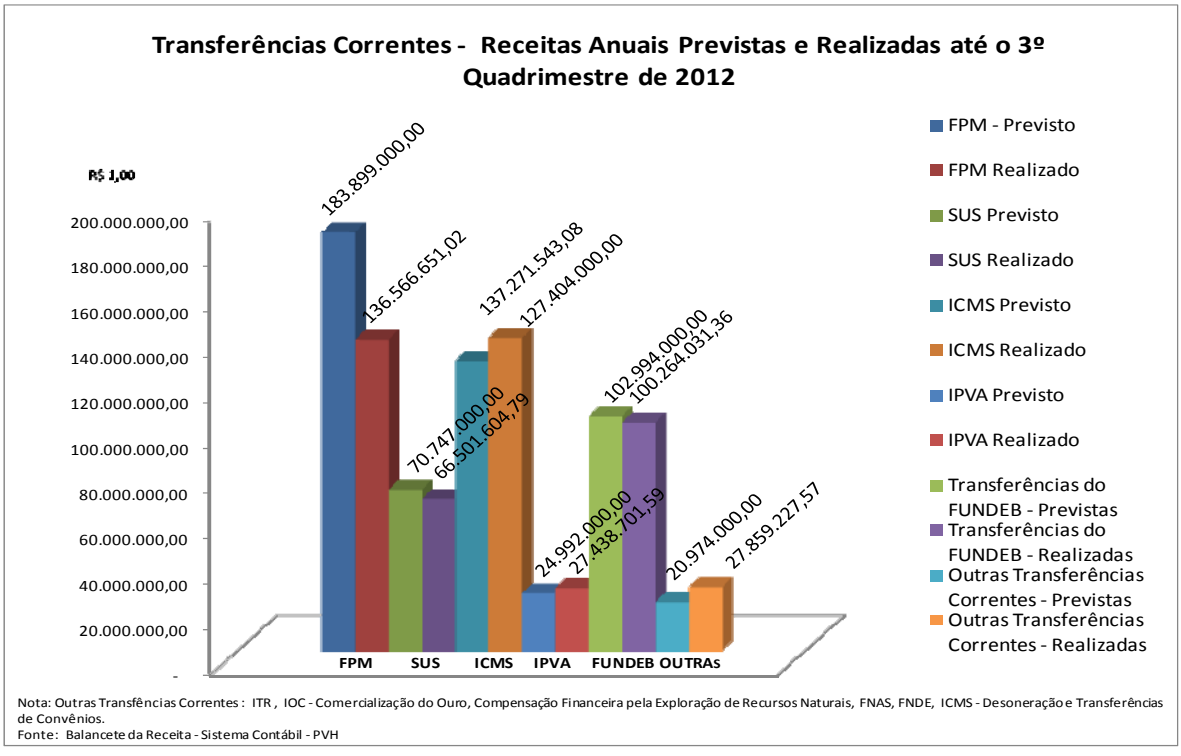
Transferências Correntes

R$ 1,00

Receitas	Previsão 2012	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre	
		2012	% Realização
Transferencias Correntes	**463.659.000,00**	**436.694.693,16**	**94,18**
FPM	183.899.000,00	136.566.651,02	74,26
ITR	228.000,00	237.243,18	104,05
IOC - Comercialização do Ouro	475.000,00	423.072,06	89,07
Transferência da Compensação Fananceira pela Exploração de Recursos Naturais	2.661.000,00	3.621.452,76	136,09
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	70.747.000,00	66.501.604,79	94,00
FNAS	900.000,00	2.517.052,75	279,67
Transferências do FNDE	10.647.000,00	16.065.830,61	150,90
ICMS - Desoneração LC 87/96	240.000,00	247.401,24	103,08
ICMS	127.404.000,00	137.271.543,08	107,75
IPVA	24.992.000,00	27.438.701,59	109,79
CIDE	1.352.000,00	735.628,21	54,41
Transferências do FUNDEB	102.994.000,00	100.264.031,36	97,35
Transferências de Convênios	4.471.000,00	4.011.546,76	89,72
(-) Dedução para o FUNDEB	(67.351.000)	(59.207.066)	87,91

Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PMPV

Gráfico 5



Nota: Outras Transfências Correntes : ITR , IOC - Comercialização do Ouro, Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais, FNAS, FNDE, ICMS - Desoneração e Transferências de Convênios.
Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PVH

As receitas de Transferências Correntes apresentaram realização de 94,18%, totalizando o montante de R$ 436.694.693,16.

O ICMS contribuiu com R$ 137.271.543,08, tendo seu percentual de realização atingido o patamar de 107,75%.

O Fundo de Participação dos Municípios - FPM que apresenta valor de R$ 136.566.651,02, segundo item mais significativo das Transferências Correntes, até o 3º quadrimestre de 2012, atingiu 74,26% de índice de realização.

As Transferências do FUNDEB com R$ 100.264.031,36, Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS com R$ 66.501.604,79, atingiram respectivamente 97,35% e 94,00% da previsão.

O IPVA que apresenta valor de R$ 27.438.701,59, quinto item mais significativo das Transferências Correntes, até o 3º quadrimestre de 2012, atingiu 109,79% de índice de realização.

1.1.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital somaram no período R$ 68.693.584,75 contra uma previsão anual de R$ 124.277.000,00, correspondendo a 55,27% de realização. Estas receitas não dependem da ação fiscal do Município. Os valores mais expressivos realizados no período são de Transferências de Convênios somando R$ 62.213.892,55.

Tabela 4

Receitas de Capital

R$ 1,00

Receitas	Previsão 2012	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre	
		2012	% Realização
Receitas de Capital	**124.277.000,00**	**68.693.584,75**	**55,27**
Operações de Crédito Internas	7.000.000,00	6.433.307,63	91,90
Alienação de Bens	72.000,00	46.384,57	64,42
Transferências de Convênios	117.205.000,00	62.213.892,55	53,08

Fonte: Balancete da Receita - Sistema Contábil - PMPV

1.2. Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida registrada nos últimos 12 meses, que serve de base para o cálculo de limites de despesas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, atingiu a cifra de R$ 825.431.961,80 - tabela 5.

Tabela 5
Receita Corrente Líquida

R$ 1,00

Especificação	Previsão 2012	Total (últimos 12 meses)	% Realizado
RECEITAS CORRENTES (I)	**897.188.000,00**	**915.391.823,93**	**102,03**
RECEITA TRIBUTÁRIA	267.332.000,00	281.875.649,89	105,44
IPTU	10.847.000,00	10.179.401,53	93,85
ISS	7.501.000,00	8.166.190,84	108,87
ITBI	201.074.000,00	212.191.612,82	105,53
IRRF	20.495.000,00	24.192.977,65	118,04
Outras Receitas Tributárias	27.415.000,00	27.145.467,05	99,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	49.405.000,00	61.762.105,18	125,01
RECEITA PATRIMONIAL	32.974.000,00	61.709.062,84	187,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	529.658.000,00	495.166.131,20	93,49
Cota-Parte do FPM	183.899.000,00	136.566.651,02	74,26
Cota-Parte do ICMS	127.404.000,00	137.271.543,08	107,75
Cota-Parte do IPVA	24.992.000,00	27.438.701,59	109,79
Cota-Parte do ITR	228.000,00	237.243,18	104,05
Transferências da LC 87/1996	240.000,00	247.401,24	103,08
Transferências do FUNDEB	102.994.000,00	100.264.031,36	97,35
Outras Transferências Correntes	89.901.000,00	93.140.559,73	103,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.819.000,00	14.878.874,82	83,50
DEDUÇÕES (II)	**92.503.000,00**	**89.959.862,13**	**97,25**
Contrib. Para o Plano de Previdência do Servidor	23.112.000,00	30.082.337,78	130,16
Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários	2.040.000,00	670.458,10	32,87
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	67.351.000,00	59.207.066,25	87,91
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	**804.685.000,00**	**825.431.961,80**	**102,58**

Fonte: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PMVH

2. DESPESAS

2.1. Despesas Totais

A despesa liquidada até o 3º quadrimestre de 2012 totalizou R$ 962.853.355,54 correspondentes a 80,74% da dotação atualizada, demonstrado a seguir, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa:

Tabela 6

Balanço Orçamentário da Despesa

R$ 1,00

Despesas	Dotação Atualizada 2012	Despesas Empenhadas até o 3º Quadrimestre 2012	
		Valor	% Realização
Despesas Correntes	**815.921.385,81**	**751.291.543,41**	**92,08**
Pessoal e Encargos Sociais	416.153.250,33	405.080.214,74	97,34
Juros e Encargos da Dívida	7.454.483,23	7.454.483,23	100,00
Outras Despesas Correntes	392.313.652,25	338.756.845,44	86,35
Despesas de Capital	**290.722.263,80**	**167.513.977,29**	**57,62**
Investimentos	275.846.254,02	152.649.660,14	55,34
Inversões Financeiras	2.844.000,00	2.834.307,37	99,66
Amortização da Dívida	12.032.009,78	12.030.009,78	99,98
Despesas (Intra-Orçamentárias)	**44.533.195,06**	**44.047.834,84**	**98,91**
Reservas de Contingência(*)	**41.388.977,00**	**-**	**-**
Total	**1.192.565.821,67**	**962.853.355,54**	**80,74**

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PMPV
Nota: (*) Reserva de Contingência Inicial: R$ 29.768.135,00, dos quais R$ 21.725.920,00 corresponde à Reserva do RPPS; R$ 15.610.459,88 decorre de contingenciamento orçamentário - Decreto nº 12691-04/07/12. Foram descontingenciados R$ 3.989.617,88 através do Decreto nº 12.883-28/12/12.

Gráfico 6

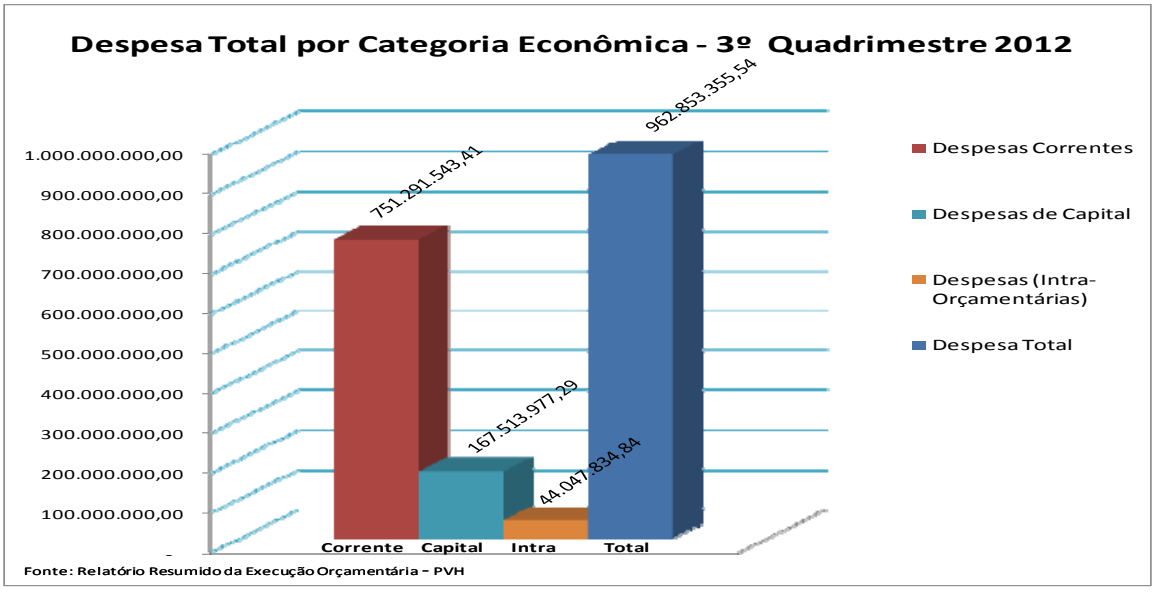
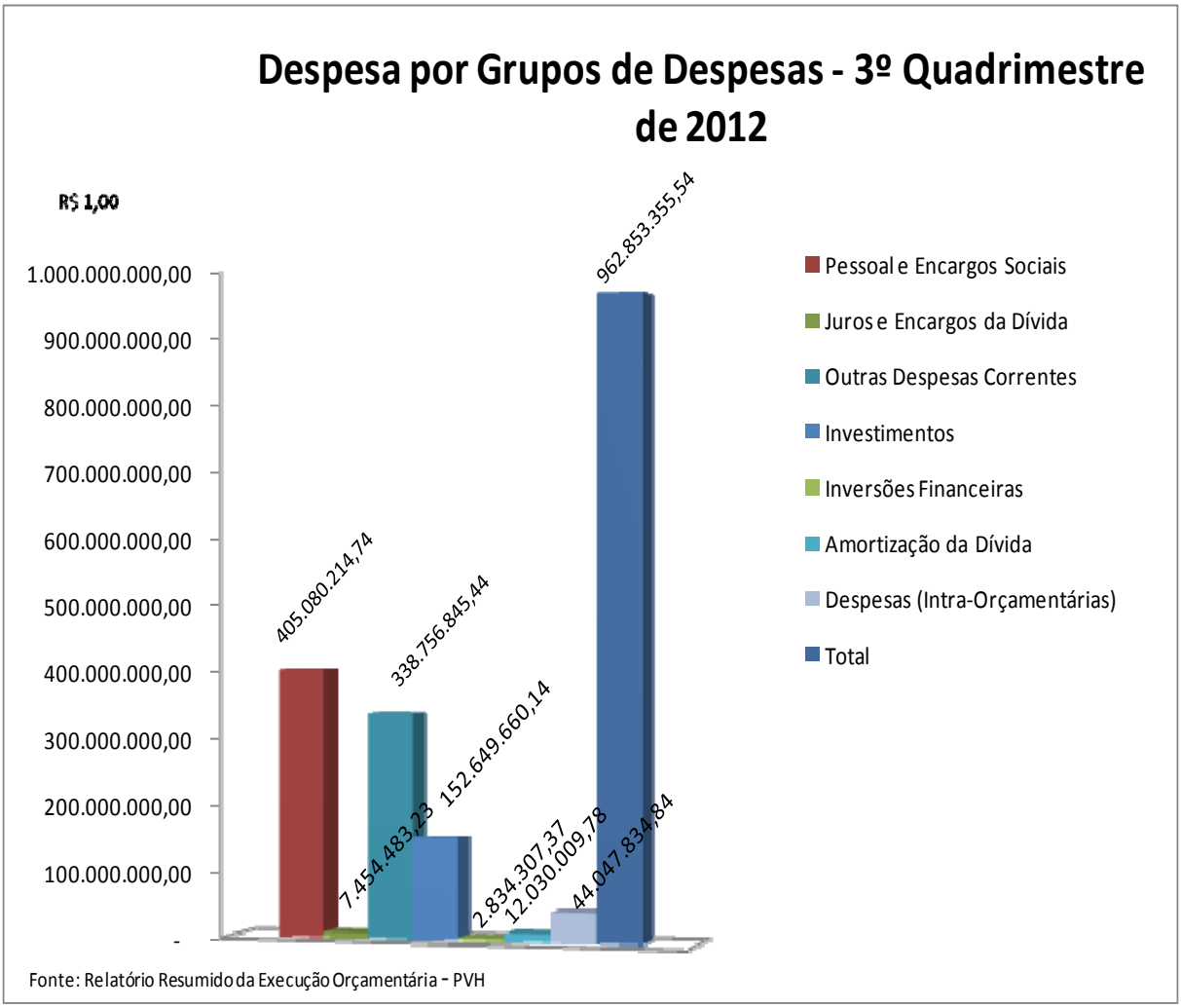


Gráfico 7



2.1.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

No 3º quadrimestre de 2012 as despesas correntes somaram R$ 751.291.543,41, representando uma realização de 92,08% do valor fixado para o exercício.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R$ 405.080.214.74, correspondendo a 97,34% do orçamento anual. Nos dois Poderes, o gasto com pessoal se comportou dentro dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme exposto na tabela 10.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas, somaram R$ 7.454.483,23 correspondendo a 100,00% do estimado para o ano.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Município, com um total empenhado de R$ 338.756.845,44, correspondente a 86,35% do fixado para o ano.

2.1.2 Despesas de Capital

As Despesas de Capital atingiram o montante de R$ 167.513.977.29, correspondendo a 57,62% do previsto no ano.

Esta categoria é constituída pelos grupos: Investimentos no valor de R$ 152.649.660,14, Inversões Financeiras de R$ 2.834.304,37 e Amortização da Dívida, de R$ 12.030.009,78.

2.1.3 Despesas por Fonte de Recurso

Quanto à composição das despesas por fonte de recursos, a tabela 7 a seguir demonstra que 55,69% destas são custeadas por recursos próprios, evidenciando a autonomia do tesouro em relação aos gastos totais do Município. As despesas financiadas com recursos provenientes do FUNDEB representam, na execução orçamentária, 10,48%; aquelas financiadas por Recursos de Outras Fontes - Transferências de Convênios participam com 8,24% da despesa empenhada no período.

Tabela 7

Despesas por Fonte de Recursos

R$ 1,00

Descrição	Créditos(*) 2012	% Part.	Despesa Empenhada		
			Até 3º Quadrim. 2012	% Part.	% Real.
Recursos Próprios do Tesouro	576.557.000,00	48,35	536.228.264,95	55,69	93,01
Rec.Tes. - Recursos Ordinários	369.155.715,69	30,95	348.538.936,15	36,20	94,42
Rec. Tes. - Recei. de Impos. - Educação	78.976.989,25	6,62	78.971.472,88	8,20	99,99
Rec. Tes. - Recei. de Impos. - Saúde	102.660.295,06	8,61	102.629.678,63	10,66	99,97
Rec.Tesouro - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência - RPPS	50.820.000,00	4,26	33.445.225,25	3,47	65,81
Rec. Tesouro - Ações e Serviços de Saúde	38.568.503,20	3,23	38.321.893,23	3,98	99,36
Rec. Tesouro - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	70.747.000,00	5,93	53.458.311,49	5,55	75,56
Rec. Tesouro - Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	20.253.660,21	1,70	17.161.122,44	1,78	84,73
Rec. Tesouro - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.352.000,00	0,11	1.351.961,93	0,14	100,00
Rec.Tesouro - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	11.891.591,74	1,00	10.724.000,00	1,11	90,18
Rec. Tesouro - Transferências de Recursos do FUNDEB	102.994.000,00	8,64	100.898.064,12	10,48	97,96
Rec. Tesouro - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.410.000,00	0,20	2.342.761,05	0,24	97,21
Rec. Tesouro - Recursos Destinados a Fundos	3.916.000,00	0,33	3.196.123,95	0,33	81,62
Rec. Tesosuro - Operações de Créditos Internas	67.501.619,53	5,66	31.134.482,09	3,23	46,12
Rec. Tesouro - Remuneração de Depósitos Bancários	25.764.000,00	2,16	6.088.177,29	0,63	23,63
Rec. de Outras Fontes - Transferências de Convênios	180.135.182,43	15,10	79.311.365,68	8,24	44,03
Rec.Tesouro - Exercícios Anteriores - Recursos Ordinários	24.836.665,90	2,08	24.587.327,40	2,55	99,00
Rec.Tesouro - Exercícios Anteriores - Transf. Rec. SUS	36.996.448,70	3,10	27.583.237,90	2,86	74,56
Rec.Tesouro - Exercícios Anteriores - FNAS	609.753,00	0,05	597.356,73	0,06	97,97
Rec.Tesouro - Exercícios Anteriores - Rec. Destinados a Fundos	2.976.396,96	0,25	2.511.027,13	0,26	84,36
Despesas Totais	**1.192.565.821,67**	**100,00**	**962.852.525,34**	**100,00**	**80,74**

Fonte: Balancete da Despesa - Consolidado - PVH

(*) Créditos iniciais + Créditos Adicionais

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Observa-se que as despesas foram realizadas num percentual de 80,74%, ao tempo em que as receitas foram arrecadadas num montante equivalente a 98,55% do total previsto para o ano de 2012. Tal fato denota a preocupação do Município de Porto Velho em manter a execução da despesa em nível compatível com a arrecadação, atenta aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto.

Tabela 8

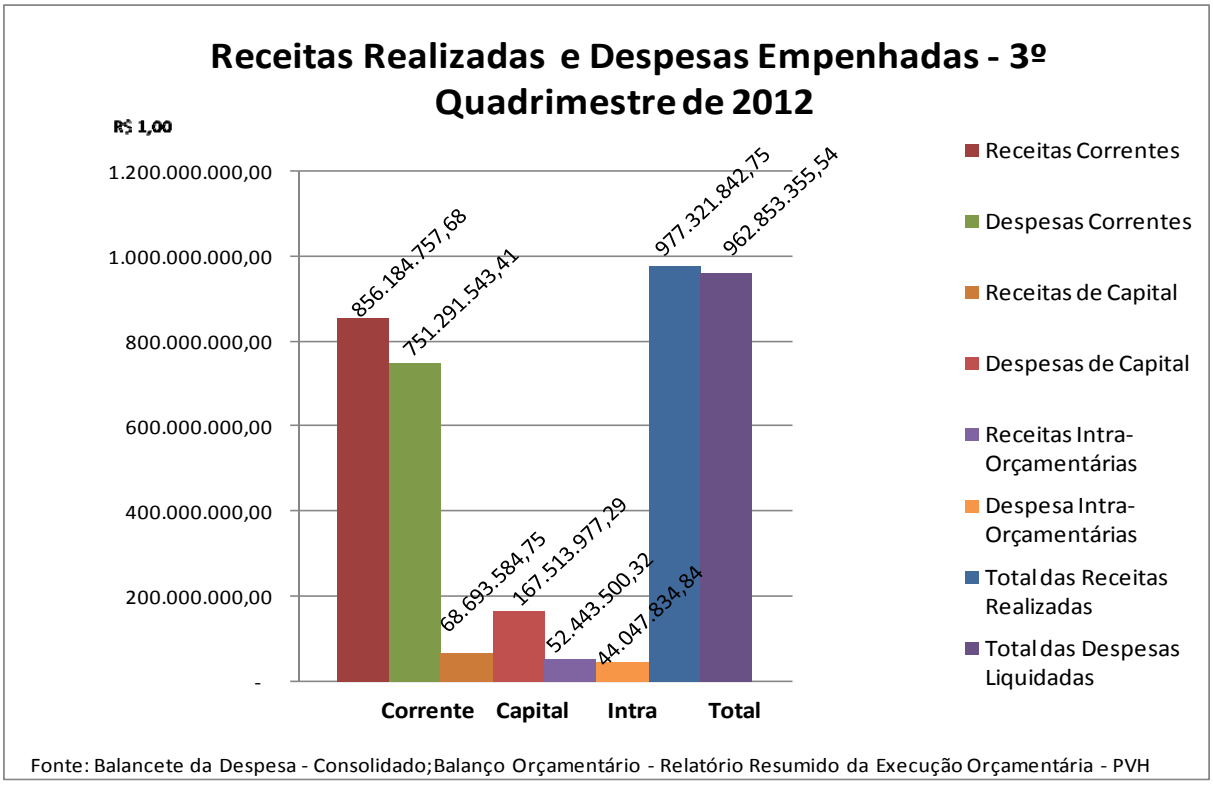
Comparativo das Receitas e Despesas

R$ 1,00

Especificação	Receitas			Despesas		
	Previsão Anual/2012	Realizado até 3° Quadrimestre/ 2012	% Realiz.	Dotação Atualizada/2012	Empenhado até o 3° Quadrimestre/ 2012	% Realiz.
Corrente (*)	829.837.000,00	856.184.757,68	103,18	815.921.385,81	751.291.543,41	92,08
Capital	124.277.000,00	68.693.584,75	55,27	290.722.263,80	167.513.977,29	57,62
Intra-Orçamentárias	37.584.000,00	52.443.500,32	139,54	44.533.195,06	44.047.834,84	98,91
Reserva de Contingência				41.388.977,00		
TOTAL	991.698.000,00	977.321.842,75	98,55	1.192.565.821,67	962.853.355,54	80,74

(*) Inclusive dedução para formação do FUNDEB
Fonte: Balancete da Despesa - Consolidado; Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

Gráfico 8



Fonte: Balancete da Despesa - Consolidado;Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

Quanto ao Resultado Corrente, o Município encerrou o 3° Quadrimestre de 2012 com superávit corrente de R$ 104.893.214,27, fruto de uma Receita Corrente de R$ 856.184.757,68, para uma Despesa Corrente de R$ 751.291.543,41. Ao se considerar todas as categorias econômicas da receita e despesa, verifica-se que o resultado orçamentário foi de R$ 14.468.487,21.

Tabela 9
Resultado Orçamentário

R$ 1,00

Especificação	Realizado até o 3º Quadrimestre 2012
Receitas Correntes (*)	856.184.757,68
(-) Despesas Correntes	751.291.543,41
Superávit Corrente	**104.893.214,27**
(+) Receitas de Capital	68.693.584,75
(-) Despesas de Capital	167.513.977,29
(+) Receita (Intra-Orçamentária)	52.443.500,32
(-) Despesa (Intra-Orçamentária)	44.047.834,84
Resultado Orçamentário	**14.468.487,21**

(*) Inclusive dedução para formação do FUNDEB
Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PMPV

4. DESPESAS COM PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresenta como o item mais significativo no conjunto das despesas, se manteve, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, absolutamente dentro dos limites legais, em cada Poder, conforme demonstrado na tabela 10.

Tabela 10

Despesa com Pessoal X Receita Corrente Líquida

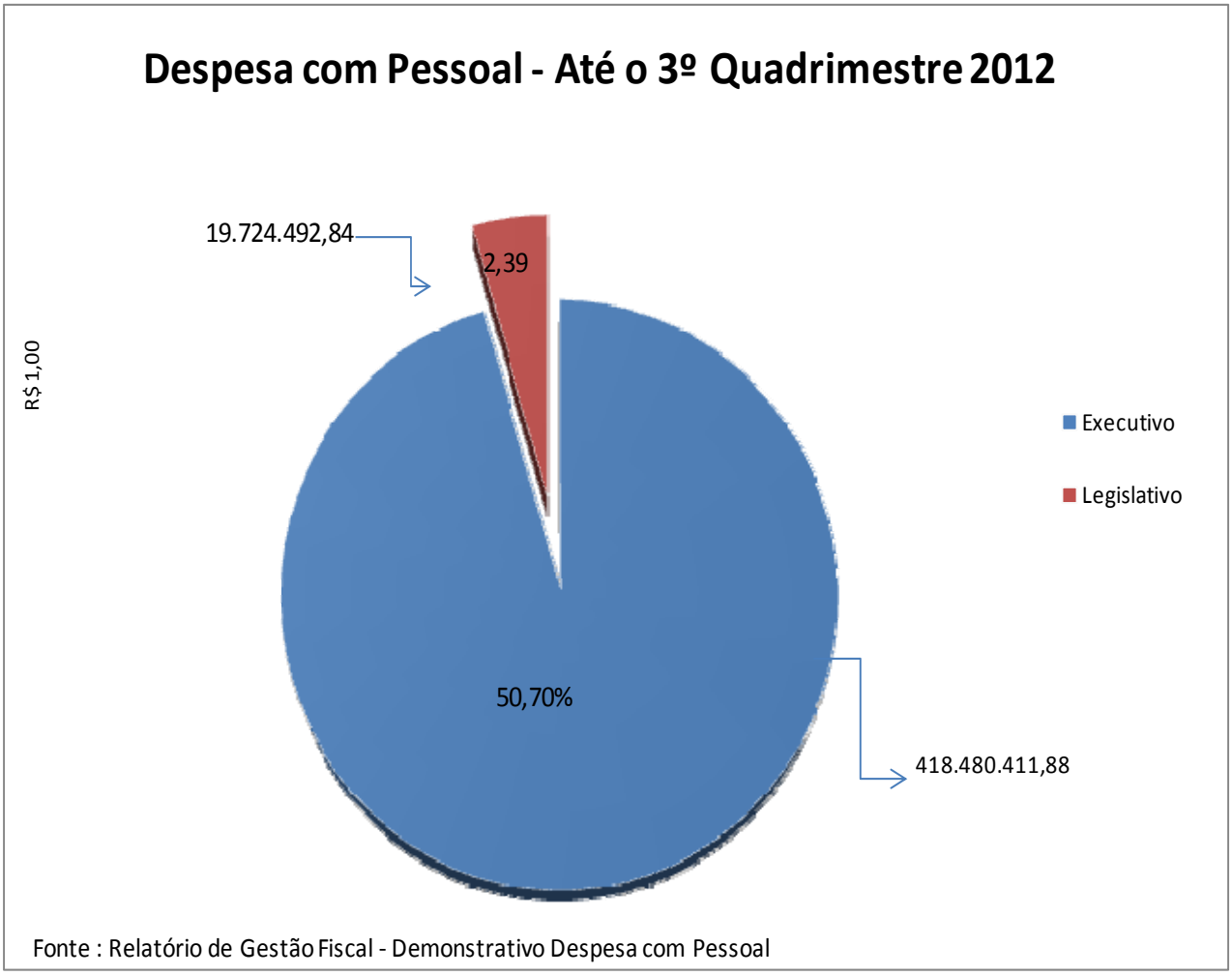
R$ 1,00

Poder	Despesa Executada (últimos 12 meses)	% Realizado (DTP sobre a RCL)	Limite Prudencial	Limite Máximo
Executivo	418.480.411,88	50,70	51,30	54,00
Legislativo	19.724.492,84	2,39	5,70	6,00
TOTAL	**438.204.904,72**	**53,09**	**57,00**	**60,00**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo Despesa com Pessoal - 3º Quadrimestre - 2012 - PMPV

Nota: Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses: **825.431.961,80**

Gráfico 8



Fonte : Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo Despesa com Pessoal

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, para fins de apuração de limite mínimo constitucional, totalizaram até o 3º quadrimestre de 2012, o montante de R$ 558.692.089,17, correspondendo a 27,20% da Receita de Impostos. A despesa com a remuneração do pessoal do magistério da educação básica atingiu 74,18% dos recursos recebidos do FUNDEB - tabela 11.

Os dados apurados demonstram a aplicação mínima de 25% estabelecida no artigo 212 da Constituição Federal.

Tabela 11
Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

R$ 1,00

Especificação	Valor Apurado até 3º Quadrimestre/ 2012	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício/ 2012	% Aplicado no Exercício/2012
Total da Receita de Impostos	558.692.089,17		
Despesa - Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	151.952.019,75	25%	27,20
Receitas Recebidas do FUNDEB	100.649.108,56		
Transferências de Recursos do FUNDEB	100.264.031,36		
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	385.077,20		
Despesa - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com a Educação Infantil e Ensino Fundamental	74.661.173,31	60%	74,18

Fonte: RREO - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram até o 3º quadrimestre de 2012 o montante de R$ 102.629.678,63, que corresponde a 18,37% da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais no valor de R$ 558.587.894,88. Verifica-se cumprida a obrigatoriedade constitucional de aplicação do mínimo de 15%

estabelecido no Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – Emenda Constitucional n° 29/2000.

Tabela 12
Despesas Próprias com Saúde

R$ 1,00

Especificação	Valor Apurado até 3º Quadrimestre/ 2012	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício/ 2012	% Aplicado no Exercício/2012
Receita de Impostos Líquida e Transferências Constitucionais e Legais	558.587.894,88		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	102.629.678,63	15%	18,37

Fonte: RREO - Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

7. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Município para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender o serviço da dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem as receitas de remuneração de depósitos bancários, de operações de crédito e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida.

Tabela 13

Demonstrativo do Resultado Primário

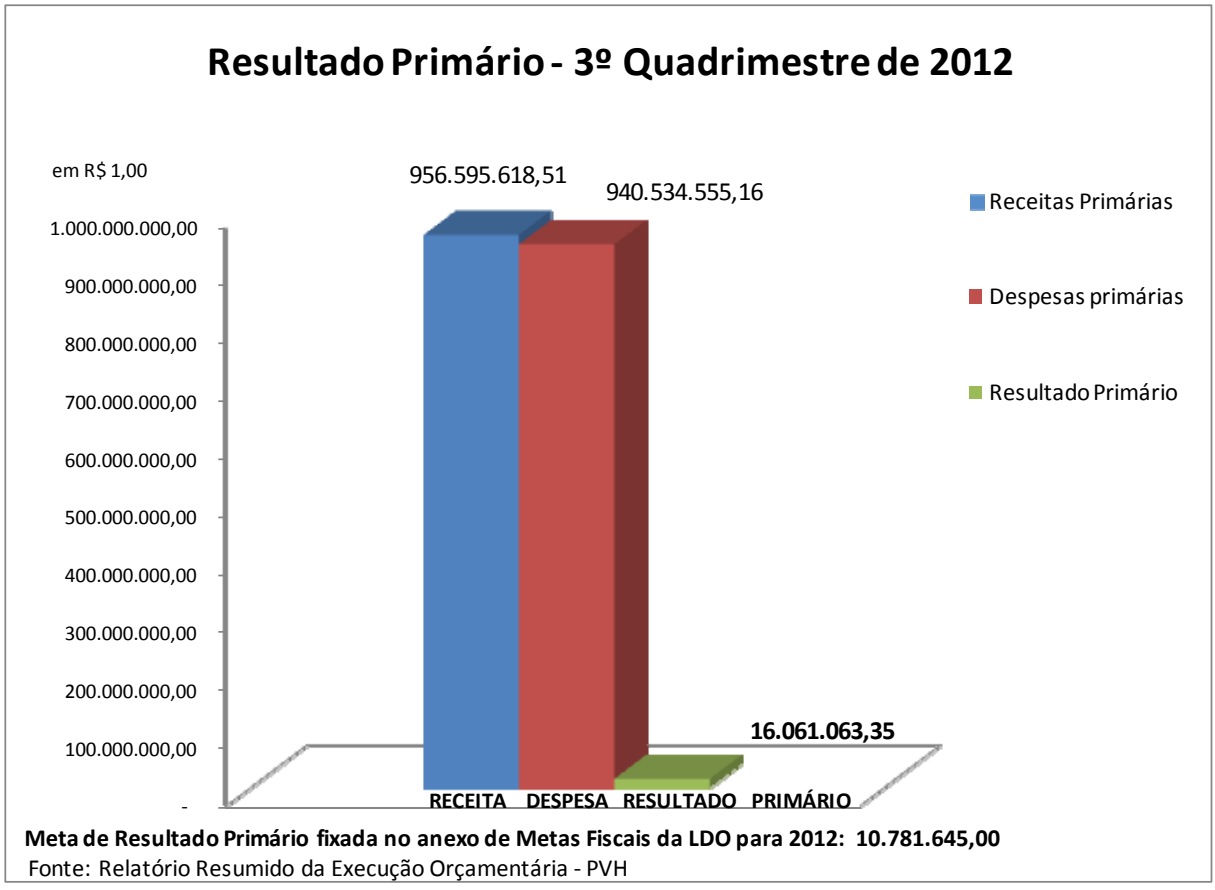
R$ 1,00

Receitas		Realizado até o 3º Quadrimestre		Var.%
		2012	2011	
1	Receitas Primárias Correntes	894.381.725,96	818.214.194,62	9,31
2	Receitas Primárias de Capital	62.213.892,55	43.863.711,25	41,83
3	Receitas Primárias (1 + 2)	956.595.618,51	862.077.905,87	10,96
Despesas		**Empenhadas até o 3º Quadrimestre**		**Var.%**
		2012	2011	
4	Despesas Primárias Correntes	787.884.895,02	710.894.822,19	10,83
5	Despesas Primárias de Capital	152.649.660,14	105.741.158,61	44,36
6	Despesas Primária Total (4 + 5)	940.534.555,16	816.635.980,80	15,17
	Resultado Primário (3 - 6)	**16.061.063,35**	**45.441.925,07**	**-64,66**
Discriminação da Meta Fiscal				

Meta de Resultado Primário fixada no anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência: **R$ 10.781.645,00**

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário

Gráfico 9



Meta de Resultado Primário fixada no anexo de Metas Fiscais da LDO para 2012: 10.781.645,00

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - PVH

O Resultado Primário apurado no exercício 2012 foi de R$ 16.061.063,35, para uma receita primária realizada de R$ 956.595.618,51 em contrapartida à despesa primária liquidada de R$ 940.534.555,16, superando a meta de R$ 10.781.645,00 prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício.

8. DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) atingiu o patamar de R$ -88.549.695,72 ao final do 3º quadrimestre de 2012 apresentando uma variação de 2,7% em relação ao saldo em 31/12/2011, quando a DCL fora de R$ -86.243.288,66. A DCL resulta da combinação da diminuição da Dívida Consolidada (DC) e redução das deduções, o que pode ser aferido na tabela adiante (Tabela 14):

Tabela 14
Dívida Consolidada

R$ 1,00

Especificação	Saldo de 2011 (a)	Saldo de 2012	Var.% (b/a)
		Até o 3º Quadrimestre (b)	
(+) DÍVIDA CONSOLIDA - DC	126.821.166,57	119.228.590,64	-6,0
Dívida Mobiliária	-		-
Dívida Contratual	76.450.928,74	74.664.977,99	-2,3
Interna	76.450.928,74	74.664.977,99	-2,3
Externa	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-
Demais Dívidas	50.370.237,83	44.563.612,65	-11,5
DEDUÇÕES	213.064.455,23	207.778.286,36	-2,5
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta	220.822.452,60	216.174.950,68	-2,1
(-) Demais Haveres Financeiros	-		-
(+) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	7.757.997,37	8.396.664,32	8,2
(=) DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL	-86.243.288,66	-88.549.695,72	2,7
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	764.871.339,21	825.431.961,80	7,9
% da DC sobre a RCL	16,58	14,44	-
% da DCL sobre a RCL	-11,28	-10,73	-
Limite definido pela Resolução do Senado Federal = 120,00%	917.845.607,05	990.518.354,16	7,9

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - 3º Quadrimestre

A DC, que chegou a R$ 119.228.590,64 no 3º quadrimestre de 2012 teve uma diminuição de 6,0% com relação a dezembro de 2011. Já as deduções reduziram-se de R$ 213,06 milhões para R$ 207,77 milhões no mesmo período, proporcionando uma variação negativa de 2,5%.

A despeito da diminuição da DCL entre o dezembro de 2011 e o 3º quadrimestre de 2012, a relação DCL/RCL, que mede o limite legal do endividamento dos municípios no âmbito da LRF apresentou aumento: de -11,28% da RCL para -10,73% da RCL. Isso se deu por que a elevação da RCL (7,9%) foi superior ao apurado de 2,7% da DCL.

A Dívida Consolidada Líquida – DCL, em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 120,00%. Observa-se que até o 3º quadrimestre de 2012 o saldo da DCL representa -10.73% da RCL, importando afirmar que o Município está cumprindo plenamente as exigências legais.

9. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos.

Comparados o saldo do 3º quadrimestre de 2012 (31/dezembro/2012) com o saldo de 31/dezembro/2011, nota-se que a variação da Dívida Fiscal Líquida foi de R$ 2.306.407,06 negativos. Este resultado decorre da redução de 2,10% das disponibilidades de caixa bruto, ainda que a dívida consolidada tenha diminuído de 6,0% quando comparado ao saldo em 31.12.2011.

Tabela 15

Resultado Nominal

R$ 1,00

Especificação	Saldo em 31/Dez/2011 (a)	Saldo em 30/Abr/2012 (b)	Saldo em 31/Agosto/2012 (c)	Saldo em 31/Dezembro/2012 (d)
Dívida Consolidada - DC (I)	126.821.166,57	124.546.180,08	121.963.464,35	119.228.590,64
DEDUÇÕES (II)	213.064.455,23	236.773.183,31	174.749.683,19	207.778.286,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	220.822.452,60	247.861.839,42	186.577.399,13	216.174.950,68
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	7.757.997,37	11.088.656,11	11.827.715,94	8.396.664,32
Dívida Consolidada Líquida - DCL (III) = (I- II)	-86.243.288,66	-112.227.003,23	-52.786.218,84	-88.549.695,72
Receita de Privatizações (IV)	-	-	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	-	-	-	-
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	-86.243.288,66	-112.227.003,23	-52.786.218,84	-88.549.695,72
RESULTADO NOMINAL	**-**	**-25.983.714,57**	**33.457.069,82**	**-2.306.407,06**
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
Meta de Resultado Nominal fixada no anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			-98.138.075,00	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre - 2012 - PMPV

10. CONCLUSÃO

Os resultados alcançados demonstram a sólida situação econômico-financeira e a manutenção do equilíbrio fiscal do Município de Porto Velho até o 3° quadrimestre de 2012.

JORGE ALBERTO ELARRAT CANTO

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO III.1

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE PROGRAMAS E AÇÕES

Exercício 2013

Ano Base 2012

Porto Velho, março 2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Objetivo: Prover a Câmara Municipal de meios para a sua atuação legislativa.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
01.01.01.122.010.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	3.373.773	4.120.812	3.845.287	6.195.012
				Realizada	1	1	1		3.373.605	3.638.868	3.837.206	
				Variação %						-11,70	-0,21	
01.01.01.331.010.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES ASSISTIDOS	un	Prevista					296.568	309.200	299.918	
				Realizada					296.568	302.726	299.918	
				Variação %						-2,09		
01.01.01.128.010.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	PESSOAS CAPACITADAS	un	Prevista					12.510	17.000	18.658	
				Realizada					12.510	17.000	18.658	
				Variação %								
01.01.01.122.010.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	%	Prevista					182.783	392.815	1.825.807	
				Realizada					182.783	391.735	1.825.807	
				Variação %						-0,27		
01.01.01.126.010.2.121	Implementação de Ações de Informatização			Prevista					676.024	946.523	832.567	1.629.984
				Realizada					676.024	814.407	832.567	
				Variação %						-13,96		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Objetivo: Prover a Câmara Municipal de meios para a sua atuação legislativa.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
01.01.01.122.010.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	527	550	612	634	13.016.377	16.839.076	19.718.927	19.401.900
				Realizada		587	574		13.016.377	16.822.062	19.682.493	
				Variação %		6,73	-6,21			-0,10	-0,18	
01.01.01.031.010.2.316	Câmara Itinerante			Prevista						13.117	11.429	
				Realizada						13.117	11.429	
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE ADMINISTRADA	und	Prevista	1	1	1	1	1.987.243	2.668.676	1.719.963	1.060.914
				Realizada	1	1	1		1.970.079	2.622.781	1.719.963	
				Variação %					-0,86	-1,72		
02.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	m²	Prevista	174	174	174	174		246.124	69.942	430.128
				Realizada		174	174			246.124	69.942	
				Variação %								
02.01.24.131.007.2.194	Produção e Divulgação de Informações de Interesse Social			Prevista					4.290.210	4.952.998	3.523.859	4.545.000
				Realizada					4.289.112	4.952.998	3.523.859	
				Variação %					-0,03			
02.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	283	283	198	224	4.129.548	4.983.850	6.386.823	7.558.900
				Realizada		283	218		4.129.548	4.983.801	6.347.068	
				Variação %			10,10				-0,62	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Objetivo: Garantir os direitos da mulher ampliando sua participação por meio da inclusão social.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.14.422.037.1.045	Campanha de Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher	CAMPANHAS REALIZADAS	und	Prevista	1	1	1	1	50.433	260	23.500	217.464
				Realizada	1	1	1		49.861	260	23.500	
				Variação %					-1,13			
02.01.04.128.037.1.052	Capacitação em Gênero	PESSOAS CAPACITADAS	und	Prevista	400	500	600	700	20.900	17.000	238.824	96.850
				Realizada	400	500	523			16.944		
				Variação %			-12,83			-0,33		
02.01.14.128.037.1.052	Capacitação em Gênero	PESSOAS CAPACITADAS	und	Prevista	400	500	600	700	60.028	201.780	143.812	96.850
				Realizada	400	500	523		60.028	167.780		
				Variação %			-12,83			-16,85		
02.01.04.122.037.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	67.238	171.064	50.635	101.000
				Realizada	1	1	1		66.989	155.083	50.635	
				Variação %					-0,37	-9,34		
02.01.14.122.037.2.294	Manutenção das Atividades do Conselho de Defesa da Mulher	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	5.915		39.700	38.000
				Realizada	1	1	1		5.736		39.700	
				Variação %					-3,04			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL
Objetivo: Manter a segurança do prefeito e dos bens patrimoniais do Município e mobilizar a estrutura administrativa nos casos de calamidade pública.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.04.182.071.2.156 Manutenção de Serviços da Defesa Civil			Prevista					50.500	7.712		102.000
			Realizada					49.600	4.067		
			Variação %					-1,78	-47,27		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Objetivo: Implantar Políticas de desenvolvimento para os Distritos no contexto da realidade sócioeconômica

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.04.122.099.2.297	Manutenção das Sedes Administrativas dos Distritos	Sedes Administrativas Mantidas	unid	Prevista	11	11	11	11	54.000	89.037	64.000	120.000
				Realizada	13	13	10		54.000	88.000	64.000	
				Variação %	18,18	18,18	-9,09			-1,16		
02.01.04.122.099.1.298	Construção, ampliação e reforma de sedes administrativas dos Distritos	Obras realizadas	m²	Prevista	50	50	50	50				88.900
				Realizada		40						
				Variação %		-20,00						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Objetivo: Contribuir na inclusão social da juventude

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.01.14.422.101.2.299	Gestão e Administração do Programa - Protagonismo Juvenil	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	6.933	6.269		
				Realizada	1	1			6.933	6.269		
				Variação %								
02.01.14.422.101.1.300	Capacitação sobre Políticas Públicas de Juventude - Protagonismo Juvenil	Capacitação realizada	und	Prevista	4	4	4	4		95.100	469.000	78.000
				Realizada	4	4	4			95.100	469.000	
				Variação %								
02.01.14.422.101.2.468	Formação de jovens para o protagonismo juvenil.	JOVENS ASSISTIDOS	PESSOAS	Prevista			10.000					125.000
				Realizada			9.000					
				Variação %			-10,00					
02.01.14.422.101.2.469	Manutenção do Centro de Formação Profissional e Cultural Casa da Juventude	CENTRO MANTIDO	und	Prevista			1				4.400	60.000
				Realizada			1				4.400	
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.21.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	203.937	464.113	174.702	511.610
				Realizada	1		1		200.469	354.130	173.894	
				Variação %					-1,70	-23,70	-0,46	
02.21.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	27	27	20	24	664.032	899.668	1.125.453	1.190.621
				Realizada	18		20		664.028	897.192	1.096.139	
				Variação %	-33,33					-0,28	-2,60	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL
Objetivo: Identificar, salvaguardar, revitalizar e promover o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural do Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.21.13.391.044.2.098	Identificação, Registro e Difusão de Bens Históricos, Artísticos, Arqueológicos e Culturais	BENS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS, ARQUEOLÓGICOS E CULTURAIS IDENTIFICADOS E MEMORIZADOS	%	Prevista	40	48	58	70	50.514	6.858	26.220	342.000
				Realizada			25		50.514	6.800	26.220	
				Variação %			-56,90			-0,85		
02.21.13.391.044.1.223	Restauração e Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Cultural	Bens imóveis restaurados e preservados	und	Prevista	1	1	1	1	14.280	37.800	35.290	158.000
				Realizada	2				14.280	37.800	35.290	
				Variação %	100,00							

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Objetivo: Difundir, promover e garantir as manifestações culturais, artísticas e folclóricas do Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.21.13.392.047.1.072	Construção, Ampliação, Reforma e Implantação de Espaços Culturais	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	1	1	1	1		945.131	42.180	140.000
				Realizada	1						42.180	
				Variação %								
02.21.13.128.047.1.095	Formação de Agentes Culturais	AGENTES CULTURAIS FORMADOS	un	Prevista	30	30	30	30	12.504	15.200	45.500	287.400
				Realizada	86		10		12.504	15.200	45.500	
				Variação %	186,67		-66,67					
02.21.13.392.047.1.195	Produções Fonográficas e Edição de Material Gráfico-Literário	MATERIAIS FONOGRÁFICOS E GRÁFICO-LITERÁRIOS PRODUZIDOS	un	Prevista	1	1	1	1	6.570	78.616	7.200	154.800
				Realizada	1				6.570	78.616	7.200	
				Variação %								
02.21.13.392.047.2.198	Promoção de Eventos Turísticos, Culturais, Artísticos e Folclóricos	EVENTOS REALIZADOS	un	Prevista	50	60	72	86	3.047.608	4.341.849	3.877.265	2.093.566
				Realizada	394		72		3.047.608	3.656.261	3.627.526	
				Variação %	688,00					-15,79	-6,44	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.31 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS
Programa: 146 - COMBATE AO USO E OFERTA DE DROGAS
Objetivo: Promover a redução nos indices de criminalidade provenientes das drogas com políticas de prevenção e redução da demanda de uso e oferta de drogas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
02.31.14.422.146.2.463	Campanhas Educativas de Prevenção e Tratamento ao Uso Indevido de Drogas	CAMPANHAS REALIZADAS	und	Prevista			1					
				Realizada			1					
				Variação %								
02.31.14.422.146.1.464	Financiamento à Entidades e Grupos de Apoio para Atendimento aos Usuários de Drogas e aos seus Familiares	Entidades financiadas	und	Prevista			3					
				Realizada			1					
				Variação %			-66,67					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
03.01.04.124.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	341.328	625.094	185.022	380.914
				Realizada	1	1	1		337.558	609.012	185.022	
				Variação %					-1,10	-2,57		
03.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	1	1	52		4.907.221	6.485.650	5.056.621	
				Realizada	1	1	46		4.907.221	6.464.224	5.025.245	
				Variação %			-11,54			-0,33	-0,62	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Promover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
04.01.03.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	1.195.968	1.391.200	1.370.783	1.299.556
				Realizada	1	1			1.195.968	1.369.511	1.370.783	
				Variação %						-1,56		
04.01.03.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	77	77	95	77	11.453.257	12.707.452	13.841.763	
				Realizada	84	102	112		11.453.257	12.687.619	13.785.564	
				Variação %	9,09	32,47	17,89			-0,16	-0,41	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: 084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA
Objetivo: Promover estudos de assuntos juridicos relevantes de interesse do municipio

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
04.31.03.092.084.2.259	Coordenação e Manutenção das Atividades do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município	UNIDADES MANTIDAS	und	Prevista	1	1	1	1	162.250	644.410	591.000	878.598
				Realizada	1	1	1		162.250	103.855	156.336	
				Variação %						-83,88	-73,55	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	665.803	527.127	616.165	734.000
				Realizada	1	1	1		657.903	510.105	611.644	
				Variação %					-1,19	-3,23	-0,73	
05.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	PESSOAS CAPACITADAS	un	Prevista	30	33	30	40	67.188	4.560	7.710	
				Realizada	30	15	17		67.188	4.560	7.710	
				Variação %		-54,55	-43,33					
05.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	2	3	1	4	219.327	20.635	14.867	350.000
				Realizada	2	2	1		219.327	20.635	14.867	
				Variação %		-33,33						
05.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	73	78	75	73	3.448.106	3.902.405	3.948.650	4.524.786
				Realizada	73	75	73		3.448.106	3.893.199	3.891.198	
				Variação %		-3,85	-2,67			-0,24	-1,45	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Objetivo: Assegurar a administração, gestão e a participação popular na elaboração, acompanhamento e avaliação do Planejamento e Orçamento municipal.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.01.04.121.033.1.053	Capacitação Popular e Técnico-Administrativa no Planejamento Participativo	CAPACITAÇÕES OFERECIDAS	un	Prevista	20	24	28	32			33.500	47.000
				Realizada	20	26						
				Variação %		8,33						
05.01.04.128.033.1.053	Capacitação Popular e Técnico-Administrativa no Planejamento Participativo	CAPACITAÇÕES OFERECIDAS	un	Prevista	20	24	28	32		86.760		47.000
				Realizada	20	26						
				Variação %		8,33						
05.01.04.121.033.2.097	Gestão e Administração do Programa			Prevista						347.040	401.456	464.404
				Realizada								
				Variação %								
05.01.04.121.033.1.205	Realização de Eventos do Planejamento Participativo	EVENTOS REALIZADOS	und	Prevista	13	13	13	13	38.572	18.396	7.800	227.000
				Realizada	7	13	8		38.572	17.468	7.800	
				Variação %	-46,15		-38,46			-5,05		
05.01.04.121.033.2.479	Manutenção do Conselho das Cidades	Conselho Mantido	und	Prevista			1				6.100	
				Realizada			1				6.100	
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Objetivo: Assegurar a administração, gestão e a participação popular na elaboração, acompanhamento e avaliação do Planejamento e Orçamento municipal.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.01.04.121.033.2.480	Gestão do Planejamento Estratégico	Planejamento Estratégigo Elaborado e Monitorado	und	Prevista			1				7.920	
				Realizada			1				7.920	
				Variação %								
05.01.04.121.033.2.481	Monitoramento e Revisão de Planos Setoriais de Política Urbana	Planos Setoriais Monitorados e Revisados	und	Prevista			5				2.923.221	118.000
				Realizada			3					
				Variação %			-40,00					
05.01.04.121.033.2.482	Implementação de Legislação e Instrumentos de Política Urbana	Legislação e Instrumentos de Política Urbana Implementados	und	Prevista			5					67.000
				Realizada								
				Variação %								
05.01.04.121.033.2.483	Estruturação e Manutenção do Sistema de Informação de Planejamento e Gestão Municipal	Sistema de Informação Estruturado e Mantido	und	Prevista			1					
				Realizada			1					
				Variação %								
05.01.04.124.033.2.484	Monitoramento das Atividades de Captação, Execução e Prestação de Contas das Transferências Voluntárias	Transferências Voluntárias Monitoradas	und	Prevista			167					
				Realizada			143					
				Variação %			-14,37					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA
Objetivo: Assegurar a iluminação de logradouros públicos do Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
05.31.15.452.014.2.168	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	SISTEMA MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	4.773.772	5.383.490	5.817.233	6.899.551
				Realizada	1	1	1		4.773.772	5.336.964	5.817.233	
				Variação %						-0,86		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
06.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	2.219.641	3.014.257	979.868	2.474.760
				Realizada	1	1	1		2.219.641	2.957.680	979.766	
				Variação %						-1,88	-0,01	
06.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	un	Prevista	154	156	200	192	4.560	140.451	1.480	151.400
				Realizada	154	13	117		4.560	140.000	1.480	
				Variação %		-91,67	-41,50			-0,32		
06.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	1	1	1	1		149.765	269.036	159.246
				Realizada		1	1			149.765	269.036	
				Variação %								
06.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	209	240	168	195	14.582.280	16.608.492	19.327.635	21.685.384
				Realizada	209	169	199		14.582.280	16.520.766	19.238.251	
				Variação %		-29,58	18,45			-0,53	-0,46	
06.01.04.122.007.2.470	Geração de Tarifas por Prestação de Serviços Bancários	Tarifas bancárias geradas (tipo)	und	Prevista			4				1.274.950	
				Realizada			2				1.273.700	
				Variação %			-50,00				-0,10	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Objetivo: Implantar e implementar as ações da política tributária do Município

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
06.01.04.122.032.2.113	Implantação e Implementação das Políticas de Arrecadação	ARRECADAÇÃO IMPLEMENTADA	und	Prevista	1	1	1	1	52.000	1.531.265	145.000	
				Realizada	0	1	1		52.000	1.531.265	145.000	
				Variação %	-77,00							
06.01.04.122.032.2.177	Modernização Administrativa e Tributária	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MODERNIZADA	und	Prevista	1	1	1	1		15.771.500	13.861.060	7.097.200
				Realizada			0				810.605	
				Variação %			-89,00				-94,15	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	754.807	854.864	1.336.903	845.628
				Realizada	1	1	1		601.148	838.597	1.336.903	
				Variação %					-20,36	-1,90		
07.01.04.122.007.2.002	Administração Geral das Unidades Administrativas da Prefeitura	UNIDADES ADMINISTRADAS	un	Prevista	18	18	18	18	22.988.759	26.213.593	22.577.983	26.899.075
				Realizada	18	18	15		22.411.965	26.207.384	22.577.983	
				Variação %			-18,22		-2,51	-0,02		
07.01.04.122.007.2.042	Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	30	30	30	30	67.260	80.400	88.700	
				Realizada	29	17			67.260	74.780	88.700	
				Variação %	-3,33	-43,33				-6,99		
07.01.04.331.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	PESSOAS BENEFICIADAS	un	Prevista	6.378	6.380	6.400	6.450	4.401.665	5.085.348	5.379.438	3.706.548
				Realizada		5.131	6.708		4.399.830	5.079.876	5.379.438	
				Variação %		-19,58	4,81		-0,04	-0,11		
07.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA REALIZADA	%	Prevista	3	4	3	4	20.407.223		80.347	680.000
				Realizada	3		1		189.476		80.347	
				Variação %			-66,67		-99,07			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.01.04.122.007.2.121	Implementação de Ações de Informatização	AÇÕES REALIZADAS	und	Prevista	18	18	18	18	6.179.021	6.877.184	5.675.427	6.484.398
				Realizada	18	18	13		6.113.866	5.874.984	4.675.427	
				Variação %			-27,78		-1,05	-14,57	-17,62	
07.01.04.122.007.1.178	Modernização e Manutenção do Parque Gráfico Municipal	PARQUE GRÁFICO MODERNIZADO E MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	134.793	102.096	88.709	422.196
				Realizada	1	1	0		134.793	102.096	88.709	
				Variação %			-71,00					
07.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	9.577	9.585	479	531	9.517.010	15.853.714	13.725.936	14.724.542
				Realizada	9.577	9.585	502		9.517.010	15.793.375	13.656.734	
				Variação %			4,80			-0,38	-0,50	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.09.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	12	12	12	12	2.397.000	2.868.000	1.572.560	2.019.328
				Realizada		12	12		357.503	899.498	728.464	
				Variação %					-85,09	-68,64	-53,68	
07.11.09.122.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	12				120.000	171.000	93.000	100.000
				Realizada		17	12		58.696	66.543	68.602	
				Variação %					-51,09	-61,09	-26,23	
07.11.09.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	m²	Prevista			1		730.000	1.750.000	70.000	2.000.000
				Realizada								
				Variação %								
07.11.09.126.007.2.121	Implementação de Ações de Informatização	AÇÕES IMPLEMENTADAS	un	Prevista	12	12	12	12	1.044.000	3.300.000	733.000	1.475.000
				Realizada		1	12		181.139	446.069	326.245	
				Variação %		-91,67			-82,65	-86,48	-55,49	
07.11.09.122.007.1.204	Realização de Concurso Público	Concurso realizado	und	Prevista	1		1	1	70.000	150.000	50.000	100.000
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.09.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	12	12	12	12	2.860.100	4.138.493	6.771.618	
				Realizada		33	12		2.379.632	2.842.474	3.103.315	
				Variação %		175,00			-16,80	-31,32	-54,17	
07.11.09.122.007.2.301	Manutenção e Funcionamento do Conselho Municipal de Previdência - CMP	ÓRGÃO COLEGIADO MANTIDO	un	Prevista	12	12	12	12	287.200	327.000	229.800	469.296
				Realizada		12	12		74.563	77.377	189.804	
				Variação %					-74,04	-76,34	-17,40	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Objetivo: Conceder benefícios aos segurados, dependentes, aposentados e pensionistas do IPAM.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.09.123.012.0.096	Fundo de Reserva para Previdência Social			Prevista					2.920.324	1.244.900	3.828.645	4.237.333
				Realizada								
				Variação %								
07.11.09.272.012.0.183	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Encargos Sociais	APOSENTADOS E PENSIONISTAS REMUNERADOS	un	Prevista	13	13	13	13	19.269.324	26.712.200	28.329.556	44.179.550
				Realizada		13	13		16.475.950	19.732.704	23.769.734	
				Variação %					-14,50	-26,13	-16,10	
07.11.09.272.012.0.184	Pagamento de Auxílio Doença	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	un	Prevista	12	12	12	12	2.920.324	3.718.400	3.044.585	4.306.250
				Realizada		12	12		2.183.376	3.123.900	3.044.585	
				Variação %					-25,24	-15,99		
07.11.09.272.012.0.185	Pagamento de Auxílio Reclusão	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	un	Prevista	12	12	12	12	1.240.324	30.000	46.767	58.750
				Realizada		1			11.025	573		
				Variação %		-91,67			-99,11	-98,09		
07.11.09.272.012.0.187	Pagamento de Salário Maternidade	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	un	Prevista	12	12	12	12	3.570.324	1.811.932	1.952.288	2.441.250
				Realizada		12	12		1.244.581	1.490.472	1.952.288	
				Variação %					-65,14	-17,74		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Objetivo: Conceder benefícios aos segurados, dependentes, aposentados e pensionistas do IPAM.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.11.09.272.012.2.460 Pagamento de Salário Família	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	und	Prevista							156.546	196.250
			Realizada			1				119.998	
			Variação %							-23,35	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.12.10.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	1.334.216	1.783.400	1.485.125	2.195.000
				Realizada	1	1	1		1.264.083	1.661.130	1.349.265	
				Variação %					-5,26	-6,86	-9,15	
07.12.10.122.007.1.013	Aquisição de Bens Imóveis	IMÓVEIS ADQUIRIDOS	un	Prevista	1	1	1	1				
				Realizada								
				Variação %								
07.12.10.331.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	PESSOAS	Prevista	12	12	12	12	86.660	98.000	88.036	120.000
				Realizada	60	28	12		86.552	92.459	87.606	
				Variação %	400,00	133,33			-0,13	-5,65	-0,49	
07.12.10.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	CONSTRUÇÕES REALIZADAS	m²	Prevista	100	350	350	350	122.474	42.000	45.000	50.000
				Realizada	200				122.384	40.000		
				Variação %	100,00				-0,07	-4,76		
07.12.10.126.007.2.121	Implementação de Ações de Informatização	AÇÕES IMPLEMENTADAS	und	Prevista	1	1	1	1	797.098	815.000	657.034	332.000
				Realizada		1	1		795.995	804.805	628.745	
				Variação %					-0,14	-1,25	-4,31	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.12.10.122.007.1.204	Realização de Concurso Público	Concurso realizado	und	Prevista	1							
				Realizada								
				Variação %								
07.12.10.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADO	und	Prevista	1	1	1	1	2.296.350	2.415.528	2.658.675	3.686.930
				Realizada	60	1	1		2.285.796	2.370.262	2.627.042	
				Variação %	5.900,00				-0,46	-1,87	-1,19	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Objetivo: Oferecer aos segurados e dependentes do IPAM atendimento hospitalar, laboratorial, ambulatorial, odontológico e auxílio funeral

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.12.10.302.011.2.039	Atendimento Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial	ATENDIMENTO REALIZADO	und	Prevista	177.780	186.000	194.370	203.116	16.191.055	20.009.341	23.182.252	29.454.230
				Realizada	187.330	112.783	179.131		16.136.723	19.974.475	22.950.244	
				Variação %	5,37	-39,36	-7,84		-0,34	-0,17	-1,00	
07.12.10.303.011.2.040	Atendimento Odontológico	PROCEDIMENTOS REALIZADOS	und	Prevista	29.469	30.796	32.200	33.650	602.000	605.450	636.483	712.000
				Realizada	48.468	52.659	42.032		601.531	601.531	636.483	
				Variação %	64,47	70,99	30,53		-0,08	-0,65		
07.12.08.846.011.2.043	Auxílio Funeral	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	und	Prevista	24	24	24	24	59.580	80.000	69.480	
				Realizada	29	35	33		44.370	57.105	61.578	
				Variação %	20,83	45,83	37,50		-25,53	-28,62	-11,37	
07.12.10.302.011.2.485	Atendimento Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial - Elemento Moderador	ATENDIMENTO REALIZADO	und	Prevista			186.000				2.838.000	625.000
				Realizada			190.000				2.834.307	
				Variação %			2,15				-0,13	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.31.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	60.077	159.175	46.976	113.090
				Realizada	1	1	1		59.814	150.210	46.976	
				Variação %					-0,44	-5,63		
07.31.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	8	8	7	7	181.459	212.669	195.408	224.894
				Realizada	8	7	7		181.459	212.346	188.933	
				Variação %		-12,50				-0,15	-3,31	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
Objetivo: Assegurar a qualificação profissional e pessoal dos servidores municipais e os serviços de qualidade aos usuários do serviço público municipal.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
07.31.04.128.031.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	un	Prevista	1.779	1.941	2.102	2.264	231.259	568.553	181.729	278.468
				Realizada	1.792	1.186	611		231.259	499.044	181.729	
				Variação %	0,73	-38,90	-70,93			-12,23		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	11.729.838	11.779.965	17.405.733	13.955.841
				Realizada	1	1	1		11.227.274	11.388.397	14.820.540	
				Variação %					-4,28	-3,32	-14,85	
08.31.04.122.007.2.042	Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	12	12	12	12	39.480	48.770	50.000	36.900
				Realizada	12	12	12		39.480	31.757		
				Variação %						-34,88		
08.31.10.122.007.2.042	Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	12	12	12	12		118.770	33.925	36.900
				Realizada	12	12	12				33.925	
				Variação %								
08.31.10.331.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	1.665	1.740	1.818	1.900	3.542.289	4.087.083	4.442.806	3.591.617
				Realizada	1.665	2.177	2.304		3.542.289	4.067.135	4.442.806	
				Variação %		25,11	26,73			-0,49		
08.31.04.128.007.1.054	Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	200	200	200	200	88.756	206.938	232.680	307.500
				Realizada	60	200	78		56.961	204.361		
				Variação %	-70,00		-61,00		-35,82	-1,25		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.007.1.054	Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	200	200	200	200		239.938	139.374	307.500
				Realizada	60	200	78				136.995	
				Variação %	-70,00		-61,00				-1,71	
08.31.10.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	2.561	2.676	3.236	2.923	75.722.459	99.612.427	127.626.479	
				Realizada	2.969	3.405	3.663		74.866.384	99.383.702	123.450.448	
				Variação %	15,93	27,24	13,20		-1,13	-0,23	-3,27	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Objetivo: Fortalecer e expandir a estratégia de saúde da família - ESF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS na atenção básica à saúde no Município de Porto Velho

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.303.009.2.024	Aquisição de Medicação Básica	ITENS DE MEDICAÇÃO ADQUIRIDA	und	Prevista	72	79	82	90	2.924.755	3.304.998	5.459.838	4.897.013
				Realizada	72	79	82		2.378.248	2.244.853	4.018.407	
				Variação %					-18,69	-32,08	-26,40	
08.31.10.301.009.1.070	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	UNIDADES CONSTRUÍDAS, REFORMADAS OU AMPLIADAS	und	Prevista	12	12	10		2.536.135	3.624.556	10.847.092	
				Realizada	9	8	22		2.201.535	2.879.527	8.253.350	
				Variação %	-25,00	-33,33	120,00		-13,19	-20,56	-23,91	
08.31.10.301.009.2.149	Manutenção das Unidade Básicas de Saúde	UNIDADES MANTIDAS	%	Prevista	100	100	100	100	2.630.953	3.086.578	3.745.634	3.817.984
				Realizada	100	80	100		2.383.699	2.880.100	3.507.435	
				Variação %		-20,00			-9,40	-6,69	-6,36	
08.31.10.301.009.2.239	Ampliação e Manutenção da Estratégia Saúde da Família - PROESF	EQUIPES IMPLANTADAS E MANTIDAS	un	Prevista			78				224.643	120.000
				Realizada			78					
				Variação %								
08.31.10.301.009.2.400	Expansão de unidades de saúde da família	UNIDADES COM ESF EXPANDIDAS	und	Prevista	10	4	2	2	6.868.710	9.577.936	9.758.765	9.799.932
				Realizada	9	4	16		6.534.723	7.948.880	7.719.475	
				Variação %	-10,00		700,00		-4,86	-17,01	-20,90	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Objetivo: Fortalecer e expandir a estratégia de saúde da família - ESF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS na atenção básica à saúde no Município de Porto Velho

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.301.009.1.401	Execução do projeto SIS-FRONTEIRA	PROJETO EXECUTADO	%	Prevista	100	100	100	100	1.139.916	503.080	250.000	300.940
				Realizada	70	70	90		439.066	276.332		
				Variação %	-30,00	-30,00	-10,00		-61,48	-45,07		
08.31.10.301.009.1.402	Aparelhamento das unidades de saúde	UNIDADES DE SAÚDE APARELHADAS	und	Prevista	12	4	4	4	7.974	5.714.368	8.302.169	942.332
				Realizada	9	4	7		7.974	2.020.989	4.051.438	
				Variação %	-25,00		75,00			-64,63	-51,20	
08.31.10.303.009.2.465	Manutenção da Farmácia Básica	FARMÁCIAS MANTIDAS	und	Prevista			1				634.313	
				Realizada			1				202.236	
				Variação %							-68,12	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Objetivo: Controlar as zoonoses e reduzir a densidade vetorial

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.305.017.2.437	Manutenção das Atividades de Controle de População Animal (Campanhas, Remoções, Capturas, Observações Clínicas e Coletas)	ATIVIDADES MANTIDAS	%	Prevista	85	85	90	90	190.000	301.931	384.000	163.000
				Realizada		85	90		108.186	229.514	133.413	
				Variação %					-43,06	-23,98	-65,26	
08.31.10.305.017.2.438	Manutenção das Atividades de Controle Vetorial (Visita Domiciliar, Borrifação Residual, Espacial, Coleta Larvaria, Identifiacação e Tratamento de Criadouros)	ATIVIDADES MANTIDAS	%	Prevista	10	12	15	15	2.405.000	3.749.586	6.372.591	3.998.561
				Realizada		12	15		2.138.301	3.295.467	4.089.646	
				Variação %					-11,09	-12,11	-35,82	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Objetivo: Expandir o número de ESB na estratégia da saúde da família, aumentando a oferta de consultas para tratamento odontológico curativo e ampliação maciça do acesso a escovação dental supervisionada com dentifrício fluoretado, buscando uma significante redução do índice de CPOD.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.303.067.2.041	Atendimento Preventivo e Curativo da Saúde Bucal do Usuário	EQUIPES IMPLANTADAS E MANTIDAS	und	Prevista	2.689	2.689	2.689	2.689	794.198	1.008.489	1.436.277	
				Realizada	22.201	26.805	63		660.371	498.946	683.987	
				Variação %	725,62	896,84	-97,66		-16,85	-50,53	-52,38	
08.31.10.303.067.2.395	Manutenção dos centros de especialidades odontológicas	CENTROS MANTIDOS	und	Prevista	3	3	3	3	259.235	355.401	495.200	316.800
				Realizada	3	3	3		134.004	100.444	148.905	
				Variação %					-48,31	-71,74	-69,93	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Objetivo: Expandir as inspeções sanitárias para manter o controle da qualidade dos produtos e serviços de interesse da saúde coletiva.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.304.076.2.090	Fiscalização e Inspeção Sanitária	AÇÃO FISCAL REALIZADA	un	Prevista	276	326	427	527	469.515	620.012	596.900	273.682
				Realizada	193	326	1.100		276.282	287.092	231.365	
				Variação %	-30,07		157,61		-41,16	-53,70	-61,24	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Objetivo: Controlar doenças e agravos de maior magnitude no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.305.079.2.240	Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	METAS VACINAIS ATINGIDAS	%	Prevista	95	95	95	95	631.774	327.432	795.280	246.000
				Realizada	95	98	100		544.285	276.594	320.052	
				Variação %		3,16	4,86		-13,85	-15,53	-59,76	
08.31.10.305.079.2.243	Controle de Doenças e Agravos não Transmissíveis	CONTROLE REALIZADO	%	Prevista	50	50	50	50	202.000	204.132	410.275	200.000
				Realizada	29	50	50		75.411	123.725	8.496	
				Variação %	-41,76				-62,67	-39,39	-97,93	
08.31.10.305.079.2.393	Controle de doenças sexualmente transmissíveis	POPULAÇÃO ASSISTIDA	%	Prevista	80	80	80	80	412.327	433.284	579.941	344.927
				Realizada	3	80	80		351.132	238.146	121.955	
				Variação %	-95,75				-14,84	-45,04	-78,97	
08.31.10.305.079.2.394	Controle das Doenças Respiratório	POPULAÇÃO ASSISTIDA	%	Prevista	80	80	80	80	40.450	92.400	278.800	117.462
				Realizada	67	70	80		17.835	32.446	66.339	
				Variação %	-16,50	-12,50			-55,91	-64,89	-76,21	
08.31.10.305.079.2.466	Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica e Ambiental	PROGRAMA MANTIDO	und	Prevista			1				1.687.200	
				Realizada			1				426.451	
				Variação %							-74,72	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Objetivo: Melhorar a qualidade dos serviços executados pela Maternidade, ampliar e modernizar o espaço físico.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.119.1.070	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	OBRA REALIZADA	und	Prevista	1	1	1	1	189.068	153.815		200.000
				Realizada	1	1			189.068	152.415		
				Variação %						-0,91		
08.31.10.302.119.2.396	Manutenção de Maternidade Pública Municipal	MATERNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	4.119.048	5.617.060	5.776.965	5.670.000
				Realizada	1	1	1		4.059.368	4.615.757	4.564.820	
				Variação %					-1,45	-17,83	-20,98	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Objetivo: Promover ações de educação a saúde da população e controle social no SUS

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.120.2.397	Capacitações para o processo de formação de conselheiros	CONSELHEIROS CAPACITADOS	und	Prevista	21	21	21	21	60.000	73.080	44.400	42.800
				Realizada			5		16.096	15.191	19.226	
				Variação %			-76,19		-73,17	-79,21	-56,70	
08.31.10.122.120.2.467	Manutenção do Conselho Municipal de Saude - CMS e Nucleo de Educação e Saude	UNIDADE MANTIDA	unid	Prevista			2				73.152	72.000
				Realizada							8.900	
				Variação %							-87,83	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Objetivo: Expandir a rede laboratorial e de diagnóstico do Município de Porto Velho

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.122.2.399	Manutenção da rede diagnóstica laboratorial e por imagem nas unidades de saúde	UNIDADES DE DIAGNÓSTICO MANTIDAS	und	Prevista	15	19	19	19	3.631.975	3.840.229	5.615.967	5.753.612
				Realizada	46	22	33		3.214.223	3.485.834	4.866.921	
				Variação %	206,67	15,79	73,68		-11,50	-9,23	-13,34	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Objetivo: Oferecer serviços com qualidade e resolutividade de média complexidade a população como suporte as ações de atenção básica

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.123.1.070	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	UNIDADES CONSTRUÍDAS	und	Prevista	3				11.361.923	4.068.042	3.467.374	
				Realizada	3	3	3		11.252.520	356.197	2.665.099	
				Variação %					-0,96	-91,24	-23,14	
08.31.10.302.123.2.403	Manutenção das unidades de pronto atendimento-UPAS	UPAS ATENDIDAS	und	Prevista	4	7	7	7	586.698	2.489.696	3.935.616	2.172.000
				Realizada	4	5	7		503.083	896.109	2.627.541	
				Variação %		-28,57			-14,25	-64,01	-33,24	
08.31.10.302.123.2.404	Expansão e manutenção de serviço de atendimento móvel de urgência	SAMU	und	Prevista	7	7	7	7	2.467.320	2.902.793	2.790.817	2.893.001
				Realizada	7	4	1		1.866.708	2.408.802	2.070.857	
				Variação %		-42,86	-85,71		-24,34	-17,02	-25,80	
08.31.10.302.123.2.405	Manutenção do centro de referência de especialidades médicas	CENTRO MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	26.100	1.398.932	2.266.182	1.080.000
				Realizada	1	1	1		26.100	655.189	1.614.044	
				Variação %						-53,17	-28,78	
08.31.10.302.123.2.406	Manutenção do centro de apoio psicossocial	CENTRO MANTIDO	und	Prevista	2	2	2	2	61.749	448.578	1.135.347	822.192
				Realizada	2	2	3		61.749	157.645	458.226	
				Variação %			50,00			-64,86	-59,64	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Objetivo: Ampliar a cobertura das ações de promoção a saúde e assistenciais a clientelas específicas atendendo as prioridades de atenção do Plano de Ação Municipal, Estadual e Federal.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.302.124.2.408	Capacitação de Profissionais do Sistema Único de Saúde nas áreas Estratégicas.	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	300	300	300	300	2.946	292	40.800	40.800
				Realizada	82	300	2		2.946	170	1.269	
				Variação %	-72,73		-99,33			-41,78	-96,89	
08.31.10.302.124.2.409	Manutenção de Programas Estratégicos (Hiperdia, Carência Nutricional,...)	PROGRAMAS MANTIDOS	und	Prevista	5	5	5	5	662.878	784.192	2.848.000	1.792.000
				Realizada	4	5	5		317.763	212.928	627.285	
				Variação %	-20,00				-52,06	-72,85	-77,97	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Objetivo: Organizar o acesso dos usuários ao SUS, de acordo com suas necessidades de saúde, a oferta dos serviços existentes concomitante com ações de controle e avaliação

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.125.1.054	Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	40	40	40	40				42.000
				Realizada	75	150						
				Variação %	87,50	275,00						
08.31.10.126.125.2.407	Implementação do sistema de regulação do SUS	SISTEMA IMPLEMENTADO	und	Prevista	1	1	1	1	113.757	35.142	37.598	172.000
				Realizada	1	1	1		73.244	31.432	26.403	
				Variação %					-35,61	-10,56	-29,77	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Objetivo: Oferecer a população de Porto Velho medicamentos essênciais a baixo custo

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.303.126.2.144	Manutenção da Farmácia Popular	UNIDADES MANTIDAS	und	Prevista	2	2	2	2	250.800	261.548	588.886	245.706
				Realizada	2	2	1		119.931	213.080	145.531	
				Variação %			-50,00		-52,18	-18,53	-75,29	
08.31.10.303.126.1.410	Instalação de farmácias populares	FARMÁCIAS INSTALADAS	und	Prevista		1	1	1			50.000	50.000
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Objetivo: Reduzir a mortalidade materna em 30% e a infantil em 15% até o ano de 2013 e reduzir em 30% o indicador de gestação na adolescência.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
08.31.10.128.127.1.413	Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	30	30	30	30		7.909	57.400	17.400
				Realizada		92	2			6.474	5.880	
				Variação %		206,67	-93,33			-18,14	-89,76	
08.31.10.301.127.2.414	Assistência a gestante no período pré-natal e a criança no período neonatal, infantil e adolescentes	Clientela Assistida	%	Prevista	70	70	70	70	130.230	168.502	172.325	519.000
				Realizada	49	92	70		69.740	138.883	72.424	
				Variação %	-29,86	31,43			-46,45	-17,58	-57,97	
08.31.10.301.127.2.415	Assistência ao Planejamento Familiar	População feminina em idade fértil assistida	%	Prevista	60	60	70	70	1.000	48.415	240.000	273.000
				Realizada	15	60	70		1.000	21.178	118.650	
				Variação %	-74,50					-56,26	-50,56	
08.31.10.301.127.2.416	Atendimento de rotina de prevenção do Câncer Uterino e de mama	POPULAÇÃO FEMININA ASSISTIDA	%	Prevista	30	30	30	30	21.074	44.136	323.187	300.500
				Realizada	49	60	68		6.150	17.642	50.332	
				Variação %	63,67	100,00	126,67		-70,82	-60,03	-84,43	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	6.965.602	9.903.276	10.836.038	13.777.259
				Realizada	1	1	1		6.703.475	9.364.142	10.836.038	
				Variação %					-3,76	-5,44		
09.01.12.306.007.2.042	Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	3	3	4	4	10.148	10.080	18.070	1.000
				Realizada	3	3	4		10.148	10.080	18.070	
				Variação %								
09.01.12.331.007.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	4.000	4.000	4.000	4.000	419.734	425.037	396.548	6.147.600
				Realizada	4.000	4.000	4.000		419.734	418.962	396.548	
				Variação %						-1,43		
09.01.12.122.007.2.261	Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	1	1	5.435	1	10.152.294	15.108.354	12.601.430	
				Realizada		271	5.846		10.138.038	15.107.950	12.601.115	
				Variação %		27.000,00	7,56		-0,14			
09.01.12.122.007.1.264	Construção, Expansão e Reforma de Unidades Administrativas	UNIDADES CONSTRUIDAS, AMPLIADAS OU RECUPERADAS	m²	Prevista	2.125	833	758	942	446.123	2.186.948	248.369	50.000
				Realizada	2.000	2.126	758		334.102	1.184.976	248.369	
				Variação %	-5,88	155,22			-25,11	-45,82		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.126.007.2.372	Modernização dos serviços de informatização da unidade	UNIDADE INFORMATIZADA	und	Prevista	1	1	1	1	731.693	310.221	28.665	733.529
				Realizada	1	1	1		636.107	310.221	28.665	
				Variação %					-13,06			
09.01.12.122.007.2.373	Manutenção da biblioteca municipal	BIBLIOTECAS MANTIDAS	und	Prevista	1	2	2	2	190.388	279.901	18.020	30.000
				Realizada	1	80	2		172.829	271.198	18.020	
				Variação %		3.900,00			-9,22	-3,11		
09.01.12.392.007.2.374	Manutenção da escola de música	ESCOLAS DE MÚSICA MANTIDAS	und	Prevista	1	2	2	2	61.400	42.221	88.797	31.141
				Realizada	1	2	2		19.531	35.199	88.797	
				Variação %					-68,19	-16,63		
09.01.12.122.007.2.375	Contratação de estagiários para atender os programas da SEMED	ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS	und	Prevista	75	75	75	75	406.308	172.448	266.073	
				Realizada		104	64		406.308	172.448	266.073	
				Variação %		38,67	-14,67					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Objetivo: Proporcionar a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental; integrada a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã, o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de ações solidárias.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.366.020.2.012	Apoio às Ações de Programas de Inclusão de Jovens e Adultos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	9.004	9.024	9.034	9.034	1.151.212	230.187	1.979.333	494.797
				Realizada	4.555	9.478	8.980		1.105.425	230.187	1.948.275	
				Variação %	-49,41	5,03	-0,60		-3,98		-1,57	
09.01.12.366.020.2.020	Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.611	11.355	12.149	12.999	403.196			520.533
				Realizada	9.024	10.248	4.723		137.280			
				Variação %	-14,96	-9,75	-61,12		-65,95			
09.01.12.366.020.2.021	Aquisição de Material Didático para Professor	PROFESSORES ATENDIDOS	KIT	Prevista	603	603	603	603	105.768			128.927
				Realizada		603	259					
				Variação %			-57,05					
09.01.12.366.020.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	PESSOAS BENEFICIADAS	un	Prevista						19.848		
				Realizada						19.848		
				Variação %								
09.01.12.366.020.2.222	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	57.719	60.315	62.994	65.826	1.155.825	1.014.742	516.850	540.706
				Realizada			300		1.128.958	459.302	469.834	
				Variação %			-99,52		-2,32	-54,74	-9,10	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Objetivo: Proporcionar a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental; integrada a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã, o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de ações solidárias.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.366.020.0.231	Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	5.304	5.676	6.073	6.498	165.528	601.898	185.346	419.498
				Realizada	4.555	4.399	4.890		165.528	601.898	185.346	
				Variação %	-14,12	-22,50	-19,48					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Objetivo: Proporcionar condições de acesso e permanência aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, por meio de um processo educacional definido por uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.367.021.2.128	Implementação de Salas de Recursos	SALAS IMPLEMENTADAS	un	Prevista	5	5	5	5	25.400		22.040	60.462
				Realizada	5	37	5		25.400		22.040	
				Variação %		640,00						
09.01.12.367.021.1.340	Construção e Reforma de Salas de Recursos Multifuncionais	SALAS CONSTRUÍDAS E/OU REFORMADAS	und	Prevista	2	2	2	2	45.634		101.286	380.000
				Realizada	1	2	2		45.634		101.286	
				Variação %	-50,00							
09.01.12.367.021.2.341	Assessoramento técnico-pedagógico às escolas do campo	ESCOLAS ASSESSORADAS	und	Prevista	45	55	65	75	1.921	4.762		7.290
				Realizada	10	40			1.921	4.762		
				Variação %	-77,78	-27,27						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Objetivo: Aumentar o atendimento gradativo dos alunos do Ensino Fundamental na Educação Integral

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.108.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1			6.510	61.188
				Realizada		1	1				6.510	
				Variação %								
09.01.12.361.108.2.317	Aquisição de Kit Esportivo e Recreativo para atividades de Educação Física e da Educação Integral nas Escolas da Rede Municipal.	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	35	35	35	35		95.987	77.409	
				Realizada		110	35			95.987	77.409	
				Variação %		214,29						
09.01.12.361.108.2.318	Implementação das atividades de Natação para todos da Educação Integral.	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	3	4	5	6	51.546	87.363		415.838
				Realizada	3	6	5			87.363		
				Variação %		50,00						
09.01.12.361.108.2.319	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério para atuar no Programa Segundo Tempo	PROFISSIONAIS REMUNERADOS	und	Prevista	10	12	14	16				
				Realizada								
				Variação %								
09.01.12.361.108.2.320	Aquisição de uniformes (Camisetas, Shorts e Coletes) para alunos da Educação Integral - Contraturno	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	16.200	17.334	18.547	19.845		43.572		310.894
				Realizada		9.000				43.572		
				Variação %		-48,08						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Objetivo: Aumentar o atendimento gradativo dos alunos do Ensino Fundamental na Educação Integral

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.108.2.321	Realização de Amostras Pedagógicas, Culturais e Esportivas da Educação de tempo Integral	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	800	800	800	800				96.203
				Realizada		300						
				Variação %		-62,50						
09.01.12.361.108.2.322	Implementação de Arte e Cultura	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	4	4	4	5	11.380	39.448		126.000
				Realizada	4	4			11.380	37.946		
				Variação %						-3,81		
09.01.12.361.108.2.323	Acompanhamento Técnico Pedagógico da Educação Integral	VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS	und	Prevista	26	26	26	26	9.160	18.933		40.460
				Realizada	26	26			9.160	18.933		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Objetivo: Adquirir gêneros alimentícios para a melhoria da qualidade da alimentação escolar a alunos da educação básica.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.306.110.2.339	Aquisição de gêneros alimentícios para confecção de alimentação escolar	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	55.893	59.327	63.017	66.986	4.897.065	5.246.891	5.411.775	5.572.474
				Realizada		66.234	44.248		4.897.065	5.246.891	5.303.746	
				Variação %		11,64	-29,78				-2,00	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR
Objetivo: Atender com transporte escolar alunos que residem distante de suas Unidades Escolares.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.111.2.342 Transporte escolar para alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	9.782	10.466	11.198	11.981	12.415.432	19.807.057	20.090.848	14.598.632
			Realizada	9.782	8.500	11.198		12.245.588	19.805.314	16.523.695	
			Variação %		-18,78			-1,37	-0,01	-17,76	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Objetivo: Ampliar a oferta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.128.112.1.343	Formação inicial dos professores do ensino fundamental / Profissionais habilitados	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	140	140	140	140	27.441	15.666		65.605
				Realizada	90	140			27.441	15.666		
				Variação %	-35,71							
09.01.12.128.112.1.344	Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) do ensino fundamental	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	2.317	2.317	2.317	2.317	177.928	173.752	404.018	754.082
				Realizada	2.317	2.317	2.317		177.928	173.752	404.018	
				Variação %								
09.01.12.128.112.1.345	Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação infantil	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	350	350	350	350		49.760		96.000
				Realizada		350				49.760		
				Variação %								
09.01.12.128.112.1.346	Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação de jovens e adultos	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	320	320	320	320		45.299		194.000
				Realizada		320				45.299		
				Variação %								
09.01.12.128.112.1.347	Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação especial.	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	596	596	596	596	185.559	188.911	111.075	307.495
				Realizada	340	596	596		73.313	133.373	55.448	
				Variação %	-42,95				-60,49	-29,40	-50,08	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Objetivo: Ampliar a oferta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.128.112.1.348	Formação continuada dos profissionais da escola - técnicos administrativos.	PROFISSIONAIS CAPACITADOS	und	Prevista	900	941	983	1.027	3.126	26.782	2.740	113.147
				Realizada		21	340			26.782	2.740	
				Variação %		-97,77	-65,41					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Objetivo: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.365.113.2.020	Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.160	11.425	12.841	13.667		99.845		310.000
				Realizada		11.425				99.845		
				Variação %								
09.01.12.365.113.2.022	Aquisição de Material Didático-Pedagógico Destinado às Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	15	18	21	24	160.664	98.927		459.273
				Realizada		18			159.089	98.927		
				Variação %					-0,98			
09.01.12.365.113.2.025	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	15	18	21	24		37.642		2.100.000
				Realizada		18				37.642		
				Variação %								
09.01.12.243.113.2.027	Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.160	11.425	12.841	13.667	215.427	96.856	24.135	276.000
				Realizada		11.425	10.000		215.427	96.856	24.135	
				Variação %			-22,12					
09.01.12.365.113.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	326	336	346	356	459.327	536.943	512.784	300
				Realizada		404	398		459.327	536.943	512.784	
				Variação %		20,24	15,03					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Objetivo: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.365.113.2.157	Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino	UNIDADES ATENDIDAS	escolas	Prevista	15	18	21	24	60.000	307.381	2.716.080	337.611
				Realizada		36	25		60.000	307.381	2.674.783	
				Variação %		100,00	19,05				-1,52	
09.01.12.365.113.2.222	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública	SERVIDORES REMUNERADAS	und	Prevista	240	247	254	262	5.343.224	6.371.881	7.419.230	7.905.444
				Realizada		244	500		5.343.134	6.371.881	7.419.144	
				Variação %		-1,21	96,85					
09.01.12.365.113.0.231	Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	10.160	11.425	12.841	13.667	384.534	1.132.571	496.464	462.000
				Realizada		9.862	9.862		384.534	1.132.571	496.464	
				Variação %		-13,68	-23,20					
09.01.12.365.113.0.232	Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafinc	ESCOLAS BENEFICIADAS	und	Prevista	43	45	48	50	585.000	435.000	420.000	460.000
				Realizada	28	21	21		585.000	435.000	420.000	
				Variação %	-34,88	-53,33	-56,25					
09.01.12.365.113.1.251	Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino	unidades construidas ou reformadas	und	Prevista	13	13	10	11	2.671.691	11.057.153	6.664.601	1.800.000
				Realizada		11	8		1.692.814	5.558.054	4.681.533	
				Variação %		-15,38	-20,00		-36,64	-49,73	-29,76	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Objetivo: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.813.113.1.253	Realização de Eventos Recreativos	EVENTOS REALIZADOS	und	Prevista	2	2	2	2				55.418
				Realizada								
				Variação %								
09.01.12.365.113.2.261	Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	125	128	132	136	2.022.870	2.830.874	3.461.717	3.775.830
				Realizada		160	132		2.022.870	2.830.874	3.461.717	
				Variação %		25,00						
09.01.12.365.113.2.352	Assessoramento pedagógico às escolas de educação infantil	ESCOLAS ASSESSORADAS	und	Prevista	15	18	21	24	4.103	1.139		64.354
				Realizada	30	32	60		4.103	1.139		
				Variação %	100,00	77,78	185,71					
09.01.12.365.113.1.353	Premiação de escolas e profissionais de educação por práticas exitosas	premios concedidos	und	Prevista	6	6	6	6		48.600		78.542
				Realizada			6			43.200		
				Variação %						-11,11		
09.01.12.365.113.2.354	Aquisição de materiais para recreação destinados as escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	escolas	Prevista	15	18	21	24				68.750
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Objetivo: Aumentar o nível de atendimento à saúde do educando, promovendo ações de prevenção, identificação e correção de problemas visuais, bucais, de saúde geral e a formação continuada de agentes multiplicadores, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.303.116.1.015	Aquisição de Gabinetes e Instrumentais Odontológicos	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	10	11	12	9	27.703	25.030	43.027	76.500
				Realizada	10	9	12		17.780	24.146	43.027	
				Variação %		-18,18			-35,82	-3,53		
09.01.12.303.116.2.019	Aquisição de Material de Higiene Bucal e Prevenção à Cárie no Atendimento a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	45.149	48.578	52.175	52.175	57.094	52.980		105.600
				Realizada	45.149	40.000	45.143		57.094	52.980		
				Variação %		-17,66	-13,48					
09.01.12.303.116.2.029	Aquisição Kits de Primeiros Socorros para Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	50	100	150	4		27.297		30.000
				Realizada								
				Variação %								
09.01.12.122.116.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	6.909	9.568		119.200
				Realizada	1	1			6.909	9.568		
				Variação %								
09.01.12.303.116.2.153	Manutenção de Gabinetes Odontológicos	GABINETES ODONTOLÓGICOS MANTIDOS	und	Prevista	10	11	12	13	5.167	32.641		
				Realizada		9			5.167	27.144		
				Variação %		-18,18				-16,84		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Objetivo: Aumentar o nível de atendimento à saúde do educando, promovendo ações de prevenção, identificação e correção de problemas visuais, bucais, de saúde geral e a formação continuada de agentes multiplicadores, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.303.116.2.368	Assistência Médica, Laboratórial e Suporte Profilático e Terapêutico a Alunos com necessidades Educativas Especiais.	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	1.900	2.042	2.195	2.360		244.769	65.660	
				Realizada	1.680	216	1.890			233.586	65.660	
				Variação %	-11,58	-89,42	-13,90			-4,57		
09.01.12.367.116.2.368	Assistência Médica, Laboratórial e Suporte Profilático e Terapêutico a Alunos com necessidades Educativas Especiais.	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	1.900	2.042	2.195	2.360	224.150	324.349	424.800	
				Realizada	1.680	216	1.890		224.150			
				Variação %	-11,58	-89,42	-13,90					
09.01.12.303.116.2.369	Reabilitação Visual para a Educação de Jovens e Adultos.	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	900	940	983	1.027		79.200		
				Realizada	600	1.651				79.080		
				Variação %	-33,33	75,64				-0,15		
09.01.12.366.116.2.369	Reabilitação Visual para a Educação de Jovens e Adultos.	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	900	940	983	1.027	94.200	102.600		
				Realizada	600	1.651			94.200			
				Variação %	-33,33	75,64						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.117.2.017	Aquisição de Material de Cantina Destinado às Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	125	125	125	125	42.661	19.781		325.000
				Realizada		125				19.781		
				Variação %								
09.01.12.361.117.2.020	Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	30.000	32.100	34.347	36.751	57.832	1.200.008		1.064.757
				Realizada	30.000	32.100			57.832	1.200.008		
				Variação %								
09.01.12.243.117.2.027	Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos	ALUNOS ATENDIDOS	und	Prevista	30.000	32.100	34.347	36.751	684.134	275.827	28.805	824.328
				Realizada		32.100	34.347		623.163	262.444	14.511	
				Variação %					-8,91	-4,85	-49,62	
09.01.12.361.117.2.044	Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	2.147	2.297	2.458	2.630	4.665.533	5.671.842	5.974.033	
				Realizada		4.415	2.458		4.642.052	5.671.842	5.973.533	
				Variação %		92,21			-0,50		-0,01	
09.01.12.361.117.2.079	Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Educacionais	ESTUDOS DESENVOLVIDOS	und	Prevista	1	2	2	2	100.000	200.000		200.000
				Realizada	1	2			100.000	200.000		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.117.2.122	Implementação de Biblioteca nas Escolas	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	8	8	8	8	29.351	65.043		60.000
				Realizada		8			29.351	65.043		
				Variação %								
09.01.12.361.117.2.125	Implementação de Hortas Escolares	AÇÕES REALIZADAS	und	Prevista	12	12	12	12	7.162			84.000
				Realizada		12			7.162			
				Variação %								
09.01.12.361.117.2.130	Implementação do Programa de Inclusão Digital Destinado a Alunos	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	9	9	9	9	21.000	178.245		140.000
				Realizada		11				178.245		
				Variação %		22,22						
09.01.12.361.117.2.132	Implementação dos Currículos Escolares	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	165	165	165	165	1.580			230.800
				Realizada	135	165			1.580			
				Variação %	-18,18							
09.01.12.361.117.2.157	Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	165	165	165	165	9.905.704	11.532.993	7.820.699	148.321
				Realizada		141	165		9.364.443	11.523.288	7.812.214	
				Variação %		-14,55			-5,46	-0,08	-0,11	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.812.117.2.209	Realização de Jogos Escolares	JOGOS ESOLARES REALIZADOS	und	Prevista	1	1	1	1	352.082	347.995	396.916	755.846
				Realizada	1	1	1		352.082	309.620	396.916	
				Variação %						-11,03		
09.01.12.361.117.2.222	Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública	SERVIDORES BENEFICIADOS	und	Prevista	2.317	2.479	2.652	2.838	62.848.109	77.067.824	91.225.634	107.722.649
				Realizada		2.802	2.652		60.300.946	77.067.824	91.224.729	
				Variação %		13,03			-4,05			
09.01.12.361.117.0.231	Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem	SUBVENÇÕES MANTIDA	und	Prevista	59.232	63.378	67.814	72.561	925.659	3.811.974	1.707.288	1.435.564
				Realizada		27.652	67.814		925.659	3.811.974	1.707.288	
				Variação %		-56,37						
09.01.12.361.117.1.251	Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	17	17	17	17	5.393.099	8.742.562	5.886.832	3.048.325
				Realizada		19	12		1.565.351	7.579.037	4.531.412	
				Variação %		11,76	-29,41		-70,97	-13,31	-23,02	
09.01.12.361.117.2.255	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas e Unidades de Apoio ao Ensino	ESCOLAS ATENDIDAS	und	Prevista	200	200	200	200	140.066	6.446.733	2.734.971	1.000.000
				Realizada		200	200		26.356	4.601.940	2.734.254	
				Variação %					-81,18	-28,62	-0,03	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.01.12.361.117.2.261	Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	1.263	1.351	1.446	1.547	21.658.077	29.150.752	37.380.783	43.336.886
				Realizada		1.613	1.446		21.657.811	29.150.752	37.232.669	
				Variação %		19,39					-0,40	
09.01.12.361.117.2.376	Implantação e Implementação do Centro de Informação Educacional	CENTRO IMPLANTADO	und	Prevista	1	1	1	1		70.500		216.699
				Realizada		1				70.500		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.02.04.122.007.2.001 Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	139.543	133.907	171.116	172.709
			Realizada	1	1	1		120.914	122.761	171.116	
			Variação %					-13,35	-8,32		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Objetivo: Capacitar profissionais da Educação que atuam na Rede Municipal de Ensino.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
09.02.12.128.029.1.332	Capacitação em legislação Educacional e Escrituração Escolar aos Educadores da Rede Municipal de Ensino.	CAPACITAÇÕES OFERECIDAS	und	Prevista	186	716	436	300	39.091	115.093	62.383	112.638
				Realizada		300	365		39.091	105.089	62.383	
				Variação %		-58,10	-16,28			-8,69		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
10.01.15.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	532.195	1.084.742	701.643	1.620.000
				Realizada	1	1	1		531.309	1.051.711	701.643	
				Variação %					-0,17	-3,05		
10.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	762	762	766	762	16.487.243	18.530.972	20.023.535	
				Realizada	762	761	776		16.487.243	18.500.934	19.948.799	
				Variação %		-0,13	1,31			-0,16	-0,37	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
10.01.15.452.015.2.154	Manutenção de Máquinas e Veículos	MÁQUINAS E VEÍCULOS MANTIDOS	und	Prevista	8	8	8	8	17.930	574.479	7.901	590.000
				Realizada	8	7	8		17.930	564.553	7.901	
				Variação %		-12,50				-1,73		
10.01.15.452.015.2.160	Manutenção de Vias Pública (Limpeza, Varrição, Poda, Pintura de Meio Fio e Outros)	VIAS PÚBLICAS MANTIDAS	%	Prevista	100	100	100	100	10.376.628	14.957.533	21.324.485	12.386.808
				Realizada	80	80	100		10.372.473	14.799.563	21.324.485	
				Variação %	-19,81	-20,49			-0,04	-1,06		
10.01.15.452.015.2.434	Manutenção de Praças, Parques, Feiras e Mercados	ESPAÇOS PÚBLICOS MANTIDOS	%	Prevista	100	100	100	100	402.859	14.990		10.000
				Realizada	100		95		402.859			
				Variação %			-5,00					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
10.31.15.452.015.2.203	Realização de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares	RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS	tonelada	Prevista	95.832	100.624	105.655	110.937	19.062.383	14.152.961	19.621.520	19.309.937
				Realizada	96.451	100.624	112.365		19.062.383	13.392.961	19.621.520	
				Variação %	0,65		6,35			-5,37		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	93.194	247.937	161.868	645.002
				Realizada	1	1	1		93.194	231.917	161.868	
				Variação %						-6,46		
11.01.04.122.007.2.042	Auxílio Alimentação ao Servidor	SERVIDORES BENEFICIADOS	un	Prevista	180	180	180	180	146.099	201.938	219.201	329.998
				Realizada	180	180	180		146.099	182.263	219.201	
				Variação %						-9,74		
11.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	PESSOAS CAPACITADAS	un	Prevista	20	22	23	26				
				Realizada								
				Variação %								
11.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	m²	Prevista	347	383	422	457	317.803	508.549	624.657	
				Realizada	275	260	400		317.803	502.841	537.612	
				Variação %	-20,75	-32,11	-5,21			-1,12	-13,93	
11.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADAS	un	Prevista	180	180	188	180	4.925.026	5.248.561	5.750.873	
				Realizada	180	180	190		4.925.026	5.227.788	5.730.595	
				Variação %			1,06			-0,40	-0,35	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 045 - PORTO VELHO LIMPA
Objetivo: Realizar serviços de limpeza, retificação e revestimento de canais, visando melhorar as condições ambientais e a saúde da população.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.17.512.045.1.309	Limpeza, Retificação e Revestimento de Canais	CANAIS LIMPOS, RETIFICADOS E REVESTIDOS	km	Prevista	10	11	13	15	851.386	617.274	928.038	970.000
				Realizada	12	13	3		851.386	617.274	928.038	
				Variação %	22,00	18,18	-76,92					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Objetivo: Executar serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção de vias urbanas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.15.451.075.1.004	Ampliação e Recuperação de Estradas Vicinais	ESTRADAS VICINAIS AMPLIADAS E RECUPERADAS	km	Prevista	2.000	3.000	4.000	5.000	1.518.165	2.250.000	4.214.000	4.355.580
				Realizada	2.000	1.200	2.400		900.507			
				Variação %		-60,00	-40,00		-40,68			
11.01.15.782.075.1.004	Ampliação e Recuperação de Estradas Vicinais	ESTRADAS VICINAIS AMPLIADAS E RECUPERADAS	km	Prevista	2.000	3.000	4.000	5.000	7.287.310	8.337.313	8.070.929	4.355.580
				Realizada	2.000	1.200	2.400		7.229.483	8.337.275	5.701.786	
				Variação %		-60,00	-40,00		-0,79		-29,35	
11.01.15.451.075.1.067	Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Passarelas	PONTES E PASSARELAS CONSTRUÍDAS E RECUPERADAS	metro linear	Prevista	30	30	30	30		192.166		485.000
				Realizada	76	242				192.166		
				Variação %	153,33	706,67						
11.01.15.451.075.1.081	Drenagem de Águas Pluviais	DRENAGEM EXECUTADA	km	Prevista	13	14	15	16	1.219.770	1.398.818	827.866	1.160.000
				Realizada	6	8	15		1.216.185	1.396.922	827.866	
				Variação %	-53,85	-42,86			-0,29	-0,14		
11.01.15.122.075.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA ADMINISTRADO	und	Prevista	1	1	1	1	904.118	1.149.901		
				Realizada	1	1			904.118	1.148.975		
				Variação %						-0,08		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Objetivo: Executar serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção de vias urbanas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
11.01.15.451.075.1.142	Limpeza e Encascalhamento de Vias Urbanas	VIAS LIMPAS E ENCASCALHADAS	km	Prevista	40	40	40	40	2.207.520	1.157.043	1.802.590	2.037.000
				Realizada	42	92	30		2.200.520	1.157.043	1.802.590	
				Variação %	5,00	130,00	-25,00		-0,32			
11.01.15.451.075.2.145	Manutenção da Malha Viária Pavimentada	VIAS RECUPERADAS	km	Prevista	2.200	2.500	2.800	3.200	8.470.289	4.265.733	4.403.393	4.387.607
				Realizada	2.250	2.800	2.500		7.964.404	4.265.327	4.329.266	
				Variação %	2,27	12,00	-10,71		-5,97	-0,01	-1,68	
11.01.15.451.075.1.188	Pavimentação de Vias Urbanas	VIAS PAVIMENTADAS	km	Prevista	13	14	15	16	4.110.285	4.703.245	4.132.001	3.400.500
				Realizada	15	15	15		3.394.985	4.703.176	4.132.001	
				Variação %	13,08	3,57			-17,40			
11.01.15.451.075.1.236	Urbanização de Vias Urbanas	Calçadas, meio-fios e sarjetas construídas	m	Prevista	5.500	7.100	8.800	10.200	476.336	127.472	906.192	949.500
				Realizada	2.100	8.000	1.199		476.336	87.357	462.247	
				Variação %	-61,82	12,68	-86,38			-31,47	-48,99	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.01.08.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	1.006.364	1.919.022	1.055.283	1.247.500
				Realizada	1	1	1		1.006.364	1.893.884	1.055.129	
				Variação %						-1,31	-0,01	
12.01.08.122.007.1.071	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Operacionais	UNIDADES BENEFICIADAS	un	Prevista	40	40	40	6	465.655	1.040.530	188.380	157.313
				Realizada		8	4		465.655	533.757	88.380	
				Variação %		-80,00	-90,00			-48,70	-53,08	
12.01.08.122.007.2.147	Manutenção das Atividades Administrativas dos Conselhos e das Unidades Operacionais	UNIDADES MANTIDAS	un	Prevista	8	8	8	8	235.269	251.237	446.042	441.365
				Realizada	5	8	8		235.269	248.682	446.042	
				Variação %	-37,50					-1,02		
12.01.08.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	318	318	458	318	6.564.454	8.846.338	11.561.430	
				Realizada	465	473	558		6.564.428	8.825.978	11.523.412	
				Variação %	46,23	48,74	21,83			-0,23	-0,33	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Objetivo: Promover a potencialização da rede prestadora de serviços na área da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.31.08.243.005.2.417	Manutenção Socioassistencial da Rede de Serviços Direta e Indireta na Área da Criança e do Adolescente	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	1.300	1.339	1.379	1.420	485.521	518.984	340.153	617.892
				Realizada	1.300	1.453	1.453		485.521	503.515	316.045	
				Variação %		8,51	5,37			-2,98	-7,09	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Objetivo: Promover sociabilidade, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento do idoso, bem como seu asilamento.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.32.08.241.006.2.420	Manutenção Básica Socioassistencial a Pessoa Idosa.	IDOSOS BENEFICIADOS	und	Prevista	1.307	1.346	1.386	1.428	179.333	64.359	70.233	230.113
				Realizada	1.307	1.307	2.000		179.333	64.359	70.233	
				Variação %		-2,90	44,30					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Objetivo: Implantar e implementar serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política de proteção social básica e especial

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.004.2.411	Manutenção da rede prestadora de serviços socioassistenciais direta e indireta	PESSOAS BENEFICIADAS	und	Prevista	1.300	1.339	1.379	1.420	794.010	578.106	642.943	411.843
				Realizada	1.300	1.339			794.010	578.106	642.934	
				Variação %								
12.33.08.244.004.2.412	Manutenção e conservação do centro de referência especializado para mulheres e casa abrigo	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	41.711	7.950	63.658	240.000
				Realizada	1	1	1		41.711	7.950	63.654	
				Variação %							-0,01	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA
Objetivo: Promover a transferência direta de renda mensal, que beneficia famílias em situação de risco social.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.048.2.441	Manutenção do Programa Bolsa Família	FAMÍLIAS ASSISTIDAS	und	Prevista	19.000	17.000	15.000	13.000	420.383	536.476	969.401	10.000
				Realizada	16.072	22.918	23.213		298.566	442.049	960.467	
				Variação %	-15,41	34,81	54,75		-28,98	-17,60	-0,92	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA
Objetivo: Contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.050.2.422	Atendimento sócioassistencial à crianças de 0 a 6 anos	CRIANÇAS ATENDIDAS	und	Prevista	1.000	1.030	1.092	1.125	45.051			8.000
				Realizada					45.051			
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H
Objetivo: Promover a sociabilidade entre os idosos, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento, bem como seu asilamento.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.241.051.2.423	Atendimento socioassistencial à pessoa idosa	IDOSOS ATENDIDOS	und	Prevista	1.307	1.346	1.386	1.427	179.400	72.800	324.647	300.335
				Realizada	1.800		1.500		177.501	72.535	322.063	
				Variação %	37,72		8,23		-1,06	-0,36	-0,80	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Objetivo: Atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade à criança, à família, o idoso, pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.053.2.056	Concessão de Benefícios Eventuais à População Usuária da Assistência Social	PESSOAS BENEFICIADAS	und	Prevista	8.000	8.440	8.988	9.663	909.762	913.548	747.238	930.000
				Realizada	8.000	9.003	9.003		909.762	912.869	747.093	
				Variação %		6,67	0,17			-0,07	-0,02	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vivem.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.054.2.162	Manutenção do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário	ASSOSSIAÇÕES DE MORADORES E OUTRAS ENTIDADES ASSISTIDAS	und	Prevista	150	154	158	163				23.430
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.055.2.427	Acompanhamento sociofamiliar/PAIF/CRAS	FAMÍLIAS ASSISTIDAS	und	Prevista	25.000	26.375	28.090	30.195	583.518	1.020.464	899.811	1.655.862
				Realizada	25.000	28.400	24.869		518.032	999.899	899.760	
				Variação %		7,68	-11,47		-11,22	-2,02	-0,01	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
Objetivo: Assegurar o atendimento às pessoas usuárias de substâncias psicoativas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.244.056.2.114	Implantação e Manutenção das Ações Destinadas à Assistência de Pessoas Usuárias de Substâncias Psicoativas	PESSOAS ASSISTIDAS	und	Prevista	100	103	106	109	56.898		55.217	123.480
				Realizada	50		300		56.898		55.217	
				Variação %	-50,00		183,02					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO
Objetivo: Garantir a proteção integral, por intermedio de medidas protetivas de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Arts. 98 e 101 do ECA.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.057.2.167	Manutenção do Serviço de Proteção Socioassistencial da Infância e Juventude	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	100	103	106	109	1.269.198	3.104.579	2.464.321	105.643
				Realizada	200	118	487		1.189.917	3.104.344	2.405.972	
				Variação %	100,00	14,56	359,43		-6,25	-0,01	-2,37	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
Objetivo: Oferecer proteção e acompanhamento social aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.059.2.428	Proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	ADOLESCENTES ATENDIDOS	und	Prevista	450	463	477	491	201.722	61.155	272.125	1.167.495
				Realizada	300	691	600		128.626	57.035	269.213	
				Variação %	-33,33	49,24	25,79		-36,24	-6,74	-1,07	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL
Objetivo: Garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, restabelecer e fortalecer o direito a convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.061.2.430	Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	200	210	220	230	210.859	101.109	412.246	200.500
				Realizada	50	235	300		180.821	100.217	407.444	
				Variação %	-75,00	11,90	36,36		-14,25	-0,88	-1,16	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Objetivo: Assegurar os direitos socioassistenciais de pessoas com deficiências.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.242.062.2.431	Manutenção dos serviços socioassistenciais destinados à pessoas com deficiências	PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS ATENDIDAS	und	Prevista	259	266	274	283	63.284	58.622	94.896	150.465
				Realizada		180	300		63.284	58.622	94.895	
				Variação %		-32,33	9,49					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE
Objetivo: Promover a inclusão social de jovens, qualificando e valorizando a sua participação social, por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas, que estimulem o desenvolvimento de projeto de interesse individual e coletivo dos jovens, o estímulo e a descoberta do potencial dos jovens e do território.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.132.2.424	Incentivo ao protagonismo juvenil-Projovem	JOVENS ASSISTIDOS	und	Prevista	1.050	1.055	1.060	1.070	110.001	59.406	3.842	12.532
				Realizada					109.523	59.406	3.842	
				Variação %					-0,43			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI
Objetivo: Contribui com a erradicação do trabalho infantil no país associando-se com outras políticas sociais.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.135.2.429	Atendimento às famílias com crianças e adolescentes do programa PETI	FAMÍLIAS ATENDIDAS	und	Prevista	2.000	2.060	2.124	2.000	1.225.242	1.563.671	1.373.889	1.280.800
				Realizada		3.000	2.100		1.090.934	1.557.362	1.370.651	
				Variação %		45,63	-1,13		-10,96	-0,40	-0,24	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC
Objetivo: Garantir as pessoas idosas e pessoas com deficiência, meios de prover a própria manutenção.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.242.136.2.432	Revisão da concessão do benefício assistencial de prestação continuada	PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS ATENDIDOS	und	Prevista	1.100	1.133	1.166	1.200		1.035	1.080	1.140
				Realizada								
				Variação %								
12.33.08.242.136.2.433	Implementação e Manutenção do Programa BPC na escola	PESSOAS ATENDIDAS	und	Prevista	915	942	970	999	29.000			2.140
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 139 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À CRIANÇA E ADOLESCENTE
Objetivo: Propiciar a crianças, adolescentes e seus familiares a inclusão em atividade sócioassistenciais.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.139.2.150	Manutenção de Atividades Socioeducativas e Assistenciais à Crianças e Adolescentes	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS	und	Prevista	1.700	1.802	1.908	1.926		26.400	29.800	33.000
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA
Objetivo: Ofertar atendimento especializado de forma integral, visando acolhimento à pessoa em situação de rua.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.33.08.243.140.2.442	Acolhimento a pessoas em situação de rua - população de rua/alta complexidade II	POPULAÇÃO DE RUA ACOLHIDA	und	Prevista	150	154	158	163	113.400	89.200	303.895	57.734
				Realizada		80	150		18.906	19.200	303.895	
				Variação %		-48,05	-5,06		-83,33	-78,48		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR
Objetivo: Promover atendimento na alimentação e nutrição das pessoas carentes

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
12.34.08.306.137.2.435	Manutenção do Restaurante Popular	RESTAURANTE MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	398.184	161.657	1.614.720	1.368.617
				Realizada	1	1	1		309.286	161.657	1.614.720	
				Variação %					-22,33			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
13.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	345.067	164.641	375.030	708.000
				Realizada	1	1	1		345.067	150.527	375.030	
				Variação %						-8,57		
13.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	50	50	62	50	1.253.559	1.455.106	1.797.334	
				Realizada	50	50	66		1.253.559	1.453.514	1.790.483	
				Variação %			6,45			-0,11	-0,38	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
Objetivo: Proporcionar às crianças e adolescentes, a inclusão social e esportiva, bem como revelar novos talentos para representar o Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
13.01.27.812.027.1.206	Realização de Eventos Sociocultural, Esportivo e de Lazer	EVENTOS REALIZADOS	un	Prevista	28	35	39	42	1.251.905	1.921.220	3.354.008	2.342.170
				Realizada	22	30			1.251.905	1.908.050	3.354.008	
				Variação %	-21,43	-14,29				-0,69		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Objetivo: Implantar, manter e conservar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
13.01.27.812.028.1.107	Implantação de Quadras e Centros Poliesportivos	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	2	2	3	3		774.987	176.797	843.750
				Realizada	2	2				571.526	173.911	
				Variação %						-26,25	-1,63	
13.01.27.812.028.1.324	Conservação e Restauração de Núcleos Esportivos	NÚCLEOS ESPORTIVOS CONSERVADOS E/OU RESTAURADOS	und	Prevista	3	5	7	9	299.344	1.985.616	1.088.407	922.400
				Realizada	5	5			299.344	29.580	1.078.407	
				Variação %	66,67					-98,51	-0,92	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	121.286	329.420	407.221	654.406
				Realizada	1	1	1		121.286	311.139	407.058	
				Variação %						-5,55	-0,04	
14.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	1	1	1	1	283.166			97.238
				Realizada								
				Variação %								
14.01.26.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	102	106	178	111	4.725.634	6.363.823	8.617.341	
				Realizada	164	235	238		4.724.733	6.361.832	8.596.564	
				Variação %	60,78	121,70	33,71		-0,02	-0,03	-0,24	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.26.782.072.1.003	Ampliação de Sinalização de Trânsito	PLACAS IMPLANTADAS	und	Prevista	10.000	12.000	10.000	13.000	804.000	870.145		
				Realizada	8.000	4.700			804.000	823.795		
				Variação %	-20,00	-60,83				-5,33		
14.01.26.782.072.2.159	Manutenção de Sinalização de Trânsito	SEMÁFOROS MANTIDOS	%	Prevista	100	100	100	100	1.247.000	2.250.000		
				Realizada	100	90			1.247.000	2.250.000		
				Variação %		-10,00						
14.01.26.453.072.2.169	Manutenção do Sistema Viário do Transporte Coletivo	VIAS MANTIDAS	km	Prevista	10	12	13	15				
				Realizada		6						
				Variação %		-50,00						
14.01.26.782.072.2.325	Fiscalização da Frota de Trânsito	FROTA FISCALIZADA	%	Prevista	15	15	20	20	300.000	487.564		
				Realizada	10	11			300.000	483.700		
				Variação %	-33,33	-26,67				-0,79		
14.01.26.782.072.2.326	Fiscalização Eletrônica de Trânsito	PONTOS FISCALIZADOS	und	Prevista	15	18	20	25		1.000		
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.26.782.072.1.327	Implantação de Abrigos - Segurança no Trânsito	ABRIGOS IMPLANTADOS	und	Prevista	50	50	50	50	12.698			
				Realizada		41			12.698			
				Variação %		-18,00						

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Objetivo: Aumentar a acessibilidade por meio de integração do sistema com prioridade para ônibus na circulação, melhorando a eficiência do sistema de transporte coletivo e atraindo usuários de outros modais de transportes sustentáveis.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.26.782.142.2.446	Manutenção dos Terminais de Transportes	TERMINAIS DE TRANSPORTES MANTIDOS	und	Prevista			5					
				Realizada								
				Variação %								
14.01.26.782.142.1.448	Construção Ampliação e Reformas dos Terminais de Transportes	Terminais de transportes construídos, ampliados ou reformados	und	Prevista			4				1.921.479	
				Realizada			1				504.214	
				Variação %			-75,00				-73,76	
14.01.26.782.142.1.451	Construção e Implantação de Abrigos de Transportes	ABRIGOS CONSTRUIDOS	und	Prevista			6	50				
				Realizada								
				Variação %								
14.01.26.122.142.2.452	Manutenção do Sistema de Transportes	SISTEMA DE TRANSPORTE MANTIDO	und	Prevista			4					
				Realizada								
				Variação %								
14.01.26.782.142.2.453	Manutenção e Reforma de Abrigos de Transportes	ABRIGOS MANTIDOS	und	Prevista			50					
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Objetivo: Aumentar a acessibilidade por meio de integração do sistema com prioridade para ônibus na circulação, melhorando a eficiência do sistema de transporte coletivo e atraindo usuários de outros modais de transportes sustentáveis.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.01.26.782.142.2.455	Manutenção do Terminal Rodoviário Interestadual	Terminal Rodoviário Interestadual Mantido	und	Prevista			1				11.995	
				Realizada			1				11.995	
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.31.26.782.072.1.003	Ampliação de Sinalização de Trânsito	PLACAS IMPLANTADAS	und	Prevista			12.000	13.000			1.959.044	1.400.036
				Realizada			10.987				1.959.044	
				Variação %			-8,44					
14.31.26.128.072.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	und	Prevista			100				1.436	53.316
				Realizada			3				1.436	
				Variação %			-97,00					
14.31.26.782.072.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	Bens Imóveis Construídos e Reformados	und	Prevista			1					
				Realizada								
				Variação %								
14.31.26.782.072.2.159	Manutenção de Sinalização de Trânsito	SEMÁFOROS MANTIDOS	%	Prevista			100	100			1.873.499	602.022
				Realizada			96				1.873.129	
				Variação %			-4,00				-0,02	
14.31.26.782.072.2.325	Fiscalização da Frota de Trânsito	FROTA FISCALIZADA	%	Prevista			20	20			80.304	256.392
				Realizada							45.984	
				Variação %							-42,74	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
14.31.26.782.072.2.326	Fiscalização Eletrônica de Trânsito	PONTOS FISCALIZADOS	und	Prevista			20	25				40.000
				Realizada								
				Variação %								
14.31.26.782.072.2.447	Manutenção das Atividades de Educação para o Trânsito	ATIVIDADES MANTIDAS	und	Prevista			4					4.000
				Realizada								
				Variação %								
14.31.26.122.072.2.449	Remuneração dos Membros do Conselho Municipal de Trânsito	PESSOAS REMUNERADAS	und	Prevista							57.000	
				Realizada			238				57.000	
				Variação %								
14.31.26.122.072.2.450	Controle do Estacionamento Rotativo			Prevista								54.260
				Realizada								
				Variação %								
14.31.26.122.072.2.459	Fiscalização de Pólos Geradores de Tráfego e Obras			Prevista								2.552
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Objetivo: Proporcionar aumento da produtividade de culturas agrícolas da região e conseqüentemente fixação do homem no campo.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.20.662.003.1.101	Implantação de Agroindústrias	Agroindústrias implantadas	un	Prevista	10	10	18	26	134.811	769.399	1.243.770	196.861
				Realizada	17	10	12		130.564	154.799	614.544	
				Variação %	70,00		-33,33		-3,15	-79,88	-50,59	
15.01.20.601.003.2.285	Fomento à Produção de Culturas Agrícolas	Culturas Produzidas	tonelada	Prevista	1.800	1.800	1.800	1.800	29.412	423.879	56.343	85.000
				Realizada	2.920	2.400	1.600		29.412	383.131	7.900	
				Variação %	62,22	33,33	-11,11			-9,61	-85,98	
15.01.20.602.003.1.334	Incentivo à Piscicultura com a Implantação de Viveiros-Tanques	Viveiros-Tanques Implantados	und	Prevista	10	20	20	20			126.300	556.000
				Realizada		11	4				126.300	
				Variação %		-45,00	-80,00					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista			1		365.684	875.013	664.291	
				Realizada	2		1		365.684	863.062		
				Variação %						-1,37		
15.01.20.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista			1			254.000	763.434	
				Realizada	2		1				762.777	
				Variação %							-0,09	
15.01.20.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	Obras realizadas	und	Prevista			1				530.403	
				Realizada			1				479.628	
				Variação %							-9,57	
15.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	59	59	70	59	1.617.009	2.360.292	2.909.925	
				Realizada		70	75		1.617.009	2.345.045		
				Variação %		18,64	7,14			-0,65		
15.01.20.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	59	59	70	59		1.693.183	2.639.598	
				Realizada		70	75				2.596.381	
				Variação %		18,64	7,14				-1,64	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA
Objetivo: Transportar os produtos agrícolas das linhas vicinais até a feira do produtor rural.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.20.605.025.2.286	Transporte da Produçao Agrícola	PRODUTOS AGRÍCOLAS TRANSPORTADOS	tonelada	Prevista	2.000	2.000	2.000	2.000	160.885	399.662	396.262	750.000
				Realizada	2.920	2.000	2.000		160.885	64.942	389.004	
				Variação %	46,00					-83,75	-1,83	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Objetivo: Capacitar os trabalhadores rurais e servidores da SEMAGRIC.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.01.20.128.063.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	un	Prevista	20	21	22	23	1.350	12.336	19.880	50.000
				Realizada	49	12	22		1.350	8.770	19.880	
				Variação %	145,00	-42,86				-28,91		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Objetivo: Promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor agrosilvopastoril

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
15.32.20.122.024.2.148	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1		3.302		66.981
				Realizada	1	1	1			3.302		
				Variação %								
15.32.20.543.024.1.210	Recuperação de Áreas Degradadas	ÁREAS DEGRADADAS	ha	Prevista	850	1.000	1.000	1.000	1.775.578	1.853.657	893.725	1.680.000
				Realizada		2.215	1.000		1.775.578	1.807.050	893.473	
				Variação %		121,50				-2,51	-0,03	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
16.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	un	Prevista	1	1	1	1	331.815	575.728	361.404	606.483
				Realizada	1	1	1		325.220	575.728	357.813	
				Variação %					-1,99		-0,99	
16.01.18.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	PESSOAS REMUNERADAS	un	Prevista	68	68	88	68	1.983.941	2.741.612	3.514.961	13.537
				Realizada	68	98	91		1.983.941	2.728.038	3.509.024	
				Variação %		44,12	3,41			-0,50	-0,17	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Objetivo: Prover as atividades de gestão ambiental de infra-estrutura e mecanismos legais para execução de seus programas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
16.31.18.542.001.2.076	Coordenação e Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	3.389	53.000	10.000	123.883
				Realizada	1	1	1		3.389	49.288	10.000	
				Variação %						-7,00		
16.31.18.542.001.2.170	Manutenção dos Serviços Administrativos / Educação Ambiental			Prevista					578.500	297.838	29.360	33.175
				Realizada					578.500	75.783		
				Variação %						-74,56		
16.31.18.542.001.2.171	Manutenção dos Serviços Administrativos / Fiscalização Ambiental	AÇÕES IMPLEMENTADAS		Prevista					147.780	315.534	110.500	110.060
				Realizada	1				147.780	291.609		
				Variação %						-7,58		
16.31.18.541.001.2.174	Manutenção e Preservação do Parque Natural	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	24.214	414.973	4.000	239.089
				Realizada	1	1	1		24.214	21.553	4.000	
				Variação %						-94,81		
16.31.18.541.001.1.181	Obras de Infra-Estrutura do Parque Natural	OBRA REALIZADA	m²	Prevista	3.600	3.600	3.600	3.600	27.975	128.786		160.000
				Realizada	200				14.999			
				Variação %	-94,44				-46,39			

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Objetivo: Prover as atividades de gestão ambiental de infra-estrutura e mecanismos legais para execução de seus programas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
16.31.18.542.001.2.471	Manutenção das Atividades de Licenciamento e Fiscalização Ambiental			Prevista							706.600	535.000
				Realizada							171.600	
				Variação %							-75,71	
16.31.18.542.001.1.472	Campanhas de Conscientização Ambiental	CAMPANHAS REALIZADAS	und	Prevista			1				2.400	
				Realizada			1					
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 143 - DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL
Objetivo: Promover ações públicas que proporcionem a efetiva relexão sobre os impactos socioambientais do crescimento econômico e a adoção de medidas que possibilitem a redução deste impacto.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
16.31.18.541.143.2.473	Fomento às Atividades de Educação Ambiental	Atividades fomentadas	und	Prevista			20				382.310	
				Realizada			20				310.889	
				Variação %							-18,68	
16.31.18.541.143.1.474	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável	Projetos fomentados	und	Prevista			5				340.449	
				Realizada			4				274.027	
				Variação %			-20,00				-19,51	
16.31.18.541.143.1.475	Fomento a Eventos Artísticos, Culturais e de Lazer com Foco Ambiental	Eventos fomentados	und	Prevista			1				123.690	
				Realizada			1				123.690	
				Variação %								
16.31.18.541.143.1.476	Fomento a Projetos Socioambientais de Economia Solidária e Tecnologias Sociais	Projetos fomentados	und	Prevista			2					
				Realizada								
				Variação %								
16.31.18.541.143.2.477	Fomento às Atividades de Adaptação e Mitigação às Mudanças de Clima	Atividades fomentadas	und	Prevista			1					
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 144 - ARBORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
Objetivo: Promover a arborização urbana da cidade de Porto Velho de forma planejada, respeitando o trânsito, as calçadas e a rede elétrica, recuperar áreas ambientalmente protegidas que estejam degradadas com o replantio de espécies nativas.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
16.31.18.543.144.1.478	Arborização e Replantio de Árvores Nativas	Árvores plantadas	und	Prevista			30	50.000			307.949	
				Realizada			24				291.398	
				Variação %			-20,56				-5,37	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	und	Prevista	1	1	1	1	383.556	1.117.571	926.922	909.558
				Realizada	1	3	1		383.556	1.004.832	918.922	
				Variação %		200,00				-10,09	-0,86	
17.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	40	40	43	40	896.991	1.342.189	3.565.170	
				Realizada	40	60	135		886.809	1.332.962	3.556.423	
				Variação %		50,00	213,95		-1,14	-0,69	-0,25	
17.01.04.122.007.2.377	Contratação de estagiários - Bolsa Estágio	ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS	und	Prevista	10	10	10	10	39.708	72.060	14.804	50.400
				Realizada	9	10	10		39.708	50.000	14.804	
				Variação %	-10,00					-30,61		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Objetivo: Promover a inclusão digital do Município de Porto Velho, por meio de instalação de telecentros comunitários e reaplicação de tecnologia social

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.19.573.019.1.010	Apoio a Instalação de Telecentros Comunitários	TELECENTROS INSTALADOS	und	Prevista	12	17	21	24	132.668	500.000	177.516	204.266
				Realizada	3				132.668			
				Variação %	-75,00							
17.01.19.573.019.2.388	Implantação e manutenção do projeto cidade digital	PROJETO DIGITAL IMPLANTADO	und	Prevista	1	1	1	1			681.348	784.027
				Realizada								
				Variação %								
17.01.19.573.019.1.389	Realização de eventos de promoção da ciência e tecnologia	EVENTOS REALIZADOS	und	Prevista	1	1	5	1			500.000	34.489
				Realizada			1					
				Variação %			-80,00					
17.01.19.573.019.2.390	Manutenção do centro de formação profissional - Casa Brasil	CENTRO MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1	69.003	60.000	51.434	59.181
				Realizada	1	1			69.003	50.000		
				Variação %						-16,67		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Objetivo: Apoiar os empreendimentos de economia solidária.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.334.026.2.008	Apoio a Empreendimentos da Economia Solidária	EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA APOIADOS	und	Prevista	14	22	32	44				
				Realizada		40						
				Variação %		81,82						
17.01.11.334.026.1.137	Incubação de Empreendimentos Populares	EMPREENDIMENTOS INCUBADOS	und	Prevista	5	5	1	8		3.000		78.697
				Realizada								
				Variação %								
17.01.11.334.026.2.260	Fomento às iniciativas de Microcrédito no Município de Porto Velho	INICIATIVAS FOMENTADAS	und	Prevista	1	1	1	1		187.299		156.923
				Realizada		1				174.299		
				Variação %						-6,94		
17.01.11.334.026.2.391	Apoio aos grupos de catadores de materiais reciclados	GRUPOS APOIADOS	und	Prevista	3	3	3	3				78.540
				Realizada	2	3						
				Variação %	-33,33							
17.01.11.334.026.1.392	Realização de eventos de promoção da economia solidária	EVENTOS REALIZADOS	und	Prevista	1	1	1	1	3.000			35.116
				Realizada	1	1			3.000			
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.23.695.035.1.199	Promoção Turística	EVENTOS TURISTICOS REALIZADOS	und	Prevista	5	5	5	5	143.143	299.567	27.146	16.000
				Realizada	4	5			143.143	299.567	26.593	
				Variação %	-20,00						-2,04	
17.01.23.695.035.1.202	Realização de Conferência Municipal de Turismo	CONFERÊNCIA REALIZADA	und	Prevista	1		1				13.624	
				Realizada	1	1						
				Variação %								
17.01.23.695.035.2.381	Apoio a implementação do Plano Municipal de Turísmo	PLANO IMPLEMENTADO	und	Prevista	1	1	1	1				1.682.450
				Realizada	1	1						
				Variação %								
17.01.23.695.035.2.382	Implantação e manutenção de sistema de informações das atividades turísticas	SISTEMA IMPLANTADO	und	Prevista	1	1	1	1		104.596	7.000	94.461
				Realizada		1					7.000	
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Objetivo: Executar obras de infraestrutura turística no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.23.695.043.1.099	Implantação da Casa do Turismo	CASA DO TURISMO IMPLANTADA	un	Prevista	1	1	1	1		14.942		156.923
				Realizada						14.942		
				Variação %								
17.01.23.695.043.1.224	Revitalização de Centros Históricos em Áreas de Interesse Cultural e Turístico	CENTRO HISTÓRICO REVITALIZADO	und	Prevista	1	1	1	1	1.250.080	1.425.345		79.245
				Realizada	1	1			7.975	1.415.345		
				Variação %					-99,36	-0,70		
17.01.23.695.043.1.267	Execução de Obras de Infra-estrutura Turística	OBRA EXECUTADA	un	Prevista	2	2	2	2	900.295	1	30.000	66.000
				Realizada	2				892.267		29.374	
				Variação %					-0,89		-2,09	
17.01.23.695.043.1.385	Revitalização do Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - E.F.M.M	COMPLEXO EFMM REVITALIZADO	%	Prevista	25	25	25	25		6.938		784
				Realizada		25						
				Variação %								
17.01.23.695.043.1.387	Implantação de Projetos de Sinalização Turística	PROJETOS DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA IMPLANTADOS	und	Prevista	1	1	1	1		7.217		784
				Realizada		1						
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Objetivo: Diminuir desemprego e subemprego dos trabalhadores de Porto Velho por meios de atendimentos realizados via ações do sitema público de trabalho emprego e renda.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.334.074.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA REALIZADA	und	Prevista	1	1	1	1		98.643		
				Realizada		1				46.992		
				Variação %						-52,36		
17.01.11.333.074.2.140	Intermediação de Mão-de-Obra	TRABALHDORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	und	Prevista	750	1.000	1.150	1.000	41.040	327.643	779.813	16.000
				Realizada	750	2.800	824		41.040	198.141	521.542	
				Variação %		180,00	-28,35			-39,53	-33,12	
17.01.11.334.074.1.268	Capacitação e Qualificação Profissional do Sistema Público de Emprego e Renda	PESSOAS QUALIFICADAS	und	Prevista	370	400	450	470		429.360		
				Realizada		1.775				363.469		
				Variação %		343,75				-15,35		
17.01.11.333.074.2.383	Intermediação do seguro desemprego	TRABALHADOR ATENDIDO	und	Prevista	700	800	934	1.200		11.780	32.697	37.624
				Realizada		20.000						
				Variação %		2.400,00						
17.01.11.331.074.1.384	Realização de seminário de trabalho emprego e renda	SEMINÁRIO REALIZADO	und	Prevista	1	1	1	1		15.000	16.348	18.812
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Objetivo: Diminuir desemprego e subemprego dos trabalhadores de Porto Velho por meios de atendimentos realizados via ações do sitema público de trabalho emprego e renda.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.333.074.2.386	Implantação e manutenção do sistema de informações sobre o trabalho, emprego e renda	SISTEMA IMPLANTADO E MANTIDO	und	Prevista	1	1	1	1		5.000	65.393	75.248
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Objetivo: Regularizar os empreendedores do comércio informal.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.23.692.106.2.378	Gestão de Uso dos Espaços Públicos	ESPAÇOS PÚBLICOS GERENCIADOS	und	Prevista	350	550	650	700	18.365	381.899	443.881	80.862
				Realizada	350	24			18.365	369.389	443.881	
				Variação %		-95,64				-3,28		
17.01.23.692.106.1.379	Execução de Obras de Infraestrutura para o Comércio Popular.	OBRA REALIZADA	und	Prevista	1	1	1	1		440		314
				Realizada		10						
				Variação %		900,00						
17.01.23.693.106.1.380	Apoio ao Shopping Popular Rio Madeira.	SHOPPING APOIADO	und	Prevista	1	1	1	1	100.000			91.592
				Realizada	1	1	1		100.000			
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL
Objetivo: Aumentar o número de pessoas qualificadas profissionalmente no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.01.11.333.118.2.051	Qualificação profissional, social e certificação	PESSOA QUALIFICADAS	und	Prevista	4.250	4.800	5.350	5.390		157.664	3.056.439	30.805
				Realizada		1.775	592			130.062	652.098	
				Variação %		-63,02	-88,93			-17,51	-78,66	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho	Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
				2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
17.31.23.695.035.1.199 Promoção Turística	EVENTOS TURISTICOS REALIZADOS	und	Prevista	1	2	2	3				80.022
			Realizada		2						
			Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE ADMINISTRADA	un	Prevista	1	1	1	1	483.196	826.934	590.635	1.597.000
				Realizada	1	1	1		475.236	813.922	590.201	
				Variação %					-1,65	-1,57	-0,07	
18.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	EVENTOS REALIZADOS	un	Prevista	5	5	5	5	4.965	6.520	11.670	27.500
				Realizada	4	4	5		4.965	6.520	11.670	
				Variação %	-20,00	-20,00						
18.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	un	Prevista	120	120	124	120	3.657.132	4.378.637	4.939.751	
				Realizada	127	125	126		3.654.526	4.373.328	4.920.568	
				Variação %	5,83	4,17	1,61		-0,07	-0,12	-0,39	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Objetivo: Promover o acesso à moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.042.1.046	Campanha de Prevenção e Redução de Riscos	CAMPANHAS REALIZADAS	un	Prevista			1				4.000	
				Realizada			1				4.000	
				Variação %								
18.01.16.482.042.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	44.910	193.288		
				Realizada	1	1			44.910	188.031		
				Variação %						-2,72		
18.01.16.482.042.1.192	Produção de Lotes Urbanizados	LOTES URBANIZADOS	un	Prevista			1.594		130.000			
				Realizada	571				130.000			
				Variação %								
18.01.16.482.042.1.278	Implementação de Projetos de Trabalho Técnico Social	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	un	Prevista	18.739	741			739.519	1.887.530		
				Realizada	18.739				557.261			
				Variação %					-24,65			
18.01.16.482.042.1.461	Implementação de Projetos de Trabalho Técnico Social	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	und	Prevista			741				1.197.045	
				Realizada			350				587.290	
				Variação %			-52,77				-50,94	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Objetivo: Promover a regularização fundiária no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.065.1.083	Elaboração de Instrumentos de Suporte à Estruturação e Gestão das Políticas de Regularização Fundiária e Habitação	DOCUMENTOS ELABORADOS	un	Prevista	1	1	1	1	148.096	306.413	513.736	200.000
				Realizada	2	1	1		148.096	12.863	473.704	
				Variação %	100,00					-95,80	-7,79	
18.01.16.482.065.2.097	Gestão e Administração do Programa	PROGRAMA MANTIDO	un	Prevista	1	1	1	1	14.590	253.718		
				Realizada	1	1			14.590	253.718		
				Variação %								
18.01.16.482.065.1.109	Implantação de Sistema de Informação para a Gestão da Política Habitacional e de Regularização Fundiária	SISTEMA IMPLANTADO	un	Prevista	1	1	1	1				50.000
				Realizada								
				Variação %								
18.01.16.482.065.1.196	Promoção de Campanhas Educativas e Informativas	CAMPANHAS REALIZADAS	un	Prevista	1	1	1	1				55.000
				Realizada								
				Variação %								
18.01.16.482.065.1.197	Promoção de Eventos Públicos Pertinentes às Áreas de Regularização Fundiária e Habitação	EVENTOS REALIZADOS	un	Prevista	5	5	5	5		183.392		80.000
				Realizada	3	6	8			176.794		
				Variação %	-40,00	20,00	60,00			-3,60		

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Objetivo: Promover a regularização fundiária no Município de Porto Velho.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.065.1.216	Regularização Fundiária de Ocupações Irregulares	IMÓVEIS REGULARIZADOS (TITULADOS)	und	Prevista	4.307	3.484	3.605	3.604	1.582.994	11.874.420	152.280	450.000
				Realizada	3.046	4.194	4.194		1.582.924	6.729.570	152.280	
				Variação %	-29,28	20,38	16,34			-43,33		
18.01.16.482.065.1.462	Indenização por Desapropriação de Imóvel e suas Benfeitorias por Interesse Social	Imóvel desapropriado	und	Prevista			7				4.862.989	
				Realizada			7				1.832.989	
				Variação %							-62,31	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO
Objetivo: Promover assessoria jurídica gratuita com ajuizamento e acompanhamento de ações possessórias a população de baixa renda que encontra-se em áreas de titularidade privada com posse consolidada.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.01.16.482.096.2.289	Regularização de Imóveis em Áreas Particulares - Usucapião	IMÓVEIS REGULARIZADOS	unid	Prevista	784	2.781	2.781	2.781	7.600	6.063	7.950	128.135
				Realizada		502	1.750		7.600	6.063	7.950	
				Variação %		-81,95	-37,07					

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: 085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Objetivo: Centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, objetivando viabilizar para população de menor renda o acesso a terra urbanizada e a habitação digna e sustentável

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
18.31.16.482.085.1.192	Produção de Lotes Urbanizados	LOTES URBANIZADOS		Prevista						10.000	10.000	10.000
				Realizada								
				Variação %								
18.31.16.482.085.1.273	Construção, Melhoria, Reforma, Aquisição, Locação Social e Arrendamento de Unidades Habitacionais em Áreas Urbanas e Rurais	OBRA EXECUTADA		Prevista						50.000	50.000	50.000
				Realizada								
				Variação %								
18.31.16.482.085.1.274	Regularização Fundiária e Urbanística de Áreas Caracterizadas de Interesse Social	IMÓVEIS REGULARIZADOS		Prevista						10.000	10.000	10.000
				Realizada								
				Variação %								
18.31.16.482.085.1.276	Implantação de Saneamento Básico, Infra-estrutura e Equipamentos Urbanos Complementares aos Programas de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social	POPULAÇÃO BENEFICIADA		Prevista						30.000	30.000	30.000
				Realizada								
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
19.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE MANTIDA	unid	Prevista	1	1	1	1	117.178	169.351	76.567	248.926
				Realizada	1	1	1		113.567	150.046	76.567	
				Variação %					-3,08	-11,40		
19.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	unid	Prevista	1	1	29	1	1.095.152	1.302.486	1.470.653	
				Realizada	27	1	31		1.095.152	1.299.805	1.466.123	
				Variação %	2.600,00		6,90			-0,21	-0,31	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	UNIDADE ADMINISTRADA	und	Prevista	1	1	1	1	279.176	788.231	290.402	934.136
				Realizada	1	1	1		276.550	774.266	284.424	
				Variação %					-0,94	-1,77	-2,06	
20.01.04.128.007.1.050	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	SERVIDORES CAPACITADOS	und	Prevista	10	8	37	5			3.600	
				Realizada		59	17				3.600	
				Variação %		637,50	-54,05					
20.01.04.122.007.1.069	Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis	OBRA EXECUTADA	und	Prevista	1	1	1	1	1.394.142	5.680.654	10.422.462	351.000
				Realizada	2	1	1		1.390.044	295.858	9.663.170	
				Variação %	100,00				-0,29	-94,79	-7,29	
20.01.04.122.007.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	SERVIDORES REMUNERADOS	und	Prevista	75	80	98	80	4.200.552	4.979.578	6.273.539	85.466
				Realizada	73	93	98		4.200.552	4.961.557	6.265.231	
				Variação %	-2,67	16,25				-0,36	-0,13	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Objetivo: Implantar, manter e modernizar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.27.812.028.1.357	Construção, ampliação e reforma de quadras e centros poliesportivos.	OBRA EXECUTADA	und	Prevista	4	4	10	4	639.767	3.143.388	4.076.707	4.126.360
				Realizada	3	1	1		314.847	3.143.388	735.625	
				Variação %	-25,00	-75,00	-90,00		-50,79		-81,96	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Objetivo: Promover o acesso a moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.16.482.042.1.362	Construções de unidades habitacionais	UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS	und	Prevista	488	550	550	550	26.883.631	44.080.643	6.403.776	2.717.674
				Realizada	315	218			15.913.094	11.270.359	2.916.687	
				Variação %	-35,45	-60,36			-40,81	-74,43	-54,45	
20.01.16.482.042.1.363	Infra-estrutura de urbanização dos projetos habitacionais	CONJUNTOS HABITACIONAIS URBANIZADOS	und	Prevista	4	3	3	3	703.829	5.321.636	3.451.161	4.540.150
				Realizada	3	2			199.541	3.345.130	1.050.060	
				Variação %	-25,00	-33,33			-71,65	-37,14	-69,57	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Objetivo: Executar serviços de pavimentação, recuperação, manutenção, drenagem e revitalização de vias urbanas, pontes, passarelas e pontilhões.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.15.451.075.1.081	Drenagem de Águas Pluviais	DRENAGEM EXECUTADA	km	Prevista	10	10	7	10	13.580.759	17.687.322	1.796.850	1.324.732
				Realizada	1	7			13.113.806	2.407.624	1.132.787	
				Variação %	-91,70	-29,90			-3,44	-86,39	-36,96	
20.01.15.451.075.1.355	Urbanização de vias urbanas e assentamentos comunitários	VIAS URBANIZADAS	km	Prevista	20	20	54.307	20	125.525.151	136.025.070	152.671.595	21.465.560
				Realizada	11	40	35		119.248.637	43.974.454	85.769.008	
				Variação %	-42,65	100,00	-99,94		-5,00	-67,67	-43,82	
20.01.15.451.075.1.356	Construção e reforma de praças e mercados	PRAÇAS E MERCADOS CONSTRUÍDOS E REFORMADOS	und	Prevista	5	5	8	5	3.162.683	3.937.671	29.861.941	5.810.000
				Realizada	4	4	4		3.120.826	1.934.171	6.283.520	
				Variação %	-20,00	-20,00	-50,00		-1,32	-50,88	-78,96	

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - LOA 2012, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.1 - Avaliação Quantitativa (Realização Física e Financeira) de Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 141 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
Objetivo: Otimizar a infraestrutura do Porto fluvial sistematizando os serviços proporcionando rapidez, conforto e segurança, além de permitir o desenvolvimento social e econômico social.

Programa de Trabalho		Produto	Unidade de Medida	Avaliação (*)	Meta Física				Meta Financeira			
					2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
20.01.26.784.141.1.444	Construção do Terminal Aquaviário do Cai N'água	terminal aquaviário construído	%	Prevista		35	1			643.856	676.620	50.000
				Realizada		22	1					
				Variação %		-37,86						
20.01.26.784.141.2.445	Fiscalização de Obras e Serviços do Terminal Aquaviário do Cai N'Água	obra fiscalizada	un	Prevista		1	1			303.600		10.000
				Realizada		1	1			303.590		
				Variação %								

(*) Prevista = metas definidas no PPA e atualizadas por meio de LOA (Orçamento Anual) + decretos de movimentação orçamentária (suplementação e redução); Realizada = metas físicas realizadas e valores empenhados; Variação % = ((Realizada / Prevista) - 1) x 100.

Avaliação do Plano Plurianual

ANEXO III.2

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DE PROGRAMAS E AÇÕES

Exercício 2013

Ano Base 2012

Porto Velho, março 2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: SILVIO RAIMUNDO C. DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a Câmara Municipal de meios para a sua atuação legislativa.

Público-Alvo: População de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Atender as necessidades dos municipes com criação de Leis Específicas

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Os recursos orçamentários previsto no periodo foram suficientes para o pleno funcionamento do Poder Legislativo.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Os recursos orçamentários previsto no período foram suficientes para cobertura do funcionamento do Poder Legislativo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Satisfeito

Os recursos orçamentários previsto no periodo foram suficientes para o pleno funcionamento do Poder Legislativo.

2012 Satisfeito

Os recursos orçamentários previstos, foram suficientes para cobertura do funcionamento do Poder Legislativo.

2.4 Outras Considerações

As atividades constitucionais do órgão foram executadas.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2011

Suficiência das metas físicas das ações

Os recursos previstos no PPA 2010-2013, contemplaram todas as ações, contudo houve a necessidade de remanejar recursos orçamentários entre as ações.

2012

Suficiência das metas físicas das ações

Os recursos previstos no PPA 2010-2013 contemplaram todas as ações, contudo houve suplementações e remanejamentos entre as ações.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: SILVIO RAIMUNDO C. DOS SANTOS

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica por tratar-se de programa da área meio para manutenção do órgão.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Por não ser um programa voltado para fins sociais, não foi detectado durante a execução do mesmo qualquer dificuldade que necessitasse de maiores implementações.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Por não ser um programa voltado para fins sociais, não foi detectado durante a execução qualquer dificuldade necessárias para maiores implementações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não possui mecanismo.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O orçamento previsto no PPA 2010-2013 foram suficientes para atender a demanda do Poder Legislativo.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O orçamento previsto para o ano de 2012, foi suficiente para atender a demanda do Poder Legislativo.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Unidade atendida com satisfação, mediante as necessidades do Poder Legislativo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

O orçamento previsto no PPA 2010-2013 foi suficiente para atender a demanda do Poder Legislativo.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O orçamento previsto no PPA 2010-2013 foram suficientes para atender a demanda do Poder Legislativo.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O orçamento previsto para o ano de 2012, foi suficiente para atender a demanda do Poder Legislativo.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: SILVIO RAIMUNDO C. DOS SANTOS

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Outros: Requerimento
O auxilio é concedido mediante solicitação do requerente.

2012

O auxílio é concedido mediante solicitação do requerente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Foi atendida a demanda existente.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi atendida a demanda existente.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Servidores beneficiados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes à medida de seus repasses.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes à medida de seus repasses.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes a medida de seus repasses.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: SILVIO RAIMUNDO C. DOS SANTOS

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Mediante solicitação do requerente e a necessidade do órgão.

2012

Mediante solicitação do requerente e a necessidade do órgão.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve grande procura por cursos durante o exercicio.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve grande procura por cursos durante o exercício, por conta de remanejamento orçamentário.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Servidores capacitados

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
Atendeu com satisfação as necessidades.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O orçamento previsto no PPA 2010-2013 foram suficientes para atender a demanda do Poder Legislativo.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Apesar do remanejamento do recurso, o orçamento previsto foi suficiente para atender a demanda do Poder Legislativo.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: SILVIO RAIMUNDO C. DOS SANTOS

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Visitas in loco
Sempre que se faz necessário.

2012

Visitas in loco
Sempre que se faz necessário.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Como já existia benfeitorias realizadas em outros exercicios, não houve necessidade de executar o total da meta prevista.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Com a aprovação da EC-058/2009 e a Emenda a Lei Orgânica nº 059/CMPV-2011, aumentando o número de vereadores de 16 para 21, houve a necessidade de reformar o prédio da Câmara Municipal para adequar-se aos 05 (cinco) novos gabinetes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma da rede eletrica do prédio e a execução da reforma dos gabinetes dos vereadores e da administração. O projeto de acessibilidade ficou para o exercicio de 2012.

2012 Ação: Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis.
Produto: UNIDADE ATENDIDA
Detalhamento do Produto: Reforma do prédio da Câmara Municipal de Porto Velho, para adequação de 5 novos gabinetes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
Os recursos orçamentários executados foram suficientes para atender a reforma da rede eletrica do prédio e a execução da reforma do gabinete dos vereadores e da administração.

2012 Suficientes
O recurso orçamentário foi suficiente para atender a reforma da Câmara Municipal de Porto Velho, pois quando da elaboração do PPA 2010-2013, ainda não havia sido aprovada a EC-058/2009 e a Emenda a Lei Orgânica 059/2011 que aumentou o número de vereadores de 16 para 21, com isso foram necessários aumentar os recursos orçamentários.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A execução da ação foi concluida de conformidade com os repasses da municipalidade.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A execução da ação foi concluída em conformidade com os repasses da municipalidade.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: SILVIO RAIMUNDO C. DOS SANTOS

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Conforme as necessidades de cada setor .

2012

Conforme as necessidades de cada setor.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O orçamento foi suficiente para atender a demanda.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O orçamento foi suficiente para atender a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de computadores, impressoras para atender os mais diversos setores.

2012 Ação: Implementação das Ações de Informatização
Produto: UNIDADES ATENDIDAS
Detalhamento: Aquisição de computadores e impressoras para atender os mais diversos setores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
O orçamento foi suficiente para atender a demanda.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O orçamento foi suficiente para atender a demanda.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: SILVIO RAIMUNDO C. DOS SANTOS

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Sistemas informatizados

Para o monitoramento da ação, utiliza-se o percentual determinado pela EC 025/00.

2012

Sistemas informatizados

Para o monitoramento da ação, utilizamos o percentual determinado pela Emenda Constitucional nº 025/2000.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Aumento da verba de gabinete e consequentemente o aumento do número de servidores.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Apesar da redução do número de servidores no exercicio 2012, houve aumento salarial para os servidores do quadro no percentual de 8%, assim como aumento na verba de gabinete.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Servidores remunerados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

Conformidade com as orientações da EC-025/2000

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com os repasses financeiros, observando os ditames da lei.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com os repasses financeiros, observando os ditames da Lei.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - CÂMARA
Unidade Orçamentária: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Programa: 010 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gerente: SILVIO RAIMUNDO C. DOS SANTOS

AÇÃO: 316 - Câmara Itinerante

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Outros: Requerimento
Conforme requerimento dos vereadores.

2012

Conforme requerimento dos vereadores.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Poucas sessões populares no exercicio.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve sessões populares suficientes no exercício.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 População atendida.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

2012 Insuficientes
Os recursos orçamentários não foram suficientes para atender a demanda, por conta de remanejamento orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes à medida de seus repasses.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes a medida de seus repasses.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO REYDSON BARBOSA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Executado conforme ações planejadas.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Executado conforme o planejamento das ações.

2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Atendidos conforme solicitados.

2011 Satisfeito
Atendido conforme solicitado.

2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Contemplados com oficinas, palestras e atividades fins.

Gênero
Contemplados com oficinas, palestras e atividades fins.

Criança e Juventude
Contemplados com oficinas, palestras e atividades fins.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO REYDSON BARBOSA DE OLIVEIRA

2011

Raça
Contempladas com oficinas, palestras e atividades fins.

Gênero
Contempladas com oficinas, palestras e atividades fins.

Criança e Juventude
Contempladas com oficinas, palestras e atividades fins.

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessário se faz a ampliação da equipe com técnicos capacitados para cumprimento das metas do Programa.

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
É necessária a contratação de técnicos capacitados para cumprimento das metas do programa.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Meios para avaliação das metas do programa.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

2012

Outros: Fale com Prefeito
Questionamento da população através do site oficial da prefeitura e telefone.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Criar mecanismos de avaliação do Programa.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Criar mecanismo para avaliação do programa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Análise do ralatório elaborado uma vez ao ano.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO REYDSON BARBOSA DE OLIVEIRA

2011

Reuniões de trabalho
Reunião periódica a cada 03 meses

Relatórios de gestão
Reunião com apresentação de relatório das atividades executadas no exercício

2012

Relatórios de gestão
Reunião com apresentação de relatório das atividades executadas no exercício.

Reuniões de trabalho
Reunião períodica a cada 03 meses.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Executado conforme planejado.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram realizados os projetos de acordo com o cronograma anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Adequação do prédio para acessibilidade.

2012 Materiais de expediente, materiais de limpeza, e outros para manutenção da administração.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes
Os recursos foram liberados de acordo com a programação.

2012 Suficientes
Recursos liberados de acordo com a programação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve interrupção nos recursos e a execução do programa foi executado a contento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O programa foi executado a contento, não havendo interrupção dos recursos disponiveis.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve interrupção na liberação dos recursos e a ação foi executada a contento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Modalidade Licitatória na sua morosidade transitória.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Devido a morosidade transitória no procedimento licitatório.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO REYDSON BARBOSA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Relatórios de gestão
Análise do relatório elaborado anualmente.

2012

Relatórios de gestão
Relatório de gestão elaborado anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta prevista não realizada, por conta de redução orçamentária.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Esta ação não foi utilizada, pois o projeto de construção do elevador ficou para o exercício posterior, e por este motivo ficou abaixo do previsto.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O recurso orçamentário foi insuficiente.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção e reforma parcial da Unidade.

2012 Cobertura do estacionamento, continuidade na adequação do prédio a acessibilidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários remanejados.

2011 Insuficientes
Devido ajustes necessários do projeto inicial.

2012 Insuficientes
Devido a ajustes necessários no projeto inicial.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários remanejados.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme a medição da obra.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Devido remanejamento dos recursos orçamentários.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento dos recursos orçamentários para outra ação prioritária.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO REYDSON BARBOSA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 194 - Produção e Divulgação de Informações de Interesse Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Relatórios de gestão

Relatório de Gestão Anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Realizado conforme a programação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Publicidade institucional.

2012 Publicidade Institucional.(produção de vídeos e propaganda da Prefeitura)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO REYDSON BARBOSA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão
Reunião com a presentação de relatório das atividades.

Reuniões de trabalho
Reunião periódica a cada três meses.

Sistemas informatizados
MODLOG, Planilhas de Controle.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões períodicas a cada 3 meses.

Sistemas informatizados
MODLOG, planilhas de controle.

Relatórios de gestão
Relatório das atividades desenvolvidas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Executado conforme planejado. Atendidas integralmente todas as solicitações.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a novas contratações para suprir os recursos humanos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores remunerados e encargos sociais pagos conforme a folha de pagamento.
2012 Servidores remunerados e encargos sociais pagos conforme a folha de pagamento.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir os direitos da mulher ampliando sua participação por meio da inclusão social.

Público-Alvo: Mulheres do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres cabe a responsabilidade de coordenar, junto aos demais setores do município, a implementação e execução das políticas públicas, as demandas de necessidades e potencialidade das mulheres.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número médio de casos de violência contra a mulher registrados no ano	Previsto	1.109	986	862	862
	Apurado	1361	986	854	
	Relação % Apurado/Previsto	122.612,61	100,00	99,07	
	Relação % Apurado/Final	157,89	114,39	99,07	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimentos realizados a contento.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimentos realizados a contento.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimentos realizados a contento.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Programa executado com participação da sociedade civil

2011 Satisfeito
Programa executado com a participação da sociedade civil.

2012 Satisfeito
Programa executado com a participação da sociedade civil.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Realizadas por meio de oficinas, reuniões, cursos , material grafico e outros

Pessoa com Deficiência
Realizados por meio de reuniões, oficinas, cursos e outros

Gênero
Realizadas por meio de oficinas, cursos, campanhas, e outros.

Criança e Juventude
Por meio de campanhas e material didático.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS

2011

Raça
Realizada por meio de oficinas, reuniões, cursos, material gráficos e outros.

Pessoa com Deficiência
Realizados por meio de reuniões, oficinas, cursos e outros.

Gênero
Realizadas por meio de oficinas, cursos, campanhas e outros.

Criança e Juventude
Por meio de campanhas e material didático.

2012

Raça
Realizada por meio de oficinas, reuniões, cursos.

Pessoa com Deficiência
Atendimentos a mulheres que são deficientes e que precisam de um amparo do poder público.

Gênero
Realizadas por meio de oficinas, cursos, campanhas e outros.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados

2011
Os recursos materiais são adequados

2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados

2011
Os recursos humanos são adequados

2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
São realizadas por meio de oficinas e reuniões.

Discussão em Conselho Setorial
Realizada mensalmente reuniões do Conselho da Mulher onde são definidas prioridades e avaliação das ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Na proposição de ações para inserir no Planejamento da Coordenadoria.

2011

Reunião com grupos de interesse
São realizadas por meio de oficinas e reuniões.

Discussão em Conselho Setorial
Realizada mensalmente reuniões do Conselho da Mulher onde são definidas prioridades e avaliação das ações.

2012

Reunião com grupos de interesse
São realizadas por meio de oficinas e reuniões.

Discussão em Conselho Setorial
Realizada mensalmente reuniões do Conselho da Mulher onde são definidas prioridades e avaliação das ações.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Faz-se necessaria a criação de instumentos de avaliação para aferir a satisfação dos usuáios.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Faz-se necessária a criação de instrumentos de avaliação para aferir a satisfação dos usuários.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Foram realizados atraves de pesquisa de opinião, onde cada beneficiário respondeu um questionamento onde dava sua nota.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 045 - Campanha de Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizadas reuniões mensais para avaliação.

Relatórios de gestão
Realizada uma vez ao ano.

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas reuniões mensais para avaliação.

Relatórios de gestão
Realizado uma vez ao ano.

2012

Reuniões de trabalho
Realizadas reuniões mensais para avaliação.

Relatórios de gestão
Realizado uma vez ao ano.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ações de mobilização social realizadas por meio de campanhas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ações de mobilização social realizadas por meio de Campanhas.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ações de mobilização social realizadas por meio de Campanhas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 01 campanha realizada com sucesso.

2012 01 campanha realizada com sucesso.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos suficientes para a realização das ações.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ações executadas dentro do planejamento e não houve interrupção do fluxo de recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Médio
Exeutado a contento.

2011 Médio
Executado a contento.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Foram realizados eventos de mobilização com a colaboração de parceiros na divulgação das companhas e na formação de rede de enfrentamento a violência.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS

AÇÃO: 052 - Capacitação em Gênero

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizada uma vez ao mês

Relatórios de gestão
Realizada uma vez ao ano.

2011

Reuniões de trabalho
Realizado mensalmente.

Relatórios de gestão
Elaborado anualmente.

2012

Reuniões de trabalho
Realizados mensalmente.

Relatórios de gestão
Elaborado anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado a contento devido ao alcance social e a equipe capacitada

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado a contento.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado a contento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Diárias, manutenção dos serviços.

2012 Cursos e paletras para mulheres.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Realizada a contento.

2011 Suficientes
Realizado a contento.

2012 Suficientes
As atividades foram executadas em outras ações coordenadas pelo gabinete.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Executados conforme a programação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Apenas é utilizado recursos orçamentarios.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizada uma vez ao mês.

Relatórios de gestão
Realizada uma vez ano.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais.

Relatórios de gestão
Anualmente.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais.

Relatórios de gestão
Anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Executado conforme planejado.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Diárias, aluguel e outros.

2012 Diárias, aluguel e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Executado a contento.

2011 Suficientes
Executado a contento.

2012 Suficientes
Executado a contento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Executado conforme planejado e liberado a contento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS

AÇÃO: 294 - Manutenção das Atividades do Conselho de Defesa da Mulher

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizada uma vez ao mês e doze ao ano.

Relatórios de gestão
Elaborado uma vez ao ano.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas mensalmente.

Relatórios de gestão
Relatório anualmente.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas mensalmente.

Relatórios de gestão
Relatório anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado a contento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado em outra ação.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado em outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Foram realizados reparos e adiquiridos materiais de expediente e limpeza para funcionamento do Conselho.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Realizado a contento

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários remanejados para outra ação.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberados conforme planejado.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários não executados.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Foi utilizado recursos apenas orçamentario proprio.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 037 - INCLUSÃO DE GÊNERO - GARANTIA DOS DIREITOS DA MULHER
Gerente: ANTÔNIA FERREIRA DOS SANTOS

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL
Gerente: NATANAEL CASTRO MOURA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Manter a segurança do prefeito e dos bens patrimoniais do Município e mobilizar a estrutura administrativa nos casos de calamidade pública.

Público-Alvo:

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Prover condições para o desenvolvimento das atividades relativas a segurança do Prefeito e sua família, bem como, do Palácio Municipal e das atividades relacionadas a coordenação dos serviços de defesa civil do Município.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Devido a grande extenção do Municipio e Porto Vellho que conta com uma grande população residente nas areas de risco. Em consequencia da área geografica que abrange o municipio de Porto Velho, possuindo Distritos e Comunidades distantes do centro urbano a uma distancia equivalente á 350 km, e tambem distritos distantes a 06:00hs. De barco. E a falta de equuipamentos para o pleno desenvolvimento das suas atividades de prevenção, assintencia e socorro

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Devido a grande extensão do municipio de Porto velho que conta com uma grande população residente nas áreas de risco, distritos e comunidades distantes da área urbana, ao longo do rio madeira e BR 364 sentido Acre, dificultando assim assistência e socorro das vitimas.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Há uma dificuldade na cobertura do público-alvo devido ao aumento da população que resideide nas áreas de risco e também a grande extensão do Município de Porto Velho, possuindo distritos e comunidades distantes do centro urbano, com distâncias equivalentes a 350km e 6 horas de barco.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

As pessoas atendidas pela a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil tem demostrado sua satisfação diante do encaminhamento de suas necessiadades para as secretarias municipais, como tambem pelo o acompanhamento da Defesa Civil junto a estas secretarias.

2011 Satisfeito

As pessoas atendidas pela coordenadoria Municipal de Defesa Civil tem demonstrado satisfação.

2012 Satisfeito

As pessoas atendidas pela a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil tem demonstrado sua satisfação diante do encaminhamento de suas necessidades para as secretarias municipais, como também pelo acompanhamento da Defesa Civil junto a estas secretarias.

2.4 Outras Considerações

Se faz necessario parcerias com outras secretarias do municipio e do estado.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL
Gerente: NATANAEL CASTRO MOURA

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A Defesa Civil apresenta uma grande necessidade de embarcações, veiculos (camionetes com tração 4x4), e caminhão baú para transporte de mudanças das vitimas de alagamento do rio madeira.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A Defesa Civil ocupa hoje um ambiente inadequado para o desenvolvimento de suas atividades operacionais, visto que no momento atual a COMDEC recebeu dois barcos para acompanhamento da população ribeirinha no momento de enchentes e não dispõe de espaço fesico para acomodação desses materiais. Que na região do medio e baixo madeira foram constituidos cinco núcleos de Defesa Civil e os mesmos não dispõe de uma embarcação e motor de 15 hp, para acompalhamento diario do processo de enchente e das pessoas atingidas pelas as aguas do rio, sendo que este procedimento é primordial para o desenvolvimento das ações de Defesa Civil a serem implementadas junto a população.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A Defesa Civil apresenta necessidades de maior número de veículos e embarcações para transporte de mudanças das vítimas.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Espaço fisico inadequado para realização de suas atividades.

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A Defesa Civil apresenta uma grande necessidade de equipamentos e ferramentas para execução dos trabalhos realizados através de vistorias e caminhão baú para transporte de mudanças das vítimas de alagamento do rio madeira.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Espaço físico inadequado para realização de suas atividades, devido a grande demanda de vistorias com o crescimento populacional do município de Porto Velho, visto que no momento atual a COMDEC recebeu dois barcos para acompanhamento da população ribeirinha no momento de enchentes e não dispõe de espaço físico para acomodação desses materiais. Na região do médio e baixo madeira foram constituídos cinco núcleos de Defesa Civil e os mesmos não dispõe de uma embarcação e motor de 15 hp para acompanhamento diário do processo de enchente e das pessoas atingidas pelas as águas do rio, sendo que este procedimento é primordial para o desenvolvimento das ações de Defesa Civil a serem implementadas junto a população.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A COMDEC é composta na sua equipe gerencial de um coordenador municipal, um chefe de divisão de operações e um chefe de divisão de minimização de desastres sendo este quantitativo suficiente, porem é necessario que estes profissionais tenham executados todos os cursos de Defesa Civil que são oferecidos pela a Secretaria Nacional de Defesa Civil. Que estes profissionais tambem tenham conhecimento dos cursos de de defesa civil e inclusão digital oferecido pela Prefeitura do Municipio de Porto Velho.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Para um desenvolvimento adequado das ações de Defesa Civil no municipio seria necessario um quantitativo de 14 servidores sendo: Coordenador municipal, secretaria, chefe de divisão de operações, chefe de divisão minimização de desastre, 02 piloto de embarcação e 08 agentes de defesa civil.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Falta de alguns cursos de defesa civil na equipe gerencial.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Falta dos cursos de defesa civil previstos para as equipes executoras.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Recursos Humanos insuficiente e despreparados para desenvolverem as atividades necessárias.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Recursos Humanos insuficiente.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Falta de Capacitação Profissional.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Falta dos cursos de defesa civil previstos para equipes executoras.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC é composta na sua equipe gerencial de 01(um) coordenador municipal, 01 (um) chefe de divisão de operações e 01(um) chefe de divisão de minimização de desastres, sendo este quantitativo insuficiente para desenvolver todas as atividades.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Para um desenvolvimento adequado das ações de Defesa Civil no município é necessário um quantitativo de 14 (quatorze) servidores sendo: Coordenador municipal, secretária, chefe de divisão de operações, chefe de divisão minimização de desastre, 02 (dois) piloto de embarcação e 08 (oito) agentes de defesa civil.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Há necessidade de capacitação profissional aos servidores da Defesa Civil. É necessário que estes profissionais tenham cursos para atuação na de Defesa Civil.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Há necessidade de capacitação profissional aos servidores da Defesa Civil. É necessário que estes profissionais tenham cursos para atuação na de Defesa Civil.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL
Gerente: NATANAEL CASTRO MOURA

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: constituição dos nucleos de defesa civil.

Os nucleos de defesa civil são constituidos junto a população voluntária, que tem por finalidade de repassar a COMDEC todos os fatos adversos que acontecem junto a sua comunidade.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Foram constituidos 12 nucleos de Defesa Civil, participaram das palestras de formação e hoje estão aptos a desenvolverem as ações do COMDEC.

2011

Os nucleos de desesa civil são contituidos junto a população voluntária e que tem por finalidade repassar a comdec todos os fatos adversos que acontecem junto a sua comunidade.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Os núcleos de Defesa Civil são constituídos junto a população voluntária e que tem por finalidade repassar à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil todos os fatos adversos que acontecem junto a sua comunidade.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A COMDEC necessita de recursos humanos para desenvolvimento de suas ações.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A COMDEC não tem recursos humanos para desenvolvimento das ações.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC necessita de recursos humanos para desenvolvimento de suas ações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 156 - Manutenção de Serviços da Defesa Civil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

São realizadas semestralmente reuniões de defesa civil e com a população ribeirinha para levantamento das necessidades desta população e para avaliação das medidas proposta e encaminhadas via relatórios de vistoria para as secretarias municipais.

Visitas in loco

Diariamente a Defesa Civil recebe solicitação por parte da população pedidos de intervenção nas situações de riscos eminentes ou situações de desastres. Uma equipe da DefesaCivil desloca-se para o local, informa-se do fato, realiza o relatorio de vistória, solicita apoio do corpo de bombeiro quando a gravidade da situação supera sua capacidade de atendimento, e posteriomento encaminha via oficio o relatorio para a secretaria municipal e orgão estadual que tenham a responsabolidade de tomar as providencias cabiveis. E posteriomente faz o acompanhamento até as medidas mitigadoras sejam tomadas.

Relatórios de gestão

Os relatorios de vistorias ou relatorios de atividades são realizados todas as vezes que um agente de defesa civil realiza uma ação junto a população. E tem por finalidade apresentara o fato acorrido, a gravidade da situação, a população atingida e as medidas saneadoras a serem tomadas, servindo de instrumento habil pra que a comunidade atingida possa pleiteiar junto os orgão publicos as providencias necessarias.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões realizadas semestralmente.

Relatórios de gestão

Relatórios encaminhados via oficio aos órgãos competentes.

Visitas in loco

Realização de visitas e emissão de relatórios de vistorias dando encaminhamento ao órgão capacitadopara tomar as devidas medidas e providências.

2012

Reuniões de trabalho

Reuniões realizadas semestralmente.

Relatórios de gestão

Relatórios encaminhados via ofício aos órgãos competentes.

Visitas in loco

Realização de visitas e emissão de relatórios de vistorias dando encaminhamento ao órgão capacitado para tomar as devidas medidas e providências.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 071 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL E PATRIMONIAL
Gerente: NATANAEL CASTRO MOURA

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

A meta não foi alcançada devido ao aumento da população que reside nas áreas de risco e também a grande extensão do Município de Porto Velho, possuindo distritos e comunidades distantes do centro urbano, com distancias equivalentes a 350km e 6 horas de barco.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

2012 Insuficientes

Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Ações realizadas conforme planejada e não houve interrupção do fluxo de recurso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos foram remanejados para outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Médio

Foram realizados convenios com inpreendimento da Santo Antonio Energia e com o Governo do Estado para o recebimento de duas lanchas e um motor de 60hp para o atendimento de toda a população ribeirinha do municipio de Porto Velho.

2011 Médio

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Convênios: Santo Antônio Energia, Governo do Estado.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: FRANCISCO ALVES ARAÚJO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar Políticas de desenvolvimento para os Distritos no contexto da realidade sócioeconômica

Público-Alvo: População dos distritos do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Devido a distância que separa os Distritos da Sede Administrativa Municipal, faz-se nomeação de Administradores Distritais, que possa atender os moradores locais, bem como a construção, reforma e reestruturação das Sedes Administrativas nos Distritos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Houve a execução das ações conforme o planejado, hove um aumento da demanda solicitada pelo o publico alvo.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Houve aumento da demanda solicitada pelo público alvo.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Houve a execução das ações conforme o planejado, mas devido ao aumento da população nos distritos, ocorreu um aumento na demanda solicitada pelo público alvo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Houve um crescimento das solicitações do publico alvo para ampliação da ofeta de recursos orçamentarios para realização de ações quanto a administração dos distritos.

2011 Pouco satisfeito
Houve um crescimento das solicitações do publico alvo para ampliaçãoda oferta de recursos orçamentários para realização de ações quantoa administração dos distritos.

2012 Pouco satisfeito
Houve um crescimento das solicitações do público alvo para ampliação da oferta de recursos orçamentários para realização de ações quanto a administração dos distritos.

2.4 Outras Considerações

Devido a grande extensão do município de Porto Velho, faz-se necessário a contratação de profissionais que residam no próprio Distrito, como tambem no aumento de recursos para realização dos programas.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Suficiência das ações

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: FRANCISCO ALVES ARAÚJO

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Existe a necessidade de ampliar os recursos orçamentarios para suprir as necessidades dos executores/Administradores Distritais.

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Há necessidade de ampliação de espaço físico para a realização das atividades.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Há necessidade de ampliação de espaço físico para a realização das atividades.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Existe a necessidade de ampliar os recursos orçamentarios para suprir as necessidades dos Distritais.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Existe a necessidade de ampliar os recursos orçamentarios para suprir as necessidades dos executores/Administradores Distritais.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Há necessidade de ampliação de espaço físico para a realização das atividades.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Há necessidade de ampliação de espaço físico para a realização das atividades.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Houve um aumento da demanda de ações nos Distritos, e por isto se faz necessario o aumento de recursos humanos, sendo no minimo 65 servidores para atender os 13 Distritos.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Ampliação de equipe técnica capacitada.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Houve um crescimento das solicitações do publico alvo para ampliação da oferta de recursos orçamentários para realização de ações quanto a administração dos distritos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Realizada para apresentação de planos de ação.
Reunião com grupos de interesse
Apresentação do plano de ação e avaliação junto com os grupos de interesses.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Apresentação de propostas para inclusão no programa.

2011

Outros: Divulgação na mídia.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Audiência Pública
Realizada para apresentação de planos de ação.
Reunião com grupos de interesse
Apresentação do plano de ação e avaliação junto com os grupos de interesses.

Apresentação de propostas para aumento do recurso, pois é insuficiente para a aplicação dos projetos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta mecanismos de avaliação da satisfação dos beneficiários.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: FRANCISCO ALVES ARAÚJO

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 297 - Manutenção das Sedes Administrativas dos Distritos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
são realizadas 12 reuniões anuais com a gerencia do programa e executores das equipes locais

Visitas in loco
Sempre que necessário são realizadas visitas in loco

Relatórios de gestão
É elaborado um relatório anual das ações desenvolvidas

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com a gerência do programa e executores das equipes locais.

Visitas in loco
Sempre que necessario são realizadas visitas in-loco.

Relatórios de gestão
É elaborado um relatório anual das ações desenvolvidas.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com a gerência do programa e executores das equipes locais.

Visitas in loco
Sempre que necessario são realizadas visitas in-loco.

Relatórios de gestão
É elaborado um relatório anual das ações desenvolvidas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a proposta de criação de duas unidades administrativas, sendo nas localidades de União Bandeirantes e Rio Pardo faz-se necessaia a ampliação de recursos para o programa..

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a criação de duas unidades administrativas, sendo na localidade de União Bandeirantes, faz-se necessária a ampliação de recursospara o programa.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Instalação de sede administrativa e de agencia dos correios.

2012 Suprimento de fundos em favor dos Administradores Distritais para aquisição de material de consumo e serviços de pessoa jurídica para manutenção dos Distritos de União Bandeirantes, Rio Pardo, Demarcação, Nazaré, Nova Califórnia, Extrema, Fortaleza do Abunã, São Carlos, Abunã e Calama.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Devido o aumento das demandas os recursos não foram suficientes.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Mas devido oo aumento populacional e das demandas os recursos poderiam ser otimizados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: FRANCISCO ALVES ARAÚJO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na prestação de contas dos beneficiários

Devido as dificuldades de empresas regulamentadas nas localidades para o fornecimento de notas fiscais, ocorre o atraso nas prestações de conta por parte dos executores locais.

2011

Atraso na prestação de contas dos beneficiários

Devido as dificuldades de empresas regulamentadas nas localidades para o fornecimento de notas fiscais, ocorre o atraso nas prestação de contas por parte dos executores locais.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: FRANCISCO ALVES ARAÚJO

AÇÃO: 298 - Construção, ampliação e reforma de sedes administrativas dos Distritos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizaadas 12 reuniões de trabalho do decorrer do ano.

Visitas in loco
Sempre que se faz necessario.

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas 12 reuniões de trabalho do decorrer do ano.

Visitas in loco
Sempre que se faz necessário.

2012

Reuniões de trabalho
São realizadas 12 reuniões de trabalho do decorrer do ano.

Visitas in loco
Sempre que se faz necessario.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
As obras estão em fase de execução.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As obras estão em fase de execução: instalação da agência dos correios e sede administrativa.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
As obras estão em fase de execução: instalação de sede admnistrativa do Distrito de União Bandeirantes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
O processo encontra-se em tramitação.

2011 Insuficientes
O processo encontra-se em tramitação. Recursos remanejados para outra ação.

2012 Insuficientes
Porém estão sendo executadas com recursos de outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os processos encontra-se em tramite.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Os recursos foram remanejados para outra ação.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não existem recursos extra-orçamentarios.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros: Tramite processual
O processo para execução da ação encontra-se em tramite processual.

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento de recursos.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 099 - COORDENAÇÃO DE AÇÕES NOS DISTRITOS
Gerente: FRANCISCO ALVES ARAÚJO

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Gerente: JONAS MINELE FIRMIANO SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Contribuir na inclusão social da juventude

Público-Alvo: Jovens na faixa etária de 15 aos 29 anos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O problema de delinquência juvenil moderna transcendeu as barreiras sociais. Crimes hediondos passaram a ser praticados por adolescentes e jovens com poderes aquisitivos e culturais diversos, demonstrando que a falta de esperança e de expectativa está se tornando generalizada e já faz parte desta geração. Outro fator novo a ser considerado é o tráfico de drogas e armas, com o comércio do varejo, enraizando-se nos bairros pobres, sobretudo entre os jovens, mudando os padrões de letalidade da ação criminal

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de Jovens de 15 a 29 anos atendidos pelo programa	Previsto	40	50	60	80
	Apurado			60	
	Relação % Apurado/Previsto			100,00	
	Relação % Apurado/Final			75,00	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimento a juventude de Porto Velho conforme planejado.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimento a juventude conforme o planejado.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Atendimento a juventude de Porto Velho não foi de acordo com o planejado devido o aumento de jovens no município, assim não há recursos suficiente para atender toda a demanda.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Houve o atendimento as ações planejadas para a juventude de Porto Velho

2011 Satisfeito
Houve o atendimento das ações planejadas para a juventude de PortoVelho.

2012 Satisfeito
Atendimento a juventude de Porto Velho foi de acordo com o planejado.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Realizado por meio de ações transvesais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturais e festivais.

Gênero
Ralizado por meio de ações transversais e execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturais e festivais.

Criança e Juventude

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Gerente: JONAS MINELE FIRMIANO SOARES

Realizado por meio de ações transversais e execução de oficnas, cursos, seminarios, palestras, eventos cuturais e festivais.

2011

Raça
Realizado por meio de ações transversais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturaise festivais.

Gênero
Realizado por meio de ações transversais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturaise festivais.

Criança e Juventude
Realizado por meio de ações transversais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturaise festivais.

2012

Gênero
Realizados por meio de ações transversais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturais e festivais.

Criança e Juventude
Realizados por meio de ações transversais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturais e festivais.

Raça
Realizados por meio de ações transversais e com a execução de oficinas, cursos, seminários, palestras, eventos culturais e festivais.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Faz-se necessaria a estruturação do eixo operacional da ação.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
É necessaria a ampliação da infrestrutura com nova logistica ao programa.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Faz-se necessária a estrutura do eixo operacional da ação.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
É necessária a ampliação da infraestrutura com nova logística ao programa.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Faz-se necessário a estruturação do eixo operacional da ação.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Ampliação da infraestrutura com nova logística ao programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Realizadas rodas de conversa e trocando ideia com os grupos sociais para a consolidação da Rede Portovelhense de Juventude.

Discussão em Conselho Setorial
Realizada o debate por meio da REJU para a criação do Conselho Setorial da Juventude.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Contribuiu no estabelecimento de metas para os programas.

2011

Reunião com grupos de interesse
Realizadas rodas de conversa e trocando idéias com os grupos sociais para consolidação da rede porto-velhense de juventude.

2012

Reunião com grupos de interesse
Realizar rodas de conversa e trocando ideias com os grupos sociais para consolidação da rede Portovelhense de Juventude.

Discussão em Conselho Setorial
Realizar debate por meio da REJU para a criação do Conselho Setorial da Juventude.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
E necessaria a criação de instrumentais de avaliação da satisfação dos beneficiários.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Gerente: JONAS MINELE FIRMIANO SOARES

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

É necessário a criação de indicadores para avaliação de satisfação dos beneficiários.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

E necessário a criação de indicadores para avaliação de satisfação dos beneficiários.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 300 - Capacitação sobre Políticas Públicas de Juventude - Protagonismo Juvenil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Realização de reunioes mensais com equipe.

Relatórios de gestão

Realizada a elaboração anual.

2011

Reuniões de trabalho

Realização de reuniões mensais com equipe.

Relatórios de gestão

Relatório anual.

2012

Reuniões de trabalho

Reuniões realizadas mensal, para realizar levantamento do planejamento e monitoramento do programa.

Relatórios de gestão

Elaborado relatórios locais anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foi possivel o estabelecimento de agendas e o cumprimento do planejamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foi possível o estabelecimento de agendas e o cumprimento do planejamento.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foram elaborados os programa conforme o programado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram capacitados 300 jovens. São lideranças sociais e multiplicadores dos objetivos das politicas públicas apresentadas.

2012 Foram capacitados mais de 300 jovens atraves de cursos realizados na "Casa da Juventude" localizada na Zona Leste da cidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Não houve a utilização dos recursos ordinários pois os parceiros institucionais efetuaram as despesas financeiras nas metas do programa.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Apesar de dispor de recursos orçamentarios não houve tempo habil para a abertura de processo licitatorio.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto

A ação é muito importante para a execução do programa, foi possivel contar com a colaboração dos parceiros institucionais porem faz-se necessaria a manutenção dos recursos no orçamento municipal .

2011 Alto

2012 Médio

A ação foi muito importante para execução do programa , foi possível contar com a colaboração dos parceiros institucionais porem faz-se necessária rever os recursos no orçamento municipal para a realização do programa.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Gerente: JONAS MINELE FIRMIANO SOARES

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Organizações não governamentais e governamentais.

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Organizações governamentais e não-governamentais.

AÇÃO: 468 - Formação de jovens para o protagonismo juvenil.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho

Realizada mensalmente para levantamento do andamento dos cursos.

Relatórios de gestão

Realizados a cada termino dos cursos realizados

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Não teve obteve exito em atender toda a demanda, devido o aumento populacional. Sendo assim orçamento programado não deu de custeá. o o

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes

Os recursos foram remanejados não sendo possivel o atendimento a todos os jovens.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO
Programa: 101 - PROTAGONISMO JUVENIL
Gerente: JONAS MINELE FIRMIANO SOARES

AÇÃO: 469 - Manutenção do Centro de Formação Profissional e Cultural Casa da Juventude

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Realizada mensalmente para avaliação do programa.

Relatórios de gestão
Realizada anualmente para avaliação do programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição de 2 caixa de som 300, 2 tripés, 1 retorno, 2 kit de microfone, 50 metros de cabo PP25, 50 metros de cabo PA, duas (2) tribunas 1 compressor de ar de 25 litros, 1 caixa amplificada, 1 data show, 50 latas de tinta spray (curso grafitte).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados ao longo do exercício.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDISON DIAS PINHEIROS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

As ações do Departamento Administrativo atendeu as expectativas de administração interna da unidade e no atendimento ao andamento dos processos de atendimento do departamento de artes.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Atendido a contento dentro do previsto.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

A quantidade de funcionários é insuficiente para atender a demanda gerando acúmulo de atividades.

2012 Pouco satisfeito

Quantitativo de funcionários insuficiente para atender a demanda, gerando acúmulo de atividades.

2.4 Outras Considerações

Para resolver a falta de profissionais habilitados, a Fundação já realizou, em conjunto com a SEMAD, estudo para realização de concursos.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

O atendimento é realizado contemplando todas as raças.

Pessoa com Deficiência

Gênero

Procura-se sempre equilibrar as contratações artísticas com equilíbrio de gênero com ampla participação de mulheres.

Criança e Juventude

As ações dirigidas a este público estão concentradas nos cursos, shows e atividades folclóricas das agremiações de bairros.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDISON DIAS PINHEIROS

2012

Raça
Através de palestras.

Pessoa com Deficiência
Através de palestras.

Gênero
Através de palestras.

Criança e Juventude
Através de palestras.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos materiais são insuficientes para realização dos serviços.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidade da realização de concursos e implantação do quadro de assessores.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidade de realização de concurso, para suprir essa deficiência.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necessidade de realização de capacitação para a equipe gerencial.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há necessidade de realização de capacitação para a equipe executora.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
O planejamento da Fundação tem sempre a participação de dirigentes de entidades culturais.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Direcionar o gasto dos recursos para atender políticas públicas na área cultural contemplando o público excluído - bairros e Distritos.

2012

Reunião com grupos de interesse
Há reuniões c/ os grupos parceiros, de organização popular dentro da área cultural.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Reuniões com coordenadores de grupos culturais.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para acompanhamento e avaliação do desempenho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDISON DIAS PINHEIROS

Não houve dificuldade na execução desta ação.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ação executada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisicao de material de consumo para atender as necessidades desta fundacao e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram suplementados quando necessários.

2012 Suficientes
Os recursos foram suplementados quando necessário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houveram remanejamento e suplementações, mas não prejudicaram as ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: WALDISON DIAS PINHEIROS

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Não há um corpo de técnicos e funcionários compatível com a demanda de trabalho da Fundação Iaripuna.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 O orçamento atendeu a contento a folha de pessoal

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2012 Suficientes

Ação executada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Identificar, salvaguardar, revitalizar e promover o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural do Município.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Necessidade de valorização dos bens patrimôniais culturais.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de bens imóveis do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural identificados e memorizados	Previsto	40	48	58	70
	Apurado			25	
	Relação % Apurado/Previsto			43,10	
	Relação % Apurado/Final			35,71	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa foi cumprido conforme planejado.

2012 Alcance abaixo de 40% do previsto
Programa executado conforme liberação orçamentária.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
As comunidades ribeirinhas e dos bairros Mocambo, Triangulo, Santa Bárbara, Jacy Paraná e Mutum (agora Nova Mutum) ficam surpresas com a presença do Gestor da cultura municipal em abrir um debate sobre os valores históricos que movem a alto estima de cada morador.

2012 Satisfeito
Atendeu parcialmente o planejamento esperado.

2.4 Outras Considerações

Devido o remanejamento das dotações orçamentárias não foram executados plenamente todos os serviços.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Recursos Escassos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
As oficinas do Patrimônio Histórico procuram elevar a Raça de cada componente da comunidade que participa do debate.

Pessoa com Deficiência
Todo portador de deficiência é incluído no debate tendo voz e participação ativa.

Gênero
Os oficineiros são orientados para não cometer nenhuma fala discriminatória e na convocação das oficinas e debates as mulheres são incentivadas à participação, inclusive com adequação de horários para que as mesmas participem - principalmente SENHORAS IDOSAS.

Criança e Juventude
A juventude tem uma participação ativa e as crianças participam acompanhando as mais - sendo uma participação pequena.

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A Fundação não tinha do orçamento para aquisição de filmadoras, máquinas fotográficas e arquivos adequados de coleta e arquivamento do material.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Todas as oficinas e vizitas foram realizadas em parcerias com a SEMED e Associações das comunidades que transportaram e hospedaram os gestores da Fundação e agentes contratados para realização dos trabalhos.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Necessidade de aquisição de mais material para a equipe executar os serviços.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Infraestrutura inadequada do imóvel alugado, posto que o prédio não é próprio, e desta forma não é possível mudanças na estrutura.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessidade de aquisição de mais material para a equipe executar os serviços.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Infraestrutura inadequada do imóvel alugado, posto que o prédio não é próprio, e desta forma não é possível mudanças na estrutura.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A Fundação conta com apenas o Chefe da Divisão do Patrimônio Histórico para pensar, elaborar e executar as tarefas.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Há reuniões prévias com presidentes de associações e Administradores dos Distritos.

Outros: Ofinas de formação e debate
O trabalho foi realizado todo em forma de oficinas formativas com representantes de escolas, associações, senhores e senhoras mais idosas da comunidade, além da comunidade em geral.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
O interesse do público em querer preservar sua própria história.

2012

Reunião com grupos de interesse
Mesa redonda com discussão dos grupos de interesse.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Ao final de cada oficina o gestor da Fundação realizou avaliação participativa onde todos consideraram o trabalho de alto grau de importância.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 098 - Identificação, Registro e Difusão de Bens Históricos, Artísticos, Arqueológicos e Culturais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
A cada ação o executor da tarefa expõe oralmente sua experiência.

Relatórios de gestão
Apresenta-se relatórios anuais da atividades que são organizados para finalização do Relatório Circunstanciado.

2012

Reuniões de trabalho
Mesa Redonda.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Identificados 50 comunidades e eventos tradicionais.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Os recursos foram remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Desp.coquetel e lanche para III Conferencia Municipal de Cultura
Prestacao de serviços nas escolas

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Necessita-se ampliar a ação e consequentemente ampliar os investimentos face a demanda quantitativa de comunidades ainda não contempladas.

2012 Insuficientes
Insuficiente devido ao remanejamento orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Devido o remanejamento orçamentário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto
As parcerias com a comunidade e outras secretarias da Prefeitura foi a grande protagonista e responsável pela realização das atividades com sucesso.

2012 Muito baixo
Adquiridos via projetos com o Governo Federal.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A equipe gestora do Departamento Administrativo da Fundação é desprovida de técnicos, auxiliares ou assessores que dêem conta da necessidade do volume de propostas planejadas dentro de padrões de licitação e contratos.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Devido o remanejamento orçamentário.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Parcerias com Governo Federal através de Projetos.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 044 - PORTO VELHO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

AÇÃO: 223 - Restauração e Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Cultural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Os recursos foram remanejado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

As restaurações foram executadas com sucessos e tiveram a interniviencia principalmente do executivo que negociou junto aos recursos de compensação das Unisinas as referidas restaurações. A inauguração das obras foram muito bem recebidas pelo público que visita os espaços constantemente.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

O recurso foi remanejado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Tratamento de Manutenção e Monitoramento de Efluente do complexo da E.F.M.M para o exercicio 2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A obra custou muito mais do que o orçamento previa e foi executada com recursos da Santo Antonio Energia dentro dos acordos de compensações.

2012 Insuficientes

Foram remanejado parte do recurso

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Alto

Os recursos da Santo Antonio Energia

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Devido Remanejamento do Recurso.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Existem parcerias do Governo para a execução da ação.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Difundir, promover e garantir as manifestações culturais, artísticas e folclóricas do Município.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho e produtores culturais.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A necessidade da distribuição do produto cultural onde todos os cidadãos e produtores tenham acesso aos bens culturais.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de cursos de artes para os produtores culturais e comunidades realizados	Previsto	40	48	58	70
	Apurado	86		50	
	Relação % Apurado/Previsto	215,00		86,21	
	Relação % Apurado/Final	122,86		71,43	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
O alto índice de realizações deu-se pelo alto investimento e replanejamento das ações da Ação Cultural.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Realizar oficinas de arte cênicas, para atender a demanda potencial de jovens.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
Em todas ações são colhidas opiniões e realizadas reuniões para avaliar a satisfação do público.

2012 Muito satisfeito
Atendeu as demadas do Programa.

2.4 Outras Considerações

Os recursos foram suficientes para atender as necessidades do Progama.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Outros: Assessoramento Técnico.
Falta de Assessoria Técnica para alcançar a transformação da situação a qual o Programa se propõe.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
O público alvo são moradores de bairro, portanto onde concentra a miscigenação racial e o atendimento contempla todas as raças.

Pessoa com Deficiência
Nenhum portador foi impedido de participar nem teve dificuldade.

Gênero
Há sempre um quantitativo equilibrado de homens e mulheres, inclusive há adequações de horários para que senhoras (donas de casa) participem das atividades.

Criança e Juventude
Há cursos, eventos e ações específicas para crianças, tais como cursos de dança e espetáculos de teatro infantil e bonecos.

2012

Raça
Desenvolvendo a critatividade do público, estimulando e desenvolvendo sua capacidade de criação, aprimorando e ampliando seu conhecimento.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Necessita-se de mais investimentos nos equipamentos da Fundação.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessita-se de mais investimentos nos equipamentos da Fundação para execução dos programas.

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Aguarda-se finalização dos estudos de impacto na folha para realização de concurso.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Aguarda-se finalização dos estudos de impacto na folha para realização de concurso.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há uma escasses de recursos humanos, sendo necessário buscar e fiirmar parcerias com outras Secretarias.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
A Fundação realiza reuniões de planejamento com grupos de teatros, músicos e entidades folclóricas parceiras para organizar os eventos.
Outros: Participação do público em shows, teatros, oficinas e cursos.
Há uma grande participação de toda população do municipio em todos eventos realizados pela Fundação Cultural
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Inclusão de pequenos produtores para circularem seus espetáculos de forma remunerada e garantia de acesso à bons espetáculos à toda população, principalmente as mais distantes do centro.

2012

Entidade representativa de classe.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Reuniões com as equipes executoras e parceiros nas realizações dos eventos.

2012

SIM
Mecanismos adotados:
Através de Reunião nas Comunidades.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 072 - Construção, Ampliação, Reforma e Implantação de Espaços Culturais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Visitas no local da obra durante a execução.
Relatórios de gestão
Relatório anual.

2012

Reuniões de trabalho
Com os responsáveis pelos eventos culturais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Construção de equipamentos na zona rural em forma de parceria com um ponto de cultura (programa cultural do Ministério da Cultura)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

O recurso foi remanejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos totalmente remanejados..

2012 Insuficientes
O recurso foi remanejado

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos totalmente remanejados.Há uma grande dificuldade em construir na zona rural porque exige-se documentação para uma realidade urbana.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
O recurso liberado pelo orçamento anual foi remanejado para o Projeto Atividades Culturais.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto
A parceria da comunidade e do grupo que coordena o Ponto de Cultura foi quem mais contribuiu para a construção do Centro Cultural.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais
A zona rural de Porto Velho está sob domínio da União o que dificulta a autorização da obra.

2012

Contingenciamento orçamentário
Remanejamento de recursos.

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Tempo do trâmite burocratico da Suplementação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

AÇÃO: 095 - Formação de Agentes Culturais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com a toda equipe de trabalho

Visitas in loco
Visita da Chefe de Divisão nos cursos.

Relatórios de gestão
Relatório anual.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O recurso foram remanejado

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A liberação de recursos para um maior investimento nos cursos possibilitou ampliar a meta prevista e atender um público maior do que o planejado.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram suficientes mas houve suplementação para atingir a meta que foi ampliada em função da demanda.

2012 Insuficientes
O recurso foi remanejado

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve atrasos na execução porque atrasou também os recursos repassados em forma de suplementação.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O recurso foi remanejado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Há projetos aprovados junto ao Ministério da Cultura, mas o recurso não foi depositado no exercício de 2010 por problemas do governo federal.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2012

Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais
A zona rural de Porto Velho está sob dominio da União.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

AÇÃO: 195 - Produções Fonográficas e Edição de Material Gráfico-Literário

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Relatorio anual

2012

Reuniões de trabalho
Mesa redonda para socialização e apreciação do material a ser confeccionado.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Apesar de cumprido a meta, este planejamento é muito tímido em função da demanda e da necessidade de produtores necessitarem de apoio cultural para impressões de CD e Livros.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
O recurso foi agregado aos gastos com carnaval uma vez que o cd impresso foi do carnaval.

2012 Insuficientes
O recurso foi remanejado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O recurso foi remanejado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2012

Contingenciamento orçamentário
recurusos remanejados

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Lentidão na suplementação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.21 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO
Programa: 047 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL
Gerente: FRANCISCO GRIGÓRIO DA SILVA

AÇÃO: 198 - Promoção de Eventos Turísticos, Culturais, Artísticos e Folclóricos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões semanais de trabalho de avaliação e replanejamento das ações.

Visitas in loco
Visita a todos eventos organizdos pela fundação.

Relatórios de gestão
Relatório mensal.

Outros: Fotos
Registro formal em forma de fotografia da maioria dos eventos

2012

Reuniões de trabalho
Reunião com os técnicos dos projetos culturais desenvolvido.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A alta demanda de solicitação para realização de atividades culturais foi comtemplada com replanejamento das ações e suplementação orçamentária e foi possível ampliar o atendimento.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Devido uma grande demanda de eventos culturais realizados no programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Repasse Financeiro,Diárias, Material de Expediente, Aquisição de Camisetas e Banner¨s.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foi utilizado suplementação orçamentária para realizar as atividades culturais replanejadas.

2012 Suficientes
Foi suficientes para atender as necessidades do Programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Em função do replamejamento e do ampliação do repasse para o carnaval, foram organizadas suplementações orçamentária que sofrerem constante atrasos na execução pelo atraso no repasse orçamentário.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme as necessidades dos trabalhos desenvolvidos no Programa, a Fundação Cultural, procedeu com solicitação de recurso através da SEMPLA.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Baixo
Vários eventos são realizados em parcerias com entidades culturais que disponibilizam contra-partidas principalmente com material humano.

2012 Médio
Atendeu as necessidades do programa com os projetos culturais nos bairros e distritos.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Algumas entidades parceiras tem muita dificuldade ficando a Fundação responsável por finalizar a prestação de contas.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes
O atraso na prestação de contas tem impedido a boa organização dos convênios.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Paeceria com o Governo Federal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.31 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS
Programa: 146 - COMBATE AO USO E OFERTA DE DROGAS
Gerente: JONAS MINELE FIRMIANO SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a redução nos indices de criminalidade provenientes das drogas com políticas de prevenção e redução da demanda de uso e oferta de drogas.

Público-Alvo: Pessoas envolvidas com substâncias entorpecentes e outras drogas.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Diante do alto índice de criminalidade em decorrência ao uso abusivo e oferta de drogas no município de Porto Velho, foi criado O Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, Lei n° 392 de 13/07/2010. Para Subsidiar ações que combata os problemas e causas do Programa acima mencionado.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Índice de jovens envolvidos com uso indevido de drogas no âmbito do municipio de Porto Velho.	Previsto			55	43
	Apurado			55	
	Relação % Apurado/Previsto			100,00	
	Relação % Apurado/Final			127,91	

2010:

2011:

2012: As ações foram atendidas em outro programa

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Executado conforme ações planejadas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2012 Satisfeito
Atendido conforme solicitado

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2012

Criança e Juventude
Através de cursos de capacitação.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2012

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com a comunidade para realizar levantamento das necessidades.

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.31 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS
Programa: 146 - COMBATE AO USO E OFERTA DE DROGAS
Gerente: JONAS MINELE FIRMIANO SOARES

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Através de questionários de avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 463 - Campanhas Educativas de Prevenção e Tratamento ao Uso Indevido de Drogas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho

Mensais.

Relatórios de gestão

No término dos cursos realizados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Ação executada outro programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Cursos profissionalizantes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

Recursos remanejados para outro programa do Gabinete.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Recurso liberado conforme demanda.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Os recursos remanejados para outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO - GABINETE
Unidade Orçamentária: 02.31 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS
Programa: 146 - COMBATE AO USO E OFERTA DE DROGAS
Gerente: JONAS MINELE FIRMIANO SOARES

AÇÃO: 464 - Financiamento à Entidades e Grupos de Apoio para Atendimento aos Usuários de Drogas e aos seus Familiares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Mensal

Relatórios de gestão
Reuniões semestrais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Executado conforme planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Entidade Grupo Tucumã: Cursos Profissionalizantes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes
Recurso remanejado para outro programa do Gabinete. Atividade Executada em outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recurso liberado conforme a demanda.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANA NEILA ALBUQUERQUE RIVERO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo: Secretarias Municipais, fundações municipais, empresas municipais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

O programa foi cumprido dentro do planejado, contribuindo para o normal funcionamento do órgão.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Satisfeito
2012 Satisfeito

O órgão desenvolveu normalmente suas atividades.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANA NEILA ALBUQUERQUE RIVERO

Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Infraestrutura de recursos financeiros e materiais insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Recursos humanos insuficientes para atender as demandas constitucionais do Órgão.

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Os recursos humanos necessitam de treinamento e capacitação na área de compras públicas - licitações e contratos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Os recursos humanos necessitam de treinamento e capacitação na área de compras públicas - licitações e contratos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Portal da transparência.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica por tratar-se de programa da área meio para manutenção do Órgão

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Por se tratar de programa para custeio das atividades meio e despesas com pessoal, tradicionalmente não são criados mecanismos de participação social. Não se projeta a participação social em função de que os custos associados ao programa estão relacionados com o cumprimento de objetivos e metas finalísticas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Trata-se de programa de manutenção das atividades, não sendo programa finalístico de controle interno.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não se aplica por tratar-se de programa da área meio para manutenção do Órgão.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não existem experiências anteriores quanto à avaliação de satisfação dos beneficiários quanto aos recursos destinados à manutenção da unidade e despesas com pessoal.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais técnicas.

Relatórios de gestão
Relatório quadrimestral de controle interno.

2011

Não possui mecanismos.

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANA NEILA ALBUQUERQUE RIVERO

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Periodicamente a gerência avalia as necessidades para manutenção da unidade e os recursos disponíveis para aquisição de bens e contratação de serviços. Não se verifica dificuldades para a implantação de um mecanismo de monitoramento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Unidade mantida, mas com condições insfuficientes para atendimento da demanda.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Unidade mantida com o funcionamento das atividades constitucionais (art.74 CF)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A ação foi cumprida e não houve comprometimento da execução dos serviços do órgão.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição de equipamentos de TI, cumprindo a meta de um equipamento para cada servidor,bem como ampla disponibilidade de equipamentos para estagiários.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Os recursos orçados foram insuficientes para atender as demandas constitucionais do Controle Interno.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Ocorreu a realização das despesas conforme cronograma de liberação de quotas orçamentárias mensais

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos estiveram disponíveis durante toda a execução, não havendo atrasos na realização de compras e contratações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Os recursos orçamentários alocados e as suplementações ocorridas foram insuficientes para atender as demandas constitucionais do Controle Interno.

2011

Não há restrições

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Parte considerável dos recursos são empregados em contratações decorrentes de Sistema de Registro de Preços, os quais sempre tem lotes fracassados, obrigando o órgão a realizar seus próprios processos licitatórios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 03.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
Unidade Orçamentária: 03.01 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANA NEILA ALBUQUERQUE RIVERO

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões Técnicas mensais.

Relatórios de gestão
Relatório quadrimestral de Controle Interno.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Sistemas informatizados
Acompanhamento mensal dos limites da despesa com folha de pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
No exercício de 2012, o quadro teve reforço de 4 (quatro) assistentes administrativos que foram alocados aos departamentos que tinham maior demanda de serviços.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores do GOCI remunerados e encargos sociais recolhidos

2012 Ação: Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais
Produto: PESSOAS REMUNERADAS
Detalhamento: Pagamento de salários dos servidores de carreira do órgão e de servidores do quadro geral da Administração lotados no órgão.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A dotação inicial foi insuficiente para custear as despesas. Houve suplementação orçamentária.

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para custear os 12 meses da folha de pagamento, 13 salário e 1/3 de férias dos servidores da CGM

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Alcançado apenas 80% do previsto, por redução do orçamento para manutenção da Unidade

2011 Não aplicável

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Alcançado apenas 80% do previsto, por redução do orçamento para a manutenção da unidade.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Foram satisfatórias pelos beneficiarios a execução do programa

2011 Não apurada

2012 Satisfeito
Foram satisfatórias pelos beneficiários a execução do programa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Dimensionamento do público-alvo
Por falta de melhor planejamento pela unidaede para quantificar os objetivos da PGM

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Dimensionamento do público-alvo
Por falta de melhor planejamento pela unidade para qualificar os objetivos da PGM.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

2012
Não contempla

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Falta de pessoal qualificado e pouco orçamento para aquisição de Material Permente para uso da PGM

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Falta de pessoal qualificado na aérea de Economia, Administração ou Tecnico de Contabilidade para acompanhamento dos Programas existentes.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Ouvidoria

Mecanismo necessário para incrementação do programa, seria uma participação mais efetiva da Corregedoria do Municipio, ou uma unidade de Ouvidoria para acompanhamento das ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Apresentação de metas para manutenção da Unidade.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Reuniões Gerenciais com as Unidades da PGM.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não aplicável.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não aplicável.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Aquisição de mais equipamentos de informática e contratação de pessoal na área de administração.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

As metas foram cumpridas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram cumpridas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais e serviços para o funcionamento da Unidade.
2012 Aquisição de materiais e serviços para o funcionamento da Unidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A contento, atendeu as metas da PGM.
2011 Suficientes
2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os ojbetivos foram atendidos.
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os objetivos foram atendidos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Capacitação dos servidores da PGM.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram cumpridas as metas da PGM, nas ações de Pessoal.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Alcançado 100% do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais.

2012 Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A Excução Orçamentária em relação as dotações autorizadas, foram satisfatórias para realização da ação.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os fluxos de recursos foram satisfatórios para cumprimento da execução fisica.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: 084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover estudos de assuntos juridicos relevantes de interesse do municipio

Público-Alvo: Servidores municipais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Promover o aperfeiçoamento tecnico-profissional de procuradores e advogados

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Não aplicável
2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Não apurada
2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo

Por falta de melhor planejamento pela Unidade para qualificar os objetivos do Fundo.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Dimensionamento do público-alvo

Por falta de melhor planejamento pela Unidade para qualificar os objetivos do fundo.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Falta de pessoal qualificado e pouco recurso orçamentário para aquisição de material para uso pelo Fundo.

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: 084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

2011
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
2012
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Pouco recurso orçamentário para aquisição de material para uso.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta de treinamento do pessoal para um melhor gerenciamento do programa do fundo.
2011
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
2012
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta de pessoal qualificado e escassez de treinamento de pessoal para um melhor gerenciamento do programa do Fundo.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Reunião com grupos de interesse
Reuniões periódicas com os Gerentes do Fundo para um melhor desempenho das metas realizadas.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Reuniões gerenciais, com apresentação de metas para realização dos programas.
2011
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.
2012
Reunião com grupos de interesse
Reuniões periódicas com o gerente do Fundo para um melhor desempenho das metas realizadas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
SIM
Mecanismos adotados:
Reuniões periódicas com os gerentes.
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não se aplica.
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 259 - Coordenação e Manutenção das Atividades do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Falta de gerenciamento.
2011
Reuniões de trabalho
2012
Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram realizadas dentro do previsto.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram realizadas dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

Órgão Responsável: 04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
Unidade Orçamentária: 04.31 - FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL
Programa: 084 - APOIO À GESTÃO JURÍDICA
Gerente: FÁTIMA CRISTINA FERNANDES

2011 Aquisição de materiais e serviços, na manutenção do Centro de Estudos da Procuradoria.
2012 Aquisição de materiais e serviços na manutenção do Centro de Estudos da Procuradoria.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram aplicados em sua totalidade.
2011 Suficientes
2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os objetivos foram atendidos.
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os objetivos foram atendidos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Pouco recursos para implementação das ações.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

As metas do programa para atender os colaboradores direto foi realizada, uma vez que não houve descontinuidade das atividades programadas para o exercicio/2010.

2011 Não aplicável

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Dentro do programado orçamentáriamente houve o atendimento previsto às necessidades para o desenvolivmento das ações e atividades.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Dentro da normalidade ou seja todos os programas previstos foram executados.

2011 Não apurada

2012 Satisfeito

Que dentro das possibiliddes todas as ações que envolviam os servidores foram atendidas a contento.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
As equipes meios precisam também de treinamento para conhecerem melhor os programas executados para que haja mais eficiência na sua aplicação.
2011
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
2011
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.
2012
Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não aplicável.
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Reuniões de trabalho
As reuniões são realizadas para verificar se há implementação na área de execução dos programas.
Relatórios de gestão
Os gestores de programas emitem relatórios para subsidiar informações dos resultados de seus programas.
2011
Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão
OS GESTORES DE PROGRAMAS EMITEM RELATORIOS PARA SUBSIDIAR INFORMAÇÕES DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.
2012
Reuniões de trabalho
Há reuniões para avaliação dos trabalhos que serão realizados.
Relatórios de gestão
Há emissão de relatórios para subsidiar as informações de resultados alcançados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizadas dentro do previsto.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

A meta foi alcançada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material permanente, tipo computadores, mesas, nobreak, notbooks, que atenderam alguns setores nesta secretaria, tais como geoprocessamento, divisões e gabinete.

2012 Aquisicao de SWITCHOBOX, para atender GEOPROCESSAMENTO/SEMPLA. Aquisição de caminhonete L-200 e FIAT UNO;
Aquisição de frigobar, cadeiras, armários de aço;aquisicao de peças; aquisicao de capas protetoras de processos; aquisicao de agua mineral de 20 litros e 500 ml;
prestacão de servicos de consultoria e assessoria na area de arquitetura e engenharia de projetos; empresa especializada em servicos de manutencao preventiva e corretiva em Centrais de Ar; contratacao de empresa especializada em dedetizacão, desratizacão, descupinizacao, limpeza de fossa
e cisterna; Contratacao de empresa de prestacao de servicos para fazer a manutencao preventiva e corretiva da frota de veiculos;

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram suficientes para atender todas as demandas.

2011 Suficientes
OS RECURSOS FORAM SUFICIENTES PARA ATENDER TODAS AS DEMANDAS.

2012 Suficientes
Foram liberados os recursos de forma que deram suporte para a realização de todas as demandas necessárias;

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Todas as despesas executadas estiveram dentro dos recursos liberados e não houve incompatibilidade com a programação orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
As despesas foram realizadas conforme os recursos liberados;

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados

CPCETIL, FORMULARIOS DE CONTROLES fornecem dados para avaliar a evolução da execução orçamentária.

Reuniões de trabalho

Reuniões semestrais com os setores para avaliar definir de acordo com a programação de treinamento a realização dos mesmos.

Relatórios de gestão

apresentação das atividades desenvolvidas de acordo com a programação feita

2012

Relatórios de gestão

São relatórios informados como está o desempenho das ações executadas no ambito de cada setor.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

As metas foram alcançadas dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

houve apenas um capacitação com a participação de 17 servidores no curso d Portugues Completo.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Alguns servidores foram treinados em curso oferecidos fora do Municipio e pelo Funescola;

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Cursos oferecidos em áreas específicas pela FUNESCOLA e alguns realizados fora do Estado.

2012 Despesas com capacitação de servidores para participação de cursos e seminários como: Workshop Gestão de Pessoas; Plano Municipal de Saneamento Básico
Curso Avançado SINCONV. Curso de Contabilidade Pública e os Principais Reflexos das Normas e Regulamento na Gestão Orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Os recursos foram executados de acordo com a demanda.

2011 Suficientes

OS RECURSOS FORAM EXECUTADOS DE ACORDO COM A DEMANDA.

2012 Suficientes

Sufuciente para atender a ação executada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O monitoramento do serviço de obras e instalações é de responsabilidade da SEMPRE.

2011

Relatórios de gestão

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO POR TÉCNICOS ESPCIALIZADOS NA AREA DE ENGENHARIA.

2012

Outros: não possui mecanismo

A fiscalização de obra fica na responsabilidade da SEMPRE.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

PARTE DOS RECURSOS DESTA AÇÃO FORAM REMANEJADOS.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 REFORMA DA LAVANDERIA PARA ATENDER A SEMPLA/SEMPRE E SEMEPE E INSTALAÇÕES ELETRICAS NO PRÉDIO DA SEMPLA.

2012 Reforma do telhado das dependências da Sempla e Sempre.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Os recursos foram executados de acordo com a demanda.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Sistemas informatizados

Sistema de Gestão de Pessoal

2012

Sistemas informatizados

sistema GPCETIL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesa com pessoal e encargos.

2012 Servidores remanerados da Sempla.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar a administração, gestão e a participação popular na elaboração, acompanhamento e avaliação do Planejamento e Orçamento municipal.

Público-Alvo: População do Município, áreas urbanas e rurais e distritos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O planejamento municipal se torna mais forte e eficaz quando se aproxima da comunidade, por isso é importante que a Prefeitura promova formas de participação popular no processo de discussão, tomada de decisões e implementação de soluções para os problemas locais. Com este objetivo foi criado o Departamento de Orçamento Participativo que tem como objetivo organizar e coordenar o processo de mobilização, apresentação e síntese das propostas levantadas em cada distrito e comunidade, atendendo as peculiaridades e as diferenças existentes, levando em conta a extensão territorial, as diversidades e desníveis sócio-econômicos, ambientais e culturais das diversas regiões que compõem o Município de Porto Velho.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Faltaram ferramentas para melhorar a metodologia de ampliação da participação popular.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
No contexto geral alcançou a expectativa tendo em vista que houve ações que proporcionaram uma maior participação da sociedade civil e de classe em relação aos anos anteriores.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Mobilização, contato com associações nos bairros, não foi realizada com o êxito esperado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Não há ferramentas de retorno dos resultados das reivindicações propostas e executadas.

2011 Satisfeito
Percebe-se a partir das reuniões com a população que houve satisfação tendo em vista que alguns dos beneficios que foram solicitados teve atendimento por parte da gestão municipal.

2012 Pouco satisfeito
Por não haver por parte da população uma visualização de suas reivindicações inseridas nas propostas orçamentárias a serem executadas no município.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Dimensionamento do público-alvo
Tomou-se como base de público alvo as entidades organizadas (Associação de Moradores), as quais não estavam num todo organizadas.

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Definição dos indicadores
A maioria absoluta das reivindicações são pertinentes à infraestrutura em geral.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

Raça
inclusão socio-cultural

Pessoa com Deficiência
mobilidade

Gênero
assistente social

Criança e Juventude
Coordenadoria Juventude

2011

Criança e Juventude
Os Conselhos e Coordenadoria da Juventude realizam trabalhos que ajudam a fortalecer a prestação de serviço oferecidos pela municipalidade.

Pessoa com Deficiência
Mobilidade (acessibilidade)

Gênero
Politicas públicas

Raça
Inclusão sócio-cultural

2012

Criança e Juventude
Tema trabalhado pela Coordenadoria de Políticas para a Juventude.

Raça
Tema trabalhado pelas Coordenadorias de Políticas Públicas para Mulheres e Coordenadoria da Juventude

Pessoa com Deficiência
Tema trabalhado pelas Coordenadorias de Políticas Públicas para Mulheres e Coordenadoria da Juventude

Gênero
Tema trabalhado pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há uma necessidade maior de recursos materiais para subsidiar a qualidade dos responsáveis pela gerencia das equipes, ou seja, material de qualidade..

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Há necessidade de materiais que ajudem a manutenção do programa, em tempo hábil.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Necessita de melhor estrutura para desenvolver os trabalhos do OP.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Necessita de uma equipe que conheça as atividades do OP.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Infraestrutura deficiente para atender todas as demandas do OP.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Necessita melhorar capacitação para os envolvidos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Equipe incompleta para o desenvolvimento das atividades do OP.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta pessoal e capacitação para a equipe.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta treinamento e capacitação para a equipe.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Audiencias publicas que são realizadas durante o ano com a participação popular

Reunião com grupos de interesse
As reuniões são realizadas para debater os assuntos apresentados nas audiencias publica

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

2011

Audiência Pública
São adotadas reuniões onde a sociedade civil participa nas audiencias juntamente com os presidentes de associação de bairros e sindicatos.

Reunião com grupos de interesse
As reuniões acontecem para debater decisões adotadas nas audiências públicas.

Discussão em Conselho Setorial
Os conselhos se reunem para debater decisões tomadas nas audiencias.

2012

Audiência Pública
São realizadas em média 04.

Consulta Pública
São realizadas em média 50 oficinas de capacitação em todo o Município.

Reunião com grupos de interesse
São realizadas em média 50 oficinas de capacitação em todo o Município.

Discussão em Conselho Setorial
O CONCIDADE é parceiro nas oficinas de capacitação do OP.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Ação realizadas e ação reivindicada em relatório posterior

2011

SIM

Mecanismos adotados:
O nível de satisfação é verificado pela participação da população nas oficinas que antecedem as audiências públicas.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Necessita-se de um feedback por parte das autoridades municipais para a comunidade, ainda é precário e incipiente.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 053 - Capacitação Popular e Técnico-Administrativa no Planejamento Participativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
O mecanismo adotado são os relatórios anuais que abrange todo o desempenhosfisico das ações

2011

Relatórios de gestão
Relatórios anuais que abrangem o desempenho físico das ações.

2012

Visitas in loco
As oficinas são realizadas em todos os setores da cidade: Norte, Sul, Central, Leste, Oeste, Distritos Ribeirinhos e BR 364.

Reuniões de trabalho
Em todas as oficinas de capacitação realizadas, é feito um relatório sintético narrando tudo o que aconteceu e quantificando por área específica de cada Secretaria.

Sistemas informatizados
Os relatórios são digitalizados e formatados de maneira que as informações sejam quantificadas e identificadas por demandas específicas.

Relatórios de gestão
Os relatórios das oficinas de forma quantificada e resumida, são enviados para todas as Secretarias e Órgãos citados e envolvidos para que nas audiências públicas, onde ocorrem os debates direto com as pastas envolvidas seja confeccionado um relatório geral e final sobre o OP para inclusão no orçamento do Município.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do esperado, foram realizadas ações, conforme o acompanhamento das receitas

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Recursos orçamentários remanejados. No entanto, a meta física foi realizada em outra ação com objetivo similar.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recurso remanejado para outras ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reuniões realizadas em escolas da rede pública municipal e estadual e associações de bairros e foi adquirido material gráfico como cartilhas, folder"s, entre outros informativos que deram subsídios para a formação comunitária através do departamento de planejamento participativo.

2012 Recurso remanejado para outras ações

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Ação realizada com recursos de outra ação: Realização de Eventos do Planejamento Participativo

2011 Insuficientes
Recursos remanejados.

2012 Insuficientes
Foram remanejados para outras ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos orçamentários remanejados.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos foram remanejados para outras ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Alto
Um bom exemplo é a obra de água e esgoto sanitário residencial que está sendo executada com recursos do PAC I e PAC II, que é de alçada federal administrada pelo estado cujo o beneficiário final será a Prefeitura e a CAERD através do contrato existente em função da Lei 11445.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

AÇÃO: 205 - Realização de Eventos do Planejamento Participativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Os mecanismos são adotados através de relatórios.

2011

Visitas in loco
Visitas as associações de bairros e sindicatos

Relatórios de gestão
As avaliações são feitas através de relatórios.

2012

Reuniões de trabalho
É feito um ordenamento das oficinas a serem realizadas e agendadas com os entes envolvidos.

Visitas in loco
Oficinas realizadas em todas as zonas do Município.

Sistemas informatizados
Em todas as reuniões realizadas é feito um relatório onde são digitalizados para confecção de relatório final geral.

Relatórios de gestão
Confecção de relatório final geral.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
As metas previstas não foram alcançadas por falta de organização de entidades representantes de moradores.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram realizadas 05 audiências públicas com a sociedade civil organizada e oito oficinas de capacitações nos bairros da capital. Há uma necessidade de uma organização maior junto aos representantes das associações de bairros, ou seja, uma formação qualitativa.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Mobilização não atendeu às expectativas, devido recursos terem sido remanejados para atender prioridades em outras áreas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material gráfico como cartilhas, folder"s, entre outros informativos.

2012 Oficinas para capacitação em OP, previstas 13, realizada apenas 8, duas na Zona Norte nos bairros Nacional e Nova Esperança, três na Zona Sul nos bairros Caladinho, Cidade do Lobo e Conceição e três nos Distritos: Nazaré, Nova califórnia e Calama.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Dentro do previsto

2011 Suficientes

2012 Insuficientes
Recurso remanejado para outras ações, restando somente o que foi liquidado

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Dentro do previsto

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Em função do remanejamento de recursos para priorizar outras áreas não houve forma de atender toda a programação prevista, porém houve condições de realizar alguns eventos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recurso remanejado para outras ações, restando somente o que foi liquidado

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 479 - Manutenção do Conselho das Cidades

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
Todas as quartas-feiras da semana há reunião dos Conselheiros com o Secretário de Planejamento e Gestão para levantamento das demandas do Conselho e encaminhamento de resolução.

2012

Reuniões de trabalho
Todas as quartas-feiras, houve agendamento de reuniões dos Conselheiros com o Secretário de Planejamento e Gestão para levantamento de demandas da Cidade e encaminhamento de resolução.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Despesa com confeccao de camiseta, crachas, banner e outros para atender o Conselho das Cidades.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Todos os pleitos do Conselho foram atendidos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
As entidades do movimento popular, ongs, profissionais e acadêmicas, participam ativamente das Plenárias do Conselho e desempenham o papel de interlocução do Poder Público com a comunidade.

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

AÇÃO: 480 - Gestão do Planejamento Estratégico

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas nas Secretarias Municipais.

Visitas in loco
Visita nas Secretarias Municipais e suporte aos técnicos.

Sistemas informatizados
Plataforma Excel.

Relatórios de gestão
Acompanhamento por Secretaria responsável pelos convênios.

CEF com técnicos da mesma, ajustando todas as pendências.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

AÇÃO: 481 - Monitoramento e Revisão de Planos Setoriais de Política Urbana

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho

As reuniões de trabalho ocorrem com a participação de tecnicos de secretarias ligadas ao desenvolvimento urbano, como SEMTRAN, SEMUR, SEMA, SEMFAZ, SEMPLA E PGM. As reuniões são frequentes sendo uma média de 3 reuniões por mês.

Relatórios de gestão

Os relatórios são elaborados por este corpo tecnico que avalia o plano que estão em desenvolvimento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Os planos desenvolvidos pela prefeitura foram somente 3, o plano de Turismo, o Plano de Habitação e o Plano de Mobilidade.
Há necessidade de um acompanhamento mais frequente que possa garantir a interação do plano com as demais áreas da Prefeitura e não conseguimos fazer por falta de corpo ténico suficiente.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Ação: Melhorar o sistema de circulação urbana
Produto: Plano de Mobilidade
Detalhamento do Produto: Plano com contendo as principais medidas a serem executadas para melhorar o sistema de circulação urbana no município.

Ação: Desenvolver o turismo da região
Produto: Plano de Turismo
Detalhamento do Produto: Desenvolvimento de plano para incrementar a economia local, através do turismo sustentável da região e com isto valorizar a cidade.

Ação: Melhorar as condições de Habitação Social e utilizar meios para captação de recursos para construção de moradias
Produto: Plano de Habitação
Detalhamento do Produto: Desenvolvimento de plano que avalia as condições atuais da habitação no município e com isto solucionar estes problemas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Não foram liberados recursos

Os recursos locados para este fim foram remanejados para outro ação, sendo que para execução desta atividade foram utilizados outros recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

O recurso foi remanejado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Corpo técnico insuficiente e falta de equipamentos para o devido monitoramento.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

AÇÃO: 482 - Implementação de Legislação e Instrumentos de Política Urbana

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho

As reuniões são realizadas com participação de ténicos de secretarias ligadas ao desenvolvimento urbano, como SEMTRAN, SEMFAZ,SEMUR, SEMA E PGM. E média são realizadas no minimo 3 reuniões ao mês.

Visitas in loco

Quando necessário são feitas visitas pelos técnicos que compõem as reuniões para visitar áreas questionadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Nenhum destes itens foi finalizado devido a necessidade de audiencias públicas e participação popular.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Ação não foi executada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Não foram liberados recursos

Os recursos foram remanejados .

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Os recursos foram remanejados para outra atividade.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Corpo técnico insuficiente e falta de equipamento para desenvolvimento da atividade.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

AÇÃO: 483 - Estruturação e Manutenção do Sistema de Informação de Planejamento e Gestão Municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Sistemas informatizados

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Não houve execução da ação. Recursos remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011
2012 Não há produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa: 033 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gerente: DANIEL NEVONY JUNIOR

AÇÃO: 484 - Monitoramento das Atividades de Captação, Execução e Prestação de Contas das Transferências Voluntárias

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Efetivação de convênios e encerramento de outros dentro do previsto em contrato, pela CEF e MINISTÉRIOS.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Não foram liberados recursos
A execução da atividade foi atendida por outra ação da unidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Os recursos foram remanejados mas não comprometeu totalmente a ação programada.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar a iluminação de logradouros públicos do Município.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública, dando melhor segurança à população do Município.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendidas as expectativas previstas para o exercício de 2010.

2012 Não aplicável
Não há como medir a satisfação tendo em vista que os recursos são aplicados pela EMDUR.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
Não houve pesquisa para medir a satisfação do beneficiário.

2012 Não apurada
Não há como medir a satisfação tendo em vista que os recursos são aplicados pela EMDUR.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2012

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
É necessário qualificação profissional.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Falta de pessoal qualificado para realização e efetivação de pesquisas qualitativas e quantitativas.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicavel

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Qualificação e falta de pessoal para tal fim, podendo ser superadas através de pesquisas.

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não aplicavel

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 168 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Através dos relatórios de prestação de contas.

2011

Sistemas informatizados
Sistema de Execução Orçamentária

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada conforme previsão, utilizando todos os recursos previstos.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento das contas de iluminação pública.

2012 Recursos transferidos para manutenção da empresa de desenvolvimento urbano - EMDUR.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Utilizou-se todo o recurso que foi disponibilizado para atender o referido programa.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram atendidas todas as expectativas compatível com a programação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLA
Unidade Orçamentária: 05.31 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Programa: 014 - CIDADE ILUMINADA
Gerente: Chirles Marcileia de Almeida

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2010 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ISABELE FERNANDES MORGADO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Abaixo do esperado por não ter alcançado todos os objetivos traçados para boa administração da Secretaria, como por exemplo: a meta de reforma física do prédio, bem como insuficiência orçamentária.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Em uma totalidade as atividades previstas foram executadas, porém com grandes dificuldades para aquisição dos bens necessários para a execução das atividades pelo fato de baixo saldo orçamentário inicial/anual.

2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

Por não ter alcançado o objetivo em suprir as necessidades operacionais da Unidade, solicitadas pelos Departamentos, via documentos (requisição de material e prestação de serviços).

2011 Insatisfeito

Não há um mecanismo de avaliação, porém pode-se observar a insatisfação nas reclamações dos contribuintes/fornecedoresatravés dos servidores quando não são atendidos em suas solicitações, devido a liberação reduzida do orçamento, uma vez que é considerado a liberação orçamentária da dívida pública, pasep e tarifas bancárias dentro do orçamento da SEMFAZ, lembrando que tais despesas atendem toda a Prefeitura Municipal de Porto Velho, fato que ocasiona a redução do montantedisponível ao programa da Administração da Unidade.

2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Caracterização do público-alvo

A sociedade em geral que procura atendimento, e os servidores municipais que desenvolvem suas atividades.

Pertinência das ações

As ações não estão alcançando a totalidade dos objetivos previstos por insuficiência de recursos orçamentários.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência

Construção de acesso a SEMFAZ aos cadeirantes, assim como atendimento preferencial deste público.

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ISABELE FERNANDES MORGADO

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Falta mobiliário e equipamento de infomática, para suprir as necessidades da divisão.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Local onde as atividades são exercidas é inadequado, ficando sua limitação juntamente com outras divisões ou seja falta local apropriado para execução das atividades.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta mobiliário mais moderno, veículo para execução dos trabalhos com mais eficiência e equipamento de infomática mais avançados, para suprir as necessidades da divisão.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Local onde as atividades são exercidas é inadequado, ficando sua limitação juntamente com outras divisões ou seja falta local apropriado para execução das atividades.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Embora os recursos previstos tenham sido liberados o montante foiinsuficiente para melhor execução do programa.Há necessidade de substituição e aquisição de novos materiais.Hoje essesmateriasi estão obsoletos.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Embora os recursos previstos tenham sido liberados o montante foiinsuficiente para melhor execução do programa.Há necessidade de substituição e aquisição de novos materiais.Hoje essesmateriasi estão obsoletos.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
O espaço fisico disponibilizado não é adequado para a execução das tarefas cotidianas, necessitando assim, de reforma geral no prédio e adequação quanto a questão de acessibilidade.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O espaço fisico disponibilizado não é adequado para a execução das tarefas cotidianas, necessitando assim, de reforma geral no prédio e adequação quanto a questão de acessibilidade.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Equipamentos defasados diante da evolução e aprimoramento tecnológico

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaço físico precisa de melhoria e ampliação

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Equipamentos reduzidos na realização das tarefas pertinentes a execução do programa.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Espaço físico precisa de melhoria e ampliação

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Não existe número de pessoal suficiente para a tranquila execução dos trabalhos executados, bem como a devida formação/capacitação no âmbito do setor responsável pela realização dos trabalhos.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Devido o desenvolvimento socio-econômico de Porto Velho, se faz necessário ampliar o quadro de pessoal para melhor distribuição das tarefas e atendimento ao público.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Devido ao constante desenvolvimento tecnológico, se faz necessário haversempre aperfeiçoamento de pessoal para o devido acompanhamento da evolução dos tempos modernos.

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ISABELE FERNANDES MORGADO

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Equipe reduzida para realização do programa

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Equipe reduzida para a realização do programa

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Necessidade de capacitação profissional com cursos e palestras para acompanhamento e aperfeiçoamento das tarefas do programa

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Necessidade de capacitação profissional com cursos e palestras para acompanhamento e aperfeiçoamento das tarefas do programa

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicavel

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Por tratar-se de um programa finalistico, não há necessidade de participação social

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A principal dificuldade é a falta de indicadores de avaliação, sendo superadas com a construção e implementação de instrumento de avaliação.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Ausencia da aplicação de ferramentas de avaliação acompanhadas de seus indicadores.

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não dispomos meios de avaliar a satisfação dos beneficiários. Poderíamos deixar a disposição dos fornecedores e contribuintes uma caixa de sugestão para avaliar a satisfação dos mesmos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões semanais.

Visitas in loco
Visita para certificação das implementações requisitadas pelos setores.

Relatórios de gestão
Relatórios quadrimestrais e anuais e relatórios gerenciais emitidos pelo sistema Cpcetil.

2011

Relatórios de gestão
Relatório manual de despesa onde se controla os saldos com suas respectivas deduções e relatórios quadrimestrais.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com chefes e diretores.

Sistemas informatizados
O sistema é informatizado mas há necessidade de melhorias.

Relatórios de gestão
Apresentação de relatório quadrimestral de todos os setores da SEMFAZ.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro da previsão devido suplementação no exercício de 2010.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As necessidades básicas do planejamento interno da SEMFAZ foram executadas somente mediante solicitação de suplementações e remanejamentos.

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ISABELE FERNANDES MORGADO

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

As necessidades básicas do planejamento interno da SEMFAZ foram executadas mediante solicitação de suplementações e remanejamentos.Porém tivemos muitos cortes no orçamento devido ao contingenciamento e pelo final de mandato do Chefe do Executivo.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais permanentes, consumo, expediente e serviços para manutenção das atividades administrativas da SEMFAZ.

2012 Detalhamento do produto: Aquisição de materiais permanente, consumo, expediente e serviços para manutenção das atividades administrativas da secretaria.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Os serviços previstos foram executados com a disponibilidade orçamentária devido a suplementação solicitada pela SEMFAZ.

2011 Suficientes

2012 Insuficientes

Recursos insuficientes para atender as necessidades planejadas pela Unidade advindas dos Departamentos e Coodenadoria Municipal de Fiscalização.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos foram liberados em tempo hábil não prejudicando a programação física de 2010, lembrando que foram planejados cursos pela secretaria que não foram executados por falta total de cobertura orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Com os recursos orçamentários insuficientes para execução fisica de todas as ações previstas, as mesmas foram prejudicadas em seu cumprimento no tempo programado, ocasionando assim a demora na finalização das ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Devido a grande demanda na esfera municipal sempre foi necessário a intervenção do secretário da SEMFAZ, mesmo constatado a parente necessidade, e ainda foram planejados cursos pela secretaria que não foram executados por falta total de cobertura orçamentária.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Principalmente na modalidade de registro de preço, tendo em vista que a maioria das empresas que ganham o certame são de outros Estados.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

A Secretaria remanejou e suplementou com poucos recursos disponiveis entre os elementos de despesas. Com os recursos orçamentarios insuficientes para execução fisica de todas as ações previstas, as mesmas foram prejudicadas em seu cumprimentono no tempo programado, ocasionando assim a demora na finalização das ações .

2012

Contingenciamento orçamentário

Ocorreram limitações na liberação de créditos desta ação, onde foram solicitados suplementações, causando transtornos para a Secretaria.A ação ficou muito prejudicada, uma vez que houve contingenciamento, não sendo possível a liberação para cumprimento das metas estabelecidas.

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

A secretaria remanejou e suplementou com poucos recursos disponíveis entre os elementos de despesas.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ISABELE FERNANDES MORGADO

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Controle na entrega de certificados
Controle na entrega de certificados de conclusão de cursos pagos pela Secretaria, inclusive com remanejamento de recursos orçamentário para FUNESCOLA.

2011

Relatórios de gestão
Relátorio manual de gestão onde é também controlado o saldo e suas respectivas saídas orçamentarias e relatórios quadrimestrais.

2012

Reuniões de trabalho
Reunião com o gestor para indicação de cursos de capacitação.

Relatórios de gestão
Relatório Gestão Quadrimestral.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Alcançou-se o objetivo previsto.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Recurso disponibilizado a unidade insuficiente parainvestimentos em curso destinado a capacitação dos servidores atuante nas areas de Arrecadação, Fiscalização, Tributação, Financeira, Contabil eOrçamentaria.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Recurso disponibilizado á unidade foi insuficiente para investimentos em cursos destinados a capacitação de servidores atuante nas áreas de Arrecadação, Fiscalização, Tributação, Financeira, Contábil e Orçamentária.Os cursos realizados foram efetivados com recursos da FUNESCOLA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Curso de formação técnica para realização da 2ª fase do concurso para o cargo de Auditor do Tesouro Municipal.

2012 Investimento na Capacitação dos Servidores da SEMFAZ: Curso de licitações e Contratos Administrativos, Procedimentos de ISSQ, Qualificação de Fiscais Municipais

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Atingiu-se as metas almejadas.

2011 Insuficientes
Insuficiente na dotação inicial necessitando de suplementação para a finalização da segunda fase do concurso público/2009, causando prejuízo a outros elementos de despesas, que foram reduzidos.

2012 Suficientes
Porém necessitando buscar recursos junto a FUNESCOLA para que os servidores da SEMFAZ pudessem efetivar os cursos de capacitação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados em tempo hábil não prejudicando a programação física de 2010.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Insuficiente na dotação inicial necessitando buscar recursos junto a FUNESCOLA para que os servidores da SEMFAZ pudessem efetivar os cursos de capacitação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Insuficiente na dotação inicial necessitando de suplementação para a finalização da segunda fase do concurso público/2009, causando prejuízo a outros elementos de despesas, que foram reduzidos.

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ISABELE FERNANDES MORGADO

2012

Contingenciamento orçamentário

O contingenciamento no mês de julho ocasionou ainda mais transtornos para efetivação e liberação dos recursos para a capacitação dos servidores.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ISABELE FERNANDES MORGADO

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

Durante e após a realização dos serviços é feito por parte da Secretaria verificação dos trabalhos executados.

2011

Relatórios de gestão

Relatório manual de acompanhamento de processos, por elemento de despesa,inclusive seus saldos e movimentações e relatórios quadrimestrais.

2012

Relatórios de gestão

Relatório manual de acompanhamento de processos por elemento de despesa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não tendo dotação orçamentária suficiente para a execução do serviço previsto.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

O recurso inicial liberado não foi suficiente para a reforma total do prédio sede da Unidade. Todavia houve suplementação orçamentária para a execução parcial da obra.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

O recurso inicial liberado não foi suficiente para a reforma do prédio e Serviços de Readequação de Rede Lógica da Sede da SEMFAZ, todavia, houve liberação a menor sendo necessário suplementação para a execução das obras.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma parcial (primeira parte da obra) do prédio da SEMFAZ.

2012 Reforma parcial do telhado e serviços de Readequação de algumas salas da Sede da Secretaria Municipal de Fazenda.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Não foram executados serviços desta natureza por falta de orçamento, uma vez que foi liberado um valor irrisório para o tamanho de tal ação.

2011 Insuficientes

2012 Insuficientes

Embora o valor orçamentário tenha sido deficiente, a despesa com a reforma do prédio foi suficiente para cobrir parte da obra.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Não foram utilizados na ação em pauta , uma vez que foi liberado um valor irrisório para o tamanho de tal ação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Nessa ação não houve entraves quanto ao fluxo de recursos, pois o montante necessário para a reserva de saldo estava a disposição.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Nessa ação não houve entraves quanto ao fluxo de recursos, pois o montante necessário para a reserva de saldo foi liberado através de suplementação em tempo hábil.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Recursos remanejados.

2011

Não há restrições

2012

Contingenciamento orçamentário

Com o contingenciameto houve alguns transtornos, porém não prejudicou a execução da obra.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ISABELE FERNANDES MORGADO

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Controle de frequencias , licenças, afastamentos, abonos pecuniários através do Módulo GP diariamente a todos os Servidores desta Secretaria.

2011

Relatórios de gestão

2012

Relatórios de gestão

Elaboração manual do relatório de gestão, apresentando os resultados alcançados quadrimestralmente

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Neste exercício de 2010, todo o valor da folha de pagamento dos servidores foi executada orçamentariamente dentro do valor estimado.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido a novas contratações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal civíl e encargos sociais da SEMFAZ.

2012 Pagamento de pessoal civíl e encargos sociais da SEMFAZ.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Neste exercício de 2010, todo o valor da folha de pagamento dos servidores foi executao orçamentariamente dentro do valor estimado.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

A Ação Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, tem caráter continuado devendo ser coberto até o término do exercício.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Como os recursos foram liberados em tempo hábil, os salários dos servidores não atrasaram em nenhum mês em 2010.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A Ação Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, tem caráter continuado devendo ser coberto até o témino do exercício.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ISABELE FERNANDES MORGADO

AÇÃO: 470 - Geração de Tarifas por Prestação de Serviços Bancários

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Não possui mecanismos.

2012

Relatórios de gestão

Relatório manual de controle dos valores pagos e a pagar.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Ocorreu suplementações para cobertura total da despesa com bancos.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

As tarifas bancárias sofreram suplementações uma vez que o valor orçado não foi suficiente para cobertura do valor total no tocante à competência do valor cobrado após a realização dos serviços mensais contrados. Porém com as suplementações os valores dos serviços prestados foram totalmente cobertos, ficando restos a pagar para os valores calculados pelos serviços de competência de 12/2012 que serão pagos em 01/2013.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Tarifas bancárias geradas pela prestação de serviços bancários contrados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

Após as devidas suplementações esta ação foi totalmente coberta, sendo que o saldo a liquidadar refere-se aos valores dos serviços prestados em dezembro/2012 mas que serão pagos somente após a devida conferência e confirmação da execução dos serviços contratados, a partir de em 01/2013.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Após as devidas suplementações esta ação foi totalmente coberta.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA SANDRA BANDEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar e implementar as ações da política tributária do Município

Público-Alvo:

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Justifica-se a manutenção do programa em razão do mesmo ser prioritário para o desenvolvimento e crescimento da arrecadação dos tributos de competência deste Município, garantindo a eficiência da arrecadação, atingindo assim as metas de arrecadação prevista no planejamento. Justifica-se ainda pela necessidade de melhor atender as expectativas do contribuinte, com ênfase em uma administração gerencial, com vista no resultado e não em controle de procedimentos, havendo assim a necessidade de ampliar investimentos em mão de obra de integrantes do Grupo TAF/SEMFAZ, em consultorias especialializadas e em tecnologia.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

De modo geral foi satisfatória, uma vez que as políticas tributárias são voltadas aos contribuintes de forma geral. A disponibilização de serviços na web foi um avanço e visou atender, ainda de forma timida, a demanda do público que anseia por um atendimento mais célere da Secretaria.

2011 Não aplicável

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Recurso parcialmente sem movimentação em sua execução. Primeiro porque a suplementação para realização da ação Implantação e Implementação das Políticas de
Arrecadação somente ocorreu no final do exercício e segundo porque a segunda ação
depende do repasse dos recursos em relação ao convênio firmado com o BNDS referente ao PMAT.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

Principalmente, quanto ao atendimento presencial, uma vez que depõe contra o programa a quantificação e qualificação dos servidores existentes em relação ao número de contribuinte que procuram a SEMFAZ. Salienta-se ainda que os serviços disponibilizados via web não atingiu índice satisfatório porque não contempla todos os serviços oferecidos pela SEMFAZ, além da dificuldade de que este é um serviço que nem todo contribuinte possui acesso.

2011 Não apurada

Programa com execução prejudicada para o exercício de 2011 face a suplementação orçamentária ocorrida apenas no finaldo exercício e pela falta dos convênios.

2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

O convênio do PMAT foi firmado, entretanto, foram empenhadas as ações nº 05 e nº 10 do contrato do PMAT cujos empenhos foram emitidos, entretanto as ações não encontram-se plenamente implementadas.
Ainda sem pagamento.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das metas físicas das ações

Necessidade de melhor definição das metas principalmente em relação à satisfação do contribuinte e de investimento em pessoal.

Definição dos indicadores

Criação de canal de relacionamento com o contribuinte tanto presencial como via web, diretamente no portal semfazonline com indicadores do número de reclamações e respectivas soluções.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA SANDRA BANDEIRA

2012

Outros: DEMORA NO REPASSE DOS RECURSOS

A primeira parcela do financiamento PMAT ainda não foi liberada. A demora impede o andamento na implementação das políticas de modernização da máquina administrativa-tributária, sendo que esta parte do programa se apresenta como a maior fonte dos recursos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência

Construção de acesso a SEMFAZ aos cadeirantes, assim como atendimento preferencial deste público;

2011

Pessoa com Deficiência

No projeto de reforma da estrutura física da SEMFAZ foi considerado a acessibilidade para os portadores de necessidade especial, com a construção de rampas de acesso tanto na parte principal como rampas para acesso aos banheiros e demais dependencias.

2012

Pessoa com Deficiência

Foram contempladas todas as ações de acessibilidade ao prédio sede bem como garantido o acesso aos compartimentos internos com a construção de rampas de acesso.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Equipamentos obsoletos que não atendem a demanda existente em sua maioria.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Local pequeno, móveis iadequados, sala sem ventilação, insalubre. Equipamento de condicionamento de ar antigo e necessitando substituição.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Computadores ultrapassados sem memória suficiente para rodar o programa.Mesas, cadeiras e equipamentos em desacordo com as normas técnicas do trabalho.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Local que são exercídos as atividades inadequado, ou seja, insalubre, úmido, sem vntilação, com goteiras, pouco espaço etc.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Como os recursos financeiros decorrente da celebração dos convênios PMAT e PNAFM resultam na maior fonte de financiamento e ainda não tendo sido celebrados não houve recurso necessário disponibilizado para a implantação do programa.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Há necessidade de renovar o mobiliário e o maquinário existente nas equipesde execução do programa, principalmente no setor de atendimento presencialao contribuinte.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

A infraestrutura é inadequada necessitando de reforma para ampliação doespaço físico existente.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Infraestrutura inadequada, espaço insuficiente para desenvolvimento do trabalho normal e de atendimento ao contribuinte.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Como os recursos financeiros decorrente da celebração do convênio PMAT resultam na maior fonte de financiamento e ainda não tendo sido no exercício de 2012, o total de recurso existente não foram suficientes para execução de todas as ações.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

O espaço do edifício sede não comporta todos os departamentos da SEMFAZ, necessitando o deslocamento de parte da equipe para outros prédios o que dificulta o desempenho das atividades executadas.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Há necessidade de renovar o mobiliário e o maquinário existente nas equipes de execução do programa, principalmente no setor de atendimento presencial bem como na disponibilização do atendimento ao contribuinte via portal web com a ampliação dos serviços ofertados.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Infraestrutura inadequada, espaço insuficiente para desenvolvimento do traba lho normal e de atendimento ao contribuinte.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A equipe gerencial possui atualmente 3 pessoas, necessitariamos no mínimo de mais uma, pois as demandas nos últimos anos vem crescendo a cada dia, elevando cada vez mais o número de tarefa, não sobrando tempo para planejar as ações de forma sistematizada que na eficiência e eficácia da gestão tributária.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Com o crescimento da economia local a demanda pelos serviços oferecidos aumentou, e o quantitativo de pessoas não acompanhou este crescimento.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Ocorreu mudança no comando da equipe gerencial necessitando especialização direcionada com o fim de melhor gerenciar o programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

As equipes executoras necessitam tanto de aumento em termos quantitativo como qualificativo.

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA SANDRA BANDEIRA

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Sendo necessário implementar equipes especializadas para atividades desecretariado e recepção junto à equipe gerencial (diretoria e chefias) - Inexistência para alguns gerentes ocorrendo acúmulo de tarefas desecretariado, elaboração de relatórios e atividades de gerenciamento.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Número de servidores destinado à execução das atividades insuficientes facea crescente demanda decorrente de novas atividades agregadas aos setores,ocorrência de inúmeros afastamento por licenças médicas, ocorrência de aposentadoria, o que tem gerado atraso na execução das tarefas nosprazos regulamentares.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Decorrente da inexistência de um programa de capacitação continuada na área gerencial com foco em gestão de política tributária.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Decorrente da inexistência de um programa de capacitação continuada na áreaexecução com foco específico considerando a área de atução da equipe (arrecadação, tributação e fiscalização).

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
As equipes gerenciais não contam com pessoal de apoio para assessoramento.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
O quantitativo de servidores existente nas equipes de execução são insuficientes necessitando de contratação de servidores.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Decorrente da inexistência de um programa de capacitação continuada na área gerencial com foco em gestão de política tributária.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Decorrente da inexistência de um programa de capacitação continuada que atenda as demandas da área de execução como com foco específico considerando a área de atução da equipe.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Prestadores de serviços (construtoras, CRC, representantes do setor imobiliário, representantes da indústria gráfica) tem se reunido com a SEMFAZ com intuito cobrar da administração maior agilidade na prestação de serviços, tanto no atendimento pessoal, quanto via WEB

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Disponibilização de serviços via WEB.

2011

Reunião com grupos de interesse
Várias reuniões técnicas com conselhos representivos de classes, federações, entespúblicos, dentre outros, de discussão e divulgação de legislação inovadoras eprocedimentos adotados.

2012

Reunião com grupos de interesse
Várias reuniões técnicas com conselho representtivo de classes, federações, entes públicos, dentre outros, de discussão e divulgação de legilação inovadoras e políticas tributárias.

Discussão em Conselho Setorial
Conselho de contribuintes que funciona de forma paritária com a participação efetiva de representantes do contribuinte sendo um (01) da Federação do Comércio, um (01) da Federação das Indústrias e um (01) da Associação Comercial.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Servidores insuficiente, o que temos hoje consequem fazer o mínimo, face a grande demanda de contribuinte. Outrossim a forma hoje para medir a sastifação é manual, o que levaria designar um servidor só para acompanhar. Posto isto, para superar as dificuldades deverá ser contratado mais servidores, e ou desenvolver tecnologia para que a avaliação da sastifação seja na forma eletrônica.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através de reuniões com partes interessadas possibilitou medir o nível de satifação ou insatisfação da sociedade. Abstraindo de tais eventos mecanismos e procedimentos que minimizem os problemas existentes.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Através de reuniões com partes interessadas possibilitou medir o nível de satifação ou insatisfação da sociedade. Abstraindo de tais eventos mecanismos e procedimentos que minimizem os problemas existentes.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 113 - Implantação e Implementação das Políticas de Arrecadação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA SANDRA BANDEIRA

O acompanhamento das ações se dá por meio de reuniões mensais com o objetivo sempre de corrigir as estratégias para atingir a meta proposta.

Visitas in loco
São realizadas visitas períodicas na unidade de atendimento ao contribuinte localizada no shopping cidadão e visitas diárias ao local de atendimento da semfaz, monitorando-se o atendimento ao público.

Sistemas informatizados
O desenvolvimento do sistema existente é uma necessidade real e as propostas são encaminhadas à empresa responsável, entretanto, não tem sido possível ...

Relatórios de gestão
São elaborados relatórios quadrimestrais com as ações realizadas a cada quadrimestre.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reuniões de trabalho
São elaboradas reuniões quinzenais para avaliação dos projetos de competência de cada Divisão.

Sistemas informatizados
O Sistema de Administração Tributária registra os dados de atendimento e emissão de lançamento de receitas o que permite ao gestor avaliar o cumprimento das metas.

Relatórios de gestão
Quadrimestralmente são elaborados relatórios de gestão para avaliação do cumprimento das metas orçamentárias e de gestão administrativa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Foi utilizado apenas parte do recurso para confecção dos carnês de IPTU.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Recurso suplementado no final do exercício para investimento necessários àimplementação de novas tecnolgias ao setor de atendimento e controle da arrecadação municipal.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A liberação do recursos foi suficiente para cobertura das atividades desta ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Iinvestimento à implementação de novas tecnolgias ao setor de atendimento e controle da arrecadação municipal.

2012 Confecção de 100.000 (cem mil) carnês enviados ao contribuintes para notificação e pagamento do imposto lançado no exercício de 2012.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O recurso era insuficiente e foi preferível não ser gasto, considerando que esta ação está contemplada dentro do Programa de Modernização da Administração Tributária-PMAT

2011 Insuficientes
Os recursos iniciais alocados não foram suficientes para implementaçãoda ação, sendo necessária sua suplementação que somente ocorreu nomês de dezembro.

2012 Insuficientes
Recursos reduzidos face ao contingenciamento administrativo orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Foi gasto apenas o necessário à confecção dos carnês de IPTU, sendo que as demais ações não foram executadas por liberação do saldo a menor que o necessário, para desencadeamento total da ação.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Por não ter saldo orçamentário disponível para cobertura total da ação, a mesma não foi executada. Sendo transferida sua execução física para o exercício de 2012.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A redução orçamentária prejudicou a disponibilidade de recursos para as ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário
Recurso insuficiente para execução total da programação da Secretaria.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A obtenção de créditos adicionais somente foi possível no final do exercício.

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA SANDRA BANDEIRA

2012

Contingenciamento orçamentário
Esse foi o principal fator de interferência no desempenho das ações considerando que retirou o recurso inicialmente previsto.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA SANDRA BANDEIRA

AÇÃO: 177 - Modernização Administrativa e Tributária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para avaliação das ações.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios quadrimestrais com o objetivo de acompanhamento das estratégias para o alcance da ação.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reuniões de trabalho
Reunião com os coordenadores responsáveis pela liberação de crédito (PMAT)

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recurso reduzido pelo valor total em 25/03/2010, ficando a ação sem saldo orçamentário, portanto, inviável sua realização.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Prejudicada a execução em decorrênia da ação dacontratação do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão Básica dos setores sociais Básicos / PMATe do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal paraos Municípios Brasileiros / PNAFM. Convênios encontram-se aguardando aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional para liberação dos recursos.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Os valores liberados estão abaixo do previsto e representam duas ações do total de 11 ações do cronograma de execução física das ações do projeto, segundo a área de intervenção, porém não foi possível a utilização do crédito no decorrer do exercício, sendo efetivado somente a compra de equipamentos de informática e de veículos no final de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Ação: Administração Tributária Modernizada
Produto: Aquisição de Equipamentos e veículos
Detalhamento do produto: Aquisição de 200(duzentos) Desktops e 4 (quarenta e cinco) notebooks, e Aquisição de 05 (cinco) veículos para atender a Coordenadoria e a Sede da SEMFAZ.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Recurso liberado no início do ano foi revertido em 25/03/2010, deixando a ação sem recursos orçamentários.

2011 Não foram liberados recursos
Prejudicada a sua execução em decorrência da não efetivação da contratação do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão Básica dos setores Sociais Básicos / PMAT e do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros / PNAFM.

2012 Não foram liberados recursos
Os repasses financeiros ainda não se efetivaram, encontrando-se apenas a garantia de execução de parte da despesas através da emissão dos empenhos orçamentários.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O recurso foi reduzido a zero o que prejudicou a execução da ação.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Prejudicada a sua execução em decorrência da não efetivação da contratção do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão Básica dos setores Sociais Básicos / PMAT e do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros / PNAFM. O contrato encontra-se na Secretaria do Tesouro Nacional aguardando a liberação daquele órgão.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Apesar de ter ocorrido a progamação orçamentária os recursos financeiros ainda não foram liberados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário
Foi liberado no início do exercício e revertido em 25/03/2010.

Órgão Responsável: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
Unidade Orçamentária: 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Programa: 032 - GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Gerente: MARIA SANDRA BANDEIRA

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O Convênio depende da Aprovação da Secretaria do Tesouro Nacionalpara liberação dos recursos.

2012

Atraso na liberação de recursos
Os repasses financeiros ainda não foram efetivados, encontrando-se a despesa apenas empenhada.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
A assinatura do contrato com o BNDES somente se efetivou em meados de 2012.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Não aplicável
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Em função das suas ações terem atingido o indice médio de 80%

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
NÃO HOUVE AVALIAÇÃO.
2011 Não apurada
2012 Satisfeito
A SEMAD, conseguiu cumprir o pagamento dos servidores em sua totalidade dentro do mês trabalhado, honrar com suas despesas continuadas, efetuou aquisição de bens móveis, manteve a administração de insumos suficientes para o desempenho das suas atividades, fez diversas concessões de diárias e suprimentos de fundos, promoveu a convocação de mais de 2000 concursados, fez reforma e manutenção no seu prédio, promoveu capacitação de diversos servidores e etc.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Pessoa com Deficiência
Adequação das instalações da secretaria para atender os portadores de deficiência, sinalizadores de corredor e acessibilidade de sanitários e rampa de acesso.

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta contratar servidores para a grande demanda do programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta contratar servidores para a grande demanda do programa.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: NÃO POSSUI MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM RAZÃO DE SUA CONCEPÇÃO MEIO.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Falta desenvolver um método e implantá-lo.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não possui mecanismos de participação social em razão de sua concepção meio.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
NÃO É POSSIVEL MEDIR O GRAU DE SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EM RAZÃO DA NATUREZA DO PROGRAMA.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta desenvolver um programa de avaliação e implatá-lo.

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta desenvolver um programa de avaliação e implantá-lo.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
MONITORAMENTO DAS AÇÕES SOBRE DESEMPENHO É PRESCEDIDA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.

Visitas in loco
A UNIDADE DISPÕE DE TÉCNICOS, COMISSÕES, DENTRE OUTROS PROFISSIONAIS, QUE ATUAM DIRETAMENTE EM VISITAS IN LOCO NAS UNIDADES QUANTO AO DESEMPENHO DOS TRABALHOS.

Sistemas informatizados

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

A UNIDADE DISPÕE DE SISTEMA INFORMATIZADO QUE AUXILIA O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, CUJO CONTROLE É REALIZADO ATRAVÉS DO RESULTADO DAS AÇÕES POR DEPARTAMENTO E COORDENADORIAS.

Relatórios de gestão
É RECEBIDO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES MENSAIS DOS DEPARTAMENTOS, COORDENADORIAS E DIVISÕES E CONSOLIDADOS EM APENAS UM GERAL, QUE É REPASSADO AO GESTOR, POSSBILITANDO ASSIM UMA MELHOR TOMADA DE DECISÃO.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais

Relatórios de gestão
Relatório trimestral

2012

Relatórios de gestão
Foram emitidos relatórios físicos patrimoniais, relatórios de consumo de combustíveis, relatórios da frota de veículos oficiais e etc.

Reuniões de trabalho
As reuniões foram executadas pelo Gabinete e Astec.

Visitas in loco
As visitas foram desempenhadas pelas comissões de fiscalização.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
META REALIZADA DENTRO DO PREVISTO.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A ação foi executada a contento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Diárias, material de consumo: expediente, limpeza e produtos de higienização, premiações, passagens, serviços diversos tais como: locação de imóvel, assinatura de periódico, inscrição de servidores em simpósio, curso de fiscalização de contratos administrativos, Seminário Nacional de Concurso Público, curso de Controle Interno e Externo da Administração Pública , curso de licitação e contratos, congresso de pregoeiro e registro de preços, taxa de licenciamento de veículos, implantação do programa de estágio, manutenção de ar condicionados, lavagem e borracharia de veículos dedetização e derastização, manutenção preventica nos extintores de incêndio, manutenção de equipamento tipos: frigobar, bebedouro e outros; aquisição equipamentos e materiais permanentes tipo: um veículo automotor, móveis (armário, mesa, estantes) , livros, enceradeira industrial e lavadora de alta pressão, impressora a laser.

2012 Ação: Unidade Mantida
Produto: Suprir as necessitadas da Unidade.
Detalhamento: Aqusição de veículos, Concessão de diárias, Suprimentos de fundos, Aquisição de material de expediente, Aquisição de passagens, Pagamento de contratos de despesas de locação de imóvel e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
EM CONFORMIDADE COM OS RECURSOS ALOCADOS..

2011 Insuficientes

2012 Suficientes
Tendo em vista que foram necessários Remanejamento e Redução de outras ações, sendo estes utilizados quase que em sua totalidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O FLUXO DOS RECURSOS ATENDERAM A PROGRAMAÇÃO PREVISTA.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve dotação suficiente para execução da ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros:
A SEMPLA REALIZA REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIA PARA AJUSTE SEM PRÉVIA CONSULTA DA UNIDADE, INTERFERINDO NO PLANEJAMENTO ELABORADO PELA UNIDADE.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

AÇÃO: 002 - Administração Geral das Unidades Administrativas da Prefeitura

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
AS AÇÕES EMPREENDIDAS SÃO NORMALMENTES MONITORADAS ATRAVÉS DOS MECANISMOS ASSINALADOS, INCLUSIVE OS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS, SÃO ACOMPANHADOS DE VISITAS IN LOCO E CONTROLE MENSAL DE CUSTOS.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais

Visitas in loco
Vistorias in loco

Sistemas informatizados
Sistemas de controle e sistema de contratos

Relatórios de gestão
Relatórios trimestrais

2012

Reuniões de trabalho
Foram realizadas reuniões mensais entre os fiscais e os gestores.

Visitas in loco
Foram realizadas visitas através das comissões de fiscalização.

Sistemas informatizados
Sistema de controle e abastecimento de combustíveis.

Relatórios de gestão
Foram expedidos diversos relatórios gerenciais, armazenamento de requisições faturas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas forão alcançadas pois todos os contratos forão atendidos, apesar do aumento de gastos

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Considerando que a execução foi acima de 80%.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Material de consumo: expediente, limpeza e produtos de higienização; serviços: reprografia, manutenção corretiva de veículos, vigilância e segurança patrimonial, contratação de empresa para realização de serviço público, telefonia móvel, reprodução de fotocópias.

2012 Ação:Administração Geral das Unidades Administrativas da Prefeitura
Produto: Unidades Atendidas
Detalhamento: Pagamento das despesas continuadas, manutenção do parque gráfico, manutenção da frota oficial, aquisição de combustíveis e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes
Aumento de links, de unidades consumidoras de energia e água, de valores unitários de combustivel, aumento na repactuação de preços e postos de vigilância.

2012 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a execução da ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve dificuldade na solicitação de liberação orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
EM QUE PESE A DIFICULDADE NA OBTENÇÃO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR O FLUXO DE RECURSO ATENDEU AS NECESSIDADES PREVISTAS.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Demora na obtenção de creditos adicionais.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na licitação dos serviços e fracasso no pregão.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
ATRAVÉS DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTO SENDO INFORMATIZADO, PERMITINDO ASSIM O MONITORAMENTO PERMANENTE DAS AÇÕES FÍSICAS.

2011

Relatórios de gestão
Relatórios anuais

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais

2012

Sistemas informatizados
A folha de pagamento de pessoal é totalmente informatizada.

Relatórios de gestão
O sistema de folha de pagamento de pessoal, fornece relatório quantificando os servidores detendores do benefício.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O benefício não contemplou os servidores do quadro municipal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio alimentação a servidores.

2012 Ação: Auxilio alimentação ao servidor
Produto: subsídio para despesas alimentícias do servidor
Detalhamento: Numerário concedido aos servidores para subsidiar nas suas despesas com alimentação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
EM CONFORMIDADE COM RECURSOS ALOCADOS

2011 Suficientes

2012 Insuficientes
O recurso orçamentário disponibilizado e liquidado foi para cobrir os auxílios de servidores de outros órgãos à disposição e não os da Unidade Orçamentária.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberados compativelmente sem contemplar os servidores da Unidade Orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
so utiliza recursos previstos no orçamento
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A ação não foi executada em função de insuficiência financeira e orçamentária.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
ATRAVÉS DE UM SISTEMA INFORMATIZADO O QUAL PERMITE ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO.

2011

Sistemas informatizados
Relação entre semed e semad

2012

Sistemas informatizados
A concessão é efetuada no Sistema de Folha de Pagamento de Pessoal através das verbas 897 e 594.

Relatórios de gestão
O sistema fornece relatório nominal e quantitativo dos servidores contemplados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Metas físicas alcançadas

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Contratação de servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Auxilio Transporte a Servidores e Empregados
Produto: Auxilio-Transporte
Detalhamento: Pagamento de auxílio transporte a servidores e empregados (com folha de pagamento)
Despesa com vale transporte dos servidores atuando na SEMUSA.

2012 Ação: Auxilio Transporte para os Servidores.
Produto: Subsídio para o deslocamento do servidor.
Dtalhamento do Produto: Auxílio transporte e Auxílio deslocamento para locomoção dos servidores residência/trabalho, trabalho/residência.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
FORAM EXECUTADOS DE ACORDO COM O ORÇAMENTO PREVISTO.

2011 Suficientes
Execução orçamentária realizada com sucesso

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Realização com sucesso

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram realizadas suplementações orçamentárias para atendimento de 100% da ação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
so utiliza recursos previstos no orçamento

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
morosidade da tramitação do processo

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
ATRAVÉS DE ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS POR ENGENHEIROS E TÉCNICOS DA UNIDADE.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Visitas in loco
Através de acompanhamento de engenheiros e técnicos da administração.

Relatórios de gestão
Expedido mediante comissão de fiscalização devidamente nomeado pelo gestor.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Obras não realizadas.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Devido a remanejamento e reduções de recursos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Reforma geral da SEMAD com serviços de pintura, sinalização de acessibilidade, adequação da sala da Coordenadoria Municipal de Licitação, demolição da cobertura do telhado e da alvenaria, reparo de rachaduras e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes
Ação não executada. Recursos remanejados.

2012 Insuficientes
As despesas correntes foram totalmente remanejadas e as de capital parcialmente.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve necessidade de recursos para reforma ou construção predial.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ao longo do exercício foram liberados os recursos através de cotas mensais.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejados para outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
FORA REALIZADAS REUNIÕES COM TODAS AS DIVISÕES PARA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS EM ANDAMENTO.

Visitas in loco
O MONITORAMENTO É REALIZADO ATRAVÉS DE OBSERVÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO NA COMPRA DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO NA VISÍTA IN LOCO ÂS UNIDADES ADMINISTRATIVAS (ACOMPANHAMENTO TÉCNICO)

Relatórios de gestão
ATRAVÉS DO DRTI/SEMAD, SÃO ELABORADOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES SOBRE O DESEMPENHO PARA O BOM GERENCIAMENTO DA AÇÃO.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões bimestrais

Visitas in loco
Visita com assistência in loco

Sistemas informatizados
SIAPEG -Sistema de Apoio ao PlanejamentoEstratégico e Gestão

Relatórios de gestão
Relatórios semestrais

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões bimestrais.

Visitas in loco
Visitas de técnicos.

Sistemas informatizados

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
AS METAS FORAM ALCANÇADAS CONFORME PREVISÃO.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A ação ocorreu dentro do previsto

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O NÃO CUMPRIMENTO DE 100% DAS METAS, FORAM POR MOTIVOS ADMINISTRATIVOS (DICISÕES) E FALTA DE RECURSOS.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Expansão do parque de informatização, cidade digital (Porto Velho on line), construção do anel óptico interligando todas as Secretarias.

2012 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS E FERRAMENTAS.
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
CONFORME PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

2011 Insuficientes
Faltaram recursos para ampliação do parque tecnológico.

2012 Insuficientes
Devido a reduções orçamentárias.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
EM CONFORMIDADE COM ORÇÃMENTO DISPONIBILIZADO

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Remanejamentos de recursos para outros projetos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
EM QUE PESE A DIFICULDADA NA OBTENÇÃO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, O FLUXO DE RECURSO ATENDEU AS NECESSIDADES PREVISTAS.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Outros: Lentidão no processo
Atraso nos trâmites processuais.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
O remanejamento de recursos determinados, foi para atender as ações da SEMOB.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Devido as reduções dos recursos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

AÇÃO: 178 - Modernização e Manutenção do Parque Gráfico Municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões mensais.

2012

Visitas in loco

Vistorias relaizadas por comissões de fiscalização.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Tendo em vista que 91,42% da dotação foi remanejada para outras ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Material de consumo (tintas , algodão, limpador de chapas e outros); serviços: aquisição de peças para copiadora e empressora.

2012 Ação:Parque Grafico Modernizado e Mantido
Produto: Aquisição de bens, consumo e serviços.
Detalhamento: Aquisição de impressora off set, toner, cilidros, cola e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Insuficientes

Foi executado apenas 8,58% do prevísto, em função de remanejamento de recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Outros: Lentidão processual administrativa.

Demora na tramitação dos processos.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NIEDJA VIRGINIA FELIX DE SANTANA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Relatórios de gestão
O sistema fornece relatório nominal e quantitativo dos servidores contemplados.
Sistemas informatizados
A concessão é efetuada no sistema de folha de pagamento de pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Contratação de servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal e encargos.
2012 Ação: Pagamento da Remuneração dos Servidores.
Produto: Pagamento de Remuneração.
Detalhamento do Produto: Pagamento dos servidores remunerados do Município de Porto Velho.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto

Com o crescimeto da quantidade dos inativos que migraram da PMPV para o IPAM, causou impacto orçamentário no referido programa.

2011 Alcance acima de 100% do previsto

Com o crescimento da quantidade dos inativos que migraram da PMPV, para o IPAM, causou impacto orçamento no referido programa.

2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Os beneficiários foram atendidos dentro da meta prevista.

2011 Não apurada

A avaliação fica prejudicada em razão da não existência de dados mensuráveis para aplicação do programa.

2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

Não aplicável ao programa.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Instituição não tem necessidade da participação social, tendo em vista os benefícios já serem metas priorizadas da Instituição.
2011
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica a este programa, pois o mesmo destina-se a manutenção das rotinas administrativas do Instituto.
2012
Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos benefíciarios, as mesmas poderão ser implantadas no site do Ipam, através de votação, medindo o grau de satisfação e insatisfação dos beneficiários atendidos.
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não se aplica a este programa, pois o mesmo destina-se a manutenção das rotinas administrativas do Instituto.
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não se aplica a este programa, pois o mesmo destina-se a manutenção das rotinas administrativas do Instituto.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados no sistema informatizado do Instituto.
2011
Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.
2012
Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O índice alcançado foi o esperado, ficando assim dentro da margem prevista.

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta realizada ficou dentro da prevista, sendo assim, estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Produtos e Serviços para a manutenção do Instituto: material de consumo, material de expediente, serviços e afins.
2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação
2011 Insuficientes
2012 Suficientes
A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
.
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O índice alcançado estava dentro do previsto, portanto, de acordo com a meta prevista.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

O índice alcançado foi acima do esperado, em função de quando da elaboração do PPA não dispunhamos de dados reais que poderiam ser utilizados como meta prevista para esta ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio transporte a servidores.

2012 Servidores remunerados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada por conveniência administrativa, ficando para o próximo exercício a execução desta meta.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve necessidade da utilização da ação.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Esta ação não foi utilizada por este IPAM.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Não há produto devido a ação não ter sido executada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária

2011 Insuficientes
Ação não executada.

2012 Não foram liberados recursos
A atividade não foi executada havendo remanejamento orçamentário para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
A ação não foi executada de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
As respostas as quais estamos nos referindo estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A meta realizada ficou muito abaixo da prevista, tendo em vista que não houve contratação de empresa para prestação de serviço de informática.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, sendo assim, estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Suprimento de fundos para atender a ação. Locação de softwares e serviços de informática para atender as ações de previdência.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA

AÇÃO: 204 - Realização de Concurso Público

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Adiamento da execução da ação para o próximo exercício 2011.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não realizada. Execução da ação prevista para o exercício 2012.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O concurso foi adiado para o próximo exercício.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Não produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O orçamento orçado foi suficiente, mas não foi executado devido o adiamento da execução da ação para o próximo exercício (2011).

2011 Insuficientes
Ação não realizada.

2012 Não foram liberados recursos
A ação não foi trabalha embora os recursos fixados na LOA tenham sido suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A ação não foi executada devido o adiamento da execução da ação para o próximo exercício (2011).

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
A ação não foi executada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta alcançada foi a esperada, ficando dentro da margem prevista, para esta ação.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, sendo assim, estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal e encargos sociais.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

A dotação orçamentária prevista ficou acima da necessidade do gasto.

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARCELO AUGUSTO MENDES BARBOSA

AÇÃO: 301 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Municipal de Previdência - CMP

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, sendo assim, estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Passagens para os Conselheiros, material de consumo e serviços.

2012 Jetons pagos aos Conselheiros por participações extraordinárias nas reuniões dos Conselho. Diárias pagas a serviores participantes dos Seminários e Congressos Nacionais do Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM. BIPEM

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Insuficientes

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: SILVIO NEY LEAL DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Conceder benefícios aos segurados, dependentes, aposentados e pensionistas do IPAM.

Público-Alvo: Segurados e dependentes do Ipam
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Este programa vem contribuir para que o Instituto continue oferecendo os benefícios relacionados à Previdência, para segurados, aposentados e pensionistas, de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 227/2005.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
Os beneficiários foram atendidos acima da meta prevista.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Os beneficíarios foram atendidos acima da meta prevista.

2012 Alcance acima de 100% do previsto
Os beneficiários foram atendidos acima da meta prevista.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Os proventos dos servidores inativos e pensionistas foram pagos dentro da programação mensal.

2011 Satisfeito
Os proventos dos servidores inativos e pensionistas foram pagos dentro da programação mensal.

2012 Satisfeito
Os proventos dos servidores aposentados e pensionistas foram pagos dentro da programação mensal.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

2012
Não contempla

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: SILVIO NEY LEAL DOS SANTOS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Instituição não tem necessidade da participação social, tendo em vista os benefícios já serem metas priorizadas da Instituição.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Instituição não tem necessidade da participação social, tendo em vista os benefícios já serem metas priorizadas da Instituição.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica a participação social para este Programa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos benefíciarios, as mesmas poderão ser implantadas no site do Ipam, através de votação, medindo o grau de satisfação e insatisfação dos beneficíarios atendidos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos benefíciarios, as mesmas poderão ser implantadas no site do Ipam, através de votação, medindo o grau de satisfação e insatisfação dos beneficíarios atendidos.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos beneficiários, as mesmas poderão ser implantadas no site do IPAM, através de votação, medindo o grau de satisfação e insatisfação dos beneficiários atendidos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 183 - Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: SILVIO NEY LEAL DOS SANTOS

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões do Conselho.

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
O índice alcançado ficou acima do esperado em razão do número elevado de aposentadorias concedidas no exercício.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta realizada ficou dentro da prevista, sendo assim, estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de benefícios a aposentados e pensionistas.

2012 Aposentarias, reformas, pensões e 13º salários pagos aos segurados do Sistema de Previdência.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: SILVIO NEY LEAL DOS SANTOS

AÇÃO: 184 - Pagamento de Auxílio Doença

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, sendo assim, estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de auxílio doença.

2012 Pagos benefícios durante os 12 meses aos segurados da previdência.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução orçamentária.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: SILVIO NEY LEAL DOS SANTOS

AÇÃO: 185 - Pagamento de Auxílio Reclusão

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Esta ação não foi utilizada por este IPAM.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de auxílio-reclusão.
2012 Não há produto uma vez que a ação não foi realizada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Insuficientes
2012 Não foram liberados recursos

A ação não foi executada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação não foi executada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: SILVIO NEY LEAL DOS SANTOS

AÇÃO: 187 - Pagamento de Salário Maternidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, sendo assim, estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de salário maternidade.

2012 Pagos os 12 meses em benefícios aos segurados da previdência.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo superou a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.11 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 012 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: SILVIO NEY LEAL DOS SANTOS

AÇÃO: 460 - Pagamento de Salário Família

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Em função de não haver dados reais a época da elaboração do PPA, a Meta Física não foi prevista, entretanto houve atendimento para esta ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Pagamentos de salário-família a servidores assegurados pelo Sistema de Previdência.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
2011 Não aplicável
2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Não apurada
2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: Portal Transparência

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Através do Portal da Transparência a sociedade pode verificar os andamentos dos processos deste Instituto, e assim, verificar os resultados alcançados.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Não existe nenhuma dificuldade para implantação do sistema de avaliação, quanto a satisfação dos beneficiários, as mesmas poderão ser implantados no site do Ipam, através da Ouvidoria que poderá medir o grau de satisfação e insatisfação dos beneficiários atendidos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, sendo assim, estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Produtos e Serviços para a manutenção do Instituto: material de consumo, material de expediente, serviços e afins.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas previstas nesta ação.

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

O índice alcançado ficou abaixo do previsto, em razão do adiamento do concurso público que estava programado para ser realizado no ano de 2010.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A meta ficou acima da esperada devida a não efetivação do concurso público planejada para o exercício de 2011, aumentando assim o número de Auxílio Transporte do Fundo de Assistência a Saúde

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, sendo assim, estão de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de auxílio transporte.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes previstas nesta ação.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 121 - Implementação de Ações de Informatização

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, conforme planejamento para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Compra de computadores, impressoras, e serviços de manutenção de informática.
2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

2011 Suficientes
2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 204 - Realização de Concurso Público

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados
Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O índice alcançado ficou abaixo do previsto, em razão do adiamento do concurso público que estava programado para ser realizado no ano de 2010.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A meta realizada ficou muito abaixo da prevista devido o adiamento da realização do concurso público para o próximo exercício.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Esta ação ficou muito abaixo do previsto, pois a realização do concurso público foi adiado para o exercício seguinte

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011
2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Ação não executada.

2011 Insuficientes
Ação não executada.

2012 Suficientes
Ação não executada, recursos remanejados para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Sem movimentação financeira.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A ação não foi executada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MANOEL PINTO DA SILVA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

O índice alcançado ficou abaixo do previsto, em razão do adiamento do concurso público que estava programado para ser realizado no ano de 2010.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, conforme planejado para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal e encargos sociais.

2012 Remuneração pagas aos servidores do IPAM.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes previstas nesta ação.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: ODALICE PEREIRA DA SILVEIRA TINOCO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer aos segurados e dependentes do IPAM atendimento hospitalar, laboratorial, ambulatorial, odontológico e auxílio funeral

Público-Alvo: Segurados e dependentes do Ipam
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A permanência deste Programa vem contribuir para a prestação de serviços terceirizados na área de saúde, como: consultas, exames, internações, cirurgias, serviços de higiene bucal, aos seus segurados e dependentes, como também a implantação do auxilio funeral

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quantidade de procedimentos médicos	Previsto	177.780	186.000	194.370	203.116
	Apurado	187330			
	Relação % Apurado/Previsto	105.371,81			
	Relação % Apurado/Final	92.226,27			
2010:					
2011:					
2012:					
02 - Quantidade de procedimentos odontológicos	Previsto	29.469	30.796	32.200	33.650
	Apurado	48468			
	Relação % Apurado/Previsto	164.465,56			
	Relação % Apurado/Final	144.035,66			
2010:					
2011:					
2012:					
03 - Quantidade de benefícios de pensões por morte	Previsto	24	24	24	24
	Apurado	29			
	Relação % Apurado/Previsto	120,83			
	Relação % Apurado/Final	120,83			
2010:					
2011:					
2012:					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável

2011 Alcance acima de 100% do previsto

A cobertura do público alvo ficou acima do esperado devido ao crescimento no número de servidores e segurados ingressos através dos concursos, e com isso, os atendimentos foram ampliados.

2012 Alcance acima de 100% do previsto

A cobertura do público alvo ficou acima do esperado devido o crescimento no número de servidores e segurados através dos concursos, e com isso, os atendimentos foram ampliados

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: ODALICE PEREIRA DA SILVEIRA TINOCO

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Não apurada
2012 Não apurada
Não se aplica.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Essa lacuna poderá ser suprida com a efetivação do concurso público previsto para ser realizado até a execução final do PPA.
2011
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Essa lacuna poderá ser suprida com a efetivação do concurso público previsto para ser realizado até a execução final do PPA.
2012
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Essa lacuna poderá ser suprida com a efetivação do concurso previsto para ser realizado no próximo exercício.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Com a implantação da Ouvidoria será possível atender os anseios da sociedade!
2011
Não possui mecanismos.
2012
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica a esta ação.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
SIM
Mecanismos adotados:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: ODALICE PEREIRA DA SILVEIRA TINOCO

Através de visitas hospitalares, realizada pelo serviço social deste Instituto.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Através de visitas hospitalares realizadas pelo serviço social do Instituto.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Através de visitas hospitalares, realizadas pelo serviço social do Instituto.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 039 - Atendimento Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A Meta Realizada ficou acima do previsto em razão do aumento do número de segurados e dependentes, gerando com isso uma demanda maior, bem como também o incremento de serviços oferecidos por este IPAM.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta realizada ficou dentro da prevista, de acordo com a situação planejada para o exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de atendimentos hospitalar, laboratorial e ambulatorial.

2012 Atendimentos médicos e ambulatoriais aos conveniados da Assistência Médica no ano de 2012.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

Órgão Responsável:	07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária:	07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa:	011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente:	ODALICE PEREIRA DA SILVEIRA TINOCO

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: ODALICE PEREIRA DA SILVEIRA TINOCO

AÇÃO: 040 - Atendimento Odontológico

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A Meta Realizada ficou acima do previsto em razão do aumento do número de segurados e dependentes, gerando com isso uma demanda bem maior no número de Atendimentos Odontológicos.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A meta realizada ficou acima do previsto em razão do aumento do número de segurados e dependentes, gerando com isso uma demanda bem maior no número de atendimentos odontológicos.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A meta realizada ficou acima da prevista, tendo em vista o aumento dos procedimentos odontológico fornecidos neste IPAM no exercício de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Atendimento odontológico aos servidores e dependentes.

2012 Procedimentos odontológicos realizados. Pagamentos realizados pela prestação de serviços odontológicos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

As respostas as quais estamos nos referindo, estão de acordo com a situação planejada para o ano de 2010.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: ODALICE PEREIRA DA SILVEIRA TINOCO

AÇÃO: 043 - Auxílio Funeral

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Insituto.

2011

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas informatizados do Instituto.

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

O índice alcançado ficou acima do previsto, em razão do número elevado de falecimento de servidores.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

O índice alcançado ficou acima do previsto, em razão do número elevado de falecimento de servidores.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

O índice alcançando ficou acima do previsto, em razão do número elevado de falecimento de servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Concessão de auxílio funeral aos servidores.

2012 Pagamento de 33 auxílios funerais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

A dotação orçamentária inicial foi insuficiente em razão do aumento do salário mínimo, que norteia o cálculo desses benefícios, daí a necessidade da suplementação orçamentária ocorrida no período.

2011 Insuficientes

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a programação orçamentária a ação foi executada com sucesso

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.12 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - FUNDO DE
Programa: 011 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A SEGURADOS E DEPENDENTES DO IPAM
Gerente: ODALICE PEREIRA DA SILVEIRA TINOCO

AÇÃO: 485 - Atendimento Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial - Elemento Moderador

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Sistemas informatizados

Os processos são executados de acordo com os devidos pareceres, e processados nos sistemas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

O índice alcançado foi acima do esperado, devido ao aumento de servidores atendidos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Elemento Moderador - pagamento a prestadores de serviços médicos e/ou aparelhos ortopédicos (próteses) e aquisição de óculos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

A dotação orçamentária prevista foi suficiente para subsidiar as despesas correntes e de capital previstas nesta ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A ação foi executada com sucesso, de acordo com a elaboração orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NEIDE MARIA GADÊLHA SANTANA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
O ORÇAMENTO DESTINADO AO PROGRAMA NÃO FOI SUFICIENTE PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES PROGRAMADAS
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atingiu suas metas dentro do esperado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
ATENDEU DE ACORDO COM O ORÇAMENTO DESTINADO A ESTE PROGRAMA
2011 Satisfeito
2012 Satisfeito
Houve satisfação do beneficiário em relação a execução do programa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Suficiência das metas físicas das ações
Orçamento insuficiente para contratação de pessoal especifico de determinadas áreas não possibilita o cumprimento das metas.
2012
Suficiência das metas físicas das ações
Há insuficiência física com relação à pessoal com especialidade técnica para atender as demandas da Funescola.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Não contempla

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NEIDE MARIA GADÊLHA SANTANA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

RECURSOS MATERIAIS: DATA- SHOW, COMPUTADORES PARA O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, PRÉDIO PROPRIO E ETC...

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Falta espaço fisico para atender a demanda adequadamente.

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Falta infra-estrutura adequada que possibilite meios de promover capacitações aos servidores de forma ampla e com qualidade.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

NECESSITAMOS DE PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE INFORMÁTICA, CONTADOR, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E ETC...

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Falta pessoal especializado para atender as áreas específicas da Funescola: contabilidade. Está sendo formada uma nova comissão de trabalho para elaborar quadro de pessoal para Funescola.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Falta pessoal especializado nas áreas específicas..

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

O quantitativo de pessoal com qualificação técnica é insuficiente para execução de trabalhos técnicos.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

O quantitativo de pessoal é insuficiente para atender as demandas da Funescola.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: O PROGRAMA NÃO DISPÕE DE MECANISMO DE AVALIAR A SATISFAÇAO DO BENEFICIÁRIO.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Falta infra-estrutura adequada quanto ao local e insuficiência de recursos humanos para atender as demandas sociais. Podendo ser superada através de aumento do orçamento próprio, convênio, parcerias públicas e privadas, para podermos executar projetos sociais, contratar pessoal, construir ou locar um local adequado para que atenda com qualidade os usuários dos serviços oferecidos pela Funescola.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

SIM

Mecanismos adotados:

O mecanismo utilizado são diálogo, indagações e comprovantes.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Os resultados foram utilizados em reuniões, feedback para analisar pontos positivos e negativos para corrigir falhas e fortalecer pontos positivos buscando o aperfeiçoamento do programa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

REUNIOES PARA DISCUSSAO DAS AÇÕES REALIZADAS

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NEIDE MARIA GADÊLHA SANTANA

Sistemas informatizados
ACOMPANHAMENTO ATRAVÉS DE SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

Relatórios de gestão
A EQUIPE REALIZA MENSALMENTE RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para verificar o andamento dos trabalhos e outros.

Visitas in loco
Visitas para monitorar o andamento dos trabalhos e execução.

Sistemas informatizados
Monitoramento diário sobre a funcionalidade dos programas utilizados.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para verificar a continuidade e efetividade dos trabalhos.

Visitas in loco
Visitas mensais para verificação de execução e efetividade dos trabalhos.

Sistemas informatizados
Verificação mensal de sistemas informatizados ligados as ações de programas quanto a sua funcionalidade, execução e alimentação com eficaz destes sistemas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do previsto, as metas físicas foram atingidas adequadamente.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais e serviços diversos para manutenção da Unidade.
2012 Aquisição de materiais e serviços diversos para manutenção da Unidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes
Os recursos orçamentários foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Devido o contingenciamento orçamentário, o fluxo sofreu descontinuidade porém não prejudicou as ações que já estavam programadas e sendo executadas.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
NÃO HOUVE RECURSOS SUFICIENTES

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2012

Contingenciamento orçamentário
Insuficiência orçamentária para contratação de pessoal especializado.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não
Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
2012 Não
Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NEIDE MARIA GADÊLHA SANTANA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
ACOMPANHAMENTO ATRAVES DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

2011

Visitas in loco
VISITAS PARA MONITORAR O ANDAMENTO DOS TRABALHOS E EXECUÇÃO.

Sistemas informatizados
MONITARAMENTO DIARIO SOBRE A FUNCIONALIDADE DOS PROGRAMAS UTILIZADOS.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para verificar continuidade e efetividade da ação.

Visitas in loco
Visitas para verificar execução e efetividade da ação

Sistemas informatizados
Atualizações e monitoramento através dos sistemas informatizados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
FOI ATINGIDA COM SUCESSO A META PROPOSTA

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do previsto a meta foi alcançada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal ativo e encargos sociais.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
ATENDEU A META PROPOSTA APESAR DO REMANEJAMENTO ATRAVÉS DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Os recursos foram suficientes dentro do que estava programado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
ATENDEU A META PROPOSTA

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme o que estava programado os recursos foram liberados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: NEIDE MARIA GADÊLHA SANTANA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
Gerente: JOSINÉIA ARAÚJO RODRIGUES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar a qualificação profissional e pessoal dos servidores municipais e os serviços de qualidade aos usuários do serviço público municipal.

Público-Alvo: Servidores municipais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: De acordo com o atual índice de capacitação dos servidores municipais (20%), verifica-se a necessidade de aumentar o índice de capacitação para o acompanhamento da modernização municipal, qualificação profissional e o serviço eficiente e de qualidade aos usuários do serviço Público Municipal.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de Servidores capacitados	Previsto	22	24	26	28
	Apurado	1792	11,86	4,91	
	Relação % Apurado/Previsto	8.145,45	49,42	18,88	
	Relação % Apurado/Final	6.400,00	42,36	17,54	

2010:

2011:

2012: O INDICE DE SERVIDORES CAPACITADOS FICOU BEM ABAIXO DO ESPERADO DEVIDO INDISPONIBILIDADE FINANCEIRA. FOI ABERTO PROCESSO PARA REALIZAÇÃO DE PREGÃO, ATRAVÉS DO QUAL SERIAM OFERTADAS 785 VAGAS EM DIVERSOS CURSOS AOS SERVIDORES , PORÉM, O PROCESSO NÃO PODE TER CONTINUIDADE DEVIDO CONTIGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DECRETO Nº 12.691 DE 04 DE JULHO DE 2012, QUE DISPÕES SOBRE CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
A META FOI ATINGIDA

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Capacitação de 1186 servidores no ano de 2011, número que não alcançou a meta de 1941 servidores, devido orçamento ser insuficiente para cumprir a meta.

2012 Alcance abaixo de 40% do previsto
O índice de servidores capacitados ficou bem abaixo do esperado devido a indisponibilidade financeira. Foi aberto processo para realização de pregão, através do qual seriam ofertadas 785 vagas em diversos cursos aos servidores, porém, o processo não pode ter continuidade devido contigência orçamentária, conforme decreto nº 12.691 de 04 de julho de 2012, que dispõe sobre contingenciamento orçamentário no âmbito do poder executivo municipal.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
OS CURSOS ESTÃO ATENDENDO AS EXPECTATIVAS DOS SERVIDORES PRINCIPALMENTE NA ÁREA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

2011 Satisfeito
Resposta mensurada qualitativamente mediante aplicação de avalições aos servidores no final de cada curso e avaliação de desempenho do servidor no trabalho, pós curso.

2012 Insatisfeito
Muitos cursos que estavam programados, deixaram de ser realizados devido contingência orçamentária, então muitos servidores que esperavam participar dos mesmos, não foram contemplados, então houve insatisfação.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das metas físicas das ações
A Funescola necessita de espaço fisico adequado para atender o público alvo, pois necessitamos alugar locais para realização das capacitações.

2012

Suficiência das ações
Além do programa de capacitação, necessitamos de mais programas que renovem e enriqueçam as ações da Funescola, para que possamos alcançar metas e objetivos de forma mais eficiente e eficaz.

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
Gerente: JOSINÉIA ARAÚJO RODRIGUES

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A Funescola necessita de espaço fisico adequado para atender o público alvo, poisnecessitamos alugar locais para realização das capacitações.

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A Funescola necessita de infra-estrutura adequada, para que as equipes possam executar os trabalhos com eficiência, promovendo aos usuários um atendimento de qualidade.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

FALTA RECURSOS HUMANOS NA ÁREA PEDAGÓGICA COMO: ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO, PROFESSORES ESPECÍFICOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Falta pessoal especializado para atender as áreas específicas da funescola: contabilidade. Está sendo formada uma nova comissão para elaborar quadro de pessoal para funescola.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Falta pessoal especializado nas áreas específicas, devido a funescola não possuir quadro de pessoal específico.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Necessitamos de maior recurso orçamentário, para que possamos ter uma equipe gerencial com mais servidores que possam atender as demandas desta Funescola com mais rapidez.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Necessitamos de maior recurso orçamentário, para que possamos ter uma equipe executora com mais servidores, que possam atender as demandas desta Funescola com mais rapidez.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: SERVIDORES PUBLICOS

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

ATENDIMENTO DE QUALIDADE A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO ATRAVES DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA PREFEITURA

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Falta infra-estrutura adequada quanto ao local e insuficiência de recursos humanos para atender as demandas sociais, podendo ser superada através de aumento do orçamento próprio, convênio, parcerias públicas e privadas, para podermos executar projetos sociais, contratar pessoal, construir ou locar um local adequado para que atenda com qualidade os usuários dos serviços oferecidos pela Funescola.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

ATRAVÉS DE CURSOS VOLTADOS PARA O ATENDIMENTO AO PUBLICO

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
Gerente: JOSINÉIA ARAÚJO RODRIGUES

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Os resultados foram utilizados em reuniões, feedback para analisar pontos positivos e negativos para corrigir falhas e fortalecer pontos positivos buscando o aperfeiçoamento do programa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Acompanhamento das atividades mais de perto.

Visitas in loco
Realização de visitas periódicas.

Relatórios de gestão
Relatórios de avaliações após cursos.

Outros: AVALIAÇÕES

2011

Reuniões de trabalho
Reunião com os diretores e departamentos da funescola.

Visitas in loco
Abertura de cursos, relação de frequência nos curso, visita às secretarias.

Sistemas informatizados
Por meio de internet, divulgação dos cursos na página da funescola (prefeitura de porto velho) e e-mail às secretarias

Relatórios de gestão
Relatórios ao final do exercício para controle das metas e dos recursos orçamentários.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para verificar a continuidade dos trabalhos e efetividade das ações.

Visitas in loco
Visitas in loco mensais para verificação de execução dos trabalhos e efetividade das ações.

Sistemas informatizados
Verificação mensal de sistemas informatizados ligados as ações de programas quanto a sua funcionalidade, execução e alimentação eficaz destes sistemas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Orçamento insuficiente para atender os servidores com as qualificações.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O índice de servidores capacitados ficou bem abaixo do esperado devido a indisponibilidade financeira. Foi aberto processo para realização de pregão, através do qual seriam ofertadas 785 vagas em diversos cursos aos servidores, porém, o processo não pode ter continuidade devido contigência orçamentária, conforme decreto nº 12.691 de 04 de julho de 2012, que dispõe sobre contingenciamento orçamentário no âmbito do poder executivo municipal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Capacitação de servidores com diversos cursos de aperfeiçoamento de várias áreas.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
OCORRÊNCIA DE SUPLEMENTAÇÕES PARA CAPACITAÇÕES CONFORME SOLICITAÇAO DAS SECRETARIAS.

2011 Insuficientes
O orçamento inicial da Funescola foi no valor de R$ de 204.650,00. Quanto ao valor da dotação atual, a Funescola recebeu suplemtantação das secretarias para realização de cursos e Conferência Muncipal.

2012 Suficientes
Em relação às ações que já estavam de fato ocorrendo foi suficiente.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
ATENDIDOS DE ACORDO COM OS CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROGRAMADOS

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Órgão Responsável: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade Orçamentária: 07.31 - FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO
Programa: 031 - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
Gerente: JOSINÉIA ARAÚJO RODRIGUES

As ações que estavam programadas para posterior execução não tiveram continuidade devido contigência orçamentária, conforme decreto nº 12.691 de 04 de julho de 2012, que dispõe sobre contingenciamento orçamentário no âmbito do poder executivo municipal.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário
ORÇAMENTO INSUFICIENTE

Outros: COMPROMETIMENTO DE SERVIDORES
FALTA DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS SERVIDORES NOS CURSOS ADOTADOS PELA FUNDAÇÃO

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Orçamento insuficiente às atividades previstas para atender a meta.

2012

Contingenciamento orçamentário
As ações que estavam programadas para posterior execução não tiveram continuidade devido contigência orçamentária, conforme decreto nº 12.691 de 04 de julho de 2012, que dispõe sobre contingenciamento orçamentário no âmbito do poder executivo municipal.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Dentro das normas foram atendidas as solicitações para implementação das ações dos programas finalísticos.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Dando suporte a todos os departamentos e divisões,unidades de saúde, policlínicas, SAMU e maternidade municipal.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa subsidia todos os departamentos, divisões, policlínicas, maternidade, SAMU e unidades básicas de saúde

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Foram atendidas todas as solicitações dos Departamentos e Divisões da Secretaria

2011 Pouco satisfeito
Devido a lentidão na conclusão de processos de serviços e aquisição.

2012 Satisfeito
A demanda fora assistida, dando um retorno a população que usa o Sistema Único de Saúde diariamente.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Outros: Acompanhamento e desenvolvimento de todos os programas.
Acompanhar licitações e compras para os programas finalisticos.

2012

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
- O programa tem como principal objetivo dar assistência as atividades desenvolvidas

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
morosidade nos processos administrativos, para aquisição bens e serviços
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
estrutura muito pequena para organização e desenvoltura do programa

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaço inadequado para acomodar os funcionários existentes no departamento.

2012

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
- Espaço físico é inadequado
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
- Espaço físico inadequado e equipamentos insuficientes.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
- Espaço físico inadequado
Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
- São insuficiente, necessitando de melhor planejamento

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
devido espaço pequeno, o quantitativo de recursos humanos tona-se muito resumido, distribuindo de forma inadeguadas as atividades gerenciais.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há necessidade de mais contratação de recursos humanos para compor o departamento.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Melhorar a qualidade dos serviços apresentados e necessidade de mais capacitação para funcionários novos e antigos.;

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A necessidades de pessoal qualificado.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros:
suporte aos programas finalisticos
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Apoio aos Programas Finalisticos, com aquisição de bens e serviços

2011

Ouvidoria
Foi implantado na Secretaria de Saúde a ouvidoria, que nos dará a real satisfação do usuário de ponta.
Audiência Pública
As audiências públicas, onde a população manifesta nível de satisfação.

2012

Audiência Pública
- Câmara Municipal
Discussão em Conselho Setorial
- Sempre que convocado
Ouvidoria
- Implantação da ouvidoria, para atender a população com reclamações e sugestões de melhorias

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não se trata de Programa Finalístico.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Nossos beneficiários são as unidades básicas de saúde policlínicas, SAMU, maternidade e todos os departamentos desta secretaria, acompanhamos processos de aquisição e serviços

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

Demonstrando a aquisição de bens e serviços, demonstrando aplicações dos recursos

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões mensais com gestor e todas as unidades finalisticas.

Visitas in loco

Acompanhamento do desenvolvimento de todos os programas.

Relatórios de gestão

Relatórios de gestão feita pelo ordenador de despesas semestralmente.

2012

Relatórios de gestão

Confecciona-se anualmente

Reuniões de trabalho

Periódica - com sugestões de melhoria

Visitas in loco

Sempre que solicitado - verifca-se as necessidades

Sistemas informatizados

Em toda a Secretaria

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Assistência a novas unidades de saúde, e manutenção das unidades já existentes

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de bens e serviços para unidades basicas de saude policlinicas, SAMU, maternidade e departamentos.
2012 - Contrato com empresas de manutenção de: elevador, ar condicionado, aparelho de raio x, aparelho de ultrason e etc...

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Porem havendo aumento da demanda haverá necessidade de implentação de recursos

2011 Suficientes
2012 Suficientes

Suficientes, salientando que a Secretaria encontra-se em pleno desenvolvimento de suas ações, e que esses recursos provalvemente serão insuficiente para demanda de serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberados no decorrer do exercicio, havendo antecipação de cotas, remanejamento, suplementações por superavit financeiro e por excesso de arrecadação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Tivemos que antecipar algumas ações para dar cobertura a contratos continuados não prejudicando a execução do programa e algumas suplementações orçamentárias.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

- Os recursos foram liberados no decorrer do exercicio, e devido o aumento da demanda de serviços prestados por esta Secretaria, fora necessário fazer alguns remanejamentos, antecipação de cota, e mesmo superávit financeiro do exercício de 2011, para cobertura de processos administrativos que não foram conclusos no exercício de 2011.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Neste programa não se utiliza recursos de origem não orçamentaria.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no andamento de processos em fase licitatória.

2012

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
Morosidade nos trâmites processuais

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Muitos conflitos de informações, fazendo com que os processos administrativos tenham morosidade no seu desenvolvimento até a conclusão da licitação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões diarias com Departamentos e Diretores

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações do Programa

2011

Relatórios de gestão
Relatórios anuais das ações.

2012

Reuniões de trabalho
Reunião com gestores.

Sistemas informatizados
Para folha de pagamento.

Relatórios de gestão
Confecciona-se anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendido os servidores que recebem auxilio alimentação

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Servidor a disposição beneficiado com auxilio alimentação.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Servidores da Câmara Municipal à disposição são beneficiados com Auxílio Alimentação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxilio alimentação aos servidores da camara à disposição do municipio.

2012 Despesas específicas com Auxílio Alimentação dos servidores da Câmara que estão a disposição desta Secretaria.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
servidor da camara municipal a disposição beneficiado.

2012 Suficientes
Dentro do previsto.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Havendo suplementações orçamentarias, por excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve remanejamento de saldo orçamentário, devido à meta ter saído menor.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Alto
Dentro do planejado, dando assistência a todos os servidores da Câmara Municipal, que estão à disposição desta Secretaria.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Diarias com diretores de departamentos

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvolvidas por este programa

2011

Relatórios de gestão
Relatorios semestrais e anuais pela Divisão de Recursos Humanos.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões diárias com os gestores.

Sistemas informatizados
Sistema informatizado de Folha de Pagamento.

Relatórios de gestão
Confecciona-se anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Com o pagamento do auxilio transporte a servidorees e empregados diretamente em folha, houve atendimento geral de metas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
SERVIDORES BENEFICIADOS

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Novas contratações motivaram o alcance deste índice.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Vale transporte ao servidor.

2012 Vale transporte ao servidor.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

2012 Insuficientes
Foram insuficientes necessitando de suplementações orçamentárias.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram atendidos no decorrer do exercicio.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Por terem sido insuficientes, foram necessárias algumas suplementações orçamentárias.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos Oriundos do Tesouro Municipal

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 054 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Para avaliar a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento servidor

Relatórios de gestão
Demonstrando os resultados dos treinamentos, no atendimento aos usuarios das Unidades de Saude

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não temos como avaliar capacitação de servidores da área finalística de saúde.

2012

Relatórios de gestão
Confecciona-se anualmente.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
SERVIDORES DESTE DEPTO E DIVISÕES CAPACITADOS
2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Capacitação do corpo técnico desta Secretaria.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de cursos e diárias a servidores da saúde.
2012 Pagamento de diárias, passagens aéreas e inscrições em Cursos de Capacitação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes
Necessitando de ajustes para os próximos exercícios, para podermos ampliar as Capacitações para todos os técnicos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme Planejamento
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Normal no decorrer do exercício.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões diarias para analisar necessidade de contratações de novos recursos humanos

Sistemas informatizados
manutenção diaria do sistema

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas para acompanhar nível de satisfação do servidor.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a novas contratações, inauguração de novas unidades de saude

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal e obrigações patronais.

2012 Servidores remunerados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve aumento na Contratação de Pessoal, devido a novas unidades construidas e ampliadas

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve creditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos de Origem Especificamente do Tesouro Municipal.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fortalecer e expandir a estratégia de saúde da família - ESF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS na atenção básica à saúde no Município de Porto Velho

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Atualmente o Município de Porto Velho apresenta índices baixo de cobertura de estratégia de saúde da família (31,7%) o que reflete negativamente nos proncipais indicadores de saúde da população, como: mortalidade infantil, materna, bem como na atenção integral dos munícipes, como oferta de consulta aos grupos estratégicos: hipertensos, portadores de diabetes, idosos e outros grupos vulneráveis a agravos e doenças.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de cobertura da estratégia de saúde da família	Previsto	50	55	65	70
	Apurado	70	59,58	50	
	Relação % Apurado/Previsto	140,00	108,33	76,92	
	Relação % Apurado/Final	100,00	85,11	71,43	

2010:

2011:

2012: Atualmente o Município de Porto Velho apresenta índices baixo de cobertura de estratégia de saúde da família (50%) o que reflete negativamente nos proncipais indicadores de saúde da população, como: mortalidade infantil, materna, bem como na atenção integral dos munícipes, como oferta de consulta aos grupos estratégicos: hipertensos, portadores de diabetes, idosos e outros grupos vulneráveis a agravos e doenças.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Teve aumento de ações nos programas finalisticos

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Com a boa relação de gestores e a disponibilidade do executivo alcançamos neste ano o índice acima do esperado.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Manter o Sistema de Informações do Bolsa Família atualizado. Realizou-se 50% de acompanhamento das famílias do PBF.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Devido o aumento de cobertura populacional pelas Equipes da Saúde da Familia.

2011 Não apurada
Não possuimos rotina e instrumento para tal avaliação.

2012 Satisfeito
Capacitar servidores, para melhor acompanhar a alimentação do Sistema para que possamos alcançar as metas estabelecidas.

2.4 Outras Considerações

. Realizar 02 chamadas nutricionais anuais através das ESF e por mídia.
4.2. Atualizar e descentralizar a base de dados.
4.3. Monitorar e acompanhar a alimentação do sistema nas unidades.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Dimensionamento do público-alvo
Devido o grande número de pessoas atraídas de outros estados para a capital no advento das usinas hidrelétricas, tivemos dificuldade na expansão do programa reduzindo assim nosso índice de cobertura do PSF.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

2011

Pessoa com Deficiência
O saúde da família trabalha a prevenção da deficiencia, os que são, tem atendimento prioritário nas unidades e várias foramadequadas obedecendo o direito de ir e vir.

Raça
O saúde da família em sua filosofia atende a todos sem discriminação.

Gênero
O saúde da família em sua filosofia atende a todos sem discriminação.

Criança e Juventude
As crinças e jovens tem atendimento prio-estratégico do programa respeitando a filosofia institucional.

2012

Raça
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS. O saúde da família trabalha a prevenção da deficiência, e os que tem atendimento prioritário nas unidades e várias foramas dequadas obedecendo o direito de ir e vir.

Gênero
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no Princípio da Universalidade garantida pelo SUS. As crinças e jovens tem atendimento próprio e estratégico do programa respeitando a filosofia institucional

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade de diminuir a burocracia no processo de aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Deve haver novas contrações de recursos humanos para atuação na Gestão da Atenção Basica

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Deve haver novas contrações derRecursos humanos

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Parte das unidades de saúde estão com a estrutura obsoletas e por isso estão sendo planejadas as reformas, ampliações e contruções de algumas e outras já foram contempladas.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Parte das unidades de saúde estão com a estrutura obsoletas e por isso estão sendo planejadas as reformas, ampliações e contruções de algumas e outras já foram contempladas.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Necessidade de diminuir a burocracia no processo de aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Deve haver novas contrações de recursos humanos para atuação na Gestão da Atenção Básica

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Deve haver novas contrações e Capacitação de Recursos humanos.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Parte das unidades de saúde estão com a estrutura obsoletas e por isso estão sendo planejadas as reformas, ampliações e contruções de algumas e outras já foram contempladas.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Deve haver novas Contrações de Recursos Humanos para atuação na Gestão da Atenção Basica

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Deve haver novas Contrações de Recursos Humanos

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Devido a expansão e o crescimento de equipes faz se necessário a divisão das unidades em pólos e o aumento de recursos humanos na gerência de atenção básica e de assistência farmacêutica para gerir o programa

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessidade de contratação de recursos humanos para as equipes de saúde da família e para as Farmácias.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Treinamento e qualificação sobre gestão pública seria interessante para todos da equipe de gestão.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
O concurso público já realizado pela prefeitura irá suprir essa necessidade.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Devido a expansão e o crescimento de equipes faz se necessário a divisão das unidades em pólos e o aumento de recursos humanos na gerência de atenção básica e de assistência farmacêutica para gerir o programa

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessidade de contratação de recursos humanos para as equipes de saúde da família e para as Farmácias.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Treinamento e qualificação sobre gestão pública seria interessante para todos da equipe de gestão. Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A Municipalidade devera abrir Concursos Publicos para contratação de mão de obra especializada em áreas determinadas

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
São reuniões com associação de bairros, representantes de categorias da diversas representações sociais

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periodicas no Conselho Municipal de Saude

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
A execução do programa se dá em conformidade com a necessidade apresentada por cada grupo ou categoria de diversas representações sociais.

2011

Ouvidoria
Serviço de ouvidoria inaugurado em junho 2011.

Audiência Pública
Audiências públicas para ouvir as inquietudes da população, suas demandas e realidades.

Discussão em Conselho Setorial
Conselhos Municipal e Estadual de Saúde.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com presidente de associação, representantes das construtoras das hidrelétricas ONGs, lideranças afins para discussão sobre saúde preventiva e o desenvolvimento de ações mais próximasdo interesse e carência da população.

2012

Ouvidoria
Serviço de ouvidoria inaugurado em junho 2011. Nos transmitindo todas as ações assistida pela rede de saúde pública

Audiência Pública
Reuniões com presidente de associação, representantes das construtoras das hidrelétricas ONGs, lideranças afins para discussão sobre saúde preventiva e o desenvolvimento de ações mais próximasdo interesse e carência da população.

Consulta Pública
Audiências públicas para ouvir as inquietudes da população, suas demandas e realidades.

Reunião com grupos de interesse
São reuniões com associação de bairros, representantes de categorias da diversas representações sociais

Discussão em Conselho Setorial
Conselhos Municipal e Estadual de Saúde.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através da Avaliação e Monitoramento da Qualidade da Atenção Basica (AMQ)

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Há mais facilidade devido a implantação da ouvidoria, mas há a intenção de verificar avaliação in loco nas unidades com pesquisa de satisfação.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Através da ouvidoria, que fora implantada em 2011, a população tem usado esse mecanismo oferecida para dar sugestões e reclamações, como também elogiar alguns programas sociais disponíveis.

4.5 Ações do Programa

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 024 - Aquisição de Medicação Básica

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com Diretores

Sistemas informatizados
Alimentado Diariamente

Relatórios de gestão
Demonstrando todas ações do porgrama

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com a equipe de gerenciamento e com equipes executoras (responsáveis pelas farmácias básicas) periodicamente.

Relatórios de gestão
Semestral para integrar ao relatório de gestão da Semusa, onde são descritas todas as atividades realizadas.

Visitas in loco
Em todas as unidades de saúde, para avaliação do estoque regulador.

Sistemas informatizados
Sistema Hospub/Datasus, onde emitem-se relatórios de gerenciamento e controle.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões diárias com Técnicos Responsáveis

Visitas in loco
Visita às Unidades de Saúde - Capital Interior Verificando Necessidade de Abastecimento

Sistemas informatizados
Sistema de Controle de Entrada e Saida de Medicamentos - infomatizados para melhor controle

Relatórios de gestão
Relatório anual de Gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Assistência Farmacêutica.Fornecimento de Medicamentos para os tratamentos realizados nas Unidades de Saúde do Município de Porto Velho.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Além dos itens da atenção básica, a unidade assumiu o compromisso de adquirir medicamentos dos programas estratégicos do Ministério da Saúde, da Saúde Mental e Pronto Atendimento.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Percentual de Farmácias Básicas com Disponibilidades de 100% dos medicamentos, conforme Portaria n° 4.217GM/MS.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de medicamentos para manutenção do estoque regulador.

2012 Aquisição de Medicação Básica

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Houve demora na conclusão de processos licitatórios.

2012 Suficientes
Aquisição e Fornecimento de Medicamentos conforme Portaria 4.217 - GM/MS

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Por antecipação de cotas, e superavit financeiro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados no decorrer do exercício, houve créditos suplementares, através de remanejamento e superavit financeiro do exercício de 2011.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos utilizados na ação são orindos do Fundo Nacional de Saude

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Devido a morosidade nos tramites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Houve demora em homologar os pregões eletrônicos, e nesse tempo ocorreu desabastecimento das unidades de Saúde.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldade de Conclusão em Processo de Aquisição de Medicamentos

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões diarias com Diretores de Unidades de Saude e Policlinicas, para não haver descontinuidade do programa

Visitas in loco
Semanalmente

Sistemas informatizados
Diariamente

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações do programa

2011

Visitas in loco
Realizadas sistematicamente acompanhando o desenvolvimento das obras.

Relatórios de gestão
Relatórios semestrais.

2012

Relatórios de gestão
Relatório Anual

Reuniões de trabalho
Reunião com Engenheiros e Técnicos, para determinação de atividades a serem executadas

Visitas in loco
Visita as Unidades de Saúde, que necessitam ser reformadas, e áreas aonde serão construidas novas Unidades de Saúde

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Não houve melhor cumprimento de metas devido a morosidade nos tramites processuais.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Devido a lentidão de processos licitatórios.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Recursos das Portarias n°s. 3.766 e 3.287/GM/MS, nos possibilitou o alcance superior ao previsto na meta.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção e reformaUnidades Básicas de Saúde Ernandes Indio, Morrinhos, Osvaldo Piana, São Miguel, Joana Darc, Calama, Castanheira, União Bandeirante

2012
Construção da UBS Nova Floresta Port. 3766/10 DAB
Construção UBS Renato Medeiros Portaria 3766/10 DAB
Construção UBS Osvaldo Piana Port. 3.766/10 DAB
Construção UBS Areal da Floresta Port. 3766/10 DAB
Construção UBS Maurício Bustani Port; 3766/2010 DAB
Construção UBS Socialista II Port. 3.766/2010 DAB
Construção UBS Três Marias - Port. 3287/09 - DAB
Construção de UBS Caladinho Port. 3.766 - 01/12/2010
Construção da UBS FLAMBOYANT
Construção da Unidade Saúde União Bandeirantes
Construção Unidade Básica Saúde Castanheira
Construção da Unid. Saúde Joana Darc
Reforma U.S.f. Agenor de Carvalho
Construção da U. S. F do Vale do Jamari
Construção Unidade Saúde Familiar Demarcação
Construção da USF do Lago Cuniã
Construção da USF da Linha 28
Construção Unidade Rio Pardo - Engenharia
Reforma UBS Manoel Amorim de Matos e Hamilton Gondim - DAB
Construção Unidade Básica Calama.
Construção U.S São Miguel (UPA TIPO II)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram suficientes para execução das obras

2011 Insuficientes
Morosidade na conclusão dos processos licitatórios.

2012 Suficientes
Os Recursos Orçamentários foram suficientes, porém muitas obras ficaram em fase de Lictação devido a morosidade nos trâmites processuais.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

Foram abertos no decorrer do exercicio, creditos adiconais suplementares por excesso e superavit financeiro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os Recursos foram Liberados, no decorrer do exercício, por se tratarem de Recursos do Ministério da Saúde. Houve necessidade de fazermos alguns ajustes orçamentários, através de suplementações e superavit financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Os recursos oriundos do Fundo Nacional de Saude, ou Tesouro Municipal, ou Celebraçaõ de Convenios

2011 Baixo

Construção de novas unidades com recursos de compensação de Santo Antônio Energia e Jirau.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos Tramites Processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos tramites processuais para conclusão de licitação.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade na Conclusão de Processos Administrativos de Obras e Serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Programa de Saúde Pública das empresas de Santo Antônio Energia e Jirau.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 149 - Manutenção das Unidade Básicas de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Acompanhamento diario

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do sistema

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações

2011

Visitas in loco
Vistas realizadas para verificar a necessidade das Unidades Básicas de Saúde.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões diárias com Diretores de Unidades de Saúde e Policlínicas, para não haver descontinuidade do programa

Relatórios de gestão
Confecciona-se anualmente

Visitas in loco
Semanalmente

Sistemas informatizados
Diariamente

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram mantidas todas as Unidades de Saude

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve mais agilidade nos processos de aquisição.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Poderíamos ter melhorado o desempenho se não houvessem tanta lentidão nos processos licitatórios.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos, material médico-hospitalar, material elétrico, tintas e outros.

2012 Serviços Lavagem e Desinfecção Ambulâncias - 6 meses; Fornecimento de Gás oxigênio - 4 meses;Serviços especializado manut. Prev. Corretiva nas UBS; Serviços Instal. Gesso - D.A; Contratação serviços em manutenção equipa. Laboratório M.215/DAD; Renovação Contratação Fornecimento Alim. Pol. E SAMU; Complementação contratação serviços Wirelles (3 m); Serviços de conversão de mídias - DAB; Fornecimento alimentação pronta, fev a jun Serviços de Confecção Instalação Lançados UBS; Aquisição de peças para ar condicionado memo. 89/DA; Serviços corretivos preventivos ar condicinado memo. 89/DA; Aquisição de Bolsa Acrílica para UBS; Aquisição de tintas, acrilíca... DAB; Serviços de Instalação de Ar condicionado; Serviços de Instalação de Gesso Acartonado; Aquisição de Material de Consumo (Água mineral....) DMP; Aquisição de Cascalho e pó de brita - Div. Manutenção; Confecção de Folders - SRP 54/2011 - Memo.11/DA; Aquisição de Material Penso - memo. 015/DM/2012;
Aquisição de Material Penso (alcool, cobertor óbto...) DMP; Serviços de Limpeza de Fossa - Div. Manutenção; Carga de Gás para 12 meses; Serviços manutenção bebedouro, geladeira....; Aquisição de Brita e pó de brita - Div. Manutenção; Aquisição de Material Limpeza Memo. 028/DM/2012; Aquisição de lençol hospitalar para pol. UBS memo. 029/DM; Serviços em impressoras e nobreaks - DA; Aquisição de Mat. Consumo (água mineral...) DMP; Aquisição de material penso - DMP; Aquisição de material penso - DMP; Aquisição de material penso - DMP; Aquisição de Limpeza - DMP; Aquisição de mat. De consumo (gás GLP, copo...); Aquisição de cartuchos - DA; Serviços de limpeza de fossa septica e etc....; Serviços de limpeza de caixas d'agua - Div. Manutenção

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos liberados no decorer do exercicio foram suficiente para ação do programa, porém com a construção de novas unidades será necessario o aumento de recursos financeiros no programa.

2011 Suficientes
Recursos suficientes para execução do programa porém houve morosidade na conclusão dos processos de aquisição de bens e serviços

2012 Suficientes
Poderíamos ter encerrado o exercício com 100% dos recursos orçamentários executados se não houvesse tanta demora nos trâmites processuais

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados no decorrer do exercicio creditos suplementares por remanejamento, superavit, e excesso de arrecadação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve há necessidade no decorrer do exercício de fazermos alguns remanejamentos para cobertura de algumas despesas, e superávit financeiro do exercício de 2011.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos do Fundo Nacional de Saude

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais para conclusão de licitação.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Não houve melhor cumprimento de metas devido a morosidade nos trâmites processuais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 239 - Ampliação e Manutenção da Estratégia Saúde da Família - PROESF

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: PROGRAMA NÃO FAZ PARTE PPA 2010 - 2013

2012

Sistemas informatizados
PROESF

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Programa financiado pelo Ministério da Saúde, transferencias financeiras feitas conforme prestação de contas.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do previsto , não concluso devido morosidade sistema licitatório.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição Mat. Permanente - PROESF

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes
Recursos Suficientes para ação do Proesf, porem devido a muitos questionamentos pela Secretaria de Administração não se concluiu o certame licitatório

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberados no decorrer do exercício.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
De conclusão de trâmites licitatórios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 400 - Expansão de unidades de saúde da família

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Visitas diárias as unidades de saude

Sistemas informatizados
Alimentação diária do sistema (SIAB)

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações executadas no decorer do exercicio

2011

Monitoramento através do IBGE de aumento populacional e visitas de supervisão locais das áreas cobertasdetectando o aumento da população.

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas com as equipes do programa saúde da familia.

Visitas in loco
Visitas técnicas às unidades de saúde pela equipe de gerência.

Relatórios de gestão
Relatórios demonstrativos de as ações do programa.

2012

Visitas in loco
Supervisão da equipe de técnicos da atenção básica às unidades de saúde da família da área urbana e rural

Relatórios de gestão
Confecção anual

Reuniões de trabalho
As visitas técnicas realizadas nas Unidades de Saúde da Família estabelecem uma prática de vínculo com a equipe e acompanha as atividades desenvolvidas pontuando os facilitadores e dificulta dores para a tomada de decisão oportuna

Sistemas informatizados
Sistema Informação Gerencial e de Regulação nas Unidades de Saúde, em especial nas Unidades de Pronto Atendimento e Centro de Especialidades Médicas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Expansão das Unidades Osvaldo Piana, Nova Floresta, São Sebastião e Nova Mutum

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram construida 16 (dezesseis) novas Unidades, para o programa Saúde da Família algumas em construção e outras já inauguradas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ampliação e reforma das Unidades de Saúde Básicas Osvaldo Piana, Nova Floresta, São Sebastião e Nova Mutum, expansão do programa saúde da família, aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

2012

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

ORD. TIPO DE OBRA FONTE DE FINANCIAMENTO SITUAÇÃO ATUAL
01 USF SOCIALISTA II Ministério da Saúde/FNS 30% construída
02 USF. CALAMA recursos de conpensação 99% construída
03 USF. JOANA D?ARC Ministério da Saúde/FNS
04 USF CASTANHEIRA Ministério da Saúde/FNS 99% construída
05 USF UNIÃO BANDEIRANTES
Ministério da Saúde/FNS 75% construída
06 US. RIO PARDO recursos de conpensação 99% construída
07 CENTRO DE REABILITAÇÃO
recursos de conpensação 5% construída
08 USF CALADINHO Ministério da Saúde/FNS
09 USF NOVA FLORESTA
Ministério da Saúde/FNS 5% construída
10 USF. OSWALDO PIANNA
Ministério da Saúde/FNS 5% construída
11 USF MAURÍCIO BUSTANI
Ministério da Saúde/FNS
12 USF RENATO DE MEDEIROS
Ministério da Saúde/FNS 5% construída
13 USF AREAL DA FLORESTA
Ministério da Saúde/FNS 5% construída
14 USF TRÊS MARIAS Ministério da Saúde/FNS 95% construída
15 UPA JACY PARANÁ recursos de conpensação 30% construída
16 USF FLAMBOYABNT Ministério da Saúde
Serviços Médicos Hosp. Pestalozzi - 12 meses
Serviços Man. Prev. Corretiva embarcações (6 meses)
Aquisição material penso (Agulha, cânulas....)
Aquisição de colchões - DEMAC
Aquisição de combustivel (gasolina) 5 meses
Aquisição de combustivel (Óleo díesel) 3 meses
Aquisição de Passagens Aéreas -DA
Aquisição papel contínuo e fita impressora - m.132/DAC
Aquisição mat. Consumo (curativos, gazes....) DAB
Aquisição de Água (SRP 35/2010) - DAB
Aquisição Material Consumo (Gêneros Alimentícios)DAB
Aquisição Jalecos, mochilas....- co-financiamento
Aquisição Material Penso - SRP 125/2011 M.018/2012 - DM
Aquisição de Material Penso - memo. 015/DM/2012
Aquisição de Material Penso (alcool, cobertor óbto...) DMP
Aquisição de Lençol descartável e luvas procedimento
Anulação CEO 290 e RS 256 de 02.03.2012
Aquisição de Marmitex (Kit Lanche, Marmitex) DAB
Confecção de Bolsa Acrílica - DA
Aquisição Lanche treinamento P. S. F da M.A.M
Aquisição de baterias para balanças digitais
Aquisição Material Permanente (Ar Condiicionado....)DAB
Despesa com licitação item fracassado 372119-11 Ed. 063/2011
Aquisição de Combustiveis - SEMUSA (4 Meses)
Aquisição de medicamentos (solução fisiológica....)
Locação de Imóvel Posto de Saúde Lago do Cuniã Memo.235/DA
Confecção de placa de identificação UBS de Extrema
Aquisição Mat. Elétrico UBS - Ronaldo Aragão - Memo.360/DAB
Instalação Quadro Distribuição eletrico UBS R. Aragão
Anulação Parcial do CEO nº 626 e Reserva nº 509/DA
Aquisição de Combustível - memo. 137/DITRAN
Aquisição de condicionador de ar - DAB
Aquisição e instalação, persianas - DAB
Aquisição de material penso - DMP
Aquisição Mat. Consumo (mascara PFR95...)DAB
Aquisição de Tonner - DA
Aquisição Mat. Permanente (cama hospitalar...)DAB
Aquisição Material Gráfico (ficha de avaliação...)
e outros - Imunização Aquisição de curativo estéril - DAB

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

Dificuldades quanto a conclusão de processos licitatórios prejudicando a ação do programa.

2012 Suficientes

Os recursos foram suficientes porém não houve tempo hábil para conclusão de certame licitatórios de alguns processos administrativos de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Havendo abertura de Credito Suplementar por remanejamento, supervit financeiro e excesso de arrecadação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados no decorrer do exercício, fora necessário solicitação de antecipação de cotas, remanejamento, suplementações, superavit financeiro.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos orindos do Fundo Nacional de Saude e Tesouro Municipal

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na conclusão de processos licitatorios.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Lentidão nos trâmites processuais, para aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 401 - Execução do projeto SIS-FRONTEIRA

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Divisões e Departamentos

Relatórios de gestão
Demonstrando a execução do projeto

2011

Reuniões de trabalho
Departamento de Atenção Básica, Conselho Municipal, Gabinete.

Visitas in loco
Nas Unidades Básicas de Saúde.

Sistemas informatizados
Através do sistema Sigest Pnas.

Relatórios de gestão
Relatório de prestação de contas por fase.

2012

Sistemas informatizados
Projeto SIS Fronteira

Relatórios de gestão
Anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Morosidade no desenvolvimento do processo de aquisição.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Devido a Morosidade nos Trâmites Processuais não se concluiu a Execução do Projeto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos e materiais permanente, construção de unidade e saude da familia

2012 Vale do jamary Sisfronteira, Linha 28 Sisfronteira / recurso próprio

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Faltam ser executados restante previsto.

2011 Insuficientes
Morosidade no processo licitatório,.

2012 Suficientes
Conforme Projeto SIS Fronteira Plano de Trabalho 5.1 - 5.4

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve necessidade de remanejamento para atender a Meta do Programa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
A fase 1 foi relocada para a fase 2.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação dos processos.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Sistema Muito Lento na Conclusão de Licitações.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 402 - Aparelhamento das unidades de saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Visitas diarias analisando as necessidades de cada unidade de saude

Relatórios de gestão
Demonstrando os produtos adquiridos

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões trimestrais.

Visitas in loco
Visita mensal nas unidades de supervisão.

Relatórios de gestão
Relatório semestral.

2012

Reuniões de trabalho
diariamente

Visitas in loco
Avaliar necessidades

Relatórios de gestão
Anual

Sistemas informatizados
implantação da Central de Regulação de exames e consultas, garantindo o acesso as consultas especializadas por agendamento, humanizando o atendimento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Unidades reformadas e construidas

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram Aparelhadas as Policlínicas, Centro de Referência Médica, UPAS e Unidades Básicas de Saúde Inauguradas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

2012

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

Aquisição de aço e foco clínico - DAB
Aquisição Equip. Maternidade municipal Port. 1.173/11
Aquisição Mat. Consumo - Memo. Nº 070/DAB Convênio - Co-financiamento
Aquisição Mat. Consumo - o-financiamento - Memo.069/DAB
Aquisição Mat. Permanente co-financiamento - Mamo.069/DAB
Confecção de Uniformes - co-financiamento - TR 010/2011
Aquisição Mat. Permanente (monitor cardiaco.....)
Aquisição Material Permanente Pol. José Adelino - Dicon
Aquisição Mat. Permanente conv. N 5314/05 - Qualisus
Aquisição de Equipamentos e material Permanente - DICON
Aquisição de Equip. mat. Permanente Pol. Hamilton Gondim- 1173/11
Sol. Aquisição de Material Permanente - DAB
Aquisição de Material Permanente - DAB
Aquisição Permanente co-financiamento 2011
Aquisição de Permanente para SEMUSA
Aquisição Mat. Permanente CEM
Aquisição Mat. Permanente para CAPS i
Aquisição de caixa termica memo.005/DA/2012
Aquisição de Mat. Permanente (monitor cardiaco...)DICON
Aquisição Permanente (compressor de Ar....)
Aquisição de Equipamento (geladeira Duplex...)DEMAC
Aquisição leitores de código de barra - DAC
Vol.03 - Aquisição de Raio-X, ambu e outros Port.1173/11 memo.142/DEMAC
Aquisição Mat. Consumo (alfinete, borracha...)Co-financiamento
Aquisição ar condicionado para UPAS
Aquisição Equipamento Permanente (mesa...) fisioterapia
Aquisição Equipamento mobiliários - UPAS SUL E LESTE
Aquisição de caminhão toco Farmácia básica
Aquisição de arquivo de aço - memo. Nº 150/IMUNIZAÇÃO
Aquisição de Ambulâncias SRP.98/2012 MS, memo/DA/074
Anulação Parciaol CEO nº 906 e R.S. 710
Aquisição de veículo tipo furgão
Aquisição Material Permanente (autoclave...) DEMAC
Aquisição de Medicamentos mandato judicial
Aquisição veículo tipo furgão (ambulâncias)
Aquisição equipamento permanente (cronômetro..)
Aquisição de Câmara de conservação e outras - Imunização
Aquisição mat. Permanente (esfigmomanometro...) DEMAC
Aquisição Material permanente (escadinhas, poltrona....)DEMAC
Aquisição de Materiais Permanentes (cadeiras diretas...)DEMAC
Aquisição Equipamentos Mat. Permanente (câmara para vacina)Demac
Aquisição de material permanente - DEMAC
Aquisição de Cama - MMME
Aquisição de bancadas e divisórias - DA
Aquisição de Equipamentos (Cama fawler) - DEMAC
Aquisição de bancadas - Divisão de manutenção
Aquisição de bancadas - Divisão de patrimônio
Aquisição de bancadas e armários - DEMAC

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

Devido a morosidade nos trâmites licitatórios, alguns processos não chegaram a serem concluídos.

2012 Suficientes

Suficientes para atender o programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram Liberados no Decorrer do Exercício, havendo necessidade de Remanejamento, antecipação de cotas e suplemnatções por superavit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

recursos de convenio entre Ministerio da Saude e Muunicipio

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos trâmites processuais

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 009 - ASSISTÊNCIA BÁSICA DE SAÚDE
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nas licitações.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Na conclusão nos trâmites licitatórios

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 465 - Manutenção da Farmácia Básica

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Relatórios de gestão
Anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do que foi proposto pelo programa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012
Aquisição de marmitex - DAF
Aquisição Material Permanente (Bebedouro...) DAF
Aquisição Material Expediente (envelope...) DAF
Aquisição de Mat. De expediente comp. CEO nº 231 e RS 208
Aquisição Mat. Permanente Geladeira memo..020/DAD
Aquisição de Veículo - DAF (Veículo caminhão)
Curso de capacitação farmacêuticos
Aquisição de Equipamentos geladeira, carro plataforma mem.020/DAF
Aquisição de Marmitex - DAF
Complementação de Diária Alvaro Lazaretti e outros - DAF

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes
Houve morosidade na conclusão dos trâmites processuais

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Fora liberados no decorrer do exercicio

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Muita Lentidão na Conclusão dos Trâmites Licitatórios

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: RODRIGO ANTONIO GOLIN

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Controlar as zoonoses e reduzir a densidade vetorial

Público-Alvo: População de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: As doenças transmitidas por vetores exemplo da malária e dengue constituem em um grande problema de saúde pública em Porto Velho, a implementação de ações de controle de vetor e melhoria da oportunidade de diagnóstico e tratamento, tem sido prioridades a perseguir para redução dos índices da incidência parasitária da malária. Nas atividades de controle vetorial a prova de suscetibiliadades, prova biológica, avaliação das bombas de borrifação residual e espacial bem como coleta de larvas e cantura de alados são determinantes para controlar a densidade populacional dos vetores transmissores da malária.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de vacinação em campanha animal	Previsto	85	85	90	90
	Apurado	70.62	80	72	
	Relação % Apurado/Previsto	83,08	94,12	80,00	
	Relação % Apurado/Final	78,47	88,89	80,00	

2010:

2011:

2012: Realizar campanha de vacinação anti-rábica para cães e gatos na zona Urbana e Distritos de Porto Velho

02 - Taxa de identificação e eliminação de focos e/ou criadouros de aedes aegypti e/ou aedes albopictus nos imóveis	Previsto	45	45	45	45
	Apurado	54		45	
	Relação % Apurado/Previsto	120,00		100,00	
	Relação % Apurado/Final	120,00		100,00	

2010:

2011:

2012: Existe uma equipe específica para visitação e eliminação de criadouros nesses locais. Em 2012, além das visitas rotineiras aos pontos estratégicos, também foi realizado o recolhimento de pneus em áreas críticas de ?depósitos clandestinos?, ou seja, terrenos baldios e borracharias. Nesse trabalho, em parceria com a SEMA, foram recolhidos nas borracharias, aproximadamente 2.200 pneus, estes foram levados ao Eco Ponto credenciado para recolhimento e processamento.

03 - Taxa de incidência parasitária anual da malária (IPA)	Previsto	10	12	15	15
	Apurado	6.1		15	
	Relação % Apurado/Previsto	61,00		100,00	
	Relação % Apurado/Final	40,67		100,00	

2010:

2011:

2012: Quando analisamos o último relatório apresentado pela Divisão de Controle de Vetores, já sob a gestão atual visualizamos novamente uma queda significativa dos casos positivos e conseqüentemente da doença malária no município de Porto Velho.
Vivemos numa área geográfica famosa pela endemia malária, mas poderíamos ter avançado bem mais se não fossem as dificuldades enfrentadas e já citadas durante o desenvolvimento do presente relatório, dentre as quais demora na manutenção de veículos, dentre outros.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: RODRIGO ANTONIO GOLIN

Após última campanha os meios de comunicação demonstraram que a vacina utilizada na vacinação eml 2010 poderia ser um dos motivos de alguns terem ido a obito em algumas capitais do Brasil, levando a população ter insegurança em vacinar seus animais, levando-os para serem vacinados em clinica particular.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Em 2011 não ou-se com vacinação anti-rábica, em virtude dos imunobiológicos disponibilizados pelo Ministério da Saúde(MS),terem sido recolhidos para análise no final do ano de 2010, por orientação do próprio MS, devido os mesmos estarem relacionados a eventos adversos ocorridos em animais de outros estados brasileiros, e segundo Nota Técnica nº14/2011/CGDT/DEVEP/SVS/MS, foi priorizada a distribuição de vacinas para a efetivação da campanha para os estados com presença de casos de raiva humana e canina, nos últimos três anos, estando Porto Velho livre de casos por período superior .As vacinas não foram disponibilizadas no ano de 2011 para a execução da campanha.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Dentro das Metas previstas pelo Ministério da saúde.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

Após última campanha os meios de comunicação demonstraram que a vacina utilizada na vacinação da campanha nacional 2010 poderia ser um dos motivos de alguns terem ido a obito em algumas capitais do Brasil, levando a população ter insegurança em vacinar seus animais, levando-os para serem vacinados em clinica particular.

2011 Satisfeito

Apesar de não ter havido nenhuma pesquisa de satisfação. pode-se considerar o beneficiario como satisfeito tomando-se como parâmetro o atingimento da meta do programa aliado a ausência de denúncia na ouvidoria da saúde no que diz respeito a execução do programa.

2012 Pouco satisfeito

Devido a campanha anti-rábica de 2009 e 2010, serem utilizadas vacinas que levaram muitos cães a óbtos a população está se recusando a vacinar seus animais.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição dos indicadores
Em desenvolvimento. A ausência de indicadores prejudica a avaliação dos resultados do programa.

2011

Definição dos indicadores
Os indicadores indicados no programa se adaptam para as ações e não respondem ao objetivo do programa.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

2011

Raça
Como trata-se de controle de zoonoses e vetores transmissores de doenças o programa atingiu a população em geral.

Pessoa com Deficiência
Como trata-se de controle de zoonoses e vetores transmissores de doenças o programa atingiu a população em geral.

Gênero
Como trata-se de controle de zoonoses e vetores transmissores de doenças o programa atingiu a população em geral.

Criança e Juventude
Como trata-se de controle de zoonoses e vetores transmissores de doenças o programa atingiu a população em geral.

2012

Gênero
Realizar campanha de vacinação anti-rábica para cães e gatos

Criança e Juventude
Realizar campanha de vacinação anti-rábica para cães e gatos

Raça
Realizar campanha de vacinação anti-rábica para cães e gatos

Pessoa com Deficiência
Realizar campanha de vacinação anti-rábica para cães e gatos

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: RODRIGO ANTONIO GOLIN

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os Recursos Financeiro são insuficiente, para o desenvolvimento do programa, devido o aumento populacional dentro do Municipio aumentando a dimensão de atendimento.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Os Recursos Financeiro são insuficiente, para o desenvolvimento do programa, devido o aumento populacional dentro do Municipio aumentando a dimensão de atendimento.

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Atualmente com a expansão das ações de saúde e o crescimento populacional ocorrido em Porto Velho, a infraestrutura se tornou obsoleta frente a equipe e demanda de trabalho requerida

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Atualmente com a expansão das ações de saúde e o crescimento populacional ocorrido em Porto Velho, a infraestrutura se tornou obsoleta frente a equipe e demanda de trabalho requerida.

2012

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Necessita de melhorias e ampliação

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Precisa-se de melhor estrutura logística

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A DICAD possui um reduzido efetivo de funcionários, que ao longo dos anos devido aos pedidos de demissão e algumas vacância, não houve reposição de força de trabalho. Sendo que, os mesmos ficam deslocados grande parte do tempo em campanhas rurais, deixando deficientes os serviços externos (coleta de animais) e internos (eutanásia, limpeza,alimentação)

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
A coleta e o envio de amostras de material (encéfalo) têm por objetivo a pesquisa e o diagnóstico de vírus rábico. Neste período foi coletado material de 93 animais onde nenhuma apresentou resultado laboratorial positivo para raiva.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Contratação de Recursos Humanos - Agentes de Combate a Endemias.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Capacitação para os novos contratados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A estrutura organizacional da Semusa não proporciona a expansão da equipe gerencial, além de não existir atrativos salariais para técnicos qualificados para o programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há falta de agentes de endemias para controle vetorial, microscopista, motoristas, agravada após a vinda dos dois grandes empreendimentos para a capital.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há falta de capacitações técnica para melhor execução das atividades por parte das equipes executoras.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A DICAD possui um reduzido efetivo de funcionários, que ao longo dos anos devido aos pedidos de demissão e algumas vacância, não houve reposição de força de trabalho. Sendo que, os mesmos ficam deslocados grande parte do tempo em campanhas rurais, deixando deficientes os serviços externos (coleta de animais) e internos (eutanásia, limpeza,alimentação)

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Com Contigenciamento Reduzido se faz necessario a contratação de Recursos Humanos e Capacitação

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Ministerio Publico, Estado, Escolas Igrejas, Associação de Bairros e Exercito, sempre que solicitado

Discussão em Conselho Setorial
As atividades do programas são desenvolvidas junto com Conselho Municipal de Saude

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
São multiplicadores de informação, dessa forma ajudando no controle

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: RODRIGO ANTONIO GOLIN

2011

Ouvidoria
Foi implantada a ouvidoria do sistema municipal de saúde, o qual é o instrumento de controle social para todos os programas de saúde.

Audiência Pública
O programa é alvo de audiencia pública anualmente quando da audiencia pública da gestão municipal.

Discussão em Conselho Setorial
As ações anuais do programa são discutidas quando da deliberação dos instrumentos de gestão do SUS (PAS e RAG).

Outros: Conferência Municipal de Saúde
Na Conferência foram discutidas estratégias de ação para a execução dos programas de saúde.

2012

Audiência Pública
Sempre que Convocado

Consulta Pública
Sempre quando necessário na Câmara Municipal

Reunião com grupos de interesse
Cooperativas, associação de bairro, instituições religiosas ONGS

Discussão em Conselho Setorial
Sempre que Convocado

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Ouvidoria
Atendendo as Reclamações e Elogíos da População

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
ÍndiceRápidodeAedesaegypti–LIRAa

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A inexistência de equipe técnica capacitada para realização de pesquisa de satisfação.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Através da porcentagems de animais vacinados, ficamos sabendo se houve a aceitação popular

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 437 - Manutenção das Atividades de Controle de População Animal (Campanhas, Remoções, Capturas, Observações Clínicas e Coletas)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões em periodos de campanha com Diretores de Unidades e servidores que participaram das campanhas

Visitas in loco
As visitas são nos periodos de campanha, para alcançar metas de vacinação

Sistemas informatizados
Sistema alimentado periodicamente

Relatórios de gestão
Demonstrando as ações desenvolvidas no programa

2011

Reuniões de trabalho
As reuniões técnicas acontecem mensalmente para avaliação das ações de controle da população animal

Relatórios de gestão
Relatório semestral de gestão.

Instrumentos de Gestão do SUS, PMS, PAS E RAG.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: RODRIGO ANTONIO GOLIN

2012

Reuniões de trabalho
Diariamentes

Visitas in loco
Sempre que soliciatdo pelo usuário

Sistemas informatizados
Controle de vacinação

Relatórios de gestão
Anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro das metas estabelecido e do orçamento previsto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos cirúrgicos para execução do projeto de castração, aquisição de 03 viaturas carrocinhas para captura e remoção de errantes e semi-domiciliados.

2012 Aquisição de Medicamentos veterinários Memo.382/CCZ/2011
Aquisição de Passagens Aéreas -DA
Aquisição Material de Consumo (Marmitex....)DCZ
Confecção de faixas - CCZ
Aquisição de equipamento de segurança eletrônica
Aquisição de tintas para tatuadeira - CCZ
Aquisição de Tatuador - CCZ
Aquisição de ração e vitamina para animal memo. 08/DCZ
Aquisição de caixa de isopor - coletor de mat. Memo.126/CCZ
Aquisição de ração animal - CCZ
Aquisição de lanches para campanha - DCZ

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Insuficientes
Estaria dentro do planejamento anual se não tivesse havido morosidade nas conclusões dos certames Licitatórios.
2012 Suficientes
Os Recursos Foram Suficientes, porém não houve conclusão em alguns processos licitatórios devido a morosidade nos trâmites.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas suplementações e reduções orçamentárias, por execesso de arrecação, superavit financeiro e remanejamento.
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme planejamento anual das metas a executar, havendo necessidade de remanejamento de outros programas para atender as ações deste programa.
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados no decorrer do exercício, necessinatndo de alguns remanejamento, suplementações, e superávit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Médio
Aquisição das 03 viaturas carrocinhas pela Energia Sustentavel do Brasil e os equipamentos Cirúrgicos para o programa de castração animal.
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão dos processos de aquisição.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na conclusão de processos licitatórios para a compra de materiais.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldade em conclusão de processos de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: RODRIGO ANTONIO GOLIN

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: RODRIGO ANTONIO GOLIN

AÇÃO: 438 - Manutenção das Atividades de Controle Vetorial (Visita Domiciliar, Borrifação Residual, Espacial, Coleta Larvaria, Identifiacação e Tratamento de Criadouros)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões periodicas, para acompanhar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelo programa

Visitas in loco
Visitas diárias pelos agentes de combate a endemias

Sistemas informatizados
Alimentação do sistema SISFAD e SIVEP Malaria, vetores SIVEP

Relatórios de gestão
Demonstração do resultado de toda ação do Programa

2011

Reuniões de trabalho
As reuniões técnicas acontecem mensalmente para avaliaçã das ações de controle vetorial

Visitas in loco
São realizadas supervisões de area nas regiões administrativas de controle de malária

Sistemas informatizados
SIVEP- Malária, SIS FAD, Vetores-Malária

Relatórios de gestão
Relatórios Semestrais

Outros: PMS. PAS E RAG
Instrumentos de Planejamento do SUS

2012

Reuniões de trabalho
Diariamentes

Visitas in loco
Diariamentes

Sistemas informatizados
Conforme lançamento de dados dos LIRAS e SIVPE

Relatórios de gestão
Anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Aumento populacional.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Através da conclusão dos 04 ciclos de borrifação residual e termo-nebulização para o controle vetorial.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Sistema de Vigilância
Epidemiológica da Malária - SIVEP_malaria, VETORES_malaria

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de 06 caminhonetes l-200 para transporte das equipe de controle vetorial.

2012 Confecção de suporte de madeira para caminhonete m.215/DITRAN
Aquisição de combustivel (gasolina) 5 meses
Aquisição de combustivel (óleo díesel) 3 meses
Serviços gráficos panfletos e folders
Aquisição Material Consumo (Lamina de vidro...)CCZ
Aquisição Mat. Expediente (cola branca, borracha..) DCZ
Aquisição de Veículo - CCZ
Aquisição de equipamentos segurança eletrônica - DCZ
Serviços Instalação de equipamento eletrônico
Aquisição de Água mineral e marmitex - DCZ
Aquisição de Material (chave combinada....) CCZ
Aquisição de Epi e uniformes agentes CCZ memo.55/CCZ
Aquisição de Combustiveis - SEMUSA (4 Meses)
Aquisição de pneus memo.118/DITRAN

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Devido o aumento populacional, aumentou a demanda de serviços

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Os Recursos Foram Suficientes, porém houve muitos entraves na conclusão de processos licitatórios

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 017 - CONTROLE DE ZOONOSES
Gerente: RODRIGO ANTONIO GOLIN

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberação de Creditos Orçamentarios, por remanejamento, excesso de arrecadação e superavit financeiro

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os Recursos foram liberados no decorrer do exercício, porém houve a necessidades de antecipação de cotas, suplementações e superávit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os Recursos são do Fundo Nacional de Saude

2011 Alto
As compensações da Santo Antônio Energia e ESB tiveram uma atuação efetiva no atingimento das metas.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora no processo de compra dos materiais

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades em conclusão nos trâmites licitatórios

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
A parceria com a interligação elétrica do Madeira S/A fortaleceu o atingimento das metas, facilitando a conclusão dos 04 ciclos de controle vetorial.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: CLESON OLIVEIRA DE MOURA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir o número de ESB na estratégia da saúde da família, aumentando a oferta de consultas para tratamento odontológico curativo e ampliação maciça do acesso a escovação dental supervisionada com dentifrício fluoretado, buscando uma significante redução do índice de CPOD.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Atualmente o Município de Porto Velho conta com 41 ESB distribuídas na zona urbana (25) e na zona rural (16), totalizando 41 equipes; a finalidade até 2013 é aumento das ESBs em 40% (mais 17 novas equipes) totalizando assim 57 ESBs, o que implicará num aumento de 40% na cobertura da primeira consulta odontológica programática e na escovação dental supervisionada, diminuindo assim o índice CPOD (média de dentes cariados, perdidos e obturados) que hoje está em torno de 2,78 (em crianças de 12 anos), 6,17 (em adolescentes de 15 a 19 anos), 20,13 (em adultos de 35 a 44) e de 27,79 (em idosos de 65 a 74 anos) de acordo com o SB Brasil/2003/MS; essa meta de incremento no número de ESBs é dinâmica e deve acompanhar o crescimento populacional que está em franco desenvolvimento. Esta ampliação promoverá um maior acesso do usuário ao tratamento dentário e a escovação supervisionada reduzindo a olhos vistos os altos índices de cáries ainda registrados. Os procedimentos especializados realizados nos 3 centros de especialidades odontológicas - CEOs manterão a oferta dos serviços de média complexidade dos casos onde sem resolutividade na atenção básica.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de equipes de saúde bucal (ESBs)	Previsto	45	49	53	57
	Apurado	32	54	63	
	Relação % Apurado/Previsto	71,11	110,20	118,87	
	Relação % Apurado/Final	56,14	94,74	110,53	

2010:

2011:

2012: Necessidade de expansão de cobertura de equipe de saúde bucal por habitante.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Equipes de Saude Bucal em processo de credenciamento, e não suprimento de necessidade de recursos humanos.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A relação entre consultórios odontológicoas e profissionais ainda não é de um consultório para cada profissional, o que limita a capacidade de atendimentos na rede.

2012 Alcance acima de 100% do previsto
Embora esteja acima do esperado está aquém da necessidade.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O aumento populacional de Porto Velho aumentou a demanda nos atendimentos, conforme pesquisa de satisfação do usuario feita pela Secretaria de Saude.

2011 Satisfeito
Torna-se necessário a criação de um mecanismo de avaliação contínua do trabalho desenvolvido nas unidades de saúde, inclusive promovendo o monitoramento. Para tal também será importante o incremento dos recursos humanos da equipe gerencial.

2012 Satisfeito
Satisfeito uma vez que a procura pelos serviços oferecidos estão cada vez maior

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: CLESON OLIVEIRA DE MOURA

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS - Centro de Especialidade Odontologica ao usuario PNE em alta e media complexidade.

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

2011

Pessoa com Deficiência
Atendimento nos Centros de Especialidades Odontológicas, aos pacientes portadores de necessidades especiais em nível ambulatórial em média complexidade.

Criança e Juventude
As ações de escovação supervisionada, apesar de ser oferecida a toda a população, tem com prioridade, crianças e adolescentes da rede escolar do Municípiode Porto Velho.

2012

Criança e Juventude
Sistema Único de Saúde atende todos os gêneros e raça sem destinção conforme procura

Raça
Sistema Único de Saúde atende todos os gêneros e raça sem destinção conforme procura

Pessoa com Deficiência
Sistema Único de Saúde atende todos os gêneros e raça sem destinção conforme procura

Gênero
Sistema Único de Saúde atende todos os gêneros e raça sem destinção conforme procura

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Instalação de 50% dos consultorios odontologicos novos, do previsto para 2010

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Há necessidade de aumento do número de consultórios odontológicos.

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Deverao ser criados nos centros odontológicos para atender a demanda que hoje nos procura

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Demora na conclusão de processos de aquisição de bens e sserviços

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Estrutura hoje existente, já não suporta a demanda que procura as nossas unidades de saúde

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a demora nos trâmites licitatórios

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Deficit no quadro de Recursos Humanos de 30 odontólogos e 45 auxiliares de consultorios odontologicos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Aumento de Recursos Humanos qualificados.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Na função de auxiliar de consultório dentário, devido a escassez de profissiionais no mercado de trabalho.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A estrutura organizacional da SEMUSA não proporciona a expansão da equipe gerencial do Programa, e não há atrativos financeiros para novas aquisições de técnicos qualificados para a função.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Contratar 14 Odontólogos e 25 auxiliares de consultórios odontológicos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Manter capacitação para os técnicos já existentes e as nova contratações

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A Carência de auxiliares de Saúde Bucal tem sido o nosso maior obstáculo de recursos humanos para o cadastramento.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Implantar novas equipes de Saúde bucal, buscando atingir os parâmetros ministeriais da relação 1 ESF/ESB.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: CLESON OLIVEIRA DE MOURA

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões periódicas, quando solicitadas

Discussão em Conselho Setorial
Reunião periódica

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhora no desenvolvimento do Programa

2011

Ouvidoria
A SEMUSA implantou a Ouvidoria do SUS pela qual todo o usuário pode entrar em contato direto com a gestão para apresentar suas opiniõpes.

Audiência Pública
O Programa participou da audiência pública do orçamento participativo da gestão municipal/Saúde onde foram discutidas com a sociedade civil as metas e ações para o ano.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões técnicas com grupos da comunidade efetuados na Atenção Básica.

Discussão em Conselho Setorial
Apresentações da coodenação do programa no Conselho sobre o panorama da saúde bucal no município, além do conselho também aprovar o Relatório de Gestão.

Outros: Comferência Municipal de Saúde
Participação na Conferência Municipal de Saúde através de discussões da Atenção Básica.

2012

Ouvidoria
Houvidoria implantada na sede SEMUSA, recebe críticas e elogíos ao programa

Audiência Pública
Sempre que convocado

Consulta Pública
Sempre que convocado

Reunião com grupos de interesse
Associação de Bairros, líderes religiosos, ONGS

Discussão em Conselho Setorial
Sempre que convocado

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Aumento populacional de Porto Velho. Aumentou a demanda nos atendimentos, conforme pesquisa de satisfação do usuário feita pela Secretaria de Saude

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Torna-se necessário a criação de um mecanismo de avaliação contínua do trabalho desenvolvido nas unidades de saúde, inclusive promovendo o monitoramento. Para tal também será importante o incremento dos recursos humanos da equipe gerencial.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 041 - Atendimento Preventivo e Curativo da Saúde Bucal do Usuário

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Periodicamente

Visitas in loco
Periodicamente

Sistemas informatizados
Periodicamente

Relatórios de gestão
Periodicamente

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: CLESON OLIVEIRA DE MOURA

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas de maneira esporádica conciliando as demandas da equipe gestora com as da unidades de saúde.

Visitas in loco
Realizadas de maneira esporádica conciliando as demandas da equipe gestora com as da unidades de saúde.

Sistemas informatizados
Utilizando os dados do Sistema de Informação Ambulatorial SIA / SUS, trimestralmente.

Relatórios de gestão
Realizado o relatório anualmente, acompanhando as programações e metas semestrais.

Outros: Mapas de Produção por profissional
Através deste mapa acompanha-se sistematicamente as realizações de cada unidade.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões com as equipes de saúde bucal.

Visitas in loco
diariamente

Sistemas informatizados
Avaliar e aperfeiçoar o sistema de referência e contra-referencia entre AB e CEO.

Relatórios de gestão
Relatório anual de gestão

Outros: Mapa de produção mensal
Mapa de produtividade de procedimentos odontológicos preenchidos pelos profissionais e entregues mensalmente a Divisão de Saúde Bucal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Dorrespondendo aproximadamente a 70% do Plano Municipal de Saude

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Haveria condições de melhoria na Execução do Programa se não houvesse tantos entraves burocraticos nos processos de aquisição.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O quantitativo expresso na LOA está fora da realidade em relação ao número de equipes implantadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos e materiais permanente odontológicos.

2012 Contratação Manut. Prev. Corretiva equip. odont. - (6 meses)
Contratação Serviços Manutenção prev.corret. Equip.odontol.
Aquisição de combustivel (Óleo díesel) 3 meses
Aquisição de peças para ar condicionado memo. 89/DA
Serviços corretivo preventivo ar condicionado memo. 89/DA
Aquisição de Material Penso - memo. 018/2012 - SRP-125/2011
Aquisição Material de Consumo (Iodofósmio...) - DSB
Equipamento odontológico para UPA'S
Despesa Mat. De consumo - Saúde Bucal
Aquisição de medicamentos (ácido fosfórico...)
Aquisição de peças odontológicas cont. 202/PGM/08
Serviços em aparelhos odontólogigos Cont. 202/PGM/08
Aquisição de Combustível - memo. 137/DITRAN
Aquisição Consumo (Iodo do formio, lenço...) DSB
Aquisição de material penso - DMP
Aquisição de medicamentos - DSB

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Dificuldades na conclusão de processo de aquisição.

2011 Suficientes
Todas as solicitações feitas pela divisão de saúde bucal foram atendidas, sendo dessa forma suficientes os recursos disponíveis.

2012 Suficientes
Embora os recursos tenham sido suficiente, houve muita demora na conclusão de processos de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Abetura de creditos adiconais suplementares por remanejamento, superavit financeiro, excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação dos recursos aconteceu de maneira contínua conforme a solicitação da Divisão de saúde bucal para atender as necessidades existentes ao longo do ano.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados no decorrer do exercício, houve antecipação de cotas, suplemntações oraçmentárias através de remanejamento e superávit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: CLESON OLIVEIRA DE MOURA

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os recursos utilizados no programa utiliza recursos do Fundo Nacional de Saude

2011 Baixo
Equipamentos odontológicos adquiridos através da compensação ambiental em função da construção das Hidrelétricado Madeira.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades em conclusão de processos licitatorios.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Consórcio Santo Antônio Energia - Hidrelétricas do Rio Madeira.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: CLESON OLIVEIRA DE MOURA

AÇÃO: 395 - Manutenção dos centros de especialidades odontológicas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Periodicamente

Visitas in loco
Periodicamente

Sistemas informatizados
Periodicamente

Relatórios de gestão
Periodicamente

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas de maneira esporádica conciliando as demandas da equipe gestora com as da unidades de saúde

Visitas in loco
Realizadas de maneira esporádica conciliando as demandas da equipe gestora com as da unidades de saúde

Sistemas informatizados
Utilizando os dados do Sistema de Informação Ambulatorial SIA / SUS, trimestralmente.

Relatórios de gestão
Realizado o relatório anualmente, acompanhando as programações e metas semestrais.

Outros: Mapa de produção do profissional
Atravé do mapa acompanha-se sistematicamente as realizações de cada unidade.

2012

Reuniões de trabalho
Reunião com os profissionais que atuam no âmbito de especialidades.

Visitas in loco
Diariamente

Sistemas informatizados
programa HOSPU

Relatórios de gestão
Anual

Outros: Boletim de produção ambulatorial
Entregas mensalmente a Divisão de Saúde Bucal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendemos conforme a meta pré estabelecida.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos e materiais odontológicos.

2012 Confecção de formulários de atestado odontológicos mem.146/SB
Serviços gráficos panfletos e folders
Aquisição de Passagens Aéreas - memo.085/DA
Aquisição Mat. Consumo (curativos, cimento....) DSB
Aquisição Mat. Consumo (Ácido fosfórico...) DSB
Aquisição de material penso - DMP

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Morosidade na conclusão de processo de aquisição de insumos, materiais e bens de serviço

2011 Insuficientes
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

2012 Suficientes
Embora os recursos tenham sido suficiente, houve demora na conclusão de processos de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Abeturas de creditos adiconais suplementares por remanejamento, superavit financeiro, excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
OS RECURSOS FINANCEIROS E ORAÇAMENTARIOS FORAM LIBERADOS NO DECORRER DO EXERCICIO

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Fora liberado normalmente, havendo a necessidade de antecipar cotas, remenejamento, suplentações por superávit financeiro

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 067 - SAÚDE BUCAL
Gerente: CLESON OLIVEIRA DE MOURA

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos do Fundo Municipal de Saúde

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora nos tramites processuiais licitatórios.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades em conclusão de processos em trâmites licitatórios

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Gerente: Ronald Gabriel Passos da Silva

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir as inspeções sanitárias para manter o controle da qualidade dos produtos e serviços de interesse da saúde coletiva.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Existem cadastrados 2.510 estabelecimentos que necessitam de inspeções sanitárias constantes para garantir uma vida saudável à população. Com o aumento populacional e do corpo fiscal, vislumbra-se um aumento em cerca de 77% das ações de Vigilância Sanitária hoje realizadas para atendimento da necessidade crescente de novos serviços. É essencial o incremento de recursos humanos eficientes, boa estrutura administrativa e equipamentos adequados.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de inspeções realizada ao ano	Previsto	2.785	2.836	2.937	3.037
	Apurado	4000	4457	4.394	
	Relação % Apurado/Previsto	143.369,18	156.936,62	149,32	
	Relação % Apurado/Final	131.578,95	146.611,84	144,41	

2010:

2011:

2012: A DIVISAM realizou ações referentes a solicitações de serviços e/ou denúncias formalizadas pela população, atendimento a demandas urgentes determinadas pelo Ministério Público, coletas de água para monitoramento da Vigilância da Água Para Consumo Humano - VIGIAGUA, bem como atendendo solicitações da população, de órgãos Municipais, Estaduais e outros.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O percentual de atendimento foi possível tendo em vista a otimização da força de trabalho fiscal do Departamento de Vigilancia Sanitaria.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Dentro do previsto pelo programa.

2012 Alcance acima de 100% do previsto
As atividades desenvolvidas; Avaliação Higiênico - sanitária dentro da avaliação os seguintes pontos: (emissãode notificação, apreensão, interdição, desinterdição, coleta de amostras para análise laboratorial); Atendimento as Denuncia Públicas; Coleta de água para análise microbiológica visando atender o programa VIGIAGUA,a área urbana e rural de Porto Velho;
Alimentação do SISAGUA (Sistema de monitoramento da vigilância da água para consumo humano, quanto do monitoramento realizado pela DIVISAM, como do controle realizado por SAC (Sistema Alternativo Coletivo de Água);
Orientação e notificações para casos com análises bacteriológicas em desacordo com a Portaria 518/2004/MS;
Ações Pontuais em parceria e por solicitações com outros órgãos, como o MP.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O grau de satisfaçao do setor regulador (Fisica/ Juridica) é avaliado pela resolução dos problemas apresentados pelos contribuintes.

2011 Não apurada
Não foi possivel apurar o grau de satisfação por não haver recursos humanos em numero suficiente para tal.

2012 Satisfeito
É importante dizer que é quase rotina os fiscais da DIVISAM realizarem suas atividades em um único veículo ou às vezes ficar até uma semana inteira sem carro 582 para trabalhar. Porém foram realizadas 273 avaliações sanitárias, e conseqüentemente 185 alvarás liberados. Mesmo com tantas dificuldades o programa foi executado de forma satisfatoria, atingindo assim, seu objetivo.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
Estas questões tornarão adeguadas com o aperfeiçoamento tecnologico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e consequentemente trabalhar-se-á com indicadores que possam medir a qualidade dos serviços prestados a população.

Definição dos indicadores

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Gerente: Ronald Gabriel Passos da Silva

Estas questões tornarão adequadas com o aperfeiçoamento tecnológico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e consequentemente trabalhar-se-á com indicadores que possam medir a qualidade dos serviços prestados a população.

2011

Definição dos indicadores

Por não existir um cadastro confiável, deste modo há dificuldade em definir/estimar indicadores. E mais uma vez em 2011,o número de recursos humanos para exeução das atiividades de campos propostas foram insuficiente.

2012

Definição do objetivo do programa em relação ao problema

O Departamento de Vigilância Sanitária possui três divisões, dentre as quais está a Divisão de Vigilância Sanitária de Controle de alimentos - DICA. A VISA atende a diversas demandas: espontânea (contribuinte dá entrada no processo de avaliação sanitária). Demanda de denúncias; Ministério Público Federal e Estadual; Polícias Rodoviária Federal, Militar e Civil; Ouvidoria da SEMUSA dentre outras. 587 Conforme Portaria nº 077/GAB/CIB/RO de 09 de Junho de 2011, que aprova as ações de Vigilância Sanitária para alguns municípios incluindo a Capital, a descentralização de Porto Velho ficou conforme demandas espontâneas a seguir: cozinhas hospitalares, cozinhas industriais, cozinhas institucionais, distribuidoras de alimentos.

Dimensionamento do público-alvo

Do final de Janeiro até março de 2012, houve operação da Vigilância Sanitária atuando nas duas zonas mais populaosas da cidade, leste e sul respectivamente. Com isso, houve um acréscimo na produção durante este período, pois indenpendente do ramo da atividade o estabelecimento era notificado para se regularizar junto a este órgão regulador. foi possível realizar no segundo semestre, 301 amostras de água para análise microbiológica e 230 para turbidez e cloro, cumprindo assim 125% e 72% respectivamente. Apesar de neste semestre só temos feito 72% da meta para as análises físico/químicas, nos primeiroseses foi possível fazer 196% totalizando 625 análises.

Suficiência das ações

Finalizando o ano a DIVISAM emitiu 273 alvarás, sendo este número dividido em 185 no primeiro semestre e 81 no segundo. A justificativa para esse número baixo devese ao fato de que para a liberação de um alvará de vigilância sanitária, é rotina o fiscal ir várias vezes em um mesmo estabelecimento, buscando adequação sanitária do mesmo.

Definição dos indicadores

A produção tem como prevalência o termo de notificação, pois nele se constata a realidade in locu vivida por cada empresa atuante no ramo de alimentos. Notamos que o comportamento da produção desta divisão têm-se em média 120 notificações mês, dentre outras açoes que foram realizadas, atigindo assim obejtivos pre estabelecidos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Gênero

2011

Criança e Juventude
O PROGRAMA NÃO FAZ DISTINÇÃO AOS REFERIDOS TEMAS, TODOS OS CIDADÕES SÃO CONTEMPLADOS

Raça
O PROGRAMA NÃO FAZ DISTINÇÃO AOS REFERIDOS TEMAS, TODOS OS CIDADÕES SÃO CONTEMPLADOS

Pessoa com Deficiência
O PROGRAMA NÃO FAZ DISTINÇÃO AOS REFERIDOS TEMAS, TODOS OS CIDADÕES SÃO CONTEMPLADOS

Gênero
O PROGRAMA NÃO FAZ DISTINÇÃO AOS REFERIDOS TEMAS, TODOS OS CIDADÕES SÃO CONTEMPLADOS

2012

Raça
são atendidas com base no princípio da universalidade garantidas pelo SUS.

Criança e Juventude
são atendidas com base no princípio da universalidade garantidas pelo SUS.

Pessoa com Deficiência
são atendidas com base no princípio da universalidade garantidas pelo SUS.

Gênero
são atendidas com base no princípio da universalidade garantidas pelo SUS.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a morosidade nos tramites processuais para aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Deficiencia tecnologico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e conseguentemente trabalharemos com indicadores que possa medir a gualidade doss erviços prestados a população.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Gerente: Ronald Gabriel Passos da Silva

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há uma demora burocrática na aquisição de bens e serviços.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Estrutura fisica insuficiente e a existente a inadequada.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Recursos humanos insulficiente para atender a demanda crescente.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A falta de veículos para uma maior fiscalizaçao, isso deixa o programa deficiente.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
O prédio onde esta instalada o departamento de vigilância sanitária, está distante da SEMUSA, fazendo com o que os trâmites se tornem lentos, o predio da SEMUSA, nao comporta este departamento, pois o mesmo necessita de uma espaço amplo para realizar suas atividades.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
O fato de dividir os veículos aos fiscais realizarem trabalho de campo, isso faz com que os trabalhos fiquem comprometidos.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Os fiscais de vigilância quando realizam apreensao necessitam de um espaço amplo para armazenar esses materiais apreendidos, no entanto o prédio da vigilância nao oferece este espaço

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
levando em consideração o indice populaional do municipio e o incremento dos estabelecimento sujeitos a fiscalização de VISA, havendo há necessidade de contratações de mais fiscais
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Estas questões tornarão adeguadas com o aperfeiçoamento tecnologico que possibilite a integração, com outros setores, na busca de um banco de dados comum a todas as instituições que trabalhem com estabelecimentos de interesse a saude e conseguentemente trabalharemos com indicadores que possa medir a gualidade doss erviços prestados a população.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Não há recursos humanos em número suficiente para atendimento ademanda crescente.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Não há recursos humanos em número suficiente para atendimento a demanda crescente.

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Os fiscais que executam as ações deveriam ser mais treinados e preparados para administras suas ações, treinamentos contínuo seria uma das altenativas para melhor desempenho.
Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A equipe de gerentes dentro deste departamento, é composto por três responsáveis pelas divisões que existem dentro do departamento de vigilância sanitária, no entato a quantidade corresponde com os cargos existentes.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A pequena quantidade de fiscais nao é possível atender todas as ocorrâncias, sendo que os mesmos se revesam entre si para realizar tais ações.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Melhorar a qualificaçao dos gerentes

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Reunião com grupos de interesse
O controle Social Ocorre nas Reuniões Periodicas do Conselho Municipal de Saude, alem de reuniões normais com conselho de classe e associação de bairros.
Discussão em Conselho Setorial
O controle Social Ocorre nas Reuniões Periodicas do Conselho Municipal de Saude, alem de reuniões normais com conselho de classe e associação de bairros.

2011

Reunião com grupos de interesse
A vigilância mantem reuniões frequentes com entidades de classes, sindicatos, orgão de controle, AGEVISA, ANVISA e etc.;

2012

Ouvidoria
Instalado na SEMUSA
Audiência Pública
Na câmara municipal de Porto VElho-RO e sempre que convocado
Consulta Pública
Sempre que convocado
Reunião com grupos de interesse
A associaçao de bairros, ong's e grupos religiosos.
Discussão em Conselho Setorial
Sempre que convocado

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Gerente: Ronald Gabriel Passos da Silva

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Por meio de contatos e eventos educativos

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Falta de Recursos Humanos para implantação e implementação no sistema de controle de qualidade

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Através da ouvidoria implantada na sede SEMUSA

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 090 - Fiscalização e Inspeção Sanitária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

Relatório de Gestão demonstrando todas as ações desenvolvidas pela VISA

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões trimestrais.

Visitas in loco

Visita anual de acordo com o que determina a ANVISA.

Relatórios de gestão

Relatório semestral e anual das atividades do Departamento.

2012

Reuniões de trabalho

Diariamente

Visitas in loco

Em todos os estabelecimentos

Sistemas informatizados

Not Visa

Relatórios de gestão

- RAG - Anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

As ações fiscais isoladas responderam com 70%

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Acima do previsto devido o aumento populacional.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Houve um aumento nas ações da DIVISAM a partir da chegada de novos fiscais no Departamento. Porém, foi observado que no 2º trimestre de 2012 houve uma diminuição na produtividade da DIVISAM. Acredita se que tal fato seja devido fatos como: à ausência da Fiscal Vanessa, que esteve de abril a junho, fazendo parte da equipe que estava realizando o levantamento de informações necessárias para formar futuramente o banco de dados do DVS; E ainda que no mês de junho o fiscal Ailton exerceu suas atividades internamente, em substituição a chefia imediata que estava em período de férias.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de veiculos, equipamentos e materiais permanente, material de expediente e outros

2012

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 076 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Gerente: Ronald Gabriel Passos da Silva

Aquisição de arquivo deslizante - VISA
Aquisição de combustivel (gasolina) 5 meses
Aquisição de combustivel (oléo diesel) 3 meses
Solicitação Material de Expediente (SRP) - VISA
Aquisição de Material (frasco de poliestiseno...)
Aquisição de autoclave (câmara, refrigerador...) VISA
Aquisição de material gráfico, camisetas bonés, aventais
Serviços Instação configuração..VISA
Aquisição de Combustiveis - SEMUSA (4 Meses)
Locação - Vigilância Sanitária
Despesa Solicitação para Pag. Inscrição 8º Seminário - VISA
Aquisição de Combustível - memo. 137/DITRAN

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes

Houve morosidade na conclusão de processos licitatorios.

2012 Suficientes

Os recursos foram suficientes, porém não foram executados em sua totalidade devido a morosidade nos trâmites processuais aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Houve no decorrer do exercicio creditos adicionais suplementares, por excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberdos normalmente do decorrer do exercício, houve antecipação de cotas, suplementaçõe por remanejamento e superávit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde

2011 Baixo

Adquiridas duas camionetes, uma impressora a laser, workcenter 5225, termomêtro a laser e termomêtro através de compesanção ambiental das Usinas Santo Antonio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Lentidão na conclusão nos trâmites processuais para aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Devido morosidade nos trâmites processuais

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Santo Antonio Energia (compensação das usinas)

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Controlar doenças e agravos de maior magnitude no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Avigilância epidemiológica a ambiental tem como objeto realizar um conjunto de ações que propiciam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da sáude individual ou coletiva, com finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos, conforme legislação específica Lei nº 6.259/75 e decreto n] 78.231/76. Nesse contexto a vigilância é contínua e sistemática na coleta, análise e interpretação de dados sobre saúde, essenciais ao planejamento, implementação e avaliação da prática de Saúde Pública, integrados com a oportuna disseminação dos dados aos que dele necessitam para suas atividades. O elo final da cadeia de vigilância é a aplicação destes dados na prevenção e controle. Um sistema de vigilância inclui uma capacidade funcional de coletar, analisar e disseminar dados relacionados com Programas de Saúde Pública.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilifera	Previsto	70	70	80	85
	Apurado	51	59	80	
	Relação % Apurado/Previsto	72,86	84,29	100,00	
	Relação % Apurado/Final	60,00	69,41	94,12	

2010:

2011:

2012: A tuberculose continua sendo um importante problema de saúde mundialmente, exigindo o desenvolvimento de estratégias para o seu controle considerando aspectos humanitários, econômicos e de saúde pública.

02 - Notificação dos casos de sífilis em gestantes	Previsto	70	90	100	100
	Apurado	66.8	5	45	
	Relação % Apurado/Previsto	95,43	5,56	45,00	
	Relação % Apurado/Final	66,80	5,00	45,00	

2010:

2011:

2012: Cálculos realizados a partir da Portaria SAS/MS Nº 650 de 5 de Outubro de 2011, Anexo III ? Parâmetros para os cálculos de conformação da Rede Cegonha, indicam na TABELA 85 a realização do cálculo utilizando o parâmetro de prevalência da sífilis em gestante na Região Norte para o cálculo das gestantes estimadas com sífilis em Porto Velho por ano, visando o registro de meta a ser buscada em cumprimento da pactuação das ações de vigilância em saúde ? PAVS.

03 - Taxa de mortalidade por acidente de trânsito	Previsto	24,23	23,74	23,27	22,80
	Apurado	29.12	39,46	36,1	
	Relação % Apurado/Previsto	120,18	166,22	155,14	
	Relação % Apurado/Final	127,72	173,07	158,33	

2010:

2011:

2012:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

Houve uma inversão neste indicador, já em 2010 e
2011 houve um aumento na taxa de mortalidade, porém neste último ano, comparado com o anterior foi menor. Fatores que tenham contribuído para a redução da taxa de mortalidade por acidentes de transportes é possivelmente a instituição do Comitê de Municipal de Segurança Viária, que proporcionou a otimização dos recursos para a realização de ações de segurança no trânsito em nosso município, assim como a capacitação dos profissionais de saúde do SAMU para o melhor atendimento a vítimas de violências.
N

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

As ações da vigilância epidemiológica buscam o conhecimento, a detecção ou prevenção de fatores determinantes e condicionantes da saúde pública, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos tem sido realizadas. No entanto, devido as sub-notificações das doenças e agravos de notificação compulsória não foram alcançadas algumas metas.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

A Vigilância Epidemiológica e Ambiental não tem um resultado homogêneo em todos os programas de sua competência, sendo que alguns estão abaixo da média esperada. Avaliando o desempenho da área de atuação e dos indicadores, estes tem-se mostrado eficientes, no que diz respeito a prevenção e controle.

2012 Alcance acima de 100% do previsto

A tuberculose continua a merecer especial atenção dos profissionais de saúde e da sociedade como um todo. Ainda obedece a todos os critérios de priorização de um agravo em saúde pública, ou seja, grande magnitude, transcendência e vulnerabilidade

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada

Não há instrumentos de avaliação formal da satisfação do usuário em relação a atenção as doenças sexualmente transmissíveis, as doenças do aparelho respiratório e os agravos não transmissíveis.

2011 Não apurada

A Vigilância Epidemiológica e Ambiental não tem um resultado homogêneo em todos os programas de sua competência, sendo que alguns estão abaixo da média esperada. Avaliando o desempenho da área de atuação e dos indicadores, estes tem-se mostrado eficientes, no que diz respeito a prevenção e controle.

2012 Satisfeito

Mediante a Procura e acompanhamento das pessoas em Tratamento,

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Este tema é abordado com a construção dos indicadores epidemiológicos, buscando mostrar se há maior vulnerabilidade de alguma raça/cor diante dos agravos e doenças notificados.

Pessoa com Deficiência

Este tema tem sido discutido em seminários, palestras visando principalmente melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Gênero

Tema abordado em ações de prevenção as DST/HIV/AIDS e discutido em seminários, oficinas, palestras, buscando principalmente mostrar estratégias que podem ser utilizadas em ambos os sexos para manutenção da saúde produtiva e reprodutiva.

Criança e Juventude

Este tema é abordado com a construção dos indicares epidemiológicos, buscando mostrar se há maior vulnerabilidade de alguma idade diante dos agravos e doenças notificados.

2011

Criança e Juventude

No caso de violências (doméstica, sexual e/ou outras violências) contra crianças e adolescentes, existe uma rede de enfrentamento a violência contra esta população. As crianças e os jovens infectados pelo HIV/AIDS, são atendidos pelo Serviço de Assistência Especializado-SAE, serviço que dispõe de uma equipe multiprofissional, medicamentos e leite (para crianças menores de 6 meses de idade, como parte do protocolo de redução da transmissão vertical), estrutura necessária para uma boa assistência a estes usuários do SUS. .

Gênero

No caso de violências (doméstica, sexual e/ou outras violências) contra as mulheres, existe uma rede de enfrentamento as violências contra esta população, assim também como as crianças e adolescentes. Nessa rede existem serviços da saúde, da educação, da ação social, da justiça e outros.No âmbito das doenças sexualmente transmissíveis-DST/HIV/AIDS são desenvolvidas ações de prevenção as quais trabalhamos o respeito a diversidade sexual em capacitações, seminários, palestras, a exposição de banners nas Unidades Básicas de Saúde, contendo a Portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 que trata do respeito e dos direitos e deveres dos usuários da saúde.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

2012

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Gênero
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Criança e Juventude
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Raça
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Visando a integralidade das ações da vigilância em saúde, a infraestrutura atual é inadequada, não contemplando todos os atores que compõem a mesma. Atualmente as vigilâncias estão em espaços separados e com pouca comunicação. A proposta do novo organograma é dirimir este problema.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Devido a Lentidão nos tramites licitatórios nos processos de aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaço Físico não comporta todas as ações do departamento

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Espaço Físico não comporta todas as ações do departamento

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Se houvesse a aquisição em tempo hábil, os materiais seriam suficientes para execução do programa

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidade de contratação de mais recursos humanos para responder pela coordenação de diversos agravos importantes á saúde pública.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há necessidade de contratação de mais recursos humanos para executar as ações de campo que são estratégicas para que a vigilância epidemiológica desenvolva suas funçoões de maneira o mais oportuna possível.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Diante das atribuições da vigilância epidemiológica e ambiental, principalmente frente ao cenário atual (incremento populacional com impacto nos indicadores de saúde), os recursos humanos são insuficientes.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há necessidade de formação específica para os profissionais da área de vigilância.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Solicitar contratação de ACE para suprir carência de RH

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Contratação de Recursos Humanos para as Regiões: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Capacitar ACS após contratação

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Capacitar ACS após contratação

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com grupos de interesse sempre que se observa a necessidade de organização ou melhora do serviço.

Discussão em Conselho Setorial
Apresentação ao Conselho Municipal de Saúde do perfil epidemiológico das doenças e agravos de interesse a saúde públlica e as ações a serem desenvolvidas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
As contribuições referentes a propostas de melhoria no atendimento, assim como propostas de estratégias de prevenção.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

2011

Audiência Pública
Participaçã em audiências públicas voltadas para diversas áreas de atuação da vigilância. Pode-se destacar: malária, dengue, tabagismo e trânsito.

Consulta Pública
Participação em consultas públicas para apresentação do Plano de Mobilidade Viária.

Ouvidoria
Ouvidoria do SUS, que permite ao público sugerir, opinar, reclamar...sobre as atividades da vigilância.

Reunião com grupos de interesse
As principais áreas de atuação da vigilância promovem reuniões técnicas para monitoramento das ações planejadas, dentre as quais destacam-se: trânsito, violências, dengue, DST/Aids, malária, tuberculose, hanseníase, mortalidade materna e infantil e outras.

Discussão em Conselho Setorial
Os gerentes programas apresentataram seu planos, projetos e análises de indicadores de saúde ao Conselho Municipal de Saúde.

2012

Ouvidoria
Sede SEMUSA, recebendo reclamações ou elogios ao Programa

Audiência Pública
Sempre que Necessário

Consulta Pública
Sempre que convocado

Reunião com grupos de interesse
Associação de bairros, entes religiosos, Ongs e outros

Discussão em Conselho Setorial
Quando convocado

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há indicadores ou outra forma de avaliação formal da satisfação do usuário para as ações desenvolvidas em relação as DST, das doenças respiratórias e das doenças e agravos não transmissíveis. Para se ter esta informação acredita-se ser necessário a contratação de empresa especializada ou a implantação de uma ouvidoria na Secretaira de Saúde.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Falta de recursos humanos necessários e implantação de uma estrutura capaz de avaliar a satisfação do beneficiario do programa´.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Através da ouvidoria

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 240 - Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões técnicas com os coordenadores, supervisores, vacinadores e colaboradores, trimestralmente

Visitas in loco
Visitas Tecnicas nas salas de vacinas semanalmente

Sistemas informatizados
Esta previsto para o mês de maio/2011, a implantação do SI-PNI(sistema de informação do Programa Nacional de Imunizações) em todas a s salas de vacina no municipio de Porto Velho

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações do programa.

2011

Sistemas informatizados
Para a vigilância das doenças imunopreveníveis utilizamos o SINAN (Sistema de informação de agravos de notificação).

Relatórios de gestão
Os indicadores de saúde das doenças imunopreveníveis são analisados e constam no Relatório de gestão da Secretaria.

Outros: Análises Trimestrais
São realizadas análises trimestrais dos indicadores de saúde, os quais compõem os relatórios da Secretaria.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

2012

Reuniões de trabalho
Diariamentes com servidores

Visitas in loco
Em todas as salas de vacinas da Unidades Básica de Saúde

Relatórios de gestão
Anual

Sistemas informatizados
Com o apoio do DAC a DI consegue informatizar 50% das salas de vacina da área urbana e realiza mais um avanço na era da informática com a instalação do sistema SIPNI, que veio para melhorar o atendimento e evitar desperdícios de doses e perdas de dados. Ficamos na expectativa de receber o incentivo por parte do Ministério da Saúde, que se comprometeu em repassar os computadores para informatizar todas as salas de vacina.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado vacinação casa a casa, extra muro, zonas rurais e urbana.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido ao aumento populacional do Município.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Houve um aumento na administração de quase todas as vacinas. O aumento populacional decorrente da procura de trabalho nas usinas em construção no Estado, foi um dos fatores que elevou a cobertura vacinal de imunos como: Febre Amarela, Hepatite B.
Em relação à Campanha da Influenza sazonal, houve a inclusão de novos grupos destinados a receber a dose da vacina, aumentando assim o público a ser vacinado no período da campanha.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais de expediente, equipamentos e materiais permanente, refrigerador, ar condicionado, computadores e outros..

2012 Aquisição de Combustível (óleo diesel) 3 meses
Aquisição de bebedouro
Aquisição de Material de Consumo (álcool em gel, fita adesiva)
Confecção de faixas, baner e folders
Aquisição de Material de Consumo (camisetas)
Confecção de cartazes em papel crochê
Aquisição de Material de Consumo (Balão Latex)
Aquisição de Material de Consumo (campanha de vacinação)
Aquisição de Combustíveis - (gasolina) 4 Meses.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes
Dificuldades em conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012 Suficientes
Embora os recursos tenham sido suficiente, houve muita demora na conclusão dos processos de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve no decorrer do exercício, suplementações orçamentarias por remanejamento, superavit financeiro e excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
OS RCURSOS FORAM LIBERADOS NORMALMENTE NO DECORRER DO EXERCICIO

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados normalmente, houve a necessidade de antecipação de cotas, suplementação orçamentária por remanejamento e superávit financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Fundo Nacional de Saude

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos licitatórios.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão do processos de bens e serviços

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

AÇÃO: 243 - Controle de Doenças e Agravos não Transmissíveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Analise de indicadores de saúde, elaboração de informes técnicos, reuniões pontuais, conforme necessidade.

Sistemas informatizados
Alimentação diária do sistema SINAN e SIM

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações executadas pelo Programa, assim como perfil epidemiológico

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais prara acompanhamento e reprogramação das atividades pactuadas, entre as instituições que desenvolvem atividades referentes a segurança no trânsito. Também são realizadas reunião mensais de representantes da rede de atendimento e de enfrentamento à violência domestica contra a mulher, para discussão de estratégias e monitoramento.

Visitas in loco
As visitas são realizadas nos locais de maior índice de acidentes de trânsito, nos centros de referência ao atendimento de casos de violência de acordo com a necessidade.

Também são realizadas análises trimestres dos indicadores de saúde, os quais compõem os relatórios da Secretaria.

Sistemas informatizados
Utilização do Sistemas: SIM (Sistema de informação de mortalidade), SINAN (Sistema de informação de agravos de notificação) e VIVA (Vigilância de violências e acidentes)

Relatórios de gestão
Os indicadores de saúde das doenças e agravos não transmissíveis/DANT são analisados e constam no Relatório de Gestão da Secretaria.

2012

Reuniões de trabalho
Diariamente.

Visitas in loco
Diariamente pelos agentes comunitários de saúde

Sistemas informatizados
Sistema de Informação de Saúde Regulada (SISREG),

Relatórios de gestão
Anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A redução da mortalidade por acidente de transito é possivel que tenha se dado devido ao aumento de veiculos automotores circulando diariamente no trânsito de Porto Velho, pois o fluxo dos veiculos se tornou mais lento fazendo com que os acidentes ocorridos sejam mais leves, diminuindo o numero de vítimas fatais. É também possivelmente, devido a uma maior utilização dos dispositivos de segurança, tanto pelo motorista quanto pelo passageiro.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um alcance nas pesquisa feitas nos pincipais hospitais píblicos de Porto Velho.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Para o alcance das metas pactuadas na PASS, destacamos:
- Investigação até 48 horas após a notificação em 85% dos casos notificados de doenças exantemáticas;
- Realização de diagnóstico laboratorial de doenças exantemáticas - sarampo e rubéola em 95% dos casos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pesquisa de campo, aquisição de e quipamentos e materiais de expediente.

2012 Pesquisa e análise de violências e acidentes - DANTES
Aquisição de Material de Consumo (bola futsal)
Aquisição de Material Permanente (mesa Pimbolim)
Aquisição de faixas e banners

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes
Morisidade no precesso licitatório.

2012 Suficientes
Embora os recursos sejam suficientes, existe muito entrave burocrático para a conclusão de processos licitatórios de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
OS EXERCICIOS FORAM LIBERADOS NORMALMENTE NO DECORRER DO EXERCICIO

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

Foram liberados normalmente no decorrer do exercício, houve a necessidade de antecipação de cotas, remanejamentos e suplementações por superávit financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Alto
Utilizando recursos de compensação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, referentes ao Plano de Vigilância em Saúde.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade em conclusão de processos de aquisição.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Devido morosidade nos trâmites licitatórios.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Em conclusão de Processos de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

AÇÃO: 393 - Controle de doenças sexualmente transmissíveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Conforme necessidade de demanda

Visitas in loco
Faz parte da rotina do programa visitas em locais estretégicos, de prevenção e assistencia as DSTS e AIDS

Sistemas informatizados
Sistema alimentado quadrimestralmente com execução de metas

Relatórios de gestão
Demonstrando todas as ações executadas pelo Programa, assim como perfil epidemiológico

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões semestral com técnicos do Ministério da Saúde, Coordenação Estadual de DST/AIDS, Unidades Básicas de Saúde e com outros Departamentos da SEMUSA

Visitas in loco
São realizadas visitas nas Unidades Básicas de Saúde, locais de maior vulnerabilidade as doenças sexualmente transmissíveis, como bórdeis.

Sistemas informatizados
Para a vigilância das doenças sexualmente transmissíveis são utilizados os sistemas SINAN (SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO) e SIM (SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE), SICLOM (Sistema de Controle Logístico de Medicamentos e preservativos).

Relatórios de gestão
Os indicadores epidemiológicos das doenças sexualmente transmissiveis são analisados e constam no relatório de gestão da secretaria. Seus dados e informações são utilizados para direionar as ações de prevenção, assistência e tratamento.

É realizado monitoramento quadirmentral num sistema on-line, de acesso público, sendo gerenciado pelo Departamento Nacional de DST/AIDS e Hepatites Virais.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas com a equipe de trabalho

Sistemas informatizados
Sistema informatizado, on line, para monitoramento das ações previstas no Plano de Ações e Metas-PAM.

Relatórios de gestão
RAG - Anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A meta não alcançada se dá em função das poucas notificações feitas pelos profissionais de saúde. Este dado reflete a realidade de sub-notificações das doenças sexualmente transmissíveis em nosso município. Apesar da meta não alcançada, sabe-se que em todas as Unidades de Saúde esteve disponível durante todo o ano de 2010, o medicamento para o tratamento da sífilis. Portanto, acredita-se que o não alcance da meta se dá pela não notificação da doença, mas que foi feito o tratamento em todos os casos identificados.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram relizadas no decorrer do exercício havendo alguns entraves quanto a conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi disponibilzado ao usuário do SUS, diagnóstico assistência, tratamento e prevenção as doenças sexualmente transmissíveis conforme a demanda nas unidades de saúde do Município.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de preservativo, aquisição de medicamentos, aquisição de materiais e equipamentos.

2012 Aquisição de Mocho Odontológico
Aquisição de medicamentos (cetoconazol) DST/AIDS
Aquisição de medicamentos (preservativo) DVEA
Aquisição de medicamentos (ácido triclosoacético)
Aquisição de medicamentos (acido Folirico) DST
Aquisiçao de faixas, banners e folders - DST
Aquisição de ar condidionado SRP 045
Aquisição de medicamentos (Aciclovir) DST - AIDS
Aquisição fórmula láctea infantil - DST
Aquisição de poltrona, TV 42" e outros p/ SAME/DST/DVEA
Aquisição de porta copos e lixeira p/ SAME/DST/DVEA
Aquisição de medicamentos (amoxicilina)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes
Demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012 Suficientes
Suficiente apesar das dificuldades na conclusão dos processos em função da demora no trâmite administrativo.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Abertura de créditos adicionais suplementares, por remanejamento e superávit financeiro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
AS LIBERAÇÕES OCORREREM NORMALMENTE DENTRO DO EXERCICIO

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Normalmente no decorrer do exercício

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos Orindos do Fundo Nacional de Saude

2011 Alto
Utilizacão de recursos de compensação da UHE (USINA SANTO ANTONIO), referentes ao Plano de Vigilância em Saúde.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade em conclusão de processos de aquisição

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades em conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A demora ou não na conclusão nos certames licitatórios; o não cumprimento das obrigações pertinentes ao fornecedor vencedor do certame, como também fracasso na aquisição de ítens no processo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Existe uma parceria com as Organizações Não Governamentais que desenvolvem ações voltadas a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis -DST/HIV/AIDS com a Divisão de Vigilância das doenças por transmissão sexual. Esta parceria tem tido êxito pois estas ONGs trabalham principalmente com populações de difícil acesso como profissionais do sexo masculino e feminino. As metas são alcançadas e acompanhadoas por esta divisão.

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Existe parceria com instituições não governamentais-ONGs (AMATEC, GGR, AMICC, FÓRUM DE ONG/AIDS) que desenvolvem ações de prevenção a população de vulnerabilidade acrescida, como a população LGBT, profissionais do sexo masculino e feminino. Estas ações são desempenhadas conforme previstas.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

AÇÃO: 394 - Controle das Doenças Respiratório

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões trimestrais com os diretores das unidades de saude

Visitas in loco
Visita domiciliar a pacientes faltosos ou em abondono do tratamento

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do sistema de informação

Relatórios de gestão
Demonstrando as ações e resultados do programa

2011

Visitas in loco
São realizadas visitas as Unidades de saúde municipais, estaduais e privadas para supervisão e monitoramento.

Relatórios de gestão
Os indicadores de saúde das doenças de transmissão respiratória são analisados e constam no relatório de gestão da Secretaria.

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões trimestrais de avaliação com profissionais das Secretarias Estadual e Municipal.

Sistemas informatizados
Para a vigilância das doenças de transmissão respiratória utilizamos o SINAN (Sistema de informação de agravos de notificação) e o SIM (Sistema de informação de mortalidade).

Também são realizadas análises trimestres dos indicadores de saúde, os quais compõem os relatórios da Secretaria.

2012

Reuniões de trabalho
Diariamente

Visitas in loco
Diariamente pelos Agentes Comunitários de Saúde

Sistemas informatizados
SIVEP_GRIPE/DEVEA/SEMUSA

Relatórios de gestão
RAG-ANUAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atividades desenvolvidas no Ano de 2010:- Visita mensal de Supervisão nas Unidades de Saúde da zona urbana de Porto Velho; - Visitas domiciliares aos pacientes faltosos ou em abandono do tratamento da tuberculose;- Reuniões com diretores das Unidades de Saúde para informação sobre a mudança de esquema do tratamento da tuberculose,- Reunião com os gestores das Unidades de Saúde para planejamento das ações do dia mundial de controle da tuberculose, como também orientá-los sobre a coleta do material para baciloscopia e posterior encaminhamento para os laboratórios que realizam o exame;- Capacitação para biomédicos, bioquímicos e técnicos de laboratórios em baciloscopia;- Realização de duas campanhas do dia mundial e nacional de controle da Tuberculose com distribuição de folders educativos sobre sinais e sintomas da doença;- Reuniões de monitoramento e avaliação com enfermeiros das Unidades de Saúde;- Supervisão e monitoramento do PCT nos presídios de Porto Velho;- Introdução do novo esquema terapêuticos do Programa de Tuberculose;- Oficina de implantação do Protocolo de Enfermagem em TDO (Tratamento diretamente observado) para todos os enfermeiros das unidades de saúde;- Oficina de capacitação em tuberculose para todos os profissionais da Unidade Saúde do Mariana;- Capacitação em tratamento diretamente observado em tuberculose (TDO) para Médicos e Enfermeiros de todas as unidades de saúde;- Reunião com a Divisão de Apoio ao Diagnóstico para a implementação das baciloscopia;- Visita de monitoramento e avaliação do PCT em todos os distritos de Porto Velho.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Recusos insuficientes para ação do programa, desenvolvido junto a estratégia do Programa Saúde da família.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Com o passar dos anos, o serviço tornou-se de melhor qualidade permitindo a identificação de várias espécimes do vírus da influenza, mostrando ser um serviço capaz de predizer a circulação viral local de forma oportuna norteando o desenvolvimento de ações e medidas de controle pertinentes para a prevenção de possíveis surtos e epidemias.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de medicação e materiais de expediente.

2012 Serviços gráficos panfletos e folders
Aquisição de Material de Consumo (camisetas) DVEA
Aquisição de faixas e banners para hanseniase
Confecção de camisetas
Confecção de sacolas e garrafas personalizadas

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Para realizar toda a meta da ação houve apoio de outros programas.

2011 Insuficientes

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

Ação foi excutada em outras ações de Saúde da Família.

2012 Insuficientes
Os recursos seriam sufcientes se não houvesse tanto entrave burocrático nos processos de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
AS LIBERAÇÕES TRANSCORRERAM NORMALMENTE NO DECORRER DO EXERCICIO
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Normalmente no decorrer do exercício, houve a necessidade de antecipação de cotas, suplementações por remanenjamento e superávit financeiro, não sendo conclusos os procedimento administrativos para aquisição de bens e serviços.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Alto
Recursos de compensação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, referentes ao Plano de Vigilância em Saúde.
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão dos processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades em conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Em conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim
Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Recursos de compensação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, referentes ao Plano de Vigilância em Saúde.
2012 Não
Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 079 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
Gerente: RUTE BESSA PINTO

AÇÃO: 466 - Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica e Ambiental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões com diretores das Unidades de Saúde para informações sobre o comportamento das doenças no Município.

Visitas in loco
Diariamente.

Sistemas informatizados
SINAN-NET, VIGITEL

Relatórios de gestão
RAG - ANUAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do Planejamento do exercício

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição de peças para motocicletas
Serviços de manutenção preventiva e corretiva em motocicletas
Aquisição de Material Permanente (condicionador de ar)
Aquisição de Combustível
Aquisição de Material de Expediente - CCZ
Serviços de Manutenção corretiva e preventiva termobilizado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes
Apesar dos recursos serem suficientes, não houve conclusão nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve no decorrer do exercício antecipação de cotas, suplementações orçamentárias por remanejamento e superávit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Muita dificuldade na conclusão de processos licitatórios de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Melhorar a qualidade dos serviços executados pela Maternidade, ampliar e modernizar o espaço físico.

Público-Alvo: Recém-nascidos com necessidade de internação em UTI, parturientes e adolescentes menores de 19 anos.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Atualmente a maternidade municipal possui uma média de 345 partos mensais, desses, 80% são partos normais, pois é dada a parturiente a escolha de outras posições na hora do parto: em pé, de joelhos, de quatro, deitada de lado, sentada ou de cócoras. Observa-se que a deambulação no trabalho de parto traz inúmeras vantagens para a mãe e feto, facilitando através dos movimentos da bacia, do relaxamento muscular e da força da gravidade a rápida dilatação do colo uterino e a passagem do concepto pelo canal do parto, aliviando as dores e abreviando o trabalho de parto. Além da melhoria da qualidade do serviço, a ampliação do espaço físico visa aumentar a quantidade de procedimentos executados pela instituição, adequando a demanda de crescimento populacional esperado pelo Município. Na unidade de cuidados intensivos neonatais são internados, principalmente, os recém-nascidos prematuros, que correm risco de vida e necessitam de cuidados 24 horas por dia. Atualmente cerca de 23% dos nascidos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de partos realizados ao ano	Previsto	4.496	4.710	4.924	5.138
	Apurado	6633	4360	4.220	
	Relação % Apurado/Previsto	147.400,00	92.569,00	85,77	
	Relação % Apurado/Final	129.046,69	84.824,90	82,10	

2010:

2011:

2012: A Maternidade Municipal obteve-se como resultado a taxa de incidência de 3,0 casos /1000 nascidos vivos e uma taxa de detecção em gestantes de 4,0/ 1000 nascidos vivos. Em 2010 houve um decréscimo, mas a partir de 2011 e 2012 com a implementação da vigilância epidemiológica as taxas apresentaram melhoras, porém não atingiu as metas estabelecidas pela PAVS.

01 - Número de partos realizado ao ano	Previsto	4.496	4.710	4.924	5.138
	Apurado	6633	4360	4.220	
	Relação % Apurado/Previsto	147.400,00	92.569,00	85,77	
	Relação % Apurado/Final	129.046,69	84.824,90	82,10	

2010:

2011:

2012: A construção de uma assistência de qualidade com resolutividade voltada para as mulheres que buscam esta Maternidade, grávidas ou que queiram planejar sua gravidez, respeitando os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), vem sendo um desafio para todos os profissionais que trabalham nesta maternidade, desde a sua inauguração em julho/2006.

02 - Número de internações no berçário	Previsto	283	296	309	322
	Apurado	260	251	212	
	Relação % Apurado/Previsto	91,87	84,80	68,61	
	Relação % Apurado/Final	80,75	77,95	65,84	

2010:

2011:

2012: Dentro deste contexto de metas a serem alcançadas, esta direção buscou sempre valorizar os profissionais que aqui atuam, com cursos e treinamentos contínuos acreditando que a capacitação e aprimoramento dos profissionais será revertida em uma assistência cada vez melhor, resoluta e de qualidade

03 -	Previsto	2.026	2.210	2.394	2.578
	Apurado	10156	8972	2.956	
				123,85	

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

Número de atendimentos em planejamento familiar

	Relação % Apurado/Previsto	500.295,57	405.972,85	
	Relação % Apurado/Final	393.643,41	347.751,94	114,73

2010:

2011:

2012: AIDS, promovendo assim esclarecimentos sobre esse relevante conteúdo.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
De Janeiro a dezembro de 2010 foram realizados um total de 3.860 partos

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Objeto do programa é prestar assistência a mulher e ao recém-nascido , garantindo o aconselhamento reprodutivo.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Desde sua inauguração até 30 de novembro de 2012 foram realizados em torno de 26.289 partos em geral. Dados do setor de estatísticas da unidade apontam que de julho de 2006 a agosto de 2012, destes 20.614 (57,5%) partos vaginais e 5.675 (15.8%) partos cesáreas (MMME, 2012)

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O estimulo ao parto humanizado, um dos pilares da maternidade, faz com que se tenha melhor aceitação junto a população usuária.

2011 Satisfeito
Faltam ações que contemplem educação e pesquisa.

2012 Satisfeito
A Maternidade Municipal Mãe Esperança, presta assistência a gestantes de baixo e médio risco no Município de Porto Velho, Distritos, Municípios vizinhos e outros estados.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das metas físicas das ações
Não identificam o alcance das metas.
Definição dos indicadores
Não reflete a qualidade do serviço, o que reflete é a redução da morbi-mortalidade.
Definição do objetivo do programa em relação ao problema
O objetivo principal do programa é garantir os direitos reprodutivos das mulheres e reduzir a mortalidade materna e neo-natal.
Caracterização do público-alvo
O público alvo são mulheres grávidas ou homens e mulheres que queiram planejar sua gravidez atendidas pelo sitema unico de saude e récem nascido de baixo e médio risco.
Dimensionamento do público-alvo
Ele não dimensionado conforme a justificativa do ítem anterior.
Pertinência das ações
Estão aquém das responsabilidades do programa.
Suficiência das ações
Faltam ações que contemplem educação e pesquisa.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Pessoa com Deficiência
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)
Gênero

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)

Criança e Juventude
São obdecidos os principios basicos do Sistema Único de Saude (SUS)

2011

Raça
Assistência é universal e contempla a especificidade.

Pessoa com Deficiência
A Maternidade possui um estrutura física que contempla as questões de acesso, como rampas, banheiros adaptados e outros.

Gênero
Todo o trabalho da Maternidade é baseado na promoção da igualdade de gênero.

Criança e Juventude
São desenvolvidos programas específicos para a adolescente, tanto na assistência ao parto quanto no planejamento das próximas gravidezes.

2012

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Gênero
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Criança e Juventude
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Raça
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaço físico insuficiente e inadequado.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Interrupções no fornecimento de materiais e medicamentos.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Espaço físico insuficiente e inadequado.

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Recursos humanos insuficiente para gerir o programa

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Recursos humanos insuficinete para gerir o programa

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Qualificação periódica pelo PMS, para profissionais da área

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Qualificação periodica pelo PMS, para profissionais da área

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A estrutura organizacional da SEMUSA/MATERNIDADE não proporciona a expansão da equipe gerenciais do Programa e não há atrativos financeiros para novas aquisições de técnicos qualificados para a função.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Dificuldade para contratação de novos profissionais, principalmente médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem entre outros.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Dificuldade com a disponibilidade de horários pelos servidores para participar de cursos.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
O recursos humanos é insuficiente para desenvolver as atividades.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
O número de pessoas para executar as atividades é insuficiente, para um melhor desempenho, o numero de profissionais deveria ser maior.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Ressaltamos que se faz necessário, não apenas a qualificação permanente dos recursos humanos existentes na maternidade municipal, mas também dar melhores condições de trabalho para os profissionais a fim de que estejam motivados para realizar um atendimento humanizado com qualidade, segurança e eficiência, para a população que procura a Maternidade Mãe Esperança.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

Sempre que solicitada

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas com Conselho Muniicpal de Saude

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria no desenvolvimento do Programa

2011

Outros: Site.
Participação no site: "Fale com o Prefeito"

Reunião com grupos de interesse
Reuniões mensais com a rede de enfrentamento a Violência Sexual e Proteção da Criança e Adolescente com o intuito fortalecer os programas de atendimento a esse público.

Ouvidoria
A Maternidade é acessada pela Ouvidoria do SUS.

Audiência Pública
A Maternidade participou da Audiência do Planejamento Participativo.

2012

Ouvidoria
Isntalada na sede SEMUSA

Audiência Pública
Câmara Municipal de Porto Velho é sempre que solicitado

Reunião com grupos de interesse
Ainda no mês de setembro, iniciou-se a elaboração do Plano de Ação Municipal contendo os componentes: Pré-natal, Puerpério e atenção integral a saúde da criança e sistema logístico transporte sanitário e regulação. Foram realizadas reuniões com representantes dos Departamentos da Atenção Básica, Vigilância Epidemiológica, Assessoria Técnica, Divisão de Laboratório de Saúde Pública, Maternidade Municipal e Núcleo de Educação e Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho a fim de discutir as atividades, indicadores, meio de verificação e metas a serem alcançadas no desempenho da Rede Cegonha.

Discussão em Conselho Setorial
Sempre que convocado

A construção de uma assistência de qualidade com resolutividade voltada para as mulheres que buscam esta Maternidade, grávidas ou que queiram planejar sua gravidez, respeitando os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), vem sendo um desafio para todos os profissionais que trabalham nesta maternidade, desde a sua inauguração em julho/2006.
A Maternidade Municipal Mãe Esperança, presta assistência a gestantes de baixo e médio risco no município de Porto Velho, distritos, municípios vizinhos e outros estados.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através de mapas de produção.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
As avalaiações são realiazadas atráves do formulário de avaliação do atendimento, as quais são repassadas à direção para que sejam tomadas as providências quanto às reclamações.
seja através de conversas individuais com os colaboradores e nas reuniões mensais com a aquipe.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Palestras e sugestões recebidas através da ouvidoria isntalada na SEMUSA. os resultados utilizados foram vistos apartir de uma melhoria nas ações de nossa clientela, como: melhor desempenho dentro dos programas de saúde da mulher, acompanhamento de pediatra entre outras.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Secretário Municipal de Saude demonstrando as ações do programa

Visitas in loco
Visitas diárias

Sistemas informatizados

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

Alimentação do sistema de informação

Relatórios de gestão
Demonstrando toda ação executada pelo programa

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões Periodicas com Engenharia -SEMUSA

Visitas in loco
Visita realizada por engenheiro coforme necessidade.

Relatórios de gestão
Relatórios periódicos das ações executas.

2012

Visitas in loco
Quando convocado a engenharia

Relatórios de gestão
Relatório de gestão anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A obra foi realizada de acordo com a solicitação da direção.
2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve reforma e ampliação nesta unidade de saúde

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção do telhado do centro cirúgico da maternidade municipal, situada na cidade de Porto Velho
2012 Não houve reforma e ampliação nesta unidade de saúde.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos suficientes para reforma executada. Recursos empenhados.
2011 Suficientes
O valor estimado foi suficiente para arcar com as despesas da construção.
2012 Insuficientes
Não foram utilizados os recursos financeiros, sendo transferido para outras ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Oe recursos orçamentários foram remanejados para outras ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saude
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

AÇÃO: 396 - Manutenção de Maternidade Pública Municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Secretário Municipal de Saúde demonstrando as ações do programa e as dificuldades encontradas

Visitas in loco
Visitas diárias

Sistemas informatizados
Alimentação do sistema de informação

Relatórios de gestão
Demonstração das Ações Realizadas no Exercicio

2011

Visitas in loco
Visitas pela Comissão de Fiscalização de serviços terceirizados.

Sistemas informatizados
A farmácia da maternidade está conectada com a Divisão de Farmácia /SEMUSA, com o HOSPUB para gerenciamento.

Relatórios de gestão
Realizado mensalmente, integrando o Relatório Anual de Gestão.

2012

Sistemas informatizados
Alimentados normalmente

Relatórios de gestão
Anual

Reuniões de trabalho
Diariamente

Visitas in loco
Diariamente

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Maternidade Mantida

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Com os recursos previstos conseguiu-se atender a demanda de atendimento na Maternidade.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do estabelecido no PPA 2012

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição insumos (medicamentos, materiais médicos, materiais de expediente, pagamentos de empresas terceirizadas para a manutenção da estrutura física da Maternidade, entre outros.

2012 Serviços de limpeza da M.M.M.E (4 meses)
Serviços de lavanderia M.M.M.E (5 meses)
Serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médicos M.M.M.E (12 meses)
Fornecimento de gás oxigênio - 4 meses
Aquisição de material (Agulha, cânulas)
Aquisição de medicamentos (Imoglobina)
Aquisição de colchões - DEMAC
Aquisição de combustível (gasolina) 5 meses
Serviços alimentação da M.M.M.E (6 meses)
Aquisição de gás oxigênio para maternidade
Contratação de serviços de lavanderia hospitalar - MMME
Aquisição de material (compressa cirúrgica)
Serviços de confecção de material gráfico
Despesas com aquisição de medicamentos - MMME
Aquisição de serviços gráficos (cartaz e pasta receituário)
Serviços de limpeza, higienização da Maternidade
Serviço de alimentação para maternidade (2 meses)
Aquisição de medicamentos (imonoglobina) M.M.M.E
Aquisição de Material de Consumo (avental, garrote) DMP
Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos laboratoriais
Aquisição de longarina - MMME
Aquisição de ar condicionado para maternidade - MMME
Aquisição Medicamentos (Beractanto) M.M.M.E
Aquisição de Banner - SRP - DSM
Aquisição de Combustível (gasolina e óleo)
Aquisição de material penso - DMP
Aquisição e instalação, persianas - DSB
Aquisição de Tonner - DA
Serviços de manutenção preventina e corretiva em equipamentos médico hospitalar

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 119 - MATERNIDADE
Gerente: IDA PEREA MONTEIRO

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Não Realizado todo o orçamento devido a morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011 Insuficientes
Morosidade em alguns processos licitatórios.

2012 Suficientes
Os recursos orçamentários foram suficientes, porém houve muita morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas no decorrer do exercicio algumas suplementações orçamentarias, por superavit financeiro, excesso de arrecadação e remanejamento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados no decorrer do exercício, havendo necessidade de remanejamento, suplementações orçamentárias e superávit financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades em conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Gerente: Angela Ribeiro de Souza

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover ações de educação a saúde da população e controle social no SUS

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho estimado em 383.425 habitantes (fonte: IBGE)
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Se faz necessário de acordo com as responsabilidades de cada esfera de gestão do SUS - Ministério da Saúde, Estados e Municípios conforme preconizado pela política nacional de promoção a saúde, Portaria GM/MS nº 687 de 30/03/2006 onde discorre sobre as atribuições do Município nas práticas de educação e mobilização social. A manutenção do CMS, com suas diretrizes e ações, está prevista na Lei nº 8.141, Lei Orgânica de saúde/Constituição Federal.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de reuniões ordinárias anualmente do CMS com mais de 70% de conselheiros presentes	Previsto	100	100	100	100
	Apurado	75	100	100	
	Relação % Apurado/Previsto	75,00	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	75,00	100,00	100,00	

2010:

2011:

2012: Manter assessoramento técnico na Secretaria do Conselho.
Providenciar a organização das pautas do Conselho.
Encaminhar o trâmite administrativo das demandas do Conselho.

02 - Percentual de pessoas atingidas com ações de educação a saúde, ao ano, desenvolvidas pelo SUS sob a coordenação do NIEMSUS	Previsto	25	45	55	60
	Apurado	77	5,89	80	
	Relação % Apurado/Previsto	308,00	13,09	145,45	
	Relação % Apurado/Final	128,33	9,82	133,33	

2010:

2011:

2012: Realização de campanhas semestrais de mídia e produção de material contemplando as seis prioridades da Promoção da Saúde: Estímulo a atividade física, Alimentação Saudável, redução do tabagismo, Álcool, Prevenção a Violência e Meio Ambiente.
Confecção e Distribuição de material educativo informativo (200.000 Folder diversos, 1.000 kits de educação em saúde para escolas, 200 banner, 20.000 cartazes, 120.000 cartilhas, 100.000 panfletos da dengue

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa em destaque tem como função apoiar as atividades dos respectivos setores que compõem a SEMUSA, tais como: fornecimento de material informativo e logístico para campanhas e palestras, assessoramento na comunicação e junto à imprensa, articulação interinstitucional em ações públicas de combate a endemias, atividades preventivas e de conscientização sobre fatores externos que desembocam na rede de atendimento da saúde pública municipal da Capital.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Escassez de recursos humanos disponíveis para atender a população crescente.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Conforme meta Estabelecida

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
- Enfermeiros da Zona Rural e da Maternidade participam do Curso sobre Mortalidade Neomaterna.- Administradores dos distritos participam da Campanha pelo Fim da Violência a Mulher- Coordenadoria das Mulheres divulga campanha contra violência em postos de combustíveis- Coordenadoria das Mulheres participa da Campanha do TJ pelo fim da violência doméstica e familiar- Laço gigante lembra Dia Mundial de Combate à AIDS- SEMUSA premia Unidades pela desenvoltura na Campanha ?Saúde para Todos, um Natal Feliz com Você.- Plano de contingência da dengue Integra ?Operação Inverno lançado pela prefeitura.- Laboratório Modelo para o Norte.- Capital recebe plano de Contingência para tentar debelar proliferação da Dengue.

2011 Não apurada

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Gerente: Angela Ribeiro de Souza

Com a implantação da ouvidoria será possível medir o nível de satisfação do beneficiário.

2012 Satisfeito

Capacitar Técnicos do NIENSUS que já exerçam ações de educação em saúde para realizar curso de formação com o apoio do Ministério da Saúde.

Propor e articular junto ao MS, capacitação para ACS e agentes de endemias alternativas exitosa e inovadoras no controle da dengue e endemias vigentes.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das ações

Faltam as ações relativas a promoção de atividades de educação em saúde.

Definição dos indicadores

O indicador do programa relativo as ações de educação em saúde, não traduz o resultado das ações da equipe. Deve ser revisto.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)

Pessoa com Deficiência

São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)

Gênero

São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)

Criança e Juventude

São obdecidos os princípios básicos do Sistema Único de Saude (SUS)

2011

Gênero

Durante todo o ano, duas das prioridades dentro dos programas estratégicos, foi a sexualidade reprodutiva e o programa de prevenção ao cancer de colo e de mama.

Criança e Juventude

As questões que envolvem esses grupos estiveram presentes entre as deliberações do Conselho, principalmente decidindo por iniciativas de programas especiais de atenção a população de Jacy Paraná, que apresenta maior risco para questões de violência neste grupo.Além disso, muitas ações educativas foram realizadas voltadas para este grupo.

Pessoa com Deficiência

São discutidas nas plenárias do CMS formas de adaptar as contruções físicas das Unidades de Saúde de forma a propiciar o melhor acesso das pessoas portadoras de deficência aos serviços de saúde. També são previstas implantações de ações voltadas a esse grupo de pessoas. O projeto de construção do Centro de Reabilitação no município é uma iniciativa nesta direção.

2012

Criança e Juventude

Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS

Raça

Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência

Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS

Gênero

Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

As unidades básicas não possuem recursos audio-visuais e ilustrativos para as ações em seu território, devem solicitar ao respectivo Departamento. O NIEMSUS não possui formas de estruturá-las para estas ações.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Há mobiliários sucateados, equipamentos de informática ultrapassados e faltam materiais informativos, insumos para a realização de atividades extra-muros.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

O espaço de trabalho tanto do NIEMSUS (Núcleo Interesestadual de Educação a Saúde) como do CMS (Cosnelho municipal de Saúde) são insatisfatórios.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Gerente: Angela Ribeiro de Souza

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Estrutura inadeguada, espaço físico deve ser ampliado, para melhorar as ofertas dos serviços aos usuários

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Devido a demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Estrutura inadeguada, espaço físico deve ser ampliado para melhorar as ofertas dos serviços aos usuários

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Os recursos humanos exeistentes não realizaram ultimamente capacitações dentro da área de atuação.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Não recursos humanos suficientes no NIEMSUS e nem na Secretaraia Técnica do CMS.

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Formar e capacitar técnicos do NIEMSUS na Educação em Saúde, com o apoio do Ministério da Saúde

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Formar e capacitar técnicos do NIEMSUS na Educação em Saúde, com o apoio do Ministério da Saúde

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Precisa de mais colaboradores para implementar as atividades de educação e saúde

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Precisa de mais colaboradores para implementar as atividades de educação e saúde

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Realização de Reuniões Entidades, Associações, Ministerio Publico, sempre que solicitado

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões com o Conselho Municipal de Saude, sempre que solicitado

2011

Ouvidoria
Todas as ações da Secretaria podem ser acessadas pela Ouvidoria do SUS, estando estas sob a responsabilidade de apresentar as respostas cabíveis.

Reunião com grupos de interesse
O CMS realizou reuniões com instituições específicas, tais como , SEMA, DETRAN, entre outras, para discutir sobre assuntos de interesse da comunidade.

Audiência Pública
O NIEMSUS e o CMS participaram das atividades de audiência para o orçamento participativo da SEMUSA do ano de 2011.

Discussão em Conselho Setorial
Rotineiramente, visto ser este o programa de controle social.

Outros: Conferência
Realização da Conferência Municipal de Saúde.

2012

Ouvidoria
Instalada na sede SEMUSA, para elogios ou críticas ao programa

Audiência Pública
Sempre que convocado

Consulta Pública
Sempre que convocado

Reunião com grupos de interesse
Associações, entidades religiosas, ongs

Discussão em Conselho Setorial
Realizar uma Conferência Municipal de Saúde

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através de pesquisa realizada

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A dificuldade é a definição e implantação de um instrumento de monitoramento desta satisfação a junto a população beficiária.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Gerente: Angela Ribeiro de Souza

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 397 - Capacitações para o processo de formação de conselheiros

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com o Conselho Municipal de Saude

Relatórios de gestão
Demonstrando as ações do Porgrama

2011

Reuniões de trabalho
O CMS se reune mensalmente. Também foram realizadas reuniões em todas as regiões da cidade, mobilizando para a Conferência Municipal de Saúde.

Visitas in loco
O CMS realizou visitas in loco nas Unidades de Saúde urbanas e na região ribeirinha.

Relatórios de gestão
Realizado anualmente e encaminhado ao CMS para análise e aprovação.

Outros: Conferência.
A própria Conferência Muncipal de Saúde como espaço de monitoramento e avaliação.

Sistemas informatizados
O CMS utiliza-se do banco de dados do SISPACTO e outros sistemas de informação ambulatorial para o acompanhamento de alguns indicadores de saúde e de produção das unidades.

2012

Reuniões de trabalho
Diariamente

Visitas in loco
Sempre que necessário

Relatórios de gestão
RAG - ANUAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Devido o processo de pré-conferência , conferência e aprovação de nova lei que re-estrutura o CMS, não foi realizada capacitações no período, sendo adiada esta meta para o ano seguinte.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Devido pouco conhecimento, dos programas existente para capacitação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de Conferência Municipal de Saúde, alocação de serviços de terceiros, pagamento de deslocamento de instrutores e convidados, reproduçaõ de material gráfico e despesas com o deslocamento de conselheiros.

2012 Aquisição de Passagens Aéreas -DA
Aquisição de Lanches - CMS/SEMUSA
Aquisição de Marmitex - CMS

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes
A meta não foi totalmente cumprida ficando sua execução para exercício seguinte.

2012 Suficientes
Apesar de não ter sido ultilizado os recursos na sua totalidade, a execução foi a contento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve remanejamento para outras ações na atenção básica.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
OS RECURSOS FORAM LIBERADOOS AO LONGO EXERCICIO POREM HOUVE DEMOA NA CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUSIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Normalmente

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 120 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E CONTROLE SOCIAL NO SUS
Gerente: Angela Ribeiro de Souza

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos licitatórios.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 467 - Manutenção do Conselho Municipal de Saude - CMS e Nucleo de Educação e Saude

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Relatórios de gestão
RAG - ANUAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recurso orçamentário remanejado para suprir as necessidades de outras ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Recurso orçamentário remanejado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes
Os recursos orçamentários foram remanejados para suprir as necessidades de outras ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recurso orçamentário remanejado para suprir as necessidades de outras ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Conclusão de processos de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Expandir a rede laboratorial e de diagnóstico do Município de Porto Velho

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A rede municipal de diagnóstico, realiza hoje, apenas os exames de baixa complexidade, ficando a cargo da rede privada, a complementação dos exames de média e alta complexidade. A expansão da rede diagnóstica proporcionará melhoria no atendimento aos pacientes do SUS, na medida que diminuirá o tempo de retorno dos exames agilizando o tratamento e otimizando os serviços laboratoriais.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de exames de radiologia oferecidos a população, ao ano	Previsto	39.928	47.414	56.304	66.861
	Apurado	72224	74548	95.852	
	Relação % Apurado/Previsto	180.876,53	157.241,09	170,25	
	Relação % Apurado/Final	108.022,73	111.498,65	143,36	

2010:

2011:

2012: Em termos de serviços de apoio diagnóstico também houve um incremento, inslusive com a instalação de novos equipamentos de exames de imagem.

02 - Número de exames de ultrassonografia oferecidos a população, ao ano	Previsto	18.143	21.545	25.585	30.382
	Apurado	46726	11508	26.391	
	Relação % Apurado/Previsto	257.585,45	53.401,39	103,13	
	Relação % Apurado/Final	153.805,13	37.880,18	86,87	

2010:

2011:

2012: Ampliar a oferta de exames de ultrassonografia, instalando o serviço nos pronto atendimentos: Ana Adelaide, Manoel Amorim de Matos, José Adelino, fortalecendo o serviço de pronto atendimento no: Hamilton Gondin, no Centro de Especialidades Médicas e na Maternidade Municipal.

03 - Número de exames de patologia clínica oferecidos a população, ao ano	Previsto	345.557	388.526	437.092	491.729
	Apurado	1281609	1501588	1.353.956	
	Relação % Apurado/Previsto	370.878,86	386.479,29		
	Relação % Apurado/Final	260.632,66	305.368,39		

2010:

2011:

2012: Do total dos estabelecimentos assistenciais 25% são pertencentes ao SUS. Das 121 unidades que constituem a rede SUS, 67% são gestão municipal e 33% são de gestão estadual.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

com a implantação do Laboratório Central, a Rede Municipal de laboratórios tanto das Policlínicas como dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde da Família, tem agora, a capacidade aumentada para suportar a demanda de exames laboratoriais gerada pelos profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) das unidades de atenção básica do Município de Porto Velho, além de fornecer exames com altíssima qualidade e agilidade, melhorando a resolutividade dos exames laboratoriais

2011 Alcance acima de 100% do previsto

Maior sensibilização dos profissionais envolvidos, investimento na rede de diagnóstico e divulgação dos serviços oferecidos nos meios de comunicação.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

2012 Alcance acima de 100% do previsto
Devido a implantação de novos equipamentos de exame por imagem e aumento dos usuários que utilizam os serviços oferecidos pelo SUS.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Em conseqüência do processo de fortalecimento da rede de diagnóstico criou-se a Central de Diagnóstico, com equipamentos totalmente automatizados e interfaciados, localizado estrategicamente na Policlínica Rafael Vaz e Silva, com o objetivo de atender a demanda de exames exarada pelos pacientes do SUS do município de Porto Velho.

2011 Muito satisfeito
Aumento da rede de diagnóstico, inauguração de novos laboratórios, aumento de cobertura de examede patologia clinica.

2012 Satisfeito
O aumento da demanda.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pelo SUS

2011

Raça
Inserção do sistema de informatização HOSPUB a procura de exames diagnóstico.

Pessoa com Deficiência
Inserção do sistema de informatização HOSPUB a procura de exames diagnóstico.

Gênero
Inserção do sistema de informatização HOSPUB a procura de exames diagnóstico.

Criança e Juventude
Inserção do sistema de informatização HOSPUB a procura de exames diagnóstico.

2012

Raça
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Gênero
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Criança e Juventude
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados

2011
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Aumento da demanda de pacientes a procura de exames e diagnóstico.

2012
Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Apesar de novas contratações, existe a necessidade de contração de mais técnicos da área específica

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Apesar de novas contratações, existe a necessidade de contração de mais técnicos da área específica

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Capacitação diária, para acompanhar a evolução dos sistema que compoem o programa

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiência de recursos humanos para atender a demanda crescente da população.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Insuficiência de recursos humanos para atender a demanda crescente da população.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Existe a necessidade de contratação de novos técnicos e auxiliares

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Existe a necessidade de contratação de novos técnicos e auxiliares

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Existe a necessidade de contratação de novos técnicos e auxiliares

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Existe a necessidade de contratação de novos técnicos e auxiliares

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões sempre que solicitadas, com representantes de classe, governo, escolas.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões com Conselho Municipal de Saúde, sempre que solicitada.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria no desenvolvimento das ações.

2011

Discussão em Conselho Setorial
Discussões mensais no Conselho Municipal de Saúde.

Outros: Conferência
Conferência Municipal de Saúde.

Ouvidoria
Implantação da ouvidoria para receber as sugestões eleogios e críticas.

Audiência Pública
As audiencias são desenvolvidas com as equipes das unidades de saúde.

Consulta Pública
As consultas públicas são desenvolvidas com as equipes das unidades de saúde.

2012

Ouvidoria
Implantada na sede SEMUSA

Audiência Pública
Sempre que convocado

Consulta Pública
Sempre que convocado

Reunião com grupos de interesse
Associação, grupos Religiosos, oNGS

Discussão em Conselho Setorial
Sempre que convocado

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Pesquisa realizada pela Secretraia Municipal de Saúde.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Ouvidoria do SUS.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Aumento da demanda expontânea

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 399 - Manutenção da rede diagnóstica laboratorial e por imagem nas unidades de saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Sistemas informatizados

Relatórios de gestão

Demonstrando todas ações do programa

2011

Reuniões de trabalho

De acordo com a necessidade ou mensalmente.

Visitas in loco

Técnica de monitoramento e supervisão.

Sistemas informatizados

HOSPUB

Relatórios de gestão

Relatórios semestrais e anuais.

2012

Reuniões de trabalho

Diariamente

Visitas in loco

Diariamente

Sistemas informatizados

Sistema HOPUB

Relatórios de gestão

RAG - ANUAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Vale ressaltar que o aumento da oferta dos serviços de exames laboratorias sob a forma de comodato, trouxeram uma economia para o sistema municipal de saúde em media de 56,7% da tabela SUS. Destaca-se, ainda que o aumento apresentado garante uma autonomia para o munipio de Porto Velho de 93% da responsabilidade pactuada.A capacidade instalada de resolutividade em 2008 era de 45%; quando comparada com a capacidade em 2010 observamos um aumento de 48% em apenas um ano. O processo de aumento de resolutividade da oferta dos serviços de exames laboratorias prevê para o ano de 2011 o atingimento de 100% de sua capacidade após a instalação do laboratório de microbiologia.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido a ampliação da rede laboratorial.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Modernizar a rede de laboratórios das Unidades Básicas e Prontos Atendimentos, aumentando a resolutividade dos exames, automatizando os equipamentos, informatizando e interligando toda a rede, com a Central de Imunodiagnóstico

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de insumos laboratorial, equipamentos e materiais permanente especificos para laboratórios, material de informatização.

2012

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

Fornecimento de insumos para laboratório (12 meses)
Fornecimento de insumos laboratório cort. Ded. Diag. (10 meses)
Fornecimento de peças para aparelho RX - (5 meses)
Serviços de envio de mensagens de texto - DAD
Aquisição de tiras reajentes para determinação glicemia
Controle de serviços técnicos em concerto de equipamentos laboratorial
Aquisição de impressora p/ mamografia
Aquisição de papel contínuo - DAD
Aquisição de combustivel - gasolina (5 meses)
Aquisição de insumos (papel roll, sensor) DAD
Serviços de mensagens de texto/msn
Aquisição de bobina (termo-sensível) DAD
Aquisição de peças para ar condicionado
Pagamento de despesa execício anterior (São Lucas)
Aquisição de revelador e fixador para filmes raio-x
Aquisição de Material de Consumo (filmes para câmera) DEMAC
Confecção de folders - SRP 54/2012 - DAC
Aquisição de Material de Consumo (filme para raio x e mamografia) DEMAC
Aquisição de fita reativa para glicemia - DMP
Aquisição de filmes de Raio-X - DMP
Aquisição de transdutores - DEMAC
Aquisição de Lanches
Aquisição de Material Laboratorial (kit proteína)
Aquisição de solução diluente, reagentes - D.A.D
Aquisição de Kit PCR e ASLO e outros - DAD
Aquisição de Kits para laboratório - DAD
Aquisição de Material de Consumo (luva cirúrgica) - DM
Aquisição de Agulhas para coleta - DAD
Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de Raio X
Manutenção preventiva e corretiva em equipamentos laboratoriais
Aquisição de Material de Consumo Laboratorial
Aquisição de bobinas termo sensíveis
Aquisição de Material de Consumo (reagente)
Aquisição de passagens aéreas - DVE
Aquisição de conjunto de Reajente - DAD
Aquisição de refrigerador duplex - DAD
Aquisição de Material de Consumo (Micro pepito) DAD
Aquisição de revelador e fixador - DMP
Aquisição de caixas isotérmicas - DAD
Aquisição de Material de Consumo (fitas reativa) DAD
Aquisição de Material Permanente (persiana) DAC
Aquisição de Material Permanente (centrifuga) DAD
Aquisição de Insumos - DAD
Aquisição de peças para equiamentos de laboratório - DAD
Serviços em equipamentos de laboratório - DAD

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Porém como está havendo o aumento da demanda, necessitar-se-á de implementação de mais recursos.

2011 Insuficientes
Demora no processo licitatório de aquisição de materiais.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas no decorrer do exercicio creditos adicionais suplementar por remanejamento, excesso e superavit financeiro

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados normalmente no decorrer do exercício, havendo suplementação por remanejamento e superávit financeiro.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos orindos do Fundo Nacional de Saúde

2011 Alto
Aquisição de equipamentos laboratoriais através da compensação do Consórcio Santo Antônio Energia.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 122 - APOIO AO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Muita burocracia nos trâmites licitatórios, entrave nos porcessos de aquisição de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Parceria do Consórcio Santo Antonio Energia para aquisição de equipamentos laboratoriais

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer serviços com qualidade e resolutividade de média complexidade a população como suporte as ações de atenção básica

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho nas áreas urbana e rural (terrestre e ribeirinha)
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Em decorrência do aumento do número de habitantes no Município de Porto Velho e consequentemente de pessoas que procuram os serviços de atendimento de urgência e emergência e especialidades médicas, tratamento e reabilitação física, observou-se a necessidade de ampliação na oferta do serviço. A Port. Nº 1863 de 29/09/2003, que instituiu a política nacional de atenção às urgências e de acordo com esta, a assistência hospitalar e ambulatorial tem-se pautado para suas ações em Porto Velho

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução de 40% de atendimentos ambulatoriais de urgência e emergência realizados à população de Porto Velho nos hospitais de referência	Previsto	70	60	50	48
	Apurado	67	61,51	40	
	Relação % Apurado/Previsto	95,71	102,52	80,00	
	Relação % Apurado/Final	139,58	128,15	83,33	

2010:

2011:

2012: Redução de 40% dos atendimentos de menor agravos em urgência e emergência realizados a população de Porto Velho nos Hospitais de Referência (Hosp. João Paulo II). Média dos atendimentos de urgência realizados pelas UPAS/dia

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O momento atual exige da gestão municipal uma reorganização deste nível de atenção, com projetos inovadores que estão em fase de conclusão e outros iniciando suas obras, podendo dar resultados positivos e responder ao impacto do crescimento populacional.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
O Pronto Atendimento José Adelino foi reformado e entregue para funcionamento apenas em agosto /2011, devendo portanto aumentar sua capacidade de atendimentos para o próximo ano, além das novas UPA's que estão em construção.

2012 Alcance acima de 100% do previsto
Aumento da capacidade Resolutiva e o Acesso a Aumento da Capacidade de Assistência de Média e Alta Complexidade Com a Inauguração das duas UPAS ZONA SUL E ZONA LESTE

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
De acordo com pesquisa de satisfação realizada junto aos usuários.

2011 Não apurada
Não existe um instrumento de avaliação implantado.

2012 Muito satisfeito
Melhoria no atendimento, de média complexidade, diminuindo o tempo de espera.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Pessoa com Deficiência

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Gênero
Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

Criança e Juventude
Os atendimentos são realizados por classificação de risco e prioridades (idosos, gestantes, crianças e adultos com criança de colo)

2011

Raça
O programa não faz distinção de raça, atendendo a todos conforme a necessidade.

Gênero
O programa não faz distinção gênero, atendendo a todos conforme a necessidade.

Criança e Juventude
O programa atendendo a todos conforme a necessidade.

Pessoa com Deficiência
O programa atendendo a todos conforme a necessidade.

2012

Raça
Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS

Pessoa com Deficiência
Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS

Gênero
Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS

Criança e Juventude
Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Algumas estruturas fisicas da rede foram construidas de forma não compatível para financiamento da Urgência e Emergência.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Na Rede Municipal o quantitativo de Técnicos de Enfermagem é insuficiente para a demanda dos Pronto Atendimento, porém com o Concurso a ser realizado em 2012, a perspectiva é de contratar mais profissionais.

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a crescente demanda na procura pelos serviços de média e alta complexidade, os recursos materiais se tornan insuficientes

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os materiais seriam suficientes para equipe gerencial se não houvesse tanta burocracia nos trámites licitatórios nos processos de aquisição bens e serviços

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Mediante amplitude do programa é necessário uma melhor estrutura para desenvolvê-lo

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A infraestrutura não acompanhou a crescente demanda

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Apesar das contratações, continua-se com o número de profissionais insuficientes para as atividades.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Na Rede Municipal o quantitativo de Técnicos de Enfermagem é insuficiente para a demanda espontânea dos Pronto Atendimento, porém com o Concurso a ser realizado em 2012, a perspectiva é de contratar mais profissionais.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
É necessario a contratação de Recursos Humanos, que todo profissional médico contratado possua título de Especialista ou Residência Médica na área de atuação. Serão capacitados em serviço sobre os seguintes temas:
Princípios e Diretrizes do SUS; Aspectos da organização da SMS e Central de Regulação à qual o CEM pertence, a fim de conhecer os fluxos da Regulação e Protocolos da SMS.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
É necessario a contratação de Recursos Humanos, que todo profissional médico contratado possua título de Especialista ou Residência Médica na área de atuação. Serão capacitados em serviço sobre os seguintes temas:
Princípios e Diretrizes do SUS; Aspectos da organização da SMS e Central de Regulação à qual o CEM pertence, a fim de conhecer os fluxos da Regulação e Protocolos da SMS.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
É necessario a contratação de Recursos Humanos, que todo profissional médico contratado possua título de Especialista ou Residência Médica na área de atuação. Serão capacitados em serviço sobre os seguintes temas:
Princípios e Diretrizes do SUS; Aspectos da organização da SMS e Central de Regulação à qual o CEM pertence, a fim de conhecer os fluxos da Regulação e Protocolos da SMS.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
É necessario a contratação de Recursos Humanos, que todo profissional médico contratado possua título de Especialista ou Residência Médica na área de atuação. Serão capacitados em serviço sobre os seguintes temas:
Princípios e Diretrizes do SUS; Aspectos da organização da SMS e Central de Regulação à qual o CEM pertence, a fim de conhecer os fluxos da Regulação e Protocolos da SMS.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Ouvidoria
Audiência Pública
Consulta Pública
Reunião com grupos de interesse
Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal de Saúde

2011

Ouvidoria
As reclamações são repassadas para os Departamentos e resolvidas imediamente.
Audiência Pública
Participação na Audiência Pública do Orçamento Participativo da SEMUSA.
Discussão em Conselho Setorial
Discussões no Conselho Municipal de Saúde.

2012

Discussão em Conselho Setorial
Participação em 100% das Audiências Públicas e Atividades Programadas do Conselho
Ouvidoria
Ouvidoria Instalada na sede Semusa, para o primeiro contato com o usuário nos casos de sugestões e ou reclamações.
Audiência Pública
Participação em 100% das Audiências Públicas e Atividades Programadas do Conselho
Consulta Pública
Participação em 100% das Audiências Públicas e Atividades Programadas do Conselho
Reunião com grupos de interesse
Entidades Religiosas, Associação de Bairros, ONG"S e outras entidades afins.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Através de pesquisa realizada anualmente pela SEMUSA nas unidades de saúde

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há nenhum mecanismo para avaliar a satisfação dos usuários, mas há o propósito de harmonização com outros Departamentos para o desenvolvimento de uma ferramenta para este tipo de avaliação.

2012

SIM
Mecanismos adotados:
Através Ouvidoria Instalada na sede Semusa, para o primeiro contato com o usuário nos casos de sugestões e ou reclamações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 070 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Existe o setor de engenharia que conjuntamente com o DEMAC realiza esse monitoramento

Visitas in loco
Existe o setor de engenharia que conjuntamente com o DEMAC realiza esse monitoramento

Relatórios de gestão
Existe o setor de engenharia que conjuntamente com o DEMAC realiza esse monitoramento

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais.

Visitas in loco
Visitas semanais

Sistemas informatizados
Sitema em implantação.

Relatórios de gestão
Relatório anual.

2012

Reuniões de trabalho
- Periódica, acompanhamento das obras em execução

Visitas in loco
- Monitorar e fiscalizar a obra

Sistemas informatizados
- Implantar sistema de classificação de risco em urgência e emergência no Municipio.

Relatórios de gestão
- Anual

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Construção das Unidades de Pronto Atendimento - UPA's: Zona Leste e Sul eConstrução do Centro de Especialidades Médicas , porém ainda não concluídas.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
- Conclusão da Construção das duas UPAS ZONA SUL E ZONA LESTE, e o obra em andamento da UPA DE JACY PARANÁ

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Investimentos na construção das Unidades de Pronto Atendimento: (Obras em andamento)Zona Leste, Zona Sul e (Licitando)Jacy Paraná; Aquisição de equipamentos para as unidades. reforma da policlinica José Adelino, Reforma Telhado Rafael Vaz e Silva, Ana Adelaide e Hamilton Gondin

2012 Construção das UPAS da zona sul e da Zona Leste, e conclusão da obra da APA de Jacy Paraná, em Construção o entro de Reabilitação

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos orçamentários empenhados e não liquidados.

2011 Insuficientes
Entraves burocráticos para a conclusão de licitação de processos de aquisição de bens e serviços.

2012 Insuficientes
Recursos oriundos do ministério da saúde e contra partida da compensação das Usinas

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitos no decorrer do exercicio suplementações orçamentarias

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
- Os Recursos não foram suficiente porém teve contra partida da Compensação das Usinas

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
Construção das Unidades de Pronto Atendimento com recursos da compensação social das Usinas Hidrelétricas.

2012 Médio
- Contra partida das Compesações da Usinas

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites porcessuais.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldade na conclusão de licitação de processos de aquisição de bens e serviços

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Lentidão nos trámites processuais até conclusão do certame licitatório

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Parceria com a Usina Santo Antônio Energia, que atuou de forma positiva no acordo e/ou contrato com a Secretaria Municipal de Saúde para a construção das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs.

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
- Parceria do governo federal - compensação das usinas

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

AÇÃO: 403 - Manutenção das unidades de pronto atendimento-UPAS

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros:
São realizadas as visitas in loco e após reauniões p/ discussões sobre o que foi encontrado para a realização satisfatoria das manutenções.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais.

Visitas in loco
Visitas semanais.

Sistemas informatizados
Sistema em implantação.

Relatórios de gestão
Relatório anual.

2012

Reuniões de trabalho
- 1.1 Formalizar processo para aquisição de equipamentos
1.2 Selecionar profissional para manuseio
1.3 Receber e instalar equipamentos.
2.1 Adaptar protocolos clínicos
2.2 Adequar os protocolos clínicos as rotinas da rede municipal de saúde
2.3 Aprovar os protocolos nas instancias colegiadas.
2.4 Realizar oficina para divulgação dos protocolos aos profissionais

Visitas in loco
1- Monitorar e fiscalizar a obra

Sistemas informatizados
Implantar sistema de classificação de risco em urgência e emergência no Municipio.

Relatórios de gestão
Anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Manutenção das Unidadeas de Pronto Atendimento Dr.ª Ana Adelaide e Hamilton Gondim e Dr. José Adelino que foi reinaugurado.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
- Duas Upas Construidas Zona Sul e Zona Leste Concluidas e Inauguradas, e UPA de Jacy Parana em construção e cinco policlinicas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos para as unidades de pornto atendimento.

2012

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

Reforma da Unidade de Saúde - Policlinica Ana Adelaide e José Adelino da Silva
Conclusão das Obras UPAS zona Leste e Zona sul
Construção da UPA de Jacy paraná
Fornecimento de Gás oxigênio - 4 meses
Aquisição Digitalização para Mamografia
Aquisição material penso (Agulha, cânulas....)
Aquisição Medicamentos (hidrocortisona...) F. popular
Aquisição de colchões - DEMAC
Confecção de Jalecos p/ profissionais do CEM M.160/DA
Aquisição de gás oxigênio para Policlinica
Serviços de Ampliação e reforma Pol. Jose Adelino
Aquisição Material penso (compressa cirúrgica...)
Aquisição Desumificador de Ar - DEMAC
Aquisição impressora de vídeo/ultrassom - DEMAC
Aquisição Material Penso - SRP 125/2011 M.018/2012 - DM
Aquisição de Jalecos - DEMAC
Aquisição de Material Penso (alcool, cobertor óbto...) DMP
Aquisição de medicamento (retificação) D.A.F
Aquisição de Lençol descartável e luvas procedimento
Aquisição de placas, crachás de identificação - DEMAC
Aquisção material penso (luva cirurgica ...) DMP
Aquisição de jalecos e pijamas para P.A. 24 horas
Aquisição de projetos multimidia nobreak e outros memo.132/DEMAC
Aquisição afastador bacia e outros memo. 134/DEMAC
Aquisição de medicamento (Epinefrina, amoxicilina...)
Aquisição de medicamento (prometazina, anlodipira...)
Serviços de Limpeza UPA - memo. 187/DEMAC
Aquisição Material Consumo (avental, garrote....) DMP
Serviços de pintura, móveis, ferro, pronto atendimento - DEMAC
Aquisição saco de lixo hospitalar - Div. Manutenção
Aquisição Material de Consumo lençol - TNT - DMP
Aquisição de pulseiras hospitares p/ UPAS - memo. 175/DEMAC
Serviços de manutenção equipamentos - DEMAC
Aquisição de medicamentos (solução fisiológica....)
Aquisição de medicamentos
Manutenção preventiva e corretiva Equip. Laboratoriais
Aquisição de Material Limpeza
Aquisição de Folders e banners memo. 195/DEMAC/UPA
Aquisição de vasos com palmeiras par UPAS
Aquisição Equip. Mat. Perm. Tonômetro, freezer....Port.1173
Aquisição de persianas para UPAS - SRP
Aquisição de Material de Consumo (Equipo macro, injetor)
Aquisição equipamento (esfigmomanômetro...) DEMAC
Aquisição aparelho de Raio X memo.173/DEMAC
Aquisição rádio comunicação para UPA - DEMAC
Aquisição Medicamentos (água destilada.... D.A.F
Aquisição de gases em rolo
Aquisição de Pós Adulto e infantil
Aquisição de quadro ou metalon
confecção de bolsas acrílicas e adesivas
Capacitação de médicos - SAMU
Aquisição de Mat. Permanente (poltronas, suporte...) DEMAC
Aquisição de Material Permanente (telefone, geladeira)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Não conclusão de processos licitatórios.

2012 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Devido a morosidade nos trâmites processuais

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram feitas no decorrer do exercicio suplementações orçamentarias.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados no decorrer do exercício, mais houve lentidão nos trâmites processuais para conclusão

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora nos trâmites licitatórios.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão dos trâmites licitatórios

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

AÇÃO: 404 - Expansão e manutenção de serviço de atendimento móvel de urgência

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão
Demonstrando todas atividades desenvolvidas pelo programa

2011

Visitas in loco
Visitas semanais.
Reuniões de trabalho
Reuniões Mensais.
Relatórios de gestão
Relatório anual.

2012

Reuniões de trabalho
- Periódicas Avaliar desempenho, acompanhar grau de satisfação dos usuários
Visitas in loco
- Verificar possíveis problemas de ordem de recursos humanos e prediais
Sistemas informatizados
- Implantar sistema de classificação de risco em urgência e emergência no Municipio.
Relatórios de gestão
- Anual, detalhando ações desenvolvidas pelo programa

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
ASSISTENCIA A COMUNIDADE QUE NECESSITA DE ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do Previsto, uma vez que só existe um SAMU, dentro do Municipio de Porto Velho

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Contrato de manutenção de serviços de oficina, combustível, aquisição de material e equipamentos de assistência médica, expediente, manutenção da central de regulação e aquisição de novos aparelhos para comunicação. Aquiuisição de material penso, medicamentos e materiais hospitalares.

2012

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

Serviços Lavagem e Desinfecção Ambulancias - 2 meses
Serviços Man. Prev. Corretiva embarcações (6 meses)
Aquisição material penso (Agulha, cânulas....)
Serviços reforma na calçada M.M.M.E e SAMU
Aquisição de colchões - DEMAC
Renovação Contratação Fornecimento Alim. Pol. E SAMU
Aquisição de Motor de Polpa 250 HP
Aquisição de combustivel (gasolina) 5 meses
Aquisição de combustivel (Óleo díesel) 3 meses
Aquisição de gás oxigênio para SAMU
Aquisição Marmitex (lanches, Água.) DEMAC
Serviços de lavagem e lubrificação de ambulânicas - DITRAN
Aquisição de bobina para eletro, cardiograma - DEMAC
Aquisição Material penso (compressa cirúrgica...)
Serviços de física médica em radio dag
Aquisição de Material Penso (Abaixador de Lingua) - DMP
Curso ATLS - capacitação médicos
Aquisição Material Penso - SRP 125/2011 M.018/2012 - DM
Aquisição medicamentos (dipirona e outros) DAF
Aquisição de Material Penso (alcool, cobertor óbto...) DMP
Aquisição Manta, coberto térmico
Aquisição de Lençol descartável e luvas procedimento
Aquisição de aparelho telefônico SAMU
Aquisição de medicamento (complexo B, Amoxicilina....) DAF
Aquisição Material Consumo (avental, garrote....) DMP
Aquisição de Combustiveis - SEMUSA (4 Meses)
Aquisição de medicamentos
Aquisição de Material Limpeza Memo. 028/DM/2012
Aquisição de pneus memo.118/DITRAN
Aquisição de banner's e faixas UPAS zona sul e leste
Serviços de instalação de divisorioas Memo.244/DEMAC
Aquisição rádio comunicação para UPA - DEMAC
Aquisição de lixeiras plásticas - DEMAC
Aquisição de Material de Consumo (pillhas CR 123A)DEMAC
Aquisição de Pós Adulto e infantil memo. 249/DEMAC
Aquisição de Combustível - memo. 137/DITRAN
Aquisição de oxigênio medicinal para SAMU
Aquisição de equipamentos para conexão e ar condicionado
Serviços de controle de qualidade Raio-X - DEMAC

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

Necessário haver melhoria no acompahamento dos processos de aquisição de bens e serviços.

2012 Insuficientes

Os Recursos seriam Suficientes se houvesse mais agilidades nos processos de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Houve no decorrer do exercício Creditos Adicionais Suplementares por remanejamento, superavit financeiro e excesso de arrecadação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os Recursos foram liberados no decorrer do exercicio, havendo a necessidades de antecipação de cotas, e suplementações opr remanejamento e superavit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Dificuldades na conclusão de processos licitatórios.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Dificuldades em conclusão de licitação em processos de aquisição de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

AÇÃO: 405 - Manutenção do centro de referência de especialidades médicas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros:
Aconteceram todos os itens acima elencados quando da inauguração da unidade, hoje esses serviços são executados pela policlinica Rafael Vaz e Silva.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões Mensais.

Visitas in loco
Visitas diárias.

Sistemas informatizados
SISREG E HOSPUB

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões com os diretores, sempre que havia demanda e também de rotina

Sistemas informatizados
HOSPUB, SIS MAMA, Sistema de Informação Ambulatorial - SIA - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES

Relatórios de gestão
RAG - ANUAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Unidade ainda não inaugurada, podendo ser alterados seus índices a partir de seu funcionamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Inauguração prevista para março de 2012.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do Planejado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, de informática, mobiliários,e aquisição de materiais e insumos.

2012 Aquisição material penso (Agulha, cânulas....)
Aquisição Material de Consumo Centro de fisioterapia - DEMAC
Aquisição Mat. Permanente (Banho Maria...)Dicon
Instalação de Persianas - DEMAC
Aquisição de Planta ornamentais - DA
Aquisição Equip. Mat. Permanente Port. 1.173 - CEM
Aquisição de Mat. Permanente (pinça anatômica...)DAB
Aquisição de Material Penso (alcool, cobertor óbto...) DMP
Aquisição de Jalecos - DEMAC
Aquisiçao de Material de Consumo para C. E, Médicas
Prestação de Serviços para centro E. Medicas
Aquisição de filme para câmara a lase - DEMAC
Serviços de Limpeza CEM - memo. 187/DEMAC
Contratação Empresa Exames Laudos Televideologia m.165/DEMAC
Aquisição de peças para ultrasom - CEM
Aquisição kit carrinho para limpeza - DEMAC
Aquisição de Torso Humano e outros
Fotoforo com lâmpada
Aquisição de Material Limpeza
Desp. Com Lampâda infravermelho
Confecção de placas de sinalização
Aquisição de leusômetro, auto projetos
Lentes para campimetro
Serviços de reprografia (cópias coloridas)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Unidade ainda não inaugurda, podendo ser alterados seus índices a partir de seu funcionamento.

2011 Insuficientes
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012 Suficientes
Os recursos Orçamentários, seriam suficientes no decorrer do exercício se não houvesse tanta burocracia nos trâmites licitatórios nos processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberados no decorrer do exercício, havendo a necessidade de ser feita antecipação de cotas, suplementações por remanejamento e superávit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Dificuldades de Conclusão em processos de aquisição de bens e serviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

AÇÃO: 406 - Manutenção do centro de apoio psicossocial

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Semanalmente para acompanhamento do programa

Visitas in loco
São feitas 2 visitas semanais a pacientes acompanhados em tratamento intensivo

Sistemas informatizados
Sistema a ser implantado até agosto de 2011

Relatórios de gestão
Demonstrando as ações dos programas

2011

Visitas in loco
Visita mensal.

Sistemas informatizados
Em implantação.

Relatórios de gestão
Relatório anual..

Reuniões de trabalho
Reunião mensal.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões Programada com corpo Técnico

Visitas in loco
Domiciliares

Sistemas informatizados
OSPUB

Relatórios de gestão
RAG - ANUAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um aumento da demanda populacional

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Aquisição de materiais novos para os usuários.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Inaugurado o Caps - Infnto Juvenil, os demais ficaram como estavam planejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Diárias a técnicos do programa, aquisição de medicamentos, material gráfico, contratação de empresa para limpeza de piscinas, contrato de aluguel de imóvel onde funciona o Centro de Apoio Psicossocial ? CPAS Três Maria e AD, aquisição de equipamentos de informática e aquisição de veículos.

2012

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

Pagamento trat. Saúde (2 meses)
Pagamento trat. Drogadição (2 meses)
Aquisição de Veículo - CAPS
Serviços Limpeza de piscinas - CAPS
Aquisição de combustivel (gasolina) 5 meses
Aquisição Mat. Suporte de Rede Lógica - DA
Serviços realização de pesquisa drogas Licitas e Ilicitas
Pagto. De Tratamento dependência quimíca
Pagamento de tratamento dependencia quimica
Serviços gráficos panfletos e folders
Aquisição Material Permanente (Microfone..._DSM
Aquisição de Jalecos e bolsas - DSM
Aquisição Material de Consumo (jogo dominó, jogo damas...)DSM
Complementação trat. Drogadição - DSS
Despesa com aquisição de toten e adesivos mem. Nº086/DSM
Aquisição de Kits de lanche memo. 96/DSM/2012
Locação de Imóvel CAPS i
Serviços de pesquisa quantitativa opião pública
Pagamento tratamento Drogadição - 3 meses
Aquisição Material de Consumo (bloco lógico...) D. S. Mental
Aquisição Material Permanente (pimbolim...) D.S.Mental
Aquisição de medicamentos
Aquisição de Ar condicionado tipo split CAPS i e II - DEMAC
Confecção de folder's - CAPS I - DSS
Aquisição de placas tipo Toten memo.086/DSC
Aquisição de central de Ar Condicionado CAPS I e II
Aquisição de Longarina, armário, relógio parede, CAPS II
Aquisição Mat mobiliários para CAPS I - DEMAC
Prorrogação trat. De drogadição - D.S.S
Aquisição de Banner - SRP - DSM
Aquisição de Combustível - memo. 137/DITRAN
Serviços Confecção de Folder - DSM
Aquisição de medicamentos (prednisona)
Confecção de Camisetas - DEMAC
Pagamento Tratamento de Drogadição - 3 meses
Serviços de Limpeza de Piscinas - DSM
Aquisição de Folder, Banners... - DSM
Aquisição de cortinak persiana - DSM
Confecção e fixação de grade de proteção - DSM
Aquisição de tendas - DSM
Locação Imóvel (caps i) para mês Jan/2013

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos financeiros serão insuficientes para o programa se houver aumento na demanda a ser atendida.

2011 Insuficientes
Não houve tempo habil para conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

2012 Suficientes
Os Recursos Orçamentários e Financeiros, dentro de nossa realidade, não seriam suficiente, diante a demanda do programa, porém as dificuldades encontradas para conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
No decorrer do exercicio foram feitos remanejamentos orçamentários, para execução das ações deste programa em outro programa da atenção básica.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados no decorrer do exercício, havendo a necessidade de antecipar cotas, fazer suplementações por remanejamento e superávit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais na aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição e bens e serviços.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 123 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Gerente: KENIA RIBEIRO MARINHO

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na conclusão de processos de aquisição de bens e s erviços

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ampliar a cobertura das ações de promoção a saúde e assistenciais a clientelas específicas atendendo as prioridades de atenção do Plano de Ação Municipal, Estadual e Federal.

Público-Alvo: Grupos estratégicos da população municipal (portadores de diabetes, hipertensão, idosos, cadastrados no bolsa família, nutrizes e crianças com carê

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: A necessidade de agregação das áreas estratégicas definidas pela gestão municipal, baseadas em séries históricas, possibilitando a incorporação de parâmetros assistenciais assumidos como meta no Pacto pela saúde, instituído pela Portaria GM/MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, induz a realização de procedimentos especiais e de impacto para esta população alvo. Estima-se que cerca de 35% da população do Município seja hipertensa e 11% diabética, porém existem cadastrados cerca de 8.000 hipertensos e 5.000 com base nos dados do sistema de informação Hiperdia, o que reporta a um déficit de cadastros acompanhamentos a população que sofre com hipertensão e diabetes. O diagnóstico precose e acompanhamento reduz significativamente a morbimortalidade por hipertensão e diabetes, o que melhora a qualidade dos usuários e diminui o número de internações decorrentes de complicações por hipertensão. O diabetes é uma doença crônico-degenerativa que deveria contar com cerca de 16.525 cadastrados no Município de Porto Velho, atualmente temos cadastrados apenas cerca de 5.000 usuários, o que também reporta a déficit de acompanhamento a esta população. Este programa deve ser organizado conforme a Portaria Conjunta / MS nº 02, de 05 de março de 2002 que dá as suas diretrizes. O programa bolsa família instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentação pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 e com as ações de monitoramento da saúde regidas pela Portaria Interministerial nº 2.509, de 18 de novembro de 2004 é um exemplo de uma área estratégica, atualmente o municipio de Porto Velho tem 17.450 famílias cadastradas no programa e apenas 21,95% destas foram acompanhadas pelo sistema de saúde na primeira vigência do programa (compreende o período janeiro a junho de 2009). Diante de exposto, necessitamos implementar as ações do programa para que possamos ampliar as metas ano a ano e melhorar a qualidade da saúde da população usuária.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução da morbimortalidade por hipertensão arterial	Previsto	20	25	30	35
	Apurado	20	25,39	26,12	
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	101,56	87,07	
	Relação % Apurado/Final	57,14	72,54	74,63	

2010:

2011:

2012: Com o propósito de reduzir a morbimortalidade associada a HA e DM, o Ministério da Saúde implantou o Sistema HIPERDIA assumindo o compromisso de executar ações em parceria com estados, municípios e sociedade para apoiar a reorganização da rede de saúde, com melhoria da atenção aos portadores dessas patologias.

02 - Redução da morbimortalidade por Diabetes Mellitus	Previsto	4	6	8	11
	Apurado	1.58	25,39	31,91	
	Relação % Apurado/Previsto	39,50	423,17	398,88	
	Relação % Apurado/Final	14,36	230,82	290,09	

2010:

2011:

2012: ? Implantação da planilha para automonitoramento da glicemia capilar dos pacientes que fazem uso de insulina NPH e REGULAR.
? Implantação do Laudo de tira reagente para solicitação de fita reagente e lancetas padronizado nas UBS.

03 - Acompanhamento nutricional das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família	Previsto	40	55	65	75
	Apurado	50	44,7	65	
	Relação % Apurado/Previsto	125,00	81,27	100,00	
	Relação % Apurado/Final	66,67	59,60	86,67	

2010:

2011:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2012: No Município de Porto Velho, o referido Programa é executado nas Unidades de Saúde, através das Equipes de Saúde da Família, assim como, na Maternidade Municipal Mãe Esperança

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Investimento em capacitações, investimento no programa, ampliação das equipes que atendem o programa.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Houve uma maior sensibilização dos profissionais envolvidos com o programa, divulgação nos meios de comunicação, realização de campanhas de detecção,palestras educativas e distribuição de materiais informativos com orientações.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Diversas atividades foram desempenhadas pela programa no decorrer do ano, mas algumas metas pactuadas não foram alcançadas, pois há necessidade de um esforço multiprofissional dos setores de nível central e das unidades de básicas de saúde;

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Devido o aumento de equipes no programa, melhora o acesso aos serviços de saude.

2011 Satisfeito
Tendo em vista a disponobilização de medicamentos e insumos, a formação de grupos de hipertensos e diabéticos pela ESF, a busca ativa de pacientes hipertensos e diabéticos e a assistência domiciliar pela ESF.

2012 Satisfeito
Uma vez que houve aumentona procura dos serviços oferecido pelo programa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Através das atividades de educação em saude desenvolvidas nas unidades, palestras orientatorias e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS.

Pessoa com Deficiência
Através das atividades de educação em saude desenvolvidas nas unidades, palestras orientatorias e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS..

Gênero
Através das atividades de educação em saude desenvolvidas nas unidades, palestras orientatorias e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS.

Criança e Juventude
Através das atividades de educação em saude desenvolvidas nas unidades, palestras orientatorias e nas visitas domiciliares realizadas pelos ACS.

2011

Raça
As ações do Programa são baseadas na promoção da igualdade social.

Pessoa com Deficiência
As ações do Programa são baseadas na promoção da igualdade social.

Gênero
As ações do Programa são baseadas na promoção da igualdade social.

Criança e Juventude
As ações do Programa são baseadas na promoção da igualdade social.

2012

Gênero
Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Criança e Juventude
Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Raça
Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Pessoa com Deficiência
Todos são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a burocracia, nos trâmites processuais para aquisição dos materiais necessarios para o desenvolvimento do programa.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Com o aumento da população diabética e hipertensa, houve umanecessidade de aquisição de materiais, com entraves no programa devido a demora da aquisição dos materiais necessários.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Com o aumento da população diabética e hipertensa os recursos humanos tornaram-seinsuficientes para dinamizar o programa.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há essa necessidade de materiais visando facilitar os trâmites normais dos processos de bens e serviços oferecidos.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Há necessidade de um espaço físico adequado para armazenar os insumos adquiridos para desenvolver as ações de todos os programas pertencentes a esta Divisão, tendo em vista que atualmente estes materiais são armazenados no Almoxarifado Municipal tornando difícil o controle e dispensação dos mesmos em virtude da distância que se situa em relação sede.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido a demora nos processos de aquisição bens e serviços

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Há necessidade de um espaço físico adequado para armazenar os insumos adquiridos para desenvolver as ações de todos os programas, tendo em vista que atualmente estes materiais são armazenados no Almoxarifado Municipal tornando difícil o controle e dispensação dos mesmos em virtude da distância que se situa em relação sede.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Apenas um técnico na coordenação

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Áreas descobertas e rotatividades de profissionais.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidade de uma maior estruturação do setor no tocante a recursos humanos.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há necessidade de uma maior estruturação do setor no tocante a recursos humanos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necessidade de uma maior estruturação do setor no tocante a recursos humanos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há necessidade de uma maior estruturação do setor no tocante a recursos humanos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com grupo de interesse, semestral.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor implemento nas ações do Programa.

2011

Ouvidoria
Implantação do serviço de ouvidoria em julho de 2011 com o recebimento de criticas, elegiose sugestões do usuário.

Audiência Pública
Sempre que convocada por associações e sindicatos.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões são desenolvidas com as equipes das unidades de saúde.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões com o Conselho Municipal de Saúde.

Outros: Conferência
Conferência Municipal de Saúde.

2012

Ouvidoria
Sede SEMUSA, que recebe as reclamações e elogios ao programa.

Audiência Pública
Quando da convocação para discussão com a sociedade.

Consulta Pública
Quando da convocação para discussão com a sociedade.

Reunião com grupos de interesse
Reunião com a equipe técnica da Gerência Estadual de Programas Especiais, especificamente a Coordenação Estadual da Área Técnica.

Discussão em Conselho Setorial
Quando da convocação para discussão e tomada de decisão na área da saúde.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Pesquisa de satisfação dos usuarios realizada pela Secretaria em 2010.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

A avaliação é feita através da ouvidoria, reuniões técnicas e Conferência Municipal de Sáude.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Através da ouvidoria SEMUSA.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 408 - Capacitação de Profissionais do Sistema Único de Saúde nas áreas Estratégicas.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Trimestralmente nas Unidade de Saude

Visitas in loco
Mensalmente nas UBS

Sistemas informatizados
Sistemas alimentados diariamente: Hiperdia e Bolsa Familia

Relatórios de gestão
Demonstrando as atividades desenvolvidas no decorrer do exercicio.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões das equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Realizadas pelas equipes técnicas da coordenação.

Sistemas informatizados
Sistemas HIPERDIA, DATA SUS , SISPACTO.

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões convovadas diariamente.

Relatórios de gestão
Relatório de Gestão Anual.

Visitas in loco
Visita técnica às Unidades de Saúde para atualização da versão do Sishiperdia, levantamento de medicamentos e insumos.

Sistemas informatizados
Sistema Hiperdia;Sistema de Informação de Saúde Regulada (SISREG). HOSPUB

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Investimento em capacitações e ampliação das equipes que atendem o programa.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um maior comprometimento da equipe na busca dos pacientes.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta prevista superestimada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Profissional capacitado do Programa Saúde da Família.

2012 Capacitação de servidores em aérea estratégica de ação de saúde

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O programa utilizou recursos de outros programas para que pudesse alcançar as metas. Morosidade no sistema processual de aquisição de bens e serviços.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011 Insuficientes
Ação foi desenvolvida junto ao Programa Saúde da Família - PSF.

2012 Insuficientes
Considerando que as ações foram executadas dentro do programa saude da familia, havendo dificuladade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição.

2011

Não há restrições

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Em conclusão de processos de bens e serviços oferecidos à população.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 409 - Manutenção de Programas Estratégicos (Hiperdia, Carência Nutricional,...)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Trimestralmente nas Unidade de Saude

Visitas in loco
Mensalmente nas UBS

Sistemas informatizados
Sistemas alimentados diariamente: Hiperdia e Bolsa Familia

Relatórios de gestão
Demonstrando as atividades desenvolvidas no decorrer do exercicio

2011

Sistemas informatizados
Emissão de relatórios através do HIPERDIA.Há dificuldades na digitação pelas equipes das unidades de saúde devido a grande rotatividade dos servidores que executam o trabalho e constantes problemas de travamento nas máquinas onde estão instalados o programa.O bolsa família é digitado diariamente durante as duas vigências de janeiro a julho e de fevereiro a dezembro

Reuniões de trabalho
Reuniões bimestrais.

Visitas in loco
As visitas são realizadas mensalmente pela equipe técnica das unidades de saúde, porém há dificuldades tendo em vista as equipes serem pequenas e a falta de um veículo no setor.

Relatórios de gestão
O relatório descritivo de gestão é feito semestralmente e o RAG quadrimestralmente.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões diárias com a equipe executora.

Sistemas informatizados
Sistemas acessíveis do Ministério da Sáude.

Relatórios de gestão
Realtório de Gestão das Atividades Desenvolvidas Anualmente.

Visitas in loco
Visitas Técnicas às Unidades de Saúde para solucionar problemas técnicos quanto a configuração, reinstalação do Sishiperdia, atualização do banco de dados, exportação de dados, atualização de progrmas de anti-vírus.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O programa não teve um bom desempenho devido a morosidade de conslusão de processos de bense serviços.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro das metas pré-estabelecidas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de medicamentos, aquisição material grafico, aquisição de equipamentos e materiais permanente.

2012 Aquisição de tiras reajentes para determinação glicemia M.02/DPE/12
Aquisição Mat. Consumo Leite Supra Soy ...)DSS
Aquisição Medicamentos em geral (formoterol, budesonida fitas, refil de Insulina oxibutirina, carbonato cálcio 600 mg, Diclofenaco)
Aquisição de fraudas descartáveis - DSS
Aquisição de Fraudas Descartáveis - DSS - Mandado Judicial
Aquisição de tira plástica reativa.....DPE
Complementação CEO 274 4 RS e RS 240 de 01.03.2012
Aquisição de Kit Lanche - SRP
Aquisição de leite supra soy - M. Judicial - DSS
Aquisição de Fraudas Geriatricas - Mandado Judicial
Aquisição de 5000 litros regentes memo.181/DPE
Aquisição de agulhas de Biopsia nº 142/DEMAC
Aquisição sonda visical nº14 - Mandado judicial memo.338/DSS
Aquisição de Pós Adulto e infantil memo. 249/DEMAC
Aquisição Medicamentos (nebido) DSS
Aquisição Medicamentos (pradaka e ictus) DSS
Aquisição Material consumo (Água mineral)
Aquisição de ampolas enoxaparina
Aquisição de creme universal
Aquisição e instalação de bancadas - DAB
Aquisição de bolsa de colostemia - M.J.
Aquisição de medicamentos (nutre-cálcio D) - DSS e creon 10.000)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 124 - ATENÇÃO AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2011 Insuficientes
Houve entraves burocráticos para conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012 Suficientes
Os recursos são suficientes para execução do programa, porém há entraves burocráticos para conclusão dos processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
No decorrer do exercicio foram abertos creditos adicionais suplementares, por remanejamento, excesso de arrecadação e superávit financeiro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve no decorrer do exercício, antecipação de cotas, suplementações por remanejamento e superávit financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na licitação dificultando a conclusão dos processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: CARIS REGINA VALENCIA SALES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Organizar o acesso dos usuários ao SUS, de acordo com suas necessidades de saúde, a oferta dos serviços existentes concomitante com ações de controle e avaliação

Público-Alvo: Profissionais lotado no Departamento de Controle, Regulação e Auditoria do SUS (DAC) e Unidades de Saúde (Rafael Vaz e Silva, policlínicas: Mano

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Atualmente as produções apresentadas ao DAC apresentam divergências quanto ao que foi produzido e o que está sendo informado através dos boletins de produção. Portanto, visando melhoria nestas notificações, o objetivo elencado deverá ter como resultado esperado o declínio destas subnotificações em 35%. A Portaria 2.209 de 04/12/2004, institui o sistema nacional de auditoria no SUS.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de unidades de saúde informativa de dados de produção	Previsto	65	55	45	35
	Apurado	66	75	36	
	Relação % Apurado/Previsto	101,54	136,36	80,00	
	Relação % Apurado/Final	188,57	214,29	102,86	

2010:

2011:

2012: Com a implantação do Sistema Único de Saúde no Brasil e a descentralização dos serviços, notam-se avanços na ampliação e na qualificação de ações em saúde, nos seus diferentes níveis de complexidade. Estes avanços foram possíveis graças a um conjunto de estratégias e normatizações que possibilitaram à gestão do sistema de saúde desenvolver um novo papel relacionado à organização e à prestação de serviços.
Este novo papel da gestão do sistema de saúde visa estimular a avaliação e a qualidade dos sistemas e serviços, com a finalidade de garantir a informação e o alinhamento de conceitos que contribuam com as atividades de planejamento, acompanhamento, regulação, controle e avaliação do serviço de saúde prestado.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Acompanhamento constante na alimentação do sistema SIA SUS.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O resultado transmite a informação de aumento de 25% de unidades frente ao ano anterior. Neste período também foram incluídas 3 novas unidades no CNES.

2012 Alcance acima de 100% do previsto
Capacitar recursos humanos para implantação das centrais de regulação nas Unidades de Saúde (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, recepcionistas dentre outros);
2-Implantar uma rede de estrutura lógica, elétrica e de telefonia nas unidades de saúde Urbana;

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Falta capacitação dos recursos humanos na operacionalização do sistema SIA SUS.

2011 Não apurada
Não existe mecanismo para apurar resultados de beneficios à população.

2012 Satisfeito
Com a implantação do Sistema Único de Saúde no Brasil e a descentralização dos serviços, notam-se avanços na ampliação e na qualificação de ações em saúde, nos seus diferentes
níveis de complexidade. Estes avanços foram possíveis graças a um conjunto de estratégias e normatizações que possibilitaram à gestão do sistema de saúde desenvolver um novo papel relacionado à organização e à prestação de serviços.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: CARIS REGINA VALENCIA SALES

2012

Definição do objetivo do programa em relação ao problema

O Departamento de Regulação, Avaliação e Controle tem como objetivo geral coordenar e aprimorar a implementação da Política Nacional de Regulação, Controle e Avaliação, além de viabilizar financeiramente o desenvolvimento das ações e serviços de saúde na atenção ambulatorial e hospitalar do SUS, dentro do estabelecido no Pacto de Gestão.

Caracterização do público-alvo

(Médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, recepcionistas dentre outros);

Pertinência das ações

Acompanhamento e execução dos sistemas (DATASUS) que envolve todas as etapas de processamento da Secretaria Municipal de Porto Velho.  Processamento de dados e envio ao Ministério da Saúde.  Recebimento do faturamento das Unidades de Saúde, ou se conveniado.  Processamento e envio dos faturamentos provenientes do SIA/SUS e SIH/SUS das Unidades de Saúde ou se, conveniados.
 Apuração dos dados enviados para Ministério da Saúde referentes aos valores apurados no faturamento público, ou se conveniados.
 Verificar a adequação, a resolubilidade e a qualidade dos procedimentos e serviços de saúde disponibilizados à população.

Suficiência das ações

No Departamento de Regulação, Avaliação e Controle foram realizadas oficinas que tiveram como produto a análise da situação de saúde, a ormulação de estratégias e ajustes na execução das ações, num mecanismo contínuo de orresponsabilidade na gestão, visando uma melhor qualidade e efetividade no sistema de saúde para a tomada de decisão.

Dimensionamento do público-alvo

O Departamento de Regulação, Controle e Avaliação, desenvolve um conjunto de ações que visam subsidiar a gestão na tomada de decisão e no planejamento das políticas locais de saúde. Dentre as principais atividades e primando sempre pela qualidade da informação, como todos os profissionais envolvidos.

Suficiência das metas físicas das ações

Com a realizaçao de vários programas foi possível distribuir equipamentos de informática e outros em todas as unidades de saúde da zona urbana.
**Quanto a instalação da rede lógica algumas Unidades ficaram sem instalação por não fazerem parte do projeto básico de instalação são elas: Caps II, Caps AD, Caps i, Ceo's.*

Definição dos indicadores

Com os avanços foram possíveis graças a um conjunto de estratégias e normatizações que possibilitaram à gestão do sistema de saúde desenvolver um novo papel relacionado à organização e à prestação de serviços.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Raça
O programa avalia o desenvolvimento das unidades de saúde através de suas produções sem distinção de beneficiário.

Pessoa com Deficiência
O programa avalia o desenvolvimento das unidades de saúde através de suas produções sem distinção de beneficiário.

Gênero
O programa avalia o desenvolvimento das unidades de saúde através de suas produções sem distinção de beneficiário.

Criança e Juventude
O programa avalia o desenvolvimento das unidades de saúde através de suas produções sem distinção de beneficiário.

2012

Pessoa com Deficiência
são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Raça
são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Criança e Juventude
são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Gênero
são atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Espaço fisico inadequado para desenvolvimento das ações do programa, além da necessidade de mais contratações de Recursos Humanos

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaço fisico inadequado para desenvolvimento das ações do programa, além da necessidade de mais contratações de Recursos Humanos

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Equipamentos e espaço fisico inadequado, e necessidade de mais contratações de recursos humanos

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Equipamentos e espaço fisico inadequado, e necessidade de mais contratações de recursos humanos

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: CARIS REGINA VALENCIA SALES

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
O espaço físico é inadequado e insuficiente para o trabalho da equipe gerencial.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Insuficiência de equipamentos de informática nas unidades básicas e de urgência.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Algumas unidades ainda possuem espaço adequado para as atividades do faturista.

2012

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
O espaço onde funciona o DAC, necessita de uma melhor estrutura para desenvolver suas atividades.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
As dificuldades infrentdas pelos executores do programa é a falta de veículos e equipamentos.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O espaço onde funciona o DAC, necessita de uma melhor estrutura para desenvolver suas atividades.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os Recursos Materiais fossem licitados em tempo real e não houvesse tanta burocracia na conclusão dos tramites licitatorios, teriamos materiais suficiente para equipe gerencial.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação sempre será insuficiente, uma vez que as mudanças constantes nos programas dependem das Portarias Ministeriais.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Não há técnicos susficientes na equipe de controle e avaliação para as atividades de acompanhamento in loco nas unidades.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Três unidades possuem déficit de técnicos para o faturamento de suas produções.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
As oportunidades de cursos de formação para a equipe gerencial ainda são insuficientes para o total dos técnicos.

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Investir em treinamento para qualificar os servidores deste departamento,

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
a necessidade de contrataçao de profissionais para o aumento no quadro de recursos humanos para melhor desenvolver as atividades.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
a necessidade de contrataçao de profissionais para o aumento no quadro de recursos humanos para melhor desenvolver as atividades.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
? Capacitação dos profissionais de toda zona rural terrestre nos programas: SIGTAP, BPAC_REL,BPAI_REL e instalação dos mesmos;

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões CIB- Comissão Intergestores Bipartite.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas no Conselhos de Saude.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
-Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;- Monitorar e fiscalizar e o cumprimento dos critérios nacionais, estaduais e municipais de credenciamento de serviços;- Implementar a avaliação das ações de saúde nos estabelecimentos de saúde, por meio de análise de dados e indicadores e verificação de padrões de conformidade.

2011

Audiência Pública
Partici,pação da SEMUSA na audiência pública do orçamento participativo.

Reunião com grupos de interesse
Apresentação dos dados de produção da SEMUSA.

2012

Reunião com grupos de interesse
Com grupos afins,

Discussão em Conselho Setorial
Sempre que necessario

Ouvidoria
Instalada na sede SEMUSA,

Audiência Pública
Na camara municipal de Porto Velho, e sempre que necessário

Consulta Pública
Sempre

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: CARIS REGINA VALENCIA SALES

Mecanismos adotados:

Pouco satisfatoria, uma vez que há a necessidade constante de capacitação devido as mudanças constantes no sistema pelo Ministerio da Saude.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Ainda não foi definida a ferramenta a ser utilizada para o levantamento desta informação.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

a divulgaçao do programa seria uma alternativa para que o usuario ficasse mais informado sobre as açoes do DAC

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 054 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Diretores Administrativos e Faturistas das Unidades de Saude para avaliar o desempenho das produções apresentadas

Visitas in loco

Periodica para acompanhar e avaliar as produções

Sistemas informatizados

Atualiza mensalmente sistema de informação

Relatórios de gestão

Anual, demonstrando os resultados obtidos no exercicio

2011

Relatórios de gestão

Relatórios semestral e anual.

Sistemas informatizados

Avanço na descentralização do CADSUS/CADWEB junto às unidades de saúde.Início das implementações dos Sistemas GIL,HOSPUB E SISREG.

Reuniões de trabalho

Reuniões técnicas para sanar as dúvidas de produção ambulatórial dos profissionais de nivél superior e médio.

Visitas in loco

Visitas realizadas principalmente no fechamento da produtividade das unidades básicas e unidades de média e alta complexidade.

2012

Relatórios de gestão

Relatórios mensais.

Reuniões de trabalho

Reuniõe diárias.

Visitas in loco

Visitas diárias e semanais quando da necessidade

Sistemas informatizados

Sistema HOSPUB.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Em vista da implantação dos novos sistemas, foram desenvolvidasvárias capacitações não só com os faturista, bem como outros profissionais das unidades de saúde: médicos,enfermeiros,servidores do SAME e outros.Houve também curso de informática básica para outros profissionais das unidades de saúde.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não foi executada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisições de equipamentos de informatica, despesa de deslocamento para capacitações fora do estado para conhecimento do SISREG, Consultoria de profissionais de fora do estado para implantar os programas jácitados.

2012 Não há produto nesta ação uma vez que não foi executada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem movimentação de recursos orçamentários.

2011 Insuficientes

Ação executada em outro programa.

2012 Não foram liberados recursos

Morosidade no andamento do processo admiistrtativo de bens e serviços, e não conclusão dos mesmos houve a necessidades transferir os recursos para outras ações.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: CARIS REGINA VALENCIA SALES

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Os recursos foram remanejados para outra ação.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Pela Morosidade no andamento do processo admiistrtativo de bens e serviços, e não conclusão dos mesmos houve a necessidades transferir os recursos para outras ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Dificuldade nos trâmites processuais para aquisição de bens e serviços.

2011

Não há restrições

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Devido morosidade nos trâmites processuais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Pareceria com Usina Santo Antonio na confeccção de material gráfico e etiquetas para o cartão SUS.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: CARIS REGINA VALENCIA SALES

AÇÃO: 407 - Implementação do sistema de regulação do SUS

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Diretores Administrativos e Faturistas das Unidades de Saude para avaliar o desempenho das produções apresentadas.

Visitas in loco
Visitas in loco periodicas, para acompanhar e avaliar as produções.

Sistemas informatizados
Atualiza mensalmente sistema de informação.

Relatórios de gestão
Anual, demonstrando os resultados obtidos no exercicio

2011

Visitas in loco
orientação de novo fluxo, de acesso aos serviços, capacitação dos marcadores locais, instalação da estrurtura física.

Sistemas informatizados
A SEMUSA utiliza o sistema informatizado disponibilizado no MS. Que denomonado SISREG.

Relatórios de gestão
Em 2011 as ações de Regulação cumpunha o Relatorio de Gestão como projeto a ser realizado. A previsão de execulção das ações é para o 1º trimestre de 2012.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões diárias.

Visitas in loco
Visitas de acordo com as necessidades das setoriais.

Sistemas informatizados
HOSPUB.

Relatórios de gestão
Relatórios mensais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A meta alcansada no ano de 2011, foi a conecção da central municipal de regulação com a central estadual de regulação em alguns procedimentos pilotos.Sendo que a conecção das unidades locais para o sistema está previsto para o 1º trimestre de 2012.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do Estabelecido pela PAS

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 COMPRAS DE MATERIAL DE INFORMAT´CA,(computadores, nobreak, switch, impressoras e servidor de dados); Aquisição de material de rede logica (cabos, RJ45, conectores e canalestas); Contratação de empresa especializada em instalação de rede lógica. Ressaltamos que as compras e aquisições foram programadas e realizadas para as Unidades da Zona Urbana.

2012 Diárias a servidores para participação em capacitação. Contratação de empresa especializada em elaboração grau de satisfação

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes
O projeto foi ambliado e tem como meta estender em toda rede municipal de saúde. os recursos financeiros foram sficinete porem houve morosidade nos tramites processuais de aquisição de bens e serviços

2012 Suficientes
Devido à lentidão nos trâmites processuais não houve tempo hábil de utilizar os recursos em sua totalidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ao longo do exercicio foram abertos créditos orçamentários através de remanejamentos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O programa foi eleito como prioritário, ocasionado agilidde administrativa.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Morosidade no andamento do processo administrativo de bens e serviços, e não conclusão dos mesmos havendo a necessidade de transferir os recursos para outras ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 125 - CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DO SUS
Gerente: CARIS REGINA VALENCIA SALES

Houve parceria da Santo Antonio Energia, no sentido de confecionar material gráfica (Banner); Alicação de espaço fisico para capacitações.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nas conclusões de processos de aquisição.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
conclusão de porcesso de aqusição de bens e serviço

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no andamento do processo administrativo de bens e serviços, e não conclusão dos mesmos havendo a necessidade de transferir os recursos para outras ações.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Houve parceria da Santo Antonio Energia, no sentido de confecionar material gráfica (Banner); Alicação de espaço fisico para capacitações.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer a população de Porto Velho medicamentos essênciais a baixo custo

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O alto custo dos medicamentos essênciais leva ao elevado índice de abandono ou interrupções de tratamento de doenças comuns na população. Portanto este programa visa garantir que quem compra medicamento, o compre melhor, sem interrupção no tratamento por falta de dinheiro, reduzindo o impacto no orçamento familiar causado pela compra de remédio e também, diminuir os gastos do SUS com as internações que são provocadas pelo abandono do tratamento.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa da população atendida com medicamentos	Previsto	26,92	29,61	32,57	35,82
	Apurado	18.4	21,11	32,57	
	Relação % Apurado/Previsto	68,35	71,29	100,00	
	Relação % Apurado/Final	51,37	58,93	90,93	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa atende a toda a população e é dirigido, sobretudo, às pessoas que interrompem o tratamento por não conseguirem arcar com o preço dos remédios

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
As duas Unidades de Farmácia Popular foram montadas em lugares estratégicos, onde atendemos pessoas de várias classes sociais, e nossos objetivos foram alcançados.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A população que vem buscando se beneficiar com o programa adquirindo medicamentos a baixo custo está sendo atendida.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O Programa visa atender toda a população do município, bem como todos que procurem as unidades para adquirirem os medicamentos prescritos e que estejam padronizados na lista do Programa.

2011 Satisfeito
Elogio ao Programa Farmácia Popular, elogio a presença do profissional farmacêutico na dispensação do medicamento.Algumas vezes há insatisfação dos pacientes pelas seguintes causas:1 - Falha do Sistema de Liberação Medicamentos Gratuitos - FIOCRUZ.2 - Paciente não concorda com a PORTARIA Nº 184 /03/02/2011, que versa sobre a obrigação para adquirir medicamentos gratuitos.

2012 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

Pretensão de estender o programa instalando mais uma unidade.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

Gênero
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

Criança e Juventude
São atendidos com base no Principio da Universalidade garantida pela Constituição Federal

2011

Pessoa com Deficiência
Não há distinção, o programa é universal e atende quaisquer pessoas em sua integridade física e mental.

Gênero
Não há distinção, o programa é universal e atende quaisquer pessoas em sua integridade física e mental.

Criança e Juventude
Não há distinção, o programa é universal e atende quaisquer pessoas em sua integridade física e mental.

Raça
Não há distinção, o programa é universal e atende quaisquer pessoas em sua integridade física e mental.

2012

Gênero
São atendidos com base no principio da Universalidade garantidade pelo SUS

Criança e Juventude
São atendidos com base no principio da Universalidade garantidade pelo SUS

Raça
São atendidos com base no principio da Universalidade garantidade pelo SUS

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no principio da Universalidade garantidade pelo SUS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Recursos humanos inadequados para atendimento da demanda.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
É necessário substituições/aquisições de equipamentos de informática para a boa execução das gerências técnicas.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
É necessário reformar a Unidade Leste, onde a estrutura física da gerênciaestá ineficiente para o atendimento.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Insuficiência de uniforme, tendo em vista contratação de novos funcionários e a unidade necessitade nova mobília (cadeiras, mesas), bebedouros, dentre outros, tendo em vista que o programaprograma tem 06 (seis) anos de existência e até o presente não houve renovação dos mesmos.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
É necessário reformar a Unidade Leste, onde a estrutura física das equipes executorasestá ineficiente para o atendimento.

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Há a pretensão de extensão do programa instalando uma outra unidade para contemplar um número maior de usúarios.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Quantitativo existente insuficiente para atender o programa

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Aumento de capacitação para novos contratados de recursos humanos

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
É necessário fazer e/ou refazer qualificações específicas dos servidores para o atendimento ao público.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Após a implantação do Programa "Saúde Não tem Preço" em fevereiro de 2011, as demandas de atendimento tornaram ineficiente a quantidade de farmacêuticos tanto na dispensação, como na Gerência Técnica.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Após a implantação do Programa "Saúde Não tem Preço" em fevereiro de 2011, as demandas de atendimento tornaram ineficiente a quantidade de servidores nasduas unidades de Farmácia Popular.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
É necessário fazer e/ou refazer qualificações específicas para os farmacêuticos das duas unidades.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

Reuniões periódicas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor desempenho do Programa

2011

Ouvidoria
Quando ss pacientes tem quaisquer dúvidas, insatisfações, reclamações e elogios, esses são orientados para que liguem, para a Ouvidoria SEMUSA e/ou Ministério da Saúde.

2012

Ouvidoria
Através da Ouvidoria instalada na SEMUSA

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Conforme pesquisa de satisfação do usuario feita pela Secretaria de Saude.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
A Direção do Programa faz visitas diárias nas unidades, fazendo perguntas formais aos usuários na hora de seu atendimento, onde versa sobre sua satisfação ao Programa.Quando o usuário sente-se insatisfeito a Direção o encaminha para entrar em contato com a Ouvidoria/SEMUSA.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Através de questionário para avaliar a satisfação do cidadão quanto ao oferecimento de medicamentos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 144 - Manutenção da Farmácia Popular

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões Periódicas

Sistemas informatizados
Sistema alimentado diariamente

Relatórios de gestão
Demonstrando o resultado de todas ações

2011

Reuniões de trabalho
A Direção faz reuniões periódicas com todos os servidores das unidades Farmácia Popular.

Visitas in loco
A Direção faz visitas periódicas nas duas unidades Farmácia Popular.

Sistemas informatizados
No mês de novembro de 2011 foi feito informatização da sala de estocagem dos medicamentos da unidade Centro.

Relatórios de gestão
A Direção faz os relatórios regularmente do PAS.

2012

Reuniões de trabalho
DIARIAS

Sistemas informatizados
Sistema de Iinformática

Relatórios de gestão
- RAG - ANUAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram mantidas e melhorada as duas unidades, sendo que unidade Centro foi reformada.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A instalação de uma nova unidade de atendimento foi reprogramada para 2013 pelo gestor da saúde

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

1 - Disponibilização de materiais de consumo - duas unidades;
2- Reforma da unidade Centro (troca de piso, telhado, pinturas, tratamento de paredes, dentre outros);
3 - Processo de aquisição de uniformes - duas unidades;
4 - Instalação de 05 (cinco) centrais de ar para unidade Centro;
5 - Treinamento teórico de farmacêuticos novos na FPB;
6 - Instalação do Programa Saúde Não tem Preço;
7 - Adequação para as exigências da RDC - 20 dos Antimicrobianos;
8 - Divulgação do programa em sites, panfletos, bannres e outros;
9 - Aquisição de equipamentos de informática;
10 - Pagamento de aluguel das unidades;
11 - Suprimentos de Fundo;
12 - Processos de aquisições de blocos de notas fiscais;
13 - Pagamento de Taxas - renovação de Alvarás das duas unidades (bombeiro, Conselho de Farmácia, Anvisa Nacional).
dentre outros...

2012 Confecção de blocos de Nota Fiscais Memo.060/FPB/SEMUSA
Aquisição de paíneis de senhas - FPB
Aquisição Mat. Permanente (Bebedouro ....) FPB
Aquisição de Passagens Aéreas -DA
Confecção de uniformes - farmácia popular
Suprimento de Fundo - Elber Rogério - FPB
Suprimento de Fundo - Elber Rogério - FPB
Pagto. De taxa conselho regional de farmácia m. 031/2012
Aquisição de Veículo - Farmácia Popular (Veículo Passeio)
Aquisição de Bobina de Painel eletrônico - Farmácia Popular
Aquisição Perm. Para Farmácia Popular
Aquisição de Material de Consumo Farmácia Popular
Serviços de rede para Farmácia Popular
Reforma Farmácia Pop. Zona Leste
Pagamento de Inscrição Congresso Brasileiro - BA/FPB
Diária - Elber Rogério Jucá - FPB
Suprimento de Fundo - Elber Rogério - FPB
Suprimento de Fundo - Elber Rogério - FPB
Aquisição condicionador de ar - FPB
Aquisição de Materiais e serviços - FPB
Aquisição de Materiais e serviços - FPB
Aquisição de Materiais e serviços - FPB

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos são suficientes, havendo algumas dificuldades nos trâmites processuais.

2011 Suficientes
O recurso foi sufiente, pois o Programa Farmácia Popular tem orçamento/recursopróprio fornecido via Fundo/Ministério da Saúde para desenvolver o Programa das duas Unidades de Porto Velho.E as ações estão conotadas com a autorização parautilização dos recursos.

2012 Suficientes
Para manutenção da unidade existente foi o suficiente, porem houve muita demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve abertura de creditos adicionais suplementares por remanejamento e superávit financeiro

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Normalmente no decorrer do exercicio

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos do Fundo Nacional de Saude

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Alto
As medicações vendidas pelas Farmacias Basicas são todas envidas pela FIO - Cruz

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na conclusão do processo de aquisição.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Alguns processos foram fracassados por conta de questões específicas de licitação.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
em conclusão de processos licitatoriosi

Outros: Demora nos processos de aquisisção e licitação

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

MINISTERIO DA SAUDE - FIO CRUZ

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 126 - FARMÁCIA POPULAR
Gerente: JAÇONEIDE POUBEL VIEIRA

AÇÃO: 410 - Instalação de farmácias populares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
A Direção busca através Secretária de Saúde a autorização para implantação de uma nova Farmácia na ZONA SUL da cidade, e faz reuniões periódicas com os Servidores para discutir sobre a importância do PROGRAMA e a necessidade da ampliação do mesmo.

Visitas in loco
É necessário que se faça uma visita (SEMUSA) na Zona Sul da cidade para analisar a viabilidade de implantação de uma nova Farmácia Popular - Tendo em vista que já existe orecurso financeiro disponível para implantar a Unidade Zona Sul. para implantação da mesma

Sistemas informatizados
Todo sistema é disponibilizado pela FIOCRUZ e as manutenções dos Programas (DATASUS) são feitos por eles via internet.

Relatórios de gestão
A Direção faz regularmente os Relatórios de Gestão interna e para ASTEC/SEMUSA.

2012

Relatórios de gestão
Relatório de Gestão Anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Apesar do interesse da Gestão Pública em instalar a nova Unidade de Farmácia Popular, ainda não foi contemplada pelo Ministerio da Saúde.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A instalação da nova unidade foi reprogramada por decisão do gestor para o ano de 2013.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 AÇÃO NÃO EXECUTADA DEVIDO MINISTERIO DA SAUDE AINDA NÃO TER APROVADO A 3ª FARMACIA POPULAR A SER INSTALADA

2012 A instalação da nova unidade foi reprogramada por decisão do gestor para o ano de 2013

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
A instalaçao da nova unidade da Farmácia Popular do Brasil depende da aprovaçãodo Ministério da Saúde.

2012 Suficientes
A instalação da nova unidade foi reprogramada por decisão do gestor para o ano de 2013

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
A instalaçao da nova unidade da Farmácia Popular do Brasil depende da aprovaçãodo Ministério da Saúde.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
A instalação da nova unidade foi reprogramada por decisão do gestor para o ano de 2013

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Outros: Prioridade
Ministério da Saude aprovar a proposta de instação da 3ª Farmacia Popular em Porto Velho.

2012

Decisão de gestão.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Reduzir a mortalidade materna em 30% e a infantil em 15% até o ano de 2013 e reduzir em 30% o indicador de gestação na adolescência.

Público-Alvo: População feminina de Porto Velho, crianças e adolescentes.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Atualmente o Município de Porto Velho tem uma razão de mortalidade materna de 54/100.000 nascidos vivos, indicador alto quando comparado a razão de mortalidade de paises desenvolvidos que tem algo em torno de 6 a 20 óbitos maternos a cada 100.000 nascidos vivos. Razões de mortalidade materna elevadas são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade e, sobretudo dificuldades de acesso a serviços de boa qualidade. Portanto é necessário qualificar a atenção pré-natal prestada na atenção básica, bem como capacitar os profissionais de média e alta complexidade para regulação da atenção obstétrica em nosso Município. Com a compra de insumos, estabelecimentos de normas e rotinas, protocolos de atendimento, procura-se estabelecer a normalização do serviço para redução da mortalidade materna em 30% até o ano de 2013. O indicador de mortalidade infantil é significativamente alto, atualmente a razão de mortalidade infantil gira em torno de 16,72/1.000 nascidos vivos o que expressa a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para atenção infantil, visando a melhoria de assistência qualificado ao parto e nascimento para redução da mortalidade neonatal, incentivo ao aleitamento materno e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. No que diz respeito ao indicador de gestação na adolescência há a necessidade manutenção de um sistema logístico de insumos para o fornecimento contínuo a população feminina em idade fértil, divulgação das informações em mídia local e massificação das informações nas Unidades de Saúde e lideranças comunitárias para incentivo ao atendimento ao adolescentes antes da iniciação sexual para adesão ao programa de Planejamento Reprodutivo a fim de reduzir em 30% de gestações na adolescência.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Índice de mortalidade materna	Previsto	51,30	46,17	41,55	39,47
	Apurado	25.0	76,3/100000NV	77,40	
	Relação % Apurado/Previsto	48,73		186,28	
	Relação % Apurado/Final	63,34		196,10	

2010:

2011:

2012: Investigar no mínimo 75% dos óbitos de mulheres em idade fértil registrados no SIM no ano anterior; Investigar 100% dos óbitos materno registrados no SIM.

02 - Índice de mortalidade infantil	Previsto	16,30	15,89	15,09	14,34
	Apurado	14.59	21,29/1000	25,42	
	Relação % Apurado/Previsto	89,51		168,46	
	Relação % Apurado/Final	101,74		177,27	

2010:

2011:

2012: No período de 2006 a 2011, foram registrados 903 óbitos infantis. Destes, 51.27% ocorreram no componente neonatal precoce (0 até 6 dias), 18.27%, ocorreram no componente neonatal tardio, (7 a 27 dias) e 30.56% no componente pós-neonatal (28 dias a <1 ano). Importância deve ser dada no componente neonatal precoce, com a ocorrência do óbito até um dia de vida, que corresponde a uma média 53.56% no período, demonstrando com isso, a necessidade de atuação na atenção durante a gestação e nos primeiros dias de vida do Recém Nascido.

03 - Índice de óbitos por câncer de colo uterino	Previsto	11,1	10,63	10,09	9,59
	Apurado	5.0	10,91/10000	6,99	
	Relação % Apurado/Previsto	45,05		69,28	
	Relação % Apurado/Final	52,14		72,89	

2010:

2011:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2012: Um dos grandes desafios dos países em desenvolvimento é a ampliação dos programas de prevenção e detecção precoce das neoplasias, tendo em vista o enorme impacto epidemiológico e a magnitude social que esse tipo de patologia causa na saúde.
As neoplasias com localizações primárias no colo de útero (Câncer de colo de útero) ocupam a 1ª causa de óbito por neoplasias entre as mulheres no município de Porto Velho, sendo uma das causas mais importantes de morbidade e mortalidade feminina no Brasil e uma das taxas mais elevadas no mundo. É uma neoplasia cujos programas de rastreamento representam uma relação custo beneficio altamente vantajosa, já que é de fácil detecção por uma simples citologia.
Diante disso, a detecção e o tratamento das lesões precursoras (neoplasias intra-epiteliais cervicais - NIC) devem ser considerados como metas prioritárias para a redução da incidência do câncer do colo uterino.
A principal estratégia para detectar lesões precursoras e fazer o diagnóstico da doença é o exame preventivo do câncer do colo do útero (papanicolau). Vale ressaltar que quando diagnosticado na fase inicial às chances de cura do câncer cervical são de 100%.

04 - Taxa de gravidez na adolescência	Previsto	14,85	14,07	12,60	11,97
	Apurado	24.75	16,74	11,97	
	Relação % Apurado/Previsto	166,67	118,98	95,00	
	Relação % Apurado/Final	206,77	139,85	100,00	

2010:

2011:

2012: Entre 2006 e 2011, observa-se o envelhecimento na faixa etária das mulheres no momento do parto. Entretanto, o número de nascidos vivos de mães com idade menor que 20 anos, é elevado, e mantém comportamento inalterado nos anos analisados, conforme mostra a figura 5.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Houve incremento populacional, melhoria na investigação de obitos infantis, tendo em vista que foi realizado em 2008 e concluido e 2009 a pesquisa Nacional de busca ativa de nascido vivos e óbitos da região nordeste e Amazonia Legal, onde foram detectadas falhas e subnotificação, vale ressaltar que em 2009 taxa de gravidez na adolescencia de 22,68% ocorrendo um decrescimo de 3,73%

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Implementação de investigação de óbitos, capacitação dos profissionais, intensificação e monitoramento do cadastro de gestantes.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A construção de uma assistência de qualidade com resolutividade voltada para as mulheres que buscam a Maternidade, grávidas ou que queiram planejar sua gravidez, respeitando os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), vem sendo um desafio para todos os profissionais que trabalham na unidade, desde a sua inauguração em julho/2006. A Maternidade Municipal Mãe Esperança, presta assistência a gestantes de baixo e médio risco no município de Porto Velho, distritos, municípios vizinhos e outros estados. Desde sua inauguração até 30 de novembro de 2012 foram realizados em torno de 26.289 partos em geral. Dados do setor de estatísticas da unidade apontam que de julho de 2006 a agosto de 2012, destes 20.614 (57.5%) partos vaginais e 5.675 (15.8%) partos cesáreas (MMME, 2012).

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O aumento de equipes no programa melhora o acesso aos serviços de saude.

2011 Satisfeito
Com a intenção da investigação e realização de capacitação, houveuma melhoria no acolhimento e humanização do pré - natal.

2012 Satisfeito
A Maternidade Municipal Mãe Esperança, presta assistência a gestantes de baixo e médio risco no município de Porto Velho, distritos, municípios vizinhos e outros estados.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das metas físicas das ações
Faz-se necessário o aumento das metas fisicas das ações tendo em vista a necissade de ampliar as ações do programa.
Suficiência das ações
Faz-se necessário ajustes em algumas ações devido a transição populacional na qual o município vem passando.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

Através de atividades de educação e saude desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitarios de Saude - ACS

Pessoa com Deficiência
Através de atividades de educação e saude desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitarios de Saude - ACS

Gênero
Através de atividades de educação e saude desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitarios de Saude - ACS

Criança e Juventude
Através de atividades de educação e saude desenvolvidas nas unidades e nas visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitarios de Saude - ACS

2011

Raça
Durante as capacitações são enfatizadas os campos obriatórios de preenchimento do sisprenatal no tocate a raça para obter um indicador fidedigno para um melhor direcionamento das ações.

Criança e Juventude
Preenchimento do sisprenatal no tocante a criança/adolescente para obter um indicador fidedigno para um melhor direcionamento das ações.

Pessoa com Deficiência
Preenchimento do sisprenatal no tocante a deficiente para obter um indicador fidedigno para um melhor direcionamento das ações

Gênero
Preenchimento do sisprenatal no tocante a genêro para obter um indicador fidedigno para um melhor direcionamento das ações.

2012

Raça
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Pessoa com Deficiência
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Gênero
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

Criança e Juventude
São atendidos com base no princípio da universalidade garantida pelo SUS.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade de equipamentos de informatica para descentralização do Programa SIS Pré natal

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Há necessidade de equipamentos de informatica para descentralização do Programa SIS Pré natal

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Devido a complexidade do programa há necessidade de uma melhor infraestrutura

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Devido a complexidade do programa há necessidade de uma melhor infraestrutura.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade para oferecer mais agilidade nos trâmites de processos de aquisição de bens e serviços.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Há necessidade para oferecer mais agilidade nos trâmites de processos de aquisição de bens e serviços.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidade de contratação de (01) Técnico porfissional para gerenciamento do programa.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Poucos técnicos nas gerências para o desenvolvimento do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Poucos servidores nas equipes executoras para o desenvolvimento do programa.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidade de novas contratações para atender ao programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há necessidade de novas contratações para atender ao programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necessidade de qualificação aos técnicos da equipe gerencial.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há necessidade de qualificação aos técnicos da equipe executora.

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com grupo de interesse, semestral.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor implemento nas ações do Programa

2011

Audiência Pública
Sempre que convocada.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões desenvolvidas pelas equipes das unidades de saúde.

Outros: Confência
Conferência Municipal de Saúde.

Ouvidoria
Implantada em julho de 2011 recebendo sugestões, elogios e críticas dos usuários.

2012

Reunião com grupos de interesse
Associações, Organizações Não governamentais - Ongs, e entidades religiosas.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões e atividades programadas pelo Conselho Municpal de Saúde.

Ouvidoria
É importante para o primeiro contato com o usuário nos casos de sugestões e/ou reclamações.

Audiência Pública
Conforme solicitação para discussão no serviço prestado a população.

Consulta Pública
Conforme solicitação para discussão no serviço prestado a população.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Pesquisa de satisfação dos usuários realizada pela Secretaria em 2010.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
A avaliação feita através de ouvidoria, reuniões técnicas, e conferências..

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Através do contato com o usuário nos casos de sugestões e ou reclamações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 413 - Capacitação Profissional de Pessoal do Sistema de Saúde

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores da Unidades de Saude, trimestralmente

Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa

Sistemas informatizados
Alimentação diárias do Sistema de Informatização SIS Pré-natal Sistema do cancer - SIUS CAN

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvolvidas anualmente pelo programa

2011

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

Reuniões de trabalho
Reuniões das equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Reuniões da equipe técnica da coordenação.

Sistemas informatizados
SIM, SINAN, SISCOLO, SIS PRENATAL

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões diárias.

Visitas in loco
Vistas diárias.

Sistemas informatizados
Sistema OSPUB.

Relatórios de gestão
Relaatório de Gestão da Saúde.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Melhora nas capacitações, influenciado diretamente nos resultados

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Houve um maior comprometimento dos profissionais em participar das oficinas.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Dificuldade e gerenciamento de recursos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material de expediente e gráfico.

2012 Diárias a servidores para participação em curso de capacitação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Foram utilizados recursos de outros programas.

2011 Suficientes
Ação também desenvolvida junto ao Programa Saúde da Família.

2012 Suficientes
Dificuldade em gerenciar os recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram remanejados para outro programa para desenvolver em conjunto as ações deste programa.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A ação poderia ter proporcionado capacitação a um número maior de servidores.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

A ação poderia ter proporcionado capacitação a um número maior de servidores.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 414 - Assistência a gestante no período pré-natal e a criança no período neonatal, infantil e adolescentes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saude, trimestralmente.

Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do Sistema de informatização SIS Pré natal Sistema do cancer - SIUS CAN

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvidas anualmente pelo programa.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões das equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Reuniões dos técnicos da coordenação.

Sistemas informatizados
SIM, SINAN, SISCOLO, SISPRENATAL

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

2012

Reuniões de trabalho
Diarias com diretores de Unidades de Saude e equipe que gerencia o programa

Visitas in loco
Domiciliares e acompanhamento pelos Agentes Comunitarios de Saude

Relatórios de gestão
RAG - ANUAL

Sistemas informatizados
OSPUB

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
% de gestantes assistidas no pré - natal

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Houve interesse e comprometimento dos profissionais com a populaçãatendida.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de medicamentos e materiais de expediente e materiais permanentes.

2012 Serviços gráficos panfletos e folders, confecção de faixas e banner's, aquisição de material penso, aquisição de aparelho oftalmoscópio, aquisição de água mineral
aquisição de impressos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Porém se houver ampliação das metas estes recursos serão insuficientes.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Os recursos foram suficientes, porém há demora nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve remanejamento para suporte de outras ações de outros porgramas.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recursos utilizados no Programas são do Fundo Nacional de Saude.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldade em conclusão de processos licitatórios de aquisiçao de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 415 - Assistência ao Planejamento Familiar

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saude, trimestralmente

Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do Sistema de informatização SIS Pré natal Sistema do cancer - SIUS CAN

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvidas anualmente pelo programa

2011

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

Reuniões de trabalho
Reuniões da equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Reuniões da equipe de técnicos da coordenação.

Sistemas informatizados
SIM, SINAN, SISCOLO,SISPRENATAL

2012

Reuniões de trabalho
Runiões com os diretores das Unidades Saúde da Família - USF.

Visitas in loco
Diariamente visita domiciliares.

Sistemas informatizados
Sistemas do Ministério da Saúde (HIPERDIA, SISPRENATAL, SISCOLO e SISVAM/ Bolsa Família);

Relatórios de gestão
Relatório de Gestão Anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
% de gestantes assistidas no pré - natal

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Interesse e comprometimento da equipe de gestão e dos profissionais das unidades.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Manter a oferta de métodos contraceptivos a 100% da população feminina em idade fértil usuária do Sistema Ùnico de Saúde.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material de expediente, médico-hospitalar, equipamentos e materiais permanente, material de informatica, e gráfico.

2012 Aquisição de Enantato de norestitorana .

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Porém, com a ampliação das metas estes recursos serão insuficientes.

2011 Insuficientes
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços.

2012 Insuficientes
Recursos orçamentários suficientes, porém há demora nos trâmites de aquisição de bens e serviços.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve abertura de Creditos Adicionais Suplementares.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos tramites processuais de aquisição de bens e serviços

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

AÇÃO: 416 - Atendimento de rotina de prevenção do Câncer Uterino e de mama

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Diretores das Unidades de Saude, trimestralmente.

Visitas in loco
Visitas mensais para acompanhamento do programa

Sistemas informatizados
Alimentação diaria do Sistema de informatização SIS Pré natal Sistema do cancer - SIUS CAN

Relatórios de gestão
Demonstrativo das ações desenvidas anualmente pelo programa

2011

Relatórios de gestão
Semestral e anual.

Reuniões de trabalho
Reuniões da equipes das unidades de saúde.

Visitas in loco
Reuniões da equipes técnicas da coordenação.

Sistemas informatizados
SIM, SINAN, SISCOLO, SISPRENATAL

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões Diarias com as Equipes do prgrama e diretores de Unidades de Saude

Visitas in loco
Diaria nas Unidades e Imoveis

Sistemas informatizados
OSPUB

Relatórios de gestão
RAG - ANUAL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Melhora nas capacitações, influenciando diretamente nos resultados.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Interesse e compromisso dos profissionais e da equipe de gestão para melhorar o indicador.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Fator indicativo de qualidade da coleta é presença de células metaplásicas ou células endocervicais, representativas da junção escamocolunar (JEC), pelo fato dessa coleta objetivar a obtenção de elementos celulares representativos do local onde se situa a quase totalidade dos cânceres do colo do útero. É recomendado que 80% das amostras satisfatórias possuam a JEC.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais de expediente.

2012 Aquisição Equip. e Mat. Permanente - Centro ref. Mulher - DPE
Serviços gráficos panfletos e folders
Aquisição de aparelho colposcópio m.070/DEMAC
Aquisição de Kit para coleta do exame colpacitologico - DPE
Aquisição de Agulhas para biopsia - memo142/DEMAC
Aquisição de Instrumentos de biópsia para agulhas grossa m.124/DEMAC
Aquisição de Kit para coleta de exame - DPE

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foram suficientes para execução da ação.

2011 Insuficientes
Houve demora na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012 Suficientes
Morosidade nos trâmites processuais de aquisição de bens e serviços ocasionando a não utilização dos recursos em sua totalidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Normalmente, através de liberação de cotas ou créditos orçamentarios.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Orçamentária: 08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa: 127 - SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA
Gerente: MARIA DO SOCORRO SOARES

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites processuais na aqusiição de bens e serviços

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades na conclusão de processos de aquisição de bens e serviços.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Ocasiona a não conlusão de processos de bens e serviços.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendido todas as ações conforme solicitações de executores e recursos disponíveis
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O público alvo são funcionários lotados na Secretaria Municipal de Educação-SEMED

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
A liberação de recursos para atender as escolas de músicas e bibliotecas.
2011 Muito satisfeito
2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Pessoa com Deficiência
Crianças integradas nas escolas municipais
Criança e Juventude
Nas ações das Escolas de Músicas e Bibliotecas Municipais, são diretamente ligadas a crianças e jovens.
2011
Não contempla
2012
Não contempla

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

É necessário a ampliação na infraestrutura para receber novos funcionarios

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Devido o aumento de servidores concursados, e necessário a adequação de recursos materiais,

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

A falta de técnicos capacitados tem se tornado uma grande dificuldade, na equipe gerencial

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública

Audiênca Pública realizada com pais de alunos e a sociedade.

Reunião com grupos de interesse

Reunião com os pais de alunos das escolas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Implementação dos horários e aplicação das aulas; apresentações culturais dos alunos.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A elaboração de um sistema integrado para avaliações mensais com dados concreto de execução.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não aplicável.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Reuniões com as equipes de trabalho executoras.

Sistemas informatizados

Uso do sistema CP CETIL, para conferência dos recursos gastos.

Relatórios de gestão

Relatórios trimetrais de execução.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

2011

Relatórios de gestão
Elaboração de Relatório das ações realizadas nas divisões.

Reuniões de trabalho
Reunião para elaboração das ações das divisões.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendido toda sede, com suprimentos, equipamentos, manutenções do prédio e frota de veículos, passagens aéreas, diárias, mobília para sede, locação de auditórios, pagamentos de contas publicas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do programado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011
Aquisição de material de expediente para atender a Sede.
Serviço de manutenção preventiva e corretiva dos veiculos da SEMED.
Aquisição de combustivel e derivado de petroleo no periodo de janeiro a setembro.
Aquisição de tambores para auxiliar em viagem para a zona rural.
Contratação de empresa especializada em fornecimento de peças dos motores a diesel e gasolina.
Contratação de empresa especializada na gravação de carimbos com fornecimento de copias de chaves para atender os departamentos e unidades de ensino da rede.
Aquisição de material pedagógico com objetivo de prestar suporte as ações da SEMED.
Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de ar condicionado.
Aquisição de protetores de capa de processo para atender a SEMED.
Aquisição de placas de obras para identificação.
Aquisição de combustivel e derivado de petroleo para atender as necessidade da SEMED.
Aquisição de Kit de placa oficial para atender as frotas de veículos da SEMED
Aquisição de aparelhos telefonicos para atender os departamentos e divisões da SEMED.
Aquisição de macacos, chave de roda, triangulo e cabo guia de retirada do estepe de Pick Up p/ a frota de veiculos da SEMED.
Aquisição de material de expediente para atender gabinete, departamento e divisões da SEMED.
Despesa com suprimento de fundo para atender o Centro de Formação.
Aquisição de vidros para manutenção das instalação fisicas das escolas da rede.
Material de limpeza para atender ações diárias da SEMED.
Revisão de veiculos da SEMED. Processo nº 09.01412-00/2008.
Contratação de empresa para realizar os serviços de revisão nos veiculos. Processo nº 09.01080-00/2011
Despesa com aquisição de material de consumo para instalação de equipamento de som e iluminação do Centro de Formação.
Aquisição de material de limpeza para atender a Sede.
Aquisição de materiais (vassouras, sacos e outros) para divisões e departamento de engenharia.
Aquisição de equipamento tipo (microfones, maquina fotografica e outros).
Aquisição de material de consumo como prego, fechadura, manta asfaltica e outros).
Aquisição de material de tipo (areia , brita, cascalho e outros) para atender o departamento de engenharia via divisões das escolas.
Aquisição de material basico de construção e limpeza pública, para atender o departamento de engenharia e manutenção nas escolas.
Aquisição de equipamento de consumo individual (luva, mascara, avental e outros, para atender o departamento de engenharia na manutenção e conservação nas escolas.
Aquisição de material de limpeza p/ atender as ações do Centro de Formação, Biblioteca e Escola de Música.
Aquisição de material de consumo (recepção de sinal de TV e fechadura eletrica) para atender as necessidades da SEMED.
Aquisição de colchões de espuma para atender aos alojamentos dos nucleos e professores que leciona nas escolas do NESC, NEC, NEPA e NEPV.
Aquisição de material de expediente (almofada de carimbo, apagador e outros).
Aquisição de insulfilmes para atenderos veiculos da SEMED.
Aquisição de material eletrico para atender os serviços de reparos nas escolas da rede municipal.
Despesa com aquisição de capa de chuvas para facilitar o acesso dos alunos das escolas riberinhas.
Publicidade (repasse dos meses de janeiro a dezembro de 2011).
Serviços de manutenção de caixas amplificadas, microfone com fio e sem fio, para execução do Projeto Educomunicação-Rádio.
Compra de terreno da escola de musica da zona sul, para atender a SEMED.
Vale transporte dos servidores atuando nas unidade supervisionadas da SEMED.
Contratação de empresa de engenharia civil para prestação de serviços (reforma na Escola Meu Pequeno Jones).

2012 Sede mantida

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Atendido, visto que foram alocados recursos para atender a sede e unidades.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
A disponibilidade de recursos foi compatível realizado dentro das necessidades da ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram atendidos conforme as necessidades, havendo suplementações para atender os recursos

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O fluxo ocorreu conforme a ordem cronológica da liberação de cotas prevista

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A morosidade nos processos licitatórios dificultou a finalização das ações.

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Demora na realocação de recursos orçamentários para atender outra ação quando necessário.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de controle do GP.

Relatórios de gestão
Relatório das folhas de pagamentos.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Atendido todos os servidores áptos a receberem o auxílio, incluindo as novas contratações.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio alimentação a servidor.

2012 Auxílio alimentação distribuido aos servidores

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Atendido todos os servidores, incluindo as novas contratações.

2011 Suficientes

2012 Insuficientes
Devido as novas cedencias de servidores da Câmara Municipal de Porto Velho.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados ao longo do exercício atendendo as novas contratações; sofreram também suplementação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Considerando que estamos tratando de Auxílio Alimentação ao Servidor o recurso é liberado mês a mês em seu contra cheque.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não é utilizado recursos não orçamentários.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Sistema GP

Relatórios de gestão
Relatório da Folha de Pagamento

2011

Sistemas informatizados
Toda a informação é monitorada através do sistema de Gestão de Pessoal.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A dificuldade de implantação de um mecanismo de monitoramento ocorre devido ao fato de estarmos tratando de Auxílio Transporte, onde não temos desempenho físico das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Atendido os servidores previstos, Além dos novos contratados durante exercício

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio transporte a servidores e empregados

2012 Vale Transporte, distribuido aos servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Suplementados recursos para cobrir despesas com auxilio transporte.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
atendido a demanda de servidores da sede

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O recurso foi liberado mês a mês no contra cheque do servidor.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

AÇÃO: 261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Sistema GP

Relatórios de gestão
Relatórios de Folha de Pagamento

2011

Sistemas informatizados
Toda a informação é monitorada através do sistema de Gestão de Pessoal.

2012

Reuniões de trabalho
São realizadas reunião com os servidores que estejam em estágio probatório e feito uma avaliação para saber se eles estão aptos a ingressarem no serviço público.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendido as pessoas aptas para receber as remuneração

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Considerando o grande crescimento da rede.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Não houve contratação de novos servidores, avendo necessidade de contratação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores remunerados

2012 O pagamento das obrigações patronais de servidores .

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Atendidos todos os servidores

2011 Suficientes
Foi suficiente

2012 Insuficientes
Devido o crescimento da rede.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
atendido conforme necessidades

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Considerando que estão falando de servidores, os recursos foram liberados mês a mês, mais não foi suficiente.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

AÇÃO: 264 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades Administrativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
reunião com grupos de interesse

Sistemas informatizados
relatórios do CP.

Relatórios de gestão
através de relatórios trimestrias

2011

Não possui mecanismos.

2012

Visitas in loco
Através de visitas in-loco pelos técnicos junto as unidades

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
meta atingida

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Os recursos que foram sendo disponibilizados durante o ano, foram acima do esperado, podendo ser atingido um percentual maior de atendimento.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ocorreu dentro do programado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011
Escola Manoel Pedro Pereira - Reforma e Ampliação
Escola Areal da Floresta (N. República) - Construção
Anexo da Escola Pe. Geovani - Reforma
Escola Tarumã - Reforma
Escola Som da Craviola - Reforma
Escola Rio Pardo - Reforma
Escola Francisco Braga - Reforma e Ampliação
Escola Alegria - Reforma e Ampliação
Escola Elenilson Negreiros - 10 salas - Ampliação
Alojamento de São Carlos - Reforma/Ampliação
Escola Cora Coralina - Reforma
Escola Nova República - Construção de Muro
Escola João Afro Vieira - Construção de Muro
Escola Raimundo Agostinho - Reforma
Escola Joaquim Vicente Rondon - Ampliação do Beiral da Cobertura
Escola Rio Verde - Construção
Escola Profª Maria Angélica/Aliança - Construção
Escola Maria Casaroto Abati - Sala de Recurso
Escola Wadhi Darwich - Sala de Recurso

2012 Reforma, ampliação e adaptação de 4 salas da biblioteca Francisco Meireles, urbanização no entorno da biblioteca, reforma do prédio da escola de musica zona leste ,

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
atendidas todas as necessidades

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a execução das ações, atingindo meta acima do esperado.

2012 Suficientes
Houve um pequeno aumento de dotação, devido a reajuste mas que não interferiu na meta da ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
atendido conforme necessidades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados dentro dos prazos e necessidades da administração.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ocorreru dentro do programado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

O procedimento licitatório ainda ocorre com demora, atrasando os prazos de execução.

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Demora na obtenção de créditos suplementares ou redução orçamentária mas que não prejudicou a ação

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

AÇÃO: 372 - Modernização dos serviços de informatização da unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: equipamentos tombados e rede logica
Os novos equipamentos instalados e mantidos nas divisões e unidade administrativas, além da manutenção da rede lógica

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reuniões de trabalho
Através de Reuniões Periódicas

Visitas in loco
Realização de visitas in-loco pelos técnicos nas unidades

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendidas todas as divisões e unidades administrativas

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos atingiram o objetivo, atingindo a meta prevista.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Ocorreu o remanejamento de recursos para atender outra ação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de peças e computadores, para atender a sede da SEMED e suas unidades administrativas, bem como a aquisição de suprimentos de informática: cartuchos e toner.

2012 Material permanente adquirido.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Atendidas todas as necessidades

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a execução da ação.

2012 Insuficientes
Devido o remanejamento de recusos orçamentários, para atender outra ação do mesmo Programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Atendido conforme necessidade.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme o cronograma financeiro programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A demora na obtenção de créditos e remanejamento de recursos orçamentários

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

AÇÃO: 373 - Manutenção da biblioteca municipal

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco

Acompanhamento através da fiscalização do gestor

Relatórios de gestão

Relatório mensal das atividades

2012

Visitas in loco

Visitas in-loco, preventiva realizadas com maior frequência pela equipe de manutenção

Relatórios de gestão

A dificuldade encontrada no monitoramento e que o relatório é feito ao final do exercício, devemos adotar meios de fazer visitas periódicas, in-loco estabeler um plano de ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A consecução da ação ocorreu dentro previsto na LOA 2012

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção da Biblioteca Pública na Zona Leste.

2012 A manutenção vem ocorrendo regularmente no prédio.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

Em consequencia da morosidade processual não foi possivel a realização da ação em tempo hábil.

2012 Insuficientes

A ação sofreu uma redução orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

A redução orçamentária para atender outra ação programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Morosidade de tramitação processual

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

A demora na obtenção de créditos suplementares ou de redução tem comprometido a execuçãqo das ações

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

AÇÃO: 374 - Manutenção da escola de música

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão

Através de abertura de processos para auxiliar na administração da unidade

2012

Visitas in loco

Através de visitas periodicas, ou quando solicitada a equipe de manutenção faz o levantamento das necessidades

Relatórios de gestão

Relatório de gestão, a dificuldade encontra-se no fato de que o relatorio é preparado no final de cada exercicio financeiro

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta Realizada

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foram cumpridas as metas físicas prevista na LOA 2012

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Contrução da Escola de Música da Zona Sul.
Execução de serviços de entrada de energia direta da Escola de Musica Jorge Andrade.

2012 Foram adquiridos materiais permanentes para suprir as demamdas de alunos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes

2012 Suficientes

Foi efetuado redução orçamentária para reacoloção em outra ação, mas não houve comprometimento na execução da ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberadas todas as cotas previstas dentro do fluxo programado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

A grande demora na obtenção de créditos suplementares, bem como redução para atender outra ação

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ZENILDO DE SOUZA SANTOS

AÇÃO: 375 - Contratação de estagiários para atender os programas da SEMED

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Contratação de Empresa Especializada em Contratação de Estagiários que cursam nivel superior em aéreas de licenciatura e bacharelado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED

2012

Reuniões de trabalho

O mecanismo usado são reuniões de trabalho com o objetivo de verificar as necessidades de contratação de estagiarios.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido a grande necessidade apresentada pelos programas da SEMED, houve solicitação de aditivar o processo. Tal Solicitação foi autorizada pela PGM.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta física não foi totalmente alcançada, considerando a baixa procura de estagiários na area de atuação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Contratação de Estagiários para atender os Programas da SEMED.

2012 Foram realizados alguns convênios para atender os estagiários.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes

Os recursos foram suficientes para execução da ação.

2012 Suficientes

Foi realizada redução orçamentária do valor previsto, e não comprometeu o programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Foram liberados conforme previsto, levando-se em consideração a redução orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Morosidade na obtenção de créditos orçamentarios e redução.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

As parcerias são estabelecidas junto as universidades, que trazem um bom desempenho junto a administração pública.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental; integrada a qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã, o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de ações solidárias.

Público-Alvo: População de Jovens a partir dos 15 anos, adultos e idosos.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A rede municipal de ensino atendeu cerca de 5.282 alunos (2008), evadiram-se 42%. As causas da evasão escolar na EJA são as mais variadas possiveis, mas uma das que mais está em evidência é a busca dos alunos matriculados pelo ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, com a qualificação profissional no programa curricular da EJA espera-se que reflita na permanência dos alunos reduzindo assim o atual indice de evasão.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de evasão	Previsto	6	6	6	6
	Apurado	44	36	06	
	Relação % Apurado/Previsto	733,33	600,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	733,33	600,00	100,00	

2010:

2011:

2012: O indice ocorreru dentro do programado

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Constata-se um alto índice de evasão, isso se explica pelo atendimento de um público diferenciado que apresenta vários fatores que os impedem de permanecer na escola.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O número de alunos atendidos semestralmente corresponde ao número de vagas ofertadas.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
A demanda apresentada para a Educação de Jovens e Adultos em 2012, nas localidades de difícil acesso, não pôde ser atendida em virtude de falta de profissionais para realizar o atendimento (docentes e pessoal de apoio).

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Os alunos são acompanhados semanalmente pela equipe técnica, com isso se sentem motivados a participarem mais ativamente do processo de ensino-aprendizagem.

2011 Satisfeito
Considerando a disponibilização de recursos físicos, humanos e materiais.

2012 Pouco satisfeito
Em 2012, não houve formação específica para os professores que atuam na EJA, não houve distribuição dos kits pedagógicos e uniformes aos alunos, como também o atraso do PNLDEJA nas Escolas do campo. Com isso, tais fatores ocasionaram a insatisfação dos beneficiários.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das ações
O atendimento do público da EJA requer ações mais efetivas e urgentes, visto que o mercado de trabalho exige cada vez mais profissionais qualificados.

2012

Suficiência das metas físicas das ações
Os recursos previstos para a realização das ações foram remanejados para a construção de novas escolas.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Existem Projetos desenvolvidos na escola e acompanhados pela equipe técnica da EJA para melhorar a convivência e valorização da cultura.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

Pessoa com Deficiência
Projetos que trabalham a convivência harmoniosa no âmbito escolar.

Gênero
São desenvolvidos Projetos que incentivam a convivência harmanoniosa na Escola.

Criança e Juventude
Programas e Projetos são desenvolvidos na Escola para acompanhamento e conscientização da comunidade escolar.

2011

Raça
O livro didático da EJA contempla estes temas transversais e a equipe pedagógica os desenvolve através de atividades temáticas.

Pessoa com Deficiência
O livro didático da EJA contempla estes temas transversais e a equipe pedagógica os desenvolve através de atividades temáticas

Gênero
O livro didático da EJA contempla estes temas transversais e a equipe pedagógica os desenvolve através de atividades temáticas

Criança e Juventude
As especificidades do público da EJA exigem material didático adequado, metodologias diferenciadas voltadas para a andragogia.

2012

Pessoa com Deficiência
A Secretaria realiza, através da DIEES o dia temático que aborda o tema de forma transversal.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Ainda há dificuldade de lotação de professores em Escolas de difícil acesso.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Não houve formação específica para qualificação dos profissinais que trabalham com a EJA.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
A socialização dos Projetos são constantes no ambiente escolar.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Maior conscientização da comunidade escolar sobre as temáticas que envolvem os vários tipos de preconceitos.

2011

Reunião com grupos de interesse
Através dos seminários, fóruns, encontro mensais com os coordenadores pedagógicos, palestras foi possível a socialização de experiências.

2012

Reunião com grupos de interesse
A Secretaria Municipal de Educação realiza encontros mensais com os coordenadores pedagógicos e gestores da EJA.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Assessoramento pedagógico estabelecendo diálogo com coordenadores pedagógicos, gestores e alunos; promoção de encontros mensais com gestores e coordenadores pedagógicos; formação inicial e continuada para os educadores da Rede Municipal de Ensino. A avaliação é contínua, pois ao acompanhar as ações já é possível repensar a prática.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através dos assessoramentos pedagógicos semanais foi possível acompanhar a execução das ações e os resultados obtidos.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não houve uma articulação entre a Secretaria e as escolas, no sentido de elaborar e aplicar um instrumental de avaliação. A elaboração deste já está prevista como ação imprescindível para 2013.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 012 - Apoio às Ações de Programas de Inclusão de Jovens e Adultos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões semanais com a equipe pedagógica da EJA, encontros mensais com gestores e coordenadores do EJA, formação inicial e continuada com os profissionais da educação.

Visitas in loco
Assessoramento pedagógico semanal para acompanhamento pedagógico e que muitas vezes acaba sendo administrativo.

Relatórios de gestão
Para melhor organização e planejamento faz-se necessário o registro de todas as ações através de Relatório de cada acompanhamento.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de encontro mensal com os coordenadores pedagógicos para discussão e reflexão sobre as ações desenvolvidas

Visitas in loco
Assessoramento pedagógico semanal nas escolas urbanas e rurais.

Relatórios de gestão
Relatórios semanais baseados no acompanhamento das ações executadas.

2012

Relatórios de gestão
Produção de relatórios para registro do monitoramento realizado nas escolas da EJA.

Reuniões de trabalho
Encontro com os coordenadores pedagógicos e gestores da Escolas da EJA

Visitas in loco
Assessoramento pedagógico às Escolas da EJA.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Meta realizada abaixo do previsto.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Considerando a grande procura por vagas, em razão do alto fluxo de pessoas oriundas de outros Estados para trabalhar na construção das usinas hidrelétricas.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Considerando que o atendimento é realizado de forma semestral, atendemos 4723 alunos no primeiro semestre e no segundo 4257, sendo alunos da zona urbana e rural.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma geral das escolas EMEF Joaquim Vicente Rondon (zona urbana) e EMEF Prof. Maria Jacira Feitosa de Carvalho (zona rural).

2012 Reforma da EMEF. Maria Jacira Feitosa de Carvalho e da EMEF. Barão do Rio Branco, ambas na Ponta do Abunã. Construção de salas de recursos nas EMEF. Wadih Darwich e EMEF. São Pedro. Construção de quadra coberta na EMEF. Senador Darcy Ribeiro e EMEF. Eng. Francisco ErseReforma da EMEF. Maria Jacira Feitosa de Carvalho e da EMEF. Barão do Rio Branco, ambas na Ponta do Abunã. Construção de salas de recursos nas EMEF. Wadih Darwich e EMEF. São Pedro. Construção de quadra coberta na EMEF. Senador Darcy Ribeiro e EMEF. Eng. Francisco Erse. Reforma geral da EMEF. Pingo de Gente.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram utilizados para realizar as ações com exceção de alguns que sofreram redução de crédito.

2011 Suficientes
As ações foram executadas de forma satisfatória.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A lentidão da tramitação de alguns processos provocou transtornos para execução de algumas ações.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Algumas ações sofreram modificações devido a liberação do recurso posterior à data de programação das atividades.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Alguns recursos foram remanejados.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Ocorrência de remanejamento de recursos provocando descontinuidade das ações.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Acompanhamento das demandas e distribuição do material na Escola.

Relatórios de gestão
É necessário registrar tudo que afeta a realização das ações.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de encontro com os coordenadores pedagógicos mensais para discussão e reflexão das ações desenvolvidas no âmbito escolar.

Visitas in loco
Acompanhamento semanal através dos assessoramentos pedagógicos.

2012

Reuniões de trabalho
Realização de encontros mensais com os coordenadores pedagógicos e gestores da EJA.

Visitas in loco
Assessoramento pedagógico às Escolas da EJA.

Relatórios de gestão
Registro do acompanhamento e avaliação do atendimento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendemos conforme a matrícula inical do primeiro e segundo semestre de 2010.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Considerando a matrícula inicial dos alunos.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os alunos matriculados no segundo semestre de 2012 não foram contemplados com a distribuição de material em razão de decreto que restringiu a entrega dos mesmos durante o período eleitoral ocorrido no ano em questão.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de kits de material didático e pedagógico para os alunos da EJA das escolas urbanas e rurais.

2012 Kits pedagógicos para os alunos, contendo: caderno, lápis, borracha, caneta, dicionário de língua portuguesa e inglesa, régua.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Para atendimento da demanda aguardamos a entrega dos livros didáticos.

2011 Insuficientes
A liberação dos materiais didáticos e pedagógicos ocorreu fora do prazo que estava programado, ou seja após o calendário escolar.

2012 Não foram liberados recursos
Houve remanejamento do recurso.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os processos são liberados geralmente quando o Programa já está em andamento.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A liberação dos materiais didáticos e pedagógicos ocorreu fora do prazo que estava programado, ou seja após o calendário escolar.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na liberação de recursos
O Programa sofre descontinuidade quando há atraso na liberação de recursos.

2011

A liberação dos materiais didáticos e pedagógicos ocorreu fora do prazo que estava programado, ou seja após o calendário escolar.

Órgão Responsável:	09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária:	09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa:	020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente:	JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Remanejamento de recurso sem previsão.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 021 - Aquisição de Material Didático para Professor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Encontros pedagógicos com os gestores, educadores e coordenadores da EJA.

Visitas in loco
Acompanhamento pedagógico com a equipe de educadores.

Relatórios de gestão
Registro dos acompanhamentos para posterior avaliação.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de encontros mensais com os coordenadores pedagógicos para discussão e reflexão das ações.

Visitas in loco
Assessoramento pedagógico semanal nas escolas urbanas rurais.

Relatórios de gestão
Através de relatórios semanais é possível acompanhar o resultado das ações.

2012

Reuniões de trabalho
Encontros mensais com os coordenadores pedagógicos e gestores da EJA.

Visitas in loco
Assessoramento pedagógico às escolas.

Relatórios de gestão
Registro do atendimento e avaliação do mesmo.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Por motivo de redução orçamentária não foi possível realizar a ação.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Como os recursos de 2012 foram remanejados, atendemos os professores com o saldo de 2011.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição dos kits contendo caderno de planejamento, pincel para quadro branco, dicionário, caneta esferográfica, régua.

2012 Kits pedagógico para professor, contendo: pincel para quadro branco, tinta para pincel, caneta e caderno.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Por motivo de redução orçamentária não foi possível realizar a ação.

2011 Insuficientes
A liberação do material ocorreu após o calendário escolar.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não houve realização da ação em virtude de redução orçamentária.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A liberação do material ocorreu após o calendário escolar.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recurso foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução de crédito que inviabiliza a realização da ação.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
As ações sofreram descontinuidade devido a lentidão da tramitação dos processos e posterior redução de crédito.

2011

A liberação do material ocorreu após o calendário escolar.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Os recursos foram remanejados sem previsão.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Através do controle de folha de ponto dos profissionais da educação.

2011

Sistemas informatizados
Sistema de Gestão de Pessoal.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões com os servidores falando as metas do Programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Considerando que o programa não cresceu.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais.
2012 Considerando que estamos falando de remuneração de servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Até o mês de dezembro foram cumpridas as metas.
2011 Suficientes
Os recursos liquidados atenderam a demanda.
2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
As metas foram cumpridas no tempo previsto.
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O recurso foi liberado mês a mês, tendo em vista que estamos falando de remuneração de servidores.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
As escolas comprovam a utilização dos recursos prestando contas ao setor responsável.

Relatórios de gestão
Encaminhamento de relatórios de prestação de contas do recurso utilizado.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas através da prestação de contas dos recursos recebidos através do programa PROAFEM.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas com os técnicos e diretores das escolas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O recurso é destinado às Escolas para garantir o acesso e a permanência dos alunos da EJA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O repasse dos recursos são de acordo com o número de matrículas na EJA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Repasse de recursos financeiros às escolas:

1 E.M.E.F. 12 de Outubro
2 E.M. E .F Antônio Ferreira da Silva
3 E.M.E.F. Bom Princípio
4 E.M.E.F. Chapeuzinho Vermelho
5 I.M.E.F Eng. Francisco Erse
6 E.M.E.F. Wadih Darwich Zacarias
7 E.M.E.F. Prof. Estela de Araújo Compasso
8 E.M.E.F. Francisco Chiquilito Erse
9 E.M.E.F. Henrique Dias
10 E.M.E.I.E.F Flor do Piquiá
11 E.M. E.F Joaquim Vicente Rondon
12 E.M.E.F. Manoel Aparício
13 E. M.E.F. Maria Isaura da Costa Cruz
14 E.M. E .F Nacional
15 E.M. E .F Padre Chiquinho
16 E.M.E.F. Pingo de Gente
17 E.M.E.F. Prof. Antônio Augusto Rabelo Chagas
18 E.M. E .F Pedro Tavares Batalha
19 E.M.E.F. Rio Guaporé
20 E.M.E.F. Rio Madeira
21 E.M.E.F. São Miguel
22 E.M. E.F. São Pedro
23 E.M.E.F Senador Darcy Ribeiro
24 E.M. E .F Senador Olavo Gomes Pires
25 E.M.E.F. Ulisses Soares Ferreira
26 E.M.E.F. 03 de Dezembro
27 E.M.E.F. Cora Coralina
28 E.M.E.F. João Afro Vieira
29 E.M.E.I.E.F. Gov. Joaquim Vicente Rondon
30 E.M.E.F. Nossa Senhora Aparecida
31 E.M.E.F. 13 de Maio
32 E.M.E.F. Barão do Rio Branco
33 E.M.E.F. José Augusto da Silva
34 E.M.E.I.E.F Maria Casaroto Abati
35 Escola Maria de Lourdes
36 E.M.E.F. Maria Jacira de Carvalho

2012 Atendimento de 4.890 escolas, com recursos do programa de apoio financeiro as escolas municipais -PROAFEM.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a realização das ações.

2011 Suficientes
Os recursos foram disponibilizados de acordo com a necessidade e número de alunos matriculados.

2012 Suficientes
Recursos orçamentários previstos foram suficientes para atender a ação.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 020 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos são disponibilizados no decorrer do período letivo para a realização das ações.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O PROAFEM, possui um cronograma de desembolso anual, e os recursos foram liberados de acordo com o programado.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ocorreu dentro da programação prevista.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Atraso na prestação de contas dos beneficiários
As vezes a liberação dos recursos de algumas escolas sofrem descontinuidade em virtude de atraso na prestação de contas.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: SILVIA REGINA THOMAZ

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar condições de acesso e permanência aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, por meio de um processo educacional definido por uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais.

Público-Alvo: Alunos com Necessidades Educativas Especiais matriculados na rede municipal de ensino.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Base legal: Constituição Federal, artigo 208, Lei de Diretrizes e Bases da Educação-9394/96, Lei Orgânica do Município, Artigo 194 e a Resolução 020 do CME 2007. Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, Resolução CME/CEB e recentemente a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a execução do programa pretende proporcionar acesso e permanência aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, cumprindo o que preconiza os marcos legais da Educação Especial..

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de alunos com necessidades especiais atendidos na rede municipal de ensino	Previsto	83	88	94	100
	Apurado	61.31	53,84	94	
	Relação % Apurado/Previsto	73,87	61,18	100,00	
	Relação % Apurado/Final	61,31	53,84	94,00	

2010:

2011:

2012: Dentro do esperado.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Meta alcançada dentro do que foi previsto.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Ainda existem pais que não procuram as escolas para matricular os filhos, achando que eles não podem estudar de forma regular.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
No que diz respeito as adequações do Sistema Municipal.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Através do acesso e permanência dos alunos, público alvo da educação especial nas escolas da rede municipal.

2011 Satisfeito
A Secretaria além de atender os alunos em classes regulares, realiza o atendimento especializado no contra turno, levando em consideração a deficiência apresentada.

2012 Pouco satisfeito
Fase de implantação dos programas de Políticas Públicas do MEC.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Proporcionar condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da educação especial, incluídos na rede regular de ensino por meio de um processo educacional, definido por uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais.
Caracterização do público-alvo
Alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da Educação Especial.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Suficiência das metas físicas das ações
Dentro do previsto foi realizado.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: SILVIA REGINA THOMAZ

Raça
Executando projetos que promovam a educação de cidadãos atuantes em uma sociedade multicultural e pluriética, buscando relações étnicos-sociais positivas, imprescindíveis em uma sociedade democrática, garantindo a permanência de alunos sem distinção social, cultural e étnica, desenvolvendo diversas atividades dentre elas: Capoeira, judô, teatro, filmes, leitura, produção teatral, música, danças e palestras.

Pessoa com Deficiência
Desenvolve ações e executa projetos que promovam a construção de um sistema educacional inclusivo, ofertando aos alunos, as munícipes com deficiências, transtornos invasivos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, material didático/pedagógico e equipamentos específicos, bem como, capacitação aos educadores para atuarem nas salas comuns e em salas de recursos multifuncionais. Visando garantir o acesso e permanência dos educandos, o público alvo da educação especial.

Gênero
Executando projetos visando implementar um sistema educacional inclusivo tornando a escola um espaço democrático e garantindo a permanência de todos os alunos, sem distinção de gênero e/ou características pessoais, desenvolvendo diversas atividades, dentre elas: teatro, filmes, leituras, produção teatral, música, danças e palestras.

Criança e Juventude
Esse público alvo que apresenta deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quando educando munícipe, são desenvolvidos ações de atendimento pedagógico, encaminhamento aos especialistas (neurologista, oftalmologista, fonoaudiólogo, otorrinolaringologista, natação adaptada e atendimento em salas de recursos multifuncionais).

2011

Pessoa com Deficiência
Por ser parte integrante do programa, o assunto é parte central do processo.

2012

Pessoa com Deficiência
Inclusão de alunos, Projeto Diferentes Diferenças.

Gênero
Trabalho que envolve todas as divisões.

Criança e Juventude
Articulação entre as divisões.

Raça
Dia temático nas escolas.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Há necessidade de uma melhor estrutura de atendimento.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Existe a necessidade de melhorar e implementar com materiais específicos as equipes executoras.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Existe ainda a necessidade de melhoria da infraestrutura das equipes nas escolas.

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Espaço inadequado, insuficiência de carros.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Existe a necessidade de investir na qualificação, fortalecendo assim a implementação do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há necessidade de ampliar o numero de profissionais nas escolas.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Existe ainda a necessidade de formação dos profissionais das escolas, pois muitos ainda não possuem, além de professores deve ser capacitados o pessoal de apoio, administrativo e gestor das escolas.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Fonoaudiólogo, educador físico e fisioterapeuta nos dois turnos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Objetivando garantir os direitos e deveres dos educandos, o público alvo da educação especial, formam-se grupos envolvendo a comunidade docente e discente entre outros setores da sociedade.

Discussão em Conselho Setorial

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: SILVIA REGINA THOMAZ

Participação em reuniões, fóruns, encontros, seminários, objetivando o acompanhamento, planejamento, e avaliação da execução das políticas públicas de infraestrutura nas áreas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e outras políticas públicas relativas as pessoas com deficiências.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Garantir o acesso e a permanência dos educando (as) com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Público Alvo da Educação Especial) nas escolas da rede municipais do ensino, entre outros direitos garantidos em leis.

2011

Reunião com grupos de interesse
Ocorre reuniões com equipes de interesse, principalmente com instituições formadoras e especializadas no atendimento ao portador de necessidades.

2012

Reunião com grupos de interesse
Comunidade escolar

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Os Mecanismos utilizados são relatórios trimestrais de Metas Físicas, Relatório Circunstanciado das Ações realizadas e reuniões semanais. O resultado da avaliação dos relatórios trimestrais de Metas Físicas, Relatório Circunstanciado das reuniões semanais com os atores envolvidos no processo tem como objetivo melhoria e aperfeiçoamento do Programa, no sentido de priorizar materiais pedagógicos e equipamentos específicos e necessários para o atendimento aos alunos, público alvo da educação especial, formações continuadas junto aos profissionais responsáveis no processo de inclusão, alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação (público alvo da educação especial).

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Inexiste instrumental para a avaliação. A forma de superação seria uma busca conjunta com os envolvidos no atendimento para criação deste instrumental.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Estamos providenciando instrumentais para bimestralmente recolhermos esses resultados nos atendimentos oferecidos pela educação especial.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 128 - Implementação de Salas de Recursos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas semestralmente com professores e equipe técnica pedagógica das escolas que possuem salas de recursos multifuncionais.

Visitas in loco
Visitas realizadas quinzenalmente nas escolas que possuem salas de recursos multifuncionais, objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos, público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados
Manter através de troca de e-mails, às escolas que possuem salas de recursos multifuncionais, informadas de leis, entre outros documentos norteadores das políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva. Bem como, relatório de avaliação do PPA.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios trimestrais de metas físicas e relatório anual circunstanciado.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de reuniões semestralmente com Professores e Equipe Técnica Pedagógica das escolas que possuem Salas de Recursos

Relatórios de gestão
Elaboração de Relatório Circunstanciado anualmente.

Visitas in loco
Realização de visitas às escolas, semestralmente que possuem Salas de Recursos Multifuncionais, objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos/as público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados
Manter as escolas que possuem Salas de Recursos Multifuncionai informadas sobre as Legislações vigentes entre outros documentos norteadores das Politicas Públicas na Perspectiva da Educação Inclusiva, através de troca de e-mails.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: SILVIA REGINA THOMAZ

2012

Reuniões de trabalho
Uma vez por mês com toda a equipe de itinerância.

Visitas in loco
Por grupos de escolas.

Sistemas informatizados
Email para troca de informações, acesso para verificação de avisos, documentos etc.

Relatórios de gestão
Relatórios e atas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta alcançada dentro da previsão.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Recurso financeiro suficiente para atender as escolas além do previsto.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Com recursos próprios disponibilizados foi possível a aquisição de materiais para compor as salas de recursos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição e distribuição dos seguintes equipamentos: EMEF ANTONIO FERREIRA: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF SÂO PEDRO: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Maria Isaura da Costa Cruz: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Antônio Augusto Rebelo das Chagas: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Padre Chiquinho: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Manoel Aparicio: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEF Joaquim Vicente Rondon(Urbana): 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEIF Pequenos Talentos: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Saul Bennesby: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Darcy Ribeiro: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEF João Ribeiro Soares: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor de Livros; EMEF Pedro Tavares Batalha: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEF Francisco Erse: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros; EMEIF Guadalupe: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Flor do Piquiá: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF Rio Madeira: 01 Armário de Aço e 02 Estantes de Aço; EMEF 12 de Outubro: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço e 01 Expositor p/ Livros;EMEF Bom Princípio:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ; EMEF Estela de Araújo Compasso: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço , 01 Expositor para livros; EMEIEF Auta de Souza:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ;EMEF Elenilson Negreiros:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ; EMEF Pingo de Gente:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ; EMEF Wadih Darwich Zacarias:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço ; EMEF Cora Coralina:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço: EMEF Joaquim Vicente Rondon(Campo): 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço , EMEF Nossa Senhora de Nazaré: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Antônio Augusto Vasconcelos: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF João Afro: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Ermelindo Monteiro Brasil: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Francisco José Chiquilito Erse: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Deigmar Moraes de Souza: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço, EMEF 04 de Agosto:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Henrique Dias: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Dra. Ana Adelaide Granjeiro:01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Maria Casaroto Abati: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF Maria Jacira Feitosa de Carvalho: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço; EMEF 13 de Maio: 01 Armário de Aço, 02 Estantes de Aço.

2012 Aquisição de materiais, estantes e disponibilização destes materias para as salas de recursos da capital.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Os recursos foram remanejados.

2012 Suficientes
Dentro do previsto.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com a programação orçamentária.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Os recursos foram remanejados.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Na medida que são liberados os recursos são analisadas as possibilidades de empregabilidade dos mesmos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Os recursos foram remanejados.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: SILVIA REGINA THOMAZ

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Foi fracassado um ítem no ato da licitação dos materiais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: SILVIA REGINA THOMAZ

AÇÃO: 340 - Construção e Reforma de Salas de Recursos Multifuncionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião realizada semanalmente com os técnicos, engenheiros da SEMED e diretores das escolas para realização dos serviços a serem prestados.

Visitas in loco
Visita para reconhecimento do espaço físico disponível para verificar a infraestrutura para construção de sala.Construção da sala de recurso multifuncional de acordo com as leis da ABNT e os registros do CREA e da Prefeitura.Recebimento da obra pela equipe responsável de acordo com o projeto executado.

Sistemas informatizados
Informações de leis entre outros registros.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios trimestrais de metas físicas e relatório anual circunstanciado.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de reunião com os Técnicos, Engenheiros do DEN/SEMED e Diretores das escolas p/ execução dos serviços a serem prestados semanalmente.

Visitas in loco
Realização de visitas p/ o reconhecimento do espaço físico disponivel p/ verificação da infraestrutura visando a construção das salas.

Relatórios de gestão
Elaboração de Relatório Anual Circunstanciado.

2012

Visitas in loco
Foram realizadas visitas nas obras pela equipe do Departamento de Engenharia e fiscais devidamente nomeados pela Secretaria Municipal de Obras.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Orçamento insuficiente para cumprir a meta prevista.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Com a disponibilização do recursos foram construídas as salas previamente estipuladas.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram devidamente realizadas a construção das duas Salas de Recursos, sendo nas Escolas: Maria Casaroto e Wadhi Darwich.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, sendo contempladas as Escolas:
EMEF Wadih Darwich Zacarias, situada na Zona Urbana do Municipio de Porto Velho, na Rua Cidade, Nº 2118-Conj. Jamari-Bairro Três Marias;
EMEF Maria Casaroto Abati, situada na localidade de Vista Alegre, à Rua Antônio Olimpio de Lima, Nº 3238.

2012 - Construção das salas para o público de alunos com necessidades educacionais especiais, puderam receber o atendimento escolar em ambientes propício para esta finalidade.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Obra não concluída.

2011 Insuficientes
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2012 Insuficientes
A previsão foi insuficiente pelo valor previsto pela data de liberação do recurso. Após a data estipulada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ainda tem resíduo devido a não conclusão da obra.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não houve execução orçamentária nesta ação.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve problemas no fluxo.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: SILVIA REGINA THOMAZ

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Remanejamento total dos recursos orçamentários previstos.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Licitações fracassadas às vezes.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: SILVIA REGINA THOMAZ

AÇÃO: 341 - Assessoramento técnico-pedagógico às escolas do campo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Visitas realizadas nas escolas, objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos, público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados
Manter através de troca de e-mails, informandos profissionais da educação sobre leis entre outros documentos norteadores das políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios trimestrais de metas físicas, relatório anual circunstanciado e relatório de prestação de contas das diárias.

2011

Relatórios de gestão
Elaboração de Relatório Anual Circunstanciado e Relatório de Prestação de Contas das diárias.

Visitas in loco
Realização de visitas nas escolas objetivando orientar e assessorar pedagogicamente os profissionais da educação responsáveis pelo atendimento aos alunos público alvo da educação especial.

Sistemas informatizados
Manter os profissionais da educação informados sobre as Legislações vigentes entre outros documentos norteadores das Politicas Públicas através de troca de e-mails.

2012

Reuniões de trabalho
Mensalmente

Visitas in loco
Por polos

Sistemas informatizados
Email acessível para comunicação

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Houve redução de crédito conforme decreto n° 11.760.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A ação não foi executada de acordo com o previsto em função do número reduzido de motoristas.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Com a equipe itinerante torna-se possível a ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Assessoramento técnico pedagógico às Escolas do Campo: Núcleo de Porto Velho: EMEF Bohemundo, Flor do Amazonas, Olympia Salvatore Ribeiro, Santa Júlia,Maria Angélica, Flor do Cupuaçu, Visconde de Mauá, Rio Pardo, Cora Coralina, Joaquim Vicente Rondon, Vista Alegre; Localidade de União Bandeirantes: EMEF 3 de Dezembro, Linha Abacaxi, Linha 04/inicio, Lina 04/final, Linha 05; EMEF Maria do Carmo Ribeiro, Deigmar de Moraes, Nossa Senhora Aparecida, Francisco Sales, Ermelindo Brasil e Nossa Senhora da Conceição. NÚCLEO DA PONTA DO ABUNÃ: EMEF Maria Casaroto Abate, EMEF José Augusto da Silva, EMEF 13 de Maio e EMEF Maria Jacira. NÚCLEO DE SÃO CARLOS: EMEF Anibal Martins, Henrique Dias e EMEF Renato Medeiros. NÚCLEO DE CALAMA: EMEF Ana Adelaide Granjeiro, Aquiles Paraguaçu, Castro Alves, Floriano Peixoto, José Felicio da Costa, Pe. José de Anchieta e EMEF Monte Orebe.VISITA TÉCNICA: Secretaria Municipal e Estadual de Educação de Vitória/ES e Secretaria Municipal de Machadinho D'Oeste/RO; Participação no II Congresso das APAES do Estado de Rondônia no Municipio de Ariquemes/RO.

2012 Remanejado os recursos orçamentário da ação

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Não foram liberados recursos
Não houve disponibilidade para acessoramento na abrang^wencia pela falta de pessoal e transporte

2012 Não foram liberados recursos
Não alcançada a meta de viagens pela falta de transporte e difícil acesso.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A ação programada não foi realizada devido à redução orçamentária.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Pela falta de intervenção a abrangência fica mais necessitada de assitencia ao campo.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não executada pela falta de transportes e difícil acesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 021 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Gerente: SILVIA REGINA THOMAZ

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Licitações com pouco interesses dando fracassada.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar o atendimento gradativo dos alunos do Ensino Fundamental na Educação Integral

Público-Alvo: População de 06 a 14 anos, Jovens e Adultos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A partir de ações realizadas em 2008, nas quais eram oferecidas atividades no contraturno das escolas da rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação implanta em 2009 o Programa de Educação Municipal Integrando Saberes. O programa visa desenvolver atividades no contraturno escolar de no mínimo 3 horas nas áreas específicas dos macrocampos da educação integral, sendo: Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Inclusão Digital, Prevenção e Promoção da Saúde, Educomunicação, Educação científica, Educação Econômica e Cidadania.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de alunos atendidos na Educação em tempo Integral do Ensino Fundamental	Previsto	43	53	69	80
	Apurado	39.09	44	69	
	Relação % Apurado/Previsto	90,91	83,02	100,00	
	Relação % Apurado/Final	48,86	55,00	86,25	

2010:

2011:

2012: O índice ocorreu dentro do programado

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes, criado em 2009 pela Prefeitura de Porto Velho, através da Secretaria Muncipal de Eduacção, vem promovendo o diálogo entre os Programas do Governo Federal e os Programas Municipais, está atendendo aos alunos matriculados no Ensino Fundamental que se cadastraram para participar da Educação Integral, de acordo com prioridades estabelecidas pela Unidade Escolar. As prioridades estão relacionadas as quesões de dificuldade de aprendizagem, distorção de idade - série e vulnerabilidade social.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes, criado em 2009 pela Prefeitura de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Educação, vem promovendo o diálogo entre os Programas do Governo Federal e os Programas Municipais. Está atendendo aos alunos matriculados no Ensino Fundamental que se cadastraram para participar da Educação Integral, de acordo com prioridades estabelecidas pela Unidade Escolar. As prioridades estão relacionadas as questões de dificuldade de aprendizagem, distorção de idade - série e vulnerabilidade social.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada

Não existe uma avaliação de satisfação do beneficiário, mas está sendo elaborada pelos técnicos e educadores envolvidos no processo educacional através de reuniões coletivas com os vários segmentos que compõem os comitês do Programa de Educação Integral. O prazo para conclusão dessa avaliação será até julho de 2011.

2011 Satisfeito

Segundo avaliação realizada através de instrumentos (questionários), realizada por técnicos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino - DADE, os Gestores Escolares informaram que o Programa tem atendido a expectativa da Comunidade Escolar, os alunos tem melhorado os índices de aprendizagem, a evassão escolar tem sido reduzida e a família também avalia positivamente a execução do Programa.

2012 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das ações

Ao analisarmos a execução do Programa, nota-se que se faz necessário a criação de mais 01 ação: Contratação de Profissionais para atuarem no Programa Integrando Saberes - Educação Integral, desenvolvendo as atividades complementares no contraturno escolar.

2011

Suficiência das ações

Ao analisarmos a execução do Programa, nota-se que se faz necessário a criação de mais 01 ação: Remuneração e/ou Contratação de estagiários para atuarem no Programa Integrando Saberes - Educação Integral, desenvolvendo as atividades complementares durante sete horas a mais na escola.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

2012

Composição das fontes de financiamento

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

O Prgrama de Educação Integral Integrando Saberes segue orientações e subsídios de Programas do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, portanto possuem em sua metodologia macrocampo de Direitos Humanos e Cidadania, que desenvolve ações nesta temática, como palestras, oficinas e debates.

Pessoa com Deficiência

O Programa Integrando Saberes tem em sua proposta um atendimento exclusivo, entretanto, nem todas as Escolas possuem recursos para atender a toda demanda de alunos com deficiência.

Gênero

O Programa Integrando Saberes seguindo orientações do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, trabalhando as questões de gênero em todas as atividades complementares do Programa, como: Teatro, dança, música, banda fanfarra, esporte, acompanhamento pedagógico, nas quais os alunos e alunas são levados a refletirem e discutirem os temas pertinentes, bem como a realizarem na prática a igualdade de gênero.

Criança e Juventude

O Programa tem como público alvo alunos matriculados no Ensino Fundamental, na faixa etária prioritária de 06 a 14 anos, através do incentivo ao protagonismo infanto juvenil.

2011

Raça

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes segue orientações e subsídios de Programas do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, portanto possuem em sua metodologia macrocampo de "Direitos Humanos e Cidadania".

Pessoa com Deficiência

O Programa Integrando Saberes tem em sua proposta um atendimento exclusivo, entretanto, nem todas as Escolas possuem recursos para atender a toda demanda de alunos com deficiência.

Gênero

O Programa de Educação Integral Integrando Saberes segue orientações e subsídios de Programas do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, portanto possuem em sua metodologia macrocampo de "Direitos Humanos e Cidadania", no qual intensifica a questão de gênero..

Criança e Juventude

O Programa tem como público alvo alunos matriculados no Ensino Fundamental, na faixa etária prioritária de 06 a 14 anos, através do incentivo ao protagonismo infanto juvenil.

2012

Raça

Pessoa com Deficiência

Gênero

Criança e Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Para um acompanhamento efetivo das ações, se faz necessário a aquisição de equipamentos em quantidades suficientes, como: Computador, impressora, câmeras fotográficas para registro das ações, carro para visitas técnicas e conexão na rede de internet.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A Unidade Executora do Programa Integrando Saberes é a Escola da Rede Municipal, esta por sua vez necessita de adequações em seu espaço físico para que as atividades complementares sejam realizadas com qualidade. A exemplo citamos: inadequação do refeitório, banheiros e vestiários, inexistência e/ou inadequações de quadras esportivas, inexistência de espaços propícios para o descanso do aluno, no momento após o almoço, já que o mesmo deve permanecer no espaço escolar por um período de no mínimo de 7 horas diárias.

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho tem a partir de 2009 prioriizado as ações do Programa de Educação Integral Integrando Saberes.Diante disso, foram realizadas diversas reformas e ampliações nas Escolas Municpais, entretando ainda existem escolas sem as condições adequadas para a garantia plena da Educação Integral em tempo integral. Para isso citamos: refeitórios pequenos, inexistência de espaço para o descanço e vestiários adequados para o banho das crianças.

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Insuficiência de veículos para transporte e material de informática.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Adequação de espaços (quadra esportiva, refeitório, sala de repouso, sala de reforço, vestiário)

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

O Programa Integrando Saberes necessita de um Professor do quadro efetivo da Escola, disponibilizado para a Coordenação do Programa.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
A Equipe Gerencial que coordena o Programa Integrando Saberes, necessita de capacitação específica na temática da Educação Integral, através da oferta de uma especialização na Rede Municpal, bem como realizar a troca de experiências com Estados que são referências na Educação de Tempo Integral.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A Secretaria Municipal de Educação, atendendo a necessidade do Programa apresentada em 2010, disponibilizou 01 profissional para cada escola da Rede Municipal para ficar a disposição na Coordenação e execução do Programa. Entretanto, na realidade em que se encontra atualmente, se faz necessário ainda a contratação de estagiários para ampliar o nº de profissionais envolvidos no desenvolvimento das oficinas do Programa.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidades de coordenadores.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há necessidade de merendeira, professor.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Programação de formação continuada para servidores da SEDE.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Ampliar a equipe técnica no departamento.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
No Programa Integrando Saberes, contamos com um programa do Governo Federal que visa a melhoria da qualidade da educação, através da integração Escola - Comunidade, o Programa Escola Aberta. Na execução do Programa são realizadas reuniões com a Comunidade Escolar e local, com o objetivo de divulgar as oficinas realizadas no Programa, bem como mobilizar para a participação durante os finais de semana. As reuniões visam também, ouvir a comunidade para que a Escola possa escolher democraticamente as oficinas que são de seus interesses para serem ofertadas.
Discussão em Conselho Setorial
O Programa Integrando Saberes, possue espaços de discussões, são os chamados Comitês. Sendo estes intersetoriais, formados por vários segmentos da sociedade que atuam de forma consultiva em assuntos voltados para Educação Integral. No Integrando Saberes já existe o Comitê do Programa Mais Educação e o Comitê do Programa Escola Aberta.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Para que o Programa Integrando Saberes, possa ser realizado com qualidade, se torna fundamental a participação da Comunidade, que atua na escolha das atividade (oficinas) dentro sua real necessidade e prioridade estabelecida.

2011

Reunião com grupos de interesse
No Programa Integrando Saberes, contamos com um programa do Governo Federal que visa a melhoria da qualidade da educação, através da integração Escola - Comunidade, o Programa Escola Aberta. Na execução do Programa são realizadas reuniões com a Comunidade.
Discussão em Conselho Setorial
O Programa de Educação Integral - Integrando Saberes, possui espaços de discussões, são os chamados Comitês. Sendo estes intersetoriais, formados por vários segmentos dsociedade que atuam de forma consultiva em assuntos voltados para Educação Integral.

2012

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Ouvidoria
Audiência Pública
Consulta Pública
Reunião com grupos de interesse
Discussão em Conselho Setorial

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A dificulda encontrada é a inexistência até o momento de um instumental específico que mensure a satisfação das atividades desenvolvidas no contraturno escolar por parte do alunado. A equipe gestora do Integrando Saberes está construindo tais instrumentais, a fim de sanar as dificuldades enfrentadas.

2011

SIM
Mecanismos adotados:
A Secretaria Municipal de Educação, através da equipe técnica do Programa Integrando Saberes, diante da necessidade de mensurar a satisfação dos beneficiários, criou instrumental aplicado com a equipe gestora escolar, no qual questiona entre tantas variáveis a satisfação das crianças e adolescentes participantes do Programa de Educação Integral - Integrando Saberes.

2012

SIM
Mecanismos adotados:
Estrumentais específicos respondidos in loco.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões mensais com a equipe gestora e coordenadores de programas.

Visitas in loco
A equipe técnica da Secretaria Muncipal de Educação realiza acompanhamento, através de visitas nas Unidades Escolares, objetivando a supervisão e orientação das atividades do contraturno escolar.

Relatórios de gestão
Durante as visitas realizadas nas Escolas, a equipe técnica da SEMED, elabora relatórios contendo as infomações gerais das mesmas e com as orientações disponibilizadas às Escolas.

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões mensais com a equipe gestora e coordenadores de programas.

Relatórios de gestão
Durante as visitas realizadas nas Escolas, a equipe técnica da SEMED, elabora relatórios contendo as infomações gerais das mesmas e com as orientaçõedisponibilizadas às Escolas. 1Durante as visitas realizadas nas Escolas, a equipe técnica da SEMED, elabora relatórios contendo as infomações gerais das mesmas e com as orientaçõedisponibilizadas às Escolas.

Visitas in loco
A equipe técnica da Secretaria Muncipal de Educação realiza acompanhamento, através de visitas nas Unidades Escolares, objetivando a supervisão e orientação das atividades do contraturno escolar. RA equipe técnica da Secretaria Muncipal de Educação realiza acompanhamento, através de visitas nas Unidades Escolares, objetivando a supervisão e orientação das atividades do contraturno escolar.

2012

Reuniões de trabalho
Cada ação tem uma coordenação responsável pelo monitoramento e assessoramento.

Visitas in loco

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recurso remanejado. Ação não executada.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Ação parcialmente executada, alguns remanejamentos para outras ações prioritárias.Houve também a impossibilidade de aquisições com a justiificativa por parte do setor administrativo de que ocorreu a fragmentação de despesas.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Pen Drive, CDs, cabos, caixa de som.

2012 Gestão executada conforme planejado considerando os recursos disponíveis.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
O Recurso foi remanejado, devido a SEMED ter apresentado no momento uma necessidade mais urgente.

2011 Insuficientes
Recursos remanejados.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos estavam disponíveis, porém devido a situações de fragmentação de despesas o mesmo não foi utilizado para o fim estabelecido, sendo remanejado para uma outra ação prioritária.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Liberados conforme o crononograma de dsesembolso previsto

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Médio

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

2010

Contingenciamento orçamentário

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

A Secretaria Municipal de Educação apresentou necessidades imprescindíveis para garantia da manutenção do calendário escolar, tornando-se necessário o remanejamento do recurso para outro programa da SEMED.

2011

A equipe do Programa elaborou termo de referência e Projeto básico para aquisições, entretanto o mesmo retornou do administratiivo da Secretaria com a informação de havia fragmentação de despesas com outros Departamentos, occasionando a interrupção da tramitação processual.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Atraso na prestação de contas dos beneficiários

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

BANCO DO BRASIL - AABB COMUNIDADE
SANTO ANTÔNIO ENERGIA
SESI / IEL
SESC.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

AÇÃO: 317 - Aquisição de Kit Esportivo e Recreativo para atividades de Educação Física e da Educação Integral nas Escolas da Rede Municipal.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões com os Gestores Escolares, nas quais se obtém as informações sobre a necessidade de materiais e a utilização dos mesmos.

Visitas in loco
A Divisão de Educação Física e Recreação Escolar realiza visitas nas escolas buscando acompanhar e subsidiar os trabalhos desenvolvidos.

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões com os Gestores Escolares, nas quais se obtém as informações sobre a necessidade de materiais e a utilização dos mesmos.

Visitas in loco
A Divisão de Educação Física e Recreação Escolar realiza visitas nas escolas buscando acompanhar e subsidiar os trabalhos desenvolvidos.

2012

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recurso remanejado. Ação não executada.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A Divisão de Esporte priorizou a ação, adquirindo materiaiis para atendimento às Escolas Municipais, de acordo com a prioridade de cada uma .

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de kit esportivo - bolas de voley, bolas de basquete, bolas de futebol, bolas de futsal, aros, redes diversas, cordas de pular, jogos de xadrez, bola de ping pong, entre outros.

2012 Despesa com aquisicao bolas de volei infantil e profissional para os Jogos Escolares de Porto Velho/2012.Aquisicao de cama elástica estrutura 100% em aco galvanizado a fogo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
A Secretaria Municpal de Educação apresentou necessidades imprescindíveis para manutenção do calendário escolar, executando remanejamento para outro Programa.

2011 Suficientes

2012 Insuficientes
Existia previsão de recursos, mas no ano de 2012, em razão de ano eleitoral, algumas ações não foram executadas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Devido a necessidades imprescindíveis para manuntenção do calendário escolar, a SEMED remanejou o recurso para outro Programa.

2011

Morosidade na tramitação processual.

2012

Contingenciamento orçamentário
Houve contigenciamento de recursos em 2012 para conter as despesa conforme decreto municipal.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

AÇÃO: 318 - Implementação das atividades de Natação para todos da Educação Integral.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando verificar o desenvolvimento efetivo das atividades do Programa Natação para todos.

Visitas in loco
A equipe técnica da SEMED, através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, realiza visitas para garantir a efetiva execução das ações do Programa Natação para Todos.

2011

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando verificar o desenvolvimento efetivo das atividades do Programa Natação para todos.

Visitas in loco
A equipe técnica da SEMED, através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, realiza visitas para garantir a efetiva execução das açõesdo Programa Natação para Todos.

2012

Visitas in loco
Visitas in-loco realizadas pelos técnicos junto às unidades escolares.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O Programa Natação para Todos atingiu a meta atendendo alunos de 03 Escolas da Rede Municipal.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Ampliação do atendimento.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Kit Atividades de Natação: bóia macarrão, Prancha em EVA, Pullboia em EVA, , Extensor em látex, Palmar para natação , Bandeirolas para orientação do nado de costas, Guarda - sol, cadeiras em pvc, Vestimenta (Maiô e Sunga), Camisetas com a logomarca do projeto, Toucas de silicone, toalha de banho com a logomarca do projeto, bolsa com logomarca do Projeto.

2012 Não produto da ação. Atividades desenvolvidas através de parcerias.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes

2012 Não foram liberados recursos
O orçamento não foi utilizado devido o material ter sido adquirido através de parcerias.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
O programa cumpriu a meta, porém devido a burocratização na tramitação do processo, a licitação ocorreu no final de 2010 e o empenho ocorrerá em 2011, sendo o recurso reprogramado de um ano para o outro.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Nos últimos anos não houve distribuição dos kits de natação (maiô, touca, óculos e sunga) mas não prejudicou o desenvolvimento da ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Médio
Material de natação adquirido através de parceria com a Santo Antônio Energia.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Houve atrasos na tramitação do processo, dificultando a realização da ação. Para sanar a dificuldade a equipe técnica otimizou materiais e equipamentos utilizados no ano anterior, evitando assim a paralisação das atividades do Programa Natação para Todos.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Houve morosidade na tramitação processual.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Dificuldades de obtenção de créditos orçamentários

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Santo Antônio Energia.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

AÇÃO: 319 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério para atuar no Programa Segundo Tempo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações desta ação são captadas através de informações do Departamento Administrativo, através de razões de despesas.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A Ação não foi executada em 2011; o recurso foi remanejado.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas de trabalho.

Visitas in loco
Visitas in-loco periódicas realizada pelos técnicos.

Relatórios de gestão
Através do relatório de gestão anual das atividades desenvolvidas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado para outra ação de maior prioridade.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A ação não foi executada e o recurso foi remanejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Não há produto da ação uma vez que atividade não foi realizada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
O recurso foi remanejado para outra ação prioritária, haja vista em 2010 não houve necessidade em utilizar o recurso nesta ação. Entretanto, o recurso já foi planejado para ser utilizado no ano seguinte.

2011 Não foram liberados recursos
Recurso remanejado.

2012 Não foram liberados recursos
O valor do ressarcimento na forma de bolsa é considerado pouco o que dificulta a permanência do estagiário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem movimentação orçamentária e financeira.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem movimentação orçamentária e financeira.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto
Para realização desta ação existe uma parceria com o Ministério do Esporte, que encaminha materiais complementares, pagamento de monitores (estágiários), distribuição de uniformes para os alunos participantes do Programa Segundo Tempo.

2011 Alto
Para realização desta ação existe um convênio com o Ministério do Esporte, que encaminha materiais complementares, pagamento de monitores (estágiários), distribuição de uniformes para os alunos participantes do Programa Segundo Tempo. Entretanto o Programa finalizou o convênio em junho de 2011.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento de recurso.

Órgão Responsável:	09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária:	09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa:	108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente:	DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Parceria com Sistema SESI / IEL.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

AÇÃO: 320 - Aquisição de uniformes (Camisetas, Shorts e Coletes) para alunos da Educação Integral - Contraturno

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O recurso foi remanejado para outro Programa.

2011

São preenchidas cautelas comprovando a entrega dos uniformes nas Escolas Municipais.

2012

Visitas in loco
Através de visitas-in-loco com os técnicos junto as uinidades escolares

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado para outro Programa.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Devido ao montante de recurso disponibilizado só foi possível solicitar a compra de 9.000 camisetas, não adquirindo os shorts e coletes.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Açao não ocorreru dentro do previsto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram 9.000 alunos atendidos com a distribuição de camisetas.

2012 Não produto da ação uma vez que os recursos foram remanejados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
O Recurso foi remanejado para outro Programa, devido a prioridades imprescindíveis.

2011 Suficientes
Não houve disponibilidade de recurso no orçamento para a aquisição dos shorts e dos coletes. Portanto adquiriu - apenas as camisetas para os alunos da Educação Integral.

2012 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não foi executada e os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O Recurso foi remanejado para outra ação prioritária, entretanto impossibiltou a aquisição dos uniformes para os alunos da Educação Integral.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acorso com o recurso disponibilizado no orçamento fora feitas as aquisições das camisetas para as crianças da Educação Integral - Programa Integrando Saberes.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
O Recurso foi remanejado para outra ação prioritária, entretanto impossibiltou a aquisição dos uniformes para os alunos da Educação Integral.

2011

O recurso foi insuficiente para a total aquisição planejada.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

AÇÃO: 321 - Realização de Amostras Pedagógicas, Culturais e Esportivas da Educação de tempo Integral

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando o planejamento para a realização da Mostra da Educação Integral - Integrando Saberes.

Visitas in loco
Para o levantamento das necessidades pertinentes na realização da Mostra Integrando Saberes, os técnicos desta SEMED realizam visitas nas escolas acompanhando o desenvolvimento das atividades dos macrocampos da Educação Integral: Acompanhamento Pedagógico, Cultura e Artes e Esporte e Lazer.

Relatórios de gestão
Através de relatórios bimestrais são geradas informações que subsidiarão na execução desta ação de Realização de Mostras.

2011

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas, objetivando o planejamento para a realização da Mostra da Educação Integral - Integrando Saberes.

Visitas in loco
Para o levantamento das necessidades pertinentes na realização da Mostra Integrando Saberes, os técnicos desta SEMED realizam visitas nas escolas acompanhando o desenvolvimento das atividades dos macrocampos da Educação Integral: Acompanhamento Pedagógico.

Relatórios de gestão
Através de relatórios bimestrais são geradas informações que subsidiarão na execução desta ação de Realização de Mostras.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho periódica.

Relatórios de gestão
Relatórios de Atividades Anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O recurso foi remanejado para outro Programa.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Realizou - se o atendimento de 300 crianças, porém sem a utilização do recurso financeiro. O mesmo foi remanejado para outra ação prioritária.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não foi executada dentro do previsto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realizou-se Mostra de Cultura sem recursos financeiros, pois o mesmo foi remanejado para outra ação prioritária, devido o indicativo de realização da referida mostra com recursos de parceiros, porém a parceria não se concretizou em 2011. Diante do fato de não haver mais tempo háabil para abertura do processo a ação foi executada sem custos.

2012 Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação na área da educação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
A Secretaria Municipal de Educação remanejou os recursos destinados a esta ação para outros programas na garantia da manutenção do calendário escolar.

2011 Insuficientes
Recurso remanejado para outra ação prioritária.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos não foram executados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
O recurso foi remanejado para outra ação, devido a espectattiva de realização através de parceria, entretanto a parceria não ocorreu e ação foi concretizada sem recurso financeiro.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

A Secretaria Municipal de Educação remanejou os recursos destinados a esta ação para outros programas na garantia da manutenção do calendário escolar.

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Houve o remanejamento do recurso.

2012

Contingenciamento orçamentário

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

AÇÃO: 322 - Implementação de Arte e Cultura

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas mensais objetivando o acompanhamento das atividades planejadas para a implementação de ações desta natureza no intuito garantir a qualidade no atendimento dos Projetos desenvolvidos para este fim.

Visitas in loco
Semanalmente há visitas técnicas e pedagógicas para acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Unidades Executoras com objetivo de eferecer subsídios e orientações necessárias nesta ação.

Relatórios de gestão
Bimestralmente são gerados relatórios contendo as seguintes informações sobre o andamento dos Projetos: frequência, número de atendimento, periodicidade, entre outras.

2011

Reuniões de trabalho
Para esta ação a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe técnica realiza reuniões sistemáticas mensais objetivando o acompanhamento das atividades planejadas para a implementação de ações desta natureza no intuito garantir a qualidade no processo.

Visitas in loco
Semanalmente há visitas técnicas e pedagógicas para acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Unidades Executoras com objetivo de eferecersubsídios e orientações necessárias nesta ação.

Relatórios de gestão
Bimestralmente são gerados relatórios contendo as seguintes informações sobre o andamento dos Projetos: frequência, número de atendimento, periodicidade, entre outras.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas de trabalho.

Relatórios de gestão
Relatórios Anuais de Gestão.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A Secretaria Municipal de Educação atingiu a meta atendendo alunos de 04 Escolas da Rede Municipal.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A Secretaria Municipal de Educação atingiu a meta atendendo alunos de 04 Escolas da Rede Municipal.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A ação não foi executada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de colan, sapatilhas, meia calça, entre outras.

2012 Os recursos foram remanejados para atender outra na área da educação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A Secretaria Municipal de Educação atingiu a meta atendendo alunos de 04 Escolas da Rede Municipal.

2011 Suficientes

2012 Não foram liberados recursos
A ação não foi executada.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram cumpridas as metas desta ação de acordo com o cronograma de execução das atividades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Os recursos foram remanejados para atender outra na área da educação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Parceria com cedência de espaço físico do Centro Social Madre Mazzarello para execução do Projeto Pirueta que está inserido nesta ação.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 108 - INTEGRANDO SABERES - EDUCAÇÃO INTEGRAL
Gerente: DULCILÉIA GUIMARÃES CALDEIRA RODRIGUES

AÇÃO: 323 - Acompanhamento Técnico Pedagógico da Educação Integral

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
O Acompanhamento Técnico Pedagógico nas Escolas é avaliado através dos relatórios de visitas apresentados pelos técnicos.

2011

Relatórios de gestão
O Acompanhamento Técnico Pedagógico nas Escolas é avaliado através dos relatórios de visitas apresentados pelos técnicos.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho periódicas pela equipe técnica.

Relatórios de gestão
Relatórios de Gestão Anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A equipe se organizou e realizou todo o acompanhamento pedagógico previsto nas visitas técnicas do Programa Integrando Saberes.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A ação não foi executada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de visitas técnicas pedagógicas para orientação e monitoramento das atividades complementares realizadas no contraturno escolar da Rede Municpal de Ensino, na Zona Rural de Porto Velho.

2012 Não uma produto da ação uma vez que ela nã foi realizada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

2012 Não foram liberados recursos
A ação não foi executada. Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com a programação das visitas técnicas.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A não foi realizada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não execução da ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: VALCELIA SAMPAIO PERES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Adquirir gêneros alimentícios para a melhoria da qualidade da alimentação escolar a alunos da educação básica.

Público-Alvo: alunos de 0 a 17 anos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Velho.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Desenvolver ações de acompanhamento de políticas públicas de educação que garantam a melhoria na qualidade da alimentação escolar a alunos da educação báscia (creche, ensino infantil, ensino fundamental, educação indígena, educação de jovens e adultos, ensino médio), PROJOVEM - URBANO, programa AABB - Comunidade, Programa Segundo Tempo e PNAE -MAIS EDUCAÇÃO visando consolidar a participação do Sistema Municipal do Ensino na universalização do atendimento à população da faixa etária de 0 aos 17 anos. Promover a execução dos programas de alimentação escolar de ações pontuais e continuadas, visando evitar a exclusão social a crianças, jovens e adultos que convivem em áreas de risco social.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Educação Infantil	Previsto	9.079	10.208	11.477	12.904
	Apurado	9436	12904	19.724	
	Relação % Apurado/Previsto	103.920,70	126.385,90	171,78	
	Relação % Apurado/Final	73.147,29	100.031,01	152,87	
2010:					
2011:					
2012: Em virtude do aumento da população oriunda de outros estados para a frente de trabalho proporcionada pela construção de usinas hidrelétricas.					
02 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Ensino Fundamental	Previsto	27.795	29.062	30.387	31.772
	Apurado	27116	32055	55.400	
	Relação % Apurado/Previsto	97.539,57	110.306,26	182,30	
	Relação % Apurado/Final	85.350,96	100.897,07	174,38	
2010:					
2011:					
2012: Em virtude do aumento da população oriunda de outros estados para a frente de trabalho proporcionada pela construção de usinas hidrelétricas.					
03 - Alunos atendidos com a alimentação - Educação de Jovens e Adultos - EJA	Previsto	4.987	5.304	5.641	5.999
	Apurado	4532	4583	8.836	
	Relação % Apurado/Previsto	90.821,64	86.471,70	156,74	
	Relação % Apurado/Final	75.533,33	76.383,33	147,33	
2010:					
2011:					
2012: Em virtude do aumento da população oriunda de outros estados para a frente de trabalho proporcionada pela construção de usinas hidrelétricas.					
04 -	Previsto	123	128	134	140
	Apurado	120	120	96	
	Relação % Apurado/Previsto	97,56	93,75	71,64	
		85,71	85,71	68,57	

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: VALCELIA SAMPAIO PERES

Alunos atendidos com a alimentação - Escola Indígena

	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012: Devido ter apenas uma escola na zona rural que trabalha com alunos indgena o quantitativo diminuiu bastante.

05 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Mais Educação	Previsto	9.366	9.793	10.239	10.705
	Apurado	10750	9520	9.520	
	Relação % Apurado/Previsto	114.727,85	97.242,08	92,97	
	Relação % Apurado/Final	100.373,48	88.888,89	88,89	

2010:

2011:

2012: Devido ao número de alunos terem diminuidos no programa houve uma pequena baixa.

06 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - PROJOVEM	Previsto	1.595	1.697	1.805	1.920
	Apurado	787	0,00	1.697	
	Relação % Apurado/Previsto	49.187,50	0,00	93,92	
	Relação % Apurado/Final	40.989,58	0,00	88,54	

2010:

2011:

2012: Devido ao número de alunos terem diminuidos no programa houve uma pequena baixa.

07 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - BRASIL ALFABETIZADO	Previsto	1.140	1.212	1.289	1.371
	Apurado	782	464	1.212	
	Relação % Apurado/Previsto	68.596,49	38.347,11	93,80	
	Relação % Apurado/Final	57.080,29	33.868,61	88,32	

2010:

2011:

2012: Devido ao número de alunos terem diminuidos no programa houve uma pequena baixa.

08 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - Segundo Tempo	Previsto	1.702	1.810	1.925	2.048
	Apurado	1600	1600	1.810	
	Relação % Apurado/Previsto	94.117,65	88.397,79	93,78	
	Relação % Apurado/Final	78.048,78	78.048,78	88,29	

2010:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: VALCELIA SAMPAIO PERES

2011:

2012: Devido ao número de alunos terem diminuidos no programa houve uma pequena baixa.

09 - Alunos atendidos com a alimentação escolar - AABB COMUNIDADE	Previsto	106	113	120	127
	Apurado	135	100	113	
	Relação % Apurado/Previsto	127,36	88,50	94,17	
	Relação % Apurado/Final	106,30	78,74	88,98	

2010:

2011:

2012: Devido ao número de alunos terem diminuidos no programa houve uma pequena baixa.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
Com o fluxo de pessoas vindo de outros estados, o número de crianças e adolescentes cresceu desordenadamente.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
O desempenho do programa foi muito bom, considerando que foram alcançados os objetivos propostos .

2012 Alcance acima de 100% do previsto
No ano de 2012 foram contemplados com a alimentação escolar 57.878 alunos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Os beneficiários estão satisfeitos, pois todos os programas estão abrangendo as áreas esperadas.

2011 Satisfeito
Em relação aos anos anteriores os beneficiários estão satisfeitoscom o Trabalho realizado pela Divisão de Alimentação Escolar noque diz respeito a elaboração de cardápios, acompanhamento àsescolas urbanas e rurais, a realização da Chamada Pública do Produtor Rural, Capacitação das Merendeiras.

2012 Satisfeito
O beneficiário está se sentindo satisfeito em relação ao programa pelo fato de estar sendo atendido satisfatoriamente.

2.4 Outras Considerações

os beneficiários estão satisfeitos com os progamas que o contemplam.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
É inadequado porque trabalhamos com o quantitativo de alunos do ano anterior, isso causa prejuízo aos recursos recebidos pelas escolas, pois não contemplam todos os alunos.

2011

Dimensionamento do público-alvo
Devido a demanda de alunos recebidos anualmente nas escolas, não há como dimensionar o público alvo.

Caracterização do público-alvo
Como os alunos são atendidos pelo censo do ano anterior, há sempre reclamações por parte dos diretores das escolas pela impossibilidade de não atender o numero real dos alunos, principalmente no Programa do Governo Federal.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
A Educação Alimentar é tratada de forma igualitária, exceto quando existem algumas patologias que necessitam de uma alimentação diferenciada.

Pessoa com Deficiência
Os cardápios são elaborados de acordo com a faixa etária das crianças, exceto quando existem algumas patologias que necessitam de uma alimentação diferenciada. Ressalta-se que ainda falta em nossas escolas é a questão da acessibilidade até nos refeitórios onde são servidas a merenda.

Gênero
A Educação Alimentar é tratada de forma igualitária exceto quando existem algumas patologias que necessitam de uma alimentação diferenciada.

Criança e Juventude

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: VALCELIA SAMPAIO PERES

Cardápios diferenciados por faixa etária para que todos os alunos tenham uma alimentação saudável e nutritiva.

2011

Pessoa com Deficiência
Todos os deficientes especiais estão incluídos no público alvo, entretanto o programa trabalha em prol de todos esem discriminação.

Criança e Juventude
O programa trabalha visando crianças/juventude de 0 a 17 anos, evitando a exclusão social, que convivem em área de risco social, sendo fornecida uma alimentação saudavel e de qualidade.

Raça
Independentemente da raça todos os alunos da rede municipal de ensino são beneficiados com o programa de alimentação escolar

Gênero
Entretanto o Programa (gerência) trabalha para que não haja diferença entre crianças, meninos/meninas, homens / mulheres.

2012

Criança e Juventude
Crianças atendidas na escola através do Programa Municipal de Alimentação Escolar - PMAE.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Fornecer para o Programa mais nutricionistas para um atendimento melhor às escolas. Mais automóveis para inspeção in loco.

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Falta de materiais (computadores) adequados para dar continuidade as atividades diárias.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Não há nutricionistas sufiicientes para atender o quantitativo de alunos do Município.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta profissionais (nutricionistas) para melhor atendimento dos programas e conforme Resolução CFN Nº 465/2010.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Necessidade de capacitação continuada com as merendeiras.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Na maioria das escolas existe um pequeno número de merendeiras para aprodução das refeições.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necerssidade de capacitação na área de alimentação escolar e participaçãode congressos, seminários e etc...

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reunião com órgãos do Estado, Município, Associações, Comunidades e outros, para melhoria da merenda escolar e a sua percepção como promotor de qualidade de vida.

Discussão em Conselho Setorial
Participação no Conselho de Alimentação Escolar Municipal-CAEM, como órgão fiscalizador da qualidade da merenda escolar, para discussão sobre a promoção da alimentação saudável nas escolas Municipais.

Outros: Grupos de Agricultores.
Reuniões com os produtores rurais, para implementação no cardápio de gêneros produzidos por eles, para melhoria na merenda escolar. Promoção da Chamada Pública para a compra dos Gêneros Alimentícios diretamente do produtor rural.Falta de transporte para locais de difícil acesso, principalmente para reuniões com os produtores rurais, visando a realização da Chamada Pública. Esse problema poderá ser superado com a aquisição de compra de carros, para a Divisão de Alimentação Escolar-DIALE, pelo Município.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Politicas Públicas de Educação e Programas existentes para que garantam a melhoria na qualidade de vida, onde visa evitar a exclusão social as crianças jovens e adultos que conviem em área de risco social.

2011

Discussão em Conselho Setorial
São feitas discussões de políticas públicas com os órgãos civis e governamentais.

Reunião com grupos de interesse
Exposição dos trabalhos desenvolvidos pela Gerência do Programa, com diretores das escolas urbanas, rurais e conveniadas.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: VALCELIA SAMPAIO PERES

2012

Existem alguns programas que são beneficiados assi pelo programa Alimentação Escolar como: Brasil Alfabetizado,Segundo Tempo e AABB Comunidade.

Reunião com grupos de interesse
Associação de Pais e Professores - APP.

Discussão em Conselho Setorial
Discussão do Conselho Alimentação Escolar - CAE

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Os principais mecanismos foram reuniões com nutricionistas e gestores dos Departamentos da SEMEDe outras Secretarias que fazem parte do Município, vários órgãos e entidades colaboradoras, para que o projeto alavancasse.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
No ano de 2011, foram realizadas capacitações com as merendeiras com objetivo de atender os alunos da rede municipal com preparações adequadas e saudáveis para todas as faixas etárias. Além disso todas as escolas receberam sugestões de preparações elaboradas pelas Nutricionistas da DIALE/SEMED; dessa forma os diretores juntamente com a comunidade escolar escolheram as mais bem aceitas para o cardápio. No ano de 2012, será realizada pesquisa de aceitabilidade entre os alunos para avaliar a satisfação dos cardápios executados.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
O mecanismo é realmente saber se todos estão satisfeitos com o Programa de Alimentação Escolar.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 339 - Aquisição de gêneros alimentícios para confecção de alimentação escolar

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Com a equipe de nutricionistas e as equipes que gerenciam Programas.

Visitas in loco
As nutricionistas acompanham o cardápio das escolas e fazem inspeção nas cozinhas.

Sistemas informatizados
Cardápios / Cálculo para aquisição de Gêneros Alimentícios / Previsão de Generos Alimenticios para a compra.

Relatórios de gestão
Fazem relatórios peridodicamente a cada inspeção.

Outros: CHECK LIST.
Inspeção detalhada do que a escola tem necessidade e levantamento das necessidades para execução da merenda escolar.

2011

Reuniões de trabalho
São feitas reuniões para avaliar o andamento da execução dos trabalhos executadosna alimentação escolar, nas escolas urbanas e rurais.

Visitas in loco
São realizadas visitas periódicas nas escolas, feitas pelas nutricionistas, para que asmesmas possam avaliar o cumprimento dos cardápios.

2012

Relatórios de gestão
Relatórios das unidades de ensino do Programa de Alimentação Escolar.

Reuniões de trabalho
Reuniões com os pais de alunos para discussão do Programa de Alimentação Escolar.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento da demanda de alunos escolarmente ativos em razão e vertiginoso crescimento populacional da cidade de Porto Velho.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Com o grande fluxo de pessoas que chegaram em nossa cidade devido a construção das usinas, houve um grande número de crianças matriculadas nas escolas urbanas e rurais.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Devido a saída de alunos das séries finais do ensino fundamental.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar a alunos da educação básica.

2012 Aquisição de gêneros alimentícios para atender as escolas da rede municipal de ensino urbana e rural (gêneros alimentícios distribuídos)

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 110 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Gerente: VALCELIA SAMPAIO PERES

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Como trabalhamos com o quantitativo do censo anterior a demanda de alunos tem sido muito maior do que o informado, diante disso o recurso é pouco para trabalhar, pois a escola sempre matricula alunos o ano todo.

2011 Suficientes
Emtretanto, os recursos destinados foram insuficientes para aquisição de generos alimenticios, para compor o cardápio de melhor qualidade.

2012 Suficientes
Os recursos orçamentários previsto na LOA, foram suficiente para atender a ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Sim, apesar de algumas parcelas dos recursos do Governo Federal serem repassadas com atraso, dificultando o bom atendimento da merenda escolar para as escolas do municipais.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ocorreu dentro do fluxo programado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto
Padronização dos cardápios para facilitar a preparação dos pratos. Formação das merendeiras em boas práticas alimentares, visitas em loco para acompanhamento dos cardápios e condições higiênico-sanitárias nas escolas.

2011 Alto
Devido a um grande numero de alunos que não constavam no censo do ano anterior, foram utilizados recursos não orçamentários para o atendimento da alimentação escolar para o ano de 2011.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na liberação de recursos
Quando atrasa a liberação de recursos de alguma esfera, a escola compensa com os recursos municipais, para não haver interferência na aquisição dos genêros alimenticios.

2011

Atraso na liberação de recursos
Quando há atraso no repasse de recursos do FNDE, é agilizado o repasse da contrapartida do municipio para que as escolas não deixem de atender os alunos com a merenda escolar.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
O parceiro não-governamental do Programa AABB-Comunidade, cumpre a contento as metas acordadas.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR
Gerente: SEVERINO SILVA CASTRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Atender com transporte escolar alunos que residem distante de suas Unidades Escolares.

Público-Alvo: Alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Porto Velho, residentes nas áreas rurais.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Com vistas a garantir que não haja evasão escolar, bem como o índice de presença seja superior ao índice de faltas, e que o aluno que reside distante de sua Unidade Escolar encontre facilidade para deslocar-se até a Escola, faz-se necessário a contratação de empresas especializadas no ramo de transporte, com vistas a transportar com segurança e comodidade diariamente, alunos da Rede Municipal de Ensino.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Alunos atendidos com transporte escolar	Previsto	9.782	10.466	11.198	11.981
	Apurado	7053	8500	7277	
	Relação % Apurado/Previsto	72.116,56	81.184,34	64.973,21	
	Relação % Apurado/Final	58.873,12	70.951,59	60.742,90	

2010:

2011:

2012: O índice alcançado conforme o previsto

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
O aumento do contigente de alunos, acima do que foi programado.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Toda programação prevista, foi atendida dentro do prazo do ano letivo.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Com o esforço da Prefeitura do Município de Porto Velho em atender as necessidades dos alunos, diminuindo dessa forma a evasão escolar nas Unidades de Ensino da zona rural.

2011 Satisfeito
Toda programação foi cumprida, e atendida.

2012 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR
Gerente: SEVERINO SILVA CASTRO

2011

Raça
Não há discriminação de raças, cor, credo, religião, havendo harmonia, prevalecendo o bom senso. A Atividade prucura colocar todos em um só grupo, nao havendo grupos distintos de raças.

Pessoa com Deficiência
O deficiente tem atenção espcial, principalmente nos ônibus e barcos, no momento da chegada ao trasnporte até a entrega na escola e depois na sua residencia.

Criança e Juventude
Orientações de monitores nos ônibus e voadeiras às crianças, assim como os pré-adolescentes e adolescentes, havendo harmonia e respeito.

2012

Criança e Juventude
Fiscalização das condições de condução dos alunos pelas empresas contradas para o serviço.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Realizam-se audiências públicas com o Ministério Público, para fins de análise em decorrência do programa.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com associações de pais e de moradores nas localidades atendidas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
O transporte escolar beneficiou a população rural, pois não há mais necessidade dos alunos se deslocarem até a capital para estudar, pois lhes foram oferecidas oportunidades de aprenderem em locais próximos de suas residências, propiciando assim, a sua fixação no campo.

2011

Reunião com grupos de interesse
Há uma constância de reuniões com as associações de pais, associações de bairros, para tratar de intereses relativos ao transporte escolar.

Outros: Comissão de Fiscalização
Existe uma comissão de fiscalização, que coordena as atividades dos ônibus em todo o Município de Porto Velho.

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
A avaliação é feita através das Unidades de Ensino, em reuniões de pais e professores e de relatórios oriundos das escolas.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 342 - Transporte escolar para alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR
Gerente: SEVERINO SILVA CASTRO

Reuniões diárias para análise do transporte escolar.

Visitas in loco
Foram realizadas visitas diárias nas unidades que requer fiscalização ou algum problema que possa surgir no dia a dia. Existe uma equipe de fiscalização do transporte escolar diário.

Sistemas informatizados
As informações são informatizadas, contendo as informações como: tipo de transporte, intinerário e mapas dos percursos.

Relatórios de gestão
Os gestores e as associações enviam à Semed: as necessidades, solicitações ou reclamações. Os gestores analisam e realizam visitas in loco.

2011

Relatórios de gestão
Em todas as viagens (visita in loco), são realizados relatórios da situação encontrada, assim como as resoluções para alguma eventual situação.

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas, para o planejamento dos trabalhos.

Visitas in loco
Visitas in loco constantes, para averiguações do ônibus e dos alunos transportados.

Sistemas informatizados
Todas as informações são digitalizadas assim como os mapas de percurso dos ônibus nas linhas.

2012

Visitas in loco
Através de técnicos enviados pela Coordenadoria Municipal de Transporte Escolar, até às comunidades assistidas pelo transporte escolar rural terrestre e fluvial.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta alcançada dentro do que foi previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
No decorrer do ano, houve muita desistencia de alunos, devido mudança da familia para outros municipios ou Estado.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram atingidas dentro do programado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Transporte escolar para alunos que residem distante de suas Unidades Escolares.

2012 Locação de transporte escolar para atender os alunos da rede municipal de ensino terrestre e fluvial.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Havendo necessidades de suplementação ou remanejamento devido o aumento anual de alunos a serem atendidos.

2011 Suficientes

2012 Insuficientes
Os recursos previstos na LOA foram insuficientes por conta da demanda de alunos, seguindo o crescimento populacional dos trabalhadores das usinas do madeira.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Houve necessidade de suplementação ou remanejamento de recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com o fluxo programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
Dentro do padrão, ajudando o Municipio, no atendimento ao alunado.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Necessidade de realocação de convênios com outras esferas governamentais.

2011

Não há restrições

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades nos processos de locação dos veículos.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 111 - TRANSPORTE ESCOLAR
Gerente: SEVERINO SILVA CASTRO

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ampliar a oferta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Público-Alvo: Gestores, professores e demais funcionários da educação.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Em atendimento as exigências da LDB nº 9394/96, no Art. 61 que prevê a formação dos profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino a às características de cada fase do desenvolvimento do educando, e no Art. 67, prevê a valorização dos profissionais da Educação assegurando-lhes nos termos do Estatuto e dos planos de carreira do Ministério Público.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de formação inicial dos professores do ensino fundamental	Previsto	66	66	66	66
	Apurado	55	66	66	
	Relação % Apurado/Previsto	83,33	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	83,33	100,00	100,00	
2010:					
2011:					
2012: o índice foi alcançado dentro do programado					
02 - Taxa de formação continuada dos professores e gestores (coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) do ensino fundamental	Previsto	100	100	100	100
	Apurado	100	100	100	
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	100,00	100,00	100,00	
2010:					
2011:					
2012: Índice alcançado dentro do esperado					
03 - Taxa de formação continuada dos professores e gestores (coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação infantil	Previsto	97	100	100	100
	Apurado	100	100	100	
	Relação % Apurado/Previsto	103,09	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	100,00	100,00	100,00	
2010:					
2011:					
2012: Indice alcançado dentro do esperado					
04 - Taxa de formação continuada dos profissionais da escola - técnicos e administrativos	Previsto	19	19	19	19
	Apurado		19	19	
	Relação % Apurado/Previsto		100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final		100,00	100,00	
2010:					

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

2011:

2012: Indice foi alcançado conforme o esperado

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Recursos financeiros insuficientes.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Houve continuidade dos cursos.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Índice alcançado dentro do esperado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Através dos instrumentais aplicados foram identificados resultados satisfatórios.

2011 Satisfeito
Foram dadas as condições para deslocamento e participação nos períodos presenciais dos cursos.

2012 Satisfeito
Foram dadas as condições para deslocamento e participação nos períodos presenciais dos cursos.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Realização do Seminário Municipal Promovendo a Educação Inclusiva.

Pessoa com Deficiência
Execução do Programa Atendimento Educacional Especializado junto aos profissionais da educação da rede municipal.

Gênero
Realização do Seminário Municipal Promovendo a Educação Inclusiva.

Criança e Juventude
Execução dos Programas Pró-Letramento e Gestar.

2011

Pessoa com Deficiência
Oferta de uma Pós-Graduação em Educação Especial

Criança e Juventude
Programas de Formação Continuada nas ações junto aos profissionais da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessidade de equipamentos de informática e ampliação de veículos para deslocamentos.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Insuficiência e inadequação dos equipamentos de informática.

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados
2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Audiência Pública
Participação em Audiência Pública da Educação promovida pela Prefeitura.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
O fortalecimento da realização das ações previstas.
2011
Audiência Pública
Através da SEMED.
2012
Reunião com grupos de interesse
Reuniões com grupos, Reuniões com Associação de pais e professores
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
SIM
Mecanismos adotados:
Está em fase de implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações - SIMAFOR composto por instrumentais de cadastro e avaliações iniciais e finais das ações do Programa. Os resultados foram positivos reafirmando a importância das ações implementadas.
2011
SIM
Mecanismos adotados:
Instrumentais próprios de cada ação executada.
2012
SIM
Mecanismos adotados:
Sistema de monitoramento e Avaliação da Formação - SIMATOR.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 343 - Formação inicial dos professores do ensino fundamental / Profissionais habilitados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Reuniões de trabalho
Realizadas junto às coordenações dos polos presenciais e às Universidades executoras conforme cronograma das mesmas.
Visitas in loco
Nos períodos presenciais junto aos professores cursistas ou, ainda, no polo presencial para verificação das necessidades e andamento do curso.
2011
Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Visitas ao período presencial dos cursos.
Relatórios de gestão
2012
Reuniões de trabalho
Através de reuniões de trabalho periódicas.
Relatórios de gestão
Relatórios de Gestão Anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O processo seletivo e início dos cursos previstos pela Universidade Aberta do Brasil por meio da Universidade Federal de Rondonia não foi completamente efetivado.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os cursos estão em continuidade.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não foi executada conforme previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Deslocamento de professores cursistas aos períodos presenciais dos cursos de graduação em Educação Física, Biologia, Teatro, Educação Indígena, Letras, todos em parceria com o Governo Federal.

2012 Não há produto da ação.Os recursos foram remanejados para atender outra ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A utilização do recurso atendeu ao número de professores participantes no Pró-Licenciatura.

2011 Não foram liberados recursos
Pelos períodos presenciais executados pelas Instituições Formadoras.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados e liberados para atender outra ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme as solicitações os recursos foram utilizados.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O recurso para essa formação é utilizado somente para deslocamento de cursista e Coordenadores do curso.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos foram remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os recursos são próprios previstos em orçamento.

2011 Baixo

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação do Processo Licitatório / Não houve liberação no recurso previsto.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

AÇÃO: 344 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) do ensino fundamental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
As coordenações dos cursos acompanhavam todo o desenvolvimento.

Outros: Instrumentais de avaliação.
Os cursos possuem instrumentais de avaliação próprios e também foram aplicados instrumentais do Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações em caráter experimental.

2011

Visitas in loco
Relatórios de gestão
Outros: Consulta aos setores
SIMAFOR - Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações.
Reuniões de trabalho

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho periódicas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos foram otimizados e as equipes desenvolveram as ações previstas de modo a contemplar a meta prevista.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Encontro de Coordenadores Pedagógicos e Orientadores Educacionais; Formação junto aos profissionais do Campo, Seminário de educação integral; PROINFO; PROFA no Campo, GESTAR; PRÓ-LETRAMENTO.

2012 Capacitados 2.317 professores nos cursos: Encontro dos Professores do Campo da rede municipal de ensino Livro-Carta-Mural de incentivo a leitura e escrito junto aos alunos,
nas atividades de carater literário-pedagógico. Curso caráter pedagógico - Seminário Municipal "O currículo no bloco pedagógico da alfabetizacão"Oficina de capacitacão em
orientacão sobre legislacão e escrituracão escolar.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Embora tenham sido otimizados para atender a meta, não foram completamente suficientes.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
O orçamento foi suficiente para atender ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos disponibilizados foram liberados conforme programação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ocorreu dentro do fluxo programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Os recursos são próprios previstos em orçamento.

2011 Baixo

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação no Processo Licitatório.

2012

Não há restrições

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

AÇÃO: 345 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação infantil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Instrumentais de avaliação.
O Sistema de Monitoramento e Avaliação das Formações poderá ser utilizado quando realizadas as ações de formação continuada da educação infantil.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados.Não houve disponibilidade de recurso financeiro para realização dessa ação.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Seminário "Viva a Infância" para os profissionais da educação infantil; Círculos Pedagógicos destinados aos Coordenadores Pedagógicos; Encontros de Discussão da Metas do Plano Nacional de Educação.

2012 Recursos orçamentários remanejados para atender outra ação

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
Não foram liberados os recursos.

2011 Não foram liberados recursos

2012 Não foram liberados recursos
Ação não executada

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve disponibilidade de recursos de origem orçamentária para essa ação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Baixo

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não houve liberação de recursos.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

AÇÃO: 346 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação de jovens e adultos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Instrumentais de Avaliação.
O Sistema de Monitoramento de Avaliação das Formações poderá ser utilizado quando houver execução da ação de formação continuda dos professores e gestores da educação de jovens e adultos.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2012

Reuniões de trabalho
Através de reuniões periódicas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados. Não houve disponibilidade de recurso financeiro para execução dessa ação.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A ação não foi executada como prevista

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Formação Continuada do Programa Brasil Alfabetizado; Formação de Gestores, Coordenadores, Professores e Técnicos da Educação de Jovens e Adultos.

2012 Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
Não foram liberados recursos.

2011 Não foram liberados recursos
Recurso remanejado.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados para atender outra ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve disponibilidade de origem orçamentária para execução dessa ação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recurso remanejado.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Baixo

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Recurso remanejado.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

AÇÃO: 347 - Formação continuada dos professores e gestores(coordenador pedagógico, orientador, diretor e vice-diretor) da educação especial.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Planejamento e avaliação quanto às execuções dos cursos.

Visitas in loco
Avaliação sobre o impacto dos cursos e identificação de necessidades específicas.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho periódicas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Em função do recurso previsto no Convênio com o Governo Federal.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ocorreu dentro do programado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Cursos de Atendimento Educacional Especializado; Reuniões de estudo junto aos coordenadores das salas multifuncionais; Sessões de Estudo junto aos profissionais da educação atuantes com alunos público alvo da educação especial.

2012 Foram capacitados 596 professores

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Recursos de Convênio com o Governo Federal.

2011 Insuficientes
Remanejado o recurso.

2012 Suficientes
Foram suficientes para atender o programa

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos próprios foram liberados conforme solicitações.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recurso remanejado.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados conforme o cronograma previsto

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos de origem não orçamentária.

2011 Muito baixo
Recursos remanejado.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Recurso remanejado.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 112 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Gerente: ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA

AÇÃO: 348 - Formação continuada dos profissionais da escola - técnicos administrativos.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Instrumentais de Avaliação.
O curso possui instrumentais e mecanismos próprios de avaliação.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2012

Reuniões de trabalho
Através de reuniões periódicas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Através de parceria, o curso tem uma coordenação estadual definida pelo Governo Federal e, por fatores relativos à coordenação, não houve liberação para inicío.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Devido a baixa procura não atingiu a demanda

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Participação em cursos sobre execução orçamentária, contábil e financeira no serviço publico; Curso IDEMP, planilha de composição de custos e formação de preços ma contratação de serviços terceirizados; XVIII Congresso Brasileiro de Educação Infantil.

2012 Capacitação de 340 professores capacitados: Seminário Gestão e Alimentacao Escolar e Forum Nacional de Alimentação Escolar com o tema "O comportamento entre saber e sabor-Reflexos na obesidade durante a fase escolar".

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Não houve utilização total de recursos pela falta de liberação para início do curso pela Coordenação Estadual.

2011 Insuficientes

2012 Suficientes
Os recuros utilizados foram suficientes na execução da ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
A ação não foi realizada devido ao impedimento junto à coordenação estadual, embora o recurso tenha sido disponibilizado.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O fluxo de recusos liberados foram suficientes para atender as necessidades da ação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A ação previa a utilização de recurso próprio.

2011 Médio

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Público-Alvo: crianças de 0 a 5 anos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Sendo a educação infantil a primeira etapa da educação básica, e a crescente procura deste atendimento em virtude do crescimento populacional da inserção das mulheres no mercado de trabalho e números insuficientes de equipamentos de creche, se faz necessário a ampliação deste atendimento.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento da população de 0 a 3 anos (creche)	Previsto	4	6	7	10
	Apurado	6.17	5,89	7	
	Relação % Apurado/Previsto	154,25	98,17	100,00	
	Relação % Apurado/Final	61,70	58,90	70,00	
02 - Taxa de atendimento da população de 4 a 5 anos (pré-escola)	Previsto	46	48	50	55
	Apurado	65	48		
	Relação % Apurado/Previsto	141,30	100,00		
	Relação % Apurado/Final	118,18	87,27		

2010:

2011:

2012: 0 índice ocorreu conforme o programado

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Falta de estrutura física e de pessoal para atendimento de toda demanda.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
O crescimento elevado da população não pemitiu um avanço no total do atendimento.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram atendidos 9.800 alunos de 2 a 5 anos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito

2011 Satisfeito
A população se mostra bastante satisfeita com o atendimento de Educação Infantil que é realizado nas Escolas Municipais.

2012 Não apurada
Não foi realizado nenhuma pesquisa para apuração dos fatos.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência
Os alunos portadores de necessidades especiais são atendidos prontamente em toda rede municipal.

2011

Pessoa com Deficiência
Através do Programa Viva a Infância, as escolas de educação infantil estão sendo adaptadas para o recebimento de alunos com deficiencia; nas escolas são realizados projetos voltados para acessibilidade e aceitação da diferença que existe no outro.

Raça
O Programa Viva a Infância contempla em todas as suas esferas ações voltadas para o atendimento das mais diferentes raças.

Criança e Juventude
O Programa atende prioritariamente crianças de 3 a 5 anos de idade.

2012

Raça
São realizados nas escolas projetos para sensibilização a respeito do tema.

Pessoa com Deficiência
São realizados nas escolas projetos para sensibilização a respeito do tema.

Gênero
São realizados nas escolas projetos para sensibilização a respeito do tema.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Com o alto índice da população na idade de Educação Infantilainda há falta de equipamento público para o atendimento das crianças queestão fora de sala de aula, por falta de vagas nas escolas municipais.

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Ainda há falta de espaços para atendimento às crianças de Educação Infantil e necessidade de reformas em algumas escolas.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta de pessoal qualificado para o trabalho.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de professores em algumas escolas municipais.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de professores.

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
O número de profissionais de Educação ainda é insuficiente para o bom atendimento na Educação Infantil.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: É necessário criação de mecanismos para maior participação social da população em geral.

2011

Reunião com grupos de interesse
São realizados encontros mensais com coordenadores da educação infantil das escolasmunicipais.

Outros: Seminário Viva a Infancia
Foram realizados encontros presenciais com os professores, gestores e coordenadoresda Educação Infantil do município.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Pouco interesse das partes em participar de processos decisórios integrados. Algumas formas de superação são: participação social nos
debates deliberativos, implantação de ouvidoria e/ serviço de atendimento.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não há um material específico para avaliação do público alvo, há necessidade de criação de um instrumental para tal avaliação.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não há um processo sistemático de ouvidoria. Implantação de ouvidoria e/ serviço de atendimento a sociedade.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

2011

Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões para o planejamento anual, aquisição e distribuição de material didatico a alunos.

Visitas in loco

Visitas in loco, com intuito de realizar as necessidades das escolas, assim como a entrega de material didatico.

Relatórios de gestão

É realizado planejamento e relatorio anual das atividades das aquisições e distribuições do material didatico a alunos.

2012

Relatórios de gestão
Visitas in loco

As escolas enviam a SEMED, quadro de necessidades, e uma equipe visita in locu, as escolas para entrega do material didático para os alunos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

dentro da programaçao orçamentaria anual.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Os recursos orçamentários da ação foram remanejados para atendimento de outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Kit's pedagógicos contendo: 01 apontador, 01 borracha branca, 04 cadernos brochura, 04 lápis preto e 01 caixa lápis de cor.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Suficientes

Os recursos empenhados foram suficientes.

2012 Não foram liberados recursos

Ação não executada devido ao remanejamento orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

cotas liberadas mensalmente conforme programação orçamentaria anual.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

As cotas mensais foram remenejadas para atendimento de outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recurso proprio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Os recursos foram remanejados para atendimento de outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 022 - Aquisição de Material Didático-Pedagógico Destinado às Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco
As escolas enviam quadro de necessidades e verificam essas necessidades in loco.

Sistemas informatizados
São elaborados quadros de necessidades e distribuição de material didático-pedagógico.

Relatórios de gestão
Relatório anual.

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas, observando o ano letivo, para aquisição de material didático-pedagógico destinado às escolas.

2012

Visitas in loco
Visitas In-locu realizadas pelos coordenadores da ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programaçao orçamentaria anual.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos orçamentarios foram remanejados para atender outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de brinquedos pedagógicos para ampliar o atendimento em educação à população de 0 a 5 anos e creche e pré-escola.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes
Os recursos empenhados foram suficientes.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensalmente, conforme programação orçamentaria anual.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O recurso foi remanejado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recurso proprio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 025 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão

Os relatorios de gestão são realizados em todos os deslocamentos às unidades de ensino, através do almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação.

Reuniões de trabalho

Reuniões periódicas, para andamento dos trabalhos da entrega do mobiliario nas escolas.

Visitas in loco

Visitas programadas, para entrega do mobiliario nas Unidades de Ensino.

2012

Visitas in loco

As escolas enviam a SEMED, quadro de necessidades e a equipe técnica realiza visitas in locu. para entrega de mobiliário na escola.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programaçao orçamentaria anual.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos orçamentarios da Ação foram remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de mobiliario e equipamentos para creches e pré-escolas.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Suficientes
dentro da programaçao orçamentaria anual.

2012 Não foram liberados recursos
Ação não executada devido ao remanejamento orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Ação sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensamente comforme programação orçamentaria anual.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
As cotas mensais foram remenejadas para atender outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recurso proprio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 027 - Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho realizadas trimestralmente, para analise e entrega dos uniformes escolares.

Visitas in loco
Visita in loco para verificar as necessidades das escolas e entrega dos uniformes escolares.

Sistemas informatizados
Os quadros de necessidades e de distribuição são informatizados.

Relatórios de gestão
Relatórios elaborados para análise e verificação das necessidades e posterior entrega dos uniformes.

2012

Relatórios de gestão
Todo ano é realidado o relatório anual contendo todas as atividades e metas alcançadas no ano.

Visitas in loco
Todo ano as escolas enviam quadro de necessidades. As equipes da SEMED atendem as escolas com entrega de uniformes escolares.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programaçao orçamentarial anual.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Conforme Orçamento anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de uniformes escolares para distribuição a alunos da rede municipal de ensino.

2012 Ação: Aquisição de uniformes escolares para distribuição a alunos.
Produto: Uniformes Escolares (blusa e bermuda)
Detalhamento do protuto: Aquisição de uniformes escolares para distribuição a alunos da Rede Pública Municipal de Ensino

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes
Os recursos empenhados foram suficientes.

2012 Suficientes
Dentro do orçamento anual.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensalmente conforme programaçao orçamentaria anual.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
As cotas mensais foram antecipadas, para atender a demanda.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recurso proprio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados

Sistema de Gestão de Pessoal

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Em virtude do aumento da demanda houve a necessidade de contratação emergemncial para atender o programa

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxilio Transporte a Servidores e Empregados.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Insuficientes

Recursos foram Insuficiente para atender a ação tendo que ser suplementado

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Demora na obtenção de credidos suplementares para atender os programas e ações

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 157 - Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco
Visita in loco, para verificar se os problemas e melhorias foram solucionados e realizados.

2012

Reuniões de trabalho
São realizadsa reuniões periódicas.

Visitas in loco
Nas visitas in-locu, são discutidos o desempenho das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A meta ficou acima do previsto, pois muitas das ações de manutenção foram realizadas pela equipe de manutenção da Secretaria Municipal de Educação, sendo boa parte dos recursos empregados apenas nas aquisições de suprimentos (material de construção).

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Em decorrencia do aumento da demanda

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de serviços de manutenção, reparos e reforma nas escolas:
EMEF JOÃO AFRO VIEIRA
EMEF JOSÉ AUGUSTO DA SILVA
EMEIEF JOAQUIM VICENTE RONDON
EMEF ALEGRIA
EMEF BELEZAS DO BURITI
EMEF FLOR DO PIQUIÁ
EMEF FRANCISCO ELENILSON NEGREIROS
EMEF PÉ DE MURICI
EMEF PEDRO TAVARES BATALHA - URB
EMEF PINGO DE GENTE
EMEI CASTANHEIRA
EMEI ENCANTO DO IPÊ
EMEI MEU PEQUENO JONES
EMEI MORANGUINHO
EMEI PEQUENOS TALENTOS
EMEI SEMENTES DO ARAÇA
EMEIEF 12 DE OUTUBRO
EMEIEF AREAL DA FLORESTA
EMEIEF AUTA DE SOUZA
EMEIEF BOM PRINCÍPIO
EMEIEF DR TANCREDO NEVES
EMEIEF ESPERANÇA
EMEIEF ESTRELA DO AMANHÃ
EMEIEF GUADALUPE
EMEIEF JORNALISTA FERNANDO ESCARIZ
EMEIEF KHRYS DAMARES
EMEIEF NOVA REPÚBLICA
EMEIEF PADRE GEOVANI MENDES
EMEIEF PEQUENO MESTRE
EMEIEF PEQUENO POLEGAR
EMEIEF SOM DA CRAVIOLA
EMEIEF TARUMA
EMEIEF TUCUMÃ
EMEIEF VOO DA JURITI
EMEIEF VOVÓ HELENA
EMEIF SANTA MARGARIDA

2012 25 Unidades atendidas

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a superação da meta.

2012 Insuficientes
Os Recursos foram insuficientes para atender a ação, tendo que ser suplementado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados dentro do programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A demora do procedimento licitatório e na tramitação do processo.

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A dificuldade e a delonga na obtenção de créditos de suplementação ou redução.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Sistemas informatizados

Através do Sistema de Gestão de Pessoal

2012

Relatórios de gestão

Verificação do crescimento da rede, no caso creche e pré-escola

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Atendimento Excelente

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Em decorrencia do crescimento da Rede.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efitivo Exercício na Rede Pública.

2012 Pagamento de servidores que atendem a Educação Infantil.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

2012 Insuficientes

Considerando o grande aumento da Rede.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A Divisão, apenas faz o repasse dos Recursos do PROAFEM.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O recurso financeiro é transferido para a escola após prestação de contas dos recursos anteriomente gastos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro da prgramçao orçamentaria anual.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Transferências de Recursos Financeiros às Escolas.

2012 Ação: Transferencia de Recursos destinados as Escolas - PROAFEM
Produto: Recursos finaanceiros - PROAFEM
Detalhamento do Produto: Recurso para despesa de capital e consumo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

Dentro da programação orçamentaria anual.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

as cotas liberadas mensalmente dentro da programaçao orçamentaria anual.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

recurso proprio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 232 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafinc

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
A Comissão do PROAFINC visita faz visitas in loco nas escolas conveniadas para averiguação do convênio.

2011

Visitas in loco
A equipe que compõe a Comissão do PROAFINC faz visitas às escolas conveniadas atravésdo PROAFINC, para averiguação das ações propostas no Plano de Trabalho de cadainstituição.

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com os representantes das instituições conveniadas através do PROAFINC.

2012

Reuniões de trabalho
É realizado bimestralmente reuniões com a equipe que compõe a Comissão do PROAFINC.

Visitas in loco
A Comissão do PROAFINC realiza visitas de monitoramento às escolas conveniadas.

Relatórios de gestão
Ao final do ano é realizado um relatório contendo as informações do PROAFINC.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O convênio foi cancelado em algumas escolas cujo prédios passaram a ser alugados pela SEMED.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Como houve construção de novas Escolas Municipais, não houve necessidade para mais convênios.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Como houve construção de novas Escolas de Educação Infantil, não foi necessário firmar novos convênios para 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Transferência de recursos financeiros, com a realização de 21 convênios com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais, situadas em todas as zonas urbanas de Porto Velho.

2012 Ação: Transferência de recursos destinados às escolas: PROAFINC
Produto: Escolas Conveniadas com o PROAFINC
Detalhamento do Produto: Convênio com 21 escolas para o atendimento da demanda excedente na Educação Infantil.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
O número de escolas foi inferior à meta prevista.

2011 Suficientes

2012 Insuficientes
Devido o aumento no recurso disponibilizado para algumas instituições foi necessário alocar recursos de outras ações para completação dos valores.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Houve demora na aprovação de alguns processos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na liberação de recursos
Demora no trâmite dos processos.

Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Escolas conveniadas que não prestaram contas de anos anteriores.

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012

A dificuldade maior foi a morosidade de algumas instituições que não entregaram documento no tempo hábil.

Atraso na prestação de contas dos beneficiários

Algumas instituições não prestaram contas no período correspondente.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 251 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco

Visita ao local das obras para verificação da ação.

2012

Visitas in loco

Visitas realizadas nas obras pela equipe de engenharia e fiscais nomeados pela Secretaria Municipal de Obras

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta não chegou aos 100% devido as 8 creches que foram licitadas em dezembro e a execução ficou para 2012.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Devido muitos problemas burocráticos na licitação algumas obras não foram iniciadas e acabaram sendo prorrogadas para 2013. Das oito obras, algumas ainda estão sendo finalizadas, e partes dos pagamentos ainda serão realizados em 2013. O impacto poderia ter sido alto se não tivessem ocorridos tantos impasses na licitação, assim todas as projeções seriam alcançadas, em tempo hábil.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Escolas construidas ou reformadas:
Escola Areal da Floresta (N. República)
Anexo da Escola Pe. Geovani
Escola Tarumã
Escola Som da Craviola
Escola Alegria
Escola Cora Coralina
Escola Nova República
Escola Maria Angélica
Escola Maria Jacira Feitosa
Escola Ed. Infantil Jacy Paraná

2012 - Foi finalizada a obra da Creche Alegria na Zona Sul da Cidade. Obra esta de muita qualidade e que ampliou o atendimento da demanda de Ed. Infantil na região, e oferecendo um espaço de qualidade.
- Foram iniciadas 7 creches em Convênio com o FNDE, estas são Projeto Padrão de qualidade a nível nacional.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes

2012 Insuficientes

As obras de convênio junto ao FNDE necessitaram de complementos por haver imprevistos de um projeto Padrão.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Não houve problemas para os fluxos, os atrasos nas obras deveram-se a situações de engenharia e trâmites burocráticos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Baixo

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Demora no andamento do processo e no procedimento licitatório.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012

Atraso na liberação de recursos
Atrasos nos repasses dos recursos Federais referentes às Creches do PROINFÂNCIA.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Algumas obras não foram iniciadas devido ao excesso de burocracia na licitação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Ocorreram construções com recursos de compensação ambiental.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 253 - Realização de Eventos Recreativos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não realizada em 2010. Recursos remanejados.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve realização do evento previsto, o valor foi remanejado para outra ação.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada devido ao remanejamento dos recursos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
Redução de crédito orçamentário. Redução conforme decreto nº 11.552 de 04.01.2010

2011 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados para outra ação.

2012 Não foram liberados recursos
Não executada posto que os recursos foram remanejados para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos não foram liberados, portanto a ação não foi executada.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não foram liberados recursos.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução de crédito orçamentário.

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
O valor da ação foi remanejado para outra ação.

2012

Outros: Remanejamento de recursos.
Os recursos foram remanejados para outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reuniões de trabalho

Em reuniões de trabalho periódicas, junto aos técnicos nas unidades de ensino

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro de previsto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio Técnico - Administrativo.
2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes

Os recursos orçamentarios foram suficientes para atender a ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos forma liberados conforme o cronograma de desembolso financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 352 - Assessoramento pedagógico às escolas de educação infantil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
A equipe da Divisão de Educação Infantil se reune internamente para planejamento do Assessoramento nas Escolas de Educação Infantil.

Visitas in loco
São feitas visitas in loco para assessoramento das Escolas de Educação Infantil.

Relatórios de gestão
São feitos relatórios de visita nas visitas feitas de assessoramento pedagógico.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com a equipe de trabalho.

Visitas in loco
Visitas de monitoramento às escolas de educação infantil.

Relatórios de gestão
A cada visita realizada, são realizados relatórios de visita.

2012

Relatórios de gestão
Todas as visitas são sistematizadas em relatórios.

Visitas in loco
A equipe técnica pedagógica da Divisão de Educação Infantil - DIEI, realiza visita de assessoramento as unidades de ensino de Educação Infantil

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram assessoradas mais de 15 escolas de Educação Infantil ao longo do ano de 2010 e realizados 09 encontros com coordenadores pedagógicos.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram realizadas visitas somente nas escolas da Zona Urbana.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A ação "assessoramento" foi executada, embora não tenha sido utilizado os recursos orçamentários. Desta forma, os mesmos foram remanejados para outras ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de visitas às Escolas de Educação Infantil para assessoramento pedagógico.

2012 AÇÃO: Assessoramento às Escolas de Educação Infantil
PRODUTO: Escolas de Educação Infantil assessoradas
DETALHAMENTO DO PRODUTO: Visita técnica e pedagágica às escolas de Educação Infantil urbanas e do campo.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Falta de recursos para realização de encontros de cárater pedagógico com os Coordenadores Pedagógicos das Escolas de Educação Infantil, houve redução de crédito orçamentário conforme decreto n°11.698 de 28/06/2010.

2011 Suficientes

2012 Não foram liberados recursos
O assessoramento foi realizado sem a utilização de recursos orçamentários, os mesmos foram remanejados para outras ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos liberados não foram suficientes para realização de encontros de cárater pedagógico com Coordenadores Pedagógicos, os encontros realizados ao longo do ano foram feitos sem recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O assessoramento foi realizado sem a utilização de recursos orçamentários, os mesmos foram remanejados para outras ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve redução orçamentária.

Atraso na liberação de recursos
Os recursos liberados não foram suficientes.

2011

Não há restrições

2012

Outros: Não houve liberação de recursos.
O assessoramento foi realizado sem a utilização de recursos orçamentários, os mesmos remanejados para outras ações.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 353 - Premiação de escolas e profissionais de educação por práticas exitosas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Relatórios de gestão

Confecção de relatórios técnicos referente ao acompanhamento da execução dos projetos pedagógicos.

Reuniões de trabalho

Reuniões técnicas para seleção dos trabalhos.

Visitas in loco

Visitas as unidades escolares para acompanhamento da execução dos projetos pedagógicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não realizada por falta de orçamento.Recursos remanejados.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

O evento não foi realizado em 2011 pela morosidade na licitação do mesmo. O processo foi licitado no mês de dezembro, impossibilitando sua realização.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A ação foi realizada, sem a utilização do recurso destinado para o ano de 2012. O recurso utilizado foi do ano de 2011, pois o processo foi licitado em dezembro de 2011 e não houve tempo hábil para a execução do mesmo.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 AÇÃO: Premiação de Escolas e Profissionais de educação por práticas êxitosas.
PRODUTO: Escolas e profissionais de educação atendidos.
DETALHAMENTO DO PRODUTO: Realização do Prêmio Viva a Infancia, com o objetivo de premiar projetos desenvolvidos por professores e gestores da Educação Infantil.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos

Redução de crédito orçamentário, conforme decreto n°11.679 de 04/06/2010.

2011 Não foram liberados recursos

Pela morosidade da licitação os recursos não foram liberados a tempo paraa realização do evento.

2012 Não foram liberados recursos

A ação foi realizada, sem a utilização do recurso destinado para o ano de 2012. O recurso utilizado foi do ano de 2011, pois o processo foi licitado em dezembro de 2011 e não houve tempo hábil para a execução do mesmo. Desta forma o recurso foi remanejado para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos previstos não foram liberados.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Não houve liberação dos recursos em tempo hábil para a realização do evento.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

A ação foi realizada, sem a utilização do recurso destinado para o ano de 2012. O recurso utilizado foi do ano de 2011, pois o processo foi licitado em dezembro de 2011 e não houve tempo hábil para a execução do mesmo.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Redução orçamentária.

2011

Atraso na liberação de recursos

Os recursos não foram liberados a tempo para a realização do evento em 2011. Portanto o mesmo será realizado em 2012.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012

Outros: Não foram liberados recursos

A ação foi realizada, sem a utilização do recurso destinado para o ano de 2012. O recurso utilizado foi do ano de 2011, pois o processo foi licitado em dezembro de 2011 e não houve tempo hábil para a execução do mesmo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 113 - VIVA A INFÂNCIA
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 354 - Aquisição de materiais para recreação destinados as escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Visitas in loco

Visitas in-locu realizados pelos técnicos nas unidade escolares

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Redução orçamentária. Ação não realizada.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve licitação do processo.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Os recursos não foram liberados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 AÇÃO: Aquisição de materiais para recreação destinados às escolas.
PRODUTO: ESCOLAS ATENDIDAS
DETALHAMENTO DO PRODUTO: Aquisição de material para recreação tais quais: bambolê, minhocão, peteca, bolichão e outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Redução orçamentária. Ação não realizada.

2011 Não foram liberados recursos

Não houve liberação de recursos, pois o processo não foi licitado.

2012 Não foram liberados recursos

Os recursos não foram liberados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Redução orçamentária. Ação não realizada.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Não houve liberação de recursos.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos não foram liberados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Redução orçamentária. Ação não realizada.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Não houve licitação do processo.

2012

Outros: Os recursos não foram liberados.

Os recursos não foram liberados.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar o nível de atendimento à saúde do educando, promovendo ações de prevenção, identificação e correção de problemas visuais, bucais, de saúde geral e a formação continuada de agentes multiplicadores, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Público-Alvo: Alunos, pais, profissionais da educação.

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Oftalmologia: contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, a partir da prevenção, identificação e correção de problemas visuais, disponibilizando consultas e próteses visuais, após triagem oftalmológica.
- Projeto Escola que Protege: proporcionar formação continuada de professores, gestores, pais e alunos para prevenir e reduzir os índices de violência contra a criança e o adolescente;
- Projeto Escolas Promotoras de Saúde: buscar a melhoria da qualidade de vida, através de práticas saudáveis de alimentação e de atividades físicas;

- Odontologia: prevenir o aparecimento de doenças da boca, dos dentes e da gengiva;
- Saúde Geral: proporcionar formação continuada de agentes multiplicadores em relação à sexualidade na adolescência, planejamento familiar (gravidez na adolescência), DST/AIDS e o combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas em todas as escolas do município, de forma a sensibilizar pais, educadores e principalmente alunos para uma visão fundamentada na prevenção e promoção da saúde de forma eficiente e eficaz.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

			2010	2011	2012	2013
01 - Número de alunos atendidos com próteses e consultas oftalmológicas, por ano		Previsto	2.500	2.687	2.889	3.105
		Apurado	3971	1648	2.889	
		Relação % Apurado/Previsto	158.840,00	61.263,94	100,00	
		Relação % Apurado/Final	127.684,89	52.990,35	92,93	
2010:						
2011:						
2012: Considerando o aumento da demanda, o índice foi alcançado dentro do programado						
02 - Número de alunos atendidos com tratamento odontológico, por ano		Previsto	35.149	37.785	40.619	43.665
		Apurado	41084	43121		
		Relação % Apurado/Previsto	116.881,93	114.106,91		
		Relação % Apurado/Final	94.078,31	98.742,84		
2010:						
2011:						
2012:						
03 - Número de alunos atendidos em Saúde Geral(neurologia, otorrinolaringologia, fonoaudiologia, eletroencefalograma,oftalmologia), por ano		Previsto	1.900	2.042	2.195	2.360
		Apurado	1404	1867		
		Relação % Apurado/Previsto	73.894,74	91.519,61		
		Relação % Apurado/Final	59.491,53	79.110,17		
2010:						
2011:						
2012:						
04 -		Previsto	580	580	580	580
		Apurado	2000	458		
		Relação % Apurado/Previsto	344,83	78,97		

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

Número de pessoas (professores, gestores, pais e alunos) atendidos com formação continuada, na prevenção e redução dos índices de violência contra a criança e o adolescente	Relação % Apurado/Final	344,83	78,97

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A meta teve um êxito muito favorável ao esperado de 100% anual em quase todas ações.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Abaixo do esperado devido a morosidade na tramitação processual.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Houve uma satisfação muito grande dos alunos beneficiados com as ações.

2011 Satisfeito
A comissão portariada visita os consultórios e as pessoas consultadas são avaliadas através de instrumental de satisfação do público.

2012 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Conseguiu-se atingir a previsão, mas não o esperado pois a demanda cresceu em algumas ações.;

2011

Questão administrativa-processual, que dificultou um atendimento de qualidade.

2012

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Melhorar o rendimento dos alunos com distúrbios visuais.
Caracterização do público-alvo
Alunos da rede municipal de ensino
Dimensionamento do público-alvo
Orçamento insuficiente para a dimensão do Municipio nesse critério.
Suficiência das ações
Nao é possível atender a demanda que aumenta gradativamente todo ano.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência
Atendimento a crianças e adutos na rede municipal de ensino com distúrbios visuais, problemas neurológicos, distúrbios na fala e problema na audição com atendimento especializado.

Criança e Juventude
Foram feitas várias parcerias como a do PROERD, SESC e a Energia Sustentável para fazer palestras educativas sobre sexualidade, gravidêz na adolescência, DST´S, escolas promotoras de saúde, Higiêne Bucal e Violência Doméstica na capital e distritos de Porto Velho.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

2011

Raça
Trabalho com alunos do 1º ao 5º, 6º ao 9º anos e alunos da EJA, através de oficinas e palestras.

Gênero
Trabalho com alunos do 1º ao 5º, 6º ao 9º anos e alunos da EJA, através de oficinas e palestras.Trabalham através de oficinas nas escolas, com palestras, teatro, músicas, desenhos, trabalhos em grupos.

Criança e Juventude
Trabalho com alunos do 1º ao 5º, 6º ao 9º anos e alunos da EJA, através de oficinas e palestras.Trabalho com palestras e oficinas práticas, os temas: Dst Aids, Violencia Doméstica, doenças sexualmente transmissíveis e outros.

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Houve uma necessidade muito grande de recursos em algumas ações, devido o aumento de algumas consultas fora do esperado.

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta de cursos profissionalizantes para esses funcionários na área específica.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Falta de cursos profissionalizantes para esses funcionários na área específica.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Quantidade de servidores insuficientes para atender toda a rede.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Qualificação em serviço dos servidores que necessitam ser capacitados para um atendimento de qualidade.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Divulgações nas escolas e reuniões com pais, alunos e professores.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Diminuição da evasão escolar, diminuição da gravidez inesperada na adolescência, dimunuição do uso de drogas nas escolas e diminuição das DST´s entre os alunos.

2011

Ação com a comunidade escolar e local através de atendimentos de consutas e trabalho de prevenção.

Reunião com grupos de interesse
Reunião de Planejamento e resultados das ações.

2012

Outros: Reuniões com a comunidade escolar.
Participação das escolas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Avaliação é feita através de instrumentais para as consultas, onde os técnicos da Divisão aplicam questionários de satisfação aos pais dos alunos e a empresa.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Com os professores no que se refere ao rendimento do aluno atendido.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 015 - Aquisição de Gabinetes e Instrumentais Odontológicos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

Existe uma supervisora de programa específica para cada ação.

2011

Visitas in loco

As visitas aos consultórios são feitas quinzenalmente pela equipe da Divisão de Saúde Bucal

Reuniões de trabalho

As reuniões são feitas semestralmente com os odontólogos e Técnicos de Saúde Bucal.

Relatórios de gestão

São feitos relatórios mensais pela equipe da Divisão quanto ao atendimento e relatórios de produção dos odontólogos, enviados à SEMUSA para, após, ser encaminhado ao Ministério da Saúde.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Até o momento existem 19 gabinetes odontológicos.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

As metas não foram atingidas devido a 2 escolas que estavam em reformas

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma dos gabinetes odontológicos das escolas EMEF DARCY RIBEIRO - EMEF SÃO PEDRO - EMEF ANTONIO AUGUSTO REBELO- EMEF ESTELA COMPASSO - EMEF FRANCISCO ERSE- EMEF PADRE CHIQUINHO.
Pintura, assentamento de pisos, reparos na parte hidráulica dos gabinetes.

2012 Aquisição de instrumentos e gabinetes que pertecem a Secretaria Municipal de Educação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Supriu a demanda, e com remanejamentos para outras necessidades.

2011 Insuficientes

A insuficiência de recursos não permitiu atender mais escolas com gabinetes odontológicos nem fazer manutenção. Os poucos profissionais são cedidos para a Educação, pois pertencem ao quadro da Saúde.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Pela morosidade dos processos houveram problemas de manutenção dos gabinetes, prejudicando assim o atendimento aos alunos.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Médio

O recurso orçamentário deu para trabalhar, mas não para suprir todas as demandas.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Recursos insuficientes para ampliação do atendimento gradativo considerando a necessidade de atendimento em novos espaços e contratação de novos profissionais.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

ODONTO - SESC - tem reforçado o atendimento odontológico às escolas, através de prevenção, restauração, profilaxia.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

AÇÃO: 019 - Aquisição de Material de Higiene Bucal e Prevenção à Cárie no Atendimento a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Controle de distribuição e trabalho in-loco de escovação e bochecho

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Conseguiu-se comprar todos os kit´s necessários para atender toda a demanda.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta não foi atingida pois o aumento do número de alunos não foi o mesmo da meta estipulada

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Todas as escolas municipais 141.

2012 Foram atendidos 45.143 alunos com distribuição de material de higiene bucal.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Alcance da meta esperada e remanejamento de recursos para outras ações.

2011 Insuficientes

Recursos empenhados, porém não liquidados no exercício.

2012 Insuficientes

Recurso insuficiente para demanda existente.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Morosidade na tramitação do processo. O mesmo fracassou.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Outros: Morosidade na tramitação do processo.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Pois a natureza de despesa e de consumo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

AÇÃO: 029 - Aquisição Kits de Primeiros Socorros para Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Através do relatórios gerenciais

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não foram adquiridos kits de primeiros socorros, pois o processo de aquisição fracassou.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A ação não foi executada pois os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Nenhuma escola foi atendida

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

2011 Insuficientes

Os recursos não foram suficientes. Não houve empenhamento.

2012 Não foram liberados recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Não foi feita a liberação dos recursos

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Não houve execução no exercício. Recursos remanejados.

2011

Recursos insuficientes. O processo fracassou.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Recurso remanejado para atender outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

AÇÃO: 097 - Gestão e Administração do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Através dos relatórios gerenciais

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta foi atingida, pois os recursos garantiram o bom desenvolvimento do programa.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não executada. Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Coordenação e supervisão das ações.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve movimentação parcial dos recursos para pagamentos de diárias para os funcionários que executaram serviços fora da Capital.

2011 Suficientes

Os recursos foram disponibilizado de forma a garantir o fiel cumprimento das ações.

2012 Não foram liberados recursos

Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Esse recurso é liberado anualmente conforme às viagens a ser executadas para palestras e cursos.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Ocorreu uma demora na liberação orçamentaria, mas que não foi decisivo na execução do programa.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Atraso na liberação de recursos

Demora na locação de recursos

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade no trâmite e excesso de burocracia.

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Com a Policia Militar(PROERD), Energia Sustentável do Brasil, SEMUSA, SESC e algumas entidades universitarias,(Sao Lucas e FIMCA).

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

AÇÃO: 153 - Manutenção de Gabinetes Odontológicos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões para planejamento e avaliação de ações.

Visitas in loco
Através da equipe portariada é realizada a supervisão dos serviços.

Relatórios de gestão
Relatório de ações.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Houve necessidade de remanejamento para outras ações.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta não foi atendida devido a duas escolas que estavam em reforma

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não foi executada. Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma de gabinetes odontológicos: pintura, assentamento de pisos, reforma hidraúlica.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Houve necessidade de remanejamento para outras ações.

2011 Insuficientes
Os recursos não foram suficientes para o atendimento normal do programa

2012 Não foram liberados recursos
A ação não foi executada

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
A morosidade no certame licitatório ocasionou atraso na manutenção dos gabinetes odontológicos, impossibilitando o atendimento.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve necessidade de remanejamento para outras ações.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Dificuldades no trâmite processual.

2012

Contrato não prorrogado, o que ocasiona demora na manutenção dos gab. Odontológicos, prejudicando alunos da rede.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

AÇÃO: 368 - Assistência Médica, Laboratórial e Suporte Profilático e Terapêutico a Alunos com necessidades Educativas Especiais.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas através dos relatórios gerenciais do programa.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Houve meta de 100% em agumas ações como as de neuro e otorrino, mas houve algumas ações que não houve essa meta devido ao aumento das consultas.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Os alunos foram encaminhados, mas muitos não compareciam para retirar a guia de consulta. Falta de comprometimento dos responsáveis. Foram enviados ofícios às escolas comunicando o fato.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro do previsto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Consultas de Neurologia e Otorrinolaringologista. Exames de Audiometria, Eletroencefalograma e Tomografia computadorizada. Sessões de Fonoaudiologia.

2012 Foram atendidos 1890 alunos na rede escolar.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

Os recursos liberados foram suficientes, no entanto a demora na licitação dos processos atrasou o andamento do programa.

2012 Suficientes

Os recursos foram atualizados dentro do previsto

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Liberados de acordo com o planejamento do programa

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Conseguimos atingir algumas metas, mas não todas.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Todo ano as consultas sofrem um aumento não previsto no começo do ano.

2011

Falta de compromisso dos pais dos alunos e de algumas escolas

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

demora nos procedimento licitatórios

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

AÇÃO: 369 - Reabilitação Visual para a Educação de Jovens e Adultos.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão

Relatório anual das consultas feitas.

Reuniões de trabalho

Apresentação da explicação do Projeto aos diretores das escolas para conhecimento.

Visitas in loco

As visitas são feitas mensalmente nos consultórios oftalmológicos pela equipe de supervisão portariada pela SEMED.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Meta realizada abaixo da previsão, devido ao aumento das consultas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A meta foi superada devido a triagem realizada e o número da demanda que aumentou

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não contemplou orçamento neste exercício.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Consultas oftalmológicas: 1187; Próteses: 464.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

Os recursos não são suficientes para atender toda a clientela

2012 Não foram liberados recursos

Não contemplou orçamento neste exercício.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Há necessidade de liberação mais rápida dos recursos orçamentários.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Não contemplou orçamento neste exercício.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não conseguimos a demanda.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Atraso na tramitação dos processos

2012

Não contemplou orçamento neste exercício.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 116 - SAÚDE ESCOLAR
Gerente: SÍLVIA IVONE S. DE SOUZA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Público-Alvo: Alunos de 06 a 14 anos matriculados na rede pública municipal de ensino de Porto Velho.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O Programa Vivendo a escola Fundamental é responsável pelo processo ensino - aprendizagem na segunda etapa da Educação Básica. Este Programa tem por objetivo desenvolver aões de acompanhamento das políticas de educação que garantam a melhoria da qualidade de ensino, consolidando a participação do Sistema Municipal de Ensino na universalização do atendimento à população na faixa etária dos 6 aos 14 anos, além de promover a correção das defasagens do fluxo escolar por meio de classes de aceleração da aprendizagem, assim como fomentar as política de valorização dos profissionais atuantes na educação. O desenvolvimento das ações asseguradas neste Programa, visam proporcionar formação integral das crianças de 6 à 14 anos, possibilitando real participação social no processo de domínio da leitura, escrita, raciocínio lógico, sendo estes os principais instrumentos de participação social na sociedade do conhecimento.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Anos Iniciais - AI	Previsto	3,9	4,3	4,4	4,6
	Apurado	4.1	4,3	4,4	
	Relação % Apurado/Previsto	105,13	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	89,13	93,48	95,65	

2010:

2011:

2012: O índice alcançou o esperado

02 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - Anos Finais - AF	Previsto	3,5	3,8	3,9	4,2
	Apurado	3.1	3,9		
	Relação % Apurado/Previsto	88,57	102,63		
	Relação % Apurado/Final	73,81	92,86		

2010:

2011:

2012: O índice alcançou o que foi planejado

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Mesmo tendo aumentado consideravelmente o número de alunos na rede municipal, conseguiu-se atender o público alvo.
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O atendimento foi satisfatório.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Satisfeito
O Programa tem contribuido para a melhoria da qualidade do ensino fundamental da rede.
2012 Satisfeito
A execução ocorreu conforme o esperado.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e consta no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20/11

Pessoa com Deficiência
São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e consta no calendário escola o dia 13/05 como Dia Temático coordenado pela Divisão de Ensino Especial.

Gênero
São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e é destacado no calendário escolar o mês de agosto para desenvolver atividades voltadas para a cultura de paz.

Criança e Juventude
São desenvolvidos projetos com essa temática nas escolas e consta no calendário escolar a semana de 03 a 07 de outubro como semana de estudos da Constituição Federal.

2011

Raça
Nas ações Inplementação dos Curriculos Escolares; Realização de Jogos Escolares, Desenvolvimento de Pesquisas e Estudos Educacionais.

Pessoa com Deficiência
Tema abordado em ações de Reformas das Unidades de Ensino, aquisição de mobilia.

Gênero
Nas ações Inplementação dos Curriculos Escolares; Realização de Jogos Escolares, Desenvolvimento de Pesquisas e Estudos Educacionais.

Criança e Juventude
Nas ações Inplementação dos Curriculos Escolares; Realização de Jogos Escolares, Desenvolvimento de Pesquisas e Estudos Educacionais.

2012

Raça
Nos projetos pedagógicos, de forma cultural

Pessoa com Deficiência
Projetos especificos nessa área

Gênero
Através de projetos que englobam este tema.

Criança e Juventude
Dentro das ações do currículo.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos materiais foram insuficientes para a equipe executar as ações.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
A equipe não teve infraestrutura para executar adequadamente as ações.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Os recursos materiais foram insuficientes.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Infraestrutura sem condições para apoiar a equipe executora.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta de pessoal para compor a equipe.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de professores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais.

2011

Os recursos humanos são adequados

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Número de recursos humanos insuficientes na equipe executora.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta de recursos humanos qualificados na equipe gerencial.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Falta de recursos humanos qualificados na equipe executora.
Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Número de recursos humanos insuficientes na equipe gerencial.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Organizar reuniões com diversos segmentos sociais.

2011

Ouvidoria
Através do Fala Prefeito
Reunião com grupos de interesse
Realização de reunião com grupos de interesse, participação dos conselhos municipais e comunidade escolar.

2012

Audiência Pública
Eventos organizados em Fórum
Consulta Pública
Eventos que requerem a participação do público
Reunião com grupos de interesse
Eventos que requerem a participação de interesse de um determinado grupo
Discussão em Conselho Setorial
Participação em Conselhos de interesse da sociedade que envolva a Educação

Eventos que requerem atividades de participação pública.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Ouvidoria
Eventos que requerem participação e opiniões públicas

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Elaborar instrumental avaliativo.

2011

SIM
Mecanismos adotados:
Através de análise de relatórios e avaliações internas.

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há avaliação externa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 017 - Aquisição de Material de Cantina Destinado às Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas, para analise das necessidades e entrega dos materias de cantina destinadas as escolas..
Visitas in loco
Visitas in loco para verificação de necessidades das escolas.
Sistemas informatizados
Relatórios periódicos, com atualização das entregas de material de cantina nas escolas.
Relatórios de gestão
Relatorio realizados mensalmente com analise na gestão, sendo analisados e posteriormente verificado o andamento das ações.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012

Visitas in loco
Sao realizadas visitas in loco mensalmente, para verificar as necessidades das escolas. E posteriormente atender os quadros de necessidades.

Relatórios de gestão
Todo final de ano é feito Relatório de Gestão, com todo o atendimento realizado nas escolas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada. Recursos remanejados parcialmente.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programaçao orçamentaria anual.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Atividade não executada orçamento remanejado para atender outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Material de Cantina Destinado às Escolas.

2012 Não há produto da ação uma vez que não foi executada.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Ação não executada. Recursos remanejados parcialmente.

2011 Suficientes
dentro da programaçao orçamentaria anual.

2012 Não foram liberados recursos
Não foram liberados recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Ação não executada. Recursos remanejados parcialmente.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensalmente, conforme programaçao orçamentaria anual.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recurso prorio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 020 - Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão
Os relatorios são enviados para analise, verificação de necessidades, e após, atender no devido tempo os relatórios das gestões.

Reuniões de trabalho
Reuniões de análise aos processos em andamento, assim como análise das necessidades das unidades de ensino.

Visitas in loco
Visita in loco, para verificar as necessidades das escolas, assim como entrega do material didático ao alunado.

Sistemas informatizados
Todos os relatorio de necessidades e distribuições são informatizados, e verificado para o andamento de entregas.

2012

Visitas in loco
As escolas enviam a SEMED, quadro de necessidades, e é realizado visitas in loco, para verificação das necessidades e entrega do material didatico.

Relatórios de gestão
Todo final de ano é feito de um relatório de gestão, contendo informações do ano letivo.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programaçao orçamentaria anual.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos orçamentarios foram remanejados para atender outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material didatico para distribuição a alunos

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes
Os recursos empenhados foram suficientes.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos orçamentarios foram remanejados para atender outra ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Sem movimentação financeira.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensalmente, conforme programaçao orçamentaria anual.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos orçamentarios foram remanejados para atender outra ação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
recurso do FNDE.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Os recursos orçamentarios foram remanejados para atender outra ação

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 027 - Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão
Todos os relatorios de gestao são entregues na SEMED, para analise e posterior providencias, para entrega dos uniformes as unidades de ensino.

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho para realizar levantamento das necessidades das unidades de ensino, e posterior distribuição dos uniformes, além de acompanhar o andamento dos processos referente ao uniforme escolar.

Visitas in loco
Visita in loco, para vefícar as necessidades das unidades assim como entrega dos uniformes.

Sistemas informatizados
Todos os relatórios de necessidades e distribuição são informatizados.

2012

Visitas in loco
Todo começo de ano, as escolas enviam o quadro de necessidades. Apos analise, são feitas visitas in loco para a entrega dos uniformes.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
dentro da programação orçamentaria anual.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Conforme Orçamentao anual.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisção de uniformes escolares para distribuição a alunos.

2012 Ação: Aquisição de uniformes escolares para distribuição a alunos
Produto: Alunos atendidos
Detalhamento do Produto: Aquisição de uniformes escolares a alunos. Todos os alunos do Ensino Fundamental são atendidos anualmente com um conjunto de uniforme escolar, contendo bermuda e camisa com a logomarca da Prefeitura.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes
Os recursos empenhados foram suficientes.

2012 Insuficientes
Anualmente são alocados recursos financeiros de outros programas para atender a demanda na compra de uniformes escolares.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
cotas liberadas mensalmente dentro da programaçao orçamentaria anual.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
As cotas mensais foram antecipadas devido a necessidade em atender dentro do ano letivo, por se tratar de uniforme escolar.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
recurso proprio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Recursos insuficientes para atender a toda demanda de alunos matriculados no Ensino Fundamental (1º ao 9º).

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 044 - Auxílio-Transporte a Servidores e Empregados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados
Através do Sistema de Gestão de Pessoal.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Houve aumento expressivo de servidores

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Auxílio Transporte a Servidores e Empregados.
2012 4.517 servidore beneficiados

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 079 - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Educacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões com a equipe que desenvolve junto às escolas o programa Livro-Carta-Mural.

Visitas in loco
São realizadas visitas nas escolas que participam do programa.

Relatórios de gestão
São elaborados dois relatórios referente à execução do programa.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de reuniões com os grupos de trabalho trimestralmente.

Visitas in loco
Realização de visita in loco nas escolas, mensalmente, e quando há disponibilidade de veículo.

Relatórios de gestão
Análise dos relatórios das ações realizadas.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Considerando que os recursos orçamentários previsto na LOA 2012, foram remanejados para atender outro programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O Programa foi realizado com sucesso

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Leitura e produção de texto - Programa de Incentivo a Leitura - Livro Carta Mural - Em 12 escolas urbanas.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
É preciso aumentar o número de escolas atendidas com o programa o que não foi possível por falta de recurso orçamentário.

2011 Insuficientes
A dotação prevista e liquidada foi suficiente. Porém o recurso não é suficiente para a implementação do programa em toda rede municipal.

2012 Não foram liberados recursos
Considerando os recursos orçamentários previstos na LOA 2012 foram remanejados para atender outro programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O programa foi executado com o recurso disponível.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O recurso foi remanejado para outro programa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Atraso na tramitação do processo comprometreu o inicio da ação.

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento de crédito para outro programa.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 122 - Implementação de Biblioteca nas Escolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões para verificar as necessidades das escolas, e levantamento de bibliotecas na rede de ensino.

Visitas in loco
Visitas periodicas, para verificação dos predios das escolas para preparação das bibliotecas.

Sistemas informatizados
Todos os relatórios são informatizados, tendo as necessidades, as analises dos engenheiros.

Relatórios de gestão
Todo relatório de gestão é encaminhado à SEMED para análise e posterior levantamento das necessidades das unidades de ensino.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A dificuldade é o baixo valor orçamentario.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro da programçao orçamentaria anual.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Atualmente estão sendo adquiridos somente mobiliario para implementação de bibliotecas escolares. Em decorrencia do envio de livros tecnicos e paradidaticos pelo Ministério da Educação, a SEMED não tem disponibilizado recursos para a aquisição de livros literarios.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de equipamentos, estantes, prateleiras e móveis.

2012 Ação: Implementação de Bibliotecas nas Escolas
Produto: Unidades Atendidas
Detalhamento do Produto: Implementar Bibliotecas nas Escolas.
Pelo valor orçamentario disponibilizado, poucas bibliotecas escolares terem sido atendidas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes
Dentro do programado.

2012 Insuficientes
O quantitativo orçamentario é baixo para atender a demanda das Bibliotecas Escolares.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
As cotas foram liberadas mensalmente, dentro da programação orçamentaria anual.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recurso proprio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012

Contingenciamento orçamentário
Pouco recurso financeiro.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A dificuldade de entrega do produto, desistencia das empresas que galham no pregão eletronico, baixo orçamento.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 125 - Implementação de Hortas Escolares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com os diretores das unidades de ensino para analisar as necessidades e possibilidades de implantação de hortas escolares.
Relatórios de gestão
Os relatorios das necessidades são entregue na SEMED para análise e posterior visita in loco para analisar o terreno para implantação de hortas.
Visitas in loco
Visita in loco, para analise do terreno das escolas para implantação de hortas escolares.
Sistemas informatizados
Ttodos os relatório de necessidades são informatizados.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos foram remanejados.
2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos orçamentários foram remanejados para atender outra ação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Educacionais
Produto: AÇOES REALIZADAS
Detalhamento do Produto: Elevar o índice de desenvolvimento da educação básica, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
2011 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.
2012 Insuficientes
Baixo valor orçamentario, sendo que os mesmos foram remanejados para atender outra ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recursos remanejados.
2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recurso proprio.
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

2012

Contingenciamento orçamentário
Baixo valor orçamentario.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 130 - Implementação do Programa de Inclusão Digital Destinado a Alunos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas através dos relatórios de manutenção e acompanhamento pelo NTM.

2012

Visitas in loco
Visitas in-loco periodicas pelos técnicos junto as unidades de ensino.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Acima do previsto em virtude de algumas ações terem sido realizadas por funcionários da Secretaria.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos orçamentarios foram remanejados para outra ação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Manutenção de laboratórios de informática e instalação de laboratórios.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para a execução do programa.Recursos empenhados, porém não liquidados no exercício.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos orçamentarios foram remanejados para outra ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recursos Remanejados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação e licitação dos processos.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 132 - Implementação dos Currículos Escolares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões de trabalho com caráter avaliativo.

2011

Reuniões de trabalho
Realização de encontros mensais com o grupo de trabalho.

Visitas in loco
Visita in loco nas escolas mensalmente, para acompanhamento e monitoramento.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O recurso foi remanejado para outra ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos foram remanejados.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recurso remanejado para outra ação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
A dotação atual atendeu somente parte das diárias utilizadas para encontros de estudos para a implementação currícular, o restante do recurso sofreu redução de Crédito Conf. Dec. 11.725 de 22/07/2010.

2011 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

2012 Não foram liberados recursos
Recurso remanejado para outra ação

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Devido a Redução de Credito Conf. Dec. 11.725 de 22/07/2010, não foi possível executar a ação em sua totalidade.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos foram remanejados.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recurso remanejado para outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
A ação não foi desenvolvida em sua totalidade devido a redução de Crédito Conf. Dec. 11.725 de 22/07/2010.

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Os recursos foram remanejados.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recurso remanejado para outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 157 - Manutenção de Serviços das Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões periodicas nas unidades

Visitas in loco
Visitas in-loco para coletas de dados para implementação da ção

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta diminuiu pelo número de escolas, pois algumas foram desativadas.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Em virtude do aumento da demanda

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais e serviços diversos, para manutenção das unidades escolares, tais como:
- materiais de consumo: expediente, limpeza e produtos de higienização; água potável;
- contas de água, luz e telefone;
- serviços de vigilância;
- locação de imóveis;
- serviços de dedetização e descupinização;
- serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em aparelhos eletrodomésticos, em 62 escolas;
- serviços de impressão, diagramação, publicação de documentos.

2012 188 unidades mantidas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes
Os recursos foram liberados e foram suficientes para atender a sede.

2012 Insuficientes
Em decorrência do aumento da demanda houve a necessidade da suplementação orçamentaria da ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com a necessidade apresentada pelo prgrama

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recuros foram liberados dentro do fluxo programado,

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação de processos e licitação.

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A demora na obtenção de créditos suplementares e redução orçamentária

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 209 - Realização de Jogos Escolares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas reuniões com a equipe de Coordenação dos Jogos Ecolares da Divisão de Esporte.

Visitas in loco
Todos os locais de competições são visitados pela equipe organizadora.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os Jogos foram realizados, porém sem a utilização de recursos financeiros, pois os processos não finalizaram a tramitação em 2011. A SEMED em parceria com seus Núcleos de Ensino realizaram os Jogos.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ocorreu dentro do planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Realização dos jogos escolares.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Parte dos recursos foram remanejados devido a dificuldade de tramitação processual em tempo hábil.

2012 Suficientes
Recursos suficientes para atender a ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recursos remanejados devido a problemas na tramitação processual em tempo hábil.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ocorreu dentro do previsto conforme o cronograma de desembolso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Baixo
Realização de parcerias para realização dos jogos em 2011.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Devido a obrigatoriedade de se fazer a planilha de composição de custos unitários e de recomendações diversificadas, o processo teve dificuldades em tramitar. Isso ocasionou a realização dos jogos, mas através de parcerias e não com a utilização dos recursos financeiros.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Em 2011 as parcerias foram fundamentais para realização dos Jogos Escolares.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 222 - Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados
Através do Sistema de Gestão de Pessoal

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi realizado dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública.
2012 2652 servidores Remunerarados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Insuficientes
Considerando o aumento da rede de ensino, houve uma aumento no atendimento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Considerando que estamos falando de remuneração de servidores, os recursos foram liberado mês a mês.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 231 - Transferências de Recursos Destinados às Escolas - Proafem

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A Divisão faz apenas o repasse dos recursos do PROAFEM.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões periodicas com os técnicos e os diretores das escolas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Total da rede em 2011 foi de 27.652 alunos.
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ocorreu dentro do previsto na LOA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Transferências de recursos financeiros às Escolas - Proafem.
2012 67814 escolas atendidas pelo programa PROAFEM

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes
Os recursos orçamentários foram suficientes para atender o programa

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foi liberados dentro do cronograma de desembolso previsto

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 251 - Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas in-loco, para verificação das ações planejadas.

2012

Visitas in loco
Visitas nas obras pela equipe do Departamento de Engenharia e pelos fiscais devidamente nomeados pela Secretaria Municipal de Obras.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A meta foi superior devido a necessidade de realização de reforma e ampliações de algumas escolas, pela ampliação de demanda e necessidade de melhoria das estruturas físicas.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Estas obras ampliaram o atendimento de uma demanda a muito tempo reprimida em alguns bairros, melhoraram a qualidade das dependências de escolas Ribeirinhas e Agrícolas, foram feitos também reparos para solucionar algumas pendências.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011
Escola Manoel Pedro Pereira - Reforma e Ampliação
Escola Areal da Floresta (N. República) - Construção
Anexo da Escola Pe. Geovani - Reforma
Escola Tarumã - Reforma
Escola Som da Craviola - Reforma
Escola Rio Pardo - Reforma
Escola Francisco Braga - Reforma e Ampliação
Escola Alegria - Reforma e Ampliação
Escola Elenilson Negreiros - 10 salas Ampliação
Alojamento de São Carlos - Reforma/Ampliação
Escola Cora Coralina - Reforma
Escola Nova República - Construção de Muro
Escola João Afro Vieira - Construção de Muro
Escola Raimundo Agostinho - Reforma
Ampliação do Beiral da Cobertura
Escola Rio Verde - Construção
Escola Profª Maria Angélica/Aliança - Construção
Escola Maria Casaroto Abati - Sala de Recurso
Escola Wadhi Darwich - Sala de Recurso

2012 - Maior parte destas obras foram iniciadas em 2011, porém só finalizadas em 2012, foram elas:
1) Escola Prfª Maria Angélica - Construção;
2) Escola Rio Verde - Construção;
3) Escola Elenilsson Negreiros - Ampliação;
4) Escola Raimundo Agostinho - Reforma;
5) Escola Cora Coralina - Reparos;
6) Escola Joaquim Vicente Rondon - Reparos;
7) Escola Ely Bezerra - Construção;
8) Escola Profª Joelma Rodrigues - Construção;
9) Escola São Pedro - Ampliação;
10) Escola 03 de Dezembro - Reforma e Ampliação;
11) Escola Nova República - Muro;
12) Escola João Afro - Muro;

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes
Os recursos foram liberados de acordo com a necessidade.

2012 Insuficientes
- Os recursos foram insulficientes, alguns projetos como das escolas: Dr. Tancredo Neves, João de Barros, Nossa Sra. Aparecida e outras, não foram realizadas por não haver recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
- Em algumas obras a falta de recursos dificultaram e atrasaram o andamento licitatório.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Demora na tramitação e licitação dos processos.

2012

Atraso na liberação de recursos
- Demora na liberação de recursos;

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
- O atraso de repasses também dificultaram a execução das obras;

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
- As licitações chegaram a demorar 10 meses para início das obras;

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 255 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas e Unidades de Apoio ao Ensino

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco
Visitas in loco, para levatamento de necessidades de mobiliário, nas unidades de ensino e apoio.

Sistemas informatizados
Todo levantamento de necessidades do que há nas unidades são feitos através de informatização.

Relatórios de gestão
Todos os relatórios de necessidades são entregue à SEMED, para analise e posterior encaminhamento ao almoxarifado para verificação de material para distribuição nas unidades de ensino e apoio.

Reuniões de trabalho
Reunião para analise de necessidades de mobiliário nas unidades de ensino e apoio.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro da Programação anual.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Conforme Orçamento anual. Contando com Recursos oriundos do MEC.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de mobiliario e equipamentos para as escolas e unidades de apoio ao ensino fundamental.

2012 Ação: Aquisição de mobiliarios e Equipamentos para escola e unidades de apoio ao ensino.
Produto: Unidades atendidas
Detalhamento do produto: aquisição de mobiliarios necessarios para as escolas e unidades de ensino.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes
Liquidação insuficiente.

2012 Suficientes
Dentro da meta do orçamento anual.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Dentro da Programação anual.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
As cotas mensais foram antecipadas para atender a demanda.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Recurso proprio.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Ministério da Educação - MEC

AÇÃO: 261 - Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio de Técnico-Administrativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados
Através do Sistema de Gestão de Pessoal

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho realizada pelos técnicos dos recursos humanos

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ocorreru dentro do previsto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio Técnico-Administrativo.
2012 1446 Servidores Remunerados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes
Recursos orçamentários suficientes para atender as necessidades da ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados conforme o fluxo do cronograma financeiro

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Programa: 117 - VIVENDO A ESCOLA FUNDAMENTAL
Gerente: JANDERNOURA ARAUJO RODRIGUES

AÇÃO: 376 - Implantação e Implementação do Centro de Informação Educacional

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Recurso remanejado para outra ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O valor orçamentário não foi suficiente para o cumprimento total da ação.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não foi implantado o Centro em função do remanejamento do recurso.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reprodução/confecção de material gráfico para a distribuição dos instrumentais de escrituração escolar para as escolas urbanas e do campo da rede municipal de ensino.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Insuficientes
O valor orçamentário não foi suficiente para o cumprimento total das despesas para a reprodução do material gráfico.

2012 Não foram liberados recursos
Ação não executada devido ao remanejamento orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recurso remanejado para outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
O recurso foi remanejado para outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: TEREZA NORONHA DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Satisfatório o alcance do planejamento proposto e resultados alcançados.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Satisfatório o alcance do planejamento proposto e resultados alcançados.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O Conselho realizou toda sua programação administrativa com qualidade e eficiência.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Dentro dos objetivos propostos, também considerado satisfatório o cumprimento das metas previamente estabelecidas para o ano de 2010.

2011 Satisfeito
Satisfatório o cumprimentos das metas previamente estabelecidas para o ano de 2011.

2012 Satisfeito
Foi executado os trabalhos a contento.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das metas físicas das ações
Consideramos que ainda carecem de uma melhor adequação cronológica nas realizaões das ações. Por exemplo: aquisições de bens duráveis se realizando no exercício seguinte em função de entraves burocráticos.

2011

Suficiência das metas físicas das ações
Carecem de uma melhor adequação cronológica as realizações das ações. Por exemplo: aquisições de bens duráveis se realizando no exercício seguinte em função de entraves burocráticos.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: TEREZA NORONHA DA SILVA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

O Conselho carece de mecanismos de acompanhamento gerenciais descentralizados, isto é, os relatórios gerenciais não são disponibilizados diretamente no Conselho, mas sim em idas e vindas à Secretaria Municipal de Educação, que tem acesso direto e online das informações gerenciais, tornando-se, assim, moroso e custoso à administração pública como um todo: gastos com deslocamentos, interrupções de atividades administrativas em função da busca de informações, via telefone, etc.

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há carência de pessoal de apoio administrativo, notadamente para acompanhar pari passu (passo a passo) as tramitações de processos de compras e processos administrativos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Carência de cursos práticos, no ambito da prefeitura, voltados para a administração pública.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Carência de pessoal de apoio administrativo para acompanhar, passo a passo, tramitações de processos de compras e processo administrativos.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Carência de cursos, workshops e fóruns, no ambito da administração pública municipal, voltados para as práticas administrativas comuns a todas as secretarias.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

As ações administrativo-financeiras são apresentadas e amplamente discutidas com os membros da equipe de apoio.

Discussão em Conselho Setorial

Apreciadas pelo Conselho Pleno em Sessões Plenárias.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

O público alvo das ações do apoio administrativo são os técnicos e conselheiros e estes contribuem efetivamente para o alcance dos resultados propostos.

2011

Outros: Divulgação na internet

Relatórios gerenciais disponibilizados no site do Conselho Municipal de Educação, como forma de transparência e prestação de contas.

Reunião com grupos de interesse

As ações administrativo-financeiras são apresentadas e amplamente discutidas com os membros da equipe de apoio.

Discussão em Conselho Setorial

Também são apreciadas pelo Conselho Pleno em Sessões Plenárias.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Relatórios gerenciais disponibilizados no site do Conselho Municipal de Educação, como forma de transparência e prestação de contas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

O programa carece de um alcance maior. No âmbito deste CME, faz-se necessária que a avaliação seja individual, isto é, avaliação feita individualmente por conselheiros e pessoal de apoio, concatenando-se os resultados "ad referendum". Desta forma, as ações gerenciais do administrador serão melhor avaliadas.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A administração pública municipal precisa criar sistemas de avaliações de seus gerentes e administradores de programas. Estas avaliações deveriam ser democráticas, de forma a que todo o pessoal de apoio pudesse avaliar o gestor público e suas ações.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: TEREZA NORONHA DA SILVA

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

A administração pública municipal precisa criar sistemas de avaliações, de forma que todo o pessoal de apoio possa avaliar o gestor público e suas ações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões periódicas com a equipe de trabalho e com o público alvo (conselheiros e técnicos do CME).

Visitas in loco
Sempre que necessário.

Sistemas informatizados
Planilhas Eletrônicas e programas específicos são utilizados para diariamente acompanhar e controlar o fluxo das atividades realizadas na execução dos programas orçamentários da unidade.

Relatórios de gestão
Anualmente apresentação de relatório da gestão do apoio administrativo na execução dos programas propostos.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais, com a participação e coordenação da Presidente do CME, onde são traçadas as ações que nortearão a execução dos programas finalísticos.

Sistemas informatizados
Utilização de controles das ações através de planilhas eletrônicas e digitalização de documentos.

Relatórios de gestão
Conforme diretrizes traçadas pela Presidência do CME, Semestral e Anualmente são divulgados em Sessão Plenária, relatórios das ações realizadas e planos de ações.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do proposto, achamos que as metas foram plenamente alcançadas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dos recursos destinados ao Programa de Apoio Administrativo, 80% (oitenta por cento) foi investido com sucesso. Desta forma, 20% (vinte por cento) dos Recursos Orçamentários foram remanejados para o Departamento Técnico. Este percentual remanejado era originalmente destinado a aquisição de veículo para a renovação de frota do CME. No entanto, em função da majoração do valor do utilitário, não foi possível a sua aquisição no exercício 2011.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do proposto, as metas foram plenamente alcançadas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Serviços de recuperação do telhado do CME; mudança de piso cerâmico para piso antiderrapante; construção de rampa de acessibilidade; construção de coluna de concreto no muro para a instalação de portão de ferro; melhorias na identidade visual nos ambientes internos e externos do CME (letreiros, bandeiras, crachás de identificações funcionais e de conselheiros; Aquisição de tapetes personalizados e rampa emborrachada para atender aos portadores de necessidades especiais; reestruturação da sala do acervo bibliotecário do CME; substituições do mobiliário do Departamento Técnico, com a compra de modernas estações de trabalho, com doações de escrivaninhas já gastas pelo tempo de uso; expansão da linha telefônica, com instalações de ramais na Recepção e no Departamento Técnico; aquisição de 02(duas) centrais de ar tipo split para atender aos ambientes da recepção e cozinha; compra de novos utensílios de cozinha; colocação de película protetora nas janelas laterais e traseiras do veículo Ford Ranger; instalação de sofá de dois lugares no hal de entrada da sala de reuniões; aqusições de No-Breaks; aquisições de computadores e impressoras; aquisição de Lixeira Ecológica para a coleta seletiva e reciclagem do lixo.

2012 Verificação do estado de conservação dos bens, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletroeletrônicos, dos veículos oficiais, serviços de licenciamento e de seguros dos veículos, aluguel do imóvel, conservação e reforma do prédio onde encontra-se instalado o CME, serviços de manutenção de centrais de ar e manutenção de computadores, notebbok, scanner, fotocopiadora e impressoras.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
As ações na execução orçamentária foram plenamente atendidas. Ressalva-se o trâmite burocrático que não permite a utilização plena dos recursos dentro do mesmo exercício.

2011 Suficientes
A AÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVO FOI SUFICIENTE realizada (COM A aquisição de um veículo utilitário novo) e, também, das despesas com manutenções preventivas e corretivas continuadas (predial, ar-condicionados, equipamentos de informática e eletrônicos, veículos automotores, seguros anuais, etc)

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: TEREZA NORONHA DA SILVA

Consideramos positivas as ações desenvolvidas e implementadas pela SEMPLA na liberação dos recursos orçamentários. Não houve descontinuidade e nossa dotação foi plenamente atendida.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados de forma compatível com a programação, contribuindo para o bom andamento dos processos administrativos e execução orçamentária. Neste aspecto, a CMO/SEMPLA colaborou positivamente para os resultados ora alcançados. Não houveram entraves e óbices no diálogo entre o CMO/SEMPLA e o CME.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Consideramos positivas as ações desenvolvidas e implementadas pela SEMPLA na liberação dos recursos orçamentários.
Não houve descontinuidade e nossa dotação foi plenamente atendida.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto

Mantemos parceria com a Secretaria Municipal de Educação/SEMED que nos subsidia orçamentáriamente com despesas continuadas nos gastos com combustível, água, luz e telecomunicações, serviço de segurança armada, folha de pagamento de pessoal e jetons.

2011 Alto

Parceria com a Secretaria Municipal de Educação-SEMED que subsidia orçamentáriamente custeando despesas continuadas de combustível, água, luz, telecomunicações, serviço de vigilância e segurança, folha de pagamento de pessoal e jetons para os conselheiros.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Gerente: ENID COSTA CASTIEL

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Capacitar profissionais da Educação que atuam na Rede Municipal de Ensino.

Público-Alvo: Gestores Escolares, Supervisores Escolares, Orientadores Educacionais, Secretários Escolares, Auxiliares de Secretarias Escolares, Monitores e Cor
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Pesquisas constatam que a qualidade da Educação Básica está diretamente ligada a formação profissional, e os profissionais da Educação são os principais agentes da formação dos alunos, portanto, o resultado da aprendizagem é inseparável da qualificação e competência profissional; para isso a identidade do profissional precisa fazer parte do currículo e da prática de formação inicial e continuada. O Conselho, instância de discussão, análise, normatização, conhecimento e decisões em relação à realidade educacional do Município, necessitam, periodicamente, proporcionar aos profissionais da educação constante atualização a cerca das diretrizes emanadas para a educação brasileira, a fim de aprimorar e ampliar as ações desenvolvidas para e no âmbito do Sistema Municipal de Educação.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de profissionais com formação continuada	Previsto	15	10	10	10
	Apurado	55	45	10	
	Relação % Apurado/Previsto	366,67	450,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	550,00	450,00	100,00	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Quanto a participações em eventos foi bem além do programado; ficando pendente para o ano de 2011, uma ação sobre Curso de Legislação para Conselheiros e Tecnicos deste CME.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Quanto a participações em eventos foi além do programado; ficando pendente para o ano de 2012 a ação sobre Curso de Legislação e Escrituração para gestores, supervisores, orientadores, secretários e auxiliares escolares.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Os trabalhos educacionais manifestam-se através da participação dos educadores da rede municipal de ensino e particulares da educação infantil.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Em virtude da participação em diversos eventos.

2011 Muito satisfeito
Beneficiário muito satisfeito, em virturde da participação em diversos eventos.

2012 Muito satisfeito
Conscientização da importância da regularização das escolas junto ao Conselho Municipal de Educação, para o cumprimento da legislação vigente e benefício para a comunidade interna e externa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Quando do estudo, das discurssões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Gerente: ENID COSTA CASTIEL

Pessoa com Deficiência
Quando do estudo, das discurssões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Gênero
Quando do estudo, das discurssões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Criança e Juventude
Quando do estudo, das discurssões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

2011

Raça
Quando dos estudos, discussões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Pessoa com Deficiência
Quando dos estudos, discussões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Gênero
Quando dos estudos, discussões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

Criança e Juventude
Quando dos estudos, discussões e elaboração de Pareceres e Resoluções deste CME.

2012

Raça
Está sendo contemplada por meio de resoluções.

Pessoa com Deficiência
Está sendo contemplada por meio de resoluções.

Gênero
Está sendo contemplada por meio de resoluções.

Criança e Juventude
Está sendo contemplada por meio de resoluções.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Quando das reuniões com Técnicos de outras Instituições como: Universidades, Secretaria de Educação, Gestores Escolares, Sindicatos e outros.

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Estadual de Educação, Conselhos Municipais, Conselho do FUNDEB, Conselho Tutelar.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
1) Parâmetro de avaliação dos programas apresentados;2) Subsídio para enriquecimento na elaboração dos atos normativo.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com outras instituições da sociedade civil organizada, como: Universidade Federal de Rondônia, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Escolar, SINTERO, Escolas de Educação Infantil da Rede Privada de Ensino e outros.

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Estadual de Educação, Conselhos Municipais, Conselho do FUNDEB, Conselho Tutelar

2012

Reunião com grupos de interesse
Conselheiros, técnicos Gestores, supervisores, secretários escolares

Discussão em Conselho Setorial
Pauta: Legislações vigentes, elaborações de pareceres e resoluções, politicas educacionais da Secretaria Municipal de Educação, análise de projetos e processos educacionais.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Gerente: ENID COSTA CASTIEL

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Atráves de preenchimento de instrumentais de avaliação no encerramento de cada evento; através de relatos e relatórios.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Instrumentais de Avaliação; relatórios; parcerias com os órgãos afins.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Instrumetal avaliativo e depoimentos orais dos participantes.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 332 - Capacitação em legislação Educacional e Escrituração Escolar aos Educadores da Rede Municipal de Ensino.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

O Departamento Técnico realiza reuniões trimestrais para rediscussão do planejamento e avaliação das ações realizadas e programadas.

Visitas in loco

O Departamento Técnico cumpre durante o ano, cronograma de visita às escolas urbanas e do campo para assessoramento, acompanhamento e orientação sobre autorização de funcionamento e reconhecimento das escolas.

Sistemas informatizados

Diariamente, através da página eletrônica.

Relatórios de gestão

Relatório circunstanciado.

Outros: Sessão de Estudo

O Departamento Técnico realiza sessões de estudos com as técnicas trimestralmente ou quando houver necessidade.Elaboração de projetos, minutas, estudos e organização dos trabalhos.

2011

Visitas in loco

O Departamento Técnico cumpre durante o ano cronograma de visitas às escolas urbanas e do campo para assessoramento, acompanhamento e orientação sobre Aurotização de Funcionamento e Reconhecimento das Escolas.

Reuniões de trabalho

O Departamento Técnico realiza reuniões trimestrais para rediscussão do planejamento e avaliação das ações programadas e realizadas.

Sistemas informatizados

Diariamente, através da página eletrônica do CME.

Relatórios de gestão

Relatório Circunstanciado.

Outros: Sessões de Estudos

O Departamento Técnico realiza sessões de estudos com as técnicas, trimestralmente ou quando houver necessidade.

2012

Reuniões de trabalho

Sessões de Estudos.

Visitas in loco

Visitas técnicas nas unidades escolares.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não foi possível realizar esta ação, em decorrência das Resoluções de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Básica do Campo, só foram concluídas e homologadas no período de outubro a dezembro de 2010, o que não possibilitou que os subsídios para tal formação fossem elaborados em tempo hábil.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

A meta prevista (716) incluía a aplicação do curso de capacitação em Legislação Educacional e Escrituração Escolar para o corpo técnico/Administrativo das escolas urbanas e do campo, porém não foi realizado em virtude de carência de pessoal no Departamento Administrativo para a elaboração e execução do projeto básico. Em função disto, o curso não foi realizado durante o ano de 2011.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

As metas foram alcançadas conforme planejamento prévio.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 O Departamento Técnico do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho participou em diversos eventos e atividades no município, no estado e fora do estado os quais foram destacados: Curso sobre orçamento público em Recife-PE, Curso de Licitação em Recife-PE, Congresso Internacional de Educação em São Paulo-SP, XV Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação em Barretos-SP, IV Congresso dos CMES em Cacoal-RO, Congresso de Educação em Natal-RN, Primeira Reunião Trimestral dos CMES-RO em Vilhena-RO, I Fórum de Debates em Cacaulândia-RO, II Encontro de Presidentes dos CMES em Rolim de Moura-RO, XXI Encontro Nacional dos CMEs em Palmas-TO, III Reunião Trimestral dos CMEs em Caculândia-RO, além da participação em Fóruns, Seminários, Conferências, Encontros, Audiências Públicas e Reuniões locais.

Órgão Responsável: 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED
Unidade Orçamentária: 09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Programa: 029 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES
Gerente: ENID COSTA CASTIEL

2012 1 - Capacitação de Educadores: Sensibilizar gestores e coordenadores pedagógicos quanto a importância da autorização de funcionamento das unidades escolares e subsidiá-las com estudo da legslação vigente. Localidades Núcleo de Calama, Núcleo de São Carlos, Núcleo de Ponta do Abunã, Núcleo de Porto Velho-RO. Totalizando 197 participantes.
2 - Encontros Trimestrais dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Rondônia - Realização nos Municípios de Ji Paraná, São Miguel do Guaporé, Porto Velho-RO. Total de Participantes 89.
3 - XXII Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. Total de Participantes 04.
4 - Trimestal dos Conselhos Municipais de Educação - Objetivo: Oportunizar aos participantes momentos de estudo, discussão e aprofundamento da emenda Constituicional nº 59/2009 com ênfase na Educação Infnatil. Municipios participantes: Alta Floresta, Alto Parecis, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Cacoal, Candeias do Jamari, Costa Marques, Guajará Mirim, Ouro Preto D' Oeste Pimenta Bueno, Porto Velho, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Vilhena.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos orçamentários foram suficientes.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
As ações na execução orçamentária foram plenamente atendidas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O Recurso foi liberado conforme previsão, no entanto a ação deixou de ser executada conforme justificativa anterior.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados conforme previsão e os eventuais remanejamentos foram plenamente providenciados pela equipe CMO/SEMPLA.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve descontinuidade da dotação, foi plenamente atendida.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utilizamos recursos de origem não orçamentária, porém, diversas ações são executadas em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, tais como: Cedência de espaço físico no Centro de Formação de Professores, transporte e combustível nas viagens técnicas na área rural do município e etc...

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utilizou-se recursos de origem não orçamentária, porém, diversas ações são executadas em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação/SEMED, entre elas: cedência de espaço físico no Centro de Formação de Professores, transporte e combustível nas viagens técnicas às escolas do campo da Rede Municipal de Ensino, etc...

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros: Atraso nas Homologações
Não foi possível realizar esta Ação, em decorrência das Resoluções de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Básica do Campo, só foram concluídas e homologadas no período de outubro a dezembro de 2010, o que não possibilitou que os subsídios para tal formação fossem elaborados em tempo hábil.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO MOREIRA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades.
2011 Não aplicável
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Não apurada
2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO MOREIRA DE OLIVEIRA

2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados
2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
2011
Não possui mecanismos.
2012
Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Reuniões de trabalho
Quando a necessidade de reuniões periódicas a cada mês para avaliação dos trabalhos e tarefas executadas.
Relatórios de gestão
São emitidos relatórios de atividades cada mês.
2011
Reuniões de trabalho
REUNIÕES PERIODICAS A CADA 03 MESES
Relatórios de gestão
REUNIÃO COM APRESENTAÇÃO DE RELATORIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS NO PERÍODO
2012
Reuniões de trabalho
Reuniões feitas periodicamente para avaliação, serviços e tarefas realizadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve a necessidade de remanejamento de um elemento de despesa para outro, motivado pelo realinhamento de preços dos produtos e/ou serviços.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta alcançada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, INFORMATICA, LIMPEZA LEVE E OUTROS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS E OUTROS, COMO TAMBEM AQUISIÇAO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, CENTRAL DE AR, COMPUTADORES E OUTROS.

2012 Houve aquisição de materiais de limpeza, material de expediente, móveis, eletrodomésticos, informática, entre outros, para atender as necessidades da Secretaria.

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO MOREIRA DE OLIVEIRA

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

HOUVE A NECESSIDADE DE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA DENTRO DO EXERCICIO.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Houve a necessidade de antecipação de cotas mensais para a contemplação dos produtos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Recursos liberados conforme as necessidades dos serviços.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO MOREIRA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
É realizado reuniões em conjunto com a Semad para deliberações necessárias.

Relatórios de gestão
Emissão de relatórios periódicos como: Férias, licença doença, licença maternidade e outros correlatos.

2011

Reuniões de trabalho
REUNIÃO PERIODICA

Sistemas informatizados
VIA SEMAD

Relatórios de gestão
REUNIÃO COM APRESENTAÇÃO DE RELATORIO

2012

Relatórios de gestão
Apresentação de relatórios periódicos apresentando fatos como: Licença maternidade, faltas, férias e etc.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta prevista realizada a contento. Não houve contratação de servidores no exercício por parte da Secretaria.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Houve contratação de novos servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES ESTATUTARIOS E COMISSIONADOS.

2012 Remuneração de servidores estatutários e comissionados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foram liberados os recursos de acordo com as necessidades.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Os recursos necessários foram liberados suficientemente.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve a liberação de recursos de acordo com as necessidades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Dentro das necessidades, os recursos foram liberados.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO MOREIRA DE OLIVEIRA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Por ser serviço de primeira necessidade, ser de fundamental importância, por não poder sofrer paralização e sua correta aplicação combate os vetores causadores de contaminação, pois a limpeza, varrição, carpina, coibe nascedouros de pragas nas mais diversas áreas da cidade, e também por promover o embelezamento da cidade com a pintura de meio fios, poda de arvores e limpeza geral.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de ruas atendidas com serviços de limpeza	Previsto	100	100	100	100
	Apurado	50	96,94	91	
	Relação % Apurado/Previsto	50,00	96,94	91,00	
	Relação % Apurado/Final	50,00	96,94	91,00	

2010:

2011:

2012: A Secretaria teve dificuldade em atender algumas localidades, pelo fato do difícil acesso. A insuficiência de equipamentos e materiais, também foram fatores para que não fosse atendido 100% das ruas com serviços de limpeza.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
100% do índice previsto.

2011 Não aplicável

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A população não foi atendida 100% devido algumas situações, como greve de caçambeiros, demora na aquisição de materiais e etc.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Dentro da expectativa.

2011 Não apurada
NÃO APURADA

2012 Não apurada
A secretaria não dispõe de mecanismos para apurar a satisfação da população.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

2012
Não contempla

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A quantidade é insuficiente para atender a demanda.
2011
Os recursos humanos são adequados
2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Ainda não foi implantado o orçamento participativo com as comunidades.
2011
Audiência Pública
Reunião com grupos de interesse
Reunião com a comunidade.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
2012
Reunião com grupos de interesse
Reunião com a comunidade.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Através de reuniões e treinamentos.
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Há necessidade de gerar mecanismo para medir a satisfação da população.
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Há dificuldade de implantar na secretaria mecanismos para a avaliação da satisfação dos beneficiários do programa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 154 - Manutenção de Máquinas e Veículos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Reuniões de trabalho
Reunião periódica de trabalho ou quando necessário.
Relatórios de gestão
Relatório de atividades.
2011
Reuniões de trabalho
Reunião periodica a cada três meses
Relatórios de gestão
Reunião com a presentação de relatorio das atividades executadas

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

2012

Relatórios de gestão
Apresentação de relatórios das atividades desenvolvidas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta foi alcançada de acordo com o planejamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve a necessidade de manejamento de recursos para outras atividades.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta foi alcançada de acordo com o planejamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de peças, pneus, camara de ar e outros; serviços mecanicos preventivos e corretivos em veiculos e equipamentos sob a responsabilidade da SEMUSB
como tambem aquisição de equipamentos, como: roçadeiras manual e mecanizadas.

2012 Houve a aquisição de novos equipamentos, pneus, câmaras de ar, e etc...

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve a necessidade de remanejamento de recursos orçamentário para outro programa.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Apesar da necessidade de remanejamento de recursos para priorizar outras ações, a execução orçamentária foi suficiente.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
As antecipações da quotas mensais foram liberadas de acordo com as necessidades.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Remanejamento de recursos para outro programa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A secretaria não tem parceria com outros.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
NÃO UTILIZA OUTRO RECURSO

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

AÇÃO: 160 - Manutenção de Vias Pública (Limpeza, Varrição, Poda, Pintura de Meio Fio e Outros)

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião periódica de trabalho ou quando necessário nas bases.

Visitas in loco
Visitas nos locais quando da avaliação da conclusão dos trabalhos efetuados.

Relatórios de gestão
Emissão de relatório de atividades executadas durante o exercício.

2011

Reuniões de trabalho
REUNIÃO PERIODICA DE TRABALHO

Visitas in loco
ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS PELAS EQUIPES DE TRABALHO.

Relatórios de gestão
REUNIÃO COM APRESENTAÇÃO DE RELATORIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS NO PERIODO

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas.

Visitas in loco
Acompanhamentos pelas equipes de trabalho nas atividades executadas.

Relatórios de gestão
Apresentações de relatórios das atividades executadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As cotas mensais foram antecipadas e liberadas de acordo com as necessidades, como também a suplementação orçamentária oriunda de outra programação.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O INDICE REALIZADO FOI MOTIVADO PELA DEMORADA CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS DE HORA, POR DETERMMINAÇÃODO TCE-RO PARA QUE FOSSE CUMPRIDAS ALGUMAS RECOMENDAÇÕESCOMO TAMBEM A GREVE DOS CAÇAMBEIROS.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos foram liberados de acordo com as necessidades apresentadas, fazendo com que as metas físicas sejam cumpridas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LIMPEZA URBANA (CAL, CARRINHO DE MÃO, PÁ, ENXADAS VASSOURAS E OUTROS.

2012 Locação de horas máquinas, aquisição de material para limpeza urbana, manutenção de vias públicas (varrição, poda e etc...)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve necessidade de remanejamento de outra programação para realização das atividades e aquisições.

2011 Suficientes
HOUVE A NECESSIDADE DE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA ATENDERA DEMANDA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.

2012 Suficientes
Houve a necessidade de suplementação para atender a demanda dos serviços executados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram antecipadas e liberadas as cotas mensais, como também a suplementação orçamentária oriunda de outra programação..

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve liberação de recursos em forma de suplementação orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A secretaria não tem parceria com outros.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
NÃO UTILIZA

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

AÇÃO: 434 - Manutenção de Praças, Parques, Feiras e Mercados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião de trabalho periódicamente a cada mês ou quando necessário.

Relatórios de gestão
Relatório de atividades.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: ÑÃO FORAM UTILIZADOS OS RECURSOS DESTA UNIDADE

2012

Reuniões de trabalho
Reunião periódica para apresentação das atividades desenvolvidas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram liberadas as cotas de acordo com as necessidades, portanto a meta prevista foi realizada a contento.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação não executada orçamentariamente. Parte dos recursos previstos foram remanejados.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Houve necessidade de remanejamento do recurso, priorizando outras ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Houve necessidade de remanejamento de recurso, priorizando outras ações.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foram liberadas as cotas de acordo com as necessidades como também a suplementação orçamentária oriunda de outra programação para conclusão da Praça de Alimentação Aluizio Ferreira.

2011 Insuficientes
NÃO FORAM UTILIZADOS OS RECURSOS NESTA AÇÃO.

2012 Insuficientes
Não foi utilizado recurso, devido o remanejamento do mesmo.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberadas as cotas de acordo com as necessidades, como também a suplementação orçamentária.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
NÃO FORAM UTILIZADOS OS RECUSOS NESTA AÇÃO.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não foram utilizados recursos nessa ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A Secretaria não tem parceria com outros.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a limpeza pública urbana e assegurar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Dar continuidade aos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, especiais e hospitalares.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos	Previsto	98	99	100	100
	Apurado	99	96,94	95	
	Relação % Apurado/Previsto	101,02	97,92	95,00	
	Relação % Apurado/Final	99,00	96,94	95,00	

2010:

2011:

2012: Houve algumas dificuldades para a coleta dos resíduos sólidos, como o difícil acesso em algumas localidades.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
A população foi atendida dentro do programado.

2011 Não aplicável

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Devido o grande problema nas falhas da coleta e o não atendimento de todos os distritos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
Não existe mecanismo de avaliação.

2011 Não apurada

2012 Insatisfeito
População insatisfeita com a empresa que coleta o resíduo.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

2012
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

A equipe de gerenciamento não dispõe de transporte, computadores, máquinas fotográficas suficientes para execução adequada dos serviços.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: O contrato de concessão 030/PGM/2010 prever a implantação da coleta seletiva de acordo com o cronograma estabelecido entre as partes, onde haverá a participação popular.

2011

Audiência Pública

Reunião com grupos de interesse

Reunião com a comunidade.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Temos o sistema de SAC - Serviço de atendimento ao contribuinte através do 0800-647-1391.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Falta da implantação do programa por parte da Secretaria.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Há necessidade de gerar mecanismo para medir a satisfação do beneficiário.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Através do 0800 que está disponível a toda a população conseguimos avaliar a satisfação dos beneficiários.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 203 - Realização de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

São realizadas reuniões de trabalho pela comissão de fiscalização do contrato de concessão.

Visitas in loco

A comissão de fiscalização do contrato de concessão realiza fiscalização in loco.

Relatórios de gestão

É emitido relatório anual de gestão.

2011

Reuniões de trabalho

Reunião de trabalho mensal para avaliação dos serviços executados.

Visitas in loco

Visitas feitas pela Comissão Especial de Fiscalização - Contrato Nº 030/PGM/2010.

Relatórios de gestão

Relatório Mensal das Atividades Executadas pela comissão constituida.

Órgão Responsável: 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
Unidade Orçamentária: 10.31 - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Programa: 015 - CIDADE LIMPA
Gerente: EMANUEL NERI PIEDADE

2012

Relatórios de gestão
Relatórios mensais feitos pela comissão de fiscalização.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Houve aumento na coleta de resíduos sólidos domiciliares.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Hospitallar, como também coleta nos Distritos ao longo da Br 364, de acordo com o Contrato de Concessão de Limpeza Urbana n°. 030/2010 e seus aditivos.

2012 Os serviços estão sendo executados a contento, apesar de estar havendo falhas nas rotas, causando assim alguns transtornos para a população.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve a necessidade de suplementação orçamentária haja vista da vigência do contrato nº 030/PGM/2010.
2011 Suficientes
Os recursos foram liberados de acordo com a necessidade e solicitação de liberação.
2012 Suficientes
Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados os recursos de acordo com as necessidades.
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram liberados os recursos de acordo com as necessidades.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO AURÉLIO TAVARES VIEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Sede administrativa da secretaria.
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendeu somente os servidores da secretaria.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
As atividades desenvolvidas supriu as necessidades.
2011 Satisfeito
O programa atendeu todas as atividades da secretaria.
2012 Não apurada
Não há necessidade.

2.4 Outras Considerações

Não há considerações.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Não contempla

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO AURÉLIO TAVARES VIEIRA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados
2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
2011
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: O programa não permite a participação social, pois está voltado apenas para as atividades da secretaria.
2012
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há necessidade da implantação.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
O programa atendeu todos os servidores na área administrativa, apenas teve dificuldades na distribuição.
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há necessidade da avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Não possui mecanismos.
2011
Não possui mecanismos.
2012
Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas através de relatórios anuais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos foram suficientes.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO AURÉLIO TAVARES VIEIRA

Os recursos atenderam a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de diversos materiais para manutenção da secretaria, tipo: de expediente, limpeza, permanentes, materiais de informática, materiais elétrios e EPI's. Despesas com pagamento de diárias aos servidores que atuam nos diversos Distritos, tanto na área rural como na urbana. Despesas com a manutenção corretiva e preventiva em aparelhos de ar condicionados, regularização de documentos das viaturas (veículos), taxas de contratos de repasses/CEF para regularização de obras. Adquisição de equipamentos topográficos (teodolito, mira, baliza e tripé).

2012 Despesas com diárias aos servidores que atuam nos diversos distritos, tanto na área urbana e área rural. Aquisição de materiais diversos para manutenção da secretaria, tipo: materiais de expediente, limpeza e informática. Aquisição de placas de informação/identificação. Despesas com manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve redução na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.
2011 Suficientes
2012 Suficientes
Os recursos atenderam a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação atendeu a necessidade das ações administrativas.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO AURÉLIO TAVARES VIEIRA

AÇÃO: 042 - Auxílio Alimentação ao Servidor

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As informações são captadas através de relatórios anuais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos foram suficientes.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos atenderam a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de gêneros alimentícios para o café da manhã, tipo: pão, leite, café, açucar e outros. Aquisição de alimentação/almoço tipo: marmitex.

2012 Aquisição de gêneros alimentícios para o café da manhã, tipo: café, açucar, leite, pão francês, margarina. Aquisição de copos descartáveis, água mineral em galão de 20 litros (reposição). Aquisição de 39.000 marmitex.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve reduções na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

Atendida a demanda.

2012 Suficientes

Os recursos atenderam a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a solicitação e liberação das cotas mensais.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO AURÉLIO TAVARES VIEIRA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Visitas in loco

As obras são fiscalizadas pelo responsável técnico.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Os recursos não foram suficientes.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos foram suficientes

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos foram suficientes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obras de Construção da Cobertura da Usina de Asfalto. Reforma da Associação do Conjunto Buritis. Recuperação do reservatório elevado no Distrito de Calama.

2012 Aditivo da Obra da Reforma da Associação do Conjunto Buritis. Aditivo da Obra de Construção da Cobertura da Usina de Asfalto. Construção no Complexo da SEMOB (almoxarifado, refeitório, lavador, borracharia, oficina leve).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve reduções e suplementações na dotação orçamentária.

2011 Suficientes

A demanda foi atendida.

2012 Suficientes

Atendeu a demanda. Houve ainda inlcusão de recursos de convênios.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Os recursos orçamentários não foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a solicitação e liberação das cotas mensais.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Houve remanejamento de recursos.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: RAIMUNDO AURÉLIO TAVARES VIEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há necessidade de implantar mecânismos de monitoramento.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os recursos foram suficientes.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Os recursos atenderam a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesas com o pagamento de pessoal (vencimentos e vantagens fixas, IPAM e INSS). Pessoal efetivo e com cargos comissionados.

2012 Despesas com o pagamento de pessoal (vencimentos e vantagens fixas, IPAM e INSS), pessoal efetivo e em cargos comissionados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve uma redução na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

Os recursos atenderam a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo coma solicitação e liberação das cotas mensais.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 045 - PORTO VELHO LIMPA
Gerente: EDUARDO NUNES DE VASCONCELOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Realizar serviços de limpeza, retificação e revestimento de canais, visando melhorar as condições ambientais e a saúde da população.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Manter a lâmina dágua no interior dos canais em um nível satisfatório impossibilitando o seu transbordamento. Executar o revestimento de canais auxiliando nas contenções laterais de terra impedindo a obstrução.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quilômetros de canais limpos e retificados	Previsto	10	11	13	15
	Apurado	12.2	13	3	
	Relação % Apurado/Previsto	122,00	118,18	23,08	
	Relação % Apurado/Final	81,33	86,67	20,00	

2010:

2011:

2012: O índice apurado atendeu somente as necessidades.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
População do município de Porto Velho.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendeu de acordo com a demanda.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Atendeu o nível das prioridades.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Os serviços executados supriu as necessidades do beneficiário.

2011 Satisfeito
Atendeu dentro da programação solicitada e realizada.

2012 Pouco satisfeito
As prioridades exigem maior desempenho.

2.4 Outras Considerações

Não há considerações a fazer.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Caracterização do público-alvo
Presisa-se de meios adequados para identificar os segmentos.

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

2012
Não contempla

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 045 - PORTO VELHO LIMPA
Gerente: EDUARDO NUNES DE VASCONCELOS

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Os materiais não atendem a demanda.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Ainda falta recursos humanos para atender a demanda.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há necessidade ainda da participação social.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Falta de recursos humanos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não há necessidade.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 309 - Limpeza, Retificação e Revestimento de Canais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Reuniões semanais para identificar os serviços não realizados e os de prioridades.

2011

Reuniões de trabalho

Os diretores definem as metas para realização dos serviços.

Visitas in loco

Fiscalização dos serviços, para verificar se estão de acordo com o solicitado.

2012

Reuniões de trabalho

Os diretores definem as metas para realização dos serviços

Visitas in loco

Fiscalizam os serviços se estão de acordo com o solicitado.

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 045 - PORTO VELHO LIMPA
Gerente: EDUARDO NUNES DE VASCONCELOS

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Os recursos foram insuficientes, mas não prejudicou as atividades.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Atendimento de acordo com a demanda.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Atendidas de acordo com a solicitação das necessidades.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesas com locação de horas máquinas (equipamentos: retroescavadeiras, escavadeira hidraulica, caminhões basculantes, pá carregadeiras, motoniveladoras e outros).

2012 Houve despesas somente com locação de horas máquinas (equipamentos: caminhões basculantes toco e trucadas, caminhão lubrificante (melosa), caminhão munck, rolo compactador liso e corrugado-pé de carneiro, caminhão pipa, motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e trator de esteira).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve suplementações na dotação orçamentária.

2011 Insuficientes

2012 Insuficientes
Os recursos atenderam somente as necessidades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Houve redução dos recursos, que afetou a demanda e atendeu somente o índice das necessidades.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Executar serviços de drenagem, pavimentação, revitalização e manutenção de vias urbanas.

Público-Alvo: população do município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Vias pavimentadas e urbanizadas, evita-se principalmente o acúmulo de poeiras, tornando melhor o fluxo e o acesso do transporte em geral. A urbanização é um fator de desenvolvimento do comércio, da economia, de segurança e da qualidade de vida.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quilômetros de vias drenadas e pavimentadas ao ano	Previsto	13	14	15	16
	Apurado	20.7	14,5	10	
	Relação % Apurado/Previsto	159,23	103,57	66,67	
	Relação % Apurado/Final	129,38	90,63	62,50	
2010:					
2011:					
2012: O índice apurado atendeu somente as necessidades.					
02 - Quilômetros de vias urbanas recuperadas ao ano	Previsto	2.200	2.500	2.800	3.200
	Apurado	2250	2800		
	Relação % Apurado/Previsto	102.272,73	112.000,00		
	Relação % Apurado/Final	70.312,50	87.500,00		
2010:					
2011:					
2012:					
03 - Quilômetros de estradas vicinais recuperadas	Previsto	2.000	3.000	4.000	5.000
	Apurado		1200		
	Relação % Apurado/Previsto		40.000,00		
	Relação % Apurado/Final		24.000,00		
2010:					
2011:					
2012:					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O programa sofreu algumas reduções, mas não prejudicou totalmente as atividades.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendeu de acordo com a demanda.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

A demanda é muito grande e os recursos não são suficientes.

2011 Satisfeito
Atendeu dentro da programação solicitada e realizada.

2012 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo
Não há meios adequados para identificar os segmentos.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os materiais não atendem a demanda.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Os recursos humanos não são suficientes a todas as equipes.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação também não é suficiente.

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Os recursos humanos são insuficientes para atender a demanda.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há necessidade da implantação.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

Falta de recursos humanos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Ainda não há como avaliar.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 004 - Ampliação e Recuperação de Estradas Vicinais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

As atividades não foram prejudicadas..

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Devido a redução de equipamentos.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Atendeu de acordo com o nível das necessidades.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de manilhas de diversos diâmetros, aquisição de material laterítico (cascalho) 15.000m³. Despesas com locação de hora máquinas (equipamentos: retroescavadeiras, pá carregadeiras, motoniveladoras, caminhões basculantes e outros).

2012 Aquisição de manilhas de diversos diâmetros. Aquisição de tubos de PVC (rib-loc) de diversos diâmetros. Despesas com locação de horas máquinas/equipamentos: caminhões basculantes toco e trucadas, cavalo mecânico, pá carregadeira, trator de esteira, caminhão lubrificante (melosa), caminhão munck, escavadeira hidráulica, motoniveladora, retroescavadeira, rolo corrugado e veiculo leve. Aquisição de máquinários (1 motoniveladora, 1 pá carregadeira, 1 retroescavadeira e 5 caminhões basculantes trucados) com recursos do FITHA/2012.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve uma redução e várias suplementações, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

Os recursos atenderam a demanda.

2012 Suficientes

Os recursos atenderam o nível de necessidades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a solicitação e liberação das cotas, e houve ainda suplementação orçamentária (recursos do FITHA/2010).

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

De acordo com a solicitação e liberação das cotas mensais, e ainda suplementação orçamentária (FITHA/2012).

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

AÇÃO: 067 - Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Passarelas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há necessidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obras de reforma das passarelas em madeira no Distrito de Calama, uma medindo 27,50m e outra medindo 375m.

2012 Não houve metas realizadas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve reduções na dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

2012 Insuficientes
Houve redução dos recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Não houve utilização dos recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
De acordo com os decretos de reduções.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

AÇÃO: 081 - Drenagem de Águas Pluviais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Visitas in loco
Reuniões de trabalho

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há necessidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendidas dentro das necessidades e a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesas com aquisição de 6.995 sacos de cimento, 160.000 tijolos. Aquisição de bueiros metálicos (armco). Aquisição de manilhas de diversos diâmetros para área urbana.

2012 Despesas com aquisição de manilhas de diversos diâmetros para área urbana. Aquisição de 2.110 sacos de cimento. Aquisição de 30 milheiros de tijolos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve reduções e outras suplementações, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Atendeu dentro das necessidades e a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Houve algumas reduções, mas não prejudicou as ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

AÇÃO: 142 - Limpeza e Encascalhamento de Vias Urbanas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Visitas in loco
Reuniões de trabalho

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há necessidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Acima do prevísto, as atividades não foram prejudicadas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendeu de acordo com as necessidades e a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de 66.000m³ de material laterítico (cascalho). Despesas com locação de hora máquina para área urbana (equipamentos: caminhões basculantes, caminhão pipa, motoniveladora, pá carregadeira e outros).

2012 Aquisição de 94.923 m³ de cascalho para área urbana e rural. Despesas com locação de horas máquinas/equipamentos: caminhão basculantes toco e trucados, caminhão pipa, motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve uma redução e outras suplementações, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes
Atendeu a demanda.

2012 Suficientes
Os recursos atenderam a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
De acordo com a solicitação e liberação das cotas mensais, houve ainda reduções e suplementações orçamentárias, mas que não afetaram a realização das ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

AÇÃO: 145 - Manutenção da Malha Viária Pavimentada

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais.

Relatórios de gestão
Relatórios anuais.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há necessidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
As atividades não foram prejudicadas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atenderam de acordo com as necessidades e a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de produtos asfálticos (CAP=995,6 toneladas, CM=120 toneladas e RR=150 toneladas). Aquisição de insumos (areia lavada=5.312m³, brita 01=8.300m³ e pó de brita=16.925m³). Aquisição de placas de sinalização e identificação. Despesas com locação de horas máquinas (equipamentos: caminhões basculantes, caminhão pipa, rolo compactador, motoniveladora, pá carregadeira e outros).

2012 Aquisição de produtos asfálticos (1.114 toneladas de CAP-50/70, 235 toneladas de CM-30 e 187 toneladas de RR-2C). Aquisição de insumos (3.270m³=areia lavada, 6.768m³=brita 01 e 18.334m³=pó de brita). Aquisição de peças e revisão para equipamentos da marca IVECO. Aquisição de peças diversas para equipamentos da marca New Holland. Aquisição de peças diversas para equipamentos leves e pesados. Aquisição de mangueiras hidráulicas de diversos diâmetros para equipamentos pesados. Aquisição de pneus de tamanhos variados. Aquisição de locação de horas máquinas (equipamentos: caminhão basculante toco e trucado, caminhão lubrificante-melosa, caminhão munck, rolo compactador liso e corrugado). Aquisição de um tanque homogeinizado p/produtos asfálticos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve uma redução e várias suplementações, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Os recursos atenderam a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com a solicitação e liberação das cotas, houve ainda redução e suplementação orçamentária. Utilização dos recursos da ESBR e CIDE.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
De acordo com a solicitação e liberação das cotas mensais, incluindo os recursos do CIDE, houve ainda reduções e suplementações orçamentárias, mas que não afetou as açoes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

AÇÃO: 188 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Visitas in loco

2012

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há necessidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

As atividades não foram prejudicadas.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Atendeu de acordo com as necessidades e a demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de produtos asfálticos (CAP=270 toneladas, CM=90 toneladas e RR=90 toneladas). Aquisição de insumos (Areia lavada=2000m³, brita 01=1.000m³ e pó de brita=3.000m³). Aquisição de 18.565m³ de material lateritico (cascalho). Despesas com locação de horas máquinas (equipamentos: caminhões basculante, caminhão pipa, motoniveladoras, pá carregadeira e outros).

2012 Aquisição de produtos asfálticos (1.724 toneladas de CAP-50/70). Aquisição de 2.500m³=areia lavada, 4.000m³=pó de brita e 2.074m³=brita 01). Despesas com locação de horas máquinas (equipamentos: caminhão basculante toco e trucados,

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve algumas reduções e várias suplementações da dotação orçamentária, mas não prejudicou as atividades.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

Atendeu a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

De acordo com a solicitação e liberação das cotas mensais, houve ainda redução e suplementação orçamentária, mas não prejudicou as ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Unidade Orçamentária: 11.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: EDSON DA SILVA DUARTE

AÇÃO: 236 - Urbanização de Vias Urbanas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há recursos humanos suficientes.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais

Relatórios de gestão
Relatórios elaborados anualmente.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não há necessidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Bem abaixo do prevísto, no entanto não houve prejuízo das atividades da ação.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Atendeu de acordo com as necessidades.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obras de Construção de canaletas em diversas vias urbanas da cidade de Porto Velho.

2012 Obras de construção de calçadas no Distrito de Nazaré (medindo 849 metros) realizada com os recursos de convênio (BB). Construção de calçadas na Vila de Santa Catarina (medindo 350 metros).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve várias reduções e várias suplementações, mas que não prejudicou as atividades.

2011 Insuficientes

2012 Insuficientes
Atenderam de acordo com as necessidades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram suficientes.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
De acordo com a solicitação e liberação das cotas mensais.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Satisfeito
2012 Satisfeito

A Secretaria procurou atender todas as Unidades Operacionais, estabelecendo como prioridade os segmentos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A Secretaria conta com uma demanda muito grande em situação de vulnerabilidade social e não possui recursos materiais suficientes para a execução e atendimento do seu público alvo.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Falta infraestrutura adequada para comportar as unidades.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados
2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.
2011
Não possui mecanismos.
2012
Discussão em Conselho Setorial
A Secretaria participa das reuniões com os membros dos Conselhos Municipais para verificar e avaliar as necessidades.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não aplicável.
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Dificuldades para implementação de mecanismos: A superação deve ocorrer qunando o governo procurar de forma adequada a implementação de novos horizontes.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho, no sentido de monitorar o atendimento e execução das ações.
2011
Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios de atendimento, estudos sociais e pareceres técnicos.
2012
Relatórios de gestão
Anualmente das ações realizadas pela Secretaria.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi atingida a meta dentro do previsto.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Toda a Unidade foi atendida, dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

2011 Concessão de diárias para servidores, aquisição de peças - manutenção da frota de veículos SEMAS, material de limpeza em geral, aquisição de água mineral, açúcar, gás e copos descartáveis, aquisição de pneus, aquisição de tecidos: TNT e outros, aquisição de peças para manutenção de centrais de ar condicionados SEMAS, aquisição de material de informática: TONNER, aquisição gêneros alimentícios perecíveis: couve-flor, aquisição de capas plásticas, aquisição de recargas de gás, aquisição de material de limpeza pública, locação de imóvel: setor de material, serviços de manutenção de veículos, locação de barco, contrato de lavagem de veículos, serviços na confecção de carimbos, serviços de painéis, serviços de manutenção de ar condicionados, serviços de manutenção de cadeiras, confecção de uniformes, pagamento de taxas junto ao DETRAN, serviços de instalação e desinstalação de ar condicionado, serviços de produção de letreiros de identificação, serviços gráficos, serviços de organização de evento, confecção e instalação de cortinas, concessão de suprimento de fundo, serviços de plotagem de veículos, aquisição de materiais permanentes diversos: mobiliário, escritório, informática, botijas de gás.

2012 Despesas com diárias, material de consumo: Café, copos descartáveis para água e café, água mineral, gêneros alimentícios; prestação de serviços: manutenção de veículos, manutenção de ar condicionados de todas as unidades, serviços de lavagem de veículos, locação de móvel; Aquisição de Materiais permanentes:

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

A Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, tem em suas Unidades o atendimento de crianças e adolescentes, idosos e deficientes, que necessitam de contratos continuados, tais como: manutenção de veículos, lavagem de veículos, Limpeza de Fossas, caixas dágua, cisternas, Suprimentos de Fundos e outros.

2011 Suficientes

2012 Insuficientes

Para atender todas as ações do programa, por conta de remanejamento orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Contingenciamento orçamentário

As ações sofrem com o contingenciamento, prejudicando os serviços.

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Melhor análise das solicitações, visando a necessidade dos recursos e priorizando a demanda da Secretaria.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

AÇÃO: 071 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Operacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco
Unidade reformada e/ou serviços de pequenos reparos.

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios e pareceres técnicos.

2012

Relatórios de gestão
Relatórios e parecer técnico.

Reuniões de trabalho
Equipes de trabalho para analisar as ações quanto ao planejamento dos serviços.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Falta de recursos suficientes para atender a demanda da SEMAS, quanto às reformas e manutenção predial.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Operacionais.
Produto: Unidades Beneficiadas
Detalhamento do Produto: Reforma do Abrigo LAR DO BEBÊ, Complementação da Muro da Casa Abrigo das Mulheres vítimas de violência.
Serviços de Engenharia - CRAS Elizabeth Paranhos, Serviços de Manutenção Elétrica Lar do Bebê, Serviços de Revisão da Rede Elétrica no Prédio do Bolsa Família, Serviços de Engenharia Casa Moradia, Serviços de Engenharia Sede do 2º Conselho Tutelar, Serviços de Engenharia CREAS - Meio Aberto.
Devolução de saldo recursos financeiros de Convênio.

2012 Despesas com serviços de engenharia: Unidades: CICA, CCI - Centro do Idoso de Abunã; Albergue Municipal; Confecção e instalação em painel modular de divisória em PVC; CREAS PAEFI; CRAS DONA COTINHA.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes
Considerando que Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, têm 20 unidades operacionais.

2012 Insuficientes
Para atender os serviços necessários em todas as Unidades Operacionais mantidas pela SEMAS. Atualmente a SEMAS gerencia cerca de 20 unidades, com ações voltadas a rede socioassistencial em situação de vulnerabilidade ou risco social.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

AÇÃO: 147 - Manutenção das Atividades Administrativas dos Conselhos e das Unidades Operacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
A Secretaria mantém com os conselheiros e técnicos reuniões trimestralmente, visando melhorar os serviços de atendimento.

Relatórios de gestão
Os Conselhos Tutelares e Municipais realizam relatórios anuais das ações executadas e não executadas pela SEMAS.

2011

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios de atendimento e pareceres técnicos.

2012

Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios de atendimento e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A SEMAS mantém a manutenção de 5 (cinco) Conselhos, sendo 02 Tutelares e 03 Municipais (CMAS, CMI e CMDCA).

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
a liberaçao de recurso ocorreu acima do previsto considerando o grande fluxo de ocorrencia registrada nos conselho tutelares e conselhos municipais

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendido dentro do previsto

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Concessão de diárias - conselheiros tutelares e municipais, aquisição de material de informática: pen drive, material de limpeza em geral, aquisição de gêneros alimentícios: água mineral, açúcar, café e copos descartáveis.
Locação de Imóveis, Serviço de Engenharia Rede Elétrica 1º Conselho Tutelar, Serviços de Lavagem de veículos;
Materiais Permanentes: Aquisição de quadro de aviso, mesa em L e outros.

2012 Concessão de diárias: conselheiros tutelares e municipais, Locação de Imóveis, Materiais de Expedientes em geral: apagador para quadro branco, estilete, livro protocolo, Porta carimbo, envelopes ofícios, caneta esferográfica, régua transparente e outros, Aquisição de Suprimento de Informática: filtro de linha, Aquisição de material elétrico: lâmpadas fluorescente, mista, Cabo elétrico, interruptores elétricos, plafonier, chave de fenda, alicate universal, de corte universal, reatores, disjuntores elétricos, Prestação de serviços confecção de chaves e carimbos, Suprimento de Informática: tonner, gêneros alimentícios: água mineral, café, açucar cristalizado, copos descartáveis para água e café, Aquisição de Material Permanente: Impressora Laser, garfo de servir, colher de servir, escumadeira em alumínio, escorredor de macarrão, de arroz, panela de pressão de 4, 7 e 20 litros, Aquisição de pneus.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Faltam recursos para atender todas as unidades, principalmente quanto aos bens materiais, tipo veículos e outros.

2011 Suficientes
considerando a dotação inicial prevista foi reduzido o valor para reforçar outra ação

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
considerando a redução efetuada no programa a ação nao sofreu descontinuidade.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Considerando o número de atendimentos e a manutenção das unidades, exige-se créditos orçamentários para aquisição de materiais e equipamentos.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Não possui mecanismos.

2012

Relatórios de gestão

Elaboração de relatórios e pareceres ténicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Não foi possível a contratação de todos os profissionais solicitados por concurso público, devido a falta de inscritos para trabalharem na Prefeitura Municipal de Porto Velho, sendo que o quadro de servidores em 2010 deveria ter alcançado o numero de 518 servidores mas somente alcançou 465, ou seja, 180 contratações.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Com a realização de concurso público foram contrados mais servidores, mas mesmo assim o deficit, ainda grande, precisando contratar mais profissinais para atuar na área da assistencia social.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Foram contratados mais servidores, mas mesmo assim o deficit ainda é grande.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Vencimentos e vantagens pessoais, encargos sociais.

2012 Servidores remunuerados (vencimentos e vantagens pessoais), encargos e obrigações sociais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

Contratação de pessoal para a área da assistencia social, aumentando o montante de recursos disponiveis para atender a ação.

2012 Suficientes

Contratação de pessoal para a área da assistência social, aumentando o montante de recursos disponíveis para atender ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a potencialização da rede prestadora de serviços na área da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

Público-Alvo: Crianças e adolescentes
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento a criança e ao adolescente atendidos nas unidades	Previsto	94	95	96	97
	Apurado		100		
	Relação % Apurado/Previsto		105,26		
	Relação % Apurado/Final		103,09		

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

A potencialização no atendimento da rede de serviços, a procura tem sido grande pelas entidades de cunho filantropicos sem fins lucrativos, que buscam parcerias junto ao municipio, para fins de desenvolver e executar projetos sociais na area da criança e adolescentes com um percentual de atendimento hoje cima de 100%, tendo o gestor de abrir credito adiiocnal suplementar para reforçar o orçamento do programa.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Há potencialização no atendimento à rede de serviço, a procura tem sido grande pelas entidades de cunho filantrópicos sem fins lucrativos, que buscam parcerias junto ao Município, para fins de desenvolver e executar projetos sociais na área da criança e adolescente com um percentual de atendimento hoje acima de 100%, tendo o gestor de abrir Crédito Adicional Suplementar para reforçar o orçamento do programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

2011 Muito satisfeito

Os beneficiarios estão muitos satisfeitos, embora sempre questionam a falta de recursos financeiros quando da realização das conferências municipais, este questionamento é sempre polêmico, pela escassez de recursos.

2012 Muito satisfeito

Os beneficiários estão satisfeitos embora sempre questionam a falta de recursos financeiros quanto da realização de co-referências municipais e esse questionamento sempre é polêmico pela escassez de recursos.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

2011

Criança e Juventude

O publico alvo previsto nesta ação é atendido especicamente pelos parcerios que buscam através de projetos técnicos sociais, junto ao Conselho dos Direitos da Crianmça e do Adolescnete -CMDCA, estabelecer parceria com o municipio.

2012

Criança e Juventude

O Público alvo nesta ação é atendido especificamente pelos parceiros que buscam recursos para projetos técnicos e sociais, junto ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Espaços fisicos são insuficientes para atender a demanda, que cresce a cada dia de forma assustadora.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Espaços fisicos são insuficientes para atender a demanda, que cresce a cada dia de forma assustadora.

2012

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Espaços físicos insuficientes para atender a demanda na equipe gerencial que cresce a cada dia.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Espaços físicos insuficientes para atender a demanda na equipe executora que cresce a cada dia.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial

Os serviços são deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, composto por membos não-governamentais e governamentais.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

A Sociedade Civil, através de projetos desenvolve ações voltadas à população vulnerabilizada.

2011

Discussão em Conselho Setorial

Através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que promove discussão em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

2012

Discussão em Conselho Setorial

Através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que promovem discussão em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Visitas in loco e reuniões deliberativas.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Na implementação de instrumentais adequados para uma boa avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 417 - Manutenção Socioassistencial da Rede de Serviços Direta e Indireta na Área da Criança e do Adolescente

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Para deliberação e aplicação dos recursos orçamentários.

Visitas in loco
Para verificar a execução dos projetos.

Relatórios de gestão
Informando a Gestão Municipal das ações realizadas pelo Conselho Municipal, na área da criança e do adolescente.

2011

Visitas in loco
Fiscalização trimestral às entidades da Rede Prestadora de Serviços na área da criança e adolescente assistidos pelo Fundo Municipal.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta atingida na sua totalidade.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido o aumento da demanda o atendimento foi acima do que o previsto no orçamento.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido o aumento da demanda o atendimento foi acima do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Concessão de diárias;aquisição de água mineral, café e açúcar, passagens aéreas; regularização financeira (devolução de convênio); diárias - colaboradores eventuais (conselheiros sem vínculo); serviços de organização de evento: cerimônia de posse e coquetel ; serviços de elaboração de provas, correção e avaliação psicológica; firmatura de convênios.

2012 Celebração de Convênios, Concessão de diárias, aquisição de material de consumo tais como: Água, café, açúcar e etc, material de expediente tais como: Toner, papel sulfite, passagens aéreas, regularização financeira (devolução de convênios), diárias de colaboradores eventuais (conselheiros sem vínculos, serviços de organização de eventos, cerimônia de posse, coquetel, serviço de elaboração de provas e correção de avaliação psicológicas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Os recursos orçamentarios foram insuficientes devido o acrescimo no atendimento desse publico alvo, necessitando assim fazer adequação com suplementação orçamentaria

2012 Insuficientes
Os recursos orçamentários foram insuficientes devido o acréscimo no atendimento deste público alvo, necessitando assim, fazer adequação através de Remanejamento orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O fluxo não sofreu descontinuidade, em virtude do remanejamento efetuado não prejudicando a execução programada

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O fluxo não sofreu descontinuidade em virtude do remanejamento efetuado, não prejudicando a execução programada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
a Ação não utiliza recursos de origem não orçamentaria

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
A ação não utiliza recurso de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.31 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Programa: 005 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Gerente: Fernanda Vinholi Brasil

2010 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover sociabilidade, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento do idoso, bem como seu asilamento.

Público-Alvo: Idosos com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade social

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: A proteção social básica tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento aos idosos com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade social	Previsto	25	26	27	28
	Apurado	20	25	27	
	Relação % Apurado/Previsto	80,00	96,15	100,00	
	Relação % Apurado/Final	71,43	89,29	96,43	

2010:

2011:

2012: Os serviços foram executados no Centro de Convivência do Idoso, com atividades sócio-culturais e recreativas.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Entidades atendidas.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Idosos atendidos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

2011 Satisfeito
Os demandatários estão satisfeitos, porém sempre na busca de melhoras no atendimento a esse público que cresce a cada ano.

2012 Satisfeito
Os serviços executados no Centro de Convivência do Idoso, com atividades sócio-culturais e recreativas.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

2012
Gênero
Senhores e Senhoras com 60 anos ou mais.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Necessidade de contratação de pessoal e treinamento para lidar com esse público.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

Com o crescimento da demanda é necessario que se cria infraestrura adequeda para fins de atendimento desse publico.

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Os profissionais necessitam de qualificação adequada.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A quantidade de profissionais é insuficiente para atender a crescente demanda.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Reuniões realizadas nas associações que prestam serviços a pessoa idosa.

Discussão em Conselho Setorial

As ações são deliberadas pelo Conselho Municipal do Idoso - CMI.

2011

Discussão em Conselho Setorial

A discussão do tema Idoso acontece nas reuniões do Conselho Municipal do Idoso.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Discussão em Conselho Setorial

A discussão do tema Idoso acontece nas reuniões do Conselho Municipal do Idoso - CMI.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Visitas in loco e reuniões.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Faltam instrumentos para avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 420 - Manutenção Básica Socioassistencial a Pessoa Idosa.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.32 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Programa: 006 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2011

Reuniões de trabalho
Estudo entre a equipe e a rede de serviços locais.

Relatórios de gestão
Monitoramento de avaliação do serviço.

2012

Visitas in loco
Os conselheiros membros do Conselho Municipal do Idoso fiscalizam a execução dos projetos e ações deliberadas as Entidades da Rede Socioassistencial.

Relatórios de gestão
Relatório de Gestão e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi atingida a meta na sua totalidade.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Com o novo espaço implementado e inaugurado no ano de 2012, houve um significativo crescimento da demanda.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Concessão de diárias; aquisição de fraldas geriátricas; material de terapia ocupacional; aquisição de material permanente: máquina de costura.
2012 Convênio celebrado entre a PMPV/SEMAS e Entidade da Rede - Execução do Projeto "Uma vida sem violência é Direito Nosso"; Concessão de Diárias.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes
Atendeu o Progama de forma satisfatória.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar e implementar serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política de proteção social básica e especial

Público-Alvo: Crianças, adolescentes, familias, idosos e pessoas com deficiências
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Promover parcerias com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento de pessoas vulneráveis e em risco social, atendidas nas unidades	Previsto	93	95	97	99
	Apurado	90	94	97	
	Relação % Apurado/Previsto	96,77	98,95	100,00	
	Relação % Apurado/Final	90,91	94,95	97,98	

2010:

2011:

2012: Cumprido o plano de aplicação deliberado ao longo do exercício 2012.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

O índice previsto ficou dentro da expectartiva prevista uma vez que houve desempenho e articulação bastante satisfatórios do gerente do programa em sintonia com os coordenadores das ações.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

O Conselho Municipal de Assistência Social, cumpriu o Plano de Aplicação deliberado ao longo do exercício 2012.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

2011 Satisfeito

Os atendimento foram ralizados dentro da normalidade, houve um ou outro caso que mereceu maior atenção.

2012 Satisfeito

Entidades atendidas com todos os projetos aprovados e executados ao longo do exercício 2012.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das ações

Com o crescimento da demanda com as instalações das Usinas de Santo Antonio e Jirau, houve um crescimento desordenado da populaçao, mas que a SEMAS esta mapeando esse público para buscar ações que sejam diretamente ofertadas para resolução do problema.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência

Os serviços foram realizados com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais

Gênero

Os serviços foram realizados com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais

Criança e Juventude

Os serviços foram realizados com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2011

Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
A capacidade administrativa e na infraestrutura e pequena para atender os usuarios,
Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Com o aumento de familias consideradas na linha da popreza tem aumentado consideralmente O Governo Federal tem participado de maneira regular com o objetikvo do programa
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Nao e preciso da aquisição de computadores mais modernos impressoras, uma maquina de xerox,pois muitas vezez o usuario nao tem dinheiro nem para pagar o transporte coletivo
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A infraestrutura e pequena para suportar a grande demanda de usuarios,a prefeitura nao possui predios proprio,para ampliar a infraestrutura

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A infraestrutura é pequena para suportar a grande demanda de usuários.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Comentamos que o municipio precisa urgentemente contratar e capacitar
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
sim a falta de capacitação dos profissionais e insuficiente
Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Sim claro, o governo federal, bem como o municipio tem que contratar recursos humano e capacitalos para o bom desenvolvimento de suas atividades laborais
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Sim a insuficiencia de capacitação nas equipes que trabalham diretamento com esse publico alvo

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
O Município de Porto Velho precisa urgentemente contratar e capacitar.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
Os serviços, programas e projetos são deliberados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: A superação deve ocorrer qunando o governo procurar de forma adequada a implementação de novos orizontes, assim como criação de uma comissão tripartite para avaliar o desempenho do programa

2012

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões mensalmente para deliberar os recursos a serem executados.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Relatórios de avaliação e análise das prestações de contas.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Dificuldades para a implementação de mecanismos, assim como criação de uma comissão para avaliar o desempenho do programa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 411 - Manutenção da rede prestadora de serviços socioassistenciais direta e indireta

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco

O Conselho fiscaliza as ações aprovadas através dos projetos e convênios firmados entre a Prefeitura por intermédio da SEMAS.

Relatórios de gestão

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, elabora a prestação de contas dos serviços realizados no período.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões de trabalho periódicas.

Relatórios de gestão

Relatórios de Gestão trimestral e anual de todas as unidades executoras de programas, para avaliação das ações previstas no orçamento.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foi atingida a meta prevísta.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram atendidas 28 entidades sem fins lucrativos que trabalham em parcerias com o municipio, ofertando serviços de proteção social básica e especial, dependendo do nivel de atuação.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

Com o aumento da população no municipio de Porto Velho, a assistencia social vem passando pelo processo de aumento de demandatario, e o orçamento quase sempre tem que ser suplementado para atender o crescimento da grande demanda da assistencia social.

2012 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

O recurso foi dividido entre a criação da Casa Abrigo e do CREAS.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

A realocação do credito de uma ação para outra demora cerca de trinta dias.

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Não possui recurso específico para Casa Abrigo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

AÇÃO: 412 - Manutenção e conservação do centro de referência especializado para mulheres e casa abrigo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
A Unidade elabora o relatório das ações realizadas e executadas no período.

2011

Visitas in loco
O monitoramento é feito in-loco, uma vez que o público alvo encontra-se abrigado sobre custodia do municipio.

O centro de referencia especializado para mulheres foi criado para abrigar as mulheres vitimas de violencia domestica, encaminhadas pela Delegacia de proteção às mulheres; o monitoramento é feito pelos técnicos que trabalham na unidade, que encaminham relatorios trimestrais das mulheres abrigadas.

2012

Reuniões de trabalho
As reuniões de trabalho são realizadas mensalmente, as domiciliares são realizadas semanalmente.
Há reuniões em grupo interna e externa, palestra educativas, trabalho em grupo.

Relatórios de gestão
Relatórios e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve em 2012, 250 mulheres atendidas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Manutenção e conservação do Centro de Referência especializada para mulheres e Casa Abrigo.
Produto: Unidade Mantida.
Detalhamento: Aquisição de leite especial.

2012 Aquisição de Materiais Permanentes: Microcomputadores, Monitor LCD 22", Aquisição de Gêneros Alimentícios (CARNES).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A unidade Casa Abrigo atende mulheres vítimas de violência, os recursos orçamentários liberados não atenderam a demanda, de acorco com necessidade para a manutenção.

2011 Insuficientes

2012 Insuficientes
Por ter sido criado novos serviços como a Casa Abrigo.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Algumas atividades realizadas em parceria com faculdades, universidades e Sistema S (Senac, Sebrae, Senai) e pessoa voluntárias.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
O programa não recebeu suplementações orçamentárias ao longo do exercício, prejudicando a execução das ações necessárias à unidade.

2011

Não há restrições

2012

Contingenciamento orçamentário
Houve paralização com algumas atividades programadas devido ao pouco recurso durante o ano 2012.

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Os recursos ao do longo do exercício são insuficientes para atender os projetos a serem executados no Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 004 - APOIO À REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

O desempenho foi razoalvel na execução das tarefas e no cumprimento das metas. A forma de parceria pode ser melhorada e aperfeiçoada com mais instituiçoes apoiando o Centro de Referência e Casa Abrigo.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA
Gerente: CRISTÓVÃO CÉZAR RODRIGUES SOARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a transferência direta de renda mensal, que beneficia famílias em situação de risco social.

Público-Alvo: Famílias em situação de pobreza de risco social.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção básica social tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de famílias inscrita no cadastro único	Previsto	75	85	95	100
	Apurado	100	85	100	
	Relação % Apurado/Previsto	133,33	100,00	105,26	
	Relação % Apurado/Final	100,00	85,00	100,00	

2010:

2011:

2012: Números de famílias atendidas acima do previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
A partir da descentralização do atendimento e inserção nos Centros Integrados de Assistencia Social, a cobertura tornou-se mais eficiente, atendendo ao público mais vulnerável.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
O atendimento dos usuários do bolsa familia superou a expectativa do governo. Foi previsto atender 15.000, no entanto, foram inscritos cerca de 33.000.

2012 Alcance acima de 100% do previsto
Número de famílias cadastradas no CADÚNICO.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
A transferência de renda permanece normalmente, apresentando ainda deficiência no que diz respeito à mudança de versão, acarretando problemas de transferência de dados para os Municípios, dificultando o atendimento integral dos beneficiários.

2011 Muito satisfeito

2012 Insatisfeito
O beneficiário ficou insatisfeito devido a execução do programa que está situado somente na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, pois muitas famílias estão situadas em zona rural.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo
Ainda há deficiência na inserção dos beneficiários que estão dentro dos critérios, por omissão de dados por parte dos próprios beneficiários. Muitos procuram burlar o sistema a fim de obter o benefício.

Suficiência das ações
Precisa-se apontar propostas mais eficazes para o processo de atualização em decorrência do alto número de famílias e, muitas residirem em áreas de difícil acesso como ribeirinhas, BR, linhas, sitios e outros.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
O programa em suas diretrizes apresenta uma porcentagem de bolsas já destinadas aos grupos étnicos; os indios Karitianas são inseridos no Programa.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA
Gerente: CRISTÓVÃO CÉZAR RODRIGUES SOARES

Gênero
O recorte de gênero é respeitado com ênfase ao proposto nas portarias do MDS, sendo prioridade o beneficio, este em nome da mulher.

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Necessidades de ampliação na área de informática (computadores e espaço fisico adequado).
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Há necessidades de ampliação de recursos materiais como computadores, bancos de espera, cadeiras, linhas de internetes para melhoria e ampliação do atendimento.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Necessidades de carros, equipamentos potentes para melhor atendimento ao publico alvo.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
A infraestrutura é pequena para atender a demanda.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de equipamentos modernos a ágeis.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A infraestrutura é pequena para um atendimento de melhor qualidade.

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
É extremamente necessária a capacitação e treinamento do pessoal.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação deve ser constante.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: Telefone: 0800
Apesar de insuficiência pela demanda, o 0800 atinge a população fora da área urbana de Porto Velho.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Denúncias de pessoas que não precisam mais do programa, informações precisas ao público alvo, atualizações.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
A avaliação é desenvolvida a partir dos seminários, encontros e projetos "Entre Linhas e Rosas" desenvolvidos pela secretaria, oportunizando a participação dos usuários nos diversos espaços. Apesar da abertura, observa-se que a participação ainda é insuficiente. Outro mecanismo se dá a partir da atuação dos cras. A analise aponta para melhoria no atendimeto e, todos os atendentes passaram por capacitações e aperfeiçoamento no atendimento ao público;

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA
Gerente: CRISTÓVÃO CÉZAR RODRIGUES SOARES

AÇÃO: 441 - Manutenção do Programa Bolsa Família

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas com os servidores que são responsaveis pelos cadastros das familias beneficiarias desse programa.

Sistemas informatizados
CADÚNICO - Cadastro Nacional.

Relatórios de gestão
Mapeamento das famílias por território.

2012

Reuniões de trabalho
As reuniões de trabalho ocorrem semanalmente para verificação dos procedimentos de atendimento.

Visitas in loco
Os cadastradores verificam in loco, a necessicade do beneficiário.

Sistemas informatizados
O CADÚNICO possui sistema próprio para cadastrar o benefíciário.

Relatórios de gestão
Relatórios de gestão e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Cadastro e benefícios, novas famílias cadastradas.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Previsão de atendimento para o exercício de 2012, acima do esperado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Manutenção do Programa Bolsa Família: aquisição de material de limpeza em geral, locação de imóvel, aquisição de material de informática, gêneros perecíveis e não perecíveis, confecão de faixas, banners e outros, concessão de suprimento de fundo, serviços gráficos, fornecimento de marmitex e lanches, serviços de engenharia, concessão de diárias, materiais permanentes: microcomputadores e centrais de ar condicionado.

2012 Aquisição de Material de Consumo: Expediente, Gêneros alimentícios perecíveis (frutas, verduras e legumes), Material Elétrico (cabos elétricos), Gêneros perecíveis (pão francês), Água Mineral, Gêneros alimentícios (Carnes), Suprimento de Informática (tonner); Concessão de Diárias; Prestação de Serviços de Engenharia no Prédio do Programa Bolsa Família, Prestação de Serviços corretiva no mobiliário (cadeiras) / CADÚNICO/SEMAS, Serviços de Engenharia (Pintura) no Prédio do Programa Bolsa Família/CADÚNICO/SEMAS; Aquisição de Material Permanente: Aquisição de 06 (seis) Veículos, materiais de escritório, 05 (cinco) Centrais de Ar condicionado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos são suficientes, posto que, existe duas fontes de recursos - convênio e ordinário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 048 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BOLSA FAMÍLIA
Gerente: CRISTÓVÃO CÉZAR RODRIGUES SOARES

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Demora na abertura dos créditos adicionais suplementares.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

Público-Alvo: Crianças de 0 a 6 anos
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de crianças de 0 a 6 anos atendidas nos CRAS e na rede socioassistencial do território onde residem	Previsto	1.030	1.060	1.092	1.125
	Apurado	0	0	0	
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	0,00	0,00	
	Relação % Apurado/Final	0,00	0,00	0,00	

2010:

2011:

2012: Sem movimentação.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
Ainda em fase de implantação nos CRAS;

2011 Não aplicável
Não houve execução orçamentária do programa.

2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
Ainda em fase de inserção nos CRAs

2011 Não apurada

2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Outros: Sem movimento

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Sendo adquirido para o ano de 2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial

CRAS com insuficiência de espaço; material insuficiente. Sendo providenciado para 2011.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Os CRAS estão sendo adequados com recursos e materiais para a oferta do serviço.

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Qualificação da equipe para oferta do serviço; espaço fisico adequado; recursos materiais disponivieis.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Sem movimento.

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não houve avaliação em decorrencia do não atendimeto.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

sem moviemtno.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 422 - Atendimento sócioassistencial à crianças de 0 a 6 anos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve execução orçamentária da ação.Orçamento remanejado total.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve movimentação do programa por conta de remanejamento orçamentário.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 050 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À INFÂNCIA
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2011
2012 Não há detalhamento do produto, porque não houve movimentação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Orçamento totalmente remanejado.
2012 Insuficientes
Não houve movimentação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve execução orçamentária da ação..
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Não houve movimentação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H
Gerente: MARIA OZANIRA SIMPLÍCIO R. LINHARES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a sociabilidade entre os idosos, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o isolamento, bem como seu asilamento.

Público-Alvo: Pessoas idosas
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos. O programa contribui para o exercício da cidadania, a paticipação social, proporcionando a ampliação e defesa de direitos, a autonomia e o protagonismo das pessoas idosas.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de idosos com 60 anos ou mais em situação de exclusão, convívio familiar, comunitário e social	Previsto	28	32	36	44
	Apurado	22.5	32	36	
	Relação % Apurado/Previsto	80,36	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	51,14	72,73	81,82	

2010:

2011:

2012: O atendimento foi realizado dentro do esperado.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
Aumento da população idosa.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O atendimento foi realizado satisfatoriamente.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
Atendimento prioritário em todos os serviços da Prefeitura e o atendimento aos grupos de convivência.

2011 Pouco satisfeito
Orçamento Reduzido

2012 Satisfeito
Os Projetos e Programas foram atendidos dentro do esperado.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

2012
Não contempla

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H
Gerente: MARIA OZANIRA SIMPLÍCIO R. LINHARES

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Falta de material para as realizações dos trabalhos, tais como: Internet, impressora, computadores e etc...
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de equipamentos e profissionais capacitados para executar os projetos socioeducativos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Profissionais capacitados.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Equipes capacitadas voltadas aos programas e projetos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com associações cadastradas no Conselho.
Discussão em Conselho Setorial
Todas as ações executadas pelo programa são deliberadas pelo Conselho Municipal do Idoso - CMI.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Projetos elaboradas para atender a Rede Prestadora de Serviços à Pessoa Idosa.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com os grupos comunitários da Rede Prestadora de Serviços do Programa de Atenção ao Idoso.
Discussão em Conselho Setorial
Discussões via Conselho Municipal do Idoso.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com Rede Prestadora de Serviços Socioassistenciais.
Discussão em Conselho Setorial
O Conselho Municipal do Idoso, realiza bimestralmente as reuniões para deliberação dos recursos a serem aplicados com as ações do Idoso.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Através de visitas domiciliar, atividades socioeducativas. Procurou-se fazer com os idosos as propostas feitas pelos mesmos para o melhor atendimento.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

SIM
Mecanismos adotados:
Verbalmente em conversas de rodas e com o aumento expressivo de participantes.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 423 - Atendimento socioassistencial à pessoa idosa

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 051 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - ATENDIMENTO EM GRUPO DE CONVIVÊNCIA - 6 H
Gerente: MARIA OZANIRA SIMPLÍCIO R. LINHARES

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Avaliar a qualidade dos serviços prestados.

Visitas in loco
Para monitoramento do idoso.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais no Centro de Convivência do Idoso com a Rede Prestadora de Serviços Socioassistenciais.

Visitas in loco
Controle dos Projetos e Programas executados pela Rede Prestadora de Serviços.

Relatórios de gestão
Relatórios e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento da população idosa.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Com a inauguração do Centro de Convivência do Idoso, houve aumento do atendimento aos Idosos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição de material de limpeza em geral; Gêneros alimentícios perecíveis (pão francês); Aquisição de CAMISETAS para os Idosos; Gêneros alimentícios (bebida láctea, carnes).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Aumento da população idosa atendida na rede.

2012 Suficientes
Com a inauguração do Centro de Convivência do Idoso, houve aumento das ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com cada programação, os recursos foram liberados.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Faltou recursos orçamentários para atender toda a demanda da Rede Municipal, atendida no Centro de Convivência do Idoso, no entanto, não prejudicou a execução do programa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Uma boa parceria com faculdades e comunidades.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade à criança, à família, o idoso, pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz.

Público-Alvo: Cidadãos e famílias.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, que integram orgânicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento à pessoas em situação de vulnerabilidade social	Previsto	10	12	14	16
	Apurado	5	12	14	
	Relação % Apurado/Previsto	50,00	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	31,25	75,00	87,50	

2010:

2011:

2012: Os índices apresentados estão dentro da realidade do programa, podendo haver variações.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
O programa com cobertura de até 5.000 famílias referenciadas por território, com ênfase no atendimento às familias do programa Bolsa Familia, apresentou dificuldades na execução de suas ações especificas que seria a implantação e implementação dos grupos socioeducativos em decorrencia de fatores diversos, sendo o mais agravante, o atendimento emergencial às demandas de outras políticas, prejudicando a atuação direta as ações de proteção básica que seria o fortalecimento dos vinculos familiares e comunitários.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Este programa combinado com ação de concessão de beneficios eventuais são atendidas as familias de baixo poder aquisitivo em situação de vulnerabilidade social que buscam através da assistencia social meios de transporte gratuito, auxilio funeral, etc...

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Ainda há pouco conhecimento dos beneficiários em relação ao CRAS.

2011 Satisfeito

2012 Satisfeito
Afirmação dos benefícios eventuais como direito.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Ainda há deficiência quanto a transformação das situações vulneráveis. Observa-se o atendimento do PAIF a outras frentes e demandas que não pertencem a proteção básica.

Caracterização do público-alvo
O CRAS conseguiu desenvolver ações voltadas ao público alvo, bem como identificar sua rede de atuação, fortalecendo parcerias dentro do território para maior mobilidade em relação às demandas e encaminhamentos dos beneficiários.

Dimensionamento do público-alvo
60 por cento do público alvo foi atingido.

Suficiência das ações
Em decorrência da demanda ora apresentada em situação de vulnerabilidade social, as ações foram insuficientes.

2011

Composição das fontes de financiamento
Não participação de recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal

2012

Não há inadequação na concepção do programa

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Através das reuniões, encontros semanais, grupos de convivencia no espaço fisico do CRAS.

Pessoa com Deficiência
Em processo de discussão para acompanhamento a domicilio conforme tipificação Nacional.

Gênero
Através das reuniões e grupos de convivencia.

Criança e Juventude
Através dos grupos de convivencia.

2011

Raça
Demanda social.

Pessoa com Deficiência
Demanda social.

Gênero
Unidade Familiar.

Criança e Juventude
Fortalecimento de vínvulos familiares.

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Ampliação de materiais, equipamentos, estruturação dos espaços dos CRAS.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Para ampla divulgação dos critérios para a sua concessão.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessidade de ampliação da equipe técnica dos CRAS, observando que a contratação se dá através de concurso público. A equipe técnica de Jacy Paraná é urgente para o atendimento a demanda ora apresentada no distrito.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Garantia de igualdade de condições no acesso às informações e fruição dos benefícios eventuais.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões e encontros semanais em grupos, realizadas para este fim.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria e ampliação na oferta dos serviços à comunidade, avaliação continua em relação ao atendimento, acompanhamento à demanda apresentada.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reunião com a Rede Prestadora de serviço, de modo a inserí-las nas diversas ações ofertadas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Discussão em Conselho Setorial
Fornecer ao Município, informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais.

Reunião com grupos de interesse
E integração à rede de serviços socioassistenciais.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

A avaliação se dá através das reuniões e encontros avaliativos no espaço do CRAS e os resultados são encaminhados para equipe técnica que utiliza na formulação do plano de ação do proximo ano.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não haver a prática de monitoramento e avaliação, o que dificulta análises mais profundas.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 056 - Concessão de Benefícios Eventuais à População Usuária da Assistência Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

Anualmente o Departamento de Proteção Social Básica, avalia através de relatórios os demandatários atendidos pelo programa.

2011

Relatórios de gestão

Construir de forma sistematizada um diagnóstico sore o número de famílias e ou demandatários e as diversas situações contempladas pelos atendimentos nos programas socioassistenciais executados pela SEMAS.

Reuniões de trabalho

Verifica-se a execução dos serviços dentro de uma velocidade capaz de responder as demandas oriundas dos mais variados contextos.

Visitas in loco

Acompanhar os demandatários daqueles que recebem algum tipo de atendimento socioassistencial.

2012

Reuniões de trabalho

Realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais.

Relatórios de gestão

Relatórios e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta atingida conforme Previsão.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Os beneficios eventuais aumentam a demanda a cada exercicio financeiro, necessitando reforçar o orçamento desse programa de maneira que venha suprir as necessidades básicas dos demandatários.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Benefícios eventuais ofertados no Município de Porto Velho.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 quisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis;aquisição e concessão de passagens aéreas; concessão do benefício auxílio moradia.

2012 Despesas com concessão de benefícios assistencial temporário (auxílio moradia); Passagens aéreas; Colchão de solteiro, Redes para adultos; Cobertores para casal; Cortinados para casal; Cestas Básicas; Serviços de auxílios funerais; Concessão de Recargas de Leva eu; Confeccão de Camisetas em malha; Contratação de empresa especializada em passagens terrestres; Aquisição de recargas de GÀS GLP 13 KG.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

A liquidação foi suficiente. Porém, como se verifica, o valor previsto foi suplementado em 24,19%.

2012 Suficientes

Para atender o fluxo de execução e informação dos benefícios eventuais.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 053 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Demora na abertura dos créditos suplementares.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vivem.

Público-Alvo: População demandatária e as entidades da assistência social.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Assegurar ações integradas com as entidades prestadoras de serviços, visando os padrões de qualidade, objetivos comuns, oportunizando programas, projetos e serviços no âmbito da proteção social básica e especial.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de entidades, representantes da organização civil inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social	Previsto	12	15	25	45
	Apurado		0	0	
	Relação % Apurado/Previsto		0,00	0,00	
	Relação % Apurado/Final		0,00	0,00	

2010:

2011:

2012: Sem movimento.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
Não houve movimentação.
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2012 Não aplicável
Por ausência de técnicos e condições propícias para a execução do trabalho.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Não houve movimentação.
2011 Satisfeito
2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Outros: Não houve movimentação.
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2010
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
2011
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não houve movimentação.
2011
Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não houve movimentação.
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Sem movimentação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 162 - Manutenção do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não houve movimentação.
2011
Não possui mecanismos.
2012
Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não houve movimentação do programa no exercício de 2012.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem movimentação. Recursos remanejados.
2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve movimentação do programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Sem movimento.
2012 Não houve execução orçamentária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve movimentação.
2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados.
2012 Insuficientes

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 054 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

Recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve movimentação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos remanejados.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve redução do orçamento.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Outros: SEM MOVIMENTO
Não houve movimentação.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento na qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive.

Público-Alvo: Famílias e indivíduos no seu território de abrangência.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Cabe ao PAIF a prestação de serviços de acolhimento, acompanhamento, inserção em serviços socioeducativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias e encaminhamento das famílias para demais serviços socioassistênciais e de outras políticas.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza	Previsto	38	41	44	47
	Apurado	32	41	44	
	Relação % Apurado/Previsto	84,21	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	68,09	87,23	93,62	

2010:

2011:

2012: Famílias assistidas dentro do previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Observando o aumento populacional, o consecutivo fluxo migratório acarretando no aumento da demanda vulnerável. O programa não conseguiu atingir 100 por cento do público esperado.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A ação foi executada dentro do previsto.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Ainda há áreas que precisam de cobertura e acompanhamento em decorrência do alto número de demanda.

2011 Satisfeito
Os usuário não precisam se deslocar até a Secretaria para efetivar o cadastro cad-unico.

2012 Satisfeito
Famílias beneficiadas.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Tema abordado nos diversos seminários, encontros, oficinas realizadas dentro ou fora dos territorios de CRAS.

Pessoa com Deficiência
Temáticas abordadas nos seminários, encontros, oficinas e outros.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2011

Raça
Famílias e ou demandatários e as diversas situações contempladas.

Pessoa com Deficiência
Acesso a direitos sociais básicos.

Gênero
Famílias contempladas e / ou demandatários da rede.

Criança e Juventude
Grupo socioeducativo.

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Os predios onde funcionam os CRAS são todos locados.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de equipamentos necessarios para desenvolver o programa.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A falta de recursos materiais tem influenciado negativamente na execução da ação.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A quantidade de Recursos Humanos, não é expressiva na questão da equipe gerencial.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: Centro Referência da Assistência Social - CRAS
Famílias atendidas no Centro Referência da Assistência Social - CRAS.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Famílias assistidas.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reuniões na comunidade.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Discussão em Conselho Setorial
Através dos Conselhos Municipais.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Através de encontros, oficinas e eventos realizados no espaço do CRAS, os resultados foram somados ao plano de ação do ano posterior.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

SIM
Mecanismos adotados:
Avaliação mensal do grupo de convivência.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 427 - Acompanhamento sociofamiliar/PAIF/CRAS

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão
O acompanhamento é feito através de relatórios emitidos pelos profissionais que atuam nos CRAS que acompanham as familias,

2012

Relatórios de gestão
Relatórios e pareceres técnicos.

Reuniões de trabalho
Grupos de trabalhos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta prevista atingida.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um crescimento populacional no atendimento nos CRAS.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Acompanhamento sociofamiliar/PAIF/CRAS.
Produto: Famílias assistidas.
Detalhamento do Produto: Aquisição de material de limpeza em geral, Locação de Imóveis - CRAS, Serviço de Limpeza em Geral, Serviço de Pintura, Serviço de Sonorização e áudio, Aquisição de Gêneros alimentícios Perecíveis e não perecíveis, materiais pedagógicos e esportivo, Serviços de engenharia - CRAS.

2012 Locação de imóvel, Aquisição de materiais de expedientes, Aquisição de cestas básicas, Aquisição de kits lanches e refrigerantes
Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis como: (frutas, legumes e verduras), Aquisição de pneus, Aquisição de gás GPL 13 kg,
Aquisição de material elétrico, Prestação de serviços gráficos como: (Cartilhas PAIF), Materiais pedagógicos, Gêneros perecíveis como:
(Pão), Suprimento para informática como: (Tonner).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Houve suplementação orçamentária na ação devido aumento do público.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Não houve descontinuidade na execução do programa, sendo efetuada suplentação para atender a demanda.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foi obedecido o cronograma dentro do previsto.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 055 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
Gerente: Ianne Pontes Alexandre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar o atendimento às pessoas usuárias de substâncias psicoativas.

Público-Alvo: Famílias e indivíduos no seu território de abrangência.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Em razão do auto índice de pessoas usuárias de substâncias psicoativas, que vivem em situação de risco pessoal e social, faz-se necessário assegurar os serviços de atendimento especializado, às famílias, seus membros e os indivíduos, cujos vínculos familiares e comunitários encontram-se ameaçados e não foram rompidos, com acompanhamento sistemático e monitorado.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de pessoas atendidas usuárias de substâncias psicoativas	Previsto	93	95	97	100
	Apurado	89	0	97	
	Relação % Apurado/Previsto	95,70	0,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	89,00	0,00	97,00	

2010:

2011:

2012: Pessoas usuárias de substâncias psicoativas atendidas.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Convênio firmado.

2011 Alcance abaixo de 40% do previsto
Os recursos financeiros disponiveis para atender a crescente demanda de pessoas que usam substancias psicoativas são muito escassos, face ao crescimento assustador dos dependentes quimicos.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Crescente demanda de pessoas que usam substâncias psicoativas, face ao crescimento assustador dos dependentes químicos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Usuário atendido.

2011 Não apurada
A demanda tem crescido de maneira assustadora e o recursos são insuficientes para atendê-los.

2012 Insatisfeito
O fenômeno crescente da população em situação de rua, decorre do agravamento da situação sócio-econômica do país, o aumento do consumo de substâncias psicoativas é um problema enfrentado por todos os grandes centros.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
Gerente: Ianne Pontes Alexandre

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Falta construir centros de recuperação de viciados.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O municipio nao possui infraestrutura para atender este publico alvo, necessitando urgente construir centros de recuperação

2012

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Falta construir centros de recuperação de viciados.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O Município não possui infraestrutura para atender este público alvo, necessitando urgente construir centros de recuperação.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Não existem técnicos treinados para lidar com o público alvo.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Altamente insuficiente a qualificação dos recursos humanos.
Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta profissionais para esta área.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
São poucos os profissionais para atender a grande demanda.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Não existem técnicos treinados para lidar com o público alvo.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Altamente insuficiente a qualificação dos recursos humanos.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta profissionais para esta área.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
São poucos os profissionais para atender a grande demanda.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não há como implementar mecanismos de participação social, devido a natureza da ação do programa (pessoas com dependência química).

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reunião com grupos de interesse
Entidades que executam serviços voltados ao público alvo do programa.
Outros: Reuniões de trabalho
O gestor e os técnicos avaliam os serviços e melhoria dos mecanismos ao atendimento do público alvo.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Relatório de atendimento.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
Gerente: Ianne Pontes Alexandre

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 114 - Implantação e Manutenção das Ações Destinadas à Assistência de Pessoas Usuárias de Substâncias Psicoativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

Entidade realiza a prestação de contas dos atendimentos.

2011

Outros: sem movimento.

2012

Relatórios de gestão

Relatórios de gestão e pareceres técnicos

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Meta realizada abaixo do previsto, considerando o número previsto dentro do Projeto firmado com a Prefeitura Municipal por intermédio da SEMAS e a Entidade Associação Casa Família Rosetta.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Recursos remanejados.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta Pactuada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Sem movimento.

2012 Convênio firmado entre a PMPV e Entidade prestadora de serviços.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

O convênio não foi renovado por falta de recursos orçamentários.

2011 Não foram liberados recursos

Os recursos foram remanejados.

2012 Insuficientes

Por conta de remanejamento orçamentário, falta de investimento de recursos próprios e também recursos provenientes das esferas Estadual e Federal, com o objetivo de ampliar e melhorar o atendimento a essa população.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos foram remanejados.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Por conta de remanejamento orçamentário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Aguardar possibilidade de excesso da receita.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 056 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À PESSOA USUÁRIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
Gerente: Ianne Pontes Alexandre

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO
Gerente: Jaqueline Pedraza Mendes

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir a proteção integral, por intermedio de medidas protetivas de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Arts. 98 e 101 do ECA.

Público-Alvo: Crianças e adolescentes retiradas do convívio familiar e comunitário
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial de alta complexidade prioriza a construção de novos modelos de atenção e/ou abrigamento dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, em contraposição aos antigos abrigos, orfanatos e asilos. Historicamente, crianças e adolescentes, pessoas com deficiências e idosos, a título de proteção ou afastamento do convívio social, eram abrigados em grandes instituições, onde permaneciam por longo tempo ou a vida inteira. Para a população em situação de rua, são priorizados os serviços que possibilitam a organização de um novo projeto de vida, a aquisição de novas referências na sociedade e a conscientização dos direitos e deveres da cidadania.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo	Previsto	1,14	1,17	1,21	1,25
	Apurado	1.09	1,17	1,21	
	Relação % Apurado/Previsto	95,61	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	87,20	93,60	96,80	

2010:

2011:

2012: Crianças atendidas dentro do previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A equipe técnica está capacitada para atender a totalidade da demanda.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Previsão de atendimento para o ano de 2012.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
As necessidades biopsicossociais estão sendo atendidas a contento.

2011 Satisfeito
Houve uma diminuição considerável nos acolhimentos no ano de 2011.

2012 Satisfeito
Público atendido nos ABRIGOS.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo
DEMANDA DE MUNICIPIOS CIRCUNVIZINHOS, DE OUTRAS COMARCAS E ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.

Pessoa com Deficiência
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.

Gênero

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO
Gerente: Jaqueline Pedraza Mendes

Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.

Criança e Juventude
Em capacitações contínuas com pessoas que atuam dentro do sistema de acolhimento.

2011

Criança e Juventude
Atendimento prestado em pequenos grupos favorecendo o convívio familiar e comunitário.

2012

Gênero
Os adolescentes são acolhidos em unidades distintas.

Criança e Juventude
Faixa etária de atendimento.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
DEVIDO A GRANDE DEMANDA NAS UNIDADES HÁ USO DE GRANDE QUANTITATIVO DE MATERIAIS EM MUITOS CASOS SUPERANDO O ACEITÁVEL PARA ATENDER A DEMANDA, NO QUE SE REFERE A MATERIAL PERMANENTE, MATERIAL DE INFORMÁTICA E VEÍCULOS.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos materiais foram insuficientes,tendo em vista que o Estado não repassou recursos para garantir um bom desempenho das ações previstas.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Ausência de equipamentos nas Unidades de Acolhimento, para atendimento específico à crianças e adolescentes.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
ALGUMAS UNIDADES APESAR DE TERMOS CHEFES DE APOIO CARECEM DE COORDENADORES TECNICOS PARA OFERTAR SERVIÇO COM MAIS QUALIDADE.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
ALGUMAS ORIENTAÇOES TÉCNICAS COMO MANUAL DO CONANDA E SINASE ESTABELECE PER CAPTA DE ATENDIMENTO POR PROFISSIONAL. NO MOMENTO A CAPACIDADE PER CAPTA NÃO ATENDE A DIVERSAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS. A PER CAPTA PARA CRIANÇA HOSPITALIZADA SOB A GUARDA DE NOSSAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO EXIGE UM PROFISSIONAL CUIDADOR SOCIAL POR LEITO E ISSO NÃO ESTÁ SENDO ATENDIDO SATISFATORIAMENTE.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
HÁ A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO SISTEMATICA E ROTINEIRA, POIS A EXECUÇÃO EXIGE APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO DAS EQUIPES POIS ATUAM NA GARANTIA DE DIREITOS E COM DEMANDAS ESPECIFICAS.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
HÁ A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO SISTEMATICA E ROTINEIRA, POIS A EXECUÇÃO EXIGE APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO DAS EQUIPES POIS ATUAM NA GARANTIA DE DIREITOS E COM DEMANDAS ESPECIFICAS.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Os educadores sociais precisam que ser capacitados para lidar com o público.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Ausência de profissionais de serviço social.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
SÃO REALIZADAS REUNIÕES PERIÓDICAS COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL.

Discussão em Conselho Setorial
SÃO REALIZADAS REUNIÕES PERIÓDICAS COM OS CONSELHOS SETORIAIS

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
COM DISCUSSÕES, ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E APROVAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS, PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

2011

Discussão em Conselho Setorial
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Reunião com grupos de interesse
Reuniões realizadas com Justiça da Infância e Adolescência.

Discussão em Conselho Setorial
O Conselho da Criança e do Adolescente, reunem-se para discutir e deliberar os serviços a serem executados nas unidades de atencimentos.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO
Gerente: Jaqueline Pedraza Mendes

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Através de entrevista formal e informal. Forma utilizada com visão crítica como indicativo para aperfeiçoamento do atendimento.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Ausência de instrumentais e equipe de monitoramento de satisfação dos demandatários do serviço.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 167 - Manutenção do Serviço de Proteção Socioassistencial da Infância e Juventude

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

São realizadas periodicamente com equipe de trabalho.

Visitas in loco

A execução da ação é periódica e sistemática.

Sistemas informatizados

Os mesmos são registrados em programa próprio.

Relatórios de gestão

São trimestral e anual.

2011

Relatórios de gestão

Relatorios de gestão emitidos trimestralmente e consolidados a cada exercicio pelos profissionais que atuam na área.

2012

Relatórios de gestão

Análise dos relatórios de gestão.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Meta alcançada acima do programado.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido o aumento da demanda foi necessario ajustar o orçamento programa abrindo credito adiocional suplemantar para atender o programa

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A meta executada foi maior que a meta pactuada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesas com gêneros de alimentação em geral (perecíveis e não perecíveis); liimpeza e higiene em geral, vestuário, cama, mesa e banho, higiene pessoal; suprimento de informática (cartuchos e tonners); material de expediente e pedagógico; material esportivo; Aquisição de materiais permanentes tais como: mesas, cadeiras pré-escolar, aparelhos de arcondicionados, e outros.

2012 Locação de Imóvel; Aquisição de materiais de expediente escolar e pedagógico; Gêneros alimentícios perecíveis (Carnes); Prestação de serviços com lavagem e higienização de Roupas do Lar do Bebê; Gêneros perecíveis (Polpa de Frutas e Leite UHT integral); Leite em pó especial para crianças a partir de 01 ano; Gêneros alimentícios não perecíveis (almôndegas, Ervilha em lata, goiabada, sal refinado, Salsicha ao molho, e outros), Gêneros não perecíveis (Açúcar, café, côco ralado, charque bovino, Farinha de mandioca e outros); Renovação de contrato de locação de 02 (duas) vans e 04 (quatro) ônibus; Aquisição de material de consumo (creme dental); Gêneros alimentícios perecíveis (Pães massa fina e frânces); Aquisição de centrais de ar condicionado; Aquisição de água mineral; Prestação de serviços gráficos (diagramação, criação e formatação de cartilhas); Aquisição de materiais permanentes (beliche e relógio de parede); Aquisição de gêneros não perecíveis em geral.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

As Instituições de Acolhimento, acolhem crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, o atendimento deve ser em sua totalidade, tais como: vestuário, calçados, alimentação, transporte escolar, equipamentos para as unidades, e os recursos disponibilizados não foram suficientes.

2011 Suficientes

Os recursos liquidados foram suficientes em relação à dotação disponibilizada.

2012 Suficientes

Para atender todos as ações do programa voltado a criança e ao adolescente em regime de abrigo.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 057 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE À INFÂNCIA E JUVENTUDE - ABRIGO
Gerente: Jaqueline Pedraza Mendes

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Para atender todas as ações do programa voltado para a criança e ao adolescente em regime de abrigo.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A abertura de créditos adicionais suplementares é demorada.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
Gerente: Jaqueline Pedraza Mendes

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Oferecer proteção e acompanhamento social aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Público-Alvo: Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de adolescentes e jovens envolvidos em processos judiciais relacionados ao acometimento de delitos	Previsto	97	98	99	100
	Apurado	300	98	99	
	Relação % Apurado/Previsto	309,28	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	300,00	98,00	99,00	

2010:

2011:

2012: Atendimento de adolescentes e jovens realizados.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
No processo de municipalização encontra-se previsto o repasse progressivo de adolescentes em cumprimento de MSEMA ao Município.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O público alvo é bastante significativo. O crescimento de criminalidade de menores aumentou consideralmente, mas o atendimento pela Secretaria, através do Programa permaneceu com as mesmas diretrizes, devido a troca de coordenadores, impossibilitando a continuidae dos serviços.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Adolescentes atendidos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Atendimento está sendo efetuado a contento.

2011 Satisfeito
Possibilidades e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural; Fortalecimento a convivência familiar e comunitária.

2012 Satisfeito
Atendimentos realizados.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
Está sendo atendida maior quantidade de adoelscentes em MSEMA do que os recursos humanos, financeiros e orçamentários disponíveis.
Pertinência das ações
Está sendo efetivada a contento a aplicação de PSC e LA, porém para maior qualidade dos serviços há a necessidade de implementação de mais ações socioeducativas, para fortalecer a ressocialização do adolescente.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
Gerente: Jaqueline Pedraza Mendes

2011

Criança e Juventude

Adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais.

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural a serem desenvolvidos o período de cumprimento da medida socioeducativa.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Prover a equipe de gerenciamento de criar condições para construção/reconstrução de projetos.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Equipamentos e projetos voltados ao público alvo do programa.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Equipes capacitadas para execução dos projetos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE prevê uma equipe per capita para atendimento dos adolescente em MSEMA, mas no momento a per capita encontra-se em déficit.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

O sinase prevê uma equipe multidisciplinar, todavia o projeto não conta com a equipe completa.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Os educadores sociais precisam ser capacitados para lidar com o público.

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Prover a equipe de gerenciamento e criar condições para construção/reconstrução de projetos

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse

Em 2010 foi instituido o Grupo gestor das Medidas Socioeducatiuvas em Meio Aberto GEMSO com a participação de representantes de secretarias municpais afins.

Discussão em Conselho Setorial

Encontros significativos com o Conselho Municipal dos Direitos Criança e do Adolescente na discussão do Processo de Municipalização da MSEMA.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

A participação social ocorre por meio de parcerias com instituições que recebem os adolescentes para Prestação de Serviço à Comunidade quanto com os orientadores de Liberdade Assistida.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reunião com grupos de interesse

Reuniões entre os responsáveis dos adolescentes e a equipe gerencial da Secretaria.

Discussão em Conselho Setorial

Reuniões com o Conselho da Criança e do Adolescente, para monitorar as ações realizadas pelo programa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não há um instrumental específico para avaliar esse conteúdo. A equipe encontra-se trabalhando na confecção desse instrumental, posto que reúne aspectos de caráter subjetivo. Para tal, o programa contará com pesquisas realizadas pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
Gerente: Jaqueline Pedraza Mendes

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Relatórios técnicos e ficha de acompanhamento dos adolescentes e familiares.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 428 - Proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas sistemática e periodicamente pela equipe.

Visitas in loco
São estratégias de ação petinentes ao trabalho técnico.

Sistemas informatizados
Os dados são mantidos em sistema de informatica próprio do programa.

Relatórios de gestão
São confeccionados trimestral e anualmente.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões da equipe de trabalho, para avaliar o andamento das medidas socioeducativas.

Visitas in loco
Para acompanhamento das famílias do adolescente.

Relatórios de gestão
Relatórios e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A proposta de municipalização para 2010 previa o atendimento de 450 jovens/mês, porém devido a carência de Recursos Humanos, foram atendidos a média de 300 adolescentes ao mês .

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento de menores infratores, devido ao crescimento populacional.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforma e Inauguração do Prédio onde funciona as atividades das medidas socioeducativas meio aberto; Reforma de Painéis; Aquisição de material de informática; Serviços de jardinagem;
Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis; Capacitação dos educadores.

2012 Folha de pagamento; Prestação de serviços, sendo: Produção de pintura de quadro artesanal, colocação de vistas de madeira tipo MDF;
Aquisição de material de limpeza em geral; Prestação de serviços de engenharia (Ampliação da rede elétrica do prédio MSEMA/SEMAS);
Prestação de serviços gráficos (criação, diagramação e impressão de cartilhas PAEFI, Aborgagem pessoal e Medida Socioeducativa);
Aquisição de gás GLP 13 kg; Gêneros perecíveis (bebida láctea, carne bovina, apresuntado, hamburgueres e peito de frango).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Falta investimento dos recursos orçamentários municipais.

2011 Suficientes
Porém não houve dotações orçamentárias suficientes para atender a demanda e execução dos serviços para realizar, criar, estabelecer, contribuir, possibilitar e fortalecer o programa.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 059 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO
Gerente: Jaqueline Pedraza Mendes

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Não há disponibilidade orçamentária, principalmente quando da elaboração da proposta orçamentária.

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Estabelecer prioridades da assistência social.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, restabelecer e fortalecer o direito a convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida.

Público-Alvo: Crianças e adolescentes
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistêncial destinada ao enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescenetes, para proteger crianças e adolescenetes e suas famílias da violência sexual.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual	Previsto	6	10	18	25
	Apurado	50	10	18	
	Relação % Apurado/Previsto	833,33	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	200,00	40,00	72,00	

2010:

2011:

2012: Atendimento dentro do esperado, considerando o número de atendimentos de crianças e adolescentes vítimas de violência.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimento à demanda acima do índice previsto.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
O programa alcançou a meta fisica prevista de 210 crianças e adolescentes assistidos.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Dentro do esperado, considerando o número de atendimentos de crianças e adolescentes vítimas de violência.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Atendimento da expectativa do demandatário.

2011 Pouco satisfeito
Dificuldades que geram prejuízos ou seja, morosidade no desempenho dos serviços com qualidade.

2012 Satisfeito
Neste caso não se pode avaliar a satisfação do beneficiário, porque são crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.

Pessoa com Deficiência
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.

Gênero
Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.

Criança e Juventude

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

Por meio de palestras e ações preventivas ao público alvo.

2011

Criança e Juventude
Crianças e adolescentes assistidos.

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Há carência de recursos materiais permanente, posto que a demanda de atendimento supera a capacidade de material dentre eles veículos.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos financeiros para compra de materiais são insuficientes.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos financeiros para compra de materiais são insuficientes.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Por meio de fóruns e encontros, seminários, e audiência pública.

Reunião com grupos de interesse
Participação em reunião sistemática da rede de enfrentamento à violencia sexual contra criança e adolescentes.

Discussão em Conselho Setorial
De forma sistemática e periódica.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Com proposições para implementação do serviço.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: A complexidade do atendimento dos serviços: famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos.

2012

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Outros: Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos para o atendimento dos serviços que vivenciam violações de direitos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Em instrumental próprio. De forma criteriosa para promover impacto social na melhoria dos serviços.

2011

SIM
Mecanismos adotados:
O resultado da avalição é medido através da emissão de relatorios técnicos sociais, comparado ao planejado no orçamento.

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
O resultado da avaliação é medido através da emissão de relatórios técnicos sociais, comparado ao planejado no orçamento.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 430 - Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São periódicas e sistemáticas.

Visitas in loco
São estratégias pertinentes ao próprio exercício funcional.

Sistemas informatizados
É utilizado o sistema do próprio Projeto, que conta com bom banco de dados.

Relatórios de gestão
São realizados trimestral e anualmente.

2011

Relatórios de gestão
Relatórios com os dados estatísticos preenchidos pelas Unidades de Acolhimneto e pelos técnicos de referência.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões internas pela equipe de trabalho, para monitorar o atendimento das vítimas.

Visitas in loco
Para atendimento as famílias.

Relatórios de gestão
Relatórios e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Atendimento muito abaixo do pactuado e orçado. A qualidade e efetividade foram satisfatórias, alcançando o impacto social esperado através dos atendimentos específicos.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento da demanda que cresce a cada dia no Brasil.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Meta pactuada com o Governo Federal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Despesas com capacitação profissional, oficinas, seminários, reuniões, grupo de estudo com o Juizado da Infância e Juventude;Aquisições de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis e despesas com aluguel.

2012 Folha de Pagamento; Aquisição de materiais de limpeza em geral; Prestação de serviços gráficos (criação, diagramação e impressão de cartilha do PAEFI, abordagem social); Gêneros perecíveis: Apresuntado, carne bovina e hamburguer).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes
O orçamento foi suplementado para atender o programa devido o aumento crescente dos demandatarios dos serviços.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Demora na realocação de recursos para outra ação, causando atraso na execução da ação.

2012

Não há restrições

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 061 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E ADOLESCENTE - COMBATE AO ABUSO
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Assegurar os direitos socioassistenciais de pessoas com deficiências.

Público-Alvo: Pessoas com deficiências
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial é um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento à pessoas com deficiências	Previsto	4	5	6	7
	Apurado		5	6	
	Relação % Apurado/Previsto		100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final		71,43	85,71	

2010:

2011:

2012: Números de serviços atendidas dentro do previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Não conseguimos atender o público esperado, o programa todavia precisa ser eficaz, conhecer a realidade de cada família e não temos muitas respostas concretas das mesmas em situações de vulnerabilidade social. Sabemos que muitas dessas famílias tem dificuldades de acesso a materiais de locomoção, fraldas, acessibilidade a escolas e transportes.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Considerando que as entidades prestadoras de serviços foram atendidas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O Programa vem desenvolvendo ações de inclusão cultural, com a realização de eventos onde são apresentadas os talentos da música, teatro e a dança, todos os anos realizados na praça. Também foram realizados seminários de acessibilidades a 03 anos, articulado todo o mês a reunião da rede de promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, com todas as instituições que trabalham direto ou indiretamente com as pessoas com deficiência, incluindo INSS, MP, DRT, faculdades, secretarias, educação, saúde, transportes, Crea,. Mas falta o trabalho na ponta, com os grupos de convivência familiar das pessoas com deficiência nos CRAS.

2011 Satisfeito
Através de entidades prestadoras de serviços, que atendem pessoas com deficiências, foram executadas ações tais: firmatura de convênio.

2012 Satisfeito
Ao longo do ano de 2012, os beneficiários tiveram seus direitos garantidos, como: acesso à benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo
Pessoas com deficiência e Beneficiárias do BPC e BPC na escola, são pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social - Localização Porto Velho - Rondônia

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

Os temas estão sendo desenvolvidos com reuniões da rede, seminários, encontros de articulação para garantia de direitos. Ano passado foi criado o Conselho Municipal dos Direitos das pessoas com Deficiência, fruto da Secretaria e sociedade civil.

2011

Pessoa com Deficiência
público alvo (pessoas com deficiências atendidas).

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O local é insuficiente para os trabalhos e a falta de material, como mesa, cadeira, armário e computadores adequados.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Recursos financeiros insuficientes, inclusive a inexistência da participação do Estado.

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
O local é insuficiente para os trabalhos e a falta de material, como mesa, cadeira, armário e computadores adequados.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Falta profissionais capacitados para desenvolver atendimento a este público.

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Falta de profissionais capacitados para desenvolver atendimento ao público.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Participação social através das reuniões da Rede, que acontece a cada mês, e tudo que se pensa realizar é através da participação de todos.

Outros: Seminários Municipais de Acessibilidade
Tratados os temas mais diversos onde se discute as propostas que serão encaminhadas a cada setor, educação,saúde, regularização fundiária.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
A criação do Conselho Municipal que foi uma participação e atuação do programa. Também o resultado do questionário do BPC na Escola que teve a participação dos responsáveis legais para a identificação das barreiras de acesso e permanência da Escola.

2011

Reunião com grupos de interesse

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Discussão em Conselho Setorial
São reuniões realizadas mensalmente, com o intuito principal de debater os direitos das pessoas com deficiência, além de trazer propostas de políticas públicas para o segmento.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Através da presença e articulação com as entidades que participam da rede, e todas as atividades são desenvolvidas pelo Município com a presença dos adolescentes que manifesta suas insatisfações com relação as políticas públicas que não são executadas, sem respeito aos seus direitos.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Formulário entrando em contato direto com o Conselho, tipo via internet.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 431 - Manutenção dos serviços socioassistenciais destinados à pessoas com deficiências

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Relatórios trimestrais para conhecimento das atividades desenvolvidas pelo programa.

2011

Reuniões de trabalho
Discussões bimestrais com as entidades prestadoras de serviços, para esclarecer e conhecer a demanda da pessoa com deficiência.

Visitas in loco
Visitas técnicas pelos membros do conselho às entidades prestadoras de serviços.

Relatórios de gestão
Relatórios bimestrais, para conhecer a realidade das pessoas com deficiências e suas respectivas necessidades.

2012

Visitas in loco
O conselho municipal da pessoa com deficiência deve manter cadastros das entidades de pessoas com deficiência e das entidades prestadoras de serviço às pessoas com deficiência, mantendo ? o atualizado.

Reuniões de trabalho
O Conselho possui Grupos de Trabalho, que assessoram as Entidades, onde são discutidas e apresentadas as soluções para os maiores problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência.

Relatórios de gestão
As deliberações das reuniões plenárias são aprovadas por maioria dos membros do Conselho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Nós não há um instrumental de controle para avaliar as metas física de atendimento, toma-se como base os atendimentos realizados dentro das instituições conveniadas ao Município, no caso com três instituições que recebem recursos para realizar seus atendimentos, e não existe controle realizado pelos Cras, apesar de já solicitado por várias vezes, os atendimentos dentro dos CRAS e CREAS.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação Serviços socioassistenciais destinados à pessoas com deficiências.
Produto: Pessoas com deficiências atendidas.
Detalhamento: Firmantura de convênio.

2012 Firmatura de Convênio entre PMVP, por intermédio da SEMAS e 40 (quatro) Entidades no ano de 2012.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Recursos suplementados por insuficiencia de dotação especifica.

2012 Insuficientes
Para ampliar o apoio e monitoramento, hoje existente, às organizações não-governamentais da área social que, direta ou indiretamente, realizem trabalhos voltados à pessoa com deficiência.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Com a adequação orçamentaria não houve comprometimento do programa.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Demora na realocação de créditos de uma ação para outra ação.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 062 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Par implantar projetos voltados à capacitação da pessoa com deficiência, favorecendo um maior grau de vida independente, fortalecendo sua autonomia, capacidade de escolha, iniciativa e participação na busca de melhores condições sociais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a inclusão social de jovens, qualificando e valorizando a sua participação social, por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas, que estimulem o desenvolvimento de projeto de interesse individual e coletivo dos jovens, o estímulo e a descoberta do potencial dos jovens e do território.

Público-Alvo: Jovens entre 15 a 17 anos

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir o direito à convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de jovens de 15 a 17 anos que encontram-se em situações específicas	Previsto	1.055	1.060	1.065	1.070
	Apurado	118	0	0	
	Relação % Apurado/Previsto	11.132,08	0,00	0,00	
	Relação % Apurado/Final	11.028,04	0,00	0,00	

2010:

2011:

2012: Não houve adesão ao programa.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável
2011 Não aplicável
2012 Não aplicável

Não houve adesão ao programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
2011 Não apurada
2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
O objetivo deste programa é criar mecanismos que garatam o direito a convivência familiar e comunitária, bem como, criar condições para a inserção e permanência dos jovens no sistema educacional. Para isso, convênios com associações e escolas estão sendo estudados e trabalhados para a melhor adequação do programa junto ao público alvo.

Caracterização do público-alvo
Jovens de 15 a 17 anos e que normalmente estão em situação de vunerabilidade social e em sua maioria na periferia da cidade.

Dimensionamento do público-alvo
Foram beneficiados 150 jovens de 15 a 17 anos.

Pertinência das ações
O plano de providências foi planejado junto a Secretaria para readequação do programa.

Suficiência das ações
Execução do serviço junto ao território dos Centro de Referência da Assistência Social-CRAS.

Composição das fontes de financiamento
Financiamento Governo Federal.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não houve adesão ao Programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

Raça
Palestras, seminários, debates.

Pessoa com Deficiência
Palestras, seminários, debates.

Gênero
Palestras, seminários, debates.

Criança e Juventude
Palestras, seminários, debates.

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
A falta de local adequado para arte, educação é um dos empecilhos para o bom andamentos dos trabalhos.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

2012

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
A falta de local adequado para arte, educação, é um dos empecilhos para o bom andamentos dos trabalhos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de auxiliares de serviço social.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de auxiliares de serviço social.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Planejamento de convênio com associações para o andamento das atividades no ano de 2011.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não houve adesão do Programa junto ao Governo Federal.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Dificuldades para a implementação de mecanismos.
Não houve adesão do Programa junto ao Governo Federal.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Questionário de avaliação.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

SIM
Mecanismos adotados:
Questionário de avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 424 - Incentivo ao protagonismo juvenil-Projovem

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 132 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não houve execução do programa, por conta de remanejamento orçamentário.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve adesão do programa junto ao Governo Federal.
2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve execução do programa, por conta de remanejamento orçamentário.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil; obrigações patronais.
2012 Não houve execução do programa, por conta de remanejamento orçamentário.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Insuficientes
Não houve execução do programa, recursos remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não houve execução do programa, por conta de remanejamento orçamentário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve redução de dotações orçamentárias

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO D(
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Contribui com a erradicação do trabalho infantil no país associando-se com outras políticas sociais.

Público-Alvo: Famílias com crianças e adolescentes até 16 anos em situação de trabalho.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimento a crianças e adolescentes até 16 anos em situação de trabalho	Previsto	18	19	20	21
	Apurado	136	19	20	
	Relação % Apurado/Previsto	755,56	100,00	100,00	
	Relação % Apurado/Final	647,62	90,48	95,24	

2010:

2011:

2012: O percentual de atendimento, atingiu a meta esperada.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Muito embora o Município esteja em desenvolvimento migratório, o número de crianças atendidas pelo programa não condiz com a realidade. Observa-se ainda, a tendência em decorrência da situação socioeconômica e cultural local.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O percentual de atendimento ao público para quais as ações do programa estão direcionados, atingiu a meta esperada.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Observamos na zona rural a inexistência de estrutura física adequada, recursos humanos insuficientes.

2011 Satisfeito
A procura pelo serviço é grande, e os partipantes têm-se mostrado satisfeitos com essa iniciativa do municipio.

2012 Satisfeito
O grau de satisfação do beneficiário não se encontra sistematizado apesar de ser continuadamente apresentado nas reuniões com pais e responsáveis das crianças e adolescentes, inseridos no programa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Situações novas de crianças em situação de trabalho infantil na rua a partir do fluxo migratório, que precisam ser ingeridas.
Caracterização do público-alvo
Muitas demandas encaminhadas de órgãos de fiscalização e controle social não estão em situação de trabalho e sim de vulnerabilidade social. Fugindo assim dos objetivos do programa.
Dimensionamento do público-alvo
Há necessidade de identificar e inserir os novos atores envolvidos no trabalho infantil nos programas, jornada ou projetos desenvolvidos no próprio campo escolar.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO D(
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

Raça
As legislações que estabelecem as diretrizes do programa já contemplam quotas para atendimento à população negra, quilombolas e indígenas.

2011

Criança e Juventude

2012

Raça
os temas em tela são observados atraves das atividades socioeducativas ludicas e atividades artisticas propostas no planejamento anual de atividades.

Pessoa com Deficiência

Gênero

Criança e Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade de espaço físico específico para equipe gerencial com equipamentos adequados, como computadores, mesas, cadeiras e etc...

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Necessidade de melhoria na distribuição de material pedagógico e lanches adequados, principalmente na área rural.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Deficiência de locais adequados para execução da jornada socioeducativa na área distrital.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos disponiveis são insuficientes para atender as ações que aumentam a cada exercicio financeiro.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A infraestrutura existente na Unidade precisa urgentemente passar por uma reforma.

2012

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Faz-se necessária também a adequação estrutural da equipe gerencial para efetivação do programa.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Faz-se necessário aquisições de materiais pedagógicos, artísticos, esportivos e musicais para a contemplação do público alvo, bem como aquisições de materiais ou alugueis de multimídia para execução das ações externas das equipes gerencial e executora.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Necessidade de equipe específica para atender o programa PETI, como equipe multidisciplinar, psicólogo, pedagogo, assistente social.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Área rural, defasagem de equipes de educadores.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Os educadores que passam nos concursos públicos desconhecem a metodologia de trabalhos com crianças, considerando que não foram contratados para tal fim.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
E necessario a contratação pessoal, educador social, psicologo, assistente social, apoio administrativo, afim de que se possa ofertar um serviço de qualidade.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Faz-se necessária a ampliação do quadro funcional executor através de contratações de recursos humanos concursados nos cargos de: Educador social e arte educador com qualificação adequada para o atendimento direto ao beneficiário visando a continuidade das ações.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reuniões semestrais com famílias inseridas no programa.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor atendimento; qualidade na execução da ações socioeducativas, melhoria no atendimento das crianças em relação ao transporte; maior acompanhamento das crianças em situações problemáticas.

2011

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Outros: Conferências
Os temas são amplamente abordados nas conferencias nacionais, estaduais e municipais.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO D(
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

2012

Reunião com grupos de interesse
Reuniões mensais com grupos de interresses, discursão em conselho setorial mensal, outras reuniões com pais e responsáveis.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões Mensais.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Assiduidade dos demandatários no programa.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não houve um mecanisco de avaliação do beneficiário em relação ao programa. Sendo esta uma proposta lançada para poder sitematizar, avaliar e fazer adequação do serviço oferecido.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 429 - Atendimento às famílias com crianças e adolescentes do programa PETI

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho quizenal.

Visitas in loco
Visitas in loco trimestral.

Relatórios de gestão
Relatórios de gestão anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A procura tem aumentado demasiadamente; são feitas adequações para atender de modo satisfatorio o crescimento do público alvo.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta alcançada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Atendimento às famílias com crianças e adolescentes do Programa PETI
Produto: Famílias atendidas.
Detalhamento: Firmatura de Convênio IEL; Aquisição de material de limpeza em geral, Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, material de expediente, material esportivo; Concessão de cartões e recargas LEVA EU; Contrato de Locação de 04 (quatro) Ônibus.

2012 Despesas com folha de pagamento; Gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis (frutas, verduras, legumes, leite em pó integral, carnes bovinas e outros); Confecção de camisetas/PETI; Despesa com a renovação de Contrato nº 063/PGM/2011 - Locação de 04 (quatro) ônibus; Devolução de saldo de convênio aos cofres da União; Firmatura de Convênio entre a PMPV, por intermédio da SEMAS e o Instituto Euvaldo Lodi; Aquisição de material de limpeza em geral; Aquisição de material elétrico; Aquisição se açúcar cristalizado; Aquisição de gás GLP 13 kg.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes
Os recursos orçamentários previstos a execução das ações do programa foram insuficientes devido à necessidade de aquisições frequentes de materiais pedagógicos, artísticos, esportivos, transporte dos beneficiários, instrumentos musicais que dão suporte às atividades planejadas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 135 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - ERRADICAÇÃO D(
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Os recursos liberados ao longo do exercício em fluxo, foram compatíveis devido as readaptação realizadas na programação proposta, portanto apesar da descontinuidade durante o período não foi prejudicial a execução planejada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Atraso na realocação de créditos suplementares.

2012

Contingenciamento orçamentário

O contingenciamento orçamentário, ocorreu devido as paralizações de recursos e a dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC
Gerente: Ianne Pontes Alexandre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Garantir as pessoas idosas e pessoas com deficiência, meios de prover a própria manutenção.

Público-Alvo: Idosos e pessoas com deficiência
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O BPC integra a proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e deve ser prestado em articulação com os diversos serviços da assistência social e de outras políticas, na perspectiva de ampliar a proteção a idosos e pessoas com deficiência e suas famílias

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência e incapacitadas para o trabalho	Previsto	25	26	27	28
	Apurado	915	0	0	
	Relação % Apurado/Previsto	3.660,00	0,00	0,00	
	Relação % Apurado/Final	3.267,86	0,00	0,00	

2010:

2011:

2012: Remanejado todo recurso orçamentário, priorizando outras ações.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Não aplicável
2012 Não aplicável
Remanejado todo recurso orçamentário, priorizando outras ações.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Não apurada
2012 Não apurada
Remanejado todo recurso orçamentário, priorizando outras ações.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011
Não contempla
2012
Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011
Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Com o aumento dos beneficios e prestação de serviços, os recursos disponíveis são insuficientes.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC
Gerente: Ianne Pontes Alexandre

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Discussão em Conselho Setorial
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Reunião com grupos de interesse

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 433 - Implementação e Manutenção do Programa BPC na escola

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve atendimento. Os recursos orçamentários foram remanejados.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Remanejado todo recurso orçamentário, priorizando outras ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Remanejado todo recurso orçamentário, priorizando outras ações.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Ação sem execução orçamentária.

2011 Não foram liberados recursos
Os recursos orçamentários foram remanejados.

2012 Insuficientes
Remanejado todo recurso orçamentário, priorizando outras ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos orçamentários foram remanejados.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Remanejado todo recurso orçamentário, priorizando outras ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 136 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC
Gerente: Ianne Pontes Alexandre

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Ofertar atendimento especializado de forma integral, visando acolhimento à pessoa em situação de rua.

Público-Alvo: Crianças e adolescentes retiradas do convívio familiar e comunitário.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proteção social especial de alta complexidade prioriza a construção de novos modelos de atenção e/ou abrigamento dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias em contraposição aos antigos abrigos, orfanatos e asilos. Historicamente, crianças e adolescentes, pessoas com deficiências e idosos, a título de proteção ou afastamento do convívio social, eram abrigados em grandes instituições, onde permaneciam por longo tempo ou a vida inteira. Para a população em situação de rua são priorizados os serviços que possibilitam a organização de um novo projeto de vida, aquisição de novas referências na sociedade e a conscientização dos direitos e deveres da cidadania.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de acolhimento à pessoa em situação de rua - população de rua	Previsto	85	88	90	93
	Apurado	127	80	90	
	Relação % Apurado/Previsto	149,41	90,91	100,00	
	Relação % Apurado/Final	136,56	86,02	96,77	

2010:

2011:

2012: Pessoas acolhidas em situação de rua, atendidas dentro do esperado.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
No municipio de Porto Velho com a vinda das inslatações das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau cresceu assustadoramente o número de pessoas em situação de rua.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Atendimento socioassistencial voltado à população adulta em situação de rua, atuando no âmbito da criação de políticas públicas em consonância ao SUAS-Sistema Único de Assistência Social.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Satisfeito
Foram feitos estudos para quantificar e mapear onde se concentra o maior número de pessoas em situação de rua, tendo agora que buscar reforço financeiro junto ao governo federal e estadual para atender este grande número de pessoas.

2012 Satisfeito
Ações de encaminhamento e acompanhamento das pessoas e famílias abordadas de acordo com as situações de violação de direitos identificados.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2011

Caracterização do público-alvo
O público-alvo do programa, tal como planejado, está restrito à crianças e adolescentes retiradas do convívio familiar e comunitário, devendo ser ampliado para "pessoas em situação de rua", para atender o objetivo do programa.

Suficiência das metas físicas das ações
Com o aumento da demanda a meta física ficou insuficiente.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011

Raça
Público-alvo.

Pessoa com Deficiência
Indicadores.

Gênero

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

Público-alvo.

Criança e Juventude
Ações específicas.

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Os recursos materiais ficaram abaixo do esperado devido o aumento da demanda.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Não possui infraestrutura.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
O Municipio ainda não possui infraestrura adequada para atender esse público e a equipe gerencial é muito reduzida.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Incentivo à formação e a capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua, além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Ação inter-setorial para o desenvolvimento e a reorganização dos projetos de vida.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Recursos humanos muito reduzidos.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Além do número pequeno de profissionais o Municipio precisa capacitar profissionais para atuarem na área.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de Proteção às pessoas em situação de rua.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de Proteção às pessoas em situação de rua.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Não possui mecanismos.

2012

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Formulários de instrumentos ou serviços de atendimentos, tipo disque 100.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 442 - Acolhimento a pessoas em situação de rua - população de rua/alta complexidade II

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Visitas in loco
Apoio à família na sua função protetiva e atendimento psicossocial.
Reuniões de trabalho
Estudo entre a própria equipe e com a rede de serviços socioassistenciais e intersetoriais.
Relatórios de gestão
Elaboração de relatórios de atendimento e pareceres técnicos para os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.33 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: 140 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE II - POPULAÇÃO DE RUA
Gerente: IANNE PONTES ALEXANDRE

2012

Relatórios de gestão
Fazem encaminhamentos para a Rede de Proteção Social;

Reuniões de trabalho
Por equipes multifuncionais do CREAS;

Visitas in loco
Os técnicos realizam entrevistas e visitas domiciliares;

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O Programa foi implantado no ano de 2011, apenas com o mapeamento das situações e procedimentos.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Pessoas em situação de rua e mendicância;

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Locação de Imóvel.

2012 Despesas com gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis; Utensílios domésticos (frigideira, panela de alumínio, faca em aço inox, lençol para adulto, avental em courvin, coador de pano, colher de mesa, garrafa térmica, tábua de cortar e outros); Aquisição de material de informática (NO-Break); Leite em pó integral; Pneus; Recarga de Água mineral; Serviços de Engenharia, reforma das instalações do Prédio onde funciona o CREAS POP; Prestação de Serviços Gráficos: criação, diagramação e impressão de cartilhas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Insuficientes
Os recursos orçamentarios foram insuficientes, considerando ainda, a redução orçamentaria efetuada.

2012 Suficientes
Para que possa ser construído o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e à benefícios assistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento de recursos.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover atendimento na alimentação e nutrição das pessoas carentes

Público-Alvo: Pessoas de baixo poder aquisitivo na promoção do seu sustento
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Promover parceria com as entidades prestadoras de serviço visando a erradicação da fome

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de pessoas atendidas nas unidades prestadora de serviço à rede direta e indireta	Previsto	3	6	10	15
	Apurado	0	6		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	40,00		

2010:

2011:

2012: Número de pessoas atendidas satisfatoriamente dentro do índice previsto.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Não aplicável

O Restaurante Popular ainda não está em funcionamento.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Com a implantação do projeto foi alcançado um indice acima do esperado. O projeto de implantação do restaurante popular no município visou garantir a populçao o direito a uma alimentação saudável, balanceada e de preço acessivel.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

A previsão de atendimento pelo Restaurante Popular é de 2.000 mil pessoas/dia, foram atendidas satisfatoriamente no que diz respeito ao público alvo do programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada

2011 Satisfeito

Os demandatarios estão muitos satisfeitos com a oferta do programa voltado para a questão da segurança alimentar e nutricional.

2012 Satisfeito

Foram atendidas satisfatoriamente no que diz respeito ao público alvo do programa.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Os recursos humanos são adequados
2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
2011
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Discussão em Conselho Setorial
O restaurante popular é fiscalizado pelo Conselho de Alimentação e Nutrição.
2012
Discussão em Conselho Setorial
O restaurante popular é fiscalizado pelo Conselho de Alimentação e Nutrição

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2011
SIM
Mecanismos adotados:
Elaboração de relatórios de atendimento, monitoramento e avaliação do serviço.
2012
SIM
Mecanismos adotados:
Elaboração de relatórios de atendimento, monitoramento e avaliação do serviço.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 435 - Manutenção do Restaurante Popular

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Não possui mecanismos.
2011
Visitas in loco
Nutricionista faz visitas mensalmente para avaliar a alimentação sistemática.
Relatórios de gestão
Relatórios de Atendimento e pareceres técnicos.
2012
Relatórios de gestão
Relatório de gestão e pareceres técnicos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Apesar do Restaurante Popular ainda não estar em pleno funcionamento, a meta foi realizada dentro do previsto.

Órgão Responsável: 12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - SEMAS
Unidade Orçamentária: 12.34 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTO VELHO
Programa: 137 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - RESTAURANTE POPULAR
Gerente: Auzenir Pereira Gutierre

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro de previsto.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta alcançada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de utensílios de cozinha; contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação; aquisição de materiais permantes: equipamentos de cozinha.

2012 Firmatura de contrato com empresa especializada para fornecimento de alimentação; Despesa com devolução de saldo de convênio.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos liberados para o exercício, foram suficientes, considerando que o Restaurante Popular ainda não está funcionando.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Meta alcançada dentro do previsto.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO EVALDO DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O ALCANÇE FOI DENTRO DO ESPERADO, EM TORNO DE 85% COM INCLUSIVE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ÁREA ADMINISTRATIVA.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Todos os projetos propostos neste programa foram realizados dentro de uma porcentagem entre 80 e 100%, não desviando o foco principal da atividade fim da Secretaria de Esportes.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Média satisfatória, mesmo que em alguns eventos não tenham acontecido com grande público.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Com a melhoria no atendimento ao público e aos funcionários, houve um aumento na satisfação do público alvo.

2011 Não apurada

2012 Satisfeito
O público se sentiu prestigiado com as atividades desenvolvidas.

2.4 Outras Considerações

Para melhorar a execução dos projetos precisamos melhorar e aparelhar os espaços físicos, requerendo assim maiores investimentos financeiros.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

2012
Pessoa com Deficiência
Paraporto que é atividade esportiva voltada para pessoas portadoras de necessidades especias.

Criança e Juventude
As escolinhas de futebol, rua de lazer, as atividades desenvolvidas nesta Secretaria são para crianças e adolecentes de 07 a 14 anos.

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO EVALDO DA SILVA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Com o aumento na demanda de atendimento existe a necessidade de aquisição de novos equipamentos e em maior quantidade.

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Materiais foram insuficientes.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Infraestrutura foi inadequada.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Com a criação de novos pólos em algumas ações, o material humano nas equipes executoras deverá ser complementado.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Com numero limitado de servidores tornou-se mais trabalhoso a realização das ações propostas. Torna-se necessário a contratação de mais profissionais.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta de qualificação dos recursos humanos.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Quantidade de pessoal insuficiente.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
Participação do Conselho Municipal de Esportes.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhoria no atendimento à população que busca nas ações da Secretaria desenvolver os seus projetos.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reunião com grupos de interesse
As politicas públicas são discutidas junto com os grupo de interrese participantes.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Consulta popular e audiências públicas.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Administração da unidade é realizada dentro de parâmetros gerenciais e baseados em anos anteriores.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Pesquisa com perguntas aleatórias para mensurar o grau de satisfação dos beneficiarios. O monitoramento e avalição estão sendos utilizados como ferramentas de gestão para a melhoria contínua da qualidade dos serviços oferecidos aos munícipes do Município de Porto Velho.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO EVALDO DA SILVA

2011

Reuniões de trabalho
Mensal com os técnicos, pelos mesmos trabalharem suas atividades nos espaços públicos como: quadras poliesportivas, ginásios, praças e parques.

Visitas in loco
Semestralmente

Sistemas informatizados
De bom funcionamento

2012

Visitas in loco
As visitas aos ginásios, quadras poliesportivas e parques do município de Porto Velho.

Sistemas informatizados

Relatórios de gestão
Emissão de relatórios de gestão.

Reuniões de trabalho
As reuniões quinzenais para discutir quais melhorias e os aperfeiçoamentos que devem ser feitas para oferecer serviços com qualidade a comunidade.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Mantida a média das metas.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de material de expediente e limpeza para as unidades, aquisição de veiculo, reforma da sede administrativa, aquisição de bebedouros e extintores para administração e ginásios de esportes.

2012 Foram realizados obras de manutenção de espaços voltados ao esporte como reformas das quadras poliesportivas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes
Em algumas ações os recursos não foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
A lentidão processual, bem como a falta de profissionais qualificados para atenderem as necessidades do processo.

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A legislação em vigor dificulta as liberações de recursos.

Atraso na liberação de recursos

Atraso na prestação de contas dos beneficiários

Dificuldades de celebração de convênios na gerência

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidades dos processos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO EVALDO DA SILVA

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

As parcerias são fundamentais para que possamos atingir uma gama maior da sociedade, possibilitando a melhoria das estruturas físicas para dar melhor condições para os municípes.

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO EVALDO DA SILVA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho mensal para avaliação de desempenho por setores, onde são definidas metas e deficiências a serem superadas.

Relatórios de gestão
Relatório semestral com ações realizadas e debates para verificação de dificuldades encontradas e possiveis soluções a serem adotadas.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: As ações e metas neste programa são planejados e efetivados pela Sempla

2012

Sistemas informatizados
Atende a necessidade mas deve ser melhorado, aperfeiçoado para que se torne uma ferramenta de gestão mas inovadora.

Reuniões de trabalho
Quinzenal, para avaliar os pontos positivos e negativos. Os pontos a serem aperfeiçoados são Capacitação e Treinamentos de Pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ação desenvolvida dentro do esperado, com 100% de aproveitamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Média atingida

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores remunerados e encargos sociais pagos.

2012 Servidores remunerados e encargos sociais pagos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Com a dotação sendo suficiente e liberadas no periodo de acordo com a necessidade tornou-se fácil a realização satisfatória da ação planejada.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ação desenvolvida com recurso suficiente para sua realização.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Apesar da descontinuidade, acão não deixou de ser executada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Esta ação não utiliza recursos não orçamentário.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Atraso na liberação de recursos
Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Dificuldades de celebração de convênios na gerência
Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCISCO EVALDO DA SILVA

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
Gerente: FRANCISCA ROSILENE CARNEIRO PEREIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar às crianças e adolescentes, a inclusão social e esportiva, bem como revelar novos talentos para representar o Município de Porto Velho.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Diante dos efeitos nocivos da vida moderna (violência, drogas, etc...) o Programa visa proporcionar às crianças e adolescentes a prática desportiva nas várias modalidades, bem como oferecer o lazer e melhor qualidade de vida.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - População inscrita em eventos esportivos e de lazer	Previsto	55.000	70.000	75.000	78.000
	Apurado	55000	52000		
	Relação % Apurado/Previsto	100.000,00	74.285,71		
	Relação % Apurado/Final	70.512,82	66.666,67		

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Com o aumento da demanda de atendimento o resultado girou em torno de 80% ficando o público alvo em algumas ações tendo seu pleno exito prejudicado.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Na realização de eventos devido ao déficit orçamentário alguns programas não foram realizados, favorecendo o não atingimento das metas propostas.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Em alguns projetos o público não alcançou nossos objetivos.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Mesmo com certa deficiência foi atingida a satisfação do público alvo.

2011 Satisfeito
Após realização de eventos e programas é feito pesquisa com o público participante para obter indicadores de satisfação.

2012 Satisfeito
A receptividade do público com as atividades atenderam a nossa espectativa.

2.4 Outras Considerações

Os projetos foram executados, porém temos que considerar as limitações orçamentárias, estruturaões físicas dos espaços esportivos.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das metas físicas das ações
Deve-se para um maior aproveitamento do Programa realizar contratação de Pessoal e aumento orçamentário, para cobertura de ações previstas no Programa.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Composição das fontes de financiamento
Os prazos de fontes de financiamentos, em algumas situações não foram cumpridos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Pessoa com Deficiência
Ações de integração como o Paraporto e a Tenda do Idoso que são desenvolvidas, devem conter mais polos para uma maior abrangência e desenvolvimento social.

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
Gerente: FRANCISCA ROSILENE CARNEIRO PEREIRA

Criança e Juventude
Aumento em ações já existentes como as Escolinhas Esportivas e Fest Esporte que atende jovens e adultos em vários bairros da capital.

2011

Criança e Juventude
Proporcionamento de inclusão social e esportiva às crianças e adolescentes.

2012

Pessoa com Deficiência
Criança e Juventude

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A falta de infraestrutura no Projeto Tenda Esporte e Idoso Ativo, torna dificil a execução do projeto em três pólos.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Há necessidade de aquisição de material em quantitativo adequado para realização de atividades.

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há um déficit em recursos humanos sendo necessário a contratação de pessoal para a realização das atividades.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Falta de pessoal qualificado na área de Educação Física.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A quantidade dos profissionais são insuficintes para atender a demanda.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Consulta Pública
Durante o atendimento diário do projeto é feito pesquisa de satisfação entre os usuarios da ação.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Com a participação social tornou-se mais fácil a busca por alternativas que resolvessem os problemas e dificuldades na implementação das ações.

2011

Audiência Pública
Realizada todos os anos com entidades e pessoas da área esportiva para a melhroia das atividades desenvolvidas.

2012

Reunião com grupos de interesse
As politicas públicas adotadas são voltadas a socialização da comunidade.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Durante o atendimento diário do projeto é feito pesquisa de satisfação entre os usuários da ação.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através de pesquisa realizada ao final de cada programa e evento com os beneficiários.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Consultas populares, questionários objetivos e mecanismos descritivos.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 206 - Realização de Eventos Sociocultural, Esportivo e de Lazer

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
Gerente: FRANCISCA ROSILENE CARNEIRO PEREIRA

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Após a realização de cada ação é feito relatório de gestão e acompanhamento da evolução ou não da ação planejada.

2011

Reuniões de trabalho
Durante a realização de cada atividade é realizada pesquisa de satisfação com os beneficiados pela ação.

Visitas in loco
Realizadas periodicamente para avaliação de estruturas.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões quinzenal para planejamento das atividades a serem executadas.

Visitas in loco
Quadras Poliesportivas, Ginásios e Parques.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Devido a falta de orçamento não foi possivel a realização de 100% das ações programadas.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Algumas atividades não foram realizadas devido a falta de pessoal nas equipes executoras.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas atingiram um percentual médio.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Material esportivo para atender escolinhas, material para tenda esporte e rua de lazer.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Dentra as ações propostas algumas ficaram sem execução como: Corrida Ciclistica, Torneio Intertaxista, Galera Olimpica, Rua de Lazer, etc.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Embora o fluxo de recursos tenha aumentado em 2010, ainda não foi suficiente para realização das metas propostas.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos não foram suficientes, mas não prejudicou a quantidade e a qualidade da ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Baixo
Muitos projetos incompatíveis com os recursos existentes.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Como os recursos desta ação não foram suficientes houve solicitações de créditos orçamentários adicionais, que em alguns casos foram efetuados.

2011

Não há restrições

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Atraso na liberação de recursos
Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Dificuldades de celebração de convênios na gerência
Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes
Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 027 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
Gerente: FRANCISCA ROSILENE CARNEIRO PEREIRA

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

As parcerias são de cunho participativo e não de patrocínio em espécie e são fundamentais para elevação dos programas.

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: JANDERSON RIBEIRO SÁ

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar, manter e conservar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Com o aumento populacional e o baixo número de equipamentos esportivos, torna-se necessário a construção bem como a manutenção de quadras e centros poliesportivos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de núcleos esportivos conservados e/ou restaurados	Previsto	3	5	7	9
	Apurado	3	5		
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	33,33	55,56		
2010:					
2011:					
2012:					
02 - Número de quadras e centros poliesportivos implantados	Previsto	2	2	3	3
	Apurado	1	2		
	Relação % Apurado/Previsto	50,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	33,33	66,67		
2010:					
2011:					
2012:					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Com a reforma e ampliação do número de quadras, houve um aumento da satisfação do público alvo.
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
O percentual está dentro da expectativa da gestão.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Mesmo com a dificuldade na obtenção de projetos, foi possivel avaliar in loco o nivel de satisfação dos beneficiários.
2011 Satisfeito
2012 Satisfeito
As ações são bem aceitas pelo público alvo.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: JANDERSON RIBEIRO SÁ

2012

Composição das fontes de financiamento

As fontes de parcerias não foram adequadas, e não tiveram tempo hábil, devido a morosidade nos processos.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Pessoa com Deficiência

Atividades desportivas voltadas para Portadores de Necessidades Especiais como exemplo temos o Paraporto Evento desportivo para atender este público alvo.

Criança e Juventude

Crianças e jovens até 14 anos. Com todas as modalidades de esportivas.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Existe a necessidade de contratação de pessoal pois com o aumento constante da demanda existe a insuficiencia de mão de obra na execução e distribuição de tarefas nas ações.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Existe a falta de pessoas qualificadas na secretaria para elaboração de projetos de engenharia, o que facilitaria a execução do Projeto desde sua elaboração ate a licitação que é feita pela SEMAD.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública

As demandas para reforma e construção de quadras é repassada a população que as analisa conforme a real necessidade que é verificada in loco para reforma e construção de espaços.

Discussão em Conselho Setorial

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Melhor rendimento na utilização dos espaços esportivos.

2011

Audiência Pública

Realizada todos os anos com entidades e pessoas da área esportiva para a melhoria das atividades desenvolvidas.

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Após entrega do equipamento é feita uma pesquisa para avaliação de satisfação dos beneficiários.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Audiência Pública, realizada anualmente.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 107 - Implantação de Quadras e Centros Poliesportivos

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: JANDERSON RIBEIRO SÁ

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Vistoria in loco a cada 3 meses, tem-se como dificuldade a locomoção para os Distritos mais distantes como Extrema e Nova Califórnia.

2011

Visitas in loco
Realização de vistorias in loco.

2012

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Reempenho de ações do ano de 2009.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas atingidas alcançaram percentual médio.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção de quadras nos Distritos de Vista Alegre e Abunã.

2012 Reformadas as quadras poliesportivas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Embora os recursos tenham sido suficientes houve remanejamento total dos recursos para cobertura de processos destacados e não licitados em 2009.

2011 Insuficientes
Recursos não foram liquidados.

2012 Insuficientes
Os recursos disponíveis não foram suficiente para atender todas as ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Houve remanejamento total dos recursos.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Não houve prejuízo na execução das ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Baixo
Projetos incompativeis com os recursos existentes.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Ação foi prejudicada pela realocação de recursos para cobertura de outras despesas.

2011

Não há restrições

2012

Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Atraso na liberação de recursos
Dificuldades de celebração de convênios na gerência
Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: JANDERSON RIBEIRO SÁ

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

As parcerias são fundamentais mas a maioria foi de cunho participativo, isento de patrocínio em espécie.

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: JANDERSON RIBEIRO SÁ

AÇÃO: 324 - Conservação e Restauração de Núcleos Esportivos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Vistoria in loco a cada 3 meses, tem-se como dificuldade a locomoção para os Distritos mais distantes como Extrema e Nova Califórnia.

2011

Visitas in loco

2012

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Embora a previsão para reformas tenha sido de três unidades, foram efetivadas mais duas, com as reformas na quadra do bairro esperança da comunidade e Ginásio Eduardo Lima e Silva.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Reforna nas quadras Rio Candeias, Dominó, Parque Circuito, quadra de São Carlos e Jardim Santana.

2012 Reformas das quadras poliesportivas e ginásios.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Os recursos não foram totalmente liquidados.

2012 Insuficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação foi de acordo com o fluxo da obra.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Problema na legislação que trava os processos

Atraso na liberação de recursos
Muitos recursos demoram para serem liberados.

Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Alguns beneficiários demoram a prestar contas, causando atraso nos processos.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
Legislação trava alguns procedimentos.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SEMES
Unidade Orçamentária: 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: JANDERSON RIBEIRO SÁ

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Parcerias com Associações de Bairros. Dificudades apresentadas são as doações de materiais esportivos, o ente públicos não pode doar bens públicas, e essas associações não entendem dificultando assim a formação de parcerias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
OS RECURSOS NÃO FORAM SUFICIENTES PARA ATENDER ADEQUADAMENTE AS NECESSIDADES DOS SERVIDORES E DOS CONTRIBUINTES ATENDIDOS.

2011 Não aplicável

2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
AS CONDIÇÕES FÍSICAS RUINS DO AMBIENTE DE TRABALHO, FALTAM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR AS ATIVIDADES E OFERECER CONFORTO AOS CONTRIBUINTES.

2011 Não apurada

2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo
EM 2010 HOUVE UM AUMENTO ALÉM DO ESPERADO DOS SERVIÇOS DA SEMTRAN

Suficiência das ações
JÁ NA PREVISÃO DE CADA AÇÃO HOUVE O SUB DIMENSIONAMENTO PELA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
NÃO HÁ DISPONIBILIDADE DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
FALTAM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
NÃO DISPOMOS DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
FALTAM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO.

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
A GRANDE MAIORIA DAS DIVISÕES SÃO COMPOSTAS APENAS PELOS CHEFES DE DIVISÃO.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
O NÚMERO DE SERVIDORES DE APOIO É MUITO BAIXO DIFICULTANDO ATINGIR AS METAS NECESSÁRIAS

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: AS ASTIVIDADES DESENVOLVIDAS SÃO MERAMENTE ADMINISTRATIVAS

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicável.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não aplicavel.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
NÃO FOI ESTABELECIDA AINDA UMA FORMA DE AVALIAÇÃO.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não aplicável.

2012

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não aplicavel.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: COMO SE TRATA DE APOIO ADMINISTRATIVO, O PROGRAMA É DIMENSIONADO PELAS NECESSIDADES APRESENTADAS PELOS SETORES E O MONITORAMENTE É PELO ATENDIMENTO DESTAS NECESSIDADES.

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

2011

Relatórios de gestão
São apresentados relatório mensais da execução da movimentação dos processos que estão em andamento com aquisição de produtos e serviços.

2012

Sistemas informatizados
Sistemas: GP-CETIL, TP-CETIL e CP-CETIL.

Relatórios de gestão
Relatório Cincustanciado de Atividades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
EMBORA TENHA CUMPRIDO A META PLANEJADA, A MESMA FOI SUBDIMENSIONADA EM FUNÇÃO DE LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Detalhamento do Produto: Aquisição de 22 computadores, 3 impressoras a Laser, 17 mesas, 22 cadeiras, 10 armários arquivo.

2012 Aquisicão de cartuchos e toner uisicao de agua sanitaria, alcool etilico desinfetante e outros, Aquisicao de marmitex, lanches, agua mineral e outros, Aquisicao de Suprimento de Fundo, Aquisicao de material de expediente, Aquisicao de auto de infracao, termo de adocao de medida administrativa/TAMA, carteiras e outros, Despesa com passagens aereas para atender as necessidades de servidores em cursos, seminários e visitas técnicas fora do municipio, Despesa com regularização da documentação (Licenciamento) dos veiculos oficiais da SEMTRAN, Contratação de empresa especializada na execução de serviços de lavagem e lubrificação dos veiculos oficiais, Aquisicao de material permanente tipo (bebedouro, armario e cadeira fixa), para atender a SEMTRAN.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Os contratos ainda estão sendo pagos, dai a não liquidação na sua totalidade.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com o cronograma de aquisições da SEMTRAN foram adequados em liberados no período compativel.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
CONSIDERANDO QUE O PLANEJADO FOI SUBDIMENSIONADO POR LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NÃO HOUVE ATENDIMENTO DE SUPLEMENTAÇÃO PREJUDICANDO A AMPLIAÇÃO DA META.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
POR SE TRATAR DE OBRA DE ENGENHARIA, O SERVIÇO É MONITORADO POR VISTORIAS E MEDIÇÕES PARA PAGAMENTO

2011

Relatórios de gestão
Elaborado a partir do acompanhamento pela Comissão de Engenharia e Arquitetura da Unidade

2012

Visitas in loco
Visitas realizadas pela Comissão Técnica para Acompanhamentos de Processos e Serviços Especializados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A OBRA PREVISTA NÃO FOI EXECUTADA

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Projeto Básico em execução.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não foi executada a obra.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obra não realizada.Projeto básico em execução.

2012 Os recursos recursos foram remanejados para atender a necessidade de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
PARTE DOS RECURSOS REMANEJADA POR OUTRAS NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS.

2011 Insuficientes
Projeto Básico da Obra em execução.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos recursos foram remanejados para atender a necessidade de outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
RECURSO REMANEJADO.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Projeto Básico da obra em execução.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos liberados ficaram compativeis com o programação solicitados e utilizados de forma a atender o planejamento da secretaria em outros programas.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
RECURSO REMANEJADO

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: CONTROLE DE PESSOAL
REALIZADO PELA SEMAD

2011

Sistemas informatizados
Sistema de Gestão de Pessoal.

2012

Sistemas informatizados
Acompanhamento pelo GP-CETIL.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
QUADRO AMPLIADO COM A CONTRATAÇÃO DE AGENTES DE TRÂNSITO.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a nova Estrutura da Unidade foram contratados 20 novos servidores para cargos diversos e contratação de 100 Agentes de Trânsito, 02 Agentes de Limpeza e 07 Fiscais.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foi aprovado decreto lei de Restruturação da SEMTRAN. Contratações de Agentes de Trânsito.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Detalhamento do Produto: servidores remunerados e encargos pagos.

2012 Atendimento a Folha de Pagamento da SEMTRAN, bem como: Vencimento e Vantagens, Gratificações, Insalubridades, Adicionais, Hora Extras e etc.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
MESMO COM A AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS, O RECURSO FOI SUFICIENTE.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
De acordo com o planejamento da nova estrutara da secretaria o orçamento atendeu a demanda.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com o acompanhamento da Assessoria Técnica, junto a Divisão de Apoio Adiministrativo, com o auxilio do GP-CETIL, os recursos liberados conforme o cronograma planejado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: RONI PETTERSON LIRA DE CASTRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Com o crescente desenvolvimento da cidade e o aumento da frota de veículos em mais de 18% ao ano, se faz necessário investir fortemente em sinalização de trânsito considerando o alto índice de acidentes e a carência de sinalização em vários pontos da cidade. O Município de Porto Velho está classificado há dois anos consecutivos como a capital com maior índice de mortes no trânsito, se fazendo URGENTE e NECESSÁRIA a mudança desta realidade.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução de mortes no trânsito (%)	Previsto	10	20	25	30
	Apurado	0	30	22	
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	150,00	88,00	
	Relação % Apurado/Final	0,00	100,00	73,33	

2010:

2011:

2012: Operações Especias de Trânsito como a Lei Seca e Cavalo de Aço em conjunto com outros órgãos (Polícia Rodoviária , DETRAN e Companhia de Trânsito da Polícia Militar)

02 - Número de semáforos implantados e mantidos no Município (un)	Previsto	61	61	61	61
	Apurado	61	69	96	
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	113,11	157,38	
	Relação % Apurado/Final	100,00	113,11	157,38	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A META PREVISTA FOI ATENDIDA ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIOS E DE PARCERIAS.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Devido ao aumento da população de Porto Velho e consequentemente da frota de veículos, os recursos humanos e materiais existente tornaram-se insuficientes para atendê-la.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
OS INVESTIMENTOS SURTIRAM EFEITO POSITIVO E SERÃO AVALIADOS OS ÍNDICES DE ACIDENTES.

2011 Pouco satisfeito
Devido a reclamações constantes feitas diretamente à Unidade.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Suficiência das metas físicas das ações
A META FÍSICA AINDA É SUBDIMENSIONADA EM FUNÇÃO DE LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COMPROMETENDO O RESULTADO FINAL DA AÇÃO.

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: RONI PETTERSON LIRA DE CASTRO

2011

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Pessoa com Deficiência
Calçadas acessiveis e vagas para Portador de Necessidades Especiais e Idosos

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
A FALTA DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS REDUZ EFICIÊNCIA DO SETOR.
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO (ESPAÇO FÍSICO E APOIO LOGÍSTICO)
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
A FALTA DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS REDUZ EFICIÊNCIA DO SETOR
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO (ESPAÇO FÍSICO E APOIO LOGÍSTICO)

2011

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Espaços físicos inadequado devido o aumento de servidores.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de materiais devido o aumento dos servidores.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Espaços físicos inadequado devido o aumento de servidores.
Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Falta de materiais devido ao aumento dos servidores.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
AS DIVISÕES SÃO BASICAMENTE COMPOSTAS PELAS CHEFIAS, FALTA PESSOAL DE APOIO.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
AS EQUIPES EXECUTORAS SÃO MUITO REDUZIDAS.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há uma necessidade de contratação gerencial para atender a demanda que aumenta a cada dia.
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há uma necessidade de contratação para atender a demanda que aumenta a cada dia.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necessidade de uma reciclagem constante aos servidores das equipes gerenciais para poder atender o público alvo.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há necessidade de uma reciclagem constante aos servidores das equipes executoras para poder atender o público alvo.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Ouvidoria
ATENDIMENTO DE SOLICITAÇÕES DA COMUNIDADE.

2011

Ouvidoria
Atendimento a população através do 08006475100.
Discussão em Conselho Setorial
Reuniões do Conselho Municipal de Trânsito.

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: RONI PETTERSON LIRA DE CASTRO

Mecanismos adotados:
ATRAVÉS DA REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE ACIDENTES E ATENDIMENTO DAS REINVIDICAÇÕES DA COMUNIDADE E/OU REPRESENTATIVIDADES.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há um sistema que avalie a satisfação da população atendida

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 003 - Ampliação de Sinalização de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
VISTORIA DA OBRA.

Relatórios de gestão
MONITORAMENTO DE METAS ESTABELECIDAS.

2011

Reuniões de trabalho
Entre a empresa contratada e Comissão Técnica da Secretaria

Visitas in loco
Visita da Comissão Técnica da Secretaria

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A meta estabelecida foi cumprida dentro da necessidade apresentada.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
O recursos foi para Manutenção das placa existentes.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Implantação de placas e semafóros nos cruzamentos com os maiores indices de acidentes e mortes no transito da cidade de Porto Velho.
Sinalização de regulamentação de estacionamento de veículos principalmente no centro da cidade, sinalização de faixas de pedestres em frente escolas. Faixa exclusiva de transporte coletivo no centro da cidade.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
CONSIDERANDO QUE HOUVERAM INVESTIMESTOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS, O RECURSO FOI SUFICIENTE.

2011 Suficientes
Para consolidação dos serviços implantados os recursos foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
NÃO HOUVE DIFICULDADE NA MOVIMENTAÇÃO DO RECURSO

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Alto
OS INVESTIMENTOS DE RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS FORAM DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA AÇÃO POIS ATENDERAM EM MAIS DE 80% DO PLANEJADO.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: RONI PETTERSON LIRA DE CASTRO

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 159 - Manutenção de Sinalização de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
FISCALIZAÇÃO IN LOCO DO SERVIÇO REALIZADO.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais para discussão dos andamentos dos trabalhos de sinalização.

Visitas in loco
Visitas aos locais que necessitam de manutenção da sinalização.

Relatórios de gestão
Relatórios anual.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
META ATINGIDA COM A MANUTENÇÃO DE TODOS OS SEMÁFOROS EXISTENTES NO MUNICÍPIO NO PERIODO DE TODO O ANO DE 2010.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 A implantação emergencial de semáforos em algumas zonas criticas da cidade de Porto Velho com por exemplo onde não foram concluidas as obras dos viatutos.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
O RECURSO DESTINADO ATENDEU A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
NÃO HOUVE DIFICULDADE NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: RONI PETTERSON LIRA DE CASTRO

AÇÃO: 325 - Fiscalização da Frota de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões da Câmara Técnica da cidade de Porto Velho e Fundo Municipal de Trânsito.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

ESTAVA PREVISTA A FISCALIZAÇÃO DE 15% DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, MAS O CONVÊNIO REALIZADO COM A POLÍCIA MILITAR SOMENTE POSSIBILITOU A FISCALIZAÇÃO DE 10% DA REFERIDA FROTA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Aguns projetos estão em fase de execução.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aumento da frota de veículos para fiscalização, em consequência da contratação de novos agentes de trânsito.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

O RECURSO DESTINADO ATENDEU A NECESSIDADE.

2011 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Não houve problema na execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não houveram investimentos externos.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: RONI PETTERSON LIRA DE CASTRO

AÇÃO: 326 - Fiscalização Eletrônica de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: AÇÃO NÃO REALIZADA.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não aplicavel.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
AÇÃO NÃO REALIZADA, RECURSO REMANEJADO.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O projetos estão em fase de elaboração ficando sua execução para o exercicio de 2012.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação não foi executada.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
RECURSO REMANEJADO.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
O projetos estão em fase de elaboração ficando sua execução para o exercicio de 2012.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
RECURSO REMANEJADO.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
O projetos estão em fase de elaboração ficando sua execução para o exercicio de 2012.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não houveram investimentos externos.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
O projetos estão em fase de elaboração ficando sua execução para o exercicio de 2012.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar a acessibilidade por meio de integração do sistema com prioridade para ônibus na circulação, melhorando a eficiência do sistema de transporte coletivo e atraindo usuários de outros modais de transportes sustentáveis.

Público-Alvo: Condutores e passageiros de veículos de transporte público priorizando Populaçao de 0 - 3 salários mínimos do Município e adjacentes de Porto Velh

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Necessidade de proporcionar ambiente de qualidade, com infraestrutura e acessibilidade urbana, executando os serviços de manutenção e melhorias para o bem-estar da população.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Abrigos de Transportes	Previsto			13	16
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012: De acordo com o a Coordenadoria Municipal de Transportes os projetos para construção dos terminais estão em fase final de elaboração.

02 - Ampliação de frota do Transporte Coletivo Urbano	Previsto			203	223
	Apurado			186	
	Relação % Apurado/Previsto			91,63	
	Relação % Apurado/Final			83,41	

2010:

2011:

2012: De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes foram readequadas algumas linhas, por esse motivo diminuiram o número de ônibus e outro ônibus foram retirados devido o tempo de rodagem.

03 - Terminais de Transportes - (Ponto final)	Previsto			3	6
	Apurado			1	
	Relação % Apurado/Previsto			33,33	
	Relação % Apurado/Final			16,67	

2010:

2011:

2012: De acordo com o a Coordenadoria Municipal de Transportes os projetos para construção dos terminais estão em fase final de elaboração.

04 - Terminais de integração	Previsto			2	1
	Apurado			1	
	Relação % Apurado/Previsto			50,00	
	Relação % Apurado/Final			100,00	

2010:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

2011:

2012: De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes o terminal de integração está em fase de conclusão.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Número de Implantação de abrigos insuficiente para demada.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2012 Pouco satisfeito

O número de atendimentos não supriu a demanda.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2012

Dimensionamento do público-alvo

De acordo com o Coordenadoria Municipal de Transportes, devido o elevado números de veículos particulares, o dimensionamento do público alvo vem distorcer a realidade atual do programa.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2012

Pessoa com Deficiência

Solicitação atraves das reuniões do Conselho Municipal de Transportes que aumente a quantidade de veículos coletivos para atender os cadeirantes.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

De acordo com o Coordenadoria Municipal de Transportes os projetos para execução dos programas estão comprometidos, com isso a necessidade de elaboração de novos projetos para atender o setor de transporte.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

De acordo com o Coordenadoria Municipal de Transportes a necessidade de melhorias consideraveis na infraestrutura para as equipes executoras, o que possibitaria agilidade na elaboração de projetos para o programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Faltam cadistas, arquitetos e engenheiros na equipe gerencial.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2012

Discussão em Conselho Setorial

Reuniões dos Membros do Conselho Municipal de Transportes.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes a falta de Equipe de Campo para atender a necessidades das pesquisas relacionadas aos níves de satisfação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 446 - Manutenção dos Terminais de Transportes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

Reuniões de trabalho
Reuniões com os Membros do Conselho Municipal de Transportes de Porto Velho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
De acordo com o planejamento da Coordenadoria de Transportes os projetos encontran-se em fase de conclusão, para que sejam licitados a construção dos demais terminais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Os recursos recursos foram remanejados para atender a necessidade de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes
De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes, os projetos para manutenção dos terminais de transportes, conforme planejamento inicial estão abaixo dos recursos liberados, por esse motivos os recursos foram remanejados para atender outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O atendimento dos recursos foram devidamente liberados de acordo com a programação solicitada.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 448 - Construção Ampliação e Reformas dos Terminais de Transportes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho

Reuniões dos Membros do Conselho Municipal de Transportes de Porto Velho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

De acordo com o planejamento da Coordenadoria de Transportes os projetos encontran-se em fase de conclusão, para que sejam licitados a construção dos demais terminais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Reforma do Terminal Urbano Ormindo de Menezes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos liberados atenderam as solicitações da Coordenadoria Municipal de Transportes.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 451 - Construção e Implantação de Abrigos de Transportes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho

Reuniões dos Membros do Conselho Municipal de Transportes de Porto Velho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes, os projetos de ampliação dos pontos de abrigos estão em fase de conclusão para abrir procedimentos licitatórios.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Os recursos foram remanejados para atender a necessidades de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes

De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes, os projetos para construção de abrigos, conforme planejamento inicial estão abaixo dos recursos liberados, por esse motivos os recursos foram remanejados para atender outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos liberados atenderam as solicitações da Coordenadoria Municipal de Transportes

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 452 - Manutenção do Sistema de Transportes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho

Reuniões dos Membros do Conselho Municipal de Transportes de Porto Velho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes os projetos e ampliação do sistema encontra-se em fase de elaboração.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Os recursos foram remanejados para atender as necessidades de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes

De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes, os projetos para manutenção do sistema, conforme planejamento inicial estão abaixo dos recursos liberados, por esse motivos os recursos foram remanejados para atender outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos liberados atenderam as solicitações da Coordenadoria Municipal de Transportes

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 453 - Manutenção e Reforma de Abrigos de Transportes

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho

Reuniões dos Membros do Conselho Municipal de Transportes de Porto Velho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

De acordo com o a Coordenadoria Municipal de Transportes o projeto de Manutenção e Reforma encotra-se em fase de conclusão para procedimento licitatório.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Os recursos foram remanejados para atender as necessidades de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes

De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes, os projetos para manutenção e reforma de abrigos, conforme planejamento inicial estão abaixo dos recursos liberados, por esse motivos os recursos foram remanejados para atender outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos liberados atenderam as solicitações da Coordenadoria Municipal de Transportes

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
Programa: 142 - TRANSPORTES PÚBLICOS
Gerente: VANDERLÉIA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 455 - Manutenção do Terminal Rodoviário Interestadual

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho

Reuniões dos Membros do Conselho Municipal de Transportes de Porto Velho.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

De acordo com a Coordenadoria Municipal de Transportes da SEMTRAN, a construção do novo Terminal Rodoviario Interrestadual, o planejamento de manutenção esta em fase de elaboração de projetos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição de Suprimento de fundo em favor do servidor Juliano Von Rondon de Andrade e remanejamento para atender a necessidades de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos liberados atenderam as solicitações da Coordenadoria Municipal de Transportes da SEMTRAN.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Reduzir os acidentes de trânsito no Município.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Com o crescente desenvolvimento da cidade e o aumento da frota de veículos em mais de 18% ao ano, se faz necessário investir fortemente em sinalização de trânsito considerando o alto índice de acidentes e a carência de sinalização em vários pontos da cidade. O Município de Porto Velho está classificado há dois anos consecutivos como a capital com maior índice de mortes no trânsito, se fazendo URGENTE e NECESSÁRIA a mudança desta realidade.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Redução de mortes no trânsito	Previsto	10	20	25	30
	Apurado			22	
	Relação % Apurado/Previsto			88,00	
	Relação % Apurado/Final			73,33	

2010:

2011:

2012: Operações Especiais de Trânsito como a Lei Seca e Cavalo de Aço em conjunto com outros órgãos (Polícia Rodoviária , DETRAN e Companhia de Trânsito da Polícia Militar)

02 - Número de semáforos implantados e mantidos no Município	Previsto	61	61	61	61
	Apurado			96	
	Relação % Apurado/Previsto			157,38	
	Relação % Apurado/Final			157,38	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

De acordo com o relatório de resultados emitidos pela Policia Militar através da Companhia de Trânsito os indices de acidentes diminuiram nos locais considerados críticos, após o aumento de sinalização nas vias urbanas do municipio de Porto Velho.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2012 Satisfeito

De acordo com o relatório de resultados emitidos pela Policia Militar, Corpo de Bombeiros, Serviço Municipal de Urgência - SAMU e Hosipal de Pronto Socorro João Paulo II, os índices foram satisfatórios com relação ao ano de 2011.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 003 - Ampliação de Sinalização de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Relatórios de gestão
Relatórios emitidos pela ASTEC, apresentando os cronogramas de orçamentário das ações do FMT.

Reuniões de trabalho
Reuniões dos Membros do Fundo Municipal de Trânsito.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
De acordo com o Coordenadoria Municipal de Tráfego foram atendidos o cronograma de planejamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Despesa com Serviços Técnicos de Engenharia para o Sistema de Gestao de Trânsito, compreendendo Sinalizacao Horizontal e Vertical, compreendendo Placas de Sinalização e Sinalização Horizontal (Faixas). Contrato no.166/PGM/2011.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes
De acordo com o Fundo Municipal de Trânsito os recursos liberados foram suficientes para atender o cronograma planejado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo o planejamento elaborado pelo Fundo Municipal de Trânsito, os recursos foram liberados atenderam o cronograma solicitado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões dos Membros do Fundo Municipal de Trânsito.

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados pela ASTEC/SEMTRAN, com o cronograma orçamentário do recursos do FMT.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Os recursos foram remanejados para outra ação prioritária.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição de diárias para participação em cursos..

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes
Mas não houve possibilidade de capacitar mais servidores.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo o planejamento elaborado pelo Fundo Municipal de Trânsito, os recursos foram liberados atenderam o cronograma solicitado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões dos Membros do Fundo Municipal de Trânsito.

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados pela ASTEC/SEMTRAN, com o cronograma orçamentario dos recursos do FMT.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O planejamento previsto dentro do programa não foi executado devido o projeto elaborado não superar as necessidades do programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Os recursos foram remanejados para atender as necessidades de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes
De acordo com o planejamento apresentado os recursos não seriam suficientes para a execução dentro do programa, por isso foram remanejados para atender outro programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos não seriam suficientes para execução do projeto da obra, por isso os recursos foram remanejados para outra ação prioritária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 159 - Manutenção de Sinalização de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Apresentado os resultados nas reuniões do Fundo Municipal de Trânsito.

Visitas in loco
O acompanhamento é feito pela Comissão Técnica da Coordenadoria Municipal de Trafego.

Sistemas informatizados
O acompamhamento é feito pela Divisão de Controle de Semaforos - DICS/CET/SEMTRAN

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados pela ASTEC/SEMTRAN, com o cronograma orçamentario dos recursos do FMT.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Em virtude do crescimento acelerado dos números de veículos em Porto Velho e das condições das vias urbanas é necessário a modernização do Sistema Semafórico.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Despesas com Prestação de Serviços de Manutenção, Centralização e Ampliação Semafórica. (Instalação de 96 semáforos, instalações de conjuntos semafóricos colunas, braços, grupo focal e controladores).

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes
De acordo com o Fundo Municipal de Trânsito os recursos liberados foram suficientes para atender o cronograma planejado.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo o planejamento elaborado pelo Fundo Municipal de Trânsito, os recursos foram liberados atenderam o cronograma solicitado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 325 - Fiscalização da Frota de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões dos membros do Fundo Municipal de Trânsito - FMT

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados pela ASTEC/SEMTRA, com os cronogramas orçamentários dos recursos do FMT.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O planejamento previsto dentro do programa não foi executado devido o projeto elaborado superar as necessidades do programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição de Uniforme (Fardamento para Agentes de Trânsito), Aquisição de Material de Consumo para Motocicletas (Peças dos Veículos) e remanejamento para atender as necessidades de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes
De acordo com o Fundo Municipal de Trânsito os recursos liberados nas despesas correntes foram suficientes para atender o cronograma planejado. Os recursos liberados das despesas de Capital foram remanejados para atender as necessidade de outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo o planejamento elaborado pelo Fundo Municipal de Trânsito, os recursos foram liberados atenderam o cronograma solicitado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 326 - Fiscalização Eletrônica de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões dos membros do Fundo Municipal de Trânsito - FMT.

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados pela ASTEC/SEMTRAN, com o cronograma orçamentário dos recursos do FMT.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O planejamento previsto dentro do programa não foi executado devido o projeto elaborado não superar as necessidades do programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Os recursos foram remanejados para atender as necessidades de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes
De acordo com o planejamento apresentado os recursos não seriam suficientes para a execução dentro do programa, por isso foram remanejados para atender outro programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
De acordo o planejamento elaborado pelo Fundo Municipal de Trânsito, os recursos foram liberados atenderam o cronograma solicitado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 447 - Manutenção das Atividades de Educação para o Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões dos membros do Fundo Municipal de Trânsito - FMT

Relatórios de gestão
Relatorio apresentado pela ASTEC/SEMTRAN, com o cronograma orçamentario dos recursos do FMT.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O planejamento previsto dentro do programa não foi executado devido o projeto elaborado superar as necessidades do programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Realização de Palestras Educativas (Escolas, Empresas) e Blitz Educativas em parceria com os outros orgãos de Fiscalização de Trânsito em pontos estratégicos, para conscientização de crianças, jovens e da população em geral dicas de prevenção de acidentes e orientação sobre o respeito da Legislação de Trânsito Brasileira.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Não foram liberados recursos
As atividades de Educação do Trânsito foram atendidas em outras ações da Secretaria Municipal de Trânsito.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
As atividades de Educação do Trânsito foram atendidas em outras ações da Secretaria Municipal de Trânsito.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 449 - Remuneração dos Membros do Conselho Municipal de Trânsito

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões dos membros do Fundo Municipal de Trânsito - FMT

Relatórios de gestão
Relatorios apresentados pela ASTEC/SEMTRAN, com o cronograma orçamentario dos recursos do FMT.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
De acordo com o Fundo Municipal de Transito, os recursos liberados atenderam o cronograma de planejamento.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Jetons pagos aos Membros do Conselho.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes
De acordo com o Fundo Municipal de Trânsito, os recursos foram suficientes para atender o cronograma do programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo o planejamento elaborado pelo Fundo Municipal de Trânsito, os recursos foram liberados atenderam o cronograma solicitado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 450 - Controle do Estacionamento Rotativo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões dos membros do Fundo Municipal de Trânsito - FMT

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados pela ASTEC/SEMTRAN, com o cronograma orçamentario dos recursos do FMT.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O planejamento previsto dentro do programa não foi executado devido o projeto elaborado não superar as necessidades do programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Os recursos foram remanejados para atender as necessidades de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes
De acordo com o planejamento apresentado os recursos não seriam suficientes para a execução dentro do programa, por foram remanejados para atender outro programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
De acordo com o planejamento apresentado os recursos não seriam suficientes para a execução dentro do programa, por foram remanejados para atender outro programas.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO - SEMTRAN
Unidade Orçamentária: 14.31 - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Programa: 072 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO
Gerente: MIRCE DA CUNHA SILVA MACHADO

AÇÃO: 459 - Fiscalização de Pólos Geradores de Tráfego e Obras

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões dos membros do Fundo Municipal de Trânsito - FMT.

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados pela ASTEC/SEMTRAN, com o cronograma orçamentario dos recursos do FMT.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
O planejamento previsto dentro do programa não foi executado devido o projeto elaborado não superar as necessidades do programa.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Os recursos foram remanejados para atender as necessidades de outros programas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes
Os recursos foram remanejados para atender as necessidades de outros programas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram liberados atenderam o cronograma solicitado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Proporcionar aumento da produtividade de culturas agrícolas da região e conseqüentemente fixação do homem no campo.

Público-Alvo: Produtores rurais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Necessidade de desenvolver o setor agrícola, voltado para as ações contidas neste programa, com a implantação de agroindústrias, incentivo a psicultura e fomento a produção, aumentando a produção agrícola, gerando renda contínua para o produtor rural.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Viveiros-tanques instalados	Previsto	10	20	20	20
	Apurado	0	11	4	
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	55,00	20,00	
	Relação % Apurado/Final	0,00	55,00	20,00	
2010:					
2011:					
2012: a maior dificuldade para a implantação dos viveiros tanques é o recurso orçamentario que é insulficiente para atender a demanda e o licenciamento ambiental, nas localidades de nova california, linha 28 e BR364					
02 - Agroindústrias implantadas	Previsto	10	10	18	26
	Apurado	17	10	12	
	Relação % Apurado/Previsto	170,00	100,00	66,67	
	Relação % Apurado/Final	65,38	38,46	46,15	
2010:					
2011:					
2012:					
03 - Culturas produzidas	Previsto	1.800	1.800	1.800	1.800
	Apurado	3200	2400	1600	
	Relação % Apurado/Previsto	177.777,78	133.333,33	88.888,89	
	Relação % Apurado/Final	177.777,78	133.333,33	88.888,89	
2010:					
2011:					
2012:					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Devido a demanda e a real execução das atividades sem problemas no que concerne ao fato de manutenção dos equipamentos, foi possivel atender dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao indice de 89% do público atendido.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A Secretaria visa aumentar a produtividade agrícola e aquícola do município.

2012 Alcance abaixo de 40% do previsto

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES

A Secretaria não conseguiu atingir a meta, tendo em vista dificuldades administrativas como o atraso do desbloqueio de recurso do Convênio 058/2009 e o embargo da construção de uma agroindustria de beneficiamento de leite, além de dificuldades na regularização das associações para efetuar a entrega efetiva dos equipamentos. Com todas as dificuldades resolvidas seria possível o atendimento a uma quantidade maior de produtores. A falta de técnicos para fazerem assistência técnica e de acompanhar as ações dificulta na obtenção do resultado positivo. Outro grande problema é o comprometimento dos produtores com as ações, muitos dos produtores não investem nas ações, são acostumados com a política paternalista.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Devido a grande importância das ações do programa e a necesidade de incorporação de aréas improdutivas ao processo e o perfeito andamento das ações no ano de 2010, o público da Secretaria mostrou-se satisfeito com o programa.

2011 Satisfeito

As atividades desenvolvidas proporcionaram ao produtor rural agregar valor ao seu produto gerando renda para sua família.

2012 Satisfeito

Os que foram atendidos, referente ao efetivo recebimento dos equipamentos foi satisfatório, pois atendeu as expectativas.

2.4 Outras Considerações

Muitos produtores reclamam por não serem atendidos pelos programas da SEMAGRIC devido ao orçamento da secretaria ser muito reduzido não sendo possível atender um número maior de produtores. No setor agropecuário , todo recurso que for bem aplicado, são observados resultados positivos rápidos.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Dimensionamento do público-alvo

Dependendo do dimensionamento do público a frota agrícola desta Secretaria tornou-se pequena, não atendendo as expectativas locais. Devido a isto ocorre sempre um subdimensionamento do público a ser atendido.

2011

Definição do objetivo do programa em relação ao problema

Na especificação do objetivo do programa não engloba o desenvolvimento do setor aquícola apenas o setor agrícola. O correto seria: Proporcionar aumento da produtividade de culturas agrícolas e aquícolas da região e conseqüentemente fixação do homem no campo.

Definição dos indicadores

o indicador : culturas produzidas em unidade de toneladas é vaga e impreciso para demonstrar as atividades realizadas no PAIS e áreas degradas, pois a produção de horticultura e a produçao posterior ao preparo do solo serão quantificadas em hectares.

2012

Definição do objetivo do programa em relação ao problema

O município tem uma extensa área de terras improdutivas. Um plano para agricultura do municipio é um dos fatores que poderia fotalecer a produção, assim como a assitência tecnica é uma das maiores deficiencia. Levando em consideração polos produtivos nos distritos e região poderiamos apoiar as culturas e produção de cada setor. Para alavancar a produção é necessário intensificar o programa de recuperação de áreas degradadas e regularização fundiaria das propriedades rurais para obter beneficios e fomento através de crediro rural.

Suficiência das ações

Falta de ações é um dos fatores para alcançar o objetivo, bem como falta de recurso para implantação de novas ações e para atender um número maior de produtores.

Suficiência das metas físicas das ações

A falta de servidores (tecnicos), estrutura fisica, de logistica (veiculos), programas de informatica para cadastramento de produtores e de equipamentos de infomatica dificulta para que as metas sejam atingidas.

Composição das fontes de financiamento

O recurso do municipio é insuficiente para implementar ações e poder executar as ja existentes. Fontes do estado e união foram pouco aproveitadas, até pela deficiencia de servidores.

Caracterização do público-alvo

Os produtores rurais tem grande dificuldade de trabalhar de forma associada ou de cooperados. Estes produtores trabalhando de forma organizada seriam capazes de produzir em grande escala, ter com maior facilidade escoamento da produção e a comercialização dos seus produtos evitando atravessador.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de raça e gênero pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

Gênero

Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de raça e gênero pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

2011

Não contempla

2012

Raça

Não há distinção de raça e gênero todos são produtores rurais.

Gênero

Não há distinção de raça e gênero todos são produtores rurais.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Inadequada pois não há equipamentos (informática, georreferenciamento) o suficiente para atender a totalidade do público.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Inadequada pois não há maquinário suficiente para o atendimento da totalidade do público.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Seria necessário equipamentos que auxiliariam na execução das atividades comocarros, EPIs, GPS, notebook etc.

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Há necessidade unidade de apoio na Ponta do Abunã, Baixo Madeira e União Bandeirantes sendo de grande importância devido a distância destes locais.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Falta de recursos para adotar tecnologias voltadas para o setor agricola, recursos para implantação de unidades demonstrativas para ações que a Secretaria desenvolve. Falta de equipamentos de informática, programas de acompanhamento e cadastramento de produtores, associações e cooperativas, GPS, equipamentos para piscicultura, etc.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
É inadequada por não ter uma estrutura física que possa receber o produtor e fazer orientação técnica, as salas não são suficientes, não há salas individuais para departamentos, falta mobiliário.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de veículos, tratores, caminhões para escoar a produção e transporte fluvial para produção do Médio e Baixo Madeira. unidade de apoio na Ponta do Abunã, Baixo Madeira e União Bandeirantes seria de grande importância devido a distância destes locais.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Existe a necessidade de maior quadro técnico com conhecimentos específicos da parte gerencial no que compete as ações do Programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Existe a necessidade de maior quadro técnico com conhecimentos específicos da parte executora (engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas) no que compete as ações do Programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necessidade de capacitação do quadro existente.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
O corpo técnico é insuficiente para desenvolver as atividades que atenderão osprodutores rurais, como a frequência em visita técnica, acompanhamento de suas atividades e também o trabalho administrativo fundamental para a realização do programa.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de 04 médicos veterinario; 03 Eng. agronomo; 06 técnicos agricola, 02 Eng. pesca, 02 tec. aquicola, 02 Eng florestal. Hoje não temos técnico para fazer execução das ações, estes técnicos devem ser concursados e capacitados para terem programas e ações continuadas independente de governo.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Há necessidades de técnicos para o setor administrativo como: administrador ou economista e no mínimo 03 auxiliares capacitados para licitação, convênios e contratos. Um técnico jurídico para pareceres e consultas dos setores. Há necessidade também de contratação de um (01) médico veterinário, um (01) agrônomo, um (01) engenheiro florestal, um (01) engenheiro civil para suporte nas estradas vicinais e um (01) engenheiro de pesca.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Faltam técnicos e falta qualificação tanto para o setor administrativo como para o setor técnico.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Faltam técnicos e falta qualificação tanto para o setor administrativo como para o setor técnico.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Ouvidoria
A secretaria tem o telefone 0800-6475008, disponivel a população para o acompanhamento de suas atividades.

Discussão em Conselho Setorial
As ações realizadas pela equipe são apresentas para apreciação do Conselho Municipal deDesenvolvimento Rural que ocorre mensalmente e que também somam sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho.

2012

Reunião com grupos de interesse
A Secretaria em parceria com outros orgãos trabalha com associações e cooperativas, onde são levados aos produtores os programas e ações, capacitação de produtores, saúde preventiva, educação sanitaria, etc.

Discussão em Conselho Setorial
Possui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, este conselho se reune toda primeira terça-feira de cada mês, onde é colocado em pauta as açoes de politicas agricolas para o Municipio de Porto Velho e Distritos. Este conselho e deliberativo e consultivo.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

A satisfação dos beneficiários é aferida através de visitas, questionários e reuniões.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

O método para a análise das atividades desenvolvidas pela secretaria é o aumento com qualidade da produção agrícola familiar.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Deveria ter um acompanhamento pelos técnicos em todas as ações, na gestão e acompanhamento dos resultados com planilhas de custos de implantação e de resultado final, avaliando qual foi o valor agregado na renda da família.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 101 - Implantação de Agroindústrias

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

As reuniões do Departamento são realizadas a cada 15 (quinze) dias, relatando as ações que já foram realizadas e projetando as ações seguintes.

Visitas in loco

As visitas são realizadas in loco, antes da entrega dos equipamentos, para verificar se realmente existe uma demanda da produção e após a entrega dos equipamentos é realizada vistoria uma vez por mês para verificar o funcionamento dos maquinários.

2011

Reuniões de trabalho

São realizadas mensalmente na Secretaria onde é apresentada o andamento das atividadesas pendências e as providências a serem tomadas.

Visitas in loco

São realizadas mensalmente de acordo com as localidades atendidas, verificando o funcionamento das agroindustrias implantadas as dificuldades encontradas. Dando um suportetécnico para o sucesso das atividades.

Relatórios de gestão

São elaborados trimenstralmente e demonstram as principais atividades desenvolvidas edados quantitativos para o gabinete do Secretário, com o objetivo de acompanhamento dos programas.

2012

Visitas in loco

São realizadas visitas nos locais onde se encontram equipamentos e nos locais onde irão receber os equipamentos. Nessas visitas são feito o levantamento das agroindústrias que estão em funcionamento e as que não estão, as necessidades e um apóio técnico.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Foram entregues 07 agroindústrias a mais do que a meta prevista, totalizando uma ação com 170% de realização.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A Secretaria visa aumentar a produtividade agrícola e aquícola do município.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

A Secretaria não conseguiu atingir a meta, tendo em vista dificuldades administrativas como o atraso do desbloqueio de recurso do convênio 058/2009 e o embargo da construção de uma agroindustria de beneficiamento de leite, além de dificuldades na regularização das associações para efetuar a entrega efetiva dos equipamentos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Agroindustrias Implantadas: Mini usina de Leite - Extrema; Agroindustria de Farinha - APRUMAR; Agroindustria de Beneficiamento de Arroz - Ass. ASPROL 23; Equipamentos de Agroindustria - Assoc. APRULNOVE, Assoc. São Sebastião, Dist. Demarcação, Assoc. São Domingos, Assoc. Lago Cuniã, Assoc. Dist. de Calama e Assoc. São Carlos.

2012 Agroindustrias Implantadas:
01 agroindustria de açaí - RECA;
04 Agroindustrias de armazenamento de 500 litros de leite e 01 de 300 litros - ASPRUNU;
02 Agroindustrias de armazenamento de 500 litros de leite - ASPROMA;
01 Agroindustria de armazenamento de 300 litros de leite - ASPRODARC;
01 Agroidustria de armazenamento de 300 litros de leite - ASGRICOL;
01 (Remanejamento) Agroindustria de beneficiamento de grãos (feijão,urucum e arroz) - ASPREC;
01 (Remanejamento) Agroindustria de beneficiamento de frutas - APRUP.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Recursos insuficientes para realização de metas maiores, tendo em vista que não foram liberados os recursos orçamentários da parte convênio com os Ministérios.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES

2011 Insuficientes
Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição e manutenção dos equipamentos destinados a atender o programa.

2012 Suficientes
Os recursos são suficientes para aquisição e manutenção de equipamentos se somados (convênios e recursos próprios).

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Não foram liberados os recursos orçamentarios da parte convênio com os Ministérios.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O convênio 058/2009/SUFRAMA (aquisição de equipamentos para agroindústrias) não foi desbloqueado o recurso ficando em restos a pagar para 2013. Os equipamentos ficaram impossibilitados de serem entregues a associação, consequentemente não houve a implantação de agroindústrias.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Há necessidade de recurso orçamentário para ampliar a realização da ação.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tramite é processual tanto para análise, aprovação, pagamento etc., é demorado.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

2012

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O trâmite processual é muito demorado tanto na fase inicial quanto na fase de execução(aprovação do processo licitatório e desbloqueio de recurso), principalmente quando o ente não é localizado em Porto Velho.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Existe uma morosidade no procedimento licitatório e também na fase inicial descritiva dos equipamentos a serem licitados.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES

AÇÃO: 285 - Fomento à Produção de Culturas Agrícolas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
A equipe técnica da SEMAGRIC desloca-se aos Distritos e comunidades, nas linhas e Ramais para vistoria e fiscalização em lotes de produtores rurais cadastrados.

2011

Reuniões de trabalho
mensalmente

Visitas in loco
mensalmente nas localidades atendidas

Relatórios de gestão
mesalmente

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões com os produtores, gerando relatórios avaliativos de desempenho.

Visitas in loco
Visitas as associações, aos produtores, avaliando e fiscalizando as ações desenvolvidas, durante o exercicio.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Meta realizada acima do previsto..

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
O aumento da frota de caminhões como também do barco com maior capacidade para transporte dando assim maior possibilidade para transportar a produção.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A falta de manutenção dos equipamentos e a dificuldade enfrentada com a contratação de um barco para escoar a produção ainda dificulta a realização das atividades.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Recuperação das áreas degradadas e auxilio com o transporte.

2012 Ação: fomentar á produção da cultura agricola
Produto: feijão, mandioca, melancia, banana, leguminosas, hoticultura, etc.
Detalhamento do produto: de gradagem das áreas produtivas para plantio de feijão, mandioca, melancia, banana, leguminosas, horticultura, etc.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Recursos insuficientes para as demandas existentes. Havendo necessidade de remanejamento.

2011 Insuficientes
Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição e manutenção dos equipamentos destinados a atender o programa.

2012 Insuficientes
Os recursos próprios são insulficiente para atender a demanda gerada com aquisição e manutenção dos equipamentos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Houve necessidade de remanejamento orçamentário.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados conforme a tramitação dos processos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Ação que necessita de Orçamento.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Recursos insuficientes para as demandas existentes.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

2012

Contingenciamento orçamentário
No ano de 2012 devido ao periodo eleitoral, obteve-se restrição por conta do contigenciamento.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no processo licitatório, e na celebração de contratos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES

AÇÃO: 334 - Incentivo à Piscicultura com a Implantação de Viveiros-Tanques

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, por falta de dotação orçamentária.

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas mensalmente na Secretaria onde é apresentada o andamento das atividadesas pendências e as providências a serem tomadas.

Visitas in loco
Mensalmente nas localidades atendidas, fazendo o monitoramento de qualidade de água o manejo de peixe. Orientando de forma técnica o produtor rural.

Relatórios de gestão
São elaborados trimenstralmente e demonstram as principais atividades desenvolvidas edados quantitativos para o gabinete do Secretário, com o objetivo de acompanhamento dos programas.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões com as associações, discutindo as ações da Secretaria.

Visitas in loco
Visitas nas propriedades avaliando o andamento dos viveiros.

Relatórios de gestão
Realizando o relatório avaliativo e verificando o andamento das atividades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Falta de orçamento, fator climático e dificuldades para legalização de áreas para atividades de piscicultura.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Falta de orçamento para contra partida, fator climático e dificuldades para legalização de áreas para atividade de psicultura.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Onze (11) tanques escavados de 0,5 ha implantados no Ramal Tucumã.

2012 Ação: Incentivo á psicultura com a implatação de viveiros- tanques
Produto: viveiros de tanques
Detalhamento do produto: implantação dos viveiros tanques, com escavação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos
Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Agricultura, por falta de dotação orçamentária.

2011 Insuficientes
Ação sem execução orçamentária.

2012 Insuficientes
Os recursos orçamentários para celebração de convênios é insuficiente, assim como o recurso próprio, para atender os produtores.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Falta de liberação do recurso orçamentário pelo MPA para continuação do convênio e execução da ação.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados conforme tramitação dos processo.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Há necessidade de recurso orçamentário para execução da ação.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Atraso na liberação de recursos
Projeto elaborado em 2010, não foi executada essa ação tendo em vista que o recurso orçamentário não foi liberado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, por falta de dotação orçamentária.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 003 - APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Gerente: LICÉRIO CORREA SOARES MAGALHÃES

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

Lentidão no processo de licenciamento ambiental
afeta diretamente no desenvolvimento do programa. Tendo em vista que é uma etapa fundamental para o desenvolvimento das demais atividades.

2012

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que se leva tanto para análise, quanto para pagamento, assim como para entrega e vistoria.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no procedimento licitatorio e na celebração do contrato.

Lentidão no processo de licenciamento ambiental
A morosidade no processo de licenciamento ambiental, afeta diretamente no desenvolvimento do programa, tendo em vista que é uma etapa fundamental para o desenvolvimento das demais atividades.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: QUEILA ISRAEL DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram cumpridas todas a ações e realizadas as despesas programadas.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A administração da unidade possibilitou o desenvolvimento das atividades dos servidores.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
A Administração da Unidade possibilitou o desenvolvimento das atividades e ações programadas conforme a demanda adquirida.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Foram cumpridas todas a ações e realizadas as despesas programadas.

2011 Satisfeito
A administração da unidade facilitou na execução das ações dos servidores,.

2012 Satisfeito
O bom andamento das ações foram satisfatórias, mais por conta do contigenciamento o bom andamento das atividades ficaram comprometidas, podendo ser ainda melhor.

2.4 Outras Considerações

Considerando as atividades e ações desenvolvidas por parte desta Secretaria, se faz necessário um aumento no recurso orçamentario para melhor atender o público alvo da administração da unidade.

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Pessoa com Deficiência
Nas realizações de concursos para preenchimento do quadro de pesoal da SEMAGRIC.

2011
Não contempla

2012
Não contempla

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: QUEILA ISRAEL DA SILVA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A SEMAGRIC não dispõe de prédio próprio adequado à suas atividades.

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
O layout da secretária dificultou no curso das realizações das atividades, sendoque o número de servidores aumentou e o espaço físico tornou-se insuficiente.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Materiais aquém do necessário. Falta disponibilização, além de material de expediente, material para manter os arquivos e documentos apenas de consulta.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Infraestrutura inadequada devido a Sede não ser própria. A quantidade de servidores não está devidamente locada nos setores. Os setores não estão devidamente divididos fisicamente, gerando desconforto. Não há local adequado para guarda de arquivos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Recursos insuficientes para qualificação dos agentes executores.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
É insuficiente pela demanda de trabalho no atendimento dos produtores agrícolas do município.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
A qualificação proporcionaria maior agilidade e facilidade em resolver problemas do dia dia na administração.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Devido a crescente demanda de trabalhos, a equipe gerencial desloca esforços da parte de gerenciamento para a parte de execução dos mesmos, para que se possa cumprir as metas dentro do programado.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Falta de recursos para qualificar os profissionais que são remanejados para parte de gerenciamento. Os profissionais se dispõe a gerenciar de acordo apenas com a aquisição de conhecimentos durante o período em que trabalhou no setor, faltando em alguns casos cursos de aperfeiçoamento.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
Mensalmente em razão de exigencia legal as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural debatem problemas setoriados.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Nas reuniões do CMDR tem participação social para deliberar as prioridades, onde tem que ser valorizado o orçamento da SEMAGRIC.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: O Trabalho é desenvolvido internamente.

2012

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, atende todas as áreas.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não temos nenhum método de avaliação. Precisa ser criado um método adequado.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Para realizar a medição da satisfação dos beneficiários seria importante a realização de reuniões mensais. Isso faria com que houvessea interação dos envolvidos.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Definição de uma maneira para avaliar, quais pontos devem ser avaliados e a motivação do por que devem ser avaliados. Poderia ser planejada em reuniões por parte dos gerentes de programas em conjunto com os gestores da Secretaria e representantes dos beneficiários.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: QUEILA ISRAEL DA SILVA

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com gerentes de programa e coordenadores das ações para verificar dificuldades.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: O Trabalho é desenvolvido internamente.

2012

Reuniões de trabalho
Reunião com os Departamentos e Divisões para avaliar as metas alcançadas. Reuniões trimestrais por Departamento.

Sistemas informatizados
Utilização do SIAPEG-Sistema de Apoio ao Planejamento Estratégico e Gestão. Sempre que houve alguma atualização dos dados referentes às metas atingidas, este sistema era utilizado por cada programa. De maneira que sempre ligados à Administração da Unidade para serem executados.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foram cumpridas as ações e realizadas as despesas programadas acima do previsto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
A administração da unidade possibilitou o desenvolvimento das atividades dos servidores.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Administração da unidade possibilitou o desenvolvimento das atividades dos servidores.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: administração da unidade
Produto: Serviços administrativos.
Detalhamento do Produto: Desenvolver atividades administrativas desde a elaboração de processos para aquisição e contratação de serviços à entrega de produtos e o acompanhamento das necessidades dos servidores para desenvolver suas atividades.

2012 Ação: Administração da Unidade
Produto: Serviços Administrativos.
Detalhamento do produto: Desenvolver atividades administrativas desde a elaboração de processos para aquisição e contratação de serviços á entrega de produtos e o acompanhamento das necessidades dos servidores para desenvolver suas atividades.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Foram remanejados recursos de outras ações para cumprimento da ação administrativa da unidade.

2011 Insuficientes
Com mais recursos haveria meios para que o fluxo de aquisição e contrataçãode serviços atendessem de maneira eficaz todos os demais programas que decerta forma dependem da administração da unidade.

2012 Insuficientes
Com mais recursos haveria meios para que o fluxo de aquisição e contratação de serviços atendessem de maneira eficaz todos os demais programas que de certa forma dependem da administração da unidade. Além de insuficiência de recursos voltados para capacitação dos servidores, para que possam desenvolver suas atividades com mais aperfeiçoamento.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Foram remanejados recursos de outras ações para cumprimento da ação administrativa da unidade.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação de recursos ocorreram normalmente na medida que foram tramitados os processos.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Considerando o período eleitoral, passamos por contingenciamento do recurso, onde dificultou e impossibilitou algumas ações previstas.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não foram recebidos recursos de origem não governamental.

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: QUEILA ISRAEL DA SILVA

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Com as demoras das licitações e celebração de contratos geralmente é comprometido o orçamento de um ano para o outro.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

2012

Contingenciamento orçamentário
O contigenciamento dificultou algumas ações a serem desenvolvidas pelos programas.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade nos trâmites de processos e na celebração de contratos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Visitas in loco
Visitas in loco para fiscalizar o andamento das obras e ampliações, celebrados por esta Secretaria.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Administração da unidade possibilitando o andamento das atividades.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Ação: Administração da unidade
Produto: Construção e reforma
Detalhamento do produto: Desenvolvimento da contrução da sede SEMAGRIC e reforma da feira do produtor.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes
A adminsitração da unidade possibilitou o andamento das ações previstas pela unidade.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram liberados de forma a dar continuidade do procedimento aos trâmites processuais.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Contingenciamento orçamentário
Administração obteve alguns contra tempo por questão de contigenciamento.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: QUEILA ISRAEL DA SILVA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Com o aumento das atividades tanto administrativas quanto no campo foram necessária a contratação de novos funcionários.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Pessoas Remuneradas
Produto: Proventos
Detalhamento do Produto: recebimentos de proventos.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes

Com mais recursos haveria meios para que o fluxo de aquisição e contrataçãode serviços atendessem de maneira eficaz todos os demais programas que decerta forma dependem da administração da unidade.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A liberação de recursos ocorreram normalmente na medida que foram tramitados os processos.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA
Gerente: Aroldo Lima dos Santos

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Transportar os produtos agrícolas das linhas vicinais até a feira do produtor rural.

Público-Alvo: Produtores rurais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Os produtores rurais tem grande dificuldade de trazer seus produtos para serem comercializados na área urbana, devido a maioria deles não ter meios de transportes e na maioria das vicinais não dispõe de ônibus. Os produtos agrícolas na maioria deles são perecíveis, necessitando de serem transportados aos pontos de venda com uma certa agilidade. Desta forma o Programa Direto da Roça disponibiliza 02 (dois) caminhões que transportam os produtos das linhas vicinais até a feira do produtor rural onde são comercializados. Esses caminhões necessitam de manutenção e combustível para realizar a ação.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quantidade de produtos agrícolas transportados	Previsto	2.000	2.000	2.000	2.000
	Apurado	2029	2000	2000	
	Relação % Apurado/Previsto	101.450,00	100.000,00	100.000,00	
	Relação % Apurado/Final	101.450,00	100.000,00	100.000,00	

2010:

2011:

2012: é possivel atender aos produtores devido ao cronograma e agendamento das viagens, garantido um bom aproveitamento dos produtos transportados pela secretaria.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
Para realizar o transporte via terrestre, a SEMAGRIC conta, atualmente, com 05 caminhões, com capacidade máxima de 10 toneladas, cada, sendo translocado duas vezes por semana, atendendo dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao indice acima do esperado.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foi possível atender aos produtores rurais devido o aumento da frota de caminhões e melhoria das estradas, jutamente com o apoio técnico da SEMAGRIC.

2012 Alcance acima de 100% do previsto
A logistica da SEMAGRIC conta com uma frota de caminhões com capacidade de no máximo 10 toneladas, sendo translocado conforme a demanda gerada por localidade, atendendo dentro da expectativa o público alvo do programa chegando ao indice acima do esperado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Devido a grande importância das ações do programa e a necesidade do transporte dos produtos agrícolas e o perfeito andamento das ações no ano de 2010, o beneficiário mostrou-se satisfeito com o programa.

2011 Muito satisfeito
Estão muito satisfeitos porque nenhum produtor perdeu sua produção. E toda produção é programada através de agendamento para ser transportado e comercializado na Feira do Produtor Rural em tempo hábil.

2012 Satisfeito
O transporte da produção é programada com agendamento do transporte e comercialização na feira do produtor rural em tempo hábil. Porém falta uma quantidade maior de caminhões para que possa atender um número maior de produtores e atender os Distritos.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Não há inadequação na concepção do programa

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA
Gerente: Aroldo Lima dos Santos

Raça
Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de raça pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

Gênero
Dentro do público atendido pelo programa não há distinção de genero pois todos aparecem como produtores e produtoras rurais.

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Falta apoio para a manutenção constante dos caminhões.

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta recursos para manutenção constantes dos veiculos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A equipe ainda é insuficiente para atender todos os Distritos com manejo da produção.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Quanto a qualificação desta equipe ainda é falha, pois a equipe executora das ações deve passar por qualificação "direção defensiva" garantindo um melhor aproveitamento e conservação dos veículos.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reunião com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para deliberação de pautas referentes as ações dos programas.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Deliberação e aprovação em atas.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reunião com os produtores rurais que definem data, horários e local para o transporte seja mais eficiente.

2012

Ouvidoria
A Secretaria possui o nº 08006475008 onde o produtor poder fazer suas sugestões e reclamações.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
A satisfação dos beneficiários é aferida através de visitas, questionários e reuniões.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
São realizadas reuniões periódicas para os produtores rurais exporem seu nível de satisfação e sugestões. Acatando as sugestões dos produtores e adequando à realizade da SEMAGRIC.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Através das reuniões com o CMDR, os produtores expoem suas dúvidas e questionamentos, sendo realizadas visitas in loco, adequando suas sugestões com a realidade da Secretaria.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 286 - Transporte da Produçao Agrícola

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA
Gerente: Aroldo Lima dos Santos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
São formalizados relatórios informando as localidades onde os produtos agrícolas são transportados e seus quantitativos.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas nas associações dos produtores rurais beneficiados.

Relatórios de gestão
São realizados mensalmente.

Visitas in loco
Visitas realizadas nas lavouras, observando as condições das linhas vicinais. Ou seja, quando não há acesso às localidades, não é possível realizar as visitas. Evidenciando os esforços no sentido das melhorias das estradas para que o caminhão da produção possa ter acesso a roça para escoar a produção.

2012

Reuniões de trabalho
Através de reuniões com os produtores, que avaliam os serviços prestados.

Relatórios de gestão
São formalizados os relatórios informando localidade, produtores atendidos no manejo do transporte da produção até a feira do produtor.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a demanda e a real execução das atividades sem problemas no que concerne ao fato de manutenção dos veiculos, foi possivel atender dentro das expectativas o público alvo do programa chegando ao índice de 146%.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi possível atender aos produtores rurais devido ao aumento da frota de caminhões e melhoria das estradas, jutamente com o apoio técnico da SEMAGRIC.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
O transporte da produção ainda pode ser melhor, pois, as estradas no periodo chuvoso dificultam ainda mais o andamento das atividades nestes periodos.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Transporte da produção agrícola até a Feira do Produtor Rural.
Produto: PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Detalhamento do Produto: Transporte da zona rural do município de Porto Velho e Distritos de produtos como: frutas, farinha, mandioca, pupunha, hortaliças e outros.

2012 Ação: Transporte da produção agrícola até a feira do produtor
Produto: Produção Agrícola
Detalhamento do Produto: Transporte da zona rural do Municipio de Porto Velho e Distritos, de produtos como: "frutas, farinha, mandioca, pupunha, hortaliças entre outras.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos insuficientes para as demandas existentes. Havendo necessidade de remanejamento.

2011 Insuficientes
Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição e manutenção dos equipamentos destinados a atender o programa.

2012 Insuficientes
Os recursos próprios ainda são insuficientes para a demanda de contratação de empresa especializada na manutenção dos equipamentos, tendo ainda aquisição de veículos para transportar os produtos agricolas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Recursos insuficientes para as demandas existentes. Havendo necessidade de remanejamento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação de recursos ocorreu normalmente na medida que foram tramitados os processos.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação dos recursos ocorreram normalmente conforme a tramitação dos processos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
A demanda para aquisição de equipamentos é bem maior que os recursos disponibilizados.

2012 Médio
A demanda para a aquisição de equipamentos é bem maior que os recursos disponibilizados.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 025 - DIRETO DA ROÇA
Gerente: Aroldo Lima dos Santos

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário

Não há restrições

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência

O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

2012

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade nos procedimentos licitatórios.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência

O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento,assim como entrega e vistoria entre outras dificuldades enfrentadas.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

No exercício de 2011, foram adquiridos 02 (dois) caminhões através do Consórsio Santo Antônio Energia, com capacidade para 08 (oito) toneladas cada.O Desempenho positivo pois foram atendidas as metas acordadas.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Gerente: QUEILA ISRAEL DA SILVA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Capacitar os trabalhadores rurais e servidores da SEMAGRIC.

Público-Alvo: Trabalhadores rurais e servidores da SEMAGRIC
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Existe a necessidade de uma política de capacitação e qualificação continuada para maior eficiência dos serviços públicos e melhor qualidade dos produtos produzidos pelos produtores rurais do Município.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de servidores capacitados	Previsto	33	33	33	33
	Apurado	5	12	33	
	Relação % Apurado/Previsto	15,15	36,36	100,00	
	Relação % Apurado/Final	15,15	36,36	100,00	

2010:

2011:

2012: Sendo capacitados os produtores e servidores previstos desta secretaria, em 100%, mais ainda existe a necessidades de continuidade no processo de capacitação tendo em vista o aumento de servidores desta unidade.

02 - Capacitações oferecidas	Previsto	20	20	20	20
	Apurado	50	14		
	Relação % Apurado/Previsto	250,00	70,00		
	Relação % Apurado/Final	250,00	70,00		

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Público alvo do programa atendido dentro das expectativas.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Tendo em vista que os servidores deveriam ter participados de mais cursos para o desenvolvimento de suas atividades dentro da Secretaria.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Público alvo atendido dentro do esperado.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Devido a grande importância das ações do programa e a necessidade de capacitar produtores e servidores municipais com qualidade e eficiência para perfeito andamento e execução das ações, o público alvo do programa mostrou-se satisfeito com os resultados.

2011 Pouco satisfeito
O servidor ao agregar novas responsábilidades, deve se qualificarpara desenvolver tais tarefas.

2012 Satisfeito
Devido a grande importância das ações desta Secretaria no desenvolvimento dos programas é que há a necessidade de se continuar capacitando tanto os servidores como os produtores rurais, oferecendo qualidade e eficiencia para o perfeito andamento das atividades, obtendo mais celeridade na execução das ações, obtendo uma satisfação do público alvo.

2.4 Outras Considerações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Gerente: QUEILA ISRAEL DA SILVA

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Dentro do público alvo atendido pelo programa não há distinção de raça pois todos aparecem como produtores rurais e servidores municipais.

Gênero
Dentro do público alvo atendido pelo programa não há distinção de genero pois todos aparecem como produtores rurais e servidores municipais.

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Inadequada pois não temos equipamentos suficientes para atendimento a totalidade do público (produtores rurais).

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Inadequada pois sempre há necessidade dos parceiros para cumprimento das ações.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Inadequada tendo em vista que necessita-se da ajuda dos parceiros para execução das ações.

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Na execução dos cursos oferecidos aos produtores rurais em algumas localidadesnão havia infraestrutura adequado como banheiros, água, fogão etc.

2012

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Considerando que a Secretaria não dispõe de logistica suficiente para atender as ações de cada programa.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Existe a necessidade de complementar o quadro técnico com conhecimentos especificos da parte gerencial no que compete as ações do programa.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial
Há necessidade de capacitação do quadro existente.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A quantidade de pessoas na equipe era insuficiente para atender as atividadesnecessarias na realização dos cursos oferecidos aos produtores rurais.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A quantidade de pessoas na equipe executora, é insulficiente para atender as atividades desenvolvidades na realização dos cursos oferecidos aos produtores e servidores.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Discussão em Conselho Setorial
As ações realizadas pela equipe são apresentas para apreciação do Conselho Municipal deDesenvolvimento Rural que ocorre mensalmente e que também somam sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho.

Ouvidoria
A secretaria tem o telefone 0800-6475008, disponivel a população para o acompanhamento de suas atividades.

2012

Ouvidoria
A Secretaria possui um número 0800-6475008, disponivel a população em geral.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Gerente: QUEILA ISRAEL DA SILVA

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

É realizado no final de cada curso, um questinário para obter a satisfação do mesmo, bem como de quem esta ministrando o curso. (avaliação aluno x curso)

2011

SIM

Mecanismos adotados:

O método para a análise das atividades desenvolvidas pela secretaria é o aumento com qualidade da produção agrícola familiar.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

No final de cada curso é feito um questionário para avaliar o desenpenho e aproveitamento e satisfação tanto do cursando como do ministrando.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Através de reuniões e questionários.

2011

Visitas in loco

Mensalmente, onde se verifica a aplicabilidade das técnicas agrícolas ensinadas. (cursos oferecidos ao produtor rural)

Outros: Eficiência

Relacionado a cursos oferecidos aos servidores observa-se maior agilidade e maior capacidade na resolução de problemas.

2012

Relatórios de gestão

Relatório avaliativo no final do curso, tanto para o servidor quanto para o ministrando.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Foi possivel atender acima das expectativas o público alvo do programa, chegando ao indice acima da meta prevista.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Os cursos oferecidos pela própria prefeitura e que atendiam as necessidades no trabalho diário do servidor foram feitos, porém muitos dos cursos já haviam sido feitos no ano de 2010 e que os servidores gostariam participar de ofícinas que possibilitasse o conhecimento dos procedimentos internos das secretarias de base.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Conforme a estrutura da Secretaria, ainda se faz necessária a capacitação dos servidores, garantindo o bom andamento das atividades.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Capacitação dos servidores e produtores rurais
Produto: Cursos de Capacitação. (qualificação)
Detalhamento do Produto: Curso de Horticultura Geral - Jaci Paraná; Planejamento Participativo II; Manejo de Solo em Horticultura; Horticultura Geral - Bom Jesus; Horticultura Geral - Aliança; Horticultura Geral - Cujubim; Controle de Pragas e Doença - JOana D'Arc; Controle de Pragas e Doença - Bom Jesus; Controle de Pragas e Doença - Cujubim; Controle de Pragas e Doença - Km 13; Controle de Pragas e Doença - Jaci Paraná; Curso de Comercialização; Oficina de Ordenamento de Pesqueiro; Licitação e Contratos; Composição e Controle de Custos; Reforma Ortográfica; Gestão de Documento; Excel Avançado.

2012 Ação: Capacitação dos servidores e produtores rurais
Produtos: Curso de capacitação (qualificação)
Detalhamento: Curso de horticultura geral, planejamento participativo II, oficina de pesquiro, licitação e contratos, composição e controle de custo horticultura em geral, controle de pragas e doenças- bom jesus, cujubim, Km 13, Joana D' arc e jaci- paraná.
Curso de comercialização, excel avançada e Gestão de documentos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Houve necessidade de remanejamento do recurso orçamentário para atender outros programas.

2011 Insuficientes

Considerando que frequentemente é remanejado para outras finalidades.

2012 Insuficientes

Considerando que os servidores são remanejados para outras finalidades.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Programa: 063 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Gerente: QUEILA ISRAEL DA SILVA

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Houve necessidade de remanejamento do recurso orçamentário para atender outros programas.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação de recursos ocorreram normalmente na medida que foram tramitados os processos.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados conforme tramitação dos processos.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Considerando que frequentemente é remanejado para outras finalidades.

2012

Contingenciamento orçamentário
Por conta do contingenciamento, houve dificuldade em capacitar os servidores e os produtores rurais.

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Remanejamento do crédito para outras finalidades.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: FABIO HELENO LOYOLA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor agrosilvopastoril

Público-Alvo: Produtores rurais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Existe no Município de Porto Velho 2.800 há de áreas, consideradas áreas improdutivas e que necessitam ser recuperadas e incorporadas ao processo produtivo, gerando renda para o produtor rural.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Áreas recuperadas por hectare	Previsto	850	1000	1000	1000
	Apurado	24	2215	850	
	Relação % Apurado/Previsto	2,82	221,50	85,00	
	Relação % Apurado/Final	2,40	221,50	85,00	

2010:

2011:

2012: A recuperação das areas degradadas ainda é insulficiente devido a poucas máquinas, sendo que com a aquisição de mais equipamentos a secretaria poderar atender ainda mais areas com gradagem e destoca.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
A instalação de 17 (desessete) agroindustrias, os serviços de destoca, gradagem e incorporação de calcário beneficiaram os produtores vinculados à agroindustria.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Alguns tratores que estavam em manutenção voltaram a funcionar no ano de 2011 possibilitando a realização acima do esperado na recuperação de áreas.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Devido ao contigenciamento durante o período eleitoral

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
A melhoria da produção e possibilidade de processamentos dos produtos elevaram a satisfação dos produtores.

2011 Satisfeito
Com as áreas recuperadas os produtores rurais puderam aumentar sua produção, consequentemente o aumento de sua renda.

2012 Satisfeito
Porém os beneficiários queriam uma quantidade maior de área

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
Precisa de adequação.
Caracterização do público-alvo
Precisa de adequação.
Dimensionamento do público-alvo
Grande demanda.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Suficiência das ações
A demanda foi maior do que a estimada havendo uma necessidade de criação de novas ações.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: FABIO HELENO LOYOLA

Gênero
O programa não faz acepção de genero, atendendo produtores e produtoras rurais

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Mais tratores, EPI's e maior quantidade de corretor de acidez do solo (calcário).
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Maior frequência de manutenção da frota de maquinários desta SEMAGRIC.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Poucas máquinas para a realização dos trabalhos e equipamentos sucateados.
Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Maior frequência de manutenção de frota de máquinas desta SEMAGRIC

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
A quantidade de servidores é insuficiente para atender a demanda deserviços solicitados.
Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Para uma maior concientização sobre as consequencias de um mau uso dos equipamentos.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Quantidade de servidores é insuficiente para atender a demanda
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Quantidade de servidores é insuficiente para atender a demanda

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Reunião com produtores rurais beneficiados.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Participação nas reuniões com os técnicos da secretaria .

2011

Discussão em Conselho Setorial
As ações realizadas pela equipe são apresentas para apreciação do Conselho Municipal deDesenvolvimento Rural que ocorre mensalmente e que também somam sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho.
Ouvidoria
A secretaria possui o telefone 0800-6475008, disponivel à população para o acompanhamento de suas atividades.

2012

Reunião com grupos de interesse
Reunião com associações de produtores rurais
Discussão em Conselho Setorial
As ações executadas por esta SEMAGRIC são apresentadas no CMDR-Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Em reuniões após acordo nas associações e comunidades.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: FABIO HELENO LOYOLA

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Com as áreas recuperadas os produtores rurais puderam aumentar sua produção e consequentemente o aumento de sua renda. Houve também o fortalecimento das associações nas comunidades e distritos do município.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Através de visita de insperção com avaliação in loco, se os agricultoress compriram o compromisso do plantio.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 148 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com equipe técnica.

Visitas in loco
Vistoria realizadas pelos técnicos da Secretaria

Relatórios de gestão
Relatórios dos serviços executados.

2011

Visitas in loco
Mensalmente, onde se verifica andamento dos serviços prestados como também a satisfaçãodo produtor rural que recebeu o benefício.

Relatórios de gestão
São elaborados trimestralmente e demonstram as principais atividades desenvolvidas edados quantitativos para o gabinete do Secretário, com o objetivo de acompanhamento dos programas.

2012

Reuniões de trabalho
Através das reuniões mensais do conselho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Houve um desempenho satisfatório por parte dos servidoresenvolvidos nas atividades prestadas, além de boa parte da frota de máquinas ter retornado ao trabalho.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Teve desempenho satisfatório por parte dos servidores envolvidos nas atividades prestadas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Atividades administrativas visando maior agilidade no atendimento do programa. Além disso, visitas técnicas e execução de serviços de destoca, gradagem e aplicação de calcário.

2012 Realizações de visitas técnicas, destoca, gradagem e aplicação de calcário.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não executada orçamentariamente. As ações do conselho foram resumidas em Reuniões mensais no prédio do SEBRAE e CONAB, onde foram necessárias apenas a mobilização de recursos humanos e pequenas despesas com transporte, telefones e café pelo programa.

2011 Insuficientes
Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição, manutenção dos equipamentos, assistência técnica destinados a atender o programa.

2012 Insuficientes
Os recursos foram remanejados e as atividades das ação foram atendidas em outra programação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
As ações do conselho foram resumidas em Reuniões mensais no prédio do SEBRAE e CONAB, onde foram necessárias apenas a mobilização de recursos humanos e pequenas despesas com transporte, telefones e café pelo programa.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
No entanto, não foi compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: FABIO HELENO LOYOLA

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

2012

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que leva para análise, pagamento, entrega, entre outros

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade do precedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2010 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: FABIO HELENO LOYOLA

AÇÃO: 210 - Recuperação de Áreas Degradadas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões com Equipe Técnica da Secretaria.

Visitas in loco
Vistoria realizada pelos técnicos da SEMAGRIC.

Relatórios de gestão
Relatório dos serviços executados.

2011

Visitas in loco
Mensalmente, onde se verifica andamento dos serviços prestados como também a satisfaçãodo produtor rural que recebeu benefício.

Relatórios de gestão
São elaborados trimenstralmente e demonstram as principais atividades desenvolvidas edados quantitativos para o gabinete do Secretário, com o objetivo de acompanhamento dos programas.

2012

Visitas in loco
Os técnicos responsáveis da SEMAGRIC vão até o local, após a conclusão do serviço

Relatórios de gestão
Relatório do que foi realizado em campo

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
A quantidade de horas maquinas forma suficiente para fazer 3.413 horas de trabalho para beneficiar os produtores.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Alguns tratores que estavam em manutenção voltaram a funcionar no ano de 2011 possibilitando a realização acima do esperado na recuperação de áreas.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
No exercício de 2012 houve aproveitamento das propostas desempenhadas e suas metas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação: Recuperação de Areas Degradadas
Produto: Áreas recuperadas
Detalhamento do Produto: Execução de serviços de destoca, gradagem e aplicação de calcário.

2012 Ação: Destoca, gradagem e distribuição de calcário
Produto: Recuperação de área degradadas.
Detalhamento: limpeza de área, preparo do solo para plantio e aplicação de calcário

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos insuficientes para melhoria das ações.

2011 Insuficientes
Os recursos próprio são insuficientes para a demanda com aquisição, manutenção dos equipamentos, assistência técnica destinados a atender o programa.

2012 Insuficientes
Devido o aumento do número de produtores a serem atendidos pelo programa

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação de recursos ocorreram normalmente na medida que foram tramitados os processos.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
No entanto, não foi compatível com o programa

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Recurso insuficiente para melhorias das ações.

Órgão Responsável: 15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC
Unidade Orçamentária: 15.32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO
Programa: 024 - DESENVOLVIMENTO RURAL
Gerente: FABIO HELENO LOYOLA

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
O tempo que se leva tanto para análise quanto para pagamento, entrega, vistoria etc.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morasidade do procedimento licitatório afeta diretamente no desenvolvimento do programa.

2012

Contingenciamento orçamentário
Por questões de final de mandato que dificultou as ações desenvolvidas por causa do contigenciamento orçamentário.

Outros: Licitação
Problemas encontrado no processo licitatório de hora máquina, por determinação da justiça, parando o serviço

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: URBANITA OLIVEIRA CARVALHO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram atendidos a totalidade de servidores da Secretaria

2011 Não aplicável

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram atendidos os servidores públicos alvo do programa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Foi realizado pesquisa interna de atendimento das solicitações.

2011 Não apurada

2012 Satisfeito
A satisfação foi medida através de pesquisa com os servidores.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das ações
Para a administração da unidade sede da secretaria faz-se necessário outras ações que contemplem dspesas de capital, (reformas, adequações físicas, e reparos em depreciações)

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: URBANITA OLIVEIRA CARVALHO

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Faltou a aquisição de equipamentos na equipe gerencial

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A secretaria não possui sede própria, não permitindo o planejamento real da necessidade de infraestrutura para o funcionamento das ações do programa, principalmente no item rede de dados.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Equipamentos insuficientes para equipe gerencial.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Não houve aquisição de materiais para determinados setores.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
A Secretaria funciona em prédio alugado, não permitindo assim determinadas adequações.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta pessoal nas equipes executoras.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Pela abrangências das ações, que intermediam todas ações burocráticas solicitadas pelos outros gerentes, sobrecarregando as equipes gerenciais que necessitariam de dividir atribuições com a criação de novas equipes específicas.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Pela abrangências das ações, que intermediam todas ações burocráticas solicitadas pelos outros gerentes, sobrecarregando as equipes gerenciais que necessitariam de dividir atribuições com a criação de novas equipes específicas, tanto gerenciais quanto executoras.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Número de servidores insuficiente em determinados setores.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Faltou cursos de qualificação para alguns servidores.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
Foram realizadas reuniões com os grupos para definir as ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Melhor priorização dos recursos

2011

Reunião com grupos de interesse
São realizadas reuniões de avaliação de resultados e sugestões de melhorias, com as com as demais gerências que solicitam as atividades.

2012

Reunião com grupos de interesse
Houve reunião com os grupos envolvidos para definição de execução da ação.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Pesquisa interna.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há dificuldade, sendo possivel para os demais anos uma pesquisa de satisfação direta com os beneficiários, visto que é um público interno.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Demora na aquisição de materiais.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: URBANITA OLIVEIRA CARVALHO

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Relatórios de gestão
Foi elaborado uma pesquisa interna de satisfação e elaborado um relatório de gestão das atividades da Secretaria.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião das equipes gerenciais e equipes executoras.

Sistemas informatizados
O sistema de execução orçamentária.

2012

Reuniões de trabalho
Reunião de trabalho para avaliação da ação.

Sistemas informatizados
Sistema CPcetil.

Relatórios de gestão
Relatório Circunstanciados de Atividades.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do prevísto.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram atendidos a totalidade de servidores.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta realizada dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Contratos diversos de manutenção de : mecânica veículos, ar-condicionados, lavagem de veículos, tonner e impressoras; aquisição de materiais de expediente e limpeza.
aquisição de 02 novos veículos, mobiliário, 20 computadores, 09 impressoras, reforma e adaptações físicas da secretaria.

2012 Contratos diversos de manutenção, mecânica de veículos, ar-condicionados, lavagem de veículos, tonner e impressoras, aquisição de materiais de expediente e limpeza.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A Secretaria teve uma necessidade de compra de material permanente para equipar os departamentos.

2011 Suficientes
Algumas ações tiveram que ser reprogramadas para o próximo exercício por insuficiência de orçamento.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos disponíveis foram liberados dentro da disponibilidade orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com a programação.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos disponíveis foram liberados dentro da disponibilidade orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Atrazo no tramite processual.

Outros: Parecer Jurídico
Atraso nas análises jurídicas dos processos.

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: URBANITA OLIVEIRA CARVALHO

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: URBANITA OLIVEIRA CARVALHO

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

2011

Sistemas informatizados

sistema módulo GP

2012

Sistemas informatizados

CPcetil - Gestão de Pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta realizada dentro do previsto.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

A secretaria foi reestruturada e contratou novos servidores.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

Devido a novas contratações de pessoal.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 98 servidores remunerados.

2012 Servidores remunerados e encargos sociais pagos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Suficientes

este recurso é controlado pela SEMPLA e SEMFAZ, obedecendo a legislação vigente.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos foram liberados normalmente sem interrupção, ao longo do exercício.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Os recursos disponíveis foram liberados dentro da disponibilidade orçamentária.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover as atividades de gestão ambiental de infra-estrutura e mecanismos legais para execução de seus programas.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA tem como objetivo prover os Departamentos de Educação e Fiscalização Ambiental de infra-estrutura adequada para desenvolvimento de suas atividades, visando atingir um público maior de pessoas e estabelecimentos na capital, bem como nos distritos, além de melhor estrutura o ambiente destinado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Aumento das empresas licenciadas pela SEMA em Porto Velho	Previsto			80	100
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				
2010:					
2011:					
2012:					
02 - Aumento das fiscalizações pela SEMA em Porto Velho	Previsto			80	100
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				
2010:					
2011:					
2012:					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance abaixo de 40% do previsto
Falta de um programa que envolva a população.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
O público alvo foi super dimencionado dificultando a definição real de sua cobertura.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
As atividades desenvolvidas estão dentro do esperado em virtude de termos conseguido atingir as espectativas programadas nas metas.
As ações só não atingiram acima do esperado em virtude da demanda ser maior que a equipe disponível.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
Pouca divulgação das ações para a população

2011 Não apurada
O púibllco alvo foi super dimencionado dificultando a analise do grau de satisfação.

2012 Satisfeito
As ações foram consideradas satisfatória em virtude das ações desenvolvidas pela SEMA terem atingido determinada porcentagem prevista nas metas, sendo que poderia ter sido ampliada com acréscimo de mão de obra qualificada.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

2010

Suficiência das ações
Faltou ações que contemplassem as demandas da comunidade.

2011

Dimensionamento do público-alvo
O publico alvo foi super dimencionado, fato este que impossibilitou a definição das metas.

2012

Definição dos indicadores
Não há de indicadores do programa, observação a ser feita no PPA 2014-2017.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Criança e Juventude
As ações de Educação Ambiental nas Escolas tem esse públicos específicos.

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Falta infraestrutura para a implementação do processo na SEMPLA.

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Apesar dos avanços ainda tem-se a necessidade de uma infraestrutura de dados que permita um melhor acompanhamento das ações do programa.

2012

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Falta de infraestrutura para a implementação de processos.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta equipe de trabalho para ações do programa.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
Os recurso humano necessário as necessidades na execução das ações, as quais demandam inumeras atividades.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Houve necessidade de mais servidores no quadro, os existentes não foram suficientes.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Deliberação dos recursos.

2011

Consulta Pública
Foram realizadas para efeito do Plano Municipal de Educação Ambiental o Seminário de Educação Ambiental.

Discussão em Conselho Setorial
As ações neste Programa são deliberadas e acompanhadas pelo COMDEMA- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

2012

Ouvidoria
Linha Verde em Defesa do Meio Ambiente: 0800 6471320
Disque Plante uma Árvore: 0800 6475445

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com grupos para discussão sobre o Meio Ambiente.

Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Reuniões do conselho.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

O dimensionamento inadequado do público alvo dificulta as ações de avaliação e satisfação dos beneficiários do programa, tendo o mesmo que ser reduzido.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Devido a abrangência do público alvo, torna-se difícil medir a satisfação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 076 - Coordenação e Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões do COMDEMA, e registro de atas.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta teve alcance entre 40% a 80% conforme meta prevista.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

A meta teve alcance dentro do previsto.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Oito (8) reuniões do conselho realizadas.

2012 Aquisição de passagens aéreas, reuniões do conselho realizadas e etc...

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

PARA AS REUNIÕES RELIZADAS AS AÇÕES FORAM SUFICIENTES.

2011 Insuficientes

Os recursos foram cobertos por outra ação.

2012 Suficientes

Apesar dos remanejamentos dos recursos, mesmo assim foram suficientes para suprir as necessidades existentes, conforme restante do recurso.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

O fluxo ocorreu conforme o planejado.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Os recursos foram cobertos por outra ação.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Apesar dos remanejamentos dos recursos, mesmo assim foram suficientes para suprir as necessidades existentes, conforme restante do recurso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não utiliza recursos não orçamentários

2011 Médio

Para realização das reuniões são utilizados parceiros.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Os conselheiros do COMDEMA.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

AÇÃO: 174 - Manutenção e Preservação do Parque Natural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Reunião do Conselho.
Reunião do Conselho.

2011

Sistemas informatizados
As ações são monitoradas pelo Sistema de Avaliação do Planejamento Estratégico - SIAPEG.

Reuniões de trabalho
Foram realizadas reunião de trabalho para priorização de metas.

2012

Visitas in loco
Visitas às dependências do Parque Natural.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Porém, a obra de melhoria de infraestrutura não foi concuída na sua totalidade.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram adquiridos adubos e sacolinhas para a produção de mudas e aquisição de uma bomba d'agua.

2012 Aquisição de suprimentos de fundos para custeio de material de consumo e serviços de terceiros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Obra não concluída.

2011 Insuficientes
Os recursos liberados foram insuficiente.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Obra não concluída.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Atrazo na liberação dos recursos.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

2011 Médio
São realizadas parcerias em eventos realizados no Parque Natural, ampliando as ações do programa.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes
Obra não concluída.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade na análise jurídica. E tramitação processual.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Parceiros Amazonia adventure; ESBR; MINALINDA; VOTORANTIM em eventos realizados no parque.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

AÇÃO: 181 - Obras de Infra-Estrutura do Parque Natural

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Visitas in loco
Vistorias e medições.

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não foi realizada as adaptações necessárias

2012

Visitas in loco
Visitas às dependências do Parque Natural.

Sistemas informatizados
Sistema de execução orçamentária e financeira CPcetil.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Orçamentário insuficiente para as necessidades do parque.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Obra não realizada.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos foram remanejados devido a priorização de outras ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obra não realizada.

2012 Não foi realizada nenhuma obra, por conta de remanejamento do recurso, para que fossem priorizadas outras ações.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O parque necessita de maiores obras de infraestrutura.

2011 Insuficientes
Obra não realizada.

2012 Insuficientes
Os recursos foram remanejados devido a priorização de outras ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Obra não realizada.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Os recursos foram remanejados devido a priorização de outras ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Não utiliza recursos não orçamentários.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Contingenciamento orçamentário
Falta de recursos para maiores obras no parque.

2011

Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais
Falta de regularização fundiária do parque natural.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 471 - Manutenção das Atividades de Licenciamento e Fiscalização Ambiental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
Reunião com o público envolvido.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões para acompanhar o andamento das ações.

Visitas in loco
Vistoria do local para viabilizaçã das licenças e fiscalizações.Vistoria em funerárias para diagnóstico de possível irregularidade.

Relatórios de gestão

Outros: Disk 0800
Denúncias através do número 0800 6471320 (disk denúncia)

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Os recursos de capital foram suficientes, mas os de despesas correntes foram remanejados para priorização de outras ações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição de 02 veículos tipo caminhonete.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Insuficientes
Recursos foram insuficientes.

2012 Insuficientes
Os recursos de capital foram suficientes, mas os de despesas correntes foram remanejados para priorização de outras ações.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
O atrazo na liberação de recursos.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Devido o remanejamento para priorização de outras ações dos recursos correntes, o fluxo sofreu baixa.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Muito baixo
Falta de envolvimento social

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 001 - APOIO À GESTÃO AMBIENTAL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

AÇÃO: 472 - Campanhas de Conscientização Ambiental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2012

Relatórios de gestão
Relatório de Qualidade Ambiental.

Outros: Disque 0800
Disque Queimadas - 0800.647.1320.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Queimadas urbanas: apague essa ideia

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Insuficientes
Devido o remanejamento dos recursos, a realização da campanha foi atendida através de outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Devido o remanejamento dos recursos, a realização da campanha foi atendida através de outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 143 - DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover ações públicas que proporcionem a efetiva relexão sobre os impactos socioambientais do crescimento econômico e a adoção de medidas que possibilitem a redução deste impacto.

Público-Alvo: população do município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A proposta de um programa que aglomere ações de interface com a sociedade sobre a importância do desenvolvimento socioambiental sustentável, tem por justificativa forte crescimento econômico que passa o Município de Porto Velho e permite a adoção de novas práticas no cotidiano das pessoas e das organizações, minimizando os impactos ambientais.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de projetos socioambientais apoiados	Previsto			20	20
	Apurado			20	
	Relação % Apurado/Previsto			100,00	
	Relação % Apurado/Final			100,00	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2012 Alcance acima de 100% do previsto
As atividades foram desenvolvidas com sucesso atingindo o número considerado de beneficiários.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2012 Muito satisfeito
Quanto a qualidade foi satisfatória em virtude de se ter atingido a quantidade considerável de público.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2012

Composição das fontes de financiamento
Financiamento é um fator limitante do desenvolvimento de determinadas ações do programa.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Falta de equipamentos para aplicação das atividades.
Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de equipamentos para aplicação das atividades.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2012

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Falta de capacitação de funcionários para exeução de projetos, recorrendo a serviços de terceiros.

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 143 - DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2012

Outros: Seminários Culturais e Ambientais
São executados eventos culturais e ambientais como seminários.

Discussão em Conselho Setorial
Os Conselhos são essenciais para tomadas de decisão.

Reunião com grupos de interesse
Os grupos atuam como consultores das ações executadas no projeto.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Demanda do público é maior que a capacidade técnica avaliativa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 473 - Fomento às Atividades de Educação Ambiental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
Reunião com a equipe executora

2012

Visitas in loco
Palestras e oficinas, bem como ações culturais.

Relatórios de gestão
Relatório de Qualidade Ambiental do Município de Porto Velho - RQA/PVH

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
as ações foram realizadas com exito.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Em virtude da grande procura.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Oficinas, seminários, palestras, entre outros.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
Os recursos foram liberados de acordo com a programação.

2012 Suficientes
Recurso suficiente para o programa.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Atrazo na liberação de recursos.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Ações foram aplicadas com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 143 - DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Contribuição das parcerias foram de cooperação técnica.

AÇÃO: 474 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Relatórios de gestão

Relatórios dos departamentos envolvidos no programa.

2012

Reuniões de trabalho

Reuniões para discussões do Desenvolvimento Socioambiental Sustentável.

Relatórios de gestão

Relatório de Qualidade Ambiental do Município de Porto Velho - RQA/PVH

Outros: Projetos

São elaborados e executados projetos de acordo com a demanda.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Os projetos foram atendidos.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Foam realizadas ações voltadas a conscientização da população.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Realização de oficinas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

os recursos atenderam a realização do programado.

2012 Suficientes

Os recursos suplementados foram suficientes.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Atrazo na liberação dos recursos, mais não chegou a prejudicar.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Recursos liberados compatíveis com o fluxo das ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 143 - DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

AÇÃO: 475 - Fomento a Eventos Artísticos, Culturais e de Lazer com Foco Ambiental

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Visitas in loco
Supervisão por ocasião da realização das ações.

2012

Outros: Ações Educação Ambiental
São executadas ações voltadas ao lazer e cultura socioambiental.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Realizado de acordo com o programado

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Dentro do prevísto, público ativo e participativo.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Semana de Meio ambiente (8 dias de ativismo verde)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
Atendeu ao programado

2012 Suficientes
Atendeu dentro das expectativas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberado de acordo com a necessidade.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Atividades desenvolvidas com sucesso.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Atraso na liberação de recursos
Atrazo na liberação dos recursos para iniciar o projeto.

2012

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
Difuculdade de celebração de convênios.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 143 - DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

AÇÃO: 476 - Fomento a Projetos Socioambientais de Economia Solidária e Tecnologias Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Não possui mecanismos.

2012

Relatórios de gestão

Relatório de Qualidade Ambiental do Município de Porto Velho - RQA/PVH

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Os recursos foram remanejados.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Oficinas: Tecnologias Sociais e Palestras em Economia Solidária.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Insuficientes

Não foi utilizado recursos orçamentarios.

2012 Insuficientes

Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve utilização de recursos.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos foram remanejados priorizando outras ações.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Muito baixo

Pouco envolvimento social para formalização de parcerias.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Os recursos foram remanejados priorizando outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 143 - DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL
Gerente: MARCELO LUCIAN FERRONATO

AÇÃO: 477 - Fomento às Atividades de Adaptação e Mitigação às Mudanças de Clima

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Relatórios de gestão
Relatorio dos gestores do programa

2012

Reuniões de trabalho
Propostas de mitigação de problemáticas ambientais como políticas públicas.

Relatórios de gestão
Relatório de Qualidade Ambiental do Município de Porto Velho - RQA/PVH.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
As atividadades desenvolvidas foram contempladas em outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Palestras e criação de grupos de discussão de mudanças do clima voltados para ações locais.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Não foram liberados recursos
Não foi programado recursos para realização do programa

2012 Insuficientes
Os recursos foram remanejados, porém as atividadades desenvolvidas foram contempladas em outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Os recursos foram remanejados, mas as atividadades desenvolvidas foram contempladas em outra ação.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
Dificuldades de formalização de convênios.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Os recursos fora remanejados, mas as atividadades desenvolvidas foram contempladas em outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 144 - ARBORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
Gerente: DENNIS DE SOUZA OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a arborização urbana da cidade de Porto Velho de forma planejada, respeitando o trânsito, as calçadas e a rede elétrica, recuperar áreas ambientalmente protegidas que estejam degradadas com o replantio de espécies nativas.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Apesar de estar na Amazônia, o Município de Porto Velho em seu histórico de ocupação teve pouco planejamento para arborização de suas vias públicas. Com a pavimentação asfáltica das mesmas ocorre um forte aumento de temperatura na zona urbana, aliado ao aumento deocupação e ao espraiamento da cidade para áreas antes verdes, proporcionando uma ilha de calor que prejudica a saúde e a qualidade de vida da população.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de árvores plantadas ao ano	Previsto			30.000	50.000
	Apurado			23.833	
	Relação % Apurado/Previsto			79,43	
	Relação % Apurado/Final			47,66	

2010:

2011:

2012: Alguns pontos escolhido para plantio de mudas ficaram inviaveis devido a falta de limpeza dos mesmo, e as condiçoes fisicas (solo, entulho, falta de local adequado para o Plantio.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto

As ações de educação ambiental no que diz respeito a prática da arborização urbana, devem ser intensificadas para que as informações cheguem ao público alvo.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2012 Satisfeito

Foram realizados plantios em muitas residências na cidade de Porto Velho, fortalecendo o vínculo entre o Poder Público e a sociedade com ações de arborização urbana.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Necessidade de mais servidores no programa.

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Órgão Responsável: 16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Unidade Orçamentária: 16.31 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 144 - ARBORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
Gerente: DENNIS DE SOUZA OLIVEIRA

2012

Outros: Disque 0800
Disque Plante uma Árvore: 0800 6475445.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Devido a grande extensão do municipio e do aumento da população há uma dificuldade de implementação de mecanismos para acompanhar as ações realizadas junto a sociedade.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 478 - Arborização e Replantio de Árvores Nativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Visitas in loco
Visitas as localidades e fiscalização;

2012

Relatórios de gestão
Relatório de Qualidade Ambiental do Município de Porto Velho - RQA/PVH - Relatórios Circunstanciados de Atividades,

Reuniões de trabalho
Reuniões de trabalho para discussão de implementação da arborização da cidade.

Visitas in loco
Visitas aos locais para implantação das mudas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Para o cumprimento da meta exirge tambem a participação das comunidades locais o que deixou a desejar.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Sementes, mudas de plantas e insumos.
23.833 mudas plantadas nos Distritos de Jaci Paraná, Nova California, Nova Mutum, Jaci Paraná, Vista Alegre do Abunã, e em Porto velho nas ruas: Lauro Sodré, Imigrantes,Guaporé, Rio de Janeiro e Tiradentes.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
Os recursos foram suficientes para realização do programa

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados de acordo com a necessidade.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
Falta de envolvimento social

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FELIX FERREIRA DE SOUZA JUNIOR

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
ATENDEU A TODOS OS DEPARTAMENTO E COORDENADORIA

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
As açoes do programa ocorreram dentro do esperado, observando-se a meta a ser atingida: "Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos". Visto que a maioria das ações foram executadas e /ou justificadas de acordo com seus objetivos. Ex: Aquisição de equipamentos / imobiliários para os setores e reforma e ampliação da unidade administrativa.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
ATENDEU A TODOS OS DEPARTAMENTO E COORDENADORIA

2011 Satisfeito
Aquisição de equipamentos/mobiliários para os setores, reforma e amplicação da unidade administrativa garantiram melhor satisfação e comodidade para os chefes, coordenadores e funcionários, gerando assim, melhor atendimento aos serviços prestados ao público.

2012 Satisfeito
Aquisição de equipamentos / imobiliários para os setores e reforma e ampliação da Unidade Administrativa, garantindo a satisfação dos Coordenadores.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Caracterização do público-alvo
Nao ficou caracterizado o publico alvo.

Definição dos indicadores
Os instrumentos utilizados são muito subjetivos. Precisa-se melhor desenvolver os indicadores para expressão dos resultados nos demais programas que estao inseridos na unidade.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FELIX FERREIRA DE SOUZA JUNIOR

2012

Criança e Juventude
Há participaçao direta e indireta nesses temas, visto que a SEMDESTUR participa de programas e projetos como Tenda da Cidadania, Juventude Cidada.

Gênero
Há participaçao direta e indireta nesses temas, visto que a SEMDESTUR participa de programas e projetos como Tenda da Cidadania, Juventude Cidada.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
FALTA DE VEICULOS

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Devido o envolvimento em vàrios programas e ações que vão desde a atribuição social, econômica, turismo - hà pouco e/ou inexistente materiais disponíveis para atender a demanda.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
Devido o envolvimento em vàrios programas e ações que vão desde a atribuição social, econômica, turismo - hà pouco e/ou inexistente materiais disponíveis para atender a demanda.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Devido o envolvimento em vàrios programas e ações que vão desde a atribuição social, econômica, turismo - hà pouco e/ou inexistente materiais disponíveis para atender a demanda.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras
Devido o envolvimento em vàrios programas e ações que vão desde a atribuição social, econômica, turismo - hà pouco e/ou inexistente materiais disponíveis para atender a demanda.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
FALTA RECURSOS HUMANOS

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: PROGRAMA INTERNO DA SECRETARIA

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
REUNIÃO COM OS SERVIDORES

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Reuniões com Equipe de Trabalho e Relatórios do SIAPEG/SIMPLAG.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não aplicável.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FELIX FERREIRA DE SOUZA JUNIOR

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
REUNIÃO PERIODICA DE AVALIAÇÃO TRIMESTRAL

2011

Reuniões de trabalho
As reuniões são realizadas mensalmente, ou conforme necessidade de ajuste/adequação das ações/metas a serem desenvolvidas.

Relatórios de gestão
SIAPEG/SIMPLAG

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
DENTRO DO PREVISTO

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Através das ações programadas no planejamento estratégico e PPA, além das ações programadas e da nova reestruturação em 2011, a Secretaria incorporou em suas atribuições a responsabilidade pela Gestão dos Espaços Públicos (praças, mercados, feiras livres) e Feiras de Microempreendores populares, e passou a gerir o Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda através do convênio com MTE.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de Veículos, Equipamentos, Mobiliário e Equipamentos de iInformática. Reforma e ampliação da unidade administrativa, com inserção de novos serviços (Sine, Banco do Povo, Gestão dos Espaços Públicos).

2012 Aquisicão de Material de Consumo (material de expediente, material de limpeza), execucão de serviços de manutencão de veículos da frota da SEMDESTUR, pagamentos de diárias a servidores locação de veículos.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
ATENDEU AS EXPECTATIVAS

2011 Insuficientes
.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
FOI LIBERADO CONFORME A PROGRAMAÇÃO

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
.

2011 Médio

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Atraso na prestação de contas dos beneficiários
Dificuldades em licitações e celebração de contratos

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FELIX FERREIRA DE SOUZA JUNIOR

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
REUNIÃO SETORIAL

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões trimenstrais com as equipes de Trabalho interno e Reuniões com grupos de trabalho SEMAD.

Sistemas informatizados
Alimentação das informações de pessoal no Sistema Módulo GP Cetil.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
RESULTADOS ALCANÇADO DENTRO DO PREVISTO

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento de Ações e ampliação na estrutura física da Secretaria, demandaram novos funcionários e estagiários para a unidade.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Contratações de pessoal para atender as ações da SEMDESTUR.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Remuneração de servidores e encargos sociais.

2012 Pagamento de vencimentos aos servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
DENTRO DO PREVISTO

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
.

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FELIX FERREIRA DE SOUZA JUNIOR

AÇÃO: 377 - Contratação de estagiários - Bolsa Estágio

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
REUNIÃO SETORIAL DE TRABALHO PARA AVALIAÇÃO

2011

Sistemas informatizados
Alimentação das Informações no site do CIEE, mensalmente.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
CONTRATO REALIZADO COM O CIEE-Centro de Integração Empresa Escola

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Estagiários contratados para atender os CAT's (Centro de Atendimento ao Turista)/Aeroporto e EFMM; na Coordenadoria Municipal de Uso dos Espaços Públicos, Sine Municipal, Depto de Desenvolvimento Sócioeconomico e ASTEC. Totalizando-se assim, a contração de 10 Estagiários.

2012 Despesa com pagamento de Bolsa Estágio de 10 estagiários para atender a SEMDESTUR.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
FOI REALIZADO ORÇAMENTARIAMENTE O PREVISTO CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
O RECURSO FOI EXECUTADO CONFORME A PROGRAMAÇÃO ANUAL

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
O CONTRATO DE ESTAGIIO NÃO TEM PREVISÃO DE RECURSOS NÃO ORÇAMENTARIOS VISTO QUE NÃO PRECISA DE RECURSOS NÃO ECONOMICOS

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Atraso na liberação de recursos
O Estágio com CIEE sofreu atraso, devido a renovação do convênio entre CIEE/SEMDESTUR.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
A parceria com CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e SEMDESTUR, vem ocorrendo de forma positiva, uma vez que tem atendido as expectativas e demanda das ações programadas na Secretaria (CAT/SINE/ASTEC).

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a inclusão digital do Município de Porto Velho, por meio de instalação de telecentros comunitários e reaplicação de tecnologia social

Público-Alvo: População vulnerabilizada e em situação de exclusão social
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Devido as grandes tranformações no mercado de trabalho e o crescente desemprego, a população de baixa renda e qualificação, encontram-se em processo de exclusão social e vulnerabilidade, para tanto o programa proporciona acesso a inclusão digital, a internet e novas oportunidades de qualificação, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho e geração de trabalho e renda, principalmente sob a ótica da Economia Solidária.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Telecentros comunitários instalados por ano	Previsto	7	5	4	3
	Apurado	955	14		
	Relação % Apurado/Previsto	13.642,86	280,00		
	Relação % Apurado/Final	31.833,33	466,67		

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
OS ATENDIMENTOS FORAM REALIZADOS CONFORME O PREVISTO

2011 Alcance abaixo de 40% do previsto
O projeto não teve sua eficácia por conta da falta da compradas máquinas e equipamentos de informática.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Os atendimentos não foram realizados conforme o previsto.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
O programa esta atendendo com satistação os usuarios

2011 Satisfeito
O público atendido, apesar do número reduzido de Cat´s, temse posicionado de forma satisfatória nas avaliações das ações.

2012 Pouco satisfeito
Não foi possível executar os processos.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
A divisão não se resume a técnologias sociais, pois teria que trabalhar na transversalidade de outras ações secretarias.

2012

Definição do objetivo do programa em relação ao problema
A divisão não se resume a tecnologia sociais, pois teria que trabalhar na transversalidade de outras ações das secretarias.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA

Pessoa com Deficiência
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA

Gênero

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA, ALÉM DE UMA INTERFASE COM OUTRAS SECRETARIAS

Criança e Juventude
COM A COMPILAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS NO CADASTRO DE USUARIOS DO PROGRAMA

2011

Criança e Juventude
A principio buscou-se atender apenas esta clientela, com a adesão de demais agentes sociais passou-se a abranger a sociedade como um todo.

2012

Raça
Com a compilação dos dados adquiridos no cadastro de usuários do programa.

Pessoa com Deficiência
Com a compilação dos dados adquiridos no cadastro de usuários do programa.

Gênero
Com a compilação dos dados adquiridos no cadastro de usuários do programa.

Criança e Juventude
Com a compilação dos dados adquiridos no cadastro de usuários do programa.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Com o atraso na compra dos computadores para abertura de todos os cat`shouve dificuldades na obtenção das metas e o trabalho comprometido.

2012

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial
Não houve processo de compra de materias para a abertura de novos CAT'S.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
HÁ UMA DEFICIENCIA NA EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS DENTRO DA SECRETARIA PARA DA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Reunião com grupos de interesse
REUNIÕES NA COMUNIDADE COM GRUPOS QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO PROGRAMA

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
SUGESTÕES NA MELHORIA DA SUA IMPLEMENTAÇÃO

2011

Reunião com grupos de interesse
Reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação com as associações e ONGsque são parceiras no projeto.

2012

Outros: Fórum
Fórum de Ciência e Tecnologia.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
A FALTA DE ESTRUTURA HUMANA FAZ COM QUE NÃO SE TENHA UM MECANISMO DE AVALIAÇÃO

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através de questionários, que após tabuladas as respostas procura-se adequar as ações pelas mesmas.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Falta de recursos humanos faz com que não tenha um mecanismo de avaliação.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 389 - Realização de eventos de promoção da ciência e tecnologia

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

REUNIÕES COM A COMUNIDADE PARA MELHOR DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões de planejamento, execução e avaliação em todos os projetos desenvolvidos

Visitas in loco

Visitas aos locais antes de cada evento realizado

Relatórios de gestão

Relátorios de todas as ações do coordenador e da equipe gestora

2012

Reuniões de trabalho

Reuniões sistematizadas quinzenalmente com a equipe, realizando os alinhamento necessários.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Recursos remanejados. Ação não executada.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Evento não realizado.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Evento realizado executado por outra ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Realização do Fórum Municipal de Tecnologias Sociais através de outra ação da SEMDESTUR.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não foram liberados recursos

Recursos remanejados. Ação não executada.

2011 Não foram liberados recursos

Sem movimentação orçamerntária. Recursos remanejados.

2012 Insuficientes

Os recursos não foram trabalhados a tempo.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados. Ação não executada.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Sem movimentação orçamerntária. Recursos remanejados.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Descontinuidade de ações por conta dos recursos humanos.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 019 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

2012

Atraso na liberação de recursos

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade no processo licitatório referentes a aquisição de equipamentos.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Parceria com a Caixa Econômica Federal.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Apoiar os empreendimentos de economia solidária.

Público-Alvo: Grupos de economia solidária do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: O crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e na própria organização econômica do Brasil e do mundo, estão desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção está disseminando-se em todo país. Nesse contexto a Prefeitura Municipal de Porto Velho, através do departamento de geração de renda vem implementando políticas públicas para ajudar os grupos a se organizarem de forma autogestionária, visando sua integração no mercado de trabalho e a auto sustentabilidade de suas atividades, seja na economia informal ou em cooperativas de diferentes tipos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de empreendimentos da economia solidária apoiados por ano	Previsto	14	22	32	44
	Apurado	0	40		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	181,82		
	Relação % Apurado/Final	0,00	90,91		
2010:					
2011:					
2012:					
02 - Número de camelôs atendidos	Previsto	80	130	195	291
	Apurado	72	85		
	Relação % Apurado/Previsto	90,00	65,38		
	Relação % Apurado/Final	24,74	29,21		
2010:					
2011:					
2012:					
03 - Quantidade de empreendedores atendidos com microcrédito	Previsto	120	200	250	300
	Apurado	0			
	Relação % Apurado/Previsto	0,00			
	Relação % Apurado/Final	0,00			
2010:					
2011:					
2012:					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

A captação de novos grupos não quer dizer que houve umaampliação do programa, tendo em vista que outros grupos partiram para empreender sozinhos.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto

Não houve ampliação nos programas.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito

2011 Muito satisfeito

A propagação deste programa junto a comunidade pode abrirnovas oportunidades de trabalho para pessoas que não estavamconseguindo colocação no mercado de trabalho formal.

2012 Pouco satisfeito

Não houve ampliação nos programas.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Suficiência das metas físicas das ações

As ações da economia solidária deveriam ter sido mais amplas, umavez que a população em geral ainda não tomaram consciência do que é a economia solidária.

2012

Suficiência das metas físicas das ações

As ações da economia solidária deveriam se mais amplas, uma vez que a população em geral ainda não tomou consciência do que é a economia solidária.

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

Como atuamos com a sociedade civil através deste programa especifico,onde buscamos mudar comportamentos e atitudes, é necessário o aumentode recursos humanos na equipe gerencial.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

A mesma justificativa se aplica aqui.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

A mesma justificativa se aplica aqui.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

É de suma importância o investimento no capital humano através deformações continuadas.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

É necessario o aumento de recusos humanos na equipe.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

É necessario o aumento de recusos humanos na equipe.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

É necessario o aumento de recusos humanos na equipe.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

É necessario o aumento de recusos humanos na equipe.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Reunião com grupos de interesse
Reuniões sistematizadas, com convites para toda a sociedade

Discussão em Conselho Setorial
O Fórum da ECOSOL tem acompanhado e influido diretamente em nossas ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não possuimos mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Dificuldades para avaliar a satisfação dos beneficiários do programa.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 008 - Apoio a Empreendimentos da Economia Solidária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: não hovue execução da ação.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais

Visitas in loco
Visita aos locais para a preparação dos eventos

Relatórios de gestão
Relatório periódicos, tanto por parte do diretor do departamento como dos empreendimentos.

2012

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Apesar do número acima da meta, mais ou menos 50% dos participantes do programa começaram a empreender individualmente.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Os recursos foram remanejados. Não houve como executar a ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 As ações foram realizadas em parceria com o Fórum Municipal de ECOSOL, facilitando assim os trabalhos. As barracas, montagem e transporte estão sendo administradas pelo Fórum de ecosol.
O material de divulgação é feito pela prefeitura e a divulgação nos meios de comunicação também.

2012 Não houve produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 Não foram liberados recursos
Não houve execução orçamentária. Recursos remanejados.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

2012 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve execução orçamentaria.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não houve execução orçamentária. Recursos remanejados.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Não houve execução orçamentaria.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
não houve liberação de recursos orçamentarios

2011 Alto
Parceria com o Fórum Municipal de ECOSOL. As barracas, montagem e transporte foram administradas pelo Fórum de ECOSOL.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário
A questão orçamentária influiu em muito as ações, exigindo da equipe gestora o malabarismo para conseguir atingir as metas.

Atraso na liberação de recursos
Muitas ações tiveram que ser adiadas ou canceladas por conta dafalta de recursos.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
parceria com o Fórum Municipal de ECOSOL, facilitando assim os trabalhos. As barracas, montagem e transporte estão sendo administradas pelo Fórum de ECOSOL.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

AÇÃO: 137 - Incubação de Empreendimentos Populares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não houve incubação de empreendimentos

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Ação não realizada pela descontinuidade de gestores da SEMDESTUR.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve incubação de empreendimentos.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não foi realizada nenhuma experiencia de incubação, uma vez que houve a troca de todo o quadro funcional da Divisão deECOSOL.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Não houve execução da ação

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Não houve produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Não houve liberação de recursos orçamentarios

2011 Não foram liberados recursos
Recursos remanejados.

2012 Não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Recursos remanejados.

2012 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

Não houve incubação de nenhum empreendimento por conta de uma nova equipe na Ecosol.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

AÇÃO: 260 - Fomento às iniciativas de Microcrédito no Município de Porto Velho

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Não houve liberação de recursos para micro credito

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

A ação não foi executada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram desenvolvidos cursos nas áreas de finanças, atendimento, manipulação de alimentos, markting e relações inter pessoais com vista a promover o fomento de novas iniciativas
no ambito da diversificação das atividades desenvolvidas.

2012 Não houve produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Não hove liberação de recursos orçamentarios para execução da ação. Recursos remanejados.

2011 Suficientes

2012 Não foram liberados recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Não houve utilização de recursos

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

Não foram utilizados recuros para implentar a ação

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

AÇÃO: 391 - Apoio aos grupos de catadores de materiais reciclados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho
Avaliações mensais junto às associações de catadores, e trimestrais com a cooperativa.

Visitas in loco
Acompanhamento periódico junto aos catadores de resíduos sólidos.

Relatórios de gestão
Relatórios mensais

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Por conta das limitações dos recursos humanos não houveampliação das ações.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A ação não foi executada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Nas reuniões e visitas trata-se sempre da importância dos associados e cooperativados estarem sempre agindo de comum acordo.
Realizam-se capacitações e oficinas com o tema associativismo e cooperativismo.
Regularização do terreno para a construção do galpão da associação de catadores Unidos Pela Vida, em parceria em a SEMUR.
A Caixa Econômica intermediou um Prêmio para a Associação de catadores Asprovel, atribuído pela empresa IMA.
Intermediação da venda de papelão para o Grupo Or'ca em São Paulo, junto a Cooperativa de catadores.

2012 Não houve produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Sem execução orçamentária.

2011 Não foram liberados recursos
Não houve execução orçamentária. Recursos remanejados.

2012 Não foram liberados recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Por conta dos recursos serem mínimos, esperou-se a a liberação de recursos de outras rubricas para realização dos projetos.

2012 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Médio
O impacto mesmo que não tão grande consegui-se transformar a realidade da pessoa que participa da ação.

2011 Médio
Liberação de recurso da Empresa IMA para a compra de um caminhão paraa associação de catadores ASPROVEL.

2012 Muito baixo

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário
Este foi um dos principais fatores que interferiram nas ações juntoaos catadores.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

A Caixa Econômica Federal esta sendo uma parceira ideal nas ações junto aos catadores. Empresa IMA, com a liberação de recursos para a compra de um caminhão paraa associação de catadores ASPROVEL.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 026 - ECONOMIA SOLIDÁRIA
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

AÇÃO: 392 - Realização de eventos de promoção da economia solidária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Não foram realizados eventos de impacto na ação

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões de deliberações, planejamento, execução e avaliações.

Visitas in loco
Avaliar os locais para realização dos eventos

Relatórios de gestão
Relatório após a realização dos eventos

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
O evento foi realizado com restrições no projeto original, tendoem vista o baixo orçamento desta rubrica.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A ação não foi executada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de 01 (um) evento de promoção da economia solidária.

2012 Não houve produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Não foram liberados recursos
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados. Por conta de desvio no planejamento orçamentário em 2010, não foram realizadas todas as ações previstas no planejamento.

2012 Não foram liberados recursos
Recursos remanejados para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Sem execução orçamentária. Recursos remanejados

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Baixo

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho

Público-Alvo: Trade turístico e demais integrantes da iniciativa privada, comunidade local
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O plano municipal de turismo de Porto Velho será um documento de referência à atuação da Coordenaria Municipal de Turismo, no sentido de orientar as suas intervenções de acordo com as linhas estratégicas definidas para o desenvolvimento do setor do turismo. A proposta apresentada deve considerar diversas temáticas, entre as quais, a identificação dos valores e recursos turisticos, que constituem elementos de oferta, assim como uma caracterização e análise de sua demanda.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de ocupação dos hotéis em Porto Velho, ao ano	Previsto	85	90	95	100
	Apurado	3	90	43,66	
	Relação % Apurado/Previsto	3,53	100,00	45,96	
	Relação % Apurado/Final	3,00	90,00	43,66	
2010:					
2011:					
2012: Devido aos recursos destinados ao programa não terem sido otimizados.					
02 - Quantidade de capacitações realizadas	Previsto	4	4	4	4
	Apurado	0	4		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	100,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	100,00		
2010:					
2011:					
2012:					
03 - Número de conferências municipais de turismo realizadas	Previsto	1	1	1	1
	Apurado	0	0		
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	0,00		
	Relação % Apurado/Final	0,00	0,00		
2010:					
2011:					
2012:					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Através das ações do Grupo Gestor de Turismo foi possível alcançar os índices apresentados no corpo do Plano Municipal do Turismo que fundamenta a política do turismo municipal.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Através de ações do grupo gestor de turismo foi possivel alcançar os indices apresentados no corpo do plano municipal de turismo.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

2011 Satisfeito

Os principais setores que compõem a atividade turísitca no âmbito municipal foram alcançados pelo programa.

2012 Satisfeito

Através de ações do grupo gestor de turismo foi possivel alcançar os indices apresentados no corpo do plano municipal de turismo.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Pertinência das ações

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Gênero

2011

Pessoa com Deficiência

O Plano Municipal do Turismo apresenta propostas que visam atender às necessidades de acessibilidade na cidade de Porto Velho.

Criança e Juventude

O Plano Municipal apresenta propostas para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, além de sugerir o desenvolvimento do Turismo Pedagógico no Município de Porto Velho.

2012

Criança e Juventude

O plano municipal apresenta proposta para o combate à exploração sexual de crianças e adolecentes.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Apesar do avanço ao adquirir automóvel e equipamentos eletrônicos, além da estrutura física da Coordenadoria, o ano de 2011 teve prejuízos por terem ocorrido tais aquisições no curso do exercício.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Apesar do avanço ao adquirir automóvel e equipamentos eletrônicos, além da estrutura física da Coordenadoria, o ano de 2011 teve prejuízos por terem ocorrido tais aquisições no curso do exercício.

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial

A equipe da Coordenadoria ainda é insulficiente para o densenvolvimento das ações dos programas.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Apesar da contratação dos primeiros Turismólogos do Município a equipe ainda é pequena considerando as várias demandas do programa.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial

A participação do Conselho Municipal de Turismo e Conselho Gestor de Turismo

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

As deliberações das ações.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

2011

Reunião com grupos de interesse

Houve reuniões periódicas com o Grupo Gestor de Turismo durante todo o ano de 2011, com frequência que variou entre quinzenal a mensal.

Discussão em Conselho Setorial

Todas as iniciativas durante a execução do programa foram antecedidas por discussões em conselho.

2012

Reunião com grupos de interesse

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

O feedback feito com o próprio Conselho que faz a avaliação da execução da ações.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Da mesma forma que o programa foi elaborado de forma participativa a execução também o foi, o que permitiu que a gerência do programa tivesse condições de avaliar a satisfação dos beneficiários.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 199 - Promoção Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Procura-se a cada bimestre, sempre que necessário, verificar o acompanhamento dos mecanismos adotados.

Relatórios de gestão

Para melhor acompanhamento são realizados alguns relatórios sobre as atividades realizadas e seus efeitos dentro de nossas atribuições. É certo que ainda é preciso melhorar o alcance e captação de informações.

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões com o Grupo Gestor de turismo

Visitas in loco

Visitas aos espaços utilizados na divulgação

Sistemas informatizados

Inserção e gestão do Sistema SG65 do Ministério do Turismo

Relatórios de gestão

2012

Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Dentro das possibilidades e adequando aos recursos obtidos foram alcançados a meta.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pormoção turística do destino nas cidades de Rio Branco (AC), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e também em Porto Velho (RO).

2012 Aquisicao de faixa, banners, folders para publicidade. Pagamento dos valores do rateio do Centro de Atendimento ao Turista localizado no terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Gov. Jorge

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

Levando-se em conta as expectativas os recursos ainda não foram o ideal, porém no momento suficientes para satisfação dos fins.

2011 Insuficientes

O liquidado em relação à dotação disponibilizada foi suficiente. Porém, os recursos destinados à promoção turística de Porto Velho é ínfima, além do fato de não se poder ordenar a própria despesa o que certamente facilitaria a execução de uma promoção mais adequada no que tange à qualidade e eficácia.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
O fato de não ordernar a despesa e depender de uma Assessoria Técnica que não atende às demandas com agilidade e eficiência prejudicou em parte a continuidade na execução.
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
Os recursos destinados à promoção turística de Porto Velho são insuficientes e há dificuldades para se obter recurso suplementares.

Atraso na liberação de recursos
Burocracia e deficiências setoriais provocam atrasos desnecessários.

Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais
Mudanças como as ocorridas no Ministério do Turismo, inclusive contigenciamento orçamentário, dificultaram os avanços na promoção turísticas de Porto Velho.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Com a iniciativa privada representada pelo Convention Visitors Bureau. As dificuldades encontradas não comprometeram a execução das ações.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

AÇÃO: 381 - Apoio a implementação do Plano Municipal de Turísmo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: A maior dificuldade está inserida dentro do campo de apoio logístico, técnico e intersocial perante o público alvo.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com o Grupo Gestor de turismo

Visitas in loco
Visitas aos equipamentos, infraestrutura e atrativos turísticos.

Sistemas informatizados
Inserção e gestão do Sistema SG65 do Ministério do Turismo

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados aos parceiros e gerente.

2012

Visitas in loco
Relatórios de gestão
Reuniões de trabalho

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Plano implementado, sem utilização de recursos orçamentários.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Toda a política municipal de Turismo em 2011 teve como base o Plano Municipal do Turismo de Porto Velho

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve execução da atividade.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Desenvolvimento de Pacotes Turísticos, fortalecimento das entidades envolvidas com a atividade turística e o estabelecimento das diretrizes para o exercício de 2012.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Plano implementado, sem utilização de recursos orçamentários.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Plano implementado, sem utilização de recursos orçamentários.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Inadequação e/ou inexistência de norma legal
O Plano Municipal do Turismo de Porto Velho ainda não foi transformado em Lei Complementar o que dificulta a execução do mesmo.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Entidades que compõem o Grupo Gestor do Turismo de Porto Velho

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

AÇÃO: 382 - Implantação e manutenção de sistema de informações das atividades turísticas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Sempre que necessário, de forma a partilhar erros e acertos.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião com a gerência do programa e com o Grupo Gestor do Turismo de Porto Velho

Visitas in loco
Equipamentos, infraestrutura e atrativos turísticos

Sistemas informatizados
Relatórios setoriais registrados em equipamento da Coordenadoria

Relatórios de gestão
Relatórios apresentados à Gerência.

2012

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Há sistema de informações instalado suficiente para atender as demandas por informações atuais.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Outros: Recursos humanos insuficientes para manter o sistema atualizado

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Grupo Gestor do Turismo de Porto Velho

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Executar obras de infraestrutura turística no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O programa visa recuperar direitos da cidadania, como o direito de viver em uma cidade que respeita o espaço urbano, o patrimônio histórico e a integridade da arquitetura das edificações, gerando uma qualidade de vida para a população residente, bem como tornar uma cidade mais agradável e bonita para o turista.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de obras de infraestrutura turística executada ao ano	Previsto	2	2	2	2
	Apurado	50	0		
	Relação % Apurado/Previsto	2.500,00	0,00		
	Relação % Apurado/Final	2.500,00	0,00		

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada
.
2011 Pouco satisfeito
As expectativas não foram atendidas.
2012 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Outros: Autonomia
Por tratar-se de matéria multi setorial, a autonomia oferecida à Coordenadoria de Turismo não é suficiente para que se alcance a eficácia.
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude
2011
Pessoa com Deficiência
Acessibilidade
Criança e Juventude
Espaços de lazer e recreação

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

Inexiste autonomia orçamentária para execução

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Inexiste autonomia orçamentária para execução

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há demanda por um número maior de pessoas para execução de obras em infraestrutura

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial

O Conselho Municipal de Turismo participa nas deliberações das ações do programa

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Deliberação sobre as ações, atividades e captação de recursos.

2011

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Reunião com grupos de interesse

São identificadas as necessidades por infraestrutura a partir da participação efetiva do Grupo gestor do turismo de Porto Velho composto por várias entidades que representam a comunidade local.

2012

Reunião com grupos de interesse

Reunião com segmentos da sociedade civil.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

A avaliação é sistemica.

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 099 - Implantação da Casa do Turismo

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

Reuniões de trabalho

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

2011

Reuniões de trabalho
Com a Gerência do programa e a equipe da Coordenadoria.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve a possiblidade de execução da ação, pois a casa do Turismo está projetada no pátio da EFMM (segunda fase da obra) e a mesma teve início no mês de dezembro de 2011 sob a responsabilidae do consórcio Santo Antonio Energia condicionada ao TR junto ao IPHAN

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não houve execução da ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Não houve produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

2011 Suficientes

2012 Não foram liberados recursos
Recursos insuficientes e remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Alto
Fonte de recursos Santo Antonio Energia condicionados ao IPHAN

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Outros: Entraves no Processo
A obra está associada à segunda etapa de revitalização da EFMM iniciada apenas no mês de dezembro de 2011

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos insufucientes e ainda remanejados.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Financiamento Santo Antonio EnergiaCondicionante IPHANCessionário Prefeitura de Porto Velho

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

AÇÃO: 224 - Revitalização de Centros Históricos em Áreas de Interesse Cultural e Turístico

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões periodicas de trablho para avaliar as ações

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com a gerência do programa

Visitas in loco
Visitas ao centro histórico de Porto Velho

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Revitalização parcial do Centro Histórico.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Ações foram realizadas no sentido de revitalizar o espaço do complexo da EFMM durante o ano de 2011.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Revitalização dos 02 Galpões da EFMM, revitalização do Pátio Central, construção do Deque de madeira, reforma da Estação de Passageiros, concha acústica na EFMM.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O recurso destinado a ação foi suficiente para a sua execução, embora não tenha ocorrido a liquidação. O empenhamento foi parcial.

2011 Insuficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

AÇÃO: 267 - Execução de Obras de Infra-estrutura Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões pericodica de trablho

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões com a gerência do programa

Visitas in loco
Visitas às obras em execução, ainda que executadas por outros entes do município.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foi cumprido o programado com a entrega da obra da EFMM / MERCADO CULTURAL.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A Coordenadoria de Turismo não dispõe de orçamento para executar esta ação.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Não houve execução obra.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Não houve obra realizada, somente devolução de recursos ao Ministério do Trabalho.l

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Os recursos previstos na dotação orçamentária para obra de infraestrutura não foram suficientes em função da grande demanda de se implementar obra de importância turística para o municipio.

2011 Não foram liberados recursos

2012 Suficientes
Devolução de recursos ao Mnistério do Trabalho.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)

Contingenciamento orçamentário
O contingenciamento orçamentário ocorrido no Ministério do Turismo no ano de 2011 não permitiu que a Coordenadoria acessasse recursos necessários para execução de obras.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

AÇÃO: 385 - Revitalização do Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré - E.F.M.M

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho

Reuniões com o Grupo Gestor, com a gerência do programa e outros entes da gestão municipal

Visitas in loco

Presença constante no complexo durante o ano de 2011 com a instalação do CAT

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Acompanhamento das ações desenvolvidas pela prefeitura de Porto Velho, contribuindo com o monitoramento do espaço, com os serviços de informações a partir do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e participação em eventos realizados.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Não houve obra de revitalização do complexo este ano.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Não houve execução da ação portanto não houve produto.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

Sem execução orçamentária.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 043 - PORTO VELHO - CIDADE TURÍSTICA
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT`ANNA

AÇÃO: 387 - Implantação de Projetos de Sinalização Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões periodica de trabalho

2011

Visitas in loco
Identificação dos equipamentos, infraestrutura e atrativos turísticos a serem sinalizados.

Reuniões de trabalho
Reuniões com a gerência do programa, com técnicos da SEMTRAM, com o Grupo Gestor do turismo de Porto Velho

Sistemas informatizados
Sistematização dos dados contidos no Plano Municipal do Turismo de Porto velho referentes aos atrativos, equipamentos e infraestrutura a serem sinalizados.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Apesar de não ter participado com orçamento na instalação da sinalização turística a Coordenadoria de turismo considera a ação concluída a partir da avaliação do projeto executado pela SEMTRAM

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Diminuir desemprego e subemprego dos trabalhadores de Porto Velho por meios de atendimentos realizados via ações do sitema público de trabalho emprego e renda.

Público-Alvo: Munícipe desempregado, em subemprego, preferencialmente inscrito no CADUNICO e em situação de risco
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: O programa justifica-se com base na mudança sócio-econômico que vem ocorrendo no Município de Porto de Velho, principalmente devido a alteração do perfil das demandas de emprego, e a grande alteração na vocação econômica das comunidades e consequentemente na condição pessoal do munícipe em enfrentar essa nova realidade. A qualificação profissional busca diminuir essa desigualdade e orientar a formação do qualificando e possibilitando-o a pleitear uma vaga no mercado.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de atendimentos realizados pelo posto do Sistema Nacional de Emprego e Renda - SINE em Porto Velho	Previsto	7,10	7,30	7,50	7,70
	Apurado	600	8,70	7,5	
	Relação % Apurado/Previsto	8.450,70	119,18	100,00	
	Relação % Apurado/Final	7.792,21	112,99	97,40	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Alcançado o esperado em função da estrategia adotada.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Com a ampliação do posto de atendimento do SINE e a parceria com as Secretarias de Ação Social, Coord. Mulheres e Casa da Juventude, possibilitou o atendimento do público alvo do previsto no programa.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Com a ampliação dos postos do CINE municipal.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

2011 Satisfeito
Com a ampliação do posto de atendimento do SINE e a parceria com as Secretarias de Ação Social, Coord. Mulheres e Casa da Juventude, possibilitou o atendimento do público alvo do previsto no programa.

2012 Satisfeito
Com a ampliação dos postos do CINE municipal.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Caracterização do público-alvo
Não há inadequação na concepção do programa

2011

Composição das fontes de financiamento
Precisa-se incluir a contra partida social dos empreendimentos das Usinas do Madeira para melhor avaliação e resultados do programa.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Gênero

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

2011

Pessoa com Deficiência
Melhor atendimento a esse público, através de guichê, senhas, acesso (infra estrutura) prioritários.

Criança e Juventude
Programas voltados a atender esse público, através de cursos de qualificação (Eu Quero).

2012

Pessoa com Deficiência
Acessibilidade

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
É preciso um maior numero de pessoas para trabalhar com a intermediação de mão de obra.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Necessidade de número maior de servidores capacitados.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Discussão em Conselho Setorial
O Conselho Municipal do Trabalho é que define as demandas e o público prioritario a ser atendido

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Definição de público, estategia de participação das empresa, etc

2011

Reunião com grupos de interesse
Reunião mensal com equipe de trabalho e grupos envolvidos.

Discussão em Conselho Setorial
Reuniões periódicas com conselho.

2012

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com a comunidade.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
São emitidos pelo sistema SIGAE relatorios de empregabilidade que são armazenados no Ministério do Trabalho e Emprego.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Através de questionário e pelo Portal Mais Emprego.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 140 - Intermediação de Mão-de-Obra

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 074 - SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Gerente: ERNELI PINHEIRO MELO

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões periodicas de trabalho.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões quizenais com equipe.

Sistemas informatizados
SIAPEG/MAIS EMPREGO.

Relatórios de gestão
SIAPEG/MAIS EMPREGO.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
No decorrer do ano realizaram-se várias ações que possibilitaram o cumprimento da meta anual. Contato com varias empresas para oferecimento de vagas de emprego, colocação de pessoas no posto de trabalho

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Com aumento da oferta de trabalho, oriundos das usinas e empresas, o indice da meta foi acima do previsto dos trabalhadores encaminhados ao trabalho.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Intermediação de Mão de Obra; inserção de trabalhadores no mercado de trabalho; aumento de 280% do atendimento.

2012 Despesa com realização de worshop. Contratação de empresa especializada em serviço de confecções de camisetas, faixas e banners. Contratação de serviços. Gráficos, para atender o Conv.041/MTE/SPTR/2007.
Despesas com contratação de empresa especializada em serviços de Curso de Qualificação. Aquisição de material expediente para atender a Semdestur.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Parte dos recursos foram remanejados.A dotação orçamentária. Em função da grande necessidade de se ampliar as ações de intermediação de mão de obra no municipio, a dotação orçamentária ficou substimada.

2011 Insuficientes
Recurso de Convênio utilizado na sua totalidade, necessitando de contra partida da PMPV maior para execução do serviço.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Contingenciamento orçamentário
Pouco recurso destinado para execução dessa finalidade.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no trâmite administrativo.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
ESBR/SAE.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Regularizar os empreendedores do comércio informal.

Público-Alvo: Micro e Pequenos empreendedores informais
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Necessidade de criação de oportunidades para legalização dos empreendimentos que trabalham na informalidade, com incentivos e ofertas de locais apropriados para exercerem suas atividades e ofertarem seus produtos com dignidade e aumentando a arrecadação do Município.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de empreendedores do comércio informal regularizados por ano	Previsto	300	200	100	50
	Apurado		234		
	Relação % Apurado/Previsto		117,00		
	Relação % Apurado/Final		468,00		

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2011 Alcance acima de 100% do previsto

As ações superaram a meta, tendo em vista que a Procuradoria Geral do Município deu o retorno dos processos emmenor espaço de tempo que em anos anteriores.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

As ações do progrma foram suficientes para atende os usuários.

2011 Muito satisfeito

Uma vez que os beneficiários conseguiram se regularizar junto a Prefeitura, tornando suas ações legais.

2012 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Definição dos indicadores

Os indicadores, ainda em desenvolvimento, serão estabelecidos na continuidade do programa.

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Pessoa com Deficiência
Gênero
Criança e Juventude

2011

Não contempla

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

A falta de conhecimento pela equie gestora anterior em não planejar asações para 2011, dificultaram a realição de 50% de nossas ações.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Com a falta de planejamento adequado faltou recursos financeiros paraa realização dos investimentos necessários.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Outros: Associações de setorres organizados

As associações dos setores organizados participam efetivamente das ações.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

A participação se dá na organização das ações e em seu desenvolvimento.

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 378 - Gestão de Uso dos Espaços Públicos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Relatórios de gestão

Enviados pelos administradores dos mercados.

Reuniões de trabalho

Reuniões realizadas semanalmente.

Visitas in loco

Realizadas mensalmente.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Observe-se que de acordo com o Decreto 11.623 de 16/04/2010 os Espaços Públicos sob responsabilidade desta SEMDESTUR são de 24 espaços e não 550 conforme a mesta prevista estipulada acima.O Cumprimento da Meta ocorreu dentro do previsto, devido a alocação, gerenciamento e intervenções pertinentes a ação, alcançando os 21 espaços sob gerencia desta Coordenadoria.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Manutenção corretiva de reparos, pinturas, instalações elétricas, sanitárias, em convênio com a EMDUR, nos seguintes espaços: Shopping Popular Rio Madeira, Mercado Central, Mercado Km1, Mercado Pedacinho de Chão, Mercado do Pescado, Mercado Cultural, Praça Aluízio Ferreira, Centro Gastronômico do Porto, Praça Skate Park e Praça Marechal Rondon

2012 Liquidação de despesa com serviços de adequação das instalações do SINE Municipal. Serviços térmico para atender o Shopping Popular.
Liquidacao de despesa com serviços de reparo e manutenção do mercado km 1, mercado Pedacinho de Chão.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
O recurso orçamentário se tornou insulficiente em função da demanda dos espaços

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada
Mesmo com a demora na liberação dos recursos a ação não foi prejudicada.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários)
A maioria das ações teve que ser aditivada.

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Por várias vezes foram realizadas transferências de uma rúbrica para outra.

Contingenciamento orçamentário
Abaixo do necessário

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

AÇÃO: 379 - Execução de Obras de Infraestrutura para o Comércio Popular.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com Equipe de Trabalho.

Visitas in loco
Visitas aos espaços com Fiscais.

Relatórios de gestão
Relatório mensal dos Administradores.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Sem execução orçamentária.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Obras realizadas através do Convênio 062/PGM/2011.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Não execução da ação.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Intervenção nos seguintes espaços: Mercados: Central, Km1, Pedacinho de Chão, Pescado, Cultural; Centro Gastronômico do Porto e Praças Skat Park e Marechal Rondon.

2012 Não há produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados. Sem execução orçamentária.

2011 Insuficientes
Ação sem execução orçamentária.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Sem execução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados.

2011

Contingenciamento orçamentário
Em função da transferencia da ação para a SEMDESTUR, não foram alocados os recursos necessários da ação como um todo.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência
Por questões orçamentárias.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 106 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES
Gerente: Gustavo Jose Saraiva Aguiar

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 380 - Apoio ao Shopping Popular Rio Madeira.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

2011

Reuniões de trabalho
Semanal

Visitas in loco
semanal

Relatórios de gestão
Mensal

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As ações atenderam com suficiencia as necessidades do programa.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Foram realizados reparos nas instalações, tais como, pintura, troca de telhas e sistema elétrico.

2012 Ação atendida pelo programa do Apoio Administrativo da SEMDESTUR.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Recursos remanejados. A secretaria teve que solicitar ao Gabinete do Prefeito um investimento de reparos no shopping.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL
Gerente: SERGIO GILBERTO BARICHELLO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Aumentar o número de pessoas qualificadas profissionalmente no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: Munícipe desempregado, em subemprego, preferencialmente inscrito no CADUNICO e em situação de risco.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A mudança socioeconômica que vem ocorrendo no Município de Porto Velho, principalmente em decorrência da alteração do perfil das demandas de emprego, a grande alteração na vocação econômica das comunidades e consequentemente na condição pessoal do munícipe em enfrentar essa nova realidade. A qualificação profissional busca diminuir essa desigualdade e orientar a formação do qualificando e possibilitando-o pleitear uma vaga no mercado.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de pessoas qualificadas ao ano em relação a população do Município	Previsto	1,40	1,50	1,50	1,80
	Apurado		5,60		
	Relação % Apurado/Previsto		373,33		
	Relação % Apurado/Final		311,11		

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance abaixo de 40% do previsto
Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios.

2011 Alcance acima de 100% do previsto
Devido a realização de Programas como PLANTEQ/EJA REITEGRAR/ EU QUERO teve-se um maior número de cobertura do público alvo.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Não apurada

2011 Satisfeito
Com a realização dos programas PLANTEQ/EJA REITEGRAR/ EU QUERO, obteve-se a inserção de 20% de pessoas qualificadas no mercado de trabalho.

2012 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Composição das fontes de financiamento
Precisa-se incluir a contra partida social dos empreendimentos das Usinas do Madeira para melhor avaliação e resultados do programa.

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Criança e Juventude
Através do programas EJA REINTEGRAR QUALIFICANDO JOVENS.

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL
Gerente: SERGIO GILBERTO BARICHELLO

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial
2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial
2011
Os recursos humanos são adequados
2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
2011
Reunião com grupos de interesse
Reuniões mensais com equipe do programa.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
2012
Reunião com grupos de interesse
Reuinião com segmentos da sociedade social.
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 051 - Qualificação profissional, social e certificação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Não possui mecanismos.
2011
Reuniões de trabalho
Reuniões mensais com equipe de trabalho.
Sistemas informatizados
Portal Granulito (MTE)/SIAPEG
Relatórios de gestão
SIAPEG/SIMPLAG
2012
Relatórios de gestão
Relatórios de Atividades Realizadas.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO
Programa: 118 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL
Gerente: SERGIO GILBERTO BARICHELLO

Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Observe-se que a meta prevista era de 480 e não 4800 como especificado no planejamento. A meta ocorreu acima do esperado, devido a realização de Programas e incentivos como: Eu Quero/EJA Reitegrar/ Planteq.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta Prevista superestimada.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pessoas Qualificadas e Certificadas; atendimento de 1775 pessoas ao longo de 2011.

2012 A Secretaria municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo (Semdestur), realizou em 2012 nos distritos de Extrema, Vista Alegre, Nova Califórnia, Fortaleza do Abunã, Abunã e Jacy-Paraná oficinas de Doces e Salgados; Flores de EVA; Corte de Cabelo Estilizado; Tranças; Manicure e Pedicure, além da emissão de Carteira de Trabalho. Um trabalho que foi realizado durante o ano todo em diversas localidades da capital, tanto no eixo da BR, como no Baixo Madeira.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não realizada. Não foram liberados os recursos de convênios. Recursos remanejados.

2011 Suficientes
Ocorreu conforme o repasse do convênio na sua totalidade, porém falta mais recursos orçamentários por parte da Executora.

2012 Insuficientes
Apesar de os recursos terem sido escassos houve a possibilidade de oferecer capacitações através de oficinas e curso a população urbana e rural.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Não foram liberados os recursos de convênios. Recursos remanejados.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Não foram liberados os recursos de convênios. Recursos remanejados.

2011

Contingenciamento orçamentário
Falta maior repasse de recurso pela executora do programa.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade administrativa.

2012

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve priorização em função de outra ação.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Hotel Vila Rica/ Hotel Iara/Lojas Gazin/ Porto Velho Shopping.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT´ANNA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Fomentar o turismo local, aumentando o fluxo de turistas de negócios e lazer no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: Gestores públicos municipais, estaduais, federais, trade turístico e demais integrantes da iniciativa privada, comunidade local

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: O Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo regulado deliberado pelo conselho municipal de turismo segundo lei ordinária nº 1634 de 21/11/2005, tem como foco o fomento de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo. É neste contexto que o programa de gestão do turismo sustenta-se quanto a sua existência, articulando ações que possibilitem melhor apoiar o desenvolvimento do turismo em Porto Velho.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Taxa de aumento de Número de projetos turísticos apoiados pelo Fundo Municipal para o desenvolvimento do turismo	Previsto	100	100	50	50
	Apurado		90	0	
	Relação % Apurado/Previsto		90,00	0,00	
	Relação % Apurado/Final		180,00	0,00	

2010:

2011:

2012: Não houve execução do programa.

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance abaixo de 40% do previsto

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Alcançado através da realização de Convênio Rondônia Convention & Visitors Bureau, para participação em feiras regionais, nacionais e internacionais (realizadas dentro do território nacional).

2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Satisfeito

2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Dimensionamento do público-alvo

Considerar também a possibildiade de participação em feiras internacionais realizadas fora do território nacional, considerando o potencial mercado andino (abertura da Transoceânica).

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Gênero

2011

Não contempla

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT´ANNA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Os recursos humanos são adequados
2011
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há uma necessidade de reforço nas equipe de Promoção Turística.
2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Discussão em Conselho Setorial
Conselho Municipal de Turismo
2011
Reunião com grupos de interesse
Todas as ações passam pela análise e aprovação do Grupo Gestor de Turismo.
2012
Reunião com grupos de interesse
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
2011
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há mecanismo para tal avaliação.
2012
NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 199 - Promoção Turística

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Relatórios de gestão
2011
Participação em feiras e eventos
2012
Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados para outra ação.
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Não houve execução da ação.

Órgão Responsável: 17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E TURISMO - SEMDESTUR
Unidade Orçamentária: 17.31 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PORTO VELHO
Programa: 035 - GESTÃO DO TURISMO
Gerente: NATASCHA RECHETNICOW ALVES SANT´ANNA

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Participação em evento regional (EXPOACRE) e em evento nacional (Salão do Turismo - parceria com Governo do Estado) realizados em outra ação.
2012 Não houve produto da ação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados para outra ação.

2011 Insuficientes
Recursos remanejados. Suficientes para o primeiro ano, entretanto o Fundo Municipal de Turismo deve ser ampliado, visando a profissionalização da promoção turística do destino.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação sem execução orçamentária. Recursos remanejados para outra ação.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados.Eventos realizados em outra ação.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Médio
Convênio com associação representativa da iniciativa privada.

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados para outra ação.

2011

Atraso na liberação de recursos
É necessário ordenar sua própria despesa.

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Sim

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:
Convênio com associação representativa da iniciativa privada - trade turístico.

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Unidade mantida dentro do planejado.
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Unidade mantida dentro do planejado

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Melhorias nas condições de trabalho, com aquisição de mobiliário e equipamentos.
2011 Satisfeito
Melhoria nas condições de trabalho, com aquisição de mobiliário, equipamentos e veículos.
2012 Satisfeito
Melhorias nas condições de trabalho com aquisição de mobiliários

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla
2011
Não contempla
2012
Não contempla

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Necessário a aquisição de equipamentos específicos para o desenvlvimento de atividades alusivas a Regularização Fundiária, bem como, aquisição de veículos, mobiliários e outros.

2011

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Necessário a aquisição de equipamentos específicos para o desenvolvimento de atividades alusivas a regularização fundiária, bem como, aquisição de veículos, mobiliários e outros bens pertinentes.

2012

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Necessário a aquisição de equipamentos específicos para o desenvolvimento de atividades alusivas a regularização, bem como, aquisição de veículos, mobiliários e outros bens.

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Falta profissionais para desempenho de funções específicas, tais como: motorista, topógrafo, cadista, engenheiro, arquiteto, técnicos sociais e auxiliar administrativo.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Falta profissionais para desempenho de funções específicas, tais como: motorista, topógrafo, cadista, engenheiro, arquiteto, tecnicos sociais, auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativo.

2012

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Faltam profissionais para desempenho de funções específicas, tais como:Motoristas,Topógrafos,cadistas, engenheiro,arquitetos,técnicos sociais,auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativo

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Consulta Pública

Atendimento individual aos usuários de programas pertinentes, através do sistema de protocolo com aberturas de processos.

Reunião com grupos de interesse

Através de capacitações internas aos profissionais que atuam em contato direto e indireto com os usuários dos serviços da SEMUR.

2011

Consulta Pública

Atendimento individual aos usuários de programas pertinentes através do sistema de protocolo com abertura de processos.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Reunião com grupos de interesse

Através de capacitações internas aos profissionais que atuam em contato direto e indireto com os usuários dos serviços da SEMUR.

2012

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Consulta Pública

Atendimento individual aos usuários de programas pertinentes através de sistema de prrotocolo com aberturas de processos.

Reunião com grupos de interesse

Através de capacitação interna aos profissionais que atuam em contato direto e indireto com os usuários dos serviços da Semur.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:

Através de reuniões mensais com os chefes de setores para fins de aprimoramento.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Através de reuniões mensais com os chefes de setores para fins de aprimoramento.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Através de reuniões mensais com os chefes de setores para fins de aprimoramento.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Realizadas periodicamente com os chefes de setores.

Visitas in loco
Supervisão dos trabalhos desenvolvidos com acompanhamento direto dos responsáveis pelo setor.

Relatórios de gestão
Relatórios de execução de atividades e metas a cada 6 meses.

2011

Reuniões de trabalho
Realizadas periodicamente com os chefes de setores.

Relatórios de gestão
Relatórios de execução de atividades e metas a cada 6 meses.

Visitas in loco
Supervisão dos trabalhos desenvolvidos com acompanhamento direto dos responsáveis pelo setor.

2012

Reuniões de trabalho
Realizadas periodicamente com os chefes de setores

Visitas in loco
Supervisão dos trabalhos desenvolvidos com acompanhamento direto dos responsaveis pelo setor

Relatórios de gestão
Relatórios de execução de atividades e metas a cada seis meses

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendimento satisfatório dos programas finalísticos da SEMUR.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Atendimento satisfatório dos programas finalísticos da SEMUR.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Manutenção da unidade (centrais de ar, viatura, extintores, equipamentos e portas); serviços de desinsetização e desratização; serviços de manutenção da parte elétrica e hidraúlica; aquisição de mobiliário; aquisição de equipamentos de informática; aquisição de equiamentos de topografia; aquisição de veículos automotores.

2012 Manutenção da unidade (Centrais de ar, viaturas, extintores, equipamentos e portas); Serviços desinsetização e desratização; Serviços de manutenção da portão elétrico e Hidraúlico; Aquisição de mobiliário; aquisição de equipamento de informática; Aquisição de equipamentos de topografia..

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação se deu de acordo com o programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação de acordo com o programado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

Órgão Responsável:	18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária:	18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa:	007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente:	MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Transmissão do conhecimento adquirido aos demais servidores.

Outros:
Apresentação junto a Chefia de RH e imediata do Certificado de Participação e/ou Conclusão do Curso.

2011

Reuniões de trabalho
Transmissão do conhecimento adquirido aos demais servidores.

Outros: Certificados
Apresentação junto a Chefia de RH e Imediata do Certificado de Participação e/o Conclusão de Curso.

2012

Reuniões de trabalho
Transmissão de conhecimento adquiridos aos demais servidores

Apresentação junto a chefia de RH e emediata do certifiicado de participação e/ou conclusão.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Meta atingida abaixo do planejado.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta atingida dentro do planejado.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Meta atingida dentro do planejamento

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de taxas de inscrição para curso, diárias, passagens aéreas.

2012 Pagamento de taxa de inscrição para curso, diárias, passagens aéreas, Porto Velho /Brasília e Porto Velho Rio de Janeiro

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos orçamentário execultados dentro do previsto.

2011 Suficientes
Recursos Orçamentários executados dentro do previsto.

2012 Suficientes
Recursos orçamentário executado dentro do previsto.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação se deu de acordo com o programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
A liberação se deu de acordo com o programado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal.

2011

Sistemas informatizados
Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal.

2012

Sistemas informatizados
Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento do quadro funcional da Secretaria.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento do quadro funcional da Secretaria.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Aumento do quadro funcional da Secretaria.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pagamento de pessoal civil e encargos sociais.

2012 Vencimentos pagos aos servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Recursos suficientes para cobertura total da despesa.

2011 Suficientes

2012 Suficientes
Recurso suficiente para cobertura total das despesas.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberados conforme o planejado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberados conforme o planejado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover o acesso à moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Público-Alvo: Famílias com renda de 6 salários mínimos; população de baixa renda
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: As famílias de baixa renda são as que mais sofrem com a falta de moradia digna, ocupando habitações precárias onde coabitam mais de uma família. Essas moradias muitas das vezes, são edificadas em áreas impróprias para habitação
colocando em risco a integridade de seus ocupantes. Assim as ações que compõem o programa visam minimizar a carência por habitações no Município de Porto Velho, oportunizando o acesso a moradia a essa parcela da população.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Percentual de famílias atendidas nos Programas Habitacionais da SEMUR	Previsto	39,10	51,37	63,63	75,90
	Apurado	14.77			
	Relação % Apurado/Previsto	37,77			
	Relação % Apurado/Final	19,46			

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Foram atendidas através do Projeto Lotes Urbanizados, Projeto Veredas e Projeto Santa Bárbara.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Não foram concluidos todos os projetos de unidades habitacionais previstas, sendo executado apenas o projeto Candelária.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Não foram concluido todos os projetos de unidades habitacionais previstas.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
Constatado através de reuniões junto a comuidade.

2011 Satisfeito
Constatada através de reuniões junto a comunidade.

2012 Satisfeito
Constatadas através de reuniões realizadas junta da comunidade.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Pessoa com Deficiência
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Gênero
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

Criança e Juventude
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

2011

Raça
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Pessoa com Deficiência
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Gênero
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Criança e Juventude
São trabalhados nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

2012

Gênero
São trabalhadas nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Criança e Juventude
São trabalhadas nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Raça
São trabalhadas nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

Pessoa com Deficiência
São trabalhadas nas oficinas participativas realizadas com os beneficiários.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Reunião com grupos de interesse
Integrar a comunidade beneficiária, incentivando a participação ativa de todas as etapas do projeto.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Não possui mecanismos.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
São aplicados questionários de avalição junto aos beneficiários nas oficinas e reuniões.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
São aplicados questionários de avaliação junto aos beneficiários nas oficinas e reuniões.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 046 - Campanha de Prevenção e Redução de Riscos

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Não possui mecanismos.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

2011

Não possui mecanismos.

2012

Reuniões de trabalho

Reunião ralizada com a equipe técnica e gerencial

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não executada

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

Ação não executada orçamentariamente. Os recursos foram remanejados.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Programa mantido dentro do Planejado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Aquisição de material de consumo diversos, material de distribuição gratuita, produção de material gráfico informativo, aquisição de equipamentos de informatica

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária

Recursos remanejados.

2011 Não foram liberados recursos

Os recursos foram remanejados.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Redução do recurso.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

Os recursos foram remanejados.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

A liberação dos recursos se deu de acordo com o planejado.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Redução total do crédito orçamentário.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

AÇÃO: 192 - Produção de Lotes Urbanizados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com as famílias beneficiadas.

Visitas in loco
Visitas técnicas realizadas pela equipe social da SEMUR.

Outros: Autorização de ocupação.
Entrega de Lote para famílias com renda até 3 sálarios mínimos.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com as famílias beneficiadas.

Visitas in loco
Visitas técnicas realizadas pela equipe social da SEMUR

Outros: Autorização de Ocupação
Entrega de lote para família com renda até 3 salários mínimos.

2012

Entrega de lote para família com reda até 03 salários mínimos.

Reuniões de trabalho
Reuniões realizadas com as familias beneficiárias

Visitas in loco
Visita técnica realizada pela equipe social da Semur

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Não realizou-se a contento a meta prevista, ficou muito abaixo.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Ação orçamentariamente não realizada. Recursos remanejados.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
A Prefeitura não dispõe de área para atender a demanda. Procedimentos em anãlise para aquisição de área.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 procedimentos em análise para aquisição de área.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Não foram liberados recursos
Ação orçamentariamente não realizada. Recursos remanejados.

2012 Não foram liberados recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Recursos liberado conforme programado.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Ação orçamentariamente não realizada. Recursos remanejados.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução total do crédito orçamentário.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: Doralice da Conceição Lima

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

AÇÃO: 461 - Implementação de Projetos de Trabalho Técnico Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Foram sortedas 350 unidades habitacionais, sendo: 47 unidades Habitacionais do FNHIS; 221 unidades Habitacionais do Projeto Pró Moradia Sul; e 82 unidades habitacionais do Programa Minha Minha Vida

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Redução do recurso

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: ANTONIA LIGUIMAR DOS SANTOS

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover a regularização fundiária no Município de Porto Velho.

Público-Alvo: População do município ocupante de imóveis irregulares.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: As áreas do Município de Porto Velho apresentam a seguinte constituição: grandes áreas já ocupadas, sob o domínio da União, notadamente GRPU e INCRA, destacando-se consideravelmente áreas de terras com ocupação já consolidada na denominada "Figura A" e Gleba Aliança, área esta de expansão urbana na Zona Leste do Município, que legalmente são de propriedade do INCRA. Em fração menor, existe também áreas de domínio do Estado e assentamentos informais em áreas públicas municipais. Todas estas áreas ocupadas irregularmente pela população geraram inumeros assentamentos irregulares e ocupações em áreas não habitáveis, em beira de canais, barrancos, em regiões alagadiças e em áreas institucionais. Este fator dificulta por um lado a ação do Poder Público Municipal no controle, acompanhamento e gestão efetiva das áreas dominiais destinadas a investimentos sociais e regularização fundiária, e por outro o grande número de pessoas sem a segurança do acesso à terra.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de imóveis regularizados anualmente no Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social da SEMUR	Previsto	4.307	3.484	3.605	3.604
	Apurado	3046	4194	3.091	
	Relação % Apurado/Previsto	70.672,85	120.517,24	85,60	
	Relação % Apurado/Final	84.611,11	116.500,00	85,83	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance acima de 100% do previsto
Considerando atendimento realizado pela SEMUR.
2011 Alcance acima de 100% do previsto
2012 Alcance acima de 100% do previsto
Considerando o excelente trabalho realizado pela SEMUR.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Muito satisfeito
Considerando a aceitação do programa pela comunidade beneficiada
2011 Muito satisfeito
Considerando a aceitação do programa pela comunidade beneficiada.
2012 Muito satisfeito
Considerando a aceitação do programa pela comunidade beneficiária

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
São tratados nas oficinas e reuniões.

Pessoa com Deficiência
São tratados nas oficinas e reuniões.

Gênero

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: ANTONIA LIGUIMAR DOS SANTOS

São tratados nas oficinas e reuniões.

Criança e Juventude
São tratados nas oficinas e reuniões.

2011

Raça
São tratados nas oficinas e reuniões.

Pessoa com Deficiência
São tratados nas oficinas e reuniões.

Gênero
São tratados nas oficinas e reuniões.

Criança e Juventude
São tratados nas oficinas e reuniões.

2012

Raça
São abordado nas oficinas e reuniões

Pessoa com Deficiência
São abordado nas oficinas e reuniões

Gênero
São abordado nas oficinas e reuniões

Criança e Juventude
São abordado nas oficinas e reuniões

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Reunião com grupos de interesse
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

2012

Reunião com grupos de interesse
Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Quentionários aplicados nas reuniões e/ou oficinas.

2011

SIM
Mecanismos adotados:
Questionários aplicados nas reuniões e/ou oficinas.

2012

SIM
Mecanismos adotados:
Questinários aplicados nas reuniões e/ou oficinas

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 083 - Elaboração de Instrumentos de Suporte à Estruturação e Gestão das Políticas de Regularização Fundiária e Habitação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: ANTONIA LIGUIMAR DOS SANTOS

2010

Outros: Planejamento.
Acompanhamento de consultoria para elaboração do PLHIS, acompanhamento e supervisão de serviços de levantamento Topográfico e Planialtimétrico, Loteamento Luine.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião períodica com equipe técnica da SEMUR.

Outros: Planejamento
Acompanhamento de consultoria para elaboração do PLHIS, acompanhamento e supervisão de serviços de levantamento topográfico e planialtimétrico Loteamento Luiene, acompanhamento e supervisão dos serviços de Levantamento Planiatimétrico e Cadastral - Jacy Paraná.

2012

Reuniões de trabalho
Reunião periódica com a equipe técnica da Semur

Outros: Planejamento
Acompanhamento de consultoria para conclusão do PLHIS, acompanhamento e supervisão das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Meta ampliada mediante necessidade de contratação de consultoria e empresa de serviços técnicos especailizada.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Contratação de empresa de serviço técnico especializado.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Contratação de empresa técnica especializada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Levantamento Planialtimétrico e Cadastral - Distrito de Jacy Paraná.

2012 Levantamento Topográfico e Cadastral do Distrito de Jacy Paraná e União Bandeirantes

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Os valores liquidados foram insuficientes em relação à dotação orçamentária.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberado conforme programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Liberado conforme programado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: ANTONIA LIGUIMAR DOS SANTOS

AÇÃO: 109 - Implantação de Sistema de Informação para a Gestão da Política Habitacional e de Regularização Fundiária

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reuniões ampliadas e oficinas capacitação.

Visitas in loco
Realização de levantamento socioeconômico.

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões ampliadas e oficinas de capacitação

Visitas in loco
Realização de levantamento socioeconômico.

2012

Reuniões de trabalho
Reuniões ampliadas e oficinas de capacitação

Visitas in loco
Realização de Levantamento socioeconômico

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada. Houve redução total do crédito orçamentário.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Meta não realizada

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Redução de recurso.

2011 Não foram liberados recursos
Redução total do crédito orçamentário.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Redução do recurso.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Redução total do crédito orçamentário.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: ANTONIA LIGUIMAR DOS SANTOS

AÇÃO: 196 - Promoção de Campanhas Educativas e Informativas

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Reunião com equipe técnica.

2011

Reuniões de trabalho
Reunião com equipe técnica.

2012

Reuniões de trabalho
Reunião com a equipe técnica

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada. Houve redução total do crédito orçamentário.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Meta não realizada

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Recursos remanejados.

2011 Não foram liberados recursos
Redução total do crédito orçamentário.

2012 Não foram liberados recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Redução de recursos.

2011 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Redução total do crédito orçamentário.

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Redução total do crédito orçamentário.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: ANTONIA LIGUIMAR DOS SANTOS

AÇÃO: 197 - Promoção de Eventos Públicos Pertinentes às Áreas de Regularização Fundiária e Habitação

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Outros: Fotografias.
Regisro fotográfico da ações realizadas.

2011

Reuniões de trabalho
Planejamento das ações com a equipe técnica SEMUR.

Outros: Fotografias
Registro fotográfico das ações realizadas.

2012

Outros: Fotografia
Registro Fotográfico das ações realizadas

Reuniões de trabalho
Planejamento das ações com a equipe técnica da Semur

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
Eventos realizado em conformidade com entrega de escritura.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Eventos realizados em conformidade com entrega das escrituras e das unidades habiacionais.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Eventos realizados em conformidade com a entrega das escrituras

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Material de consumo diverso (alimentação, água mineral); serviços gráficos; serviços de confecção de faixas, banner e folders ; serviço de ornamentação de palco.

2012 Material de consumo diversos (alimentação, água mineral); serviços gráficos; serviço de confeccção de faixas, folderes, banner e ornamnetação de palco.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Redução orçamentária.

2011 Suficientes

2012 Não foram liberados recursos

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Redução orçamentária.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada
Liberado conforme o programado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: ANTONIA LIGUIMAR DOS SANTOS

AÇÃO: 216 - Regularização Fundiária de Ocupações Irregulares

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Planejamento para realização de entrega de escrituras, reuniões sistemáticas para avaliação do processo.

Relatórios de gestão
Relatório emitido de acordo com entrega de esciturас.

2011

Reuniões de trabalho
Planejamento para realização de entrega de escrituras, reuniões sistemáticas para avaliação do processo.

Relatórios de gestão
Relatório emitido de acordo com entrega de escrituras.

2012

Relatórios de gestão
Relatório emitido de acordo com a entrega de escrituras.

Reuniões de trabalho
Planejamneto para realização de escrituras, reuniões sistatizadas para a avalição do programa.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Conforme entrega de escrituras realizadas.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Conforme entrega de escrituras realizadas

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes

2011 Insuficientes
Recursos liquidados insuficientes em relação a dotação orçamentária.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com planejamento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
De acordo com o Planejado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 065 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Gerente: ANTONIA LIGUIMAR DOS SANTOS

AÇÃO: 462 - Indenização por Desapropriação de Imóvel e suas Benfeitorias por Interesse Social

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Meta atinginda dentro do Planejado.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 Meta atingida conforme o planejado.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover assessoria jurídica gratuita com ajuizamento e acompanhamento de ações possessórias a população de baixa renda que encontra-se em áreas de titularidade privada com posse consolidada.

Público-Alvo: Munícipe de Porto Velho de baixa renda que encontra-se em áreas de titularidade privada com posse consolidada.
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Usualmente a problemática da questão urbana é atribuída ao crescimento desenfreado e desordenado das cidades. Entretanto, há um conjunto de problemas específicos que contribui para tal situação tais como habitação, transporte, poluição, saneamento e regularização fundiária que não pode ser compreendido desvinculado das relações sociais excludentes. Neste sentido o Município de Porto Velho decidiu criar por meio da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação o programa Uso Campeão que pretende possibilitar acessoria jurídica a comunidade residente em áreas onde existem conflitos sócio-jurídicos de titularidade privada, ocupadas por população de baixa renda, onde se garanta o direito à moradia de milhares de famílias, considerando a necessidade histórica das comunidades que não tem a segurança da propriedade da terra.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Déficit de imóveis irregulares identificados e cadastrados na SEMUR, localizados em áreas particulares	Previsto	10.131	7.350	4.569	1.788
	Apurado	480	2900	1.750	
	Relação % Apurado/Previsto	4.738,40	39.455,78	38,29	
	Relação % Apurado/Final	26.815,64	162.011,17	97,77	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Considerando que o convênio entre a Prefeitura de Porto Velho e a Defensoria Pública, onde este último será o órgão responsável pelo ajuizamento das ações, foi efetivado em dezembro de 2010.

2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Atendimentos realizados junto as famílias.

2012 Alcance entre 40% a 80% do previsto
atendimento realizado junto as famílias

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
Considerando o ingresso das ações de usucapião no judiciário.

2011 Satisfeito
Considerando o ingresso das ações de usucapião no judiciário.

2012 Satisfeito
Considerando o ingresso das ações de usucapião junto ao Poder Judiciário

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática.

Pessoa com Deficiência
Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática, bem como seu atendimento é preferencial.

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

Gênero
Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática, bem como seu atendimento é preferencial.

Criança e Juventude
Através das reuniões informativas com a comunidade são evidenciados a temática, bem como seu atendimento é preferencial.

2011

Raça
Através das reuniões informativas com a comunidade.

Pessoa com Deficiência
Através das reuniões informativas com a comunidade, bem como seu atendimento é preferencial.

Gênero
Através das reuniões informativas com a comunidade, bem como seu atendimento é preferencial.

Criança e Juventude
Através das reuniões informativas com a comunidade, bem como seu atendimento é preferencial.

2012

Raça
Através das reuniões informativas com a comunidade.

Pessoa com Deficiência
Através das reuniões informativas com a comunidade.

Gênero
Através das reuniões informativas com a comunidade.

Criança e Juventude
Através das reuniões informativas com a comunidade.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Os recursos humanos são adequados

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Na câmara de vereadores para apresentação do programa e dos seus objetivos.

Reunião com grupos de interesse
Reunião com a Associação dos Bairros e moradores das áreas de intervenção do programa.

Discussão em Conselho Setorial
A temática é discutida no Conselho das Cidades, em especial, na câmara temática de habitação e regularização fundiária.

Outros: Defensoria e Poder Judiciário.
Para apresentação do programa, bem como seus objetivos.

Contribuições da participação social para os resultados do programa:
Maior adesão das famílias beneficiárias ao programa e efetivação do convênio com a Defensoria Pública.

2011

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Reunião com grupos de interesse
Reunião com a Associação de Bairros e moradores das áreas de intervenção do Programa.

2012

Reunião com grupos de interesse
Reunião com a Associação de Bairros e moradores das áreas de intervenção do Programa

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

Mecanismos adotados:
As avaliações são realizadas nas reuniões, com ampla participação das famílias beneficiárias.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
As avaliações são realizadas nas reuniões, com participação das famílias beneficiárias.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
As avaliações são realizadas nas reuniões, com a participação das famílias beneficiárias

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 289 - Regularização de Imóveis em Áreas Particulares - Usucapião

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões periódicas com a equipe para avaliação das ações.

Visitas in loco
São realizadas visitas in loco, para prestar informações/esclarecimentos à comunidade, coma realização do monitoramento.

Sistemas informatizados
O Programa é alimentado e monitorado através do SIAP.

Relatórios de gestão
É realizado através do relatório circunstanciado.

2011

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões periódicas com a equipe para avaliação das ações

Visitas in loco
São realizadas visitas in loco, para prestar informações/esclarecimentos a comunidade, com a realização do monitoramento.

Sistemas informatizados
O Programa é alimentado e minitorado através do SIAP.

Relatórios de gestão
É realizado através do relatório circunstanciado.

2012

Visitas in loco
São realizadas visitas in loco, para prestar informações/esclarecimentos com a comunidade e a equipe técnica.

Sistemas informatizados
O programa é alimentado e monitorado através do SIAP

Relatórios de gestão
É realizado através do relatório circunstanciado.

Reuniões de trabalho
São realizadas reuniões periódicas com a equipe para avaliação das ações.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Meta não realizada. As ações de usucapião foram protocoladas, porém não foram julgadas impossibilitando a regularização do imóvel.

2011 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
As ações de usucapião foram protocoladas, porém não foram julgadas, impossibilitando a regularização do imóvel.

2012 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011

2012 As ações de Usucapeão foram protocolizadas, porém não foram julgadas impossibilitando a regularização do imóvel.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve redução do recurso.

2011 Suficientes

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme programado.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO
Programa: 096 - USO CAMPEÃO
Gerente: MARIA JACINTA BARBOSA DE OLIVEIRA

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme programado

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: 085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Gerente: Doralice da Conceição Lima

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, objetivando viabilizar para população de menor renda o acesso a terra urbanizada e a habitação digna e sustentável

Público-Alvo: Famílias de Baixa Renda no Município de Porto Velho.

Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:

Justificativa: Milhares de pessoas vivem hoje em situações de irregularidade fundiária, baixa qualidade / tamanho da casa, sem infra-estrutura, sem urbanização. Neste contexto Porto Velho apresenta um déficit habitacional de 10.625 (IBGE) habitações para famílias com até três salários mínimos. Este déficit cresce à medida que aumentam as dificuldades para essas pessoas terem acesso ao financiamento, com as condições adequadas à sua renda familiar disponível bem como, incapacidade financeira dos interessados em poder adquirir as suas residências. Contribui ainda, para este, fatores preponderantes como a existência de coabitação, desemprego e moradores em áreas irregulares cita-se: área sujeita as alagações, área verde, área de equipamento comunitária, áreas de preservação permanente. Para tanto, justifica-se a criação do presente programa como forma de amortizar esse passivo habitacional.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de imóveis construídos, inseridos no Programa Habitacional da SEMUR	Previsto	1.006	1.006	1.006	1.006
	Apurado	315			
	Relação % Apurado/Previsto	31.188,12			
	Relação % Apurado/Final	31.188,12			

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

Órgão Responsável: 18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO - SEMUR
Unidade Orçamentária: 18.31 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Programa: 085 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Gerente: Doralice da Conceição Lima

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Falta de técnicos com conhecimentos nas áreas administrativa e orçamentária.

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Durante o exercicio houve um bom desempenho das atividades administrativas, quanto aos quesitos orçamentários de pessoal, patrimônio e serviços gerais.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Os resultados foram alcançados da melhor forma possivel , dentro das necessidades.

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Pouco satisfeito
A meta não foi atingida na sua totalidade devido não haver equipamentos suficientes nos setores.

2011 Satisfeito

2012 Satisfeito
Os resultados foram satisfatórios em relação ao programa da melhor forma possivel, atendendo as necessidades.

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa

2011
Outros: Criação de elemento.
Foi criado o elemento de despesa para serviços de obras.

2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010
Não contempla

2011
Não contempla

2012
Não contempla

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010
Os recursos materiais são adequados
2011
Os recursos materiais são adequados
2012
Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010
Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Falta de técnicos com conhecimentos nas áreas administrativa e orçamentária.
2011
Os recursos humanos são adequados
2012
Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: A Secretaria Municipal Extraordinária de Programas Especiais - SEMEPE, foi criada com a finalidade de Coordenar, Desenvolver e Executar Projetos Especiais a Nivel Municipal considerando as especificidades econômicas, culturais e sócio ambientais no que se destina as melhorias nas funções sociais e a reforma urbana.
2011
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica.
2012
Não possui mecanismos.
Dificuldades para a implementação de mecanismos: O programa foi criado somente para a unidade administrativa.

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010
SIM
Mecanismos adotados:
Qualificação de Pessoal, com cursos de Gestão Fiscal, Auto Cade Básico, Excel Básico e Oficina de Capacitação Técnica.
2011
SIM
Mecanismos adotados:
Qualificação de pessoal, treinamento de licitação basica, treinamento de habilitação em pregoeiro, CAD avançado.
2012
SIM
Mecanismos adotados:
O mecanismo utilizado foi em beneficio da tecnologia, dando condições de trabalho aos servidores.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010
Reuniões de trabalho
São discutidas as ações Governamentais.
Visitas in loco
Deslocamento até os Distritos para fiscalização de Obras firmados entre Prefeitura e Protocolo de Intenções firmados entre as Empresas Construtoras das Hidroelétricas do Rio Madeira.
Sistemas informatizados
As ações serão emcaminhadas através de CD'S e outros.
Relatórios de gestão
Anualmente.

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões onde são discutidas as ações governamentais.

Visitas in loco
Deslocamento dos técnicos aos distritos para fiscalização de obras realizadas previstas no Protocolo de Intenções firmado entre a Prefeitura e as empresas construtoras das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira

Sistemas informatizados
Gestão de Pessoal.

Relatórios de gestão
Relatórios trimestral e anual.

2012

Sistemas informatizados
Sistema Cpectil da Prefeirtura do Municipio.

Relatórios de gestão
Relatórios da execução dos trabalhos realizados elaborados pelas Coordenações.

Reuniões de trabalho
Pelo menos duas (2) vezes no mês reunião com o secretário para discutir as dificuldades as dificuldades e necessidades para aprimoramento da ação.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)
A falta de conhecimento Administrativo e Remanejamento para executar Obras.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram cumpridas dentro das atividades administrativas

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Detalhamento :Aquisição de frigobar, Aquisição de Portão Eletrônico,material de expediente e consumo e serviços de manutenção nas centrais de Ar-condicionados.

2012 Serviços de pessoa jurídica como : limpeza de ar condicionados, troca de peças dos aparelhos.Material de expediente e limpeza para manter a unidade como: toner, papel A4, material de escritório, uma impressora multifuncional.Materia de limpeza.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
A maior parte dos recursos foram remanejados para outras Secretarias.

2011 Insuficientes
Não houve a liquidação total dos serviços e bens adquiridos.

2012 Suficientes
Os recursos liberados atenderam as necessidades desta secretaria.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os efeitos da liberação dos recursos não prejudicou nem uma programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Os recursos foram liberados conforme as necessidade da unidade.

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 19.00 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SEMEPE
Unidade Orçamentária: 19.01 - SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões onde são discutido o desenvolvimento das atividades por setor.
Sistemas informatizados
Sistema de gestão de pessoal.
Relatórios de gestão
Relatórios trimestrais.

2012

Relatórios de gestão
Relatorios mensais.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os recursos foram suficientes para cobrir a folha de pagamento.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
As metas foram cumpridas dentro do previsto. Os recursos foram suficientes para a folha de pagamento.

2012 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Devido a novas contratações.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores remunerados e encargos sociais pagos.
2012 Servidores remunerados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
2012 Suficientes
O orçamento para pessoal foi suficiente dentro da dotação orçamentária da Semepe.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme elaboração da folha de pagamento.

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
Conforme a elaboração da folha de pagamento.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Exercício 2013, Ano-Base 2012

Anexo III.2 - Avaliação Qualitativa dos Programas e Ações

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANTONIO CARLOS FREIRE LIMA

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Prover a unidade administrativa de meios para implementação e gestão de seus programas finalisticos

Público-Alvo:
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: .

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

-	2010	2011	2012	2013
Previsto				
Apurado				
Relação % Apurado/Previsto				
Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 40% a 80% do previsto

As aquisições dos bens e serviços realizados nas atividades meio e fim, foram atendidos parcialmente, porém algumas atividades não foram executadas em virtude da indisponibilidade orçamentária.

2011 Alcance acima de 100% do previsto

Considera-se acima do esperado, pelo fato de tersido adquirido todos os insumos e contratado os serviços necessários ao desempenho das rotinas administrativas no decorrer do ano de 2011.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto

Foram adquirido todos os materiais e insumos necessários para o desenvolvimento dos serviços administrativos

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito

Considerando as atividades parcialmente atendidas dentro do programado.

2011 Muito satisfeito

O publico alvo considera-se muito satisfeito, razão pela qual foi concluida e entregue os móveis e equipamentos de informática, nenhum material de consumo deixou de ser adquirido e utilizado pelo publico alvo

2012 Satisfeito

Execução das atividades administrativas sem interrupção, com os materiais e insumos necessários ao desenvolvimento das ações

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Não contempla

2011

Não contempla

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANTONIO CARLOS FREIRE LIMA

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial

No presente ano não foi possivel concluir as aquisições de materiais permanentes destinados a atender as equipes de atividades meio e finalística.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras

Ainda são insuficientes os materiais destinados as equipes de trabalho finalístico, e não foi possivel a aquisição no presente ano pela indisponibilidade orçamentária.

2011

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras

Falta um espaço fisico para acondicionar os materiais de consumo adquiridos para execução das ações administrativas

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

É necessário ampliar o quadro de profissionais nas áreas meio e finalísticas em virtude da demanda dos serviços ora apresentados a esta Secretaria.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial

Ocorre que ainda há gerentes que não possuem capacitação na área gerencial e atualmente exercem atividades de liderança. Porém consta na programação do PPA.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

É insuficiente pelo fato de existir cursos que não são oferecidos nas organizações locais e são de relevância para as equipes desta Secretaria.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras

Há uma grande necessidade de uma capacitação continuada para a equipe executora administrativa

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras

Há um deficiência no quantitativo de recursos humanos a realização das atividades afins.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Programa voltado a proporcionar aos servidores públicos os benefícios que lhe são devidos.

2011

Não possui mecanismos.

Dificuldades para a implementação de mecanismos: Não se aplica por tratar-se de um programa para dar suporte às atividades de rotina da unidade.

2012

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Escassez de recursos que foram remanejados para atender outros programas.

2011

SIM

Mecanismos adotados:

Por meio de reuniões e solicitações em documentos formais(memorando, requerimentos, etc)

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

Não há pesquisa relacionada, somente em reuniões técnicas é ouvida as solicitações.

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 001 - Administração da Unidade

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANTONIO CARLOS FREIRE LIMA

Relatórios de gestão

2011

Sistemas informatizados
O sistema CPCETIL é um instrumento para avaliar a execução orçamentária e financeira.

Reuniões de trabalho
Reuniões periódicas com a equipe administrativa.

Relatórios de gestão
O Relatório Circunstanciado é uma das ferramentas pra se avaliar a execução anual do programa.

Outros: Planilhas de Controle
Há planilhas de controle que se obtem também a avaliação de alguns ítens relativo ao programa Administrativo

2012

Reuniões de trabalho
Mensalmente é realizado reuniões técnicas objetivas para verificar se o que foi programado foi adquirido

Sistemas informatizados
CPCETIL, SICOP instrumentos que demonstram o andamento das despesas realizadas

Relatórios de gestão
É feitos anualmente onde é possível observar as ações desenvolvidas

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Foram alcaçadas as metas estabelecidas, com a execução das atividades pela equipe tecnico-administrativa

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Aquisição de materiais de consumo(expediente, informatica, limpeza, copa e cozinha, contrato e serviços com o CREA, Correios, CIEE, Manutenção de Veículos, Aquisição de mobiliários, aquisição de equipamentos de informática, aquisição de veículos, etc...)

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
Houve redução de créditos pára suprir dotações orçamentárias de outros programas finalísticos.

2011 Suficientes
Os recursos disponibilizados foram suficientes para a execução anual do programa.

2012 Suficientes
Os recursos programados foram totalmente suficientes para atender a demanda

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Houve redução de créditos orçamentários.

2011

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Período longo para a concretização dos processos licitatórios.

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANTONIO CARLOS FREIRE LIMA

AÇÃO: 050 - Capacitação de Servidores Públicos Municipais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Relatórios de gestão
É o meio pelo qual demonstra-se todas as capacitações realizadas e o quantittativo de participantes pela Secretaria.

Reuniões técnicas e emissão de relatórios de avaliação das capacitações realizadas com as chefias imediatas envolvidas para avaliar o desempenho dos beneficiados.

2012

Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
Recursos remanejados na totalidade.

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Foi ultrapassada a meta em virtude da participação em várias capacitações promovidas pela secretaria e em parceria com a Funescola.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Ação não executada.Recursos remanejados.

2012 Foi realizado 01 capacitação de Portugues completo oferecido pela Funescola com a participação de 17 servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados na totalidade.

2011 Não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não executada.Recursos remanejados.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Recursos remanejados na totalidade.

2011 A Ação não utiliza recursos de origem orçamentária
Ação não executada.Recursos remanejados.

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro
Recursos remanejados na totalidade.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANTONIO CARLOS FREIRE LIMA

AÇÃO: 069 - Construção, Ampliação e Reforma de Bens Imóveis

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.
Dificuldades que impedem a implantação de um mecanismo de monitoramento da execução física: Ainda não se dispõe de mecanismo para monitorar a presente ação.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Obras em andamento: Restaurante Popular e Centro do Idoso. Despesas empenhadas em processo de medição das obras.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Obra em execução.

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção do Centro de Convivência do Idoso no Bairro Lagoinha, o qual beneficiará a população de idosos do município de Porto Velho. Abrigará Salão de Jogos, Sala de Reunião, Sala de Odontologia e Oftalmologia, Piscina e uma Praça/Jardim. É um espaço de destaque como excelência na busca pela melhoria da convivência dos idosos por seu conjunto e qualidades de serviços que serão oferecidos.

2012 Realizada e entregue a obra: Construção do Centro do Idoso(Av. Amazonas entre a Rua Milene Costa e Rua Estrela.)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Obras remanescentes do Restaurante Popular, empenhadas em julho/2010, sendo a primeira medição em outubro, com paralização das obras em novembro/2010.

2011 Insuficientes
Recursos insuficientes, pois a obra está em andamento e não houve a liquidação dos recursos na totalidade.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 007 - APOIO ADMINISTRATIVO
Gerente: ANTONIO CARLOS FREIRE LIMA

AÇÃO: 217 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Sistemas informatizados
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
REALIZADO REUNIÕES TRIMESTRAIS PARA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS
Sistemas informatizados
UTILIZA-SE O MODULOG E OUTRAS PLAINLHAS DE CONTROLE

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)
Meta alcançada acima do previsto tendo em vista o aumento do quantitativo de servidores.
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Servidores capacitados e encargos sociais pagos.
2012 Pagamento de vencimento aos 98 servidores.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Suficientes
2011 Suficientes
Os recursos foram completamente suficientes para concluir a ação.
2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Implantar, manter e modernizar núcleos esportivos, promovendo eventos de entretenimento, esporte e lazer.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Atender as necessidades desportivas e de lazer do Município com a implantação de novas quadras e centros poliesportivos.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de núcleos esportivos implantados	Previsto	4	4	4	4
	Apurado	0	1	1	
	Relação % Apurado/Previsto	0,00	25,00	25,00	
	Relação % Apurado/Final	0,00	25,00	25,00	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
Conclusão da obra quadra de esporte do Bairro Castanheira.
2012 Alcance abaixo de 40% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Satisfeito
Obra inaugurada beneficiando a todos que moram no entorno dessa da quadra.
2012 Satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa
2012
Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
Todos os equipamentos programados atendem todos os tipo de raça.

Pessoa com Deficiência
A exemplo podemos identificar a construção dos banheiros da Praça Jardim das Mangueiras que são destinados a pessoas portadoras de necessidade especiais.

Gênero

Criança e Juventude
O objetivo do programa inclui crianças, jovens e adultos.

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

2011

Criança e Juventude
É de abrangência a criança e jovens a quadra de esporte concluida.

Raça
Não há distinção de raça nos eventos que são realizados no local onde a obra foi concluida

Pessoa com Deficiência
Há espaços para pessoas com necessidades especiais que por ventura queiram participar dos eventos a serem realizados no local

2012

Raça
Por meio de audiências públicas, participação em reuniões com os representantes de associações de bairros

Pessoa com Deficiência
Os equipamentos públicos são entregues a população poporcionando vias de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais

Gênero
Não há restrição de gênero para usufruir os benefícios entregues a população

Criança e Juventude
Não há restrição para que crianças e a juventude usufrua dos benefícios enrtregues a população.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Falta de equipamentos, veículos necessários para realizar as supervisões e fiscalizações das obras em andamento.

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Escassez de recursos humanos para operacionalizar as atividades finalísticas.

2011

Os recursos humanos são adequados

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Contribuições da participação social para os resultados do programa:
As avaliações nas audiências públicas.

2011

Audiência Pública
Nas audiências públicas é o meio pelo qual os representantes das comunidades manifestam sua expectativas nas obras concluidas e nas que estão em fase de andamento.

Reunião com grupos de interesse
Reuniões com os lideres de Associação de Bairros são as oportunidades que os mesmos manifestam para as autoridades os anseios de sua comunidade.

2012

Audiência Pública
Por meio das audiencias é possível avaliar participação da comunidade

Reunião com grupos de interesse
Realização de renuões com lideres de Associações de Bairros e instituições que envolvem os grupos de interesses

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Nas reivindicações por meio de abaixo assinado, reuniões, audiências públicas.

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

2011

SIM

Mecanismos adotados:

São realizadas reuniões com os técnicos que elaboraram e acompanharam o desenvolvimento do Projeto, com o objetivo de detectar falhas que podem impedir o seu funcionamento como planejado, tomando as medidas para a correção antes da obra a ser concluida.

2012

SIM

Mecanismos adotados:

Reuniões com lideres de Associações, publicações na mídia, encaminhamento de abaixo assinados e demais reivindicações

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 357 - Construção, ampliação e reforma de quadras e centros poliesportivos.

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho

Visitas in loco

Relatórios de gestão

2011

Visitas in loco

As visitas dos fiscais de cada obra, auxiliam no acompanhamento da execução da ação

Relatórios de gestão

Mensalmente é elaborado relatorio de atividades que possiblita acompanhar a ação em desenvolvimento

2012

Reuniões de trabalho

Realização de reuniões com equipe técnica

Visitas in loco

Visitas realizadas pela Equipe de Fiscalização de Obras

Sistemas informatizados

Informações de percentuais executadas obtidas pelos sistemas SICOP, SIPLAG, CPCDETIL

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Concluida nesse programa a construção da quadra do Bairro Castanheira

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Meta prevista acima do realizado

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Quadra coberta

2012 Quadra (já Existente), Calçadas, Quadra Vôlei de Areia, Play Ground (Escorregador, Balanço, Labirinto, Escada Horizontal, Gangorra, Mesa de jogos e Bancos em Concreto), Campo de Futebol, 03 Arquibancadas, Pista de Cooper, Área de Exercícios (02 Barra Fixa, 02 Rampa Abdominal), Iluminação.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

2011 Suficientes

Foi suficiente para a conclusão da obra da quadra.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Recursos remanejados.

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 028 - ESPORTE SOLIDÁRIO
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Promover o acesso a moradia para as famílias com diversos níveis de renda, com ênfase à população mais carente e de baixa renda.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: As famílias de baixa renda são as que mais sofrem com a falta de moradia digna, ocupando habitações precárias onde coabitam mais de uma família. Essas moradias muita das vezes, são edificadas em áreas impróprias para habitação, colocando em risco a integridade de seus ocupantes. As ações que compõem o programa visam minimizar a carência por habitações no Município de Porto Velho, oportunizando o acesso a moradia a essa parcela da população.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Número de unidades habitacionais construídas ao ano	Previsto	488	550	550	550
	Apurado	315	318	0	
	Relação % Apurado/Previsto	64,55	57,82	0,00	
	Relação % Apurado/Final	57,27	57,82	0,00	

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 40% a 80% do previsto
2012 Não aplicável

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Muito satisfeito
2012 Não apurada

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010

Não há inadequação na concepção do programa

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2010

Raça
As ações do programa visam minimizar a carência por habitações as famílias de baixa renda sem distinção de raça.

Pessoa com Deficiência
O Programa abrange as pessoas portadoras de necessidades especiais proporcionando moradias dignas de ser habitadas.

Gênero
As ofertas de moradias de interesse social visam a melhoria da qualidade de vida da população.

Criança e Juventude
As ações do programa visam minimizar a carência por habitações no Município de Porto Velho, oportunizando o acesso a moradia a essa parcela da população.

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

2011

Raça
Não há distinção de raçã dos beneficários do programa.

Pessoa com Deficiência
Há abrangência do programa com pessoas portadores de necessidades especiais

Gênero
Todos são beneficados sem distinção de gênero.

Criança e Juventude
Jovens e crianças também são beneficiadas com o programa.

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras
Escassez de equipamentos e veículos necessários para a operacionalização das atividades pelas equipes que atuam na área fim.

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há escassez de recurso humano destinados a operacionalização das atividades finalísticas.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Ainda é deficiente o programa de capacitação continuada para as equipes com atividades finalísticas.

2011

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há necessidade que haja capacitação continuada para os profissionais da área finalística.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há escassez de recursos humanos para as áreas finalísticas.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Audiência Pública
Oportunidade de avaliar se as reivindicações foram atendidas.

Outros: Abaixoassinado
Documentos de reivindicações encaminhadas pela sociedade.

2011

Audiência Pública
Por ocasião das audiências públicas municipal é possivel a participação da sociedade com suas reivindicações que possibilitam avaliar o andamento do programa.

2012

Audiência Pública
Reunião com grupos de interesse

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM
Mecanismos adotados:
Reuniões com lideranças e representates da sociedade beneficiária das Unidades Habitacionais.

2011

NÃO
Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Não há mecanisco especifico para avaliar a satisfação dos beneficiários individualmente.

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 362 - Construções de unidades habitacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Concluidas e entregues 218 Unidades Habitacionais do Candelária I,II, III e IV.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Obras estão em andamento porém nao foram entregues nenhuma Unidades Habitacionais.

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Obras concluidas - Construção de 98 Unidades Habitacionais no Conjunto Habitacional Candelária I e Construção de 120 Unidades Habitacionais no Conjunto Habitacional Candelária II, III, IV.

2012

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Despesa liquidada e paga à medida em que são apresentadas as medições das obras.

2011 Suficientes

Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.

2012 Suficientes

Recursos destinados a aditivos relativos a contratos em andamento

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Não há restrições

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 042 - MORAR MELHOR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

AÇÃO: 363 - Infra-estrutura de urbanização dos projetos habitacionais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Realização de infraestrutura nos 2 conjuntos habitacionais.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Realização de infraestrutura nos 2 conjuntos habitacionais.

2012 Não tempo hábil para realização da obra.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

Ainda não foram apresentadas as medições das obras.

2011 Suficientes

Os recursos foram suficientes para a execução da obra em andamento.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Realocação do crédito setorial de um programa para outro

Redução orçamentária, com remanejamento para outro programa.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Executar serviços de pavimentação, recuperação, manutenção, drenagem e revitalização de vias urbanas, pontes, passarelas e pontilhões.

Público-Alvo: População do Município de Porto Velho
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: A falta de urbanização de vias urbanas tem sido causa de muita poeira, crescentes lamaçais, demora no atendimento ao transporte coletivo, dificuldade de acesso aos logradouros e serviços de saúde, lazer, recreação, educação, esporte e cultura. Sua existência é um fator de desenvolvimento do comércio, da economia, de segurança e da qualidade de vida. Uma cidade bem urbanizada, também atrai turistas e agrada aos olhos de quem convive ou passa no local.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
01 - Quilômetros de vias drenadas e pavimentadas ao ano	Previsto	20	20	20	20
	Apurado	20	40	32,81	
	Relação % Apurado/Previsto	100,00	200,00	164,05	
	Relação % Apurado/Final	100,00	200,00	164,05	
2010:					
2011:					
2012:					
02 - Número de praças e mercados construídos ou reformados ao ano	Previsto	5	5	5	5
	Apurado	4	4		
	Relação % Apurado/Previsto	80,00	80,00		
	Relação % Apurado/Final	80,00	80,00		
2010:					
2011:					
2012:					

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2010 Alcance entre 80% a 100% do previsto
2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Obteve-se a conclusão das obras no período superando a meta prevista.
2012 Alcance acima de 100% do previsto

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2010 Satisfeito
2011 Muito satisfeito
A satisfação dos beneficiários em relação as obras concluídas em cada bairro, por meio da mídia por ocasião das inaugurações realizadas.
2012 Muito satisfeito

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2010
Não há inadequação na concepção do programa
2011
Não há inadequação na concepção do programa

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011

Não contempla

2012

Não contempla

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2010

Os recursos materiais são adequados

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2010

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Escassez de recursos humanos para operacionalização das atividades finalísticas.

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há uma escassez de recursos humanos, considerando que alguns profissionais aprovados em outros concursos públicos deixaram a unidade e lacuna que ainda não foi preenchida. Espera-se que será resolvida em parte quando for lançado o próximo concurso público para o provimento das vagas.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Há servidores que necessitam de capacitação nas áreas específicas, para execução do programa contribuindo para um melhor desempenho.

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2010

Não possui mecanismos.

2011

Audiência Pública
Por ocasião da realização das audiências públicas há uma avaliação das as obras se estão a contento da população

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

Reunião com grupos de interesse
Reuniões técnicas com representantes das Associações de Bairro são fundamentais para avaliação do desenvolvimento da ação.

2012

Contribuições da participação social para os resultados do programa:

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2010

SIM

Mecanismos adotados:
Por meio dos veículos de comunicação, onde são observados a satisfação dos usuários das audiências públicas e outros.

2011

SIM

Mecanismos adotados:
Por ocasião das audiências públicas, publicações nas mídias, de solicitações não atendidas. E também por meio de documentos formais tais como: requerimento, abaixo assinados.

2012

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 081 - Drenagem de Águas Pluviais

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Reuniões de trabalho
Periodicamente são realizadas reuniões com os fiscais das obras, bem como com o coordenador chefe da fiscalização.
Visitas in loco
Nas visitas in loco periódicas quando a obra esta em execução pelos fiscais portariados para a finalidade.
Sistemas informatizados
Relatórios extraídos do SIAPEG e SICOP.
Relatórios de gestão
Mensalmente e anualmente os relatórios são emitidos e avaliados para a análise da execução do programa.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Muito abaixo do previsto (alcance abaixo de 40% do previsto)
2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Obra paralizada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Drenagem no Igarapé Candelária (0,97Km), Igarapé Cidade do Lobo(0,75Km), Igarapé Esperança(0,92Km), Igarapé Grande(1,77), Igarapé Nova Esperança(2,14Km) e Igarapé Pantanal(0,46Km).

2012 Obra estava em andamento, porém não conclusa em virtude da operação Endemias

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes
Despesas empenhadas somente em dezembro/2010, em razão da morosidade no processo licitatório, ocasionando insuficiência de liquidação.
2011 Suficientes
Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.
2012 Insuficientes
Não foram liquidados os recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação
2012 O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execuçãoprogramada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária
2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos
Morosidade no processo de licitação.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

AÇÃO: 355 - Urbanização de vias urbanas e assentamentos comunitários

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

2011 Acima do previsto (alcance acima de 100% do previsto)

No ano de 2011 na área de pavimentação e foi realizada cerca de 40 km de pavimentação asfáltica em mais de 20 bairros da capital, entre eles os Bairros JK, Tancredo Neves, Tiradentes, Igarapé e Areal da Floresta.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Meta prevista inadequada

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Pavimentação asfáltica de cerca de 40 km de vias em mais de 20 bairros da capital, entre eles os Bairros JK, Tancredo Neves, Tiradentes Igarapé e Areal da Floresta. O Bairro Aponiã teve praticamente todas as suas ruas asfaltadas, com destaque para as Ruas Bidu Saião e Caetano Donizete. As ruas restantes somam cerca de 1,3 km e já encontram-se com a drenagem pronta. Os Bairros JK e Tancredo Neves foram beneficiados com 4,0 km de asfalto e com a execução da obra da galeria no Canal dos Tanques.Dentre as obras concluídas temos também o bloqueteamento de algumas Ruas do Bairro Teixeirão.

2012 Obra remanescente de Infraestrutura no Distrito de Nova Califórnia (0,98 Km), Infraestrutura na Avenida Amazonas (1,60 Km),Infraestrutura em 09 Ruas dos Bairros Cuniã, Igarapé e Esperança da Comunidade (5,25 Km).
Pavimentação no Beco Nonoai (Bloket) (0,15 Km), Infraestrutura nas Ruas Taquara, Frutal e Juventude (0,60 Km), Infraestrutura Urbanística no Bairro Jardim Eldorado (Calçadas)(2,83Km)
Manutenção de vias por Micro Revestimento Asfáltico(20,5km), Infraestrutura nas Ruas Almirante Barroso e Afonso Pena (Emenda Parlamentar)0,2Km, Obras de Infraestrutura Urbana em 03 Ruas da Zona Sul (0,7 Km)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

A insuficiência na liquidação ocorreu em razão de morosidade no processo licitatótio e empenhamento pelo final do exercício.

2011 Suficientes

Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.

2012 Insuficientes

Não houve tempo hábil de liquidar os recursos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade no processo licitatório.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

AÇÃO: 356 - Construção e reforma de praças e mercados

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2010

Reuniões de trabalho
Visitas in loco
Relatórios de gestão

2011

Não possui mecanismos.

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

Concluidas 4 obras de grande significado para a população porto-velhense: as praças do Contorno, Caladinho, Bairro Castanheira e o Restaurante Popular.

2012 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Equipamento públicos entregues proporcionando satisfação a população do entorno

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Com o objetivo de aproveitar as áreas, antes degradadas e problemáticas, foram construídos nestes locais, praças e quadras poliesportivas, que além de recuperá-las, proporcionam ambientes adequados à prática de esportes e lazer das famílias porto velhenses.A conclusão da Praça do Caladinho, local onde passava uma grande vala cercada de mato que causava grande desconforto aos moradores da localidade e também da Praça do Contorno, que é composta de uma quadra poliesportiva, playground, pista para caminhadas, equipamentos para exercícios, iluminação, mesas e bancos, além de ser bem arborizada está proporcionando lazer a população local e moradores do Bairro. No Bairro Castanheiras moradores do Bairro. No Bairro Castanheiras, localizado na zona Sul da cidade, foi construída uma quadra poliesportiva coberta, mais uma obra realizada com a parceria do Governo Federal e a inauguração do Restaurante Popular.

2012 Praças entregues a população:
Construção da Praça Francisco Holanda(Rua Percy Holder Sub Esquina com Rua Brilhante Bairro Cidade do Lobo.)
Construção do Mercado do Peixe(Rua Paris, Bairro Conceição)
Construção de Praça no Bairro Três Marias(Rua Jaguarão - Bairro Três Marias)
Construção da Praça da Passagem(Ruas Tamareira e Governador Valadares, no Bairro Conceição)

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2010 Insuficientes

A morosidade no processo licitatório implicou na insuficiência de liquidação.

2011 Suficientes

Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.

2012 Insuficientes

Os recursos programados foram executados atendendo a demanda, mas não houve tempo de liquidar os processos.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2010 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2010 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2010

Dificuldades em licitações e celebração de contratos

Morosidade no proceso de licitação.

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 075 - URBANIZAR
Gerente: ANA CARLA MACEDO CARNEIRO

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 141 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
Gerente: ALAOR ALBERTO TERRA FILHO

1. ATRIBUTOS DO PROGRAMA

Objetivo: Otimizar a infraestrutura do Porto fluvial sistematizando os serviços proporcionando rapidez, conforto e segurança, além de permitir o desenvolvimento social e econômico social.

Público-Alvo: População do Município
Horizonte Temporal: Contínuo Início: Término:
Justificativa: Dotar de infraestrutura portuária o município de Porto Velho para maior segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros da navegação fluvial interior e maior controle com a fiscalização.

2. RESULTADOS DO PROGRAMA

2.1 Indicadores do Programa

		2010	2011	2012	2013
-	Previsto				
	Apurado				
	Relação % Apurado/Previsto				
	Relação % Apurado/Final				

2010:

2011:

2012:

2.2 Cobertura do Público-Alvo

Percentual de atendimento ao público-alvo do Programa:

2011 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Obra em execução.

2012 Alcance entre 80% a 100% do previsto
Obra entregue a população

2.3 Satisfação do Beneficiário

Satisfação do beneficiário em relação à execução do Programa:

2011 Satisfeito
Considera-se satisfeito em virtude das obras ainda não estarem concluídas, porém estão dento do prazo contratual.

2012 Satisfeito
Condições de embarque e desembarque com a construção do terminal entregue ao população

2.4 Outras Considerações

3. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

3.1 Aspectos da Concepção

Aspectos da concepção que foram considerados INADEQUADOS na elaboração do programa:

2011

Não há inadequação na concepção do programa

2012

Não há inadequação na concepção do programa

3.2 Transversalidade

Temas transversais (raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude) contemplados no âmbito do programa:

2011

Raça
Benfeitoria que atinge a todos os tipos de raça.

Pessoa com Deficiência
Por ser um terminal Aquaviário não há excessão para quaisquer tipo de pessoas que portem necessidades especiais.

Gênero
Não distinção de gênero.

Criança e Juventude
Estão inclusos dentro dos beneficios do programa.

2012

Não contempla

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 141 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
Gerente: ALAOR ALBERTO TERRA FILHO

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Recursos Materiais/Infraestrutura

Adequação e necessidade de recursos materiais e/ou a infra-estrutura para a implementação do programa:

2011

Os recursos materiais são adequados

2012

Os recursos materiais são adequados

4.2 Recursos Humanos

Adequação e necessidade de recursos humanos para a implementação do programa:

2011

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras
Há escassez de recursos humanos para as atividades finalísticas relativas ao programa em pauta.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras
Falta uma programação de capacitação continuada para as equipes que atuam na área finalistica

2012

Os recursos humanos são adequados

4.3 Participação Social

O programa possui mecanismos que promovem a participação social?

2011

Reunioes tecnicas para levar respostas positivas às reivindicações da sociedade

Audiência Pública
As audiencias publicas são meios para ouvir e poder fazer uma tomada de decisão que possa atender aos anseios da comuniadde usuária

2012

Reuniões técnicas com outros orgãos afins

Audiência Pública
Nas audiências públicas obtem-se reivindicações importantes para atender aos anseios da comunidade beneficada

Reunião com grupos de interesse
Por meio de reuniões nas Associações de Bairro é possível enumerar as solicitações e avaliar os benefícios obtidos

4.4 Satisfação dos Beneficiários

Avaliação da satisfação dos beneficiários do programa:

2011

NÃO

Dificuldades para a avaliar a satisfação dos beneficiários do programa:
Ainda não é possivel avaliar em virtude de estar em fase de execução a referida obra, porém tem-se a expectativa de que após concluida a obra os beneficários terão uma melhor condição de acomodaação e transito para seu embraque fluvial.

2012

SIM

Mecanismos adotados:
Não ha modelo formal, mas pode-se obter por meio de reuniões técnicas, encaminhamento de solicitações formais das associações de bairros etc..

4.5 Ações do Programa

AÇÃO: 444 - Construção do Terminal Aquaviário do Cai N'água

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões técnicas de avaliação sobre os serviços executados.

Visitas in loco
Fiscalizações da execução da obra pelos técnicos.

Relatórios de gestão
Os relatórios apresentados são extraidos do por meio do SICOP. e outras planilhas de controle são ferramentas efetivas para avaliação da ação.

Outros: Planilhas.
Planilhas de controle são ferramentas efetivas para avaliação da ação.

2012

Visitas in loco

Relatórios de gestão

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Abaixo do previsto (alcance entre 40% a 80% do previsto)

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 141 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
Gerente: ALAOR ALBERTO TERRA FILHO

A realização de 21,75

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Construção do Terminal Hidroviário do Cai N'água.

2012 O Terminal Hidroviário de Porto Velho está localizado no porto Cai N'água, às margens do Rio Madeira. O sistema de embarque e desembarque proporciona mais conforto e segurança para turistas, moradores da comunidade e pescadores profissionais que utilizam o espaço para trabalhar. O novo terminal contém três banheiros, lanchonete, depósito, uma sala de administração e fiscalização e quatro guichês para venda de passagens. Além de dois flutuantes e duas passarelas metálicas que farão a ligação com a margem, numa extensão de 120 metros. Edificação destinada ao terminal de passageiros, composta de 01 pavimento com área coberta de 508,27 m² (Guinches de atendimento e venda de passagens, Área Administrativa, Receita Federal, Área para espera, Sanitários de Serviços, Guarda Volume, 4 BOX de atendimento externo, Lanchonetes, Área de Varanda). 01 Guarita com 39,43 m², Urbanização com área aproximada de 7.240 m². Plataforma tem 600 metros e capacidade para 400 toneladas.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes

Os recursos disponíveis foram suficientes porém os valores liquidados são insuficientes em relação a dotação disponibilizada.

2012 Suficientes

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

Órgão Responsável: 20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS - SEMPRE
Unidade Orçamentária: 20.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS E OBRAS ESPECIAIS
Programa: 141 - INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA
Gerente: ALAOR ALBERTO TERRA FILHO

AÇÃO: 445 - Fiscalização de Obras e Serviços do Terminal Aquaviário do Cai N'Água

4.5.1 Monitoramento

Mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

2011

Reuniões de trabalho
Reuniões técnicas periódicas são realizadas com o objetivo de sanar algumas situações que impedem os avanços da ação do Programa em pauta

Visitas in loco
Frequentemente é acompanha pelos Fiscais nomeados para acompanhar a execução da obra

Relatórios de gestão
SICOP e planilhas de controle são ferramentas indispensaveis para o acompanhamento da ação

2012

Não possui mecanismos.

4.5.2 Meta Física - Avaliação Quantitativa

Cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)
Os relatórios apresentados em conjunto com as medições são a base para poder afirmar que a meta fisica está dentro do previsto

2012 Dentro do previsto (alcance entre 80% a 100% do previsto)

4.5.3 Meta Física - Avaliação Qualitativa

2011 Fiscalização da construção do terminal aquaviário.

2012 Os recursos foram remanejados.

4.5.4 Execução Orçamentária

Situação dos recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

2011 Suficientes
Os recursos orçamentários foram suficientes para a operacionalização da ação.

2012 Não foram liberados recursos
Os recursos foram remanejados para outra ação.

4.5.5 Fluxo de Recursos

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física:

2011 Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

2012 O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

4.5.6 Origem Não Orçamentária

Impacto das ações com recursos não orçamentários:

2011 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

2012 Não utiliza recursos de origem não orçamentária

4.5.7 Restrições

Restrições que interferiram no desempenho da ação:

2011

Não há restrições

2012

Não há restrições

4.5.8 Parcerias

Realização de parcerias não governamentais na execução:

2011 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas:

2012 Não

Desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas: